

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALESSANDRO CAVASSIN ALVES

A PROVÍNCIA DO PARANÁ (1853-1889)

A CLASSE POLÍTICA. A PARENTELA NO GOVERNO.

CURITIBA

2014

ALESSANDRO CAVASSIN ALVES

A PROVÍNCIA DO PARANÁ (1853-1889)

A CLASSE POLÍTICA. A PARENTELA NO GOVERNO.

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor, pelo Curso de Pós-Graduação em Sociologia – Linha Instituições e Poder, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira.

CURITIBA

2014

Catálogo na publicação
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Alves, Alessandro Cavassin

A província do Paraná (1853-1889). a classe política. a parentela no governo / Alessandro Cavassin Alves – Curitiba, 2014.
495 f.

Orientador : Prof^o. Dr^o. Ricardo Costa de Oliveira

Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

1. Política e governo - História - Paraná - Século XIX. 2. Políticos -
História - Paraná. 3. Prosopografia. I.Título.

CDD 981.62



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

Ata de Defesa de Tese De Doutorado

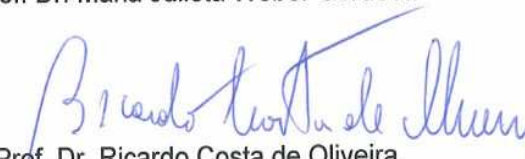
Ata da Sessão Pública, de defesa de tese para obtenção do Título de Doutor em Sociologia, área de concentração "SOCIOLOGIA", Linha de Pesquisa "Instituições e Poder". No dia 22 de abril de 2014, às 08:00 horas, nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, composta pelos Professores Doutores Amélia Siegel Correa – UFPR, Mônica Helena Harrich Silva Goulart – UTFPR, Luiz Fernando Lopes Pereira – UFPR, Maria Julieta Weber Cordova – UEPG e Ricardo Costa de Oliveira – UFPR (Orientador e Presidente da banca) para avaliar a Tese de Doutorado de **Alessandro Cavassin Alves**, intitulada "A PROVÍNCIA DO PARANÁ (1853-1889). A CLASSE POLÍTICA. A PARENTELA NO GOVERNO", para obtenção do Título de Doutor em Sociologia. O desenvolvimento dos trabalhos seguiu o roteiro de sessão de defesa estabelecido pelo Colegiado do Programa sob a coordenação do(a) Orientador(a). Após haver analisado o referido trabalho e argüido o(a) candidato(a), os membros da banca examinadora deliberaram pela "APROVAÇÃO....." do(a) candidato(a), concedendo-lhe o título de **Doutor(a) em Sociologia**. Curitiba, 22 de abril de 2014.


Prof.^a Dr.^a Amélia Siegel Correa


Prof.^a Dr.^a Mônica Helena Harrich Silva Goulart


Prof. Dr. Luiz Fernando Lopes Pereira


Prof. Dr. Maria Julieta Weber Cordova


Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira
orientador e presidente

Para Gislaine, Fabrício e Sofia

AGRADECIMENTOS

O processo de pesquisa é sempre um momento de muitos contatos e de muitas dívidas.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPR (Universidade Federal do Paraná).

Ao orientador Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira, primeiro como exemplo de luta por uma sociedade democrática, e segundo, pela condução nas reflexões aqui postas, e proporcionando a necessária liberdade para gerir este trabalho.

Aos professores do curso de Ciências Sociais e da Pós-Graduação em Sociologia da UFPR.

Agradeço em especial Dra. Maria Julieta Weber Cordova e Dr. Luis Fernando Lopes Pereira. Às professoras Dra. Amélia Siegel Corrêa e Dra. Mônica Helena Harrich Silva Goulart.

Aos colegas doutorandos. Aos colegas professores das diversas instituições de ensino da qual também faço parte e aos seus respectivos alunos.

Às inúmeras instituições pesquisadas, em especial na cidade de Curitiba, como a Assembleia Legislativa do Paraná, aberta em 1854, Arquivo Público do Paraná, fundado em 1855, a Biblioteca Pública do Paraná, de 1857, Museu Paranaense, de 1876, arquivos da Arquidiocese de Curitiba, de 1894, bem como arquivos da Cúria de Curitiba, bibliotecas da Universidade Federal do Paraná, de 1912, Círculo de Estudos Bandeirantes, de 1929, entre outros, enfim, guardiões da memória paranaense. Além das instituições do Brasil e exterior que preservar acervos sobre a história brasileira. E aos pesquisadores e familiares que guardam informações particulares sobre a história do Paraná.

Ao programa da CAPES-REUNI concedendo bolsa para os dois primeiros anos desta pesquisa. À Secretaria de Estado da Educação do Paraná pela licença concedida para o estudo do doutorado, nos dois últimos anos.

Aos familiares que acompanham o processo de forma ansiosa e ao mesmo tempo esperançosa. Enfim, são cidadãos que buscam igualmente uma sociedade justa, digna e que seja conduzida de maneira transparente e democrática.

Agradeço a Deus pela oportunidade.

“Nascimento, significa riqueza, significa relações que alguém pode facilmente adquirir, o que poderá ser extremamente difícil para uma outra pessoa; nascimento significa facilidade relativa de tornar-se dono de certos conhecimentos que, para outras pessoas, custarão muito estudo; nascimento significa dizer estar acostumado ao comando e ocupar uma posição importante; estas últimas coisas, geralmente julgadas de pouco peso, têm, ao contrário, uma enorme importância na prática da sociedade. O manto é oferecido a todos, todos podem tentar ganhá-lo, ainda que alguns deles distem três passos e outros distem 100. Eis como o nascimento é determinante. A experiência histórica não faz senão confirmar aquelas induções que podem ser tiradas pela sociedade atual. Existem muitos casos nos quais os cargos eletivos ficaram quase sempre enquistados nas mesmas famílias, porque naturalmente quem nasce fora delas terá de superar muitas desvantagens para poder concorrer vitoriosamente” (Gaetano MOSCA, 1925, in: GRZYNSZPAN, 1999, p.83).

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade analisar os acontecimentos políticos na província do Paraná, do período de sua emancipação em 1853 até o final do Império, em 1889, com o objetivo de entender quem são os atores que governaram esta dinâmica região brasileira, ao sul do país, através do cargo de deputado provincial, deputado geral e senador. O universo de indivíduos que ocuparam estas cadeiras foi de 188. Para tanto, foi utilizado da prosopografia ou biografia coletiva buscando identificar em especial dois pontos: a que família ou título familiar pertencem estes políticos, tendo como referência a *genealogia paranaense* de Francisco Negrão, *o silêncio dos vencedores* de Ricardo Costa de Oliveira, entre outras obras genealógicas; e, segundo, os recursos econômicos que tais atores possuíam. O pertencer a um título familiar levava o indivíduo a obedecer igualmente a um ou mais *chefes ostensivos*, que eram líderes partidários e representantes de *clãs* familiares amplos e tradicionais. Enfim, é possível observar uma classe social e política em ação no Paraná, composta de tropeiros e fazendeiros, de produtores de erva-mate e de profissionais liberais, como advogados, padres, médicos e engenheiros, mas que apesar da homegeneidade quanto a renda e a origem familiar, acabavam, devido a interesses diversos, dividindo-se entre os dois únicos partidos do Império, o liberal e o conservador. Através da leitura de jornais do século XIX, lista de votantes e *eleitores*, resultados eleitorais e demais fontes da época foi possível analisar este momento político no Paraná. Enfim, chega-se a conclusão de que ocupar um cargo público no século XIX, em especial os eletivos, era algo restrito a uma minoria, que deveria pertencer às tradicionais famílias, possuir capital econômico, cultural e social para tanto, como destaca o sociólogo Pierre Bourdieu, e ser subordinado aos *chefes ostensivos* dos partidos políticos, que por sua vez, eram representantes de *clãs* familiares amplos e tradicionais. Com isto, constituía-se a parentela unida para governar.

Palavras chaves: Província do Paraná; políticos paranaenses do século XIX; prosopografia;

ABSTRACT

The study here presented aims to analyze the political developments in the province of Paraná, from the period of its emancipation, in 1853, until the end of the Empire, in 1889, looking forward to understand who are the actors who ruled this dynamic Brazilian region, at the south of the country, through the positions of provincial deputy, general deputy and senator. The universe of individual who occupied these chairs was 188. For this, it was utilized the prosopography or collective biography, seeking to identify especially two points: to which family or family basis belonged these politicians, having as reference the *genealogia paranaense*, of Francisco Negrão, and *O silêncio dos vencedores*, of Ricardo Costa de Oliveira, among other genealogical works; and also the economic resources that all these actors had. Belonging to a family basis used to lead the individual to obey, equally, to one or more *ostensible bosses*, who were party leaders and representatives of the large and very traditional family *clans*. Anyway, it is possible to observe one main social and political class acting in Paraná, composed of *tropeiros* (drovers) and farmers, producers of *erva mate* and also liberal professionals, such as lawyers, priests, medicians and enginners; but despite the common income and family origin of these actors, they ended, due to various interests, diving themselves between the only two parties of the Impire, the liberal and the conservative. By reading newspapers of the nineteenth centurt, lists of voters and *electors*, electoral results and other sources of the time, it was possible to analyze this political moment of Paraná. Finally, we arrive at this conclusion: to occupy and public office in the nineteenth century, especially the electives, was something restricted to a minority, which should belong to the tradicional families, possess economic, cultural and social capital, as stands the sociologist Pierre Bourdieu, and be subjected to the *ostensible bosses* of the political parties, which in turn were representatives of the very tradicional family *clans*. This scene constituted a united group of relatives to govern.

Keywords: Province of Paraná; Paraná politicians of the nineteenth century; Prosopography.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	01
INTRODUÇÃO	04
CAPÍTULO 1 – A PARENTELA REUNIDA E AS LUTAS PARTIDÁRIAS. A POLÍTICA NA PROVÍNCIA DO PARANÁ DE 1853 A 1859	24
Liberais e Conservadores. A luta política em São José dos Pinhais em 1852	24
Momento da Conciliação, 1854 e 1855. Votantes e Eleitores do Paraná	36
A Eleição para Senador no Paraná em 1854	39
A Eleição para deputado à Assembleia Geral no Rio de Janeiro	44
Composição da 1ª Assembleia Legislativa do Paraná, 1854 e 1855. Momento da Conciliação	47
As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial em 1854 e 1855	61
Composição da 2ª Assembleia Legislatva Provincial do Paraná, 1856 e 1857. Em direção ao fim da Conciliação	66
As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial em 1856 e 1857	70
Composição da 3ª Assembleia Legislativa Provincial do Paraná, 1858 e 1859. O declínio dos conservadores e o início do predomínio do Partido Liberal	76
As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial em 1858 e 1859	82
9ª e 10ª Assembleia Legislativa Geral, Rio de Janeiro	87
CAPÍTULO 2 – A DÉCADA DE 1860 – DAS “CARDOSADAS” AOS “VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA”	94
Os anos de 1860 e 1861 e as “Cardosadas”. A classe política paranaense ameaçada	94
Composição da 4ª Assembleia Legislativa Provincial, 1860 e 1861. E o polêmico presidente da província do Paraná, Dr. José Francisco Cardoso	100
As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial, 1860 e 1861	105
11ª Assembleia Legislativa Geral, Rio de Janeiro, 1861-1863.....	117
Composição da 5ª Assembleia Legislativa Provincial, 1862 e 1863. A consolidação do predomínio dos liberais no Paraná	122
As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial, 1862 e 1863	124
12ª Assembleia Legislativa Geral, Rio de Janeiro, 1864 a 1866	126

Composição da 6ª Assembleia Legislativa Provincial, 1864 e 1865. Uma assembleia legislativa liberal	127
As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial, 1864 e 1865	131
Composição da 7ª Assembleia Legislativa Provincial, 1866 e 1867. O predomínio liberal	137
As Sessões da 7ª Assembleia Legislativa Provincial, 1866 e 1867	141
13ª Assembleia Legislativa Geral, Rio de Janeiro, 1867 e 1868	144
Composição da 8ª Assembleia Legislativa Provincial, 1868 e 1869. O final da década de 1860 e a reorganização dos saquaremas	145
As Sessões da 8ª Assembleia Legislativa Provincial, 1868 e 1869	149
14ª Assembleia Legislativa Geral, Rio de Janeiro, 1869 a 1872	157

CAPÍTULO 3 – A DÉCADA DE 1870. O PREDOMÍNIO CONSERVADOR E UMA ÉPOCA DE ESTABILIDADES 163

Composição da 9ª Assembleia Legislativa Provincial, 1870 e 1871. Uma legislatura toda conservadora	163
As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial, 1870 e 1871	168
Eleições municipais “extraordinárias” de 1870 e 1871	174
Composição da 10ª Assembleia Legislativa Provincial, 1872 e 1873. Uma nova política imigratória para o Paraná	176
As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial, 1872 e 1873	180
15ª Assembleia Legislativa Geral, Rio de Janeiro, 1872 e 1873	188
A vaga de Senador pelo Paraná aberta pelo falecimento do barão de Antonina	190
Composição da 11ª Assembleia Legislativa Provincial, 1874 e 1875. Os conservadores no poder	191
As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial, 1874 e 1875	195
Composição da 12ª Assembleia Legislativa Provincial, 1876 e 1877. E o Dr. Lamenha Lins	200
As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial, 1876 e 1877	204
16ª Assembleia Legislativa Geral, Rio de Janeiro, 1876 a 1877 e a eleição para Senador no Paraná	211
Composição da 13ª Assembleia Legislativa Provincial, 1878 e 1879. O retorno dos liberais	213

As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial, 1878 e 1879	218
--	-----

CAPÍTULO 4 – A TRAUMÁTICA TRANSIÇÃO DE GABINETES NO IMPÉRIO . 225

Composição da 14ª Assembleia Legislativa Provincial, 1880 e 1881. A década de 1880 e o caso da Monarquia	225
As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial, 1880 e 1881	230
17ª e 18ª Assembleia Legislativa Geral, Rio de Janeiro, 1878 a 1884. A passagem dos liberais para os conservadores	239
Composição da 15ª Assembleia Legislativa Provincial, 1882 e 1883. Dr. Carlos de Carvalho e a “revolta do vintém” do Paraná	242
As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial, 1882 e 1883	249
Composição da 16ª Assembleia Legislativa Provincial, 1884 e 1885. Liberais X Conservadores	259
As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial, 1884 e 1885	263
19ª e 20ª Assembleia Legislativa Geral, Rio de Janeiro, 1885 e 1886 a 1889	277
Composição da 17ª Assembleia Legislativa Provincial, 1886 e 1887. Deputados liberais em governo conservador. Reflexos da Lei Saraiva	281
As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial, 1886 e 1887	286
Composição da 18ª Assembleia Legislativa Provincial, 1888 e 1889. A última legislatura do período imperial	292
As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial, 1888 e 1889	301

CONSIDERAÇÕES FINAIS 315

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 340

ANEXO 1 – Ficha Biográfica dos Senadores, Deputados Gerais e Deputados Provinciais do Paraná, de 1854 a 1889	349
ANEXO 2 – Políticos paranaenses e a Genealogia Paranaense de Francisco Negrão	433
ANEXO 3 – <i>Eleitores</i> , Vereadores e Juizes de Paz do Paraná	438
ANEXO 4 – Deputados Gerais do Paraná	495

INTRODUÇÃO

O romance histórico de David Carneiro (1941), *O Drama da Fazenda Fortaleza*, reconstrói a história de uma *família senhorial* em formação, com o senhor proprietário, agregados, escravos, esposa, filha, genro, netos, padres da igreja (poder eclesiástico) e índios. Família iniciada no século XVIII pelo português José Félix da Silva, que pelos seus trabalhos de desbravador, ao requerer uma sesmaria, lhe é concedida uma em 20/maio/1788 ao norte da vila de Castro, distante 25 km da localidade de Tibagi, enfim, “afundada” no que seria o “sertão de Curitiba”, que o obrigava a viver em contínuo conflito com índios. Estabelece-se, assim, a *Fazenda Fortaleza*, nome dado ao verdadeiro forte que ela parecia ser. E pelos seus feitos recebe o título de sargento mor, além de outros poderes na região em que vivia¹. O romance, entretanto, destaca a prisão da esposa do sargento mor José Félix, Dona Onistarda Maria do Rosário, porém, em cárcere domiciliar por tentativa de assassinar seu próprio marido, afinal, não era seu desejo este casamento e, segundo José Félix, por ela já ter tido outro homem, e também a história da gravidez antes do casamento de sua única filha, Ana Luiza, provavelmente com o índio Maha-min, chavante e filho de cacique. José Félix era tido como cruel e, portanto, temido e odiado por todos. Sua filha, Ana Luiza, mesmo grávida, acabou tendo de se casar com o fazendeiro de Jaguariaíva, Manoel José do Canto, das fazendas de Luciano Carneiro Lobo. José Felix e Onistarda terão, então, dois netos, Mecia Maria do Canto e Manoel Ignácio do Canto e Silva. Os netos acabaram vivendo na fazenda *Fortaleza*, devido ao falecimento precoce do pai em 1815. A história é narrada pelo padre Antonio Pompeu, da vila de Castro, que atende sacramentalmente a “isolada fazenda”².

¹ José Félix da Silva, já em 28/jan/1789, em ata da câmara de Castro, consta seu nome e do capitão Ignácio Taques de Almeida como juízes presidentes da localidade (ambos sesmeiros da região). Ficou como juiz ordinário de Castro até 1793, passando depois a atuar como ajudante de milícias, juiz do conselho e capitão de ordenanças na região. Em 1834, seu jovem neto, Manoel Ignácio do Canto e Silva, com 25 anos, já estará atuando como vereador e presidente da câmara de Castro (<http://www.camaracastro.pr.gov.br/atas/> - Acesso em 15/jul/2003).

² Este romance histórico tem como uma das fontes o relato do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) que esteve na *Fazenda fortaleza* na década de 1820, tendo comentado estes fatos em seu diário. Outro viajante que esteve nesta fazenda foi o engenheiro inglês Thomas P. Bigg-Wither, porém, no ano de 1874, na qual esta ainda possuía “suas grossas muralhas”. Neste ano a fazenda era administrada por um feitor e contava com oito escravos. “O atual proprietário da Fortaleza, como me disse o sr. Gregório [o feitor], era certo sr. Manoel Ignácio do Canto. A propriedade é de não menos de vinte e uma léguas quadradas, constituindo em campo e floresta”. De acordo com Bigg-Wither, se o Paraná tivesse umas vinte propriedades desta, ele seria uma província deserta. O viajante descreve, então, os detalhes da fazenda, mas que já não tinha os mesmos usos do passado, servindo apenas para “estágio de tropas de animais chucros, em trânsito para Sorocaba” e seu proprietário não morava mais nela (BIGG-WITHER, 1974, p.403-412).

Em 1854, por ocasião da primeira eleição para deputado provincial do Paraná, Manoel Ignácio do Canto e Silva irá figurar entre os eleitos à primeira assembleia legislativa provincial. Vitória obtida provavelmente por sua imensa riqueza material³, experiência em cargos públicos como o de vereador e da guarda nacional, e a proximidade que sua família tinha com tradicionais famílias desta região, como a família do falecido capitão mor de Curitiba, Lourenço Ribeiro de Andrade (avô dos Sá Ribas) e com a família do barão de Antonina (Guimarães)⁴. Depois, a participação na vida política provincial desta família irá se estender a dois genros de Manoel Ignácio do Canto e Silva: o jovem advogado residente na capital Curitiba e depois em Castro, Dr. Laurindo Abelardo de Brito, um dos mais destacados políticos paranaenses, enquanto deputado provincial e deputado geral e, posteriormente, no ápice de sua carreira política, nomeado presidente da província de São Paulo; e o outro genro, futuro barão de Monte Carmelo, Bonifácio José Baptista, grande latifundiário em Castro também eleito deputado provincial no Paraná⁵. Por esse mesmo tempo, Manoel Ignácio do Canto e Silva, já com 67 anos, figurava na lista tríplice dos candidatos ao Senado pelo Paraná em 1876, porém, não acabou sendo o escolhido pelo Imperador D. Pedro II.

De maneira geral, os políticos “paranaenses” do período imperial terão uma origem bastante semelhante ao de Manoel Ignácio do Canto e Silva; “pais desbravadores”, com riqueza adquirida ao longo dos anos, com muitos escravos, ocupando os cargos públicos de governo em suas localidades, e posteriormente através das redes de parentelas, geralmente com filhos ou genros “doutores”, irão consolidando sua condição de *classe senhorial*.

O presente trabalho de tese concentra sua área de investigação empírica e análise neste exato tema, o da formação de uma intrincada, mas visível, rede familiar que ocupou as

³ “É bem provável que Ana Luíza da Silva [mãe de Manoel Ignácio] tenha sido a maior proprietária de escravos de Castro (...)” e ainda, por ocasião de seu testamento, “sua escravaria era de cento e trinta e nove escravos, mais os seis que ganharam a liberdade conforme vontade da testadora. Dados constantes na declaração do inventariante. Uma grande quantidade de prata, utensílios, gado, cavalos, éguas, entre outros bens que fazem parte de uma grande herança” (*Museu do Tropeiro, Fundos Inventários*, 1851-1860. Inventário de Ana Luíza da Silva, in: VIAL, 2013, p.120 e p.125). Ana Luíza faleceu na cidade de Castro em 9/maio/1856.

⁴ O capitão mor de Curitiba, Lourenço Ribeiro de Andrade foi padrinho de casamento de José Felix da Silva e Onistarda Maria do Rosário (CARNEIRO, 1941, p.95). E na revolta liberal de Sorocaba em 1842, Manoel Ignácio do Canto e Silva é um dos muitos fazendeiros da região de Castro que apóiam a liderança de João da Silva Machado (futuro barão de Antonina) contra os revoltosos liberais, sendo indicado a receber a comenda da Ordem de Cristo por ajudar a defender a causa legalista. E o barão de Antonina foi um dos testamenteiros de Ana Luíza da Silva, mãe de Manoel Ignácio.

⁵ David Carneiro assim se refere ao casamento de Ana Luíza, uma das filhas de Manoel Ignácio do Canto e Silva, com Bonifácio José Baptista: “Quando casou [Bonifácio] já possuía, conforme nos conta Pedro Novais, um pecúlio acumulado considerável, mas o orgulho de Manoel Ignácio do Canto e Silva era tal que achava todos os pretendentes pequenos para sua filha, o que obrigou Bonifácio, a quem fora negada a mão de Ana Luíza, a raptá-la para casarem-se em Ponta Grossa, na capela Sant’Ana. Manoel Ignácio ficou furioso, mas acabou por chegar às boas com o genro” (CARNEIRO, 1963, p.70).

cadeiras de senador, deputado geral e deputado provincial do Paraná no período imperial, entre os anos 1853 e 1889⁶. Assim, busca-se entender este importante momento histórico do início da formação do “Paraná”, através da análise de sua *classe política*⁷, da qual, como se verá adiante, eram membros e/ou herdeiros de uma *classe senhorial* colonial, isto é, de famílias que receberam sesmarias nesta região desde os séculos XVII ao XIX. Numa perspectiva genealógica este será um grupo político extremamente fechado e que assume, quase que naturalmente, o poder neste “novo território”, povoado por aproximadamente sessenta mil almas cristãs no ano de 1853, e se perpetuando até o final do período imperial, quando o Paraná já contava com duzentos e cinquenta mil habitantes. Assumir o cargo público de senador, deputado geral ou provincial, ou mesmo de vereador e juiz de paz nas localidades, portanto, só era possível ao indivíduo que estava atrelado a uma estrutura familiar proprietária de terras e escravos, grande comerciante, por vezes com títulos acadêmicos, mas sempre com vínculos de nascimento ou casamento na região. Caso contrário, sem o apoio destas famílias, dificilmente um indivíduo conseguiria se eleger.

Este estudo justifica-se, também, porque são poucos, ainda, os pesquisadores que tem como foco o contexto específico do século XIX e, em especial, a ação política na província do Paraná⁸. Este contexto do poder local/provincial neste período é pouco explorado, bem como

⁶ Ilmar Rohloff de Mattos assim interpreta este momento de formação desta *classe senhorial* brasileira e, portanto, da mesma dinâmica existente também ao sul do Brasil, posta neste trabalho: “(...) os plantadores escravistas construíam lentamente sua individuação, possibilitavam o recorte de uma região e pareciam mesmo constituir uma classe social. Não obstante, a forma que a colonização assumiu, o isolamento das regiões, o próprio isolamento entre os plantadores e, antes de mais nada, a própria efetivação do pacto colonial limitavam aquela constituição. Nas câmaras municipais, os plantadores escravistas reafirmavam os nexos complementares e contraditórios que os uniam aos colonizadores; (...)” (MATTOS, 1990, p.40). Para o autor, os plantadores escravistas restringiam sua atuação ao exercício da dominação nos limites de suas propriedades, mas enquanto *classe senhorial* serviam-se do Estado imperial para construir a sua unidade e levar a efeito uma expansão (*Ibidem*, p.92).

⁷ Para Gaetano Mosca a chamada *classe política* tinha como característica a organização e se destacava por possuir méritos e dons reconhecidos pela maioria governada, como força física, o contato direto com divindades, o saber, a riqueza, etc. E ainda, a existência de forças sociais que distinguem governantes de governados, como exemplo, o nascimento, a riqueza e o valor militar. Para Mosca, a classe política ao se estabilizar busca manter assim as posições alcançadas e garantir esta sucessão a seus descendentes. E argumentava que “qualquer indivíduo que faça parte da classe política deve ter, ou pelo menos presume-se que tenha, um mérito ou uma qualidade que não são possuídos por todos, aos quais, na sociedade em que vivemos, a maioria dos homens confere uma grande importância”. E um destes méritos é o de ter nascido em uma família capaz de lhe proporcionar riqueza, educação, relações sociais, contatos, que dificilmente uma outra pessoa conseguiria (MOSCA, 1925, *in*: GRZYNSZPAN, 1999).

⁸ Pode-se citar Cecília WESTPHALEN (1996) e David CARNEIRO (1994), com estudos específicos de política sobre o Paraná provincial; os manuais de história do Paraná, como os de Romário MARTINS (1995), BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN, (Vol.1, 1969), Ruy WACHOWICZ (1982), Lucinéia STECA e Mariléia FLORES (2002), que de maneira ampla apresentam este momento; e, numa perspectiva geral sobre política nesta província, estudos como os de Temístocles LINHARES (2000), Marion MAGALHÃES (2001), Ricardo Costa de OLIVEIRA (2001), Luis Fernando Lopes PEREIRA (1998), Amélia CORRÊA (2006), Mônica

os temas que dele podem ser pesquisados, como a própria classe política, as leis aprovadas, os cargos ocupados, as obras públicas, as famílias, os partidos, as disputas internas por poder, a economia paranaense, a religião, enfim, campos de estudos que merecem ser aprofundados para uma melhor compreensão da história do Paraná.

Uma proposta de estudo sobre a política paranaense no Segundo Império

O Brasil, após sua independência política, em 7/set/1822, constituiu-se de um governo “monárquico hereditário, constitucional e representativo”, dado por sua primeira *Constituição*, outorgada pelo imperador D. Pedro I, em 25/mar/1824⁹, de caráter centralizador, com um monarca considerado inviolável e sagrado, não podendo ser responsabilizado por seus atos e exercendo o poder moderador. Porém, se faz necessário analisar concretamente como este modelo institucional, com um poder moderador, se concretizava nas práticas políticas diárias, tanto nas províncias, como na Corte no Rio de Janeiro.

Mesmo sob este imperador soberano, por questões pessoais e conflitos internos no Brasil, D. Pedro I acabou abdicando do trono em 7/abr/1831, em favor de seu filho, ainda criança. A Constituição previa, então, que o país fosse administrado por uma *Regência*, a qual, por sua vez, passou a discutir o arranjo institucional dado por sua Carta Magna; assim, alguns dos princípios constitucionais foram revistos sendo aprovado o *Ato Adicional*, de 12/ago/1834¹⁰, que reduziu a centralização política e administrativa no país, criando as assembleias legislativas provinciais, proporcionando, desta forma, maior autonomia às províncias e inserindo de maneira mais ativa as elites provinciais no processo decisório local; extinguiu também o Conselho de Estado, e transformou-se a Regência de trina em una, eleita pelo conjunto do país através do voto censitário, enquanto princípios mais próximos aos “liberais”. Porém, a nação continuava a passar por duras instabilidades políticas, como a luta

GOULART (2008), Maria Julieta Weber CORDOVA (2009), Renato PERISSINOTTO [et al.] (2007), Adriano CODATO e Fernando José dos SANTOS (orgs.) (2006), entre outros. Enfim, há também estudos específicos sobre fatos históricos, biografias, estrutura agrária, discussão sobre a emancipação do Paraná, ocupação do território, história da alimentação, economia, que de certa forma, tem como tema transversal a política e seus políticos no século XIX.

⁹ Constituição Política do Império do Brasil, 1824, in: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm (Acesso em 10/ago/2013).

¹⁰ Lei n.º 16, de 12/ago/1834, in: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html> (Acesso em 10/ago/2013). Conferir também: MONTEIRO, 1990, p.125-143.

interna entre grupos, como os restauradores, moderados e exaltados, além das revoltas, como a Cabanagem, Balaiada, Sabinada e a Guerra dos Farrapos (CARVALHO, 2012). Diante disto, na década de 1840, antecipou-se a maioria de D. Pedro II, em 23/jul/1840, e políticos “conservadores” retomariam a organização do governo imperial aprovando leis *interpretativas do Ato Adicional*, com a volta do Conselho de Estado, em 23/nov/1841, reformulando o Código de Processo Criminal, em 3/dez/1841, e a Guarda Nacional. Mas, preservavam-se as assembleias legislativas provinciais. Enfim, havia a necessidade urgente e constante de organizar este imenso território.

No final da década de 1830 iniciava-se, assim, de maneira mais concreta, a formação dos dois únicos partidos políticos do Império: o *liberal*, que defendia as reformas do *Ato Adicional* de 1834; e o *conservador*, que buscava retomar princípios que proporcionasse ao governo central maior controle sobre as dissidências no Império. Entretanto, ambos os partidos passaram a auxiliar D. Pedro II a administrar o país ao longo de todo o 2º reinado, com a formação dos chamados gabinetes imperiais, porém, com o imperador mantendo a autonomia de nomear e destituir os ministérios, e de convocar as assembleias legislativas gerais. Assim, conforme esclarece Fragoso & Silva, é necessário atentar para os políticos do período imperial:

Isto é, a solução monárquica no Brasil, a manutenção da unidade da ex-colônia e a organização de um governo civil estável, resultam em grande medida do tipo de elite política presente à época da Independência, gerada, portanto, pela política colonial portuguesa. Essa elite se caracterizava pela homogeneidade, principalmente, no que se refere à ideologia e ao treinamento. É certo que existia também homogeneidade social entre seus membros, já que eles eram recrutados entre os setores sociais dominantes (proprietários de terras e comerciantes). Contudo, só isso não servia de garantia para a unidade da elite política, já que, como veremos, mesmo entre os grandes proprietários existiam conflitos de interesses, o que muitas vezes dificultava a ação coordenada. Nesse sentido, será a homogeneidade ideológica e de treinamento – padrões herdados da experiência colonial portuguesa – que reduzirá os conflitos intra-elite e possibilitará a implementação de um determinado modelo de dominação política (FRAGOSO & SILVA, 1990, p.198).

A “solução monárquica no Brasil” passou, sem dúvidas, pela adesão de sua elite, neste trabalho considerado como uma classe política, que tinha um caráter homogêneo no que se refere à ideologia e ao treinamento (CARVALHO, 2003), mas dividida quanto a interesses específicos, por vezes locais e provinciais, o que, por vezes, acabou provocando conflitos sangrentos, como a Farroupilha, no Rio Grande do Sul, de 1835 a 1845; a revolta liberal de 1842, em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro; e a insurreição praieira, em Pernambuco, em 1848 e 1849, na qual estavam envolvidos os interesses de classes dominantes. Reprimidas as revoltas, em 6/set/1853, formou-se o chamado *gabinete da conciliação*, em que

conservadores e liberais estariam a governar de maneira conjunta, sob a liderança de Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro Marques de Paraná, como forma de minimizar tais conflitos.

Enfim, sob este contexto institucional, da década de 1850 foi que a região da comarca de Curitiba e Paranaguá, sul do Brasil, teve sua emancipação política aprovada em 29/ago/1853, desmembrando-se de São Paulo, e com sua instalação em 19/dez/1853 devido a chegada de seu primeiro administrador, o conservador Dr. Zacarias de Goes e Vasconcellos; região que recebeu a denominação “Paraná”, título nobiliárquico do líder político da “conciliação”¹¹.

Com isto, este território emancipado teve direito a eleger no ano seguinte um senador e um deputado geral, para representar a nova província na Câmara geral no Rio de Janeiro, e vinte deputados provinciais e seus suplentes. Enfim, os “paranaenses” tiveram de se articular para assumir o novo governo provincial; porém, coube aos grandes proprietários de terras e de gado, aos tropeiros, aos comerciantes, aos ervateiros e exportadores, residentes tanto no litoral como no planalto curitibano, enfim, os considerados os *homens bons* desta parte do Império, o governo provincial, tendo a Assembleia legislativa provincial como o local privilegiado para assumir a direção político-institucional da nova província¹².

No presente trabalho busca-se compreender e caracterizar o movimento de consolidação desse grupo no poder, levantando de forma sistematizada quem foram os políticos eleitos na nova província brasileira, de maneira a identificar esta classe política paranaense e suas características neste período histórico específico, de 1853 a 1889; ao mesmo tempo, quando for possível, pretende-se também realizar comparações com outras províncias brasileiras. Dessa forma, tendo em vista o caráter constante das eleições, mesmo que direcionadas pelos nomeados presidentes da província, mas que por sua vez ficavam pouco tempo na administração provincial, mesmo que manipuladas pelos líderes locais de acordo com o partido político dominante, este estudo pretende discutir igualmente a dinâmica

¹¹ Sobre o processo de emancipação política da província do Paraná, conferir, entre outros estudos, os de Divonzir BELOTO (1990), Ricardo Costa de OLIVEIRA (2001) e a recente tese de Vítor Marcos GREGÓRIO (2012), na qual os autores discutem a criação, por parte do governo imperial, desta estratégica província ao sul do Brasil. Enfim, “o Paraná nasceu politicamente em sintonia com a ordem dominante central” (OLIVEIRA, 2001, p.xxi), no sentido de que a criação de uma província nesta região, entre São Paulo e o Rio Grande do Sul, seria um ponto de apoio à ordem legalista imperial. Seria igualmente a valorização da classe política local e a consolidação de sua adesão ao projeto político unitário do Império.

¹² Para Miriam DOLHNIKOFF (2005, p.284) as elites provinciais são um importante ator político na compreensão do Estado monárquico constitucional brasileiro no século XIX. A autora defende a tese da importância de se considerar as elites provinciais enquanto agentes fundamentais na construção do modelo de Estado unitário no Brasil, quando se buscou estabelecer um pacto federativo que respeitava e dava voz, através do parlamento, tanto provincial quanto o geral, a estas elites locais.

política do Império dentro das províncias e a ação dos atores políticos locais, na figura dos líderes familiares e partidários, frente ao modelo centralizador de se conduzir a nação.

Questões teóricas e metodológicas aplicadas ao trabalho

Justifica-se esta proposta de estudo e levantamento na medida em que se considera a instituição política denominada assembleia legislativa (tanto a provincial como a geral) e o senado como espaços nos quais os principais quadros políticos de uma região estão presentes, produzindo suas carreiras e relacionamentos nestes *campos* de poder (GOUVÊA, 2008; GOULART, 2008), discutindo seus projetos e consolidando seus interesses através do parlamento (DOLHNIKOFF, 2005)¹³, tendo como “limite” o poder moderador do Imperador, mas que governa em sintonia com estes interesses (ADORNO, 1988)¹⁴.

Para o desenvolvimento do trabalho, portanto, algumas fontes primárias privilegiadas do período em estudo foram destacadas, visando à compreensão de quem seriam estes membros desta classe política paranaense; são elas as *lista de votantes qualificados* da província do Paraná a partir de 1854, que trazem dados como idade, estado civil, filiação, profissão e renda dos votantes; os *partidos políticos*, liberal e conservador, a qual cada um pertencia; os jornais de época¹⁵; destaca-se o jornal *O Dezenove de Dezembro*, na qual estão

¹³ Para Miriam DOLHNIKOFF (2005, p.17-18), “na Câmara [geral, pós 1834] as elites encontraram o espaço de defesa de seus interesses, negociando demandas que se confrontavam tanto entre as diversas províncias como entre estas e o centro. Neste modelo, a divisão territorial em províncias correspondeu à existência de governos autônomos em relação a matérias de grande importância, sobre as quais esses governos atuavam unilateralmente, com poderes irrevogáveis pelo governo central”.

¹⁴ Para Sérgio ADORNO (1988, p.62) os diversos grupos de proprietários rurais, uma vez garantido a ordem no interior de suas grandes unidades produtoras, tratavam de exercer controle sobre o “aparelho do Estado a fim de assegurar a livre circulação da riqueza produzida. Foi precisamente nesse plano que a existência do poder moderador impediu a concretização da hegemonia política dos grandes proprietários rurais. Assim, se esses grupos sociais foram dominantes relativamente aos grupos sociais antagonicos, não foram em igual medida dirigentes com referência aos grupos sociais afins”.

¹⁵ Romário MARTINS (1908) apresenta a lista de jornais publicados no Paraná de 1854 a 1907. Durante o período imperial foram publicados em Curitiba aproximadamente 80 periódicos. Destacam-se neste trabalho *O Dezenove de Dezembro* (1854/1890); *O Constitucional* (1861); *Correio Oficial* (1862/63), jornal que substituiu o periódico *O Dezenove de Dezembro*, nos dois anos em que este último não foi publicado; *Imprensa Livre* (1867) em que eram redatores e proprietários os bacharéis Sérgio Francisco de Souza Castro e João José Pedrosa; *25 de Março* (25/mar/1876), de Justiniano de Mello e Silva, que também publicou *O Paranaense* (9/dez/1877), *Jornal do Commercio* (1882) e *Sete de Março* (1889), ambos do partido conservador; *Província do Paraná* (1876 – *Estado do Paraná*, 1889), *Gazeta Paranaense* (1876), órgãos do partido liberal; *A República* (1886), iniciando a reflexão sobre ideais republicanos; *Echo Paranaense* (n.º 01, 20/out/1885, Curitiba), que dizia não ter compromisso com os partidos militantes; *A Opinião* (3/ago/1887, Curitiba, órgão de estudantes); entre outros; destacam-se em Curitiba os inúmeros periódicos alemães, *Der Pionier* (1881); *Deutscher Waltemblatt* (23/dez/1882); *Der Franen Lieblina* (1886); *Deutsch Echo* (1886); *Der Erzaller* (1886); *Deutsch Volkszeitung* (14/jul/1887); *Deutscher Blatter* (1887); Em Paranaguá e nas demais cidades do litoral paranaense

publicados os atos do governo paranaense, bem como os diários da Assembleia legislativa provincial de boa parte do período, além dos resultados eleitorais e diversas outras informações sobre os políticos locais. Este jornal tem a característica de ser o único periódico que foi publicado de 1854 a 1890, praticamente sem interrupções, e preservado integralmente no Museu Paranaense, instituição que foi inaugurada em 25/set/1876; além de outros periódicos, do Paraná e do Império, disponíveis, em especial, na *hemeroteca digital brasileira*, da Fundação Biblioteca Nacional¹⁶; os discursos de abertura e encerramento da Assembleia legislativa, o primeiro pelo presidente da província e o último pelo presidente da Assembleia; a *Genealogia paranaense*, em especial a obra de Francisco Negrão em seis volumes¹⁷; a *legislação eleitoral* deste período; e as *leis e decretos* da província do Paraná. Essas fontes, em seu conjunto, permitem ao pesquisador relacionar dados formando uma compreensão mais ampla de quem eram os indivíduos eleitos no Paraná.

A metodologia privilegiada é a biografia coletiva ou prosopografia dos políticos paranaenses no período imperial (1853 a 1889)¹⁸. Isto possibilita demonstrar uma visão conjunta destes políticos, enquanto representantes eleitos, sob as regras institucionais do regime monárquico constitucional e sob os costumes da época. O ganho neste tipo de estudo, sobre quem é quem, trajetórias individuais e de grupos, enriquecem a compreensão da

foram publicados inúmeros outros jornais, como *A Phenix* (janeiro/1867), de propriedade do conservador Manoel Eufrásio Correia; *Livre Paraná* (7/jul/1883), jornal republicano de Fernando Machado de Simas; em Morretes *O Povo* (1879), jornal de José Francisco da Rocha Pombo, que também irá lançar o jornal *Echo dos Campos* (1883) em Castro; mas, foi apenas pós-1854 que se passou a existir jornais escritos no Paraná, mas com grande desenvolvimento, porém, muitos deles tiveram curtos períodos de duração.

¹⁶ Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx> (Acesso, ano de 2012 e 2013).

¹⁷ A *Genealogia Paranaense*, obra de Francisco Negrão, em seis volumes é uma fonte muito rica quando se quer saber as relações de parentesco na história paranaense, anterior ao início do século XX. “O autor seguiu tradicionais procedimentos investigativos no campo genealógico, constituindo-se em fundamental recurso para aqueles que desejam conhecer e pesquisar a formação da classe dominante real do Paraná enquanto uma totalidade histórica concreta e viva. Certamente que um instrumento como a genealogia deve ser rigorosamente verificado e considerado no seu método e na sua exatidão a partir de outras fontes” (OLIVEIRA, 2001, p.33, nota 17). Portanto, apesar de ser uma fonte privilegiada neste estudo, busca-se apontar seus limites, nomes omitidos, famílias não citadas, problematiza-se, igualmente, as escolhas feitas pelo próprio Francisco Negrão enquanto membro das tradicionais famílias paranaenses.

¹⁸ STONE (2011) apresenta o método prosopográfico e suas limitações; BARMAN & BARMAN (1976) realizam um estudo prosopográfico da elite imperial brasileira do século XIX, buscando entender a queda deste regime político; BURKE (1991) utiliza do método prosopográfico comparando as elites de Veneza e Amsterdã, entre 1580 a 1720; JONES (1992) analisa as elites políticas do império Romano; OLIVEIRA (2001) demonstra, através da perspectiva genealógica, quem é a classe dominante paranaense; CARVALHO (2003) discute o perfil da elite política brasileira no período imperial e a construção do Estado; CUNHA (2003) destaca quem eram os *homens bons* na Curitiba setecentista; Fátima FERNANDES (2003) destaca as famílias da nobreza medieval portuguesa; MACHADO (2004) traça um perfil das lideranças do Contestado, em Santa Catarina e Paraná, como forma de compreender esta guerra civil brasileira; CORRÊA (2006) faz a prosopografia dos redatores republicanos do Paraná no final do século XIX; HEINZ (2006) traz exemplos de estudos prosopográficos sobre o Brasil e Canadá; LOVE (2006) compara as elites de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco da República Velha brasileira; GOULART (2008) analisa os políticos paranaenses na primeira República; entre muitos outros.

constituição dos fenômenos sociais e políticos, afinal, busca-se conhecer “o que de real existe no papel das elites” (CARVALHO, 2003, p.20). Nesse sentido realiza-se uma ficha biográfica dos senadores, deputados gerais e provinciais paranaenses eleitos a partir de 1854, formando um total de 188 indivíduos (anexo 1)¹⁹. No desenvolvimento deste trabalho estes indivíduos vão sendo apresentados, em seus cargos específicos, e assim busca-se compreender a cada legislatura provincial o movimento das trajetórias políticas; analisam-se as eleições para cada legislatura, destacando o contexto da época, seus fatos principais, a nomeação dos presidentes da província do Paraná, vindos de outras províncias e, gradativamente, a partir de 1863, cargo ocupado pelos próprios paranaenses.

Este trabalho tem como eixo narrativo central, portanto, a *crônica política*²⁰, copilada especialmente dos jornais do século XIX, em especial do jornal publicado em Curitiba, o *Dezenove de Dezembro*, acompanhando de forma particular os trabalhos da assembleia legislativa provincial do Paraná, local privilegiado para se observar a classe política desta província. Neste sentido, segue-se a ordem cronológica dos fatos, isto é, apresenta-se, de forma ordenada, quem foram os deputados provinciais eleitos desde a 1ª legislatura em 1854 e 1855 até a 18ª legislatura em 1888 e 1889, sendo esta a última do período imperial. Isto, também, observando quem foram os personagens eleitos respectivamente para senador e deputado geral, as nomeações e posses dos presidentes e vice-presidentes da província, por vezes seus secretários e demais autoridades nomeadas para os municípios, assim, também, acompanhando a eleição de vereadores e juizes de paz das vilas paranaenses, e de *eleitores* até 1881; e tudo isso com o cuidado metodológico de não se tomar como verdade única ou absoluta os fatos relatados pelos jornais, ou seja, na medida do possível buscam-se contrapontos em outras fontes, construindo aqui um conhecimento crítico e reflexivo. Assim, no desenvolvimento desta crônica política, propõe-se encontrar as características gerais desta classe política a governar, através da metodologia da prosopografia. Estes fatos políticos retomados terão como objetivo demonstrar que estes atores políticos envolvidos, membros de

¹⁹ A ficha biográfica busca ressaltar os aspectos familiares e de parentesco (avôs, pais, casamentos, compadrios), residência, educação e profissão, cargos públicos (enquanto trajetória) e títulos nobiliárquicos dos 188 políticos paranaenses do período imperial.

²⁰ A partir da leitura dos jornais de época irá se reconstruir os fatos políticos que teriam ocorrido durante o período de 1853 a 1889 no Paraná. Fatos estes que vão da troca dos presidentes da província, nomeação de funcionários públicos, brigas políticas, eleições, posse dos deputados provinciais e gerais, posse de vereadores e juizes de paz, leis provinciais aprovadas, falecimentos de políticos, obras públicas, reuniões partidárias, entre outros. A esta retomada dos fatos políticos chamar-se-á “crônica política”, enquanto uma tentativa de reescrita dos acontecimentos registrados nos jornais paranaenses e do Brasil do século XIX.

tradicionais famílias paranaenses, estão realmente, e em todo este extenso momento histórico, a controlar e/ou a lutar pelo poder nesta província.

Porém, sabe-se que a simples construção de *trajetória* destes indivíduos, “como uma série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes”, como demonstra Pierre Bourdieu (1996, p.81-82), leva a uma “ilusão biográfica”, prejudicial à compreensão dos fenômenos sociais.

Tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um “sujeito” cuja única constância é a do nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diversas estações (BOURDIEU, 1996, p.81).

As fichas biográficas destes indivíduos que ocupam as posições de governo, por si só, nada explicariam, e as posições que vão ocupando ao longo da vida, destacadas neste trabalho, não significam a existência de um todo coerente, coeso e atado por uma cadeia de inter-relações. Esta é dada, *a posteriori*, pelo indivíduo ou pesquisador (MONTAGNER, 2007, p.252). Portanto, é necessário considerar que:

Os acontecimentos biográficos definem-se antes como *alocações* e como *deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado. É evidente que o sentido dos movimentos que levam de uma posição a outra (...) define-se na relação objetiva entre o sentido dessas posições no momento considerado, no interior de um espaço orientado. Isto é, não podemos compreender uma trajetória (...), a menos que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou; logo, o conjunto de relações objetivas que vincularam o agente considerado (...) ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e que se defrontam no mesmo espaço de possíveis (BOURDIEU, 1996, p.81-82).

É necessário situar os agentes sociais em seu *grupo social*, nos *campos* na qual transitam, e das possibilidades existentes neste meio, e os *capitais* específicos que estes indivíduos ou grupos possuem. E frente ao contexto histórico, a saber, levando-se em consideração as instabilidades constantes da troca de gabinetes do Império, entre liberais e conservadores, as mudanças na legislação eleitoral e a discussão sobre temas como o fim da escravidão, o que se concluirá é que uma estabilidade “institucional” atravessará todo este período, tendo sempre a frente os mesmos indivíduos no poder²¹.

²¹ José Honório RODRIGUES (1981, p.10) defende a tese de que “a realidade brasileira contém, historicamente falando, elementos arcaicos, coloniais (absolutismo, patriarcalismo, paternalismo, autoritarismo, latifúndio), sobrevivências imperiais (falsidade da vida política representativa, organização econômica dirigida para o

Outro ponto a destacar é que os documentos de época, em especial seus periódicos, da qual a crônica política é produzida, revela apenas o lado dominante, oficial, de uma *classe senhorial* que vai ocupando a instituição estatal, e ao mesmo tempo passam a escrever os acontecimentos que mais lhes interessam²². Neste sentido, este trabalho restringe-se a entender quem são estes políticos eleitos para governar, demonstrando, pela mesma crônica política, sua manutenção ou não nos cargos públicos eletivos. “A outra história” que se passa “na área popular”, como se refere José Honório Rodrigues (1981, p.13) é a de um povo “mudo”, por vezes “sangrado e capado”, em que é difícil conhecer ou reconstruir suas aspirações e angústias. Este é o caso, por exemplo, dos imigrantes no Paraná, chegados a partir do século XIX, que apesar de muitos, como os alemães em Curitiba, apenas lentamente foram ouvidos e conseqüentemente incorporados a esta *classe senhorial*.

De maneira bastante empírica, a partir de uma pequena província, através dos fatos levantados em jornais de época e mesmo dos discursos políticos preservados, este trabalho poderá, possivelmente, contribuir para se entender melhor esta relação entre Estado e sociedade no Brasil do século XIX, a ação desta *classe senhorial*, e na qual se considera existir neste período uma “estrutura de poder como resultante de uma forma de dominação tradicional, cujas características de constituição de um quadro administrativo e de uma organização jurídica se opõem à dominação burocrático-legal, esta última considerada fenômeno típico da sociedade moderna e inerente à formação do capitalismo no mundo ocidental” (ADORNO, 1988, p.54; cf. também, FAORO, 2000; URICOECHEA, 1978; e, principalmente, WEBER, 1982, p.229-282).

Um conceito fundamental: a instituição família

exterior, e enquadrada numa estrutura internacional que a subjuga, predomínio de preconceitos e privilégios, conciliação, divórcio entre Poder e Sociedade) e vivências atuais (marchas e contramarchas, reformismo e anti-reformismo, com predominância deste, proscricão e acolhida dos trabalhadores, estudantes e jovens, etc., e não-ruptura das estruturas arcaicas nacionais e internacionais que constituem obstáculos ao crescimento). Daí resulta, na realidade presente, a estabilidade da estrutura e a instabilidade da conjuntura; a sobrevivência do arcaico e a derrota do contemporâneo”. Conferir também, José Honório RODRIGUES (1965) sobre o conceito da “conciliação” como prática política.

²² Maria Julieta Weber CORDOVA (2009), discutindo conceitos propostos por Pierre Bourdieu acerca da *linguagem de autoridade e espírito de família*, identifica também esta mesma produção de discursos do que seria o Paraná, produzidos ao longo do século XX por Bento Munhoz da Rocha Netto, Brasil Pinheiro Machado e David Carneiro estratégias de reprodução de um *ethos* sobre “quem somos nós”, qual é nossa história e para onde iremos. O *espírito de família* estará presente nesta compreensão, pois estes três autores pertencem às tradicionais famílias paranaenses, o que também validaria a produção de seus discursos.

Uma instituição que se deve analisar é a *família*, na qual irá se considerar neste trabalho como “elemento poderoso de unificação” da classe política paranaense²³. Oliveira Vianna descreve este *complexo de família senhorial*, como uma instituição que ao longo dos séculos foi se moldando, desde a particularidade de isolamento e de elemento de defesa contra o ataque dos índios e mesmo de senhor contra senhor, isto por motivos de sobrevivência, de disputas de terras, limites de sesmarias, de roubo de gado e escravos, enfim, armavam-se em suas fazendas verdadeiras fortalezas (VIANNA, 1949, p.207-236)²⁴. Esta seria a grande estrutura da *família senhorial* que foi se consolidando, reforçando os laços de solidariedade e submissão entre seus membros, com reflexos em toda a organização social e política brasileira. Neste sentido, Oliveira Vianna também demonstra o surgimento de um *clã parental*, que organiza a solidariedade social desta classe rural:

O clã parental é uma organização aristocrática. É uma espécie de Ordem da Cavalaria das grandes famílias dominiciais. Foi enorme a sua influência no Período Colonial e, ainda maior, no Período Imperial e na República (VIANNA, 1949, p.233).

O clã parental incluiria, então, o *patriarca* da família; os *parentes consanguíneos* (filhos e netos); os *parentes colaterais* (irmãos, tios e sobrinhos); os *parentes por afinidade civil* (genros e cunhados); os *parentes por afinidade religiosa* (os “compadres” e “afilhados”); os *parentes por adoção* (os “crias” da casa senhorial e, sem dúvida, os “moleques mimosos”, de Antonil e de Vilhena) (VIANNA, 1949, p.242). Entre eles, há o que Oliveira Vianna chama de *solidariedade parental*, que de certa forma os identifica, como quando acontecem *lutas de famílias* ou ainda *prélios eleitorais*, decorrentes do novo regime democrático, pós 1824.

Este campo familiar, para o caso brasileiro, ajuda a traçar este primeiro momento das relações de influência, subordinação, dominação dentro da distribuição estrutural da classe dirigente (MONTAGNER, 2007, p.254). As posteriores lutas para se ocupar as posições de mando, como exemplo, nas vilas, províncias e mesmo na corte, terão como base a estrutura

²³ José Murilo de CARVALHO (2003, p.138) discute os “elementos poderosos de unificação” da elite imperial no século XIX, na qual destacou “educação”, “ocupação” e “carreira”, que propiciaram que “tanto liberais como conservadores, nos períodos turbulentos de consolidação do poder, quando várias alternativas se colocavam como viáveis politicamente, concordavam em alguns pontos básicos referentes à manutenção da unidade do país, à condenação de governos militares caudilhesco ou absolutista, à defesa do sistema representativo, à manutenção da monarquia e, sem dúvida, também à necessidade de preservar a escravidão”. Este trabalho acrescentaria o item *família* como “elemento poderoso de unificação” desta classe política.

²⁴ Oliveira Vianna denomina este início de *clã feudal*, conceito, porém, que se considera não pertinente a esta realidade brasileira, devido as características destas fazendas fortalezas, que apesar de isoladas, possuíam claras e constantes ligações com as vilas e o litoral brasileiro.

familiar. E, para Oliveira Vianna, como consequência, surge a necessidade da formação do *clã eleitoral*, uma junção de aristocratas que passariam a se impor nas disputas eleitorais. Disputas, porque grupos iam se formando, e que acabavam convergindo para os dois únicos partidos políticos do Império, o liberal e o conservador.

O *clã eleitoral* é uma nova fase dos clãs rurais, que exige a liderança de um *chefe ostensivo*, que promova entre seus pares a solidariedade e a cooperação, mesmo que através do poder da força, frente a outros inimigos, outros chefes que venham a surgir ou tão poderosos quanto. “Este chefe ostensivo é um agente unificador local: é o garante da unidade do comportamento dos clãs agremiados num destes dois grupos sociais [liberais ou conservadores], *não existentes anteriormente*” (VIANNA, 1949, p.279). São clãs de bases municipais, com o objetivo de controlar os postos de autoridades locais. Clãs que se ligavam aos presidentes nomeados da província, que vinham em nome do gabinete imperial e do partido político que os nomeava. Nomeações a nível municipal e nomeações em nível de província eram, então, delegadas pelo presidente nomeado, como a guarda nacional.

Era esta justamente a função política da Guarda Nacional: permitir ao senhor mais rico ou mais poderoso (pela proteção que lhe dispensava o Governador, concedendo-lhe o recrutamento, a polícia civil e militar, a câmara municipal com os seus almotacéis) impor-se aos demais clãs feudais e senhoriais pelo princípio da disciplina e obediência militar e também por esse aliciamento espontâneo, que o comando militarizado naturalmente suscita (VIANNA, 1949, p.285).

“O título de ‘coronel’ ou ‘tenente-coronel’, que a República desvalorizou, vulgarizando-o, era a mais alta distinção conferida a um fazendeiro do município. O modesto título de ‘alferes’ só era dado a homens de peso e autoridade local” (Ibidem, p.284). Portanto, a solidariedade e coesão do clã parental, por vezes, será marcada pela divisão em partidos políticos, ou mesmo dentro de um mesmo partido, verificam-se dissensões, mas nada que afete a estrutura de ocupação da posse destes cargos. Para Oliveira Vianna, as divisões partidárias não seriam significativas na compreensão da política no Império. Porém, este trabalho aponta a necessidade de se verificar o porquê desta divisão.

É possível identificar no Paraná do século XIX, como se verá nos capítulos propostos neste trabalho, estes “chefes ostensivos”²⁵ de grande parentela, proprietários rurais ou negociantes, ervateiros, senhores de escravarias, chefes do partido local, que dominam os

²⁵ Os jornais locais trazem várias vezes a indicação de que a política tinha nestes “chefes ostensivos” as referências necessárias para se consolidar a dinâmica política local. Por exemplo, por ocasião do falecimento do Dr. João José Pedrosa, uma reportagem destaca que “os *homens eminentes* de todos os partidos muito o consideravam” (*Dezenove de Dezembro*, 17/maio/1882).

cargos públicos municipais e provinciais, nomeando seus parentes e correligionários, formando as chapas para concorrerem às eleições, aliciando novos genros, e que vão se impondo na condução dos destinos de suas localidades e da nova província brasileira, e alguns adentrando no restrito círculo do poder na Corte, no Rio de Janeiro. E o “bastão” do poder nas localidades só era trocado quando da mudança do gabinete imperial, no Rio de Janeiro, uma mudança de conservador para liberal e vice-versa.

Utilizando-se das referências de Pierre Bourdieu, as trajetórias destes agentes políticos estão ligadas ao enquadramento de campo, que é a família, devido à proximidade de parentesco entre eles. Maria Fernandes Martins, para o caso brasileiro, faz uma análise mais ampla do comportamento destas famílias nacionais:

No qual procura identificar as redes familiares às quais pertenciam alguns exemplos entre os detentores dos principais cargos políticos imperiais, assim considerados em função de suas trajetórias e carreiras individuais, avaliando-se a composição das três edições do Conselho de Estado [1822/23, 1823/34, 1842/89] e os diversos gabinetes ministeriais [1822/31, 1931/40, pós-1840]. Nesse quadro procurou-se selecionar algumas personagens ligadas ao menos a uma rede familiar de cada uma das províncias mais dinâmicas do país, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo, em função da concentração de seus negócios e atividades políticas. Cabe ressaltar que a atuação política dos representantes dessas famílias não se restringia ao Executivo central, estendendo-se ainda progressivamente por toda a estrutura administrativa, incluindo diversas instâncias do Poder Judiciário, as câmaras municipais e assembleias legislativas provinciais, além do próprio Parlamento, uma vez que a grande maioria daqueles que chegariam à cúpula da administração imperial, como os gabinetes ministeriais e os Conselhos de Estado, já possuíam carreira no Senado e Câmara dos Deputados, bem como diversos membros de suas redes de relações (MARTINS, 2007, p.409-413).

A autora apresenta, então, 42 nomes de dirigentes imperiais que provêm das redes familiares das províncias “mais dinâmicas do país”, como exemplo, da família Cavalcanti de Albuquerque de Pernambuco, tem-se Pedro de Araujo Lima, marquês de Olinda, que teria participado dos Conselhos de Estado e de inúmeros gabinetes ministeriais. Assim como, Honório Hermeto Carneiro de Leão, o marquês de Paraná, da família Carneiro Leão de Minas Gerais e Rio de Janeiro. José Bonifácio Ribeiro de Andrada, da família Ribeiro de Andrada de São Paulo. Enfim, ao longo de todo o período imperial, independente das mudanças ocorridas, eles estarão nos postos de comando da nação. E ainda, todos são provenientes de redes familiares já presentes no Brasil que ocupavam os cargos e atividades de destaque desde os séculos XVII e XVIII (MARTINS, 2007, p.415-420). Estas famílias vão se apropriando do aparelho do Estado, conforme esclarece Mattos:

Intimamente ligados ao aparelho de Estado, expandiam seus interesses, procuravam exercitar uma direção e impunham uma dominação. No momento em que se propunham a tarefa de construção de um Estado soberano, levavam a cabo o seu próprio forjar enquanto classe, transbordando da organização e direção da atividade

econômica meramente para a organização e direção de toda a sociedade, gerando o conjunto de elementos indispensáveis à sua ação de classe dirigente e dominante. Não se constituindo unicamente dos plantadores escravistas, mas também dos comerciantes que lhes viabilizavam e, por vezes, com eles se confundiam de maneira indiscernível, além dos setores burocráticos que tornavam possíveis as necessárias articulações entre política e negócios, a *classe senhorial* se distinguiria nesta trajetória por apresentar o processo no qual se forjava por meio do processo de construção do Estado Imperial (MATTOS, 1990, p.57).

Neste sentido, é interessante analisar, em pleno século XIX, que esta classe senhorial ia estruturando seus novos membros através de “política matrimonial”, *genrocracia*²⁶ ou *cunhadismo*, que segundo Darcy Ribeiro seria uma herança indígena utilizada desde o início da colonização e povoamento destas terras, prática que, sem ela, seria “impossível a criação do Brasil”:

A instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro foi o *cunhadismo*, velho uso indígena de incorporar estranhos à sua comunidade. Consistia em lhes dar uma moça índia como esposa. Assim que ele a assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo (RIBEIRO, 1997, p.81).

Enfim, um “sistema de parentesco classificatório dos índios, que relaciona, uns com os outros, todos os membros de um povo” (*idem*). Darcy Ribeiro destaca, então, para o Brasil como um todo, exemplos de portugueses que ao contraírem laços com as índias locais, consolidaram longas parentelas. João Ramalho e seu companheiro Antonio Rodrigues, formando os núcleos paulistas, Diogo Álvares, Caramuru, pai heráldico dos baianos, Jerônimo de Albuquerque em Pernambuco e Maranhão. Mesmo os franceses e espanhóis “participaram da fase *cunhadística* da implantação europeia na costa brasileira” (*Ibidem*, p.86)²⁷. Com a influência jesuítica, da estrutura administrativa do império português no

²⁶ Muitos autores buscam compreender estes laços familiares no Brasil. Gilberto Freyre utiliza do termo *genrocracia*, prática em que fazendeiros procuravam bacharéis promissores, por vezes de fortuna modesta, para casarem suas filhas. José Murilo de Carvalho aproveita deste termo para apresentar a trajetória de Paulino José Soares de Sousa, futuro Visconde do Uruguai no Brasil Império, e as relações familiares envolvidas em sua carreira; o jovem promissor Paulino, recém formado em Direito, casa-se com Ana Maria Macedo Álvares de Azevedo, filha de importante fazendeiro em Itaboraí. O casamento ocorreu na casa de seu concunhado Joaquim José Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraí, que junto com Eusébio de Queiroz formariam a famosa trindade saquarema. José Murilo de Carvalho diz que “nem os Soares de Sousa nem os Torres, comerciantes e fazendeiros de Itaboraí, tinham grande peso econômico e social. Mas a aliança com famílias mais importantes envolveu Paulino e Rodrigues Torres numa intrincada rede de relações que abrangia partes do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e Minas Gerais” (Carvalho, *in*: URUGUAI, 2002, p.14-16).

²⁷ José Honório RODRIGUES (1965, p.27) discute, entretanto, estes tipos de povoadores, que apesar deste processo de assimilação parental, uma maioria era obrigada a sujeitar-se a uma cultura formal e processual, legal e política, de caráter ocidental europeu, imposta pela minoria, que fabricava, “substancialmente, da contradição entre a tese portuguesa e a antítese da natureza, dos índios, negros e mestiços, uma síntese nova e original”. Mas, destaca o historiador, “não são só os vencedores que determinam o conteúdo do processo histórico, e apesar do europeísmo e lusitanismo vitorioso e dominante na aparência das formas sociais, o substrato era novo, era o Brasil que nascia”. Isto construído entre episódios denominados de história cruenta e incruenta quando

Brasil, do sistema de escravidão, novos elementos foram se consolidando na formação do povo brasileiro. Mas, o *cunhadismo* estará presente em pleno século XIX, enquanto “instituição social”, como forma agregadora de um *clã parental*. No Paraná, como exemplo, em 1854, na primeira eleição para senador, deputado geral e deputados provinciais da nova província, como será visto adiante, num total de vinte e oito indivíduos eleitos, apenas um não teria uma ligação de parentesco direta com os seus pares neste momento específico. Era, literalmente, a parentela eleita para governar.

Seria por meio dos casamentos, contudo, que se estabeleceriam sólidas e frutuosas relações entre as grandes famílias, preocupadas em preservar os monopólios que as distinguiam, e os elementos que as representavam, e a quem caberia ordenar esses mesmos monopólios, como tantas vezes já assinalamos. Tal forma de forjar uma relação fundamental para a constituição de uma classe, não deixava de por em relevo a figura da mulher, precioso capital de que lançavam mão pais monopolizadores e que, de modo irônico, contribuía para a acumulação de poder pelo Estado em consolidação (MATTOS, 1990, p.188).

Seria, portanto, a família um conceito fundamental para entender o Brasil no século XIX? Pierre Bourdieu (1996, p.126-135), em busca da gênese dos conceitos, comenta que família é uma *palavra de ordem*, uma *categoria*, princípio coletivo de construção da realidade coletiva, uma *ficção bem fundamentada*, que contribui “para reproduzir a categoria social objetiva” num “círculo de reprodução da ordem social”. Igualmente, produto de um “verdadeiro *trabalho de instituição*” que visa assegurar sentimentos de *integração* “que é condição de existência e de persistência dessa unidade”, impondo “nome de família”, “casamento” etc.

(...) As estruturas de parentesco e a família como *corpo* só podem se perpetuar ao preço de uma criação continuada do sentimento familiar, princípio cognitivo de visão e de divisão que é, ao mesmo tempo, princípio afetivo de *coesão*, isto é, adesão vital à existência de um grupo familiar e de seus interesses.

Esse trabalho de integração é tanto mais indispensável porque a família, que para existir e subsistir deve se afirmar como *corpo*, sempre tende a funcionar como um *campo*, com suas relações de força física, econômica e, sobretudo simbólica (vinculadas, por exemplo, ao volume e à estrutura dos capitais que seus diferentes membros possuem) e suas lutas pela conservação ou transformação dessas relações de força. (...) (BOURDIEU, 1996, p.130).

Portanto, o sentimento familiar será reforçado de acordo com a importância que seus membros dão em perpetuarem determinados interesses, formando um *campo* numa dinâmica que os leva a conservação ou mesmo transformação de suas características. Numa estrutura em que o capital econômico prevalece, a família, enquanto *corpo* com sentimentos recíprocos

necessário (“terrorismo-amansamento”), da conciliação entre primos ricos e pobres, sem alterar, assim, os privilégios conquistados, o *status quo* obtido pela minoria, na imensidão das novas terras, brasileiras.

de proteção, os levaria a perpetuar, ou mesmo ampliar as conquistas já adquiridas, protegendo os seus próprios membros. A família acaba tendo a característica de um lugar da *reprodução social*. Como exemplo, na transmissão do *nome de família*, elemento primordial do capital simbólico hereditário, o pai transfere aos filhos uma “herança” social construída a partir de outros capitais conquistados por esta família. No século XIX, denominar alguém de “Junior”, “Filho”, “Sobrinho”, “Neto” conferia a esta pessoa destaque social²⁸.

Uma das particularidades dos dominantes é a de possuírem famílias extensas (os grandes têm famílias grandes) e fortemente integradas, já que unidas não apenas pela afinidade dos *habitus*, mas também pela solidariedade dos interesses, isto é, tanto pelo capital quanto para o capital, o capital econômico, evidentemente, mas também o capital simbólico (o nome) e sobretudo, talvez, o capital social (que sabemos ser a condição e o efeito de uma gestão bem-sucedida do capital coletivo dos membros da unidade doméstica) (BOURDIEU, 1996, p.132-133).

Pierre Bourdieu percebe na família uma estrutura de relações de força entre os membros de seu grupo funcionando como *campo*, que os distingue e os protege, pela “solidariedade dos interesses”. No Paraná, século XIX, observando os membros eleitos para os cargos de decisão política do Estado, poderá se dizer que esta concepção de família ligada por interesses conjuntos de proteção e comando será bastante forte.

Apesar desta constatação, não se está querendo caracterizar a sociedade brasileira pela imobilidade social e política, com a permanência dessas redes familiares sem mudanças, afinal também estas famílias no poder estão buscando caminhos de manutenção dos privilégios adquiridos, reagindo a conjunturas desfavoráveis, formando novas alianças, incorporando novos membros, e outras ainda desaparecendo. Desta forma, entendem-se as lutas políticas partidárias, os desentendimentos entre membros do próprio partido, familiares que estão em partidos distintos, agremiações partidárias surgindo, por vezes sem nenhuma ligação à classe política tradicional. Mas ao mesmo tempo, esta estrutura familiar foi bastante forte, portanto, ainda capaz de contribuir nas explicações sobre a política brasileira atual.

²⁸ Como exemplo no Paraná, o importante político Joaquim Ignácio Silveira da Mota Junior, terá um filho com o mesmo nome, e ele que é filho do médico Joaquim Ignácio Silveira da Mota e neto de Joaquim Ignácio Silveira da Mota. Como tio tinha o deputado provincial por São Paulo e depois senador por Goiás, Dr. José Ignácio Silveira da Mota, que ficou no cargo vitalício de 1855 a 1889. Entre muitos outros exemplos. O historiador Georgy Duby (1989; 2011) faz inúmeros estudos da importância dos vínculos de parentescos na sociedade chamada feudal. Ao analisar a genealogia de muitas famílias aristocráticas francesas, e suas relações com a estrutura do Estado, acaba observando que o indivíduo descendente de antigas famílias, “ele se sente membro de uma linhagem, de uma raça na qual, de pai para filho, transmite-se uma herança, membro de uma ‘casa’ cuja direção se transmite para o mais velho dentre os filhos e cuja história pode se escrever, sob a forma de uma árvore enraizada na pessoa do ancestral fundador, a origem de todo o poder e de todo o prestígio da estirpe. O indivíduo se tornou ele próprio um príncipe; ele adquiriu uma consciência de herdeiro” (DUBY, 2011, p.134). De certa forma, este trabalho ao apresentar a crônica política do século XIX, buscou demonstrar também como os políticos paranaenses tinham esta noção de pertencerem a antigas e tradicionais famílias.

Estrutura do trabalho e apresentação dos capítulos

O primeiro capítulo deste trabalho inicia a crônica política do século XIX no Paraná, a partir da leitura dos jornais de época, iniciando com o fato político que chamou a atenção do Brasil e que aconteceu antes da emancipação política paranaense, a luta que resultou em mortes na eleição para *eleitores* de deputado geral na recém emancipada vila de São José dos Pinhais em 1852. Este fato irá propiciar o início da discussão sobre o contexto institucional brasileiro e os partidos políticos no Império e seus reflexos nas províncias. Abordam-se, também neste capítulo, os *eleitores* “paranaenses”, enquanto uma classe política local que irá eleger o senador, deputado geral e provincial a partir desta metade da década de 1850, buscando apontar quem são estes membros da classe dominante paranaense, discutindo igualmente o contexto institucional do período. E por se estar num momento histórico específico da história do Brasil, o momento da conciliação, é possível identificar no Paraná, os líderes “conservadores e liberais” dividindo o poder, como o grande pacto de conciliação proposto para o Brasil. O gabinete da conciliação, entretanto, enfraquece com a morte do Marques de Paraná em 1857, e se dá a retomada lenta dos conservadores no poder até sua queda, tendo a volta dos liberais em 1862, sob um novo pacto de conciliação. É possível perceber os reflexos desta dinâmica política do império através dos resultados eleitorais para a assembleia legislativa provincial e para os cargos de vereadores e juízes de paz nas vilas e freguesias do Paraná. O capítulo também busca demonstrar, através da prosopografia, quem foram estes primeiros políticos paranaenses.

No segundo capítulo se constrói a crônica política da década de 1860. Em seu início, um movimento de confrontação se destaca entre a classe política paranaense e o presidente nomeado da província, Dr. José Francisco Cardoso. Este fato ajudará a compreender a dinâmica dos gabinetes imperiais que enviavam presidentes para as províncias com o objetivo de conseguir as vitórias eleitorais necessárias de seu partido, mas se observar igualmente a autonomia dos líderes locais quando prejudicados em seus interesses. Após a saída do Dr. Cardoso, festejada por parte da classe dominante descontente no Paraná, volta a existir certo equilíbrio entre seus membros, porém, com a subida do gabinete liberal no Rio de Janeiro em 1862, os políticos deste partido nesta província irão rapidamente se impor no poder local. Neste momento é significativo a posse do primeiro curitibano, enquanto vice-presidente da província, coronel Manoel Antonio Ferreira, em 1863, a ocupar o principal cargo

administrativo da província, e no Rio de Janeiro, a posse do primeiro paranaense como ministro, o Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, em 1864, enfim, era um predomínio liberal se impondo de tal forma no Paraná, que apenas no início da década de 1870 os conservadores voltaram ao poder. Este capítulo limita-se a ir até o ano de 1869, discutindo a participação do Paraná na guerra do Paraguai e, por fim, como um período que marca o início propriamente dito da “crise do regime” imperial. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda (2005, p.13), “em 1869 começa o seu declínio até chegar à queda em 1889”. Com a ascensão do gabinete conservador de 16/jul/1868, sob comando de Itaboraí (Joaquim José Rodrigues Torres), chefe respeitado da velha tribo saquarema (Ibidem, p.15) e, conseqüente queda do gabinete Zacarias de Goes e Vasconcellos, em 1868, uma nova fase do império começa a se delinear, com destaque ao fim da Guerra do Paraguai e a posterior aprovação da Lei do Ventre Livre, de 28/set/1871, ambas realizadas em gabinete conservador. E o Paraná, pós este período conturbado, passa a se transformar demograficamente, principalmente com a forte presença de imigrantes alemães em Curitiba e a visível criação de novos municípios.

No capítulo terceiro, a década de 1870, destaca-se a força dos conservadores do Paraná. Seus chefes ostensivos serão o Dr. Agostinho Ermelino de Leão, juiz em Curitiba, o dignitário Manoel Antonio Guimarães, de Paranaguá (visconde de Nacar), e seus cunhados Manoel Francisco Correia, que será eleito o segundo senador paranaense, e Manoel Eufrásio Correia, deputado geral e provincial. Os quatro são membros de uma mesma família. Em Curitiba, entretanto, os saquaremas irão passar por inúmeras lutas internas, enfraquecendo suas atividades. Seus chefes ostensivos nesta cidade serão o brigadeiro Manoel de Oliveira Franco e o Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas. Foi uma época de prosperidade para o Paraná que, principalmente com a política da imigração de mais povos europeus, e de abertura de colônias próximas aos centros urbanos, levada a frente pelos presidentes da província Dr. Venâncio, Dr. Abranches e o Dr. Lamenha Lins, possibilitaram um crescimento demográfico ainda mais significativo para a província e, posteriormente, uma diversificação na economia. Entretanto, como objetivo deste trabalho, se demonstrará que a política paranaense continua nas mãos das famílias que já estavam presentes na década de 1850. E que a prosopografia destes políticos aponta para a continuidade destes no poder avançando para a década de 1880, com força principalmente no ciclo da erva mate e diminuindo progressivamente a comercialização das tropas.

O capítulo quarto, entrando na década de 1880, aponta para a relação traumática das constantes mudanças de gabinetes no Império, a partir de 1878, com a volta dos liberais,

retornando ao poder no Paraná o Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá e seus cunhados Manoel Alves de Araujo e Antonio Alves de Araujo e são afastados os conservadores. Estes são os exemplos de como os grupos se alternavam no poder, com a consequente necessidade de novas eleições para *eleitores*, o adiamento das atividades da assembleia legislativa provincial “oposicionista”, e a dissolução da câmara dos deputados gerais em 1878 no Rio de Janeiro, com novas eleições marcadas nas províncias. Enfim, um processo traumático, mas parte da dinâmica política do Império, afinal os conservadores voltarão ao governo em 1885, ficando até 1889, quando voltam os liberais, mas já com o ocaso do Império em 15/nov/1889. Esta última década do período imperial no Paraná será bastante ativa, com a discussão de temas como o do abolicionismo, da República, da construção de estradas de ferro, da contínua chegada de novos imigrantes e da riqueza produzida pela erva-mate. A prosopografia dos políticos paranaenses continuará a apontar a predominância de tradicionais famílias no poder, com pouca abertura aos novos grupos que iam se formando no Paraná, como a dos alemães, cada vez mais numerosos na cidade, e a dos republicanos. A década irá terminar sobre forte coesão dos liberais no Paraná, que por sua vez, ao proclamar-se a República, seus principais líderes irão se afastar da política, cabendo ao líder Generoso Marques dos Santos o processo de reestruturação política neste novo período; e constata-se uma fragmentação bastante intensa entre os conservadores, que possibilitará ao jovem líder, então liberal, Dr. Vicente Machado, mas sem espaço em seu partido, a assumir a liderança entre os ex-conservadores, bastante divididos no final do Império, durante a República, mas como líder republicano.

CAPÍTULO 1

A PARENTELA REUNIDA E AS LUTAS PARTIDÁRIAS. A POLÍTICA NA PROVÍNCIA DO PARANÁ DE 1853 A 1859

Liberais e conservadores. A luta política em São José dos Pinhais em 1852

Um fato marcante na história política do século XIX na região de Curitiba aconteceu na vila de São José dos Pinhais. Foi o confronto entre liberais (também chamados de luzias e farrapos) e conservadores (conhecidos como saquaremas e casendas) nas eleições para a escolha de *eleitores* para deputado geral de São Paulo, no dia 7/nov/1852, ocorrendo a morte de 7 pessoas e mais 16 feridas²⁹. Destacando que o número de *eleitores* a serem escolhidos em São José dos Pinhais eram de apenas 12 pessoas (*Lista eleitoral de São José dos Pinhais, 1854*).

Tal acontecimento foi notícia em muitos jornais da época. A notícia também foi importante por destacar a luta política entre os partidos que vinha ocorrendo no Brasil como um todo. Nas províncias brasileiras, de maneira geral, as duas agremiações políticas estavam em “verdadeira guerra”, e que se tornava latente nos períodos eleitorais.

Liberais, liderados por Manoel Alves Pereira³⁰ e conservadores liderados por Manoel Mendes Leitão³¹ queriam controlar o processo eleitoral deste pleito.

²⁹ O fato ocorrido será relatado a partir dos jornais do partido conservador de São Paulo, *O Compilador Paulista* e *Aurora Paulistana*, (nov/dez de 1852). Disponíveis em <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/>> *periódicos*. E dos jornais liberais, *Correio Mercantil*, do Rio de Janeiro; e *O Liberal Pernambuco*, de Recife, Disponíveis em <<http://memoria.bn.br/>>. Com alguns acréscimos a partir de outras fontes, como BRASIL, 1853; STROBEL, 1987, p.41; TREVISAN, 1998, p.101; MAROCHI, 2003, p.51-52; COSTA, 2008; e BORGES, 2009.

³⁰ *Manoel Alves Pereira* era conhecido como Pereirinha e chefe do partido liberal em São José dos Pinhais. Tinha ampla família nesta pequena localidade. Na primeira eleição na recém emancipada vila de São José dos Pinhais, ele foi eleito como o vereador mais votado, com 295 votos, e também para ser juiz de paz (MAROCHI, 2003, p.13).

³¹ O português *Manoel Mendes Leitão* passa a pertencer ao clã familiar Sá Ribas casando-se com Ana Maria de Sá Ribas, filha de João Antonio da Costa (também português) e Francisca de Paula Ribas (filha do “patriarca” Lourenço Ribeiro de Andrade), em Curitiba, no ano de 1805. Nesta eleição de 1852 Manoel Mendes Leitão era um conservador, partido dominante no período na província de São Paulo. Ele foi uma das primeiras lideranças políticas a buscar a emancipação política de São José dos Pinhais, chegando a ser nomeador subprefeito de São José, no ano de 1835 (cargo logo extinto em 1838) e assumindo cargos públicos como vereador em Curitiba, desde 1808, juiz de paz, capitão da guarda nacional, inspetor da estrada do Arraial, capitão de Ordenanças e recebe a comenda da Ordem de Cristo, em 1843, por indicação de João da Silva Machado, seu compadre e futuro Barão de Antonina, também no ano de 1843. Foi um dos grandes negociantes de São José dos Pinhais, fazendo fortuna como fazendeiro e negociante de animais. Consta possuir em 1818 duas fazendas contíguas em São José dos Pinhais que perfaziam a soma de 690 alqueires paulistas e adquirindo terras em Campo Largo, Castro, Santo Amaro e moradia em Curitiba. Teve 13 filhos (NEGRÃO, vol.2, 1927; BORGES, 2009).

Como na província de São Paulo predominava, neste momento, o partido conservador, com o recém nomeado presidente da província, Joaquim Octávio Nébias, os saquaremas de São José se impuseram sobre o processo, apesar de serem em menor número. MAROCHI (2003, p.50-54) destaca que os conservadores eram 47 *votantes*, num total de 496 *qualificados*. E como na recém criada vila saojoseense, emancipada em 16/jul/1852, o partido liberal, forte na região de Curitiba e Campos gerais, tinha eleito o juiz de paz e vereador mais votado, no segundo domingo de outubro deste ano, o Sr. Manoel Alves Pereira, este seria o responsável pela condução destas eleições, já no primeiro domingo de novembro.

Porém, na manhã do dia da eleição para *eleitores*, os saquaremas de Manoel Mendes Leitão participaram da missa de abertura dos trabalhos eleitorais, realizada pelo padre Ignácio de Almeida Faria e Souza, sem a participação de nenhum dos luzias. Os saquaremas contavam também com uma guarda armada de 16 homens enviada de Curitiba, pelo delegado de polícia Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota, e mais a guarda local conservadora do sr. Mendes Leitão, devido a rumores de um possível conflito neste dia. O Dr. Silveira da Mota e o sr. Mendes Leitão eram parentes por parte das esposas, que pertenciam a família Sá Ribas, de Curitiba.

E, no horário do início da votação, os luzias dirigiram-se para a igreja, para assim também organizarem as atividades eleitorais. Mas quando chegaram foram impedidos de entrarem no recinto por estarem fortemente armados, em especial o capanga do juiz de paz, Francisco Franco Moreira, “armado com duas garruchas”. Na versão da história pelos liberais, Francisco seria apenas um votante e não se sabe se estaria realmente armado. Mas, estava proibida a entrada de pessoas armadas nos locais de votação.

Após calorosa discussão, em especial entre o juiz de paz Manoel Alves Pereira e Joaquim Antonio Mendes (filho de Manoel Mendes Leitão), que chefiava a força policial local que junto com o destacamento policial enviado de Curitiba barravam a entrada de diversas pessoas na igreja, que era o local de votação. Manoel Alves Pereira chamou, então, por seus correligionários que o ajudassem, e aos gritos de “*avança força liberal*”, conduzidos pelo negro bacharel Dr. Agostinho José de Oliveira Machado³², a guerra estava iniciada. Os luzias eram em número talvez excedente a 100 homens.

³² O bacharel Agostinho José de Oliveira Machado era negro, natural de Santos, São Paulo, diplomado em 1843, pela faculdade de Direito desta cidade. Escreveu *A facção saquarema, considerações políticas* (1851) e *O futuro do partido liberal na província de São Paulo, considerações políticas* (1861), e exerceu várias funções públicas, além da profissão de advogado, escritor e jornalista. No jornal *Correio Mercantil* (30/set/1853) o Dr. Agostinho conta sua versão sobre o fato ocorrido em São José dos Pinhais. Ele era o advogado que foi designado para ir a

O cabo Benjamin Pereira de Vasconcellos, responsável pela guarda das eleições, teria sido o primeiro a levar um tiro de garrucha na boca, em que a bala atravessou seu crânio, enquanto organizava seu batalhão. Logo, em resposta, foram igualmente alvejados os liberais. O juiz de paz Manoel Alves Pereira teria sido o segundo a ser atingido com 4 tiros nas costas. Na versão dos liberais, porém, publicadas nos jornais *Correio Mercantil*, do Rio de Janeiro e *O Liberal Pernambuco*, de Recife (3/dez/1853), o juiz de paz Manoel Alves Pereira foi o primeiro a ser morto, “covardemente” com tiros pelas costas, proferido primeiro por Joaquim Antonio Mendes e depois por outros conservadores. O cadete Benjamim Pereira de Vasconcellos teria sido morto por Joaquim Pereira, filho de Francisco Pereira do Valle, genro de Francisco Franco de Oliveira, segundo algumas testemunhas.

Diante do fogo cruzado, morreram ainda mais 4 homens luzias, Custódio Teixeira da Cruz (quarto juiz de paz), Mathias Pereira do Valle, Antonio Franco e Matheos Manoel, demonstrando o poder de fogo da guarda armada responsável pela segurança desta eleição e da guarda armada organizada pelos próprios conservadores. Muitos foram também os feridos, entre eles, Joaquim Antonio Mendes, saquarema, que irá falecer posteriormente (somando os sete mortos). Este foi ferido com 3 tiros e duas facadas, provavelmente deferidos pelo liberal Antonio da Cruz (que será posteriormente julgado em Curitiba), demonstrando a ferocidade

esta localidade no dia 6 de novembro, provavelmente a mando das lideranças do partido, para ajudar os liberais na eleição do dia seguinte. Era, portanto, alguém de fora da cidade. Porém, no dia da eleição, devido ao tiroteio, em que quase foi atingido pelas balas, acabou tendo de fugir. Foi acusado, posteriormente, pelo Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota, então chefe de polícia em Curitiba, de ser um dos líderes deste episódio. Neste artigo ele se defende desta acusação e de que não teria sido ele a falar “avança força liberal” e muito menos de ser um dos líderes da revolta. E denuncia, ao contrário, o Dr. Silveira da Mota como responsável pelo acontecido. E ainda, e o mais interessante, defende-se do racismo proferido nas acusações do Dr. Silveira da Mota e seus correligionários, chamando-o de *pretinho* e *negro*, ao que se percebe, pejorativamente. E assim termina o artigo o Dr. Agostinho: “(...) E já que o Sr. Joaquim Motta esforçou-se por ludibriar-me por não ser branco, sem se lembrar que possuo um pergaminho dado por uma academia, ao passo que ninguém é capaz de dizer que jeito tem a sua carta de médico obtida lá pela Alemanha, Deus sabe como, lembro a esse indivíduo e ao seu *digno* irmão [José Ignácio Silveira da Motta, deputado provincial por São Paulo] que se informem a respeito de certo *pardo* que do Brasil foi a Portugal, e de lá não voltou, por isso que esse *pardo* tinha parentes na Bahia, hoje espalhados nesta província, que devem ser conhecidos de todos os srs. Mottas. O Sr. barão de Iguape sabe a fundo destas cousas, e pode dar amplas informações aos Srs. Mottas acerca desse *pardo* muito notável pela figura, que hoje fazem os seus descendentes na política do país, querendo ser fidalgos de sangue azul, quando não passam de paus de laranjeiras, como nós todos somos neste império. Esse *pardo* era avô desses figurões a quem me refiro! (...) Felizmente minha vida política não tem manchas, e não troco meu nome, e nem minha posição de *pardo* pelo nome e posição desses *brancos*, que por suas ações estão muito abaixo não só dos *pardos*, como ainda de todos os *pretos* que sabem prezar sua honra, e não são carrascos dos seus concidadãos!” – Santos, 1/abr/1853. Dr. Agostinho José de Oliveira Machado (*Correio Mercantil*, 30/set/1853). Dr. Agostinho faleceu em Batataes, São Paulo, em 25/out/1866, em “pobreza completa”, por não poder mais advogar devido a doença. Foi encontrado morto em uma pequena casa em que habitava. Era liberal e propugnou sempre por esta ideia (*Correio Paulistano*, 10/nov/1866).

da luta, que durou aproximadamente 15 minutos. Outros conservadores feridos foram um soldado e outro filho do sr. Mendes Leitão³³.

Com a retirada dos liberais, devido suas baixas, foi organizado rapidamente a tentativa de cessar fogo pelo padre Ignácio de Almeida Faria e Souza³⁴, conservador, responsável pela paróquia, e por parte de padre Francisco de Paula Prestes, membro influente dos luzias em São José. Às 10 horas as autoridades de Curitiba, representada pelo delegado de polícia, o médico Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta, já tinham ciência do fato, e organizaram a defesa de Curitiba e providenciando reforços para a vila de São José. Em Curitiba foram ainda negociados metade dos eleitores deste colégio para que votassem no partido liberal para que assim não existissem conflitos nesta cidade. Era juiz municipal em Curitiba, o conservador Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu.

Quanto aos velórios, "(...) foram os de maior concorrência de que se tem notícia. Tal foi o abalo e pesar da população" (MAROCHI, 2003, p. 52). Certamente, a necessidade de vingança era algo que deveria estar presente nos próximos dias entre as famílias envolvidas. Isto irá requerer das autoridades, imediatas ações para que a vingança por parte das famílias não aconteça.

A câmara municipal de Curitiba envia um ofício urgente ao presidente da província de São Paulo, Dr. Joaquim Octávio Nébias, relatando o ocorrido e pedindo que a autoridade primeira da província tome medidas para a "manutenção da ordem pública". E ao mesmo tempo, reflete sobre o momento crítico e de violência que eram as eleições neste período.

Se a época de eleição, Exmo. Senhor, é uma época que sempre vem prenhe de acontecimentos desastrosos, atentas as formas por que entre nós se procedem essas eleições, se o Brasil sofre em geral desde que chega o momento em que o povo tem

³³ Cf. MAROCHI, 2003, p.52; jornal *Correio Mercantil*, 30/nov/1852 e 8/dez/1852. Ficaram gravemente feridos: José Teixeira da Cruz (eleitor e juiz de paz); Francisco Pereira Magalhães (eleitor); Joaquim Teixeira da Cruz (eleitor); José Teixeira (eleitor); Francisco Manoel Teixeira (eleitor); Antonio Joaquim Cordeiro (eleitor e juiz de paz); Thomaz Teixeira (eleitor); Joaquim Ferreira de Paula; Joaquim Antonio Mendes (que virá a falecer); Candido Mendes (os dois últimos são filhos de Manoel Mendes Leitão); um soldado; uma senhora, irmã do juiz de paz Pereira, (que teria morrido, de acordo com o jornal) (*Correio Mercantil*, 8/dez/1852 – Interior – Assassinatos na Curitiba. Ofício da Câmara Municipal de Curitiba a cerca dos assassinatos que ali tiveram lugar no dia 7 de novembro). Pelos nomes dos feridos é possível verificar que os eleitores pertenciam à família Teixeira.

³⁴ No jornal *O Dezenove de Dezembro* (27/fev/1856, suplemento, n.48) um "comunicado" faz uma crítica ao Padre Ignácio de Almeida Faria e Souza, insinuando que o reverendo teria sido um dos algozes desta batalha (por estar ao lado dos conservadores), ou ao menos, "identificou-se com eles, comungou seus planos, lisonjeou seus danados intentos; sem recordar-se, enfim, que aquela *missa*, pronunciada às pressas, e muito antes da hora legal, parece haver sido semelhante ao ósculo, com que Judas entregou o Divino Mestre". O Padre Ignácio de Almeida estaria como vigário na Lapa em 1856. Mas, logo Padre Ignácio foi defendido por publicações no mesmo jornal, assinadas por "são joseenses" que diriam que o Padre não teve culpa nesta batalha, inclusive que seu discurso, depois da missa de abertura das eleições, teria levado "não menos de meia hora" (*O Dezenove de Dezembro*, 26/mar/1856).

de depositar na urna os seus votos, esta comarca tem sido vítima das violências das autoridades que, tomando a peito o triunfo dos seus princípios, não recuam diante dos meios tortuosos que as podem encaminhar a seus fins. Assim, desde que se avizinha o momento solene da eleição, os primeiros sintomas das violências se manifestam por atos desregrados das autoridades que se preparam às escancaras para levarem vencidas todos os tropeços que as podem embaraçar em seus planos tenebrosos (*Correio Mercantil*, 08/dez/1852).

O ofício termina acusando o chefe de polícia Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota, de ter colocado os soldados em São José dos Pinhais para garantir a vitória dos conservadores neste dia, e ainda acusa-o de prender inúmeros eleitores desta vila, em vésperas de eleição. “(...) O plano, pois, do delegado de polícia era fazer ali ou triunfar o seu partido, ou fazer com que não houvesse eleição”. Assinaram o ofício, os vereadores de Curitiba: *Tobias Pinto Rebello, Benedicto Eneas de Paula, Ignácio José de Moraes, José Pereira de Andrade e Floriano Berlintes Castro*.

Os jornais conservadores irão publicar a versão dos fatos dada pelo chefe de polícia Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota demonstrando que a culpa do conflito foi dos liberais; o Dr. Joaquim Ignácio irá ter de dar explicações tanto ao presidente da província, quanto para a assembleia legislativa paulista. Em contra partida, os jornais liberais irão culpar o Dr. Joaquim Ignácio que utilizou de seu poder de chefe de polícia para impedir, através da união com seu parente Manoel Mendes Leitão, os liberais de conduzirem o processo eleitoral e de também votarem.

Enfim, este era igualmente o clima político em todo o Brasil, de fortes conflitos entre estas duas agremiações políticas. Em São Paulo os jornais eram utilizados para expressar os descontentamentos e posições de cada grupo.

Provavelmente, este fato também chamou a atenção das autoridades na corte do Rio de Janeiro. No ano seguinte os deputados gerais aprovariam a emancipação política da comarca de Curitiba e Paranaguá, com o nome de província do Paraná. Provavelmente, enquanto um fator menor, dos muitos que levaram a emancipação política paranaense, estava a falta de segurança e o abandono por parte de São Paulo a esta praticamente isolada comarca paulista, a comarca de Curitiba e Paranaguá.

Será neste clima de hostilidades, que o presidente Zacarias de Goes e Vasconcellos assumirá o Paraná, um ano depois, em 19/dez/1853, tendo que organizar as primeiras eleições para deputados e senador, entretanto, ele chega num momento político específico conhecido como “gabinete da conciliação”, liderado no Rio de Janeiro por Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marques do Paraná. A escolha dos presidentes para as províncias do Império partia

dos gabinetes ministeriais, como forma de “garantir o predomínio da orientação partidária do Ministério do poder”.

(...) [Os presidentes de província nomeados] só ficavam geralmente o tempo preciso para garantir o predomínio da orientação partidária do Ministério no poder. A esses Presidentes impunham-se a escolha dos Chefes políticos reputados hábeis para decidir o resultado dos pleitos nos colégios eleitorais, manobrar a seu jeito os postos da Guarda Nacional, conseguir, graças ao recrutamento forçado, o afastamento dos elementos contrários ou suspeitos à situação dominante, nomear autoridades policiais escolhidas a dedo para as diferentes localidades, dispensando outras, atender às pretensões das pessoas que pudessem cooperar para o bom êxito de sua missão. Terminada esta, tratavam de deixar o cargo aos substitutos legais, quase sempre naturais ou habitantes da mesma província (HOLANDA, 2005, p.15).

O gabinete da conciliação também foi uma tentativa de amenizar os ânimos políticos no Império, buscando minimizar as rivalidades, como apontadas na história de São José dos Pinhais.

E o desdobramento desta luta política na vila de São José dos Pinhais estará presente em vários outros documentos, demonstrando como estes dois grupos, a nível local, irão continuar se confrontando. Como exemplo, em 20/jan/1854, os saquaremas saojoseenses João Antonio Mendes, Manoel de Bastos Coimbra, João Cordeiro Netto, Ildfonso Mendes Leitão e Manoel Mendes Machado irão protocolar uma reclamação, ao novo presidente Zacarias (também conservador), contra a junta de qualificação de votantes de São José dos Pinhais, liderada pelos luzias, na pessoa do juiz de paz. Entre as reclamações estão à inclusão do nome de Antonio da Cruz como *votante*, sendo ele o “assassino” de Joaquim Antonio Mendes, além de muitos outros criminosos (sem citar nomes), a inclusão de Francisco Gaspar Teixeira, que vive em Curitiba a mais de um ano, além da “interferência que tiveram no processo de *qualificação* os cidadãos José Antonio Barbosa de Brito, Francisco de Paula Prestes Branco (vereador) e Dr. Laurindo Abelardo de Brito (denunciado como assessor do juiz de paz)” (DEAP, *Eleições*, São José dos Pinhais, 20/jan/1854), como se tivessem abusado da autoridade que possuíam, manipulando a inclusão de nomes na lista de votantes. E, por solicitação do presidente da província Dr. Zacarias, de 30 de janeiro, Francisco de Paula Prestes Branco (liberal) responde ao presidente às acusações que sofreu a junta de qualificação de votantes (DEAP, *Eleições*, São José dos Pinhais, 11/fev/1854).

Interessante que em 1855, de acordo com o jornal *O Dezenove de Dezembro* (24/jan/1855), serão julgados apenas dois luzias envolvidos no episódio de 1852, Joaquim Pereira do Valle e Antonio da Cruz, ambos parentes de falecidos (Antonio da Cruz já era

denunciado como criminoso nas reportagens dos jornais paulistas em 1852)³⁵. E foi solicitado pelo réu Joaquim Pereira do Valle que o juiz Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu (eleito deputado geral em 1854 e também conservador) não participasse da condução do julgamento, devido à possível imparcialidade no processo, por ser amigo de um dos falecidos. Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu responde, pelo mesmo jornal, que não tinha interesse em participar do processo, e que a amizade referida não prejudicaria o resultado do veredicto. Depois disto, nada mais foi divulgado pelo periódico local, nada sobre a acusação ou não dos envolvidos no fato ou mesmo se alguém teria sido condenado pelos atos de 1852.

Quanto aos membros saquaremas, em especial da família de Manoel Mendes Leitão ou os soldados da guarda nacional, em relação a morte dos outros 5 luzias, não foi encontrado notícias de que teriam sido julgados no jornal paranaense. Foi o jornal de Recife que publicou o julgamento dos saquaremas, na qual teria sido condenado José Olinto Mendes de Sá, a seis meses de prisão, não por assassinato, mas por ter obstado a que votassem os cidadãos nesta eleição, ele que era subdelegado em São José dos Pinhais. José Olinto, que era filho de Manoel Mendes Leitão, teria recorrido da sentença (*O Liberal Pernambuco*, 3/dez/1853). José Olinto será deputado provincial do Paraná em 1870/71.

O viajante Robert Avé-Lallemant em sua passagem pelo Paraná em setembro de 1858 comenta que “as eleições para o Senado e para a Câmara dos Deputados [no Paraná] são apaixonadíssimas, têm dado ocasião a conflitos sangrentos. Em São José, uma simples aldeia, houve há poucos anos um conflito político, no qual, dentro e perto da igreja, foram assassinadas dez pessoas [*sic*] e, ao intervir a força armada legal, foram feridos mais vinte homens (AVÉ-LALLEMANT, 1995, p.73). O episódio desta sangrenta luta em São José dos Pinhais estará sempre presente nas conservas sobre política durante todo o período imperial.

Enfim, era clara a presença de dois grupos políticos no Império, bem como no Paraná. E em São José dos Pinhais as famílias iam se unindo também em torno de uma das agremiações partidárias³⁶.

³⁵ A publicação do julgamento de apenas membros do partido liberal pode significar que se está em um momento político em que os conservadores estão no poder. E que o jornal *O Dezenove de Dezembro*, por ser o órgão oficial do governo, acaba não publicando nada que venha a prejudicar os interesses dos governistas.

³⁶ Como exemplo da existência destes grupos, em carta de 15/jun/1856, o Sr. José de Sá Vianna, de São José dos Pinhais, agradece publicamente através do jornal *O Dezenove de Dezembro* (18/jun/1856), uma ajuda recebida do comendador Manoel Mendes Leitão e demais saojosenses, João Antonio Mendes, Candido Mendes de Sá, Ildefonso Mendes de Sá (pai e três filhos), José Joaquim dos Passos Oliveira, João Cordeiro Netto, Francisco de Miranda Chaves e Manoel Mendes Machado. Um nítido elogio aos conservadores de São José dos Pinhais. O chefe Manoel Mendes Leitão irá falecer em 1857. O grupo liberal era liderado, nestes anos, pelo filho do padre Francisco de Paula Prestes, o Sr. Francisco de Paula Prestes Branco.

Mas, liberais e conservadores eram mesmo inimigos, ou apenas disputavam acirradamente os momentos específicos das eleições? Estes partidos formariam grupos com ideologias próprias? Ou, valeria a conhecida expressão de *não haver nada tão parecido com um saquarema como um luzia no poder?*

A produção historiográfica que versa sobre as diferenças e/ou semelhanças entre conservadores e liberais no Brasil do segundo império é bastante ampla. Para a pesquisadora Patrícia Falco Genovez é necessário atentar para as particularidades de cada região brasileira e perceber que “esta arena não era um mero jogo de compadres e não mostram que ser liberal ou conservador pudessem significar a mesma coisa” (GENOVEZ, 2000, p.79). Este trabalho busca, também, analisar com mais detalhes o jogo partidário no Paraná no período imperial. Este debate aponta basicamente três correntes: “a da semelhança, a da diferença, e uma terceira apontando semelhanças e diferenças” (GENOVEZ, 2000, p.66). A da semelhança, como exemplos, Oliveira Vianna (1949) e José Honório Rodrigues (1965, p.183), para o qual “o sistema bipartidário nunca funcionou, já que ambos pouco se distinguiam”. A da diferença, como exemplos, Raymundo Faoro (2000) e José Murilo de Carvalho (2003), para o qual os políticos tinham interesses específicos postos que os alinhava entre liberais ou conservadores. Quanto a diferenças e semelhanças, o representante desta corrente seria Ilmar Rohloff de Mattos (1990), em que aponta as especificidades de cada grupo, mas que o partido saquarema (conservador) acabava abarcando os interesses de todos, dando direção ao Estado imperial³⁷. Em uma nova interpretação sobre os partidos políticos durante o império, Mirian Dolhnikoff (2005) aponta que, ao contrário, foi o projeto político liberal o vencedor e que deu direção ao Estado imperial.

Ilmar Rohloff de Mattos (1990, p.103-192) em seu capítulo sobre os *Luzias e Saquaremas: Liberdades e Hierarquias*, busca apontar que existiam diferenças ideológicas entre os dois partidos políticos do Império, bem como, os aspectos que os aproximavam, como o “sentimento aristocrático” do qual pensavam uma sociedade hierarquizada e na qual, estes “aristocratas” teriam a função de governar tanto a casa particular, representadas em suas grandes propriedades escravocratas, quanto o lugar público, tendo como referência o Estado. Porém, o autor defende a tese de que na formação do Estado nacional houve o predomínio dos ideais saquaremas, obtidos pós-vitórias no campo de batalha propriamente dito,

³⁷ Quanto à origem e as características dos dois partidos políticos no Brasil, conferir Jairo NICOLAU (2002) e José Murilo de Carvalho (*in*: URUGUAI, 2002); e ainda Américo Brasiliense (1878) sobre os programas dos partidos e o 2º Império; entre outros.

principalmente frente à revolução liberal sorocabana de 1842, a revolução farroupilha de 1835/45, e a revolução praieira de 1848/49. Um projeto político para o Império foi se consolidando, dado pelas suas principais lideranças, em especial a chamada *trindade saquarema*³⁸. Temas como a centralização política e administrativa, tendo como referência a figura do imperador e seu poder moderador, a unidade territorial brasileira e sua soberania, mesmo que mantida por meio da força, submissão da Igreja ao Estado, e a lenta discussão sobre questões polêmicas como o fim da escravidão e a liberdade, a resolução do problema da terra, as reformas eleitorais, enfim, tudo o que se refere à cidadania brasileira, foram sendo conduzidas por intelectuais “conservadores”. Enfim, um *tempo saquarema* que perduraria do início dos anos 1830 até o início dos anos 1860 e que buscou manter a *ordem* e a difusão da *civilização*, isto através da construção de um Estado e a constituição de uma classe, a classe senhorial. A *ordem* tinha como referência a manutenção das relações entre senhores e escravos, da subordinação às hierarquias postas pelos cargos públicos, como os da Guarda Nacional, compostos sempre por “ilustres” da localidade. A *civilização* tinha como referência a Europa e seus avanços científicos, políticos e econômicos. E os ideais liberais tiveram, neste momento, de se adaptar ao projeto encabeçado pela trindade saquarema.

Quando Aureliano Candido Tavares Bastos publica o livro *A Província*, datado de 1870, há um sentimento de decepção frente aos rumos tomados pelo Brasil até aquele momento. A descentralização estava longe de ser uma realidade e o modelo americano de federalização, democracia e o voto universal, liberdades individuais e associativismo, enfim, ideais liberais, estavam distantes de serem implantados no Brasil.

Sérgio Adorno (1988, p.64-75), ao interpretar esta realidade, retoma a discussão da origem dos dois partidos no Império, em especial pós a abdicação de D. Pedro I, quando liberais moderados e “regressistas” passaram a se diferenciar enquanto modelos de propostas políticas. Com isto, o autor busca apontar as diferenças ideológicas entre ambos, porém, demonstrando que os “construtores do Estado Nacional”, apesar de serem homens influenciados de maneira geral pelo liberalismo, preferiram a manutenção de uma estrutura patriarcalista que acabou sendo, para eles, mais interessante, do que optarem pela radicalização das reformas exigidas pelo liberalismo, que, de certa forma poderia modificar os privilégios desta classe social. Especificamente, o partido liberal teria surgido da institucionalização de grupos defensores das leis descentralizadoras, e o conservador, a partir

³⁸ *Trindade saquarema*: Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara, Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí) e seu cunhado Paulino José Soares de Souza (Visconde de Uruguai).

de 1840, acompanhou o movimento de supressão das conquistas liberais. Ambos os partidos tinham como referências seus líderes, personalidades políticas, como a da figura de Bernardo Pereira de Vasconcelos, do partido conservador. Adorno, de certa forma, apesar de apontar as diferenças ideológicas entre os partidos políticos, acaba considerando a prevalência das ideias conservadoras como princípios que organizaram o Estado Imperial brasileiro.

Porém, para Miriam DOLHNIKOFF (2005, p.127) os partidos políticos não representam necessariamente políticos que defenderiam ideais liberais (descentralização) ou conservadores (a favor da centralização) em si mesmos, mas são grupos políticos que lutam pelo poder, na qual a simples conciliação não é capaz de abarcar todos nas graças do governo e assim satisfazer a todos os seus projetos e desejos. O confronto entre os partidos políticos no Império passariam muito mais pela “disputa por espaços políticos do que por divergências de fundo” (*Ibidem*, p.129). Esta imagem divergente entre os partidos teria sido construída por inimigos políticos de época, mas que não correspondia ao conteúdo de seus projetos materializados na legislação aprovada nas décadas de 1830 e 1840 (*Ibidem*, p.142). Esta legislação ajudaria a entender a dinâmica política do Império que privilegiou os interesses das *classes políticas* locais, num modelo liberal de Estado de caráter descentralizado, e não centralizado, como apontavam as pesquisas de Ilmar R. de Mattos.

Análises mais detalhadas do período vão demonstrando, inegavelmente, a intensidade das lutas políticas entre os partidos e a formação de grupos específicos e rivais entre si. E como pensar este movimento partidário no Paraná?

Para Luis Fernando Lopes Pereira (1998, p.22-23), no Paraná, “poucas diferenças existiam entre os ditos *partidos da ordem*. Aliás, em termos de Paraná falar em partidos políticos já era um grande exagero, pois os mesmos não passavam de agrupamentos de pessoas com interesses particulares, em geral orbitando a influência das grandes, tradicionais e poderosas famílias curitibanas que dominavam a cena política local”. E ainda, “os partidos políticos da época serão compostos por alianças familiares, servindo de cobertura a líderes individuais e individualistas”.

Já para Rafael Augustus Sêga (2008, p.150-151) os partidos políticos identificam “as frações autônomas de classe que cada agremiação representava”, como exemplo, o partido liberal, a “organização por excelência do ‘poder privado’ dos representantes do ‘Paraná Tradicional’”, do tropeirismo, do comércio de gado e muares dos Campos gerais, a “aristocracia campeira”. Já o partido conservador representava os interesses das famílias comerciantes e daqueles envolvidas com a produção e comercialização da erva-mate, a

“burguesia industrial e comercial”. “A preocupação desse agrupamento político era estabelecer sua supremacia econômica e livrar-se dos entraves jurídicos impostos pelos bacharéis dos Campos gerais, que monopolizaram a atuação administrativa da província do Paraná desde sua fundação”.

O escritor José Francisco da Rocha Pombo, que teve experiência de ser deputado provincial paranaense entre 1886/87, assim reflete sobre este movimento de lutas políticas partidárias na província:

Sabe-se mesmo que de 1820 a 1840, havia a política produzido grande fermento de ânimos e muitas dissensões entre famílias e entre localidades. Na marinha e no interior, isto é, nos termos de Paranaguá e de Castro, a intriga andava acendendo paixões e muitas lutas foram sustentadas entre diversos chefes que desejavam preponderar na direção das coisas públicas. Na marinha, o velho espírito de competição dos chefes perdurou até nossos dias na rivalidade em que ficaram Paranaguá e Antonina. Também entre Castro e Ponta Grossa subsiste um certo ciúme, resto de contendas antigas de famílias das duas localidades. Enganar-se-ia quem quisesse acreditar na serenidade e placidez daquele viver tão limitado e aparentemente tão simples. Em todas as povoações, os dois partidos que se formaram por ocasião de organizar-se o Império entravam em luta com o vigor e o estouvamento de facções nascentes, querendo ambos o predomínio dos respectivos chefes. Serão muito raras as localidades onde não haja memória de um ou outro conflito, sobretudo em épocas de pleito eleitoral, quando os intentos se chocavam e os ódios assumiam caráter explosivo.

“Pelos anos de 1833 a 1834 – diz o Dr. Salvador José Correia Coelho em uma descrição de viagem feita em 1860 – achou-se Castro implicada em furiosas intrigas de famílias importantes da localidade; apareceu a vendetta corsa; o punhal e o bacamarte do assassino tiveram livre exercício até nas praças públicas! Muitos expatriaram-se por causa dos distúrbios, e a povoação, que ostentou tão grande imoralidade e insegurança individual, ressentiu-se por longo tempo das suas conseqüências, e só o olvido pode restabelecer a normalidade”.

Parece que nos arquivos da Câmara consta o assassinato de um rábula Vianna, dado por esse tempo em plena rua da vila de Castro, acontecimento que causou a maior sensação e grande transtorno em toda a vida local. (...)” (ROCHA POMBO, 1980, p.72-73).

Neste sentido, as lutas políticas partidárias aconteciam por serem as eleições algo importante e decisivo na condução dos destinos das localidades, e assim, da própria província do Paraná.

Em relação aos festejos da chegada do primeiro presidente da província do Paraná, Dr. Zacarias de Goes e Vasconcellos, é possível perceber a divisão partidária na recém emancipada província. Túlio VARGAS (1977, p.62-72), a partir dos relatos do *Jornal do Comércio*, da Corte, de 23/nov/1853 em diante, descreve este momento, sem, entretanto, estar atento a este aspecto partidário. O primeiro *liberal* que foi ao encontro do novo presidente foi o jovem bacharel Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, ainda na cidade de Santos, São Paulo, ele que será nomeado diretor geral da instrução pública e procurador fiscal do tesouro provincial, além de ser eleito para a primeira legislatura provincial em 1854 e vice-presidente

da assembleia legislativa em 1855. Na chegada a Paranaguá, quem acolhe o novo presidente, sua esposa e comitiva são os *conservadores*, comendador Joaquim Américo Guimarães, comendador Manoel Antonio Guimarães e a Câmara da cidade. Ao mesmo tempo, o espera na próxima vila, Antonina, João da Silva Machado, o barão de Antonina, do partido *liberal*, tropeiro dos Campos gerais, mas com negócios nesta localidade. O barão de Antonina teria solicitado, por seu apoio contra a Revolta liberal de 1842, além do título de barão, ser o presidente da nova província a ser criada na comarca de Curitiba, fato que não se concretizou, mas será eleito senador pelo Paraná. O presidente Dr. Zacarias e a comitiva seguem, então, a subida da serra no mar, trecho de difícil acesso, pelo caminho do Itupava até a Borda do Campo e, depois, Curitiba. Em Curitiba será recepcionado pela Câmara municipal, na pessoa de Francisco de Paula Guimarães, do partido *liberal* e em festa por toda a população local e dos arredores, e por fim, ficará hospedado no palácio presidencial, o sobrado Bittencourt, vendido por Manoel José da Cunha Bittencourt, do partido *conservador*. Ao que se percebe, liberais e conservadores fizeram acolhidas distintas ao novo presidente da província.

No Paraná, como se percebe, os partidos políticos tinham divergências que por vezes os levavam a batalhas físicas, como o caso de São José dos Pinhais em 1852, e que os separaram na recepção do primeiro presidente da província do Paraná, Dr. Zacarias, em 1853. Mas, seriam essas divergências ideológicas, como aponta Ilmar R. de Mattos e Mirian Dolhnikoff para o caso do Brasil como um todo? Seriam divergências movidas apenas por interesses econômicos, como ervateiros x tropeiros, comentadas por Rafael Sêga? E, portanto, teriam os liberais ou conservadores projetos específicos para o governo do Paraná durante o período imperial?

Este trabalho irá demonstrar que os partidos políticos no Paraná eram grandes alianças familiares. Mas, igualmente, representavam interesses, por vezes específicos, que os levavam a batalhas eleitorais ou até mesmo físicas, como se verá com outros exemplos na história política paranaense. Interesses que, de acordo com as vitórias eleitorais, poderiam proporcionar os investimentos de Estado necessários às suas atividades econômicas, como a opção de se abrir definitivamente a Estrada da Graciosa em 1854, em detrimento aos ervateiros próximos à estrada do Itupava, sendo esta uma vitória liberal; ou o traçado definitivo da estrada de ferro a partir da década de 1880, de Paranaguá a Curitiba, em detrimento da localidade de Antonina, como uma vitória conservadora. As vitórias eleitorais dos partidos políticos propiciavam aos vencedores alçar a cargos públicos estratégicos, como

delegados, guarda nacional e obras públicas, principalmente a construção ou conservação de estradas, cemitérios, igrejas, câmaras municipais e cadeias, entre outras.

Momento da Conciliação, 1854 e 1855. Votantes e Eleitores do Paraná

A Constituição de 1824 definiu as regras eleitorais, que posteriormente foram sendo complementadas ou modificadas. Como as eleições eram muito frequentes, elas mobilizavam parcela significativa da população e seus ânimos políticos, pois anualmente eram elaboradas as *listas de votantes e listas de qualificação dos votantes*, a cada dois anos existia a eleição para deputados provinciais, e a cada quatro anos para vereadores e juizes de paz, pós 1828, e eleições para *eleitores*, convocadas quando necessário, geralmente associada às eleições para deputados gerais e senadores.

A Lei n.º387, de 19/ago/1846, chamada de *Lei Regulamentar das Eleições do Império do Brasil*³⁹, foi a que regeu a 1ª eleição do Paraná emancipado politicamente. As eleições para deputados e senadores eram indiretas e em dois graus. Primeiro eram estabelecidos os *votantes* por meio de listas elaboradas e revistas, que nas assembleias paroquiais, elegiam os *eleitores*, que, nos respectivos colégios eleitorais elegiam os *representantes*. Era o chamado voto censitário, pois o principal requisito para ser *votante* e *eleitor* era possuir “bens”⁴⁰. Não se excluía os analfabetos⁴¹.

O Brasil acabava de entrar sob a égide do gabinete da conciliação que oficialmente foi inaugurado em 6/set/1853 com o presidente do conselho e chefe real da política, Dr. Honório

³⁹ Lei n.º 387, de 19/ago/1846 – Lei regulamentar das eleições do Império do Brasil: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-387-19-agosto-1846-555122-publicacaooriginal-83186-pl.html> (Acesso em 15/mar/2013).

⁴⁰ Os *votantes* deveriam ser cidadãos brasileiros no gozo dos direitos políticos, se estrangeiro, teria de ser naturalizado, maior de 25 anos (ou 21 anos para alguns casos), ter renda líquida anual de cem mil réis por bens de raiz (imóveis), indústria, comércio ou emprego, não ser criado de servir, nem liberto e nem criminoso, entre outros impedimentos. E as condições para elegibilidade para *eleitores* de província, além da condição de *votante*, excluía-se os que não tivessem renda líquida anual de 200 mil réis. E para ser deputado deveria comprovar o ganho de 400 mil réis de renda líquida e ser católico, e quanto à idade, sendo *eleitor* poderia ser deputado, com as condições de reunir à maior instrução, reconhecidas virtudes, patriotismo e zelo pela causa do Brasil. E para ser senador, idade de 40 anos, pessoa de comprovadas virtudes e 800 mil réis de renda. Quanto à renda, o decreto n.º 484, de 25/nov/1846, “atualizava” o montante disposto na Constituição, dobrando a renda em todos os casos. A lei eleitoral estabelecia a relação de 40 *votantes* para cada *eleitor*, sendo o juiz de paz ou pároco quem deveria dirigir os trabalhos das eleições (SALGADO & GABARDO, jan/2003). Neste momento, os analfabetos não eram excluídos de serem votantes ou eleitores, desde que possuidores de “bens” (SALGADO & GABARDO, jan/2003; CARDOSO, 1974; RODRIGUES, 1965).

⁴¹ Sobre o voto do analfabeto no Império e na República, conferir José Honório RODRIGUES (1965, Parte II, Capítulo I, *O voto do analfabeto e a tradição política brasileira*, p.135-163). A não concessão do voto ao analfabeto acontecerá na chamada Lei Saraiva em 1881.

Hermeto Carneiro Leão, Visconde e depois Marquês de Paraná (IGLÉSIAS, *in*: HOLANDA, 52-88). Numa clara tentativa de conciliar lideranças do partido conservador e liberal. Com isto, na recém emancipada província do Paraná haverá um clima político também de caráter conciliador, em que lideranças conservadoras e liberais serão eleitas nesta 1ª eleição para senador, deputado geral e provincial⁴².

Um ponto importante era saber quem elaborava as listas e quem coordenava os trabalhos de votação, pois tais lideranças irão encaminhar a vitória eleitoral. Eram as *mesas eleitorais* dos distritos, que depois de 1846, transferiu ao juiz de paz a sua organização, com a participação dos *eleitores* da última eleição. As *mesas* podiam excluir ou incluir os votantes qualificados (GOUVÊA, 2008, p.100). E a divisão entre liberais e conservadores era acirrada pela disputa ao poder. O controle do processo eleitoral era considerado essencial para buscar dominar o próprio resultado da eleição. Como exemplo, em Palmeira em 1854, o juiz de paz desta freguesia era José Caetano de Oliveira, do partido liberal, presidindo também a assembleia paroquial para as eleições deste ano. José Caetano possuía ligações comerciais com o tropeirismo. Seu filho Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá será eleito deputado provincial. Em Paranaguá, o juiz de paz que enviou a *lista de votantes* era Manoel Antonio Guimarães, um dos mais destacados comerciantes de Paranaguá, e do partido conservador. Ele será eleito deputado provincial, juntamente com seus dois genros, um como deputado geral e outro como deputado provincial. Em Curitiba, foi encaminhada a *lista de votantes* por Manoel de Oliveira Franco e os demais membros, Francisco da Silva Pereira, Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães, Padre João de Abreu Sá Sotto Maior e Francisco Antonio da

⁴² Sobre o caráter da política da conciliação, José Honório RODRIGUES (1965) discute esta tendência entre os governantes desde o período colonial no Brasil, como forma de controlar possíveis dissidências maiores, movida, por vezes, pelo descontentamento de membros da própria classe governante, ou contra o povo que possa exigir “direitos” que não lhes compete em um Estado oligárquico e senhorial, como o brasileiro. O ano de 1853 era um momento urgente para se propor a conciliação devido às características bastante acirradas de lutas que estavam ocorrendo entre liberais e conservadores no Brasil todo. Em São José dos Pinhais, como se verá, aconteceu um conflito armado entre os partidos no dia da eleição para deputado geral, levando à morte importantes lideranças locais. “A conciliação seria o ‘olvido de todas as desavenças e pesares’, uma trégua, uma política neutra, isenta de paixão, que restabelecesse a normalidade do regime constitucional pelo concurso de todos os que compreendessem que ‘acima da causa dos partidos estava a causa do Brasil’” (RODRIGUES, 1965, p.55). E ainda, “a conciliação, que domina essencialmente toda a política brasileira no século XIX, não a pessoal-partidária, que sofre zigue-zagues variáveis, mas a que acomoda para salvar o essencial, defendendo a grande propriedade e a escravidão, não quer reformas sociais e econômicas” (Ibidem, p.60). A pesquisadora Paula Ribeiro FERRAZ (2010) chama a atenção para a necessidade de uma nova perspectiva de pesquisa para entender como neste momento da conciliação, conservadores buscavam uma forma mais eficaz de evitar as rebeliões liberais que marcaram os anos de 1840, e liberais que possivelmente se conscientizaram de que eram necessárias novas estratégias, diferentes da via revolucionária, para se chegar ao governo, que levaria a esta política da conciliação. No Paraná, como se verá, os dois partidos políticos irão, tranquilamente, conciliar interesses para compor os cargos eletivos da nova província.

Costa. Manoel e José Mathias eram do partido conservador e ambos foram eleitos para a Assembleia provincial. E Padre João de Abreu entra como suplente na mesma assembleia em 1855. Os três exemplos demonstram a importância de se estar à frente dos trabalhos eleitorais de sua localidade.

Eis abaixo, o quadro que compunha os 5 colégios eleitorais paranaenses em 1854:

Tabela 10 – Cinco Colégios Eleitorais do Paraná em 1854

Colégio Eleitoral	Localidades	População	Votantes	Eleitores	Total de Eleitores
Curitiba	Curitiba	6791	1066	31	54
	Votuverava	2018	113	-	
	Yguassu	1652	96	-	
	São José dos Pinhais	4660	480*	12	
	Campo Largo	3690	289	7	
	Palmeira	1818	261	4	
Paranaguá	Paranaguá	6533	1033	26	46
	Guaratuba	1564	160*	4	
	Morretes	3709	327	7	
	Antonina	4160	564	9	
	Guaraqueçaba	3476	-	-	
Príncipe	Vila do Príncipe	5406	361	11	11
	Rio Negro	1884	-	-	
Guarapuava	Guarapuava	2520	245	7	7
	Palmas	734	-	-	
Castro	Castro	5899	400*	10	17
	Ponta Grossa	3033	80*	2	
	Jaguariaíva	1071	40*	1	
	Tibagy	1640	110	2	
TOTAL			5456	135	
Total geral PARANÁ		62258	Sendo 10189 escravos (6ª parte da população)		135

O Dezenove de Dezembro, Suplemento, n.33, de 11/nov/1854; *Lista de votantes qualificados de 1854* (DEAP); CARDOSO, 1974; BALHAMA, MACHADO & WESTPHALEN, 1969, p.129-130 – Quadro: *População do Paraná em 1854*.

* Para as localidades em que não foram encontradas as listas de votantes qualificados de 1854, o cálculo é aproximado, supondo realmente existir 1 *eleitor* para cada 40 *votantes*, como previa a lei eleitoral.

A tabela demonstra que o número de *votantes* em Curitiba, de 1066 pessoas, representa 15,7% da população da cidade e os *eleitores*, em número de 31, representam um total de 0,45%, considerados, neste trabalho, como classe política. Mas, ao destacar o número de *votantes* de Curitiba, 1066, e comparar ao número da população livre masculina acima de 20 anos em Curitiba, 1428 pessoas, tem-se, então, a proporção de 74,6% de cidadãos que votam (CARDOSO, 1974, p.197)⁴³.

⁴³ O total de votantes é de 1275 somando Curitiba, Votuverava e Yguassu distribuídos em seus respectivos bairros. Das profissões dos votantes temos que 1.089 declararam-se lavradores, setor primário da economia, 32 profissões do setor secundário e 154 do setor terciário, como militares, empregados públicos, com formação acadêmica e negociantes (*Offícios, 1854, vol.2*, Arquivo Público do Paraná e cópias no Arquivo Público da

Da localidade de Palmeira, os 261 *votantes* representam 14,35% da população, e seus *eleitores* apenas 0,22%. A de Paranaguá, os *votantes* representam 15,9% da população e os *eleitores* apenas 0,39%. Era um processo democrático limitado, mas que envolvia de alguma maneira, como demonstrou Jayme Cardoso para o caso de Curitiba, parcela significativa da população, considerando a população masculina livre.

É interessante observar que para o pesquisador Sérgio Adorno este modelo de organização político-partidária do Império “foi a pedra de toque que freou a marcha das conquistas democráticas e impediu a presença de representantes populares no parlamento” (ADORNO, 1988, p.64). E a luta político-partidária existente durante o Império, “manteve-se praticamente divorciada dos propósitos democráticos de setores rurais e urbanos populares. Tanto liberais como conservadores evitaram o quanto puderam discutir e enfrentar a delicada questão de participação política” (*Ibidem*, p.66). Neste sentido, mesmo os liberais com o discurso de universalização do voto, eram receosos de dar o passo definitivo a esse direito político. De certa forma, percebe-se com o estudo de caso do Paraná, que o modelo de organização política do Império propiciou, ao menos até 1881, que muitos cidadãos pudessem participar do processo eleitoral, como *votantes*; porém, seria os *eleitores* o grupo restrito de cidadãos.

No Paraná, como se verá pelo jornal local, *Dezenove de Dezembro*, o voto era considerado um mecanismo importante de participação política. O jornal insistirá na importância da liberdade do voto, na consciência que o votante e *eleitor* devem ter ao depositar a sua confiança nos representantes, portanto, de escolhê-los bem e de forma livre. Entretanto, o contrário será visto, com denúncias de fraudes, a influência de chefes locais na manipulação de atas eleitorais etc. Isto tudo sempre motivou no parlamento geral no Rio de Janeiro, discussões de reformas eleitorais para que o voto fosse realmente o reflexo da escolha livre e consciente dos *votantes* e *eleitores* no Brasil. Sérgio Adorno (1988, p.75), destacou que no Brasil não aconteceu propriamente dito o dilema liberal, mas sim um “dilema democrático que percorreu todas as fímbrias da ação estatal”.

Câmara de Curitiba *in*: CARDOSO, 1974, p.66-67). Para Oliveira Vianna, o regime democrático inaugurado em 1822, trouxe o povo-massa – sem nenhuma expressão eleitoral e fora de toda vida pública até então – para o exercício do voto, e que exigiu dos também recém formados *clãs eleitorais* organizar esta massa para os *finis eleitorais* (VIANNA, 1949, p.289). Para José Honório Rodrigues, a Constituição de 1824 foi muito mais generosa que a lei portuguesa da colônia, pois buscou aumentar o corpo eleitoral (RODRIGUES, 1965, p.165), e que prevalecerá até a lei Saraiva de 1881, quando novamente se restringe a participação do povo nas eleições.

Enfim, considera-se que as eleições “marcavam o ritmo da vida política” no Brasil, tanto a nível local como nacional (GOUVÊA, 2008, p.102). E serão os *eleitores* que escolherão os principais cargos eletivos do Império, os deputados provinciais e gerais, e senador, enquanto classe política.

A lei das Câmaras Municipais será aprovada em 1/out/1828 e com complemento em 1/dez/1828 sobre os procedimentos das eleições para vereadores e juiz de paz. No Paraná emancipado politicamente a primeira eleição para vereador e juiz de paz será dia 7/set/1856. Os mandatos seriam de 4 anos.

A Eleição para Senador no Paraná em 1854

Para Senador, os 135 *eleitores* do Paraná deveriam escolher três nomes, sendo que os três mais votados iriam para a lista tríplice para a escolha do Imperador. A apuração final dos votos era realizada pela câmara municipal da capital da província, que se limitava a somar os votos constantes nas atas dos respectivos colégios eleitorais.

A primeira eleição para senador no Paraná teve oito candidatos que obtiveram votos dos *eleitores*. O presidente da província teria designado o dia 26/fev/1854 para eleição dos *eleitores* e o dia 28/mar/1854 para a eleição de um senador. O jornal *O Dezenove de Dezembro* foi divulgando os resultados eleitorais, conforme iam chegando a Curitiba os dados dos colégios eleitorais.

Tabela 11 – Resultado da eleição para senador em 1854 no Paraná

Candidato	Curitiba 54 votos	Paranaguá 46 votos	Príncipe 11 votos	Guara- puava 7 votos	Castro Tibagy 15 + 2	Total 135 votos
João da Silva Machado – Barão de Antonina	50	46	2	6	14 + 2	120
Manoel Gonçalves de Moraes Roseira – Comendador	51	42	7	7	8	115
Modesto Gonçalves Cordeiro – Coronel	41	45	3	0	6	95
Dr. José Gaspar dos Santos Lima	7	0	11	7	10 + 2	37
Conselheiro Bernardo de Souza Franco	0	0	9	1	2 + 1	13
Desembargador Agostinho Ermelino de Leão	0	5	0	0	0	5
Dr. João da Silva Carrão	1	0	1	0	0	2
Raphael Tobias de Aguiar	0	0	0	0	1 + 1	2
TOTAL	150	138	33	21	47	389

O Dezenove de Dezembro (1854, várias edições); e os mesmos dados, com algumas alterações em: NEGRÃO (1949, p.160). Os votos de Tibagy eram contados “em separado”.

Tabela 12 – Candidatos a senador no Paraná em 1854

Candidato	Partido	Votação	Residência	Idade	Profissão
João da Silva Machado – Barão de Antonina	Liberal	120	Região de São Paulo	72	Tropeiro, Político
Manoel Gonçalves de Moraes Roseira – Comendador	Liberal	115	S.J. Pinhais Curitiba	54	Fazendeiro
Modesto Gonçalves Cordeiro – Coronel	Conservador	95	Morretes	56	Comerciante
Dr. José Gaspar dos Santos Lima	Liberal	37	Vila do Príncipe	?	Advogado
Conselheiro Bernardo de Souza Franco	Liberal	13	Vila do Príncipe?	49	Advogado
Desembargador Agostinho Ermelino de Leão	Conservador	5	Paranaguá	56	Advogado
Dr. João da Silva Carrão	Liberal	2	São Paulo Curitiba	44	Advogado Político
Raphael Tobias d’Aguiar	Liberal	2	São Paulo Sorocaba	59	Fazendeiro Político

O Dezenove de Dezembro (1854, várias edições); *Lista de votantes qualificados* de 1854 das vilas de Curitiba, Morretes, Paranaguá, Vila do Príncipe.

Ao que se percebe a eleição foi disputada realmente por três principais candidatos, os quais fariam parte da lista tríplice que seria escolhida pelo Imperador. Lembrando que cada eleitor poderia votar em até 3 candidatos a senador, por isto um total de 389 votos (uma média de 129 eleitores teriam comparecido para votar). O vitorioso foi o barão de Antonina, João da Silva Machado, que também foi o escolhido pelo Imperador D. Pedro II.

O já nobiliárquico Barão de Antonina era idoso com 72 anos quando eleito senador pelo partido liberal. Gaúcho de nascimento tornou-se tropeiro, e numa vida extremamente ativa como demonstra sua biografia⁴⁴, chegou ao mais importante cargo eletivo imperial, de caráter vitalício. Sua profissão como tropeiro lhe possibilitou acumular riquezas e seu casamento com Ana Ubaldino do Paraíso Guimarães, filha de Manoel Gonçalves Guimarães, grande chefe político de Castro e igualmente tropeiro e com muitas posses, lhe proporcionou ampliar ainda mais suas atividades por toda a região dos Campos gerais paranaense e do caminho das tropas. Chegou a ser deputado provincial em São Paulo e seu vice-presidente nomeado. Tornou-se um político experiente e com bons contatos na capital do Império, conseguindo mobilizar a imigração alemã já em 1829 para Rio Negro (sul da província de São Paulo), além de responsável pela abertura e conservação de inúmeras estradas, como a do Mato Grosso, Graciosa, da Mata, entre outras. Um candidato sempre ligado ao poder central,

⁴⁴ Ainda não há uma biografia de João da Silva Machado reconstruindo todas as suas atividades e sua importância para o Paraná e Brasil. Este trabalho utiliza-se principalmente das seguintes referências: NEGRÃO, vol.5, 1949; BALHANA, MACHADO & WESTPHALEN, 1969, p.157-8; ROCHA POMBO, 1980, p.65s.; WESTPHALEN, 1995, p.46; OLIVEIRA, 2001, p.163-4; SANTOS, 2007, nota n.º 3, p.142; ALVES, 2012; entre outras.

como demonstrou seu posicionamento político na *Guerra dos farrapos* de 1835 a 1845 e na *Revolução liberal* de 1842, que lhe concedeu o título de barão em 1843, por defender as causas do Império. E, segundo Ermelino de Leão, sua escolha como senador seria de uma consequência lógica, pelas “dívidas” que o império tinha para com o próprio João da Silva Machado⁴⁵. Enfim, possuía todos os requisitos para ser escolhido senador pela recém criada Província do Paraná.

O segundo candidato mais votado foi o comendador Roseira, fazendeiro em São José dos Pinhais e com propriedades em Curitiba; segundo Rocha Pombo (1980, p.64), diz ser Roseira um dos “herdeiros” de Manoel Gonçalves Guimarães. Com isto, a disputa para senador tinha como um dos pilares, a própria força do barão de Antonina e da herança de seu sogro, o Sr. Manoel Gonçalves Guimarães⁴⁶, ambos representantes do partido liberal em sua ala moderada e não extremista da Revolução Liberal de 1842, que era representada por Raphael Tobias de Aguiar. Roseira será eleito, então, deputado provincial.

E o terceiro melhor votado, coronel Modesto Gonçalves Cordeiro, era natural de Morretes, membro e líder do partido conservador desta região, ligado a Guarda Nacional, possuía engenho de erva-mate, e que junto com o baiano desembargador Agostinho Ermelino de Leão, residente em Paranaguá, representavam o litoral e este partido na disputa pelo

⁴⁵ Assim diz Ermelino de Leão sobre este período da vida do Barão de Antonina: “Durante a guerra dos farrapos, embora liberal e rio-grandense, prestou à causa do império valiosos serviços, pondo ao dispor do trono a sua burra e o seu prestígio. Quando ocorreu a sedição de Sorocaba, foi ele que, abandonando os seus amigos e colocando os seus serviços ao dispor do governo quem eficazmente concorreu para a vitória pacífica do grande Barão, depois Duque de Caxias. Acusaram-no de desertor dos seus arraiais; chamaram-no de venalizado pelos seus adversos a troco do baronato e da presidência da futura província do Paraná... A primeira imposição que fez [João da Silva Machado] foi a imediata instalação da província... A fácil vitória de Caxias modificou, em parte, os seus altos projetos, adiando-os. Contudo, sua tenacidade venceu os obstáculos e logrou os seus objetivos. Instalada a província, foi eleito senador (...) (in: NEGRÃO, vol.5, p.96-98). E ainda, sobre a primeira discussão referente a criação da Província do Paraná em 1843, o deputado geral pela Bahia, Ângelo Muniz da Silva Ferraz denuncia o projeto como fruto da transação política para desmobilizar a rebelião de Sorocaba e impedir sua ligação com a revolução do Rio Grande, feita entre uma “influência local” e o ministério, que rendeu-se à ameaça feita por aquela “influência”, que teria dois mil homens sob suas ordens: “ou Curitiba seria província, ou ele se havia de decidir pelos rebeldes.” (Cf. ANAIS-CD, 31/maio/1843, v.I, p.449. in: BÓRIO, 2004, p.5). É provável que esta “influência local” seja João da Silva Machado.

⁴⁶ De acordo com a *Genealogia Paranaense*, de Francisco Negrão, *Manoel Gonçalves Guimarães* era casado com Maria Magdalena de Lima, “possuidor de avultada fortuna e de muitas sesmarias de terras em Castro, Ponta Grossa e Curitiba”, tropeiro, arrecadador de impostos de Porto de Cima a Rio Negro, Guarda-Mor, católico fervoroso, tendo um filho padre (NEGRÃO, vol.5, p.139); como se percebe, seu raio de ação está em todo o caminho das tropas, e ainda no litoral paranaense. Em Curitiba, igualmente era um cidadão ativo, pois foi *eleitor* nos anos de 1794, 1804 e em 1811. Construiu a Igreja de São Francisco de Paula, no centro de Curitiba, atualmente denominada de “ruínas de São Francisco”. Seu filho *Mathias Gonçalves Guimarães* casou-se com a filha do capitão *João Antonio da Costa* que era genro de *Lourenço Ribeiro de Andrade*, patriarca da importante família curitibana de sobrenome Sá Ribas (CUNHA, 2003, p.37, 41 e 63), importante ligação entre liberais e conservadores, como se verá na composição da 1ª Assembleia legislativa provincial; bem como, Manoel Gonçalves Guimarães era avô do importante político de Paranaguá, Manoel Antonio Guimarães, porém com outra mulher, Maria Luiza Soares. Manoel Gonçalves Guimarães faleceu em 1816.

senado. A indicação do coronel Modesto teria vindo do próprio presidente Zacarias, seu “amigo pessoal” e “que o fez figurar na lista tríplice às eleições do Senado” (COSTA, 1995, p.101). Mas será eleito deputado provincial. O interessante é que o filho do coronel Modesto era casado com a filha do comendador Roseira⁴⁷.

Os demais concorrentes ao senado não tiveram votação expressiva. O advogado Dr. José Gaspar dos Santos Lima, que já tinha sido deputado provincial por São Paulo em 1842/43, da Vila do Príncipe, na qual seus pais eram compadres do barão de Antonina, acabou fazendo carreira burocrática no Império e representava os mesmos interesses liberais. Seu irmão David dos Santos Pacheco será eleito para a 1ª assembleia legislativa provincial e seu filho Dr. José dos Santos Pacheco Lima também será eleito deputado provincial na década de 1860. O conselheiro Bernardo de Souza Franco era um político ligado ao poder central no Rio Janeiro. Nasceu no Pará, era do partido liberal e seus votos representam alguns contatos que teria na região dos Campos gerais, num pequeno período que esteve por lá. E, já em 5/jun/1855 foi escolhido senador pela sua província natal. O Dr. João da Silva Carrão era natural de Curitiba, forma-se em Direito em São Paulo em 1837 com doutoramento em 1838. Abre escritório de advocacia em Curitiba na década de 1840, mas também é nomeado professor no curso de Direito em São Paulo e eleito, desde 1842, deputado provincial e geral por São Paulo, o que lhe permitiu ter fortes vínculos naquela cidade, também como advogado, jornalista e professor da faculdade; era do partido liberal da ala moderada o que lhe habilitou ser candidato a senador pelo Paraná, afinal, também ele foi contrário à revolta liberal de 1842; Dr. Carrão acabou se tornando um político paulista, continuando a ser eleito deputado provincial e geral por São Paulo (mesmo o Paraná sendo emancipado) e senador vitalício por São Paulo [1879/88], além dos cargos de ministro da Fazenda e Conselheiro de Estado. Em 1849 está em Curitiba como vereador, mas seus dois votos talvez demonstrem sua pouquíssima ligação com a sua província natal⁴⁸. Assim como é estranho os dois votos para Raphael Tobias de Aguiar, líder político em São Paulo e da Revolução Liberal de 1842, apesar de sua intensa ligação com os tropeiros do Paraná, pois ele era natural de Sorocaba, na qual era um dos mais importantes fazendeiros e negociantes das tropas vindas pelo Paraná⁴⁹.

⁴⁷ Jornal *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 27/ago/1857.

⁴⁸ João da Silva Carrão, Faculdade de Direito de São Paulo, turma acadêmica de 1833/37 e doutoramento em 1838 (ADORNO, 1988, p.135); biografia de João da Silva Carrão (CARNEIRO, 1960).

⁴⁹ Rafael Tobias de Aguiar teve de contar com a ajuda de José Caetano de Oliveira na fuga para a Província do Rio Grande do Sul, quando da derrota da Revolução Liberal de 1842 (MARCONDES, 1926, p.28; SANTOS, 2007, p.146). O partido liberal voltará ao poder central em 1844, sendo que D. Pedro II teria anistiado todos os

O que esta eleição ao senado e seus candidatos revelam sobre a recém emancipada comarca de Curitiba?

A eleição do Barão de Antonina representou a força do tropeirismo paranaense e do partido liberal em 1854 no Paraná, além da figura ativa e influente do próprio barão e de seu posicionamento político frente às revoltas do período regencial brasileiro.

O partido conservador, apesar de bem representado pelo coronel Modesto, acabou elegendando o primeiro deputado geral, Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu, que era genro de outro líder conservador do litoral, Manoel Antonio Guimarães, como se verá a seguir.

Eleição para a Assembleia Geral no Paraná em 1854

A primeira eleição para um deputado à Assembleia legislativa geral teve o seguinte resultado, somando os cinco colégios eleitorais do Paraná:

Tabela 13 – Candidatos a deputado geral em 1854

Candidato	Partido	Votação	Residência	Idade	Profissão
Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu	Conservador	68	Curitiba	31	Juiz municipal
Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá	Liberal	37	Palmeira	27	Advogado
Dr. Antonio Francisco de Azevedo	?	22	Curitiba	41	Juiz de direito
Dr. José Francisco Corrêa	Conservador	1	Vila do Príncipe	37	Médico
TOTAL		128			

O Dezenove de Dezembro, 8/abr/1854.

O *eleitor* teria que escolher apenas um candidato, pois era uma a vaga disposta para o Paraná. Dos 135 *eleitores*, os candidatos obtiveram 128 votos.

O vitorioso foi o Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu. Jovem advogado, 31 anos, juiz municipal em Curitiba. Era genro de Manoel Antonio Guimarães, grande proprietário, comerciante e industrial do litoral paranaense, do partido conservador. Guimarães, seu sogro, já era um político experiente, sendo deputado por São Paulo, representando a região de Paranaguá. A vitória de Ferreira de Abreu é uma vitória estratégica do partido conservador e do litoral paranaense, com um cidadão residente e com profissão em Curitiba. O interessante é que em 1888/89, no final do Império, quem estará como deputado geral no Rio de Janeiro será Manoel Antonio Guimarães, já com o título de Visconde de Nácar.

Outro candidato, o jovem bacharel em direito, Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, de Palmeira, com apenas 27 anos, será o segundo mais votado, representando a região dos

comprometidos nos movimentos revolucionários de São Paulo e Minas (*Fleiss*, citado por SANTOS, 2007, p.147).

Campos gerais, pertencente ao partido liberal, e residente em Curitiba. Apesar de não vencer, será eleito, na mesma eleição, para deputado provincial, além de ser nomeado como secretário do presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos. Dr. Jesuino Marcondes, por sua vez, será eleito na próxima eleição para deputado geral, no dia 2/nov/1857. Sua carreira política atravessará todo o Império, e o Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu voltará como deputado provincial ao Paraná em 1856, seguindo carreira como juiz.

Já o Dr. Antonio Francisco de Azevedo, de acordo com sua biografia⁵⁰, nascido em São Paulo, vem à 5ª comarca de Curitiba e Paranaguá, nomeado como juiz de direito a partir de 1847. Era um candidato que enfrentava a força política dos negociantes do litoral e dos tropeiros dos Campos gerais, e mesmo como juiz, não conseguiu suplantá-las. Como candidato na mesma eleição para deputado provincial, obteve apenas 19 votos. Mas será ele o diretor da “*Sociedade Harmonia*”, importante clube social curitibano fundado às vésperas da instalação da assembleia legislativa provincial do Paraná. O sugestivo nome do clube, segundo Samuel Guimarães da Costa, era no sentido da busca pela conciliação dos meios político-partidários paranaenses (COSTA, 1994, p.156-7).

E o Dr. José Francisco Corrêa, natural da Vila do Príncipe, com apenas um voto, terá um irmão eleito para deputado provincial na primeira legislatura, Dr. Francisco José Corrêa (bacharel em Direito) e outro irmão, Padre Damaso José Corrêa, nomeado como vice-presidente desta província em 1854. Ele próprio também concorreu à primeira eleição a assembleia legislativa, mas não foi eleito, obtendo 32 votos (*O Dezenove de Dezembro*, 8/abr/1854).

Têm-se três candidatos bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais (advogados) e um em Medicina. Esta composição segue a “regra” da composição do parlamento na Corte, com “o predomínio do bacharel, expressão dos ideais educativos da sociedade patriarcal, com o culto dos valores retóricos” (IGLÉSIAS, *in*: HOLANDA, 2004, p.26)⁵¹. O Paraná segue esta regra apresentado bacharéis para o cargo de deputado geral.

⁵⁰ Dr. Antonio Francisco de Azevedo: *Ministros do Supremo Tribunal de Justiça do Império*: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=338> (Acesso em 28/dez/2011). Dr. Antonio Francisco de Azevedo foi transferido do Paraná em 1855, para Piratinim, Rio Grande do Sul. Faleceu em 10/nov/1886.

⁵¹ “O bacharel acabou por constituir-se, portanto, em sua figura central porque mediadora entre interesses privados e interesses públicos, entre o estamento patrimonial e os grupos sociais locais. A criação de uma verdadeira *intelligentzia* profissional liberal, nascida no bojo da sociedade agrário-escravista, compreendida, na sua grande maioria, de bacharéis, promoveu a ampliação dos quadros políticos e administrativos, sedimentou a solidariedade intra-elite de modo a rearticular as alianças entre os grupos sociais representantes do mundo rural e do mundo urbano e, sobretudo, possibilitou a separação entre poder doméstico e poder público, fundamental para

A condição de bacharel em Direito também vai ser importante para consolidação deste “mandarinato imperial”.

Condição *sine qua non* para pertencer ao mandarinato imperial (Pang, 1972) era ser acadêmico de Direito. Como ressalta Venâncio Filho, “ser estudante de Direito era, pois, sobretudo, dedicar-se ao jornalismo, fazer literatura, especialmente a poesia, consagrar-se ao teatro, ser bom orador, participar dos grêmios literários e políticos, das sociedades secretas e das lojas maçônicas (Venâncio Filho, 1977, *in*: ADORNO, 1988, p.162).

A participação do acadêmico e depois formado advogado teve também no jornalismo um papel crucial para sua projeção. A imprensa como “guardiã da ordem pública e em tribuna livre para a defesa de direitos civis e políticos” (ADORNO, 1988, p.163). A palavra escrita e a falada serão essenciais para que o político consolide sua posição de chefia ao longo do século.

Esta foi uma vitória do partido conservador⁵², com uma importante articulação do litoral e Curitiba e a influência de Manoel Antonio Guimarães, outro pilar desta eleição. Manoel Antonio Guimarães (conservador), do litoral, era neto de Manoel Gonçalves Guimarães (liberal), dos Campos gerais. Sob este prisma familiar, isto parece um pacto de vitória, dando a um o cargo de senador e a outro o de deputado geral, e ainda, consolidando o cargo de 1º secretário da Assembleia provincial, com o jovem José Mathias Gonçalves Guimarães.

No Rio de Janeiro, o Imperador D. Pedro II anualmente abria e encerrava as sessões da assembleia geral. A partir da 3ª sessão da 9ª legislatura da assembleia geral legislativa, no ano de 1855, foi representar o Paraná o Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu, político residente em Curitiba, advogado, juiz, genro de negociante e “capitalista” do litoral paranaense, Manoel Antonio Guimarães. E no senado, o tropeiro João da Silva Machado, barão de Antonina, na qual sua esposa era tia, por parte paterna, de Manoel Antonio Guimarães.

a emergência de uma concepção de cidadania.” (...) “Operando no contexto de uma monarquia patrimonial, apropriaram-se os bacharéis das oportunidades de acesso e promoção nas carreiras diretas dos órgãos centrais e regionais de governo”. (ADORNO, 1988, p.78). Para Sérgio Adorno, o bacharel foi o principal intelectual da sociedade brasileira durante o século XIX (*Ibidem*, p.79). E ainda, os bacharéis foram formados nos cursos jurídicos de São Paulo e Pernambuco, locais constituídos para se constituir quadros para o aparelho governamental, de formação ideológica dos intelectuais, e para serem recrutados pela burocracia estatal (*Ibidem*, p.88).

⁵² A vitória do partido conservador para deputado geral no Paraná também pode ser reflexo de uma consequência da composição da própria Assembleia geral no Rio de Janeiro, com predominância deste partido político, eleitos para o quadriênio de 1853 a 1856 (IGLÉSIAS, Francisco, *in*: HOLANDA, 2004, p.34).

Composição da 1ª Assembleia Legislativa Provincial do Paraná, 1854 e 1855. Momento da conciliação.

A composição da primeira Assembleia legislativa provincial no Paraná é decisiva para se entender a organização política no século XIX, considerando sua classe política.

A compreensão de quem foram os primeiros 20 deputados provinciais e mais os 6 suplentes que assumem em 1855, pode revelar as características do poder político nesta província, que por sua vez atravessará todo o período imperial brasileiro, demonstrando que este pequeno grupo, de caráter familiar, continuará controlando estes cargos públicos, representando seus interesses econômicos, de suas famílias, de seu partido político, e para isto, se reelegendo ao longo de todo o período monarquista, também através de seus filhos e parentes próximos, ou mesmo com uniões familiares, como casamentos e compadrio⁵³.

De acordo com Maria de Fátima Silva Gouvêa (2008, p.91), o cenário político imperial implicava necessariamente uma legislatura fraca, devido ao poder executivo ser muito forte. Porém, em contraste, “a legislatura teve um importante papel no processo de construção de um sistema político no país. Afinal, abriu espaço – e as atividades – para juntar vários políticos nas diferentes assembleias legislativas, nos níveis nacionais, provinciais e municipais. Garantindo poder político, assim como status, para pessoas vindas de diversos setores (...)” Eis a importância deste espaço institucional, além de suas competências específicas, como a função de legislar sobre todo o andamento das atividades administrativas, que por sua vez, dava aos deputados importante papel na condução dos rumos da província.

Eis o resultado eleitoral da primeira legislatura paranaense de 1854:

⁵³ Maria NICOLAS (1954) faz uma pequena biografia de 15, dos 26 primeiros deputados provinciais eleitos que assumiram este cargo entre 1854/55; e Samuel Guimarães da COSTA (1994), a vida de 24 deles, não citando os deputados Francisco de Paula Ferreira Ribas e Joaquim Lourenço de Sá Ribas. Mas estes autores não tiveram a pretensão de uma análise sociológica em conjunto destes indivíduos, como fez Ricardo Costa de OLIVEIRA (2001, p.148-154), que levanta a biografia de 16 deles; A *Genealogia paranaense*, de Francisco NEGRÃO (6 volumes: 1926, 1927, 1928, 1929, 1946 e 1950), cita o nome de 22 destes deputados, ambos pertencentes a famílias tradicionais do Paraná. Mas os nomes não citados, também fazem parte destas famílias tradicionais, são eles: deputado Fernando Antonio de Miranda, da tradicional família Miranda de Guaratuba; deputado Francisco de Paula Ferreira Ribas e deputado José Joaquim Marques de Souza, ambos de Castro, casam-se com membros da família de Manoel Gonçalves Guimarães, mas Negrão não cita estes enlances matrimoniais. E apenas o deputado Henrique de Beaurepaire Rohan, do Rio de Janeiro, não fazia parte das tradicionais famílias paranaense. Há ainda outras fontes “menores” que acabam citando episódios da vida destes indivíduos. E existem apenas três biografias específicas sobre eles: a de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, por Moysés MARCONDES (1926), seu filho; a de David dos Santos Pacheco (Barão dos Campos Gerais), por Maria Cecília WESTPHALEN (1995), destacando suas posses econômicas ao longo de sua vida; e a de Antonio de Sá Camargo (Visconde de Guarapuava), por Zelo SANTOS (2007), tese de doutorado em História, sobre a trajetória pessoal deste indivíduo paranaense.

Tabela 14 – Resultado eleitoral para a composição da 1ª Assembleia legislativa provincial do Paraná

Candidatos eleitos	Votos
1. Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães	112
2. Manoel Leocadio de Oliveira	110
3. Antonio José de Faria	107
4. Dr. Francisco José Corrêa	106
5. Joaquim José Pinto Bandeira	104
6. Manoel Ignacio do Canto e Silva	104
7. Manoel Gonçalves de Moraes Roseira	98
8. Manoel de Oliveira Franco	98
9. Francisco de Paula Ferreira Ribas	97
10. Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá	95
11. Modesto Gonçalves Cordeiro	91
12. Dr. José Lourenço de Sá Ribas	90
13. Manoel Gonçalves Marques	88
14. Manoel Antonio Guimarães	85
15. José Joaquim Marques de Sousa	83
16. Antonio de Sá Camargo	80
17. Manoel Antonio Ferreira	78
18. David dos Santos Pacheco	71
19. Fernando Antonio de Miranda	69
20. Manoel Francisco Corrêa Junior	69
Demais candidatos (Suplentes)	
21. Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota	64
22. <i>Manoel José da Cunha Bittencourt</i>	60
23. Dr. Laurindo Abelardo de Brito	55
24. Padre José Antonio de Camargo e Araujo	52
25. Ricardo Gonçalves Cordeiro	47
26. José Dias Barbosa	45
27. Américo Gonçalves de Moraes	41
28. <i>Padre Agostinho Machado Lima</i>	34
29. Dr. José Francisco Corrêa	32
30. <i>João de Abreu Sá Sotto-Maior</i>	31
31. Cypriano Custodio de Araujo	31
32. Miguel José Corrêa	27
33. Antonio Alves de Oliveira	19
34. Dr. Antonio Francisco de Azevedo	19

O Dezenove de Dezembro, 8/abr/1854 (grifo do autor). Os candidatos com menos de 19 votos não foram citados.

O resultado eleitoral demonstra que os 20 primeiros mais votados assumiram o cargo de primeiros deputados provinciais do Paraná.

Tabela 15 – 1ª LEGISLATURA 1854-1855

Deputado	Comissões	Idade	Partido	Residência	Ocupação
1. Joaquim José Pinto Bandeira	Presidente	65	Liberal	Curitiba	Negociante / Cargos públicos
2. Manoel Antonio Guimarães	Vice-Pres., 1854 CIOP Redação	41	Conservador	Paranaguá	Negociante / Cargos públicos
3. José Mathias Gonçalves Guimarães	1º Secretário	31	Conservador	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
4. Manoel Francisco Correia Junior	2º Secretário	45	Conservador	Morretes	Negociante / Cargos públicos
5. Jesuino Marcondes	Fazenda	27	Liberal	Curitiba /	Advogado / Cargos públicos

de Oliveira e Sá	CJFP /ICCI Vice-pres., 1855			Palmeira	
6. Francisco José Correia (Suplente da Comissão Executiva)	Estatística Redação Fazenda CJFP	47	Conservador	Vila do Príncipe	Advogado / Cargos Públicos
7. Manoel Antonio Ferreira (Suplente da Comissão Executiva)	CM Orçamento	49	Liberal	Curitiba	Lavrador / Cargos públicos
8. Antonio de Sá Camargo	Estatística	46	Liberal	Guarapuava	Fazendeiro / Cargos públicos
9. Antonio José de Faria	CM	41	Conservador	Antonina	Negociante / Cargos públicos
10. David dos Santos Pacheco	Eclesiástica	44	Liberal	Vila do Príncipe	Negociante / Fazendeiro / Cargos públicos
11. Fernando Antonio de Miranda	Estatística CIOP	44?	Conservador	Guaratuba	Negociante / Cargos públicos
12. Francisco de Paula Ferreira Ribas	Fazenda	46	Conservador	Castro	Fazendeiro / Cargos públicos
13. José Joaquim Marques de Souza	ICCI	46	Liberal	Castro	Fazendeiro / Cargos Públicos
14. José Lourenço de Sá Ribas	Redação CJFP	34	Liberal	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
15. Manoel Gonçalves Marques	Eclesiástica	43	Conservador	Morretes	Negociante / Cargos públicos
16. Manoel Gonçalves de Moraes Roseira	Eclesiástica Orçamento	54	Liberal	S.J.Pinhais / Curitiba	Fazendeiro / Cargos públicos
17. Manoel Ignácio do Canto e Silva	CIOP ICCI	45	Conservador	Castro / Tibagi	Fazendeiro / Cargos públicos
18. Manoel Leocádio de Oliveira	-	37	Conservador	Paranaguá	Negociante / Cargos públicos
19. Manoel de Oliveira Franco	CM	40	Conservador	Curitiba	Negociante / Cargos públicos
20. Modesto Gonçalves Cordeiro	Orçamento	56	Conservador	Morretes	Negociante / Cargos públicos
Suplentes que assumem em 6/fev/1855					
Henrique de Beaurepaire Rohan	-	43	Liberal	Curitiba Niterói, RJ	Engenheiro militar / Cargos públicos
Agostinho Machado Lima	-	33	Conservador	Paranaguá / Curitiba	Padre / Cargos públicos
João de Abreu Sá Sotto Maior e Araujo	-	59	Liberal	Curitiba	Padre / Cargos públicos
Joaquim Lourenço de Sá Ribas	-	33	Liberal	Curitiba	Negociante / Cargos públicos
Antonio Ricardo Lustosa de Andrade	-	32	Conservador	Curitiba	Lavrador / Cargos públicos
Manoel José da Cunha Bittencourt	-	55	Conservador	Curitiba	Lavrador / Cargos públicos

NICOLAS, 1954, p.59; COSTA, 1994, p.95-107; OLIVEIRA, 2001, p.148-154; *O Dezenove de Dezembro*, 1854/55; *Lista de votantes de 1854* das diversas vilas paranaenses (DEAP).

Comissões: CM – Câmaras Municipais; ICCI – Instrução, Catequese e Civilização dos Índios; CJFP – Constituição, Justiça e Força Pública; CIOP – Comércio, Indústria e Obras Públicas;

Partido político de alguns deputados: Jornais: *Aurora Paulistana* e *O Compilador* (1852).

Suplentes: *O Dezenove de Dezembro*, 14/fev/1855, p.2: “No dia 8 do corrente, teve lugar a abertura da 2ª Sessão da primeira legislatura da nossa assembleia provincial, sob a presidência do sr. Pinto Bandeira, estando presentes os srs. Deputados Gonçalves Guimarães, Correia Junior, Roseira, Marcondes, José Lourenço, Ferreira, Marques, David Pacheco, *padre Lima, padre Sá, Beaurepaire, Joaquim Lourenço, Franco e Lustosa*”. Neste dia o

presidente Zacarias fez a leitura de seu relatório. Apresentaram-se também os deputados Ribas e Marques de Souza, e tomou assento como deputado suplente, o sr. *Bittencourt* (21/fev/1855); deputado Dr. José Correia, Canto e Silva, Manoel Leocádio de Oliveira e Sá Camargo também aparecem em outras sessões.

Quanto aos suplentes, eles irão ser convocados a assumirem o cargo em 1855, não seguindo obrigatoriamente a ordem dos votos recebidos, e por não estarem todos os eleitos presentes. As sessões da assembleia legislativa provincial não poderiam funcionar sem o mínimo de 50% mais um, de deputados. O Sr. Bittencourt, Padre Agostinho e Padre João, aparecem na lista dos mais votados, e os outros suplentes, Antonio Ricardo Lustosa de Andrade, Joaquim Lourenço de Sá Ribas e o Coronel Henrique de Beaurepaire Rohan certamente obtiveram um número de votos menor que 19. Coronel Beaurepaire assume também a vice-presidência da Província do Paraná (de 27/jul/1855 a 01/mar/1856), depois de fechado os trabalhos legislativos.

O que esta Assembleia legislativa provincial eleita revela sobre a classe política do Paraná?

É possível buscar uma resposta para esta questão através da biografia coletiva e da genealogia de seus membros. Em 1854, os 135 eleitores paranaenses poderiam votar, de acordo com as regras eleitorais deste ano, em 20 indivíduos para deputado provincial. Com isto proporcionou que membros da mesma família fossem eleitos.

Como visto, o Paraná possuía o menor número de deputados provinciais previsto em lei, ao todo 20 membros.

O deputado mais votado será o jovem bacharel, conservador, Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães, com 112 votos, residente em Curitiba, obtendo votos em todos os colégios eleitorais do Paraná devido a sua ampla família Guimarães. Ele é sobrinho e futuro genro do vice-presidente eleito da assembleia legislativa, Manoel Antonio Guimarães, e neto de Manoel Gonçalves Guimarães, sogro do barão de Antonina. O jovem Dr. José Mathias foi eleito para o cargo de 1º secretário da assembleia legislativa provincial. Em sua pessoa e em seu cargo é possível dizer que nele aparecem à síntese do momento da “conciliação” que o Paraná e o Brasil vinham passando. Síntese da eleição para senador, vencida pelos liberais dos Campos gerais, e a eleição para deputado geral vencida por conservadores do litoral, afinal, no Dr. José Mathias é igualmente representante das famílias vitoriosas nestas primeiras eleições “paranaenses”. Em seguida, o Dr. José Mathias foi nomeado para o cargo público de procurador fiscal da província, no ano de 1854, e logo se desentende com o presidente Zacarias de Goes e Vasconcellos nas suas atividades públicas, o que leva o presidente a

afastá-lo das atividades (NEGRÃO, 1949, p.240). Foi considerado, inclusive, como um jovem inconsequente⁵⁴.

Manoel Antonio Guimarães, o vice-presidente da assembleia, era casado em primeiras e segundas núpcias com as filhas de Manoel Francisco Correia, o velho, pai do deputado Manoel Francisco Correia Junior, de Morretes, eleito 2º secretário. Ambos eram cunhados.

Quanto a Manoel Francisco Correia Júnior, ele teria ficado “decepcionado” com atitudes de João da Silva Machado, pós Revolta liberal em 1842, não o indicando como um dos defensores da legalidade na região de Paranaguá, o que fez com que se retirasse da vida pública, mas voltou em 1854, elegendando-se deputado provincial⁵⁵.

Outro deputado eleito do litoral é Manoel Leocádio de Oliveira, destacado negociante de Paranaguá, ligado a Manoel Antonio Guimarães, ambos do partido conservador⁵⁶.

Os demais membros da família Guimarães eleitos nesta legislatura foram: Manoel Gonçalves de Moraes Roseira, tido como um herdeiro de Manoel Gonçalves Guimarães

⁵⁴ Essa percepção de jovem inconsequente sobre o Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães é proposta por Samuel Guimarães da Costa (1994, p.96). Diz o autor, que por ser o Dr. José Mathias um homem economicamente independente e bem posicionado socialmente, achava-se no direito de ser arrogante e cheio de impicâncias, mantendo discussões na tribuna da assembleia ou fora dela com extrema veemência; e teria perdido parte de sua fortuna em jogos, falecendo com 44 anos no sítio de sua propriedade em Campina Grande, próximo de Curitiba. Também esta informação de “jogador inveterado, arruinou-se e deixou sua família em difícil situação” está em David CARNEIRO (1963, p.159). Porém, outra percepção sobre o Dr. José Mathias é dada pela leitura de notícias no jornal *O Dezenove de Dezembro*. Como exemplos, ele e sua mãe D. Libânia Maurícia de Sá Ribas organizaram a “festa” da Semana Santa em 1860, sendo muito elogiada (abr/1860). O Dr. José Mathias é citado, várias vezes, como um católico participante das atividades religiosas. Em outubro de 1860, parte para o Rio de Janeiro, junto com sua esposa Delphica, para tratar de sua saúde (6/out/1860). Mas, no ano de 1865, Dr. José Mathias e Dr. José Lourenço de Sá Ribas (ambos, primos em segundo grau) trocam acusações mútuas, publicando-as no jornal local curitibano. O Dr. José Lourenço o chama de “mau educado”, tanto intelectualmente, quanto moralmente, o que o Dr. José Mathias rebate firmemente tais acusações.

⁵⁵ Quanto ao deputado eleito Manoel Francisco Corrêa Junior, tanto Maria NICOLAS (1953), Samuel COSTA (1996) e Ricardo Costa de OLIVEIRA (2001) apontam ser este o mesmo que será depois Ministro do Império, deputado geral e senador pelo Paraná em 1876. Porém, em 1854 ele teria apenas 23 anos de idade e este foi o ano de sua formatura em Direito em São Paulo, e contraindo matrimônio, em 2/fev/1855, com Marianna Ribeiro de Almeida, de Maricá, RJ. Portanto, é provável que o eleito em 1854 tenha sido o seu pai, este sim com o nome de Manoel Francisco Corrêa Junior (*Lista de qualificação de votantes*, vila de Morretes, 17/jan/1854). Neste trabalho, portanto, consideramos como deputado eleito o pai do futuro Senador. Apesar de que Francisco Negrão, e outros historiadores paranaenses, tenham dito que Correia Júnior a partir de 1844 teria se recolhido a vida privada (NEGRÃO, *Genealogia Paranaense*, Vol. 3º, 1928, p.275), devido especialmente a mágoas pelo seu afastamento do movimento de 1842. Isto é, por ser chefe do partido conservador, “fora estrategicamente afastado para que os liberais dos planaltos pudessem apoiar a causa legal e a João da Silva Machado no embate de 1842, uma vez que sua presença desgostaria os chefes liberais de serra acima” (OLIVEIRA, 2001, p.144-5). Manoel Francisco Corrêa Junior foi um dos grandes propagandistas da luta pela emancipação política da região de Paranaguá e Curitiba.

⁵⁶ Manoel Leocádio de Oliveira irá casar com a viúva Anna Maria da Purificação Ribas, pós 1868. Ela é filha de Lourenço Pinto de Sá Ribas, de Curitiba. Anna Maria foi casada com o capitão José S. Guimarães, filho do comendador Manoel Antonio Guimarães, e que veio a falecer em 1867. Isto demonstra a importância dos casamentos neste período, em que um rico negociante de Paranaguá escolhe uma senhora de importante família curitibana, mas residente em Paranaguá, já viúva, para contrair matrimônio.

(ROCHA POMBO, 1980, p.64), conhecido como comendador Roseira, importante tropeiro, mas residente em Curitiba e São José dos Pinhais; Francisco de Paula Ferreira Ribas, da vila de Castro, casado com a filha do tenente José Gonçalves Guimarães, filho de Manoel Gonçalves Guimarães, porém, era do partido conservador; e José Joaquim Marques de Souza, da vila de Castro, casado com a filha de Manoel Gonçalves Guimarães, a “Senhora do Carambeí”; por ser afilhado do barão de Antonina, tem-se David dos Santos Pacheco, já com avultada fortuna, ligado às atividades tropeiras e à família Guimarães, sendo um liberal. Outra pessoa ligada ao barão de Antonina era a mãe do deputado Manoel Ignácio do Canto e Silva, a sra. Ana Luíza da Silva, que o sugeriu como seu testamenteiro⁵⁷; e o deputado por Antonina, Antonio José de Faria, com cargos públicos e casado com famílias tradicionais no litoral, e com provável parentesco com a família de Manoel Antonio Guimarães⁵⁸.

Visualizando este grupo familiar representando a região de Campos Gerais, tem-se o seguinte quadro (exceção a Manoel Antonio Guimarães, Manoel Francisco Correia Júnior e Manoel Leocádio de Oliveira que moram no litoral paranaense):

Quadro 4 – Clã familiar Guimarães e Correia

Família de <i>Manoel Gonçalves Guimarães</i> , Campos Gerais, falecido em 1816		Família do deputado provincial e vice-presidente da Assembleia Manoel Antonio Guimarães , neto de <i>Manoel Gonçalves Guimarães</i>
<i>Filhos</i>		<i>Genros</i>
Anna Ubaldina Guimarães	Senador João da Silva Machado , barão de Antonina	Deputado geral Antonio Candido Ferreira de Abreu
	Deputado provincial David dos Santos Pacheco Deputado provincial Manoel Ignácio do Canto e Silva	Deputado provincial Manoel Francisco Correia Junior
Mathias Gonçalves Guimarães	Deputado provincial e 1º Secretário da Assembleia, José Mathias Gonçalves Guimarães	Deputado provincial Modesto Gonçalves Cordeiro
Tenente José Gonçalves Guimarães	Deputado provincial Francisco de Paula Ferreira Ribas	Deputado provincial Francisco José Correia
Francisca de Paula Guimarães (Senhora do Carambeí)	Deputado provincial José Joaquim Marques de Souza	Deputado provincial Manoel Leocádio de Oliveira
	Deputado provincial Manoel Gonçalves de Moraes Roseira	Deputado provincial Antonio José de Faria

O autor

⁵⁷ A sra. Ana Luíza da Silva, falecida em Castro, 9/maio/1856, deixou três possíveis testamenteiros, seu filho Manoel Ignácio do Canto e Silva, seu genro tenente José Joaquim de Andrade e o barão de Antonina, João da Silva Machado (*Museu do Tropeiro*, Fundos Inventários, 1851-1860. Inventário de Ana Luíza da Silva, in: VIAL, 2013, p.121).

⁵⁸ Por ocasião do falecimento de Antonio José de Faria, quem convida para missa em sua homenagem, foram Joaquim Antonio Guimarães e Antonio Candido Ferreira de Abreu, filho e genro de Manoel Antonio Guimarães (*Dezenove de Dezembro*, 8/fev/1868).

Outra grande família que compõe a primeira legislatura é a Sá Ribas. Tem-se como referência o capitão Lourenço Pinto de Sá Ribas, um político experiente e ativo na província de São Paulo, residindo em Curitiba, neto de Lourenço Ribeiro de Andrade⁵⁹ (NEGRÃO, 1927, p.446). Os filhos e genros de Lourenço Pinto de Sá Ribas e Joaquina Francisca da Purificação irão fazer parte da primeira Assembleia legislativa paranaense. Os filhos, deputado José Lourenço de Sá Ribas e deputado Joaquim Lourenço de Sá Ribas (suplente); os genros, deputado Manoel Antonio Ferreira, casado com Florinda Maurícia de Sá Ribas; o deputado Manoel de Oliveira Franco, casado com Escolástica Joaquina de Sá Ribas; e o deputado Joaquim Ignácio Silveira da Motta, casado com Maria Theolinda da Conceição Ribas (este último ficou como suplente, não assumindo na primeira legislatura, mas sendo eleito em 1855 para a 2ª legislatura). Os genros de Lourenço Pinto também possuem famílias que se destacam na sociedade curitibana, econômica e culturalmente. E ainda, a filha Anna Maria da Purificação Ribas casada com José S. Guimarães, filho do deputado provincial e vice-presidente da Assembleia, Manoel Antonio Guimarães, de Paranaguá. Manoel de Oliveira Franco é cunhado do deputado Antonio Ricardo Lustosa de Andrade, casado com sua irmã Gabriela Franco.

Visualizando este grupo familiar, representando a região de Curitiba.

Quadro 5 – Clã Sá Ribas

<i>Filhos</i>	Família de <i>Lourenço Pinto de Sá Ribas</i>	
Deputado provincial José Lourenço de Sá Ribas	Curitiba	
Deputado provincial Joaquim Lourenço de Sá Ribas	<i>Genros</i>	
Florinda Maurícia de Sá Ribas	Deputado provincial Manoel Antonio Ferreira	
Escolástica Joaquina de Sá Ribas	Deputado provincial Manoel de Oliveira Franco	Deputado provincial Antonio Ricardo Lustosa de Andrade
Maria Theolinda da Conceição Ribas	Deputado provincial Joaquim Ignácio Silveira da Motta	
Anna Maria da Purificação Ribas	José S. Guimarães, filho do deputado provincial Manoel Antonio Guimarães (Paranaguá)	

O autor

⁵⁹ O Dr. Lourenço Ribeiro de Andrade talvez seja o primeiro filho da terra curitibano a estudar em Portugal, universidade de Coimbra, recebendo o título de licenciado por volta do ano de 1747, sendo capitão mor desta cidade entre 1765 a 1799, ano de seu falecimento, cargo máximo a que poderia chegar (Ermelino Leão, 1994, *in*: INSSA, 2000, p.49). O próximo capitão mor de Curitiba foi seu filho Antonio Ribeiro de Andrade, de 1800 a 1821.

A filiação partidária desta “grande família” é o que irá dividir os cunhados durante o período imperial. Em Curitiba, os líderes liberais serão o deputado José Lourenço de Sá Ribas, o deputado Manoel Antonio Ferreira e o deputado Joaquim Ignácio Silveira da Motta. O líder conservador será o deputado Manoel de Oliveira Franco⁶⁰. Em Paranaguá, o líder conservador é o deputado Manoel Antonio Guimarães, junto com Manoel Francisco Correia Junior. E líder liberal dos Campos gerais, o senador João da Silva Machado.

E, como visto, é possível ainda ligar estas grandes famílias. Primeiro através do casamento do capitão Mathias Gonçalves Guimarães casado com Libania Mauricia de Sá (pais do deputado provincial e 1º secretário da Assembleia, José Mathias Gonçalves Guimarães). Ela é filha do capitão João Antonio da Costa e Francisca de Paula Ribas. Francisca é irmã da mãe de Lourenço Pinto de Sá Ribas, a senhora Ana Maria Espírito Santo Ribas, ambas filhas do capitão mor de Curitiba Dr. Lourenço Ribeiro de Andrade. O deputado José Mathias Gonçalves Guimarães é parente por parte materna dos deputados Sá Ribas e das esposas dos deputados acima postos (são primos em segundo grau por possuírem um bisavô comum, Lourenço Ribeiro de Andrade). E ainda, liga-se a esta família o filho de Manoel Antonio Guimarães, casado com uma filha de Lourenço Pinto de Sá Ribas. E Manoel Antonio Guimarães é sobrinho, por parte de pai, da esposa do barão de Antonina e do pai do Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães.

O genealogista Francisco Negrão demonstra esta intrincada rede de parentesco, na pessoa de Delphica Guimarães, filha de Manoel Antonio Guimarães, casada com o José Mathias Gonçalves Guimarães em 1855:

Delphica Guimarães (Carneiro), casada a 24/abr/1855, em primeiras núpcias, com o Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães, nascido em Curitiba, filho do capitão Mathias Gonçalves Guimarães (*título Rodrigues Seixas*), casado em Curitiba a 14/abr/1812 com Libania Mauricia de Sá; neto pela parte paterna do Coronel Manoel Gonçalves Guimarães e de sua mulher Maria Magdalena Guimarães; neto pela parte materna do Tenente João Antonio da Costa, casado em 1785, e de sua mulher Francisca de Paula Ribas, falecida em Curitiba, onde nasceu, a 5/nov/1803, e era ele natural de Portugal. Francisca de Paula Ribas era filha do capitão mór de Curitiba Dr. Lourenço Ribeiro de Andrade, falecido em 1799, e de sua mulher Izabel de Borba Pontes, falecida em Curitiba a 15/out/1771; neto pela parte paterna do Capitão Miguel Rodrigues Ribas, natural de Villa Franca de Vianna-Braga, falecido em Curitiba a 15/nov/1774, com 80 anos de idade, sendo casado com Maria Rodrigues de Andrade, nascida a 15/ago/1706 e falecida em 1730. Neto pela parte materna do Capitão Amaro

⁶⁰ De acordo com o discurso do deputado geral por São Paulo, Joaquim José Pacheco, câmara no Rio de Janeiro, de 19/ago/1853, a família Franco pertencia ao partido liberal, mas por desavenças [não menciona quais], no ano de 1841, acabaram sendo convidadas para criar um partido em Curitiba que representasse o pensamento “conservador”. Foi o sr. João de Oliveira Franco o iniciador dos “saquaremas” em Curitiba (Deputado Joaquim José Pacheco, sessão de 19/ago/1841, *in*: GREGÓRIO, 2012, p. 380). João de Oliveira Franco é irmão de Manoel de Oliveira Franco.

de Borba Pontes e de sua segunda mulher Izabel Cardozo de Moraes, filha de Francisco Barreto Cardozo e de Ignez Pedrozo de Moraes. Por Maria Rodrigues de Andrade é bisneto de Lourenço de Andrade, que logo após a fundação da Vila de Curitiba em 1693, apareceu figurando nos cargos da República. Veio para Curitiba em 1699, já casado com Izabel Rodrigues Seixas, ele falecido em 18/fev/1733 e ela em 15/mar/1744. (...) Delphica Guimarães Carneiro foi casada em segundas núpcias com o Comendador Manoel Ricardo Carneiro (...) (NEGRÃO, 1928, vol.3, p.186-7, grifo do autor).

O casamento de José Mathias e Delphica, no dia 24/abr/1855, deve ter sido um dos grandes acontecimentos da classe dominante paranaense neste ano, reunindo parentes dos Campos gerais (família Guimarães do esposo), do litoral, em especial de Paranaguá (família Guimarães e Correia da esposa), e de Curitiba (família Sá Ribas por parte da mãe do noivo), apesar de não ser noticiado pelo jornal *O Dezenove de Dezembro*. Era a união da mesma família, porém residentes no litoral e no planalto curitibano, “separados” pela barreira natural da serra do mar.

Outro casamento importante deste ano foi o do deputado Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, filho de José Caetano de Oliveira e Querubina Marcondes de Sá. Ele casa com Domitila Alves de Araujo, no dia 7/jan/1855, em Morretes. Ela é filha do Capitão Hyppolyto José Alves e de Maria Rosa de Araujo, influente e tradicional família do litoral paranaense, em especial em Antonina (assim como o casamento de José Mathias e Delphica, é mais uma junção de famílias dos Campos gerais, com famílias do litoral, de interesses tropeiros, com os comerciantes e industriais da erva-mate). Este casamento também não foi noticiado pelo jornal *O Dezenove de Dezembro*.

Tanto José Mathias quanto Jesuíno Marcondes, de partidos políticos opostos, faziam parte da equipe de governo do presidente Dr. Zacarias de Goes e Vasconcellos.

O deputado Jesuíno Marcondes pertencia aos grandes interesses tropeiros dos Campos gerais, pois seu pai, o fazendeiro José Caetano de Oliveira (futuro barão de Tibagi) possuía ligações comerciais com o barão de Antonina e a família Guimarães, e com o comerciante de tropas David dos Santos Pacheco, entre outros. A filha de José Caetano de Oliveira, Anna Marcondes de Oliveira, casa com o irmão de David dos Santos Pacheco, o tenente coronel Joaquim Pacheco da Silva Rezende. As filhas de David irão casar com os irmãos da esposa de Jesuíno Marcondes, os Alves de Araujo. Jesuíno Marcondes, por sua vez, é primo e cunhado do deputado Antonio de Sá Camargo, morador em Guarapuava, também ligado a atividade tropeira, futuro visconde de Guarapuava. E neste mesmo ambiente tropeiro dos Campos gerais tem-se o deputado Dr. José Francisco Correia, da Vila do Príncipe, sobrinho do comendador Manoel Francisco Correia, o velho (COELHO, 1995, p.68).

No litoral paranaense o deputado Manoel Francisco Correia Júnior, cunhado de Manoel Antonio Guimarães, é genro do Capitão mor de Paranaguá, Manoel Antonio Pereira, que é sogro de Ricardo Gonçalves Cordeiro (futuro deputado provincial), filho do deputado Modesto Gonçalves Cordeiro. Correia Júnior é tio do deputado Modesto.

E ainda, outro casamento importante deste ano foi o de Manoel Francisco Correia (filho de Manoel Francisco Correia Junior) com Marianna Ribeiro de Almeida, de Maricá, Rio de Janeiro, no dia 2/fev/1855. Apesar de sair do “círculo” paranaense de uniões familiares, o Dr. Correia fará carreira política pelo Paraná, como deputado provincial, deputado geral e senador, porém, sempre residindo na Corte do Rio de Janeiro, como funcionário público imperial.

O quadro familiar ampliado, com senador, deputado geral e deputados provinciais desta primeira legislatura, ficariam assim compostos:

Quadro 6 – A parentela reunida para governar

1. Deputado José Lourenço de Sá Ribas	6. Senador João da Silva Machado, barão de Antonina	14. Deputado Manoel Antonio Guimarães
2. Deputado Joaquim Lourenço de Sá Ribas	7. Deputado David dos Santos Pacheco	15. Deputado geral Antonio Candido Ferreira de Abreu
3. Deputado Manoel Antonio Ferreira	8. Deputado Manoel Gonçalves de Moraes Roseira	16. Deputado José Mathias Gonçalves Guimarães
4. Deputado Manoel de Oliveira Franco	9. Deputado Francisco de Paula Ferreira Ribas	17. Deputado Manoel Francisco Correia Junior
5. Deputado Antonio Ricardo Lustosa de Andrade	10. Deputado José Joaquim Marques de Souza	18. Deputado Modesto Gonçalves Cordeiro
* Deputado Joaquim Ignácio Silveira da Motta	11. Deputado Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá	19. Deputado Francisco José Correia
	12. Deputado Antonio de Sá Camargo	20. Deputado Manoel Leocádio de Oliveira
	13. Deputado Manoel Ignácio do Canto e Silva	21. Deputado Antonio José de Faria

O autor; * Joaquim Ignácio Silveira da Motta será eleito na próxima legislatura.

Esta “grande família” somaria dezenove deputados provinciais, um deputado geral e um senador. O deputado Joaquim Ignácio Silveira da Motta estaria como suplente, mas não assume em 1855.

Quanto aos deputados Fernando Antonio de Miranda, Manoel Gonçalves Marques⁶¹ e padre Agostinho Machado Lima são descendentes da grande família Miranda do litoral

⁶¹ Manoel Gonçalves Marques, “assim que se emancipou [de sua família] foi para o Porto de Cima, acompanhando [Manoel Francisco] Correia Junior, aí por 1841” (CARNEIRO, 1963, p.158).

paranaense (OLIVEIRA, 2005)⁶², portanto, parentes entre si, mas não deixam de estar ligados à família de Manoel Francisco Correia Junior e de Modesto Gonçalves Cordeiro.

Os demais deputados seriam Joaquim José Pinto Bandeira, eleito o primeiro presidente da assembleia legislativa do Paraná, ligado a região tropeira e de exploração dos campos de Guarapuava, residente em Curitiba, com ampla experiência política, já atuante como deputado provincial em São Paulo. Apesar de não ser identificado nenhum parentesco direto com os deputados eleitos, seu pai, de naturalidade portuguesa foi casado com Maria Domingues de Jesus, do título *Carrasco dos Reis* (NEGRÃO, 1926, p.520), da qual descendem muitos deputados paranaenses; Manoel José da Cunha Bittencourt, importante ervateiro da região de Curitiba, e com influência na política local curitibana, também, neste primeiro momento não possui ligações de parentesco com os demais deputados, pois esta família inicia no Paraná em sua pessoa e Anna Maurícia, casados em Curitiba em 12/maio/1819 (NEGRÃO, 1946, p.14); padre João de Abreu Sá Sotto Maior também é membro de importante e destacada família paranaense, que também formará uma intrincada rede de parentela nas próximas gerações (NEGRÃO, 1929, p.356); e, por fim, o deputado Henrique de Beaurepaire Rohan, engenheiro, nascido em Niterói, assumirá também a vice-presidência da província do Paraná neste ano de 1855. Este realmente era o único deputado fora do ciclo desta classe de parentes do Paraná.

Portanto, dos 28 primeiros políticos eleitos pelo Paraná, apenas um não faria parte da classe dominante local que começa a se estruturar na nova província brasileira.

Quadro 7 – Deputados provinciais que representaram o litoral paranaense (1854/55)

Família Miranda		Família Guimarães, Correia	
Deputado Fernando Antonio de Miranda		Deputado Manoel Antonio Guimarães	Deputado Manoel Leocádio de Oliveira
Deputado Manoel Gonçalves Marques		Deputado Manoel Francisco Correia Junior	Deputado Antonio José de Faria
Deputado Padre Agostinho Machado Lima		Deputado Modesto Gonçalves Cordeiro	

O autor

A primeira Assembleia legislativa provincial do Paraná seguia o regimento interno da Assembleia legislativa provincial de São Paulo, até o ano de 1865 quando será aprovado o

⁶² Estes três deputados possuem parentesco através da enorme família do genearca capitão Amaro Miranda Coutinho que recebeu sesmaria ao sul de Paranaguá em 1718 e 1743 (OLIVEIRA, 2005, p.2). O deputado provincial Fernando Antonio de Miranda não é citado no estudo de Ricardo Costa de Oliveira por ser de uma geração posterior ao estudo deste autor. E o deputado Manoel Gonçalves Marques, membro desta família (OLIVEIRA, 2005, p.16), é rico industrial e comerciante de Morretes, e dará continuidade na liderança ao partido conservador após a morte do deputado coronel Modesto. E padre Agostinho é afilhado de José Caetano da Costa, membro da família Miranda Coutinho.

primeiro regimento próprio desta casa. As comissões são as mesmas existentes em São Paulo. Havia a necessidade de legislar sobre “fazenda”, “câmaras municipais” e seus orçamentos, “educação, catequese e civilização dos índios”, “eclesiástica”, enfim, temas pertinentes ao período. Os deputados eram escolhidos para as comissões por votação de acordo com a predisposição ao assunto, no início da legislatura, sendo que no ano seguinte acontecia uma nova eleição para as comissões, bem como para a comissão executiva da casa.

A comissão executiva da assembleia legislativa, o seu núcleo duro, em 1854, foi composto por dois membros de Curitiba (Pinto Bandeira e José Mathias) e dois membros do litoral paranaense (Manoel Antonio Guimarães e seu cunhado Correia Junior), demonstrando equilíbrio na divisão do poder, porém, com predomínio do partido conservador, da qual fazia parte o presidente da província Dr. Zacarias de Góes e Vasconcellos. Os dois deputados do litoral talvez sejam os mais importantes e influentes comerciantes e políticos paranaenses deste período. Suas famílias continuarão no poder ao longo de todo o período imperial. Quanto ao presidente da assembleia legislativa, Pinto Bandeira, parece ser uma nomeação, por parte dos deputados eleitos, de reconhecimento de alguém mais experiente e que muito lutou pela independência paranaense. Pinto Bandeira, na eleição de 1855 recebe poucos votos e não se reelege para deputado provincial, mas será convocado como suplente. E volta a ser eleito para a terceira legislatura, mas vem a falecer, não assumindo o cargo. Seu filho (enteado) Luiz Gomes da Silva, morador em Guarapuava, irá continuar elegendo-se como deputado, e outros irmãos seus, são membros da Guarda nacional.

A média de idade dos deputados provinciais em 1854/55 era de 43 anos aproximadamente; os mais jovens eram Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, com 27 anos e José Mathias Gonçalves Guimarães, com 31 anos, ambos bacharéis, filhos de pais influentes na economia e política. E os suplentes, Antonio Ricardo Lustosa de Andrade, com 32, e Padre Agostinho, com 31; e o mais velho será o presidente Joaquim José Pinto Bandeira, com 65 anos.

Quanto ao partido político é difícil de precisar as informações sobre a filiação de cada um; alguns também mudaram de partido, como o próprio presidente Dr. Zacarias de Góes e Vasconcellos, de conservador em 1853 passa a ser liberal (progressista, membro da “liga”) na década de 1860. Na tabela acima, dos 20 deputados eleitos, tem-se doze deputados do partido conservador (uma maioria saquarema como diria o presidente Dr. Zacarias em seu discurso de 15/jul/1854), que tinha sua força no litoral paranaense e entre comerciantes e era o partido do presidente da província, mas não deixava de ter adeptos nos Campos gerais, pois, dois

deputados que possuem residência em Castro e um na Vila do Príncipe, região tropeira ligada aos luzias, são conservadores, os deputados Francisco de Paula Ferreira Ribas (pertencente à família Guimarães dos campos gerais, por casamento), Manoel Ignácio do Canto e Silva e o Dr. Francisco José Corrêa; e oito deputados do partido liberal, com sua força nos campos gerais e no tropeirismo sendo muito influentes no Paraná, em especial antes da sua emancipação política. Dos nove deputados residentes em Curitiba, seis eram liberais e três conservadores. O que se pode concluir da composição partidária acima é que existiu realmente certo equilíbrio entre “cascudos e farrapos” nesta primeira eleição, reflexo deste momento da “conciliação” em âmbito nacional⁶³. Dividindo arbitrariamente estes deputados entre as duas grandes fontes de renda da província do Paraná, erva-mate e tropeirismo, pode-se dizer que havia um equilíbrio entre eles de 10 deputados para cada segmento econômico.

Outro ponto da análise prosopográfica seria a residência dos deputados. Esta é retirada da *lista de votantes* das vilas paranaenses. Neste sentido, dos 26 deputados que assumiram o cargo, 11 possuíam residência em Curitiba, com o caso de Jesuíno Marcondes, que apesar do pai ser morador em Palmeira, ele morava e votava em Curitiba, mas com domicílio também em Palmeira; 3 de Castro; 2 da Vila do Príncipe (Lapa); 1 de São José dos Pinhais, mas com residência em Curitiba; 1 de Guarapuava, somando 18 deputados do planalto curitibano; e representantes do litoral tem-se 3 deputados de Morretes; 3 de Paranaguá (somando com padre Agostinho, mas que em 1854 assume como vigário em Curitiba); 1 de Guaratuba; 1 de Antonina; somando 8 deputados. Fica evidente uma representatividade maior dos deputados de Curitiba. A capital paranaense teve ainda maior representatividade porque em 1855, os seis suplentes que assumem são desta cidade. A dificuldade de acesso dos deputados do interior ou litoral levava a nomeação de deputados suplentes residentes em Curitiba.

As profissões destes 26 políticos revelam as atividades de maior poder aquisitivo na sociedade paranaense do século XIX, fundamental para ser eleito deputado. A ocupação colocada na tabela é a mesma descrita pela *lista de votantes* de 1854, auto declarada pelo votante. Acrescentam-se uma “segunda ocupação” no sentido de se observar em algumas

⁶³ Assim o presidente Zacarias se referia em seu discurso sobre as brigas políticas na nova província: “Um tal fenômeno, se não exprime perfeita harmonia e conciliação dos partidos em a nova província, cumpre, ao menos, que fique bem registrado afim de mostrar que aqueles, que, tomando por termômetro, para avaliar a civilização deste povo, *os tristes acontecimentos de São José dos Pinhais em 7 de novembro de 1852, pensarem que os partidos aqui medem-se ordinariamente pela força física, e pleiteiam o triunfo da urna com o bacamarte, caluniam atrozmente a índole e o caráter dos habitantes do Paraná*” (PARANÁ, Zacarias de Góes e Vasconcellos, 15/jul/1854, p.2 e 3, grifo do autor). O presidente Zacarias, sob a égide do partido conservador, reconheceu que os liberais do Paraná, ao contrário de grande parte da Província de São Paulo neste período, tinham acesso ao poder político (BORGES, 2009, p.133).

biografias outras atividades realizadas pelo mesmo indivíduo. Por exemplo, Manoel Antonio Ferreira declara-se *lavrador*, mas possuiu *cargos públicos*, como vereador de Curitiba, coletor, empreiteiro de obras públicas e ligado a Guarda nacional. Das ocupações gerais têm-se os que se definem como *negociantes*. Tanto no litoral como nos Campos gerais e Curitiba há *negociantes*, que podem estar em atividades ligadas ao comércio de tropas, bem como da produção de erva-mate e importação e exportação no litoral paranaense. Onze deputados estão envolvidos diretamente com estas atividades; E ainda, ocupações com serviços públicos remunerados, como empreiteiros de estradas, igrejas, pontes, prédios públicos, entre outros serviços, como padres, juízes, vereadores e agentes militares, aqui denominados de *cargos públicos*. É importante destacar que todos os deputados estariam ligados a *cargos públicos* diretamente; três deputados se declaram *lavradores*; quatro deputados eram *fazendeiros*; e dois eram *padres*.

Quanto à formação educacional, quatro são formados em Ciências Jurídicas e Sociais (Direito), denominados de *advogados*⁶⁴; dois *padres* que assumem como suplentes⁶⁵; um *engenheiro militar*, que assume como suplente; os demais, dezessete deputados, não há informações sobre a questão da educação formal, mas ao que se percebe, ninguém era analfabeto.

Dos suplentes que assumiram em 1855, infelizmente não é possível identificar quem foi substituído, pois nos exemplares do jornal *O Dezenove de Dezembro*, de 1855, pouco consta. É provável que não tenham comparecido os deputados Manoel Antonio Guimarães (Paranaguá), Antonio José de Faria (Antonina) e Fernando Antonio de Miranda (Guaratuba), por não serem citados nos diários das sessões da Assembleia no ano de 1855 (*O Dezenove de Dezembro*, 1855). Os outros, em alguma sessão, fazem algum pronunciamento, ou comparecem, mesmo tardiamente.

De acordo com o caso da Assembleia provincial fluminense (GOUVÊA, 2008, p.105 e p.108), os suplentes eram convocados principalmente porque muitos deputados eram

⁶⁴ Para os quatro bacharéis em Direito, cabe muito bem a reflexão de Francisco IGLÉSIAS: “Confirma-se, pelo quadro profissional, a expressão bacharelesca do patriarcalismo [referindo-se a composição da Assembleia Geral no Rio de Janeiro na década de 1850]. O senhor de terras quer ser advogado, ou faz do filho advogado, para que ele venha brilhar na Corte. Compõem-se de maneira exata os interesses: o jovem bacharel é melhor que não fique no meio rural, que ele pode perturbar a ordem e a rotina que ali imperam; demais, não é desejo seu, que não se adapta mais à vida acanhada do interior, pelas experiências e companhias que teve quando estudante; (...)” (IGLÉSIAS, Francisco, *in*: HOLANDA, 2004, p.27). Esta tendência da presença de bacharéis na assembleia legislativa provincial do Paraná irá aumentar progressivamente ao longo do Império.

⁶⁵ Os padres mereceriam um estudo específico, devido a particularidade de sua profissão, do cargo público religioso que desempenhavam, muitos com atividades também econômicas como tropeiros, donos de fazendas, e de serem membros de famílias de posses. Eles estarão presentes em quase todas as legislaturas paranaenses.

incapazes de permanecer na assembleia durante todo o período da reunião, que seria de dois meses, com sessões diárias. Era o problema das ausências, por trabalho, saúde, distância etc. Estabelecido a falta de 15 dias, o deputado deveria ser substituído por um suplente. No Paraná, no ano de 1855, percebe-se a dificuldade da realização das sessões, inclusive sendo que em alguns dias não houve sessão por falta de número mínimo de deputados, ou seja, um número igual ou menor que onze deputados. Outro caso é o do deputado Manoel Leocádio de Oliveira que não compareceu a nenhuma sessão no ano de 1854, demonstrando a dificuldade de comparecer de muitos deles, principalmente os que moram longe da capital, de conseguirem permanecer nos dois meses em que as sessões aconteciam.

Enfim, estavam, portanto, reunidos os parentes para legislar e conduzir a nova província do Império, chamada Paraná. Mas, seriam eles unidos em relação aos ideais de condução política da província Paraná, por fazer parte de uma “grande família”? A divisão partidária, entre liberais e conservadores tem alguma influência sobre o andamento dos trabalhos da assembleia legislativa? O local em que vivem influencia nas decisões e aprovações das futuras leis?

As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial em 1854 e 1855

Para responder a estas questões pode-se atentar para as leis aprovadas pelos deputados provinciais. As sessões preparatórias de instalação da primeira Assembleia provincial aconteceram a partir de 03/jul/1854 (1ª sessão), com a presença dos deputados mais votados. Aconteceu a eleição da mesa diretora interina e da comissão de três membros para examinar os diplomas dos eleitos. Na segunda sessão aconteceu também a Missa do Espírito Santo em que os diplomados fizeram o seu juramento; e na terceira sessão foi eleita a mesa diretora. A sessão de instalação oficial foi no dia 15/jul/1854. E na segunda sessão ordinária, fez-se presente o presidente da província, Dr. Zacarias de Goes e Vasconcellos na qual leu o relatório anual⁶⁶. Os encerramentos das atividades legislativas aconteceram em 15/set/1854. Um tempo relativamente curto de atividades, de dois meses.

As leis aprovadas em 1854 foram⁶⁷:

⁶⁶ Relatório do presidente da província do Paraná, Dr. Zacarias de Góes e Vasconcellos: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1854_a_p.pdf (Acesso em 10/out/2012).

⁶⁷ A Lei geral n.16, de 12/ago/1834 determinava o que cabia às assembleias legislativas legislar: “Às Assembleias cabia o direito de determinar as despesas municipais e as provinciais, bem como os impostos que deveriam ser cobrados para fazer frente a tais despesas. Ficava igualmente a seu cargo fiscalizar o emprego

Tabela 16 – LEIS APROVADAS EM 1854

Nº	Lei	Data
1	Curitiba, capital da Província do Paraná	26/jul/1854
2	Divisão do Paraná em três comarcas (poder judiciário)	26/jul/1854
3	Dias da reunião do Legislativo provincial	1/ago/1854
4	Registro de Rio Negro (impostos)	1/ago/1854
5	Eleva à categoria de Freguesia: Guaraqueçaba	1/ago/1854
6	Subsídio dos Deputados à assembleia legislativa provincial (1856-57). Subsídio de 5\$000 diários; a indenização anual das despesas de ida e volta para os deputados que morarem fora da capital será de 2\$000 por légua, tanto da ida como da volta.	4/ago/1854
7	Corporação da força policial	10/ago/1854
8	Revoga as disposições relativas à guarda policial, criada pelo decreto n.7, de 25/jun/1834	10/ago/1854
9	Mandar fazer a Estrada da Graciosa, entre Antonina e Curitiba	12/ago/1854
10	Arrecadação de impostos sobre produtos	21/ago/1854
11	Decreto: posturas da vila de Morretes	30/ago/1854
12	Decreto: posturas da vila de Morretes (sobre fábrica)	30/ago/1854
13	Decreto: posturas da vila de São José dos Pinhais	4/set/1854
14	Decreto: posturas da vila de Antonina	5/set/1854
15	Decreto: posturas de Curitiba	5/set/1854
16	Decreto: posturas da vila de Guarapuava	5/set/1854
17	Cria-se em Curitiba cadeiras do ensino secundário	14/set/1854
18	Despesas municipais (das vilas paranaenses)	18/set/1854
19	Receita e despesa para o exercício financeiro de jun/1854 a jun/1855 Total, 123:641\$760; com a assembleia legislativa provincial, 11:000\$000.	18/set/1854

O Dezenove de Dezembro, várias edições, 1854.

A discussão sobre a capital da província do Paraná foi a primeira questão pela qual debateram os novos deputados. O Dr. Zacarias de Goes e Vasconcellos era favorável que Curitiba fosse a capital da nova província, defendendo claramente essa posição (VARGAS, 1977, p.72-76). Dependeria, entretanto, da votação dos deputados “paranaenses”, na qual se cogitava igualmente como capital a cidade de Paranaguá, ou as vilas de Castro e Guarapuava. O resultado foi esmagador a favor de Curitiba, com 16 deputados a favor e 3 votaram contra, sendo que o deputado Manoel Antonio Guimarães, de Paranaguá, fez questão que sua opinião fosse registrada como contrária (*O Dezenove de dezembro*, 19/ago/1854). Mas, de maneira

efetivo das rendas públicas, tanto provinciais quanto municipais, além do controle final das contas. Tinham, por outro lado, a obrigação de, com esses impostos, fazer construir as obras necessárias ao desenvolvimento da província, prover a segurança da população, com competência para criar e manter uma força policial própria para este fim, e promover a instrução pública (com exceção do ensino superior, de competência do governo central). As Assembleias controlavam também os empregos provinciais e municipais. Era sua atribuição tanto criar quanto suprimir tais empregos, bem como estabelecer os seus ordenados. Deviam igualmente decretar a suspensão ou a demissão do magistrado contra o qual houvesse queixa de responsabilidade. E, por fim, determinar os casos e a forma em que o presidente da província poderia nomear, suspender e demitir os empregados provinciais. Cabia ainda às mesmas Assembleias as divisões civil, judiciária e eclesiástica da respectiva província; a desapropriação por utilidade municipal ou provincial; a regulação da administração dos bens provinciais (...); a promoção, cumulativamente com a Assembleia Geral e o governo central, da organização da estatística da província, da catequese e da civilização dos indígenas, além do estabelecimento de colônias e, por fim, a representação perante a Assembleia e o governo geral contra as leis de outras províncias que ofendessem seus direitos” (DOLHNIKOFF, 2005, p.99-100).

geral, nesta primeira legislatura não se identifica uma divisão mais acirrada entre os deputados, isso também reflete a grande influência do presidente conservador, Dr. Zacarias e do período da “conciliação” pelo qual passava o Império. Quanto as demais leis aprovadas, há a preocupação com a divisão judicial da província, os impostos, a força policial, orçamento, as posturas municipais, educação e a construção da estrada da Graciosa, de Antonina a Curitiba, fundamental para a comunicação da nova província.

Quanto a construção da estrada da Graciosa, para Edilberto TREVISAN (1998, p.121-137), a partir de publicações no jornal *O Dezenove de Dezembro* e de outros documentos da época, como os laudos dos engenheiros que analisaram os caminhos para o litoral, demonstra que esta lei aprovada pela assembleia legislativa e sancionada pelo presidente da Província, Dr. Zacarias, foi uma opção muito mais política do que lógica, portanto, em favor de uma localidade, Antonina, e em favor dos liberais, já chefiados pelo jovem Dr. Jesuino Marcondes e dos interesses econômicos do barão de Antonina, em detrimento dos inúmeros engenhos de erva-mate ladeados pela outra estrada, a do Itupava, que acabou diminuindo a intensidade de movimentação, deslocando, assim, lentamente, os engenhos para Curitiba e região da estrada da Graciosa. Para Trevisan, o Dr. Zacarias, enquanto homem político, mesmo sendo conservador, acabou se aliando “as classes senhoriais do planalto, que não se afastavam do presidente” (*Ibidem*, p.156), e afinal, o comércio das tropas, neste primeiro momento, gerava uma receita muito superior a da erva-mate⁶⁸.

Talvez, isto explique também, porque em 1855 troca-se o vice-presidente da assembleia legislativa, do comendador Manoel Antonio Guimarães, *conservador*, para o Dr. Jesuino Marcondes, *liberal*, que passava a ter maior influência sobre os rumos deste governo.

Os deputados voltam a se reunir no ano seguinte, dia 8/fev/1855, com a abertura da 2ª sessão da primeira legislatura da assembleia provincial, com encerramento em 8/abr/1855. Na sua abertura tem-se o segundo discurso do presidente Dr. Zacarias⁶⁹. E as leis aprovadas foram:

Tabela 17 – LEIS APROVADAS EM 1855

⁶⁸ Edilberto Trevisan, bisneto do ervateiro e chefe do partido conservador, comendador Antonio Ricardo dos Santos, critica a opção feita pela construção da Estrada da Graciosa, sendo esta uma derrota de seus parentes e ervateiros da região de Morretes e Porto de Cima, frente a força política dos liberais neste determinado momento (barão de Antonina, Dr. Jesuino Marcondes e a família de Antonina, Alves de Araujo). Porém, com a aprovação da construção da estrada de ferro com o traçado de Paranaguá, Morretes, Porto de Cima e Curitiba, na década de 1880, os vitoriosos serão os conservadores em detrimento dos liberais de Antonina.

⁶⁹ Relatório do presidente da província do Paraná, Dr. Zacarias de Goes e Vasconcellos: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1855_a_p.pdf (Acesso em 10/out/2012).

20	Continua em vigor a Lei n.7, de 10/ago/1854, acerca da força policial.	28/fev/1855
21	Eleva à categoria de freguesia: a capela curada de Nossa Senhora dos Remédios de Yguassu, município de Curitiba.	28/fev/1855
22	Eleva à categoria de freguesia: Senhor Bom Jesus de Palmas, município de Guarapuava.	28/fev/1855
23	Decreto: Revoga o artigo único das posturas aprovadas em 19/out/1854, de São Luiz de Guaratuba	28/fev/1855
24	Decreto: posturas municipais – Impostos sobre engenhos de Morretes	1/mar/1855
25	Decreto: posturas municipais – Impostos sobre mascates na Vila do Príncipe	1/mar/1855
26	A colônia Thereza fica pertencendo ao município de Guarapuava	10/mar/1855
27	Decreto: posturas municipais da vila de Castro	14/mar/1855
28	Promover a cultura do trigo	20/mar/1855
29	Promover a imigração de estrangeiros para o Paraná	21/mar/1855
30	Eleva à categoria de freguesia: a capela curada de Nossa Senhora do Amparo de Votuverava, no município de Curitiba.	7/abr/1855
31	Fica extinta a cadeira de latim e francês da cidade de Paranaguá	7/abr/1855
32	Eleva à categoria de Freguesia: São Sebastião do Porto de Cima, município de Morretes	7/abr/1855
33	Criação do Arquivo Público Paranaense	7/abr/1855
34	Eleva à categoria de Vila a freguesia de Ponta Grossa	7/abr/1855
35	Despesas municipais das Câmaras municipais do Paraná	7/abr/1855
36	Fixa a receita e despesa da província para o exercício de 1855-1856; Total, 165:624\$232; com a assembleia legislativa, gastava-se 12:300\$000.	7/abr/1855
37	Autoriza o presidente da província a confirmar os estatutos e compromissos das irmandades.	9/abr/1855

O Dezenove de Dezembro, várias edições, 1855.

Estas leis também não revelam motivos maiores de disputa, pois tratam de temas básicos como a organização da força policial, posturas municipais, educação, cultura do trigo, irmandades e orçamento.

A elaboração do orçamento provincial era responsabilidade exclusiva dos deputados, o que lhes conferia grande poder de decisão. Apesar dos poucos recursos existentes no Paraná, eram eles que decidiriam onde seriam gastos, respeitando o necessário para a manutenção do governo, sem a influência do presidente da província, que muitas vezes desconhecia a realidade provincial. Estabelecer impostos, também era função dos deputados. Apenas o comércio externo era de taxaço exclusiva do governo central, na qual incidia principalmente sobre o produto da erva-mate. Um cargo importante na província seria, então, o da Tesouraria provincial, que estaria responsável pela arrecadação dos impostos, fiscalização e contabilidade. Como a obtenção de recursos passava pela taxaço da principal atividade da província, o tropeirismo e a erva-mate, a composição da assembleia de deputados oriundos dos ervateiros, ou dos tropeiros, é decisiva na discussão e aprovação destes itens.

A autonomia tributária daria condições de se investir em obras públicas e educação, fundamentais para o desenvolvimento da província. Neste sentido, haverá discussões importantes na elaboração de que obras realizar, e onde abrir escolas. Investir na abertura de uma estrada era muitas vezes beneficiar fazendeiros, valorizar suas terras, mas igualmente, desenvolver a província e unir o país.

Quantos aos empregos públicos, também a assembleia legislativa ia se posicionando, criando novas vagas, principalmente em relação a educação, a tesouraria, a secretaria de governo e a força policial. “Fica clara a importância da força policial como instrumento nas mãos da elite provincial na manutenção da ordem interna, instrumento garantido pela autonomia que esta elite gozava na organização de um aparato coercitivo sustentado pelas rendas provinciais” (DOLHNIKOFF, 2005, p.195). Por exemplo, Miriam Dolhnikoff destaca que Pernambuco chegou a ter 800 praças nesta década de 1850.

Quanto a assembleia legislativa decidir sobre as posturas municipais era sinal da baixa importância dada a autonomia dos municípios brasileiros durante o Império. Estes dependiam totalmente da aprovação de suas contas e receitas, além das atividades que deveriam realizar, dando assim, poderes aos deputados sobre os municípios. Os vereadores e líderes locais deveriam sempre barganhar por melhorias aos deputados provinciais, caso quisessem algo a mais para sua localidade.

Destaca-se, também, entre as leis aprovadas em 1855, a preocupação com a imigração de estrangeiros, tão necessária a esta região, e a criação do Arquivo Público, enquanto espaço da memória oficial. Quanto ao poder local, a criação de inúmeras freguesias vai se consolidando. Mas, apenas uma lei provocou maior polêmica, que foi a criação da vila de Ponta Grossa, com acirradas discussões por parte de alguns deputados⁷⁰.

Enfim, a 1ª assembleia provincial encerrou suas atividades na 46ª sessão, com discurso do presidente Joaquim José Pinto Bandeira, destacando as principais leis aprovadas por esta nova casa legislativa brasileira.

Findo os trabalhos legislativos da província os deputados retornavam para suas atividades habituais, e alguns voltam a serviços públicos, como o da vereança em suas vilas. Como em Curitiba, volta como vereador o padre João de Abreu Sá Sotto Maior e Araujo e

⁷⁰ De certa forma, os deputados provinciais, membros dos setores mais influentes da região, tinham bastante autonomia quanto a formulação das leis necessárias para organizar a província. O presidente da província, enquanto uma espécie de delegado do governo geral tinha a função de orientar, sugerir e não permitir que as leis discutidas e aprovadas ferissem a constituição do Império, outras províncias, tratados internacionais assinados pelo Brasil, ou mesmo serem leis contrárias ao próprio interesse da localidade. Nestes casos, o presidente poderia vetar a lei, que voltava a ser discutida pela assembleia. E, ao presidente da província não cabia propor leis e nem dissolver a Assembleia legislativa, podendo apenas adiar o início da primeira sessão, por motivos também previstos em lei, pois cabia a ele a abertura oficial dos trabalhos legislativos. De acordo com Miriam DOLHNIKOFF (2005, p.100-118) isso proporcionava às assembleias legislativas provinciais grandes poderes de condução no processo decisório. O problema era o curto período que os deputados se reuniam, de apenas dois meses, enquanto que o presidente ficava a administrar a província todo o período de tempo em que ele estivesse nomeado.

Manoel José da Cunha Bittencourt⁷¹; em Guarapuava, Antonio de Sá Camargo; em Guaratuba, Fernando Antonio de Miranda; em Morretes, Modesto Gonçalves Cordeiro; na Vila do Príncipe, David dos Santos Pacheco, como presidente da câmara (*O Dezenove de Dezembro*, 31/out/1855).

As atividades eleitorais no Império são muito frequentes. Já em 7/set/1855 acontecerá a segunda eleição para a escolha de novos deputados provinciais para a 2ª Assembleia legislativa provincial do Paraná.

Composição da 2ª Assembleia Legislativa Provincial do Paraná, 1856 e 1857. Em direção ao fim da Conciliação.

No dia 7/set/1855 aconteceu a eleição para a escolha dos deputados à 2ª Assembleia legislativa desta província. Nos colégios da capital, Paranaguá, Príncipe e Castro obtiveram maioria os seguintes candidatos:

Tabela 18 – Resultado eleitoral para a 2ª legislatura provincial paranaense

Candidatos	Votos
1. Francisco Pinto de Azevedo Portugal	96
2. Antonio Alves de Oliveira	90
3. Francisco de Paula Ferreira Ribas	81
4. Manoel Antonio Guimarães	70
5. Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães	69
6. Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta	66
7. Antonio Alves de Araujo	66
8. Dr. Francisco José Corrêa	66
9. Manoel de Oliveira Franco	66
10. Dr. José Mathias Ferreira de Abreu	64
11. Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu	64
12. Manoel José da Cunha Bittencourt	63
13. João de Oliveira Franco	62
14. Modesto Gonçalves Cordeiro	62
15. Caetano José Munhós	60
16. Dr. Laurindo Albelardo de Brito	60
17. Dr. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá	60
18. Padre Damaso José Corrêa	57
19. Antonio José de Faria	55
20. Manoel Gonçalves de Moraes Roseira	55
Suplentes	
21. Padre Mathias Carneiro Mendes de Sá	54
22. Manoel Antonio Ferreira	53

⁷¹ O historiador Romário Martins destaca que os membros da Câmara Municipal de Curitiba em 1854 eram Francisco de Paula Guimarães, Ignacio José de Moraes, Francisco Borges de Macedo, Floriano Berlintes de Castro, Vicente Ferreira da Luz e Benedicto Enéas de Paula (MARTINS, s/d, p.167). E a presença de suplente é muito constante de um ano a outro nas vilas paranaenses, tanto para vereadores como para juízes de paz.

22. Dr. José Lourenço de Sá Ribas	53
23. Manoel Leocádio de Oliveira	52
24. Antonio de Sá Camargo	50
25. Luiz Carmeliano de Miranda	48
26. David dos Santos Pacheco	47
27. Ricardo Gonçalves Cordeiro	44
28. Manoel Ignácio do Canto e Silva	43
29. José Joaquim Marques de Souza	43
30. Dr. Manoel Francisco Corrêa	42
31. Joaquim José Pinto Bandeira	37

O Dezenove de Dezembro, 12/set/1855; em destaque, suplentes que irão assumir o cargo em 1857, com exceção do Padre João de Abreu Sá Sotto Maior e Araujo, que deve ter obtido menos que 37 votos.

A lista dos mais votados para deputado legislativo provincial em 1855 destaca as intensas disputas eleitorais ocorridas, pois muitos deputados do primeiro mandato ficaram de fora, obtendo menos votos que na 1ª eleição, e outros que eram suplentes agora conseguem se eleger. E, apesar da renovação dos membros desta segunda assembleia ser de 50%, porém, a disputa eleitoral continua a ser entre parentes.

A tabela a seguir traz as características gerais dos deputados provinciais dos anos de 1856 e 1857.

Tabela 19 – 2ª LEGISLATURA 1856-1857

Deputado	Comissões	Idade	Partido	Residência	Ocupação
1. Padre Damaso José Corrêa	Presidente, 1856	44	Conservador	Castro	Padre
2. Manoel Antonio Guimarães	Vice-pres., 1856; C.I.OP.	43	Conservador	Paranaguá	Negociante / Cargos públicos
3. José Mathias Gonçalves Guimarães	1º secretário	33	Conservador	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
4. João de Oliveira Franco	2º secretário	41	Conservador	Curitiba	Negociante / Cargos públicos
5. Joaquim Ignácio Silveira da Motta	Fazenda; Presidente, 1857	38	Liberal	Curitiba	Médico / Cargos públicos
6. Manoel Gonçalves de Moraes Roseira	Eclesiástica; Vice-pres., 1857; C.I.OP.; IP.CL.;	36	Liberal	Curitiba	Fazendeiro / Cargos públicos
7. Antonio Candido Ferreira de Abreu	C.J.FP.; OC; Redação; Eclesiástica;	33	Conservador	Curitiba	Advogado / Cargos públicos – Juiz
8. Antonio Alves de Araujo	C.I.OP. C.O.C.M. Estatística; Redação	23	Liberal	Morretes	Industrial Erva mate / Cargos públicos
9. Antonio Alves de Oliveira	C.I.OP.; OC; Redação; Eclesiástica;	48	Liberal	Vila do Príncipe	Fazendeiro / Cargos públicos
10. Antonio José de Faria	CM;	43	Conservador	Antonina	Negociante / Cargos públicos

11. Caetano José Munhoz	Eclesiástica; OC; Redação;	39	Conservador	Curitiba	Industrial Erva mate / Cargos públicos
12. Francisco de Paula Ferreira Ribas	C.J.FP.; Fazenda; Estatística;	48	Conservador	Castro	Fazendeiro / Cargos públicos
13. Francisco José Corrêa	Fazenda; Estatística; C.J.FP.; Eclesiástica; Redação;	49	Conservador	Vila do Príncipe	Advogado
14. Francisco Pinto de Azevedo Portugal	CM;	42	Conservador	Campo Largo	Fazendeiro / Cargos públicos
15. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá	CM IP.CI.; Fazenda; Redação	29	Liberal	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
16. José Mathias Ferreira de Abreu	Fazenda; IP.CI.	40	Conservador	Paranaguá	Advogado / Cargos públicos
17. Laurindo Abelardo de Brito	C.J.FP.; IP.CI.	28	Liberal	Castro / Curitiba	Advogado / Cargos públicos
18. Manoel de Oliveira Franco	Estatística; C.I.OP.;	42	Conservador	Curitiba	Negociante / Cargos públicos
19. Manoel José da Cunha Bittencourt	Eclesiástica; OC; Fazenda; CM;	57	Conservador	Curitiba	Industrial Erva mate / Cargos públicos
20. Modesto Gonçalves Cordeiro	C.I.OP.	58	Conservador	Morretes	Negociante / Cargos públicos

Suplentes que assumem em 1857

Manoel Antonio Ferreira (no lugar do Padre Damaso)	CM.; Estatística;	51	Liberal	Curitiba	Lavrador / Cargos públicos
Dr. José Lourenço de Sá Ribas (no lugar do comendador Alves de Araujo)	-	36	Liberal	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
Joaquim José Pinto Bandeira	Entrou no dia 2/março	67	Liberal	Curitiba	Negociante / Cargos públicos
Padre João de Abreu Sá Sotto Maior e Araujo	Entrou no dia 2/março	61	Liberal	Curitiba	Padre / Cargos públicos

Comissões: C.I.OP. = Comércio, Indústria e Obras Públicas; C.J.FP. = Constituição, justiça e força pública; IP.CI. = Instrução Pública e Catequese dos Índios; CM = Câmaras Municipais; OC = Orçamento das câmaras; No ano de 1857 os deputados foram eleitos para diferentes comissões daquelas a qual pertenciam em 1856. O presidente Padre Damaso José Corrêa, por motivo de doença é substituído pelo Dr. Silveira da Motta.

Em 1857 têm-se ainda as comissões: Exame dos atos legislativos: Dr. José Mathias Ferreira de Abreu, Laurindo e Modesto; e Contas da Tesouraria: Dr. José Mathias Ferreira de Abreu; Comendador Guimarães e coronel Modesto Gonçalves Cordeiro. *O Dezenove de Dezembro*, março/1857.

Quanto à composição da 2ª assembleia legislativa provincial continua a existir a intrincada rede familiar. Padre Damaso é irmão do deputado Dr. Francisco José Corrêa, que são cunhados do deputado Antonio Alves de Oliveira, da Vila do Príncipe. Os irmãos Ferreira de Abreu, ambos são genros de Manoel Antonio Guimarães, que passa a ter três genros trabalhando nesta assembleia legislativa. João de Oliveira Franco é irmão do deputado Manoel de Oliveira Franco, concunhado do médico e agora eleito deputado Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta, cunhado do Dr. José Lourenço de Sá Ribas, que é cunhado de

Manoel Antonio Ferreira. E Caetano José Munhoz é casado com a irmã dos deputados João e Manoel de Oliveira Franco. Caetano José Munhoz representava os interesses da indústria da erva-mate em Curitiba. Antonio Alves de Araujo, uma das grandes fortunas neste período do Paraná, era cunhado do deputado Dr. Jesuíno Marcondes. Os homens “novos”, isto é, sem parentes, nesta legislatura seriam os deputados Dr. Laurindo Abelardo de Brito, por sua liderança própria, agora consegue se eleger (ele irá contrair casamento no ano de 1858 com a filha do ex-deputado provincial Manoel Ignácio do Canto e Silva, que não obteve nesta segunda legislatura uma grande votação), e Francisco Pinto de Azevedo Portugal, nascido em Guarapuava, casado em Curitiba, filho do desbravador dos campos de Guarapuava, Diogo Pinto de Azevedo Portugal, residindo em Campo Largo.

A comissão executiva, o núcleo duro desta legislatura continua nas mãos dos Guimarães “conservadores”, Manoel Antonio Guimarães, vice-presidente e o seu genro, Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães, como 1º secretário, com a presença conciliadora do presidente padre Damaso José Corrêa, também conservador, apesar de ser dos Campos gerais. E João de Oliveira Franco, como 2º secretário, conservador. Porém, no ano de 1857, por motivos de saúde do padre Damaso, assume a presidência da casa o Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta, e vice o comendador Roseira, ambos liberais, mudando a orientação política da assembleia. Portanto, quanto aos partidos políticos, ainda se tem uma maioria de conservadores. Serão quatorze deputados deste partido e seis liberais. Porém, no ano de 1857, com a presidência do liberal Dr. Silveira Motta, convoca-se quatro suplentes liberais, ambos residentes em Curitiba.

A média de idade dos deputados é de 40 anos, sendo os mais jovens, Antonio Alves de Araujo, com 23 anos, de Morretes, e o Dr. Laurindo Abelardo de Brito, com 28 anos, residente em Curitiba.

A residência deles ficou assim dividida: dez deputados de Curitiba, dois de Castro, dois da Vila do Príncipe, um de Campo Largo, somando quinze deputados do planalto; não há representantes de Guarapuava; dois deputados de Paranaguá, dois de Morretes e um de Antonina. Os quatro suplentes que assumem em 1857, como dito, são de Curitiba. Dado que revela a grande influência de membros da capital, devido, também a facilidade de acesso à casa legislativa.

Quanto à ocupação destes políticos, tem-se novamente a repetição das atividades de negociantes, cargos públicos, fazendeiros, advogados, padre e médico.

As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial em 1856 e 1857

As sessões preparatórias para a instalação da 2ª assembleia legislativa provincial aconteceram nos dias 27, 28 e 29/fev/1856, com os exames dos diplomas dos eleitos, a missa do Espírito Santo e juramento dos diplomados. A sessão de instalação aconteceu no dia 1º de março, e a primeira sessão, no dia 3 de março, sob a presidência do padre Damaso José Corrêa e com a presença do vice-presidente da província Dr. Henrique de Beaurepaire Rohan, que leu o respectivo relatório⁷². E em 01/mar/1856 assume o novo presidente da província do Paraná, o conservador padre Dr. Vicente Pires da Motta, que toma posse em juramento na assembleia legislativa, porém, fica pouco tempo, saindo logo, em 26/set/1856.

Em todas as sessões, nunca os vinte deputados estavam presentes, inclusive algumas sessões eram suspensas por falta de quórum, que era de no mínimo onze deputados.

Tabela 20 – LEIS APROVADAS EM 1856

Nº	Lei	Data
1	Marca o subsídio dos deputados e indenização das despesas de jornada. O subsídio para os deputados provinciais para a próxima legislatura (1858/59) será de 5\$000 diários; e de deslocamento, 2\$000 por légua.	29/mar/1856
2	Manda criar aulas de latim e francês nas vilas de Castro e Príncipe, e de francês e inglês na cidade de Paranaguá, e restabelecer na mesma a extinta cadeira de latim.	7/abr/1856
3	Restabelece as divisas que vigoravam entre os municípios do Príncipe e da capital, e autoriza o governo a restabelecer as divisas entre o Príncipe e São José dos Pinhais.	7/abr/1856
4	Manda continuar em vigor, com algumas alterações, a lei n.7, de 10/ago/1854.	19/abr/1856
5	Concede uma subvenção anual de 1:200\$000 rs. para um colégio de educação de meninas na capital.	10/abr/1856
6	Restabelece as divisas entre os distritos das freguesias de Campo Largo e Yguassu.	17/abr/1856
7	Restabelece as divisas que vigoravam entre os municípios da capital e Castro.	22/abr/1856
8	Decreto: Posturas da câmara municipal de Ponta Grossa.	22/abr/1856
9	Autoriza o governo a conceder às municipalidades da capital e Paranaguá um empréstimo de 10:000\$000 rs. a cada uma, para a praça de mercado.	28/abr/1856
10	Autoriza a arrematação do terreno doado a Nossa Sra. dos Remédios (Yguassu).	30/abr/1856
11	Autoriza a contratar a construção de uma estrada que comunique esta capital com o litoral.	30/abr/1856
12	Fixa a receita e despesa da província para o exercício de 1856/57. Total, 254:250\$000. Para a Assembleia provincial, 12:000\$000.	30/abr/1856
13	Fixa a receita e despesa das câmaras municipais.	3/maio/1856

O Dezenove de Dezembro, 1856; PARANÁ, Leis, decretos, regulamentos e deliberações do Governo da província do Paraná, 1856.

As discussões giraram em torno de temas pertinentes a finanças, vilas, divisas, educação, obras públicas e colonização. E o primeiro ano desta legislatura, sob predomínio conservador, encerrou os trabalhos no dia 30/abr/1856 com o discurso do presidente padre Damaso José Corrêa.

⁷² Relatório do vice-presidente da província do Paraná, Dr. Henrique de Beaurepaire Rohan: www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1856_a_v.pdf (Acesso em 10/out/2012).

No dia 6/set/1856 vem a falecer o líder e presidente do gabinete da conciliação, o Dr. Honório Hermeto Carneiro de Leão, marquês de Paraná. Com sua morte, o princípio conciliador adotado vai aos poucos declinando.

A mudança de presidentes da província do Paraná era constante, assumindo em 20/set/1856 o vice-presidente Dr. José Antonio Vaz de Carvalhaes.

E na abertura da sessão da assembleia legislativa provincial, no dia 7/jan/1857, o Dr. Carvalhaes apresentou o relatório do governo da província⁷³. Ele já era o 5º governante a assumir o cargo em três anos de emancipação política paranaense.

Nesta segunda parte da 2ª legislatura, agora sob o predomínio liberal, é possível verificar com mais clareza a divisão familiar que existe no Paraná, representada pelos partidos políticos. O jornal *O Dezenove de Dezembro* chega a afirmar que há um grupo do comendador Manoel Antonio Guimarães, na qual o Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães, seu genro, é seu chefe intelectual, e fazendo parte deste grupo conservador, o Dr. Francisco José Corrêa. De outro lado, o grupo dos liberais de Curitiba e Campos gerais, sob a liderança do deputado e jovem Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá e o Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota. Lembrando que, como exemplo, o Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães também fazia parte da família Sá Ribas, bem como o Dr. Silveira da Mota.

Esta divisão de interesses será agora vista nas discussões dos projetos de lei para o Paraná e, na qual, os grupos políticos estavam postos em luta no interior da assembleia legislativa provincial. Um forte conflito no ano de 1857 entre os deputados aconteceu quase no final da 2ª legislatura.

Em 01/mar/1857, o deputado a Assembleia provincial, dr. Francisco José Correia, estando na tribuna, a discutir o Orçamento, ao referir-se a verba - Instrução Pública, querendo tratar da elevação dos vencimentos dos Professores, foi observado pelo Presidente da Assembleia, Sr. dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta, de que estava falando fora da Ordem do dia, e contra o vencido, visto como o plano de aumento dos vencimentos não podia sofrer discussões no Orçamento, pois, por constituir projeto a parte, havia subido a Sanção Presidencial, a 25/fev/1857. O deputado dr. Correia não se conformou com a decisão do Presidente, que a manteve, estabelecendo-se desagradável incidente, desordem e confusão no recinto. Submetido o caso a deliberação da casa, foi resolvido manter-se a decisão do Presidente, declarando-se o – “Orador fora da ordem do dia e falando contra o vencido” – pelo que este declarando-se tolhido em sua liberdade, em virtude da ditadura do Presidente – retirase do recinto, sendo acompanhado pelos seguintes deputados: [Dr. Francisco José Corrêa], dr. José Mathias Ferreira de Abreu, [Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu], comendador Manoel Antonio Guimarães, coronel Modesto Gonçalves Cordeiro, comendador Manoel Gonçalves de Moraes Roseira, comendador Antonio Alves de Araújo, e tenente coronel Caetano José Munhoz. O comendador Roseira era

⁷³ Relatório do vice-presidente da província do Paraná, Dr. José Antonio Vaz de Carvalhaes: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1857_a_v.pdf (Acesso em 10/out/2012).

o Vice-Presidente da Assembleia, e o dr. José Mathias, primeiro Secretário (NEGRÃO, 1949, p.98, grifo do autor).

Muito mais do que apenas a discussão sobre a “ordem do dia”, tal episódio demonstrou a divisão existente dentro da assembleia legislativa provincial. Depois deste desentendimento foram chamados mais três suplentes, todos liberais, para garantir o encerramento deste ano legislativo.

Divisão que fica clara também no projeto apresentado pelo deputado Dr. Jesuíno Marcondes em reduzir o imposto dos animais do Rio Negro, em que dez deputados votaram contra e nove a favor do projeto, sendo este rejeitado (*O Dezenove de Dezembro*, 4/mar/1857).

No dia 7/mar/1857 encerra-se a assembleia com discurso do presidente Dr. Silveira da Mota (*O Dezenove de Dezembro*, 11/mar/1857). A partir do ano seguinte, as lutas políticas continuariam a ser bastante acirradas, terminando, assim, o breve tempo da “conciliação”.

Tabela 21 – LEIS APROVADAS EM 1857

Nº	Lei	Data
14	Ficam elevadas à categoria de cidade as vilas de Castro e Antonina	21/jan/1857
15	Fica criado o lugar de oficial maior da secretaria da assembleia com ordenado de 800\$000 rs. anuais.	30/jan/1857
16	Dia de gala e feriado nas respectivas repartições o dia 19 de dezembro, aniversário de instalação da Província do Paraná	4/fev/1857
17	O governo mandará uma pessoa de reconhecida habilitação fazer estudos, nos países, aonde existirem melhores prisões penitenciárias (e instrução pública), a fim de ser adotado o plano mais aperfeiçoado para execução de tal sistema na capital do Paraná.	12/fev/1857
18	Fica o governo autorizado a despende em concertos na estrada de Castro, 10:000\$000, até a Serrinha, e de modo a torna-la própria para rodagem	17/fev/1857
19	Posturas municipais, sob proposta da câmara da capital	18/fev/1857
20	Fixando a força policial para o ano financeiro de 1857 a 1858	20/fev/1857
21	Criando o cargo de secretário da inspetoria geral de instrução pública e autoriza o governo a elevar os ordenados dos professores de primeiras letras que forem providos vitaliciamente	2/mar/1857
22	Criar um jardim botânico em Curitiba	3/mar/1857
23	Criar na vila de Guarapuava uma cadeira de latim e francês	3/mar/1857
24	Posturas municipais, sob proposta da câmara da capital	3/mar/1857
25	Determinando que prédios habitados pelos proprietários não sejam obrigados ao pagamento da décima	7/mar/1857
26	Autoriza o governo a despende até 4:000\$000 em empréstimo a particulares que quiserem estabelecer em grande escala, a servir de norma, a cultura da mandioca.	7/mar/1857
27	Criar uma biblioteca pública anexa ao liceu	7/mar/1857
28	Posturas municipais de Curitiba: estabelecer um lugar para o matadouro do gado e outros.	7/mar/1857
29	As câmaras municipais da província do Paraná são autorizadas a despende no ano financeiro de 1 de janeiro ao último dia de dezembro de 1858, a quantia de 49:354\$521	7/mar/1857
30	O presidente da província é autorizado a despende no ano financeiro de 1/jul/1857 a 30/jun/1858. Total, 400:253\$500rs. Para a Assembleia legislativa provincial, 13:493\$300.	12/mar/1857

O Dezenove de Dezembro, várias edições, 1857. PARANÁ, Leis, decretos, regulamentos e deliberações do Governo da província do Paraná, 1857.

As leis aprovadas versam sobre funcionários públicos, prisões e força policial, educação, estradas, posturas municipais, impostos, investimentos e orçamento. E são elevadas a categoria de cidades Castro e Antonina.

Fato importante nesta década de 1850 foi a primeira eleição para vereadores e juízes de paz, enquanto província do Paraná, no dia 7/set/1856 (conferir os nomes dos eleitos no Anexo 3), que contava com apenas dez vilas, sendo elas, no litoral, Paranaguá, Guaratuba, Antonina e Morretes, e no planalto, Curitiba, Castro, Vila do Príncipe, Guarapuava, São José dos Pinhais e Ponta Grossa. As freguesias elegiam apenas juízes de paz, ambos para um mandato de 4 anos, de 1857 a 1860.

No dia 7/set/1856, a mesa paroquial na igreja matriz de Curitiba, para eleição de vereadores do município da capital e juízes de paz desta, de Yguassú e Votuverava foi composta pelo presidente, conservador, Manoel de Oliveira Franco, pelos *eleitores* padre Izaias Ribeiro de Andrade e João Baptista Brandão de Proença, e suplentes Candido Machado Fagundes e Joaquim Luiz de Souza. Neste dia foram recebidas 1079 cédulas para vereadores e 819 para juízes de paz da capital, e 135 cédulas para juízes de paz em Yguassú e 133 para Votuverava. 1079 cédulas significam o número total de votantes que compareceram na matriz de Curitiba para votarem, sendo que cada *votante* de Curitiba poderia votar em 8 vereadores e mais 4 juízes de paz. O jornal *O Dezenove de Dezembro* noticia também eleições em São José dos Pinhais e na freguesia de Palmeira, mas sem citar os detalhes como fez para Curitiba. Na freguesia de Campo Largo não houve eleição, por motivos de dúvidas quanto ao cumprimento das decisões do conselho municipal, e que aconteceria apenas no dia 5/out/1856. No dia 11 de setembro já estavam apurados os votos na matriz de Curitiba, para vereadores da câmara municipal desta cidade e juízes de paz das freguesias da capital.

Quem são os vereadores e juízes de paz eleitos em Curitiba e região?

É interessante, primeiro, observar a ascensão política do jovem liberal Dr. Jesuíno Marcondes, que obteve a preferência de 93% dos *votantes* em Curitiba. Ele, mesmo sendo natural de Palmeira, já tinha sido eleito duas vezes para deputado legislativo provincial, e despontando como a liderança do partido liberal. Pode-se dizer que os vereadores mais votados e os juízes de paz eleitos são do partido liberal. Os liberais voltam a controlar Curitiba e igualmente, em 1857, a Assembleia legislativa provincial, apesar de se estar sob um gabinete conservador na Corte.

Os cinco vereadores de São José dos Pinhais eleitos são membros do partido liberal. Acompanhando o desenrolar da política nesta vila, tem-se que os luzias continuam a dominar a política local. Nenhum filho ou pessoa próxima a Manoel Mendes Leitão, conservador, teria sido eleita neste momento, demonstrando que o episódio de 1852 foi uma tentativa da família de Leitão de se impor sobre o processo decisório, aproveitando da influência que o partido conservador tinha naquele ano em São Paulo. Afinal, os *votantes* de São José dos Pinhais continuam a votar nos liberais.

Outro aspecto importante para se observar no poder local neste período do século XIX, seria a nomeação para a Guarda nacional, enquanto mais um cargo de liderança nas localidades. No ano de 1857, as nomeações para os membros dos conselhos de qualificação, para alistamento e classificação das guardas nacionais foram delegadas ao bacharel Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães, conservador e 1º secretário da assembleia legislativa provincial, e que era tenente-coronel do Estado maior, comandante superior interino da Guarda nacional de Curitiba. Ele foi nomeado pelo presidente da província do Paraná, Dr. Francisco Liberato Mattos para esta função. O Dr. Francisco Liberato Mattos tomou posse da presidência do Paraná em 11/nov/1857 ato que ocorreu na assembleia legislativa provincial, com a presença da câmara de vereadores da capital, na qual foi realizado seu juramento, e na igreja do Rosário foi cantado um *Te Deum*, e de volta ao palácio presidencial aconteceu o discurso do presidente da câmara de Curitiba, Dr. Jesuíno Marcondes.

É interessante observar as nomeações para os conselhos de qualificação da Guarda Nacional que o Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães fez para a vila de São José dos Pinhais. Primeiro, ele era neto pela parte materna de João Antonio da Costa, sogro do comendador Manoel Mendes Leitão, derrotado nas eleições locais em sua localidade em 1856. Então, o Dr. José Mathias nomeia para o conselho de qualificação da guarda nacional em São José dos Pinhais o seu primo, o Capitão João Antonio Mendes, conservador, e mais José Joaquim dos Passos Oliveira e Joaquim de Bastos Coimbra, também conservadores, porém, mescla com membros liberais, como a nomeação do tenente Antonio Joaquim de Oliveira Portes e o alferes Antonio Joaquim Padilha (*O Dezenove de Dezembro*, 27/jan/1857), buscando equilibrar as forças políticas nesta paróquia, que para vereadores tinham sido vencidas pelos liberais. E o presidente da província do Paraná, logo depois, fez as seguintes nomeações para a Guarda nacional nesta localidade, no ano de 1857: 2º Corpo de Cavalaria. 1ª companhia: Capitão Francisco de Paula Prestes Branco; Tenente Antonio Joaquim de Oliveira Portes; Alferes José Xavier Mattoso; 2ª Companhia: Capitão João Antonio Mendes;

Tenente José Joaquim dos Passos Oliveira; Alferes João de Bastos Coimbra; 3ª Companhia: Capitão Francisco Pereira de Magalhães, Tenente Floriano Machado Fagundes, Alferes Francisco Franco Moreira; 4ª Companhia Capitão José Teixeira da Cruz, Tenente Manoel Gonçalves Cordeiro; Alferes Antonio Pereira de Oliveira; Seção da Companhia: Tenente Joaquim Teixeira da Cruz; Alferes Antonio Amaro da Rocha; Estado Maior: Tenente quartel mestre Candido Mendes de Sá; Alferes secretário Antonio Joaquim Padilha; Alferes porta-bandeira do 1º esquadrão 1º Ildefonso Mendes de Sá, 2º Francisco Teixeira Franco (*O Dezenove de Dezembro*, 25/mar/1857). Ao observar com detalhes o quem é quem nomeado em São José dos Pinhais, há uma divisão clara entre a 1ª companhia, composta por liberais e a 2ª companhia e o Estado maior, composta por conservadores, que são os filhos do comendador Leitão.

A notícia do falecimento do comendador Manoel Mendes Leitão, feito por Anna Maria de Sá Ribas, sua esposa, e pelos seus filhos padre Mathias Carneiro Mendes de Sá, capitão João Antonio Mendes, tenente Candido Mendes de Sá e o alferes Ildefonso Mendes de Sá (*O Dezenove de Dezembro*, 19/dez/1857), põe fim a liderança deste importante português, residente em São José dos Pinhais, membro do clã Sá Ribas.

Em Castro destaca-se o vereador Bonifácio José Baptista, que chegará a ser deputado provincial em 1858/59, ele que será o barão de Monte Carmelo, título que recebe em 1886, e casará com a filha do brigadeiro Manoel Ignácio do Canto e Silva, e sendo concunhado do Dr. Laurindo Abelardo de Brito.

Em Guarapuava, o vereador Luiz da Silva Gomes, enteado do deputado provincial Joaquim José Pinto Bandeira, e o vereador Francisco Manoel de Assis França, ambos serão deputados provinciais.

Era comum as câmaras municipais felicitarem a chegada dos novos presidentes da província. O exemplo abaixo de Guarapuava relata quem eram os vereadores e principais lideranças no ano de 1856, e em destaque os que já foram deputados provinciais ou ainda serão eleitos.

Em Guarapuava, os abaixo-assinados, empregados públicos, e mais cidadãos do município, felicitam pela nomeação do novo presidente do Paraná, Dr. José Antonio Vaz de Carvalhaes. São eles: o *vigário*, Antonio Braga de Araujo; *Frederico Guilherme Virmond Júnior*, delegado de polícia; Francisco Ferreira da Rocha Loures, diretor geral dos índios e vereador da câmara; Manoel Marcondes de Sá, presidente da câmara municipal; Joaquim José de Lacerda, vereador; Antonio de Sá Camargo, vereador; Agostinho José de Almeida Queiroz, vereador; Joaquim Fidencio de Carvalho Lima, vereador, Fortunado José de Carvalho Lima, coletor; Francisco Antonio Alves da Rocha, eleitor; Luiz da Silva Gomes, juiz de paz e eleitor; Bernardino José de Lacerda, eleitor e juiz de paz; João Simão Gonçalves de Andrade,

juiz de paz e subdelegado de polícia. (*O Dezenove de Dezembro*, 5/nov/1856, grifo do autor).

Em Paranaguá se destaca a força do comendador Manoel Antonio Guimarães, conservador, junto com seu genro, Manoel Ricardo Carneiro, que será deputado provincial na década de 1870. Dos vereadores eleitos nas outras três vilas litorâneas, apenas os eleitos vereadores morretenses, Antonio Ricardo dos Santos Filho e Joaquim Antonio dos Santos, que são parentes, serão deputados provinciais.

Enfim, o ritmo eleitoral era bastante intenso no Império. Já no dia 2/nov/1857 haveria a eleição de 31 *eleitores* do colégio de Curitiba, para os anos de 1857 a 1860, que deveriam escolher um deputado por esta província à 10ª Assembleia geral legislativa, no Rio de Janeiro. E a eleição acontece no dia 3/dez/1856. E igualmente o Ministério do Império, publicou normas para se evitar o abuso de que se estaria sendo “lançadas nas urnas eleitorais cédulas em número superior ao dos votantes que compareceram” (Rio de Janeiro, 27/set/1856, *O Dezenove de Dezembro*, 15/ou/1856). A busca pelo combate a corrupção eleitoral no Império era uma constante. *O Dezenove de Dezembro* traz o resultado desta eleição para *eleitores*, dizendo que aconteceram “na mais perfeita calma e tranquilidade”, e que isto sinaliza eloquente testemunho do progresso que tem feito o povo paranaense e de esquecimento das antigas dissensões políticas e a consolidação dos hábitos de obediência e respeito às leis. Tal preocupação revela, ao contrário, o caráter bastante disputado das eleições e das rixas existentes no Paraná. Serão estes *eleitores* que até o ano de 1860 poderão escolher os próximos deputados provinciais e geral, e eles mesmos serem eleitos, e ainda serem a opção para serem os vereadores e juízes de paz da localidade em que vivem.

No ano de 1857, no dia 8 de março os *eleitores* (num total de 31 e mais 31 suplentes) eram convocados para a revisão da qualificação de votantes da paróquia de Curitiba (*O Dezenove de Dezembro*, 11/fev/1857). As eleições eram tão significativas que a Companhia de Teatro, com apresentações em Curitiba, oferecia ao público, além de suas peças tradicionais, a comédia jocosa “*A mulher ciumenta, ou as eleições*”.

Os novos vereadores e juízes de paz assumiram o cargo em 7/jan/1857, bem como os deputados provinciais voltaram aos trabalhos legislativos neste dia.

Composição da 3ª Assembleia Legislativa Provincial do Paraná, 1858 e 1859. O declínio dos conservadores e o início do predomínio do Partido Liberal.

A próxima eleição para deputado provincial será de caráter distrital, conhecida como “lei dos círculos”⁷⁴. O decreto imperial n.º 1816, de 6/set/1856, transformou o Paraná em um único distrito eleitoral, dividido em três colégios:

Divide a província do Paraná, formando um só distrito eleitoral, em colégios, e designa os lugares e edifícios em que se devem reunir os eleitores de cada um dos mesmos colégios, de conformidade com as disposições do decreto n.º 842, de 19/set/1855.

O Paraná passa a ter **três** colégios eleitorais: 1º Curitiba (capital, Campo Largo, São José dos Pinhais, Vila do Príncipe, Rio Negro e Yguassú), 2º Paranaguá (Guaratuba, Antonina, Morretes, Porto de Cima e Guaraqueçaba) e 3º Castro (Ponta Grossa, Tibagi, Palmeira, Palmas, Guarapuava, Jaguariaíva, Votuverava);

O distrito deve eleger **um** deputado geral e suplente; quanto a eleição dos deputados provinciais, o 1º colégio deve eleger **nove** deputados e cinco suplentes; o 2º colégio **sete** membros e quatro suplentes; e o 3º colégio **quatro** membros e dois suplentes; contabilizando maioria absoluta para ser eleito (*O Dezenove de Dezembro*, 24/set/1856).

Apesar das mudanças eleitorais, os deputados provinciais continuam a representar a classe política paranaense, que são os proprietários dos Campos gerais, ervateiros de Curitiba e litoral paranaense, sendo escolhidos agora a partir de sua “base” eleitoral.

Em Curitiba, o professor João Baptista Brandão de Proença, juiz de paz, convoca os *eleitores* para a eleição dos nove membros da Assembleia legislativa provincial que irão representar a região de Curitiba.

EDITAL. João Baptista Brandão de Proença, juiz de paz presidente interino do 1º colégio do distrito eleitoral desta província do Paraná, por bem da lei. Em cumprimento a circular do Exmo. Governo da província, datada do 1º de maio do corrente ano [1857], pelo presente convoca aos srs. **Eleitores das paróquias desta capital, Campo Largo, São José dos Pinhais, vila do Príncipe, Rio Negro e Yguassu** para se reunirem no dia 7 de setembro próximo futuro [1857], às 9h da manhã, no consistório da igreja matriz desta cidade, **afim de proceder-se a eleição de nove membros da assembleia legislativa desta província e cinco suplentes**, de conformidade com o que dispõe a lei de 19/ago/1846 e decretos de 19/set/1855, 23/ago e 6/set/1856 e para que chegue a noticia de todos será este publicado pela imprensa e afixado na porta da igreja matriz. Cidade de Curitiba, 7/ago/1857. João Baptista Brandão de Proença.

No dia 7/set/1857 aconteceu a eleição na igreja matriz de Curitiba e o jornal *O Dezenove de Dezembro*, destaca a vitória liberal:

⁷⁴ Sobre esta reforma eleitoral, conduzida pelo Gabinete da Conciliação, conferir a reflexão proposta por Francisco Iglésias, na qual a nova lei reforçou o fortalecimento dos “localismos” e seus chefes específicos e um possível “enfraquecimento” dos partidos políticos (IGLÉSIAS, *in*: HOLANDA, 2004, p.67-70). Porém, no Paraná, os líderes locais eleitos serão os mesmos das eleições anteriores, pois, existindo apenas um distrito eleitoral e uma vaga para a câmara geral, será eleito o chefe de maior representatividade do partido liberal, e nos três distritos eleitorais, os chefes de maior destaque destas localidades serão eleitos. Cf.: Decreto n.º 842, de 19/set/1855, Lei dos círculos: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-842-19-setembro-1855-558297-norma-pl.html> (Acesso em 15/set/2013).

Teve lugar hoje a eleição dos deputados e seus suplentes à assembleia legislativa provincial pelo distrito da capital, e foram eleitos todos os senhores que compunham a chapa organizada pela *comissão do partido liberal*, que são os seguintes:

Tabela 22 – Candidatos eleitos para a Assembleia Legislativa Provincial, 1858/1859, Colégio de Curitiba

Candidato	Votos
1. Dr. José Lourenço de Sá Ribas	42
2. Dr. Laurindo Abelardo de Brito	42
3. Tenente Coronel Manoel Antonio Ferreira	40
4. Padre João de Abreu e Sá Sotto-Maior	40
5. Padre Damaso José Corrêa	39
6. Benedicto Enéas de Paula	39
7. Padre João Baptista Ferreira Bello	38
8. Coronel Joaquim José Pinto Bandeira	38
9. Padre Isaías Ribeiro de Andrade e Silva	35
Suplentes	
Padre Lourenço Justiniano Ferreira Belo	
João Baptista Brandão de Proença	
José Antonio Ferreira	
Dr. José Candido da Silva Murici	
João Antonio de Sá Ribas	

O Dezenove de Dezembro, 7/set/1857.

Dos eleitos, não assumirão o cargo o padre Sotto-Maior e o coronel Pinto Bandeira, ambos por motivo de falecimento, sendo substituídos por padre Lourenço e pelo professor Brandão de Proença.

A eleição dos sete deputados provinciais e quatro suplentes pelo colégio de Paranaguá teve, ao contrário de Curitiba, uma vitória conservadora.

Tabela 23 – Candidatos eleitos para a Assembleia legislativa provincial, 1858/1859. Colégio de Paranaguá

Candidato	Votos
1. Dr. José Mathias Ferreira de Abreu	35
2. Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu	35
3. Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães	35
4. Dr. Francisco José Corrêa	35
5. Comendador Manoel Antonio Guimarães	30
6. Major Antonio Ricardo dos Santos Filho	30
7. Major Ricardo Gonçalves Cordeiro	28
Suplentes	
Dr. Francisco Ferreira Corrêa	36
Major José Fernandes Corrêa	33
Tenente Coronel José Francisco Corrêa	31
Manoel Ferreira Liberato	30

O Dezenove de Dezembro, 9/set/1857

Aqui se destaca claramente a força da família do comendador Manoel Antonio Guimarães em Paranaguá elegendo, junto com ele, seus três genros. Os doutores Antonio Candido Ferreira de Abreu e José Mathias Gonçalves Guimarães, que também possuíam domicílio em Curitiba, concorrem em Paranaguá. E a força de dois deputados de Morretes, o major Antonio Ricardo dos Santos Filho (comendador Dodoca) e o major Ricardo Gonçalves

Cordeiro, tio e sobrinho sendo eleitos. Ao que se percebe, o *eleitor* deveria escolher, separadamente, os suplentes.

Pelo “círculo” da cidade de Castro foram eleitos os seguintes deputados provinciais:

Tabela 24 – Candidatos eleitos para a Assembleia legislativa provincial, 1858/1859. Colégio de Castro

Candidato	Votos
1. Capitão Domingos Martins de Araujo	18
2. Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota	15
3. Major Bonifácio José Baptista	14
4. Tenente Coronel Francisco de Paula Ferreira Ribas	12
Suplentes	
Tenente Coronel Lourenço Marcondes Ribas	12
Francisco Rodrigues de Macedo	12

O Dezenove de Dezembro, 9/set/1857.

Aqui chama a atenção a presença do médico Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota, residente em Curitiba, mas concorrendo em Castro. E a presença de dois novos deputados, capitão Domingos Martins de Araujo e do major Bonifácio José Baptista, numa mescla de liberais e conservadores.

Tabela 25 – 3ª LEGISLATURA 1858-1859

Deputado	Comissões	Idade	Partido	Residência	Ocupação
1. Joaquim Ignácio Silveira da Motta	Presidente	40	Liberal	Curitiba / eleito por Castro	Cargos públicos / Médico
2. Manoel Antonio Ferreira	Vice-pres.; ECT.; EALP.; Orçamento; Constituição; CM.; COCM.;	52	Liberal	Curitiba	Cargos públicos / Lavrador
3. Dr. José Lourenço de Sá Ribas	1º Secretário	38	Liberal	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
4. Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães	Suplente do 1º sec.; CM.; ET.; EALP.;	35	Conservador	Curitiba / eleito por Paranaguá	Advogado / Cargos públicos
5. João Baptista Brandão de Proença	2º Secretário	43	Liberal	Curitiba	Cargos públicos / Professor
6. Padre Lourenço Justiniano Ferreira Bello	Suplente do 2º sec.; CIEOP.;	33	Liberal	Palmeira e Campo Largo em 1859	Cargos públicos / Padre
7. Antonio Candido Ferreira de Abreu	CIEOP.;	35	Conservador	Curitiba / eleito por Paranaguá	Advogado / Juiz / Cargos públicos
8. Antonio Ricardo dos Santos Filho	-	39	Conservador	Morretes	Negociante
9. Benedicto Enéas de Paula	CIEOP.;	33	Liberal	Curitiba	Cargos públicos
10. Bonifácio José Baptista	CM.;	31	Liberal	Castro	Fazendeiro / Tropeiro / Cargos públicos

11. Damaso José Correia	Eclesiástica;	46	Conservador	Castro / eleito por Curitiba	Padre
12. Domingos Martins de Araújo	-	39	Liberal	Castro	Cargos públicos
13. Francisco José Correia	Eclesiástica;	51	Conservador	Paranaguá	Advogado
14. Francisco de Paula Ferreira Ribas	Orçamento	50	Conservador	Castro	Fazendeiro / Cargos públicos
15. Padre Isaías Ribeiro de Andrade e Silva	Eclesiástica; Estatística;	61	Liberal	Curitiba	Padre / tropeiro
16. Padre João Baptista Ferreira Bello	CIEOP.; Eclesiástica; IPECCI;	29	Liberal	São José dos Pinhais	Padre
17. José Mathias Ferreira de Abreu	IPECCI.; Estatística; ET.; EALP.; CIEOP.;	42	Conservador	Paranaguá	Advogado / Cargos públicos
18. Laurindo Abelardo de Brito	Orçamento; Constituição; IPECCI.; Redação;	30	Liberal	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
19. Manoel Antonio Guimarães	-	45	Conservador	Paranaguá	Negociante / Cargos públicos
20. Ricardo Gonçalves Cordeiro	-	39	Conservador	Morretes	Negociante
<i>Suplentes que assumem em 1859</i>					
José Antonio Ferreira	-	54	Liberal	Curitiba	Cargos públicos / Escrivão
Dr. Francisco Ferreira Corrêa	-	25	Conservador	Paranaguá	Advogado / Cargos públicos

NICOLAS, 1954, p.79-81; *O Dezenove de Dezembro*, 6/jan/1858, na qual consta a formação da mesa diretora. Comissões: CIEOP = Comércio, Indústria, Estradas e Obras Públicas; CM = Câmaras Municipais; IPECCI = Instrução Pública, Educação, Catequese e Civilização dos índios; ET = Exame de Contas da Tesouraria; EALP = Exame dos Atos Legislativos das outras Províncias; COCM. = Contas e orçamentos das câmaras municipais; OBS.: Os suplentes assumem nos lugares do Padre Damaso José Corrêa (Curitiba) e de Manoel Antonio Guimarães (Paranaguá).

O que esta composição da 3ª assembleia legislativa provincial traz de novo à compreensão da história política do Paraná?

A comissão executiva agora era liberal, suplantando uma hegemonia conservadora de 1854 a 1856. Passa a conduzir a casa legislativa paranaense a família Sá Ribas, nas pessoas dos três cunhados, Dr. Silveira da Motta, coronel Ferreira e Dr. Sá Ribas.

Há uma renovação dos membros da assembleia, com a presença de nove novos deputados, e mais dois novos suplentes que assumem em 1859. Quem são eles? O professor Brandão de Proença, além de sua atividade no ensino, também esteve sempre presente na política, desde a emancipação do Paraná, criando a letra do hino da Província cantada em 1853, sendo juiz de paz atuante em Curitiba. Assumem os cargos de deputado três padres, os irmãos padre Lourenço Justiniano Ferreira Bello representando Palmeira, da qual era vigário, e o jovem padre João Baptista Ferreira Bello, vigário em São José dos Pinhais, e o experiente padre e tropeiro, Isaías Ribeiro de Andrade e Silva, vigário em Curitiba. O deputado

Benedicto Enéas de Paula⁷⁵, vereador na capital e chefe liberal. Benedicto será a âncora para o seu futuro genro, Generoso Marques dos Santos, ser um dos mais importantes políticos paranaense. Os outros novos deputados, do colégio eleitoral de Paranaguá, ambos do município de Morretes são Antonio Ricardo dos Santos Filho (comendador Dodoca), abastado capitalista nesta localidade e o seu sobrinho Ricardo Gonçalves Cordeiro, filho do ex-deputado Coronel Modesto Gonçalves Cordeiro, casado com a irmã de Dodoca. E do colégio eleitoral de Castro tem-se Bonifácio José Baptista, genro do ex-deputado Manoel Ignácio do Canto e Silva, e Domingos Martins de Araujo, sobrinho do ex-deputado Antonio de Sá Camargo. E quanto aos suplentes, José Antonio Ferreira é irmão do coronel Manoel Antonio Ferreira; e o Dr. Francisco Ferreira Corrêa, de Paranaguá, é filho do ex-deputado Manoel Francisco Correia Júnior, falecido em 1857.

Visualizando este quadro familiar, agora melhor dividido em partidos políticos, tem-se o partido liberal predominando com treze membros. E o partido conservador, com nove deputados, dos 22 deputados que assumiram o cargo entre 1858 e 1859.

Quadro 8 – Deputados provinciais e partido político

Partido Liberal		
<i>Cunhados – Família Sá Ribas:</i> Deputado José Lourenço de Sá Ribas; deputado Joaquim Ignácio Silveira da Mota; deputado Manoel Antonio Ferreira, irmão do deputado José Antonio Ferreira	Deputado padre Isaías Ribeiro de Andrade e Silva (pai) e deputado Benedicto Enéas de Paula (filho)	Deputado Laurindo Abelardo de Brito e deputado Bonifácio José Baptista (cunhados, genros de Manoel Ignácio do Canto e Silva)
Deputado padre Lourenço Justiniano Ferreira Bello, irmão do deputado padre João Baptista Ferreira Bello	Deputado João Baptista Brandão de Proença	Deputado Domingos Martins de Araujo (sobrinho do ex-deputado Antonio de Sá Camargo)
Partido Conservador		
Deputado Manoel Antonio Guimarães e seus genros: deputado José Mathias Gonçalves Guimarães, deputado José Mathias Ferreira de Abreu, deputado Antonio Ferreira de Abreu	Deputado Francisco José Correia, irmão do deputado padre Damaso José Correia; parentes do deputado Francisco Ferreira Corrêa; Deputado Francisco de Paula Ferreira Ribas (Castro, família Guimarães)	Deputado Antonio Ricardo dos Santos Filho, cunhado do Deputado Ricardo Gonçalves Cordeiro (filho do ex-deputado Manoel Gonçalves Cordeiro)

O autor

⁷⁵ O padre Isaías Ribeiro de Andrade e Silva é o pai de Benedicto Enéas de Paula. Por ocasião do falecimento do padre Isaías, Benedicto Enéas de Paula publica nota no jornal *Dezenove de Dezembro* (12/dez/1866), pela “dor do passamento do Reverendíssimo Isaías Ribeiro de Andrade e Silva, agradece a todos os seus amigos que se associaram a sua dor (...)”. Neste biênio de 1858/59, pai e filho estavam a legislar na assembleia legislativa provincial. Porém, havia bastante preconceito em aceitar os filhos dos padres, pois nas listas eleitorais de Curitiba, aparece apenas o nome da mãe do deputado Benedicto Enéas de Paula e não o do pai, como de todos os outros eleitores. Mas, ao mesmo tempo, é provável que o padre Isaías tenha dado todo o apoio financeiro ao seu filho proporcionando-lhe ser funcionário público em Curitiba, vereador e chefe do partido liberal na capital.

O deputado Francisco de Paula Ferreira Ribas, de Castro, pertence à família Guimarães dos Campos gerais, de tendência liberal, mas ele é do partido conservador. Assim como o padre Damaso José Corrêa, membro do partido saquarema. Os genros do conservador Manoel Ignácio do Canto e Silva, ao contrário, são liberais.

A média de idade destes deputados é de 41 anos. Destacam-se os jovens, padre João Baptista Ferreira Bello, Dr. Laurindo Abelardo de Brito, Bonifácio José Baptista e Benedicto Enéas de Paula, na casa dos 30 anos. E o mais idoso seria o padre Isaías Ribeiro de Andrade e Silva, com 61 anos.

Quanto a residência destes deputados, a regra da eleição por colégio eleitoral, dava ao legislativo a maioria à região de Curitiba, que somaria doze deputados, sendo um de Palmeira e um de São José dos Pinhais. Paranaguá ficaria com quatro deputados, e mais dois de Morretes. E quatro deputados de Castro. Alguns municípios ficam prejudicados nesta divisão, como os deputados de Guarapuava, bem como os municípios de Antonina e Guaratuba.

Quanto à profissão, os bacharéis em Direito começam a ser maioria na câmara provincial, com sete deles. As discussões das sessões, publicadas pelo jornal local, são realizadas principalmente pelos bacharéis, sendo pouco ou quase nula a participação dos que não são bacharéis. Nesta legislatura é forte a presença dos padres, com quatro membros; um professor; um médico; três negociantes do litoral; e dois fazendeiros dos Campos gerais

As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial em 1858 e 1859

No dia 7/jan/1858 inicia a 3ª legislatura da assembleia, com a presença do presidente Dr. Francisco Liberato de Mattos, e a leitura do respectivo relatório⁷⁶.

Infelizmente, no ano de 1858 não são publicadas as sessões da assembleia, apenas os dias das sessões, os deputados presentes e ausentes e, posteriormente, as leis aprovadas. Neste ano, a assembleia deixou de funcionar muitos dias por falta de quórum. Consta que o presidente Dr. Silveira da Mota achava-se enfermo, assumindo os seus trabalhos o deputado Manoel Antonio Ferreira. Outros exemplos de afastamento por enfermidade foram do Dr. Laurindo Abelardo de Brito, padre Damaso José Corrêa e padre Isaías Ribeiro de Andrade e Silva.

⁷⁶ Relatório do Presidente da Província do Paraná, Dr. Francisco Liberato de Mattos, http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1858_p.pdf (Acesso em 10/out/2012).

Encerrou-se no dia 15/mar/1858 o primeiro ano dos trabalhos da assembleia provincial, tendo comparecido somente nove deputados neste dia, sendo que o vice-presidente, coronel Manoel Antonio Ferreira, destacou as seguintes leis aprovadas em seu discurso final: a de fiscalização das rendas provinciais; do empréstimo que a província poderia realizar; do orçamento provincial e elevando as gratificações dos empregados da secretaria; empréstimo às câmaras da capital e Paranaguá para a construção de sede própria e prisão; verba para a igreja de São Francisco das Chagas em Curitiba; e melhorias de estradas (*O Dezenove de Dezembro*, 17/mar/1858).

Tabela 26 – LEIS APROVADAS EM 1858

Nº	Lei	Data
31	Subsídio de ajuda de custo que devem perceber os membros da assembleia legislativa durante a legislatura de 1860 – 1861	10/fev/1858
32	Posturas municipais propostas pela Câmara de Curitiba	10/fev/1858
33	O modo que se processarão e julgarão todas as causas cíveis da fazenda provincial	11/fev/1858
34	Concede a João Pletz Guilherme Meyn, Antonio Chaphra e Julio Robstrihlc um empréstimo até dois contos de réis, para construção de um moinho	19/fev/1858
35	Decreto: Posturas municipais	19/fev/1858
37	Decreto: gêneros de primeira necessidade: café e açúcar	19/fev/1858
38	Fixando a força policial para o ano financeiro de 1858-1859	26/fev/1858
39	Decreto: posturas municipais de São José dos Pinhais	17/mar/1858
40	Decreto: posturas municipais de Guaratuba	17/mar/1858
41	Decreto: posturas municipais	17/mar/1858
42	O presidente da província é autorizado a despender no ano financeiro de 1/jul/1858 a 30/jun/1859, a quantia de rs. 415:158\$490. Deste total, para a assembleia legislativa ficava destinado 10:760\$000, sendo que o subsídio aos 20 deputados seria de 6:000\$000 e mais ajuda de custo aos mesmos de 1:200\$000 e o restante em pagamento aos demais funcionários;	17/mar/1858
43	As câmaras municipais da província do Paraná são autorizadas para despender no ano financeiro de 1/jan ao último de dezembro de 1859, a quantia de rs. 46:385\$392.	18/mar/1858
44	Decreto: Posturas municipais de Paranaguá	18/mar/1858

O Dezenove de Dezembro, várias edições, 1858.

No dia 7/jan/1859 teve lugar a instalação do segundo ano da 3ª assembleia legislativa provincial paranaense com a presença e leitura do relatório pelo presidente da província, Dr. Francisco Liberato de Mattos⁷⁷. Neste ano as sessões legislativas voltam a ocorrer frequentemente, inclusive com o retorno das publicações das discussões das sessões legislativas, medida que provocou muita polêmica. E assumem dois novos deputados neste ano, um de Paranaguá e outro de Curitiba.

⁷⁷ Relatório do presidente da província do Paraná, Dr. Francisco Liberato de Mattos: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1859_a_p.pdf (Acesso em 10/out/2012).

No Rio de Janeiro um gabinete exclusivamente de membros do partido conservador tinha assumido em 12/dez/1858, sob a direção do visconde de Abaeté (Antonio Paulino Limpo de Abreu), o que, de forma formal, declarava-se o fim da “conciliação”.

No Paraná, no ano de 1859 foi nítida a grande separação ideológica e partidária entre os deputados. Era o grupo conservador de deputados do litoral, liderados pelo Dr. José Mathias Ferreira de Abreu⁷⁸, contra os deputados liberais, liderados pelo Dr. Joaquim Silveira da Mota e Dr. Laurindo Abelardo de Brito, juntamente com Dr. Sá Ribas, os padres Ferreira Belo e Isaías, professor Brandão, coronel Manoel Antonio Ferreira e seu irmão José Antonio Ferreira e o coronel Enéas.

Destaca-se quatro grandes exemplos em que estes dois grupos políticos debateram muito, cada qual defendendo seu ponto de vista, com longos discursos, protestos, esvaziamento das sessões etc.

O primeiro exemplo desta briga partidária é sobre a publicação dos discursos dos deputados no jornal *O Dezenove de Dezembro*. O deputado Dr. Laurindo Abelardo de Brito é a favor da publicação, pois estas dariam maior transparência ao processo legislativo e todos os cidadãos poderiam saber os conteúdos debatidos e de serem conhecidas as “opiniões desta casa”; e sendo de posição contrária às publicações o deputado Dr. José Mathias Ferreira de Abreu e seu irmão Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu, devido às despesas que tal decreto implicaria e da dificuldade de se encontrar um taquígrafo em Curitiba e de que os discursos poderiam ser publicados de forma adulterada.

ASSEMBLEIA PROVINCIAL – “Questão da transparência”. Na sessão de quarta-feira, 12/jan/1859, o **Sr. Dr. Laurindo [Abeardo de Brito]** ofereceu à consideração da casa um projeto autorizando a mesa a contratar com o proprietário e editor do *Dezenove de Dezembro* a publicação dos trabalhos da presente sessão da assembleia provincial, e com pessoa habilitada o serviço de tomar os extratos da mesma. Fundamentando o seu projeto, o **Sr. Dr. Laurindo** disse que ele, com todos os seus honrados colegas, lamentava o sistema de obscurantismo, que tem atuado sobre as passadas sessões da assembleia provincial, de modo que os seus atos tem sido menos conhecidos na província do que os de algumas câmaras municipais. Que um tal sistema não devia continuar porque é por meio da publicação das opiniões dos deputados, e do modo porque votam acerca dos diversos negócios que interessam a província, que os seus constituintes podem aquilatar a fidelidade com que desempenham o seu mandato. Que a despesa em que podia importar esse serviço, sendo em seu máximo de 2:400\$, era tão insignificante que não podia pesar no ânimo de seus colegas, para impugnarem o projeto.

Em seguida tomou a palavra o **Sr. Dr. [José Mathias] Ferreira de Abreu** e declarou que, com quanto não desconhecesse a conveniência da medida projetada, com tudo não podia votar por ela; primeiro porque devia haver da parte da assembleia muita prudência acerca da decretação de despesas, atento o estado de

⁷⁸ O deputado conservador Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães, chefe deste partido, faltou em quase todas as sessões deste ano legislativo, por isso, não aparece como um dos líderes deste partido.

pobreza em que se acha o cofre provincial, segundo porque a publicação por extratos nunca podia ser completa. Ele orador, e seus colegas da marinha já tem dado provas de que desejam a publicidade dos trabalhos da casa, tanto que já propôs que se contratasse um taquígrafo do Rio de Janeiro, mas quer uma publicação completa. Acha muito difícil encontrar nesta cidade alguém habilitado para tomar extratos, ...

O Sr. Dr. Antonio Cândido [Ferreira de Abreu]: - Impossível. porque esse trabalho é de maior transcendência do que se pensa: tomar um discurso por inteiro, com todas as palavras do orador é fácil; tomar, porém, somente a força de um discurso, é tarefa muito superior. Ainda mais, pensa que por esse modo as opiniões dos deputados podem ser muito adulteradas, e por isso vota contra o projeto.

(...)

(*O Dezenove de Dezembro*, 15/jan/1859, grifo do autor).

Na sessão do dia 17/jan/1859 o tema é retomado com mais fervor por parte dos quatro deputados citados acima, discutindo a possibilidade ou não de se publicar as sessões da assembleia provincial no jornal *O Dezenove de Dezembro*. Novamente o argumento contrário às publicações eram a falta de recursos financeiros da assembleia e os erros dos extratos por parte de quem iria anotar os pronunciamentos, inclusive citando os erros publicados na edição anterior.

Na sessão do dia 26/fev/1859, novamente os deputados conservadores Francisco José Corrêa, José Mathias Ferreira de Abreu e Francisco Ferreira Corrêa protestaram contra as publicações dos extratos no jornal *O Dezenove de Dezembro*, inclusive impedindo que seus discursos fossem publicados, pois nunca eram publicados com a desejada fidelidade, chegando a não mais tomarem parte nas discussões. O próprio jornal publica a seguinte nota explicativa:

Na sessão de 26 de fevereiro os srs. Deputados Francisco José Corrêa, José Mathias Ferreira de Abreu e Francisco Ferreira Corrêa declararam que em virtude da responsabilidade que lhes impedia na enunciação de seus pensamentos, e convictos de que não seriam publicados com a desejada fidelidade, pois que não tinham plena liberdade na coordenação de seus discursos, protestavam que seu comportamento na casa seria o silêncio, deixando de tomar parte nas discussões. A vista desta resolução o sr. presidente da Assembleia [Dr. Motta] fez a declaração que se acha exarada na mesma sessão. Deixamos, pois, de publicar alguns discursos destes srs. deputados, cujos extratos acham-se em poder dos mesmos, visto como, na falta destes, não desejamos que saiam a luz sem a desejada fidelidade até agora guardada, porque não temos dado a tipografia discursos que não estejam a contento do orador. *O extractador – João Manoel da Cunha. (O Dezenove de Dezembro, 16/mar/1859).*

Outro exemplo destas lutas políticas no interior da assembleia legislativa neste ano foi quanto à aposentadoria dos professores de instrução primária. Da mesma forma, os quatro deputados acima se pronunciaram, contra e a favor, e mais o presidente Dr. Silveira da Mota, que era também membro da Instrução pública, levando a uma discussão bastante extensa, ocupando vários números do jornal local. Os discursos passam a ser totalmente publicados, demonstrando, em especial, a grande participação dos bacharéis em Direito e a vitória dos liberais referentes às publicações dos discursos no jornal.

Um terceiro exemplo deste ano foi sobre o projeto que autorizava o governo a poder realizar “um empréstimo de 100:000\$000 dentro ou fora da província”. Os deputados do litoral, conservadores, e oposição ao governo, votaram contra.

(...) com quanto a votação fosse nominal, declaramos que votamos contra essa autorização. Curitiba, 3/mar/1859. Ferreira de Abreu, Ferreira Corrêa, Dr. Corrêa, Antonio Candido, Antonio Ricardo Santos Filho (*O Dezenove de Dezembro*, 5/mar/1859).

E por fim, um evento que provocou muita discussão foi a exoneração do delegado de Morretes, Manoel Ricardo do Nascimento, por parte do presidente da província, Dr. Francisco Liberato de Mattos. Este ato do Dr. Liberato, motivado por uma ação do delegado em Morretes frente a distúrbios em uma corrida de cavalos nesta cidade, trouxe a público a defesa da atitude do governo, por parte dos liberais, e a crítica ao presidente e seu governo, por parte dos conservadores. O Dr. Laurindo defende o governo em um longo discurso, citando leis e seus artigos (*O Dezenove de Dezembro*, 5/mar/1859), que inicia numa edição do jornal terminando em outra edição; o Dr. José Mathias Ferreira de Abreu ataca o governo do Dr. Liberato, em especial pela atitude de exoneração do delegado de Morretes, dizendo que isto “manchou” sua administração; o deputado Dr. Francisco José Correia discursa contra os deputados da “maioria”; e o Dr. Silveira da Mota diz que o cargo de delegado é de confiança do governo, e que não se sustentava mais o delegado de Morretes por suas atitudes. Enfim, era uma acirrada disputa que envolvia os partidos políticos paranaenses e ainda, novamente, a presença dos bacharéis com predomínio nas discussões, num claro fim do período da “conciliação”. No dia 7/abr/1859 encerrou-se a 3ª assembleia provincial paranaense.

Tabela 27 – LEIS APROVADAS EM 1859

Nº	Lei	Data
45	Autoriza a mesa da Assembleia a contratar com o proprietário e editor do <i>Dezenove de Dezembro</i> a publicação dos trabalhos da casa, e, com pessoa habilitada, o serviço do extrato de suas sessões, despendendo-se até a quantia de dois contos e quatrocentos mil réis.	14/fev/1859
46	Decreto: posturas da vila do Príncipe	14/fev/1859
47	A instalação da assembleia legislativa será no dia 1º de março de cada ano	14/fev/1859
48	Exclui do pagamento de imposto de saídas o gado quando trocado, com o fim de melhoramento das raças, e torna extensiva essa disposição a operação de entrada e saída que fez o coronel Fortunato José Camargo	14/fev/1859
49	Continua em vigor para o ano de 1859 – 1860 a lei provincial n.38, de 26/fev/1858.	16/fev/1859
50	As divisas entre os distritos da capital e freguesia de Campo Largo	16/fev/1859
51	Regula a aposentadoria dos antigos professores vitalícios de instrução primária desta província	16/fev/1859
52	Decreto: posturas municipais	18/fev/1859
53	As divisas entre a freguesia do Yguassu e a vila do Príncipe, as divisas marcadas pela lei provincial n.2, de 28/fev/1855 (lei que se repete).	2/mar/1859
54	Cria-se a 4ª Comarca da Província do Paraná, compreendendo a Vila de Guarapuava, a freguesia de Palmas e a Colônia Thereza.	2/mar/1859

55	Decreto: posturas municipais	7/mar/1859
56	Orçamentos das Câmaras municipais	7/mar/1859
57	Aprova artigos de posturas da Câmara de Ponta Grossa	7/mar/1859
58	Fixa a receita e despesa da província. Total a despende no ano financeiro de 1º/jul/1859 a 30/jun/1860: Rs. 268:189U000; Com a assembleia legislativa: 13:760U000; destes, o subsídio a 20 deputados 6:000U000.	9/mar/1859

O Dezenove de Dezembro, várias edições, 1859. Em 25/fev/1859 instala-se em Curitiba a Biblioteca Pública.

O presidente Dr. Francisco Liberato de Mattos deixa o Paraná em 4/mar/1859, assumindo o vice-presidente Dr. Luiz Francisco da Câmara Leal, até a chegada do novo presidente, que será o Dr. José Francisco Cardoso, em 02/maio/1859.

Os deputados retornam às suas atividades locais. Dr. Silveira da Mota retorna ao cargo de Inspetor Geral da Instrução Pública; Benedicto Enéas de Paula retorna como presidente interino da Câmara de Curitiba; o Dr. Laurindo Abelardo de Brito assume a vaga de deputado geral neste ano de 1859, indo ao Rio de Janeiro, sendo que a assembleia geral foi aberta em 10/maio/1859.

9ª e 10ª Assembleia Legislativa Geral, Rio de Janeiro

É bastante confusa a participação do deputado Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu como deputado geral no Rio de Janeiro. Ele foi eleito em março de 1854 e deveria ficar até o ano de 1856, mas o jornal local pouco destaca sua participação nesta assembleia. Em 3/maio/1856 foi aberta o último ano da 9ª Assembleia geral legislativa por D. Pedro II, sendo encerrada em 20/set/1856. Dr. Antonio Candido teria participado até final de abril das atividades na assembleia legislativa provincial no Paraná, pois era deputado provincial, e provavelmente teria ido ao Rio de Janeiro para as atividades da assembleia geral, ocupando assim os dois cargos.

Em no dia 3/maio/1857 inicia a 10ª Assembleia geral legislativa no Rio de Janeiro aberta pelo Imperador D. Pedro II e as sessões legislativas foram encerradas em 13/set/1857. Neste ano não se tem um deputado geral representando o Paraná, pois a segunda eleição para este cargo foi realizada no dia 2/nov/1857, sendo vitorioso o Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá e o suplente Dr. Laurindo Abelardo de Brito. Esta eleição ocorreu sob a regra eleitoral do “círculo”, porém, o Paraná tinha direito a apenas um representante na Câmara da Corte e, portanto, a província toda era um único distrito eleitoral, em que o mais votado seria o eleito.

Esta segunda eleição para deputado geral no Paraná consolidou a liderança do jovem liberal, Dr. Jesuíno Marcondes. Natural de Palmeira, residente em Curitiba, agora casado com uma destacada moça da família Alves de Araujo do litoral paranaense vai vencendo as

eleições que vão acontecendo em sua província. Em 1857 ele seria vereador de Curitiba e presidente da Câmara, deputado provincial e agora eleito deputado geral.

A nova Câmara no Rio de Janeiro eleita em 1857 sob esta nova regra eleitoral era composta de uma maioria conservadora, mas com diversos liberais eleitos (IGLÉSIAS, *in*: HOLANDA, 2004, p.76), entre eles o Dr. Jesuino Marcondes.

Tabela 28 – Resultado das eleições para deputado geral em 2/nov/1857

Candidato a deputado geral	votos
Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá	76
Suplentes	
Dr. Laurindo Abelardo de Brito	61
Dr. José Mathias Ferreira de Abreu	50
Dr. Manoel Francisco Corrêa	39
Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta	24
Dr. José Lourenço de Sá Ribas	12
Dr. Francisco José Corrêa	3
Conselheiro Dr. Zacarias de Goes e Vasconcellos	2

O Dezenove de Dezembro, 10/dez/1857.

No Rio de Janeiro, na câmara, o Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, na sessão de 24/maio/1858, realiza discurso sobre a necessidade do aumento do número de deputados gerais, em especial para as províncias representadas por apenas um membro. A assembleia geral legislativa encerra-se em 13/set/1858. E o Dr. Jesuino Marcondes volta ao Paraná no dia 16, com sua família. Seu pai, o sr. José Caetano de Oliveira, receberá o título de barão de Tibagi neste ano (*O Dezenove de Dezembro*, 25/ago/1858)⁷⁹. Enfim, Dr. Jesuino Marcondes vai se destacando no parlamento do Império, com seus discursos e atuação. Porém, de acordo com as notícias do jornal local, o Dr. Jesuino Marcondes atua como deputado geral apenas no ano de 1858, sendo que nos dois próximos anos, assume o cargo o suplente, Dr. Laurindo Abelardo de Brito.

Dr. Laurindo casa-se no dia 3/ago/1858, na cidade de Castro, com a filha do coronel Manoel Ignácio do Canto e Silva.

Casou-se, no dia 3 do corrente [agosto/1858], na cidade de Castro, o sr. Dr. Laurindo Abelardo de Brito, com a Exma. Sra. D. Agueda Joaquina do Canto e Silva Brito, filha do Sr. coronel Manoel Ignacio do Canto e Silva, primeiro capitalista e proprietário da província (*O Dezenove de Dezembro*, 11/ago/1858).

⁷⁹ Apenas dois “paranaenses” possuíam o título de barão, até o presente momento: O barão de Antonina, João da Silva Machado, em 1843; e agora, barão de Tibagy, José Caetano de Oliveira, em 4/ago/1858. Para David Carneiro (1963, p.67) estes títulos seriam conseqüências de “atitudes políticas conservadoras em face da revolta de Sorocaba e da emancipação política do Paraná”. Este trabalho aponta também para a influência de Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, que como deputado geral no Rio de Janeiro, teria conseguido para o pai o título de barão, que na revolta sorocabana de 1842, ao contrário, deu cobertura a um dos líderes revoltosos, Raphael Tobias de Aguiar.

O casamento do Dr. Laurindo é estratégico para a sua carreira. Ele, como destaca suas atividades como bacharel em Direito e cargos públicos, era um jovem bastante dinâmico e excelente orador. A riqueza material proporcionada pelo seu sogro e mesmo a influência de Manoel Ignácio, no partido conservador, na região dos Campos gerais, daria um ótimo suporte para que o Dr. Laurindo tivesse uma longa carreira na política, chegando a ser nomeado presidente da província de São Paulo em 1879. Em 1858 era deputado provincial e suplente de deputado geral.

O terceiro mais votado foi o Dr. José Mathias Ferreira de Abreu, natural de São Paulo, bacharel em Direito, vem a Paranaguá na década de 1840 para trabalhar na arrecadação de Rendas, e contrai casamento com a filha do comendador Manoel Antonio Guimarães. Foi político em São Paulo e com a emancipação política do Paraná, torna-se deputado provincial, com bastante destaque em sua atuação. É irmão mais velho do Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu, que também casa com uma filha do comendador Guimarães e foi o primeiro deputado geral pelo Paraná.

Outro candidato nesta eleição que também será uma personalidade importante da história política paranaense é o Dr. Manoel Francisco Corrêa, que será eleito o segundo Senador do Paraná em 1876. Filho mais velho do ex-deputado Manoel Francisco Correia Junior, o Dr. Corrêa casou no Rio de Janeiro em 1854 e possuía atividades de serviço público na corte, morando na capital do Império. Nesta eleição para deputado geral, vem para Paranaguá, mas não é eleito, sendo eleito *eleitor* em dezembro de 1856. Volta ao Rio de Janeiro, como anuncia no jornal *O Dezenove de Dezembro*, agradecendo os votos recebidos.

Quanto ao médico Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota, natural da Bahia, se destaca por seus trabalhos em cargos públicos, em especial no campo da educação, como chefe da instrução pública. Como exemplo desta atuação para a educação, no dia 15/ago/1858, o Dr. Silveira da Mota liderou a criação da sociedade *Amante do Bem Público*, de que se tornou presidente, tendo como secretário o Dr. Bento Fernandes de Barros, e membros de honra os senadores José Ignácio Silveira da Motta e o barão de Antonina, além do conselheiro Dr. Zacarias de Góes e Vasconcellos, o Dr. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá e o sr. Antonio Candido da Cruz Machado, que muito se esforçou pela elevação da comarca de Curitiba a categoria de província (*O Dezenove de Dezembro*, 18/ago/1858). A Sociedade tinha caráter cristão católico e era em prol da instrução pública, realizando um grande baile a noite em comemoração a sua fundação, com a presença da família do presidente Dr. Francisco Liberato

de Matos. O Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota, em Curitiba, casa-se com a filha do capitão Lourenço Pinto de Sá Ribas, ingressando no clã Sá Ribas.

Tem-se o seguinte quadro dos deputados gerais do Paraná, desde sua emancipação política:

Tabela 29 – Deputado Geral – 9ª Legislatura (1853-1856)

Deputado geral	Partido	Residência	Profissão
Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu	Conservador	Curitiba	Advogado
<i>Suplente:</i> Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá	Liberal	Curitiba	Advogado

O autor

Tabela 30 – Deputado Geral – 10ª Legislatura (1857-1860)

Deputado geral	Partido	Residência	Profissão
Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá	Liberal	Curitiba	Advogado
<i>Suplente:</i> Dr. Laurindo Abelardo de Brito	Liberal	Curitiba	Advogado

O autor

No ano de 1859, as sessões iniciaram no dia 10/maio/1859, sob o predomínio do Gabinete conservador, tendo a frente o visconde de Abaeté. Mas em 10/ago/1859, em plenas sessões da câmara, troca-se a chefia do Gabinete, para Ângelo Muniz da Silva Ferraz, mais ainda sob a égide conservadora.

No ano de 1860 a abertura da 4ª sessão da 10ª legislatura aconteceu dia 12/maio/1860, e estava representando o Paraná, o suplente Dr. Laurindo Abelardo de Brito⁸⁰. Seu encerramento aconteceu no dia 3/set/1860.

Os liberais e mais os descontentes conservadores faziam um oposicionismo mais sistemático ao Gabinete Ferraz. Em 28/jul/1860 é criado o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, na qual, futuramente, muitos paranaenses irão assumir este posto. Neste ano, também se debate novamente a questão eleitoral repensando as eleições por “círculos”, e assim, novas regras serão elaboradas para as eleições de deputados gerais deste ano, e a aprovação de mais vagas para deputados gerais na Corte.

Este trabalho segue a seguinte periodização para a Câmara dos deputados gerais no Rio de Janeiro:

Decreto imperial de 26 de março de 1824 estipula o quantitativo de 102 deputados para compor a Câmara dos Deputados e vigora até a 6ª Legislatura (1ª Legislatura (1826-1829); 2ª Legislatura (1830-1833); 3ª Legislatura (1834-1837); 4ª Legislatura (1838-1841); 5ª Legislatura (1842-1844); e 6ª Legislatura (1845-1847). A Carta de Lei nº 387, de 19 de agosto de 1846, determinou o quantitativo de 104 deputados e vigorou para a 7ª Legislatura (1848) e 8ª Legislatura (1849-1852) e de 108 deputados para a 9ª Legislatura (1853-1856). O Decreto nº 842, de 19 de setembro de 1855 (1ª

⁸⁰ Não foi encontrado um motivo específico do porque o deputado geral Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá deixou sua vaga para o Dr. Laurindo, ou mesmo, o porquê não pode comparecer às sessões legislativas no Rio de Janeiro.

Lei dos Círculos) estipulou o quantitativo de 118 deputados e vigorou para a 10ª Legislatura (1857-1860). O Decreto nº 1.082, de 18 de agosto de 1860 (2ª Lei dos Círculos) determinou o quantitativo de 122 deputados e vigorou para a 11ª Legislatura (1861-1863); 12ª Legislatura (1864-1866); 13ª Legislatura (1867-1868); 14ª Legislatura (1869-1872); e 15ª Legislatura (1872-1875). O Decreto nº 2.675, de 20 de outubro de 1875 (Lei do Terço) mantém o quantitativo de 122 deputados e vigora para a 16ª Legislatura (1876-1877); e 17ª Legislatura (1878-1881). A Carta de Lei nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881 mantém o quantitativo de 122 deputados e vigorou para a 18ª Legislatura (1882-1884) e de 125 parlamentares para a 19ª Legislatura (1885); e 20ª Legislatura (1886-1889). A 21ª Legislatura não chegou a ser instalada. (O Império do Brasil – Portal da Câmara dos Deputados *in*: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/historia/oimperio.html> (acesso em 10/dez/2012).

Enfim, a década de 1850 havia se encerrado, com o auge dos conservadores no poder no Rio de Janeiro, envolvendo a estratégia da conciliação. No Paraná, conservadores e liberais irão dividir o poder de forma, aparentemente igualitária, mas com a lenta retomada dos liberais ao poder, em especial devido a força do clã Sá Ribas.

* * *

Ao todo teriam sido 47 deputados provinciais que assumiram o cargo nestas três primeiras legislaturas. De forma “arbitrária” é possível dividi-los em três grandes clãs familiares, os Sá Ribas, os Guimarães e Correia e os Oliveira e Sá e Alves de Araujo. Lembrando que há entre estas famílias muitas ligações e parentescos.

Quadro 9 – Os clãs familiares na década de 1850 e seus deputados provinciais

Sá Ribas	Guimarães / Correia	Oliveira e Sá / Alves de Araujo
José Lourenço de Sá Ribas*	Manoel Antonio Guimarães*	Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá*
Manoel Antonio Ferreira*	José Mathias Gonçalves Guimarães*	Antonio de Sá Camargo
Manoel de Oliveira Franco	Manoel Francisco Correia Junior*	Antonio Alves de Araujo
Joaquim Lourenço de Sá Ribas	Francisco José Correia*	Domingos Martins Araujo
Antonio Ricardo Lustosa de Andrade	Antonio José de Faria	Laurindo Abelardo de Brito
João de Oliveira Franco*	Manoel Gonçalves Marques	
Joaquim Ignácio Silveira da Mota*	Francisco de Paula Ferreira Ribas	
Caetano José Munhoz	José Joaquim Marques de Souza	
José Antonio Ferreira	Manoel Gonçalves de Moraes Roseira*	
	Manoel Ignácio do Canto e Silva	
	Manoel Leocadio de Oliveira	
	Modesto Gonçalves Cordeiro	
	David dos Santos Pacheco	
	Antonio Candido Ferreira de Abreu	
	José Mathias Ferreira de Abreu	
	Antonio Ricardo dos Santos Filho	
	Ricardo Gonçalves Cordeiro	
	Francisco Ferreira Correia	
	Padre Damaso José Corrêa*	
<i>9 deputados provinciais</i>	<i>20 deputados provinciais</i>	<i>5 deputados provinciais</i>

O autor; * participaram do núcleo duro da assembleia legislativa;

O clã Guimarães Correia seria o maior em parentela, abrangendo grande parte do território paranaense, do litoral aos Campos gerais; o clã Sá Ribas também é bastante influente, porém, estariam mais restritos na região de Curitiba; e o clã Oliveira e Sá e Alves de Araujo consolidam importantes laços de parentesco através de casamento de famílias do litoral com famílias dos Campos gerais. Portanto, dos 47 deputados eleitos, 34 são parentes próximos.

Quanto às leis aprovadas nestas três primeiras legislaturas.

Tabela 31 – Leis provinciais do Paraná (1854/1859)

Tipos de leis	Quantidade aprovada
Aprovando Posturas Municipais	25
Divisão municipal e de comarcas	17
Obras públicas e outros incentivos	14
Orçamento provincial e municipal	12
Força policial	7
Impostos	6
Referentes a própria Assembleia Legislativa do Paraná	5
Educação	5
Emprego público	4
<i>TOTAL</i>	95

O autor

As leis provinciais demonstram o que os legisladores locais poderiam fazer em prol de sua província, dentro dos limites legais dados pela Constituição de 1824 e pelo Ato Adicional de 1834 e sua reforma em 1840. Legislar sobre as posturas municipais significava a continua dependência dos municípios ao poder provincial e dos líderes locais para com os deputados provinciais. A divisão da província em freguesias, vilas, cidades, comarcas também foi algo bastante debatido. O Paraná com estas divisões vai delimitando o poder local de seu território. Outro ponto significativo seriam as obras públicas e outros incentivos, como imigração, construções, repartições públicas, empréstimos, aprovação de lei para irmandades, um feriado (19 de dezembro), incentivos à cultura do trigo etc. que poderiam dinamizar a economia local, bem como o ritmo das ações locais. E a importância de anualmente se aprovar o orçamento provincial, bem como os orçamentos de todos os municípios paranaenses. As demais leis são específicas. Quanto aos impostos destacam-se a preocupação com os registros de passagem de tropas e impostos sobre produtos e pagamentos que cidadãos deveriam fazer de seus imóveis.

E quanto ao orçamento provincial tem-se uma província que vai ao longo dos anos aumentando gradativamente suas rendas. E a Assembleia Legislativa provincial também recebia parte dos impostos para suas atividades.

Tabela 32 – Orçamento da Província do Paraná (1855/1860)

Exercício	Total da província	Assembleia Legislativa
1855	123:641\$760	11:000\$000
1856	165:624\$232	12:300\$000
1857	254:250\$000	12:000\$000
1858	400:253\$500	13:493\$300
1859	415:158\$490	10:760\$000
1860	268:189\$000	13:760\$000

O autor

Percebe-se que a arrecadação do Paraná vinha crescendo, com um salto significativo para os anos de 1858/59, mas recuando em 1860. E a assembleia legislativa do Paraná recebia cerca de 10% do orçamento da província para o ano de 1855, mas depois foi diminuindo esta porcentagem, mantendo apenas o valor bruto, da qual cada deputado receberia por sessão cerca de 5\$000 a 6\$000 réis, além de subsídios para quem morava fora de Curitiba.

Enfim, os legisladores estavam a organizar esta nova província do Paraná, enquanto membros de grandes clãs familiares.

CAPÍTULO 2

A DÉCADA DE 1860.

DAS “CARDOSADAS” AOS “VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA”

Os anos de 1860 e 1861 e as “cardosadas”. A classe política paranaense ameaçada

Algo presente na história política paranaense no século XIX é a sua intensa luta, posta principalmente pela divisão partidária, entre saquaremas e luzias, separados, por vezes, pelas distâncias geográficas, mas sempre próximos em relação ao parentesco e casamentos.

Quando algum indivíduo conseguia estar acima destas rixas políticas, era elogiado pelo periódico local. Como exemplo, quando o presidente Dr. José Francisco Cardoso nomeou para secretário da presidência da província o médico baiano, recém chegado a Curitiba, Dr. Joaquim Dias da Rocha, inúmeros elogios surgiram, como dizer que ele era “ainda virgem e sem as desafeições dos partidos”, este “é o homem que acaba de ser escolhido para secretário da presidência da província” (*O Dezenove de Dezembro*, 11/fev/1860). Outro exemplo está na publicação sobre o falecimento do ex-deputado provincial de Castro, o tenente coronel Francisco de Paula Ferreira Ribas, membro das tradicionais famílias desta região, casado com Maria da Luz Gonçalves, filha do tenente José Gonçalves Guimarães, neta de Manoel Gonçalves Guimarães. Em *homenagem póstuma*, destaca-se a seguinte afirmativa: “Como político, ninguém melhor do que ele soube conservar-se distinto nas áridas e perigosas restingas, em que os partidos ofereciam guerra cruenta” (*O Dezenove de Dezembro, Necrologia*, 18/jan/1860).

O ex-deputado Ferreira Ribas era do partido conservador. E o Dr. Joaquim Dias da Rocha será do partido liberal, e pós 1868, conservador, num dos poucos casos de mudança de partido durante o período provincial.

Neste ano de 1860, destaca-se um grupo que enfrenta o poder local do comendador Manoel Antonio Guimarães e seus genros em Paranaguá. Numa *publicação pedida*, dirigida ao presidente da província do Paraná, contesta-se a atitude dos “Srs. Guimarães” querendo anular a lista de qualificação de votantes nesta vila. Diz a *publicação* que “a qualificação da paróquia de Paranaguá não está nula”, pois, os “Srs. Guimarães” querem a sua nulidade, porque “não podem impor o exclusivismo de sua família”. A *publicação* intitula-os de “partido saquarema” e mais adiante de “partido Guimarães”, dizendo que o comendador

Manoel Antonio Guimarães “não trepida de tudo quanto seja necessário para fazer triunfar seu exclusivismo, V. Exa. que nos valha pelo amor de Deus” (*O Dezenove de Dezembro*, 7/mar/1860). Logo nas edições de 17 e 21/mar/1860 são respondidas as acusações acima, justificando o porquê da lista de qualificação de votantes de Paranaguá realmente não eram válidas. Ambas as partes não assinam os artigos. Esta discussão irá estourar na eleição para vereadores e juiz de paz em 7/set/1860, nesta cidade.

Em 2/maio/1859 toma posse o novo presidente nomeado da província do Paraná, Dr. José Francisco Cardoso, e ficará no cargo até 16/mar/1861, quando, como se verá, sairá por motivo de pressão da classe política paranaense. Ele era do partido liberal, mas com a tendência de buscar conciliação com o partido conservador. Sua administração, no final do ano de 1860 foi bastante impopular. Isto provocou, nos dois partidos políticos paranaenses, exceto aos “amigos” do Dr. Cardoso, um descontentamento geral. *O Dezenove de Dezembro*, de propriedade de Cândido Martins Lopes, membro do partido liberal, que prestava o serviço de publicação dos atos oficiais desde 1854, por se desentender com o presidente Dr. Cardoso, deixa de realizar esta função, e passa a criticar veementemente em todas as suas edições este governo⁸¹. Cândido Lopes foi igualmente destituído de seu cargo de subdelegado de Curitiba. Por sua vez, o presidente Dr. Cardoso trouxe a Curitiba uma nova tipografia, inclusive aprovada em orçamento pela assembleia legislativa. Um novo jornal passa a ser publicado na capital paranaense, o *Correio Oficial*⁸².

Os atos administrativos do presidente Dr. Cardoso foram chamados de “cardosadas” por serem bastante impopulares e, principalmente, como aponta este trabalho, por afetarem boa parte da classe política paranaense tradicional.

Economicamente, a província do Paraná vinha sofrendo algumas dificuldades neste período. De acordo com a historiadora Maria Cecília WESTPHALEN (1995, p.29), “em

⁸¹ Além do jornal *O Dezenove de Dezembro* de oposição à administração do presidente Dr. Cardoso, surgiu outro jornal chamado de *Constitucional*, de propriedade dos conservadores do litoral paranaense, ou seja, da família do comendador Guimarães e com alguns associados da família Franco de Curitiba, periódico que teve pouca duração. E ainda, em Paranaguá, surge o jornal liberal chamado *O Paraná*, de propriedade dos irmãos Alves de Araujo e encerra suas publicações em 30/dez/1871. E em 18/ago/1864 teria surgido também em Paranaguá o jornal *Povo* (em 1879 surgirá novamente um jornal “*O Povo*” editado por José Francisco da Rocha Pombo, em Morretes). Porém, não foram encontrados seus exemplares. Em 6/jun/1867 é lançado o periódico *Imprensa Livre*, dos bacharéis Sérgio Francisco de Souza Castro e João José Pedrosa, mas apenas um número foi digitalizado na hemeroteca digital brasileira: (<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=765759> – Acesso: 20/jul/2013).

⁸² O *Correio Oficial* circulou de 19/fev/1861 a 28/out/1862 (exemplares preservados no Museu Paranaense, em Curitiba), sendo nomeado para dirigir a “tipografia da província” o Sr. Joaquim Lourenço de Sá Ribas (*Correio Oficial*, 19/fev/1861), irmão do liberal Dr. José Lourenço de Sá Ribas.

1860, todavia, era voz geral o definhamento dos campos e dos gados do Paraná”. As grandes propriedades criadoras estavam já localizadas no município de Guarapuava e na sua freguesia de Palmas. Até certo ponto, havia abandonado os Campos gerais, área de criatório paranaense. Os Campos gerais e particularmente a Lapa estavam voltados, sobretudo, para a invernagem das tropas vindas do Sul.

Igualmente, estava precária a questão dos alimentos para abastecimento das vilas e da capital paranaense (SANTOS, 2007). A esperança para o campo era a nova colônia para imigrantes que estava sendo formada, com o incentivo do governo imperial, a colônia do Assunguy, localizada a 100 km ao norte de Curitiba, numa região de terras devolutas. Uma colônia que se pretendia que fosse o “celeiro agrícola da província”. As primeiras famílias dirigidas a esta colônia foram alemãs, num total de 35 colonos, conduzidos pelo major dos engenheiros, Marcolino Rodrigues da Costa (*O Dezenove de Dezembro*, 20/out/1860 e 4/nov/1860), que será amplamente acusado de corrupção, bem como as ações do governo do Dr. Cardoso na condução dos rumos desta colônia. Será pelo jornal *Correio Oficial* que o major Marcolino irá se defender das acusações publicadas no jornal *O Dezenove de Dezembro*.

Entretanto, em meio à crise econômica, politicamente, também, as ações administrativas do presidente Dr. Cardoso passaram a ser muito criticadas. As fontes das críticas estavam nos atos do Dr. Cardoso, como de nomear pessoas de seu interesse para todos os cargos públicos da província. Neste sentido, aconteceu a exoneração de importantes lideranças locais em todas as vilas paranaenses, como forma de impor novos nomes e assim consolidar a vitória, de acordo com o periódico local, na eleição de *eleitores*, que aconteceria em 30/dez/1860⁸³ e posteriormente, garantir a vitória dos seus candidatos para a eleição de deputado geral em 30/jan/1861.

Em Antonina, Dr. Cardoso nomeou o ex-deputado, o tenente coronel Antonio José de Faria, como delegado de polícia nesta cidade, o que teria causado enorme descontentamento da “população local”, mas que foi uma maneira do presidente limitar o poder da família Alves de Araujo, como se verá nos resultados das eleições para *eleitores* nesta vila.

⁸³ Esta tentativa de controlar os resultados eleitorais locais por parte do presidente da província era um ato bastante “impopular”. O jornal, desde 1854, sempre elogiava os presidentes que apenas conduziam o processo democrático de maneira segura, e criticava, quando o mesmo buscava interferir neste processo. O que é uma incongruência, pois os presidentes das províncias tinham como um de seus objetivos, garantir que as eleições fossem ganhas pelo partido da situação, pelo qual o próprio presidente fora nomeado.

A “arbitrariedade” do Dr. Cardoso chegava a atos como a retirada da lista de votantes de mais de 90 liberais em Castro, mas que, de acordo com o jornal local, mesmo isto não levaria os conservadores à vitória naquela cidade, pois o “partido conservador daquela localidade se dissolveu com a morte dos srs. Ribas e Macedo, com a abstenção do Sr. coronel Manoel Ignácio, do Sr. Vigário Damaso e de outras distintas influências que por considerações de família apoiaram esse partido” (*O Dezenove de Dezembro*, 15/dez/1860), e conclui que o presidente Dr. Cardoso “não vê que os liberais estão unidos e dispostos a toda sorte de sacrifícios no empenho patriótico de não deixarem suplantar a liberdade do voto?”. E na edição de 29/dez/1860, véspera da eleição para *eleitores*, o jornal paranaense conclama ao “povo” que vote livremente, sem se deixar levar pela imposição e intervenção nas eleições a que está submetendo todos, o presidente Dr. Cardoso.

O Dr. Cardoso, “apesar de liberal, mas que se diz conservador, ou conservador e liberal conforme as circunstâncias, e conforme o predomínio de quem se sabe impor” (*O Dezenove de Dezembro*, 2/jan/1861) acabou brigando com os dois partidos no Paraná, isto é, com sua classe política, e buscando assim, impor nomes que sigam seus “ideais” políticos.

Outro “erro administrativo” deste governo, e bastante divulgado, que aponta claros indícios de corrupção, foi praticado na condução da organização da colonização no Assunguy, que seria a esperança agrícola desta província:

Despedidos 18 contos com a mal escolhida estrada de comunicação da Graciosa com o Assunguy, para começo de grande plano do governo imperial no estabelecimento do núcleo colonial que há muito se projeta; e tudo perdido, porque a estrada, por tão bem delineada e feita, tem desaparecido.

Inteiramente perdido também os contos de réis gastos com as plantações preparatórias para a recepção dos colonos, e com o célebre barracão, em que não é possível acomodarem-se contentes esses amigos da propriedade sem a menor sombra de comunismo.

E se é certo que só em bolachas gastou o encarregado de sua hospedagem em Antonina, e condução para o Assunguy, um conto de réis, o que mais precisamos dizer (*O Dezenove de Dezembro*, 29/dez/1860)⁸⁴.

Apenas em 19/fev/1861 o novo jornal da província do Paraná entra em circulação, o *Correio Oficial*. O primeiro número traz um longo editorial defendendo o governo do presidente Dr. Cardoso, após meses de intensas críticas por parte do jornal *O Dezenove de Dezembro*.

Correio Oficial. A publicidade dos atos do poder, no sistema representativo é uma necessidade não só para que todo cidadão tome uma justa parte em tudo, como para

⁸⁴ Em março de 1861 serão publicados artigos no jornal *Correio Oficial* defendendo o processo de organização da colônia do Assunguy, demonstrando que seus atos não foram ilegais ou corruptos, e que as publicações do jornal *O Dezenove de Dezembro* são calúnias.

que se estabeleça uniformidade e acerto nas funções que tem a desempenhar os diversos agentes da autoridade.

Todo governo moralizado sente o dever de patentear que a boa fé preside os seus atos, por que ela é a melhor base de uma sã política, e o meio mais lógico de prová-lo será com a livre circulação daqueles.

Convém, porém, não confundir a circulação por conta de particulares, com aquela que é feita de ofício público. Porque assim visando a publicidade a realidade das liberdades públicas, não pode esquecer-se de respeitar os foros e atributos da autoridade, a cujo serviço destina.

E, pois, quando essa publicidade se efetua com caráter oficial, não pode ser acompanhada com marcas de desrespeito ou de uma crítica menos judiciosa e apaixonada, cuja superfície, como fundo, se resinta de grosseira e inconveniente bastardia.

O veículo transmissor das ideias e ordens do governo, cumpre primeiro que tudo que se mostre fiel às convencionais do serviço a que se presta.

E seria uma insensatez ridícula a do governo que deixasse acompanhar o seu expediente, sólidos e grosseiro, que, além, de provocarem desobediência, quebra de respeito e outros efeitos menos salutares à regularidade do funcionalismo público, levariam o cunho oficial para dar fé à uma propaganda danosa aos costumes e à instrução da população. (...)

Não era mais possível a continuação da publicação dos atos oficiais no *Dezenove de Dezembro*, cuja redação tão desobrigada se mostrava para com a primeira autoridade da província, a quem procurava tomar contas por modo descomunal e repugnante com a subordinação em que se achava de estipendiada para um serviço público.

Foi, portanto, suspensa a publicação no dia em que o encarregado dela entendeu poder, simultaneamente, pôr-se ao serviço de particulares, que, aproveitando-se da falta de meios de publicidade na província, contavam melhor promover seus interesses, formando uma falsa opinião acerca da gerência dos negócios públicos.

(...) (*Correio Official*, 19/fev/1861).

Enfim, era o rompimento do governo provincial com o *Dezenove de Dezembro*.

Outra questão polêmica seria que o presidente Dr. Cardoso teria mudado o início das atividades do segundo ano da assembleia legislativa provincial para o dia 20/abr/1861. De acordo com o jornal *O Dezenove de Dezembro*, Dr. Cardoso, que se mostrava cada vez mais intransigente e impondo “suas vontades políticas”, e por motivos de buscar manipular ainda mais as atividades também dos deputados, adia por decreto o início deste novo ano legislativo. Isto lhe daria tempo também para desestruturar seus opositoristas e ainda conseguir terminar seu relatório anual, que não teria feito por estar mais preocupado em fazer política do que de administrar a província.

Mas, Dr. Cardoso acabou sendo afastado da presidência do Paraná oficialmente por decreto já em 9/fev/1861, com saída marcada para 19/fev/1861, mas teria ficado até 16/mar/1861. De qualquer forma, os deputados paranaenses somente iriam se reunir em abril, já sem a sua influência. Mas seu ato de adiar os encontros da assembleia provincial surtiu efeitos, pois em 1861, os deputados somente conseguiram se reunir com o número mínimo de onze membros.

De acordo com Francisco Negrão a saída do presidente Dr. José Francisco Cardoso foi bastante comemorada pela “população local”.

UM FATO NOTÁVEL – Em 20/fev/1861, o Presidente da Província, Dr. José Francisco Cardoso, depois de uma série de desatinos, sentindo-se incompatibilizado com seus amigos políticos, solicitou exoneração do cargo. Tornada pública a notícia de sua exoneração, houve grandes manifestações de alegria. Em Curitiba, foram queimados muitos foguetes, a despeito das vigilâncias e arbitrariedades policiais, que prenderam várias pessoas do povo, entre as quais os respeitáveis srs. Manoel José da Cunha Bittencourt, seu irmão [João] José Correa de Bittencourt, Manoel do Nascimento Abreu, José Ferreira das Neves e outros. Foram exonerados de seus cargos, os srs. João de Souza Dias Negrão e seu irmão Ricardo de Souza Dias Negrão. Proibida a manifestação nas ruas, dos quintais surgiam os foguetes. Temendo agressão e assuadas, o Presidente Cardoso, procurou retirar-se às ocultas, de Curitiba, mas recebeu por todo o percurso até Antonina, as manifestações, de que se tornou merecedor: música de assobio e lata de querosene; e ainda a bordo do vapor que o conduziu, ouvia os acordes dessa orquestra. No Rio, vingava-se ele, chamando o Paraná de terra de selvagens. Em recompensa, era aqui conhecido como Cardosinho maluco. Os seus atos foram anulados, pelo seu sucessor, por ordem do Presidente do Conselho, Visconde do Rio Branco, a quem os prejudicados queixaram-se. O Presidente que substituiu o Dr. Cardoso, trouxe instruções, escritas pelo Visconde de Rio Branco, que entre outras coisas, recomendava ao Presidente: ‘Não abra correspondência com este Ministério, sem declarar primeiro, que os Negrão se acham satisfeitos e reintegrados’. E chamava-se a isso o regime do obscurantismo! (NEGRÃO, 1949, p.87)⁸⁵.

O jornal do governo *Correio Oficial* apresentou outra versão ao fato das prisões dos distintos cidadãos curitibanos e da retirada do Dr. Cardoso. Pois, membros da família do Sr. Manoel de Oliveira Franco e aderentes a ela fizeram grande algazarra em frente à casa do presidente Dr. Cardoso, e depois em frente do palácio do governo atirando foguetes, da qual foram presos o tipógrafo do jornal *Constitucional*, e ainda Manoel do Nascimento Abreu, Manoel José da Cunha Bittencourt Junior e o Dr. Bento Fernandes de Barros, “que era quem dirigia essa assuada, para desacatar a primeira autoridade da província” (*Correio Oficial*, 22/fev/1861)⁸⁶.

E o jornal *Correio Oficial* assim anuncia a saída do presidente Dr. Cardoso:

Correio Oficial: O Exmo. Sr. Dr. José Francisco Cardoso segue terça-feira próxima, para o litoral. Como homem particular, dotado de um caráter franco e acessível a todos, angariou S. Ex. muitas amizades sinceras, que sabem devidamente aquilatar suas qualidades pessoais. Como administrador desta província, deve S. Ex. ter certeza de que a maioria dos paranaenses recordará sempre com efusões de gratidão a direção que de S. Ex. recebeu ela. Quem atentar para a quadra que acabamos de atravessar, notável pela recriminação dos partidos, pelos ódios e intrigas mesquinhas, quem recordar a luta de interesses que se estabeleceu na mais vasta esfera, explicará a criminosa oposição da minoria, que, poucos dias antes das eleições de dezembro, começou a combater a administração do Exmo. Sr. Dr. Cardoso. De semelhante oposição leva S. Ex. apenas uma triste lembrança; e é que aparecessem homens que

⁸⁵ Conferir também no jornal *O Dezenove de Dezembro* (23/fev/1861) sobre a saída do presidente Dr. Cardoso.

⁸⁶ Manoel do Nascimento Abreu é casado com a irmã de Manoel Bittencourt Júnior; e o Dr. Bento Fernandes de Barros, casado com a filha de Manoel de Oliveira Franco.

sacrificaram nessas acusações muitos sentimentos nobres; sendo o Sr. Dr. Cardoso que para o acusarem fosse prostituída a imprensa e desacatado o princípio da autoridade por termos e alusões que não se dão bem com a civilização que possuímos. Não podemos entrar em minuciosidades; mas o estado em que S. Ex. deixa os cofres, recebendo a província com um déficit, só por si explica satisfatoriamente o tino com se houve.

Receba S. Ex. as sentidas despedidas de seus amigos, que fazem votos pela sua felicidade. (*Correio Official*, 15/mar/1861).

Partidas – No dia 20, às 10 horas e meia da manhã partiu desta cidade o Exmo. Sr. Dr. José Francisco Cardoso. Um acompanhamento de mais de 200 pessoas entre as quais o Exmo. Sr. presidente da província e chefe de polícia, foi ao botafora de S. Ex. Um piquete de guardas nacionais, comandado pelo Sr. capitão Francisco Caetano de Souza, fez a guarda de honra de S. Ex. até o rio Atuba.

O sentimento que se notou na despedida prova quanto o Sr. Dr. Cardoso é apreciado e estimado pelo geral dos curitibanos (*Correio Official*, 22/mar/1861).

O presidente Dr. Cardoso teria realmente descontentado parte da classe política paranaense, capaz de manifestações violentas contra sua autoridade. Mas, de acordo com o novo jornal oficial Dr. Cardoso era apreciado e estimado pelos curitibanos.

Foi nomeado para presidente desta província, em seu lugar, o Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira, chegando a Paranaguá no dia 9/mar/1861. Bem como, no Rio de Janeiro organizava-se um novo gabinete, com o conservador marques de Caxias (de 2/mar/1861 a 24/maio/1862). Este será o último gabinete conservador, quando em 1862, os liberais retornaram ao poder, numa política que se chamou da “Liga ou do Partido Progressista” que se estenderá de 1862 a 1868 (IGLÉSIAS, *in*: HOLANDA, 2004, p.107-139)⁸⁷.

Portanto, o presidente da província do Paraná, Dr. José Francisco Cardoso, apesar de ser do partido liberal, num Gabinete conservador, acabou impondo uma forma de governar que não agradou nem os conservadores tradicionais, representados pelo tenente coronel Manoel de Oliveira Franco em Curitiba, e o comendador Manoel Antonio Guimarães, em Paranaguá, e nem os liberais, representados pelo Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, como se verá adiante.

Composição da 4ª Assembleia Legislativa Provincial, 1860 e 1861. E o polêmico presidente da província do Paraná, Dr. José Francisco Cardoso.

⁸⁷ Praticamente, dez anos depois do Gabinete da conciliação de 1853 “A Liga” tinha essencialmente os mesmos propósitos de conciliar liberais que estavam fora do poder, conservadores que não mais se identificavam com este partido político, como o caso do conselheiro Dr. Zacarias de Goes e Vasconcellos, junto a outros conservadores moderados, enfim, isto para abrandar conflitos e assim “realizar reformas formais, evitar as estruturais e ganhar o tempo para as elites e perdê-lo para o povo e a nação” (RODRIGUES, 1965, p.65).

A eleição para deputado legislativo provincial aconteceu no dia 7/set/1859. As eleições continuavam a ser por colégios eleitorais. Aqui ainda não há a influência do presidente Dr. Cardoso, que recém tinha assumido o cargo de presidente do Paraná.

O presidente das eleições em Curitiba continua a ser o juiz de paz, professor João Baptista Brandão de Proença. O resultado da votação em Curitiba indica que o *eleitor* poderia votar em nove deputados e em mais cinco suplentes.

Tabela 33 – Candidatos para a Assembleia Legislativa do Paraná, 1860-61, Colégio de Curitiba

CANDIDATO	Votos
1. Comendador Manoel Gonçalves de Moraes Roseira	50
2. Dr. José Lourenço de Sá Ribas	46
3. Dr. Laurindo Abelardo de Brito	41
4. Padre Isaías Ribeiro de Andrade e Silva	41
5. Manoel Antonio Ferreira	40
6. Padre Lourenço Justiniano Ferreira Bello	40
7. Benedicto Enéas de Paula	39
8. Caetano José Munhoz	39
9. Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta	35
SUPLENTES	Votos
1. João Baptista Brandão de Proença	49
2. Vigário Agostinho Machado Lima	48
3. Tiburcio Borges de Macedo	47
4. João Manoel da Cunha	46
5. Padre João Baptista Ferreira Bello	33

O Dezenove de Dezembro, 7/set/1859.

O comendador Roseira, já com 60 anos, foi o mais votado, demonstrando sua ampla popularidade, mas esta será sua última participação como deputado provincial, praticamente abandonando suas atividades políticas, mesmo vindo a falecer apenas em 1886. Os demais eleitos eram também políticos experientes, chefes liberais no Paraná.

Tabela 34 – Candidatos para a Assembleia Legislativa do Paraná, 1860-61, Colégio de Castro

CANDIDATO
1. Dr. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá
2. Dr. Laurindo Abelardo de Brito
3. Padre José Antonio de Camargo e Araújo
4. Tenente Francisco de Assis Ribas
SUPLENTES
1. Luiz da Silva Gomes
2. Brigadeiro Francisco Ferreira da Rocha Loures

O Dezenove de Dezembro, várias edições, 1859

No colégio eleitoral de Castro, destaca-se o Dr. Laurindo Abelardo de Brito como candidato eleito, sendo que também foi eleito pelo colégio de Curitiba. Ele escolherá ser eleito por Curitiba, abrindo a vaga para o suplente Luiz da Silva Gomes, de Guarapuava. O Dr. Jesuino Marcondes é eleito junto com seu primo padre Camargo, que é irmão do ex-deputado Antonio de Sá Camargo, de Guarapuava. Padre Camargo iniciará uma longa carreira

na assembleia legislativa, em especial nas décadas de 1860 e de 1880, sendo “um dedicado correligionário” de seu primo e compadre Dr. Jesuino Marcondes, apesar de alguns desentendimentos (ROMAGUERA NETTO, 1992, p.72).

Tabela 35 – Candidatos para a Assembleia Legislativa do Paraná, 1860-61, Colégio de Paranaguá

CANDIDATO	Votos
1. Dr. José Mathias Ferreira de Abreu	41
2. Comendador Manoel Antonio Guimarães	40
3. Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu	39
4. Coronel Modesto Gonçalves Cordeiro	36
5. Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães	36
6. Dr. Francisco José Corrêa	35
7. Major Ricardo Gonçalves Cordeiro	32
SUPLENTE	Votos
1. Major Raymundo Ferreira de Oliveira Mello	38
2. Major José Fernandes Corrêa	36
3. Manoel Pereira Liberato	35
4. Tenente Coronel Cypriano Custódeo de Araujo	32

O Dezenove de Dezembro, várias edições, 1859

No colégio eleitoral de Paranaguá destaca-se a família do comendador Manoel Antonio Guimarães, com seus três genros, e do coronel Modesto Gonçalves Cordeiro, de Morretes, em que pai e filho são eleitos. Sendo que ambos são parentes.

Quanto à assembleia provincial que toma posse em 1860, tem-se um panorama de predomínio liberal.

Tabela 36 – 4ª LEGISLATURA 1860-1861

Deputado	Comissões	Idade	Partido	Residência	Ocupação
1. Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta	Presidente (1860)	42	Liberal	Curitiba	Médico / Cargos públicos
2. Dr. José Mathias Ferreira de Abreu	Vice-Pres. (1860); Fazenda; I.C.IC.; C.I.OP.; C.T.;	44	Conservador	Paranaguá	Advogado / Cargos públicos
3. Caetano José Munhoz	1º Sec. (1860)	43	Conservador	Curitiba	Negociante / Cargos públicos
4. Dr. José Lourenço de Sá Ribas	2º Sec. (1860) e 1º Sec. (1861)	40	Liberal	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
5. Dr. Laurindo Abelardo de Brito	Fazenda; C.J.FP.; Redação; Presidente (1861)	32	Liberal	Curitiba / Castro	Advogado / Cargos públicos
6. Manoel Antonio Ferreira	Fazenda; C.M.; Vice-Pres. (1861)	54	Liberal	Curitiba	Cargos públicos
7. Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu	C.J.FP.; Redação;	37	Conservador	Curitiba / eleito por	Juiz / Cargos públicos

	A.L.;			Paranaguá	
8. Benedicto Enéas de Paula	C.M.; C.OC.; Redação;	35	Liberal	Curitiba	Cargos públicos
9. Francisco de Assis Ribas	C.I.OP.; C.OC.; I.C.CI.;	39	Conservador	Ponta Grossa	Cargos públicos / Fazendeiro
10. Dr. Francisco José Correia	Eclesiástica	53	Conservador	Paranaguá	Advogado
11. Padre Isaias Ribeiro de Andrade e Silva	Eclesiástica; Estatística;	63	Liberal	Curitiba	Padre
12. Dr. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá	-	32	Liberal	Curitiba / eleito por Castro	Advogado / Cargos públicos
13. Padre José Antonio de Camargo e Araújo	-	42	Liberal	Castro	Padre / Cargos públicos
14. Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães	A.L.; C.T.;	37	Conservador	Curitiba / eleito por Paranaguá	Advogado / Cargos públicos
15. Lourenço Justiniano Ferreira Bello	C.J.FP.; Eclesiástica; Estatística;	35	Liberal	Campo Largo	Padre
16. Major Luiz da Silva Gomes	C.J.FP.; I.C.CI.;	49	Liberal	Guarapuava	Fazendeiro / Cargos públicos
17. Manoel Antonio Guimarães	Estatística; C.T.;	47	Conservador	Paranaguá	Negociante / Cargos públicos
18. Manoel Gonçalves de Moraes Roseira	-	40	Liberal	Curitiba	Fazendeiro / Cargos públicos
19. Modesto Gonçalves Cordeiro	C.M.; A.L.;	61	Conservador	Morretes	Negociante / Cargos públicos
20. Ricardo Gonçalves Cordeiro	-	41	Conservador	Morretes	Negociante / Cargos públicos
SUPLENTEs que assumem em 1860					
Raymundo Ferreira de Oliveira Mello (<i>substitui Ricardo Gonçalves Cordeiro</i>)	Assume em 3/março	36	Conservador	Paranaguá	Cargos públicos
João Baptista Brandão de Proença (<i>substitui o comendador Roseira</i>)	Assume em 20/março 2º Sec. (1861)	45	Liberal	Curitiba	Professor / Cargos públicos
Padre Agostinho Machado Lima	Assume em abril	38	Liberal	Curitiba	Vigário em Curitiba / Cargos públicos
José Fernandes Corrêa	Assume em abril	51	Conservador	Morretes	Cargos públicos
SUPLENTEs que assumem em 1861					
Tiburcio Borges de Macedo	Assume em maio/1861	32	Liberal	Curitiba	Cargos públicos
Brigadeiro Francisco Ferreira da Rocha Loures	Assume em 2/maio/1861	48	Liberal	Guarapuava	Brigadeiro / Cargos públicos

O Dezenove de Dezembro, 29/fev/1860; O Dezenove de Dezembro, 03/mar/1860;

Comissões: Fazenda; C.I.OP. – Comércio, Indústria e Obras Públicas; C.J.FP. – Constituição, Justiça e Força Policial; Eclesiástica; C.M. – Câmara Municipal; C.OC. – Contas e Orçamento das Câmaras; I.C.CI. – Instrução, Catequese e Civilização dos Índios; Estatística; A.L. – Atos Legislativos; C.T. – Contas da Tesouraria; Redação; *O Dezenove de Dezembro, várias edições, 1860;* Alguns deputados achavam-se fora de Curitiba, obrigando a assembleia convocar os suplentes. Como exemplo, o major Ricardo Gonçalves Cordeiro consta não poder ir assumir o cargo de deputado; o Dr. Jesuíno Marcondes pede licença para ir ao Rio de Janeiro em 3 de março; o comendador Roseira, consta estar em São Paulo e Sorocaba; entre outros que faltam sem justificativa.

O Dezenove de Dezembro, 1 e 4/maio/1861.

Antes de analisar a composição desta 4ª Legislatura paranaense, destaca-se que em 1861 a assembleia se reuniu com apenas 11 deputados, sendo convocados dois suplentes, o capitão Tiburcio Borges de Macedo, de Curitiba, e o brigadeiro Rocha Loures, de Guarapuava, ficando assim constituída:

Tabela 37 – 4ª LEGISLATURA EM 1861

Deputado	Comissão
1. Dr. Laurindo Abelardo de Brito	Presidente
2. Tenente coronel Manoel Antonio Ferreira	Vice-presidente; Fazenda; C.J.FP.; C.M.O.; Redação;
3. Dr. José Lourenço de Sá Ribas	1º Secretário
4. João Baptista Brandão de Proença	2º Secretário
5. Major Benedicto Enéas de Paula	Fazenda; C.J.FP.; C.M.O.; Redação; ECT.;
6. Padre Isaias Ribeiro de Andrade e Silva	Eclesiástica; I.C.CI.; ECT.;
7. Major Luiz da Silva Gomes	I.E.OP.; Estatística;
8. Vigário Lourenço Justiniano Ferreira Bello	Fazenda; Eclesiástica; I.C.CI.; Estatística; Redação;
9. Vigário Agostinho Machado Lima	Eclesiástica; Estatística; ALOP.;
10. Capitão Tiburcio Borges de Macedo	I.E.OP.; C.M.O.; ALOP.;
11. Brigadeiro Francisco Ferreira da Rocha Loures	I.E.OP.; C.J.FP.; I.C.CI.; ECT.; ALOP.;

O Dezenove de Dezembro, 1/maio e 4/maio/1861.

I.E.OP. – Indústria, Estradas e Obras Públicas; C.J.FP. – Constituição, Justiça e Força Policial; C.M.O. – Câmaras municipais; e Contas e orçamentos de câmaras; I.C.CI. – Instrução, Catequese e Civilização dos Índios; ECT. – Exame de Contas da Tesouraria; ALOP. – Atos legislativos de outras províncias;

Analisando a composição da 4ª Assembleia legislativa provincial tem-se que sua renovação foi baixíssima, entrando três novos integrantes e depois mais quatro novos, como suplentes.

A composição familiar continua a ser uma característica desta legislatura, com a família Sá Ribas de Curitiba, a família Sá Camargo da região de Castro, a família Guimarães e Correia do litoral.

Quanto aos novos deputados, Luiz da Silva Gomes, de Guarapuava, tem como padrasto o ex-deputado de Curitiba e primeiro presidente da assembleia legislativa, Joaquim José Pinto Bandeira; Francisco de Assis Ribas é filho do sargento-mór Benedicto Mariano Ribas e Maria Ferreira do Nascimento Ribas, membros fundadores da localidade de Pitangy-Ponta Grossa, e o pai era fazendeiro abastado em Castro. Ele contrai casamento com Maria Balduina Taques, filha do tenente coronel Balduino de Almeida Taques e de Maria Antonia Borges de Macedo, irmã do ajudante José Borges de Macedo (NEGRÃO, *op.cit.*, 1927, vol.2, p.385). Esta família terá outros membros como deputados nas próximas eleições; sendo seu parente o capitão Tiburcio Borges de Macedo, filho de José Borges de Macedo, que assume como suplente em 1861; Padre José Antonio de Camargo e Araújo, o padre Camargo, eleito por Palmeira (Colégio de Castro) é irmão do ex-deputado Antonio de Sá Camargo (futuro Visconde de Guarapuava) e primo do Dr. Jesuíno Marcondes; Raymundo Ferreira de Oliveira

Mello, de Paranaguá, é sobrinho da 2ª esposa do tenente coronel Manoel Francisco Correia, o velho (Maria Joaquina Trindade), portanto, primo do ex-deputado, comendador Manoel Francisco Correia Júnior, que é parente do major e agora deputado José Fernandes Corrêa, de Morretes. E o brigadeiro Francisco Ferreira da Rocha Loures, membro da família que desbravou os campos de Guarapuava no início do século XIX, era descendente de Matheus Martins Leme⁸⁸, povoador de Curitiba desde o século XVII.

A comissão executiva desta assembleia, o seu núcleo duro, é composta pela tentativa de um difícil equilíbrio de forças entre liberais e conservadores. Os liberais e concunhados, Dr. Silveira da Motta e Sá Ribas, presidente e 2º secretário, retornam ao comando da casa; e os conservadores Dr. Ferreira de Abreu, como vice-presidente e Caetano José Munhoz, como 1º secretário, buscam consolidar a força dos saquaremas. Apesar disto, os conservadores continuam a perder posições na assembleia legislativa, agora com sete deputados. Na suplência em 1860 serão chamados três deputados conservadores e um liberal.

Já no ano de 1861, o núcleo duro da assembleia legislativa passa para o comando do Dr. Laurindo Abelardo de Brito, presidente, Manoel Antonio Ferreira, vice-presidente, professor Brandão, 2º secretário, e o único que permanece é o Dr. José Lourenço de Sá Ribas, como 1º secretário. Uma composição toda liberal, num ano em que o funcionamento terá o mínimo de deputados presentes, com onze membros. Iniciava-se o predomínio liberal no Paraná na década de 1860. De certa forma, isto irá impactar nas políticas públicas a serem decididas nesta década, reflexos nas leis provinciais deste longo período de predomínio liberal.

As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial, 1860 e 1861

A instalação da 4ª legislatura teve início em 29/fev/1860, com as sessões preparatórias. E no dia primeiro de março aconteceu a abertura oficial com a presença e leitura do relatório do presidente da província Dr. José Francisco Cardoso⁸⁹.

⁸⁸ *Título Matheus Leme* – A família desse apelido, do Paraná, teve origem no capitão povoador Matheus Martins Leme e de sua mulher Antonia de Góes. (...) *Capitão Matheus Martins Leme*. Nascido em São Paulo com testamento em Curitiba em 1695, sendo já velho e decrépito. (...) *Povoador de Curitiba*. Em 1668 dirigiu a Gabriel de Lara, Capitão mor da Capitania do Sr. Marques de Cascaes, seu Procurador bastante, e sismeiro em toda a sua Capitania das quarenta léguas de terras que lhe dá sua doação da Banda do Sul, o seguinte requerimento: (...)” – solicitação de terras na região de Curitiba e que lhes são concedidas (NEGRÃO, 1929, vol.4, p.203-205).

⁸⁹ Relatório do Presidente da província Dr. José Francisco Cardoso: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1860_p.pdf (Acesso em 10/out/2012).

Durante o ano de 1860, *O Dezenove de Dezembro* vem defendendo a administração do Dr. Cardoso, dizendo ter as simpatias da população, apesar de algumas de suas atitudes administrativas começarem a ser questionada já na assembleia legislativa provincial deste ano, não apenas por seus opositores do partido conservador do litoral, mas igualmente pela bancada liberal governista⁹⁰.

E um dos primeiros discursos dos deputados que começam a surgir contra o presidente Dr. Cardoso, vem do próprio presidente da assembleia, Dr. Silveira da Mota, contra as reformas na instrução pública e do liceu paranaense, da qual ele é inspetor, e por isso, acabará pedindo demissão. Dr. Silveira da Mota inclusive apela aos “deputados da marinha” que “parecem adversários da administração”, que se pronunciem sobre estas reformas e sobre o próprio orçamento proposto pela presidência da província. Os discursos sobre educação do Dr. Silveira da Mota são muito longos, sendo publicados em várias edições do jornal paranaense⁹¹. Mas, em janeiro de 1861 o Dr. Silveira da Mota será o candidato apoiado pelo presidente Dr. Cardoso nas eleições para deputado geral, juntamente com o nome do conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos. Enfim, contradições do jogo político.

Tabela 38 – LEIS APROVADAS EM 1860

Nº	Lei	Data
59	Fica anexada ao município de Ponta Grossa a freguesia de Palmeira.	14/mar/1860
60	Decreto: Continua em vigor para a legislatura de 1862/63 a lei n.31 de 25/jan/1858; referente aos subsídios e ajuda de custo aos deputados provinciais.	26/mar/1860
61	Fixando a força policial para os anos de 1860/61	26/mar/1860
62	O governo mandará desapropriar, desde já, conforme legislação em vigor, a área do terreno pedido pela câmara municipal de São José dos Pinhais, para rocio de sua povoação pelas divisas que a mesma indicou.	26/mar/1860
63	Decreto: Examinar as divisas entre as paróquias de Votuverava e Castro, capital e Campo Largo, e as desta e de Palmeira.	26/mar/1860
64	Despender sobre o ano financeiro de 1/jul/1860 a 30/jun/1861 a quantia de 262:763\$000, sendo que para a Assembleia provincial caberia 12:560\$000.	30/mar/1860
65	Fixa a receita e despesas das Câmaras municipais	2/maio/1860

O Dezenove de Dezembro, várias edições, 1860.

⁹⁰ David Carneiro destaca a força política desta classe, os “deputados paranaenses”, que defenderiam seus interesses frente a ameaças de um controle imposto de modo a prejudicar uma ordem estabelecida, tendo como exemplo o caso do presidente Dr. Cardoso. “A assembleia legislativa da província desde o início esteve magnificamente constituída por elementos cultos e prestigiosos da terra, e ela seria suficiente para controlar quaisquer espécies de excessos, como aconteceu no caso de *Cardoso*, presidente ilustre que se indispôs com a gente da terra e foi posto fora à custa de fogueatório e vaias” (CARNEIRO, 1963, p.235, grifo do autor).

⁹¹ Neste ano de 1860, os concunhados Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota e Dr. José Lourenço de Sá Ribas abrem um escritório de advocacia, no largo da Matriz, n.º 25, Curitiba. Dr. Silveira da Motta é Inspetor de Instrução Pública e o Dr. José Lourenço é subinspetor, cargos que os dois pedem demissão (*O Dezenove de Dezembro*, abr/1860). É estranho este escritório, pois o Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta é médico, portanto, pode também ser um rábula. Seu filho, de mesmo nome, se formará em Direito em 1864, e irá trabalhar com o pai, neste escritório.

As leis aprovadas apontam para a preocupação com as divisas municipais, ainda não claras; a questão do orçamento provincial e municipal e quanto à força policial.

E como visto, a abertura da 2ª sessão da assembleia legislativa foi adiada pelo Dr. Cardoso, antes de sua saída do governo. Mas, no dia 20/abr/1861, data a ser iniciada as sessões deste ano, não obteve o número de deputados suficientes, pois apenas oito membros teriam comparecido. Mesmo nos próximos dias ainda não havia o número suficiente de deputados. Apenas em 2/maio/1861 foi dada a abertura aos trabalhos legislativos desta casa. Aconteceu, assim, a leitura do relatório do presidente da província, Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira⁹².

Tabela 39 – LEIS APROVADAS EM 1861

Nº	Lei	Data
66	Transfere a sede da freguesia do Senhor Bom Jesus de Palmas, do município de Guarapuava, para a margem do rio Chapecó.	20/maio/1861
67	Transfere a sede da freguesia de Votuverava para a margem do rio Assunguy, em terrenos por este doados por Domingos da Costa.	23/maio/1861
68	Autoriza o governo a despender a quantia de 8:500\$000 réis, anualmente, com a tipografia do <i>Correio Oficial</i>	23/maio/1861
69	Fixa a força policial para o ano de 1861/62	28/maio/1861
70	Cria uma cadeira de instrução privaria do sexo masculino na colônia de Superaguy	28/maio/1861
71	Fixa a receita de despesa da provincial; Total a despender no ano financeiro de 1/jul/1861 a 30/jun/1862 a quantia de rs. 331:978U500; Com a assembleia legislativa, 10:600\$000, sendo o subsídio dos 20 deputados de 6:000\$000.	6/jun/1861
72	Faz extensivas à província, na parte em que lhe forem aplicáveis, as disposições do decreto n.º 2.699, de 28/nov/1860* (imposto imperial referente ao imposto da meia siza ou sisa, de transmissão de escravos)	8/jun/1861
73	Faz extensivas à província, para a arrecadação de bens do evento, as disposições do cap.4, do regimento mandando executar pelo decreto n.º 2.433, de 15/jun/1859**, sobre do evento (escravos, gado, bestas, etc.)	10/jun/1861
74	Divide em 1º e 2º o ofício de escrivão do público, judicial e notas do termo de Paranaguá	28/jun/1861
75	Fixa a receita e despesa das câmaras municipais	28/jun/1861
76	Autoriza a extração de três loterias anuais nesta capital.	2/jul/1861
77	Estabelece penas aos que transgredirem o art. 94 inciso 5º das posturas de 7/mar/1847	2/jul/1861
78	Transfere a instalação da assembleia para o dia 15 de fevereiro de cada ano	8/jul/1861
79	Código de posturas da câmara municipal	11/jul/1861

Coleção de Leis da Província do Paraná, 1861.

* Decreto imperial n.º 2.699, de 28/nov/1860 sobre imposto de meia siza: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2699-28-novembro-1860-556854-publicacaooriginal-77023-pe.html> (Acesso em 10/ago/2013).

** Decreto imperial n.º 2.433, de 15/jun/1859 sobre a arrecadação dos bens de defuntos e ausentes, vago e do evento: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=2433&tipo_norma=DEC&data=18590615&link=s (Acesso em 10/ago/2013).

⁹² Relatório do Presidente da Província, Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1861_a_p.pdf (Acesso em 10/out/2012).

Das leis acima, destaca-se a que permitia a criação da nova tipografia oficial. Surge, então, o jornal *Correio Oficial*⁹³. Nas demais leis, continuam as preocupações com o orçamento, com as posturas municipais, com a arrecadação e com as divisas. A 2ª sessão dos trabalhos legislativos neste ano encerrou-se no dia 2/jul/1861.

As eleições para vereadores e juizes de paz aconteceram dia 7/set/1860 (conferir os nomes no Anexo 3). Eleição agitada em todas as cidades paranaenses. Em Paranaguá ainda se discutia a validade ou não da lista de qualificação de votantes. Vários avisos publicados no jornal local, por parte do governo provincial, alertavam que não seriam permitidos abusos de poder e garantindo assim, a liberdade do voto.

A mesa paroquial de Curitiba foi composta pelo presidente professor João Baptista Brandão de Proença, 1º juiz de paz, João Manoel da Cunha e Candido Martins Lopes secretários e Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu e João de Oliveira Franco, escrutinadores (*O Dezenove de Dezembro*, 12/set/1860). O jornal divulga o resultado em Curitiba com a seguinte nota:

Coube a vitória ao partido progressista⁹⁴ que sempre manifestou aqui a maior força, não valendo ao vencido o título que se deu de – governista – apesar de ter o primeiro prestado constante e dedicado apoio ao governo desde que começou a reinar o princípio da conciliação (*O Dezenove de Dezembro*, 12/set/1860).

⁹³ O jornal *O Dezenove de Dezembro* deixa de circular de 18/maio/1861 a 5/nov/1862. O seu chefe e redator, Candido Martins Lopes, após intensas brigas com o Dr. Cardoso, viaja ao Rio de Janeiro. Neste período publica os atos oficiais e notícias em geral, apenas o jornal *Correio Oficial*, em tipografia própria, até a suspensão de suas publicações em 28/out/1862. Provavelmente, por influência dos liberais locais as publicações voltam a ser de responsabilidade de Candido Martins Lopes. E para o ano financeiro de 1863 este foi contrato pela quantia de 4:000\$000, para publicação do expediente, atos do governo e trabalhos de impressão. E quanto às máquinas da tipografia da província do governo, ela foi entregue ao Sr. Candido Martins Lopes para seus cuidados (PARANÁ, Dr. Antonio Barbosa Gomes de Nogueira, Relatório, 31/maio/1863, p.12). O jornal volta com o nome de *Dezenove de Dezembro*. “Cândido Martins Lopes, que exercera as funções de procurador interino da Tesouraria provincial, juiz de paz, delegado de polícia e vereador, vem a falecer [em 27/dez/1871], deixando a empresa sob a responsabilidade de sua mulher Gertrudes da Silva Lopes” e de seu filho Jesuino Lopes. O *Dezenove de Dezembro* buscou sempre manter uma linha editorial de neutralidade, mas sendo em todo o período imperial, um órgão de publicidade das atividades do governo paranaense, independente do partido político. Apenas em 1885, ele irá deixar esta neutralidade, fundindo-se ao jornal *Província do Paraná*, órgão do Partido liberal, e assim passa a ser um órgão daquele partido também, em oposição ao jornal do Partido conservador, *Gazeta paranaense e O Paranaense* (Dicionário Histórico-biográfico, 1991, p.120-126).

⁹⁴ Em âmbito nacional, a chamada Liga ou Partido Progressista assume o poder de 24/maio/1862, com o gabinete do Dr. Zacarias de Góes e Vasconcellos, até 16/jul/1868, com a queda do terceiro gabinete do Dr. Zacarias. Foram chamados assim como uma “nova tentativa de conciliação, sem apelo a todas as forças, em que se compõem liberais e conservadores moderados” (IGLÉSIAS, *in*: HOLANDA, 2004, p.107). No Paraná, ao contrário, os progressistas eram os mesmos liberais.

O partido liberal amplia suas forças na capital da província paranaense. E será nas próximas eleições, para *eleitores* e deputado geral, no final de dezembro de 1860 e janeiro de 1861, que o presidente Dr. José Francisco Cardoso irá realmente impor seus candidatos.

Em Curitiba, assume a presidência da câmara o liberal Dr. Augusto Lobo de Moura, cargo deixado pelo Dr. Jesuino Marcondes. O Dr. Augusto Lobo de Moura é português de nascimento, provavelmente vem formado para Curitiba, sendo que em 1836, aparece com o cargo de professor, já sendo chamado de bacharel. Com a criação da província do Paraná é nomeado diretor dos correios e secretário de polícia. Na década de 1860 inicia sua carreira na política, chegando a ser deputado.

Quanto aos vereadores e juízes de paz eleitos na vila do Príncipe destaca-se o médico Dr. José Francisco Corrêa e o seu irmão Miguel José Corrêa, e o genro do barão de Tibagi e cunhado do Dr. Jesuíno Marcondes, o Sr. Joaquim Pacheco da Silva Resende, irmão de David dos Santos Pacheco.

Para São José dos Pinhais, não foram publicados os vereadores e juízes de paz eleitos, mas de acordo com MAROCHI (2003, p.14), na terceira legislatura municipal desta vila, foram eleitos membros do partido liberal, tendo como liderança Francisco de Paula Prestes Branco. Percebe-se que ninguém do partido conservador alcançou o poder local, em especial se referindo aos filhos e parentes de Manoel Mendes Leitão, falecido no ano de 1860.

Quanto a Castro, os vereadores e juízes de paz são figuras tradicionais da região, como o ex-deputado José Joaquim Marques de Souza e seu parente Joaquim José Marques de Souza, como juiz de paz. Surpreende o Dr. Laurindo Abelardo de Brito ter ficado como suplente, o que pode ser reflexo de que o Dr. Laurindo seria oposição ao início do governo do Dr. Cardoso.

Em Ponta Grossa surge a liderança de Francisco de Assis Ribas, que durante toda a década de 1860 terá o cargo de vereador, *eleitor* e deputado provincial. Na década de 1870 será deputado provincial seu irmão Manoel Ferreira Ribas.

Em Guarapuava aparece a liderança incontestável do major Antonio de Sá Camargo, homem que durante todo o século XIX terá grande influência na política paranaense, enquanto membro do partido liberal. De acordo com a historiadora Zelói dos SANTOS (2007), o major só não possui cargos eletivos na região de Guarapuava quando barrado por motivos políticos, em especial provenientes do partido conservador.

Em Palmas a liderança cabe a Antonio Caetano de Oliveira Nhozinho, irmão do Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá e primo de Antonio de Sá Camargo.

Em Paranaguá, o mais votado será Manoel Leocádio de Oliveira, importante negociante nesta vila, ligado ao partido conservador, ex-deputado legislativo provincial em 1854/55, não eleito para a 2ª legislatura e voltando agora como vereador. O vereador Ricardo Gonçalves Cordeiro, filho do deputado provincial em 1854/55, Modesto Gonçalves Cordeiro; e o vereador José Gonçalves Marques, filho do deputado provincial em 1854/55, Manoel Gonçalves Marques. É uma vitória conservadora, mas sem a presença do comendador Manoel Antonio Guimarães. Isto é reflexo da discussão da validade ainda da lista de qualificação de votantes nesta cidade. Mas, mesmo assim, Manoel Leocádio de Oliveira, a família Gonçalves Cordeiro e Gonçalves Marques são ligadas por parentesco, como visto, ao comendador Guimarães.

Em Morretes, o partido político liberal foi vencedor entre os vereadores, tendo a frente os negociantes José Miró de Freitas e Ricardo José da Costa Guimarães, mas sendo os conservadores vencedores como juízes de paz, com o capitão Antonio Ricardo dos Santos.

Em Porto de Cima, tem-se a força do chefe conservador, o tenente coronel Manoel Gonçalves Marques.

Em janeiro de 1861, todas as câmaras municipais eleitas iniciaram suas atividades para o quadriênio 1861 a 1864. O que se destaca, portanto, é a presença constante de fortes lideranças locais assumindo o cargo de vereador e juiz de paz em suas localidades, sendo que os citados já foram ou irão assumir também cargos como deputados provinciais.

Outra eleição decisiva neste ano de 1860 foi a de *eleitores* (conferir Anexo 3). Nesta eleição o jornal *O Dezenove de Dezembro*, oposição ao presidente de província, Dr. Cardoso, denuncia as arbitrariedades cometidas por seu governo na tentativa de controlar o processo eleitoral. A eleição aconteceu no dia 30/dez/1860, na qual o presidente Dr. Cardoso teria armado soldados nas portas das igrejas para “controlar” o momento, que foi chamado de “aparato de guerra”, pelo jornal. Inclusive, o presidente Dr. Cardoso era um dos candidatos a *eleitor* em Curitiba, algo novo, pois os presidentes de província eram cargos bastante transitórios e serviam de “portas” para cargos mais importantes na corte do Rio de Janeiro.

O jornal “oposicionista” foi divulgando os resultados da eleição dos *eleitores*, buscando destacar, especialmente, as derrotas do presidente Dr. Cardoso.

O resultado conhecido é a condenação irrevogável do Dr. Cardoso, a quem cabe a glória especial de ter aclimatado entre nós as *duplicatas* que sempre significaram opressão ao direito do voto ou desmoralização dos partidos. O presidente foi vencido em Antonina e no Rio Negro; em Castro, com aviso de 200 guardas nacionais para destacarem no Jatahy e uma floresta de baionetas, conseguiu 6 *eleitores* da generosidade de um partido muito superior, mas que não quis arriscar a ordem pública ao direito que tinha de vencer completamente. No Príncipe a moralidade de ambos os

partidos repeliu suas pérfidas sugestões e deu um resultado inteiramente contrário as suas vistas. No Yguassú sua vitória é acusada de fraude, em Votuverava sua chapa foi vencida pela eleição de 3 *eleitores* pertencentes a uma família influente que se pretendeu excluir. Nota-se que as autoridades policiais em toda parte foram candidatos ao eleitorado. O que mais espera, Sr. Cardoso? (*O Dezenove de Dezembro*, 5/jan/1861).

Como visto, surgem nesta eleição às *duplicatas*, isto é, os votantes não concordando com o processo eleitoral poderiam, em outro local, realizar uma eleição em paralelo. Em Curitiba, portanto, uma urna oficial foi aberta na igreja Matriz; e os oposicionistas abriram uma outra urna (a *duplicata*) na igreja do Rosário, poucos metros uma da outra. O resultado da Igreja matriz de Curitiba, como era de se esperar, deu vitória absoluta ao Dr. José Francisco Cardoso, que inclusive teria sido o mais votado dos *eleitores*; mas o jornal *O Dezenove de Dezembro* denunciava que tal resultado teria sido obtido por manipulação dos dados eleitorais, isto para reforçar continuamente a noção de imposição com que a administração do Dr. Cardoso agia. Ao todo agora, Curitiba poderia ter 41 *eleitores*. Quanto ao resultado da *duplicata* na igreja do Rosário, percebe-se, então, claramente quem eram os oposicionistas ao Dr. Cardoso, descontentes com este governo.

Observando as duas listas de *eleitores* percebe-se, num primeiro momento, a divisão entre liberais presentes na primeira lista (urna da igreja Matriz) e conservadores na segunda lista (urna *duplicata* da igreja do Rosário). Porém, o chefe liberal Dr. Jesuino Marcondes está lista dos conservadores, na lista da *duplicata*, demonstrando que o Dr. Cardoso não estava apenas brigando com seus oposicionistas partidários, mas com outras lideranças fortes nesta província.

O problema de qual das listas de *eleitores* será a válida, terá de ser resolvido pelo próximo presidente da província do Paraná, Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira, que de acordo com Francisco NEGRÃO (1949, p.87), teria de anular muitos dos atos políticos do Dr. Cardoso. Afinal, pela urna oficial da igreja Matriz, muitos membros da classe política paranaense ficaram de fora dos próximos processos eleitorais da província, como a de eleger os próximos dois deputados gerais em janeiro de 1861. A solução para este problema foi a convocação de uma nova eleição para *eleitores*, mas apenas realizada no dia 9/ago/1863, provavelmente preparada pelo primeiro curitibano a tomar posse do governo da província, o coronel Manoel Antonio Ferreira, como se verá adiante.

O resultado da eleição para *eleitores* em São José dos Pinhais reforça a “força liberal” nesta vila, e ainda, os descendentes de Manoel Mendes de Leitão continuam a não conseguir alcançar um cargo eletivo. Na freguesia de Campo Largo, o padre Lourenço Justiniano

Ferreira Bello é a forte liderança liberal na localidade, que lhe possibilita chegar a ser deputado provincial. Quanto ao resultado da freguesia de Votuverava, de acordo com o jornal da capital, são cidadãos que não foram apoiados pelo presidente Dr. Cardoso, mas eram membros de uma mesma família. E a freguesia de Yguassu teve direito a eleger quatro *eleitores*. O interessante é este crescimento destas três freguesias próximas a capital paranaense, pois logo alcançarão sua independência política, enquanto vila, na década de 1870.

A vila de Castro tem também predomínio do partido liberal e o destaque é a presença do ex-deputado de 1854/55 José Joaquim Marques de Souza (3º colocado) e o coronel Bonifácio José Baptista, que foi deputado provincial em um único mandato, 1858/59.

Na vila do Príncipe o destaque é para os irmãos David dos Santos Pacheco e Joaquim Pacheco da Silva Rezende. E a família Corrêa, representada por Miguel e Francisco e seu cunhado Antonio Alves de Oliveira ficam de suplentes.

A freguesia de Tibagy tem o capitão Manoel Martins de Araujo, que teve um filho como deputado provincial em 1858/59, o Dr. Domingos Martins de Araujo.

Em Guarapuava os *eleitores* são os desbravadores da região, como Pedro de Siqueira Cortes, o brigadeiro Rocha Loures, Frederico Guilherme Virmond Junior, o vigário Antonio Braga de Araujo e Manoel Marcondes de Araujo, estes dois parentes do major Antonio de Sá Camargo.

Quanto ao resultado dos *eleitores* nas vilas e freguesias do litoral paranaense, tem-se também uma batalha entre liberais e conservadores e mais a influência do presidente Dr. Cardoso sobre o processo. Paranaguá não foi divulgado o resultado dos *eleitores* devido a confusão já na elaboração da lista de votantes.

Em Antonina, os liberais, liderados pelo comendador Antonio Alves de Araujo, ex-deputado provincial em 1856/57, venceram os conservadores escolhidos por Dr. Cardoso, que tinha como ponto de apoio o seu delegado nomeado, o tenente coronel Antonio José de Faria, ex-deputado provincial em 1854/55, 1856/57, que também era juiz de paz. Os candidatos a *eleitores* conservadores, de acordo com o jornal *O Dezenove de Dezembro*, eram nomeações de autoridades por parte do Dr. Cardoso, apenas para fins eleitorais, mas que foram derrotadas.

Porém, em edição do jornal *Correio Oficial* havia a notícia de que esta eleição para *eleitores* em Antonina teria sido anulada pelos seguintes motivos:

1º Sob frívolos pretextos dissolveu-se a mesa legalmente constituída para ser organizada uma outra, inteiramente facciosa. 2º Porque recusaram-se votantes

devidamente qualificados e conhecidos. 3º Porque atropelou-se todo o processo eleitoral, de modo que, na apuração dos votos, se nota excesso sem se saber a causa dele.

Dissolução da mesa legal: Para comprovarmos o texto supra transcrevemos, em sua íntegra, o ofício do digno juiz de paz, presidente da mesa paroquial, o tenente coronel Antonio José de Faria.

[Segue longo ata do juiz de paz Antonio José de Faria demonstrando as fraudes desta mesa eleitoral formada pelo comendador Antonio Alves de Araujo]. (*Correio Official*, 1/mar/1861).

Isso demonstra que também no litoral paranaense, o presidente Dr. Cardoso teve atritos com a classe política paranaense. Entretanto, não houve nova eleição nesta vila, pois o Dr. Cardoso acabou deixando o governo da província do Paraná.

Em Morretes o comendador José Miró de Freitas, 2º juiz de paz, presidente da assembleia paroquial da vila de Morretes, foi quem publicou o resultado das eleições primárias nesta cidade, demonstrando estar do lado do presidente Dr. Cardoso. Tanto que nenhum conservador foi eleito, mas apenas na próxima eleição, em 1863, os membros influentes saquaremas conseguiram voltar a serem *eleitores*. O vencedor foi o capitão José Antonio dos Santos, importante negociante da região, casado com a filha de Antonio Ricardo dos Santos, o velho. O resultado na freguesia de Porto de Cima destaca a vitória do chefe conservador local, o coronel Manoel Gonçalves Marques. Em Guaratuba a presença do ex-deputado provincial de 1854/55, Fernando Antonio de Miranda.

O Dezenove de Dezembro faz uma análise dos resultados da eleição para *eleitores* dizendo que o resultado foi a total derrota do presidente Dr. Cardoso, dado nas urnas. Na primeira página do dia 9/jan/1861, com o título “*Mercado eleitoral*” assim se refere ao processo eleitoral:

O Sr. Cardoso, feita a eleição primária, compreendeu que estava morto, como havíamos anunciado. Diminuíram-se as visitas, cessaram as obsessões, e quando S. Exa. julgou que passaria os dias a receber cumprimentos e protestos de adesão dos que tiveram um lugar no banquete da eleição primária, viu-se só e apenas lhe foram levar o diploma de *eleitor* mais votado, graças a *condescendência* dos amigos.

O Sr. Cardoso, que na derrota estrondosa de seu compadre e irmão, candidatos áulicos, ouviu o primeiro ronco da trovoada próxima, perdeu inteiramente o siso na solidão em que o tem deixado os amigos da véspera. Ei-lo fazendo espalhar que não se retira logo depois da eleição, que gosta do Paraná, que ainda elegerá uma assembleia provincial, e encarregou um personagem que de novo admitiu a sua privança de correr as casas dos eleitores para lhes prometer tudo que quiserem, com tanto que o não abandonem no dia 30. – *Vejam o que há e peçam; o lugar que estiver ocupado desocupa-se.* – São palavras do Sr. Cardoso!!! Consta que um eleitor cabeçudo respondera ao plenipotenciário que votaria se S. Ex. desocupasse o lugar em que ainda está.

Quem quiser ser capitão, oficial da secretaria, administrador de registro fiscal, coletor... apresente-se, a feira está aberta, e paga-se adiantado aos que desconfiarem, traga um voto e escreva o despacho por sua própria letra, que o Sr. Cardoso assina tudo. Por quanto venderá o Sr. Cardoso o seu voto, ele que pretende negociar a consciência, o pondunor de uma província inteira? Se preza sua dignidade por que

não respeita a alheia? Estamos em um covil de piratas ou vivemos entre um povo livre e civilizado?

O povo já vos disse na urna que tem a consciência de seu direito e que não o troca por um prato de lentilhas. Os eleitos do povo vos darão brevemente resposta categórica à proposta de corrupção que lhes ousastes fazer. (...). (*O Dezenove de Dezembro*, 9/jan/1861).

Dr. Jesuíno Marcondes será a figura de oposição citada contra o governo do Dr. Cardoso. E no texto “*O emprego e o homem*”, diz que “o presidente Cardoso tem tido todas as políticas no Paraná; foi saquarema, foi liberal, foi conciliador, é Rua Fechada, nada lhe falta” (*O Dezenove de Dezembro*, 19/jan/1861).

Nas primeiras edições do jornal *Correio Oficial*, muitos “editoriais” buscavam defender o presidente Dr. Cardoso das acusações postas no jornal *O Dezenove de Dezembro*. E traziam como títulos, “*A oposição. Seus terrores*”, “*Corrigendas ao ‘Dezenove’*”, “*A oposição. Seus argumentos*” entre outros, inclusive atacando nominalmente seus opositores, como o Dr. Jesuíno Marcondes, isto até a saída do presidente Dr. Cardoso da província do Paraná.

O Dr. José Francisco Cardoso, agora *eleitor* de Curitiba, terá uma nova eleição para impor seus candidatos. A eleição para deputado geral no dia 30/jan/1861.

11ª Assembleia Legislativa Geral, Rio de Janeiro, 1861-1863

O Decreto n.º 1082, de 18/ago/1860 e decreto n.º 2621, de 22/ago/1860, sinalizavam novas regras para as eleições no Brasil. Como exemplo de mudanças, agora deveria vigorar o mínimo de dois deputados para a Assembleia geral de cada província; e cada cidade e vilas do Império formariam um colégio eleitoral (com mais de 20 *eleitores*); e muda agora a razão de um *eleitor* para cada trinta *votantes*. E novamente, irão ser eleitos aqueles que obtiverem o maior número de votos, somados os colégios eleitorais.

A próxima eleição no Paraná aconteceu dia 30/jan/1861, e era para a escolha de dois deputados gerais. Esta eleição estará sob a influência do presidente da província do Paraná, Dr. José Francisco Cardoso, que utilizará de seu poder para que seus dois candidatos sejam eleitos, os liberais, Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota e o Conselheiro Dr. Zacarias de Góes e Vasconcellos, que apesar de sua grande estima nesta província, por ser seu primeiro presidente, era alguém de “fora”. Dr. Zacarias deixou de ser um político conservador, passando a ser crítico deste partido e juntando-se a descontentes, que formaram o partido progressista nesta década de 1860, um partido que, praticamente, era formado por liberais.

Em oposição a esta chapa têm-se os liberais e atuais deputados gerais, Dr. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá e Dr. Laurindo Abelardo de Brito. E, somando-se a eles, o conservador Dr. José Mathias Ferreira de Abreu, genro do comendador Manoel Antonio Guimarães, uma mescla de liberais e conservadores, demonstrando o descontentamento de ambos os partidos com a imposição dos candidatos pelo Dr. Cardoso.

Todo o clima de que o presidente Dr. Cardoso quisera impor para que o resultado eleitoral fosse sempre favorável às suas tendências e controle político, continuava sendo denunciado pelo jornal *O Dezenove de Dezembro*. O periódico local conclamava os *eleitores* a votarem nos candidatos a deputado geral com “livre consciência”, mas ao mesmo tempo, de forma contraditória, denunciava que o Dr. Cardoso já teria formado este corpo de *eleitores* de uma maioria de empregados públicos e de parentes próximos a eles, e que, portanto, estes seriam facilmente “comprados” pelo presidente, que ainda teria utilizado de cédulas já preenchidas com os nomes de *eleitores* que desejava que vencessem.

Portanto, a eleição para deputado geral no Paraná seria bastante acirrada, com a força do presidente da província, de um lado, e a *classe política* tradicional e não alinhada ao mesmo presidente, de outro. Lembrando que o Gabinete político que regia o Império neste momento, era formado ainda por membros do partido conservador, e no momento liderado por Ângelo Muniz da Silva Ferraz (Gabinete Ferraz, conservador, de 10/ago/1859 a 2/mar/1861).

Nesta eleição instalou-se o colégio eleitoral na igreja matriz da capital, mas ao apresentarem-se os *eleitores* da *duplicata* da igreja do Rosário (eleitos separadamente em 30/dez/1860), querendo votar para deputado geral, seus diplomas não foram aceitos pelo presidente deste colégio. Estes, retirando-se foram formar um colégio separado, novamente, na igreja do Rosário, em nova *duplicata*. O mesmo ocorreu em Paranaguá, com uma urna *duplicata*.

A mesa oficial do colégio da matriz ficou organizada com os seguintes membros: presidente professor João Baptista Brandão de Proença; secretários Dr. Joaquim Dias da Rocha e Dr. Augusto Lobo de Moura; escrutinadores capitão Tiburcio Borges de Macedo e tenente Joaquim de Paula Xavier.

Em oposição, a mesa do colégio do Rosário (*duplicata*), foi presidida interinamente pelo major Francisco Pinto de Azevedo Portugal e ficou assim constituída: presidente tenente coronel Manoel de Oliveira Franco, secretários: Dr. Bento Fernandes de Barros e Dr. Antonio

Candido Ferreira de Abreu; escrutinadores: capitães Francisco Antonio Nobrega e Manoel do Nascimento Abreu.

Abaixo seguem os resultados da eleição para deputado geral em Curitiba e em Paranaguá, em que é possível comparar o resultado das urnas *oficiais* com as *duplicatas*.

Tabela 40 – Colégio da Capital, deputado geral, oficial e a *duplicata*

Deputado geral – Curitiba, urna oficial	Votos	Deputado geral – Curitiba, urna duplicata	Votos
Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta	69	Dr. José Mathias Ferreira de Abreu	50
Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos	60	Dr. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá	48
Dr. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá	33	Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos	6
Dr. José Mathias Ferreira de Abreu	17	-	-
Dr. Laurindo Abelardo de Brito	2	-	-
Dr. Luiz Francisco da Camara Leal	1	-	-
Deputado geral – Paranaguá, urna oficial	Votos	Deputado geral – Paranaguá, urna duplicata	Votos
Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos	26	Dr. José Mathias Ferreira de Abreu	34
Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta	22	Dr. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá	32
Dr. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá	5	Dr. Manoel Francisco Corrêa	1
Dr. Manoel Francisco Corrêa	3	-	-

O Dezenove de Dezembro, 2/fev/1861

Quanto a esta confusão no resultado eleitoral, devido as votações em *duplicata*, apenas em 1/mar/1861 a câmara de Curitiba votou pela validade do seu resultado na capital, com 6 votos a favor e 3 contra, aprovando os nomes do Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota e do Conselheiro Dr. Zacarias de Góes e Vasconcellos como os deputados gerais vitoriosos. Ficando agora a cargo da Assembleia geral no Rio de Janeiro aprovar os nomes dos dois eleitos paranaenses, no qual seriam ratificados⁹⁵.

O resultado final, somando os votos dos colégios eleitorais, aqueles tidos como oficiais, e não os resultados das *duplicatas*, deu vitória aos dois candidatos do presidente Dr. José Francisco Cardoso.

Tabela 41 – Resultado final para a eleição deputado geral, 1861/63

Deputado geral – oficial	Votos
Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta	117
Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos	107
Dr. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá	85
Dr. José Mathias Ferreira de Abreu	49

O Dezenove de Dezembro, 2/fev/1861

Interessante a nota do jornal *O Dezenove de Dezembro*, destacando que no colégio eleitoral “oficial” de Curitiba, o Dr. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, opositor ao governo

⁹⁵ Para Túlio VARGAS (1977, p.93-94) a candidatura do Dr. Zacarias à Câmara geral pela província do Paraná era natural devido a proximidade que ainda mantinha com os líderes paranaenses. Ele que estava residindo na Corte. Mas, este trabalho aponta que sem o apoio e imposição do presidente da província do Paraná, Dr. José Francisco Cardoso, o Dr. Zacarias não teria sido eleito.

do Dr. Cardoso, teria obtido 33 votos de *eleitores*, e isto já teria sido uma derrota para o próprio Dr. Cardoso (*O Dezenove de Dezembro*, 2/fev/1861). O Dr. Jesuíno Marcondes, mesmo sendo um opositor, teria conseguido muitos votos entre os *eleitores* praticamente escolhidos pelo Dr. Cardoso.

No mês de março de 1861, o jornal oficial do governo do Paraná, *Correio Oficial*, comentou esta *duplicata* articulada pela dupla Dr. Jesuíno Marcondes e Manoel do Nascimento Abreu, dizendo que ambos anarquizam tudo, numa luta por meros interesses particulares.

(...) Para bem deixarmos perscrutar a consciência com que argumenta a oposição vamos dar uma notícia fiel, porém sucinta, do que se passou na eleição primária desta capital.

Tão irrisória julgávamos a pretensão de fazer valer essa farsa de *duplicata*, que nem nos temos querido cansar em examiná-la, visto como nenhuma circunstância se deu que pudesse gerar a ideia de uma *duplicata*, correndo como correu a eleição, presidida pelo primeiro juiz de paz, com mesa legalmente constituída pelos *eleitores* e suplentes da paróquia, e da qual faziam parte pessoas das duas parcialidades políticas.

Ninguém podia, pois, seriamente pretender essa eleição que não experimentou interrupção ou perturbação em seu processo.

Ao apreciá-la não temos por fim estabelecer um paralelo das convicções com que se exprimem os órgãos da liga *Marcondes-Abreu*, quando, nos seus devaneios políticos, julgam poder por a sorte da província à mercê do capricho e maus instintos de qualquer ambicioso insensato (...) (*Correio Oficial*, 15/mar/1861).

Na mesma edição do jornal *Correio Oficial*, ainda o tema desta eleição para deputado geral era debatido. Com o título “*Eleição, metamorfoses e o jornalismo na província*” o jornal defendia a vitória do Dr. Silveira da Mota e do Dr. Zacarias, e atacava veementemente o Dr. Jesuíno Marcondes e os demais opositores que queriam a anulação do resultado. E quanto ao Dr. Jesuíno Marcondes, o jornal dizia que este queria de todas as maneiras vencer a eleição para deputado geral e, portanto, necessitava do apoio do governo que foi dado a outro candidato.

(...) E de fato o Sr. Jesuíno Marcondes não se podia contentar com a neutralidade; porque desde a eleição de 1857, para a assembleia provincial, que tem sido derrotado pelo partido liberal.

Quem conhece as peripécias eleitorais não pode deixar de reconhecer que essa candidatura estava falha de elementos para poder esperar ser bem sucedida.

(...) Mas o candidato era teimoso e não desesperava dos meios tortuosos com que procurava seduzir. Até dinheiro se remeteu a pessoas qualificadas e cuja probidade não podia ser posta em dúvida; o que excitava cada vez mais as manifestações de desprezo e de mágoa. (...) (*Correio Oficial*, 15/mar/1861).

Enfim, eram duras críticas ao chefe liberal local, Dr. Jesuíno Marcondes, mas que o próprio resultado eleitoral “oficial” demonstrou sua força política. Dr. Jesuíno Marcondes, por desentendimentos com o presidente Dr. Cardoso, provavelmente teria concorrido pelo provisório partido Progressista.

Enfim, os dois deputados gerais eleitos pelo Paraná tomaram posse em maio de 1861 na Câmara geral no Rio de Janeiro (*O Dezenove de Dezembro*, 11/maio/1861). Em 2/mar/1861 haverá a troca de Gabinete no Rio de Janeiro, assumindo a presidência do Conselho Luís Alves de Lima e Silva, o marquês de Caxias, que iria enfrentar uma Câmara com muitos liberais.

Tabela 42 – Deputado Geral – 11ª Legislatura (1861-1863)

Deputado geral	Partido	Residência	Profissão
Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta	Liberal	Curitiba	Médico
Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos	Conservador	Rio de Janeiro	Advogado

O autor

Interessante uma nota do Dr. Manoel Francisco Corrêa, o futuro senador do Paraná, em 1876, dizendo desistir da sua candidatura à deputação geral por esta província (Morretes, 27/jan/1861, publicado em *O Dezenove de Dezembro*, 29/jan/1861, assinado por seu irmão Francisco Ferreira Corrêa). Apesar de ser conservador, mesmo partido do gabinete Ferraz, provavelmente percebeu que ainda não era o momento de sua candidatura. Em abril de 1862 foi nomeado presidente da província de Pernambuco, ficando no cargo até outubro.

Da mesma forma, o Dr. Laurindo Abelardo de Brito teria desistido de competir nesta eleição.

Os trabalhos da 11ª Assembleia geral foram abertos pelo imperador D. Pedro II, no dia 3/maio/1861. No dia 2/jul/1861 o Dr. Silveira da Mota faria um longo discurso nesta casa legislativa sobre educação, política e economia, publicado no jornal *Correio Oficial* em várias de suas edições. Quanto ao Dr. Zacarias, ainda no partido conservador, buscava defender os interesses do gabinete Caxias, mas já se cogitava uma nova conciliação entre liberais e conservadores, na futura agremiação da “Liga”.

Em 4/maio/1862 inicia a 2ª sessão desta 11ª Assembleia geral. Neste ano, chega-se ao fim o Gabinete conservador. Ao contrário do ano anterior, o chefe da oposição entre os deputados será o Dr. Zacarias de Góes e Vasconcellos, que por sua vez será chamado para formar o novo Gabinete, o de 24/maio/1862, um gabinete progressista liberal, em substituição ao de Caxias, conservador⁹⁶. “Inaugura-se mais que um gabinete, mas nova composição

⁹⁶ “(...) No entanto, a projeção de seu perfil liberal deveu-se também às circunstâncias, ainda pouco esclarecidas, que motivaram sua atuação na ‘liga parlamentar’ responsável pela queda do gabinete Caxias, e que abriu o caminho para que fosse chamado pela primeira vez a organizar um ministério, em 24/maio/1862. Mesmo levando-se em consideração que este foi o denominado ‘ministério dos anjinhos’, em virtude dos poucos dias que durou, essa experiência e a reedição da obra [*Da natureza e limites do poder Moderador*, (1860 e 1862,

política, em que conservadores e liberais se compõem para o Governo. É a época da Liga (...)” (IGLÉSIAS, *in*: HOLANDA, 2004, p.107). Porém, o Dr. Zacarias teria ficado apenas uma semana na pasta de chefe do gabinete do Império, passando o poder a Pedro de Araújo Lima, o marquês de Olinda, em 30/maio/1862.

E por ter o conselheiro Zacarias assumido a pasta de chefe do Gabinete do Império, a vaga de deputado geral pelo Paraná ficou vaga. Foi realizada, então, nova eleição para substituí-lo em 20/jul/1862, nos colégios eleitorais paranaenses, mas os *eleitores* votaram novamente no Conselheiro Zacarias como deputado geral pelo Paraná (*Correio Oficial*, 22/jul/1862), provavelmente, porque ele teria retornado à sua atividade como parlamentar.

No dia 12/jul/1862 novamente é publicado um novo e longo discurso do deputado geral Dr. Silveira da Mota, que se estende por várias edições do *Correio Oficial*, sendo ele, praticamente, o único representante do Paraná.

Essa Câmara será dissolvida em 12/maio/1863 e será, então, convocada outra, agora com as características necessárias para o novo Gabinete progressista liberal (IGLÉSIAS, *in*: HOLANDA, 2004, p.112)⁹⁷.

E a próxima eleição para *eleitores* aconteceu no dia 9/ago/1863. Os *eleitores* eleitos sob a influência do ex-presidente da província Paraná, Dr. José Francisco Cardoso, em 30/dez/1860, ficaram dois anos e meio neste posto.

Como visto, o Dr. José Francisco Cardoso teve de deixar o cargo de presidente da província, antes de “eleger uma nova assembleia provincial”, sua próxima grande pretensão. A classe política paranaense venceu com a saída do Dr. Cardoso. E assim, reinicia a volta do partido liberal, nesta década de 1860, que terá seu ápice quando assumirá o governo do Paraná o tenente coronel Manoel Antonio Ferreira, no ano de 1863, sendo a primeira vez que um paranaense assume este cargo.

reedição] assinalaram um marco em sua carreira. (...)” (Cecília Helena de Salles Oliveira, *in*: VASCONCELOS, 2002, p.50).

⁹⁷ Entre 1862 e 1864 surge a “liga progressista” e na transformação dos “ligueiros” em partido. “A expressão designava uma aliança, formada na Câmara, entre conservadores moderados e liberais para fazer oposição ao gabinete Caxias, que governou de março de 1861 a maio de 1862. Tinha caráter pejorativo, sendo utilizada geralmente por adversários. Francisco Iglésias interpretou a ‘liga’ como uma ‘outra espécie de conciliação. Se a anterior é fita sob o domínio conservador [em 1853], esta o é sob o predomínio liberal estendendo-se de 1862 a 1868’. Durante esses anos, os conservadores passaram a designar-se ‘conservadores constitucionais’, termo com o qual diferenciavam-se dos ‘progressistas’ e rebatiam os apelidos ‘emperrados’ e ‘vermelhos’, empregados pelos opositores. Em contrapartida, os liberais que criticavam os ‘progressistas’ adotaram o nome de ‘liberais históricos’ para não serem confundidos com o novo partido” (Cecília Helena de Salles Oliveira, *in*: VASCONCELOS, 2002, p.12).

O próximo presidente da província Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira ficará no cargo até 31/mar/1863, num longo período de 2 anos, na qual teria conseguido apasiguar os ânimos de todos, neste período conturbado de mudança de Gabinete em que um novo partido político assume o poder. Porém, no Paraná, serão os liberais que irão retomar o controle do poder principalmente com o fato da nomeação e posse do primeiro curitibano a assumir o cargo da administração da província do Paraná, enquanto vice-presidente, o coronel Manoel Antonio Ferreira, membro das famílias tradicionais curitibanas, do clã Sá Ribas, e líder do partido liberal na capital. E uma nova eleição para *eleitores*, deveria ser convocada, afinal era necessário novos *eleitores* para escolherem os próximos deputados gerais e deputados provinciais. Neste ano de 1863 era chefe do Gabinete ministerial o marquês de Olinda, Pedro de Araujo Lima, liberal (de 30/maio/1862 a 15/jan/1864).

O tenente coronel Manoel Antonio Ferreira tomou posse em 31/mar/1863 ficando apenas até 05/jun/1863, um pouco mais de dois meses de administração⁹⁸. Por ser o primeiro curitibano a tomar posse do governo local, foi algo bastante festejado pelos seus correligionários políticos, liberais, algo que potencializará o controle sobre o poder local e conseqüentemente sobre os resultados eleitorais formando as próximas composições da assembleia legislativa e dos *eleitores*.

Por que o coronel Manoel Antonio Ferreira teria assumido este cargo político? Como visto, o coronel Ferreira era um político bastante atuante desde a criação da província do Paraná. Ele era o 2ª vice-presidente da província em 1863. Quando o Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira, presidente desta província, recebeu o aviso imperial de sua exoneração, logo passou o cargo ao coronel Ferreira, por “achar-se na comarca de Paranaguá o primeiro nomeado”⁹⁹. Apesar do coronel Ferreira ficar pouco tempo no cargo de vice-presidente, pode rapidamente consolidar um predomínio liberal, e ainda convocar uma nova eleição para *eleitores* para assim garantir a vitória dos liberais nas eleições para deputados provinciais e geral, como se verá adiante.

⁹⁸ Vice-presidentes “paranaenses” que assumiam temporariamente até a chegada do novo presidente da província: Manoel Antonio Ferreira (1863); Agostinho Ermelino de Leão (1864, 1866, 1869, 1870 e 1875); Manoel Alves de Araujo (1865); Manoel Antonio Guimarães (1873 e 1877); Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá (1878, 1879, 1882); Antonio Alves de Araujo (1883, 1885); Joaquim de Almeida Faria Sobrinho (1885); Antonio Ricardo dos Santos (1887/88); Ildefonso Pereira Correia (1888); Joaquim José Alves (1889). E “paranaenses” que assumiram como presidente da província do Paraná: João José Pedrosa (1880/81); Joaquim de Almeida Faria Sobrinho (1886/87); Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá (1889).

⁹⁹ Relatório do presidente da província do Paraná, Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1863_b_p.pdf (Acesso em 05/nov/2012).

O coronel Manoel Antonio Ferreira, entretanto, logo teria passado o cargo do governo da província do Paraná, antes da realização da eleição para *eleitores*, que foi conduzida, sob a vice-presidência do pernambucano Dr. Sebastião Gonçalves da Silva, que ficou neste cargo de 05/jun/1863 a 07/mar/1864, sendo, inclusive eleito *eleitor* por Curitiba (5º colocado). De acordo com David CARNEIRO, (1994, p.23), o coronel Manoel Antonio Ferreira teria passado logo o cargo de vice-presidente por julgar o Dr. Sebastião Gonçalves da Silva, mais apto para a alta função. Mas, este trabalho propõe que o coronel Manoel Antonio Ferreira, em especial ainda sob a sua liderança, continuou a influenciar os rumos do governo do Paraná, como demonstra o resultado eleitoral da eleição de *eleitores* de 1863, em que ele será o *eleitor* com mais votos, bem como seu jovem filho eleito deputado provincial. Será uma grande vitória do partido liberal, deixando de fora os conservadores do planalto. É uma vitória pessoal do coronel Manoel Antonio Ferreira, em sua expressiva força política e da oportunidade de estar a frente do poder executivo.

Na freguesia de Campo Largo o vitorioso foi o padre Lourenço Justiniano Ferreira Bello, liderança liberal, em detrimento da família Azevedo Portugal, conservadora, que perde esta eleição. Na vila de Ponta Grossa, o *Dezenove de Dezembro* publica, junto com o resultado, de que o partido liberal obteve “o mais completo triunfo”, com destaque ao coronel Francisco de Assis Ribas e Manoel Ferreira Ribas. Na vila de Castro há um predomínio de *eleitores* liberais, mas com a volta do padre Damaso José Corrêa, conservador. Na vila do Príncipe, também a família de David dos Santos Pacheco conseguiu expressiva vitória. Em Guarapuava e em Palmas, também os liberais são vitoriosos. Em Paranaguá e Antonina predominam a força dos liberais, com destaque para os irmãos Dr. Manoel Alves de Araujo e o comendador Antonio Alves de Araujo, ficando de fora a família conservadora do comendador Manoel Antonio Guimarães.

Em Morretes, entretanto, a eleição para *eleitores* em 1863 traz uma briga familiar, com a composição de outra urna, denominada de *duplicata*. O coronel Modesto Gonçalves Cordeiro e Antonio Ricardo dos Santos [Filho], cunhados, são eleitos pela urna “oficial”. O outro cunhado, José Antonio dos Santos, será eleito pela urna *duplicata*. Antonio Ricardo dos Santos, o velho, é sogro do coronel Modesto e do coronel José Antonio dos Santos. O coronel Modesto e Antonio Ricardo já foram deputados provinciais, sendo que Antonio Ricardo dos Santos também será eleito deputado na década de 1870 e chegará a assumir o cargo da presidência do Paraná, quase no final do período imperial, além de ter dois filhos como deputados. E o coronel José Antonio dos Santos será eleito deputado provincial para os anos

de 1866/67. Na freguesia de Porto de Cima, o líder conservador Manoel Gonçalves Marques continua a ser o grande vitorioso e chefe local, independente das vitórias liberais.

Composição da 5ª Assembleia Legislativa Provincial, 1862 e 1863. A consolidação do predomínio dos liberais no Paraná

Sob a administração do presidente Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira, que tomou posse em 16/mar/1861 e irá sair apenas em 31/mar/1863 (dois anos de mandato), o Paraná volta a ter uma maior tranquilidade política. O processo eleitoral deixa de ser por distritos e com o critério de maioria de votos, com a soma total dos colégios eleitorais da província. A eleição ocorreu no dia 7/set/1861.

Tabela 43 – Candidatos para a Assembleia Legislativa Provincial, 1862-63

CANDIDATO	Votos
1. Dr. Laurindo Abelardo de Brito	136
2. Tenente Coronel Ricardo José da Costa Guimarães	132
3. João Manoel da Cunha	125
4. Dr. José Lourenço de Sá Ribas	123
5. Tenente Coronel Manoel Antonio Ferreira	120
6. Vigário Agostinho Machado Lima	120
7. Capitão José Maria Barreto Falcão	117
8. Dr. Augusto Lobo de Moura	116
9. Dr. Feliciano Nepomuceno Prates	114
10. Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta	114
11. Tenente Coronel Manoel Gonçalves Marques	114
12. Padre Lourenço Justinianno Ferreira Bello	113
13. Major Benedicto Enéas de Paula	108
14. Capitão Francisco de Assis Ribas	108
15. Major Ricardo Gonçalves Cordeiro	105
16. Dr. Francisco Xavier da Silva	105
17. Padre Isaias Ribeiro de Andrade e Silva	102
18. Major Luiz da Silva Gomes	99
19. Brigadeiro Francisco Ferreira da Rocha Loures	96
20. Cônego Gregório José Lopes Nunes	82

Correio Oficial, 21/set/1861.

E a 5ª legislatura provincial traz o predomínio do partido liberal, sendo que apenas três conservadores foram eleitos. Isto sob o predomínio do Gabinete conservador que ainda se mantinha no Rio de Janeiro, sob a liderança do marquês de Caxias, demonstrando a força dos liberais no Paraná.

Tabela 44 – 5ª LEGISLATURA 1862-1863

Deputado	Comissões	Idade	Partido	Residência	Ocupação
1. Dr. Laurindo Abelardo de Brito	Presidente	34	Liberal	Curitiba / Castro	Cargos públicos / Advogado
2. Tenente coronel Manoel	Vice-Pres.;	56	Liberal	Curitiba	Cargos públicos

Antonio Ferreira	Fazenda; COC; CM;				
3. Dr. José Lourenço de Sá Ribas	1º Secretário	42	Liberal	Curitiba	Cargos públicos / Advogado
4. Dr. Augusto Lobo de Moura	2º Secretário	51	Liberal	Curitiba	Cargos públicos / Advogado
5. Padre Agostinho Machado Lima	CJFP; Eclesiástica; Estatística;	40	Liberal	Curitiba	Cargos públicos / Padre
6. Major Benedicto Enéas de Paula	Fazenda; CIOP; COC;	37	Liberal	Curitiba	Cargos públicos
7. Tenente coronel Francisco de Assis Ribas	Estatística; CT;	41	Conservador	Ponta Grossa	Cargos públicos / Fazendeiro
8. Dr. Francisco Xavier da Silva	Fazenda; CJFP; ICCI;	24	Liberal	Castro	Advogado
9. Brigadeiro Francisco Ferreira da Rocha Loures	ICCI;	52	Liberal	Guarapuava	Cargos públicos / Brigadeiro
10. Feliciano Nepomuceno Prates	CIOP;	45	Liberal	Castro	Cargos públicos / Engenheiro
11. Padre Gregório José Lopes Nunes	Eclesiástica; Redação; CT;	?	Liberal	Paranaguá	Padre
12. Padre Isaías Ribeiro de Andrade e Silva	Eclesiástica; CT;	65	Liberal	Curitiba	Cargos públicos / Padre
13. João Manoel da Cunha	CIOP; CJFP; CM; Estatística; Redação;	41	Liberal	Curitiba	Cargos públicos / Professor, Músico
14. Capitão José Maria Barreto Falcão	AL; CJFP;	?	Liberal	Curitiba	Capitão
15. Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta	Fazenda;	44	Liberal	Curitiba	Cargos públicos / Médico
16. Padre Lourenço Justiniano Ferreira Bello	Fazenda;	37	Liberal	Campo Largo	Padre
17. Major Luiz da Silva Gomes	COC; ICCI;	51	Liberal	Guarapuava	Cargos públicos
18. Tenente coronel Manoel Gonçalves Marques	CJFP; CM; AL;	51	Conservador	Morretes	Cargos públicos / Negociante
19. Tenente coronel Ricardo José da Costa Guimarães	CIOP; CM; Redação; AL;	?	Liberal	Morretes	Negociante / Erva mate
20. Major Ricardo Gonçalves Cordeiro	CM; Estatística;	43	Conservador	Morretes / Paranaguá	Cargos públicos

Dezenove de Dezembro, 14/fev/1863 (sobre o 2º ano desta legislatura); Comissões: AL – Atos Legislativos; CM e COC – Câmara Municipal e Contas e Orçamentos das Câmaras; ICCI – Instrução, Catequese e Civilização dos Índios; CJFP – Constituição, Justiça e Força Policial; CIOP – Comércio, Indústria e Obras Públicas; CT – Contas da Tesouraria;

A comissão executiva, o núcleo duro desta assembleia legislativa está nas mãos do Dr. Laurindo Abelardo de Brito e da família Sá Ribas, com o tenente coronel Manoel Antonio Ferreira e o Dr. José Lourenço de Sá Ribas. E a novidade é o presidente da câmara municipal de Curitiba, Dr. Augusto Lobo de Moura, agora deputado provincial em seu primeiro

mandato. A comissão executiva da assembleia legislativa desta legislatura é liberal e curitibana.

Sete novos deputados assumem este cargo eletivo. O experiente Dr. Augusto Lobo de Moura, português de nascimento, bacharel em direito desde 1835, atuante nos cargos públicos na província do Paraná desde 1836, chegando ao cargo de vereador e presidente da câmara de Curitiba nesta década de 1860, como um dos mais votados. O recém formado bacharel em direito, o jovem de apenas 24 anos, Dr. Francisco Xavier da Silva, de residência em Castro, filho de fazendeiros desta região, terá importante carreira política principalmente durante a República. O deputado Feliciano Nepomuceno Prates, gaúcho de nascimento, mas desde 1855 era residente em Castro, realizando atividades como engenheiro desta província e também como fazendeiro. O padre e cônego Gregório José Lopes Nunes, residente em Paranaguá, começa a se destacar como político nesta localidade. João Manoel da Cunha, residente em Curitiba desde 1854, como professor e músico, já prestava serviços públicos também dentro da assembleia legislativa. O Capitão José Maria Barreto Falcão, que terá apenas uma participação na assembleia legislativa provincial, e no ano de 1864 irá casar com Maria Paula Bittencourt, filha do capitão João José Correia de Bittencourt. E Ricardo José da Costa Guimarães, negociante e ervateiro de Morretes.

Entretanto, há um predomínio de deputados de Curitiba, com dez, seguido de dois deputados de Guarapuava, dois de Castro, um de Ponta Grossa e um de Campo Largo. Do litoral são apenas quatro deputados, de Paranaguá e Morretes.

As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial, 1862 e 1863

As sessões desta assembleia legislativa iniciaram com os trabalhos preparatórios em 12/fev/1862, e com sessão de instalação em 15/fev/1862, com a fala do presidente Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira¹⁰⁰. Estava à frente destes trabalhos de abertura o vice-presidência da assembleia o coronel Manoel Antonio Ferreira, pois o Dr. Laurindo Abelardo de Brito encontrava-se fora de Curitiba, reassumindo o cargo de presidente do legislativo no início de março.

Tabela 45 – LEIS APROVADAS EM 1862

Nº	Lei	Data
----	-----	------

¹⁰⁰ Relatório apresentado pelo presidente da província do Paraná, Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1862_p.pdf (Acesso em 10/out/2012).

80	Autoriza a desapropriação do campo denominado – Raia – com uma área de meia légua aproximadamente	18/mar/1862
81	Altera as divisas entre os distritos de Ponta Grossa e Castro	18/mar/1862
82	Eleva a categoria de cidade a vila de Ponta Grossa	24/mar/1862
83	Fixa a força policial para o ano de 1862/63	24/mar/1862
84	Declara que as casas onde se fabrica aguardente não estão sujeitas ao imposto de que trata o inciso 2º do art. 2º cap. 2º da lei n.19 de 18/set/1854 e respectivo regulamento.	4/abr/1862
85	Declara que continua em vigor para a legislatura de 1864/65, a lei n.31, de 25/jan/1858, referente aos subsídios dos deputados provinciais.	15/abr/1862
86	Aprova os artigos de posturas da câmara municipal de Guaratuba	15/abr/1862
87	Fixa a receita e despesa da província: Total a despender no ano financeiro de 1/jul/1862 a 30/jun/1863 a quantia de rs. 329:382U527; Com a assembleia legislativa, 11:260\$000, sendo o subsídio dos 20 deputados de 6:000\$000.	14/abr/1862
88	Aprova os artigos de posturas da câmara municipal de Guarapuava	14/abr/1862
89	Aprova as posturas municipais de Castro	15/abr/1862
90	Restabelece na cidade de Paranaguá uma cadeira para o ensino da língua latina	16/abr/1862
91	Aprova os artigos de posturas da câmara municipal de Paranaguá	16/abr/1862
92	Fixa a receita e despesa das câmaras municipais	16/abr/1862
93	Código de posturas da câmara municipal de Ponta Grossa	24/abr/1862

PARANÁ, Coleção de Leis da Província do Paraná, 1862

Destaca-se entre as leis aprovadas em 1862, a elevação a categoria de cidade a vila de Ponta Grossa. Talvez tenha aqui a influência do deputado coronel Francisco de Assis Ribas, residente nesta localidade em que seus pais são tidos como fundadores da localidade. As demais leis versam sobre posturas municipais, educação, força policial, impostos e orçamento provincial e municipal.

No ano de 1863, novamente o vice-presidente da assembleia legislativa provincial o coronel Manoel Antonio Ferreira iniciou os trabalhos legislativo, ano em que assumirá o governo do Paraná.

O discurso de abertura dos trabalhos legislativos foi realizado pelo presidente da província, Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira, no dia 15/fev/1863¹⁰¹.

Tabela 46 – LEIS APROVADAS EM 1863

Nº	Lei	Data
94	Fixa a força policial para o ano de 1863/64	6/abr/1863
95	Substitui o art. 2º da lei n.º 74, de 28/jun/1861, referente a divisão do ofício do público, judicial e notas do termo de Paranaguá	8/abr/1863
96	Decreto: aprova artigos de posturas da câmara municipal de São José dos Pinhais	11/abr/1863
97	Fixa a receita e despesa da província: Total a despender no ano financeiro de 1/jul/1863 a 30/jun/1864 a quantia de rs. 260:5932U083; Com a assembleia legislativa, 11:260\$000, sendo o subsídio dos 20 deputados de 6:700\$000	11/abr/1863
98	Revoga a lei n.48 de 14/fev/1859; referentes a impostos de saídas do gado quando trocado e mais disposições contrárias	14/abr/1863
99	Fixa a receita e despesa das câmaras municipais	18/abr/1863

¹⁰¹ Relatório do presidente da província do Paraná, Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1863_a_p.pdf (Acesso em 10/out/2012).

Enfim, foi um ano pouco produtivo para os membros da assembleia legislativa provincial, aprovando questões básicas de posturas municipais e do orçamento provincial.

12ª Assembleia Legislativa Geral, Rio de Janeiro, 1864 a 1866

No dia 8/set/1863 foram convocados os *eleitores* eleitos em 9/ago/1863 para escolherem os vinte deputados provinciais e também os dois deputados gerais.

Os novos *eleitores*, na eleição para a escolha de dois deputados gerais, para a 12ª Assembleia geral no Rio de Janeiro, deram uma vitória fácil ao Dr. Laurindo Abelardo de Brito e ao Dr. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, praticamente sem a oposição dos conservadores. A derrota destes dois na eleição passada foi consequência da influência do ex-presidente da província, Dr. José Francisco Cardoso.

Tabela 47 – Resultado para a 12ª Assembleia Geral Legislativa (1864-1866)

Deputado Geral – 1864-1866	Votos
1. Dr. Laurindo Abelardo de Brito	181
2. Dr. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá	180
3. Dr. Joaquim Dias da Rocha	7
4. Dr. Manoel Francisco Corrêa	5
5. Dr. José Lourenço de Sá Ribas	2
6. Dr. Ernesto Francisco de Lima Santos	1
7. Dr. Manoel Alves de Araujo	1
8. Dr. Augusto Lobo de Moura	1
9. Dr. João Luiz de França Miranda	1
10. Tenente coronel João Manoel da Cunha	1

Dezenove de Dezembro, 9, 12 e 23/set/1863.

A 12ª Assembleia geral legislativa teve sua 1ª sessão aberta em maio de 1864 e com término no dia 12/set/1864. A nova Câmara tinha agora uma representação conservadora mínima e um predomínio de liberais, muitos tidos como progressistas.

Em 1864 será nomeado Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas o deputado geral do Paraná Dr. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, motivo de muitas comemorações na sua província natal, e em especial em sua cidade natal, Palmeira. A força política do Dr. Jesuíno Marcondes chega a um ponto alto neste momento. Era o gabinete liderado por Francisco José Furtado (de 31/ago/1864 a 18/maio/1865) que foi considerado o mais liberal deste período de 1862 a 1868, pois os outros chefes de gabinete, o Dr. Zacarias e o marquês de Olinda eram ex-conservadores, e adeptos do partido progressista. Também nomeou como ministro da Guerra, o Dr. Henrique de Beaurepaire Rohan, ex-deputado provincial paranaense em 1855 e vice-presidente do Paraná no mesmo ano, porém, natural de

Niterói. O Dr. Jesuino Marcondes foi o primeiro paranaense a alcançar uma pasta num ministério imperial¹⁰².

Em 01/jan/1864 o Dr. Zacarias de Góes e Vasconcellos é eleito deputado geral pela Bahia e em fevereiro é eleito, e escolhido pelo Imperador, senador por sua província natal (VARGAS, 1977, p.160).

O reinício dos trabalhos legislativos no Rio de Janeiro aconteceram em 6/maio/1865, junto com o segundo Gabinete do marquês de Olinda.

Em 3/maio/1866 foi aberta pelo Imperador D. Pedro II, a 3ª sessão da 12ª Assembleia geral legislativa, sendo encerrada pelo mesmo em 16/set/1866, novamente sob o terceiro Gabinete do Dr. Zacarias e último deste período progressista “liberal” que durará até 16/jul/1868, com o retorno dos conservadores ao poder.

Tabela 48 – Deputado Geral – 12ª Legislatura (1864-1866)

Deputado geral	Partido	Residência	Profissão
Dr. Laurindo Abelardo de Brito	Liberal	Curitiba / Castro	Advogado
Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá	Liberal	Curitiba / Palmeira	Advogado

O autor

O número de deputados gerais do Paraná na câmara no Rio de Janeiro era ainda muito pequeno comparando às outras províncias brasileiras. Mas será esta a representatividade paranaense até o final do Império.

Composição da 6ª Assembleia Legislativa Provincial, 1864 e 1865. Uma assembleia legislativa liberal.

As eleições deixam de ser em círculos, ou distritos eleitorais, e passam a somar o voto de todos os candidatos, a partir do resultado dos colégios eleitorais, sendo que os mais votados são eleitos. Esta eleição, que ocorreu dia 7/set/1863, tem a força do chefe político liberal de Curitiba, o tenente coronel Manoel Antonio Ferreira, e sua passagem pela vice-presidência da província do Paraná e da influência do Dr. Jesuino Marcondes, eleito deputado geral, mas elegendo seu cunhado Dr. Manoel Alves de Araujo, que será agora o presidente desta casa legislativa.

¹⁰² O segundo paranaense a assumir uma pasta no ministério imperial é João da Silva Carrão, como ministro da Fazenda, em 7/mar/1866, no Gabinete do marquês de Olinda, de 12/maio/1865 a 13/ago/1866. Porém, João da Silva Carrão, apesar da naturalidade curitibana, reside em São Paulo. O conselheiro Carrão irá falecer em 5/jun/1888 no cargo de senador vitalício por São Paulo.

Tabela 49 – Candidatos para a Assembleia Legislativa Provincial, 1864-65

CANDIDATOS	Votos
1. Dr. João Luiz de França Miranda	181
2. Dr. Francisco Xavier da Silva	177
3. Major Antonio de Sá Camargo	176
4. Dr. Manoel Alves de Araujo	174
5. Benedicto Enéas de Paula	174
6. Major José Leandro da Costa	173
7. Padre Lourenço Justiniano Ferreira Bello	169
8. Caetano de Souza Pinto	167
9. Dr. José Candido da Silva Muricy	167
10. Dr. Augusto Lobo de Moura	164
11. Capitão Antonio José Xavier de Faria e Albuquerque	163
12. Francisco Theresio Porto	161
13. Capitão José Antonio Pereira Alves	158
14. Tenente Coronel Francisco de Assis Ribas	148
15. Tenente coronel João Manoel da Cunha	148
16. Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro	145
17. Dr. Joaquim Dias da Rocha	142
18. José da Rocha Vianna	142
19. Dr. José Lourenço de Sá Ribas	133
20. Francisco Ferrer Pinheiro	131

Dezenove de Dezembro, 10/out/1863

Tabela 50 – 6ª LEGISLATURA 1864-1865

Deputado	Comissões	Idade	Partido	Residência	Ocupação
1. Dr. Manoel Alves de Araujo	Presidente	28	Liberal	Morretes	Advogado
2. Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro	Vice-pres. (1864); Orçamento; Estatística;	24	Liberal	Curitiba	Advogado
3. Dr. José Lourenço de Sá Ribas	1º sec.	44	Liberal	Curitiba	Advogado
4. Dr. Augusto Lobo de Moura	2º sec.	53	Liberal	Curitiba	Advogado
5. Major Antonio de Sá Camargo	Vice-pres. (1865)	56	Liberal	Guarapuava	Cargos públicos / Fazendeiro
6. Capitão Antonio José Xavier de Faria e Albuquerque	Eclesiástica;	56	Liberal	Castro	Oficial do exército / Capitão
7. Benedicto Enéas de Paula	C.J.FP.; CM;	39	Liberal	Curitiba	Cargos públicos
8. Caetano de Souza Pinto	Fazenda;	45	Liberal	Paranaguá	Cargos públicos
9. Tenente coronel Francisco de Assis Ribas	-	43	Conservador	Ponta Grossa	Cargos públicos / Fazendeiro
10. Francisco Theresio Porto	-	62	Liberal	Vila do Príncipe	Negociante
11. Dr. Francisco Xavier da Silva	Fazenda; C.I.; Estatística;	26	Liberal	Castro	Advogado / Cargos públicos
12. Francisco Ferrer Pinheiro	Fazenda; C.I.; CM; Orçamento; Redação;	43	Liberal	Antonina	Industrial / Cargos públicos
13. Dr. Joaquim Dias da	I.C.CI;	26	Liberal	Curitiba	Médico / Cargos

Rocha	Redação; Eclesiástica;				públicos
14. Dr. João Luiz de França Miranda	C.I.; C.J.FP.; I.C.CI; Redação;	21	Liberal	Curitiba	Advogado
15. Tenente coronel João Manoel da Cunha	C.J.FP.; I.C.CI;	43	Liberal	Curitiba	Professor / Músico
16. Capitão José Antonio Pereira Alves	-	46	Liberal	Paranaguá	Indústria de sabão e vela
17. Dr. José Candido da Silva Muricy	-	37	Liberal	Curitiba	Médico
18. José da Rocha Vianna	Estatística;	38	Liberal	Paranaguá	Advogado / Juiz / Cargos públicos
19. Major José Leandro da Costa	CM;	51	Liberal	Paranaguá	Major
20. Padre Lourenço Justiniano Ferreira Bello	Orçamento; Eclesiástica;	39	Liberal	Campo Largo	Padre

Dezenove de Dezembro, 10/out/1863; Comissões: C.I. – Comércio e Indústria; CM – Câmara Municipal; C.J.FP. – Constituição, Justiça e Força Pública; I.C.CI. – Instrução, Catequese e Civilização dos Índios;

A surpresa desta eleição é a composição 100% liberal de seus membros. Portanto, os luzias dominaram de tal forma o processo eleitoral que não houve espaço para nenhum candidato saquarema. Isto demonstra um momento de fragilidade dos conservadores no Paraná, em especial no litoral. E, portanto, há uma renovação ampla da assembleia, com doze novos deputados. Inclusive a composição da comissão executiva, o seu núcleo duro, agora sob a presidência do jovem advogado Dr. Manoel Alves de Araujo, com 28 anos, bacharel em Direito, filho de importante e tradicional família do litoral paranaense, cunhado do deputado geral Dr. Jesuino Marcondes, casado com a filha do comendador David dos Santos Pacheco, da Vila do Príncipe, eleito pela primeira vez para deputado, já sendo escolhido por seus pares para o cargo principal desta casa. E tendo como vice-presidente, outro jovem bacharel em Direito, com 24 anos, Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro, que fará carreira política, inclusive no período da República, casado com a filha do tenente Manoel Gonçalves dos Santos, vereador e *eleitor* em Curitiba [1861/64]. E para equilibrar a juventude que compunha a comissão executiva da assembleia legislativa, as presenças dos veteranos Dr. José Lourenço de Sá Ribas, como 1º Secretário, atuante como deputado desde 1854, e o Dr. Augusto Lobo de Moura, reeleito para segundo mandato e assumindo como 2º Secretário. E em 1865, a troca da vice-presidência para o também experiente político major Antonio de Sá Camargo.

Uma composição de apenas membros do partido liberal na Assembleia provincial do Paraná é um fato notável. Como entender esta composição?

É provável que esta composição liberal tenha sido formada devido a influência do tenente coronel Manoel Antonio Ferreira, chefe luzia em Curitiba, que praticamente teria

organizado as eleições para *eleitores* e depois para deputado geral e provincial, no curto espaço de tempo em que esteve no cargo de vice-presidente da província do Paraná, tempo em que antecedeu as três principais eleições deste ano, enfraquecendo assim os adversários saquaremas. Outro fator que demonstra sua força neste momento foi a eleição de seu filho, Dr. João Luiz de França Miranda, jovem bacharel em Direito, com apenas 21 anos, que será o deputado mais votado nesta eleição e o mais jovem que já tenha assumido este cargo na província¹⁰³. Depois, o Dr. João Luiz seguirá carreira em Juiz de Fora e Ouro Preto, Minas Gerais.

A 6ª assembleia legislativa provincial, apesar de sua grande renovação, não fugiu ao padrão familiar que vinha formando a composição desta casa. Das famílias presentes em 1854, após 10 anos, tem-se a volta do major Antonio de Sá Camargo; a eleição do filho do tenente coronel Manoel Antonio Ferreira, e o veterano na assembleia, Dr. José Lourenço de Sá Ribas. O presidente, Dr. Manoel Alves de Araujo é genro do ex-deputado de 1854, David dos Santos Pacheco e cunhado do Dr. Jesuino Marcondes. E elege-se junto com ele, o seu primo de Paranaguá, capitão José Antonio Pereira Alves. O novo deputado de Paranaguá Caetano de Souza Pinto é casado com uma parente do deputado João Manoel da Cunha. O tenente coronel Francisco de Assis Ribas, de Ponta Grossa, reeleito deputado, pertence a tradicionais famílias desta região, bem como o jovem advogado reeleito Dr. Francisco Xavier da Silva, de Castro.

Ao todo serão seis deputados que apenas atuaram nesta legislatura, devido o momento atípico, de uma composição apenas liberal. São eles: major José Leandro da Costa; José da Rocha Vianna; José Antonio Pereira Alves; Francisco Ferrer Pinheiro; Antonio José Xavier de Faria e Albuquerque, capitão do exército, casado com Maria de Jesus Marcondes (da grande família do Dr. Jesuino Marcondes) e terá dois filhos como deputados no futuro; e o Dr. João Luiz de França Miranda, filho do coronel Manoel Antonio Ferreira.

Destaca-se a ligação dos deputados eleitos com a Câmara de Curitiba. O médico Dr. Muricy, casado com a filha do vereador da capital e abastado industrial nesta cidade, Sr. Vicente Ferreira da Luz; os vereadores Dr. Augusto Lobo de Moura e Benedicto Enéas de

¹⁰³ “*Declaração*: Não podendo o Sr. coronel Manoel Antonio Ferreira se apresentar candidato à deputação provincial por ter estado na administração desta província quatro meses antes da eleição, os encarregados da organização da chapa incluíram o nome do Dr. João Luiz de França Miranda, filho do mesmo Sr. coronel Ferreira, afim de substituí-lo” (*Dezenove de Dezembro*, 5/set/1863).

Paula, ambos reeleitos como deputados. E o Dr. Sérgio de Castro, casado com a filha do vereador e *eleitor* de Curitiba tenente Manoel Gonçalves dos Santos.

Quanto ao baiano Dr. Joaquim Dias da Rocha, chega a Curitiba no ano de 1858, é nomeado professor e atua como médico. Logo faz carreira em cargos públicos, chegando a secretário do governo provincial, na administração conturbada do Dr. José Francisco Cardoso. Hábil em seus discursos lidera o primeiro desentendimento nas sessões legislativas deste ano, como se verá a seguir.

Quanto a Francisco Theresio Porto, liberal, negociante da Vila do Príncipe, será eleito em duas legislaturas, 1864/65 e 1866/67. Na década de 1880, será eleito o engenheiro civil de mesmo nome, seu neto, Dr. Francisco Theresio Porto, também da vila do Príncipe, porém, será aliado de Manoel Eufrásio Correia, líder conservador.

As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial, 1864 e 1865

Teve ontem [12/fev/1864] lugar a 1ª sessão preparatória da assembleia legislativa provincial, comparecendo os srs.: Drs. João Luiz de França Miranda, Manoel Alves de Araujo, Augusto Lobo de Moura, Sergio Francisco de Souza Castro, José da Rocha Vianna, José Lourenço de Sá Ribas, major José Leandro da Costa, Caetano de Souza Pinto, capitão José Antonio Pereira Alves, Francisco Ferrer Pinheiro e tenente-coronel Benedicto Enéas de Paula. Presidente: Manoel Alves de Araujo e 1º sec. Dr. Sergio e 2º sec. Caetano de Souza Pinto. (*Dezenove de Dezembro*, 13/fev/1864).

Foram eleitos os examinadores dos diplomas dos deputados: José Antonio Pereira Alves, José Leandro da Costa e Francisco Ferrer Pinheiro. Teve início a sessão preparatória em 12/fev/1864, com a presença do quórum mínimo de onze deputados.

Mas, as sessões preparatórias não iniciaram tranquilas, apesar de ser uma assembleia totalmente composta por membros liberais. O clima tenso se deu sob a liderança do Dr. Joaquim Dias da Rocha, que após a Missa do Espírito Santo, ocupou a tribuna por algumas horas e terminado o seu discurso retirou-se do recinto com os membros que o apoiavam, com protestos que teve de ser contornado pelo presidente da assembleia, Dr. Manoel Alves de Araujo, retirando os demais espectadores e membros que estavam a tumultuar a ordem dos trabalhos (*Dezenove de Dezembro*, 17/fev/1864).

Este desentendimento levou a assembleia legislativa a ter falta de quórum, não podendo dar continuidade aos trabalhos no dia 16 (*Dezenove de Dezembro*, 17/fev/1864), somente conseguindo voltar aos trabalhos no dia 21/fev/1864, e assim, com a presença do

vice-presidente da província Dr. Sebastião Gonçalves da Silva, para leitura do relatório e abertura da 1ª sessão da 6ª legislatura do Paraná¹⁰⁴.

O que levou os liberais paranaenses a se desentenderem já nos primeiros dias das sessões? Em uma publicação, chamada de “*comunicado*”, publicado em 27/fev/1864, comenta-se sarcasticamente a dificuldade de consenso dos próprios liberais para os inícios dos trabalhos legislativos, e apontando para um desentendimento de ocupação de cargos dentro da própria assembleia, mas que por serem todos do mesmo partido, muitos ficaram prejudicados.

A assembleia provincial, instituição democrática, que pelo acto adicional, veio atar o feixe das províncias, depois de nossa emancipação política, se acha em certo grau de desconceito, que dificilmente tomará o caráter que lhe quis assinalar o legislador. As *paixões, e os interesses individuais*, que falam mais alto que as necessidades das províncias, são o termômetro pelo qual se regula a maior parte dos atos desse corpo respeitável, oferecido ao país como garantia de ordem, de economia e progresso. (...) Dois partidos mirando-se um a outro, hostilizaram-se na organização da mesa – vencida esta dificuldade apresentam-se novas *na organização das comissões, e aí param aos beligerantes sem poderem dar um passo, porque forças iguais não dão os louros da vitória*, e conseqüentemente, não há vencedor e nem vencido. (...) Se a tenacidade de pensamento continuar, certamente que a assembleia anula-se por falta de ação, porque não vemos os mesmos de resolver o problema, senão com a medida de adiamento. (...) *Admira que a grei liberal dê exemplos tão edificantes no começo de suas lucubrações legislativas*. Oh! Que não façam certo o que diz o partido conservador: que o partido liberal é impróprio para bem gerir os negócios do país. *Jamais seremos afeiçoados as câmaras unânimes*; na discussão das leis deve presidir a liberdade de pensamento, a expressão real das necessidades e a ausência de todas as considerações que aniquilam o corpo legislativo; porém, o excesso de um antagonismo sem lei, sem ordem, sem significação é o pior dos males. Assinado por A. (*Dezenove de Dezembro, 27/fev/1864, grifo do autor*).

Uma *câmara unânime* que, por sua vez, não consegue dar a todos os liberais os cargos nas comissões que desejam. Ninguém é oposição, ninguém deveria ficar de fora, mas não há espaço para todos. Enfim, parece existir um grupo liberal liderado pelo Dr. Joaquim Dias da Rocha e outro grupo liderado pelo presidente da assembleia, Dr. Manoel Alves de Araujo, grupo este vencedor.

Enfim, no discurso de encerramento do primeiro ano desta assembleia provincial, no dia 21/abr/1864, após 47 sessões, o presidente Dr. Manoel Alves de Araujo destacou a superação das dificuldades iniciais, e os avanços que cada lei aprovada trouxe para o Paraná.

Tabela 51 – LEIS APROVADAS EM 1864

Nº	Lei	Data
100	Autoriza a aquisição de carneiros da raça Rambouillet	11/abr/1864
101	Autoriza a contratar o corte do istmo do Varadouro	18/abr/1864
102	Fixa a força policial para o ano de 1864/65	18/abr/1864

¹⁰⁴ Relatório do presidente da província do Paraná, Dr. Sebastião Gonçalves da Silva: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1864_a_v.pdf (Acesso em 10/out/2012).

103	Aprova artigos de posturas da câmara municipal de Guarapuava	18/abr/1864
104	Revoga o regulamento de 2/fev/1863 e manda restabelecer o de 14/dez/1854	21/abr/1864
105	Marca o subsídio dos membros da assembleia provincial	25/abr/1864
106	Autoriza a câmara municipal da cidade de Antonina a contrair um empréstimo de 10:000\$000	25/abr/1864
107	Fixa a receita e despesa da província: Total a despender no ano financeiro de 1/jul/1864 a 30/jun/1865 a quantia de rs. 307:952U868; Com a assembleia legislativa, 9:520\$000, sendo o subsídio dos 20 deputados de 6:700\$000	25/abr/1864
108	Fixa a receita e despesa das câmaras municipais	27/abr/1864
109	Cria um terceiro cartório do público judicial e notas no termo da cidade de Paranaguá	29/abr/1864

Coleção de Leis da Província do Paraná, 1864

Quanto aos presidentes da província do Paraná neste período, depois que o curitibano, liberal, tenente coronel Manoel Antonio Ferreira deixou o cargo, assumiu o vice-presidente Sebastião Gonçalves da Silva, ficando até 7/mar/1864, quando assume o presidente José Joaquim do Carmo Júnior até 18/jun/1864, com a posse do novo presidente Dr. André Augusto de Pádua Fleury, ficando por dois meses, licenciando-se, e neste momento assume o segundo paranaense ao cargo deste poder, enquanto vice-presidente o conservador Dr. Agostinho Ermelino de Leão, ficando no cargo até 18/nov/1864, voltando o Dr. Pádua Fleury até 4/jun/1865. O Dr. Agostinho Ermelino de Leão, num momento em que o partido liberal era quem estava no poder, pouco poderia realizar pelo seu partido. E novamente, Dr. Pádua Fleury sai em licença, agora para assumir uma cadeira na câmara dos deputados na corte, e quando assume o terceiro paranaense a este cargo, como vice-presidente, o Dr. Manoel Alves de Araujo, até 18/ago/1865, quando retorna o Dr. Pádua Fleury.

Como entender a presença do segundo paranaense a assumir o cargo do governo do Paraná, como vice-presidente da província, o Dr. Agostinho Ermelino de Leão, que por sua vez era um conservador, em meio a um período liberal? A posse do Dr. Agostinho Ermelino de Leão parece ser um momento específico por ocasião da licença do presidente Dr. Pádua Fleury, que teve de passar o cargo a um vice-presidente da província até sua volta. Porém, o Dr. Fleury voltou apenas cinco meses depois. Na próxima licença do Dr. Pádua Fleury, assumirá outro paranaense, agora sim um liberal, que era presidente da assembleia legislativa provincial, o Dr. Manoel Alves de Araujo, ficando no cargo por dois meses, até a volta do Dr. Pádua Fleury. Com a saída definitiva deste presidente em 23/mar/1866, assume novamente o Dr. Agostinho Ermelino de Leão, ficando no cargo até 15/nov/1866. Isto pode sinalizar que apesar dos conservadores, nesta década de 1860 ficarem de fora do poder legislativo provincial, tinham na pessoa do Dr. Agostinho Ermelino de Leão, importante âncora de seus interesses. O Dr. Agostinho era genro do ex-deputado e líder conservador Manoel Francisco Correia Junior, portanto, cunhado de Manoel Francisco Correia; e duas filhas irão casar com o

filho do comendador Manoel Antonio Guimarães, Sr. Joaquim Antonio Guimarães, além de outras ligações familiares importantes.

Neste ano de 1864 também aconteceu às eleições municipais, em 7/set/1864 (conferir Anexo 3), para o próximo quadriênio.

Em nota publicada no *Dezenove de Dezembro*, sobre as eleições para vereador e juízes de paz em Curitiba, mostra a mobilização por parte dos liberais, em especial sob a liderança do coronel Manoel Antonio Ferreira, para preparar estas eleições.

REUNIÃO: Para tratarem da próxima eleição reuniram-se ontem alguns membros do partido liberal em casa do sr. coronel Manoel Antonio Ferreira e nomearam, para confeccionar a chapa de vereadores e juízes de paz que tem de funcionar no quadriênio de 1865 a 1868, uma comissão composta dos seguintes senhores: *Coronel Manoel Antonio Ferreira, Tenente coronel Benedicto Enéas de Paula, Tenente coronel João Manoel da Cunha, Tenente coronel Francisco de Paula Guimarães, Dr. Joaquim Dias da Rocha, Dr. José Candido da Silva Murici (Dezenove de Dezembro, 20/ago/1864, grifo do autor).*

A eleição ocorreu no dia 7/set/1864. A nota acima demonstra que o tenente coronel Manoel Antonio Ferreira e demais liberais buscavam se organizar para garantir a vitória a nível local, em especial em Curitiba, como de fato aconteceu. E aos conservadores, ao menos, ficaram como suplentes. Igualmente, em todas as outras vilas do planalto, os candidatos eleitos representam o partido liberal.

E em janeiro de 1865, aconteceram as posses dos novos vereadores e juízes de paz da província, bem como a qualificação dos votantes.

Um fato interessante de se resgatar é a briga familiar entre os primos, Dr. José Lourenço de Sá Ribas e Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães, publicadas no jornal *Dezenove de Dezembro*, durante o ano de 1865, como forma de conhecer melhor estes dois líderes e importantes políticos paranaenses.

O Dr. José Lourenço de Sá Ribas acusa o Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães de ter ilegalmente a tutela de uma sobrinha, que por sua vez estava sendo requerida por outra parente, da qual o Dr. José Lourenço estava a defender e acusando o Dr. José Mathias de inúmeras coisas, inclusive de corromper o juiz órfãos local, Sr. Floriano Berlintes de Castro (*Dezenove de Dezembro, 18/mar/1865*). Logo, o Dr. José Mathias respondeu dizendo ser falso as acusações contra ele, por exemplo, de que tenha resistido “a algum mandato judicial”, de estar “ilegalmente em meu poder minha sobrinha”, de que “esconda a sobrinha”, e de que “mova demandas a esses órfãos pela quantia de vinte dois contos de réis” (*Dezenove de Dezembro, 25/mar/1865*). Já no próximo jornal, Dr. José Lourenço acaba sendo bastante

agressivo com o Dr. José Mathias, insinuando que ele dedica seu tempo a “diversões”, e começa a citar as certidões de acusações contra ele. E assim termina:

Deixo aqui o celeberrimo desafio; significando ao Sr. Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães que S.S. não está no caso de intimidar a ninguém com suas quixotadas, que antes deixam duvidar da integridade de suas faculdades intelectuais, e o expõe a mofa. Seja, porém, qual for o gênero de publicações a que subscreva neste assunto, terá resposta no mesmo tom; e fique certo que não recuo. *Dr. José Lourenço de Sá Ribas (Dezenove de Dezembro, 29/mar/1865).*

Logo, tal publicação foi respondida pelo Dr. José Mathias, também num tom agressivo, demonstrando certidões favoráveis ao seu posicionamento frente a sua sobrinha. Aqui destaca uma certidão em que o escrivão diz que não merecem confiança os senhores José Lourenço de Sá Ribas e Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta (cunhados). E ele termina dizendo que:

(...) Não tenho vaidade, nem nunca tive de intimidar a ninguém; mas também vos digo e com muita firmeza – que nada temo, e nem há o que me possa intimidar. Felizmente encaro meu passado sem remorsos; vivo no presente sem humilhação; e aguardo o futuro sem receios; (...) não estou disposto a continuar [tais acusações e defesas no jornal local] – porque Sr. Dr. José Lourenço de Sá Ribas, tenho família de quem cuido com melhor emprego do meu tempo. *Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães (Dezenove de Dezembro, 12/abr/1865).*

E o Dr. José Lourenço o responde novamente dizendo que “um exame da pessoa do Sr. Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães muito devia interessar aos conhecimentos antropológicos” e ainda, que sua defesa pública é uma “peça bestialógica na linguagem acadêmica, com seu macarrônico e injúrias a gramática, dá o verdadeiro critério do homem mal educado, que no conceito dos mestres é aquele que não chegou a cultivar a sua inteligência, e a estabelecer a aliança com a moralidade (...). *Dr. José Lourenço de Sá Ribas*” (*Dezenove de Dezembro, 19/abr/1865*).

Enfim, as acusações encerraram-se e não se publica mais os resultados do julgamento.

O que esta longa briga familiar revela é a grande batalha que existia, por vezes, entre os próprios familiares. Neste sentido, a partir deste exemplo, e da leitura do jornal local, dizer que a política no Paraná, neste período, “não era extremada”, como afirma David Carneiro, parece não corresponder aos fatos.

A política não era extremada. Eram chefes políticos do Partido Liberal o coronel *Joaquim Marques dos Santos*, coronel *Benedito Enéas de Paula*, *Manoel e João Baitaca*, *dr. José Lourenço de Sá Ribas* e outros do Partido Conservador *Manoel e João de Oliveira Franco* e *dr. Manoel Eufrásio Correa*. As famílias viviam em plena harmonia. Presidia à Província o dr. André Augusto de Pádua Fleury (CARNEIRO, 1995, p.123).

Com início da Guerra do Paraguai¹⁰⁵ muitos membros da Guarda nacional estão mobilizados para o recrutamento de voluntários da pátria, na qual começava igualmente as convocações, sob a liderança do tenente coronel Manoel Antonio Ferreira, em Curitiba, os coronéis Antonio de Sá Camargo, de Guarapuava, David dos Santos Pacheco, da Vila do Príncipe, entre outros.

A guerra do Paraguai foi sendo relatada ao longo do jornal *Dezenove de Dezembro*, em suas edições, e com isto destacando muitas doações para os fundos da guerra, a partir das lideranças locais que também apresentavam os seus voluntários da pátria, por vezes recrutados à força, como denunciaria em uma das edições o Dr. Laurindo Abelardo de Brito. Afinal, os voluntários, a princípio, são propostos todos pelos líderes locais, e não propriamente, por uma iniciativa particular da pessoa.

Com o início da guerra do Paraguai, o Paraná está sob o governo do vice-presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão (23/mar/1866 a 15/nov/1866), conservador, em meio a liberais. Somente em 15/nov/1866 chegará o novo presidente da província, o liberal Dr. Polidoro César Bulamaque que ficará até 17/ago/1867.

A assembleia provincial legislativa retomou seus trabalhos em 17/mar/1865 com a presidência do Dr. Manoel Alves de Araujo, tendo como vice-presidente o major Antonio de Sá Camargo, 1º secretário Dr. José Lourenço de Sá Ribas e 2º secretário Dr. Augusto Lobo de Moura, sendo lido o relatório do presidente da província, Dr. André Augusto de Pádua Fleury, no dia 21/mar/1865¹⁰⁶.

Tabela 52 – LEIS APROVADAS EM 1865

Nº	Lei	Data
110	Aprova artigos de posturas da câmara municipal da capital	25/maio/1865
111	Fixa a força policial para o ano de 1865/66	25/maio/1865
112	Cria uma escola de primeiras letras para o sexo masculino no distrito de Votuverava	27/maio/1865
113	Cria três cadeiras de instrução primária para o sexo masculino	27/maio/1865
114	Fixa a receita e despesa das câmaras municipais	27/maio/1865
115	Fixa a receita e despesa da província: Total a despender no ano financeiro de 1/jul/1865 a 30/jun/1866 a quantia de rs. 247:929U747; Com a assembleia legislativa, 9:790\$000, sendo o subsídio dos 20 deputados de 7:200\$000	6/jun/1865

¹⁰⁵ “Para a história do Segundo Reinado, as causas e consequências dessa guerra permanecem fonte de interpretações bastante diversas. Poucos temas foram objeto de mudanças de enfoque tão grandes, gerando ondas de revisão que seguem transformando a visão do conflito” (IZECKSOHN, 2011, p.418). O objetivo é demonstrar, a partir das notícias do jornal local paranaense e do livro de David Carneiro (1995), *O Paraná na Guerra do Paraguai*, como os líderes locais mobilizaram-se em prol dos atos de guerra, como ato de apoio ao governo imperial, com sacrifícios que transformava civis em combatentes, e, por fim, demonstrar as consequentes mudanças que esta batalha trouxe à organização política e social brasileira.

¹⁰⁶ Relatório do presidente da província do Paraná, Dr. André Augusto de Pádua Fleury: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1865_p.pdf (Acesso em 05/nov/2012).

116	Cria uma cadeira de instrução primária do sexo masculino no Rio das Pedras	6/jun/1865
117	Autoriza o governo a alterar o sistema de arrecadação dos registros e barreiras	6/jun/1865
118	Sujeita ao imposto do inciso 8º do art. 5, da lei n.107, de 25/abr/1864 as pessoas que venderem seus escravos para fora da província.	6/jun/1865
119	Regula a aposentadoria dos empregados provinciais	6/jun/1865
120	Autoriza a remoção e regula a vitaliciedade dos professores públicos	6/jun/1865
121	Autoriza o governo a subvencionar a companhia de vapores <i>Progressista</i>	6/jun/1865
122	Cria uma cadeira de primeiras letras no bairro do Anhaya	6/jun/1865
123	Cria duas cadeiras de latim e francês na cidade de Antonina e vila do Príncipe	6/jun/1865
124	Autoriza o governo a regular os limites entre os municípios da capital e Príncipe	6/jun/1865
125	Decreto: aprova um artigo de posturas da câmara municipal de Guarapuava	6/jun/1865
126	Aprova o Regimento Interno da assembleia provincial*	6/jun/1865

Coleção de Leis da Província do Paraná, 1865

* Decreto que aprova o Regimento interno da assembleia provincial é assinado pelo Dr. Manoel Alves de Araujo, bacharel formado em ciências sociais e jurídicas pela academia de São Paulo, e primeiro vice-presidente da província do Paraná (*Dezenove de Dezembro*, 19/jul/1865).

O discurso de encerramento da Assembleia legislativa provincial, pelo seu presidente Dr. Manoel Alves de Araujo, foi publicado em 27/maio/1865, destacando os inúmeros projetos aprovados, como posturas municipais, educação, orçamentos, impostos, funcionários públicos, polícia, limites, e a subvenção por parte do governo a companhia de vapores, Progressista, de posse do comendador Manoel Antonio Guimarães de Paranaguá¹⁰⁷. E ainda, o presidente da assembleia destacou os esforços que cada um estava fazendo em prol da pátria frente ao eminente conflito contra as forças paraguaias. Outro ponto importante é que Dr. Manoel Alves de Araujo ao assumir a vice-presidência do Paraná em 4/jun/1865 vai sancionar as leis de n.º115 até a de n.º 126; ele como legislador e ao mesmo tempo formulador das leis paranaenses. E, por fim, a aprovação do novo regimento interno da assembleia legislativa paranaense, após 12 anos de trabalhos legislativos sob o regimento interno de São Paulo.

Composição da 7ª Assembleia Legislativa Provincial, 1866 e 1867. O predomínio liberal

Em janeiro de 1866 são convocados os *eleitores* para a junta da revisão dos votantes. E uma nova assembleia legislativa provincial foi eleita em 7/set/1865.

Tabela 53 – RESULTADO ELEITORAL PARA A 7ª LEGISLATURA 1866-1867

Deputado	Votos
1. Dr. José de Souza Ribas	160
2. Dr. Generoso Marques dos Santos	160
3. Coronel Manoel Antonio Ferreira	156
4. Dr. Augusto Lobo Moura	155

¹⁰⁷ Esta subvenção à companhia de vapores Progressista, de posse do conservador comendador Manoel Antonio Guimarães parece uma lei contraditória, por estarem no poder os liberais, ajudando assim a um conservador. Entretanto, esta é uma companhia fundamental para transportes marítimos de Paranaguá a Antonina.

5. Padre Lourenço Justiniano de Ferreira Bello	146
6. Tenente coronel Benedicto Enéas de Paula	137
7. Padre Izaías Ribeiro de Andrade e Silva	133
8. Tenente Coronel Luiz da Silva Gomes	129
9. Dr. José Pacheco dos Santos Lima	108
10. Dr. José Martins de Araújo	106
11. Padre Conego Antonio Braga de Araujo	105
12. Tenente coronel João Manoel da Cunha	104
13. Padre José Antonio de Camargo Araújo	104
14. Dr. José Candido da Silva Muricy	100
15. Comendador José Miró de Freitas	100
16. Padre vigário Agostinho Machado Lima	96
17. Major José Antonio dos Santos	94
18. Francisco Therézio Porto	92
19. Dr. José Lourenço de Sá Ribas	91
20. Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas	89
<i>Seguem os demais votados</i>	
Caetano de Souza Pinto	87
Dr. Sergio Francisco de Souza Castro	85
Francisco Ferrer Pinheiro	84
João Baptista Brandão de Proença	76
Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta Filho	73
Antonio Ricardo Lustosa de Andrade	53
Dr. João José Pedrosa	52
Dr. Manoel Eufrásio Corrêa	51
Padre Gabriel Anunciado de Oliveira	49
Dr. Joaquim José do Amaral	36
José Leandro da Costa	31
Tenente coronel Ignácio José de Moraes	27
Francisco Ferreira da Rocha Loures	27
Luiz Fortunato Mendes	27
Tenente Coronel Manoel Gonçalves Marques	23
Tenente Coronel José Maria Barreto Falcão	14
Dr. Laurindo Abelardo de Brito	14
Dr. Bento Fernandes de Barros	11
Dr. Joaquim Dias da Rocha	10
Major Francisco Pinto de Azevedo Portugal	9
<i>Seguem-se 29 senhores menos votados [porém, não publicados]</i>	

Dezenove de Dezembro, 13/dez/1865.

Tabela 54 – 7ª LEGISLATURA 1866-1867

Deputado	Comissões	Idade	Partido	Residência	Ocupação
1. Coronel Manoel Antonio Ferreira	Presidente (1866)	60	Liberal	Curitiba	Cargos públicos
2. Dr. José Lourenço de Sá Ribas	1º Secretário	46	Liberal	Curitiba	Cargos públicos / Advogado
3. Dr. Augusto Lobo Moura	2º Secretário	55	Liberal	Curitiba	Cargos públicos / Advogado
4. Dr. José de Souza Ribas	Fazenda; Redação; Vice-pres. (1867)	?	Conservador	Ponta Grossa	Advogado / Cargos públicos
5. Padre Agostinho Machado Lima	Eclesiástica; Estatística;	44	Liberal	Curitiba	Cargos públicos / Padre
6. Padre Cônego Antonio Braga de Araujo	C.O.C.;	48	Liberal	Guarapuava	Cargos públicos / Padre

7. Tenente coronel Benedicto Enéas de Paula	C.O.C.; Redação;	41	Liberal	Curitiba	Cargos públicos
8. Francisco Therézio Porto	C.I.OP.;	64	Liberal	Vila do Príncipe	Negociante
9. Dr. Generoso Marques dos Santos	C.J.FP.; I.C.CL.;	22	Liberal	Curitiba	Advogado
10. Padre Isaiás Ribeiro de Andrade e Silva	Eclesiástica	69	Liberal	Curitiba	Padre
11. Tenente Coronel João Manoel da Cunha	Fazenda; CM.;	45	Liberal	Curitiba	Professor / Cargos públicos
12. Padre José Antonio de Camargo Araújo	C.J.FP.; C.O.C.; I.C.CL.;	48	Liberal	Palmeira	Padre / Cargos públicos
13. Major José Antonio dos Santos	C.I.OP.;	52	Conservador	Morretes	Capitalista / Cargos públicos
14. Dr. José Candido da Silva Muricy	C.J.FP.; Estatística;	39	Liberal	Curitiba	Médico / Cargos públicos
15. Dr. José Martins de Araújo	Estatística;	?	Liberal	Castro	Advogado
16. Comendador José Miró de Freitas	CM.;	48	Liberal	Morretes	Cargos públicos
17. Dr. José Pacheco dos Santos Lima	C.I.OP.; Redação;	28	Liberal	Vila do Príncipe	Advogado / Cargos públicos
18. Padre Lourenço Justiniano de Ferreira Bello	Eclesiástica;	41	Liberal	Campo Largo	Padre
19. Tenente Coronel Luiz da Silva Gomes	CM.;	55	Liberal	Guarapuava	Cargos públicos
20. Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas	Fazenda; I.C.CL.;	31	Conservador	Curitiba	Advogado / Cargos públicos

Suplente em 1867

Dr. Manoel Alves de Araujo	Presidente (1867)	31	Liberal	Paranaguá	Advogado
-----------------------------------	--------------------------	----	---------	-----------	----------

Dezenove de Dezembro, 30/jan/1867; Dezenove de Dezembro, 13/set/1865; e 7/mar/1866;

Devido ao falecimento do deputado padre Isaiás Ribeiro de Andrade foi convocada eleição para escolher um suplente para o ano de 1867. Isto demonstra que os suplentes deveriam ser escolhidos, para esta eleição, separadamente do resultado da eleição de 7/set/1865.

ELEIÇÃO DE UM DEPUTADO: Anteontem teve lugar, na igreja matriz, a reunião dos eleitores que compõe o colégio da capital, convocados para eleger um membro à assembleia legislativa da província para preencher a vaga que se deu com o falecimento do reverendo Isaiás Ribeiro de Andrade e Silva, compareceram 74 *eleitores*, sendo eleito: Dr. Manoel Alves de Araujo, 49 votos; e Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota Junior, 25 votos. (*Dezenove de Dezembro, 30/jan/1867*).

Tendo como resultado final de todos os colégios eleitorais, Dr. Alves de Araujo, 119 votos; e Dr. Silveira da Mota Junior, 32 votos.

Outro falecimento bastante significativo para a assembleia legislativa foi do Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães, no dia 15/jul/1867, com 44 anos, genro do comendador Manoel Antonio Guimarães. O Dr. José Mathias foi bastante polêmico durante sua vida, líder conservador em Curitiba, herdeiro do clã Guimarães. Por falecer relativamente jovem, e se

não lhe ocorresse problemas de saúde física, ele teria tido uma carreira política ainda mais expressiva, como será a de seu “primo” Dr. José Lourenço de Sá Ribas, com quem tanto brigou.

Enfim, o núcleo duro desta assembleia legislativa é composto por dois políticos presentes em 1854, tendo a frente o tenente coronel Manoel Antonio Ferreira e seu cunhado Dr. José Lourenço de Sá Ribas. Quanto ao coronel Ferreira está será a sua última participação na assembleia legislativa, tendo de agora em diante uma atuação mais intensa na organização dos batalhões para a Guerra do Paraguai, inclusive indo à Corte no Rio de Janeiro, para tais fins; ele será o Comandante superior da Guarda nacional da comarca da capital até a metade da década de 1870. O Dr. Augusto Lobo de Moura sendo sempre muito bem votado tanto entre *votantes*, como entre os *eleitores*.

O interessante é a volta do jovem Dr. Manoel Alves de Araujo, enquanto suplente em 1867, mas sendo eleito presidente da casa neste ano, no lugar do coronel Ferreira. O coronel Ferreira mais uma vez teria deixado o cargo em favor de alguém com “maior qualificação”. Pode também ser uma estratégia do partido liberal, liderado por Jesuino Marcondes, que daria a presidência da assembleia legislativa ao Dr. Manoel Alves de Araujo, em consenso com o coronel Ferreira.

E a escolha do vice-presidente em 1867, o Dr. José de Souza Ribas, de Ponta Grossa, mas esta será sua única participação como deputado provincial, ele que já teve o seu sogro e tio como deputado, Francisco de Assis Ribas. O núcleo duro da assembleia legislativa passa a ser formado, em 1867, por um quarteto de advogados.

Têm-se oito novos deputados nesta legislatura. O cônego Braga, de Guarapuava, o Dr. José de Souza Ribas, o Dr. José Martins de Araujo, de Castro, o Dr. José Pacheco dos Santos Lima, da Vila do Príncipe, o Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas, de Curitiba e o Dr. Generoso Marques dos Santos, de Curitiba. Estes dois últimos deputados irão iniciar longa carreira na política no Paraná. Exceto o cônego Braga, os demais são jovens advogados, recém formados.

A seguinte nota no jornal *Dezenove de Dezembro* e a análise de David Carneiro (1963, p.462) sobre os bacharéis em direito paranaenses, revelam a importância deste título para a classe dominante local:

REGRESSO – Os senhores Drs. *Generoso Marques dos Santos e João José Pedrosa*, dignos filhos desta província, tendo concluído o curso de ciências sociais e jurídicas na academia de São Paulo regressaram a esta capital onde, segundo nos consta, ficam residindo (*Dezenove de Dezembro*, 27/dez/1865, grifo do autor).
A turma de 1865 é de extraordinária importância para o Paraná. Dela fazem parte o *Dr. José dos Santos Pacheco Lima, Joaquim Ignácio Silveira da Mota Júnior, João José Pedrosa e Generoso Marques dos Santos*, todos com muito grande e muita direta

influência jurídica, cultural e histórica no Paraná que os viu nascer (CARNEIRO, 1963, p.462, grifo do autor).

São novos deputados representantes do litoral, o major José Antonio dos Santos, casado com a filha do Sargento mor de Paranaguá, Antonio Ricardo dos Santos, o velho, portanto cunhado do Dr. Antonio Ricardo dos Santos Filho, que voltará a ser deputado na década de 1870. E o comendador José Miró de Freitas, liderança política de Morretes, também é parente de Antonio Ricardo dos Santos, o velho, por parte de sua avó materna, Maria Rita Lima, irmã do sargento mor de Paranaguá.

Destacam-se nesta legislatura as profissões dos deputados, com nove advogados e cinco padres. Novamente, uma ampla maioria de liberais, mas com o retorno de dois conservadores, o jovem Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas de Curitiba e o coronel José Antonio dos Santos, em sua única participação como deputado, com residência em Morretes. E a metade dos deputados reside em Curitiba e apenas três são do litoral.

As Sessões da 7ª Assembleia Legislativa Provincial, 1866 e 1867

A assembleia legislativa provincial iniciou seus trabalhos em 12/fev/1866, com as sessões preparatórias sob a presidência do coronel Manoel Antonio Ferreira. Neste momento foi anulada a eleição de Paranaguá, por considerarem as muitas irregularidades nas atas enviadas, mas que em nada prejudicou o resultado final dos deputados eleitos. E em 15/fev/1866 o presidente da província, Dr. Pádua Fleury leu o seu relatório na abertura dos trabalhos da Assembleia legislativa¹⁰⁸.

Tabela 55 – LEIS APROVADAS EM 1866

Nº	Lei	Data
127	Autoriza o governo a contratar o levantamento e impressão da carta corográfica da província	7/mar/1866
128	Extingue o 2º distrito de paz da cidade de Ponta Grossa	12/mar/1866
129	Marca o subsídio dos membros da assembleia provincial: 5.000 réis diários; indenização das despesas de viagem de vinda e volta dos que residem fora da capital será de 2 mil réis (não excedendo 200 mil réis).	13/mar/1866
130	Regula a taxa que se pagará nas barreiras da estrada do litoral	14/mar/1866
131	Autoriza o governo a aposentar a José Ricardo Guimarães Alves	19/mar/1866
132	Fixa a força policial para o ano de 1866/1867	5/abr/1866
133	Autoriza o governo a dar regulamento para a melhor percepção do imposto sobre as rezes cortadas para o consumo	6/abr/1866
134	Eleva a 2\$500 o imposto do gado exportado	12/abr/1866
135	Autoriza a contar-se ao professor da 2ª cadeira de instrução primária da capital, para	19/abr/1866

¹⁰⁸ Relatório do presidente da província do Paraná, Dr. André de Pádua Fleury: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1866_a_p.pdf (05/nov/2012).

	aposentar-se o tempo que regeu interinamente a cadeira de Guaraqueçaba	
136	Autoriza o governo a mandar abrir uma estrada	19/abr/1866
137	Regula os vencimentos que perderá o funcionário público licenciado	19/abr/1866
138	Autoriza o governo a empregar a verba consignada no §13 do art. 1º da lei n.115 na aquisição de carneiros	19/abr/1866
139	Fixa a receita e as despesas das câmaras municipais	19/abr/1866
140	Autoriza o governo a relevar das multas os fabricantes de aguardente	19/abr/1866
141	Cria duas cadeiras de instrução primária	20/abr/1866
142	Regula as porcentagens dos administradores de barreiras e coletores	20/abr/1866
143	Fixa a receita e despesa da província: Ano financeiro 1/jul/1866 a 30/jun/1867 – 234:060\$594; Assembleia provincial, subsídio dos deputados 7:200\$000	20/abr/1866
144	Marca o número de alunos que devem frequentar as escolas para que os professores percebam os seus vencimentos por inteiro	21/abr/1866
	<i>Regulamento:</i> para a cobrança do imposto dos animais, para a cobrança da taxa das barreiras; para conservação das obras da estrada da Graciosa.	

Coleção das leis da Província do Paraná, 1866

Ao todo foram 48 sessões, encerradas em 19/abr/1866, que versaram sobre a impressão de uma carta corográfica do Paraná, limites, força policial, funcionários públicos, educação, impostos e orçamentos.

O tenente coronel Manoel Antonio Ferreira, presidente da assembleia legislativa provincial, assim terminou esta 1ª sessão da 7ª legislatura, com o seguinte discurso:

Temos, enfim, Srs., chegado ao termo de nossas lides e concluído nossa tarefa. Se não atingimos a perfeição, se longe ficamos dela e talvez abaixo da expectativa da província, embora fizéssemos tudo quanto estava a nosso alcance para melhorar as condições de sua sorte; todavia não se poderá dizer – que não trabalhamos em prol de seu legítimos interesses, como bem o provará a publicação dos nossos trabalhos. Nossos importantes serviços se sobre elevarão quando se considerar na exiguidade dos recursos da província.

Também foi louvável a gravidade do vosso comportamento neste recinto, guardando decência, harmonia, atenções recíprocas e todas as conveniências parlamentares.

Resta-me agradecer-vos a delicada atenção com que me tratastes e a honra que me destes elegendo-me para dirigir os trabalhos da presente sessão; *avista da minha nenhuma ilustração; honra devida mais à vossa generosidade do que ao meu merecimento. Manoel Antonio Ferreira, presidente da assembleia legislativa provincial (Dezenove de Dezembro, 7/abr/1866, grifo do autor).*

Os discursos do coronel Manoel Antonio Ferreira eram bastante curtos, e destaca-se, neste, sua “humildade”, frente ao seu poder de influência, dizendo ser uma pessoa de “nenhuma ilustração”.

Em 1867, as sessões da assembleia legislativa provincial iniciaram em 13/mar/1867, sendo convocado o deputado suplente o Dr. Manoel Alves de Araujo. E após a validação de seu diploma, da Missa do Espírito Santo, a eleição para presidente da assembleia legislativa aconteceu, com treze deputados presentes, sendo que o Dr. Manoel Alves de Araujo recebeu dez votos, Enéas, dois votos, e o ex-presidente coronel Ferreira, apenas um voto. Era grande, portanto, o prestígio do jovem Dr. Manoel Alves de Araújo, assumindo pela segunda vez a presidência desta casa. Logo depois, o presidente da província do Paraná Dr. Polidoro César

Bulamarque leu seu relatório de atividades¹⁰⁹ (*Dezenove de Dezembro*, 30/mar/1867). Polidoro César Bulamarque teria assumido a presidência do Paraná em 15/nov/1866 e ficaria até 17/ago/1867.

Tabela 56 – LEIS APROVADAS EM 1867

Nº	Lei	Data
145	Isenta do imposto municipal e provincial, por três anos, o algodão em rama produzido e exportado pela província	13/abr/1867
146	Isenta do pagamento da taxa o animal muar ou cavalari	13/abr/1867
147	Decreto: Aprova artigos de posturas da câmara municipal da capital	30/abr/1867
148	Deixa livre o uso de canoas nos rios da província	9/maio/1867
149	Fixa a força policial para o ano de 1867/68	9/maio/1867
150	Cria uma cadeira de pedagogia na província	10/maio/1867
151	Fixa a receita e despesa da província – exercício financeiro 1867/68 – 225:211\$560, sendo que o subsídio e ajuda de custo a 20 membros da assembleia é de 6:946\$000, num total de 9:894\$000.	13/maio/1867
152	Fixa a receita e despesa das câmaras municipais	13/maio/1867
153	Decreto: Aprova artigos de posturas da câmara municipal de Morretes	15/maio/1867

Coleção das leis da Província do Paraná, 1867

Ao todo aconteceram 45 sessões em 1867, terminando no dia 15/maio/1867, com longo discurso do presidente da assembleia legislativa, Dr. Manoel Alves de Araujo. Diferente do breve discurso de encerramento do tenente coronel Manoel Antonio Ferreira, no ano anterior. Dr. Manoel Alves de Araujo destacou as leis discutidas e aprovadas pelos deputados, e reclamou do governo imperial mais atenção aos combatentes de guerra que saem do Paraná. Neste sentido, ele conclui seu discurso comentando sobre os atuais acontecimentos no Paraguai.

(...) Antes de concluir, consenti que vos diga ainda duas palavras a respeito desse grande pleito que se debate no Paraguai. Já em anos anteriores, desta mesma cadeira em idêntica ocasião, falando à província, porque me dirigia a vós, convidei seu patriotismo, referindo o chamado da pátria, e vós, Senhores, sois as melhores testemunhas da resposta dos nossos patrícios.

A guarda nacional do Paraná, sempre briosa, em toda a parte atenta, foi solícita em corresponder as ordens do governo imperial: os rigores da lei não se fizeram precisos, porque sobrava-lhe pundonor e energia na execução. (*Apoiados*). (...)

Saudemos, pois, Senhores, a essa oficialidade distinta, a esses guardas generosos, a esse povo que anseia por colher o fruto do seu sangue e a palma da sua vitória! (*Muito bem*). (...) *Manoel Alves de Araujo*. Presidente da assembleia (*Dezenove de Dezembro*, 15/maio/1867)

Estatisticamente a população do planalto curitibano em 1867 era de aproximadamente 40 mil habitantes, sem contar a região de Guarapuava e do litoral, que segundo David Carneiro (1963, p.234), o Paraná teria aproximadamente 100 mil pessoas no final da década de 1860. Curitiba (sede), teria 14.125 hab; São José dos Pinhais, 6.329; Vila Nova do

¹⁰⁹ Relatório do presidente da província do Paraná, Dr. Polidoro Cesár Bulamarque: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1867_a_p.pdf (Acesso em 05/nov/2012).

Príncipe, 8.549; Rio Negro, 3.636; Yguassú, 5.147; Campo Largo, 2.641; Votuverava, 5.019 (MARTINS, s/d, p.183). Este é um período de relativa estabilidade geral, que permite o desenvolvimento das regiões brasileiras (IGLÉSIAS, *in*: HOLANDA, 2004, p.17). Surgem, inclusive, alguns novos jornais no Paraná¹¹⁰.

No início do ano de 1867 irá acontecer a eleição para *eleitores*, e o jornal local conclama que o governo, na pessoa do presidente da província e seus secretários, não deveriam influenciar nos resultados eleitorais. Esta era uma afirmação bastante significativa, pois, de alguma forma estava se propondo uma maior liberdade do voto, algo “impensável” para o período. O presidente da província do Paraná no início de 1867 era o Dr. Polidoro César Burlamaque, que havia assumido o governo em 15/nov/1866.

A eleição: Aproximam-se os dias da eleição. O povo em breve revestir-se-á da majestade do soberano, e irá exercer o mais nobre, o mais esplêndido de seus direitos – o de eleger seus representantes. (...) *O governo não tem, não pode ter candidatos.* Alto e bom som S. Ex. o Sr. presidente da província o tem declarado desde que empunhou as rédeas da administração. (...) *O governo de braços cruzados assistirá indiferente e mudo ao grandioso espetáculo da eleição, deixando que no terreno da lei partidos se disputem as palmas da vitória – cumpre o seu dever.* (...) Repetimos: o governo não tem candidatos. As autoridades policiais, sejam quais forem, uma vez que se desmandem, e concorram, por meio de uma maléfica influência, para que o processo eleitoral seja viciado, certo, verão cair sobre elas todo o peso da responsabilidade que contraíram ao aceitarem os cargos. Convençam-se todos disto, e cada um vá tranquilo depor na urna o voto de suas afeições e simpatias (*Dezenove de Dezembro, 19/jan/1867*).

De uma maneira geral, os *eleitores* do planalto que serão eleitos são do partido liberal, pois ainda se estava sob o predomínio desta agremiação política no Rio de Janeiro. E muitos deles já estiveram no cargo de deputado provincial (cf. Anexo 3). Em Paranaguá o comendador Manoel Antonio Guimarães e seus genros não foram eleitos, por serem do partido conservador. E há o predomínio dos irmãos Alves de Araujo sobre Paranaguá e Antonina. Em Morretes a rixa política é clara entre conservadores e liberais, que os levam a realizarem eleições em separado, as *duplicatas*.

13ª Assembleia Legislativa Geral, Rio de Janeiro, 1867 a 1868

Os novos *eleitores* vão às urnas no dia 5/mar/1867 para a eleição de deputado geral no Paraná. E a reeleição do Dr. Jesuino Marcondes e do Dr. Laurindo Abelardo de Brito demonstra a força política destes dois homens liberais e de suas respectivas famílias. Dr.

¹¹⁰ Em 1867 surge a *Fênix*, hebdomadário que fez época, pelo ardor com que se batia na arena dos partidos políticos. No mesmo ano de 1867, em junho, apareceu em Paranaguá a *Imprensa Livre* e em 1870 o *Operário da Liberdade*, o qual também deixou tradições (ROCHA POMBO, 1980, p.100).

Jesuino Marcondes é considerado chefe absoluto do partido liberal no Paraná, neste período. Isto, seguindo ainda uma tendência progressista liberal que dominava os Gabinetes do Império, porém, até o ano de 1868, quando esta “liga” não se sustentará mais, voltando assim os conservadores.

Neste sentido, esta assembleia legislativa foi de apenas dois anos, pois em 1869 haveria a necessidade de novos deputados, em especial, deputados conservadores.

Tabela 57 – Resultado para a 13ª Assembleia Geral Legislativa (1867-1868)

Deputado Geral – 1867-1869	Votos
1. Dr. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá	159
2. Dr. Laurindo Abelardo de Brito	155
3. Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta	38
4. Dr. Manoel Francisco Corrêa	16
5. Dr. Manoel Alves de Araujo	5
6. Dr. José Lourenço de Sá Ribas	2
7. Dr. Joaquim Dias da Rocha	1
8. Tenente coronel Ignácio José de Moraes	1
9. Padre José Antonio de Camargo e Araujo	1

Dezenove de Dezembro, 6/abr/1867.

Tabela 58 – Deputado Geral eleito – 13ª Legislatura (1867/1868)

Deputado geral	Partido	Residência	Profissão
Dr. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá	Liberal	Curitiba / Palmeira	Advogado
Dr. Laurindo Abelardo de Brito	Liberal	Curitiba / Castro	Advogado

O autor

Esta Câmara dos deputados foi, então, dissolvida em 18/jul/1868, após a subida ao poder do Gabinete conservador, com o visconde de Itaboraí (IGLÉSIAS, *in*: HOLANDA, 2004, p.137). A queda deste gabinete liberal progressista, como se verá a seguir, é considerada também como o início da própria queda do governo monárquico, de acordo com o historiador Sérgio Buarque de Holanda (2004; 2005).

Composição da 8ª Assembleia Legislativa Provincial, 1868 e 1869. O final da década de 1860 e a reorganização dos saquaremas.

A eleição para deputados provinciais ocorreu dia 7/set/1867, nos respectivos colégios eleitorais.

Srs. Eleitores – ilustrados como sois, compreendeis a situação política do Paraná, suas mais palpitantes e vitais necessidades, e, conseqüentemente, os homens mais aptos para tratarem de assuntos tão importantes.

Escolhei verdadeiros representantes e legítimos órgãos dos sentimentos do povo.

É esse o vosso mais sagrado dever, a vossa sublime missão.

Já vão longe os calamitosos tempos do bacamarte, em que o execrável procedimento de alguns celerados cavaram na terra rios de sangue.

Triste fase de nossa vida política!

Hoje as paixões partidárias deram lugar à razão, e o pleito eleitoral se observa na mais perfeita calma e sem a exacerbação de antigos e inveterados ódios.

Os Paranaenses, como todos os bons Brasileiros, amam a sua pátria regida pela mais bela e sabia das constituições, onde cada cidadão encontra a sólida garantia de seus sagrados direitos.

Srs. Eleitores – exersei com toda a independência, somente dirigidos pela razão, a vossa soberania; e, do alto da imprensa, tributaremos preito e homenagem aos que tanto cooperaram para os resultados felizes que se lhe seguirão (*Dezenove de Dezembro, 4/set/1867*).

Este comunicado de conscientização da liberdade do voto é dirigido aos “*senhores eleitores*”, a minoria política que elegia os deputados provinciais e gerais.

Nesta nova legislatura a renovação será baixa, com apenas quatro novos deputados. Os liberais elegem a maioria dos deputados. E a guerra do Paraguai continua a ser o fato mais importante deste período histórico.

Tabela 59 – Resultado para a 8ª Assembleia Legislativa Provincial (1868-1869)

Candidatos	Votos
1. Dr. Francisco Alves Guimarães	133
2. Dr. Manoel Alves de Araujo	129
3. Dr. Augusto Lobo de Moura	128
4. Dr. Generoso Marques dos Santos	127
5. Francisco de Assis Ribas	127
6. Dr. José Candido da Silva Murici	125
7. Comendador Antonio Alves de Araujo	125
8. Dr. João José Pedrosa	124
9. Luiz da Silva Gomes	123
10. Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro	123
11. Dr. José Joaquim Franco do Valle	122
12. Padre Lourenço Justiniano de Ferreira Bello	120
13. Dr. José Pacheco dos Santos Lima	118
14. Padre José Antonio de Camargo e Araujo	118
15. Caetano de Souza Pinto	115
16. Manoel Marcondes de Sá	115
17. Dr. José Martins de Araujo	106
18. Antonio Ricardo Lustosa de Andrade	90
19. Manoel Gonçalves Marques	85
20. Dr. José Lourenço de Sá Ribas	79
Suplentes	
Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta Junior	76
João Manoel da Cunha	73
Dr. Ernesto Francisco de Lima Santos	73
Dr. Augusto Lobo de Moura Filho	65
Dr. Francisco Antonio Monteiro Tourinho	58
<i>Seguem outros candidatos não citados</i>	

Dezenove de Dezembro, 14/set/1867.

Tabela 60 – 8ª LEGISLATURA 1868-1869

Deputado	Comissões	Idade	Partido	Residência	Ocupação
1. Dr. Manoel Alves de Araujo	Presidente	32	Liberal	Paranaguá	Advogado / Cargos públicos
2. Padre José Antonio de Camargo e Araujo	Vice-pres.; Fazenda; Redação;	50	Liberal	Palmeira	Padre / Cargos públicos

3. Dr. Generoso Marques dos Santos	1º Secretário	24	Liberal	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
4. Dr. Augusto Lobo de Moura	2º Secretário	57	Liberal	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
5. Dr. João José Pedrosa	Suplente de 1º sec.; Fazenda; CM; Redação;	23	Liberal	Curitiba	Advogado, Cargos públicos
6. Caetano de Souza Pinto	Suplente de 2º sec.; Fazenda; Redação;	49	Liberal	Paranaguá	Cargos públicos
7. Comendador Antonio Alves de Araujo	C.I.OP.;	35	Liberal	Antonina	Industrial erva mate / cargos públicos
8. Antonio Ricardo Lustosa de Andrade	COC; ICCI;	45	Conservador	Curitiba	Cargos públicos
9. Dr. Francisco Alves Guimarães	COC; ICCI;	23	Liberal	Guarapuava	Advogado / Promotor público em Guarapuava
10. Tenente coronel Francisco de Assis Ribas	CM;	47	Conservador	Ponta Grossa	Cargos públicos / Fazendeiro
11. Dr. José Candido da Silva Muricy	C.J.FP.;	41	Liberal	Curitiba	Médico / Cargos públicos
12. Dr. José Pacheco dos Santos Lima	C.J.FP.; Eclesiástica; CM;	30	Liberal?	Vila do Príncipe	Advogado / Cargos públicos
13. Dr. José Joaquim Franco do Valle	C.I.OP.; Estatística;	26	Liberal	Curitiba	Médico, Professor / Cargos públicos
14. Dr. José Martins de Araújo	Eclesiástica; COC.;	?	Liberal	Castro	Advogado / Cargos públicos
15. Dr. José Lourenço de Sá Ribas	-	48	Liberal	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
16. Padre Lourenço Justiniano de Ferreira Bello	Eclesiástica;	43	Liberal	Campo Largo	Padre
17. Tenente coronel Luiz da Silva Gomes	Estatística;	57	Liberal	Guarapuava	Cargos públicos
18. Tenente coronel Manoel Gonçalves Marques	Estatística;	57	Conservador	Porto de Cima	Cargos públicos
19. Manoel Marcondes de Sá	C.I.OP.;	44	Liberal	Guarapuava	Cargos públicos
20. Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro	C.J.FP.; ICCI;	28	Liberal	Curitiba	Advogado / Cargos públicos

Dezenove de Dezembro, 14/set/1867.

Legenda: COC – Contas e Orçamentos das Câmaras; ICCI – Instrução, Catequese e Civilização dos Índios; CM – Câmaras Municipais; CIOP – Comércio, Indústria e Obras Públicas; C.J.FP. – Constituição, Justiça e força policial;

Quanto à comissão executiva desta assembleia legislativa, chama a atenção os jovens doutores Manoel Alves de Araujo e Generoso Marques dos Santos, dupla de políticos que se manterão juntos até o final do Império. Dr. Manoel Alves de Araujo está na sua terceira legislatura e todas como presidente. E o Dr. Generoso Marques, em sua segunda legislatura, assume agora como primeiro secretário. O padre Camargo está em sua terceira legislatura e

agora assume como vice-presidente, representando os interesses dos Campos gerais paranaense.

Destacam-se nesta composição da assembleia legislativa provincial os irmãos Alves de Araujo do litoral paranaense. Aparentemente, o poder se alterna no litoral, antes com predominância dos saquaremas da família de Manoel Antonio Guimarães, passando agora, ao longo da década de 1860, à família dos Alves de Araujo, luzias.

Outro ponto é a presença de três deputados que estavam na primeira legislatura, em 1854/55, o Dr. José Lourenço de Sá Ribas, o tenente coronel Manoel Gonçalves Marques e Antonio Ricardo Lustosa de Andrade. Estes dois últimos eram conservadores, numa câmara de liberais, novamente. E a força política do Dr. José Lourenço de Sá Ribas em Curitiba fez com que fosse eleito, até o momento, para todas as oito legislaturas, sendo inclusive membro de seu núcleo duro em cinco delas. E, igualmente se destaca a força do conservador, tenente coronel Manoel Gonçalves Marques, que domina a localidade de Porto de Cima, no litoral, independente do partido político no poder.

São eleitos e alguns reeleitos, sete jovens bacharéis, Francisco Alves Guimarães, Generoso Marques dos Santos, João José Pedrosa, José Pacheco dos Santos Lima, José Martins de Araujo, Manoel Alves de Araujo e Sergio Francisco de Souza Castro. A assembleia legislativa provincial é um espaço inicial muito importante para a carreira política dos jovens bacharéis no Paraná.

Há também a presença de dois padres e mais dois médicos. O médico José Joaquim Franco do Valle, natural do Maranhão, é genro do professor João Baptista Brandão de Proença, juiz de paz em Curitiba.

Quanto à procedência dos deputados têm-se oito residentes em Curitiba, quatro do litoral, três de Guarapuava, um de Castro, um de Palmeira, um de Campo Largo, um de Ponta Grossa e um da Vila do Príncipe.

A renovação dos membros desta assembleia foi baixa, com apenas quatro novos deputados. O jovem Dr. João José Pedrosa e o médico José Joaquim Franco do Valle, ambos de Curitiba; o jovem Dr. Francisco Alves Guimarães e Manoel Marcondes de Sá, de Guarapuava. Este último é primo do padre Camargo, vice-presidente da assembleia.

Quanto à composição familiar, não há dúvida de que uma mesma classe política e econômica tradicional continua a predominar, não descartando sempre a difícil disputa pelos votos dos *eleitores*, que faz com que, de certa forma, novos membros sejam eleitos para o cargo de deputado.

As Sessões da 8ª Assembleia Legislativa Provincial, 1868 e 1869

A primeira sessão preparatória da assembleia legislativa provincial foi no dia 12/fev/1868, nomeando a comissão interina e posterior verificação dos diplomas, examinando-se as atas das eleições dos colégios eleitorais, e declarando deputados os eleitos; passando pela missa do Espírito Santo com o respectivo juramento. Foi lido o relatório pelo presidente da província do Paraná, Dr. José Feliciano Horta de Araujo, no dia 15/fev/1868, na abertura oficial dos trabalhos legislativos¹¹¹. José Feliciano Horta de Araujo teria assumido a presidência do Paraná em 31/out/1867.

Tabela 61 – LEIS APROVADAS EM 1868

N.	Lei	Data
154	Declara que o art. 5º da lei de 13/maio/1867 não revogou a de 13/abr/1867	9/mar/1868
155	Despender anualmente desde já a quantia de vinte contos de réis com as estradas do interior, do modo seguinte...	9/mar/1868
156	Fica reduzido a dois mil réis por cabeça o imposto a que está sujeito o gado exportado da província	20/mar/1868
157	Fica criada uma cadeira de instrução primária para o sexo feminino na colônia do Superaguy, no bairro denominado Varadouro velho; e o governo autorizado a contratar a professora, mediante a gratificação da lei.	21/mar/1868
158	Fica restabelecida a cadeira de instrução primária para o sexo masculino, criada pela lei n.13, de 27/maio/1865, no bairro das Peças da freguesia de Guaraqueçaba, e o governo autorizado a contratar desde já pela quantia de 300 mil réis o respectivo professor.	21/mar/1868
159	Fica criada na cidade de Antonina uma 2ª cadeira de instrução primária para o sexo masculino, percebendo o professor os vencimentos marcos por lei.	21/mar/1868
160	Decreto: posturas municipais sob proposta da câmara municipal da capital	21/mar/1868
161	Decreto: posturas municipais sob proposta da câmara municipal de Paranaguá	21/mar/1868
162	Fica criada uma cadeira de instrução primária para o sexo masculino nos bairros de Butiatuva e Tranqueira, e o governo autorizado a contratar o respectivo professor.	23/mar/1868
163	É incompatível o exercício de dois ou mais empregos estipendiados pelo cofre provincial	26/mar/1868
164	Ficam criadas na colônia Thereza do Ivahy duas cadeiras de instrução primária, uma para o sexo feminino e outra para o masculino.	26/mar/1868
165	O subsídio dos membros da assembleia legislativa provincial para a próxima legislatura de 1870-1871 será de 5U000 diários.	31/mar/1868
166	Fixa a força policial para o ano de 1868 a 1869.	7/abr/1868
167	Autoriza o governo a subvencionar com a quantia de 6:000U000 anualmente o indivíduo que fundar nesta capital um colégio particular.	7/abr/1868
168	Professores compreendidos na última parte do art. 83 do regulamento de 8/abr/1857, perceberão em vez da terça parte a metade do ordenado com que tiverem sido aposentados.	7/abr/1868
169	Cria na freguesia de Rio Negro uma cadeira de instrução primária	7/abr/1868
170	Cria uma cadeira de instrução primária na capela das Conchas, distrito de Ponta Grossa	7/abr/1868
171	Anexa o distrito do Iguassú ao município de São José dos Pinhais	14/abr/1868
172	Estabelece divisas entre o município do Príncipe e o distrito do Iguassú.	14/abr/1868
173	Autoriza o presidente da província a contar a Joaquim Vicente da Silva Montepoliciano o	16/abr/1868

¹¹¹ Relatório do presidente da província do Paraná, Dr. José Feliciano Horta de Araujo: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1868_a_p.pdf (Acesso em 10/dez/2012).

	tempo que serviu como professor contratado e interino	
174	Declara isento de qualquer intervenção da autoridade pública às aulas particulares da província	16/abr/1868
175	Autoriza o presidente da província a conceder seis meses de licença com todos os seus vencimentos a Francisco de Salles Pereira, 2º escriturário da tesouraria provincial	16/abr/1868
176	Autoriza a câmara municipal de Morretes a contrair um empréstimo da quantia de 6:000U000	16/abr/1868
177	Autoriza o governo a despender a quantia de 460.000U000 para a construção da estrada da Graciosa até a cidade de Castro	16/abr/1868
178	Aprova o ano financeiro de 1868 a 1869 a quantia de Rs. 278.127U399; Destes, para a Assembleia provincial: subsídio e ajuda de custo a 20 membros – 6:946U000	16/abr/1868
179	Decreto: Fixa a receita e despesa das câmaras municipais	16/abr/1868

Dezenove de Dezembro, várias edições, 1868.

Das 25 leis aprovadas, onze se referem à educação, duas a estradas, duas a questões do empregado público, duas de posturas municipais. Destaca-se a lei que diminui o imposto sobre o gado, em benefícios aos tropeiros e fazendeiros da região dos Campos Gerais e Guarapuava, e o empréstimo que a câmara municipal de Morretes poderá contrair. O distrito de Iguassu é anexado a São José dos Pinhais, mas logo Iguassu, que vem formando sua classe política através de *eleitores*, irá se tornar uma vila, na década de 1870. As demais leis versam sobre os subsídios aos deputados, ao orçamento da província, e das câmaras municipais e a força policial.

Nos diários da assembleia publicados pelo jornal *Dezenove de Dezembro* do ano de 1868 são transcritos os “aturados”, “prolongados e calorosos debates” frente aos temas discutidos.

Assembleia provincial – (...) Aprovou-se em 2ª discussão o projeto n.º1, acerca do subsídio dos membros da assembleia na próxima legislatura, depois de *aturado debate* em que tomaram parte os srs. deputados padre Camargo, Drs. Generoso, Pedrosa, Sergio de Castro e Valle. (...). Posto em 1ª discussão o projeto n.4 que extingue a cadeira de matemática do Liceu da capital, abriu-se *prolongado e caloroso debate*, orando contra os srs. Alves Guimarães e Valle, e a favor os srs. Pedrosa, padre Camargo e Sergio. (...) (*Dezenove de Dezembro*, 29/fev/1868, grifo do autor).

Mesmo sendo uma assembleia de predomínio liberal, as discussões eram acentuadas entre seus membros. As rixas políticas continuam visíveis nesta legislatura. O jovem deputado liberal Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro faz um discurso criticando veementemente o conservador Dr. Agostinho Ermelino de Leão, e atual magistrado em Curitiba, dizendo ter “poluído a toga de magistrado” (*Dezenove de Dezembro*, 2/abr/1868). Este discurso será rebatido pelo próprio Dr. Agostinho Ermelino de Leão (*Dezenove de Dezembro*, 8/abr/1868).

No discurso de outro jovem bacharel, o deputado Dr. Francisco Alves Guimarães, em sua primeira e única participação numa legislatura, logo na abertura da Assembleia provincial do Paraná, em 23/mar/1868, ele apresenta sua visão sobre os partidos políticos no Paraná e ao

lembrar o episódio das mortes em São José dos Pinhais em 1852, destaca que o partido conservador nesta província teria desaparecido: “(...) nesta Província não há partidos, aqui há a homogeneidade de ideias, todos pertencem a um só partido – o liberal, porque o intitulado conservador há muito desapareceu da urna”. Outro ponto, é que Dr. Francisco Alves Guimarães lembra que ele é um paranaense e de grande família desta província, que sempre lutaram pelas bandeiras liberais. E em um aparte do deputado Dr. Sergio de Castro, diz: “A sua família até conta mártires da carnificina de São José dos Pinhais” (NEGRÃO, 1926, vol.1, p.438-9). Dois jovens que em 1852 eram apenas crianças, e o Dr. Sergio de Castro inclusive era nascido em Iguape, SP, demonstrando como ainda este episódio de 1852 era comentado e lembrado de forma proposital.

Destaca-se, também, o primeiro discurso do jovem deputado liberal, Dr. João José Pedrosa, em sua primeira participação na Assembleia legislativa, demonstrando sua convicção como membro deste partido.

Discurso proferido na discussão da fixação da força policial pelo Sr. Dr. Pedrosa:
O Sr. Dr. Pedrosa – Sr. presidente, sendo esta a primeira vez que tenho assento nesta casa, creio que os seus estímulos me impõem o dever de vir a tribuna, hoje que se trata em 2ª discussão da fixação da força policial.

É chegada a ocasião das profissões de fé, é chegada a ocasião de todo aquele que ainda é novo neste recinto dizer sem reboço que ideia representa, que princípios políticos comunga, e com que título mereceu os sufrágios do povo (*Apoiados*).

(...) Nunca temi, nunca hesitei declarar os sentimentos políticos que sinceramente alimento (*Apoiados*). Aborreci sempre as posições dúbias em partidos.

O Sr. Dr. Sérgio – Apoiadíssimo; pensamos do mesmo modo.

O Sr. Dr. Pedrosa – Foi para mim um axioma desde muito tempo, desde a vida acadêmica: o homem que receia dizer francamente que ideia representa, que partido tem adotado, quais os princípios por que pugna, esse homem não representa ideia alguma lícita, nem qualquer princípio nobre e confessável; ele não passa de um especulador político (*Muito bem*).

[*Depois de um longo discurso sobre as diferenças dos partidos e suas origens, Dr. Pedrosa comenta*]:

Entre ambos a escolha não me pode ser difícil; entre ambos eu não posso hesitar. Sou liberal, e é a ideia liberal que represento nesta casa. Liberal, srs., eu quero a liberdade para toda a esfera de desenvolvimento humano. Quero liberdade religiosa, a liberdade econômica e a liberdade de ensino, que a liberdade em tudo e para todos (...). (*Dezenove de Dezembro, 8/abr/1868*).

E o Dr. João José Pedrosa continua num longo discurso sobre o tema, e ainda se referindo a ser ele um liberal histórico, referente aos fatos passados da história brasileira e de seu partido.

Neste clima bastante acirrado, em que o liberal Dr. Francisco Alves Guimarães proclamava o fim dos conservadores e o Dr. Pedrosa exaltava os princípios de sua agremiação, as leis foram sendo discutidas e aprovadas.

Quanto a guerra do Paraguai, em março de 1868 é tomada a cidade de Assunção pelas tropas brasileiras tendo a frente o general Duque de Caxias. E são realizados grandes festejos na capital Curitiba por este fato, conduzidas por suas autoridades locais, com felicitações na assembleia legislativa e celebrações religiosas. O ditador paraguaio Francisco Solano Lopez foge para o interior do país, o que prolongaria a guerra por mais dois anos.

A assembleia legislativa encerrou seus trabalhos, desta primeira sessão, no dia 15/abr/1868 com discurso do presidente Dr. Manoel Alves de Araujo.

E no ano de 1869, os trabalhos retornaram sob a presidência do mesmo Dr. Manoel Alves de Araujo, e primeiro e segundo secretários, Dr. Generoso Marques dos Santos e Dr. Augusto Lobo de Moura, sendo lido o relatório pelo presidente da província Dr. Antonio Augusto da Fonseca, em 6/abr/1869¹¹², que assumiu o cargo em 14/set/1868, representando já o novo gabinete conservador no Império.

Em 1869, sob este novo clima político, isto traria grandes dificuldades para a assembleia provincial paranaense, que era quase toda liberal. Interessante notar que a previsão do jovem deputado Dr. Francisco Alves Guimarães, de que o partido conservador no Paraná teria se extinguido, não era nada realista, pois na eleição de 7/set/1869 voltam os conservadores ao poder com toda a sua força e tradição, demonstrando que estavam bem “vivos”.

Ao entregar a presidência da província do Paraná, em 28/ago/1869, o Dr. Antonio Augusto da Fonseca a faz a outro conservador, o Dr. Agostinho Ermelino de Leão. Dr. Fonseca escreve em seu relatório que teve de “não sancionar” inúmeras leis, pois “a assembleia provincial dominada pelo desejo de fazer oposição ao governo, não atendeu aos interesses da província”. E assim, apresenta ao novo vice-presidente, 16 leis que não foram sancionadas¹¹³. Enfim, chegava ao ocaso o predomínio liberal, e se iniciava uma fase conservadora. E ninguém mais propício para estar à frente desta retomada no Paraná que o próprio Dr. Agostinho Ermelino de Leão.

As leis aprovadas em 1869:

Tabela 62 – LEIS APROVADAS EM 1869

Nº	Lei	Data
180	Faz extensiva aos administradores de registros, seus escrivães e os passadores de rios	24/abr/1869

¹¹² Relatório do Dr. Antonio Augusto da Fonseca na abertura da Assembleia legislativa provincial: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1869_a_p.pdf (Acesso em 10/jan/2012).

¹¹³ Relatório do Dr. Antonio Augusto da Fonseca ao entregar o cargo ao Dr. Agostinho Ermelino de Leão: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1869_b_p.pdf (Acesso em 10/jan/2013).

	a aposentadoria garantida na lei n.119, de jun/1865	
181	Autoriza o governo a auxiliar com a quantia de 18:000\$ o estabelecimento de uma linha telegráfica entre a capital e a cidade de Paranaguá	28/abr/1869
182	Suprime as cadeiras de latim e francês de Paranaguá e Antonina	30/abr/1869
183	Manda contar aos 25 anos de que trata a lei n.110 de 6/jun/1865, até 5 anos de efetivo exercício de emprego geral de nomeação do governo provincial aos funcionários maiores de 50 anos.	1/maio/1869
184	Eleva a categoria de vila a freguesia de Palmeira	3/maio/1869
185	Isenta dos impostos geral e provincial por 5 anos o algodão em rama produzido e exportado pela província	11/maio/1869
186	Autoriza a mesa da assembleia provincial a despende a quantia de 2:300\$ como auxílio à verba consignada no §12 do orçamento de 1868/69	11/maio/1869
187	Decreto: Proíbe a criação de abelhas dentro do quadro urbano da cidade de Castro	12/maio/1869
188	Eleva a categoria de cidade com denominação de – Nhundiaquara – a vila de Morretes	24/maio/1869
189	Consigna 10:000\$ para as obras do hospital de misericórdia da capital	24/maio/1869
190	Decreto: Aprova posturas da câmara municipal de Nhundiaquara	28/maio/1869
191	Manda contar em dobro aos empregados provinciais o tempo que serviram na guerra com o Paraguai	31/maio/1869
192	Autoriza a câmara municipal do Príncipe a demolir o edifício que ali serve de cadeia	31/maio/1869
193	Marca a dimensão das rodas dos carros que transitam pela estrada da Graciosa	31/maio/1869
194	Altera algumas palavras da lei n.172 de 14/abr/1868	31/maio/1869
195	Restabelece as divisas entre os distritos de Castro e Ponta Grossa mandadas observar pela lei n.34, de 7/abr/1855	31/maio/1869
196	Fixa a receita e despesa da província – ano 1869/1870 – 497:653\$579 – para a Assembleia provincial, subsídio e ajuda de custo a 20 membros: 6:946\$000, num total de 9:756\$000.	31/maio/1869
197	Fixa a força policial para o ano de 1869/1870	2/jun/1869
198	Declara que os lugares de coletores e escrivães das rendas provinciais de Antonina e Paranaguá não podem ser exercidos por empregados gerais da mesa de rendas e alfândega	2/jun/1869
199	Concede aos engenheiros Francisco Antonio Monteiro Tourinho e M. Scharz privilégio por 30 anos para construir e explorarem uma estrada de <i>tram-road</i>	2/jun/1869
200	Determina que o imposto de gado e animais que se arrecada no registro de Itararé seja pago em letras a prazo de 6 meses	5/jun/1869
201	Extingue cadeiras de instrução primária	5/jun/1869
202	Autoriza o governo a indenizar aos herdeiros de Fidelis José da Silva Carrão os prejuízos que sofreram com a desapropriação de terrenos que possuíam	5/jun/1869
203	Autoriza o governo a mandar pagar ao padre José Antonio de Camargo e Araujo 892\$200 despendidos com reparos feitos na serra dos Capados	5/jun/1869
204	Extingue o liceu da capital	5/jun/1869
205	Extingue a 2ª cadeira de primeiras letras do sexo masculino de Antonina e cria em seu lugar três cadeiras contratadas nos quarteirões do Saquarema, Faisqueira e Cachoeira do município da mesma cidade	7/jun/1869
206	Proíbe a criação e conservação de abelhas dentro dos limites do quadro urbano da capital	7/jun/1869

PARANÁ, Leis e decretos, 1869.

Das 27 leis aprovadas, quatro versam sobre o emprego público, quatro sobre posturas municipais, quatro sobre educação e duas sobre estradas. Referente aos impostos tem-se duas leis, uma sobre o imposto do gado e outra sobre o imposto do algodão. Destaca-se a indenização à família Carrão, e ao trabalho realizado pelo padre Camargo demonstrando sua ação como empreiteiro em estradas em sua região de residência. Uma lei que concede aos engenheiros Tourinho e Scharz a construção de uma estrada *tram-road*. E uma linha

telegráfica entre a Capital e Paranaguá. Uma lei em auxílio ao hospital de misericórdia de Curitiba. E a organização da força policial e do orçamento anual da província.

Quanto às localidades e o poder local, eleva-se a condição de cidade Nhundiaquara (Morretes). Morretes conseguiu nestes dois anos importantes conquistas políticas. Já Palmeira, berço de importantes políticos paranaenses, como o Dr. Jesuino Marcondes e seu primo padre Camargo, torna-se a segunda vila aprovada por leis paranaenses¹¹⁴, depois de 14 anos da criação da vila de Ponta Grossa, em 1855, demonstrando um crescimento lento da população paranaense nesta década de 1860, mas que irá começar a se reverter a partir da década de 1870, quando nove novos municípios serão criados. E a lei n.º 195 demonstra a constante briga entre Castro e Ponta Grossa sobre suas divisas territoriais.

Outro fato que ajuda a ampliar a crônica política paranaense são os desentendimentos entre os políticos, afinal denunciavam-se, assim, os erros de ambos os lados. Durante uma das sessões em 1869, o comendador Antonio Alves de Araujo teria chamado José de Sá e Oliveira Ribas, conservador e residente em Palmeira, de “ladrão”, o que provocaria a seguinte resposta abaixo:

O Comendador Alves de Araujo – O deputado Alves de Araujo em um aparte que deu ao aranzel do deputado Pedrosa, teve a impudência de qualificar-me – ladrão – servindo-se de uma expressão alheia a nosso idioma, e que naturalmente aprendeu com algum marinheiro ou capitão de barco com quem trata constantemente. Côncio de meus atos e prezando minha dignidade, provooco o comendador a de novo repetir o que disse, tornando-se responsável pelo insulto com que brindou-me, e que melhor emprego teria se fosse aplicado à aqueles que, esbanjando os cofres públicos, deles locupletam-se ilicitamente, como está na consciência de todos. Faço estas linhas não pela consideração que possa merecer-me o comendador Araujo, que entregou o partido liberal de Antonina no momento mais grave para seus brios políticos; mas sim pelo respeito que tributo à sociedade, perante quem justificar-me-ei das injustas provanças porque me fizeram passar. Na Palmeira não existe partido liberal como tresloucadamente se apregoa, mas facciosos farrapos que constituem uma nojenta camada perturbadora do sossego e paz daquela localidade. Curitiba, 11 de maio de 1869. José de Sá e Oliveira Ribas. (Dezenove de Dezembro, 12/maio/1869, grifo do autor).

Pontos importantes são postos nesta publicação, como a insinuação de que existe corrupção dos cofres públicos; outro seria de que o comendador Alves de Araujo teria entregado o partido liberal em Antonina, talvez se referindo a eleição para deputado geral em março de 1869, na qual acaba não apoiando a reeleição de seu cunhado, o Dr. Jesuino Marcondes, que será analisada posteriormente; e por fim, a nota cita a situação política em

¹¹⁴ A lei que criou a Vila de Palmeira foi de autoria do deputado Padre José Antonio de Camargo e Araujo (ROMAGUERA NETTO, 1992, p.72), bem como a de melhorias das estradas para a região de Palmeira, na qual ele era o empreiteiro.

Palmeira, localidade recém emancipada, e de que lá predominaria, no momento, os conservadores, e não os liberais, considerados “facciosos farrapos” pelo Sr. José de Sá e Oliveira Ribas.

E neste ano de 1869 haveria de acontecer às eleições municipais. Sobre as composições partidárias, a seguinte reunião dos membros do partido conservador em Curitiba e Campos gerais, e no litoral paranaense, demonstra a tentativa de retomar a força desta agremiação nas lutas partidárias, sob o novo gabinete conservador no Império.

Reuniões [em Curitiba] – Por convite dos Srs. Tenente coronel Manoel de Oliveira Franco e Drs. Bento Fernandes de Barros, Tertuliano Teixeira de Freitas e Antonio Candido Ferreira de Abreu teve lugar ontem [12/set/1868] na casa do último uma reunião de cidadãos a fim de eleger o diretório do grêmio do partido constitucional que se vai organizar nesta capital.

Consta que oraram os srs. Drs. Fernandes de Barros e Ribeiro Campos e que foram eleitos para o diretório os Srs. Drs. Dias da Rocha, Barros, Teixeira de Freitas e Ferreira de Abreu, tenente coronel Franco e coronel Ferreira.

Consta também que o grêmio vai criar um jornal para defender os interesses do partido. Informa-nos que ontem também houve uma reunião do partido liberal.

(Dezenove de Dezembro, 12/set/1868, grifo do autor).

Esta notícia demonstra a necessidade do partido conservador se organizar em Curitiba, com o nome de partido constitucional. E as novidades seriam as entradas do Dr. Dias da Rocha e do coronel Ferreira (seria o coronel Manoel Antonio Ferreira?). Por que estes dois importantes políticos liberais haveriam de mudar de partido?

Em Paranaguá também é notícia a reunião dos conservadores, sob a liderança do comendador Manoel Antonio Guimarães e com as presenças do Dr. Manoel Eufrásio Corrêa, e dos tenentes coronéis Manoel Leocádio de Oliveira, Manoel Miró e Manoel Ricardo Carneiro, entre outros. Em Morretes, a reunião dos conservadores contou com a presidência de honra do coronel Modesto Gonçalves Cordeiro (demonstrando a importância deste político), presidência do capitão Antonio Ricardo dos Santos [Filho], e as presenças do major José Fernandes Corrêa, capitão Joaquim Antonio Guimarães, capitão Manoel do Nascimento Abreu, Clarymundo José Corrêa, Ricardo de Souza Dias Negrão, entre outros (*Dezenove de Dezembro, 7/out/1868*). Em Porto de Cima, os conservadores se reuniram sob a presidência do tenente João de Souza Dias Negrão, Antonio Ribeiro de Macedo, entre outros. A mesma reunião aconteceu em Palmeira (um reduto liberal) e em Guarapuava, em que se destaca nesta última vila, Francisco Manoel de Assis França.

O partido conservador começa a se reorganizar no Paraná, e a sua grande liderança será o Dr. Manoel Eufrásio Correia, filho de Manoel Francisco Correia, o velho, em seu terceiro casamento.

Em 7/set/1868 aconteceram às eleições para vereadores e juizes de paz nas vilas e freguesias paranaenses.

Em Curitiba, com a soma das três freguesias, Curitiba, Votuverava e Campo Largo (porém, em Campo Largo o resultado era de urna *duplicata*), têm-se uma vitória liberal, demonstrando que os liberais ainda não tinham sido desarticulados pelos conservadores paranaenses. Porém, os conservadores, na pessoa do Dr. Joaquim Dias da Rocha apresentou um protesto contra o resultado desta eleição na capital.

Hoje, ao findar a eleição desta paróquia [Curitiba], o Sr. Dr. Joaquim Dias da Rocha apresentou à mesa paroquial um protesto contra a mesma, o qual, depois de calorosa discussão entre S. S. e os dois mesários os Srs. Drs. Generoso Marques dos Santos e Sergio Francisco de Souza Castro, foi aceito para ser inserido no livro das atas (*Dezenove de Dezembro, 12/set/1868*).

O Dr. Dias da Rocha vinha se desentendo com os liberais desde o episódio da abertura da assembleia legislativa de 1864. Isto o levará a sair deste partido e passar para o lado conservador. Em Curitiba e região, ainda há a predominância de liberais, mas com a presença mais forte dos conservadores, e respaldados agora pelo gabinete imperial. Eles irão conseguir a destituição destes vereadores no ano de 1871¹¹⁵.

Quanto a convocação para a eleição de novos *eleitores*, esta acontece por motivo da mudança de Gabinete no Império, tendo agora a volta dos conservadores ao poder. Logicamente, os *eleitores* vitoriosos serão os conservadores do Paraná, depois de quase uma década afastados do poder local.

A reviravolta saquarema começou. Os *eleitores* de Curitiba são agora conservadores. Até em São José dos Pinhais, os filhos do falecido Manoel Mendes Leitão irão alcançar a vitória, como o padre Mathias Carneiro Mendes de Sá e Candido Mendes de Sá. Outro filho, José Olintho Mendes de Sá será eleito deputado provincial. Em Campo Largo, a presença do capitão Francisco Pinto de Azevedo Portugal. Em Ponta Grossa continuam os liberais como *eleitores*. Na freguesia de Rio Negro destaca-se o curitibano conservador João de Oliveira Franco, ex-deputado provincial, quando morava em Curitiba e irá se reeleger como deputado para a legislatura de 1870/71. Em Castro a família Borges elege os seis primeiros mais votados *eleitores*. Na Vila do Príncipe ainda há um predomínio liberal, com a família do coronel David dos Santos Pacheco.

¹¹⁵ Esta câmara de vereadores liberal será destituída, mas somente em 09/jul/1871, dando posse a novos vereadores, agora conservadores, em 01/ago/1871.

Em Paranaguá há a volta do saquarema comendador Manoel Antonio Guimarães e do coronel Manoel Leocádio de Oliveira. Em Morretes a liderança do conservador Antonio Ricardo dos Santos Filho. E em Antonina, a força do liberal comendador Antonio Alves de Araujo não pode ser batida.

14ª Assembleia Legislativa Geral, Rio de Janeiro, 1869 a 1872

O Brasil está em guerra com o Paraguai, com uma vitória parcial, mas bastante avançada sobre esta nação, e agora sob a liderança no *front* de batalha, do general conservador marques de Caxias. Isto gerava uma contradição aos princípios do Gabinete liberal do Dr. Zacarias de Góes e Vasconcellos. Portanto, por este e outros motivos não se sustentavam mais os liberais no poder (IGLÉSIAS, *in*: HOLANDA, 2004, p.132-139). Em 17/jul/1868 assume, então, o Gabinete conservador do Visconde de Itaboraí, Joaquim José Rodrigues Torres, mudando toda a orientação do governo¹¹⁶. Logicamente, este novo Gabinete iria necessitar de uma assembleia geral conservadora para governar.

Em março de 1869 aconteceu a eleição para deputado geral no Paraná. Desta vez os deputados liberais Dr. Jesuino Marcondes e Dr. Laurindo Abelardo de Brito não conseguiram suplantar novas forças que surgem. E ainda são duas vagas as disponíveis para o Paraná na assembleia geral.

Tabela 63 – Resultado para a 14ª Assembleia geral legislativa (1869-1872)

Deputado Geral – 1869-1872	Residência	Profissão	Votos
1. Dr. Manoel Francisco Corrêa	Corte, RJ	Empregado Público	166
2. Dr. Joaquim Dias da Rocha	Curitiba	Médico	153
3. Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá	Palmeira	Fazendeiro	35
4. Dr. Manoel Alves de Araujo	Antonina	Advogado	19
5. Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta	Curitiba	Médico	3
6. Dr. Bento Fernandes de Barros	Curitiba	Advogado	1
7. Dr. Generoso Marques dos Santos	Curitiba	Advogado	1

Dezenove de Dezembro, 3/mar/1869 e 20/mar/1869.

¹¹⁶ “Duas grandes razões foram apontadas para a queda do gabinete Zacarias, em julho de 1868. Uma delas seria a incompatibilidade criada pelo próprio ministério liberal ao indicar Caxias, um político conservador, para o comando das operações militares na guerra do Paraguai. A outra estaria no impasse gerado pela indicação imperial de Francisco Salles Torres Homem, também um conservador, para ocupar uma das cadeiras no Senado pela província do Rio Grande do Norte. No entanto, na opinião de seus biógrafos, qualquer que fosse o motivo mais imediato da exoneração do gabinete, a questão central estava nas atribuições do poder Moderador, criando-se a esse respeito um confronto entre o presidente do Conselho e Pedro II” (Cecília Helena de Salles Oliveira, *in*: VASCONCELOS, 2002, p. 13). Com a queda do seu gabinete, como senador, Zacarias irá exercer oposição aos próximos gabinetes conservadores, até o final de sua vida em 1877. Sobre a queda do gabinete Zacarias, conferir também Batista PEREIRA (1975).

Em Curitiba, a mesa do colégio eleitoral era composta exclusivamente pelos conservadores Manoel de Oliveira Franco (presidente), bacharel José Emilio Ribeiro Campos, José Arthur de Murinelly, Paulino de Oliveira Franco e Antonio Candido Ferreira de Abreu. O resultado foi favorável a este partido, lembrando que o Dr. Joaquim Dias da Rocha teria passado para o partido conservador. E o Dr. Manoel Francisco Corrêa, mesmo morando no Rio de Janeiro, vinha a várias eleições se candidatando para o cargo de deputado geral. Como agora, o partido conservador estava liderando o processo, acabou sendo eleito.

Interessante a seguinte reportagem no jornal local de Curitiba, falando dos acordos políticos entre liberais e conservadores em Antonina:

Colégio Eleitoral de Antonina – A eleição que teve hoje lugar nesta cidade para os dois deputados à representação nacional honra aos dignos eleitores que compõem o colégio, e sobretudo aos ilustres *chefes das turmas conservadora e liberal, tenente coronel Antonio Ricardo dos Santos e comendador Antonio Alves de Araujo*.

Assim foi que, depois de amistosas propostas para um acordo na votação, propostas que, entretanto não surtiram efeito por entender o chefe conservador que um seu candidato saía prejudicado, pôs o comendador Araujo à disposição do referido chefe tenente coronel Antonio Ricardo 14 votos, que por estes aceitos, recaíam na pessoa do Dr. Manoel Francisco Corrêa. O resultado, pois da eleição foi o seguinte: Dr. Manoel Francisco Corrêa, 24 votos, Conselheiro Jesuíno Marcondes, 14 votos, Dr. Dias da Rocha, 10 votos.

Aprendam os homens da oposição dessa capital a respeitar seus adversários, como fez o comendador Araujo, e deixem-se de arcar contra a opinião pública, que não admite melhores representantes do que os dignos conservadores (...) (*Dezenove de Dezembro, 3/mar/1869*).

Os embates políticos em Antonina são o reflexo das rixas políticas que aconteciam na província como um todo. O dilema a se observar nesta vila era o apoio que o comendador Antonio Alves de Araujo teve de oferecer ao partido conservador. Ele era liberal e cunhado do conselheiro Dr. Jesuíno Marcondes e irmão do Dr. Manoel Alves de Araujo, os dois candidatos liberais para este pleito. Por que ele teria cedido a estas pressões?

Enfim, o resultado final proporcionou a vitória ao Dr. Manoel Francisco Corrêa, que a partir de agora, irá representar o Paraná como político. Ele, mesmo morando na corte e com esposa do Rio de Janeiro, agora com 38 anos, e com a retomada da liderança conservadora, consegue esta importante vitória eleitoral. Ele é filho do Dr. Manoel Francisco Corrêa Júnior, um dos mais influentes e destacados líderes políticos paranaense, inclusive presente ativamente nas reivindicações pela emancipação da comarca de Paranaguá e Curitiba, e falecido em 1857. Seu pai estava presente na primeira assembleia legislativa desta província, compondo seu “núcleo duro”. Seu irmão Francisco Ferreira Corrêa, o seu contato em Paranaguá, foi deputado provincial em 1859, além de outros parentes que alcançaram o mesmo cargo. E esta vitória será estratégica para que ele venha a vencer também na eleição

para Senador, com a morte do barão de Antonina em 1875, numa disputa acirrada, como se verá, com outros membros da classe política tradicional desta província.

Quanto ao médico Dr. Joaquim Dias da Rocha, sua guinada para o partido conservador nas eleições municipais de 1868 lhe proporcionou estar entre os nomes deste partido, e assim conseguir se tornar deputado geral pelo Paraná, ele que é natural da Bahia.

Tabela 64 – Deputado Geral – 14ª Legislatura (1869/1872)

Deputado geral	Partido	Residência	Profissão
1. Dr. Manoel Francisco Corrêa	Conservador	Corte, Rio de Janeiro	Advogado / Empregado público
2. Dr. Joaquim Dias da Rocha	Conservador	Curitiba	Médico

O autor

Em 1869 a 1ª sessão da 13ª legislatura da assembleia geral volta a ter deputados gerais conservadores.

Em 1870 a 2ª sessão da 13ª legislatura da assembleia geral encerrou no dia 01/out/1870.

Na história política, 16/jul/1868 é marco de referência obrigatória. Poucos dias depois, em 25 de julho, reúne-se o pessoal abatido do poder para, desfeitas as dúvidas e arestas, fundar o Centro Liberal, que lança manifesto no início do ano seguinte, com assinaturas como Teófilo Otoni, Nabuco de Araújo, Francisco Otaviano, Furtado, Zacarias, Souza Franco¹¹⁷, em que se traça o caminho do novo partido, (...). Do Centro Liberal vai sair o Clube da Reforma, que contará com o periódico A Reforma, de tanta importância, em busca de unidade de vistas entre pessoas de procedência tão diversa.

O manifesto e outros pronunciamentos do grupo revelam evolução nítida no pensamento político imperial, prenúncio da República. Não é por acaso que, logo depois, em 1870, tem existência a campanha orgânica pela República, que leva mesmo à formação de um partido, que congrega muitos dos desencantados com o rumo seguido pela Monarquia, preferindo outra forma de governo. Aí é que se encontram os que se extremam em radicalismo. (...)

Os liberais históricos, unidos aos progressistas, formam o novo Partido Liberal, enquanto os radicais formam nas fileiras republicanas.

É profunda recomposição de forças e programas o que se opera em 1868. Depois dessa data, começa a crescer a onda que vai derrubar a instituição monárquica. Ela viveria ainda alguns anos, às vezes até com o antigo brilho. Em 1868 começa o seu declínio, até chegar à queda em 1889. Ele já revelara o seu potencial, o que tinha de positivo e negativo. Agora ia viver quase que vegetativamente, pois eram sabidos os seus limites. A data de 1868 encerra o período de esplendor e abre o de crises que levarão à sua ruína (IGLÉSIAS, *in*: HOLANDA, 2004, p.138-139).

Em 1871 o deputado geral do Paraná, Dr. Manoel Francisco Corrêa é nomeado para o cargo de Ministro e secretário de Estado dos negócios estrangeiros, no Gabinete de 7/mar/1871, chefiado pelo visconde de Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos. Ele seria o terceiro paranaense a assumir uma pasta no ministério imperial, ficando até 28/jan/1873. Com

¹¹⁷ Manifesto do Centro Liberal, 31/mar/1869 – disponível em: http://brasilindependente.weebly.com/uploads/1/7/7/1/17711783/manifesto_do_centro_liberal_-_1869.pdf (Acesso em 20/set/2013).

isto, a sua vaga de deputado geral pelo Paraná fica em aberto, ocasionando uma nova eleição em 30/abr/1871, mas que os *eleitores* votaram novamente no Dr. Correia, assim como aconteceu em 1862 com o Dr. Zacarias de Goes e Vasconcellos.

Em 3/maio/1871 D. Pedro II abre a 3ª sessão da 14ª legislatura da assembleia geral legislativa, sob novo Gabinete, em que o imperador orienta reformas importantes, como a questão da justiça e da guarda nacional. Quem encerra esta sessão é a regente Princesa Isabel, no dia 30/set/1871, destacando a aprovação da importante lei do ventre livre, que tantos debates provocaram na câmara geral.

Em 3/maio/1872 o Imperador abriu a 4ª sessão da assembleia geral legislativa. Era representante do Paraná apenas o Dr. Joaquim Dias da Rocha, pois, o Dr. Manoel Francisco Correia estava com a função de ministro do Império. No discurso de abertura o imperador destacou a consolidação das instituições brasileiras e apontou para a necessidade da reforma eleitoral, afinal, para o imperador, “a verdade da eleição é base essencial de nossa forma de governo, e quanto mais genuíno é o voto popular, tanto mais se refletem no seio da representação nacional os interesses e opiniões, que, por sua importância, devem influir na direção dos negócios públicos”, evitando, igualmente, a fraude e a violência. E novamente, pediu pela reforma da guarda nacional e seu recrutamento; comentou, entre outros temas, a Lei do ventre livre, como uma nova fase brasileira em se pensar a sua força de trabalho (*Dezenove de Dezembro, 22/maio/1872*). Porém, foi dissolvida esta Câmara dos deputados, por decreto de 22/maio/1872, e convocada outra que se reunirá no dia 1/dez/1872 (*Dezenove de Dezembro, 29/maio/1872*).

E assim, a década de 1870 recomeça com a liderança dos conservadores no Paraná, mas com os liberais acenando oposição e ao mesmo tempo, repensando o próprio modelo monárquico de Estado e com o fim da Guerra do Paraguai. E o Paraná passará por intensas transformações a partir deste próximo período.

* * *

Ao todo teriam sido reeleitos 22 deputados provinciais da década anterior e mais 38 novos deputados que assumiram o cargo na década de 1860, num total de 60 deputados. Quanto aos três grandes clãs familiares da década de 1850, os Sá Ribas, os Guimarães Correia e os Oliveira e Sá e Alves de Araujo novamente continuam a ocupar os cargos de deputado de forma significativa. Lembrando que há entre estas famílias muitas ligações e parentescos.

Quadro 10 – Os clãs familiares na década de 1860 e seus deputados provinciais

Sá Ribas	Guimarães / Correia	Oliveira e Sá / Alves de Araujo
Joaquim Ignácio Silveira da Mota*	José Mathias Ferreira de Abreu*	Laurindo Abelardo de Brito*
Caetano José Munhoz*	Antonio Candido Ferreira de Abreu	Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá
José Lourenço de Sá Ribas*	Francisco José Correia	Padre José Antonio de Camargo e Araujo*
Manoel Antonio Ferreira*	José Mathias Gonçalves Guimarães	Manoel Alves de Araujo*
João Luiz de França Miranda	Manoel Antonio Guimarães	Antonio de Sá Camargo*
Antonio Ricardo Lustosa de Andrade	Manoel Gonçalves de Moraes Roseira	José Antonio Pereira Alves
	Modesto Gonçalves Cordeiro	Padre Antonio Braga de Araujo
	Ricardo Gonçalves Cordeiro	José Martins de Araujo
	Raymundo Ferreira de Oliveira Mello	Antonio Alves de Araujo
	Manoel Gonçalves Marques	Manoel Marcondes de Sá
	José Antonio dos Santos	
<i>6 deputados provinciais</i>	<i>11 deputados provinciais</i>	<i>10 deputados provinciais</i>

O autor; * deputados que participaram do núcleo duro da assembleia legislativa.

Nesta década de 1860 percebe-se, porém, que os grandes clãs familiares perdem espaços para outras famílias que passam a fazer parte da assembleia legislativa do Paraná. Eles somam juntos 27 deputados num universo agora de 60 eleitos. Mas há o crescimento do clã Oliveira e Sá e Alves de Araujo, com novos parentes sendo eleitos. O clã Sá Ribas divide-se, devido suas opções partidárias, sendo que os conservadores Sá Ribas não irão atuar na assembleia nesta década de 1860. Os deputados que não pertencem diretamente a parentela acima, não significa que são pessoas de fora do círculo restrito do poder familiar do período provincial, como visto ao longo do capítulo, e na prosopografia no início deste trabalho.

Quantos às leis aprovadas nestas três primeiras legislaturas:

Tabela 65 – Leis provinciais do Paraná (1860/1869)

Tipos de leis	n.º de leis aprovadas Década de 1850	n.º de leis aprovadas Década de 1860
Aprovando Posturas Municipais	25	20
Divisão municipal, comarcas, cartórios	17	20
Obras públicas e outros incentivos como loterias, empréstimos, concessões etc.	14	20
Orçamento provincial e municipal	12	19
Força policial	7	10
Impostos	6	16
Referentes a própria Assembleia Legislativa do Paraná	5	8
Educação	5	23
Emprego público	4	12
TOTAL	95	148

O autor

As leis provinciais continuam a fazer referência às posturas municipais e a divisão administrativa e organizativa dos municípios, com 40 leis. As obras públicas e demais incentivos do governo somam 20 leis. Anualmente, continuava-se a aprovar a força policial e os orçamentos tanto provincial como municipais, bem como os subsídios aos deputados provinciais; mas foram os itens referentes aos impostos, a educação e aos empregados

públicos os que aumentaram significativamente no processo de discussão na assembleia legislativa.

E quanto ao orçamento provincial:

Tabela 66 – Orçamento provincial (1861/1870)

Exercício	Total da província	Assembleia Legislativa
<i>1855/60</i>	<i>Média: 271:185\$000</i>	<i>Média: 12:218\$000</i>
1861	262:763\$000	12:560\$000
1862	331:978\$500	10:600\$000
1863	329:382\$527	11:260\$000
1864	260:593\$083	11:260\$000
1865	307:952\$868	9:520\$000
1866	247:929\$747	9:790\$000
1867	234:060\$594	9:790\$000
1868	225:211\$560	9:894\$000
1869	278:127\$399	9:894\$000
1870	497:653\$579	9:756\$000
<i>1861/70</i>	<i>Média: 298:488\$000</i>	<i>Média: 9:744\$000</i>

O autor

Percebe-se que o orçamento da província na década de 1860 permanece no mesmo patamar da década anterior. Não há ainda um crescimento substantivo da economia paranaense, no sentido de arrecadação de impostos. Igualmente, mantem-se estável o repasse de verbas à assembleia legislativa do Paraná, sendo que praticamente, mais da metade deste dinheiro vai para o subsídio dos deputados, cerca de 7:000\$000. O restante caberia aos demais empregados públicos e gastos desta casa.

A década de 1870, pós Guerra do Paraguai, será um período mais estável para a economia brasileira e igualmente de crescimento econômico e populacional para a província do Paraná.

CAPÍTULO 3

A DÉCADA DE 1870. O PREDOMÍNIO CONSERVADOR E UMA ÉPOCA DE ESTABILIDADES

Composição da 9ª Assembleia Legislativa Provincial, 1870 e 1871. Uma legislativa toda conservadora.

O Paraná inicia a década de 1870 com aproximadamente 110 mil habitantes, praticamente dobrando o número de pessoas de 1854. Porém, sua classe política representada por *eleitores* e os respectivos membros eleitos para deputados, pouco havia ampliado¹¹⁸. E Curitiba, lentamente ia se consolidando como a mais importante cidade da nova província do Paraná.

Em relação à política, o vice-presidente da província, o conservador Dr. Agostinho Ermelino de Leão, reassumiria este cargo em 28/ago/1869, substituindo o Dr. Antonio Augusto da Fonseca, primeiro presidente nomeado pelo novo gabinete conservador do Rio de Janeiro, mas que pediu exoneração depois de 11 meses de trabalho, momentos antes de uma eleição complicada para eleger os próximos deputados provinciais. O Dr. Agostinho Ermelino de Leão irá permanecer somente até 26/set/1869, porém, momento decisivo em que conduziu a necessária vitória conservadora nas urnas, no dia 7/set/1869, depois de anos em que este partido estava fora do poder. O próximo presidente da província do Paraná será o baiano Dr. Antonio Luis Afonso de Carvalho, mas ficará apenas até 20/abr/1870 repassando novamente a administração ao Dr. Agostinho Ermelino de Leão que ficará até o final deste ano. Portanto, a volta dos conservadores ao poder tem como liderança significativa no poder executivo o Dr. Agostinho Ermelino de Leão.

Eis uma assembleia legislativa provincial conservadora.

Tabela 67 – Resultado Eleitoral para a 9ª Legislatura

Candidatos eleitos	Votos
1. Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho	149
2. Tenente coronel Francisco Pinto de Azevedo Portugal	149
3. Tenente coronel Manoel de Oliveira Franco	147

¹¹⁸ Em 1872, a população paranaense era de 126.722 habitantes, e o número de escravos era de 10.560, menos de 10% da população (COSTA, 1995, p.174). Quanto ao número de *eleitores*, Curitiba em 1856 possuía 27 e em 1869 possuía 41. O número de deputados provinciais continuava a ser de 20 membros, de deputado geral, 2 membros e um senador.

4. Dr. Joaquim José do Amaral	146
5. Padre Francisco José Correia de Bittencourt	146
6. Dr. Bento Fernandes de Barros	144
7. Dr. Ernesto Francisco de Lima Santos	138
8. Major Francisco Manoel de Assis França	137
9. Comendador João de Oliveira Franco	136
10. Coronel Antonio Ricardo dos Santos	135
11. Dr. Joaquim Dias da Rocha	132
12. Capitão José Olintho Mendes de Sá	125
13. Comendador Manoel Antonio Guimarães	124
14. Dr. José Arthur de Murinelly	120
15. Major Manoel Ricardo Carneiro	118
16. Capitão Manoel do Nascimento Abreu	116
17. Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas	105
18. Dr. Manoel Francisco Corrêa	104
19. Capitão Raymundo Ferreira de Oliveira Mello	96
20. Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu	88
<i>Demais votados</i>	
Dr. José Emilio Ribeiro de Campos	78
Dr. Tristão Cardoso de Menezes	64
Capitão Mathias Taborda Ribas	52
Padre Mathias Carneiro Mendes de Sá	47
Dr. José Candido da Silva Muricy	21
Candido Rodrigues Soares de Meirelles	19
Dr. Antonio Pereira Rebouças Filho	17
Coronel José Borges de Almeida Taques	14
Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta Junior	10
<i>Seguem-se 44 nomes de cidadãos menos votados.</i>	
<i>Dezenove de Dezembro, 10/set/1869.</i>	

O resultado eleitoral aponta claramente a vitória das principais lideranças do partido conservador no Paraná, com destaque para Curitiba, coronel Manoel de Oliveira Franco, Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, Dr. Bento Fernandes de Barros, Dr. Joaquim Dias da Rocha, Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas; e quanto ao litoral paranaense, o comendador Manoel Antonio Guimarães e seus genros Manoel Ricardo Carneiro e Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu. E ainda o coronel Antonio Ricardo dos Santos.

Tabela 68 – 9ª LEGISLATURA 1870-1871

Deputado	Comissões	Idade	Partido	Residência	Ocupação
1. Dr. Joaquim Dias da Rocha	Presidente	32	Conservador	Curitiba	Médico / Cargos públicos e Deputado Geral
2. Tenente coronel Manoel de Oliveira Franco	Vice-pres.; CI.;	56	Conservador	Curitiba	Cargos públicos
3. Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu	1º Sec.;	47	Conservador	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
4. Dr. José Arthur Murinelly	2º Sec. (1870)	?	Conservador	Curitiba	Engenheiro
5. Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho	CM.; IPECCI; 2º Sec. (1871)	23	Conservador	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
6. Antonio Ricardo dos	CM.;	51	Conservador	Morretes	Negociante / Cargos

Santos [filho]	Redação;				públicos
7. Dr. Bento Fernandes de Barros	Fazenda; IPECCL; Redação;	36	Conservador	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
8. Dr. Ernesto Francisco de Lima Santos	CL; IPECCL;	35	Conservador	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
9. Padre Francisco José Correia de Bittencourt	Eclesiástica;	?	Conservador	São José dos Pinhais	Padre, Vigário
120. Francisco Manoel de Assis França	Eclesiástica;	60	Conservador	Guarapuava	Cargos públicos
11. Francisco Pinto de Azevedo Portugal	COCM.;	56	Conservador	Campo Largo	Cargos públicos
12. João de Oliveira Franco	Eclesiástica; Estatística;	?	Conservador	Rio Negro	Cargos públicos
13. Dr. Joaquim José do Amaral	-	?	Conservador	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
14. José Olintho Mendes de Sá	CM.; Estatística;	?	Conservador	São José dos Pinhais	Cargos públicos?
15. Comendador Manoel Antonio Guimarães	CJFP.; Estatística;	57	Conservador	Paranaguá	Negociante / Cargos públicos
16. Manoel do Nascimento Abreu	COCM;	44	Conservador	Curitiba	“Humanidades” / Cargos públicos
17. Dr. Manoel Francisco Correia	-	39	Conservador	Corte, Rio de Janeiro	Advogado / Cargos públicos e Deputado Geral
18. Manoel Ricardo Carneiro	CL; COCM.; Redação;	40	Conservador	Paranaguá	Cargos públicos
19. Raymundo Ferreira de Oliveira Mello	Fazenda; CJFP.;	46	Conservador	Paranaguá	Cargos públicos
20. Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas	Fazenda; CJFP.;	35	Conservador	Curitiba	Advogado / Cargos públicos

Dezenove de Dezembro, 16/fev/1870; Legenda: CL. – Comércio, Indústria, compreendendo estradas e mais obras públicas; CJFP. – Constituição, Justiça e Força Pública; CM. – Câmaras Municipais; IPECCL. – Instrução Pública, Educação, Catequese e Civilização dos Índios; COCM. – Contas e Orçamentos das Câmaras Municipais; No ano de 1871 aconteceram algumas mudanças nas comissões (cf. *Dezenove de Dezembro*, 15/fev/1871).

Inicia-se uma assembleia legislativa provincial conservadora em sintonia com o poder central, tendo a frente o Dr. Joaquim Dias da Rocha, o comendador tenente coronel Manoel de Oliveira Franco e o comendador Manoel Antonio Guimarães.

O núcleo duro desta assembleia legislativa está composto pelo tenente coronel Manoel de Oliveira Franco, vice-presidente, deputado provincial em 1854, casado com Escolástica Joaquina de Sá Ribas, líder conservador em Curitiba; pelo Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu, 1º secretário, deputado geral em 1854, genro do comendador Manoel Antonio Guimarães; ambos voltando a legislar depois de uma década de predomínio liberal. O engenheiro Dr. José Arthur Murinelly, 2º secretário, irá casar com a filha de Anna Maria da Purificação Ribas, família Sá Ribas, viúva de José S. Guimarães, filho do comendador Manoel Antonio Guimarães, ato realizado em Paranaguá, no dia 3/fev/1872. A esposa de Murinelly é sobrinha do tenente coronel Manoel de Oliveira Franco e neta do comendador

Manoel Antonio Guimarães. E o médico Dr. Joaquim Dias da Rocha, presidente da assembleia legislativa provincial e, ao mesmo tempo, deputado geral (sendo que os meses das sessões das assembleias, provincial e geral, eram distintos), ele que estrategicamente mudou de partido em 1868, passando a ser crítico dos liberais, e agora sendo um dos líderes do partido conservador.

Sobre os demais membros desta assembleia legislativa provincial, muitos deles fazem parte da família do deputado Manoel de Oliveira Franco ou ligados politicamente a ele. O seu irmão João de Oliveira Franco, agora residente em Rio Negro, era chefe político daquela localidade. O advogado Dr. Bento Fernandes de Barros, natural da província do Ceará, casase em Curitiba com a filha do deputado Manoel de Oliveira Franco. O jovem bacharel Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, o deputado mais votado desta legislatura, é filho do padre Inácio de Almeida Faria e Souza, pároco em várias localidades como Castro, São José dos Pinhais e Vila do Príncipe. O Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho irá casar com uma neta do capitão Lourenço Pinto de Sá Ribas e no ano de 1871 assumirá como 2º secretário da assembleia legislativa, no lugar de Murinelly. O deputado José Olintho Mendes de Sá é filho do comendador Manoel Mendes Leitão e de Anna Maria de Sá Ribas, de São José dos Pinhais, sendo sua mãe irmã da esposa do tenente coronel Manoel de Oliveira Franco, portanto, José Olintho era sobrinho do coronel Franco. José Olintho estava presente na luta com mortes entre conservadores e liberais em 1852 em São José dos Pinhais.

Quanto à família Bittencourt, esta é ligada a família de Manoel de Oliveira Franco. Nos episódios das “cardosadas” em 1860, eles estavam juntos contra as “arbitrariedades” do presidente da província Dr. José Francisco Cardoso. O comendador Manoel de Oliveira Franco é sogro de José Correia de Bittencourt, irmão do deputado padre Francisco José Correia de Bittencourt, ambos filhos do ex-deputado provincial Manoel José da Cunha Bittencourt (deputado em dois mandatos, 1855 e 1856/57, falecido em 1869), que era fazendeiro e abastado industrial da erva mate em Curitiba. Padre Francisco Bittencourt irá residir em São José dos Pinhais, sendo vigário da localidade por 25 anos, de 1863 a 1888, ano de seu falecimento. E seu cunhado também eleito deputado provincial, Manoel do Nascimento Abreu, natural do Maranhão, é casado com Maria da Glória Bittencourt.

No ano de 1871, Manoel de Oliveira Franco é nomeado brigadeiro, por ocasião do falecimento do brigadeiro e ex-deputado Francisco Ferreira da Rocha Loures, residente em Guarapuava. Passa, então, a ser conhecido como Brigadeiro Franco.

O Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas volta a ser eleito deputado provincial, agora em chapa de seu partido, conservador. Na próxima legislatura, porém, o Dr. Tertuliano irá liderar uma dissidência no partido conservador, enfrentando o poder local do tenente coronel Manoel de Oliveira Franco. O Dr. Tertuliano será eleito vereador e presidente da Câmara em Curitiba, cargo conseguido em eleição extraordinária em 1871.

Outra força política conservadora no Paraná e presente nesta legislatura é o comendador Manoel Antonio Guimarães, de Paranaguá. O comendador Guimarães foi eleito novamente junto com seus genros, Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu e Manoel Ricardo Carneiro. Este último, viúvo, está casado em segundas núpcias com Delphica Guimarães, também viúva do Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães. Igualmente, é seu parente o deputado provincial Dr. Manoel Francisco Correia, filho do ex-deputado de mesmo nome eleito em 1854. O Dr. Correia não assume seu cargo na assembleia legislativa provincial, pois reside no Rio de Janeiro e também foi eleito para deputado geral, e nenhum suplente assumiu seu cargo. E o primo segundo do Dr. Correia, deputado Raymundo Ferreira de Oliveira Mello, da alfândega de Paranaguá, é reeleito para este mandato.

Do litoral, foi reeleito também o deputado coronel Antonio Ricardo dos Santos (filho), o Dodóca. Ele é negociante e industrial da erva-mate em Morretes e chefe conservador nesta localidade. Com o predomínio conservador nesta década, ele irá transferir seus negócios e residência para Curitiba, no final da década de 1870, continuando também sua carreira política. Antonio Ricardo dos Santos era primo de Manoel Antonio Guimarães por parte materna.

Os demais membros conservadores eleitos estão, de alguma forma, ligados a estes poderosos grupos familiares paranaense. O Dr. Ernesto Francisco de Lima Santos, natural da Bahia, formado em direito pela faculdade de Recife em 1858, é também casado com importante família “paranaense”. Sua esposa é Ermelina Vianna, filha de Rosa Borges Vianna e do comendador Bernardo José Ribeiro Vianna, natural de Castello, Portugal; Rosa era filha de Maria Floriana de Lima e do ajudante José Borges de Macedo, “prefeito” em Curitiba em 1835 (NEGRÃO, 1946, vol.5, p.68-69). O Dr. Ernesto será deputado provincial apenas nesta legislatura, e depois fará longa carreira fora de Curitiba, iniciando como juiz no Amazonas em 1873, chefe de polícia no Piauí, presidente da província de Santa Catarina até se aposentar como desembargador no Rio de Janeiro. E outros membros da família Vianna serão deputados provinciais do Paraná.

O deputado Dr. Joaquim José do Amaral terá apenas uma participação na assembleia legislativa, depois irá fazer carreira como juiz de direito em Guarapuava (Paraná), São Paulo, Rio de Janeiro e Desterro (Santa Catarina). Ele é natural do Espírito Santo e era da mesma turma de Direito, na faculdade de São Paulo, de Manoel Eufrásio Correia, líder conservador nesta década de 1870. Foi nomeado secretário do governo do Paraná em 1863, abriu escritório de advocacia em Curitiba e contraiu matrimônio com a filha de Vicente Ferreira da Luz, que também é sogro do médico e ex-deputado provincial, liberal, Dr. José Candido da Silva Murici.

O veterano major Francisco Manoel de Assis França é político em Guarapuava.

O tenente coronel Francisco Pinto de Azevedo Portugal é reeleito deputado provincial, com o fim do predomínio liberal, que o afastou dos cargos públicos. Era residente em Campo Largo.

Quanto à renovação da câmara, esta assembleia legislativa provincial conservadora teve onze novos deputados. Este novo momento abriu espaço para novas lideranças conservadoras, mas como visto, todas sempre ligadas a famílias tradicionais na política paranaense e presentes desde a primeira legislatura em 1854.

Quanto a profissão destes deputados, novamente tem-se uma maioria de advogados, sendo sete ao todo. O deputado Manoel do Nascimento Abreu era formado em “humanidades” o que lhe dava direito de advogar no foro e ainda “era entendido em medicina” (NEGRÃO, 1946, vol.5, p.26). Um era padre. Um era engenheiro. Os demais, nove deputados, tinham sua atuação em algum cargo público.

Quanto à residência, dez deputados eram de Curitiba, dois de São José dos Pinhais, um de Campo Largo, freguesia que se tornará município nesta legislatura, um de Rio Negro, que também se tornará município e um de Guarapuava. E do litoral, tem-se três de Paranaguá e um de Morretes. E o Dr. Manoel Francisco Correia, que mora no Rio de Janeiro, mas com sua família no litoral e alguns no planalto curitibano.

As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial, 1870 e 1871

A assembleia legislativa provincial teve início no dia 12/fev/1870, com a 1ª sessão preparatória. Ao todo compareceram nestes primeiros dias doze deputados. A sessão de

instalação foi no dia 15/fev/1870, com a abertura realizada pelo presidente da província, o baiano Dr. Antonio Luis Afonso de Carvalho¹¹⁹.

É interessante notar a nomeação para a mesa da assembleia, dos seguintes secretários, como oficial maior o Sr. Dr. Augusto Lobo de Moura e oficial o Sr. Adolpho de Oliveira Ribas Franco (Adolfo Ribas de Oliveira Franco), filho do brigadeiro Franco (*Dezenove de Dezembro*, 16/fev/1870). E é nomeado para procurador fiscal da tesouraria geral da província o Dr. José Lourenço de Sá Ribas. A nomeação de dois liberais em cargos públicos, o Dr. Moura e o Dr. José Lourenço, demonstra a importância destes dois políticos paranaenses. Porém, o Dr. Moura será exonerado deste cargo no ano de 1871, sendo substituído por Damaso Correia de Bittencourt (*Dezenove de Dezembro*, 25/fev/1871). O Dr. Augusto Lobo de Moura irá falecer no dia 05/maio/1871, mas seus filhos irão continuar atuando na magistratura e outros cargos da guarda nacional. E o Dr. José Lourenço de Sá Ribas, com a volta dos liberais a partir da metade da década de 1880, irá voltar a vencer as eleições para deputado provincial.

O Dr. Joaquim Dias da Rocha é eleito presidente da assembleia legislativa. Mas, no dia 7/mar/1870 fica afastado do cargo por estar doente, com pneumonia ou febre amarela. Assume em seu lugar o Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu e em alguns dias o tenente coronel Manoel de Oliveira Franco, até sua volta. Neste ano o Dr. Joaquim Dias da Rocha irá auxiliar muito o combate à febre amarela no litoral do Paraná. Fato bastante destacado durante este ano de 1870 no jornal *Dezenove de Dezembro*, e que será lembrado em publicações por ocasião de sua morte em 1904.

O poder local vai se estruturando com a criação de municípios e de comarcas. Em 30/mar/1870, foi criada a comarca da Lapa, na qual será nomeado o deputado Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho como seu promotor. Em 2/abr/1870 foram elevadas a categoria de vilas Campo Largo e Rio Negro, na qual irão figurar como seus vereadores os deputados eleitos por estas localidades. Em 3/abr/1871, foi elevada a categoria de vila, a freguesia de Votuverava, que também conseguirá eleger deputado para a próxima legislatura provincial.

Quanto a Guerra do Paraguai, a morte do general Francisco Solano Lopez em 1/mar/1870 possibilitou o fim definitivo deste conflito. O presidente da assembleia legislativa, o Dr. Joaquim Dias da Rocha, ao receber a notícia do fim da guerra realiza um discurso enaltecendo a nação, o imperador, os generais brasileiros e às nações aliadas. E, por sugestão

¹¹⁹ Relatório do presidente da província do Paraná, Dr. Antonio Luis Afonso de Carvalho: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/632/000002.html> (Acesso em 15/jan/2013).

do Dr. Bento Fernandes de Barros, os trabalhos da assembleia foram suspensos para se festejar a vitória nas ruas junto com o povo (*Dezenove de Dezembro*, 19/mar/1870).

E no dia 11/abr/1870 forma-se uma comissão em Curitiba para recepcionar os soldados vindos da guerra do Paraguai pelos seguintes membros: Dr. Agostinho Ermelino de Leão (vice-presidente da província), Dr. Manoel Eufrásio Correia (inspetor da tesouraria provincial), Dr. Ernesto Francisco de Lima Santos (deputado), Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu (deputado), Dr. José Candido da Silva Murici (médico), tenente coronel Manoel de Oliveira Franco (deputado), Dr. Generoso Marques dos Santos, Dr. João José Pedrosa, Dr. Augusto Lobo de Moura, vigário Agostinho Machado Lima, tenente coronel Benedito Enéas de Paula, capitão João Batista Brandão de Proença, capitão Manoel Eufrásio d'Assunção, capitão Francisco Antonio Nóbrega, capitão João Silva de Miranda e Cândido Martins Lopes (CARNEIRO, 1995, p.266; *Dezenove de Dezembro*, 20/abr/1870). Percebe-se a presença de conservadores e liberais na organização desta festa. Provavelmente, um sentimento de nacionalidade em decorrência da vitória brasileira os fez preparem juntos a festa, superando momentaneamente as dissensões diárias do poder local.

No dia 21/abr/1870 encerrou-se a 1ª sessão da 9ª assembleia legislativa provincial deste ano, com o discurso do vice-presidente tenente coronel Manoel de Oliveira Franco (*Dezenove de Dezembro*, 23/abr/1870).

Tabela 69 – LEIS APROVADAS EM 1870

Nº	Lei	Data
207	Revoga a lei n.º 109, de 29/abr/1864, que criou um cartório público em Paranaguá	26/mar/1870
208	Autoriza o governo a conceder gratificação de 5:000\$000 a quem estabelecer e fizer funcionar uma máquina de fiar e tecer algodão	26/mar/1870
209	Autoriza o governo a mandar proceder aos estudos de exploração para uma via de comunicação sobre rodas	26/mar/1870
210	Marca o subsídio e ajuda de custo aos membros da assembleia provincial	26/mar/1870
211	Autoriza o governo a mandar prosseguir no planteamento dos postes que tem de receber o fio telegráfico	29/mar/1870
212	Cria uma comarca com a denominação de Lapa	30/mar/1870
213	Restabelece o Regulamento de 9/fev/1863	30/mar/1870
214	Cria uma escola do sexo masculino na freguesia de Palmas	30/mar/1870
215	Sujeita ao imposto do dízimo todos os produtos da lavoura e indústria da província	30/mar/1870
216	Estabelece o imposto de 10 réis por arroba de erva-mate despachada na cidade de Antonina	30/mar/1870
217	Eleva a 4\$000 por cabeça o imposto sobre o gado vaccum exportado	1/abr/1870
218	Restaura diversas cadeiras – Educação	1/abr/1870
219	Eleva a categoria de vilas as freguesias de Campo Largo e Rio Negro	2/abr/1870
220	Cria uma cadeira de primeiras letras na colônia do Jatahy	2/abr/1870
221	Autoriza o governo a despende 10:000\$000 todos os anos com a liberdade de 50 crianças do sexo feminino	2/abr/1870
222	Estabelece imposto sobre invernadas	4/abr/1870
223	Estabelece o imposto de 4\$000 por qualquer embarcação que não navegar fora da barra	5/abr/1870
224	Marca os emolumentos que se devem cobrar pelas patentes dos oficiais da guarda	6/abr/1870

	nacional	
225	Restaura a cadeira de matemáticas elementares que existia nesta capital	6/abr/1870
226	Divide em três classes as escolas de instrução primária	6/abr/1870
227	Manda que se denomine – Morretes – a cidade de Nhundiaquara	7/abr/1870
228	Cria uma cadeira para o sexo feminino na freguesia de Guarakessava	7/abr/1870
229	Cria escolas de instrução primária	11/abr/1870
230	Cria uma cadeira de instrução secundária em Morretes	11/abr/1870
231	Marca a divisa do município de Paranaguá	11/abr/1870
232	Fixa a receita e despesa da província para o ano financeiro de 1870-1871 a quantia de 622:554\$431; para a Assembleia provincial, 10:100\$000	13/abr/1870
233	Restaura o 2º distrito de paz da cidade de Ponta Grossa	13/abr/1870
234	Autoriza o governo a conceder uma subvenção de 2:500\$000 anuais para fundação de um colégio	13/abr/1870
235	Concede 3 anos de licença ao 2º escriturário da tesouraria provincial Francisco de Salles Pereira	13/abr/1870
236	Estabelece a cobrança da taxa itinerária	13/abr/1870
237	Manda executar o decreto sobre incompatibilidades	15/abr/1870
238	Cria uma escola normal	19/abr/1870
239	Autoriza a proceder os estudos de exploração de uma estrada	19/abr/1870
240	Decreto: Sujeita os negociantes ao art.4º § 1º do decreto de 17/mar/1850	20/abr/1870
241	Autoriza a despende 2:000\$000 com a recepção de voluntários	20/abr/1870
242	Fixa a força policial da província	20/abr/1870
243	Autoriza a subvencionar a câmara municipal da capital com 10:000\$000 para promover a colonização	20/abr/1870
244	Manda pagar a dívida da província	20/abr/1870
245	Eleva à freguesia a capela curada de S. José do Christianismo	20/abr/1870
246	Cria duas escolas de primeiras letras no Arraial Queimado	22/abr/1870
247	Cria uma escola no distrito dos Ambrósios	22/abr/1870
248	Revoga o § 1º do art. 2º da lei n.º 19, de 18/set/1853, na parte em que autorizou o governo da província a criar inspeção sobre a falsificação da erva-mate e a impor multas e penas aos falsificadores	22/abr/1870
249	Autoriza o governo a manter anualmente no curso superior do seminário episcopal de S. Paulo de três a cinco estudantes da província	22/abr/1870
250	Eleva à freguesia a povoação do Arraial Queimado	22/abr/1870
251	Fixa a receita e despesa das câmaras municipais	22/abr/1870
252	Decreto: Aprova artigos de posturas da câmara municipal da vila de Guarapuava	29/abr/1870
	Regulamento para cobrança do imposto de propriedades rurais; sobre carros que transitam pelas estradas dependentes da barreira da Graciosa; sobre barcos empregados na navegação interior; sobre passagens de balsas, pontes e canoas; sobre gado vaccum exportado; sobre escravos que saem da província; sobre pedágio nas barreiras	
	Tabela de aluguel de casas para escolas; dos vencimentos de professores de instrução primária	

Leis e Regulamentos da Província do Paraná, Tomo XVII, Curitiba, Typ. Paranaense de C. M. Lopes, 1870.

Na retomada da legislatura conservadora, se investe na criação de escolas e em leis específicas para promoção da educação; aprova-se inúmeras leis sobre impostos; surgem duas novas vilas, Campo Largo e Rio Negro, além de comarca, freguesia, distrito, divisas municipais, posturas, receitas e despesas das câmaras, e da própria província; destaca-se uma lei de incentivo a colonização na capital paranaense, algo que será bastante decisivo nesta década de 1870 como fator de dinamização da economia paranaense e da própria estrutura populacional.

Em relação ao fim da Guerra do Paraguai, em 15/jun/1870, novamente, agora através da Câmara de Curitiba, foram nomeados “importantes cidadãos” para recepcionarem outros sessenta soldados “voluntários da pátria” que estavam a chegar a Curitiba: Dr. José Lourenço de Sá Ribas, Dr. Bento Fernandes de Barros, Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro, Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas, Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, coronel Manoel Antonio Ferreira, coronel Francisco de Paula Guimarães, tenente coronel José Correa de Bittencourt, major José Antonio Martins, capitão José Bonifácio de Andrada Vandelli, capitão Sizenando de Sá Ribas, capitão Nestor Morocines Borba, capitão Inácio de Sá Sottomaior, capitão Bento Antonio de Menezes, capitão Leocádio Pereira da Costa, capitão Norberto Nunes Barbosa, capitão Manoel Antonio Carneiro, capitão Antonio Enes Bandeira, padre José Jacinto de Linhares, Lucas Antonio Ribeiro Bhering, Candido R. Soares de Meirelles, Manoel Gonçalves dos Santos, Antonio Marçal de Oliveira, e tenente José Pereira Jorge (CARNEIRO, 1995, p.277; *Dezenove de Dezembro*, 18/jun/1870). Enfim, uma mescla entre conservadores e liberais, novamente.

No dia 14/fev/1871 inicia a sessão preparatória para o segundo ano da 9ª legislatura provincial, com a sessão de abertura no dia 15, com a presença e discurso do novo presidente da província do Paraná, Dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa¹²⁰, que ficará no cargo até 15/jan/1873. Será uma das mais longas administrações com quase dois anos de atividades, possibilitando realizar importantes ações no Paraná.

Já neste ano de 1871 inicia-se a discussão na assembleia legislativa sobre a construção da estrada de ferro do litoral a Curitiba, tendo como um dos idealizadores o engenheiro Dr. Antonio Pereira Rebouças Filho. A assembleia realiza longos debates sobre o tema (*Dezenove de Dezembro*, 25/mar/1871; 08/abr/1871). Afinal, “o Decreto n.º 4.674, de 10/jan/1871, do Governo Imperial, concedia aos engenheiros Antonio Pereira Rebouças Filho, Francisco Antonio Tourinho e Maurício Schwartz, privilégios para a construção da estrada de ferro Antonina-Curitiba. Em 1874 foram transferidos os direitos dos concessionários para o Barão de Mauá” (Rede Ferroviária Federal S.A., Edição comemorativa do centenário, 1985, p.46), cedidos pelos irmãos Antonio Rebouças e André Rebouças. Mas, não serão eles a iniciarem esta grande obra no Paraná. O traçado que iniciava no porto de Antonina, de autoria de Antonio Rebouças, era apoiado pelos “capelistas” (moradores em Antonina), capitaneados pela influente família Alves de Araujo; entretanto, a família Correia e Guimarães reagiam a

¹²⁰ Relatório do presidente da província do Paraná Dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa, em 15/fev/1871: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1871_p.pdf (Acesso em 30/jan/2013).

este projeto, sugerindo o início da ferrovia em Paranaguá e passando por Morretes, em detrimento de Antonina (*Ibidem*, p.77). Esta briga política, disputada também na câmara geral e no ministério da agricultura, é relatada nos diários de André Rebouças, na qual lamenta que as “missérimas influências políticas” acabaram vencendo (*Ibidem*, p.79-84). O decreto imperial n.º 5.912, de 1/maio/1875 estabeleceu o porto D. Pedro II, em Paranaguá, como ponto inicial da ferrovia (*Ibidem*, p.180). Enfim, o projeto vitorioso foi a ferrovia iniciando em Paranaguá e a concessão ser passada a outros grupos¹²¹.

Em abril de 1871 se dá a inauguração da estrada carroçável do Mato Grosso.

Tabela 70 – LEIS APROVADAS EM 1871

Nº	Lei	Data
253	Autoriza a mesa da assembleia a contratar a publicação do extrato dos debates	11/mar/1871
254	Cria uma freguesia no povoado do rio da Várzea	16/mar/1871
255	Transfere do Assunguy de cima para Votuverava a sede da freguesia deste último nome	16/mar/1871
256	Autoriza o governo a despender 6:000\$000 rs. com reparos da estrada desta capital à freguesia de Campo Largo	27/mar/1871
257	Cria duas escolas de instrução primária nos quarteirões de S. Lourenço e Campo do Tenente	27/mar/1871
258	Autoriza o governo a despender 5:000\$000 com os melhoramentos da estradas entre Paranaguá e Morretes	27/mar/1871
259	Cria uma cadeira de primeiras letras na freguesia de S. José do Christianismo	29/mar/1871
260	Passa os quarteirões do Umbará e Campo-Comprido para os municípios de Campo Largo e S. José dos Pinhais	29/mar/1871
-	Concede o terreno contiguo à assembleia à associação que se propuser a edificar nele um teatro	30/mar/1871
261	Cria uma escola de instrução primária no bairro de Taperussú [Itaperuçú]	3/abr/1871
262	Eleva à categoria de vila a freguesia de Votuverava	3/abr/1871
263	Concede um auxílio de 3:000\$000 a municipalidade de Campo Largo para uma cadeira	3/abr/1871
264	Restaura as cadeiras de instrução primária da colônia do Assunguy e Serra Negra	3/abr/1871
265	Autoriza o governo a despender 6:000\$000 com canalização de água e construção de um chafariz	3/abr/1871
266	Concede garantia de juros para a construção de uma estrada de ferro	10/abr/1871
267	Autoriza o governo a receber 10:000\$000 da casa bancária de Bernardo Gavião, Ribeiro & Gavião	10/abr/1871
268	Autoriza o governo a despender 10:000\$000 com a construção da ponte sobre o rio Iguassú	10/abr/1871
269	Decreto: Aprova artigos de posturas da câmara municipal da vila do Rio Negro	10/abr/1871
270	Divide a província em três distritos de obras públicas	10/abr/1871
271	Eleva à categoria de cidade a vila de Guarapuava	12/abr/1871
272	Autoriza o pagamento de 2:995\$000 a José Ferreira Sampaio pelos serviços prestados em operações com o banco do Brasil	12/abr/1871
273	Eleva à categoria de vila a freguesia do Arraial Queimado	12/abr/1871
274	Eleva à freguesia a colônia Thereza	12/abr/1871
275	Manda dar passagem na balsa do Rio Negro a pessoas escoteiras	12/abr/1871

¹²¹ “Posteriormente, ambas as concessões (Antonina a Curitiba e Paranaguá a Morretes) foram transferidas para a *Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens (...)*” (Rede Ferroviária Federal S.A., Edição comemorativa do centenário, 1985, p.180). E, no trecho da serra, o traçado obedeceu, em geral, ao projeto elaborado por Antonio Pereira Rebouças Filho entre 1871 e 1872 (*Ibidem*, p.204).

276	Decreto: Divide em duas partes o imposto do mate que se cobra no município do Príncipe	12/abr/1871
277	Fixa a força policial da província, com 117 praças e vinte músicos, com a organização e os vencimentos estabelecidos no plano anexo	12/abr/1871
278	Fixa a receita e despesa da província para o ano financeiro de 1871-1872, a quantia de 713:400\$027; para a Assembleia provincial, 13:100\$000	12/abr/1871
279	Suprime o segundo cartório do tabelião de Paranaguá	13/abr/1871
280	Manda que os coletores e escrivães percebam a porcentagem marcada na lei n.º 142, de 20/abr/1866	14/abr/1871
281	Manda que se denomine de – Pitanguy – a cidade de Ponta Grossa	15/abr/1871
282	Transfere a sede da freguesia do Senhor Bom Jesus de Palmas	15/abr/1871
283	Decreto: Aprova as posturas da câmara municipal de Campo Largo	15/abr/1871
284	Decreto: Aprova artigos de posturas da câmara municipal de Guarapuava	15/abr/1871
285	Marca os limites entre as vilas do Príncipe e S. José dos Pinhais	15/abr/1871
286	Cria diversas escolas	15/abr/1871
287	Regula os vencimentos dos empregados públicos aposentados ou jubilados	15/abr/1871
288	Decreto: Aprova artigos de posturas da câmara do Pitanguy	15/abr/1871
289	Decreto: Aprova artigos de posturas da câmara de S. José dos Pinhais	15/abr/1871
290	Reforma a instrução pública	15/abr/1871
291	Decreto: Fixa a receita e despesa das câmaras municipais	15/abr/1871
	Regulamentos	

Leis e Regulamentos da Província do Paraná, Tomo XVIII, Curitiba, Typ. Paranaense de C. M. Lopes, 1871.

Encerra-se a 2ª sessão da 9ª legislatura no dia 12/abr/1871, com um breve discurso do vice-presidente da assembleia, o brigadeiro Manoel de Oliveira Franco, na qual destaca como importante a reforma da instrução pública, o auxilio dado a empresas para construir a primeira via férrea na província, e estabelecer a navegação a vapor em vários rios (na qual ele foi um dos grandes beneficiados). Enfim, para o brigadeiro Franco, este ano foi exemplo da junção de progresso moral, com a reforma do ensino, com o progresso econômico, dados às empresas, “título da dignidade do homem e o princípio regulador da ordem social”. Surgem novos municípios, Votuverava e Arraial Queimado e demais freguesias, limites, cidade, “para desenvolver o elemento municipal, que é a base primeira de uma liberdade séria e prática”, nas palavras do brigadeiro Franco (*Dezenove de Dezembro*, 19/abr/1871).

Eleições municipais “extraordinárias” de 1870 e 1871

Por estarem em um período de predomínio conservador, muitas das eleições realizadas em 1868 foram anuladas neste ano de 1870. Foram anuladas, com aprovação do governo imperial, as eleições municipais em Palmeira (recém emancipada), Ponta Grossa, Castro, Jaguariaíva, Tibagi, Palmas, Campo Largo e a mais polêmica, a de Curitiba. Em Curitiba, o Dr. Agostinho Ermelino de Leão autorizou a realização de nova eleição para o dia 20/mar/1870, mas que posteriormente foram novamente anuladas. Uma nova eleição deveria ocorrer dia 27/nov/1870, mas foi adiada. A eleição foi ocorrer apenas no dia 13/jul/1871,

praticamente no final do mandato desta legislatura, com a vitória dos conservadores. Deixa a presidência da câmara de Curitiba o Dr. José Lourenço de Sá Ribas, liberal, e assume o Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas, conservador. Foi uma eleição protelada várias vezes, demorando, assim, para que os conservadores conseguissem voltar ao poder na capital. Foi o capitão José Mathias Miller, 1º juiz de paz da freguesia de Campo Largo e presidente da mesa paroquial da freguesia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba, quem publicou o resultado. E os vencedores tomaram posse no dia 01/ago/1871. Vencedores conservadores, sob a liderança do brigadeiro Manoel de Oliveira Franco, como juiz de paz e o fortalecimento do Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas, como presidente da câmara.

Na recém emancipada vila de Palmeira, a eleição aconteceu no dia 19/jan/1870, com a vitória do padre Camargo, liberal, que fará longa carreira política em sua localidade e na década de 1880, sendo deputado provincial até o fim do império. Vence também o conservador capitão Pedro Ferreira Maciel, que será deputado provincial na última legislatura do período do império, 1888/89. Enfim, membros de ambos os partidos políticos foram eleitos para esta primeira câmara de vereadores, como aponta a seguinte nota no jornal *Dezenove de Dezembro*:

Tem esta por fim comunicar-lhe que no dia 15 do corrente procedeu-se a eleição dos vereadores da câmara desta nova vila e que correu com toda a calma e regularidade. Ao convênio estabelecido entre os influentes principais dos dois partidos, não obstante a pouca vontade de alguém, que preparando-se para transtornar a combinação feita, foi a tempo descoberto e inutilizado seus esforços (...). (*Dezenove de Dezembro*, 21/set/1870).

Em Rio Negro, novo município paranaense, aconteceu a eleição no dia 15/set/1870 com a vitória do deputado provincial João de Oliveira Franco, que consolida sua liderança na localidade.

Na recém emancipada vila de Nossa Senhora da Piedade do Campo Largo, criada pela lei n.º 219, de 2/abr/1870, a eleição para vereadores e juiz de paz ocorreu no dia 4/dez/1870. A instalação da câmara se deu no dia 23/fev/1871, por ata, pelo capitão Tiburcio Borges de Macedo, presidente da Câmara de Curitiba, da qual foi emancipada Campo Largo. A vitória foi do tenente coronel, deputado provincial, Francisco Pinto de Azevedo Portugal. Quanto ao liberal, padre Lourenço Justiniano Ferreira Bello, eleito deputado provincial de 1858 a 1868, fica agora como suplente para vereador na nova vila.

No dia 15/out/1871 aconteceu a primeira eleição para vereadores de Votuverava e Arraial Queimado, recém emancipadas vilas paranaense. Votuverava compreendia uma longa extensão territorial, como a localidade de Votuverava, do Assunguy (local em que foi a sede

da freguesia de 1861 a 1871) e a nova colônia de imigrantes do Assunguy (atual Cerro Azul), fundada em 1860 com a presença de diversas etnias. Dos vereadores eleitos, dois pertencem à colônia do Assunguy, o tenente José Borges de Macedo (irmão de Tiburcio Borges de Macedo, ambos filho do falecido “ajudante” José Borges de Macedo, prefeito de Curitiba em 1835) e o major Joaquim Severo Correia (que será eleito deputado provincial. Severo Correia é irmão do deputado geral Manoel Francisco Correia). Os demais, de alguma forma já foram juizes de paz ou *eleitor* na freguesia. No Arraial Queimado destaque a Antonio Ricardo dos Santos Sobrinho, mesmo nome do deputado provincial e chefe político em Morretes, Antonio Ricardo dos Santos¹²².

Composição da 10ª Assembleia Legislativa Provincial, 1872 e 1873. Uma nova política imigratória para o Paraná

Quem convoca a nova eleição para deputado provincial é o brigadeiro Manoel de Oliveira Franco, 1º juiz de paz de Curitiba. Novamente, se encaminha para ser eleita uma chapa toda conservadora.

Um fato interessante é que no dia 2/set/1871, cinco dias antes da eleição para deputado provincial, o brigadeiro Franco realizou o casamento de três filhos seus, no oratório particular em sua residência em Curitiba. A filha Francisca Ribas Franco casa com o tenente José Lourenço de Vasconcellos Chaves (que será eleito deputado provincial no próximo dia 7); a filha Thalia Ribas Franco, casa com seu primo Coriolano Silveira da Mota (que será eleito deputado apenas em 1888/89, mas seu irmão Joaquim Ignácio Silveira da Motta Junior será eleito no próximo dia 7). Portanto, Coriolano é filho do ex-deputado provincial e geral, e tio da noiva, Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta e de Maria Theolinda da Conceição Ribas Silveira. O terceiro filho a casar é Julio de Oliveira Ribas Franco, com Julia Ribas Pereira, filha do capitão Francisco da Silva Pereira, político sempre ligado ao brigadeiro Franco, sendo no momento *eleitor* em Curitiba. Foram padrinhos a Sra. Januaria de Souza Ferreira Ribas, o Dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa (presidente da província do Paraná), o Dr. José Lourenço de Sá Ribas (chefe do partido liberal em Curitiba), João Franco de Oliveira e Souza, Joaquim Lourenço de Sá Ribas, Francisco da Silva Pereira e Caetano Alberto Munhoz

¹²² De acordo com a lista de votantes de Arraial Queimado de 1876, Antonio Ricardo dos Santos Sobrinho é filho de Joaquim José Gonçalves Cardoso. Portanto, ter o mesmo nome do comendador Antonio Ricardo dos Santos, provavelmente seja uma homenagem ao comendador ou mesmo ser ele um afilhado ou sobrinho seu.

(*Dezenove de Dezembro, 6/set/1871*). Uma família que reúne liberais e conservadores para a festa de casamento, nas vésperas de importante eleição.

Tabela 71 – Resultado Eleitoral para a 10ª Legislatura

Candidatos eleitos	Votos
1. Major Joaquim Severo Correia	136
2. Tenente coronel Joaquim Antonio Guimarães	134
3. Tenente coronel Manoel Leocádio de Oliveira	132
4. Padre Jordão Homem Pedroso	126
5. Padre Francisco José Correia de Bittencourt	126
6. Capitão José Mathias Miller	123
7. Capitão Joaquim José Belarmino Bittencourt	123
8. Brigadeiro Manoel de Oliveira Franco	123
9. Tenente coronel Francisco Pinto de Azevedo Portugal	122
10. Dr. Jayme de Oliveira Franco e Souza	121
11. Major Francisco Manoel de Assis França	120
12. Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas	118
13. Padre José Jacintho de Linhares	118
14. Padre Manoel José de Souza	118
15. Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho	116
16. Tenente José Joaquim Pereira Branco	108
17. Comendador João de Oliveira Franco	107
18. Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta Junior	105
19. Coronel José Borges de Almeida Taques	93
20. Tenente José Lourenço de Vasconcellos Chaves	91
<i>Demais votados</i>	
Capitão Manoel do Nascimento Abreu	61
Ricardo de Souza Dias Negrão	60
Capitão João Ferreira Corrêa	40
Major Antonio Polidoro	18
João José Figueira	13
Dr. Euzébio Silveira da Mota	11
Tenente coronel Antonio Joaquim de Oliveira Portes	10
José Joaquim dos Passos Oliveira	10
Comendador Manoel Antonio Guimarães	9
<i>Seguem-se 27 nomes de cidadãos menos votados.</i>	

Dezenove de Dezembro, 14/out/1871.

Consta que os 12 *eleitores* da vila do Príncipe votaram em branco nesta eleição (*Dezenove de Dezembro, 13/set/1871*). Os *eleitores* da Vila do Príncipe certamente não compactuam com a política conservadora e não aceitam os nomes propostos. Isto demonstra uma composição de *eleitores* liberais que se contrapõem ao processo, votando em branco.

Tabela 72 – 10ª LEGISLATURA 1872-1873

Deputado	Comissões	Idade	Partido	Residência	Ocupação
1. Tenente coronel Manoel Leocádio de Oliveira	Presidente (1872)	55	Conservador	Paranaguá	Negociante / Cargos públicos
2. Brigadeiro Manoel de Oliveira Franco	Vice-pres. (1872) Fazenda; COC; ICCI;	58	Conservador	Curitiba	Cargos públicos
3. Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho	1º Sec. (1872/73)	25	Conservador	Curitiba	Advogado / Cargos públicos

4. Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta Junior	2º Sec. (1872)	28	Liberal	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
5. Tenente coronel Francisco Pinto de Azevedo Portugal	Fazenda; CJFP; CM; Presidente (1873)	58	Conservador	Campo Largo	Fazendeiro / Cargos públicos
6. Padre Manoel José de Souza	CJFP; COC; Vice-pres. (1873)	?	Liberal?	Antonina	Padre
7. Padre José Jacintho Linhares	Eclesiástica; CM; Redação; 2º Sec. (1873)	32	Liberal	Morretes	Padre / Cargos públicos
8. Padre Francisco José Correia de Bittencourt	Eclesiástica;	?	Conservador	São José dos Pinhais	Padre / Vigário
9. Tenente coronel Joaquim Antonio Guimarães	Fazenda; CIOP;	?	Conservador	Morretes	Negociante / Cargos públicos
10. Capitão Joaquim José Bellarmino Bittencourt	ICCI; Estatística;	33	Conservador	Curitiba	Negociante / Cargos públicos
11. Major Joaquim Severo Correia	CIOP; Estatística;	39	Conservador	Votuverava / Colônia do Assunguy	Comerciante / Cargos públicos
12. João de Oliveira Franco	COC;	?	Conservador	Rio Negro	Fazendeiro / Cargos públicos
13. Dr. Jayme de Oliveira Franco e Souza	-	31	Conservador	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
14. José Borges de Almeida Taques	-	?	Conservador	Castro / Tibagi	Fazendeiro / Cargos públicos
15. José Lourenço de Vasconcellos Chaves	CJFP; CM;	29	Conservador	Curitiba	Militar / Cargos públicos
16. José Mathias Muller	CIOP; Redação;	?	Conservador	Campo Largo	Cargos públicos
17. Tenente José Joaquim Pereira Branco	-	?	Conservador	Ponta Grossa	Fazendeiro / Cargos públicos
18. Padre Jordão Homem Pedroso	Eclesiástica; ICCI; Redação;	?	Conservador	Guaraqueçaba	Padre / Cargos públicos
19. Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas	-	37	Conservador	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
<i>Major Francisco Manoel de Assis França</i>	<i>Substituído</i>	<i>62</i>	<i>Conservador</i>	<i>Guarapuava</i>	<i>Cargos públicos</i>
<i>Suplente que assume em fev/1872 no lugar do Major Francisco Manoel de Assis França:</i>					
20. João Ferreira Corrêa	Estatística;	34	Conservador	Paranaguá	?

Dezenove de Dezembro, 10/fev/1872.

OBS.: No ano de 1873 mudaram alguns membros das comissões (*Dezenove de Dezembro, 8/mar/1873*).

O núcleo duro desta assembleia legislativa gira novamente em torno do brigadeiro Franco, que assume o cargo de vice-presidente na comissão executiva, e em torno do comendador Manoel Antonio Guimarães, que não foi eleito, mas continua a eleger seus parentes, agora com seu filho, Joaquim Antonio Guimarães.

O presidente da assembleia é o experiente negociante em Paranaguá tenente coronel Manoel Leocádio de Oliveira, eleito em 1854/55 e agora, após 18 anos, reeleito deputado provincial. Interessante observar que Manoel Leocádio de Oliveira casa-se com a viúva Anna

Maria da Purificação Ribas, que era esposa do filho do comendador Manoel Antonio Guimarães, o capitão José de S. Guimarães, falecido em 1867. A esposa é filha do capitão Lourenço Pinto de Sá Ribas. Portanto, torna-se também concunhado do brigadeiro Manoel de Oliveira Franco. Os dois disputaram a presidência desta legislatura, e com pequena margem de votos, ganhou o deputado de Paranaguá. Em 1873 será presidente da assembleia o tenente coronel Francisco Pinto de Azevedo Portugal e vice-presidente padre Manoel José de Souza, mudando as lideranças, fruto de desentendimento entre os conservadores, tendo como líder desta dissidência o deputado Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas.

O 1º Secretário é o Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, membro da família Sá Ribas, por casamento, porém, do partido conservador. E o 2º Secretário também é membro desta família Sá Ribas, o Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota Junior. É provável que o tio Manoel de Oliveira Franco tenha permitido que o sobrinho, Dr. Motta Junior, entrasse na lista conservadora deste ano. Em 1873 assume como 2º secretário o padre José Jacintho Linhares, que, junto com Mota Junior são os únicos liberais nesta legislatura.

A renovação desta assembleia legislativa é bastante ampla, com 13 novos deputados. São eles: Deputado Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota Junior, filho de pai que já foi deputado provincial e geral. Deputado Dr. Jayme de Oliveira Franco e Souza, sobrinho dos deputados brigadeiro Franco e João de Oliveira Franco. O deputado José Lourenço de Vasconcellos Chaves, genro do brigadeiro Franco.

O novo deputado capitão Joaquim José Bellarmino Bittencourt é irmão do padre Francisco José Correia de Bittencourt, de São José dos Pinhais, reeleito deputado. A família Bittencourt estará presente na assembleia legislativa em toda esta década conservadora e sendo um dos líderes deste partido em Curitiba, José Correia de Bittencourt.

Deputados e irmãos major Joaquim Severo Correia, de Votuverava, colônia do Assunguy e capitão João Ferreira Correia¹²³, filhos do ex-deputado (1854/55) Manoel Francisco Correia Junior, falecido em 1857; tendo o irmão mais velho, Manoel Francisco Correia, como deputado geral e assumindo o cargo de Ministro das Relações Exteriores do Brasil (de 7/mar/1871 a 28/jan/1873).

Deputado tenente coronel Joaquim Antonio Guimarães, filho do comendador Manoel Antonio Guimarães.

¹²³ O deputado João Ferreira Corrêa irá falecer em dezembro de 1872, jovem com 34 anos, e, portanto, tendo participado apenas do primeiro ano desta legislatura. Ele que teria entrado como suplente, substituindo o major Francisco Manoel de Assis França.

Quanto ao capitão José Mathias Miller (Müller), Francisco NEGRÃO (vol.4 e vol.6) traz dois com o mesmo nome, ambos descendentes alemães. O primeiro seria casado com a irmã do deputado Francisco Pinto de Azevedo Portugal, reeleito para este mandato (é provável que este seja o deputado eleito). O segundo seria um rico ferreiro, com inúmeros prédios em Curitiba, casado com uma descendente alemã. De qualquer forma, José Mathias Miller seria o primeiro descendente de imigrantes alemães eleito ao cargo de deputado provincial paranaense.

Três padres representantes do litoral paranaense, também novatos na assembleia, foram eleitos para esta legislatura, padre Jordão Homem Pedroso, padre José Jacintho Linhares e padre Manoel José de Souza.

O fazendeiro José Borges de Almeida Taques é eleito representando a região de Tibagy. Ele é de família tradicional, Borges e Almeida Taques, e ligado ao brigadeiro Franco. E por fim, o deputado tenente José Joaquim Pereira Branco, de Ponta Grossa, em sua única participação como deputado provincial.

As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial, 1872 e 1873

As atividades desta câmara legislativa iniciaram dia 12/fev/1872 com as sessões preparatórias. No dia 15/fev/1872 houve, então, a abertura oficial com o presidente da província do Paraná, Dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa¹²⁴. E o encerramento ocorreu dia 15/abr/1872 com o discurso do presidente da assembleia, tenente coronel Manoel Leocádio de Oliveira, na qual destacou o incentivo dado à educação primária com a criação de novas cadeiras de instrução¹²⁵, a preocupação com a construção da estrada de ferro de Antonina a Curitiba e seus custos, a conservação das estradas do interior, e a inquietação com a qualidade

¹²⁴ Relatório do presidente da província do Paraná, Dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1872_p.pdf (Acesso em 15/fev/2013).

¹²⁵ Trecho do discurso do presidente Manoel Leocádio de Oliveira sobre educação: “Compreendendo a necessidade de derramar a instrução por toda a parte, por todas as camadas da população, criastes muitas cadeiras de ensino primário em diversas localidades da província: são intuitivos os benefícios que daí hão de provir, pois é um fato a necessidade de educar o povo para que ele tenha consciência dos seus direitos e obrigações, para que bem avalie o importante papel que representa. É reconhecido por todos que sem instrução não pode haver sociedade regular, não pode haver progresso, tudo é trevas, o homem conserva-se incapaz de exercitar as suas faculdades intelectuais; e, pois, é preciso arrancá-lo à ignorância para que ele se possa elevar ao lugar que lhe foi destinado pelo Criador, e isto somente se pode conseguir pelo cultivo da inteligência, espalhando a instrução, pondo-a ao alcance de todas as classes. Se as nossas circunstâncias não vos permitiram espalhar, do mesmo modo, a instrução secundária, desvelastes-vos, ao menos, com a primária: já é um passo dado, e aqueles que sentirem os benéficos efeitos dos vossos esforços vos abençoarão” (*Dezenove de Dezembro*, 17/abr/1872).

da erva mate “o nosso mais importante ramo de comércio” (*Dezenove de Dezembro*, 17/abr/1872).

Tabela 73 – LEIS APROVADAS EM 1872

Nº	Lei	Data
292	Cria uma escola de instrução primária na freguesia de Jaguariahyva	4/mar/1872
293	Eleva a categoria de cidade a vila do Príncipe	7/mar/1872
294	Eleva a categoria de vila a freguesia do Porto de Cima	7/mar/1872
295	Autoriza o governo a aposentar o chefe da 1ª seção da secretaria do governo Theolindo Ferreira Ribas	7/mar/1872
296	Autoriza o governo a aposentar o chefe da 2ª seção da secretaria do governo Aurélio Ribeiro de Campos	7/mar/1872
297	Cria uma freguesia com a denominação de Conchas	12/mar/1872
298	Cria uma escola de instrução primária em Morretes	12/mar/1872
299	Cria uma cadeira de primeiras letras na capela da Lança	12/mar/1872
300	Faz extensivo a todos os animais de comércio o imposto estabelecido pelo art. 4º do decreto de 10/abr/1871	16/mar/1872
301	Autoriza a abertura de um crédito suplementar	16/mar/1872
302	Eleva à categoria de vila a freguesia do Tibagy	18/mar/1872
303	Marca o subsídio para os deputados provinciais na legislatura de 1874 e 1875	20/mar/1872
304	Concede a Pedro Scherer e outros privilégio para a construção de uma estrada de ferro de bitola estreita ¹²⁶	26/mar/1872
305	Cria uma cadeira de instrução primária na freguesia do Tibagy	2/abr/1872
306	Cria uma cadeira de instrução primária no bairro do Assunguy de Cima	2/abr/1872
307	Eleva à freguesia a colônia do Assunguy	2/abr/1872
308	Cria uma comarca com a denominação de Antonina e Morretes	3/abr/1872
309	Manda que se denomine Ponta Grossa a cidade de Pitanguy	5/abr/1872
310	Autoriza o governo a despendar 2:500\$000 com a construção de um prédio para escola dos alemães	5/abr/1872
311	Cria o lugar de ajudante do engenheiro da província	5/abr/1872
312	Fixa a força policial da província, com 118 praças e 20 músicos	8/abr/1872
313	Restabelece as antigas divisas entre a capital e Campo Largo	8/abr/1872
314	Não compreende na disposição do art.11 da lei n. 290 de 15 de abril os professores nomeados em virtude da lei n. 120 de 6/jun/1865	8/abr/1872
315	Cria uma barreira na estrada que comunica a capital com o interior da província	8/abr/1872
316	Decreto: Aprova artigos de posturas da câmara municipal da vila de Votuverava	8/abr/1872
317	Extingue diversas escolas	9/abr/1872
318	Cria uma cadeira de instrução primária no bairro Tagas'aba	9/abr/1872
319	Autoriza os estudos de exploração e construção de uma estrada de rodagem que partindo na Lapa vá encontrar a estrada de Mato Grosso	9/abr/1872
320	Autoriza a despesa de 20:000\$000 com hospital da capital	11/abr/1872
321	Cria uma cadeira de instrução primária em Antonina	12/abr/1872
322	Autoriza a despesa de 40% da arrecadação feita pela barreira do Rio do Pinto com a estrada de Morretes	12/abr/1872
323	Cria uma cadeira de instrução primária na povoação de S. João da Graciosa	12/abr/1872

¹²⁶ “A Lei provincial n.º 304, de 26/mar/1872, concedeu privilégios para os engenheiros Pedro Aloys Scherer, José Gonçalves Pêcego Júnior e José Maria da Silva Lemos Junior construírem uma linha férrea de Paranaguá a Morretes, tendo os serviços sido iniciados em 2/fev/1873, sendo estes, portanto, os verdadeiros iniciadores da estrada de ferro Paranaguá-Curitiba” (Rede Ferroviária Federal S.A., Edição comemorativa do centenário, 1985, p.46). Pedro A. Scherer e Pêcego Júnior eram “leais ao partido dos Correia”, de acordo com o Dr. José Niepce da Silva (*Ibidem*, p.161). Esta lei é uma vitória dos Correia e Guimarães de Paranaguá, que também obtiveram a mesma vitória no Rio de Janeiro, pelo decreto imperial de 1875 que confirmava Paranaguá como o início das obras.

324	Isenta do pagamento da taxa de pedágio os carros ou animais que conduzirem colonos	12/abr/1872
325	Eleva a 4,500\$000 o capital garantido pelo art. 2º da lei n.266 de 10/abr/1871	12/abr/1872
326	Restaura o regulamento de 6/dez/1854	12/abr/1872
327	Autoriza a despesa de 4:000\$000 com um chafariz em Antonina	12/abr/1872
328	Eleva a 1:800\$000 os vencimentos do professor de francês e inglês de Paranaguá	12/abr/1872
329	Cria uma freguesia no bairro da Lança	12/abr/1872
330	Autoriza a criação de escolas noturnas	12/abr/1872
331	Decreto: Aprova as posturas da câmara municipal de Rio Negro	12/abr/1872
332	Decreto: Aprova artigos de posturas da câmara municipal de Castro	12/abr/1872
333	Cria uma freguesia no distrito policial do Jatahy	12/abr/1872
334	Fixa a receita e despesa da província, a contar de 1/jul/1872 a 30/jun/1873, a quantia de 621:965\$409; para a Assembleia provincial, 10:092\$000	12/abr/1872
335	Cria uma cadeira de instrução primária na vila de Campo Largo	12/abr/1872
336	Decreto: Fixa a receita e despesa das câmaras municipais	16/abr/1872
337	Decreto: Aprova artigos de posturas da câmara da Palmeira	19/abr/1872
	Regulamento da barreira do Poça Uma	
	Regulamento da barreira da estrada de Morretes	
	Regulamento de obras públicas	

Leis e Regulamentos da Província do Paraná, Tomo XIX, Curitiba, Typ. Paranaense, 1872.

São 46 leis e decretos sendo que 14 delas referem-se à educação. Destaca-se uma escola para alemães, demonstrando que eles estavam conquistando mais direitos na capital paranaense, e também como reflexo da presença de um deputado provincial descendente de alemães, Sr. José Mathias Miller. Também havia uma escola em Curitiba em que o dono era outro descendente alemão, Sr. Jacob Muller. Referente às novas freguesias, vilas, cidades, comarca, posturas municipais, receitas e despesas das câmaras foram aprovadas 16 leis. As demais leis versam sobre funcionários públicos, impostos, créditos suplementares, subsídios para os deputados, a força policial, hospital, estradas de rodagem e a estrada de ferro, bem como, sobre a receita e despesa da província para o próximo ano. Como destacou o presidente da assembleia, Manoel Leocádio de Oliveira, a educação teve destaque nesta legislatura. Quanto às novas vilas, foram emancipadas as freguesias de Porto de Cima e Tibagy; a primeira tem importantes indivíduos que residem nesta pequena localidade, desmembrado-se de Morretes, na qual se destaca a produção de erva mate. Quanto a Tibagy, esta é representada pelo deputado provincial José Borges de Almeida Taques que será a liderança da localidade até a época da República.

Em 1873, com a saída do presidente da província do Paraná, Dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa, assume a província, no dia 15 de janeiro, pela primeira vez, o dignitário Manoel Antonio Guimarães, como vice-presidente, e que abriu a 2ª sessão da 10ª legislatura provincial, no dia 17/fev/1873¹²⁷. Ele é o 4º paranaense a assumir o cargo de administrador

¹²⁷ Relatório do vice-presidente da província Coronel Manoel Antonio Guimarães: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rele_1873_a_v.pdf (Acesso em 15/mar/2013).

provincial, sendo chefe conservador do litoral e um político bastante atuante. Ficará seis meses no cargo, na qual irá aprovar as leis propostas pela assembleia legislativa provincial deste ano, na qual seu filho Joaquim Antonio Guimarães é um dos membros e seus cunhados, Manoel Francisco Correia e Manoel Eufrásio Correia são deputados gerais. Era o auge deste *quarteto saquarema* do Paraná, que contava ainda com a presença do Dr. Agostinho Ermelino de Leão. Era uma intrincada rede familiar conservadora a partir do litoral paranaense, mas com residências e cargos em Curitiba e no Rio de Janeiro. Serão eles os chefes ostensivos do partido conservador.

Quadro 11 – O quarteto saquarema do Paraná

<p>Dr. Agostinho Ermelino de Leão, casado com Maria Bárbara Correia, irmã do deputado geral Dr. Manoel Francisco Correia. Dr. Agostinho Ermelino de Leão foi juiz de direito em Curitiba, nomeado em 28/mar/1865 e permaneceu até 1885.</p>	<p>Comendador Manoel Antonio Guimarães, casado com Maria Clara Correia (1ª núpcias) e Rosa Correia (2ª núpcias), irmãs do deputado geral Dr. Manoel Eufrásio Correia, que irá casar em 2ª núpcias com sua sobrinha, Alice Guimarães, filha de Manoel Antonio Guimarães.</p>
<p>Maria Bárbara e Manoel Francisco Correia são filhos de Manoel Francisco Correia Junior, ex-deputado provincial em 1854/55, falecido em 1857, que teve 14 filhos. Um dos grandes entusiastas da emancipação política do Paraná.</p>	<p>Maria Clara, Rosa e Manoel Eufrásio Correia são filhos do 3º casamento de Manoel Francisco Correia, o velho, pai também do ex-deputado provincial em 1854/55, Manoel Francisco Correia Junior, em seu 2º casamento.</p>

O autor

Entretanto, em Curitiba, o partido conservador, sob a liderança do brigadeiro Manoel de Oliveira Franco passa a se desentender com o advogado Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas, formando dois grupos. Estas brigas internas levam o partido em Curitiba a dividir-se e conseqüentemente, com a “derrota” do brigadeiro Franco, como se verá adiante, aconteceu a mudança da liderança na assembleia legislativa, no ano de 1873, passando a presidência ao tenente coronel Francisco Pinto de Azevedo Portugal, de Campo Largo, e vice-presidente padre Manoel José de Souza, e 2º secretário padre José Jacintho de Linhares, ambos do litoral. Mantém-se apenas o 1º secretário, Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, forte aliado do Dr. Manoel Eufrásio Correia.

Tabela 74 – LEIS APROVADAS EM 1873

Nº	Lei	Data
338	Cria uma escola de instrução primária na freguesia de Jaguariahyva	12/mar/1873
339	Extingue uma escola em Campo Largo	31/mar/1873
340	Cria uma 2ª barreira na estrada de Arraial	31/mar/1873
341	Autoriza a despesa de 10:000\$000 com hospital da capital	31/mar/1873
342	Restabelece, nas escolas de instrução primária, o feriado às quintas-feiras, quando na semana não houver dia santificado	31/mar/1873
343	Desliga do cartório do público judicial e notas do termo do Príncipe e de órfãos	31/mar/1873
344	Fixa a força policial da província, com 65 praças e 20 músicos	31/mar/1873
345	Determina divisas entre os municípios de S. José dos Pinhais e Lapa	2/abr/1873
346	Cria o lugar de escrivão do termo de Campo Largo	3/abr/1873

347	Restabelece as antigas divisas entre os municípios de Antonina e os de Paranaguá e Morretes	3/abr/1873
348	Concede a Antonio Ricardo dos Santos [primo de Manoel Antonio Guimarães] e tenente coronel José Celestino de Oliveira privilégio por 12 anos para construírem, por si ou pela companhia que para esse fim organizarem, uma estrada de carris de madeira por tração animada, entre a cidade de Morretes e o povoado de Barreiros; sendo auxiliados financeiramente pelo governo da província;	3/abr/1873
349	Eleva a multa de que trata o regulamento de 6/dez/1854, referente a fabricação de erva-mate e sua adulteração	8/abr/1873
350	Autoriza o governo a aposentar o professor Antonio Ferreira da Costa	9/abr/1873
351	Restaura a cadeira de latim e francês de Antonina	15/abr/1873
352	Manda que os trabalhos das escolas sejam feitos numa só sessão diária	15/abr/1873
353	Autoriza o governo a proceder os reparos nas estradas do interior	15/abr/1873
354	Estabelece medidas sobre depósito do imposto municipal	16/abr/1873
355	Cria uma cadeira de instrução primária em Paranaguá	16/abr/1873
356	Cria duas cadeiras de instrução primária na Campina Grande	16/abr/1873
357	Extingue diversas escolas	16/abr/1873
358	Reduz o imposto de gado exportado	16/abr/1873
359	Cria uma comarca com a denominação de S. José e Campo Largo	18/abr/1873
360	Cria uma freguesia na Campina Grande	19/abr/1873
361	Admite o uso da palmatória nas escolas	19/abr/1873
362	Altera as divisas determinadas na lei n.239 de 12/abr/1872	19/abr/1873
363	Eleva o ordenado do professor João Manoel da Cunha	19/abr/1873
364	Fixa a receita e despesa da província, de 1/jul/1873 a 30/jun/1874, a quantia de 662:069\$445; para a Assembleia provincial, 17:000\$000	19/abr/1873
365	Decreto: Fixa a receita e despesa das câmaras municipais	16/abr/1873
	Regulamento das barreiras da Graciosa	

Leis e Regulamentos da Província do Paraná, Tomo XX, Curitiba, Typ. Paranaense, 1873.

O encerramento deste ano legislativo ocorreu dia 18/abr/1873 sob a presidência do tenente coronel Francisco Pinto de Azevedo Portugal. Em seu discurso, o presidente destacou as leis referentes à instrução pública, ao serviço público, os meios para regularizar as finanças da província, os cuidados com as estradas, e a erva mate “nosso principal ramo de comércio” que requer estratégias para seu fortalecimento, e temas como justiça, com a criação da comarca de São José dos Pinhais e Campo Largo e pedágios.

Foi a eleição para *eleitores* no dia 18/ago/1872 sob o predomínio conservador, que a divisão neste partido político, como se vê na reportagem a seguir, ficou bastante clara:

Eleição – Como é sabido, o partido conservador na capital, acha-se dissidente, sendo uma parte dirigida pelo Sr. brigadeiro Manoel de Oliveira Franco e outra pelo Sr. Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas.

Ambos disputaram a última eleição; desejando cada um organizar um corpo de *eleitores* pertencentes à sua parcialidade.

Acaba a urna de erguer sua voz, pronunciando-se a favor do Sr. Dr. Freitas, que, só com seus amigos, conseguiu completo triunfo.

Só com seus amigos dizemos, porque lutou com elementos poderosos que inclinaram-se a favor dos adversários; e ainda mais com a intervenção do partido liberal, que, por sua vez, foi também derrotado.

É este fato que nos traz à imprensa.

Aqueles que leram no periódico *Antonina* o manifesto deste partido, em que se prometia aos incautos completa abstenção nesta luta política, ficarão surpresos com esta vitória; duvidarão, talvez.

Pois bem, retiremos nossas palavras e fale o público desta capital.

Diga esse público imparcial: se não é verdade que um grande número de votantes liberais concorreu à votação; se grande número de liberais, que vinha votar com o Sr. Dr. Freitas, não foi retirado por promessas e ameaças dos respectivos chefes; se na chapa dos conservadores dirigidos pelo Sr. brigadeiro Franco não estão incluído seus liberais, exprimindo perfeitamente uma aliança.

Avista do procedimento que teve o partido liberal, o que significa, que conceito merece o seu manifesto? Onde ficou a honra do partido? Para que a sepultaram assim? Não seria mais nobre sustentar a palavra do manifesto, em lugar de vir, a falsa fé, de emboscada, acometer o inimigo, chamando sobre si a condenação dos homens sensatos? Sem dúvida.

Agora, lamente o partido liberal a sua derrota, chore, cubra-se de luto e guarde a lição para transmiti-la à posteridade.

Pela nossa parte, ainda que contentes com os louros da vitória, sentimos de coração a dor que o oprime por esse justo motivo, tanto que, por amor dele não desfraldamos o nosso estandarte de gala.

Para a traição, a nossa generosidade. Curitiba, 23/ago/1872.

Os conservadores que não transigem (Dezenove de Dezembro, 24/ago/1872, grifo do autor).

A divisão do partido conservador em Curitiba entre o brigadeiro Franco e seu (ex) correligionário, Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas, demonstra as lutas internas movidas por interesses de agregar mais pessoas aos cargos disponíveis no Estado. Outro ponto interessante é a presença de membros do partido liberal que teriam ajudado tanto o brigadeiro Franco, como o Dr. Tertuliano. Os resultados foram a favor do Dr. Tertuliano, que refletiu na própria organização da assembleia legislativa provincial no ano de 1873.

No próximo número do jornal *Dezenove de Dezembro*, há uma resposta dos liberais quanto à publicação acima, defendendo seu partido e demonstrando que as uniões que ocorreram não são o consenso de seus membros, mas de alguns indivíduos que se aliaram.

Eleição – Não venho refutar de modo absoluto todas as proposições que constituem o composto do artigo publicado no antecedente número desta folha, sob a epígrafe acima.

Não – o meu intento é outro. Almejo apenas restabelecer a verdade não respeitada pelo autor à intervenção do partido liberal no pleito do dia 18. O partido liberal na capital da província resolveu, é exato, não entrar em luta, quer na última, quer na próxima futura eleição, pelos motivos constantes do seu manifesto que corre impresso.

Posteriormente, alguns dos respectivos chefes, não obstante o acordo, pretenderam, aliando-se a uma das frações dissidentes dos conservadores, subjugar a outra, sob condição de entrada de alguns liberais na chapa de *eleitores*.

Ouvidos outros membros do diretório, estes repeliram, indignados, semelhante ideia. Sem embargo, aqueles, surdos à linguagem das conveniências, aos conselhos judiciosos de quem desejava manter ileso o crédito do partido na altura em que sempre estivera, calcando aos pés outras razões muitíssimo atendíveis, aceitaram, em hora aziaga, a transação menos nobre e cada um forneceu à urna os recursos de que podia dispor.

Já se vê, por esta fiel descrição, que não foi o partido que interveio, mas apenas duas ou três influências dele, a despeito do voto das outras, que vivamente protestaram e protestam contra tão inconveniente, tão inqualificável procedimento.

Com bastante pesar, confesso esta falta de alguns de meus amigos; porém, preciso é salvar a dignidade de nós outros, quaisquer que sejam as consequências.

Esse *desideratum* só se pode alcançar expondo os fatos com toda a exatidão, como ora o faço.

Se o articulista tratasse somente da intervenção de metade ou um terço do partido liberal, nem uma só palavra vinha opor, pois que prestava homenagem à verdade aí contida; mas, desde que *contente de sua glória*, compreendeu todo o partido, admita-se minha reclamação.

Desfraldem ou não os vencedores o seu *estandarte de gala*, – é me indiferente.

Sobre mim não houve triunfo, por que eu não entrei em combate.

Um liberal que não transige (Dezenove de Dezembro, 28/ago/1872).

Este comentário demonstra a lógica de disputa entre os partidos políticos nas províncias. Quando o gabinete imperial era do partido conservador, de maneira geral, os liberais na província não disputavam os pleitos, caso contrário, acabavam entrando em conflitos, inclusive armados. Deixavam, portanto, que as disputas acontecessem entre os próprios filiados ao partido de orientação imperial, ou ao menos, o partido oposicionista tentaria alianças, nem sempre claras, com quem estaria no poder. Alianças que podem ser explicadas muito mais pelo caráter de parentesco entre os membros de ambos os partidos, do que por ideologia partidária.

Em Curitiba, quem publica o edital do resultado da eleição de *eleitores* é o capitão Norberto Nunes Barbosa, 4º juiz de paz da paróquia da capital. O brigadeiro Franco ficou como suplente de *eleitor*, demonstrando que seu poder de influência local teria realmente sido abalado pela dissidência com o Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas. Porém, estas eleições de *eleitores* em Curitiba, São José dos Pinhais e Iguassú serão anuladas e uma nova foi marcada para o dia 14/set/1873. Em Curitiba, entretanto, devido a discussões calorosas, seguidas de conflitos com feridos, violação de urnas, dilaceração de livros e papéis, e consequente suspensão dos trabalhos (14/set/1873)¹²⁸, uma nova eleição para *eleitores* foi realizada em 11/jan/1874. A política continuava a ser bastante acirrada, chegando ao extremo de violência, e neste momento específico, a briga é entre os próprios conservadores. No Rio de Janeiro, o gabinete imperial estava sob a liderança do conservador Visconde do Rio Branco (7/mar/1871 a 25/jun/1875). Comparando os nomes dos *eleitores* eleitos em 1872 e 1874, praticamente são os mesmos indivíduos conservadores, porém, com a volta do brigadeiro Franco, não agora como suplente, mas como *eleitor* efetivo (conferir anexo 3 – eleições de *eleitores* em 1872).

No litoral a liderança do dignitário Manoel Antonio Guimarães o elege *eleitor* mais votado, elege seu genro Manoel Ricardo Carneiro, e seu correligionário e padrao de seus netos, Manoel Leocadio de Oliveira, e ainda seu filho vence em Antonina. Enfim, em cada localidade, destacam-se as lideranças do partido conservador do litoral.

¹²⁸ Relatório do presidente da província do Paraná, Dr. Frederico José Cardoso de Araujo Abranches, em 15/fev/1874: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1874_p.pdf (Acesso em 15/mar/2013).

Serão estes *eleitores* que escolherão os próximos deputados provinciais em 7/set/1873, o que sinaliza, novamente, uma assembleia composta por conservadores.

As eleições para vereadores e juizes de paz para o próximo quadriênio, 1873/1876, aconteceram dia 7/set/1872.

Em Curitiba a derrota do brigadeiro Franco é evidente e o grupo do Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas triunfa também na lista de vereadores. A surpresa é a presença de liberais, como o jovem Dr. João José Pedrosa, vereador mais votado e eleito presidente da câmara, e a vitória de outro liberal, o capitão Antonio Augusto Ferreira de Moura, filho do falecido Dr. Augusto Lobo de Moura, ex-vereador e ex-deputado provincial. Mostra, com isto, que o Dr. Tertuliano também teria se aliado a liberais. Esta aliança é confirmada no discurso de posse do presidente da câmara de vereadores de Curitiba, Dr. João José Pedrosa¹²⁹.

Em São José dos Pinhais as eleições serão anuladas e uma nova é realizada em 12/abr/1874. São José dos Pinhais compreendia também a freguesia do Iguassú.

Em Campo Largo, o capitão Francisco Pinto de Azevedo Portugal elege agora o filho. Em Arraial Queimado, o vereador mais votado é Antonio Ricardo dos Santos Sobrinho. Em Rio Negro, o comendador João de Oliveira Franco continua sendo a liderança local, e em Palmeira, o Padre Camargo, do partido liberal, reeleito vereador. As alianças permitiram lideranças de ambos os partidos se elegerem. Isto também demonstra que os conservadores não eram intransigentes a ponto de impedirem que liberais concorressem e inclusive vencessem as eleições.

Em Paranaguá o dignitário conservador Manoel Antonio Guimarães é o vitorioso nesta eleição de vereadores e juizes de paz, em Paranaguá. Ele assume como presidente da câmara em 7/jan/1873¹³⁰, mas logo tendo de deixar o cargo para assumir a presidência da província do Paraná em 15/jan/1873, como vice-presidente, ficando até 13/jun/1873. É juiz de paz também seu genro Manoel Ricardo Carneiro.

Em Antonina destaca-se, como juiz de paz, a volta do liberal Dr. Manoel Alves de Araujo. E outro juiz de paz desta vila, que inicia sua carreira na política, é Ildefonso Pereira Correia, futuro barão do Serro Azul, do partido conservador, irmão e sobrinho dos atuais deputados gerais do Paraná. Porém, esta eleição será anulada e uma nova realizada em

¹²⁹ O discurso de posse do eleito presidente da câmara de Curitiba, Dr. João José Pedrosa é publicado no jornal local (*Dezenove de Dezembro*, 11/jan/1873). O jovem Dr. Pedrosa era um liberal “fervoroso” em 1868, isto posto em seus discursos na assembleia legislativa provincial daquele ano.

¹³⁰ Foi publicado o discurso de posse do presidente da câmara de vereadores de Paranaguá, comendador Manoel Antonio Guimarães (*Dezenove de Dezembro*, 18/jan/1873).

setembro de 1873, trocando os vereadores, mas não os juizes de paz. Ildefonso Pereira Correia será um dos grandes empresários e políticos paranaenses na década de 1880, transferindo seus negócios e residência para Curitiba.

Em Morretes, destaca-se o comendador Antonio Ricardo dos Santos, eleito vereador e juiz de paz. Outros juizes de paz, desta localidade, que já foram deputados provinciais, o comendador José Miró de Freitas e o Major José Fernandes Correia, irmão do Ildefonso Pereira Correia.

Apesar de ser um período do gabinete conservador no Rio de Janeiro, nas vilas paranaenses percebe-se uma independência maior das lideranças locais frente ao poder central. Isto revela que os partidos políticos podiam estar disputando as eleições locais de forma mais justa, vencendo as eleições sem tantas fraudes eleitorais. E os vereadores e juizes de paz desta legislatura tomaram posse no início do ano de 1873.

15ª Assembleia Legislativa Geral, Rio de Janeiro, 1872 a 1875

A 15ª Assembleia legislativa geral no Rio de Janeiro terá como representantes do Paraná dois parentes conservadores, sobrinho e tio.

Tabela 75 – Deputado Geral – 15ª Legislatura (1872/1875)

Deputado geral	Partido	Residência	Profissão
1. Dr. Manoel Francisco Correia	Conservador	Corte, Rio de Janeiro	Advogado / Empregado público
2. Dr. Manoel Eufrásio Correia	Conservador	Santa Catarina / Paranaguá	Chefe de polícia em SC Advogado / Empregado público

O autor

Com a ascensão deste novo personagem, Dr. Manoel Eufrásio Correia, politicamente desaparece a figura do Dr. Joaquim Dias da Rocha, que passa a se dedicar às atividades particulares de medicina e professor, na cidade de Curitiba.

O Dr. Manoel Francisco Corrêa, além de deputado geral, é Ministro das Relações Exteriores do Brasil (7/mar/1871 a 28/jan/1873).

No dia 21/dez/1872, D. Pedro II abre a 1ª sessão da 15ª legislatura da assembleia geral. O imperador destacou em seu discurso a importância do Brasil no cenário mundial, dos acordos com a Argentina, pós-guerra do Paraguai; a necessidade da recuperação das finanças nacionais e do crédito; do investimento em instrução pública no país, para assim melhorar a indústria e a agricultura; para a agricultura a abertura à vinda de braços livres; o desenvolvimento da comunicação telegráfica; e por fim, o imperador pede atenção especial

dos deputados gerais para as reformas eleitorais e da guarda nacional (*Dezenove de Dezembro*, 11/jan/1873). Numa época atípica, a assembleia geral inicia os seus trabalhos no final do ano de 1872, sob o gabinete conservador e liderança de José Maria da Silva Paranhos, o visconde de Rio Branco.

Na sessão de 18/fev/1873 o deputado Dr. Manoel Eufrásio Correia profere discurso na câmara geral, chamando a atenção do governo para o “aquinhoamento de sua província natal”, o Paraná, dado em especial pelo ministério da agricultura (*Dezenove de Dezembro*, 15/mar/1873).

No dia 3/maio/1873, D. Pedro II abre a 2ª sessão da 15ª assembleia geral e que foi encerrada em 15/set/1873. Quando o deputado geral Dr. Manoel Eufrásio Correia chegou a Paranaguá, pós atividades legislativas no Rio de Janeiro, foi recebido com grande festa e baile na sua cidade natal (*Dezenove de Dezembro*, 24/set/1873). Ele que também foi eleito deputado legislativo provincial para o próximo biênio (1874/75). Enfim, o Dr. Manoel Eufrásio Correia começa a se destacar como a grande figura conservadora na província, exercendo forte liderança sobre seus correligionários.

No dia 5/maio/1874 foi dada a abertura da 3ª sessão da 15ª legislatura da assembleia geral legislativa. As informações deste ano já chegavam a Curitiba pela estação telegráfica. Foi encerrada esta sessão em 12/set/1874, por D. Pedro II, em que o imperador destacou a paz pela qual o país atravessava; a necessidade de se pensar créditos para a lavoura; o desenvolvimento da viação férrea; a necessidade do ensino profissional, bem como a reorganização do ensino primário e secundário no país; destacou a aprovação da nova lei do recrutamento da guarda nacional; e novamente insistiu na reforma eleitoral, na qual se espera assegurar “a livre e genuína manifestação do voto popular” (*Dezenove de Dezembro*, 30/set/1874).

Foi eleito presidente da câmara dos deputados o Dr. Manoel Francisco Correia¹³¹, que tinha deixado o ministério das Relações Exteriores do Brasil e agora assumindo a presidência desta casa, em 08/jun/1874 permanecendo até 03/fev/1877, e sendo o primeiro paranaense a assumir este cargo. Todas estas funções públicas do Dr. Manoel Francisco Correia e, portanto, sua proximidade com D. Pedro II, lhe será útil quando da escolha do próximo senador paranaense.

¹³¹ Galeria de Presidentes da Câmara dos Deputados: <http://www.camara.gov.br/internet/infDoc/HistoriaPreservacao/Presidentes/Tabela.htm> (Acesso em 15/mar/2013).

Em 16/mar/1875 o imperador D. Pedro II abre a sessão da assembleia legislativa geral, em caráter extraordinário, que será encerrada em 3/maio/1875. Mas, as sessões ordinárias acontecerão até 30/set/1875. No dia 27/abr/1875 o deputado geral pelo Paraná, Dr. Manoel Eufrásio Correia discursa na câmara sobre os limites entre Santa Catarina e o Paraná, na qual defende os interesses de sua província natal em detrimento de projetos que estavam sendo apresentados por Santa Catarina que avançariam em muito em terras “paranaenses”.

O governo imperial passa a discutir, através da câmara geral de deputados, a reforma eleitoral, tema dos mais polêmicos para o período. A aprovação do decreto n.2.675, de 20/out/1875 foi um passo referente às reformas, e ficou conhecida como *Lei do terço*¹³², na qual o eleitor votaria em dois terços do número total dos que deveriam ser eleitos.

A vaga de senador pelo Paraná aberta pelo falecimento do barão de Antonina

Faleceu em São Paulo, no dia 19/mar/1875, o barão de Antonina, João da Silva Machado, senador da província do Paraná, com 93 anos. Infelizmente, o barão de Antonina acabou se afastando da província paranaense. Por ocasião de sua morte, há uma pequena nota no jornal *Dezenove de Dezembro* e sem nenhuma manifestação de pesar publicada por parte das autoridades locais, como era costume quando uma personalidade de destaque falecia. Apenas, é noticiada uma missa pela alma do barão, na localidade de Rio Negro, fundada por ele, realizada pelo vigário padre Dionísio Carrano. Isto demonstra que o barão pouco estava representando os paranaenses. Porém, pode-se supor que a avançada idade com que tinha alcançado o posto de senador vitalício, com 72 anos em 1854, já não lhe permitia ter a disposição de trabalho de forma mais ativa na política, e ainda, sua opção por residir na cidade de São Paulo e de casar suas quatro filhas com homens que não eram do Paraná, o deixava cada vez mais longe da realidade da província que representava e de seus parentes da grande família Guimarães (ALVES, 2012). Com sua morte, abre-se a vaga de senador pelo Paraná, e as forças políticas terão de buscar um nome para ser seu sucessor. A primeira notícia sobre a sucessão ao cargo de Senador, logo é publicada no jornal local.

SENADOR: Lembramos ao partido conservador da província, para que sejam incluídos na lista tríplice, os nomes dos Paranaenses distintos, cujos serviços prestados a causa do partido que advogam, dão o justo direito de serem os contemplados. Conselheiro Manoel Francisco Correia. Dignitário Manoel Antonio Guimarães. Tenente coronel Francisco Pinto de Azevedo Portugal.

¹³² *Lei do terço*: <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-do-terco> (Acesso em 15/mar/2013).

Ass.: *Os verdadeiros conservadores. (Dezenove de Dezembro, 15/abr/1875).*

Porém, a lista tríplice sugerida pelos conservadores será composta pelo conselheiro Manoel Francisco Correia, o dignitário Manoel Antonio Guimarães e pelo coronel Manoel Ignácio do Canto e Silva (*Dezenove de Dezembro, 18/out/1876*). Os dois nomes primeiros são compreensíveis pela importância e atuação política durante todo o período imperial. A surpresa é o nome do coronel Manoel Ignácio do Canto e Silva, que praticamente tinha “desaparecido” da política, mas em favor de seus genros que são do partido liberal, em especial o Dr. Laurindo Abelardo de Brito, que chegará a ser presidente da província de São Paulo, na retomada dos liberais no poder, entre 12/fev/1879 a 4/mar/1881. Entretanto, esta chapa conservadora representa a continuidade dos mesmos líderes presentes em 1854. A eleição para senador irá acontecer apenas no dia 1/nov/1876.

Os liberais, fora do poder, organizaram uma chapa bastante estranha, com a liderança incontestada do conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, e com mais dois políticos de fora do Paraná, conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva e Dr. Martinho Alvares da Silva.

Antes da eleição para senador ocorrerá a eleição para *eleitores* no dia 1/out/1876, que praticamente elegerá conservadores, o que irá garantir a vitória da lista tríplice deste partido, como se verá adiante.

Composição da 11ª Assembleia Legislativa Provincial, 1874 e 1875. Os conservadores no poder.

Em 13/jun/1873 o dignitário Manoel Antonio Guimarães passa a direção da presidência do Paraná para o Dr. Frederico José Cardoso de Araujo Abranches, que irá conduzir o processo eleitoral para a próxima legislatura provincial. O Dr. Frederico Abranches ficará no Paraná até 02/maio/1875, praticamente dois anos de governo. Assim como foi a administração do Dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa, novamente um “longo” mandato de governo tende a ser positivo para as atividades públicas na província.

Em 21/jun/1873 assume o cargo de comandante superior da guarda nacional da capital o Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas, substituindo o coronel Manoel Antonio Ferreira, já com 68 anos, e que por muitos anos esteve a frente deste cargo; e também foi agregado ao estado maior o líder liberal Dr. José Lourenço de Sá Ribas (*Dezenove de Dezembro, 2/jul/1873*). Líderes conservadores e liberais a frente da guarda nacional paranaense.

Nesta eleição para a assembleia provincial, o jornal local *Dezenove de Dezembro* vem indicando que tanto conservadores como liberais estão preparando listas de nomes para a disputa eleitoral, porém, a vitória continua a ser conservadora, seguindo a composição do gabinete imperial liderado pelo Visconde de Rio Branco, no Rio de Janeiro.

Tabela 76 – Resultado Eleitoral para a 11ª Legislatura

Candidatos eleitos	Votos
1. Major Bonifácio José Villela	89
2. Tenente coronel Manoel Ferreira Ribas	86
3. Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas	84
4. Coronel José Borges de Almeida Taques	84
5. Tenente coronel Amantino José Borges	83
6. Dr. Manoel Eufrásio Correia	82
7. Dr. Eusébio Silveira da Motta	82
8. Padre Francisco José Correia de Bittencourt	82
9. Tenente coronel Joaquim Antonio Guimarães	80
10. Tenente coronel Manoel José da Cunha Bittencourt	80
11. Coronel Antonio Ricardo dos Santos	79
12. Major Manoel Ricardo Carneiro	78
13. Padre Jordão Homem Pedroso	78
14. Dr. José Antonio de Mendonça	77
15. Tenente coronel Joaquim Severo Corrêa	77
16. Padre Antonio Machado Lima	77
17. Capitão João de Souza Dias Negrão	77
18. Major Mathias Taborda Ribas	76
19. Comendador José Miró de Freitas	76
20. Dr. José Arthur de Murinelly	74
<i>Demais votados</i>	
Dr. Generoso Marques dos Santos	70
Tiburcio Borges de Macedo	68
Dr. Francisco Xavier da Silva	68
Dr. João José Pedrosa	67
Augusto Lustosa de A. Ribas	67
Francisco A. Baptista Rosas	63
Dr. José Lourenço de Sá Ribas	59
Dr. Manoel Alves de Araujo	58
Dr. Conrado Caetano Eriksen	56
Dr. Sergio F. de Souza Castro	56
Benedicto Enéas de Paula	56
Antonio Augusto Ferreira de Moura	54
Joaquim Ventura de A. Torres	54
Padre João Baptista Ferreira Bello	54
Dr. Emygdio Westphalen	54
Joaquim Rezende C. de Lacerda	51
Raphael Teixeira Cardoso Pimentel	51
<i>Seguem demais votados</i>	

Dezenove de Dezembro, 24/set/1873.

Tabela 77 - 11ª LEGISLATURA 1874-1875

Deputado	Comissões	Idade	Partido	Residência	Ocupação
1. Dr. Manoel Eufrásio Correia	Presidente	35	Conservador	Paranaguá	Advogado / Cargos públicos
2. Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas	Vice-pres.; Fazenda;	39	Conservador	Curitiba	Advogado / Cargos públicos

	CJFP; COCM; Redação;				
3. Dr. José Arthur Murinelly	1º Sec. (1874)	?	Conservador	Curitiba	Engenheiro / Cargos públicos
4. Dr. Eusébio Silveira da Motta	2º Sec. (1874)	27	Conservador?	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
5. Joaquim Antonio Guimarães	CJFP; CM; ICCI; 1º Sec. (1875)	?	Conservador	Morretes	Negociante / Cargos públicos
6. João de Souza Dias Negrão	CM; Redação; 2º Sec. (1875)	41	Conservador	Morretes	Negociante / Cargos públicos
7. Amantino José Borges	-	?	Conservador?	Castro	Fazendeiro / Cargos públicos
8. Antonio Ricardo dos Santos	-	55	Conservador	Morretes	Negociante / Cargos públicos
9. Padre Antonio Machado Lima	Eclesiástica; Estatística;	?	Conservador	Campo Largo	Padre / Cargos públicos
10. Bonifácio José Villela	-	40	Conservador	Ponta Grossa	Comerciante / Cargos públicos
11. Padre Francisco José Correia de Bittencourt	Eclesiástica; CM; ICCI;	?	Conservador	São José dos Pinhais	Padre / Cargos públicos
12. Joaquim Severo Corrêa	CJFP; Estatística;	41	Conservador	Votuverava / Colônia do Assunguy	Negociante / Cargos públicos
13. Dr. José Antonio de Mendonça	-	?	Conservador	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
14. José Borges de Almeida Taques	-	?	Conservador	Tibagi	Fazendeiro / Cargos públicos
15. José Miró de Freitas	CIOP; Redação;	56	Liberal	Morretes	Negociante / Cargos públicos
16. Padre Jordão Homem Pedroso	Eclesiástica; Estatística;	?	Conservador	Guaraqueçaba	Padre / Cargos públicos
17. Manoel Ferreira Ribas	-	49	Conservador	Ponta Grossa	Negociante / Cargos públicos
18. Manoel José da Cunha Bittencourt	Fazenda; COCM;	41	Conservador	Curitiba	Cargos públicos
19. Manoel Ricardo Carneiro	Fazenda; CIOP; COCM;	44	Conservador	Paranaguá	Negociante / Cargos públicos
20. Mathias Taborda Ribas	CIOP; ICCI;	41	Conservador	Rio Negro	Cargos públicos

CIOP: Comércio, Indústria e Obras Públicas; CJFP: Constituição, Justiça e Força Pública; CM: Câmaras municipais; COCM: Contas e orçamentos de câmaras municipais; ICCI: Instrução, catequese e civilização dos índios; OBS.: No ano de 1875 mudaram alguns nomes na composição das comissões (*Dezenove de Dezembro, 20/fev/1875*).

O núcleo duro desta assembleia legislativa provincial, a terceira depois da retomada dos conservadores no poder, tem uma nova liderança, o Dr. Manoel Eufrásio Correia, que também é deputado geral (1872/75). Jovem de 35 anos, líder conservador, residente em Paranaguá, cunhado do comendador Manoel Antonio Guimarães, é sua primeira participação como deputado provincial, sendo já eleito presidente desta casa. O vice-presidente é o Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas, que vem assumindo a liderança conservadora em Curitiba, em

detrimento ao brigadeiro Franco, líder conservador nas duas legislaturas passadas, mas que, provavelmente, por motivos de saúde, acaba não participando das disputas eleitorais neste ano. O brigadeiro Franco irá falecer em 31/dez/1875. O primeiro secretário é o Dr. José Arthur Murinely casado com Maria Magdalena, neta paterna do comendador Manoel Antonio Guimarães e neta materna de Lourenço Pinto de Sá Ribas, e enteada, agora, do ex-deputado e ex-presidente da assembleia, na legislatura anterior, Manoel Leocádio de Oliveira. O Dr. Murinely, por desavenças políticas acabará deixando este cargo em 1875 e chegando a retirar-se dos trabalhos da assembleia provincial junto com o deputado Antonio Ricardo dos Santos (*Dezenove de Dezembro*, 14/abr/1875). Assume seu lugar em 1875, o deputado Joaquim Antonio Guimarães, que é tio da esposa do Dr. Murinely, filho do comendador Manoel Antonio Guimarães. O segundo secretário, eleito pela primeira e única vez como deputado, é o Dr. Eusébio Silveira da Mota, filho do liberal e ex-deputado Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota. Seu irmão, também advogado, era deputado na legislatura anterior. Em 1875 assume o cargo de 2º secretário, o deputado João de Souza Dias Negrão, filho de pai português (de mesmo nome), mas sua mãe era da família Lustosa de Andrade e sua esposa era neta de Antonio Ricardo dos Santos, o velho.

A renovação dos membros desta assembleia, novamente, é bastante alta. São nove novos deputados, dois quais, seis terão apenas uma participação nas atividades legislativas. São eles, o Dr. Eusébio Silveira da Mota, de Curitiba; Amantino José Borges, de Castro, da ampla família Borges; padre Antonio Machado Lima, vigário em Campo Largo, parente do ex-deputado provincial e também padre Agostinho Machado Lima, vigário em Curitiba; Bonifácio José Vilella, de Ponta Grossa, é cunhado do ex-deputado da década de 1850, Francisco de Paula Ferreira Ribas (que era um conservador em meio a liberais nos Campos gerais) pertencente à família Guimarães. Bonifácio José Vilella é natural de Desterro, Santa Catarina, e em Ponta Grossa contrai casamento com a filha do tenente José Gonçalves Guimarães e de Anna Rosa Borges de Macedo, portanto, torna-se parente das amplas famílias Guimarães e Borges; João de Souza Dias Negrão (filho), casado com a sobrinha do deputado Antonio Ricardo dos Santos, reeleito, ambos de Morretes e industriais da erva mate; e o Dr. José Antonio de Mendonça, também numa única participação como deputado provincial, é casado com Euphrosina Correia, filha do ex-deputado Manoel Francisco Correia Junior e, portanto, parente do presidente desta assembleia Dr. Manoel Eufrásio Correia. Dr. Mendonça irá fazer carreira pública como desembargador.

Os demais novos deputados, mas que serão reeleitos nas próximas legislaturas são Manoel Ferreira Ribas, de Ponta Grossa, cunhado do deputado José Borges de Almeida Taques, residente em Tibagi. O novo deputado Manoel José da Cunha Bittencourt é irmão do deputado reeleito padre Francisco José Correia de Bittencourt, filhos do ex-deputado Manoel José da Cunha Bittencourt. E o deputado Mathias Taborda Ribas, de Rio Negro, com cargos públicos, casado com Balbina Munhoz, irmão do ex-deputado Caetano José Munhoz.

São reeleitos, também, os deputados Joaquim Antonio Guimarães, filho do comendador Manoel Antonio Guimarães e casado com a irmã do deputado Joaquim Severo Correia, sendo também reeleito o seu cunhado Manoel Ricardo Carneiro; Joaquim Severo Correia é sobrinho do presidente da assembleia Manoel Eufrásio Correia e também parente do comendador Manoel Antonio Guimarães; é reeleito o padre Jordão Homem Pedroso, representando Guaraqueçaba, mas logo iniciará seus trabalhos em Curitiba; e a volta do comendador José Miró de Freitas, que tinha sido deputado na legislatura de 1866/67, voltando à sua segunda e última participação na assembleia, mas que terá um genro sendo deputado provincial na próxima década.

Quanto ao partido político, a câmara continua com a maioria conservadora, e apenas um deputado seria liberal, o comendador José Miró de Freitas, de Morretes.

Quanto à residência dos deputados, seis residem em Curitiba, um em Castro, dois em Ponta Grossa, um em Campo Largo, um em São José dos Pinhais, um em Votuverava e um em Tibagi. Do litoral, dois são de Paranaguá, quatro de Morretes e um de Guaraqueçaba.

Quanto às ocupações, quatro são advogados, um engenheiro, três padres. Nas ocupações sem formação educacional têm-se oito negociantes, um comerciante e dois fazendeiros.

As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial, 1874 e 1875

As sessões preparatórias iniciaram dia 12/fev/1874 e a instalação da 11ª assembleia legislativa provincial aconteceu dia 15/fev/1874 com a leitura do relatório do novo presidente da província, Dr. Frederico José Cardoso de Araujo Abranches¹³³. O Dr. Abranches também terá um “longo” mandato no governo do Paraná, de praticamente 2 anos de atividades.

¹³³ Relatório do presidente da província do Paraná, Dr. Frederico José Cardoso de Araujo Abranches: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1874_p.pdf (Acesso em 15/mar/2013).

Tabela 78 – LEIS APROVADAS EM 1874

Nº	Lei	Data
366	Revoga os artigos 17, da lei n.364, de 19/abr/1873 (sobre o orçamento provincial), e 3º, da lei n.315, de 8/abr/1872 (sobre impostos)	2/mar/1874
367	Sujeita ao imposto de 3\$000 anuais cada escravo que não paga taxa geral	4/mar/1874
368	Cria uma cadeira avulsa de história e geografia em Paranaguá	7/mar/1874
369	Concede favores a companhia que introduzir colonos na província	7/mar/1874
370	Cria imposto de 2% sobre o monte mor de qualquer herança	10/mar/1874
371	Estabelece imposto sobre cães	12/mar/1874
372	Regula o modo porque as câmaras municipais devem fazer as remessas de suas contas	17/mar/1874
373	Fixa o subsídio para os deputados na legislatura de 1876 a 1877	23/mar/1874
374	Revoga as leis n.º 352 (sobre educação) e n.º 361 (sobre a palmatória), de 15 e 19/abr/1873	23/mar/1874
375	Decreto: Manda que a câmara do Arraial se guie pelo código de posturas da capital	23/mar/1874
376	Extingue desde já os lugares de inspetores de distritos	24/mar/1874
377	Estabelece divisas entre Tibagy e Conchas	24/mar/1874
378	Isenta do imposto de pedágio os carros que conduzirem madeira para exportação	24/mar/1874
379	Isenta da taxa no Miringuava-mirim os animais soltos em procura de pastagens e invernadas	26/mar/1874
380	Fixa a força policial para o exercício de 1874 e 1875, com 182 praças e 20 músicos	30/mar/1874
381	Estabelece o ensino obrigatório. É obrigatório o ensino primário para todos os meninos de 7 a 12 anos do sexo masculino e 1 a 10 do sexo feminino, que residirem dentro das cidades, vilas e freguesias em que houver aula pública ou particular subsidiada, não tendo eles impossibilidade física ou moral	6/abr/1874
382	Concede privilégio por 50 anos aos empresários da estrada de ferro de Paranaguá a Morretes	6/abr/1874
383	Marca as divisas entre as cidades de Ponta Grossa e Castro	6/abr/1874
384	Reduz o prazo das letras da província	8/abr/1874
385	Autoriza o governo da província a contratar a conservação da estrada da Graciosa	8/abr/1874
386	Manda continuar em vigor o art. 3º do regulamento de 26/jun/1872	8/abr/1874
387	Decreto: aumenta a receita da câmara de Paranaguá	8/abr/1874
388	Estabelece impostos municipais em Castro	8/abr/1874
389	Posturas municipais da câmara de Guarapuava	8/abr/1874
390	Sujeita a 3\$000 os animais que passarem pelo Itararé	10/abr/1874
391	Separa do cartório do escrivão do juízo municipal de S. José dos Pinhais a escritania de órfãos.	10/abr/1874
392	Obriga as câmaras a exigirem o uso do sistema métrico	10/abr/1874
393	Decreto: Aumenta as rendas da câmara de Guaratuba	10/abr/1874
394	Cria uma cadeira de instrução primária em Paranaguá	11/abr/1874
395	Cria uma cadeira de instrução primária no Cupim	11/abr/1874
396	Cria uma cadeira primária e promiscua no quarteirão do Pacutuba	11/abr/1874
397	Extingue a cadeira do sexo masculino do Butiatuva	11/abr/1874
398	Cria uma cadeira promiscua no Pilarzinho	11/abr/1874
399	Cria uma cadeira promiscua na colônia Argelina	11/abr/1874
400	Cria uma cadeira promiscua na Borda do Campo	11/abr/1874
401	Autoriza a abertura de um crédito suplementar para a estrada da Graciosa	13/abr/1874
402	Determina divisas entre os municípios de S. José, Lapa e Rio Negro	13/abr/1874
403	Cria o lugar de escrivão do juízo municipal no termo da Palmeira	13/abr/1874
404	Sujeita a imposto os proprietários de Campos	13/abr/1874
405	Concede 3:000\$000 ao clube de corridas Paranaense fundado nesta capital	13/abr/1874
406	Fixa a despesa e orça a receita da província, de 1/jul/1874 a 30/jun/1875, a quantia de 727:985\$965; e para Assembleia provincial, 18:892\$000	13/abr/1874
407	Decreto: Posturas municipais de Morretes	14/abr/1874
408	Estabelece divisas entre Ponta Grossa e Conchas	15/abr/1874
409	Concede privilégio para a construção de um matadouro na capital	15/abr/1874
410	Decreto: Fixa a despesa e orça a receita municipal para 1875	15/abr/1874
411	Altera as posturas da câmara da capital	15/abr/1874

412	Cria impostos municipais em Ponta Grossa	15/abr/1874
413	Concede garantia de juros a companhia que se organizar para a factura da estrada de ferro Paranaguá a Morretes	16/abr/1874
414	Decreto: Cria impostos municipais em Campo Largo	18/abr/1874
415	Decreto: Posturas da câmara do Porto de Cima	18/abr/1874
416	Posturas municipais do Arraial Queimado	15/abr/1874
	Regulamento sobre heranças e legados	
	Regulamento sujeitando ao imposto de 3\$000 anuais cada um dos escravos maiores de 12 anos que não são passíveis da taxa geral	
	Regulamento dando nova organização à secretaria do governo	
	Regulamento da instrução pública	
	Regulamento isentando do imposto de pedágio as madeiras exportadas	

Leis e Regulamentos da Província do Paraná, Tomo XXI, Curitiba, Typ. Paranaense da viúva Lopes, 1874.

Ao todo foram aprovadas 50 leis, algumas sendo decretos. Uma legislatura bastante produtiva. As leis referem-se à educação, sendo dez ao todo, com destaque ao “ensino obrigatório”; nove leis sobre impostos em geral; dezessete leis referentes às posturas municipais, incluindo impostos; quatro leis referentes às divisas municipais; as demais leis são específicas, como o orçamento da província, os subsídios dos deputados, força policial, manutenção da estrada da Graciosa. Destaca-se também o incentivo a vinda de colonos à província, na qual o nome do presidente da província Dr. Frederico Abranches é lembrado por algumas colônias instaladas ao redor de Curitiba. Outra lei seria de um crédito a um clube de corridas de cavalos. Por fim, destaca-se a lei n.º 413, de 16/abr/1874, que concede a “garantia de juros a companhia que se organizar para a factura da estrada de ferro Paranaguá a Morretes”, que como visto, eram os correligionários da família Correia. Quanto a este tema, a lei se altera, pois antes era de Antonina a Curitiba, agora se tem a perspectiva de se iniciar em Paranaguá, passando por Morretes a nova estrada de ferro. Uma briga política.

E é interessante destacar também um ofício publicado no jornal local proveniente da câmara de Curitiba pedindo aos deputados provinciais que, frente “as necessidades mais palpitantes do município”, solicitava-se recursos para atender a “tais necessidades”, fato que se dá devido ao “rápido progresso que nestes últimos anos tem feito esta capital, em virtude do crescente desenvolvimento de sua laboriosa população”, do comércio, edificações, enfim, “um futuro auspicioso que já começa a desvendar-se” (*Dezenove de Dezembro*, 18/fev/1874). A assembleia, porém, não aprovou nada em específico para Curitiba, da qual era presidente desta câmara, o jovem liberal Dr. João José Pedrosa.

A sessão de encerramento ocorreu no dia 15/abr/1874, sob a presidência do Dr. Manoel Eufrásio Correia.

No ano seguinte foram retomados os trabalhos legislativos, sendo a abertura realizada novamente pelo presidente da província do Paraná, Dr. Frederico José Cardoso de Araujo

Abranches¹³⁴, no dia 15/fev/1875, na qual destacou o desenvolvimento da província, mas alertou quanto a sua dívida passiva de 260:000\$000 num orçamento previsto de 500:000\$000.

Tabela 79 – LEIS APROVADAS EM 1875

Nº	Lei	Data
417	Extingue a barreira do Miringuavamerim no termo de S. José dos Pinhais e a da ponte do Iapó no de Castro	23/mar/1875
418	Cria uma escola de instrução primária promiscua no povoado de Barreiros	23/mar/1875
419	Cria uma cadeira de instrução primária na colônia do Jatahy	23/mar/1875
420	Autoriza o governo a despender a quantia de 12:000\$000 com a construção de uma ponte no rio Jaguariahyva e outros serviços	23/mar/1875
421	Transfere a sede da paróquia de S. José do Christianismo	29/mar/1875
422	Marca as divisas da vila do Rio Negro com a freguesia de Palmas	24/abr/1875
423	Eleva à categoria de vila a freguesia de Jaguariahyva	24/abr/1875
424	Determina que o imposto de 2% recairá somente sobre o monte dos herdeiros e legatários excedente a 1:000\$	24/abr/1875
425	Marca uma subvenção para o colégio Instituto Paranaense de Ponta Grossa	24/abr/1875
426	Decreto: Aprova artigos de posturas da câmara municipal da capital	24/abr/1875
427	Cria duas cadeiras de instrução primária nesta capital	24/abr/1875
428	Fixa a força policial para o exercício de 1875 a 1876, com 182 praças e 20 músicos	24/abr/1875
429	Determina o tempo para o fabrico da erva-mate	24/abr/1875
430	Decreto: Aprova as posturas da câmara municipal de Antonina	26/abr/1875
431	Autoriza o governo a conceder a santa casa de misericórdia da capital privilégio para estabelecer uma empresa de carros funerários	24/abr/1875
432	Revoga a lei n.390, de 10/abr/1874 (sobre impostos)	24/abr/1875
433	Decreto: Aprova posturas da câmara do Porto de Cima	24/abr/1875
434	Determina divisas entre o município de Ponta Grossa e freguesia das Conchas	24/abr/1875
435	Autoriza o governo a conceder privilégio a Leon Bouche ou a quem mais vantagens oferecer para uma empresa de carros para passageiros	24/abr/1875
436	Decreto: Fixa a despesa e orça a receita municipal para 1876	10/maio/1875
437	Autoriza o governo a conceder privilégio a quem apresentar uma máquina de sua invenção para melhorar o fabrico da erva-mate	10/maio/1875
438	Cria uma freguesia com a denominação de Pacotuba e invocação de Sant'Anna, compreendendo os quarteirões de Pacotuba, Campo Novo, Campo Magro, Juruquy, Marmeleiro, Botiatuba, Barra, Conceição, Taperuçu, Boixininga, Botiatu-mirim, Morro Grande e Tranqueira	10/maio/1875
439	Dá nova denominação a comarca de S. José dos Pinhais e Campo Largo	11/maio/1875
440	Fixa a despesa e orça a receita da província, de 1/jul/1875 a 30/jun/1876, a quantia de 627:235\$881; para a Assembleia provincial, 12:992\$000	11/maio/1875
	Regulamento sobre heranças e legados	

Leis e Regulamentos da Província do Paraná, Tomo XXII, Curityba, Typ. Paranaense da viúva Lopes, 1875.

Neste ano de 1875 foram aprovadas 23 leis e decretos, versando sobre educação, escolas, impostos, força policial, receita e despesas da província e câmaras municipais para o próximo ano. Em relação aos municípios aprovam-se posturas, divisas e investimentos em ponte em Jaguariaíva, local que se torna município, cria-se a freguesia de Pacotuba (futuro município de Almirante Tamandaré, região norte de Curitiba) e questões pontuais como

¹³⁴ Relatório do presidente da província do Paraná, Dr. Frederico José Cardoso de Araujo Abranches: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1875_a_p.pdf (Acesso em 15/mar/2013).

carros de passageiros e funerária para a capital paranaense. E duas leis referentes ao fabrico da erva-mate, tornando-se o principal motor da economia paranaense.

A 2ª sessão da assembleia legislativa provincial se encerrou no dia 17/abr/1875, sob a vice-presidência do Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas, pois, o Dr. Manoel Eufrásio Correia teria ido ao Rio de Janeiro participar das atividades como deputado geral. O discurso de encerramento do Dr. Tertuliano destacou a necessidade de se sanar as contas e dívidas da província, a recuperação da economia local, a recuperação das estradas locais, em especial a da Graciosa, e o incentivo às escolas primárias.

Em Curitiba, na câmara de vereadores, uma rixa intensa entre seus membros passa a ser publicada no jornal local. De um lado o presidente Dr. João José Pedrosa, do partido liberal, e de outro, vereadores e membros também do partido liberal, Antonio Augusto Ferreira de Moura, Antonio Ennes Bandeira, Joaquim Ventura de Almeida Torres, Antonio Marçal de Oliveira, Ildefonso Marques dos Santos, ambos descontentes com as atitudes do Dr. Pedrosa, chamando-o nem de liberal e nem de conservador, mas do “partido dos *vivedores*, que é a calda de todos os partidos” (*Dezenove de Dezembro*, 13/fev/1875). Discussão, com publicações extensas de ambas as partes, que se prolongam por inúmeros números do jornal *Dezenove de Dezembro*, do ano de 1875, cada grupo defendendo sua posição, numa clara divisão interna dentro da câmara de Curitiba, que ainda tinha de enfrentar um governo conservador na assembleia legislativa.

Em 02/maio/1875 deixa o governo do Paraná o Dr. Frederico Abranches e assume o vice-presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão até a chegada do novo presidente o Dr. Adolfo Lamenha Lins, que toma posse em 08/maio/1875 e ficará na administração da província por dois anos e dois meses, sendo novamente um tempo relativamente amplo, que lhe permitirá ampliar as mudanças significativas que estavam ocorrendo na sociedade paranaense, em especial referente à colonização por imigrantes. A estratégia de localizar os colonos mais próximos à capital paranaense foi considerada bastante satisfatória para o desenvolvimento desta província, que tinha como experiência a distante colônia do Assunguy, em Votuverava, fundada em 1860 e que até o momento não tinha alcançado seus objetivos de ser o celeiro da província do Paraná e ainda de bem acolher os novos colonos.

O maior tempo de permanência dos presidentes da província no Paraná, Dr. Venâncio, Dr. Abranches, e agora Dr. Lamenha Lins (lembrando que durante a troca destes presidente, assumiram os vice-presidentes conservadores Agostinho Ermelino de Leão e Manoel Antonio

Guimarães, e que eram parentes), talvez seja reflexo de um período de maior estabilidade também na formação dos gabinetes imperiais, liderados pelos conservadores.

Composição da 12ª Assembleia Legislativa Provincial, 1876 e 1877. E o Dr. Lamenha Lins.

A eleição para a 12ª assembleia legislativa provincial aconteceu dia 7/set/1875, sob a liderança do novo presidente da província, Dr. Adolfo Lamenha Lins¹³⁵. O resultado oficial foi dado pela câmara de vereadores de Curitiba, sob a presidência do liberal (em meio a conservadores) Dr. João José Pedrosa. Entretanto, novamente os vitoriosos são do partido conservador, apesar dos suplentes serem em sua maioria do partido liberal.

Os liberais em Curitiba começam a se reorganizar e em 1876 elegem um novo diretório, tendo como lideranças o Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro e Dr. João José Pedrosa. Ao todo compareceram mais de cem membros nesta reunião partidária (*Dezenove de Dezembro*, 26/jan/1876). Mas, da mesma forma, o partido conservador também convoca suas reuniões políticas, na qual teriam comparecido mais de quinhentas pessoas, em que foram eleitos como presidente o Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas, vice-presidente José Correia de Bittencourt, secretários José Manoel Marques da Silva (que era o 1º juiz de paz de Curitiba, *eleitor* mais votado e ainda presidente da mesa de qualificação dos votantes em Curitiba neste ano) e Aureliano Ribeiro de Campos, tesoureiro Manoel Ferreira Ribas, procurador Manoel de Souza Dias Negrão e conselheiros Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, capitão Norberto Nunes Barbosa, tenente José Lourenço de Vasconcellos Chaves entre outros, tendo

¹³⁵ De acordo com David Carneiro, o Dr. Lamenha Lins seria membro do partido liberal em época conservadora (CARNEIRO, 1994, p.36-37), mas, o jornal *O Paranaense, órgão do partido conservador* (20/abr/1879), o chama de “prestigioso chefe conservador”. O Dr. Lamenha Lins, durante sua administração esteve ao lado dos conservadores e com o apoio destes. O Dr. Lamenha Lins era um jovem de 30 anos ao assumir a presidência do Paraná, diplomado em Direito pela faculdade de Recife no dia 8/nov/1870, e já tinha sido presidente da província do Piauí em 1874. No Paraná administrou a província de 8/maio/1875 a 16/jul/1877, somando um pouco mais de dois anos de administração. Porém, não deixa o Paraná, assumindo o cargo de inspetor especial das terras e colonização e ao mesmo tempo abre negócios particulares no litoral paranaense, residindo em Morretes, tendo como sócio o comendador Antonio Ricardo dos Santos. Logo é publicada uma denúncia contra sua pessoa, de que teria negociado votos para sua eleição para deputado geral, que deveria acontecer em janeiro de 1878, substituindo o Dr. Manoel Francisco Correia que assumiu o cargo de senador pelo Paraná, em troca de cargos e benefícios por ocasião de ser inspetor especial das terras e colonização, motivo que o exonerará deste cargo. Denúncia que teria sido realizada pelo próprio líder conservador Manoel Eufrásio Correia (*O Paranaense*, 30/dez/1877). O Dr. Lamenha Lins volta para sua terra natal, Recife, local em que vem a falecer em 4/set/1881. Seu filho Dr. Bento José Lamenha Lins irá ser governador do Paraná no curto período de 29/nov/1891 a 25/fev/1892, na chamada junta governativa.

ainda o discurso do Dr. Manoel Eufrásio Correia sobre os feitos do partido conservador nos destinos do Brasil (*Dezenove de Dezembro*, 8/mar/1876).

Tabela 80 – Resultado Eleitoral para a 12ª Legislatura

Candidatos eleitos	Votos
1. Dr. Bento Fernandes de Barros	107
2. Olegário Rodrigues de Macedo	104
3. Tenente coronel Joaquim Antonio Guimarães	103
4. Dr. Manoel Eufrásio Correia	102
5. Tenente coronel Manoel José da Cunha Bittencourt	102
6. Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas	102
7. Tenente coronel José Lourenço de Vasconcellos Chaves	100
8. Dr. Leocádio José Corrêa	100
9. Tenente coronel Joaquim Severo Corrêa	99
10. Padre Francisco José Correia de Bittencourt	98
11. Tenente coronel José Florentino de Sá Bittencourt	98
12. Major Manoel Ricardo Carneiro	97
13. Capitão Antonio Ribeiro de Macedo	96
14. Tenente coronel Manoel Ferreira Ribas	96
15. Tenente coronel José Celestino de Oliveira	94
16. Major Mathias Taborda Ribas	93
17. Major Norberto José de Miranda	92
18. Padre Jordão Homem Pedroso	88
19. Tenente José Ferreira de Barros	87
20. Tenente Ricardo de Souza Dias Negrão	84
<i>Seguem demais votados</i>	
Dr. Generoso Marques dos Santos	76
Dr. João José Pedrosa	73
Dr. Conrado Caetano Erichsen	72
Padre João Baptista Ferreira Bello	71
Dr. Sergio Francisco de Souza Castro	71
Dr. Manoel Alves de Araujo	68
Tenente coronel Benedicto Enéas de Paula	67
Major Manoel Marcondes de Sá	67
Comendador Antonio Alves de Araujo	65
Dr. Francisco Xavier da Silva	57
Dr. Francisco de Almeida Torres	56
Capitão Tiburcio Borges de Macedo	53
Dr. Emygdio Westphalen	52
Dr. José Lourenço de Sá Ribas	49
Capitão Antonio Augusto Ferreira de Moura	44
Augusto Lustosa Ribas de Andrade	44
Joaquim Rezende Corrêa de Lacerda	44
Tenente coronel Amantino José Borges	43
Tenente coronel Ignácio José de Moraes	41
Coronel José Antonio Pereira Alves	30
Tenente coronel João Manoel da Cunha	23
Antonio Duarte de Camargo	21
Caetano de Souza Pinto	20
<i>Seguem mais 25 nomes</i>	

Dezenove de Dezembro, 25/set/1875.

O deputado conservador tenente coronel Joaquim Severo Corrêa, da colônia do Assunguy, Votuverava, por enfermidade, faleceu em 13/dez/1875, tendo que ser substituído,

por nova eleição realizada em 9/abr/1876, sendo eleito o negociante de erva-mate, Bento Florêncio de Munhoz, irmão do ex-deputado Caetano José Munhoz.

Nestes anos de 1875 a 1877 faleceram importantes políticos paranaenses, os conservadores brigadeiro Manoel de Oliveira Franco, seu irmão João de Oliveira Franco e o cunhado Caetano José Munhoz. E ainda, Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu, Manoel do Nascimento Abreu, Dr. Francisco Ferreira Corrêa e seu irmão de Joaquim Severo Correia. E os liberais Antonio Caetano de Oliveira Nhozinho, irmão do Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá (Nhozinho não chegou a ser deputado provincial). E no dia 29/dez/1877 falece o conselheiro, ministro de Estado, primeiro presidente da província do Paraná, senador Zacarias de Goes e Vasconcellos.

Tabela 81 – 12ª LEGISLATURA 1876-1877

Deputado	Comissões	Idade	Partido	Residência	Ocupação
1. Dr. Manoel Eufrásio Correia	Presidente (1876)	37	Conservador	Paranaguá	Advogado / Cargos públicos
2. Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas	Vice-pres.; Fazenda; CJFP; Redação; Presidente (1877)	41	Conservador	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
3. Joaquim Antonio Guimarães	1º Sec. (1876)	?	Conservador	Morretes	Negociante / Cargos públicos
4. Ricardo de Souza Dias Negrão	2º Sec. (1876/77)	41	Conservador	Morretes	Industrial da erva mate / Cargos públicos
5. Padre Francisco José Correia de Bittencourt	Eclesiástica; Estatística; Vice-pres. (1877)	?	Conservador	São José dos Pinhais	Padre, vigário / Cargos públicos
6. José Lourenço de Vasconcellos Chaves	CJFP; IP; 1º Sec. (1877)	33	Conservador	Curitiba	Militar / Cargos públicos
7. Antonio Ribeiro de Macedo	Fazenda; COCM;	34	Conservador	Porto de Cima / Antonina	Industrial da erva-mate / Cargos públicos
8. Bento Fernandes de Barros	CJFP;	42	Conservador	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
9. José Celestino de Oliveira	CIOP; CM; IP; Redação;	?	Conservador	Morretes	Negociante
10. José Ferreira de Barros	Fazenda; CJFP;	39	Conservador	Curitiba	Cargos públicos
11. José Florentino de Sá Bittencourt	-	?	Conservador?	Tibagy	?
12. Padre Jordão Homem Pedroso	Eclesiástica; Estatística;	?	Conservador	Curitiba	Padre / Cargos públicos
13. Leocádio José Correia	IP; Redação;	28	Conservador	Paranaguá	Médico
14. Manoel Ferreira Ribas	CIOP; COCM;	51	Conservador	Ponta Grossa	Negociante / Cargos públicos
15. Manoel José da Cunha Bittencourt	CJFP;	43	Conservador	Curitiba	Cargos públicos

16. Manoel Ricardo Carneiro	CIOP; COCM;	46	Conservador	Paranaguá	Negociante / Cargos públicos
17. Mathias Taborda Ribas	CM; Estatística;	43	Conservador	Rio Negro	Cargos públicos
18. Norberto José de Miranda	Eclesiástica; CM;	?	Conservador	Guaratuba	Negociante / Cargos públicos
19. Olegário Rodrigues de Macedo	IP;	26	Conservador	Castro	Fazendeiro
<i>Substituto do deputado Joaquim Severo Corrêa, falecido em dezembro de 1875:</i>					
20. Bento Florêncio Munhoz	-	50	Conservador	Curitiba	Negociante

CIOP – Comércio, Indústria e Obras Públicas; CJFP – Constituição, Justiça e Força Pública; CM – Câmaras municipais; COCM – Contas e orçamentos de câmaras municipais; IP – Instrução pública; *Dezenove de Dezembro*, 16/fev/1876; Em 1877 mudaram os nomes de alguns membros das comissões (*Dezenove de Dezembro*, 17/fev/1877).

O núcleo duro desta assembleia provincial se repete ao da legislatura anterior, com o deputado Manoel Eufrásio Correia, Tertuliano Teixeira de Freitas, Joaquim Antonio Guimarães e um novo membro, Ricardo de Souza Dias Negrão, irmão do ex-deputado João de Souza Dias Negrão. Todos líderes conservadores no Paraná. Em 1877 assume a presidência desta casa o Dr. Tertuliano e a 2º secretaria o genro do falecido brigadeiro Franco, o tenente coronel José Lourenço de Vasconcellos Chaves.

A renovação desta assembleia novamente é muito alta, com nove deputados, sendo que cinco deles apenas atuarão em uma legislatura e os outros quatro serão reeleitos apenas para a próxima legislatura. Isto demonstra uma rotatividade grande entre os deputados conservadores e da acirrada disputa por uma vaga na câmara provincial. Apenas seu núcleo duro permanece estável.

Os jovens deputados eleitos são Olegário Rodrigues de Macedo, de 26 anos, em que seu pai Francisco Rodrigues de Macedo, importante fazendeiro da região de Castro, já tinha figurado como suplente de deputado provincial para a legislatura de 1858/59. O jovem deputado Olegário será eleito apenas para a próxima legislatura, mas continuando carreira política em sua vila, Castro, como vereador. Mas será na República que sua influência política será mais visível, sendo prefeito de Castro e retornando à assembleia legislativa, como deputado estadual em cinco mandatos¹³⁶. O outro jovem deputado é o recém formado médico Dr. Leocádio José Correia, de Paranaguá, da ampla e tradicional família Correia. Ele, além de parente, é também cunhado do futuro barão de Serro Azul, Ildefonso Pereira Correia. E uma de suas filhas irá casar com o filho do comendador Antonio Alves de Araujo.

¹³⁶ O jovem deputado Olegário Rodrigues de Macedo e o jovem ex-deputado Francisco Xavier da Silva, ambos de Castro, durante o Império aparentemente não tiveram destaque político. Durante a República, a aproximação destes dois, já experientes políticos, do jovem líder Vicente Machado, os projetará neste novo tempo.

As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial, 1876 e 1877

A instalação da 12ª assembleia legislativa provincial aconteceu dia 15/fev/1876 com a leitura do relatório do novo presidente da província, o jovem Dr. Adolfo Lamenha Lins¹³⁷. Estavam presentes 14 deputados no ato da instalação. O Dr. Lamenha Lins destaca a importância dos trabalhos dos deputados e a necessidade de se melhorar as finanças provinciais. Quanto às eleições, o presidente salienta sobre os novos decretos legislativos gerais que obrigam a fazer o trabalho de “qualificação de votantes” nos respectivos colégios eleitorais (Lei n.º 2.675, de 20/out/1875, conhecida como *Lei do terço*¹³⁸). Nesta qualificação de votantes, o destaque seria por ser uma listagem “permanente”, isto é, uma vez aprovado o nome do cidadão como votante e cumprindo os requisitos legais necessários para esta função, este não poderia ser retirado da lista, independente de ser liberal ou conservador. Em Curitiba e região o jornal local, a partir de 29/abr/1876, passa a publicar os quarteirões das localidades, os nomes de todos os votantes, com a idade, estado civil, profissão, se é alfabetizado, filiação paterna, renda e se é elegível. Será esta nova qualificação de votantes que irá eleger os novos vereadores e juizes de paz das vilas para o quadriênio 1877/80, os novos *eleitores*, que elegerão os deputados gerais paranaenses, bem como para a vaga de senador pela província do Paraná, enfim, eleição marcada para 01/out/1876.

Entretanto, liberais e conservadores continuam com suas inúmeras rixas políticas. Os liberais iniciam ataques à administração do presidente da província Dr. Lamenha Lins através do novo periódico *Província do Paraná*¹³⁹. Os conservadores defendem o presidente através do periódico *Dezenove de Dezembro*, órgão oficial do governo. Os motivos das rixas por parte dos liberais são referentes aos atos administrativos do Dr. Lamenha Lins, tais como as nomeações de juizes municipais suplentes, na qual o presidente estaria privilegiando apenas membros conservadores em detrimento aos liberais (*Dezenove de Dezembro*, 15/mar/1876), que levou a seguinte afirmação: “a administração do Sr. Dr. Lamenha tem sido o apanágio do

¹³⁷ Relatório do presidente da província do Paraná, Dr. Adolfo Lamenha Lins: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1876_p.pdf (Acesso em 15/mar/2013).

¹³⁸ A mesa de qualificação de votantes em Curitiba no ano de 1876 foi composta por conservadores e liberais. O presidente era o conservador José Manoel Marques da Silva e mesários o conservador Manoel de Souza Dias Negrão e o liberal o Dr. Generoso Marques dos Santos, entre outros (*Dezenove de Dezembro*, 1/abr/1876).

¹³⁹ O jornal era de propriedade do partido liberal de Curitiba, do redator proprietário José F. [Ferreira] Pinheiro, que era residente em Paranaguá. Era utilizado principalmente para atacar o governo do presidente Dr. Lamenha Lins. Era redator deste jornal o Dr. Generoso Marques dos Santos, que também contribuiu escrevendo para os jornais *Paraná* e a *Reforma* (NICOLAS, 1958).

patronato e da *afilhadagem*, diz o contemporâneo [*Província do Paraná*], prometendo comprovar a sua assertiva” (*Dezenove de Dezembro*, 29/mar/1876); além de outras denúncias, como as de possíveis improbidades administrativas na contratação de funcionários e pagamentos indevidos a estes; a não execução da estrada do Mato Grosso; o empréstimo de 500:000\$000 (quinhentos contos de réis) para sanar pagamentos a funcionários e conservação de estradas; e a ordem da “destruição” da matriz da capital para a construção de um novo templo. E ainda, os liberais criticam vivamente os atos do governo quanto aos procedimentos referentes à colonização de imigrantes no Paraná. Sabe-se que o Dr. Lamenha Lins é reconhecido pelo programa governamental de incentivo a localização de colônias agrícolas nas proximidades dos centros urbanos, com o objetivo de colocá-las junto aos mercados consumidores, política que teve resultados satisfatórios, atraindo cada vez mais imigrantes para Curitiba e região (BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN, 1969, p.163-169). A primeira denúncia por parte do jornal *Província do Paraná* seria quanto a pagamentos “ilegais” realizados pela administração do Dr. Lamenha Lins à colonização promovida por Sabino Tripotti, fundador da colônia de imigrantes italianos *Alexandra* no litoral paranaense. A outra denúncia refere-se a compras de terrenos no rocio da capital paranaense a preços elevados e de pessoas do partido conservador (*Dezenove de Dezembro*, 15/jun/1876)¹⁴⁰. Estas denúncias eram rebatidas pelo órgão oficial do governo.

Enfim, as críticas e denúncias provinham dos opositoristas do partido liberal. Mas, havia funcionários públicos que estavam trabalhando com os colonos, mas que eram do partido liberal. Como exemplos, o médico Dr. José Joaquim Franco do Valle e o agente de colonização professor João Baptista Brandão de Proença. Genro e sogro, liberais, trabalhando na administração do Dr. Lamenha Lins.

Outra “briga” pública que o jornal *Dezenove de Dezembro* (17/ago/1876) publicou neste ano de 1876 foi entre o jovem advogado, conservador, Dr. José Pereira dos Santos Andrade, então promotor público em Antonina, filho do comendador e deputado provincial

¹⁴⁰ Eis as denúncias publicadas no jornal *Reforma* e rebatidas no jornal *Dezenove de Dezembro*: “consta-me que comprou-se por 28:000\$000 um pequeno terreno que ao falecido chefe conservador desta capital [provavelmente do falecido brigadeiro Manoel de Oliveira Franco] custara 200\$000!”, um terreno que foi posteriormente dividido em 300 lotes de 120 braças para a colonização próximo ao centro de Curitiba; e de que o Sr. José de Barros Fonseca também teria vendido ao governo lotes de 150 braças em quadro por 150\$000, num total de 183 lotes; preços, ao que se indica, bastante altos, mas que de acordo com o jornal oficial, todos estavam dentro dos preços legais. Outra denúncia seria de que o 1º suplente do juiz municipal estaria fornecendo “comedorias” a uns 500 colonos, recebendo 600\$000 diários por espaço de dois meses, até que as casas dos colonos ficassem prontas. Fato que também é explicado, dizendo que os gastos foram bem menores e que agora os colonos ainda estariam recebendo tratamento melhor do que antigamente (*Dezenove de Dezembro*, 15/jun/1876, título da matéria: *O correspondente da “Reforma”*).

Antonio Ricardo dos Santos, de Morretes, contra o Dr. João José Pedrosa, liberal, presidente da câmara de vereadores de Curitiba. Esta é a segunda vez que o Dr. Pedrosa envolve-se em publicações tendo que defender ou justificar ações de seus atos administrativos. Talvez, sua posição de oposicionista num ambiente de conservadores, e mesmo seu caráter explosivo, lhe exija estar em constantes rixas políticas¹⁴¹.

Quanto às novas leis que iam sendo debatidas e aprovadas pela assembleia legislativa conservadora, sob a presidência do Dr. Manoel Eufrásio Correia, muitas delas eram motivos de críticas pelo jornal oposicionista *Província do Paraná*.

Tabela 82 – LEIS APROVADAS EM 1876

Nº	Lei	Data
441	Eleva à categoria de freguesia o povoado de S. Antonio do Imbituva	21/fev/1876
442	Autoriza o governo a contrair um empréstimo até a quantia de 500:000\$000	10/mar/1876
443	Marca o subsídio dos membros da assembleia, 10:000\$000 e mais indenização de despesas de vinda e volta dos membros que residem fora da capital, de 2\$000, por légua ou por 6k666m.	20/mar/1876
444	Determina divisas da freguesia de S. Antonio do Imbituva	20/mar/1876
445	Cria diversas cadeiras de instrução primária	21/mar/1876
446	Concebe 6 loterias para diversas obras	21/mar/1876
447	Autoriza o governo a prorrogar a licença de D. Iria Narcisa Ferreira Murici (esposa do médico Dr. José Candido da Silva Murici)	24/mar/1876
448	Eleve à categoria de vilas as freguesias de S. José da Boa Vista, Votuverava e Arraial	24/mar/1876
449	Decreto: Põem em arrendamento os ervais da municipalidade do Rio Negro	29/mar/1876
450	Cria diversas cadeiras de instrução primária	6/abr/1876
451	Cria comissões de imigração	16/abr/1876
452	Determina que iluminação pública de Paranaguá e Curitiba fique a cargo da província	5/abr/1876
453	Fixa a força policial para o exercício de 1876 a 1877, com 10 oficiais, 172 praças e 20 músicos	8/abr/1876
454	Autoriza o governo a mandar indenizar a João D. Cordeiro e sua mulher	8/abr/1876
455	Autoriza o governo a reintegrar a Joaquim P. de S. Araujo	10/abr/1876
456	Autoriza o governo a reformar o regulamento da instrução pública	12/abr/1876
457	Cria um distrito de paz na freguesia do Triunfo	15/abr/1876
458	Cria um 2º cartório na cidade de Antonina	15/abr/1876
459	Autoriza o governo a conceder privilégio a Theodoro Stresser, ou quem mais vantagens oferecer para introduzir máquinas de fazer telhas	15/abr/1876
460	Autoriza ao governo a contratar a construção da ponte sobre o rio Jaguariahyva	15/abr/1876
461	Autoriza o governo a conceder privilégio para o estabelecimento de uma fábrica de conservas de carnes, introduzindo as máquinas para tal fim precisas	15/abr/1876
462	Decreto: Aprova artigos de posturas da câmara municipal de Guarapuava	15/abr/1876
463	Determina as divisas entre os municípios de S. José dos Pinhais, Lapa e Rio Negro	15/abr/1876
464	Autoriza o governo a conceder privilégio para a navegação dos rios Bariguy e Iguassu	15/abr/1876
465	Fixa a receita e despesas das câmaras municipais	15/abr/1876
466	Fica a receita e despesa da província, de 1/jul/1876 a 30/jun/1877, a quantia de 531:627\$630; para a Assembleia provincial, 20:260\$000	17/abr/1876
467	Manda contar a D. Anna J. de S. Anua e José Manoel Marques da Silva (1º juiz de paz	17/abr/1876

¹⁴¹ Assim o Dr. José Pereira dos Santos Andrade se refere ao Dr. Pedrosa: “(...) Sempre tive toda a consideração pelo Sr. Dr. Pedrosa, mesmo porque todos lhe reconhecem dotes que muito o distinguem, é moço simpático, belos ademanos, expressão alambicada etc. etc. Agora, porém, revelou-nos uma outra fase; o Dr. Pedrosa é também ultra pilherudo. (...)” (*Dezenove de Dezembro*, 17/ago/1876).

	de Curitiba), tempo para aposentadoria	
468	Concede privilégio a José Wolf e outros	17/abr/1876
469	Eleva a categoria de comarca o termo de Ponta Grossa	18/abr/1876
470	Concede loterias as obras de diversas matrizes	22/abr/1876
	Regulamento sobre o fabrico da erva mate	
	Regulamento sobre o imposto de décima urbana	
	Regulamento sobre o empréstimo de 500:000\$000	
	Regulamento orgânico da instrução pública	

Leis e Regulamentos da Província do Paraná, Tomo XXIII, Curityba, Typ. Paranaense da viúva Lopes, 1876.

Das leis aprovadas, dez se referem à criação de vilas, freguesias, comarcas, divisas municipais, obras e posturas. Estranha é a lei que eleva à categoria de vilas Votuverava e Arraial Queimado, que já eram vilas paranaenses pelas leis n.261 e 273, de 3 e 12/abr/1871, inclusive já realizadas eleições de vereadores e aprovadas suas posturas municipais. As demais leis se referem à educação, loterias para obras públicas, subsídios dos deputados, cartórios, força policial, orçamentos das câmaras e da província, funcionários públicos, indenizações, privilégios, incentivo à fábricas e ao fabrico da erva mate, navegação e iluminação pública. Destaca-se o empréstimo de 500 contos, criticado pela oposição; e outro destaque são comissões de imigração, como forma de organizar melhor a chegada dos colonos no Paraná. Neste item, destacadas figuras políticas paranaenses irão fazer parte destas comissões. Quanto à lei n.º 456, sobre a instrução pública, esta criou o Instituto de Educação do Paraná, com discurso de inauguração do presidente Dr. Lamenha Lins, publicado no jornal *Dezenove de Dezembro* (2/ago/1876). A assembleia legislativa provincial encerrou seus trabalhos no dia 15/abr/1876.

Também foi inaugurado em Curitiba, no dia 25/set/1876, o Museu Paranaense, liderado pelo conservador Dr. Agostinho Ermelino de Leão e pelo médico liberal Dr. José Candido da Silva Murici¹⁴². É interessante que durante os próximos anos o museu irá receber inúmeras doações de objetos para seu acervo, e as doações eram publicadas no jornal *Dezenove de Dezembro*.

No dia 15/fev/1877 foi dado abertura à 2ª sessão da 12ª assembleia legislativa provincial, pelo presidente da província, Dr. Lamenha Lins¹⁴³.

Tabela 83 – LEIS APROVADAS EM 1877

Nº	Lei	Data
471	Decreto: Aprova artigos de posturas da câmara municipal da capital	21/fev/1877
472	Autoriza o governo a reformar o Regulamento do imposto de pedágio da Graciosa	26/fev/1877

¹⁴² Museu Paranaense: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/> (Acesso em 15/mar/2013).

¹⁴³ Relatório do presidente da província do Paraná, Dr. Adolfo Lamenha Lins: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1877_a_p.pdf (Acesso em 15/mar/2013).

473	Isenta do imposto do art. 31§ 1 do dec. n.407 de 14/abr/1874 a erva-mate beneficiada que tiver pago igual imposto no Porto de Cima	5/mar/1877
474	Eleva a comarca o termo de S. José dos Pinhais	5/mar/1877
475	Decreto: Aprova artigos de posturas da câmara municipal de Porto de Cima	5/mar/1877
476	Cria um 2º cartório no termo do Campo Largo	10/mar/1877
477	Autoriza o governo a mandar concluir as obras do hospital da capital	10/mar/1877
578	Decreto: Aprova artigos de posturas da câmara municipal de Ponta Grossa	10/mar/1877
479	Reduz a metade as taxas criadas pelo art. 2º da lei n.392, de 10/abr/1874	10/mar/1877
480	Extingue a freguesia de S. Sebastião das Conchas e cria um distrito de paz em S. Antonio do Imbituva	12/mar/1877
481	Cria um 2º cartório em Paranaguá	24/mar/1877
482	Cria dois cartórios, um no Arraial Queimado e outro em Votuverava	24/mar/1877
483	Restaura a lei n.231 de 11/abr/1870 (divisa do município de Paranaguá)	9/abr/1877
484	Eleva à vila a freguesia de Palmas	13/abr/1877
485	Determina que nos registros de Rio Negro, Chapecó e Itararé só se aceitem letras de 200\$ para cima	13/abr/1877
486	Fixa a força policial, com 10 oficiais, 172 praças e 20 músicos	13/abr/1877
487	Decreto: Aprova artigos de posturas da câmara municipal de S. José dos Pinhais	13/abr/1877
488	Decreto: Idem, Paranaguá	13/abr/1877
489	Decreto: Idem, Campo Largo	14/abr/1877
490	Decreto: Idem, Lapa	14/abr/1877
491	Decreto: Idem, Capital	14/abr/1877
492	Extingue a comarca de Ponta Grossa	16/abr/1877
493	Concede privilégio a santa casa de misericórdia de Paranaguá para uma empresa de carros funerários	16/abr/1877
494	Decreto: Aprova artigos de posturas da câmara municipal de Paranaguá	20/abr/1877
495	Determina o modo porque se deve regular a câmara municipal de S. José da Boa Vista	20/abr/1877
496	Decreto: Aprova artigos de posturas da câmara municipal de Tibagy	24/abr/1877
497	Fixa a receita e despesa da província, de 1/jul/1877 a 30/jun/1878, a quantia de 598:765\$222; Para a assembleia legislativa provincial, subsídios dos deputados: 12:000\$000, ajuda de custos aos mesmos 1:260\$000 e a sua secretaria 6:040\$000, total 19:300\$000.	25/abr/1877
498	Decreto, Idem, Câmaras municipais da província	25/abr/1877
	Regulamento para a polícia e conservação da estrada da Graciosa	

Leis e Regulamentos da Província do Paraná, Tomo XXIV, Curityba, Typ. Paranaense da viúva Lopes, 1877.

As leis novamente se referem principalmente a organização das vilas e freguesias paranaenses, estabelecendo impostos, criando cartórios, obras em hospitais, aprovando a força policial e os orçamentos da província e câmaras municipais para o próximo ano.

O Dr. Lamenha Lins encerra suas atividades administrativas no Paraná no dia 16/jul/1877, mas assume o cargo de Inspetor especial de terras e de colonização, do Paraná. Assume em seu lugar o vice-presidente Manoel Antonio Guimarães até a chegada do último presidente conservador para este período, Dr. Joaquim Bento Oliveira Júnior, que toma posse em 17/ago/1877, saindo em 07/fev/1878, quando o gabinete imperial volta para as mãos dos liberais. Dr. Joaquim Bento Oliveira Júnior terá de conduzir o projeto de imigração em curso durante esta década de 1870 para o Paraná. Mas um dos problemas enfrentados foi a mal sucedida colonização dos russos alemães nos campos gerais do Paraná, que tanta repercussão

negativa causou na época e que irá ser sentida principalmente pelos primeiros presidentes liberais pós 1878¹⁴⁴.

As eleições para *eleitores* (período de 1877/78), vereadores e juízes de paz (período de 1877/80) aconteceram no dia 01/out/1876.

Os membros eleitos da mesa paroquial de Curitiba para coordenarem a eleição de *eleitores*, vereadores e juízes de paz na capital tiveram como presidente, capitão José Manoel Marques da Silva (conservador), mesários major Manoel de Souza Dias Negrão e tenente coronel Manoel José da Cunha Bittencourt (conservadores) e Dr. Sergio Francisco de Souza Castro e Dr. Generoso Marques dos Santos (liberais) (*Dezenove de Dezembro, 30/set/1876*).

Em nota no jornal local, o clima desta eleição estava novamente bastante tenso entre liberais e conservadores.

Eleições – Começou no dia 1 do corrente a proceder-se as eleições para *eleitores*, vereadores e juízes de paz desta capital.

Nos dias 1 e 2 do corrente entraram nesta cidade numerosos grupos compostos de habitantes de diferentes paróquias, e não qualificados. Esses grupos vinham armados, e como era de pensar, propunham-se a perturbar os trabalhos eleitorais desta cidade.

O Exmo. Sr. presidente [Dr. Lamenha Lins], a quem as autoridades policiais comunicaram aquele fato, presenciado com sobressalto por todos os moradores da capital, dirigiu-se a alguns chefes liberais, responsabilizando-os por qualquer perturbação da ordem pública. Felizmente, graças às providências enérgicas, prudentes e acertadas do governo, nenhuma desgraça temos a registrar (*Dezenove de Dezembro, 4/out/1876*).

De uma maneira geral, o jornal local destacou a vitória das eleições dos conservadores. Havia na nova regra eleitoral a necessidade de se escolher *eleitores gerais* e *eleitores especiais*, mas os mesmos indivíduos eram escolhidos para ambas as funções.

Comparando o número de *eleitores* das províncias brasileiras em 1876, vê-se que o Paraná ainda era uma das menores províncias do Império, com 311 *eleitores*. Minas Gerais possuía 5193 *eleitores*.

Quadro 12 – Eleitores das províncias brasileiras em 1876

¹⁴⁴ Sobre detalhes da colonização dos russos alemães, estes são apresentados por BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN (1969, p.170-182) na qual também discutem as “apreciações” do insucesso desta mal sucedida colonização nos campos gerais, em que destacam que primeiro culpou-se os próprios imigrantes, qualificados como “*muito ignorantes, teimosos, indolentes, invejosos*”; outra tendência foi a de acusar aos governantes pela imprevidência em colocar os imigrantes em terras infecundas e à míngua de qualquer recurso. E concluem: “Hoje, à vista dos empreendimentos coloniais agrícolas realizados com êxito, e dos recursos que foi necessário lançar mão para tal fim ser obtido, é possível a reavaliação dos fatores que concorreram para o insucesso da colonização dos alemães do Volga nos Campos Gerais” (*Ibidem*, p.180). Enfim, este insucesso teria sido uma mescla dos dois motivos, de imigrantes que não se adaptaram em terras longes dos grandes centros, pois foram instalados em “antigas fazendas”, dispersas e distantes umas das outras, todas compradas pelo governo (*Ibidem*, p.174). Infelizmente os autores não trazem a informação de quem foram compradas estas terras, e qual governo a teria realizado. Mas, foi na época em que os conservadores estavam administrando a província.

<i>Província</i>	<i>Eleitores</i>
<i>Minas Gerais</i>	<i>5193</i>
<i>Bahia</i>	<i>3422</i>
<i>Pernambuco</i>	<i>2074</i>
<i>São Paulo</i>	<i>2046</i>
<i>Rio de Janeiro</i>	<i>1908</i>
<i>Ceará</i>	<i>1801</i>
<i>Rio Grande do Sul</i>	<i>1021</i>
<i>Paraíba</i>	<i>939</i>
<i>Maranhão</i>	<i>916</i>
<i>Alagoas</i>	<i>866</i>
<i>Pará</i>	<i>675</i>
<i>Sergipe</i>	<i>587</i>
<i>Rio Grande do Norte</i>	<i>581</i>
<i>Piauí</i>	<i>526</i>
<i>Goiás</i>	<i>399</i>
<i>Santa Catarina</i>	<i>364</i>
<i>Paraná</i>	<i>311</i>
<i>Espírito Santo</i>	<i>202</i>
<i>Mato Grosso</i>	<i>149</i>
<i>Amazonas</i>	<i>138</i>

Dezenove de Dezembro, 2/ago/1876.

Quanto aos vereadores e juizes de paz eleitos, o predomínio conservador venceu principalmente em Curitiba.

Foram anuladas as eleições de Votuverava, Jaguariaíva (município recém criado em 1875), Castro e Iguassú (para juizes de paz). De maneira geral, deveria ter acontecido distúrbios bastante graves no dia da votação, ou mesmo o partido da oposição ter vencido as eleições e com isto poderia se provocar a possível anulação das eleições. O exemplo de Votuverava demonstra estas possibilidades de anulação.

Eleições em Votuverava – Não tiveram lugar em Votuverava às eleições de vereadores, juizes de paz e eleitores. Alguns desordeiros penetrando na igreja, onde funcionava a mesa paroquial presidida pelo 4º juiz de paz, e que havia-se constituído legalmente, segundo noticiamos, fizeram levantar os trabalhos já começados. Consta-nos, entretanto, que o partido liberal daquela localidade, prepara-se para remeter a S. Exa. o Sr. presidente atas fabricadas nesta cidade. Chamamos a atenção das autoridades competentes para semelhante plano (*Dezenove de Dezembro, 14/out/1876*).

Eleições em Votuverava – O Dr. Juiz de direito da comarca da capital julgou nulas as eleições que para vereadores e juizes de paz diziam ter feito os liberais da paróquia de Votuverava; e mandou instaurar processo por crime de falsificação contra os autores das atas que lhe foram remetidas (*Dezenove de Dezembro, 28/out/1876*).

Enfim, de forma frequente os distúrbios eleitorais aconteciam tanto nas eleições municipais como nas de caráter provincial e geral, demonstrando a dificuldade de se estabelecer a ordem neste momento específico. Neste sentido, inúmeras discussões sobre o processo eleitoral aconteceu no Rio de Janeiro ao longo do período imperial.

16ª Assembleia Legislativa Geral, Rio de Janeiro, 1876 a 1877 e a eleição para Senador no Paraná

A eleição para as duas vagas de deputado geral do Paraná ocorreu no dia 30/out/1876. E a eleição para a vaga de senador ocorreu no dia 01/nov/1876.

A câmara de Curitiba fixou o dia 1/dez/1876 para a apuração e divulgação do resultado final da eleição para deputado geral e senador. Porém, o incidente abaixo descrito pelo jornal local, irá culpabilizar o presidente da câmara Dr. João José Pedrosa, que teria provocado “distúrbios” para anular as eleições, provavelmente que seriam vencidas pelos conservadores. Seus atos o levaram a ser destituído deste cargo de presidente da câmara e ainda do cargo de procurador fiscal da tesouraria provincial. O Dr. Pedrosa teria tentando por meio de “alguns indivíduos desordeiros” a destruir os resultados eleitorais da eleição de deputado geral e senador em Curitiba.

Distúrbio na câmara municipal – Chamamos a atenção dos nossos leitores para as peças oficiais que hoje publicamos no lugar competente.

Alguns indivíduos desordeiros, convidados adrede para fazer distúrbios, senão para assassinar alguns inermes vereadores e eleitores, foram postados no salão e corredores da câmara municipal armados de facas, cacetes e revólveres. O presidente da câmara, hoje suspenso, bacharel João José Pedrosa, quando retirou-se para proceder a apuração dos votos para deputados e senador na Ordem Terceira, gritou a um dos seus *guardas* que atirassem pela janela os livros e papeis que estavam sobre a mesa, se não pudesse arrebatá-los.

Este plano foi malogrado, e ontem mesmo a câmara municipal sob a presidência do vereador mais votado fez a apuração dos votos que deram o seguinte resultado: (...) (*Dezenove de Dezembro, 2/dez/1876*).

E nas publicações posteriores do jornal *Dezenove de Dezembro*, muitas notícias buscavam explicar a tentativa de adulteração das atas eleitorais por parte do Dr. João José Pedrosa, inclusive com repercussão em outros periódicos nacionais, como destacava o jornal local.

Segue o resultado oficial da eleição para deputado geral, em toda a província do Paraná.

Tabela 84 – Deputado Geral – 16ª Legislatura (1876/1878)

Deputado geral	Partido	Votos	Residência	Profissão
1. Dr. Manoel Francisco Correia	Conservador	145	Corte, Rio de Janeiro	Advogado e empregado público
2. Dr. Manoel Eufrásio Correia	Conservador	143	Paranaguá	Advogado e proprietário
Dr. Sergio Francisco de Souza Castro	Liberal	108	Curitiba	Advogado
Dr. Manoel Alves de Araujo	Liberal	101	Antonina	Negociante
Padre José Antonio de Camargo Araujo	Liberal	8	Palmeira	Fazendeiro

O autor; *Dezenove de Dezembro, 2/dez/1876*.

A 1ª sessão da 16ª Legislatura da Assembleia geral legislativa aconteceu no dia 1/fev/1877 com a abertura realizada pela Princesa Isabel, na qual representavam o Paraná, novamente tio e sobrinho, Manoel Eufrásio Correia e Manoel Francisco Correia. Esta 1ª sessão encerrou no dia 1/jun/1877 pela imperatriz Isabel, e que também teria dado início aos trabalhos da 2ª sessão que iria terminar em 14/out/1877 encerrada pelo imperador D. Pedro II.

Quanto ao resultado oficial da eleição para senador no Paraná:

Tabela 85 – SENADOR (lista tríplice)

Senador	Partido	Votos	Residência	Profissão
1. Dr. Manoel Francisco Correia	Conservador	137	Corte, Rio de Janeiro	Advogado / Empregado público
2. Dignitário Manoel Antonio Guimarães	Conservador	137	Paranaguá	Negociante e proprietário
3. Coronel Manoel Ignácio do Canto e Silva	Conservador	134	Castro	Fazendeiro
Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá	Liberal	70	Palmeira	Fazendeiro
Conselheiro José Bonifacio de Andrade e Silva	Liberal	69	São Paulo	Empregado público
Dr. Martinho Álvares da Silva	Liberal	69	Paraíba do Sul	Fazendeiro
Dr. José Candido da Silva Murici	Liberal	1	Curitiba	Médico

O autor; *Dezenove de Dezembro*, 4/nov/1876; *Dezenove de Dezembro*, 5/abr/1877 (este último jornal traz o resultado em todos os colégios eleitorais retirando Castro e Votuverava que foram considerados resultados fraudados).

O senador foi anunciado pelo imperador apenas em fevereiro de 1877, sendo o escolhido o Dr. Manoel Francisco Correia, que tomou posse em 10/abr/1877. Logo é publicado um pronunciamento do senador Dr. Junqueira defendendo a posse do Dr. Correia, pois alguns senadores estariam questionando a validade das eleições no Paraná (*Dezenove de Dezembro*, 25/abr/1877).

Manoel Francisco Correia ao assumir a vaga de senador pelo Paraná deixa aberta sua cadeira na câmara dos deputados e uma nova eleição para deputado geral foi marcada para o dia 27/jan/1878.

Os líderes conservadores de Curitiba e Paranaguá irão se dividir. Uns apóiam o Dr. Bento Fernandes de Barros (genro do falecido brigadeiro Manoel de Oliveira Franco) e outros apóiam o ex-presidente da província do Paraná e atual inspetor especial de terras e da colonização, Dr. Adolfo Lamenha Lins. Mas, devido principalmente a mudança de gabinete imperial no Rio de Janeiro no dia 05/jan/1878, liderado pelo Visconde de Sinimbu, liberal, e a divisão dos conservadores no Paraná, o resultado será favorável ao liberal Dr. Manoel Alves de Araujo.

Tabela 86 – 16ª Legislatura (1876/1877) – Preenchimento da vaga deixada pelo Dr. Manoel Francisco Correia

Deputado geral	Partido	Votos	Residência	Profissão
1. Dr. Manoel Alves de Araujo	Liberal	74	Antonina	Negociante
Dr. Bento Fernandes de Barros	Conservador	67	Santa Catarina	Advogado / Magistrado
Dr. Adolfo Lamenha Lins	Conservador	47	Morretes	Advogado

Dezenove de Dezembro, 9/mar/1878;

Porém, por decreto n.º 6.880, de 11/abr/1878, foi dissolvida a câmara dos deputados gerais e convocada a se reunir apenas em 15/dez/1878, e ficando marcado para o dia 5/ago/1878 a eleição dos *eleitores* que têm de eleger os novos deputados. O Dr. Manoel Alves de Araujo não irá assumir o cargo, mas ele será vencedor nas eleições marcadas para 4/set/1878, juntamente com outro liberal, Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro.

Composição da 13ª Assembleia Legislativa Provincial, 1878 e 1879. O retorno dos liberais.

A eleição para a 13ª assembleia legislativa provincial aconteceu dia 7/set/1877, sob a liderança do recém chegado presidente da província, Dr. Joaquim Bento de Oliveira Junior, num ambiente ainda conservador.

Tabela 87 – RESULTADO ELEITORAL PARA A 13ª LEGISLATURA

Candidatos eleitos	Votos
1. Major Manoel Ricardo Carneiro	145
2. Dr. Manoel Eufrásio Correia	144
3. Tenente coronel Manoel José da Cunha Bittencourt	144
4. Coronel Antonio Ricardo dos Santos	142
5. Capitão Joaquim José Bellarmino Bittencourt	141
6. Dr. Leocádio José Corrêa	141
7. Tenente coronel José Celestino de Oliveira	140
8. Tenente coronel Manoel Ferreira Ribas	140
9. Major Manoel de Souza Dias Negrão	139
10. Olegário Rodrigues de Macedo	139
11. Dr. Bento Fernandes de Barros	139
12. Major Bento Florêncio Munhós	139
13. Capitão Lourenço Taborda Ribas de Andrade	139
14. Padre Jordão Homem Pedroso	139
15. Tenente José Lourenço de Vasconcellos Chaves	138
16. Capitão Francisco Pinto de Azevedo Portugal Filho	138
17. Alferes Ignácio Alves Corrêa Carneiro	136
18. Dr. José Joaquim Franco Valle	86
19. Major Manoel Marcondes de Sá	85
20. Tenente coronel Benedicto Eneas de Paula	85

Dezenove de Dezembro, 15/set/1877.

Os conservadores voltaram a vencer, porém três liberais conseguiram entrar nesta lista, como se verá a seguir.

Tabela 88 – 13ª LEGISLATURA 1878-1879

Deputado	Comissões	Idade	Partido	Residência	Ocupação
1. Antonio Ricardo dos Santos	Presidente (1878); CJFP;	59	Conservador	Curitiba	Negociante / Cargos públicos
2. Manoel de Souza Dias Negrão	1º Sec.	30	Conservador	Curitiba	Negociante / Cargos públicos
3. Dr. José Joaquim Franco do Valle	2º Sec. (1878); Estatística;	36	Liberal	Curitiba	Médico / Cargos públicos
4. Manoel Eufrásio Correia	Presidente (1879)	39	Conservador	Paranaguá	
5. Joaquim José Bellarmino Bittencourt	Vice-pres. (1879); Fazenda; CM;	39	Conservador	Curitiba	Negociante / Cargos públicos
6. Ignácio Alves Corrêa Carneiro	2º Sec.; (1879)	36	Conservador	Curitiba	Cargos públicos
7. Benedicto Enéas de Paula	Eclesiástico;	53	Liberal	Curitiba	Negociante / Cargos públicos
8. Dr. Bento Fernandes de Barros	IP; Redação;	50	Conservador	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
9. Bento Florêncio Munhoz	Eclesiástico; OC;	52	Conservador	Curitiba	Negociante
10. Francisco Pinto de Azevedo Portugal Filho	CM; OC;	?	Conservador	Campo Largo	Cargos públicos
11. José Celestino de Oliveira	-	?	Conservador	Morretes	Cargos públicos
12. José Lourenço de Vasconcellos Chaves	CJFP; Estatística;	35	Conservador	Curitiba	Militar / Cargos públicos
13. Padre Jordão Homem Pedroso	CJFP; Eclesiástico; Estatística;	?	Conservador	Curitiba	Padre
14. Dr. Leocádio José Correia	IP; Redação;	30	Conservador	Paranaguá	Médico
15. Manoel Ferreira Ribas	-	53	Conservador	Ponta Grossa	Negociante
16. Manoel José da Cunha Bittencourt	CI;	45	Conservador	Curitiba	Negociante
17. Manoel Marcondes de Sá	-	54	Liberal	Guarapuava / Palmeira	Fazendeiro
18. Manoel Ricardo Carneiro	Fazenda; CI; OC;	48	Conservador	Paranaguá	Negociante
19. Olegário Rodrigues de Macedo	CI; CM;	28	Conservador	Castro	Fazendeiro / Cargos públicos
20. Lourenço Taborda Ribas de Andrade (falecido em 13/ago/1878)	-	43	Conservador	Curitiba	Cargos públicos
<i>Suplente no lugar de Lourenço Taborda Ribas de Andrade</i>					
Justiniano de Mello e Silva (1879)	Fazenda; IP; Redação	26	Conservador	Curitiba	Cargos públicos

O Paranaense, 8/jun/1879; Comissões: CI – Comércio e Indústria; CJFP – Constituição, Justiça e Força Pública; CM – Câmaras Municipais; OC – Orçamento de Câmaras;

O problema desta assembleia legislativa conservadora era de que a orientação política do império iria mudar. No dia 5/jan/1878 cai o gabinete conservador liderado pelo Duque de Caxias e assume do novo gabinete liberal com o Visconde de Sinimbu.

No Paraná os reflexos do novo ministério passam a ser sentidos. O chefe liberal Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá é nomeado vice-presidente da província no dia 7/fev/1878 e um de seus primeiros atos foi adiar o início da assembleia legislativa provincial para o dia 8 de abril, com a justificativa de não haver tempo hábil para se inteirar dos assuntos da província e propor ações aos deputados provinciais. Era necessário, portanto, dar novos rumos às atividades políticas, agora sob a liderança liberal. O 2º vice-presidente da província nomeado foi o Dr. Generoso Marques dos Santos. E o novo presidente da província do Paraná, Dr. Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes chegará a Curitiba e tomará posse em 20/fev/1878 e na qual o Dr. Jesuino Marcondes logo será nomeado chefe de polícia do Paraná.

O núcleo duro desta assembleia legislativa conservadora no seu primeiro ano, 1878, estará sob a presidência do comendador Antonio Ricardo dos Santos, também conhecido como comendador Dodóca, várias vezes deputado provincial. O comendador Antonio Ricardo dos Santos vem progressivamente ampliando suas posses e abrirá o engenho de erva-mate Iguassú em Curitiba, transferindo sua residência para a capital neste ano. Em Morretes faz sociedade com o ex-presidente da província do Paraná, Dr. Lamenha Lins. No próximo ano legislativo, reassume a presidência da casa o líder conservador Dr. Manoel Eufrásio Correia. Os demais membros da comissão executiva são membros das influentes famílias paranaenses. Manoel de Souza Dias Negrão, casado com Augusta Munhoz, filha do falecido Caetano José Munhoz, e sobrinha do deputado provincial Bento Florêncio Munhoz; o Dr. José Joaquim Franco do Valle, médico nos serviços públicos da colonização, genro do professor Brandão; Joaquim José Bellarmino Bittencourt é irmão do deputado provincial Manoel José da Cunha Bittencourt. O alferes Ignácio Alves Corrêa Carneiro, eleito 2º secretário, terá uma única participação na assembleia legislativa, ele que era secretário da câmara municipal de Curitiba, portanto, funcionário público de carreira, depois terá outras funções, como procurador fiscal da província e superintendente de educação em Curitiba.

Os liberais que venceram as eleições foram o experiente Benedicto Enéas de Paula, sogro do Dr. Generoso Marques dos Santos; Manoel Marcondes de Sá, de Guarapuava e com residência em Palmeira, primo do Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá; e o médico José Joaquim Franco do Valle que prestava serviços públicos aos imigrantes, como visto, durante os governos conservadores.

A taxa de renovação desta assembleia foi de apenas cinco novos membros, sendo eles, Francisco Pinto de Azevedo Portugal Filho, em que seu pai já foi deputado provincial; Ignácio Alves Corrêa Carneiro, funcionário público; Lourenço Taborda Ribas de Andrade,

bisneto do sargento mor em Curitiba Ignácio Lustosa de Andrade¹⁴⁵; Manoel de Souza Dias Negrão, em que seus irmãos já foram deputados províncias; e Justiniano de Mello e Silva, que assume a cadeira no ano de 1879, como suplente, ele que chegou ao Paraná como secretário do Dr. Lamenha Lins, e agora publica o novo jornal do partido conservador *O Paranaense*¹⁴⁶.

Enfim, a década de 1870 termina junto com o longo predomínio conservador. Em Curitiba, a referência foi o falecido brigadeiro Manoel de Oliveira Franco, pertencente a grande família Sá Ribas, na qual seus genros continuam atuando como deputados. Nesta última assembleia legislativa foram eleitos os genros do brigadeiro Franco, Dr. Bento Fernandes de Barros e o tenente coronel José Lourenço de Vasconcellos Chaves. Assume a liderança do partido conservador em Curitiba o Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas e o brigadeiro José Correia de Bittencourt, na qual seus dois irmãos foram também eleitos deputados provinciais nesta última legislatura, Joaquim José e Manoel José da Cunha Bittencourt, além do padre Francisco Correia de Bittencourt, que também foi deputado. E como representantes nacionais do partido conservador são visíveis as forças do Dr. Manoel Eufrásio Correia e de seu sobrinho escolhido como senador pelo Paraná, Dr. Manoel Francisco Correia. Em Paranaguá, o dignitário Manoel Antonio Guimarães também é líder incontestável dos conservadores, bem como o Dr. Agostinho Ermelino de Leão, formando o *quarteto saquarema paranaense*. O deputado provincial Manoel Ricardo Carneiro é genro do

¹⁴⁵ Sargento mor Ignácio Lustosa de Andrade casa com Maria Catharina de Moraes Cordeiro. Faleceu o sargento mor em Curitiba, 20/set/1834 e sua esposa em 1844 (*Genealogia Paulistana*, Título Carrascos - <http://buratto.org/paulistana/Carrascos.htm>), sendo comerciante em Paranaguá, juiz ordinário e vereador em Curitiba.

¹⁴⁶ O jornal *O Paranaense*, *órgão do partido conservador*, teve seu primeiro número publicado em Curitiba, no dia 9/dez/1877, e na sua primeira página traz o “programa” do partido conservador, escrito pelo Dr. Justiniano de Mello e Silva. É um programa aparentemente sem objetivos muito específicos, mas que buscava defender a ordem constitucional, o imperador e a tolerância partidária, enquanto uma reforma de costumes, referindo-se as dissensões entre os dois partidos políticos; enfim, no início do programa o Dr. Justiniano aponta que “foram-se os tempos em que os partidos deviam inspirar-se em princípios exclusivistas, na desigualdade das classes, na preterição do direito, no abastardamento das consciências. Hoje todas as agremiações políticas, respirando o mesmo ambiente, que é a soberania da nação, são obrigadas a procurar o apoio e a vitalidade na igualdade dos indivíduos, na equiponderância dos direitos, no sufrágio da opinião” (*O Paranaense*, 9/dez/1877). Em seu número 02, o editorial defende que os partidos teriam como fins “a educação nacional, a colonização, o sistema penitenciário, a administração pública, a descentralização, impõem-se a todos os espíritos com o prestígio e o brilho das reformas aconselhadas pela experiência, e fucundas de resultados gloriosos” (...) e ainda, “para que os partidos não sejam oligarquias, independentes e superiores à opinião nacional; para que os partidos representem as oscilações do espírito público, – é que se devem unir todos os defensores de nosso regime democrático. A união não é a fusão: o ajuntamento das moléculas não é a coesão que as faz aderir, tornando-as uniformes e compactas. Seremos, nós conservadores, – os apóstolos da regeneração, que já nos aparece nas linhas do horizonte, como essas nebulosas que vem ocupar o seu espaço de luz e de harmonia no concerto eterno das leis e da natureza” (*O Paranaense*, 16/dez/1877). Apesar destes discursos apontando para a confraternização de ideias, com a mudança de gabinete Imperial em 05/jan/1878, voltando os liberais a governarem, o jornal conservador irá assumir seu papel de oposição de forma dura e drástica. Foram também diretores deste jornal, Albino José da Silva (futuro republicano) e Benedicto da Silva Carrão.

dignitário Manoel Antonio Guimarães. O partido conservador inicia a década de 1880 dividido, em especial pelo episódio do Dr. Lamenha Lins, então, inspetor especial de terras e da colonização, que provavelmente se desentende com o *quarteto saquarema*. Dr. Lamenha Lins, entretanto, atrai para seu lado figuras importantes como a de seu ex-secretário e redator do jornal *O Paranaense*, Dr. Justiniano de Mello e Silva.

Um fato importante em 1878 foi o segundo casamento do comendador Antonio Alves de Araujo, agora com a jovem Francisca Correia, filha mais nova de Manoel Francisco Correia Junior, irmã do recém eleito senador Manoel Francisco Correia. Esta união matrimonial irá intrinchar ainda mais a classe política paranaense; ele chefe liberal, ela filha e sobrinha de chefes conservadores.

A volta dos liberais irá arrefecer os ânimos conservadores, bastante divididos entre si. Outro fato interessante, que demonstra como a mudança de gabinete no Rio de Janeiro modificava o andamento político nas províncias, foi a nomeação do Dr. João José Pedrosa para o cargo de presidente da província do Mato Grosso. Afinal, o Dr. Pedrosa estava sendo processado por buscar manipular as eleições de deputado geral e senador em novembro de 1877, sendo destituído na época de seu cargo de presidente da câmara de vereadores de Curitiba e de tesoureiro provincial pelo presidente da província Dr. Lamenha Lins. Agora o jornal *Dezenove de Dezembro* traz o anúncio felicitando esta decisão do gabinete liberal do Visconde de Sinimbu, dizendo que o Dr. Pedrosa irá representar de maneira firme e convicta os ideais liberais naquela província, com “amor à justiça” e que a “severidade de seu caráter granjeou-lhe pronunciada preponderância no seio de seu partido e impôs aos adversários respeito e consideração” (*Dezenove de Dezembro*, 13/abr/1878). Enfim, os liberais vão assumindo novamente os cargos políticos no império. O Dr. Pedrosa, em 1880, ao deixar a província do Mato Grosso, será considerado um “administrador modelo” (*Dezenove de Dezembro*, 14/jan/1880) o que o levará a ser nomeado presidente da sua província natal, tomando posse em 04/ago/1880. Ele será o primeiro paranaense a assumir este cargo, na qualidade de presidente, reforçando sua liderança enquanto um liberal.

Em contrapartida, os conservadores vão sendo destituídos dos cargos, como o Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas e outros vereadores irão ter de deixar esta função legislativa em Curitiba; e o Dr. Tertuliano será exonerado também do cargo de procurador fiscal da tesouraria da província, sendo substituído pelo Dr. Generoso Marques dos Santos (*Dezenove de Dezembro*, 25/jul/1878).

E assim, os liberais começam a apontar os problemas deixados pelos conservadores no Paraná, nesta chamada “década de atrasos”, em especial referindo-se às “dívidas” deixadas pelos governos anteriores que precisam ser sanadas pela nova administração.

As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial, 1878 e 1879

A instalação da 13ª assembleia legislativa provincial aconteceu dia 09/abr/1878, com a leitura do relatório do novo representante do gabinete liberal, Dr. Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes¹⁴⁷. Por ocasião da abertura da assembleia legislativa provincial o jornal *Dezenove de Dezembro* buscava promover um clima de conciliação entre o poder executivo liberal e o poder legislativo conservador.

(...) A província faz votos para que seu poder legislativo, compenetrando-se das dificuldades que assoberbam a administração, inspire-se profundamente na consciência dos altos deveres a que foi convocado e, abstração feita da diversidade dos sentimentos de partido, que separa-o do governo, lembre-se da necessidade de restaurar as forças abatidas desta esperançosa terra, abrindo novos horizontes aos seus destinos.

A situação é gravíssima, não é dado negá-lo; o descalabro é grande, parece que o civismo deve ser maior e que enroladas as bandeiras das dissensões improfícuas, se não ruinosas, devem conspirar todos os esforços para que não seja estéril à província a presente legislativa. (...).

Sob o ponto de vista administrativo, para a reorganização dos serviços provinciais que tão profunda e radicalmente se acham deturpados, cumpre que o poder legislativo e o governo tenham um só pensamento, porque assim está imposto pelos sagrados deveres do patriotismo e faltar a eles é sacrificar o futuro da província. (...) (*Dezenove de Dezembro*, 10/abr/1878).

A reportagem alerta para o perigo da imobilidade dos trabalhos administrativos se a assembleia legislativa conservadora e o novo presidente da província não trabalharem em conjunto.

Mas este relacionamento não será harmonioso. Quase no final da legislatura, o jornal local publica o seguinte *noticiário*:

Assembleia provincial – Completamente alheia às disposições regimentais ainda em vigor, a assembleia provincial tudo atropela, como que pretendendo demonstrar que a concepção dos liberais de 1831 está além das condições morais e intelectuais do partido conservador desta província.

Depois de quase dois meses de discussões estéreis em que o rancor político deu altos brados, a assembleia provincial discute o orçamento, adapta-o a todas as conveniências pessoais possíveis e impossíveis de sua grei, cobre-o de parasitas e não contente com isso vota a sua redação sem que as emendas aprovadas em terceira discussão fossem submetidas à uma quarta, como dispõe categoricamente o art. 54 do regimento.

¹⁴⁷ Relatório de abertura da assembleia provincial legislativa do Paraná, pelo Dr. Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1878_a_p.pdf (acesso em 15/abr/2013).

O orçamento ainda mais monstruoso se tornou e foi ontem remetido ao Exmo. Sr. Dr. presidente da província para sancioná-lo, não sem protesto do nosso distinto amigo e presidente correligionário, o Sr. tenente coronel Benedicto Enéas de Paula, que o apresentou à assembleia neste termos: Protesto (...) (*Dezenove de Dezembro*, 1/jun/1878).

Percebem-se claramente as rixas políticas entre os dois poderes. E, naturalmente, algumas leis não eram aprovadas pelo presidente da província voltando para a discussão na casa legislativa. Duas leis em especial não foram sancionadas, a da força policial e a do orçamento da província para o próximo ano, em que o presidente Dr. Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes mandou novamente para a câmara, mas não houve consenso entre liberais e conservadores (*Dezenove de Dezembro*, 26/jun/1878). O orçamento provincial, por decreto, ficou o mesmo do ano anterior.

Tabela 89 – LEIS APROVADAS EM 1878

Nº	Lei	Data
499	Isenta do imposto de pedágio o trânsito na ponte do conselheiro Fleury	24/abr/1878
500	Determina que as décimas urbanas passem a fazer parte das rendas municipais	27/abr/1878
501	Cria um 2º cartório em Castro	29/abr/1878
502	Restaura diversas cadeiras (instrução pública)	10/maio/1878
503	Fixa o subsídio dos deputados, de 10\$000 diários e 2\$000 de ajuda de ida e volta por 6,666m.	12/maio/1878
504	Concede loterias para as obras da matriz de Curitiba	12/maio/1878
505	Aprova o contrato feito pela mesa da assembleia provincial com o cidadão João Antonio Xavier, pela quantia de 3:000\$ que será paga em duas prestações	12/maio/1878
506	Restaura a cadeira do sexo masculino de S. José da Boa Vista	29/maio/1878
507	Cria uma cadeira promiscua em S. Pedro de Alcântara	29/maio/1878
508	Autoriza o governo a por em arrematação a renda dos Registros	29/maio/1878
509	Restaura diversas cadeiras (instrução pública)	9/jun/1878
510	Decreto: aprova artigos de postura da câmara da Lapa	9/jun/1878
511	Decreto: aprova artigos de postura da câmara da Lapa	13/jun/1878
512	Cria uma cadeira em Morretes	13/jun/1878
513	Isenta do imposto decretado pela lei n.º 386, de 8/abr/1874 os escravos que entrarem para a província com seus senhores	13/jun/1878
514	Restaura a cadeira do bairro do Ypiranga	13/jun/1878
515	Decreto: Aprova artigos de posturas da câmara de Castro	13/jun/1878
516	Decreto: Aprova artigos de posturas da câmara de Rio Negro	13/jun/1878
517	Decreto: Aprova artigos de posturas da câmara de Campo Largo	13/jun/1878
518	Decreto: Aprova artigos de posturas da câmara de Ponta Grossa	13/jun/1878
519	Decreto: Aprova artigos de posturas da câmara de Paranaguá	13/jun/1878
520	Decreto: Fixa a receita e despesa das câmaras municipais	17/jun/1878

Leis e Regulamentos da Província do Paraná, Tomo XXV, Curitiba, Typ. Paranaense da viúva Lopes, 1878.

As leis aprovadas referem-se à educação, a impostos, a um cartório, a uma loteria para construção da igreja matriz de Curitiba, e principalmente, às posturas municipais. Isto demonstra a pouca produtividade neste ano de 1878, reflexo de brigas políticas. Não foram aprovadas as leis do orçamento provincial e também da força policial, o que obrigava a se repetir o orçamento do ano anterior.

No ano de 1879, os trabalhos legislativos foram adiados mais uma vez, tendo seu início marcado apenas para o dia 1/jun/1879. Este adiamento é estratégico, para que as leis discutidas por esta assembleia legislativa tenham também curta validade, até o próximo ano em que as atividades voltariam a acontecer sob uma composição de deputados liberais.

No ano de 1879 estava a frente como presidente da assembleia legislativa o líder conservador Dr. Manoel Eufrásio Correia, na qual se radicalizava ainda mais a oposição.

Neste ano assumiu a presidência do Paraná, novamente como vice-presidente, o Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá (31/mar/1879 a 23/abr/1879) até a chegada do novo presidente Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas Filho, que ficará no cargo até 4/ago/1880. Será ele que conduzirá a eleição para a próxima assembleia legislativa provincial em setembro. Na província de São Paulo, assume a presidência o “paranaense” Dr. Laurindo Abelardo de Brito.

Por ocasião do falecimento do deputado Lourenço Taborda Ribas de Andrade, nova eleição foi realizada em novembro de 1878. Os conservadores elegeram o Dr. Justiniano de Mello e Silva, e os liberais elegeram o padre João Baptista Ferreira Bello, de São José dos Pinhais. Mas, o diploma reconhecido foi o do Dr. Justiniano de Mello e Silva e que levou ao primeiro desentendimento na casa legislativa, no reinício de suas atividades, em 01/jun/1879. Foram contra a sua diplomação os poucos deputados liberais, mas que não puderam vencer a maioria conservadora. Fato denunciado, inclusive, na assembleia legislativa geral no Rio de Janeiro, pelo deputado Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro.

No ano de 1879 faleceram, ainda, outros importantes políticos paranaenses, que foram deputados provinciais. Os conservadores Manoel Leocadio de Oliveira, de Paranaguá, Francisco de Assis Ribas e José de Souza Ribas, ambos de Ponta Grossa, e os liberais, major Caetano de Souza Pinto de Paranaguá (irmão do Padre Agostinho Machado de Lima), Francisco Theresio Porto (avô do engenheiro Dr. Francisco Theresio Porto) e o Dr. José Cândido da Silva Murici, de Curitiba; este último causando grande comoção na cidade, principalmente devido sua ampla participação na sociedade nas áreas de saúde, religiosa, literária, política, da fundação do museu paranaense e do hospital da Divina Misericórdia, o primeiro grande prédio público curitibano, entre outras atividades. Tanto o jornal conservador *O Paranaense*, quanto o jornal oficial *Dezenove de Dezembro*, lamentaram a morte do Dr. Murici.

O presidente da província Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas Filho abriu solenemente a 2ª sessão da 13ª legislatura com a leitura do relatório anual em 4/jun/1879¹⁴⁸.

Tabela 90 – LEIS APROVADAS EM 1879

Nº	Lei	Data
521	O orçamento provincial, ainda o mesmo do ano anterior; publicação dos debates da assembleia legislativa provincial pelo periódico <i>O Paranaense</i> ;	30/jun/1879
522	Fixa a força policial para o exercício de 1879/1880, com 8 oficiais, 172 praças e 20 músicos	30/jun/1879
523	Decreto: aprova posturas municipais de Votuverava	10/jul/1879
524	Cria uma cadeira promiscua na colônia do Superaguy	11/jul/1879
525	Cria uma escola noturna primária para adultos em Castro	11/jul/1879
526	Isenta do imposto de dízimo e de outro qualquer direito provincial, durante cinco anos, a erva-mate que for despachada para qualquer porto da Europa e dos EUA	16/jul/1879
527	Licença com vencimentos à professora pública da capital, D. Iria Narcisa Ferreira Murici, para tratar de sua saúde	16/jul/1879
528	Auxílio de dois contos de réis ao museu provincial	21/jul/1879
529	Cria uma cadeira de instrução primária do sexo masculino em Guaratuba	21/jul/1879
530	Licença com vencimentos à professora pública da vila do Rio Negro, D. Maria da Glória Costa, para tratar de sua saúde	21/jul/1879
531	Licença com vencimentos à professora desta capital, D. Arminda Gonçalves Cordeiro do Couto, para tratar de sua saúde	21/jul/1879
532	Decreto: aprova posturas da câmara de Ponta Grossa	21/jul/1879
533	Decreto: aprova posturas da câmara de Castro	21/jul/1879
534	Vitaliciedade aos lentes do Instituto Paranaense	26/jul/1879
535	Decreto: aprova posturas da câmara de S. José da Boa Vista	2/ago/1879
536	Concede a subvenção anual de 800\$000 ao cidadão José Ferreira de Barros afim de poder continuar com a publicação do almanak administrativo, mercantil e industrial desta província	4/ago/1879
537	Licença com vencimentos ao professor Adolpho Correia de Bittencourt, de Antonina	6/ago/1879
538	Licença com vencimentos à professora D. Maria Bernarda Pinto Cordeiro, de Paranaguá, para tratar de sua saúde	6/ago/1879
539	Concede a quantia de um conto oitocentos e setenta e quatro mil setecentos e vinte réis, despendida com o expediente da assembleia, decoração e concertos da casa em que ela funciona	6/ago/1879
540	Cria um distrito de paz na freguesia do Pirahy	7/ago/1879
541	Torna vitalícios os professores com cinco anos de magistério público, sem que fossem suspensos ou multados	7/ago/1879
542	Cria um segundo cartório do público, judiciário e notas na cidade da Lapa	7/ago/1879
543	Auxílio à câmara municipal de Campo largo de 800\$ destinado à desapropriação do prédio de Francisco Garcia de Quadros	7/ago/1879
544	A câmara municipal de Paranaguá fica autorizada a vender o prédio em que funciona e que é de sua propriedade, pela quantia de vinte dois contos de réis	7/ago/1879
545	Autoriza a conceder privilégio de 30 anos ao coronel José Correia de Bittencourt, ou a quem mais vantagens oferecer, para celebrar contrato para iluminação pública e particular, pelo sistema mais aperfeiçoado de luz elétrica com as municipalidades da capital, Paranaguá, Morretes e Antonina	7/ago/1879
546	Tornam vitalícios os professores do Instituto Paranaense	9/ago/1879
547	Os empregados que contarem 25 anos de efetivo exercício, em um ou mais empregos provinciais, ficam com direito a aposentadoria com todo o ordenado	9/ago/1879
548	Decreto: aprova posturas da câmara de Campo Largo	9/ago/1879
549	Decreto: despesas e receitas das câmaras municipais	9/ago/1879

¹⁴⁸ Relatório do presidente da província do Paraná Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas Filhos: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1879_a_p.pdf (acesso em 15/abr/2013).

550	Decreto: aprova posturas municipais de Castro	9/ago/1879
551	Ficam aprovados os créditos abertos pelo presidente da província e que foram sujeitos à aprovação desta assembleia; ficam aprovadas as aposentadorias concedidas até hoje pelo governo da província	11/ago/1879
552	Crédito para manutenção de três alunos no seminário episcopal de S. Paulo	11/ago/1879
553	Cria uma aula de instrução primária do sexo masculino em Itaquí, Campo Largo	11/ago/1879
554	Decreto: posturas municipais de Curitiba	11/ago/1879
555	Concede privilégio por 25 anos aos engenheiros Benjamin Franklin de Albuquerque Lima, Joaquim José dos Reis Lima e Eduardo Augusto de Vasconcellos Chaves, ou a quem mais vantagens oferecer para estabelecer uma rede de carris de ferro urbano e cargas nesta capital e seus subúrbios, sob as condições que com eles contratar	12/ago/1879
556	Decreto: aprova posturas municipais de Curitiba	13/ago/1879

Leis e Regulamentos da Província do Paraná, Tomo XXVI, Curitiba, Typ. Paranaense da viúva Lopes, 1879.

As leis acima ainda buscam alguns privilégios aos conservadores, como a publicação dos anais da assembleia no periódico do partido, *O Paranaense*; concessão da iluminação pública ao chefe conservador José Correia de Bittencourt (lei que foi vetada pelo presidente da província) e a concessão de uma rede de carris de ferro urbano em Curitiba e região, com destaque ao engenheiro Eduardo Augusto Vasconcellos Chaves, parente do deputado provincial e genro do falecido brigadeiro Franco, José Lourenço de Vasconcellos Chaves; a isenção de imposto sobre a erva-mate que será exportada; mas, o orçamento ainda não foi resolvido, ficando o mesmo de dois anos atrás, e as demais leis versam sobre educação e posturas municipais. O jornal oficial traz muitos projetos de leis aprovados pelos deputados provinciais, mas que foram vetados pelo presidente da província Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas Filho, demonstrando as brigas políticas entre conservadores e liberais. As atividades legislativas encerraram-se em 4/ago/1879.

Pelo Decreto imperial n.º 7.420, de 12/ago/1879, foi autorizada a transferência de todos os direitos à construção da estrada de ferro Paranaguá-Curitiba a uma companhia estrangeira, a *Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens*, associada à Companhia *Société Anonyme de Travaux Dyle et Bacalan*, empresa de construção, com sede em Louvain, Bélgica, companhia contratante dos engenheiros que construiriam a primeira e mais importante ferrovia paranaense¹⁴⁹.

Em 1879, o jovem professor de Morretes, José Francisco da Rocha Pombo, funda o jornal *O Povo* em sua cidade natal, com o início da divulgação da propaganda republicana

¹⁴⁹ “Ao engenheiro comendador Antonio Ferrucci, como Diretor Geral, foi entregue a direção da *Chemins de Fer Brésiliens*. Ferrucci, inicialmente, chefiava os engenheiros Antonio Rigorini, Joseph Sergardi, Romano J. Thomas, Jules Cristani, A. Le Cocq, Ritmann, Ernest Medisch, Ludovic Taddei, Alzir Blombed, Eugene Fabris, Otto Wendt, Ernesto Guaita (radicado no Brasil) e outros mais” (Rede Ferroviária Federal S.A., Edição comemorativa do centenário, 1985, p.47).

nesta província (Rocha Pombo foi eleito deputado provincial pelo partido conservador em 1875). Outro jornal que surge é o *Echo do Paraná*, em Paranaguá.

Enfim, chega-se ao fim o período conservador, e se dá o início de uma fase de grande instabilidade política que levará ao ocaso a monarquia brasileira.

* * *

Quanto aos deputados provinciais, entre 1870 a 1879, foram 5 legislatura em que teriam sido reeleitos 15 deputados atuantes nas décadas anteriores e mais 48 novos deputados, num total de 63. Uma renovação bastante intensa, numa década de predomínio conservador. Quanto aos três grandes clãs familiares da década de 1850/60, os Sá Ribas, os Guimarães Correia e os Oliveira e Sá e Alves de Araujo, novamente continuam a ocupar os cargos de deputado de forma significativa. Porém, quem ficará fora do poder nesta década, na assembleia legislativa, será os Oliveira e Sá e Alves de Araujo.

Quadro 13 – Os clãs familiares na década de 1870 e seus deputados provinciais

Sá Ribas	Guimarães / Correia	Oliveira e Sá / Alves de Araujo
Manoel de Oliveira Franco*	Antonio Candido Ferreira de Abreu*	Manoel Marcondes de Sá
José Arthur Murinely* =	= José Arthur Murinely*	
Bento Fernandes de Barros	Antonio Ricardo dos Santos*	
João de Oliveira Franco	Manoel Antonio Guimarães	
José Olintho Mendes de Sá	Manoel do Nascimento Abreu	
Joaquim de Almeida Faria Sobrinho*	Manoel Francisco Correia	
Joaquim Ignácio Silveira da Motta Junior*	Manoel Ricardo Carneiro	
Jayme de Oliveira Franco e Souza	Raymundo Ferreira de Oliveira Mello	
Manoel Leocádio de Oliveira* =	= Manoel Leocádio de Oliveira*	
Eusébio Silveira da Mota*	Joaquim Antonio Guimarães*	
Bento Florêncio Munhoz	Joaquim Severo Correia	
José Lourenço de Vascondellos Chaves*	José Joaquim Pereira Branco	
	João Ferreira Correia	
	Manoel Eufrásio Correia*	
	João de Souza Dias Negrão*	
	José Antonio de Mendonça	
	José Miró de Freitas	
	Ricardo de Souza Dias Negrão*	
	Leocádio José Correia	
	Manoel de Souza Dias Negrão*	
<i>12 deputados provinciais</i>	<i>20 deputados provinciais</i>	<i>1 deputado provincial</i>

O autor; * participam do núcleo duro da Assembleia Legislativa;

Nesta década de 1870 os clãs familiares Sá Ribas e Guimarães Correia continuam com deputados sendo eleitos. O clã Oliveira e Sá e Alves de Araujo, por serem liberais, não tiveram espaço nesta década. Os três clãs somam juntos 33 deputados num universo agora de

63 eleitos. Novamente, são parentes diretos entre si, cerca de 50% dos deputados. Os demais, como frisado, não deixam de ser parentes, mas com um parentesco genealógico, descendentes dos primeiros títulos familiares a habitarem esta região do Paraná.

Quantos às leis aprovadas nestas três primeiras legislaturas têm-se o seguinte quadro comparativo com as décadas de 1850 e 1860 com a década de 1870.

Tabela 91 – Leis provinciais do Paraná (1870/1879)

Tipos de leis	n.º de leis aprovadas Década de 1850/60	n.º de leis aprovadas Década de 1870
Aprovando Posturas Municipais	45	51
Divisão municipal, comarcas, cartórios	37	66
Obras públicas e outros incentivos como loterias, empréstimos, concessões etc.	34	70
Orçamento provincial e municipal	31	20
Força policial	17	10
Impostos	22	38
Referentes a própria Assembleia Legislativa do Paraná	13	7
Educação	28	62
Emprego público	16	25
<i>TOTAL de Leis aprovadas</i>	<i>148</i>	<i>349</i>

O autor

As leis provinciais mais que dobraram em números. Eram reflexos de uma maior discussão de propostas, igualmente de uma maior arrecadação financeira e de leis cada vez mais específicas, como a de aposentadorias, criação de escolas, inúmeras obras públicas, empréstimos, pagamentos e concessões.

Tabela 92 - Orçamento provincial (1871/1880)

Exercício	Total da província	Assembleia Legislativa
<i>1855/60</i>	<i>Média: 271:185\$000</i>	<i>Média: 12:218\$000</i>
<i>1861/70</i>	<i>Média: 298:488\$000</i>	<i>Média: 9:744\$000</i>
1871	622:554\$431	10:100\$000
1872	713:400\$027	13:100\$000
1873	621:965\$409	10:092\$000
1874	662:069\$445	17:000\$000
1875	727:985\$965	18:892\$000
1876	672:235\$881	12:992\$000
1877	531:627\$630	20:260\$000
1878	598:765\$222	19:300\$000
1879	*	*
1880	*	*
<i>1871/80</i>	<i>Média: 643:825\$501</i>	<i>Média: 15:217\$000</i>

O autor; * por desentendimento político, para estes dois anos o orçamento provincial teria ficado o mesmo do ano de 1878. A média da receita seria até 1878.

Enfim, o Paraná dobra seu crescimento econômico, mas sempre conduzido politicamente por uma mesma classe política.

CAPÍTULO 4

A TRAUMÁTICA TRANSIÇÃO DE GABINETES NO IMPÉRIO

Composição da 14ª assembleia legislativa provincial, 1880 e 1881. A Década de 1880 e o ocaso da monarquia

“A imprensa, a fonte alimentadora da história, que é a tradição conceituosa dos factos, há de levar aos vindouros a admiração do nosso tempo pelos altos commettimentos do engenho do homem” (*Dezenove de Dezembro*, 4/fev/1885), *editorial por ocasião da inauguração da ferrovia Paranaguá-Curitiba*.

“Mas, o que vale a lei para os *homens da lei*?...”; “E pode ser que tenha razão, pois Sua Excelência é duas vezes homem da lei, como bacharel em direito e como conservador” (*Dezenove de Dezembro*, 11/set/1885), *referente aos atos administrativos do vice-presidente do Paraná Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, e às trocas de funcionários públicos por ele realizadas pós mudança de gabinete no Rio de Janeiro (de liberais para conservadores) e suas consequências no Paraná*.

La corruption est l'âme de la centralisation (Proudhon). *Epígrafe de editorial escrito por Vicente Machado contra a centralização política no Brasil (Dezenove de Dezembro, 16/set/1885)*.

As trocas de gabinetes entre os partidos políticos durante o segundo reinado tinham fortes consequências nas províncias. Iniciava-se pela troca de seu presidente, que por sua vez, aliava-se aos membros do partido que estavam fora do poder, e posteriormente, iniciavam as trocas das lideranças locais, como os cargos de delegados, guarda nacional, chefes de polícia e mudanças nos próprios cargos públicos, desde professores, funcionários de barreiras de cobranças de impostos, chefes da instrução pública, membros do tesouro provincial etc. tornando as administrações bastante instáveis politicamente. E, por fim, preparando as eleições para novos *eleitores* e, consequentemente, para a nova assembleia legislativa provincial e geral.

Durante grande parte da vigência do regime monárquico, os grandes proprietários rurais tiveram que dividir a direção do Estado e a condução dos negócios públicos com o estamento burocrático patrimonial. (...) [O poder moderador] prestou-se, isso sim, a instaurar uma permanente crise de hegemonia, cuja superação jamais se poderia verificar no âmbito da difícil síntese entre patrimonialismo e liberalismo. Mas, é precisamente aqui que residiu o segredo do exercício de poder na sociedade brasileira no século passado [século XIX]. Enquanto essa crise de hegemonia perdurou, persistiu o regime monárquico, cujos alicerces repousaram em um sistema parlamentarista *sui generis* e em um revezamento partidário no governo (ADORNO, 1988, p.62-63).

Para Sérgio Adorno essa estrutura política provocou duas consequências fundamentais. A primeira era de que os diversos grupos sociais dominantes tinham de disputar prestígio junto ao imperador e poder junto ao estamento burocrático patrimonial.

De outro lado, e nisso resultou seu efeito mais contundente, essa estrutura política impediu a democratização da sociedade brasileira, confinando a participação política a nível dos grupos sociais proprietários e dominantes, e institucionalizando a desigualdade social na esfera pública. Foi nessa medida que o liberalismo político revelou sua verdadeira faceta – o conservadorismo. Ao tornar-se cada vez mais conservador, afastou-se de suas raízes revolucionárias, expurgando seus traços radicais e democráticos (ADORNO, 1988, p.63).

Era este modelo que entrava na década de 1880 e não se sustentava mais. As fraudes eleitorais, mesmo que combatidas pelas constantes reformas eleitorais, eram difíceis de serem solucionadas. E mais, a vitória de liberais em gabinetes conservadores nesta década, como se verá adiante, era exemplo de que o sistema não estava mais “funcionando”.

Além de haver estabelecido medidas restritivas, a Constituição outorgada propiciou a institucionalização de um sistema parlamentarista peculiar – inversão completa do modelo inglês –, em que a fraude eleitoral constituiu, durante todo o Império, recurso estratégico destinado a garantir para o partido da situação a maioria no legislativo (ADORNO, 1988, p.63).

A nova assembleia legislativa provincial teve 67 *eleitores* disputando as 20 vagas para deputados. Porém, esta seria a volta dos liberais à assembleia provincial, como consequência lógica do novo gabinete no Rio de Janeiro.

Tabela 93 – Resultado Eleitoral para a 14ª Legislatura Provincial

Candidatos eleitos	Votos
1. Dr. Manoel Alves de Araujo	173
2. Dr. Francisco Theresio Porto	171
3. Padre João Baptista Ferreira Bello	164
4. Comendador Antonio Alves de Araujo	158
5. Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro	157
6. Dr. Tristão Cardoso de Menezes	155
7. Padre José Antonio de Camargo e Araujo	151
8. Antonio Ricardo Lustosa de Andrade	145
9. Tenente Joaquim Ventura de Almeida Torres	141
10. Tenente coronel Benedicto Enéas de Paula	139
11. Major Manoel Marcondes de Sá	139
12. Joaquim Ferreira Pinto	137
13. Capitão Antonio Duarte de Camargo	136
14. Jorge Marcondes de Albuquerque	134
15. Dr. Luiz Ramos Figueira	133
16. Dr. André Rebouças	126
17. Dr. Francisco Xavier da Silva	124
18. Domingos Antonio da Cunha	119
19. José Cleto da Silva	113
20. Padre José Jacintho de Linhares	105
<i>Demais votados</i>	
Capitão Antonio Augusto Ferreira de Moura	75
Dr. Francisco de Almeida Torres	66

Os chefes liberais estão representados pelos irmãos Alves de Araujo, pelo Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro, pelo coronel Benedicto Eneas de Paula, sogro do Dr. Generoso Marques dos Santos, pelos primos padre Camargo e Manoel Marcondes de Sá, e pelo padre João Baptista Ferreira Bello. Enfim, uma chapa toda liberal.

Destaca-se a presença do engenheiro André Rebouças, inserido na listagem liberal, realizada pelo Dr. Jesuino Marcondes (*O Paranaense*, 26/ago/1879) devido ao início definitivo da construção da estrada de ferro Paranaguá-Curitiba. Ele que é irmão do engenheiro Antonio Pereira Rebouças, que trabalhou muitos anos no Paraná, falecido em 24/maio/1874. Lembrando que Antonio Rebouças sugeria a construção da estrada de ferro a partir de Antonina. E a proximidade de Dr. André Rebouças com a família real, que irá visitar esta província no ano de 1880, e simbolicamente iniciar as obras desta ferrovia, também tornava importante sua presença na assembleia legislativa paranaense para convencer os deputados de que o melhor traçado da ferrovia seria com início em Antonina. Entretanto, ele não estará presente nos trabalhos legislativos no ano de 1881¹⁵⁰.

Tabela 94 – 14ª LEGISLATURA 1880-1881

Deputado	Comissões	Idade	Partido	Residência	Ocupação
1. Dr. Manoel Alves de Araujo	Presidente	44	Liberal	Antonina	Negociante / Cargos públicos
2. Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro	Vice-pres. Fazenda; CJFP; Redação;	40	Liberal	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
3. Padre João Baptista Ferreira Bello	1º Sec.	51	Liberal	São José dos Pinhais	Padre / Cargos públicos
4. José Cleto da Silva	2º Sec.	?	Liberal	Paranaguá	Professor / Cargos

¹⁵⁰ É nulo nas biografias de André Rebouças o fato de sua passagem como deputado provincial no Paraná. Em seus diários há referência da preocupação que certos políticos paranaenses teriam dele querer ter pretensões políticas nesta província, o que ele descartava, considerando a mesquinhos deste tipo de pensamento (JUCÁ, 2001). A discussão do traçado da nova ferrovia será uma das grandes lutas políticas deste período entre conservadores e liberais. Se seu início fosse em Antonina, como propunha seu irmão Antonio Rebouças, seriam beneficiados a família Alves de Araujo e todos os capelistas. Porém, o Dr. André Rebouças acabou discutindo com o próprio deputado Dr. Manoel Alves de Araujo, sobre o que fazer com as terras devolutas pela qual passaria a nova ferrovia. Para o Dr. André Rebouças deveria ser dada aos ex-escravos, e para o Dr. Manoel Alves de Araujo deveria ser reservada ao Estado e distribuído às empresas (http://www.oparana.com.br/variedades/araujos-os-irmaos-governadores-32081/?fb_action_ids=437891472975791&fb_action_types=og.likes&fb_source=aggregation&fb_aggregation_id=288381481237582 - Acesso em 10/out/2013). O desentendimento entre os dois provavelmente teria levado o Dr. André Rebouças a não participar das atividades legislativas em 1881, no Paraná. E ainda, o Dr. André Rebouças, nem sequer fez parte da equipe de engenheiros que construiu a nova ferrovia Paranaguá-Curitiba (Conferir lista de “*pessoal existente entre 1880 a 1885*” a trabalhar nesta construção – Rede Ferroviária Federal S.A., Edição comemorativa do centenário, 1985, p.69-71).

					públicos
5. André Rebouças	CIOP;	42	Liberal	Curitiba / Rio de Janeiro	Engenheiro
6. Antonio Alves de Araujo	Fazenda; CM; Redação;	47	Liberal	Antonina	Industrial erva-mate / Cargos públicos
7. Antonio Duarte de Camargo	OCM;	?	Liberal	Castro	Fazendeiro / Cargos públicos
8. Antonio Ricardo Lustosa de Andrade	OCM; CCI;	54	Liberal	Curitiba	Empregado público
9. Benedicto Enéas de Paula	CIOP; Estatística;	55	Liberal	Curitiba	Empreiteiro / Cargos públicos
10. Domingos Antonio da Cunha	OCM; Estatística;	53	Liberal	Campo Largo	Industrial da erva mate / Cargos públicos
11. Francisco Therézio Porto	CIOP;	31	Liberal	Lapa	Engenheiro / Cargos públicos
12. Francisco Xavier da Silva	CJFP;	42	Liberal	Castro	Advogado / Cargos públicos
13. Joaquim Ferreira Pinto	-	?	Liberal	Conchas / Ponta Grossa	Fazendeiro / Cargos públicos
14. Joaquim Ventura de Almeida Torres	CM;	49	Liberal	Curitiba	Industrial da erva-mate
15. Padre José Antonio de Camargo e Araujo	Eclesiástica;	62	Liberal	Palmeira	Padre / Cargos públicos
16. Padre José Jacintho Linhares	Eclesiástica;	40	Liberal	Morretes	Padre
17. Jorge Marcondes de Albuquerque	CCI; Estatística;	38	Liberal	Castro	Cargos públicos
18. Luiz Ramos Figueira	CJFP; CCI;	?	Liberal	Guaraqueçaba	Advogado / Cargos públicos
19. Manoel Marcondes de Sá	CM;	56	Liberal	Guarapuava / Palmeira	Fazendeiro
20. Tristão Cardoso de Menezes	Fazenda; Eclesiástica; Redação;	?	Liberal	Ponta Grossa	Advogado / Juiz de Direito / Cargos públicos

CJFP – Constituição, Justiça e Força Pública; CM – Câmaras Municipais; COM – Orçamento Câmaras Municipais; CIOP – Comércio, Indústria e Obras públicas; CCI – Catequese e Civilização dos Índios; No ano de 1881, a comissão executiva continuou a mesma, e apenas algumas comissões modificaram seus membros (*Dezenove de Dezembro*, 19/fev/1881); Não consta a presença do engenheiro Dr. André Rebouças no ano de 1881.

Esta nova assembleia legislativa provincial corresponde ao gabinete liberal que tinha reassumido o poder no Rio de Janeiro em 05/jan/1878. Dos deputados eleitos, 50% são novos e, destes, seis terão apenas uma única participação nesta casa.

O núcleo duro desta assembleia tem a liderança do Dr. Manoel Alves de Araujo, que nesta década de 1880, será também deputado geral pelo Paraná, Ministro da agricultura, e presidente da câmara geral. O vice-presidente, Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro, que também é deputado geral, aos poucos vai perdendo sua força política, sendo esta sua última participação na assembleia legislativa provincial e também como deputado geral. Ele voltará a exercer sua profissão de advogado em Curitiba, e na política, apenas será deputado

constituente paranaense na República, em 1892. Outras forças políticas vão assumindo seu lugar, em especial, o Dr. Generoso Marques dos Santos. O primeiro secretário é o experiente político e padre João Baptista Ferreira Bello, líder liberal local, nas paróquias em que atua. E o segundo secretário é o professor José Cleto da Silva, genro do ex-deputado provincial tenente coronel Ricardo José da Costa Guimarães, do litoral paranaense. Porém, o professor José Cleto da Silva terá uma única participação como deputado provincial.

A volta dos liberais em nada modifica a estrutura familiar da assembleia legislativa provincial. A família Camargo, Alves de Araujo e Marcondes e Sá estão representadas diretamente, como visto, pelos irmãos Antonio e Manoel Alves de Araujo, pelos primos Manoel Marcondes de Sá e padre Camargo, e mais o sobrinho Jorge Marcondes de Albuquerque, que também é filho do ex-deputado provincial Antonio Xavier de Faria e Albuquerque (casado com a irmã do deputado Manoel Marcondes de Sá). Jorge Marcondes era casado com a filha de Domingos Martins de Araujo. O grande “chefe ostensivo” Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá assume a vice-presidência da província do Paraná em períodos de 1878 e depois em 1879, sendo também nomeado chefe de polícia.

A família Guimarães dos Campos gerais está representada diretamente por Domingos Antonio da Cunha; são ainda desta região, o fazendeiro Antonio Duarte de Camargo, o engenheiro lapeano Francisco Theresio Porto, o Dr. Tristão Cardoso de Menezes e o Dr. Francisco Xavier da Silva.

Quanto ao deputado liberal Dr. Francisco Xavier da Silva, esta é sua terceira e última participação na assembleia legislativa provincial, agora com 42 anos, sendo as duas primeiras no início da década de 1860, quando era recém formado em Direito; com a volta dos conservadores ao poder, acabou ficando de fora da assembleia legislativa durante a década de 1870, mas provavelmente continuou exercendo a profissão de advogado em Castro e mesmo sendo fazendeiro na região. Com o retorno dos liberais ao poder, o Dr. Xavier da Silva consegue ser reeleito apenas neste início da década de 1880, porém, não disputaria mais as próximas eleições, voltando aos bastidores do poder, apenas com o novo regime republicano, sendo chamado pelo seu conterrâneo, Dr. Vicente Machado.

O deputado provincial, agora liberal, Antonio Ricardo Lustosa de Andrade é cunhado do falecido líder conservador Manoel Franco de Oliveira, da grande família Sá Ribas.

Não atrelados às famílias tradicionais na política paranaense, se elegeram o Dr. André Rebouças, Joaquim Ferreira Pinto, fazendeiro de Conchas, Ponta Grossa (irmão do futuro barão de Guaraúna, que também será deputado provincial), o Dr. Luiz Ramos Figueira,

residente em Guaraqueçaba, padre José Jacintho Linhares, agora vigário no litoral, e o capitalista Joaquim Ventura de Almeida Torres, de Curitiba.

Quanto às ocupações destes deputados, cinco são advogados, dois engenheiros, provavelmente presentes devido a construção da estrada de ferro Paranaguá-Curitiba, três padres, e um professor; três industriais da erva mate, quatro fazendeiros, e dois empregados públicos.

As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial, 1880 e 1881

A instalação da 14ª assembleia legislativa provincial aconteceu dia 16/fev/1880 e encerraram-se em 16/abr/1880. O relatório de abertura foi lido pelo presidente da província do Paraná, Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas Filho¹⁵¹.

Tabela 95 – LEIS APROVADAS EM 1880

Nº	Lei	Data
557	Eleva à categoria de vila a freguesia de Guarakessaba	11/mar/1880
558	Fica aprovado o contrato entre o tesouro provincial e Julio Gineste e Ludovico Taddei, firmado em data de 18/abr/1879, para o fim de estabelecer-se uma linha de diligências entre as cidades de Curitiba e Castro, passando pelas vilas de Campo Largo, Palmeira e Ponta Grossa, e outra de Curitiba à cidade da Lapa.	11/mar/1880
559	Conceder à D. Amélia Izolina de Carvalho, professora pública de S. José dos Pinhais, um ano de licença com ordenado, para tratar de sua saúde.	11/mar/1880
560	Fica a mesa da assembleia provincial autorizada, desde já, a contratar a publicação dos debates, projetos, pareceres e atas das sessões, podendo dispender para isso até a quantia de 3:000\$.; E impressão do regimento interno e ato adicional;	17/mar/1880
561	Mandar concluir a estrada de Curitiba à vila do Rio Negro; e outras estradas, estudos, pontes etc.	20/mar/1880
562	Fixada a força policial para o exercício de 1880-1881, com 10 oficiais, 180 praças e 20 músicos	28/mar/1880
563	O presidente da província fica autorizado a contratar com o engenheiro Joaquim Rodrigues Antunes, ou com quem mais vantagens oferecer, os estudos necessários à canalização da água potável	28/mar/1880
564	Fica o governo da província autorizado a rescindir o contrato firmado entre o tesouro provincial e Julio Gineste para a arrecadação do imposto de pedágio das barreiras do litoral	29/mar/1880
565	Fica o governo da província autorizado a aposentar, com respectivos vencimentos, o atual porteiro da secretaria do governo.	31/mar/1880
566	Fica criado no foro do termo de Curitiba o lugar de contador, distribuidor e depositário público.	31/mar/1880
567	Ficam criadas duas cadeiras de instrução primária para o sexo masculino, no município de Campo Largo, uma no quarteirão das Campinas e outra no de S. Luiz	31/mar/1880
568	Ficam criados, desde já, dois distritos de obras públicas na província, um compreendendo as comarcas da capital, S. José dos Pinhais, Antonina, Morretes e Paranaguá; outro, compreendendo as de Campo Largo, Lapa, Castro e Guarapuava.	5/abr/1880

¹⁵¹ Relatório de abertura da assembleia provincial legislativa do Paraná, pelo Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas Filho: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1880_a_p.pdf (acesso em 15/abr/2013).

569	Fica o presidente da província autorizado a dispender até a quantia de 1:500\$000 com o prosseguimento dos trabalhos da estrada de Guarapuava a Porto da União; e outros investimentos em estradas na região;	5/abr/1880
570	Fica o presidente da província autorizado a contratar com Florindo da Motta Bandeira e Silva e Antonio de Souza Machado, ou com quem melhor vantagens oferecer, os estudos necessários para a iluminação a gás carbônico, pública e particular, do quadro urbano desta cidade [Curitiba]; e demais obras referentes à iluminação; com privilégio de 40 anos ao epesário ou companhia que realizar as obras;	5/abr/1880
571	Decreto: posturas municipais de Curitiba, sobre o mercado da capital	8/abr/1880
572	Fica estabelecida a comarca de Ponta Grossa	8/abr/1880
573	Fica extinto o lugar de escrivão de órfãos do termo de Castro, passando a sua serventia aos dois respectivos tabeliães, mediante distribuição.	8/abr/1880
574	Ficam estabelecidas as antigas divisas entre os municípios de S. José dos Pinhais, assim como as da paróquia da capital com as do Arraial Queimado e Votuverava;	8/abr/1880
575	Tem direito à aposentadoria, com ordenado por inteiro, os professores e professoras de instrução primária que contarem vinte anos de bons serviços e tiverem mais de sessenta anos de idade.	8/abr/1880
576	Fica o governo da província autorizado a dispender, desde já, a quantia de três contos de réis para auxiliar as obras da igreja matriz da cidade de Castro	8/abr/1880
577	Fica criada uma cadeira de instrução primária para o sexo masculino no Porto da União, município de Palmas	8/abr/1880
578	Fica criada uma escola promíscua de instrução primária, à margem direita do rio dos Corrêas, no município de Paranaguá	8/abr/1880
579	Fica criada uma cadeira de instrução primária para o sexo masculino no distrito da Cachoeira, município de Antonina	8/abr/1880
580	Ficam criadas duas cadeiras de instrução primária para o sexo masculino, uma no distrito policial do Bom Sucesso, município do Arraial Queimado; outra no quarteirão do Botiatuba, município da Lapa	8/abr/1880
581	Ficam criadas duas cadeiras de instrução primária para o sexo masculino, uma no bairro de Santa Cruz, município de Votuverava, e outra no de Campo Largo, município de S. José dos Pinhais	8/abr/1880
582	Só perderá o direito à aposentadoria o empregado público que for condenado por sentença passada em julgado nos crimes de responsabilidade, que importarem a destituição do cargo, e nos de furto, roubo, estelionato e falsidade, (...)	11/abr/1880
583	Fica criado um distrito de paz no atual distrito policial dos Ambrosios, com a mesma denominação e limites do distrito policial	15/abr/1880
584	Fica desde já, elevada a verba votada para o aluguel das casas em que funcionam as escolas públicas das cidades de Paranaguá, Morretes e Antonina a quinze mil réis por mês, quando a escola funcionar em casa especial, e a dez mil réis, quando funcionar na residência dos professores.	15/abr/1880
585	Fica elevada a categoria de comarca com a denominação de Boa Vista e Jaguarihyva, o termo de S. José da Boa Vista e Jaguarihyva, municípios da comarca de Castro	16/abr/1880
586	Fica elevada à categoria de comarca o termo de Palmas, da comarca de Guarapuava	16/abr/1880
587	Fica proibido o corte de madeira de pinho para a construção, a não ser feito aos meses de maio, junho, julho, agosto e setembro. Os contraventores ficarão sujeitos à multa de cem a cento e cinquenta mil réis; na mesma pena incorrerão os donos de engenhos que serrarem as madeiras cortadas com infração desta lei.	16/abr/1880
588	Fica criado no distrito policial do Bom Sucesso, município do Arraial Queimado, um distrito de paz com a denominação de Bom Sucesso.	16/abr/1880
589	Fica criado no distrito policial do Assunguy de Cima, município de Votuverava, um distrito de paz com a denominação de Assunguy; este distrito, terá por limites, com o de Votuverava, o rio Assunguy; e, com o de Castro, o rio Ribeirinha; e compreenderá os quarteirões do Assunguy, do Itupava, Taquaral, Jacaré, Boa-Vista, Ribeirinha e Pedra Branca.	16/abr/1880
590	Fica revogada a lei n.º 541, de 7/ago/1879, continuando em vigor – <i>si at in quantum</i> – o art. 73 do regulamento de 16/jul/1876 (referente aos professores).	16/abr/1880
591	Fica revogada a lei n.º 463, de 15/abr/1876, e em vigor a lei n.º 345, de 2/abr/1873 (divisas municipais)	16/abr/1880

592	Decreto: posturas municipais de Antonina	16/abr/1880
593	Fica o governo da província autorizado a conceder a Simon Bjerke ¹⁵² , ou a quem mais vantagens oferecer, privilégio por vinte anos para explorar a indústria de alcatrão na província e fabricá-lo.	16/abr/1880
594	Ficam restabelecidas as escolas públicas de instrução primária que foram suprimidas por ato da presidência da província de 26/set/1877 (...)	16/abr/1880
595	Fica criada uma escola de instrução primária, para o sexo masculino, na cadeia da capital da província.	16/abr/1880
596	Fica criada uma cadeira de instrução primária para o sexo feminino na vila de Jaguariahya	16/abr/1880
597	Fica criada no bairro do Cupim, município de S. José dos Pinhais, entre as colônias Murici e Inspetor Carvalho, uma cadeira de instrução primária para o sexo masculino	16/abr/1880
598	Ficam criadas duas cadeiras de instrução primária para o sexo masculino no município de Ponta Grossa, uma no bairro dos Carrapatos e outra no lugar denominado Rio dos Patos	16/abr/1880
599	Fica o presidente da província autorizado a dispender, desde já, a quantia de três contos de réis com os reparos da estrada entre a cidade de Castro e a vila de Tibagy, na serra de S. Joaquim	16/abr/1880
600	Fica o presidente da província autorizado a dispender até a quantia de sete contos de réis com a construção de uma ponte sobre o rio Jaguariahya	16/abr/1880
601	Fica o governo da província autorizado a dispender, desde já, a quantia de dois contos e quinhentos mil réis, com os concertos urgentes de que carece a igreja matriz da cidade de Paranaguá	16/abr/1880
602	O presidente da província fica autorizado a dispender, desde já, a quantia de um conto de réis com os reparos urgentes de que carece a igreja do Rosário desta capital, que atualmente serve de Matriz.	16/abr/1880
603	O presidente da província fica autorizado a dispender no exercício de 1880 – 1881, a contar de 1º de julho próximo futuro, com os serviços designados nos §§ seguintes, a quantia de 674:848\$020. Para a Assembleia provincial, subsídios aos 20 membros da assembleia provincial – 12:000\$000; ajuda de custo aos mesmos – 1:180\$000; vencimento aos empregados e expediente da mesma – 6:000\$000; total: 19:180\$000 Demais áreas do governo (...)	16/abr/1880
604	Fica o presidente da província autorizado a subvencionar a “Companhia Progressista” de Paranaguá com a quantia de trezentos mil réis mensais, mediante contrato, no qual serão especificados os serviços que deve fazer a mesma companhia	16/abr/1880
605	Fica aprovada a concessão feita pelo presidente da província, em 27/mar/1879, ao comendador Antonio Alves de Araujo, para a construção de uma estrada de ferro, por tração animada ou a vapor, entre as cidades de Antonina e Morretes	16/abr/1880
606	Ficam criados os lugares de escrivão do juízo municipal e de órfãos e mais anexos, e tabelião de notas, nos termos de Palmas, Tibagy e S. José da Boa Vista	16/abr/1880
607	Fica em vigor a lei n.º 231, de 11/abr/1870 (divisa de Paranaguá) e revogadas a lei n.º 347, de 3/abr/1873 (divisas de Antonina, Paranaguá e Morretes) e mais disposições em contrário	16/abr/1880
608	Fica criada uma escola de instrução primária do sexo masculino no bairro do Ribeirão, município de Paranaguá	16/abr/1880
609	Fica o governo da província autorizado a auxiliar com a quantia de três contos de réis a quem se propuser a melhorar a raça do gado cavalari nos Campos Gerais ou nos campos de Curitiba, introduzindo raça de sangue puro	16/abr/1880
610	Fica o governo da província autorizado a mandar entregar à irmandade da S. C. de Misericórdia da cidade de Paranaguá a quantia de quatro contos de réis, que será aplicada à manutenção do seu hospital e às obras de que carecer o edifício em que este funcione	16/abr/1880
611	Fica o governo da província autorizado a dispender, desde já, a quantia de 4:500\$000 com as obras da igreja matriz da cidade de Morretes	16/abr/1880

¹⁵² Simon Bjerke é engenheiro sueco que montou uma serraria a vapor destinada ao preparo de aduelas (*Gazeta Paranaense*, 30/set/1882). No mês de outubro de 1882 Bjerke partiu para a Europa.

612	Fica o governo da província desde já autorizado a dispender a quantia de quatro contos de réis com a estrada do Arraial que parte de S. José dos Pinhais a Morretes.	16/abr/1880
613	Fica o presidente da província autorizado a dispender a quantia de um conto de réis com o estabelecimento de uma balsa sobre o rio Iguassu, no passo denominado Tabuana, entre o município de Campo Largo e o da Lapa	22/abr/1880
614	Fica criada uma capela com a invocação de S. João Baptista, na vila de S. José dos Pinhais; fica o governo autorizado a dispender a quantia de um conto de réis para auxiliar os trabalhos de construção	22/abr/1880
615	Fica criada uma freguesia com a denominação de União da Victória e invocação de Nossa Senhora da Victória, tendo por limites, ao norte: o rio Iguassú; ao sul: o rio Jangada, compreendendo os campos de S. João; a leste: o rio Negro e S. Catarina e ao Oeste: os mesmos rios Jangada e Iguassú	22/abr/1880
616	O governo da província fica autorizado a conceder privilégio por 20 anos a Joaquim José Alves e Manoel José de Masseneiro, ou a quem mais vantagens oferecer, para a construção de um matadouro público na cidade de Morretes, (...)	22/abr/1880
617	Fica o governo da província autorizado a conceder ao engenheiro Francisco de Almeida Torres e José Joaquim Ferreira de Moura, ou a quem mais vantagens oferecer, privilégio por 40 anos para a construção e gozo de uma estrada de ferro entre a capital e o rio Itararé, e bem assim um ramal que desta linha se dirija para o sul da província; (...)	22/abr/1880
618	Fica o governo da província autorizado a conceder a D. Amélia Maria do Nascimento, professora do Pilarzinho, um ano de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde	22/abr/1880
619	Fica criada uma escola promiscua de instrução primária na capela de Sant'Anna do Itararé, no município de S. José da Boa Vista	22/abr/1880
620	Decreto: Fica revogado o art. 152 do código de posturas promulgado pelo decreto n.º 491, de 14/abr/1877	22/abr/1880
621	O governo da província fica autorizado a conceder privilégio por 20 anos a Manoel Soares Gomes, ou a quem mais vantagens oferecer, para a construção de dois matadouros públicos, um na cidade de Antonina e outro na de Paranaguá, (...)	24/abr/1880
622	Decreto: posturas municipais de Curitiba	24/abr/1880
623	Decreto: posturas municipais de Curitiba	24/abr/1880
624	Decreto: posturas municipais de Ponta Grossa	24/abr/1880
625	Decreto: posturas municipais de Castro	24/abr/1880
626	Decreto: posturas municipais de Guarapuava	24/abr/1880
627	Decreto: Orçamentos municipais	24/abr/1880
628	Decreto: posturas municipais de Votuverava	24/abr/1880

Coleção das Leis da Província do Paraná, 1880

Das leis acima, destacam-se o orçamento provincial aprovado, depois de dois anos sendo protelado, os orçamentos municipais e as posturas municipais de várias localidades; foram criadas as comarcas de Ponta Grossa, Palmas, Boa Vista e Jaguariaíva; foram criadas a freguesia de União da Vitória e a vila de Guaraqueçaba, da qual era representante o deputado provincial Dr. Luiz Ramos Figueira e vários distritos policiais e de paz; a assembleia legislativa aprovou licença a professores, criou novos cargos públicos e, principalmente, abriu muitas escolas primárias; é interessante o número de contratos para reformas de estradas, pontes, balsas, igrejas e obras públicas em geral, como a canalização de água potável, demonstrando investimentos na infra-estrutura provincial; aprova-se a força policial para o próximo ano; mas, o que chama a atenção são os contratos firmados com pessoas particulares, como a da iluminação pública, que era de responsabilidade do chefe conservador José Correia de Bittencourt, em 1879, agora passa para o jovem funcionário público Florindo Motta

Bandeira e Silva e Antonio de Souza Machado; a concessão da construção da estrada de ferro Antonina a Morretes para o comendador Antonio Alves de Araujo; mas também houve auxílio aos conservadores, como a subvenção à companhia *Progressista* de Paranaguá, pertencente ao dignitário Manoel Antonio Guimarães. E ainda, privilégios para influentes personalidades como Joaquim José Alves, que será vice-presidente da província do Paraná em 1889, ao engenheiro Francisco de Almeida Torres, irmão do deputado provincial Joaquim Ventura de Almeida Torres, entre outros.

Em relação às escolas abertas ao longo do período provincial, ao que se percebe, seu modelo de ensino estava muito distante da realidade dos cidadãos, como o próprio D. Pedro II, em visita ao Paraná, em seu diário, percebeu e relatou a situação sofrível dos alunos em suas escolas nesta província. Afinal, muitos alunos matriculados não sabiam realizar contas ou ler quando solicitados pelo imperador, e poucos sabiam sobre a doutrina cristã, parte integrante do currículo escolar¹⁵³. E, por fim, não há leis referentes a impostos.

No dia 16/abr/1881 encerrou-se a 2ª sessão da assembleia legislativa provincial, com o discurso do vice-presidente desta casa, Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro.

Neste ano uma comissão é formada para preparar a recepção de “Suas Majestades Imperiais”, composta por dezessete membros: Dr. Luiz Barreto Corrêa de Menezes, Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro, Dr. Agostinho Ermelino de Leão, Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, Dr. Francisco Alves Guimarães, Dr. Antonio Carlos Pires de Carvalho e Albuquerque¹⁵⁴, Dr. João José Pedrosa, Dr. José Lourenço de Sá Ribas, João Baptista Ribeiro, major Luiz Manoel Agner, tenente coronel Benedicto Enéas de Paula, Ildfonso Pereira Correia, comendador Antonio Ricardo dos Santos, Antonio Martins Franco, capitão Augusto Stellfeld, Alfredo Caetano Munhós e Antonio Ricardo Lustosa de Andrade. Novamente, uma mescla de liberais e conservadores para a organização de um fato importante na provincia. Aqui, se percebe de que as lutas partidárias eram minimizadas quando se tinha algo em comum a se festejar ou a se reenvindicar.

Em 18/maio/1880, pela primeira vez, D. Pedro II visita o Paraná. Entre suas atividades, destaca-se a inauguração do início das obras da ferrovia Paranaguá-Curitiba, em Paranaguá, com o lançamento da pedra fundamental em 5/jun/1880, que proporcionará um

¹⁵³ O Paraná por D. Pedro II, por José Alexandre da Silva, in: <http://www.partes.com.br/educacao/resenhas/parana.asp#sdfootnote1anc> (Acesso em 15/ago/2013).

¹⁵⁴ Dr. Antonio Carlos Pires de Carvalho e Albuquerque e Dr. Luiz Antonio Pires de Carvalho e Albuquerque eram naturais da Bahia e com serviços públicos em Curitiba e São José dos Pinhais.

impulso em toda a economia paranaense. O lançamento da pedra fundamental em Paranaguá significa a vitória política do clã Guimarães Correia. Após a cerimônia o Imperador vai ao palácio do barão de Nácar, Manoel Antonio Guimarães, para o banquete de despedida, voltando depois para a Corte (cf. David CARNEIRO, *A espetacular viagem de D. Pedro II ao Paraná*); No Paraná em 1880 havia 10.088 escravos (*Dezenove de Dezembro*, 9/jun/1880). D. Pedro e a família real buscavam aprofundar a discussão da abolição da escravatura no Brasil.

Assume a presidência do Paraná em 04/ago/1880 o liberal curitibano Dr. João José Pedrosa ficando até 03/maio/1881. É a primeira vez, depois da emancipação política do Paraná em 1853, que um paranaense é nomeado para o cargo de presidente desta província. Os paranaenses que assumiram este posto eram nomeados enquanto vice-presidentes.

O Dr. João José Pedrosa abre a 2ª sessão legislativa deste ano¹⁵⁵ e em seu relatório de abertura reconhece a importância de terem nomeado para o cargo de presidente desta província “um filho do Paraná”. Isto engrandecia sua pessoa, bem como seu partido político.

Tabela 96 – LEIS APROVADAS EM 1881

Nº	Lei	Data
629	Divisas entre a freguesia de S. João do Triunpho da vila da Palmeira e a mesma vila.	18/fev/1881
630	Fica, desde já, criada na cidade de Antonina uma cadeira de francês, latim e geografia	26/fev/1881
631	Fica elevada à categoria de vila a freguesia do Senhor Deus Menino do Pirahy, com a denominação de vila do Pirahy, na comarca de Castro	5/mar/1881
632	A zona de que trata o art. 3º da lei n.º 621, 24/abr/1880, compreenderá 5 km das respectivas cidades a que se refere a dita lei.	8/mar/1881
633	Fica o governo da província autorizado a emitir, desde já, bilhetes do tesouro provincial, por antecipação de receita, até a quantia de 40:000\$000, os quais serão recolhidos dentro do exercício em que se fizer a emissão com a renda do mesmo	17/mar/1881
634	O imposto municipal de dez réis sobre arroba de erva-mate, criado pela lei n.º 24, de 20/abr/1849, assim como o de barris de líquidos espirituosos e pano de algodão grosso, continuará a ser arrecadado pelas barreiras do litoral, de conformidade com o estatuído pelo art. 6º, decreto n.º 291, de 15/abr/1871 e tabela que acompanha a presente lei. (...)	18/mar/1881
635	Fica extinto o 2º distrito de obras públicas provinciais	18/mar/1881
636	Os escravos que entrarem na província do Paraná, vindos de outras províncias, pagarão o imposto de dois contos de réis. (...)	18/mar/1881
637	Com os estudos, plantas e execução da estrada de rodagem para a cidade de Guarapuava, despenderá o governo, desde já, e a proporção que for sendo necessário, a quantia de cinquenta contos de réis	21/mar/1881
638	Fica permitido o corte e fabrico da erva-mate desde 1 de janeiro até 30 de setembro de cada ano	22/mar/1881
639	Fica criada no bairro do Timbutuva, município de Campo Largo, uma cadeira promiscua de instrução primária	22/mar/1881
640	Fica criada no bairro do Mandirituba, município de S. José dos Pinhais, uma escola de	22/mar/1881

¹⁵⁵ Relatório à Assembleia Legislativa do Paraná por ocasião da instalação da 2ª sessão da 14ª legislatura, no dia 16/fev/1881, pelo presidente da província Dr. João José Pedrosa: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1881MFN832.pdf> (Acesso em 15/set/2013).

	instrução primária para o sexo masculino	
641	Fica concedida licença a Affonso Augusto Teixeira de Freitas [filho do Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas] aluno do 2º ano da escola normal, para prestar exame das matérias do mesmo ano, dispensando-se-lhe a frequência das respectivas aulas	22/mar/1881
642	Fica concedida licença a João José Rodrigues Vieira, aluno do 2º ano da escola normal, para prestar exame das matérias do mesmo ano dispensando-se-lhe a frequência das respectivas aulas	22/mar/1881
643	Fica concedida licença a Servulo da Costa Lobo, aluno do 2º ano da escola normal, para prestar exame das matérias do mesmo ano dispensando-se-lhe a frequência das respectivas aulas	22/mar/1881
644	Decreto: posturas municipais de Castro	24/mar/1881
645	Decreto: posturas municipais de Ponta Grossa	24/mar/1881
646	Decreto: posturas municipais de S. José dos Pinhais	24/mar/1881
647	Decreto: posturas municipais da Lapa	24/mar/1881
648	A cadeira de instrução primária do sexo masculino do bairro da Cachoeira no município de Antonina fica sendo promíscua	26/mar/1881
649	Ficam criadas três cadeiras de história pátria, geografia e língua francesa nas sedes das comarcas de Castro, Lapa e Guarapuava	26/mar/1881
650	Fica restabelecida a freguesia de São Sebastião das Conchas, extinta pela lei n.º 480, de 12/mar/1877; fica elevada à categoria de vila a freguesia de São Sebastião das Conchas com a mesma denominação (divisa com Ponta Grossa)	26/mar/1881
651	É elevada a vila a freguesia de Santo Antonio do Imbituva, no município da cidade de Ponta Grossa, conservando a mesma denominação	26/mar/1881
652	A Ernesto Boese, professor público da vila de Palmas, fica o presidente da província autorizado a conceder um ano de licença com ordenado integral, para tratar de sua saúde	26/mar/1881
653	O imposto da décima urbana passará a ser novamente cobrado pelas repartições fiscais da província	29/mar/1881
654	Fica criado uma segunda cadeira de instrução primária para o sexo feminino na cidade de Castro	29/mar/1881
655	Decreto: posturas municipais de Curitiba	29/mar/1881
656	É fixada a força policial para o exercício de 1881/1882 com 10 oficiais, 180 praças e 20 músicos	30/mar/1881
657	A eleição de deputados à assembleia legislativa provincial, para o biênio de 1882 a 1883, terá lugar noventa dias depois da eleição dos deputados à assembleia geral; a instalação da assembleia provincial no ano de 1882 terá lugar no dia 1º de outubro, e nos demais anos, a 15 de fevereiro	30/mar/1881
658	Fica criada uma cadeira de instrução primária para o sexo feminino em S. Sebastião das Conchas, município de Ponta Grossa	30/mar/1881
659	Fica criada no bairro dos Papagaios Novos, município de Palmeira, uma escola promíscua contratada	30/mar/1881
660	Fica restabelecida a cadeira promíscua de instrução primária, criada pela lei n.º 502, de 10/maio/1878, art. 2º, no bairro do Butiatuvinha, município de Curitiba	30/mar/1881
661	Decreto: posturas municipais de Paranaguá	30/mar/1881
662	Ficam isentos do imposto de pedágio na barreira do Bacachery, os animais de trabalho, sejam montados, carregados ou de tração, pertencentes aos moradores da área compreendida entre aquela barreira e o Bairro Alto	30/mar/1881
663	Decreto: Regimento interno da Assembleia legislativa provincial do Paraná, agora com 22 deputados e não pode deliberar sem a presença de 12, nem fora dos limites marcados na Constituição, ou dos períodos legais de suas sessões	30/mar/1881
664	Decreto: posturas municipais de Ponta Grossa	31/mar/1881
665	Decreto: posturas municipais de Ponta Grossa	1/abr/1881
666	Os empregados aposentados por impossibilidade de continuarem no serviço e que exerceram emprego geral remunerado perderão metade dos vencimentos da aposentadoria, enquanto estiverem no exercício daquele emprego	1/abr/1881
667	Ficam criadas duas cadeiras promíscuas de instrução primária, sendo uma no bairro do Pinhão e outra no Candoy, ambas no município de Guarapuava	4/abr/1881
668	Decreto: posturas municipais de Tibagy	4/abr/1881

669	Fica criado o lugar de partidor judicial no foro de Curitiba; este lugar ficará anexo ao de contador e distribuidor; fica criado no foro de Curitiba o lugar de avaliador judicial; ficam criados os lugares reunidos de partidor, contador e distribuidor no termo de Paranaguá e iguais no de Antonina	5/abr/1881
670	Decreto: Despesas das câmaras municipais para o ano de 1882	6/abr/1881
671	Os impostos sobre animais arrecadados nos registros da província	9/abr/1881
672	Exercício financeiro da província para 30/jun/1881 a 30/jun/1882, a quantia de 747:365\$970; Subsídio para os 22 deputados provinciais: 13:200\$000; ajuda de custo aos mesmos: 1:260\$000, total de 14:460\$000.	10/abr/1881
673	Decreto: posturas municipais de Palmeira	17/abr/1881
674	Decreto: posturas municipais da Lapa	17/abr/1881
675	Decreto: posturas municipais de S. José dos Pinhais	18/abr/1881
676	Decreto: posturas municipais de Guarakessaba	21/abr/1881

Leis e decretos da província do Paraná. Tomo XXVIII. Curitiba: Typ. Perserverança, de J.F.Pinheiro, 1881.

Neste ano as leis foram assinadas pelo presidente da província, Dr. João José Pedrosa. Foram criados três novos municípios, Piraí, Conchas e Imbituva, todas na região de Castro e Ponta Grossa. As posturas municipais continuavam a organizar as cidades paranaenses, sempre aprovadas a partir da assembleia legislativa. Novamente, muitas escolas foram abertas; e, neste ano cinco leis referentes a impostos foram instituídas, em especial sobre a erva-mate, escravos e animais. Novos cargos públicos são criados. E chama a atenção o segundo Regimento Interno da Assembleia legislativa provincial, agora com vinte e dois deputados e, de acordo com a nova Lei eleitoral de 1881, a eleição para o próximo biênio de deputado provincial teve de ficar para o início do ano de 1882.

A reforma eleitoral foi aprovada na câmara geral em 9/jan/1881, sendo regulamentada pelo Decreto n.º 8.213, de 13/ago/1881. “A presente lei recebeu o nome de *Lei Saraiva* ou *Lei do Censo*, e determinava o voto direto nas eleições em todo o Reino e em seu preâmbulo determinava a realização de um censo em todo o Reino com vista a ser efetuado o alistamento dos eleitores”. As eleições diretas eliminavam os chamados *votantes*, ficando agora apenas os *eleitores* e se estabelecia o voto secreto e a indicação de fiscais dos partidos políticos nas assembleias eleitorais. O *eleitor* deveria provar renda mínima de 200\$000 (duzentos mil réis), por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego.

Complementando as informações sobre a lei, observa-se que a mesma não se esqueceu dos analfabetos, pois os mesmos poderiam obter o requerimento de alistamento desde que o pedido fosse feito por algum eleitor por ele indicado.

Quanto as condições de elegibilidade a lei determinava que o cidadão que desejasse concorrer a qualquer dos cargos deveria ter as qualidades exigidas para ser eleitor e não ter sido pronunciado em nenhum processo criminal.

Esta lei estabelecia ainda, que o candidato para concorrer ao cargo de senador deveria ter mais de 40 anos de idade e renda anual não inferior a um milhão e seiscentos mil réis, por bem de raiz, indústria, comércio ou emprego.

Para concorrer ao cargo de deputado à Assembléia Geral deveria possuir renda anual de oitocentos mil réis, por bem de raiz, indústria, comércio ou emprego e para ser membro da Assembléia Legislativa Provincial o mesmo deveria residir na província há mais de dois anos.

Para ser vereador ou juiz de paz era necessário que o candidato residisse no município ou no distrito de paz por mais de dois anos.

Seriam eleitos os candidato que obtivessem a maioria absoluta dos votos dados na eleição, caso nenhum candidato conseguisse a maioria absoluta, haveria outra eleição 20 dias após onde concorreriam os dois candidatos mais votados, sendo eleito o que obtivesse a maioria simples dos votos.

A lei tratava, ainda, em um de seus capítulos, dos crimes eleitorais, onde as penas cominadas aos que cometessem algum crime de natureza eleitoral iam desde multas a penas de prisão.

Com relação ao decreto que regulamentou a Lei do Censo ou Lei Saraiva, a mesma estabeleceu que as eleições seriam feitas de quatro em quatro anos, no primeiro dia útil do mês de dezembro da última legislatura. O Decreto estabelecia também, que, como o sistema de governo era parlamentar, no caso de dissolução da Câmara dos Deputados deveria ser marcado dentro do prazo de quatro meses, contados da data do decreto de dissolução da Câmara, um dia útil para a nova eleição¹⁵⁶.

O Paraná ficou dividido em dois distritos eleitorais, Curitiba e Castro, de acordo com o decreto n.º 8114, de 21/maio/1881. Os *cidadãos* foram se apresentando e tendo que comprovar a renda necessária para poderem ser *eleitores*.

Interessante destacar a fala do presidente da província do Paraná, Dr. João José Pedrosa, sobre esta reforma eleitoral, na qual aponta que o voto direto irá proporcionar escolher melhor os representantes do povo, afinal, o povo era constituído em sua grande maioria analfabetos, e por isso, não estariam aptos a votar.

Eleições e qualificações (...) O novo sistema da eleição direta, adotado pela lei n.º 3.029, de 9/jan/1881, com a apuração do censo, pela prova eficaz da renda e as medidas complementares para garantirem a verdade e independência do sufrágio popular, veio, por sem dúvida, satisfazer atualmente uma ardente aspiração nacional, firmando em base mais segura o nosso regime representativo.

O voto quer dizer escolha, a escolha pressupõe conhecimento do pessoal preferível para a representação, e tal conhecimento não pode estar ao alcance de toda massa popular, quando esta, infelizmente, ainda entre nós compõe-se de quatro quintos de analfabetos, conforme demonstram as estatísticas.

O voto do cidadão inconsciente, que não compreende a importância da escolha dos representantes do povo, dos diretores dos destinos do país, fiscalizadores da execução dos diversos ramos do serviço público, esse voto torna-se um ônus incômodo para o que é probo, e uma condenável especulação para o que seja pouco escrupuloso. (...) (Dr. João José Pedrosa, *Relatório de abertura da 2ª Sessão da Assembleia Legislativa paranaense*, 16/fev/1881, p.12).

Será no governo do Dr. Pedrosa que se iniciará o novo *alistamento* eleitoral. Sem dúvida, este ainda era um momento bastante elitista da política, e em especial representado por algumas poucas figuras, aqui denominados de chefes ostensivos e chefes políticos. Como exemplo destes chefes, aconteceu em 15/ago/1881 uma grande festa oferecida ao conselheiro Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá no litoral paranaense (*Dezenove de Dezembro*,

¹⁵⁶ Memória jurídica:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/rev_74/MemoriaJuridica/SobreLeiSaraiva.htm (Acesso em 15/set/2013) e Lei Saraiva: <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-saraiva> (Acesso em 15/set/2013).

20/ago/1881). Dr. Jesuino Marcondes foi apresentado como o mais importante chefe liberal da província, neste ato público.

Com a mudança de gabinete no Rio de Janeiro foram necessárias novas eleições para *eleitores* e que aconteceram no dia 05/ago/1878, formando uma base de *eleitores* liberais. Aconteceram também, no ano de 1880, as eleições para vereadores e juízes de paz, que em janeiro de 1881 assumiram as respectivas funções.

Porém, devido a reforma eleitoral de 1881, uma nova eleição teve de ser realizada para vereadores e juízes de paz, em junho deste ano, reforma que também extinguiu a função de *eleitor* de 1878. Os novos vereadores e juízes de paz tomaram posse novamente apenas em janeiro de 1883 (conferir Anexo 3). O interessante desta segunda eleição, devido ao baixo número de eleitores cadastrados, em algumas cidades vereadores eram eleitos com apenas um voto. Em Curitiba, o vereador mais votado, o farmacêutico de origem alemã, Augusto Stellfeld, recebeu 25 votos.

17ª e 18ª Assembleia Legislativa Geral, Rio de Janeiro, 1878 a 1884. A passagem dos liberais para os conservadores

A eleição para deputado geral no Paraná ocorreu no dia 04/set/1878. Como previsto, os vitoriosos foram os liberais.

Tabela 97 – Deputado Geral, 17ª Legislatura (1878/1881)

Deputado geral	Partido	Votos	Residência	Profissão
1. Dr. Manoel Alves de Araujo	Liberal	254	Antonina	Negociante
2. Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro	Liberal	241	Curitiba	Advogado
Dr. Manoel Eufrásio Correia	Conservador	20	Paranaguá	Advogado
Dr. Adolfo Lamenha Lins	Conservador	19	Morretes	Advogado
Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá	Liberal	12	Palmeira	Advogado

Dezenove de Dezembro, 12/set/1878;

A abertura da 17ª Legislatura aconteceu dia 15/dez/1878 pelo Imperador D. Pedro II, inaugurando este novo período no parlamento, de lideranças liberais. Os discursos na assembleia geral do Dr. Sérgio de Castro eram publicados no jornal *Dezenove de Dezembro*, em 1879. A abertura da 2ª sessão aconteceu dia 3/maio/1879, também por D. Pedro II, que destacou a necessidade de “decretar a eleição direta, com o fim de melhor assegurar a manifestação do voto; regular a situação financeira do Estado, equilibrando a despesa com a receita”. Esta sessão irá até o dia 04/out/1879. Serão retomados os trabalhos legislativos em 3/maio/1880, na qual D. Pedro II reforça o pedido sobre a reforma eleitoral e a questão orçamentária do Estado; neste ano são publicados no jornal local os discursos dos deputados

gerais Dr. Sérgio de Castro e Dr. Manoel Alves de Araujo. No dia 9/out/1880 encerram-se os trabalhos legislativos e abre-se sessão extraordinária para tratar apenas da reforma eleitoral e que se encerra em 10/jan/1881, quando D. Pedro II agradece a solicitude com que os deputados se ocuparam da reforma eleitoral, “decretando esta reforma com o fim de assegurar a sinceridade nas eleições, correspondentes patrioticamente a opinião nacional” (*Dezenove de Dezembro*, 12/jan/1881). Em 15/ago/1881 terá início a última sessão desta legislatura, mas que logo será dissolvida, encerrando assim este período de 4 anos de mandato.

Falecem, neste início da década de 1880, importantes líderes e políticos brasileiros, como, Duque de Caxias (4/maio/1880) e visconde de Rio Branco (1/nov/1880), e representantes do Paraná, o Dr. Lamenha Lins (11/set/1881), e os deputados provinciais Manoel Gonçalves Marques, Ricardo José da Costa Guimarães, José Miró de Freitas, José Lourenço de Vasconcellos Chaves e Bento Florêncio Munhoz.

Uma nova eleição para deputado geral no Paraná foi marcada para o dia 31/out/1881. A nova lei eleitoral, conhecida como *Lei Saraiva*, foi a que regeu a escolha dos novos deputados gerais e próximos deputados provinciais. O Paraná possuía dois distritos eleitorais. No 2º distrito de Castro e região, a vitória foi fácil por parte do Dr. Manoel Alves de Araujo, liberal. Mas quanto ao 1º distrito de Curitiba, que abrangia as vilas ao redor da capital e todo o litoral paranaense, três candidatos disputaram acirradamente a eleição, Dr. Generoso Marques dos Santos, liberal, Dr. Manoel Eufrásio Correia, conservador e Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro, liberal. O partido liberal vai para esta eleição, dividido. Não havendo maioria de votos, em especial para os dois primeiros nomes, a lei previa nova eleição (2º escrutínio), e que foi realizada em 2/dez/1881, na qual, também por pequena margem, foi eleito o Dr. Generoso Marques dos Santos, sendo derrotado o Dr. Manoel Eufrásio.

A nova lei eleitoral tinha como um de seus objetivos combater as fraudes eleitorais e de ser o reflexo da vontade dos cidadãos nas urnas. Mas, novamente, foram bastante divulgadas denúncias de fraudes por ambos os partidos políticos quanto aos resultados das eleições nas localidades paranaenses, sendo que um parecer do Rio de Janeiro, após analisar os argumentos de ambas as partes, aprovou a vitória do Dr. Generoso Marques dos Santos como deputado geral pelo 1º distrito no Paraná (*Dezenove de Dezembro*, 11/jan/1882). As denúncias julgadas foram: quanto à composição das mesas eleitorais do 1º distrito, todas consideradas corretas; em algumas localidades foram questionadas as atas eleitorais, também consideradas corretas; questionados votos em separado; e por fim, de que o Dr. Generoso Marques dos Santos, por ser presidente da câmara de vereadores de Curitiba, e advogado da

câmara de São José dos Pinhais, isto o impediria de ser candidato a deputado geral. Porém, estes argumentos foram desconsiderados pela comissão julgadora da eleição do 1º distrito do Paraná, no Rio de Janeiro.

Tabela 98 – 18ª Legislatura (1882/1884)

Deputado geral	Partido	Votos	Residência	Profissão
1. Dr. Generoso Marques dos Santos (1º Distrito)	Liberal	492	Curitiba	Advogado
Dr. Manoel Eufrásio Correia (1º Distrito)	Conservador	470	Curitiba	Advogado
Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro (1º Distrito)	Liberal	149	Curitiba	Advogado
2. Dr. Manoel Alves de Araujo (2º Distrito)	Liberal	593	Curitiba	Advogado
Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho (2º Distrito)	Conservador	129	Curitiba	Advogado
Dr. Justiniano de Mello e Silva (2º Distrito)	Conservador	58	Curitiba	Advogado

Dezenove de Dezembro, 11/jan/1882;

Após o resultado eleitoral em favor do Dr. Generoso Marques dos Santos, o jornal oposicionista, *Paranaense*, continuava denunciando as fraudes do processo eleitoral, e entre as denúncias, uma foi dirigida ao ex-presidente da província do Paraná, Dr. João José Pedrosa, e atual inspetor da tesouraria da província, dizendo que ele teria utilizado de sua influência neste cargo público para obrigar *eleitores* a votar no Dr. Generoso Marques. O Dr. Pedrosa responde às acusações:

Ao “Paranaense”

Em seu último número, disse o “Paranaense”, a propósito da eleição do Dr. Generoso, entre outras coisas, o seguinte:

“Não se devia assustar quando conhece que a sua vitória é devida a interferência do Dr. Pedrosa, inspetor do tesouro provincial, que até para a marinha remeteu chapas com o nome do Dr. Generoso, para com elas votarem empregados sujeitos a repartição de que é chefe”.

Este tópico importa, por certo, uma grave acusação a minha pessoa, deixando transparecer que exerci pressão sobre meus subordinados para obter votos em favor da candidatura do Dr. Generoso. O “Paranaense” foi mal informado, e estou certo de que não quererá conscientemente tornar-se eco de qualquer calúnia *anônima*.

Cumprindo um dever político, dei meu fraco apoio à candidatura do Dr. Generoso, é verdade; mas, ninguém é capaz de provar que, em qualquer tempo da minha vida pública, houvesse eu procurado extorquir o voto de quem quer que fosse.

Deve saber o “Paranaense” que, conquanto seja insignificante meu valimento político, não preciso, contudo, de posição oficial para dar alguns votos a qualquer correligionário.

Peço ao “Paranaense” que, aliás, por vezes tem-se mostrado tão benévolo para comigo, declare com franqueza quais foram os empregados subordinados ao tesouro que, por pressão minha, votaram no Dr. Generoso.

Outrossim, quais os empregados a quem remeti chapas, forçando-os à votarem contra suas convicções políticas?

O “Paranaense” não indicará *um só* conservador, funcionário do fisco que, sendo eleitor, tivesse deixado de votar no Dr. Manoel Eufrásio, por pedido ou insinuação minha. Provoco-o a demonstrar o contrário. Como toda acusação séria deve ser fundada em prova cabal, eu aguardo-a, com a consciência tranqüila. Se alguém abusou de meu nome, quero tirar isto a limpo. Curitiba, 10 de janeiro de 1882.

João José Pedrosa. (Dezenove de Dezembro, 11/jan/1882).

A 1ª sessão da 18ª Legislatura geral foi aberta por D. Pedro II, no dia 17/jan/1882. O imperador destacou a sua visita ao Paraná e Minas Gerais, e ainda elogiou as novas regras eleitorais, já postas em prática no ano anterior, as finanças do governo, e a necessidade de se mapear o número de indústrias no país.

Neste ano assume como Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o Dr. Manoel Alves de Araujo, no rápido gabinete liberal de Martinho Álvares da Silva Campos, de 21/jan/1882 a 3/jul/1882. Por ocasião de sua nomeação como ministro, foi convocada nova eleição para a vaga de deputado geral no 2º distrito do Paraná, mas, os *eleitores* irão votar novamente no Dr. Manoel Alves de Araujo.

Esta 1ª sessão foi encerrada no dia 17/maio/1882 e, no mesmo dia, dada a abertura da 2ª sessão da 18ª legislatura da assembleia geral, pelo imperador D. Pedro II. Os discursos na câmara geral do Dr. Manoel Alves de Araujo são publicados no jornal local *Dezenove de Dezembro*. Esta sessão será encerrada em 28/out/1882.

Em 3/maio/1883, o imperador D. Pedro II abriu a 3ª sessão da 18ª legislatura da assembleia geral. E em sua fala destacou, entre outros pontos, os eventos de “desordem” ocorridos na capital da província do Paraná, como se verá adiante. Sessão que se encerrará em 18/set/1883. Nesta sessão o deputado geral Dr. Generoso Marques dos Santos publicava seus discursos no jornal *Dezenove de Dezembro*.

A 4ª sessão da 18ª legislatura foi aberta por D. Pedro II no dia 3/maio/1884. E em agosto foi eleito presidente da assembleia geral o paranaense Dr. Manoel Alves de Araujo.

Composição da 15ª Assembleia Legislativa Provincial, 1882 e 1883. Dr. Carlos de Carvalho e a “revolta do vintém” no Paraná.

A eleição foi convocada para o dia 30/jan/1882, sendo o Paraná dividido em dois distritos. E agora sob as novas regras eleitorais, da *Lei Saraiva*. Esta assembleia iria se reunir apenas em 1/out/1882. O 1º distrito era formado por Curitiba, Pacutuba, Arraial Queimado, Campina Grande, São José dos Pinhais, Iguassú, Votuverava, Porto de Cima, Morretes, Antonina, Paranaguá e Guarakessava. De certa forma, demonstra que o litoral paranaense, gradativamente vinha perdendo força, tendo que fazer parte do distrito liderado por Curitiba. O 2º distrito era formado por Castro, Ponta Grossa, Lapa, Rio Negro, Guarapuava, Palmas, Tibagi e demais localidades da região dos Campos gerais e interior paranaense.

Os liberais, receosos do avanço dos conservadores, e diante da acirrada disputa ocorrida na eleição para deputado geral em outubro e novembro de 1881, na qual ocorreu a divisão entre os próprios liberais, com Dr. Generoso Marques dos Santos e Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro, enfrentando a força do líder conservador Dr. Manoel Eufrásio Correia, que quase lhes causou uma derrota, agora emitem um manifesto para que seus eleitores votassem coesamente e em quem os chefes políticos liberais assim indicassem.

Ao eleitorado liberal

Aproxima-se o dia marcado para a eleição dos membros da assembleia legislativa provincial que devem servir no biênio de 1882 a 1883.

Trata-se de uma eleição de alto alcance político e administrativo, e na qual os dois partidos militantes vão de novo medir suas forças.

O partido liberal, vencedor há pouco em porfiada luta, não quererá, por certo, trocar os hinos de triunfo que acabou de entoar pelas lamentações de inesperada derrota.

Para remover, porém, esse perigo é mister a mais compacta coesão de todos seus membros de modo a formarem um só todo unido e forte ante o adversário, que, aliás, se tem revelado admirável pelo valor de sua disciplina.

O voto deve ser o resultado de uma sábia combinação, consultadas as legítimas aspirações e influências políticas, e não a expressão apenas de esparças simpatias e deferências pessoais por estes ou aqueles nomes, que não reúnam adesões suficientes para triunfarem dos adversários.

Acautele-se, pois, o eleitorado liberal.

Os *cabalistas*, que em breve surgirão por toda parte, hão de procurar iludir, talvez, a muitos, fazendo-lhes crer que a representação provincial nada influe na política e sobre os destinos da província, quando, entretanto, é certo que assembleia provincial exprime organização e direção de todo serviço que peculiarmente afeta a província.

A assembleia provincial importa, pela natureza de suas funções constitucionais, o governo da província por si própria, significando a mais notável conquista obtida sobre a centralização administrativa que nos atrofiava.

Um partido, pois, que não dispuser do auxílio da assembleia provincial, pode-se dizer privado de governar a sua província, privado de imprimir na gerência dos negócios públicos que a esta são peculiares o cunho de suas ideias, e conseqüentemente, tolhindo de dar vida às suas nobres aspirações na esfera da administração provincial.

Um partido no poder, mas tendo pela frente uma assembleia adversária, em sua maioria, seria, se permite-se-nos o *símile* da ficção constitucional, um partido que *reinaría sem governar*, e que, ao em vez dessa ficção teria a responsabilidade dos negócios públicos sem poder dirigi-los.

Sem assembleia provincial nossa, nós liberais ficaríamos aqui no Paraná inibidos de fazer a província os benefícios que temos projetados.

E o que não dir-se-ia do partido liberal do Paraná, se, tendo se mostrado forte, vencedor na eleição de deputados a representação nacional, deixasse-se ele vencer agora pelo adversário numa eleição que direta e imediatamente afeta aos interesses da província?

Refleta, pois, cada eleitor liberal no valor da eleição a que vai-se proceder no dia 30 do mês de janeiro entrante.

Tenha presente à memória a lição recebida no último pleito, em que a divisão, a segregação de votos em prejuízo da chapa adotada, ia causando a reina do partido todo no 1º distrito, - e compreenderá facilmente que nem um voto pode ser dado por simples simpatias pessoais do eleitor para com terceiro, por que todos os votos reunidos são agora fatores precisos para garantia da vitória do partido.

E é preciso não esquecer que o eleitor só vota num nome, isto é, só dispõe do voto para um candidato, e não para a deputação de todo o distrito.

Um único compromisso tomado importa, portanto, o mesmo que desprezar a chapa do partido, sujeitando este a eventualidade de ser derrotado.

Nas circunstâncias em que nos achamos, muito especiais, atento o novo sistema eleitoral observado, que torna difíceis as combinações para uma profícua votação em todo o distrito, - cada eleitor pode ter em seu voto a vitória ou a derrota de uma chapa. Isto só por si, revelando a importância de cada voto destacado deve fazer compreender a todos os bons liberais o quanto é perigoso tomar compromisso individual, isto é, dispor do voto sem aguardar a combinação do partido, que não deve ser contrariada.

Previna-se, portanto, o eleitorado liberal contra as *cabalas*, em nome de relações pessoais, porque são elas contrárias aos interesses do partido, podendo comprometer seriamente o resultado do pleito.

Não é sem motivo que damos-lhe este aviso.

Sabemos que os adversários, falando aos sentimentos de amizade particular, tentam colher votos em nossos arraiais, para enfraquecerem nossa chapa, embora insinuando que alguns votos distraídos dela nada influem sobre o resultado final.

Entretanto, se o ardil produzisse o desejado efeito, se as urnas, pela falta de coesão de nossa parte, os favorecessem, apregoariam eles *urbi et orbe*, cheio ufanta, que venceram o partido liberal, dando-o como suplantado e esmagado para sempre, com vexame para todos nós.

E dar-lhes-iam, talvez, razão, já que nos tinha faltado homogeneidade para fazermos prevalecer as avultadas forças de que dispomos.

Cuidado!

A imprensa liberal cumpre, pois, seu dever avisando seus correligionários nas vésperas da batalha que vai ferir-se.

Fazemo-lo em nome dos interesses do partido.

Apostos liberais!

Haja confiança nos chefes, dedicação partidária precisa, e o sol do dia 30 de janeiro [1882] iluminará com os seus últimos raios mais uma vitória esplêndida do partido liberal do Paraná.

Curitiba, 31 de dezembro de 1881. Assinado: (*Da Província do Paraná*)

(*Dezenove de Dezembro, 4/jan/1882*).

O resultado desta eleição foi divulgado ao longo de várias edições do jornal *Dezenove de Dezembro*, e demonstra a vitória do partido liberal, porém, com a presença de conservadores, em especial, do seu líder Dr. Manoel Eufrásio Correia.

Tabela 99 – Resultado Eleitoral para a 15ª Legislatura Provincial

Candidatos eleitos – 1º Distrito	Votos
1. Dr. José Lourenço de Sá Ribas	138
2. José Pereira dos Santos Andrade	136
3. Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho	128
4. Agostinho Antonio Pereira Alves	128
5. Comendador Ildfonso Pereira Correia	117
6. Dr. Trajano Joaquim dos Reis	112
7. Dr. Generoso Marques dos Santos	101
8. Comendador Antonio Alves de Araujo	101
9. Dr. Manoel Eufrásio Correia	98
10. Capitão Antonio Augusto Ferreira de Moura	86
11. Joaquim Antonio dos Santos	77
Candidato eleitos – 2º Distrito	
1. Dr. Justiniano de Mello e Silva	168
2. Frederico Guilherme Virmond Junior	125
3. Telêmaco Augusto Morocines Borba	118
4. Domingos Antonio da Cunha	113
5. Eugenio Ernesto Virmond	109
6. Brigadeiro Hyppolito Alves de Araujo	105
7. Augusto Lustosa de Andrade Ribas	91

8. Capitão José Mathias Miller	78
9. Barão de Guaraúna – Domingos Ferreira Pinto	52
10. Padre José Antonio de Camargo e Araujo	
11. Manoel Marcondes de Sá	

Dezenove de Dezembro, várias edições, 1882

No primeiro distrito destacam-se os liberais Dr. José Lourenço de Sá Ribas, do clã Sá Ribas, retornando à assembleia legislativa, o Dr. Generoso Marques dos Santos, também eleito deputado geral, e o comendador Antonio Alves de Araujo. Neste distrito são eleitos os conservadores Dr. Manoel Eufrásio Correia e seu sobrinho comendador Ildefonso Pereira Correia, futuro barão de Serro Azul, grande empresário ervateiro paranaense durante esta década de 1880, filho de Manoel Francisco Correia Junior, que estava presente na primeira legislatura.

No 2º distrito, tem-se a presença de alguns descendentes de alemães, mas inseridos na estrutura de poder local, principalmente por casamento, como os irmãos Virmond e a reeleição de José Mathias Miller. E os demais, não fogem à regra de serem membros de importantes famílias paranaenses, como Hyppólito Alves de Araujo, irmão do comendador Araujo, os primos padre Camargo e Manoel Marcondes de Sá, Augusto Lustosa Ferreira Ribas, filho do ex-deputado provincial brigadeiro Manoel Ferreira Ribas, e pai do futuro interventor e governador do Paraná, de 1932 a 1945, Manoel Ferreira Ribas, o Maneco Facão.

Enfim, abre-se a década de 1880, com a nova lei eleitoral, mas as mesmas famílias estarão ocupando os cargos eletivos no poder legislativo paranaense.

Os conservadores substituem seu jornal denominado *O Paranaense*, cujo último número se publicou a 4/fev/1882, pelo jornal *Gazeta Paranaense* com o primeiro número em 25/fev/1882, sob a liderança ainda do Dr. Justiniano de Mello e Silva.

Em 15/maio/1882 morre em Belém, de tifo, chefe político liberal, o paranaense Dr. João José Pedrosa, quando tinha acabado de assumir o cargo de presidente da província do Pará. Ele tinha terminado seu mandato como presidente da província do Paraná em 3/maio/1881, sendo logo depois nomeado para o cargo de inspetor da tesouraria na mesma província. A nomeação para a presidência do Pará foi festejada pelos liberais locais. O Dr. Pedrosa é um exemplo do acesso à classe dirigente através do estudo e de suas qualidades pessoais. Era filho de comerciante português em Curitiba, de numerosa prole, o que, portanto, obrigou João José Pedrosa a também trabalhar enquanto estudava. Mas, ele, por sua formação educacional, erudição, amigos de faculdade e esforço pessoal acabou entrando no núcleo duro da classe dirigente paranaense. Formou-se em Direito em São Paulo na mesma turma de Generoso Marques dos Santos, Joaquim Ignácio Silveira da Motta Junior, José Pacheco dos

Santos Lima, José de Souza Ribas, entre outros, que por serem membros das famílias dirigentes nesta província, logo após a formatura já estavam todos, inclusive o Dr. Pedrosa, nos cargos de poder nesta capital e região, e todos com passagem na assembleia legislativa provincial e vereança de suas cidades. O Dr. Pedrosa faleceu solteiro.

Três importantes padres paranaenses vêm a falecer neste ano de 1882, o padre Damaso José Correia, vigário em Castro, duas vezes deputado provincial, sendo a primeira como presidente desta casa legislativa; padre Agostinho Machado Lima, vigário em Curitiba, atuando nesta capital desde o final da década de 1850, e por três vezes deputado provincial, e padre Manoel José de Souza, vigário no litoral paranaense, uma vez deputado provincial.

Também vem a falecer no dia 7/dez/1882 o deputado provincial Joaquim Antonio dos Santos, de Morretes, tendo que ser realizada uma nova eleição no 1º distrito, para substituí-lo. Foi eleito, então, o médico em Antonina, Dr. José Justino de Mello, com 405 votos, nome sugerido pelo partido conservador. Do partido liberal recebeu votos João Manoel Ribeiro Vianna, com 242 votos. Foi uma vitória importante dos conservadores, demonstrando que esta nova lei eleitoral, com *eleitores* agora permanentes, era possível disputas mais justas.

Tabela 100 – 15ª LEGISLATURA 1882-1883

Deputado	Comissões	Idade	Partido	Residência	Ocupação
1. Antonio Alves de Araujo	Presidente	49	Liberal	Antonina	Negociante / Cargos públicos
2. Manoel Marcondes de Sá	Vice-pres.; Fazenda; COCM;	58	Liberal	Palmeira	Fazendeiro / Cargos públicos
3. José Lourenço de Sá Ribas	1º Sec.	60	Liberal	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
4. Agostinho Antonio Pereira Alves	2º Sec.	48	Liberal	Paranaguá	Negociante
5. Domingos Ferreira Pinto (Barão de Guaraúna)	2º vice-pres.	62	Liberal	Ponta Grossa	Fazendeiro
6. Hypólito Alves de Araujo	Suplente sec.; CIEOP;	?	Liberal	Palmeira	Fazendeiro
7. Joaquim Antonio dos Santos	Suplente sec.; CJFP; CM; Eclesiástica;	60	Liberal	Morretes	Negociante
8. Antonio Augusto Ferreira de Moura	Eclesiástica;	36	Liberal	Curitiba	Negociante
9. Augusto Lustosa de Andrade Ribas	-	?	Liberal	Ponta Grossa	Cargos públicos
10. Domingos Antonio da Cunha	COCM;	55	Liberal	Campo Largo	Industrial da erva mate
11. Eugênio Guilherme Virmond	Eclesiástica;	?	Liberal	Lapa	Cargos públicos
12. Frederico Guilherme Virmond Junior	Fazenda; CIEOP;	54	Liberal	Guarapuava	Fazendeiro / Cargos públicos

	CJFP; CM;				
13. Generoso Marques dos Santos	CJFP;	38	Liberal	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
14. Ildefonso Pereira Correia	-	37	Conservador	Curitiba	Industrial da erva mate
15. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho	-	35	Conservador	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
16. Padre José Antonio de Camargo e Araujo	Fazenda; CIEOP; OPC;	64	Liberal	Palmeira	Padre / Cargos públicos
17. José Mathias Miller	-	?	Conservador	Campo Largo	Cargos públicos
18. José Pereira dos Santos Andrade	-	40	Conservador	Curitiba	Negociante / Advogado / Cargos públicos
19. Justiniano de Mello e Silva	-	29	Conservador	Curitiba	Jornalista / Cargos públicos
20. Manoel Eufrásio Correia	-	43	Conservador	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
21. Telêmaco Augusto Morocines Borba	COCM;	42	Liberal	Tibagi	Cargos públicos
22. Trajano Joaquim dos Reis	CM;	30	Liberal	Curitiba	Médico
<i>Eleito em 15/mar/1883, substituindo o deputado Joaquim Antonio dos Santos, falecido em 7/dez/1882</i>					
Dr. José Justino de Mello	-	?	Conservador	Antonina	Médico

Dezenove de Dezembro, 4/out/1882; Gazeta Paranaense, 30/set/1882; CIEOP – Comércio, Indústria, Estradas e Obras Públicas; OPC – Obras Públicas e Colonização; CM – Câmaras Municipais; COCM – Contas e orçamentos das câmaras municipais;

O núcleo duro desta assembleia é composto pelo comendador Antonio Alves de Araujo e por Manoel Marcondes de Sá, que junto com o brigadeiro Hypólito Alves de Araujo, irmão do comendador Alves de Araujo e casado com a filha do Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, e Agostinho Antonio Pereira Alves (primo de Antonio e Hypólito) fecham o cerco familiar desta legislatura. E de acordo com o jornal oposicionista *Gazeta Paranaense*, o líder dos liberais nesta câmara é o padre Camargo. Todos da mesma família. E nesta intrincada rede familiar, no ano de 1878 o comendador Antonio Alves de Araujo, em suas segundas núpcias, escolheu como esposa a jovem Francisca Correia, irmã do deputado nesta legislatura, Ildefonso Pereira Correia, e sobrinha do líder conservador Dr. Manoel Eufrásio Correia.

O 1º secretário da assembleia legislativa é o experiente Dr. José Lourenço de Sá Ribas, com 60 anos. Esta eleição representa seu retorno à casa legislativa, pois teve de ficar afastado durante o período dos gabinetes conservadores da década de 1870.

O deputado Joaquim Antonio dos Santos, suplente neste “núcleo duro”, negociante em Morretes, que falece em 7/dez/1882, era sogro do ex-deputado coronel Joaquim Ventura de Almeida Torres.

Em relação à idade, o “núcleo duro” desta assembleia legislativa chama a atenção por ser um grupo bastante experiente, com mais de 50 anos, demonstrando a consolidação destes

velhos líderes. Esta será também uma característica da década de 1880 como um todo, o predomínio de “velhos” políticos.

E o mais jovem deputado provincial é o médico baiano Dr. Trajano Joaquim dos Reis, com 30 anos, que tinha chegado em Curitiba com a família em 1876. Após ser eleito deputado provincial, será eleito vereador em Curitiba em 1882, sendo o presidente da câmara. O Dr. Trajano dos Reis é mais um, dos poucos exemplos existentes, de ser eleito deputado apesar de não ter uma ligação direta com famílias tradicionais do Paraná. Seu trabalho como médico é que lhe proporcionará entrar na classe política local. Outro exemplo desta exceção é o funcionário público e jornalista Justiniano de Mello e Silva. Mas, posteriormente, ambos os filhos destes deputados irão se incorporar na intrincada estrutura familiar paranaense.

As novas regras eleitorais permitiram que os conservadores voltassem a ocupar cadeiras na câmara provincial, apesar de ser uma minoria, com seis deputados. Eles são os chefes conservadores no Paraná, começando pelo Dr. Manoel Eufrásio Correia, e despontando a liderança de seu sobrinho, Ildefonso Pereira Correia, agora residindo em Curitiba. Outro conservador é o Dr. José Pereira dos Santos Andrade, que terá longa carreira política, filho de um dos maiores ervateiros do Paraná, comendador Antonio Ricardo dos Santos. Outro é Justiniano de Mello e Silva, liderança que vem se consolidando, também por sua atuação como jornalista. O descendente de alemão José Mathias Miller, casado com a irmã de Francisco Pinto de Azevedo Portugal Filho, de Campo Largo, é uma liderança conservadora local em Campo Largo e Curitiba. E o já experiente, mas ainda jovem político, Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, que chegará a assumir a vice-presidência da província do Paraná em 1885, sendo indicado pelo Dr. Manoel Eufrásio Correia, quando os conservadores voltam ao poder no Rio de Janeiro.

Nesta legislatura foram eleitos doze novos deputados, da qual nove terão uma única participação na assembleia, e os outros três, apenas atuarão em mais uma legislatura. Isto demonstra que a rotatividade entre os deputados continua, mas um núcleo duro, de lideranças partidárias e familiares, muito bem articulada, acaba sempre controlando a casa legislativa paranaense.

O deputado Telêmaco Borba é representante de uma família bastante ativa por desbravarem os “sertões” do Paraná. Ele mesmo, quando jovem, foi administrador do aldeamento indígena de São Pedro de Alcântara; percorreu o interior do Paraná, chegando às cachoeiras de sete quedas e Santa Maria do Iguassú; durante a década de 1880 será vereador em Tibagy. Como deputado provincial será sua única participação. Mas, na República será

eleito sete vezes como deputado estadual. Ele, que durante a revolução federalista apoiou os maragatos, e com a derrota destes, terá de se exilar para não ser julgado, assim como muitos outros políticos paranaenses. Após a anistia, então, retorna ao Paraná, participando novamente das atividades como deputado estadual.

Quanto às comissões da assembleia legislativa os conservadores não assumiram nenhuma delas, cabendo a eles apenas o papel de oposição.

As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial, 1882 e 1883

A instalação da 15ª assembleia legislativa provincial aconteceu dia 01/out/1882 e contou com o discurso de abertura do presidente da província do Paraná o Dr. Carlos Augusto de Carvalho¹⁵⁷, que tomou posse em 06/mar/1882. No início de seu mandato realizou viagens por toda a província, para melhor conhecê-la, inclusive ganhou, em sua homenagem, o nome de um dos mais belos viadutos da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, o viaduto Carvalho, na qual visitou em 1/abr/1882. Ficará no cargo até 26/maio/1883.

Após a instalação da assembleia legislativa o Dr. Carlos Augusto de Carvalho teve de enfrentar o protesto dos deputados conservadoras, quando em seu primeiro discurso, fez homenagem aos dois liberais falecidos, o Dr. João José Pedrosa e o Dr. Rodrigo Octávio de Oliveira Menezes (ex-presidentes da província do Paraná), inclusive utilizando de recursos públicos para as exéquias do Dr. Pedrosa. Isto provocou, por parte dos conservadores descontentamento, pois queriam que este também mencionasse o falecimento do conservador Dr. Lamenha Lins, o que não foi feito por parte do Dr. Carlos de Carvalho. O jornal *Gazeta Paranaense* explorou muito o tema deste primeiro embate na assembleia legislativa, inclusive retomando os erros administrativos do ex-presidente da província Dr. Rodrigo Octávio, como o de ter comprado terras da família Marcondes de Palmeira, para estabelecer a colonização russo-alemã, e que acabou sendo um desastre, devido a possível “qualidade” da terra, não apta aos trabalhos agrícolas, e dos próprios colonos não se adaptarem ao local. Enfim, conservadores e liberais irão estar nesta década em acirradas disputas.

Tabela 101 – LEIS APROVADAS EM 1882

¹⁵⁷ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná, por ocasião da instalação da 1ª sessão da 15ª legislatura, no dia 1 de outubro de 1882, pelo presidente da província, Dr. Carlos Augusto de Carvalho. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1882MFN836.pdf> (Acesso em 15/set/2013).

Nº	Lei	Data
677	Fixa o subsídio dos membros da assembleia provincial para a legislatura de 1884 a 1885. Será de 10\$000 diários; despesas de vinda e volta dos membros que residem fora da capital será de 2\$000 por seis mil seiscientos e seis metros; Subsídio aos 22 deputados provinciais: 13:200\$000; indenização para despesas de viagens: 1:260\$000 – Total: 14:460\$000;	21/out/1882
678	Aprovado o ato de 14/abr/1882 pelo qual a presidência criou um Curso Mercantil em Paranaguá	25/out/1882
679	Fixando a força policial para o exercício de 1882 e 1883, com 6 oficiais, 183 praças e 18 músicos	27/out/1882
680	Elevando à categoria de vila a freguesia do Serro Azul	27/out/1882
681	Criando uma freguesia com a denominação de Thomasina no município de S. José da Boa Vista	27/out/1882
682	Autorizando a câmara municipal do Rio Negro a vender uma casa de sua propriedade	27/out/1882
683	Aprovando o ato da presidência de 6/maio/1882 pelo qual foi concedido privilégio por 50 anos ao engenheiro João Gonçalves de Araujo e a Antonio da Costa Borlido para a construção de uma estrada de ferro de Antonina à ex-colônia do Assunguy	31/out/1882
684	Autorizando a câmara municipal da capital a contrair um empréstimo até a quantia de 100 contos de réis para consolidar a sua dívida	3/nov/1882
685	Elevando à categoria de cidade a vila de Campo Largo	6/nov/1882
686	Autorizando o governo da província a mandar pagar a Manoel Francisco Pombo [pai do escritor José Francisco da Rocha Pombo] a quantia a que tiver direito como professor contratado do povoado de Barreiros	6/nov/1882
687	Decreto: posturas municipais de Jaguarihyva	9/nov/1882
688	Garantindo o juro de 7% ao ano, ao 1º estabelecimento bancário que for criado na província	10/nov/1882
689	Decreto: posturas municipais de Curitiba	10/nov/1882
690	Decreto: posturas municipais de Ponta Grossa	11/nov/1882
691	Decreto: posturas municipais de Tibagy	11/nov/1882
692	Autorizando o governo a regular a concessão de estradas de ferro e trans ways de tração animada ou mecânica	13/nov/1882
693	Determinando que a contar de 1883, o ano financeiro comece em 1º de janeiro e termine em 31 de dezembro.	15/nov/1882
694	Autorizando o governo a promover exposição de animais nascidos na província, úteis ou necessários à agricultura	18/nov/1882
695	Determinando que a desapropriação por utilidade provincial ou municipal tenha lugar nos mesmos casos dos decretos números 353 de 12/jul/1845 e 816, de 10/jul/1855	18/nov/1882
696	Autorizando o governo a conceder a subvenção anual de 1:200\$000 ao pastor protestante Augusto Boecker em quanto mantiver a escola mista de instrução primária que fundou nesta capital	18/nov/1882
697	Criando uma freguesia no lugar denominado Assunguy de Cima	18/nov/1882
698	Revogando o art. 3 da lei n.º 3 de 1/ago/1854, para ser observado o art. 170, do decreto n.º 8.213, de 13/ago/1881 (sobre os dias de reunião do Legislativo)	18/nov/1882
699	Determinando que o imposto da décima urbana criado pelo art. 2 § 5 da lei n.º 19, de 18/set/1854 denomina-se imposto predial	18/nov/1882
700	Autorizando o estabelecimento de uma barreira na estrada que da capital se dirige à vila do Assunguy	20/nov/1882
701	Autorizando a comissão de loterias da província a alterar o respectivo plano	20/nov/1882
702	Estabelecendo as divisas entre os municípios de Votuverava e Arraial Queimado	20/nov/1882
703	Decreto: posturas municipais de Campo Largo	20/nov/1882
704	Autorizando a construção de uma ponte de pedra e cal sobre o rio Iapó na cidade de Castro	23/nov/1882
705	Autorizando o pagamento de 1:000\$000, a Raphael Antunes dos Santos e Jorge Doepfer como indenização dos prejuízos que sofreram na construção da ponte sobre o rio da Várzea, entre os municípios da Lapa e Rio Negro	23/nov/1882
706	Autorizando a execução do ato de 31/maio/1882 pelo qual a presidência ordenou a mudança da agência fiscal do Rio Preto para o Ribeirão da Lança e autorizando a transferência do registor da Encrusilhada para o lugar denominado Rancho dos Buracos	24/nov/1882

707	Desmembrando o quarteirão do Serro Negro da freguesia de Curitiba e o de Itaperussu da de Pacutuba e anexando o primeiro e esta última e o segundo à de Votuverava	25/nov/1882
708	Criando uma freguesia no lugar denominado Ambrosios, município de S. José dos Pinhais	25/nov/1882
709	Criando uma freguesia no lugar denominado S. Jerônimo, município de Tibagy	27/nov/1882
710	Dividindo em 36 quartas o produto dos impostos arrecadados nas barreiras do litoral em virtude da lei n.634, de 18/mar/1881	28/nov/1882
711	Decreto: posturas municipais de Curitiba	29/nov/1882
712	Autorizando o governo da província a reformar o ensino público	30/nov/1882
713	Autorizando a concessão de privilégio por 20 anos para a construção de um matadouro público na cidade de Guarapuava	30/nov/1882
714	Fixando a despesa e orçando a receita da província para o ano de 1883. Total de Rs 796:966\$263; para a Assembleia provincial, 14:460\$000, e mais para a secretaria da Assembleia, 7:140\$000	4/dez/1882
715	Decreto: posturas municipais de Guarapuava	4/dez/1882
716	Decreto: Fixando a despesa e orçando a receita das câmaras municipais da província durante o ano de 1883	4/dez/1882
717	Desmembrando o termo da Palmeira da comarca de Campo Largo e anexando-o a de Ponta Grossa	9/dez/1882
718	Decreto: posturas municipais de Paranaguá	14/dez/1882
719	Decreto: posturas municipais de S. Antonio de Imbituva	14/dez/1882

Leis e decretos da província do Paraná, Tomo XXIX, Curytiba, Typ. Perseverança, de J.F.Pinheiro, 1882.

As leis aprovadas em 1882 referem-se aos orçamentos da província, à educação, com a reforma no ensino, com a lei n.º 712, força policial, a criação do município de Serro Azul e demais freguesias, posturas municipais, impostos e a sinalização da criação de um estabelecimento bancário. A lei n.º 714, fixando o orçamento da província, exigirá por parte do governo a instituição de um novo imposto sobre o comércio, o que acabou provocando um episódio de revolta e desordem na capital paranaense, no ano seguinte, a conhecida “revolta do vintém” do Paraná. Quanto às estradas de ferro foi concedida uma concessão de construção até a localidade de Serro Azul, mas que não se consolidou; e quanto a estrada de ferro Paranaguá-Curitiba, no dia 10/jan/1882 foi trocado o diretor geral, engenheiro chefe, o italiano Antonio Ferrucci pelo mineiro engenheiro João Teixeira Soares, que dará impulso às obras mais complexas da ferrovia e aumentando o número de funcionários de 4 mil para 9 mil operários, “dos quais a metade na cama, atacados pela malária ou outras doenças”. E não se podia empregar mão de obra escrava neste empreendimento¹⁵⁸.

O fato mais relevante da administração do Dr. Carlos Augusto de Carvalho foi a de enfrentar a fúria dos comerciantes curitibanos frente ao novo imposto sobre vendas ou de patente, instituído pelo regulamento de 29/jan/1883, que previa, a arrecadação de 1,5% sobre

¹⁵⁸ Informações de Luiz Carlos Pereira Tourinho, *in*: Rede Ferroviária Federal S.A., Edição Comemorativa do Centenário da Estrada de Ferro do Paraná, (1985, p.140-141); No dia 17/nov/1883 inaugura-se o trecho Paranaguá-Morretes; no dia 26/jun/1884 inaugura-se a gigantesca ponte metálica São João, com a comitiva convidada pelo engenheiro chefe Dr. João Teixeira Soares.

mercadorias vendidas no comércio, com multas altas e punições àqueles que se recusassem a pagar ou mesmo em “mostrar seus livros” de contabilidade. A partir de 24/fev/1883, quando foi publicado oficialmente o ato do novo imposto, então, o jornal da oposição, *Gazeta Paranaense*, publicava notas sobre a organização dos comerciantes, em todas as suas edições, sempre contrária ao ato administrativo do Dr. Carlos Augusto de Carvalho. Interessante que o jornal oficial *Dezenove de Dezembro*, em nenhum momento publicou nada sobre os fatos, como se nunca tivesse ocorrido tal revolta nesta província e em especial, em Curitiba.

Os comerciantes de Curitiba reuniram-se sob a liderança de Fermino Baptista do Nascimento, presidente da comissão do comércio na capital, e tendo a ajuda do advogado Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro, na qual lançaram um manifesto contra o novo imposto, inclusive propondo fechar as portas dos comércios no dia em que o imposto fosse cobrado e só abrissem novamente frente ao parecer do presidente do conselho dos Ministros, do Rio de Janeiro. E mesmo se o parecer proveniente da Corte fosse favorável ao novo imposto, os comerciantes paranaenses buscariam outras formas a se oporem a esta cobrança (*Gazeta Paranaense*, 3/mar/1883). No dia 21/mar/1883 o jornal publica artigo que ataca ferozmente o presidente da província Dr. Carlos Augusto de Carvalho e ainda o Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, o comendador Antonio Alves de Araujo e o coronel Pereira Alves, os três da mesma família, finalizando que eles “querem transformar a província do Paraná em uma colônia muito lucrativa para S.S. S.S. e os aderentes. *Assinado por Epaminondas*”. Vê-se, com isto, que os ataques eram também aos líderes liberais.

No dia 27/mar/1883 o decreto do novo imposto foi afixado nas repartições públicas para o início de sua cobrança. E como resposta, os comerciantes de Curitiba e de outras cidades do Paraná fecharam as portas. Em contrapartida o governo provincial pôs em prontidão sua guarda policial. Nas ruas de Curitiba juntavam-se cerca de 500 a 600 pessoas, de acordo com o jornal *Gazeta Paranaense*, para ouvir os discursos inflamados do Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro pela suspensão do imposto. Portanto, além dos comerciantes agora se mobilizava também a população curitibana. No dia 30/mar/1883, quarto dia de paralizações em Curitiba, uma comissão do comércio, com a intermediação do Dr. Manoel Eufrásio Correia, líder conservador, e o governo do Paraná, buscaram negociar uma saída ao impasse. Neste dia muitos soldados faziam o cerco aos lugares públicos, protegendo-os. Dentro e fora do salão Lindemann, na rua São Francisco, centro de Curitiba, local de reuniões da comissão dos comerciantes, muita gente estava presente. Após seis horas de reunião com o presidente da província, não houve acordo entre os comerciantes e o governo paranaense. Com isto, Dr.

Manoel Eufrásio Correia anuncia, no salão Lindemann, da impossibilidade, naquele momento, de um acordo, o que provocou a dispersão do povo (cerca de mil pessoas de acordo com o jornal) e o que levou com que os manifestantes já dentro do salão Lindemann começassem a quebrar coisas e lá fora, inicia-se a quebra de locais públicos e particulares sendo estes apedrejados. Assim descreve o jornal *Gazeta Paranaense*:

(...) Depois de dissolvida a comissão e a vista do resultado pouco satisfatório das conferências entre o dr. Euphrasio [Manoel Eufrásio Correia] e o governo da província, operou-se no seio da multidão um movimento de desordem; e debaixo de sinais de gritos e de um barulho estrondoso rompeu o tumulto e a anarquia, e o povo em massa, que ocupava o salão despejou-se pelas portas e janelas do edifício e foi um momento para ocupar toda a rua de S. Francisco na parte compreendida entre o Club Curitybano e a Igreja da Ordem 3^a.

Apareceu, então, a desordem completa.

O Sr. Lindemann apagou os lampeões que davam claridade ao salão. A isto sucedeu dispararem-se diversos tiros de revolver dentro do edifício. Foi, então, que a onda maior do povo despejou-se para rua debaixo de uma gritaria tumultuosa.

Avançaram logo com pedras e pauladas para a casa da residência do dr. Generoso Marques, que encontrando fechada, inutilisaram todas as vidraças, algumas janelas e portas.

Os lampeões da iluminação pública produziram explosões com as pedradas que recebiam vindas do centro da massa do povo. Este tumulto na frente da casa do dr. Generoso durou aproximadamente 10 minutos.

Completamente estragadas as vidraças da casa do dr. Generoso, a multidão subia a rua de S. Francisco e de passagem inutilizou as vidraças da casa do dr. José Lourenço, de ambas as frentes do edifício.

Dirigiu-se, daquela massa até então compacta, já subdividida, parte para a casa da residência do tenente coronel Benedicto Enéas, em frente da do dr. José Lourenço, e também a pedradas e cacetadas inutilizaram os vidros das vidraças e tentaram forçar a casa; tendo a outra parte descido a rua Fechada até a esquina do sr. Choriol e aí se dispersado.

(...) Nessa ocasião vieram algumas pedras quebrar alguns vidros das vidraças da Tesouraria. (...) (*Gazeta Paranaense*, 5/abr/1883, p.3, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=242896&pasta=ano%20188&pe sq=> - Acesso 15/set/2013).

A polícia dispersou com violência os revoltosos, resultando na morte de um rapaz e com a prisão de dez “estrangeiros”, todos “alemães” colonos e carroceiros que, de acordo com o jornal opositor, apenas voltavam para casa¹⁵⁹.

Este fato de “desordem pública” em Curitiba foi mencionado pelo próprio imperador D. Pedro II, por ocasião de seu pronunciamento na abertura da assembleia geral em 3/maio/1883, tal foi sua repercussão.

Apedrejar a casa dos líderes liberais Dr. Generoso Marques dos Santos (deputado provincial e geral), do seu sogro coronel Benedicto Enéas de Paula e do Dr. José Lourenço de Sá Ribas (deputado provincial e 1º secretário da assembleia legislativa) pode significar a

¹⁵⁹ Conferir também NEGRÃO, (1949, p.161). O rapaz morto seria H. Hannemann, de 19 anos, de Joinvile.

revolta contra estes políticos liberais que apoiaram e aprovaram a lei do novo imposto, ou então, uma estratégia do próprio jornal conservador de buscar depreciar a imagem dos líderes liberais. O fato é que suas casas foram alvos dos manifestantes, bem como o prédio da tesouraria do governo. Posteriormente, o mesmo jornal, posiciona-se contra tais atos de desordem, culpa “alguns escravos” enviados (sem dizer por quem) para tais arruaças, como aqueles que teriam provocado os apedrejamentos, e em outras edições, culpa “garotos” arruaceiros¹⁶⁰. E sai em defesa dos “alemães” presos, tido como uma injustiça por parte da polícia paranaense. O chefe de polícia era o Dr. Augusto Lobo de Moura Filho; e o delegado em Curitiba, nomeado em 29/mar/1883, era Franklin do Rego Rangel, ambos também criticados pelo jornal oposicionista.

A presença do líder liberal Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro em favor dos “revoltosos” é sinal de que ele próprio estava sendo relegado pelo seu partido político, sendo claramente substituído pela força do Dr. Generoso Marques dos Santos, como visto na última eleição para deputado geral. Dr. Sérgio de Castro volta às suas atividades como advogado, mas em junho deixa Curitiba e vai passar um tempo em sua terra natal, Iguape, São Paulo.

Enfim, o imposto foi revisto após convocação extraordinária da assembleia legislativa provincial¹⁶¹; e apenas foi reprimido e preso dez “alemães”, o que levou, inclusive, a diplomacia alemã buscar informações sobre o fato. E quanto aos líderes da comissão do comércio da capital e seu advogado foram todos acusados de sedição, mas não foram presos, muitos por conseguirem *habeas corpus*.

¹⁶⁰ Em relação à questão do ideal de “ordem” e combate a “desordem” no Brasil, conferir MATTOS (1990); e ainda os *relatórios dos presidentes da província*, que também, sempre buscam apresentar o tema aos deputados provinciais. Na mesma edição do jornal *Gazeta Paranaense*, em que contou como foi à desordem em Curitiba, na primeira página há um texto publicado pelo “Comércio” com o título “Ao país e à província” na qual condena e lamenta profundamente as cenas de vandalismo e sangue, “que se deram ontem nesta capital”, e que a comissão do comércio sempre aconselhou prudência e respeito à ordem e à paz pública, por isso, a comissão se desfaz, e responsabiliza o governo pelo ocorrido. Assinam o texto: Sérgio Francisco de Souza Castro, Fermino Baptista do Nascimento, Antonio Martins Franco, Rodrigues & Filho, José Hauer, Julio Camillo Belache, José Joaquim T. Ramos, Felipe Tod (*Gazeta Paranaense*, 5/abr/1883). Na próxima edição de 12/abr/1883 também o jornal continuava a condenar o vandalismo que ocorreu em Curitiba, mas continua a criticar o governo do Dr. Carlos Augusto de Carvalho e seus comparsas (provavelmente os mesmos citados em edição de 21/mar/1883). E quando foi anunciada a saída do Dr. Carlos de Carvalho, o jornal oposicionista continuou a criticar ferozmente o administrador, inclusive atacando também, e novamente, a família Marcondes. Com o título *Tristes Legados*, o jornal acusa que uma das causas da ruína financeira da província do Paraná, ampliada pelo Dr. Carvalho, é ainda ter de pagar as contas das terras compradas da família Marcondes nos Campos gerais, para a malfadada colonização russa nesta região. De um empréstimo de 700 contos do Banco do Brasil, mais 200 contos foram para a família Marcondes e, ainda, 7 contos mensais destinados ao cunhado do Dr. Marcondes para a conservação da estrada da Graciosa, e alguns contos de réis ao sr. Manoel Marcondes para a estrada de Guarapuava, mas em ambas, nada se tem feito (*Gazeta Paranaense*, 19/maio/1883).

¹⁶¹ Esta convocação extraordinária da assembleia legislativa provincial foi algo inédito.

Dias antes da revolta, o jornal *Gazeta Paranaense* publicou um artigo, no item *correspondência*, provinda da localidade de Morretes, bastante interessante sobre o novo imposto, na qual dizia que quem realmente iria pagá-lo, independente se fosse aprovado ou não, seria o “Zé Povinho”.

(...) A minha opinião sobre o tal imposto, venha ele do legal ou do absurdo, é que o comércio é que não tem razão alguma em andar fazendo questão sobre ele, porque, afinal de contas, quem há de vir a pagá-lo há de ser o Zé Povinho que, para não andar nu, nem descalço, nem com fome, pagará três ou quatro vezes mais esse imposto pelo gênero que comprar.

E se não... apelo para a consciência do comércio...

Quem vem a pagar o imposto não será, pois, o comércio e sim o povo que está sujeito ao seu absolutismo. O comércio compra para tornar a vender e não vende senão pelo que lhe convém. Quando o freguês leva-lhe a fazenda deixa-lhe o dinheiro que ela lhe custou, inclusive a condução, os direitos que por ela pagou e algum lucro que é o seu objetivo. O povo, porém, compra porque tem precisão de comprar, com o único interesse de matar a fome, tornar-se decente e satisfazer os vícios. Barato ou caro ele não pode prescindir desses objetos, dessas mil e uma necessidades pelas quais a nossa existência e a nossa condição social estão constantemente bradando.

Eu não sou contra os impostos e até os acoroçou desde que eles sejam para reverter em nosso benefício. (...)

O que devemos desejar é que o governo saiba dar bom destino ao erário público, distribuindo com igualdade e justiça tudo aquilo que for de direito comum.

Até breve. (Correspondência – Morretes, 24/fev/1883, *Gazeta Paranaense*, 3/mar/1883).

Estes “conselhos” de um anônimo de Morretes¹⁶², num primeiro momento foram esquecidos pelos líderes do comércio, talvez por se tratar também de uma luta política, mas como a desordem tomou conta das ruas, logo se resignaram ao imposto, e assim, quem pagou a conta foi, realmente, o “Zé povinho”.

Após a revolta, a saída do Dr. Carlos Augusto de Carvalho não demorou a acontecer, entretanto, o jornal oficial *Dezenove de Dezembro*, apenas trouxe elogios à sua administração, e seu cargo foi passado ao vice-presidente comendador Antonio Alves de Araujo, que também era presidente da assembleia legislativa.

Com a posse do comendador Antonio Alves de Araujo como vice-presidente da província do Paraná, ele convocou extraordinariamente a assembleia legislativa provincial para funcionar entre os dias 8 a 23 de julho, “a fim de tomar providências sobre o estado financeiro da mesma província” (*Dezenove de Dezembro*, 28/maio/1883). E no dia 8/jul/1883 foi realizada as atividades extraordinárias da assembleia legislativa, com o objetivo de

¹⁶² É provável que estas *correspondências* de cunho crítico publicadas em várias edições do jornal *Gazeta Paranaense* sejam de autoria do jovem morretense José Francisco da Rocha Pombo. Neste mês de março, Rocha Pombo muda-se para Castro, lançando o jornal *Ecos dos Campos*. Posteriormente, agora a partir da cidade de Castro, as *correspondências* voltaram a ser publicadas na *Gazeta Paranaense*. Também o jornal *Dezenove de Dezembro*, em 1885, em uma coluna chamada *correspondências*, utilizava a expressão *Zé povinho*.

resolver o problema provocado pelas manifestações dos comerciantes curitibanos e de toda a província. Foram, então, aprovadas novas posturas municipais para Curitiba e alteração do orçamento provincial para o corrente ano, com cortes nos gastos e a revisão de quanto cobrar do chamado imposto comercial (*Gazeta Paranaense*, 24/jul/1883).

O republicanismo e o abolicionismo no Paraná

Em Paranaguá, no dia 7/jul/1883, publica-se o primeiro jornal de cunho republicano, o *Livre Paraná, Echo Republicano*, sendo redator chefe Fernando Machado de Simas, que já publicava o jornal *Imprensa Livre*. A questão republicana será outro tema que mobilizará, aos poucos, os interesses dos políticos paranaenses.



Mas um ponto que vinha tomando força na sociedade paranaense eram os movimentos em prol da emancipação dos escravos. Em 26/ago/1883, na residência do Sr. Joaquim José Belarmino Bittencourt aconteceu uma reunião da sociedade “Emancipadora paranaense”, com “conferência abolicionista” do Sr. Pau Brazil, e a publicação de seu estatuto (*Dezenove de Dezembro*, 12/set/1883). Assinaram este estatuto o comendador Antonio Alves de Araujo, eleito presidente desta sociedade, Joaquim José Belarmino Bittencourt, vice-presidente, Antonio Ricardo do Nascimento, secretário, Dr. Manoel Euphrasio Correia, orador, João Baptista Ribeiro, tesoureiro e Augusto de Assis Teixeira, procurador. É interessante a união de chefes liberais com chefes conservadores nesta sociedade. A família Alves de Araujo, bem como a família Correia e Guimarães irão, aos poucos, emancipando seus escravos, por vezes, exigindo as indenizações devidas ao ato, por parte do governo.

Uma nova sociedade emancipadora surge liderada também por mulheres, a “Libertadora do Paraná”. Faziam parte dela Maria Amélia de Almeida Queiroz, Anna Braga de Matos, Januaria Westphalen, Amélia Etelvina Coelho, Anna Lagos, entre outras.

E também, senhores e senhoras de escravos iam libertando “suas propriedades”, sendo publicados os nomes nos jornais locais. Como exemplo, no dia 12/fev/1883, o barão de Campos Gerais, David dos Santos Pacheco (ex-deputado provincial) em sinal de regosijo pelo aniversário de sua neta Maria Rosa, filha do conselheiro Dr. Manoel Alves de Araujo, deu liberdade à sua escrava de nome Antonia (*Dezenove de Dezembro*, 19/fev/1883). Os exemplos, neste sentido, serão inúmeros.

No dia 1/out/1883 foi dada a abertura da 2ª sessão da assembleia legislativa provincial já pelo novo presidente da província do Paraná Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello¹⁶³. Este destacou em seu discurso a crise pela qual a província paranaense passava e da necessidade de se enfrentá-la.

Tabela 102 – LEIS APROVADAS EM 1883

Nº	Lei	Data
720	Decreto: posturas municipais de Curitiba	21/jul/1883
721	Alterando a lei do orçamento provincial para o ano financeiro de 1883	23/jul/1883
722	Interpretando o art. 2 § 4 da lei n.º 721, acima.	6/out/1883
723	Decreto: Alterando o regimento interno da assembleia legislativa provincial	9/out/1883
724	Regulando a cobrança da taxa itinerária na barreira da estrada da capital à vila do Assunguy	10/out/1883
725	Modificando o art. 25 do Regulamento de 2/maio/1883	13/out/1883
726	Decreto: posturas municipais de Curitiba	13/out/1883
727	Decreto: posturas municipais de Curitiba	15/out/1883
728	Decreto: posturas municipais de S. José da Boa Vista	15/out/1883
729	Decreto: posturas municipais de Curitiba	16/out/1883
730	Destinando 80% do rendimento do imposto predial do município da capital à iluminação pública e 20% à instrução pública a começar do exercício de 1884	28/out/1883
731	Criando uma cadeira do sexo masculino no Butiatuba, na freguesia do Pacutuba	19/out/1883
732	Autorizando a construção de uma balsa grande no passo do Rio Negro, na vila do mesmo nome	19/out/1883
733	Fixando a força policial da província para o exercício de 1884, com 4 oficiais e 112 praças. Ficando o governo autorizado, quando o serviço público o exigir, a mandar engajar até 34 praças	19/out/1883
734	Mandando as câmaras municipais construir casas escolares nas sedes de seus municípios	22/out/1883
735	Decreto: posturas municipais de Curitiba	23/out/1883
736	Decreto: posturas municipais de Curitiba	23/out/1883
737	Autorizando o presidente da província a conceder um ano de licença com todos os vencimentos ao chefe de secção da Secretaria do Governo, Ernesto de Moura Brito ¹⁶⁴ para tratar de sua saúde.	25/out/1883
738	Estabelecendo as divisas entre os municípios do Assunguy e Castro	25/out/1883
739	Decreto: posturas municipais de Ponta Grossa	25/out/1883
740	Fixando a taxa sobre veículos que passarem pela barreira da estrada da capital à vila do Assunguy	30/out/1883
741	Fixando a taxa sobre carros que passarem pela ponte do Iguassú, na estrada da capital à cidade da Lapa	30/out/1883
742	Concedendo um crédito de 30:000\$ em benefício das obras da matriz de Antonina	30/out/1883
743	Concedendo um crédito suplementar de 334\$ para pagamento de despesas por conta do § 7 do art. 1 da lei n. 721, de 23/jul/1883	31/out/1883
744	Criando uma escola promiscua em cada um dos bairros da Faisqueira, Jacarehy e Figueira do Braço, no município de Antonina	31/out/1883
745	Criando uma escola promiscua na ex-colônia Zacarias, em S. José dos Pinhais	31/out/1883
746	Criando uma cadeira do sexo feminino em S. Antonio do Imbituva, convertendo a	31/out/1883

¹⁶³ Relatoria apresentado à assembleia legislativa do Paraná por ocasião da instalação da 2ª sessão da 15ª legislatura, no dia 1/out/1883, pelo presidente da província, o Exmo. Sr. Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1883MFN843.pdf> (Acesso em 15/set/2013).

¹⁶⁴ Ernesto de Moura Brito era genro do tenente coronel Floriano Berlintes de Castro, *eleitor* em Curitiba. Faleceu em Curitiba em 20/jun/1884.

	promíscua em outra do sexo masculino e criando uma do mesmo sexo no Batel, distrito da capital	
747	Criando uma escola promíscua na freguesia de Thomasina	7/nov/1883
748	Decreto: posturas municipais de Guarakessaba	7/nov/1883
749	Criando uma escola do sexo masculino em Piraquara, município de S. José dos Pinhais	8/nov/1883
750	Decreto: Concedendo permissão a Willian Withrs para abater no matadouro do estabelecimento que possui nesta capital o gado necessário ao exercício de sua indústria de conserva de carnes verdes	8/nov/1883
751	Decreto: posturas municipais de Imbituva	9/nov/1883
752	Decreto: posturas municipais da Lapa	9/nov/1883
753	Autorizando a prorrogação por mais um ano da licença em que se acha o 2º escriturário do tesouro provincial Francisco de Salles Pereira	13/nov/1883
754	Autorizando a concessão de privilégio para a construção de uma linha de bondes de Antonina a Morretes	15/nov/1883
755	Autorizando a prorrogação dos prazos de que trata a cláusula 26ª do privilégio do engenheiro João Gonçalves de Araujo e Antonio Costa Borlido e igual concessão ao engenheiro Diogo Rodrigues de Vasconcellos e comendador João Frederico Russel para a apresentação dos estudos da estrada de ferro do Arraial Queimado ao Piraquara	16/nov/1883
756	Fixando as divisas entre os municípios de Tibagy e Pirahy	17/nov/1883
757	Autorizando a abertura de um crédito de 2:230\$000 a verba “conservação e reconstrução da estrada da Graciosa do corrente exercício”	19/nov/1883
758	Criando uma escola do sexo masculino em cada um dos bairros do Amparo, Serrado e Coqueiro, da paróquia do Tibagy	19/nov/1883
759	Concedendo autorização à Câmara municipal de Paranaguá, para extrair cinco loterias em benefício das obras do respectivo cemitério público	24/nov/1883
760	Autorizando a abertura de um crédito de 2:000\$000 para o pagamento do auxílio com que concorre a província para a conclusão do serviço do encanamento no beco do Ébano	24/nov/1883
761	Autorizando o governo da província a estabelecer barreiras nas estradas que se prestarem a rodagem	24/nov/1883
762	Elevando à categoria de vila a freguesia da Campina Grande	26/nov/1883
763	Autorizando o governo da província a promover a cultura do trigo na província por meio de auxílio a uma empresa	27/nov/1883
764	Decreto: posturas municipais de Curitiba	27/nov/1883
765	Determinando que a reunião da assembleia provincial em 1884 seja no dia 15/set/1884	29/nov/1883
766	Criando uma escola promíscua no lugar denominado Três Córregos, município da Campo Largo	30/nov/1883
767	Fixando as divisas dos municípios de Guarapuava e Conchas e de Palmeira e Campo Largo	30/nov/1883
768	Estabelecendo regras para a cobrança do imposto de trânsito na estrada de ferro de Curitiba a Paranaguá	30/nov/1883
769	Fixando a despesa e orçando a receita da província no ano de 1884, de 799:569\$263; para a Assembleia provincial, 14:680\$000 para os deputados e 6:360\$000 para a secretaria da Assembleia	1/dez/1883
770	Decreto: Fixando a despesa e orçando a receita das câmaras municipais para o ano de 1884	4/dez/1883
771	Decreto: posturas municipais de Conchas	24/dez/1883
772	Decreto: posturas municipais de Palmas	24/dez/1883

Leis e decretos da província do Paraná, Tomo XXX, Curitiba, Typ. Perseverança, de J.F.Pinheiro, 1883.

As atividades legislativas terminaram dia 30/nov/1883. Das leis aprovadas, a questão dos impostos e posturas municipais de Curitiba foram as primeiras a serem revistas pelos deputados provinciais, para minimizar os fatos ocorridos na capital paranaense. As demais leis, aprovadas a partir de outubro, versam sobre educação, divisão municipal, posturas,

orçamento, funcionários públicos. E que a próxima reunião dos novos deputados provinciais aconteceria em 15/set/1884.

Composição da 16ª Assembleia Legislativa Provincial, 1884 e 1885. Liberais X

Conservadores

A eleição foi convocada para 25/dez/1883, em 1º escrutínio, continuando ainda o Paraná dividido em dois distritos. Os liberais serão liderados pelo Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, que não é candidato, mas articula a vitória liberal. Do lado da oposição encontra-se o Dr. Manoel Eufrásio Correia.

Tabela 103 – Resultado Eleitoral para a 16ª Legislatura Provincial

Candidatos eleitos – 1º Distrito	Votos
1. Dr. José Lourenço de Sá Ribas (L)*	112
2. Generoso Marques dos Santos (L)*	106
3. Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho (C) *	101
4. João Manoel Ribeiro Vianna (L)*	100
5. Dr. Manoel Francisco Correia Junior (C)*	95
6. Dr. José Justino de Mello (C)*	94
7. Dr. José Pereira dos Santos Andrade (C)*	93
8. Dr. Manoel Eufrásio Correia (C)	244
9. Dr. Emygdio Westphalen (L) (DIS.)	235
10. José Gonçalves de Moraes (C)	214
11. Cônego José Jacintho de Linhares (L)	199
Joaquim Ventura de Almeida Torres (DIS.)	31
João Tobias Pinto Rebello (L)	22
Eduardo Augusto de Vasconcellos Chaves (C)	10
Augusto Stelfeld (DIS.)	4
Coriolano Silveira da Motta (C)	1
Costa Pinto (C)	1
Candidato eleitos – 2º Distrito	
1. Benedicto Pereira da Silva Carrão (C)*	107
2. Conselheiro Manoel Alves de Araujo (L)*	105
3. Jorge Marcondes de Albuquerque (L)*	96
4. Padre José Antonio de Camargo e Araujo (L)*	95
5. Major Domingos Antonio da Cunha (L)*	91
6. Dr. Tristão Cardoso de Menezes (L)	78
7. João Baptista Lustosa Ribas (C)	190
8. Hypólito Alves de Araujo (L)	179
9. Domingos Ferreira Maciel (C)	167
Eugenio Virmond (L)	153
10. Luiz Daniel Cleve (L)	143
11. Frederico Virmond (L)	141
José Francisco da Rocha Pombo (C) (<i>excluído</i>)	89
José Mathias Miller (C)	51
Sérgio Francisco de Souza Castro (L)	21
Pedro Ferreira Maciel	13

Dezenove de Dezembro, 24/jna/1884; Gazeta Paranaense, 5/jan/1884. C – Conservador; L – Liberal; DIS. – Dissidente (considerados pelo jornal como dissidentes do partido conservador);

* Eleitos no primeiro escrutínio.

Compareceram neste primeiro momento 502 conservadores, 361 liberais e 100 dissidentes, num total de 963 eleitores, de acordo com o jornal conservador. Entretanto, como visto, dois anos depois de aprovada a Lei Saraiva, o número de eleitores do Paraná vinha crescendo substancialmente. O quociente necessário para ser eleito ficou em 87 votos. Entram em 2º escrutínio, nesta eleição, os candidatos que obtiverem menos de 87 votos. A eleição do 2º escrutínio aconteceria dia 12/fev/1884.

O 1º escrutínio mostra a vitória dos liberais, em especial no 2º distrito, local de influência direta do Dr. Jesuino Marcondes. Os conservadores conseguem mais votos no 1º distrito, graças ao litoral e ao Dr. Manoel Eufrásio Correia, líder deste partido residindo em Curitiba.

O fato polêmico desta eleição foi a exclusão de José Francisco da Rocha Pombo, que apesar de obter 89 votos no 1º escrutínio teve de disputar o 2º escrutínio, por decisão da junta apuradora, comandada pelo liberal brigadeiro Hypólito Alves de Araujo. Isto foi visto pelo jornal opositor *Gazeta Paranaense* como fraude eleitoral, afinal ele teria tido votos suficientes para ser eleito naquele primeiro momento.

O atropelo havido na junta apuradora do 2º distrito vai produzindo seus efeitos naturais. Era sabido que ali se tentava qualquer golpe decisivo no intuito de prejudicar o triunfo do partido conservador. O sr. Hypólito Alves de Araujo encarregado de levar ao cabo tarefa tão gloriosa, não fez o menor mistério do resultado que havia de ter a combinação feita na Palmeira. (...). (*Gazeta Paranaense*, 1/fev/1884).

Enfim, o brigadeiro Hypólito Alves de Araujo teria anunciado que Rocha Pombo não estava eleito. As juntas apuradoras de votos eram de maioria liberal no 2º distrito. Para a *Gazeta Paranaense*, era o conselheiro Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá que estava articulado a formação, “por meios ilícitos”, novamente, da maioria liberal na assembleia provincial.

O exemplo é triste! A reforma eleitoral perdeu o seu prestígio. As garantias que ela dava estão de todo rotas. Hoje, para quem podemos apelar? Os fatos estão mostrando que os desejos do Sr. Saraiva não se poderão realizar, que sua confiança era nula, que o defeito que se procurou corrigir está em seus próprios amigos e nos hábitos de seu partido (*Gazeta Paranaense*, 1/fev/1884).

Rocha Pombo também escreve denunciando “os escândalos praticados contra os meus direitos” e de outra fraude ocorrida na Lapa, na qual todos os votos dado a Manoel Alves de Oliveira foram transferidos para o conselheiro Manoel Alves de Araujo (*Gazeta Paranaense*, 1/fev/1884). Mas, de nada adiantou, Rocha Pombo não foi eleito no 2º escrutínio, mas os liberais conseguiram apenas uma maioria apertada nesta assembleia, com 13 deputados.

Tabela 104 – 16ª LEGISLATURA 1884-1885

Deputado	Comissões	Idade	Partido	Residência	Ocupação
1. Manoel Alves de Araujo	Presidente	48	Liberal	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
2. Generoso Marques dos Santos	1º vice-pres.; Fazenda; CJFP;	40	Liberal	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
3. Emygdio Westphalen	2º vice-pres.; Fazenda; CAI; COC; Redação;	37	Liberal	Curitiba	Advogado
4. José Lourenço de Sá Ribas	1º sec.	62	Liberal	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
5. João Manoel Ribeiro Vianna	2º sec.	?	Liberal	Antonina	Comerciante
6. Hypólito Alves de Araujo	Suplente 1º sec.; CAI; CJFP; IPC;	?	Liberal	Palmeira	Fazendeiro / Cargos públicos / Brigadeiro
7. Padre José Jacintho Linhares	Suplente 2º sec.; Eclesiástica; CM; IPC;	44	Liberal	Morretes	Padre / Cônego / Cargos públicos
8. Benedicto Pereira da Silva Carrão	-	34	Conservador	Curitiba	Negociante / jornalista
9. Domingos Antonio da Cunha	Eclesiástica; Estatística; OPC;	57	Liberal	Campo Largo	Negociante / Cargos públicos
10. Domingos Ferreira Maciel	-	54	Conservador	Guarapuava	Cargos públicos
11. Frederico Guilherme Virmond	CM; COC; OPC; Redação;	56	Liberal	Lapa	Cargos públicos
12. João Baptista Lustosa Ribas	-	?	Conservador	Ponta Grossa	Fazendeiro / Cargos públicos
13. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho	-	37	Conservador	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
14. Padre José Antonio de Camargo e Araújo	Fazenda; CJFP; OPC;	66	Liberal	Palmeira	Padre / Cargos públicas
15. José Gonçalves de Moraes	-	35	Conservador	Curitiba	Negociante
16. José Justino de Mello	-	?	Conservador	Antonina	Médico
17. José Pereira dos Santos Andrade	-	42	Conservador	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
18. Jorge Marcondes de Albuquerque	Eclesiástica; Estatística;	42	Liberal	Castro	Cargos públicos
19. Luiz Daniel Cleve	CAI; IPC; Estatística;	51	Liberal	Guarapuava	Cargos públicos
20. Manoel Eufrásio Correia	-	45	Conservador	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
21. Manoel Francisco Correia Junior	-	?	Conservador	Paranaguá	Engenheiro / Cargos públicos
22. Tristão Cardoso de Menezes	CM; COC; Redação;	?	Liberal	Ponta Grossa	Advogado / Cargos públicos

Dezenove de Dezembro (11/out/1885) formação das comissões no ano de 1885 (para o ano de 1884, não foram publicados os membros das comissões); Comissões: CAI – Comércio, Agricultura e Indústria; CJFP – Constituição, justiça e força pública; CM – Câmaras municipais; COC – Contas e orçamento de câmaras; IPC – Instrução pública e catequese; OPC – Obras públicas e colonização;

O núcleo duro desta assembleia legislativa está composto pelas lideranças liberais, conselheiro Dr. Manoel Alves de Araujo, que também é deputado geral, Dr. Generoso Marques dos Santos, Dr. Emygdio Westphalen e o experiente político Dr. José Lourenço de Sá Ribas. E como 2º secretário, o deputado comendador João Manoel Ribeiro Vianna, genro do comendador José Miró de Freitas, também ex-deputado provincial e líder liberal no litoral. E como suplentes o brigadeiro Hypólito Alves de Araujo e cônego José Jacintho Linhares. Os liberais ficaram os dois anos no comando desta assembleia legislativa, apesar de que na 2ª sessão, no ano 1885, os conservadores eram os que estavam no poder executivo no Rio de Janeiro.

A renovação desta assembleia legislativa contou com oito novos membros. O deputado João Manoel Ribeiro Vianna, que será eleito ainda para as duas próximas legislaturas. O deputado Dr. Emygdio Westphalen, seu pai era alemão, mas casado com Joanna Francisca, da tradicional família do *título Pereira Braga*, da Lapa (NEGRÃO, 1929, vol.4, p.477). Ele é formado em Direito em São Paulo em 1867, casado em primeiras núpcias com uma neta do ex-deputado Francisco Theresio Porto, da Lapa, que é irmão do engenheiro e deputado provincial Francisco Theresio Porto (neto), por sua vez, casado com sua irmã, Rita Westphalen, e em segundas núpcias com a neta do capitão João José Correia de Bittencourt, de Curitiba, pós 1877, ambos de família conservadora¹⁶⁵. O Dr. Westphalen será um político importante, com destaque na Revolução federalista em 1894, em que luta em favor dos revoltosos maragatos. O novo deputado Benedicto Pereira da Silva Carrão, além da liderança como chefe do jornal conservador *Gazeta Paranaense*, era genro do ex-deputado Antonio Ricardo Lustosa de Andrade e de Gabriela Franco, irmã do falecido brigadeiro Manoel de Oliveira Franco. O jovem deputado engenheiro Manoel Francisco Correia Junior era filho do senador Manoel Francisco Correia e seu avô esteve presente na primeira legislatura em 1854. Ele seria o nome mais nítido do processo de continuidade familiar na assembleia legislativa paranaense, com avô, pai e agora filho sendo deputados e ambos com o mesmo nome¹⁶⁶. O

¹⁶⁵ O Dr. Emygdio Westphalen, porém, diz não ser do partido conservador. E escreve: “Para que, porém, não se me julgue de caráter dúbio em matéria política, declaro que sou da escola democrática-radical, em que me filiei em 1869 e cuja causa muitas vezes defendi pela imprensa” (*Dezenove de Dezembro*, 6/jan/1884).

¹⁶⁶ Manoel Francisco Correia Junior estava trabalhando, como engenheiro adjunto, na estrada de ferro Paranaguá-Curitiba, com entrada em 1/jul/1881 a 1885 (Rede Ferroviária Federal, S.A., 1985). Em 1885, não consta sua participação nas atividades da assembleia legislativa. Sua eleição foi marcada por denúncias de fraudes eleitorais, por ele não residir oficialmente no Paraná, e que seu trabalho era temporário na estrada de ferro, e de manipulação nas atas eleitorais para favorecer sua vitória. Fato retomado como exemplo em 1888, como denúncia aos conservadores que também utilizavam das fraudes para elegerem-se (*Dezenove de Dezembro*, 23/maio/1888).

novo deputado Domingos Ferreira Maciel, de acordo com a genealogia paranaense de Francisco Negrão, também é membro das antigas famílias desta província, do *título Rodrigues de França*¹⁶⁷ e casado com mulher do *título Carrascos dos Reis*¹⁶⁸. Ele é de Guarapuava. O novo deputado José Gonçalves de Moraes é casado com uma neta do sargento mor Antonio Ricardo dos Santos, o velho. Isto o faz “parente” dos deputados provinciais, o capitalista Antonio Ricardo dos Santos e de seu filho Dr. José Pereira dos Santos Andrade. E o novo deputado Luiz Daniel Cleve, natural da Dinamarca, vem para o Paraná em cargos públicos e se instala no interior da província, sendo um sertanista bastante ativo na região de Guarapuava. Seria o segundo “estrangeiro” a assumir o cargo de deputado provincial no Paraná. O primeiro “estrangeiro” seria José Mathias Miller, descendente de alemão.

Quanto às comissões, para o ano de 1885, acabaram sendo compostas apenas por deputados liberais. Os deputados conservadores votaram em branco e, portanto, não foram eleitos para nenhuma comissão.

É bastante forte, através da leitura dos jornais locais, que os conservadores têm na figura de seu chefe político, Dr. Manoel Eufrásio Correia, a referência de suas práticas políticas, assim como é o Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, para os liberais. Os dois líderes eram bastante criticados pelos seus opositoristas, como se vê em um *inediotiral* do jornal *Dezenove de Dezembro*, criticando o Dr. Eufrásio Correia.

Ineditoriais – O Partido Conservador no Paraná

Só no Paraná se vê isto. Elege-se um chefe de partido sem que se formasse um diretório com o concurso dos conservadores e todos os que se denominam tais, com raras exceções, o acompanham e o elogiam: triste papel representam os conservadores do primeiro distrito da província, dando assim provas de que são cegos escravos de qualquer personagem que os queira dirigir.

O sr. dr. Manoel Eufrásio Correia é o feliz que goza de todas essas vantagens que um povo menos sensato lhe fornece e que não vê que este cidadão, soberbo, ingrato e ambicioso pretende ser o sultão a quem todos devem por direito obedecer. (...)

Assinado por: O independente. (Dezenove de Dezembro, 11/out/1885).

As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial, 1884 e 1885

¹⁶⁷ O *título Rodrigues de França* teve origem no “Capitão Mór de Paranaguá, João Rodrigues de França, que aí casou com Francisca Pinheiro. Foi a sua Patente de Capitão Mór passada a 6/dez/1707 por D. Fernando de Mascarenhas, a qual foi a 19/jan/1711 confirmada por El-Rei D. João V. Governou até 1715, data em que faleceu. Era descendente de ilustre família Paulista, de abastados bens. (...) (NEGRÃO, 1928, vol.3, p.3).

¹⁶⁸ O *título Carrascos dos Reis* inicia a Genealogia Paranaense de Francisco Negrão. “A família Carrascos teve a sua origem, no Paraná, no Capitão Balthazar Carrasco dos Reis, natural de São Paulo, [...]”. O testamento do capitão Balthazar Carrasco dos Reis, aberto por ocasião de sua morte em Curitiba, é de 22/jul/1697. Seus filhos André Fernandes dos Reis e Gaspar Carrasco assinaram em 4/nov/1668 o termo de levantamento do Pelourinho da vila de Curitiba, em cuja governança figuraram (NEGRÃO, 1926, vol.1, p.151-157).

A instalação da 16ª assembleia legislativa provincial aconteceu dia 15/set/1884 e contou com o discurso de abertura do novo presidente da província do Paraná o Dr. Brazílio Augusto Machado de Oliveira¹⁶⁹, na qual destacou que, apesar de estar a poucos dias na administração do Paraná, assumindo em 5/jun/1884, constatou que a “situação da província é difícil”, principalmente quanto às finanças públicas. De acordo com o jornal oposicionista *Gazeta Paranaense*, o Dr. Brazílio Augusto Machado de Oliveira foi uma nomeação sob a influência do liberal Dr. Laurindo Abelardo de Brito, que tinha mudado para São Paulo, pós 1878, e sido nomeado presidente daquela província, entre 1879 e 1881, e continuando a residir na capital paulista. O Dr. Laurindo Abelardo de Brito era genro do fazendeiro Manoel Ignácio do Canto e Silva e foi importante político no Paraná na década de 1860, na qual fazia parceria com o Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá. Entretanto, de acordo com o jornal local, mesmo morando em São Paulo, ele ainda tinha influências sobre a província do Paraná na qual ainda moravam seu sogro, cunhados e correligionários políticos liberais. O Dr. Brazílio Augusto Machado de Oliveira é professor na Faculdade de Direito de São Paulo e esta será a única província em que será presidente, voltando às suas atividades catedráticas no ano seguinte, quando sai dia 21/ago/1885.

Tabela 105 – LEIS APROVADAS EM 1884

Nº	Lei	Data
773	Subsídio dos membros da Assembleia legislativa provincial para a próxima legislatura de 1886 a 1887, será de 10\$000 réis diários. Indenização das despesa de vinda e volta dos membros que residirem fora da capital será de 2\$000 rs. por 6.666 metros.	26/set/1884
774	Força policial da província, para o ano de 1885, com 150 praças	1/out/1884
775	Fica criada uma cadeira promíscua de instrução primária na cidade de Antonina e Morretes.	4/out/1884
776	Orçamento provincial; despender a quantia de 827:840\$000 rs. Para a assembleia legislativa 14:680\$000	4/out/1884
777	Admitir D. Luiza Cândida Saldanha, aluna do colégio Curytibano, a exame ...	9/out/1884
778	Fica criada uma escola de instrução primária do sexo masculino no quarteirão do Bugre, município de Campo Largo	9/out/1884
779	O governo da província concederá à empresa que fundar a primeira fábrica de tecer panos de algodão no distrito algodoeiro da comarca de Castro e que empregar capital nunca inferior a 150:000\$ os seguintes favores: ...	9/out/1884
780	Autorizando a mandar contar ao professor Francisco da Silva Bastos, para sua aposentadoria, o tempo em que serviu como professor interino e contrato.	9/out/1884
781	Fica o governo da província autorizado a conceder a Francisco Borges Martins da Cunha ou a quem melhor vantagens oferecer, privilégio por 10 anos para estabelecimento de uma empresa funerária nesta capital, organizando a câmara municipal a respectiva tabela de preços.	9/out/1884

¹⁶⁹ Relatório do Dr. Brazílio Augusto Machado de Oliveira, presidente da província do Paraná, por ocasião da abertura da 1ª sessão da 16ª legislatura, no dia 15/set/1884: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1884MFN841.pdf> (Acesso em 15/set/2013).

782	Ficam criadas no município desta capital as seguintes cadeiras promíscuas de instrução primária: uma no bairro Bacachery, outra no do Alto, outra no do Bariguy	13/out/1884
783	Fica pertencendo ao município de Campo Largo os campos situados além da serrinha e possuídos por Zacarias de Paula Xavier, Amando Antonio...	14/out/1884
784	Reorganizar o serviço de loterias provinciais ...	13/out/1884
785	Fica o governo autorizado a fazer a conversão da dívida fundada da Província mediante condições menos onerosas.	9/out/1884
786	Fica o governo autorizado a rever o atual sistema de impostos e seu modo de arrecadação, para que a Assembleia provincial, na sua primeira reunião os substitua ou altere, como for conveniente	14/out/1884
787	Ficam criadas duas cadeiras promíscuas de instrução primária, uma nos bairros do Capiro e S. Pedro e outra nos do Brejal e Canelão, no município de Votuverava; Ficam criadas duas cadeiras de instrução primária, uma para o sexo feminino na vila de Palmas e outra na freguesia de N. Sra. da Luz da Boa Vista, no município de Palmas	9/out/1884
788	O presidente da província é autorizado a mandar abonar a um oficial de gabinete a gratificação destinada no orçamento provincial ao Secretário do governo, em quanto este cargo não for definitivamente provido.	16/out/1884
789	É criada uma freguesia no município de Palmas, no distrito de Palmas de Baixo, com sede no povoado da Boa Vista, e denominação de Nossa Senhora da Luz da Boa Vista	16/out/1884
790	Fica o governo da província autorizado a mandar pagar a José Pinto Rebello e Joaquim Antonio de Loyola, ex-empregados da conservação de uma secção da estrada da Graciosa, a subvenção correspondente aos dias que decorreram da data da recisão do respectivo contrato ao dia em que os empregados tiveram conhecimento da recisão.	16/out/1884
791	O presidente da província fica autorizado a contratar a construção de uma estrada de ferro entre as cidades de Antonina e Morretes, podendo garantir juros até 7% a um capital nunca excedente a 500:000\$000rs.	16/out/1884
792	A câmara municipal da cidade de Antonina fica autorizada a contrair um empréstimo até a quantia de trinta contos de réis, para ser aplicado ao entulho do cais em frente à mesma cidade (...)	16/out/1884
793	Decreto: posturas municipais de Antonina	17/out/1884
794	Decreto: posturas municipais de Antonina (em relação ao porto)	17/out/1884
795	Ficam criadas duas cadeiras promíscuas de instrução primária, uma nos quarteirões do Campo Novo e Campo Magro e outra nos de Tatuquara e Umbará, no município da capital	17/out/1884
796	Fica o governo da província autorizado a converter as cadeiras de instrução primária dos sexos masculinos e feminino em cadeiras promíscuas e vice-versa	17/out/1884
797	Decreto: posturas municipais de Curitiba	24/out/1884
798	Decreto: orçamentos das câmaras municipais da província	24/out/1884
799	Decreto: regimento das câmaras municipais ; de como devem atuar os funcionários e empregados da câmara municipal; os vereadores; das comissões; do secretário e arquivista; do procurador; do zelador do cemitério; dos guardas fiscais; dos fiscais; do engenheiro; do porteiro contínuo; entre outras disposições;	24/out/1884
800	Decreto: posturas municipais da Lapa	24/out/1884
801	Decreto: posturas municipais de Castro	24/out/1884
802	Decreto: posturas municipais de Morretes	5/nov/1884
803	Decreto: posturas municipais de Rio Negro	14/nov/1884

Leis, Decretos e Regulamentos da Província do Paraná, Tomo XXXI, Curitiba, Typ. Perseverança de J. F. Pinheiro, Praça do General Osório, 1884.

As leis deste ano continuam o mesmo padrão das legislaturas anteriores, criando escolas primárias nas localidades, decidindo sobre o orçamento municipal e provincial, sobre a força policial, funcionários públicos e posturas municipais. Destacam-se, nesta legislatura, a lei n.º 785, de 9/out/1884, sobre a dívida da província, buscando minimizá-la, e a lei n.º 791, de 16/out/1884, que autoriza ao governo paranaense a contratar a construção da estrada de

ferro entre Antonina e Morretes, pois, a que estava pronta era a que ligava Paranaguá-Morretes-Curitiba, projeto proposto pelos conservadores. Era a tentativa de se valorizar a cidade e o porto de Antonina. Entretanto, este curto trajeto de 16 km só será inaugurado em 1892, já período republicano¹⁷⁰. Apesar da forte influência dos Correias e Guimarães em Paranaguá, os Alves de Araujo de Antonina conseguiram abrir o ramal, mas que não tirou Antonina de seu isolamento, sendo que Paranaguá acabou se desenvolvendo ao longo do século XX, graças, principalmente, ao seu porto.

A 1ª sessão da 16ª legislatura provincial encerrou em 15/nov/1884.

O fato marcante no final deste ano é a presença da família imperial no Paraná, na pessoa do conde D'Eu, sua esposa condessa D'Eu (Princesa Isabel) e filhos. No editorial do jornal *Dezenove de Dezembro*, de 29/nov/1884, este felicita a chegada das altezas imperiais em Paranaguá.

David Carneiro publica no *Boletim especial do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense* (1972, p.23-50) o diário da *Princesa Isabel* em sua visita ao Paraná. Este trabalho irá destacar apenas alguns detalhes e principalmente os nomes dos políticos que a princesa Isabel, como forma de afirmar a relevância da classe senhorial nesta província. Em Paranaguá a família real se hospedou na casa do visconde de Nacar, Manoel Antonio Guimarães e de sua esposa Leocádia, chamada pela princesa de “tia do Correia”, referindo-se ao senador Manoel Francisco Correia, que também veio ao encontro da família real neste dia. Percebe-se, pela leitura do diário, bastante proximidade da família real com a família do senador Correia. E já no dia seguinte, pela estrada de ferro Paranaguá-Curitiba, quase pronta, eles transpuseram a serra do mar até próximo a Curitiba, junto com toda a comitiva. Diria a princesa Isabel:

Nuca vi, creio, estrada de ferro mais bela, com mais pontos de vista esplêndidos, seguidos dos famosos campos do Paraná, verdadeiros parques ingleses, com seus grandes gramados, com muita florzinha bonita, e os “massifs” formados pelos belos pinheiros. Bem que tivesse ouvido falar muito em tudo isso, a minha expectativa ficou bastante aquém. O viaduto do Presidente Carvalho, os do Taquaral, São João e todos os campos a partir de Piraquara, para não citar mais nada, entusiasmaram-me (*Princesa Isabel*, in: CARNEIRO, 1972, p.34).

Depois, chegam à capital paranaense, na qual a princesa diria ter gostado muito da cidade; participa de missa, colhe flores, admira-se de tantos alemães e polacos em Curitiba; comenta sobre a fábrica de mate do Fontana; e termina citando novamente o Correia

¹⁷⁰ Estações ferroviárias do Brasil: Antonina, PR: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-cur-paran/antonina.htm> (Acesso em 14/nov/2013).

(senador), seu irmão Ildefonso Pereira Correia e seu cunhado Agostinho Ermelino de Leão e família; visitam o Museu de Curitiba e salienta, em seu diário, que o visconde de Nacar, em Paranaguá, “libertou seus onze últimos escravos”. E o promotor de Curitiba, Euclides de Moura também “libertou seu último escravo hoje”. E em Palmeira, “vários membros da família do Alves de Araujo também libertaram seus escravos”. Em Curitiba, ainda, foram ao teatro, ao hospital de caridade, a fábrica de barricas do Fonseca e do Ildefonso Pereira Correia, à casa do Dr. Ermelino de Leão, a plantações de alemães, a colônia de imigrantes poloneses Abranches, entre muitos outros detalhes interessantes. Quanto a visita à assembleia provincial, diz a princesa, ser o local pequeno, mas “sala de sessões bem arranjada” e quanto a câmara municipal, “muito acanhada” e a prisão “muito suja, muito desordenada, os presos muito acumulados”. Ficaram em Curitiba até o dia 7/dez/1884. Foram, então, a Campo Largo, chegando na casa do tenente coronel Domingos Antonio da Cunha, ouvindo missa em sua fazenda Itaquí. De acordo com o jornal *Dezenove*, passaram também pela casa do Dr. Augusto Lobo de Moura e chegaram a Palmeira, na casa do conselheiro Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, na qual destacou, entre outras coisas, que Jesuino Marcondes declarou “ter arranjado mais 52 cartas de liberdade”. A família real ainda vai à Lapa, na qual cita o sogro do Dr. Manoel Alves de Araujo, Sr. David dos Santos Pacheco, barão dos Campos gerais; depois, partiram para colônia Thomas Coelho distante localidade de Rio Negro, em 10/dez/1884; a princesa, de volta a Curitiba, cita agora o comendador Arthur Martins Franco; em 13/dez/1884 volta a Paranaguá; visita Antonina; cita novamente a hospitalidade do visconde de Nacar e do senador Correia. Parte para Desterro, Santa Catarina, em 15/dez/1884.

Durante a visita da família real estavam também marcadas as eleições para dois deputados gerais pelo Paraná, no dia 1/dez/1884. Isto agitava toda a província. E o jornal *Dezenove de Dezembro* aproveita o fato da presença da família real para criticar os conservadores, principalmente pelo caráter escravista de seus líderes, provavelmente se referindo ao visconde de Nacar e ao Dr. Manoel Eufrásio Correia. A escravidão no Paraná ainda era visível, apesar de amplos movimentos em prol da emancipação escrava¹⁷¹. Em contrapartida, o jornal conservador *Gazeta Paranaense* atacava ferozmente a administração dos liberais no Paraná.

¹⁷¹ Continuavam as manumissões no Paraná, publicadas pelos jornais locais. Como exemplo, o grande fazendeiro e político Manoel Ignácio do Canto e Silva irá libertar 23 escravos neste ano de 1885 e seu genro Bonifácio José Baptista, mais 4 escravos. E surge em Curitiba o *Club Abolicionista Paranaense* (*Dezenove de Dezembro*, 20/jan/1885). Em fevereiro de 1885 o clube já contava com 244 sócios.

Neste ano de 1885, o Paraná perde importantes políticos e ex-deputados provinciais. O primeiro foi o desembargador José Antonio de Mendonça, em 15/jan/1885¹⁷², depois, o Dr. Laurindo Abelardo de Brito, em 5/abr/1885, com 57 anos¹⁷³, Manoel Marcondes de Sá, em 27/jul/1885¹⁷⁴, Manoel Antonio Ferreira, em 25/ago/1885, primeiro curitibano a assumir o cargo de vice-presidente da província do Paraná em 1860¹⁷⁵; o padre Antonio Braga de Araujo, em 17/nov/1885¹⁷⁶, e Manoel Ignácio do Canto e Silva, em 23/nov/1885¹⁷⁷. Todos pertencentes às tradicionais famílias do Paraná.

O ano de 1885 irá abrir-se com a expectativa da inauguração da estrada de ferro Paranaguá-Curitiba, que ocorrerá oficialmente no dia 2/fev/1885. O interessante para este trabalho é observar as divisões políticas neste momento impar da sociedade paranaense e brasileira.

Como visto, desde novembro de 1884, a estrada de ferro já chegava ao planalto curitibano. Com isto, no dia 19/dez/1884, quando o Paraná festejava 31 anos como província, os conservadores fizeram uma “pré-inauguração” da estrada de ferro, com a chegada da 1ª locomotiva a Curitiba, fato não divulgado nos livros de história sobre a ferrovia.

¹⁷² O desembargador José Antonio de Mendonça era casado com Euphrosina Correia, irmã do senador Manoel Francisco Correia, enfim, pertencente a esta ampla família.

¹⁷³ Dr. Laurindo Abelardo de Brito era advogado, genro de Manoel Ignácio do Canto e Silva e cunhado de Bonifácio José Baptista, o barão de Monte Carmello.

¹⁷⁴ Por ocasião do falecimento do coronel Manoel Marcondes de Sá, o jornal oficial publicou uma pequena biografia, destacando que ele era “filho de uma casa rica [família Marcondes e Sá] e aliado à outra por casamento [família Virmond]”, mas “fina-se pobre”. Morreu tendo o cargo de comandante superior da guarda nacional da comarca de Campo Largo e de presidente da câmara de Palmeira, que por ocasião de seu falecimento, trocou o nome da rua Municipal por rua Coronel Marcondes (*Dezenove de Dezembro*, 31/jul/1885). Como se percebe, apesar de “morrer pobre” tinha importantes cargos públicos sob sua responsabilidade.

¹⁷⁵ Quanto ao falecimento do coronel Manoel Antonio Ferreira, um dos chefes do partido liberal de maior destaque na década de 1860, não foi publicado nenhuma nota de pesar pelo seu falecimento, apenas um agradecimento de sua esposa Florinda Maurícia de Sá Ribas e filhos aos que acompanharam o velório e convidando para a missa de 7º dia. Como explicar este “esquecimento” por parte dos seus correligionários, da importância da figura do velho coronel Manoel Antonio Ferreira, tanto para o partido liberal, como para o Paraná?

¹⁷⁶ Referente ao falecimento do cônego Antonio Braga de Araujo, o jornal liberal destacou sua morte como uma perda para o Paraná e para a Igreja católica, ele que era também comendador e pároco em Guarapuava desde 1840. Os deputados provinciais liberais prestaram homenagens ao cônego em Curitiba. Em duas edições, o jornal *Dezenove de Dezembro* trouxe artigo e biografia elogiando a pessoa do cônego Antonio Braga de Araujo, pelos seus 45 anos de vigário em Guarapuava, como um dos desbravadores desta região (*Dezenove de Dezembro*, 18 e 25/nov/1885).

¹⁷⁷ Em nota de falecimento, o jornal liberal destaca Manoel Ignácio do Canto e Silva como “um cavaleiro respeitável pelo seu caráter, e geralmente havido como o homem mais abastado da província.” E encerra dando os pêsames ao conselheiro Bonifácio José Baptista, seu genro, e aos demais filhos do finado (*Dezenove de Dezembro*, 24/nov/1885). E, em artigo publicado pelo médico Dr. João de Menezes Dória, o qual atendeu Manoel Ignácio em seus últimos dias, o autor destaca a riqueza da família, chamou o coronel de “milionário” e de “a maior fortuna desta província”, e que os filhos queriam embalsamar o pai, mas, o objetivo do artigo era porque eles não pagaram seus honorários e ainda, o criticaram pelo modo como tratou o paciente. O Dr. Menezes Dória procurou se defender das acusações (*Dezenove de Dezembro*, 15/jan/1886).

Estrada de Ferro – Ante-ontem [19/dez/1884] às 5h30min. da tarde chegou à estação desta capital a primeira locomotiva, tendo sido recebida por uma girândola de foguetes, bombas etc. etc.

Num dos *wagons*, veio S. Ex. o Dr. chefe de polícia, que, convidado pelos engenheiros da estrada de ferro, embarcou no *Passo do Meio*. (...)

Vieram de Paranaguá os Exmos. Srs. Conselheiro Corrêa [Manoel Francisco Correia, Senador], visconde de Nacar [Manoel Antonio Guimarães] e grande número de pessoas gradas daquela localidade. E de Morretes, uma comissão composta dos Srs. comendador Joaquim José Alves, cônego Linhares, capitão Lessa, capitão Bazilio da Cunha, Gabriel Pinto da Silva e Christiano Frederico Salmer, que se fizeram acompanhar da banda de música daquela cidade, dirigida pelo professor Manoel Adriano (*Dezenove de Dezembro*, 21/dez/1884).

Esta “pré-inauguração”, provalvemente, foi realizada porque os conservadores sabiam que não iriam participar ativamente da inauguração oficial do dia 2/fev/1885. E, afinal, foram os conservadores que conseguiram que a estrada de ferro iniciasse em Paranaguá, e não Antonina, como queriam os liberais, a partir do projeto do engenheiro Antonio Rebouças.

O jornal oficial *Dezenove de Dezembro* (4/fev/1885 e 5/fev/1885) descreve a inauguração da estrada de ferro no dia 2/fev/1885 de forma muito empolgante, ressaltando o progresso da província do Paraná e o respeito que o Brasil alcançava frente às “nações civilizadas” com esta monumental obra de engenharia. E ainda destaca as presenças da comitiva vinda da Corte do Rio de Janeiro para os festejos deste dia, que contava com os chefes liberais nacionais, como o senador Pedro Leão Vellozo Filho, visconde de Sinimbu (João Lins Vieira Cansação de Sinimbu), visconde de Paranaguá (João Lustosa da Cunha Paranaguá), o ministro da Agricultura (Antonio Carneiro da Rocha) e demais autoridades e familiares, inclusive diplomatas e jornalistas do exterior. Nesta comitiva veio também o senador pelo Paraná, conselheiro Manoel Francisco Correia e família, do partido conservador. E, quanto aos representantes liberais desta província estavam esperando em Paranaguá, o presidente Dr. Brazílio Augusto Machado de Oliveira, conselheiro Jesuino Marcondes e conselheiro Manoel Alves de Araujo e em Curitiba esperavam o Dr. Generoso Marques dos Santos, entre outros. Destacam-se, também, nesta inauguração o engenheiro chefe da ferrovia, o mineiro Dr. João Teixeira Soares e demais engenheiros e chefes da empresa francesa *Compagnie Générale de Chemins de Fers Brésiliens*, responsável pela obra. Os conservadores, entretanto, também estavam presentes na recepção da comitiva do Rio de Janeiro, na pessoa do visconde de Nacar e de seu neto, Arthur Ferreira de Abreu, presidente da câmara de Paranaguá, afinal, eram eles que “comandavam” a cidade portuária.

Após a acolhida formal das autoridades, a presença da população local, os fogos, a viagem inaugural iniciou, e contou “hurras” na passagem do viaduto Carvalho e dos túneis sob as rochas, admiração pela ponte São João, parada para almoço requintado na serra do

Cadeado, e parada na estação de Piraquara. E em Curitiba, as festas terminaram com jantar e um suntuoso baile, e com muitos “vivas” às autoridades presentes, mas, sem a presença do senador pelo Paraná, o Dr. Manoel Francisco Correia, e nem do visconde de Nacar. Foi citado como presente em Curitiba, apenas o presidente da câmara de Paranaguá, Arthur Ferreira de Abreu. Enfim, a inauguração desta linha férrea foi uma conquista de todos os paranaenses e seus políticos, liberais e conservadores, entretanto, devido a linha ter partido da cidade de Paranaguá, esta foi uma vitória conservadora.

Apesar da festa de inauguração, com a presença de aproximadamente três mil pessoas na plataforma de chegada em Curitiba (*Gazeta Paranaense*, 14/fev/1885), aconteceu, também, o protesto dos carroceiros em atividade de transporte de cargas, principalmente os carregadores de erva-mate da estrada da Graciosa (Rede Ferroviária Federal, S.A., 1985). O próprio jornal *Dezenove de Dezembro* aproveita o momento para solicitar do governo imperial maior atenção ao nosso principal produto, a erva-mate.

(...) Como pugnador pelo desenvolvimento da província que representa na imprensa, aproveita a oportunidade para fazer um apelo aos Exmos. Ministro da Agricultura, Ministro dos países estrangeiros, Senadores e Deputados.

A província do Paraná com o desaparecimento inevitável de sua única indústria, que consiste na extração e preparo da herva-matte, em cuja exportação existe a fonte de seus recursos, vai entrar em um período desgraçado, se não conseguir os bons desejos dos homens que se podem interessar pela sua prosperidade.

A república Argentina, que representa o maior mercado consumidor do nosso produto, acaba de decretar um oneroso imposto que visa o aniquilamento da indústria beneficiadora da herva.

Seremos forçados a enviar o nosso gênero em bruto, para ser beneficiado naquele país.

Ficarão em inatividade grandes capitais empregados em engenhos, maquinismos etc. e sem ocupação as forças até agora empregadas no fabrico da herva.

Ao Sr. Ministro da Agricultura e aos Srs. Senadores e Deputados pedimos o auxilio à colonização da província, e o prologamento da Estrada de ferro, como medidas preventivas às desgraças de amanhã. (...) (*Dezenove de Dezembro*, 4/fev/1885).

Enfim, era visível a necessidade do Paraná ampliar e diversificar sua produção, e passar a depender menos de seu principal produto, que era a erva-mate, e isto, de acordo com o jornal, passava pela colonização estrangeira e pelo prolongamento da estrada de ferro.

O jornal oposicionista *Gazeta Paranaense* (14/fev/1885), apesar de destacar o fato da inauguração da estrada de ferro como positivo, não perdeu a oportunidade para fazer duras críticas ao presidente da província Dr. Brazílio Machado e aos vereadores liberais de Curitiba, em especial ao Dr. Emydgio Westphalen, presidente da câmara desta capital e Augusto Stellfeld, que apesar de anfitriões da festa, “não a prepararam dignamente”.

(...) Vencidos todos os obstáculos, que pareciam insuperáveis, conquistando assim imoredora glória à engenharia nacional, acentua-se uma nova época de prosperidade para a província, com um monumento digno da atenção do mundo inteiro. (...).

Parabéns ao Paraná! Honra à engenheira brasileira! (...)
[Entretanto] Infeliz o povo que é governado por um tal presidente [Dr. Brazílio Machado], e representado por tal câmara municipal [Dr. Emydgio Westphalen e Augusto Stellfeld]! (*Gazeta Paranaense*, 14/fev/1885).

No Paraná se inicia também as primeiras convocações para se organizar um clube republicano (*Dezenove de Dezembro*, 22/fev/1885) e um partido republicano, porém, ainda sem divulgar os nomes de seus líderes. E na assembleia legislativa geral, no Rio de Janeiro teria sido eleitos três deputados republicanos, mas, não havia nomes e nem localidades destes políticos.

O presidente da província, Dr. Brazílio Machado convocou a assembleia legislativa provincial para se reunir de forma extraordinária de 9 a 24 de jun/1885, para resolver questões do estado financeiro da província, em especial sobre uma representação dos industriais da erva-mate que pediam menos impostos sobre o produto, e assim enfrentar as regras propostas na Argentina que barrava a erva-mate beneficiada no Brasil. Mas os deputados conservadores, liderados pelo Dr. Manoel Eufrásio Correia boicotaram a reunião, não proporcionando o quórum necessário para que a sessão extraordinária fosse aberta, conforme manifesto dos deputados liberais (*Dezenove de Dezembro*, 1/jul/1885). Oficialmente, a assembleia legislativa do Paraná iria se reunir apenas no início de outubro.

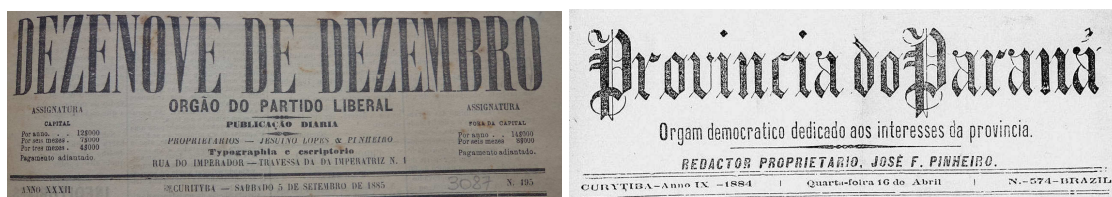
Mas, de opositores, os conservadores logo voltaram a ser “situação”, com a queda do gabinete liberal em 20/ago/1885¹⁷⁸.

A troca de gabinete no Rio de Janeiro, e com isto a volta dos conservadores ao poder, trouxe os “traumas” próprios destas mudanças, como se verá a seguir.

O presidente da província do Paraná, Dr. Brazílio Augusto Machado de Oliveira deixa o cargo, assumindo em seu lugar interinamente o vice-presidente comendador Antonio Alves de Araujo, até a nomeação do 1º vice-presidente, conservador, o paranaense Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, que assumirá o poder a partir de 9/set/1885 até a chegada do próximo presidente, Dr. Alfredo D’escragnolle Taunay, a partir de 29/set/1885. O Dr. Faria Sobrinho seria uma nomeação por indicação do Dr. Manoel Eufrásio Correia, seu amigo e chefe (*Dezenove de Dezembro*, 6/set/1885).

¹⁷⁸ Gabinete conservador liderado pelo barão de Cotegipe, João Mauricio Wanderley, de 20/ago/1885 ficaria até 10/mar/1888. Um longo gabinete, com mais de dois anos de duração. Os conservadores terão ainda mais um gabinete, liderado por João Alfredo Correia de Oliveira, de 10/mar/1888 a 7/jun/1889, quando retornam os liberais, no curto espaço de tempo até a proclamação da República em 15/nov/1889.

Com esta mudança de governo, o jornal *Dezenove de Dezembro*, pela primeira vez, passa a ser uma publicação exclusiva de um partido político, o liberal, numa junção com outro jornal liberal, *Província do Paraná*, de José Ferreira Pinheiro.



O *Dezenove de Dezembro* publica o seguinte editorial, explicando os motivos de ser agora um “órgão do partido liberal”:

Curitiba, 5 de setembro de 1885.

Uma nova fase começa hoje para a existência do *Dezenove de Dezembro*.

Os últimos acontecimentos políticos, aconselhando a reunião dos elementos de oposição à situação que se levanta, determinaram a fusão dos dois órgãos que na imprensa desta capital representavam a situação liberal, a *Província do Paraná* e esta folha. (...)

É, pois, de hoje em diante o *Dezenove de Dezembro*, o órgão do partido liberal do Paraná. (...). Pugnaremos em prol das reformas liberais. A descentralização administrativa, a liberdade de consciência, o casamento civil, a grande naturalização, o alargamento do sufrágio, a extinção da esravatura, a reorganização do poder judiciário e os outros lemas que estão inscritos na bandeira do partido liberal são os artigos de fé do nosso programa. (...)

O *Dezenove de Dezembro*, que há 32 anos serve a província, com a qual nasceu, não poupará esforços, não hesitará mesmo ante qualquer sacrifício para corresponder dignamente à confiança do partido liberal.

Fortalecido por ela e pelo favor público, que nunca o abandonou, espera saber honrar a nobre causa à que se consagra. (*Dezenove de Dezembro*, 5/set/1885).

Com a mudança de gabinete no Rio de Janeiro e a mudança do presidente da província do Paraná, começa, então, a troca dos cargos públicos, agora para os membros do partido conservador. Em artigo com o título *A derrubada*, o jornal *Dezenove de Dezembro* comenta que “o governo conservador não pode desmentir as suas tradições de violento e brutalmente intolerante” e que o 1º vice-presidente desta província, Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, já no primeiro dia de seu mandato, em 9/set/1885, começava a *derrubada*, a princípio de nove funcionários públicos, substituindo-os por conservadores. “Por quê?” pergunta-se o jornal. E, responde: “Vingança ou necessidade de abrir vagas para acomodar os famintos por empregos. Não há outro” (*Dezenove de Dezembro*, 10/set/1885). O jornal ia publicando as exonerações e as nomeações do novo governo conservador, bem como denunciando a “perseguição política aos liberais”, e o “escandaloso *nepotismo*, que atrofia as mais legítimas aspirações da capacidade e do caráter cívico” (*Dezenove de Dezembro*, 11/set/1885), bem como, a *corrupção*, “o pior dos males que pode contaminar o corpo social. (...) a corrupção decompõe o caráter de um homem, (...)” e que o atual governo, por seus atos

de “demissões e nomeações, feitas a esmo, (...), unicamente porque aqueles são adversários e estes correligionários políticos (...)” fazem da atual administração um governo “corruptor e corrompido”; no quarto dia da administração do Dr. Faria Sobrinho já se tinha substituído 41 funcionários (*Dezenove de Dezembro*, 18/set/1885), chegando ao total de 67 funcionários demitidos e substituídos¹⁷⁹. Estes atos eram criticados na câmara geral no Rio de Janeiro pelo opositor deputado geral Dr. Manoel Alves de Araujo, mas eram defendidos pelo deputado Dr. Manoel Eufrásio Correia, para o qual “a administração pública, não pode ser dirigida pelas palavras, pelo pensamento, pelas insinuações, pelos interesses de seus adversários. Toda a situação que sobe, todo governo que se quer manter, tem necessidade de cercar-se de agentes de sua confiança” (*Dezenove de Dezembro*, 22/set/1885).

Enfim, após o curto e intenso governo do Dr. Faria Sobrinho, toma posse o novo presidente da província do Paraná, Dr. Alfredo D’escragnolle Taunay, em 29/set/1885, com a expectativa de todos de ser ele um bom governante, afinal eram reconhecidas as suas qualidades enquanto engenheiro militar, combatente na guerra do Paraguai, deputado geral por Goiás, presidente da província de Santa Catarina e, depois, seu deputado geral, e escritor reconhecido, principalmente pelas obras *Retirada de Laguna* (1871) e *Inocência* (1872), além de membro de tradicionais famílias cariocas. Mas, por ter sido presidente e representante de Santa Catarina, havia a dúvida de como ele iria se portar quanto ao tema polêmico das divisas territoriais entre estas duas províncias, ainda não estabelecidas. Dr. Taunay era do partido conservador e já no ano de 1886 deixará a presidência do Paraná por ter sido eleito Senador por Santa Catarina.

Quanto à assembleia legislativa provincial, a primeira reunião preparatória foi no dia 29/set/1885, porém, devido a ausência de muitos deputados, não houve quórum. Todos os dias os deputados liberais buscavam abrir a 2ª sessão deste ano, porém, os deputados conservadores não compareciam às sessões preparatórias, provavelmente, de acordo com o jornal oposicionista, esperando a chegada do deputado Dr. Manoel Eufrásio Correia, que se encontrava fora de Curitiba. E, efetivamente, já com a presença do Dr. Eufrásio Correia, os trabalhos legislativos foram iniciados em 9/out/1885 com abertura do presidente da província do Paraná, Dr. Taunay.

¹⁷⁹ De acordo com o jornal *Dezenove de Dezembro* (01/out/1885) teriam sido 67 funcionários demitidos e substituídos por novos, na curta administração do Dr. Faria Sobrinho, de 20 dias (9/set/1885 a 29/set/1885). Entretanto, para o jornal local, os novos funcionários serão gratos ao Dr. Manoel Eufrásio Correia, para o qual o Dr. Faria Sobrinho obedecia cegamente.

Como a assembleia legislativa do Paraná possuía uma maioria liberal, eles procuraram se impor sobre o processo legislativo, mesmo com os boicotes dos conservadores. E, as primeiras discussões, lideradas pelo deputado Dr. Generoso Marques dos Santos, giraram, como deveria ser, em torno das demissões provocadas pelo Dr. Faria Sobrinho, que também era deputado provincial. De acordo com Generoso Marques, agora poderiam discutir “face a face com sua excelência neste recinto” a “famosa *derrubada*, que acaba de imortalisá-lo”. O Dr. Faria Sobrinho dizia “estar pronto para esta discussão” (*Dezenove de Dezembro*, 14/out/1885). A discussão é bastante longa, na qual monopolizam o debate o ataque do Dr. Generoso Marques e as defesas do Dr. Faria Sobrinho e do Dr. Eufrásio Correia.

Tabela 106 – LEIS APROVADAS EM 1885

Nº	Lei	Data
804	Criando uma cadeira promíscua de instrução primária nos quarteirões de S. Pedro e S. Sebastião, no distrito do Assunguy de Cima	24/out/1885
805	Mandando executar o decreto da assembleia legislativa provincial, adiando a época da reunião da mesma assembleia, para 15 de fevereiro	28/out/1885
806	Constituindo a renda da câmara municipal da vila do Tibagy	29/out/1885
807	Posturas municipais de Curitiba	29/out/1885
808	Posturas municipais de Curitiba (sobre terrenos do quadro urbano)	29/out/1885
809	Posturas municipais de Curitiba (sobre o leite)	29/out/1885
810	Estabelecendo o imposto de 2\$ por 15k de erva-mate cancheada ou em rama	3/nov/1885
811	Criando, desde já, o imposto de 30\$000 por pipa de aguardente importada	3/nov/1885
812	Criando uma escola promíscua de instrução primária no núcleo – Senhora do Porto, da ex-colônia Nova Itália, no município de Morretes	3/nov/1885
813	Autorizando a presidência a mandar admitir Paulino da Costa Guimarães, aluno do “Instituto Paranaense” a exame vago das matérias de pedagogia, aritmética e geometria, e expedir-lhe, ao caso de aprovação, diploma de normalista, afim de gozar dos direitos garantidos pelos artigos 2 a 31 do Reg. de 16/jan/1884	4/nov/1885
814	Posturas municipais de Guarapuava	6/nov/1885
815	Criando uma freguesia no distrito policial de S. Luiz, com denominação de S. Luiz do Porunan	7/nov/1885
816	Denominando Serro Azul, a atual vila do Assunguy	7/nov/1885
817	Reemitindo a quem libertar ou tiver libertado, a título gratuito algum escravo, qualquer dívida à fazenda provincial por impostos referentes ao mesmo escravo	7/nov/1885
818	Aprovando o Regulamento dos emolumentos provinciais, com alterações	7/nov/1885
819	Considerando o Diretor Geral da Instrução Pública, chefe do Ensino Obrigatório em toda a província	7/nov/1885
820	Criando duas linhas de diligências – uma da cidade de Ponta Grossa à vila de Imbituva, e outra da cidade de Castro à vila de Jaguariahyva	9/nov/1885
821	Aprovando o contrato celebrado com o coronel Manoel Ignácio do Canto e Silva e outros, para o estabelecimento de uma fábrica de tecer pano de algodão, no distrito algodoeiro da comarca de Castro	9/nov/1885
822	Criando três cadeiras promíscuas de instrução primária, sendo uma no distrito policial de Thomaz Coelho, município de S. José dos Pinhais, uma no quarteirão do Serro Lindo e outra no de Pedra Preta, estas no município do Arraial Queimado	19/nov/1885
823	Criando uma escola primária no lugar denominado Tijuco Preto, do distrito de Rio Negro	19/nov/1885
824	Isentando de direitos prvinciais ou municipais e taxas de barreira à madeira, que se exportar da província	19/nov/1885
825	Posturas municipais de Castro	20/nov/1885
826	Posturas municipais de Votuverava	20/nov/1885

827	Posturas municipais de Paranaguá	20/nov/1885
828	Reduzindo a 3% do valor locativo o imposto predial relativo aos prédios ocupados pelos próprios donos	20/nov/1885
829	Fixando a força policial da província para o ano de 1886	24/nov/1885
830	Equiparando o imposto de pedágio que se arracada na barreira da Graciosa, ao da do Timbutuva	24/nov/1885
831	Concedendo o direito de aposentadoria, com ordenado por inteiro, ao professor vitalício que tiver mais de 16 anos de efetivo exercício e houver dado a exames finais mais de 100 alunos que tinham sido aprovados na matéria do ensino	25/nov/1885
832	Determinando que o imposto municipal a que se refere a Lei n.º 216, de 30/mar/1870, de 10 rs. sobre 15kg de erva mate exportada, passe a ser cobrado pelas coletorias de Paranaguá e Antonina	30/nov/1885
833	Criando no distrito policial do Tieté, município de S. José dos Pinhais, um distrito de paz com a mesma denominação do distrito policial	9/dez/1885
834	Criando uma cadeira promíscua de instrução primária no lugar denominado “S. Nicolau”, quarteirão do Buatiatuvinha, município da capital, e autorizando a criar mais uma cadeira de instrução primária para o sexo feminino desta capital	9/dez/1885
835	Autorizando a presidência a mandar admitir a exame vago das matérias que constituem o Curso da Escola Normal os alunos do Colégio Curitibaano, Jovita da Motta Bandeira e Silva e outros	9/dez/1885
836	Criando uma freguesia no povoado de Piraquara, com a denominação de S. Bom Jesus de Piraquara	9/dez/1885
837	Concedendo 12 loterias, segundo o plano em vigor, em benefício das obras constantes da presente carta	9/dez/1885
838	Dando publicidade ao Regulamento interno da Assembleia Legislativa Provincial	9/dez/1885
839	Autorizando o governo a prorrogar por um ano o prazo dentro do qual os concessionários da linha férrea de Piraquara ao Arraial Queimado, engenheiro Diogo Rodrigues de Vasconcellos e comendador João Frederico Russell, devem dar começo às obras da referida linha nos termos da cláusula 8ª do contrato firmado em 11/jun/1885	9/dez/1885
840	Posturas municipais de Curitiba	9/dez/1885
841	Orçando a receita e despesa das câmaras municipais da província	14/dez/1885
842	Posturas municipais de Serro Azul	22/dez/1885
843	Posturas municipais de S. José dos Pinhais	22/dez/1885

Exposição com que S.Ex. o Sr. Dr. Alfredo D’Escragolle Taunay passou a administração da Província do Paraná ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, 1º Vice-presidente, a 3 de maio de 1886.

Das leis aprovadas, nesta disputa entre liberais e conservadores, onze leis se referem às posturas municipais dos municípios paranaenses e uma sobre a receita e despesa dos municípios; cria-se duas freguesias, um distrito policial e troca-se o nome da vila do Assunguy, por Serro Azul (antiga colônia Assunguy). E ainda, duas linhas de diligências (sem dizer o beneficiário), e a proposta de uma ferrovia entre Piraquara e Arraial Queimado, que não se concretizou. Em relação à educação, escolas continuam a serem abertas em diversas localidades, especifica-se o cargo de Diretor geral da instrução pública e a aposentadoria para professores, e mais sobre emolumentos aos funcionários públicos. Mas, o que chama a atenção nesta legislatura são as leis referentes aos impostos, de erva-mate, aguardante, madeira, imposto predial, pedágio, libertação de escravos, a criação de 12 loterias, demonstrando uma constante discussão sobre as finanças públicas paranaenses. Fixa-se, também, a força policial. Por fim, é concedido ao líder conservador Manoel Ignácio do Canto

e Silva uma fábrica de tecer pano de algodão na região de Castro. A lei é de 9/nov/1885, mas Canto e Silva irá falecer em 23/nov/1885. De qualquer forma, demonstra a ativa atuação e diversificação de produção deste político que estava presente na primeira legislatura paranaense, em 1854/55, candidato a senador em 1875, e seus dois genros são atuantes políticos em Castro (barão de Monte Carmello, Bonifácio José Baptista) e em São Paulo (Dr. Laurindo Abelardo de Brito). E duas leis são referentes à própria assembleia legislativa, que deverá voltar a se reunir em 15 de fevereiro e também deverá publicar seu regulamento interno.

Esta assembleia legislativa encerrou seus trabalhos em 9/dez/1885. De acordo com o presidente Taunay, três leis não foram sancionadas. Primeiro, a do orçamento provincial, devido ao não consenso sobre inúmeros pontos por parte dos deputados conservadores e do próprio presidente da província (*Dezenove de Dezembro*, 2 e 18/dez/1885), levando ao veto, ficando, assim, o orçamento para 1886 o mesmo do ano vigente; enfim, sempre quando há mudanças no ministério no Rio de Janeiro, no meio de uma assembleia legislativa “oposicionista”, acaba-se não se chegando a um consenso sobre o tema, pois, agora os “opositores”, maioria na assembleia local, acabam querendo aprovar detalhes ao orçamento, que teoricamente privilegiaria seus correligionários, o que não é interessante para o novo governo. Outra lei vetada foi a prorrogação de licença à professora D. Francisca Hectoria Mangia da Cunha, da 1ª cadeira do sexo feminino da cidade de Morretes; e, por fim, a isenção do imposto predial, mesmo sendo publicada uma lei referente ao tema (lei n.º 828, de 20/nov/1885).

Também foi publicado o discurso de encerramento do presidente da assembleia legislativa, Dr. Manoel Alves de Araujo, no qual destacou o desenvolvimento que o Paraná alcançou nestes últimos tempos, graças, também, ao trabalho do poder legislativo (*Dezenove de Dezembro*, 3 e 5/jan/1886). O Paraná, realmente, vai se desenvolvendo, abrindo-se para o elemento estrangeiro, consolidando suas estradas, ampliando sua economia e tendo na erva-mate seu principal produto de exportação.

E no ano de 1885 começa a se destacar como escritor e orador o jovem Dr. Vicente Machado da Silva Lima, pelo partido liberal. Ele será eleito para as próximas assembleias legislativas, dando início a sua carreira política propriamente dita, e que terá muito destaque na época republicana, sendo ele seu principal líder, até seu precoce falecimento em 1907.

19ª e 20ª Assembleia Legislativa Geral, Rio de Janeiro, 1885 e 1886 a 1889

A eleição aconteceu no dia 1/dez/1884, num período bastante agitado no Paraná, na qual acontecia a fase final da construção da ferrovia Paranaguá-Curitiba, a presença da família real na província, alforria de escravos e primeiras discussões republicanas.

Pelo partido conservador foram lançados os candidatos, pelo 1º distrito, Dr. Manoel Eufrásio Correia, pelo 2º distrito, o Dr. Francisco Therezio Porto. E temas polêmicos irião ser alvo das discussões nesta eleição, como a abolição da escravatura e o casamento civil, bandeiras dos liberais. O Dr. Manoel Eufrásio Correia diz ser a favor da emancipação dos escravos, inclusive emancipando seus últimos cativos em 1884, mas defende que a emancipação destes, quando não forem por ato espontâneo de seus possuidores, deve acontecer por meio de indenização a seus proprietários. Diz Eufrásio Correia, “só compreendo a libertação por meio da indenização real devida aos que, à sombra da lei, possuem tal propriedade” (*Dezenove de Dezembro, 7/out/1884*). Esta postura será bastante criticada pelos seus opositores. Mas, apesar do ataque ao Dr. Eufrásio Correia quanto a sua posição escravista, isso não significa que os liberais não possuíssem mais escravos. Por ocasião da vinda de conde D’Eu e princesa Isabel, como visto, os liberais da família Marcondes, por exemplo, alforriaram seus cativos:

“Jubilosos pela visita de SS. AA. em nossa província, libertaram seus últimos escravos a Baronesa de Tibagy, 8, Viscondessa de Guarapuava, 3, conselheiro Jesuino, 5, Dr. Geraldo, 3, Henrique Araujo, 16, Hypólito Araujo, 3” – *Assinado: Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (Dezenove de Dezembro, 29/nov/1884)*.

Em seguida publicamos a lista dos beneméritos que libertaram seus escravos por ocasião da honrosa visita de SS. AA. Imperiais à vila de Palmeira, e o número dos escravos libertados por cada um deles: barão de Guaraúna, 12, tenente coronel Generoso Marques de Araujo, 12, major Feleciano Nunes Pires e sua mãe D. Maria Caetana de França, 7, coronel Pedro Ferreira Maciel, 6, alferes Joaquim José de Andrade, 4, D. Marianna Siqueira Moraes, 4, D. Anna Maria de Sá, 2, capitão José Antonio Camargo, 1, tenente Jacob Guilherme Fritz, 1 (*Dezenove de Dezembro, 12/dez/1884*).

A família Marcondes e muitos fazendeiros da região dos campos gerais libertaram seus escravos. Muitos deles são deputados na atual legislatura provincial, como o brigadeiro Hypólito Alves de Araujo, o capitão José Antonio Camargo (o padre Camargo) e o irmão de Pedro Ferreira Maciel. E já foram deputados o Dr. Jesuino Marcondes e o barão de Guaraúna.

Pelo partido liberal foram lançados os candidatos a deputado geral, pelo 1º distrito, Dr. Generoso Marques dos Santos, e pelo 2º distrito, Dr. Manoel Alves de Araujo. O Dr. Manoel Alves de Araujo, na legislatura passada, além de deputado geral, chegou a ministro da agricultura, presidente da assembleia legislativa geral e conselheiro do Imperador, enfim,

conquistando os principais cargos da elite imperial. Ele volta como candidato a deputado geral e publica no jornal *Dezenove de Dezembro* (25/out/1884) todas as suas ações em prol do Paraná, como deputado e ministro¹⁸⁰. Pelo 2º distrito, sua vitória será fácil, pois o engenheiro Dr. Francisco Therezio Porto não possui força suficiente para mobilizar os votos desta região. Lembrando que o irmão do conselheiro Dr. Manoel Alves de Araujo, comendador Antonio Alves de Araujo está casado com a sobrinha do Dr. Manoel Eufrásio Correia, sra. Francisca Correia. E é intrigante, por que um morador de Antonina, com residência em Curitiba, é candidato pelo 2º distrito? Provavelmente, esta seria uma articulação de seu cunhado, Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, e seus irmãos moradores em Palmeira, para evitar o confronto direto com o Dr. Eufrásio Correia, no 1º distrito.

Entretanto, no 1º distrito, esta será uma eleição bastante acirrada, pois disputam dois chefes importantes dos partidos políticos, Dr. Generoso Marques dos Santos e Dr. Manoel Eufrásio Correia. Os jornais partidários locais irão atacar ferozmente ambos os candidatos, buscando trazer a tona os “erros” destes dois indivíduos.

Tabela 107 – Deputado Geral, 19ª Legislatura (1885)

Deputado geral	Partido	Votos	Residência	Profissão
1. Dr. Manoel Eufrásio Correia (1º Distrito)	Conservador	508	Curitiba	Advogado
Dr. Generoso Marques dos Santos (1º Distrito)	Liberal	475	Curitiba	Advogado
2. Dr. Manoel Alves de Araujo (2º Distrito)	Liberal	716	Curitiba	Advogado
Dr. Francisco Therezio Porto (2º Distrito)	Conservador	220	Lapa	Engenheiro

Dezenove de Dezembro, 3/dez/1884; 21/dez/1884; No 2º distrito votaram 940 *eleitores*;

Por ocasião da vitória do Dr. Manoel Eufrásio Correia, o jornal *Dezenove de Dezembro*, em seu editorial faz duras críticas a este resultado:

(...) A vitória do candidato escravagista, verificada pelo resultado das urnas, é o rebaixamento da província no conceito de que goza, é o entorpecimento de sua marcha, é o consentimento a que o Sr. E. Correia, vá como procurador do seu sogro, pleitear no parlamento nacional a indenização dos míseres africanos roubados em sua liberdade pelo interesse descomedido do ousado contrabandista, hoje acobertado por um título de nobreza! Cubram-se de luto os patriotas... (*Dezenove de Dezembro*, 3/dez/1884).

O jornal chamou o Dr. Eufrásio Correia de “candidato escravagista” e seu sogro, o visconde de Nácar, Manoel Antonio Guimarães, de “ousado contrabandista”¹⁸¹. Enfim, para

¹⁸⁰ Estes discursos do deputado geral Manoel Alves de Araujo, reforçam a tese de Miriam DOLHNIKOFF (2005, p.286) de que “as elites provinciais participavam do jogo político nacional por meio de sua representação no parlamento, onde negociavam suas demandas específicas ao mesmo tempo em que participavam de decisões cruciais referentes ao funcionamento do Estado, como a elaboração do orçamento, a fixação dos efetivos militares, etc.”

¹⁸¹ Dr. Manoel Eufrásio Correia era cunhado e agora também genro do visconde de Nácar, pois, casou em segundas núpcias com a filha deste, e sua sobrinha. Quanto a questão de acusar o visconde de Nácar de “ousado

os opositores, o Paraná teria eleito o Dr. Eufrásio Correia como “procurador escravocrata” no parlamento nacional. E no artigo de Floriano de Castro Lavôr, no mesmo jornal, comenta o “beija mão” que o Dr. Eufrásio Correia iria dar à princesa Isabel, por ocasião de sua visita em Curitiba, como exemplo do beijo de Judas a Cristo, afinal, haveria neste beijo a contradição de alguém que apóia a escravidão frente a uma governante que vinha sendo a expressão da libertação dos escravos no Brasil. Enfim, eram as duras críticas aos vencedores desta eleição, por parte dos opositores derrotados no 1º distrito. O Dr. Generoso Marques ainda tentará contestar o resultado da eleição, principalmente em Paranaguá e Guaratuba, alegando adulteração de resultados, mas quem será empossado deputado geral será, mesmo, o Dr. Manoel Eufrásio Correia.

contrabandista” pode estar se referindo a ser ele comerciante no litoral e, portanto, poderia estar envolvido com contrabandos, ou estar se referindo a contrabando de escravos, bastante constante na baía de Paranaguá, até sua proibição total no Brasil, principalmente pós a lei Euzébio de Queiroz, de 4/set/1850 que passou a reprimir o tráfico de maneira mais severa. O tráfico de escravos acontecia em Paranaguá devido a conivência de suas autoridades, possivelmente também interessadas nos altos lucros que este comércio produzia. O fato acontecido chamado “incidente Cormoran”, na qual o navio inglês Cormoran entrou na baía de Paranaguá e aprisionou quatro navios negreiros, muitos de propriedades de negociantes locais, em 1/jul/1850, provocando uma reação quase que espontânea daqueles que foram prejudicados pelo incidente, que se dirigiram a fortaleza da barra de Paranaguá, Ilha do mel, para impedirem que o navio inglês saísse da baía rebocando os navios aprisionados (CARNEIRO, 1950). O chamado Bill Aberdeen, de 8/ago/1845, permitia que navios ingleses interceptassem navios negreiros; nesta época era coronel da guarda nacional em Paranaguá o próprio Manoel Antonio Guimarães, comandante da fortaleza o major Joaquim Ferreira Barbosa, e ainda eram autoridades na localidade o tenente Manoel Ricardo Carneiro, juiz municipal de Paranaguá Dr. Filastro Nunes Pires, casado com Maria Caetana França Pires, da família Marcondes Oliveira e Sá, entre outros. As autoridades locais, em nota, negaram ao navio inglês que realizasse qualquer tipo de apreensão em porto brasileiro. O comandante Schomberg, do navio inglês Cormoran, diria em seu relatório que a organização da resistência contra a apreensões dos “navios negreiros” pelo forte de Paranaguá foi iniciativa daqueles que tinham seus navios apreendidos; e referindo-se ao juiz Filastro Nunes Pires, que emitiu carta que impedia que o navio Cormoran saísse da baía de Paranaguá com suas apreensões, o chamou de “corrupto magistrado”: “Este corrupto magistrado, que censurou um ato estritamente conforme a convenção subsistente entre o Brasil e a Grã-Bretanha, para supressão do tráfico de escravos, permitiu que os negreiros se aprantassem, equipassem e armassem, fazendo de Paranaguá seu refúgio, com ancoradouro especial, sob sua imediata proteção” (CARNEIRO, 1950, p.59). Neste sentido, pode-se pensar que as autoridades locais tinham também interesses no contrabando de escravos. Os parnaguáras e demais interessados, então, organizaram a resistência na fortaleza de Paranaguá, na Ilha do mel, para impedir a passagem do navio Cormoran. E eram eles: José Francisco do Nascimento [que teria afundado sua brigue *Astro* para não ser pega pelo navio inglês], Manoel Ricardo Carneiro [genro de Manoel Antonio Guimarães], Antonio Paschoal Frugoni, o piloto Teixeira da brigue aprisionada *Dona Ana*, Manoel Luiz Fernandes, Paulo Dias Cardoso, comandante da galera *Campeadora*, aprisionada, com as tripulações quase inteiras das suas respectivas embarcações. Fizeram uma lista com estes nomes e ainda assinaram Antonio José de Medeiros, Bento Antonio de Menezes, Lino de Souza Ferreira, Antonio Cristóvão da Silva, José Cardenas do Amaral, tenente Joaquim Caetano de Souza, Caetano José de Souza, Custódio Borges, Antonio José da Costa Junior, Francisco Pires, Antonio Gonçalves Pendão, Vitor da Silva Freire, Manoel José de Oliveira, Salvador do Prado, José da Cruz, João Feliciano dos Santos, Izidoro Marques Leal, Carlos Silvestre, Previsto Gonçalves da Fonseca Columbia, Manoel Francisco Grillo (CARNEIRO, 1950, p.33). Enfim, autoridades locais, marinheiros e todos os nomes citados se opuseram formalmente e frontalmente contra o navio inglês que rebocava os navios brasileiros. Apesar da batalha, que durou aproximadamente meia hora, o navio inglês atravessou a baía, parou para consertar os estragos, queimou duas brigues aprisionadas e levou apenas uma. Seria, então, a estes episódios que o jornal estava se referindo, mesmo tendo acontecido a mais de 30 anos e na qual envolvia Manoel Antonio Guimarães?

A abertura da 1ª sessão desta 19ª assembleia geral foi de caráter extraordinário e ocorreu dia 8/mar/1885, pelo Imperador D. Pedro II, na qual destacou a viagem do conde d’Eu e sua filha princesa Isabel, às províncias de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e São Pedro do Rio Grande do Sul, na qual foram bem acolhidos. E que a presente sessão extraordinária se faz necessária “a cerca do projeto que o governo julga útil à extinção gradual da escravidão em nossa pátria” (*Dezenove de Dezembro*, 10/mar/1885). Esta sessão foi encerrada em 20/maio/1885, na qual aconteceu simultaneamente a abertura da 1ª sessão oficial da mesma 19ª legislatura geral, por D. Pedro II, que continuou a pedir aos deputados empenho na solução da escravidão, sem prejuízo para a lavoura e às finanças públicas (*Dezenove de Dezembro*, 22/maio/1885). Entretanto, a 19ª legislatura, por ocasião da mudança de gabinete em 20/ago/1885, destituindo os liberais e voltando ao poder os conservadores, será dissolvida em 26/set/1885, tendo de ser realizada nova eleição para deputado geral, convocada para o dia 15/jan/1886, que será chamada de 20ª legislatura geral para os anos de 1886 a 1889.

A nova eleição devido a mudança de Gabinete realmente aconteceu no dia 15/jan/1886. Os candidatos eram os mesmos da eleição anterior.

Tabela 108 – Deputado Geral, 20ª Legislatura (1886-1889)

Deputado geral	Partido	Votos	Residência	Profissão
1. Dr. Manoel Eufrásio Correia (1º Distrito)	Conservador	626	Curitiba	Advogado
Dr. Generoso Marques dos Santos (1º Distrito)	Liberal	432	Curitiba	Advogado
2. Dr. Manoel Alves de Araujo (2º Distrito)	Liberal	600	Antonina	Advogado
Dr. Francisco Therezio Porto (2º Distrito)	Conservador	375	Lapa	Engenheiro

Dezenove de Dezembro, 31/jan/1886;

O jornal *Dezenove de Dezembro* publica o agradecimento do Dr. Generoso Marques dos Santos pelos votos recebidos no 1º distrito. Mas, a vitória foi do Dr. Manoel Eufrásio Correia, na qual o periódico aproveitou para apontar as fraudes que ocorreram durante o pleito.

A fraude se denuncia pela compressão, pelas ameaças, pelas promessas impossíveis a um governo sério, pela fome com que se ameaçou a uns, levando ao centro da família a dúvida do desespero, pelo engodo com que se satisfará a outros, que, mais infelizes, terão a decepção, encoberta ainda por tênue véu (*Dezenove de Dezembro*, 20/jan/1886).

A força do chefe conservador se impôs ao processo eleitoral, bem como no 2º distrito, a força do chefe liberal, Dr. Jesuino Marcondes, com a vitória de seu cunhado conselheiro Dr. Manoel Alves de Araujo, que também publica agradecimento pelos votos recebidos. A 1ª sessão da 20ª Legislatura iniciou em maio/1886. A 2ª sessão da 20ª Legislatura terminou em 15/out/1887, com a fala da princesa Isabel. A 4ª sessão desta legislatura foi aberta por D.

Pedro II, no dia 3/maio/1889. Em sua fala de abertura, D. Pedro II concluiu que “a situação interna [do Brasil] é próspera em geral, gozamos de tranquilidade” (*Dezenove de Dezembro*, 4/maio/1889).

Enfim, os dois representantes paranaenses, apesar de serem oposição no governo, agora eram, ambos, tios dos três filhos de Antonio Alves de Araujo e de Francisca Correia.

Composição da 17ª Assembleia Legislativa Provincial, 1886 e 1887. Deputados liberais em governo conservador. Reflexos da Lei Saraiva

A eleição para deputado provincial foi convocada para 16/jan/1886. Os resultados dos dois distritos paranaenses foram sendo divulgados.

Tabela 109 – Resultado Eleitoral para a 17ª Legislatura Provincial

Candidatos eleitos – 1º Distrito	Votos
1. Dr. Generoso Marques dos Santos (L)*	113
2. Tenente coronel João Manoel Ribeiro Vianna (L)*	108
3. Cônego José Jacintho Linhares (L)*	105
4. Dr. Manoel Eufrásio Correia (C)*	105
5. Dr. José Lourenço de Sá Ribas (L)*	102
6. Mathias Taborda Ribas (C)*	102
7. José Ribeiro de Macedo (C)*	101
8. João Eugênio Gonçalves Marques (C)*	100
9. Prescilliano da Silva Correia (C)*	100
<i>Seguem os menos votados que poderão ser eleitos em 2º escrutínio: Joaquim José Bellarmino Bittencourt, Adolpho Hurlermann, João Tobias Pinto Rebello e comendador Ildefonso Pereira Correia.</i>	
10. Adolpho Hurlermann (C)	410
11. João Tobias Pinto Rebello (L)	371

* 1º escrutínio com a presença de 1089 eleitores e quociente para ser eleito de 99 votos (*Dezenove de Dezembro*, 20/jan/1886); o 2º escrutínio aconteceu dia 17/fev/1886, para duas vagas (*Dezenove de Dezembro*, 2/mar/1886).

Candidatos eleitos – 2º Distrito	Votos
1. Dr. Francisco Theresio Porto (C)*	126
2. José Mathias Miller (C)*	123
3. Damaso Corrêa Ribas (C)*	129
4. Pedro Lustosa de Siqueira (L)*	114
5. Padre José Antonio de Camargo e Araujo (L)*	108
6. Dr. Emygdio Westphalen (L)*	105
7. Conselheiro Manoel Alves de Araujo (L)*	104
8. Dr. Vicente Machado (L)*	100
<i>Seguem os menos votados que poderão ser eleitos em 2º escrutínio: Dr. Tristão, Domingos Cunha, Rocha Pombo, Amazonas, Ventura e França Loures.</i>	
9. Dr. Tristão Cardoso de Menezes	231
10. Domingos Antonio da Cunha	207

* 1º escrutínio com a presença de 1092 eleitores e quociente para ser eleito de 99 votos (*Dezenove de Dezembro*, 27/jan/1886); o 2º escrutínio aconteceu dia 17/fev/1886, para três vagas (*Dezenove de Dezembro*, 2/mar/1886).

Tabela 110 – 17ª LEGISLATURA 1886-1887

Deputado	Comissões	Idade	Partido	Residência	Ocupação
1. Conselheiro Manoel Alves de Araujo	Presidente	50	Liberal	Antonina	Advogado / Cargos públicos
2. Dr. Generoso Marques dos Santos	Vice-pres.; Fazenda; CJOP; Redação;	42	Liberal	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
3. Dr. José Lourenço de Sá Ribas	1º Sec.	64	Liberal	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
4. Comendador João Manoel Ribeiro Vianna	2º Sec.	?	Liberal	Antonina	Comerciante
5. Dr. Emygdio Westphalen	2º vice-pres.; Fazenda; CM; COC; Redação;	39	Liberal	Curitiba	Advogado
6. Tristão Cardoso de Menezes	Suplente 1º Sec.; CAI; CJOP; COC; Redação;	?	Liberal	Ponta Grossa	Advogado / Cargos públicos
7. Padre José Jacintho Linhares	Suplente 2º Sec. (1886); Eclesiástica; IPCCI; Estatística;	46	Liberal	Morretes	Padre / Cargos públicos
8. João Tobias Pinto Rebello	Suplente 2º Sec. (1887); Eclesiástica; IPCCI; OPC;	42	Liberal	Curitiba	Negociante
9. Domingos Antonio da Cunha	CAI; CM; Estatística;	59	Liberal	Campo Largo	Negociante / Cargos públicos
10. Padre José Antonio de Camargo e Araújo	Fazenda; Eclesiástica; Estatística; OPC;	68	Liberal	Palmeira	Padre / Cargos públicas
11. Pedro Lustosa de Siqueira	CAI; COC; OPC;	51	Liberal	Guarapuava	Fazendeiro
12. Dr. Vicente Machado da Silva Lima	CJOP; CM; IPCCI;	26	Liberal	Ponta Grossa	Advogado / Cargos públicos
13. Adolpho Hurlemann	-	38	Conservador	Paranaguá	Comerciante / Cargos públicos
14. Damaso Corrêa Ribas	-	?	Conservador	Ponta Grossa	?
15. Dr. Francisco Theresio Porto	-	37	Conservador	Lapa	Engenheiro / Cargos públicos
16. João Eugênio Gonçalves Marques	-	31	Conservador	Paranaguá	Industrial / Cargos públicos
17. José Francisco da Rocha Pombo	-	29	Conservador	Curitiba	Professor / Jornalista
18. José Mathias Muller	-	?	Conservador	Campo Largo	Fazendeiro / Cargos públicos

19. José Ribeiro de Macedo	-	46	Conservador	Porto de Cima	Industrial da erva-mate
20. Dr. Manoel Eufrásio Correia	-	47	Conservador	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
21. Mathias Taborda Ribas	-	53	Conservador	Curitiba	Industrial erva-mate / Cargos públicos
22. Prescilliano da Silva Correia	-	37	Conservador	Paranaguá	Negociante / Cargos públicos

Comissões: OPC – Obras Públicas e Colonização; CAI – Comércio, Agricultura e Indústria; CJOP – Constituição, Justiça e Obras públicas; CM – Câmaras Municipais; COC – Contas e orçamentos das câmaras; IPCCI – Instrução pública, catequese e civilização dos índios;
A formação das comissões do ano de 1887 (cf. *Dezenove de Dezembro*, 8/mar/1887), ficando as mesmas do ano anterior.

Apesar de ser um governo conservador, foram eleitos 12 deputados liberais e 10 deputados conservadores, fato inédito na qual um governo, no caso do Dr. Taunay e do Dr. Faria Sobrinho, e mais a forte liderança do Dr. Eufrásio Correia, não terem conseguido eleger a maioria na assembleia legislativa. Era também reflexo da nova lei eleitoral que não permitia mais eleições para *eleitores*. Todos os inscritos poderiam votar independente do partido político, e desde que se encaixassem nas regras eleitorais censitárias estabelecidas.

Logicamente, a presidência desta câmara ficou com o conselheiro Manoel Alves de Araujo, que também tinha sido eleito deputado geral; a vice-presidência com o Dr. Generoso Marques dos Santos, que a cada legislatura vinha se destacando enquanto político e liderança local; a 1ª secretaria com o veterano Dr. José Lourenço de Sá Ribas, já com 64 anos de idade, que junto com o padre Camargo, de 68 anos, eram os mais idosos na assembleia legislativa e atuantes legisladores desde a década de 1850; e a 2ª secretaria com o comendador João Manoel Ribeiro Vianna; e suplentes da secretaria, Dr. Tristão Cardoso de Menezes, cômego José Jacintho Linhares e João Tobias Pinto Rebello; como se vê, o núcleo duro da assembleia legislativa ficava sempre nas mãos de tradicionais líderes políticos e familiares. Se acaso o partido conservador tivesse alcançado a maioria, certamente o presidente seria o Dr. Manoel Eufrásio Correia, que também tinha sido eleito deputado geral. Ligado ao Dr. Eufrásio Correia, mas derrotado na eleição para deputado geral, está o deputado provincial engenheiro Francisco Theresio Porto, da Lapa, lembrando que seu avô, de mesmo nome, também foi deputado.

Nesta legislatura são eleitos nove novos deputados, sendo seis conservadores e três liberais. Os conservadores são o deputado Damaso Corrêa Ribas, sobrinho do padre Damaso José Correia e de Francisco José Correia, presentes nas primeiras legislaturas paranaenses. O deputado João Eugênio Gonçalves Marques, por casamento, incorpora-se à importante família *Rodrigues de França*. Seu nome, entretanto, não consta na tradicional família *Marques de*

Jesus, da qual faz parte o ex-deputado Manoel Gonçalves Marques, presente na primeira legislatura provincial, mas é provável que também pertença a esta extensa família do litoral paranaense. O deputado José Francisco da Rocha Pombo, natural de Morretes, professor, escritor, que por fraudes eleitorais não foi eleito na legislatura passada, agora consegue uma vaga na câmara legislativa provincial. Ele que casou com Carmelita Madureira, em 1883, de importante família de fazendeiros em Castro, local em que ele estava residindo e lhe possibilitou a candidatura a deputado provincial. O deputado José Ribeiro de Macedo é irmão do ex-deputado provincial, em 1876/77, coronel Antonio Ribeiro de Macedo, ambos ervateiros do litoral, em Porto de Cima. O deputado Prescilliano da Silva Correia, negociante em Paranaguá, é da tradicional família Correia do litoral, casado com a filha de Manoel Ricardo do Nascimento, que era filho de Antonio Ricardo dos Santos, o velho. Porém, surpreende uma nota publicada no jornal *Dezenove de Dezembro* (29/set/1886)¹⁸² assinada por Prescilliano, dizendo estar desistindo de ser deputado provincial e, também 1º juiz de paz em Paranaguá, e voltando às suas atividades da vida privada. Apesar de não dizer o motivo de tal ação, pode significar desentendimentos com seu parente e chefe do partido, Dr. Manoel Eufrásio Correia. Entretanto, Prescilliano irá participar das atividades legislativas, constando sempre seu nome nas atas das sessões. O deputado Adolpho Hurllemann¹⁸³, eleito em 2º escrutínio, é um estrangeiro, natural da Suíça; é provável que o ex-deputado provincial e de tradicional família, Joaquim José Bellarmino Bittencourt e o comendador Ildfonso Pereira Correia, seus dois concorrentes diretos para o 2º escrutínio, teriam desistido deste pleito, pois Bittencourt recebeu 6 votos e o comendador Correia nenhum voto. Com isto foi eleito o terceiro estrangeiro para a assembleia legislativa do Paraná. Junto com o deputado José Mathias Miller e deputado Emygdio Westphalen, descendentes de almas, aos poucos, a

¹⁸² *Declaração* – “Retiro-me à vida particular. O partido conservador desta paróquia, em cujas fileiras sempre militei, nada perde com a retirada de um membro, cujos serviços foram sempre de nenhum valor” – P. Silva Correia (*Dezenove de Dezembro*, 29/set/1886).

¹⁸³ Em “*Ineditorial*” publicou-se o “oportunismo” do Sr. A. Huerlemann, que de republicano, agora era conservador: “Na capital subscreveu um convite impresso, em nome do partido conservador, o sr. A. **Huerlemann**, que como é sabido foi um dos signatários da **manifestação republicana** assinada há tempos nesta cidade, no intuito de organizar-se o núcleo local. O ilustre filho da Suíça firmou a sua transação injustificável e absurda com as crenças de homem livre para abraçar-se à política da escravidão e da ‘comiloina’. Felicitamos o **neófito conservador** e o **velho republicano** de outrora, desejando vê-lo com o estômago repleto das finas iguarias que aos trânsfugas do dever cívico, proporciona a monarquia do Brasil” – Do “*Livre Paraná – Echo Republicano*”, órgão republicano do Paraná (*Dezenove de Dezembro*, 18/maio/1886). Esta crítica publicada no jornal curitibano foi extraída do jornal republicano *Livre Paraná*, de Paranaguá, na qual era direto Fernando Simas, descontente com esta mudança de posição política por parte de Huerlemann.

assembleia legislativa do Paraná abria espaços para os “estrangeiros”, mas desde que ligados, sempre, às tradicionais famílias paranaenses e seus chefes políticos.

Os três novos deputados liberais são João Tobias Pinto Rebello, eleito em 2º escrutínio, negociante em Curitiba, de tradicional família e casado com Virgínea de Macedo, sobrinha do deputado conservador José Ribeiro de Macedo. O deputado João Tobias e o deputado Mathias Taborda Ribas são bisnetos do sargento mor de Curitiba, Ignácio Lustosa de Andrade. O deputado Pedro Lustosa de Siqueira, também é de tradicional família, *título Rodrigues de França*, sobrinho do coronel Pedro de Siqueira Cortes, desbravador de Palmas. E o Dr. Vicente Machado da Silva Lima, também de tradicional família paranaense, seus tios já foram deputados, como Francisco Ferrer Pinheiro e mesmo o padre Agostinho Machado Lima. Dr. Vicente Machado irá se destacar como político paranaense, principalmente a partir deste mandato¹⁸⁴.

E, por fim, o deputado Domingos Antonio da Cunha representa a família Guimarães dos Campos gerais.

Em relação aos membros das comissões na assembleia legislativa, a divisão entre os partidos políticos provocou com que os conservadores votassem todos em branco, assim como na legislatura anterior, ficando apenas os liberais nestes cargos. O mesmo ocorreu no ano de 1887, os conservadores, em minoria, voltaram a votar em branco e a não participar das comissões.

A média de idade dos deputados nesta legislatura é de 45 anos, sendo dois com mais de 60 anos e dois com menos de 30 anos, Rocha Pombo e Vicente Machado.

Sete deputados moram em Curitiba, três em Ponta Grossa, dois em Campo Largo, um da Lapa, um de Palmeira e um de Guarapuava. Do litoral são três de Paranaguá, dois de Antonina, um de Morretes e um de Porto de Cima. Nesta legislatura houve um equilíbrio maior entre as cidades paranaenses e entre o litoral e o planalto, talvez reflexo da distribuição dos deputados entre dois distritos.

¹⁸⁴ Por ocasião do encerramento das atividades da 17ª legislatura paranaense, uma nota do jornal liberal elogia o Dr. Vicente Machado: “Regressou hoje [4/abr/1887], com sua Exma. família, para a cidade de Ponta Grossa, onde reside, o nosso distinto amigo o Sr. Dr. Vicente Machado da Silva Lima, digno deputado provincial pelo 2º distrito. Na legislatura que está a findar, a província, que já conhecia o vigor do talento e a vasta erudição literária deste jovem paranaense, nas lutas da imprensa, teve ocasião de apreciar a eloquência e a energia da sua palavra nas justas da tribuna. Ornado de tais dotes, o hábil representante do 2º distrito prestou na legislatura que vai findar relevantes serviços à província e ao partido liberal, que aplaude a sua conduta correta no desempenho do honroso mandato que recebeu de seus correligionários. Boa viagem!” (*Dezenove de Dezembro*, 4/abr/1887).

Quanto às profissões, dez deputados são comerciantes, negociantes, industriais da erva-mate, fazendeiros, sete são advogados, um engenheiro, dois padres, um professor. E, todos com atividades em cargos públicos.

As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial, 1886 e 1887

Antes da abertura da 1ª sessão da assembleia legislativa, que acontecerá apenas em 30/out/1886, o clima político na província no ano de 1886 foi bastante intenso, principalmente porque os conservadores tinham perdido a maioria na assembleia local e teria eleições municipais em julho. Destaca-se, também, a organização do partido republicano para as eleições municipais.

O presidente da província do Paraná, Dr. Alfredo D'escragnolle Taunay se destacava por suas atividades administrativas.

Em 3/mar/1886, o eminente brasileiro Sr. Dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay, que superiormente dirigiu a Província do Paraná, como um dos mais ilustres e dignos presidentes dela, inicia uma viagem de estudos, por todo o *hinterland*, a fim de conhecer de *visú* – as suas principais necessidades (NEGRÃO, 1949, p.99).

No dia 2/maio/1886, Dr. Taunay inaugurou o Passeio Público de Curitiba, marco do espaço urbano da capital. Porém, no outro dia, 3/maio/1886, deixava a presidência do Paraná para assumir o cargo de senador pela província de Santa Catarina. Assume em seu lugar o paranaense e 1º vice-presidente, Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, que já tinha governado o Paraná no curto espaço de tempo, em setembro de 1885. Ele, entretanto, será nomeado presidente, sendo o segundo paranaense a assumir este cargo. O primeiro foi o Dr. João José Pedrosa. A nomeação do Dr. Faria Sobrinho é um golpe político nos liberais que tanto o criticaram no seu curto mandato. Liberais e conservadores vão vencendo pequenas batalhas diárias na arena política local.

Um outro partido buscava se organizar em Curitiba convocando reunião em 16/maio/1886, era o partido republicano que possuía também um clube próprio, e o objetivo era organizar-se para as eleições municipais que seriam realizadas em 01/jul/1886. O partido republicano terá uma vitória importante em Paranaguá, com Fernando Simas, redator do jornal *Livre Paraná*. Em Curitiba, o republicano, engenheiro, Dr. Eduardo Mendes

Gonçalves¹⁸⁵, quase será eleito vereador. Outros republicanos começam a se destacar na capital, como Emiliano Pernetta e Álvaro Ramos.

Aconteceu também a fundação da *Arcádia Paranaense*, no dia 19/dez/1886, uma sociedade de caráter científico-literário para estudar e celebrar as grandezas do Paraná.

Mas, um dos fatos que mais polêmica provocou na província foi a remoção do juiz de direito de São José dos Pinhais, Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota Junior para a distante comarca de Santa Christina do Pinhal, Rio Grande do Sul. O jornal opositor denunciou tal ato como “ilegal, injusto e escandaloso”, pois este não tinha sido um pedido do Dr. Mota Junior, que estava no cargo desde 1878. O jornal faz, então, duras críticas ao “mentor” deste ato, Dr. Manoel Eufrásio Correia, dizendo que o Dr. Mota Junior foi transferido por claros motivos políticos; neste sentido, o jornal chama os “srs. Correias” de “dominadores da província”, principalmente pós mudança de gabinete no Rio de Janeiro, em que os conservadores voltaram ao poder em 20/jul/1885. E que, “o sr. Manoel Eufrásio denuncia no seu satânico riso a satisfação de sua vaidade farisaica” (*Dezenove de Dezembro*, 5/jul/1886), principalmente ao conseguir esta transferência. Enfim, a remoção do juiz de São José dos Pinhais parece ter sido mesmo influência do Dr. Manoel Eufrásio Correia, de acordo com um texto publicado pelo irmão do Dr. Mota Junior, o Dr. Theodosio Silveira da Mota, do Rio de Janeiro.

(...) Como já disse, desde a notícia da formação deste ministério que meu irmão foi ameaçado, expedindo o Sr. Manoel Eufrásio um telegrama exigindo a remoção daquele.

Agora a razão: O Sr. deputado Manoel Eufrásio precisa em S. José [dos Pinhais] de um juiz que trabalhe em eleições e que exclua da qualificação os seus desafeiçoados que são em grande número, e é certo que meu irmão não se presta a isto, do mesmo modo que como juiz se esquece de que como cidadão, e mantendo os bons princípios, envidaria esforços para evitar a cultura de parasitas que só vegetam à custa dos cofres públicos. (...) (*Dezenove de Dezembro*, 6/jul/1886).

Independente dos protestos e inclusive recorrendo contra tal ato administrativo, o Dr. Mota Junior acabou tendo de assumir seu cargo em Santa Christina do Pinhal.

Faleceram, neste ano de 1886, os seguintes ex-deputados provinciais do Paraná, o jovem médico de 38 anos, Dr. Leocádio José Correia, em 18/maio/1886, em Paranaguá; o

¹⁸⁵ Dr. Eduardo Mendes Gonçalves, engenheiro civil, foi ardoroso propagandista da república no Paraná. Foi um dos primeiros candidatos pelo partido republicano; foi um dos fundadores do Clube Republicano de Curitiba e um dos redatores do jornal “A República”, órgão desse partido, que surge em 1886. Foi Diretor de Obras Públicas. Proclamada a nova forma de governo assumiu posição de destaque, sendo eleito Deputado Federal à Constituinte Brasileira. Casado com Julieta Ramos Gonçalves. E tiveram um filho: Dr. Annibal Mendes Gonçalves, casado com sua prima Alziera Ramos (NEGRÃO, *op.cit.*, 1946, vol.5, p.72; cf. CORRÊA, 2006, p.131-139).

comendador Roseira, Manoel Gonçalves de Moraes Roseira, em 6/jul/1886, com 86 anos, chamado de “um dos mais importantes fazendeiros desta província” em sua nota de falecimento e um dos principais políticos paranaenses na década de 1850; outro foi Francisco Manoel de Assis França, deputado provincial em 1870/71 e 1872/73, por Guarapuava. Mas, a morte mais comentada foi a do senador e conselheiro José Bonifácio de Andrade e Silva, “o moço”, em 26/out/1886, em São Paulo. Os políticos paranaenses lhe prestaram muitas homenagens, com discursos e participação em celebrações religiosas, destacando sua importância como abolicionista, poeta, e político brasileiro. José Bonifácio, já no ano seguinte, será nome de rua no centro de Curitiba, substituindo a antiga rua Fechada.

Por fim, a instalação da 17ª assembleia legislativa provincial aconteceu apenas no final do ano, tendo ainda sido adiado seu início de 30/set/1886 para 30/out/1886. Parece que os conservadores não queriam que a reunião acontecesse. Mas, por ocasião de sua abertura contou com o discurso do presidente da província do Paraná, o conservador, paranaense, Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho¹⁸⁶, tão criticado pelo jornal liberal. O Dr. Faria Sobrinho teria de enfrentar uma assembleia legislativa de maioria liberal.

Tabela 111 – LEIS APROVADAS EM 1886

Nº	Lei	Data
844	Fixando o subsídio dos membros da Assembleia provincial para a legislatura de 1888 a 1889 – 10\$000 e indenização das despesas de vinda e volta dos membros que residem fora da capital será de 2\$000 por seis mil seiscientos e sessenta e seis metros.	12/nov/1886
845	Autorizando a mesa da assembleia a contratar o apanhamento taquigráfico e publicação dos debates e mais trabalhos de sua atual sessão	12/nov/1886
846	Isentando do imposto do dízimo os animais cavалares exportados da província e do de importação os animais de raça aperfeiçoada	16/nov/1886
847	Criando escolas promíscuas de instrução primária nos distritos do Tieté, Pinhão e bairro Cubatão Grande, município de S. José dos Pinhais, Guarapuava e Guaratuba	20/nov/1886
848	Decreto: Sobre posturas da câmara municipal da cidade da Lapa	20/nov/1886
849	Declarando que o art. 15 do Regimento de 5/maio/1884, não autoriza o procurador fiscal ou coletor a nomear avaliadores nos processos de inventário	20/nov/1886
850	Desligando da freguesia de S. Luiz do Purunã, e anexando a paróquia de N. Sra. da Piedade de Campo Largo, os quarteirões dos Três Córregos, Vilinha e Ribeirão	27/nov/1886
851	Criando escolas promíscuas nos distritos do Catanduva e Socavão, bairros do Tranco, Mangueirinha e S. Sebastião, municípios de Castro e Palmas e bem assim uma do sexo feminino da freguesia da União da Vitória, e finalmente, declarando promíscua a da freguesia de N. Sra. da Luz da Boa Vista	27/nov/1886
852	Decreto: Sobre posturas da câmara municipal da vila do Tibagy	27/nov/1886
853	Elevando a 400 rs. a diária dos presos pobres da província	30/nov/1886
854	Decreto: Sobre posturas da câmara municipal da Capital	30/nov/1886
855	Decreto: Sobre posturas da câmara municipal de Serro Azul	30/nov/1886
856	Decreto: Sobre posturas da câmara municipal de S. José da Boa Vista	30/nov/1886

¹⁸⁶ Relatório do Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, presidente da província do Paraná, por ocasião da abertura da 1ª sessão da 17ª legislatura, no dia 30/out/1886: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1886_b_p.pdf (Acesso em 15/set/2013).

857	Decreto: Sobre posturas da câmara municipal de Ponta Grossa	30/nov/1886
858	Subvencionando uma linha de diligências entre a capital e S. José dos Pinhais, e ampliando a autorização ao governo para a execução da Lei n.º 820, de 9/nov/1885	3/dez/1886
859	Decreto: Sobre posturas da câmara municipal de Guaratuba	3/dez/1886
860	Determinando aos inspetores paroquiais a obrigação de passar atestados de frequência aos professores públicos, contratados e subvencionados	3/dez/1886
861	Fixando a força policial da província para o ano de 1887, com 1 comandante, 1 tenente, 3 alferes, 1 sargento ajudante, 2 primeiros sargentos, 4 segundos sargentos, 12 cabos, 1 corneta e 145 soldados. Total de 170 policiais.	9/dez/1886
862	Decreto: Sobre posturas da câmara municipal de S. José dos Pinhais	16/dez/1886
863	Concedendo licença a Urbano da Silva Carrão, para prestar exame das matérias que constituem o curso normal da Província	16/dez/1886
864	Isentando de impostos municipais e provinciais os gados de raça aperfeiçoada, materiais e máquinas importadas pelos empresários do primeiro estabelecimento pastoril que nela se fundar com o capital não inferior a 200:000\$000	17/dez/1886
865	Isentando de impostos de exportação, barreira e trânsito os vinhos naturais produzidos na província	17/dez/1886
866	Concedendo ao Club de Corridas Paranaense, prêmios para animais de <i>meio e puro sangue</i> , nascidos na província, que forem vencedores em uma das corridas do ano	17/dez/1886
867	Mandando computar a terça parte mais dos vencimentos na aposentadoria do ex-contador do tesouro provincial, José Theodoro de Freitas	17/dez/1886
868	Concedendo a câmara municipal de Votuverava o produto do imposto de 10 rs. por arroba de herva-matte	17/dez/1886
869	Concedendo garantia de juro de 7% ao capital de 500 contos, para o estabelecimento de um engenho central no município de Antonina	20/dez/1886
870	Criando no termo de Jaguariahyva o ofício de tabelião do público judicial e notas	20/dez/1886
871	Prorrogando o prazo de privilégio que tem o engenheiro João Gonçalves de Araujo e Antonio da Costa Borlido	20/dez/1886
872	Isentando de imposto o arroz, aguardente, sabão e velas exportados da província	20/dez/1886
873	Autorizando a concessão de licença a Severiano Ricardo Braziliense Taborda Ribas, 1º oficial da Secretaria do governo	23/dez/1886
874	Autorizando a construção de duas casas escolares na capital	23/dez/1886
875	Decreto: Sobre posturas da câmara municipal da capital	27/dez/1886
876	Marcando os vencimentos e porcentagens dos coletores, respectivos escrivães e ajudantes e suprimindo os lugares de conferente e guarda da coletoria de Antonina	30/dez/1886
877	Autorizando a construção de casas escolares nas cidades de Morretes e Paranaguá	30/dez/1886
878	Orçando a receita e despesa das câmaras municipais da província durante o ano de 1887	31/dez/1886
879	Orçando a receita e despesa da província no ano de 1887, a quantia de Rs 969:018\$076; para a Assembleia provincial, 14:680\$000 e mais 6:500\$000, para a secretaria da Assembleia.	31/dez/1886
	Contrato para o serviço de limpeza das latrinas, na capital a que se refere o decreto n.º 875	
	Regulamento para a Secretaria do Governo; e Regulamento do Tesouro provincial	

Leis, Decretos e Regulamentos da Província do Paraná, Tomo XXXIII, Curytiba, Typ. Perseverança de J. F. Pinheiro, Praça do General Osório, 1886.

As posturas municipais e incentivos aos municípios foram as leis mais aprovadas nesta legislatura. Várias leis também referentes a diversos itens sobre impostos, construção de escolas, tabelionato, funcionários públicos e força policial também foram aprovadas. E por fim, o orçamento tanto provincial como os municipais.

A 2ª sessão da assembleia legislativa provincial foi retomada em 17/fev/1887, praticamente um mês e meio após o término da 1ª sessão, com a abertura do presidente da província, Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho¹⁸⁷.

Tabela 112 – LEIS APROVADAS EM 1887

Nº	Lei	Data
880	Criando uma cadeira promíscua de instrução primária na freguesia de Thomazinha	7/mar/1887
881	Criando diversas escolas para ambos os sexos em Ponta Grossa e Piraquara	12/mar/1887
882	Criando na Capital uma exposição anual de produtos de lavoura, de indústria e artes	12/mar/1887
883	Criando impostos sobre venda de escravos que saírem da comarca em que estiverem matriculados	14/mar/1887
884	Isentando de impostos provinciais e municipais o material importado pela respectiva empresa para o estabelecimento da linha de <i>bonds</i> na Capital	16/mar/1887
885	Fixando a força policial para o ano financeiro de 1888	16/mar/1887
886	Declarando não serem os negociantes de fazendas por atacado ou a retalho obrigados a ter as balanças para retroz e de mostrador	22/mar/1887
887	Ampliando a lei n.º 817, de 17/nov/1885 (sobre escravos e impostos)	22/mar/1887
888	Criando o imposto de 10 réis sobre cada 15 kilos de erva-mate exportada	23/mar/1887
889	Criando escolas de instrução primária nos municípios de Antonina, de Paranaguá e da Capital	31/mar/1887
890	Estabelecendo o modo da cobrança de imposto de 4 e 10% sobre o valor dos produtos de exportação de que tratam os Regulamentos de 3/nov/1881 e 12/set/1882, não incluídos nas pautas da Alfândega e Mesa de Rendas das cidades de Paranaguá e Antonina	31/mar/1887
891	Criando o lugar de professora adjunta a 1ª cadeira do sexo feminino da cidade de Antonina	6/abr/1887
892	Autorizando a prorrogação por mais um ano do prazo fixado para o começo da construção da estrada de ferro de Piraquara ao Arraial Queimado	6/abr/1887
893	Determinando o fechamento de portas, aos domingos, desde o meio dia, das casas de negócios estabelecidas dentro do quadro urbano da Capital	6/abr/1887
894	Criando uma escola promíscua de instrução primária no bairro da Barreira Velha, no município do Porto de Cima	6/abr/1887
895	Fixando a despesa e orçando a receita municipal para 1888	6/abr/1887
896	Suprimindo o uso das balanças nas barreiras do Timbutuva e Graciosa	9/abr/1887
897	Concedendo oitenta e oito pequenas loterias em benefício de diversas igrejas matrizes e estabelecimentos de caridade da província	11/abr/1887
898	Obrigando os criadores ou possuidores de animais bovinos, cavalares, muares, suínos e ovinos a registrarem, perante as câmaras municipais, as marcas e sinais de que usarem	11/abr/1887
899	Decreto: Sobre posturas da câmara municipal da Capital	11/abr/1887
900	Decreto: Sobre posturas da câmara municipal da Capital (serviço doméstico)	12/abr/1887
901	Autorizando a concessão de licença por um ano aos professores da Capital e Ponta Grossa, Miguel José Lourenço Schleder e Euclides da Rocha Ferreira	12/abr/1887
902	Ampliando a lei n.º 831, de 25/nov/1885	12/abr/1887
903	Orçando a receita e fixando a despesa da Província para o ano financeiro de 1888	12/abr/1887

Relatório do Presidente da Província do Paraná, Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, 1887, in: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1888_b_p.pdf (Acesso: 15/set/2013).

¹⁸⁷ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná, no dia 17/fev/1887, pelo Presidente da província, o Exmo. Sr. Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, Curitiba, Typ. da “Gazeta Paranaense”, 1887. In: www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1887_p.pdf (Acesso em 15/set/2013).

A 2ª sessão encerrou-se em 17/abr/1887, com o discurso do vice-presidente desta assembleia, Dr. Generoso Marques dos Santos, devido à ausência do Dr. Manoel Alves de Araujo. O Dr. Generoso Marques destacou as principais leis aprovadas, sendo a primeira referente ao trabalho visando a extinção da escravidão, na qual se taxou de forma elevada quem queira ainda vender seus escravos, e quem os libertar, dariam isenções das dívidas à fazenda provincial (ampliando a lei n.º 817, de 1885). E comentou as diversas leis que referem-se aos impostos, isenção de impostos, incentivo à lavoura e à erva-mate, estabelecendo loterias para a construção e reforma de igrejas e estabelecimentos de caridade. Incentivou-se a instalação de bondes em Curitiba, um engenho central em Antonina, na pessoa de Fanor Cumplido (engenheiro, natural de Montevidéu, Uruguai, casado com Hipólita Alves de Araujo, irmã do conselheiro Manoel Alves de Araujo). E, por fim, aprovou-se os orçamentos das câmaras municipais e da província, algo sempre complexo em legislaturas oposicionistas.

O jornal oposicionista liberal ao fazer uma avaliação de um ano do governo do paranaense Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, volta a criticar veementemente este administrador, bem como sua submissão ao Dr. Manoel Eufrásio Correia.

É já decorrido um ano do dia em que assumiu a administração da província o Sr. Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho.

Nenhuma confiança podiam inspirar-nos os precedentes de S. Ex., que consistiam unicamente na selvática *derrubada*, da qual se fez ele notável *arcabuz*.

Todavia, como filho da província, era possível que S. Ex. se desprendesse um momento dos liames que o manietavam e se inspirasse na nobre ambição de ser útil à terra de seu berço e de atenuar a triste impressão que havia causado os seus primeiros atos.

Foi por isso que, ao assumir as rédeas da administração, nós nos limitamos a traçar um ponto de interrogação, que simbolizava a dúvida, a hesitação do nosso espírito sobre o caminho que escolheria S. Ex.

Cedo desvaneceu-se essa dúvida, e não somente a nós, como a todos os observadores imparciais, manifestou-se que o programa de seu governo, se programa se pudesse chamar, continuava a ser o mesmo: cumprir as ordens do Sr. Manoel Eufrásio Correia.

Era muito estreita a ambição do segundo paranaense que se punha à testa dos destinos do Paraná!

Dáí a absoluta esterelidade da administração, a completa inópia de atos que a pudessem recomendar à consideração e ao apreço dos paranaenses. (...) (*Dezenove de Dezembro*, 18/maio/1887).

O jornal elenca, ainda, os pontos em que a província, ao invés de crescer, está a decair, como na questão da educação, de estradas, de justiça, de funcionalismo público e principalmente, quanto às finanças provinciais. Está a se viver de loterias, satiriza o periódico. E aconselha ao presidente Dr. Farias Sobrinho: “abandone o poder!” Porém, estas duras críticas eram “normais” para quem estava na administração.

Fato importante que aconteceu nesta legislatura foi as eleições para *vereadores e juízes de paz* que ocorreram dia 1/jul/1886. Cada eleitor deveria votar com duas cédulas: uma para vereador, contendo um só nome e outra para juízes de paz, contendo quatro nomes. Os eleitos assumiram o cargo em 7/jan/1887.

Em Curitiba a câmara de vereadores ficaria a cargo da presidência do comendador Ildefonso Pereira Correia, que assumia cada vez mais sua liderança na cidade, e serão juízes de paz, a família Correia Bittencourt.

Composição da 18ª Assembleia Legislativa Provincial, 1888 e 1889. A última legislatura do período imperial

A eleição para deputado provincial foi convocada para 17/dez/1887, sob novas regras eleitorais, do decreto n.º 3.340, de 14/out/1887¹⁸⁸, e decreto n.º 9.790, de 17/out/1887¹⁸⁹. Dentre as mudanças, pode-se destacar que poderiam ser eleitos 24 deputados provinciais no Paraná e sem a necessidade do 2º escrutínio. Mas, como referência, Minas Gerais poderia eleger 60 deputados provinciais, Bahia, 42, São Paulo, 36, etc. Ainda persistia a grande desigualdade no número de representantes, também nas assembleias provinciais.

A tática liberal para esta eleição, a partir de seu jornal político, era em todo editorial reforçar a idéia de que se os conservadores ganhassem maioria na próxima assembleia legislativa, eles iriam aumentar os impostos no Paraná. Outra crítica voltava-se a administração do governo do Dr. Faria Sobrinho. Mas o alvo principal dos ataques políticos continuava sendo a figura do chefe conservador, Dr. Manoel Eufrásio Correia e a família Correia / Guimarães¹⁹⁰. Mas, o Dr. Eufrásio Correia, no início de novembro, será nomeado

¹⁸⁸ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3340-14-outubro-1887-542977-publicacaooriginal-52665-pl.html> (Acesso, 15/out/2013).

¹⁸⁹ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9790-17-outubro-1887-543282-publicacaooriginal-53480-pe.html> (Acesso, 15/out/2013).

¹⁹⁰ Por exemplo, por ocasião da nomeação do visconde de Nacar como 1º vice-presidente da província, “quando todos esperavam que seria nomeado” o comendador Antonio Ricardo dos Santos (nomeado 2º vice-presidente), os liberais atacaram esta decisão dizendo que “os srs. Corrêas, tem esse cargo como apanágio de sua família e não toleram e nem lhes convêm que outro possa exercê-lo”. Estas nomeações geraram uma crise interna no partido conservador, fazendo com que o visconde de Nacar acabasse pedindo dispensa da 1º vice-presidência, por motivos de “idade e saúde” e sendo assim, foi nomeado o comendador Antonio Ricardo dos Santos para o cargo (*Dezenove de Dezembro*, 30/nov/1887 e 7/dez/1887). E quanto às críticas constantes ao Dr. Faria Sobrinho, tem-se o seguinte, entre outras: “*Tramóia eleitoral* – Até nos mais insignificantes atos de sua administração, o Sr. Dr. Faria se revela o homem das pequenas manobras políticas, das tramóias pouco descentes. A qualquer propósito, onde quer que depare ensejo para um arranjo de política de aldeia, a lei nada vale para o presidente, que a má sorte da província lhe designou, para só imperar o interesse, de qualquer

presidente da importante província de Pernambuco, certamente uma nomeação estratégica do gabinete conservador do barão de Cotegipe, para uma província em que se destacava a figura do abolicionista e deputado geral Joaquim Nabuco, oposição ao gabinete conservador. Envia-se para lá, um político e líder experiente, leal às causas de seu partido; entretanto, esta nomeação acaba provocando o efeito reverso em sua província natal, que fica sem seu principal articulador político, em vésperas de eleições.

O partido conservador vai às urnas bastante fragilizado, o que acabará, pela segunda vez, não proporcionando a maioria na câmara legislativa provincial.

Fato interessante é de que pela primeira vez um jornal local divulga que os eleitores alemães em Curitiba reúnem-se para discutir em que candidato votar. O candidato proposto é o alemão major Luiz Manoel Agner, bastante atuante nas atividades públicas, sendo suplente de vereador e juiz de paz e chegou a ser *eleitor* em Curitiba. Outro político alemão nesta capital, e já eleito vereador, era o farmacêutico Augusto Stellfeld, também do partido liberal, mas que para esta eleição indicava que se votasse nos conservadores (*Dezenove de Dezembro*, 17/dez/1887). Havia o receio, principalmente dado pelo jornal *Gazeta Paranaense*, de que se fosse eleito uma assembleia legislativa oposicionista, liberal, novamente haveria entraves nas discussões referentes ao “progresso” do Paraná. E o major Luiz Manoel Agner será eleito deputado provincial, provavelmente já existindo um eleitorado alemão bastante significativo.

Nesta eleição, a vitória foi liberal, demonstrando que o controle sobre o processo eleitoral por parte do partido no poder, o conservador, ao menos no Paraná, estava menos previsível.

Tabela 113 – Resultado Eleitoral para a 18ª Legislatura Provincial

Candidatos eleitos – 1º Distrito	Votos
1. Comendador Antonio Alves de Araujo (L)	517
2. Coriolano Silveira da Mota (L)	512
3. Antonio Ricardo dos Santos Filho (C)	509
4. Comendador João Manoel Ribeiro Vianna (L)	508
5. Major Luiz Manoel Agner (L)	505

espécie, dos seus homens. (...)” (*Dezenove de Dezembro*, 30/nov/1887). E ainda, “os cargos públicos têm sido largamente explorados como meio de cabala eleitoral” (*Dezenove de Dezembro*, 10/dez/1887). “Esquecendo-se de que os empregos públicos não foram feitos para pagamento de serviços a *cabos* eleitorais, S. Exa. [Dr. Faria Sobrinho] deles se serviu para subornar consciências, chamar ao rebanho amigos desgarrados, de nada valendo os longos anos de serviços de uns, a honradez e aptidão de outros. (...) O Sr. Faria nada mais foi do que um procurador de partido que, no desempenho de sua missão, não trepidou na escolha de meios, nem vacilou diante da lei que foi sistematicamente postergada, pois no interesse dos apaniguados do governo tudo se fez com desabusado desembaraço, diante de nenhum preceito legal se trepidou. Forte homem! Prosseguiremos. *Assinado: Cunha Brito*” (*Dezenove de Dezembro*, 12/jan/1888). Enfim, eram duras críticas, mas que, de forma semelhante o jornal conservador, quando na oposição, fazia aos líderes liberais.

6. Padre Antonio Joaquim Ribeiro (L)	504
7. Antonio Ricardo do Nascimento (C)	503
8. Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas (L)	501
9. Comendador Ildefonso Pereira Correia (C)	501
10. Dr. Brazilio Ferreira da Luz (C)	498
11. Antonio Francisco Correia de Bittencourt (C)	494
12. Arthur Ferreira de Abreu (C)	493
Joaquim Ventura de Almeida Torres, <i>negociante, Curitiba</i> (C)	489
Dr. José Lourenço de Sá Ribas, <i>advogado, Curitiba</i> (L)	488
Francisco Antonio de Souza, <i>empregado aposentado, Antonina</i> (C)	485
Icilio Orlandini, <i>negociante, Morretes</i> (L)	485
Theodorico Julio Santos, <i>negociante, Paranaguá</i> (C)	482
Gabriel Pinto da Silva, <i>negociante, Morretes</i> (C)	479
<i>Seguem os menos votados</i>	

Dezenove de Dezembro, 24/dez/1887.

Candidatos eleitos – 2º Distrito	Votos
1. Conselheiro Manoel Alves de Araujo (L)	544
2. Dr. Generoso Marques dos Santos (L)	527
3. Padre José Antonio de Camargo e Araujo (L)	522
4. José de Freitas Saldanha (L)	516
5. Dr. Tristão Cardoso de Menezes (L)	509
6. Amazonas de Araujo Marcondes (L)	501
7. Theotonio Marcondes de Albuquerque (L)	500
8. Pedro Ferreira Maciel (L)	498
9. Domingos Antonio da Cunha (L)	495
10. Luiz Antonio Xavier (L)	494
11. Dr. Vicente Machado da Silva Lima (L)	485
12. Dr. João de Menezes Dória (L)	476
Siqueira (C)	402
José de Oliveira de Sá Ribas (C)	392
Dr. Francisco Theresio Porto (C)	390
Fonseca (C)	383
Balduino Taques (C)	382
Dr. Luz (C)	379
Luiz Ferreira de Mello (C)	375
Joaquim Antonio dos Santos Ribas (C)	372

Dezenove de Dezembro, 31/dez/1887.

O jornal liberal estampa em sua primeira página: “*Victoria!* O partido liberal do Paraná acaba de alcançar a mais esplendida vitória que registram os anais políticos da província”. No 1º distrito são seis deputados e no 2º distrito uma vitória unânime, com as doze vagas preenchidas por este partido. E reconhece que esta vitória é devida a “sábua e patriótica” ação de seu “ilustre chefe o Sr. conselheiro Marcondes” e termina com os seguintes *vivas*: “Viva a província do Paraná! Viva o partido liberal da província e seu invicto chefe o conselheiro Marcondes! Viva o eleitorado independente!” (*Dezenove de Dezembro,*

21/dez/1887)¹⁹¹. Os liberais estavam bastante unidos em torno da liderança do Dr. Jesuino Marcondes, já com a idade de 60 anos.

Com esta derrota eleitoral, o presidente da província Dr. Joaquim de Almeida de Faria Sobrinho acaba deixando o cargo e sendo nomeado em seu lugar o 1º vice-presidente, o comendador Antonio Ricardo dos Santos, em 29/dez/1887, comendador Dodóca, membro de tradicional família no Paraná, industrial da erva-mate, por quatro vezes deputado provincial e residente em Curitiba desde 1878. Seus três filhos também estão ligados à assembleia legislativa. Antonio Ricardo dos Santos Filho, eleito deputado provincial para atual legislatura, José Pereira dos Santos Andrade, eleito deputado provincial em 1882/83 e 1884/85, e Horácio Ricardo dos Santos, casado em 1ª núpcias com a irmã do deputado eleito para esta última legislação, Brazílio Ferreira da Luz. A nomeação do comendador para este cargo de vice-presidente do Paraná, como visto, só foi possível devido a desistência do visconde de Nácar. Ficará no cargo até 9/fev/1888, quando assumirá o presidente Dr. José Cesário de Miranda Ribeiro. Neste período de um mês de mandato, o comendador Dodóca irá tentar influir nos resultados da assembleia legislativa, mandando as juntas apuradoras diplomarem candidatos conservadores, que a princípio teriam tido menos votos, manipulando assim as atas de votação, cancelando votos de determinadas localidades, etc., fato amplamente denunciado pelo jornal liberal.

(...) Pensava o público que as imprudentes declarações que publicamente tem feito o filho do vice-presidente da província [provavelmente Antonio Ricardo dos Santos Filho] – de que não de os governistas apoderar-se da assembleia, ainda que para tanto seja preciso derramar sangue e cercar o paço da assembleia de bravatas filhas do despeito de derrotados.

Mas hoje, que um sobrinho do vice-presidente [Brazílio Ferreira da Luz] leva ao 2º distrito (...) a missão de arranjar falsos diplomas (...): desaparecem todas as garantias, de que o poder público é obrigado, moral e legalmente, a cercar o direito de representação outorgado pelo voto aos legítimos eleitos e revestidos de todas as solenidades legais (*Dezenove de Dezembro*, 7/jan/1888).

Enfim, fato que terá de ser resolvido pelo próximo presidente da província, Dr. José Cesário de Miranda Ribeiro, pois, muitos candidatos realmente foram diplomados pelas juntas apuradoras. Mas, o novo presidente Dr. José Cesário protelará o problema, adiando o início da assembleia legislativa por duas vezes.

Em 9/fev/1888 o Dr. José Cesário de Miranda Ribeiro, nomeado presidente do Paraná, assume as rédeas da administração. O ilustre mineiro fez uma administração

¹⁹¹ “*Felicitações* – O Exmo. Sr. conselheiro Jesuino Marcondes, ilustre chefe do partido liberal, tem recebido de todos os pontos da província as mais significativas e entusiásticas felicitações pela brilhante vitória que o mesmo partido acaba de alcançar no pleito eleitoral sob a sábia e prestigiosa direção de S. Exa.” (*Dezenove de Dezembro*, 28/dez/1887).

apagada. A cisão havida no partido conservador, do qual se afastou grande número de prestigiosos chefes, dos mais dedicados, fez com que sofresse o Dr. José Cesário grandes ataques, sendo conhecido pelo cognome de 'José sem cabeça'. O partido conservador do Paraná, não pode mais congrega-se e ao raiar o 15/nov/1889, achava-se ele ainda dividido, incapaz de lutar com vantagens, contra o seu adversário. Além disso, a morte do seu chefe principal, o ilustrado Dr. Manoel Eufrásio Correia [em 6/fev/1888], veio colocar o partido em crítica situação; não teve quem o pudesse substituir, na chefia do partido (NEGRÃO, 1949, p.62).

Portanto, o partido conservador estava sem uma liderança mais ativa, como era do Dr. Manoel Eufrásio Correia. O presidente Dr. José Cesário de Miranda Ribeiro ficará no governo pouco tempo, até 30/jun/1888, quando assume a administração o 3º vice-presidente comendador Ildefonso Pereira Correia, mas, ficou num curto mandato de cinco dias, até a chegada do novo presidente Dr. Balbino Candido da Cunha que ficará até a mudança de gabinete no império, de conservador para liberal, em 18/jun/1889.

Frente ao problema das diplomações dos deputados, ao que se percebe, o Dr. Balbino Candido da Cunha irá aceitar o resultado em que deu vitória ao partido liberal no Paraná.

E a assembleia ficou assim constituída:

Tabela 114 – 18ª LEGISLATURA 1888-1889

Deputado	Comissões	Idade	Partido	Residência	Ocupação
1. Conselheiro Dr. Manoel Alves de Araujo	Presidente (1888)	52	Liberal	Antonina	Advogado / Cargos públicos
2. Dr. Generoso Marques dos Santos	1º Vice-pres. (1888); Presidente (1889)	44	Liberal	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
3. Tenete coronel José de Freitas Saldanha	2º Vice-pres.; CM;	47	Liberal	Guarapuava	Negociante / Cargos públicos
4. Comendador João Manoel Ribeiro Vianna	1º Sec.	?	Liberal	Antonina	Comerciante / Cargos públicos
5. Luiz Antonio Xavier	2º Sec.	32	Liberal	Ponta Grossa	Cargos públicos
6. Tristão Cardoso de Menezes	CAI; CJFP; Redação; Tesouro; 1º vice-pres., (1889)	?	Liberal	Ponta Grossa	Advogado / Cargos públicos
7. Amazonas de Araújo Marcondes	CM; COCM;	41	Liberal	União da Vitória	Empresário / Cargos públicos
8. Padre Antonio Joaquim Ribeiro	Eclesiástica; IPCCI;	37	Liberal	Votuverava / Curitiba	Padre / Cargos públicos
9. Coriolano Silveira da Motta	IPCCI; Estatística; Tesouro;	39	Liberal	Curitiba	Professor / Cargos públicos
10. Domingos Antonio da Cunha	Estatística; CAI;	61	Liberal	Campo Largo	Fazendeiro / Cargos públicos
11. João de Menezes Dória	CM; IPCCI;	31	Liberal	Ponta Grossa	Médico
12. Padre José Antonio de Camargo e Araújo	Fazenda; Eclesiástica; OPC;	70	Liberal	Palmeira	Padre / Cargos públicos
13. Luiz Manoel Agner	OPC; CAI;	?	Liberal	Curitiba	Negociante / Cargos públicos
14. Pedro Ferreira Maciel	Eclesiástica;	56	Liberal	Palmeira	Cargos públicos

	OPC;				
15. Theotônio Marcondes de Albuquerque	COCM; Estatística;	38	Liberal	Castro / Tibagy	Cargos públicos
16. Vicente Machado da Silva Lima	Fazenda; CJFP; COCM; Redação;	28	Liberal	Ponta Grossa	Advogado / Cargos públicos
17. Tertuliano Teixeira de Freitas	Fazenda; CJFP; Redação; Tesouro;	53	Conservador	Curitiba	Advogado / Cargos públicos
18. Antonio Francisco Correia de Bittencourt	-	50	Conservador	Curitiba	Negociante / Cargos públicos
19. Antonio Ricardo do Nascimento	-	?	Conservador	Curitiba	Negociante / Cargos públicos
20. Antonio Ricardo dos Santos Filho	-	?	Conservador	Curitiba	Fazendeiro / Cargos públicos
21. Arthur Ferreira de Abreu	-	39	Conservador	Paranaguá	Negociante / Cargos públicos
22. Brazílio Ferreira da Luz	-	?	Conservador	Curitiba	Médico
23. Ildefonso Pereira Correia	-	43	Conservador	Curitiba	Negociante / Cargos públicos
<i>Antonio Alves de Araujo</i>	-	55	<i>Liberal</i>	<i>Curitiba / Morretes</i>	<i>Negociante / Cargos públicos</i>
24. Dr. Justiniano de Melo e Silva	<i>Eleito em 15/set/1888</i>	36	Conservador	Curitiba	Advogado / Cargos públicos

CAI – Comércio, Agricultura e Indústria; OPC – Obras Públicas e Colonização; CJFP – Constituição, justiça e força pública; CM – Câmaras municipais; COCM – Contas e orçamentos de câmaras municipais; IPCCI – Instrução pública, catequese e civilização dos índios; (*Dezenove de Dezembro*, 17/jul/1888).

Por ser esta a última legislatura do período imperial, irá se destacar a que *título familiar* pertence o político eleito, de acordo com a divisão proposta por Francisco Negrão, em sua *genealogia paranaense*, demonstrando que dos 24 deputados eleitos e mais um suplente, apenas dois não pertencem às tradicionais famílias paranaenses, reforçando a tese deste trabalho de que ocupa o cargo de deputado provincial apenas uma restrita classe política, descendente dos sesmeiros dos séculos XVII, XVIII e XIX.

O núcleo duro desta assembleia ficará com os líderes liberais. Presidente conselheiro Manoel Alves de Araujo, *título Rodrigues de França*, vice-presidente Dr. Generoso Marques dos Santos, *título Carrascos dos Reis*, repetindo a liderança da legislatura anterior. Entretanto, quem irá assumir a presidência nestes dois anos será o Dr. Generoso Marques dos Santos, devido a outras atividades do conselheiro Araujo, como a de ser deputado geral e a indicação para ser presidente da província de Pernambuco entre 17/jun a 14/nov/1889 (sendo o terceiro paranaense a assumir o governo desta província). O Dr. Generoso Marques dos Santos ia se consolidando como o próximo grande chefe político dos liberais. Não havia espaço no partido liberal, ao que se percebe ao jovem Dr. Vicente Machado. A 2ª vice-presidência assume o novo deputado tenente coronel José de Freitas Saldanha, sendo sua mãe pertencente ao *título*

*Rodrigues Seixas*¹⁹² e pai descendente de portugueses. José de Freitas Saldanha transfere-se para Guarapuava em 1864 onde se torna destacado negociante, fazendeiro e proprietário. O 1º secretário da assembleia será o comendador João Manoel Ribeiro Vianna, experiente político do litoral, assumindo novamente a liderança nesta casa, ele que é membro do *título Cardoso de Lima*¹⁹³. O 2º secretário é o novato Luiz Antonio Xavier, de 32 anos, que terá longa carreira política na República. Sua família pertence ao recente *tronco Silva Pereira*.

São quatorze novos deputados provinciais, uma renovação de mais de 50% da casa legislativa, como vinha acontecendo regularmente, porém, seguindo o mesmo padrão familiar das legislaturas anteriores.

O deputado padre Antonio Joaquim Ribeiro, vigário da paróquia de Nossa Senhora do Amparo, Votuverava, nomeado vigário geral forense em 11/jan1888, substituindo o padre João Evangelista Braga, enquanto este estava fora, e depois, definitivamente ficando no cargo até 16/dez/1890, quando acontece a nomeação do último vigário geral forense nesta região, padre Alberto José Gonçalves, que também será atuante político durante a República, cargo que perdura até a criação da Diocese de Curitiba, em 27/abr/1892, com posse do primeiro bispo em 30/set/1894, D. José de Camargo Barros. Padre Antonio Joaquim Ribeiro pertence ao *título Carrascos dos Reis*.

O deputado Antonio Francisco Correia de Bittencourt, juiz de paz de Curitiba e presidente da mesa da 1ª seção que recebia os votos desta eleição, negociante na capital, e pelo lado materno era proveniente do *título Moraes Cordeiro*¹⁹⁴, a mesma descendência do sargento mor de Paranaguá, Antonio Ricardo dos Santos, o velho, que foi casado com Maria da Luz Paraíso, *título Rodrigues de França*; Antonio Ricardo do Nascimento, vereador em Curitiba, era neto de Antonio Ricardo dos Santos, o velho, e primo do novo deputado eleito

¹⁹² “A família deste apelido [*Rodrigues Seixas*] teve início, no Paraná, em João Rodrigues Seixas, natural da Vila de Vianna, Portugal, [...]”. Casou com Maria Maciel Barbosa, de Cananeia, São Paulo. [...] “Ao ser criada a Justiça e Governo da vila [de Curitiba], a 29/mar/1693, foi João Rodrigues Seixas nomeado para o lugar de Escrivão da Câmara [...]” (NEGRÃO, 1927, vol.2, p.91-92).

¹⁹³ O *título Cardoso de Lima* teve início em “Domingos Cardoso de Lima, natural da freguesia de S. Verissimo de Paranhos, Bispado do Porto, Sargento-mor de milícia, casado com Felicia Xavier Barbosa”, com testamento feito em Paranaguá em 24/fev/1781. “Era possuidor de abundantes minas de ouro em Morretes e Anhaya bem como de grandes cabedais”, explorando também as minas de ouro do Assunguy (NEGRÃO, 1946, vol.5, p.37-38). Maria Magdalena de Lima era neta de Domingos Cardoso de Lima.

¹⁹⁴ *Título Moraes Cordeiro* – “Teve início essa família do Paraná no Provedor [das minas de ouro de Paranaguá] Manoel de Lemos Conde, casado com Anna Cordeiro Mattoso Mourato [...]” “[...] Foi Lemos Conde o descobridor das minas de Paranaguá [...]” por volta de 1656 quando este vem com a família e escravos residir na localidade, ele que era vereador e Almotacé da Câmara de São Paulo; Lemos Conde, apesar de inúmeros problemas com a coroa, acabou elevado a capitão-mor por ordem régia em 6/abr/1679, em Paranaguá (NEGRÃO, 1929, vol.4, p.77-110).

Antonio Ricardo dos Santos Filho, em que o pai, como visto, acabara de assumir o cargo de vice-presidente da província do Paraná; Arthur Ferreira de Abreu, filho do ex-deputado provincial José Mathias Ferreira de Abreu e neto do visconde de Nácar, e sua esposa era neta de Antonio Ricardo dos Santos, o velho; o deputado de naturalidade alemã, Luiz Manoel Agner, representando os alemães em Curitiba, porém, sua esposa Maria dos Anjos era neta de Antonio Ricardo dos Santos, o velho. O deputado Amazonas de Araujo Marcondes, tropeiro, militar e depois empresário da navegação na região de União da Vitória, derrotado na eleição anterior para deputado provincial, é proveniente das tradicionais famílias que desbravaram Guarapuava e região. Seu pai é o fazendeiro Francisco Ignácio de Araujo Pimpão e sua mãe Maria Josefa de França do *título Rodrigues de França*. O deputado coronel Theotônio Marcondes de Albuquerque era filho do ex-deputado capitão Antonio José Xavier de Faria e Albuquerque e irmão do ex-deputado coronel e comendador Jorge Marcondes de Albuquerque. Theotônio, por parte materna, era pertencente ao *título Rodrigues de França*, da grande família do Dr. Jesuino Marcondes e casado com a filha de Olegário Rodrigues de Macedo. Theotônio terá longa carreira como deputado estadual do Paraná, até sua morte em 1924.

O deputado Brazilio Ferreira da Luz, jovem médico, curitibano, filho do político e médico Vicente Ferreira da Luz, pertence ao *título Carrascos dos Reis*. Brazilio é chamado de sobrinho de Antonio Ricardo dos Santos (comendador Dodóca), vice-presidente da província do Paraná, no início de 1888 (*Dezenove de Dezembro*, 12/jan/1888), mas era também seu genro e, portanto, com laços de parentescos acima descritos com os demais deputados (terá longa carreira política na República, como deputado estadual, federal e senador pelo Paraná); o deputado Coriolano Silveira da Mota, do *título Rodrigues Seixas* por parte da mãe, era filho do ex-deputado Joaquim Ignácio Silveira da Mota e genro do ex-deputado Manoel de Oliveira Franco, o brigadeiro Franco, ambos presentes nas primeiras legislaturas do Paraná; o deputado Pedro Ferreira Maciel, aliado político do Dr. Jesuino Marcondes, em Palmeira, membro também de tradicionais famílias desbravadoras da região do Paraná, pertencente ao *título Rodrigues Seixas*; o deputado João de Menezes Dória, médico em Ponta Grossa, sua família é de Paranaguá, sendo sua mãe Adelaide de Menezes, importante pianista, assim como seu tio o maestro Bento de Menezes, que eram parentes do músico João Manoel da Cunha, que já foi deputado provincial (porém, Francisco Negrão não cita sua família na *genealogia paranaense*).

Dois deputados experientes e com idade avançada se reelegem. O deputado Domingos Antonio da Cunha, com 61 anos, herdeiro da família Guimarães dos Campos gerais, incorpora-se ao *título Cardoso de Lima* ao casar-se com Balbina Guimarães, sobrinha do falecido senador barão de Antonina e sua filha Débora da Cunha casa-se com o tenente coronel João Ferreira Maciel, sobrinho do deputado Pedro Ferreira Maciel (NEGRÃO, 1927, p.554); bem como o deputado padre José Antonio de Camargo e Araujo (Padre Camargo), *título Carrascos dos Reis*, com 70 anos. Vale ressaltar que o velho Dr. José Lourenço de Sá Ribas, pertencente ao *título Rodrigues Seixas*, presente na primeira legislatura em 1854, quase se reelege para esta última legislatura do Império, como visto no resultado eleitoral acima. Outro experiente político reeleito é o Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas, natural de Salvador, Bahia, filho dos barões de Itaparica, irmão do jurisconsulto Dr. Augusto Teixeira de Freitas. Casado com sua sobrinha, Helena Augusta Teixeira de Lima, dia 30/jun/1860, fato ocorrido após sua formatura em Direito, da turma de 1859, da qual fazia parte o conselheiro Manoel Alves de Araujo. Apesar de que o Dr. Tertuliano sempre foi do partido conservador, nesta legislatura ele participou ativamente das atividades legislativas junto com os liberais, como membro das comissões, equanto que os demais conservadores se recusaram formalmente em participar. O Dr. Tertuliano, neste sentido, não faria parte, por parentesco, das tradicionais e antigas famílias do Paraná.

A família do deputado Dr. Tristão Cardoso de Menezes, em seu início no Paraná, esteve ligada ao *título Pereira Braga*, da região da Lapa, sendo que seus ascendentes trabalharam com o capitão João Pereira Braga, iniciador deste *título* no Paraná no século XVII (NEGRÃO, 1929, p.398).

Quanto ao deputado Dr. Vicente Machado, *título Carrascos dos Reis*, é interessante neste momento comentá-lo junto com o deputado comendador Ildefonso Pereira Correia, *título Rodrigues de França*, colegas parlamentares. O jovem Dr. Vicente Machado, com 28 anos, do partido liberal, em seu segundo mandato, já se destacava na sociedade paranaense pela sua oralidade, através de seus pronunciamentos em atos públicos, tanto festivos quanto em velórios, e também nas sessões da assembleia legislativa; seus discursos são sempre elogiados e admirados pela eloquência, pela lógica e convicção com que encadeia suas ideias. Seus artigos em jornais também são interessantes, enquanto um defensor dos ideais liberais, sendo um publicista de destaque. Da mesma forma é admirado pela sociedade paranaense o grande comerciante, industrial e político, o comendador Ildefonso Pereira Correia, filho do ex-deputado Manoel Francisco Correia Junior e irmão do senador Manoel Francisco Correia.

O comendador Ildefonso Correia, que era residente no litoral paranaense, transfere suas atividades para a capital, na qual como capitalista inova na produção da erva-mate, junto com outro grande ervateiro, o comendador Francisco Fasce Fontana, além de outras atividades como a extração da madeira. Como político, o comendador Ildefonso destacou-se como presidente da câmara de Curitiba, propondo inúmeras melhorias para esta cidade. Ao usar da palavra em atos públicos, porém, diferente do Dr. Vicente Machado, e mesmo nas sessões da assembleia legislativa, como deputado, ele mesmo dizia que a fazia de forma moderada. O comendador Ildefonso Pereira Correia era já um homem experiente em 1888, com 43 anos. Neste ano, inclusive, no dia 8 de agosto, irá receber o título de barão de Serro Azul, algo bastante festejado por seus familiares, amigos e correligionários (VARGAS, 2006). Eram, entretanto, duas personalidades políticas de destaque, de partidos políticos opostos, mas que no início da República se aproximariam na tentativa de formação de um partido político único. O Dr. Vicente Machado buscará, já como republicano, atrair os membros do partido conservador¹⁹⁵.

E por fim, uma nova eleição ocorreu no dia 15/set/1888 para substituir o falecido comendador Antonio Alves de Araujo, *título Rodrigues de França*, eleição que ocorreu pós término da primeira sessão legislativa de 1888. Foi eleito em seu lugar o ex-deputado provincial, Dr. Justiniano de Melo e Silva, com 427 votos, com apoio dos conservadores, na qual disputou contra o candidato republicano, engenheiro Dr. Eduardo Mendes Gonçalves, que obteve apenas 46 votos (*Gazeta Paranaense*, 18/set/1888). Os liberais não lançaram candidato, provavelmente em “respeito” à memória do comendador Araujo. O Dr. Justiniano de Melo e Silva¹⁹⁶, publicista conservador, novamente se elege em situação atípica. Em 1878 foi eleito também como suplente; em 1882 foi eleito pelo 2º distrito, sendo que era morador no 1º distrito. Agora retorna à assembleia legislativa, porém, numa câmara liderada por

¹⁹⁵ Porém, a história destes dois homens, membros das tradicionais famílias paranaenses, terá um importante desfecho no ano de 1894, cinco anos depois desta aliança, por opções e ações políticas distintas frente a Revolução Federalista, quando, o primeiro, enquanto vice-presidente do Paraná, frente a iminência da tomada de Curitiba pelos maragatos, “abandona a cidade” por motivo de falta de segurança; e o barão de Serro Azul, junto com outros líderes locais, realizam uma “aliança” com os maragatos de Gumercindo Saraiva para não saquearem Curitiba. Por esta “aliança” foram considerados traidores, pós volta da legalidade, sendo que o barão e mais 5 companheiros foram fuzilados em 20/maio/1894, no km 65 da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, sem julgamento (VARGAS, 2006).

¹⁹⁶ Justiniano de Mello e Silva é natural da província de Sergipe. Porém, seus descendentes irão continuar sendo eleitos para cargos eletivos no Paraná ao longo da República. Como exemplo de maior destaque, Roberto Requião de Mello e Silva, prefeito de Curitiba, governador do Paraná, deputado estadual e senador (RESENDE, 2007).

liberais. Ele era o segundo deputado desta legislatura que não tinha parentescos, neste momento, com os seus pares deputados.

Portanto, vésperas de se terminar o Império, a política no Paraná continuava nas mãos das antigas e tradicionais famílias paranaenses.

As Sessões da Assembleia Legislativa Provincial, 1888 e 1889

No início deste ano, em 4/fev/1888, vem a falecer o chefe do partido conservador, Dr. Manoel Eufrásio Correia, quando estava exercendo o cargo de presidente da província de Pernambuco¹⁹⁷. Fato que abalou ainda mais o partido conservador no Paraná. Uma nova eleição para deputado geral pelo 1º distrito do Paraná foi realizada no dia 21/abr/1888, na qual foi eleito seu sogro, visconde de Nácar, já idoso, com 75 anos, apresentado como candidato pelo partido conservador, obtendo 661 votos (apesar da sua idade, isto demonstra novamente o grande prestígio que o visconde de Nácar possuía dentro de seu partido, que estava bastante fragilizado), em oposição ao Dr. Generoso Marques dos Santos, apresentado pelo partido liberal, que obteve 464 votos, e Dr. Álvaro Chaves, do partido republicano, com 16 votos (*Dezenove de Dezembro, 29/abr/1888*)¹⁹⁸. É interessante lembrar que visconde de Nácar elegeu seu genro na primeira eleição para deputado geral no Paraná em 1854, e agora é eleito para o mesmo cargo em lugar de seu outro genro. Apesar desta vitória, o *quarteto saquarema* praticamente desaparece com a morte do Dr. Manoel Eufrásio Correia, devido também a idade avançada do visconde, restando apenas o Dr. Agostinho Ermelino de Leão, mas que

¹⁹⁷ No dia 5/mar/1888, por ocasião de um mês de falecimento do Dr. Manoel Eufrásio Correia, a igreja matriz de Paranaguá realizou ato fúnebre, com a presença do vigário Marcello Annunziata, dos vigários de Morretes, Cônego José Jacintho Linhares e de Antonina, Geraldo de Souza, e estavam presentes todos os líderes conservadores do Paraná na cerimônia, Dr. Agostinho Ermelino de Leão, Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, comendador Antonio Ricardo dos Santos, Dr. Justiniano de Mello e Silva, Dr. Brazílio Ferreira da Luz (representando Morretes e Campo Largo), capitão Joaquim José Belarmino Bittencourt (representando Castro), e discursou Arthur Ferreira de Abreu, neto do Visconde de Nácar, além de inúmeras “comunicações” das diversas vilas paranaenses com pêsames à família Guimarães Correia. Interessante observar que sua esposa Alice Guimarães, após a morte de seu marido, chegou em Paranaguá apenas em 8/mar/1888, acompanhada de seus 5 filhos, 2 criados e de seu sobrinho Candido Ferreira de Abreu (*Gazeta Paranaense, 9/mar/1888*). E a câmara de Curitiba, em sessão de 19/jun/1888, nomeia o largo da Estação, entre o prédio da assembleia legislativa e a estação ferroviária de Curitiba, com o nome de largo Dr. Eufrásio Correia, denominação que perdura até os dias atuais.

¹⁹⁸ Três dias antes da eleição o jornal liberal comenta o pleito que irá acontecer dia 21/abr/1888 e faz duras críticas ao visconde de Nácar, dizendo que ele não era capaz de assumir tão importante cargo, caso fosse eleito, afinal, “carece, entretanto, até da mais rudimentar instrução, da mais trivial capacidade para se haver em qualquer assunto que demande uma operação intelectual”. E conclui criticando uma possível vitória conservadora, “o 1º distrito do Paraná não tem representante: os interesses de uma família, favorecida pelo poder, lh’o roubaram!” (*Dezenove de Dezembro, 18/abr/1888*). De nada adiantou apresentar as características negativas do visconde que acabou vencendo a eleição, demonstrando a força política deste “respeitável ancião”.

estava atuando como desembargador em São Paulo e o senador Manoel Francisco Correia, sempre residente no Rio de Janeiro.

Assim como na República, desaparece o *quarteto saquarema*, desaparecesse igualmente o *quarteto luzia paranaense*, ficando apenas o Dr. Generoso Marques dos Santos participando ativamente da política.

Quanto ao comendador Ildfonso Pereira Correia, sobrinho do Dr. Eufrásio Correia, este poderia substituir seu tio, mas terá dificuldade de unir novamente o partido, e ele mesmo é um político diferente, tendo uma mentalidade muito mais voltada para os negócios e suas indústrias, e quanto aos cargos públicos que exercia como vereador, deputado provincial e vice-presidente da província eram atividades, como se vê em seus discursos, são assumidas muito mais como um compromisso ético de dever público, do que uma atividade de político de profissão, como era o caso do Dr. Manoel Eufrásio Correia e de seu irmão senador Manoel Francisco Correia.

A outra perda bastante sentida e comentada pelos jornais locais foi a do comendador Antonio Alves de Araujo, líder liberal, em 22/abr/1888.

As mortes destes dois líderes políticos e familiares mereceram homenagens nas primeiras capas dos jornais conservador e liberal e teve ampla divulgação com discursos publicados enaltecendo ambos os políticos. Interessante observar que a maneira como estes fatos eram divulgados e comentados foi muito mais amplo do que quando o Brasil deixou de ser monarquia e passou a ser república, em 15/nov/1889. Até mesmo a aprovação da Lei Áurea, de 13/maio/1888, como se verá a seguir, teve maior repercussão nos jornais do que o novo regime político.

Outro líder conservador a falecer foi o comendador Antonio Ricardo dos Santos, o comendador Dodóca, em Curitiba, 17/nov/1888. E ainda, os ex-deputados Francisco José Correia de Bittencourt e Domingos Ferreira Maciel.

Em 10/mar/1888 cai o gabinete liderado pelo barão de Cotegipe, no Rio de Janeiro, depois de dois anos e meio de existência, um longo período de governo. Assume um novo gabinete conservador sob a liderança do senador João Alfredo Correia de Oliveira, que tinha posições mais favoráveis ao fim definitivo da escravidão, e este era o grande desafio deste novo gabinete, o que, para o órgão liberal paranaense, seria impossível, por serem ainda os conservadores que administravam este país (*Dezenove de Dezembro*, 14/mar/1888). No Paraná continuavam a serem fundadas associações contra a escravidão.

Em 25/mar/1888, o *Clube Militar de Curitiba*, reunido em assembléia geral, organizam a *Confederação Abolicionista Paranaense*, com a seguinte diretoria:

Presidente: Major Frederico Sólton Sampaio Ribeiro, vice-presidente Major Antonio Gomes Pimentel, orador José Francisco da Rocha Pombo, primeiro secretário Nestor Victor dos Santos, segundo secretário Dr. Francisco Itaciano Teixeira. Os comerciantes também aderem a confederação, com Antonio de Barros, com comissões libertadores em quase todas as localidades paranaenses, e eleitos os seguintes conselheiros: dr. Carlos Borromei, dr. Francisco Clementino de Vasconcellos Chaves Filho, Capitão Ignácio Alves Corrêa Carneiro, Conrobert Costa, Capitão João Ferreira da Luz e Leôncio Correia (NEGRÃO, 1949, p.148-152).

A câmara de Curitiba também estava bastante empenhada em ações em prol do fim da escravidão na cidade, nomeando uma comissão composta por Dr. Generoso Marques dos Santos e Eduardo Mendes Gonçalves, vigário Prado, comendador Fontana, Ernesto Lima, Eduardo Chaves, Joaquim A. Coelho e Ildefonso Pereira Correia (presidente da câmara) “para promover a libertação dos escravos existentes no município desta capital dentro do menor prazo possível” (*Dezenove de Dezembro*, 14/mar/1888). Percebe-se uma comissão mista de liberais, conservadores e republicanos, e ainda um membro da igreja.

A notícia da aprovação do projeto de lei que extinguiu a escravidão no Brasil e sua sanção pela princesa Isabel, dando origem a Lei n.º 3.353, de 13/maio/1888¹⁹⁹, foi bastante festejada em Curitiba. Apenas chegado os telegramas desta aprovação, na tarde do dia 14/maio/1888, iniciaram-se festejos por toda a cidade e das janelas dos clubes e órgãos públicos muitos discursos foram proferidos. Do Clube Militar falou o Sr. Gabriel Pereira, do palácio do governo, falou o presidente Dr. José Cesário, do Clube Republicano, o Dr. Eduardo Mendes Gonçalves e o Dr. Vicente Machado (provavelmente já existia a aproximação do Dr. Vicente Machado com os ideários republicanos), da câmara municipal da capital o sr. Antonio Ricardo do Nascimento e diversos outros oradores, da redação do órgão do partido liberal *Dezenove de Dezembro*, Dr. Menezes Dória e Dr. Vicente Machado (novamente), da redação do órgão do partido conservador *Gazeta Paranaense*, Dr. Leôncio Correia, do *Diário Popular*, sr. Rocha Pombo, e de todas as outras associações falaram diversos oradores em prol deste ato, e por parte da igreja, houve o “*Te-Deum Laudamus*”, com a presença de autoridades civis e militares (*Dezenove de Dezembro*, 14/maio/1888). O fim da escravidão foi motivo de festas na capital do Paraná e em todas as cidades paranaenses.

Quanto a abertura da 1ª sessão da assembleia legislativa provincial esta estava prevista para 15/fev/1888, sob a administração do novo presidente nomeado, Dr. José Cesário de Miranda Ribeiro, porém, como dito, foi adiada para 14/maio/1888, alegando-se que o presidente não teria tempo suficiente de conhecer melhor a situação provincial. Ao chegar a

¹⁹⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM3353.htm (Acesso, 15/nov/2013).

referida data os deputados, sob a liderança do conselheiro Manoel Alves de Araujo e Dr. Generoso Marques iniciaram os trabalhos preparatórios, pois, de acordo com o regimento interno da casa, o presidente interino dos trabalhos seria o presidente da legislatura anterior, caso fosse reeleito. O problema é que apareceram 30 deputados, para 24 vagas e todos tinham sido “diplomados” pelas respectivas mesas de apuração dos votos, fato que não foi aceito pela mesa diretiva da assembleia, não reconhecendo o diploma principalmente dos deputados conservadores, o que provocou a retirada de todos os correligionários deste partido (*Dezenove de Dezembro*, 12/maio/1888). Frente a esta confusão, novamente o presidente da província, por ser conservador, adia os trabalhos legislativos para 18/jun/1888, fato que provocou revolta nos deputados liberais. Este impasse teve de ser resolvido pelo parlamento no Rio de Janeiro. A abertura oficial da assembleia legislativa aconteceu apenas dia 12/jul/1888, com a presença do novo presidente da província, o conservador Dr. Balbino Candido da Cunha²⁰⁰, e na qual, sob uma mesa liberal, foram reconhecidos e diplomados como deputados provinciais, 17 liberais e 7 conservadores, agora com a aprovação do presidente da província. Lembrando que o liberal comendador Antonio Alves de Araujo veio a falecer em 22/abr/1888, mas será substituído apenas no próximo ano, por Justiniano de Mello e Silva. Mas, na abertura oficial, do dia 12, os deputados conservadores não compareceram à sessão, provavelmente como forma de protesto.

Tabela 115 – LEIS APROVADAS EM 1888

Nº	Lei	Data
904	Abrindo um crédito de cem contos de réis, especialmente destinados à reparação e conservação de diversas estradas do interior e outros melhoramentos	21/jul/1888
905	Mandando pagar, em dinheiro, por quinzenas, adiantadamente, a diária dos presos pobres	28/jul/1888
906	Autorizando a alteração da cobrança da taxa de heranças e legados e o imposto adicional de 2% sobre o monte partível das heranças	28/jul/1888
907	Revogando o art. 21 da lei n.º 497, de 25/abr/1877, e restabelecendo, para vigorar na Província, o dec. geral n.º 4.339, de 20/mar/1869, modificado pelos arts. 20 e 22 daquela lei provincial (referente ao orçamento provincial).	3/ago/1888
908	Concedendo um ano de licença, com ordenado, ao 1º oficial da 1ª secção da secretaria do governo, Severiano Ricardo Braziliense Tabora Ribas, para tratar de sua saúde	13/ago/1888
909	Criando sob a invocação de Nossa Senhora da Cruz, a freguesia de Bella Vista, no distrito policial do mesmo nome, no município de Ponta Grossa	20/ago/1888
910	Fixando a força policial da província para o ano financeiro de 1889 e dando instruções sobre a mesma força, com 116 praças, um oficial comandante, um sargento ajudante, graduado em alferes, um primeiro sargento, quatro segundos ditos, dez cabos e um corneta, num total de 134 membros	20/ago/1888
911	Extinguindo os registros de Rio Negro e Xapecó e agência do Porto da União da	23/ago/1888

²⁰⁰ Fala com que o Exmo. Sr. Dr. Balbino Candido da Cunha, presidente da província do Paraná, abriu a 1ª sessão da 18ª legislatura da assembleia provincial, no dia 12/jul/1888, Typ. da Gazeta Paranaense, 1888: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1888_a_p.pdf (Acesso em 15/set/2013).

	Vitória, passando a arrecadação dos impostos sobre animais, que se cobram atualmente naqueles registros e agência a ser feita no registro do Itararé e agência do Passo dos Barbosas; e igualmente extinguindo as barreiras do Itupava e do Rio do Pinto	
912	Designando as divisas entre a vila da Palmeira e a freguesia de S. João do Triumpho	23/ago/1888
913	Criando um distrito de paz no atual distrito policial da freguesia da União da Vitória	23/ago/1888
914	Determinando os impostos que farão parte da renda da Câmara Municipal da vila do Rio Negro e tomando outras providências	24/ago/1888
915	Autorizando a presidência da província a sujeitar o cidadão Raymundo José de Ramos a exame das matérias do 2º ano do curso da Escola Normal	29/ago/1888
916	Autorizando o governo da província a garantir juros até 6% ao ano, pelo prazo máximo de dez anos, com José Joaquim de Carvalho Bastos, ou outro qualquer que mais vantagens oferecer, para o estabelecimento de um banco mercantil, industrial, de depósitos e descontos nesta capital com fundos nunca inferiores a mil contos de réis	29/ago/1888
917	Reduzindo a duas as entrâncias das cadeiras de instrução primária da província, e extinguindo as cadeiras de 1ª entrância existentes em diversos bairros e a da cadeira da capital	31/ago/1888
918	Autorizando a cobrança da taxa das barreiras do Timbotuva e Iguassú	31/ago/1888
919	Mandando continuar em vigor no biênio de 1890 a 1891 a lei n.º 844, de 12/nov/1886 (referente aos subsídios dos deputados provinciais)	1/set/1888
920	Determinando a cobrança do pedágio das barreiras do Bacachery e S. João da Graciosa	3/set/1888
921	Proibindo os estabelecimentos ou fábricas de bebidas falsificadas à imitação de outras, em que entrem drogas próprias e naturais, ou que sejam nocivas à saúde pública	5/set/1888
922	Determinando que a marca dos animais de qualquer espécie, de que trata o art. 5º da lei n.º 898, de 11/abr/1887, serão de tamanho ao arbítrio dos proprietários	5/set/1888
923	Elevando à categoria de vila, com os limites atuais, a freguesia de Thomazina, desmembrada do município de S. José da Boa Vista	6/set/1888
924	Determinando a sede da freguesia do Pacutuba no povoado denominado “Cercado” e a sua invocação passando a ser a de Nossa Senhora da Conceição	6/set/1888
925	Estabelecendo medalhas de 1ª, 2ª e 3ª classe, de ouro, prata e cobre para prêmios aos alunos da Escola de Desenho e Pintura desta capital	6/set/1888
926	Constituindo renda da Câmara Municipal de Campo Largo diversos impostos	6/set/1888
927	Desligando do município de S. José dos Pinhais, e anexando ao de Curitiba o distrito de paz do Iguassú	10/set/1888
928	Criando, no município da capital, uma escola destinada ao ensino prático de agricultura	10/set/1888
929	Suprimindo o cargo de fiscal das loterias da província e tomando outras providências	12/set/1888
930	Autorizando o governo a conceder, por vinte anos, a navegação a vapor do Rio Tibagy à empresa que se estabelecer para esse fim	12/set/1888
931	Autorizando o governo a conceder o prazo improrrogável de um ano, com isenção da multa decretada no § único da lei de 6/abr/1887, para começo da construção da linha férrea de Piraquara ao Arraial Queimado, no contrato celebrado com o engenheiro Diogo Rodrigues de Vasconcellos e os herdeiros do comendador João Frederico Russell	12/set/1888
932	Concedendo a Ricardo de Menezes, para a Companhia ou Sociedade de edificação que incorporar, isenção integral da décima urbana, ou outro qualquer imposto municipal ou provincial, por trinta anos, em favor dos prédios destinados ao serviço da mesma Companhia ou Sociedade	12/set/1888
933	Desanexando da comarca de Castro e unindo a de Ponta Grossa o território do termo do Tibagy, pelos limites do mesmo termo	14/set/1888
934	Posturas municipais – Tomando, sob proposta da Câmara Municipal da Capital, diversas providências	17/set/1888
935	Orçando a despesa e a receita das câmaras municipais para o ano de 1889 e tomando outras providências	17/set/1888
936	Posturas municipais – Tomando, sob proposta da Câmara Municipal de Castro, diversas providências	17/set/1888
937	Posturas municipais – Tomando, sob proposta da Câmara Municipal de Morretes, diversas providências	17/set/1888
938	Posturas municipais – Tomando, sob proposta da Câmara Municipal de Morretes, diversas providências	17/set/1888

939	Revogando a lei n.º 476, de 10/mar/1877 (referente ao 2º cartório em Campo Largo)	17/set/1888
-----	---	-------------

Leis e decretos da Província do Paraná, 1888.

As leis de 1888 trazem vários incentivos por parte do governo provincial referentes a obras públicas, regularizam impostos, serviços públicos, força policial, divisas municipais e suas posturas, subsídios aos deputados e abertura de escolas. Quanto ao orçamento, como era uma assembleia legislativa de maioria liberal, num governo conservador, acabou sendo apenas revogada uma lei anterior referente a arrecadação e gastos para o próximo ano. E não há a discussão do orçamento provincial.

No ano de 1889, o início dos trabalhos legislativos, previstos para fevereiro, foi protelado pelo presidente da província, Dr. Balbino Candido da Cunha, para 15/jul/1889.

Enquanto isso, os conservadores estavam bastante divididos, formando, inclusive, dois grupos distintos. Assim descreve esta divisão, Francisco Negrão:

Partido Conservador no Paraná – “Em 1/mar/1889, por circular, assinada pelo comendador José Ribeiro de Macedo, major Fausto Bento Vianna, comendador Mathias Tabora Ribas, capitão Gabriel Pinto da Silva, Antonio Francisco Correia de Bittencourt, José Innocencio de França, Zacarias de Paulo Xavier, major Ricardo de Souza Dias Negrão, Tobias de Macedo, José Carvalho de Oliveira, João Lourenço Tabora Ribas (negociante em Curitiba), Guilherme Xavier de Miranda, Conrado Kalckmann, José Francisco da Rocha Pombo e Dr. Justiniano de Mello e Silva, foi convidado o partido conservador, para no dia 10 de março, no Teatro São Theodoro, constituir um Diretório, que desse ao partido uma organização sólida e durável, baseado sobre o voto livre, do eleitor (cf. também *Dezenove de Dezembro*, 20/fev/1889). Desde logo, ocorreu na cidade, que a reunião seria perturbada pelo governo, com a acquiescência de três chefes conservadores, cujos nomes eram repetidos de boca em boca [barão de Serro Azul (Ildefonso Pereira Correia), Dr. José Pereira dos Santos Andrade e Eduardo A. Vasconcellos Chaves]. O fato era verdadeiro; os promotores da reunião estiveram em risco de perder a vida” (NEGRÃO, 1949, p.97).

Um grupo era liderado pelo comendador José Ribeiro de Macedo, seguidos por Mathias Tabora Ribas, Ricardo Negrão, Rocha Pombo, Justiniano de Mello e Silva, citando aqueles que já tinham sido deputados provinciais; e outro grupo liderado pelo barão de Serro Azul, Dr. Santos Andrade e Vasconcellos Chaves, herdeiros dos velhos chefes ostensivos conservadores, e que apoiavam claramente a administração do presidente da província, Dr. Balbino Candido da Cunha.

No dia 10/mar/1889 houve agredões físicas entre os próprios conservadores.

No dia 10/mar/1889 realmente os políticos situacionistas invadiram a reunião em atitude agressiva. “Presidia a reunião o comendador José Ribeiro de Macedo, secretariado pelos srs. Dr. Justiniano de Mello e Rocha Pombo. O Sr. barão do Serro Azul pretendeu assumir a presidência da reunião e convidou os srs. Dr. José Pereira dos Santos Andrade e Eduardo Vasconcello Chaves para secretários. O tumulto se estabeleceu e generalizou-se. Foi quando o dr. Justiniano de Mello, usando da palavra aclamou o diretório do Partido, começando da seguinte forma: ‘Para Presidente aclamo o meu maior inimigo o Sr. Barão do Serro Azul’. Neste momento, o tumulto chegou ao auge. O dr. José Pereira dos Santos Andrade exclama com

grande exaltação: ‘Atira, atira o dr. Justiniano e o Sr. Ricardo Negrão pela sacada abaixo’ – e não só ele, como o Sr. Eduardo Chaves pretenderam dar execução à ameaça, e talvez tivessem realizado, se não fosse a intervenção máscula do Sr. dr. Tertuliano Teixeira de Freitas e Coriolano Silveira da Mota, que, por se acharem próximos à sacada, puderam evitar esse atentado inaudito [cf. *Dezenove de Dezembro*, 16/mar/1889]. Ao passo que os *promotores da reunião organizavam o seu Diretório, os seus antagonistas organizaram outro*, onde foram incluídos os nomes de 4 respeitáveis cidadãos, que no dia seguinte declararam não aceitar, por seguirem a orientação do Diretório chefiado pelo comendador Macedo. Por essa forma, o grande partido conservador, que 4 anos antes, estando no ostracismo, elegera o seu digno chefe, o dr. Manoel Eufrásio Correia à deputado geral pelo 1º distrito da Província, achava-se em 1889 enfraquecido, pela cisão e afastamento dos seus mais fortes e acatados elementos, (...). A divergência, que de há muito se notava, no Partido Conservador, se agravou com a falta de um chefe que pudesse substituir ao benemérito e ilustre dr. Manoel Eufrásio Correia, que tão cedo deixara de existir, quando na Presidência de Pernambuco. Assim terminou seus dias, ingloriamente o grande Partido Conservador, devido a ingratidão criminosa de seus dirigentes, para com os seus mais devotados e leais companheiros” (NEGRÃO, 1949, p.112-3).

É provável que Francisco Negrão destaque esta história tendo como referência seus parentes, da família Negrão, membros atuantes do partido conservador e que estavam em oposição ao líder, barão de Serro Azul, e conseqüentemente em oposição ao antigo *quarteto saquarema*. Mas observa-se claramente, também pela leitura dos jornais locais, que o barão de Serro Azul não teria conseguido juntar todos seus membros em torno dos ideais partidários conservadores. Enfim, em março de 1889 há dois diretórios conservadores em Curitiba, porém, seus principais líderes, visconde de Nacar e senador Correia irão aceitar apenas o diretório do barão de Serro Azul (*Dezenove de Dezembro*, 16/mar/1889).

Diferentemente estava o partido liberal, liderado de forma bastante eficaz pelo Dr. Jesuino Marcondes, agora contando diretamente com o auxílio do Dr. Manoel Alves de Araujo e do Dr. Generoso Marques dos Santos, que praticamente assume a liderança no lugar do falecido Antonio Alves de Araujo. Neste ano, os liberais realizaram um Congresso no Rio de Janeiro, no mês de maio, e apresentaram o seguinte programa de governo para o Brasil: alargamento do voto (desde que se tenha renda e saiba ler e escrever), descentralização administrativa para as províncias (por exemplo, com a eleição dos presidentes dentro das províncias, mas em lista tríplice, que será escolhido, então, pelo imperador), direito a reunião, casamento civil obrigatório, plena liberdade de cultos, senado temporário, reforma do conselho de Estado e liberdade e melhoramento de ensino (*Dezenove de Dezembro*, 1/jun/1889). Ideais que vinham sendo discutidos desde o Ato Adicional de 1834. Representaram o Paraná o Dr. Manoel Alves de Araujo e o Dr. Generoso Marques dos Santos.

Porém, com a mudança de gabinete no Rio de Janeiro, de conservadores para liberais, no dia 7/jun/1889, novos rumos são dados ao Brasil. E, no Paraná, este seria mais um golpe

nos conservadores que estão divididos. No dia 18/jun/1889 assumirá como presidente da província o Dr. Jesuino Marcondes; e nomeado para a presidência de Pernambuco, Dr. Manoel Alves de Araujo. Enfim, com a mudança de gabinete novas eleições precisariam acontecer, principalmente para deputado geral (marcadas já para o dia 31/ago/1889)²⁰¹ e deputados provinciais (marcadas para o dia 1/set/1889)²⁰².

Novamente, no Paraná acontecerá a troca dos cargos públicos, sendo exonerados e nomeados novos membros (cf. *Dezenove de Dezembro*, a partir de 19/jun/1889). Como exemplo, é nomeado como chefe de polícia do Paraná o Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota Junior, que tinha saído desta província por motivos políticos (*Dezenove de Dezembro*, 6/jul/1889).

A abertura oficial da 2ª sessão da assembleia legislativa aconteceu dia 15/jul/1889, com a presença do presidente da província, Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá²⁰³ em uma assembleia legislativa liberal. Porém, esta sessão será dividida em dois momentos, o primeiro vai de 15 de julho a 29 de julho, e por ato do governo, foi adiada para recomeçar em 16 de setembro, encerrando seus trabalhos no dia 31/out/1889, com empolgante discurso de seu presidente Dr. Generoso Marques dos Santos (*Dezenove de Dezembro*, 31/out/1889)²⁰⁴.

²⁰¹ Candidatos a deputado geral pelo 1º Distrito: Dr. Generoso Marques dos Santos (Liberal), obteve 851 votos; Dr. Manoel Francisco Correia Junior (Conservador), 390 votos, e Dr. Eduardo Gonçalves (Republicano), 18 votos. A candidatura do Dr. Correia Junior, filho do senador Correia é sinal da força política desta família. Pelo 2º Distrito: Dr. Manoel Alves de Araujo (Liberal), 817 votos; coronel Antonio Ribeiro de Macedo (Conservador), 147 votos, e Dr. Vicente Machado (Republicano), 33 votos. Aqui a força política do clã Oliveira e Sá e Alves de Araujo e o destaque para a definitiva mudança do Dr. Vicente Machado para o partido republicano, porém, com votação totalmente inexpressiva. Mas, nenhum deles irá assumir o cargo, devido ao fim do período monárquico do Brasil.

²⁰² Candidatos a deputado provincial vitoriosos pelo 1º Distrito: 1. Coronel Joaquim Alves de Araujo (L), 744 votos; 2. Major João Lustosa de Andrade, (L), 737; 3. Comendador João Manoel Ribeiro Vianna, (L), 736; 4. Fausto Bento Vianna, (C Dissidente), 734; 5. Dr. João de Menezes Dória (L), 728; 6. Manoel Lobo de Andrade (C D), 726; 7. Dr. Justiniano de Mello e Silva (C D), 723; 8. Capitão Antonio Francisco Corrêa de Bittencourt (C D), 713; 9. Coronel José Antonio Pereira Alves (L), 689; 10. Tenente coronel Antonio J. de Oliveira Portes (C), 405; Padre Alberto José Gonçalves (C), 400; *seguem outros menos votados*; 2º Distrito: 1. Hippolyto Alves de Araujo (L), 562; 2. Dr. Generoso Marques dos Santos, 7. Amazonas de Araujo Marcondes, (L), 545; 8. Damaso José Corrêa Ribas, (L), 545; 9. Domingos Antonio da Cunha, (L), 542; 10. Theotônio Marcondes de Albuquerque (L), 540; 11. Telêmaco Morocines Borba (L), 538; 12. José A. de Almeida França, (L), 538. (*Dezenove de Dezembro*, 21/set/1889). Porém, nenhum deles irá assumir o cargo, devido ao fim do período monárquico do Brasil. Mas, é uma assembleia legislativa que não foge ao padrão familiar das anteriores. E nenhum deputado republicano teria sido eleito, em especial lembrando do Dr. Vicente Machado.

²⁰³ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná, no dia 15 de julho de 1889, pelo Presidente da Província Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, Curitiba, Typographia Dezenove de Dezembro, 1889: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1889_p.pdf (Acesso em 10/dez/2013).

²⁰⁴ O jornal destacou o caráter empolgante e emocionante do encerramento desta última sessão da assembleia legislativa, descrevendo-a como “um espetáculo novo entre nós, progressista e civilizador, a que assistimos palpitantes do entusiasmo mais santo, vendo unidos no seio da ilustre corporação os eleitos de todos os partidos, a receber os aplausos mais espontâneos e mais ferventes do povo paranaense” (*Dezenove de Dezembro*, 31/out/1889).

Ao que se percebe, não havia nenhuma desconfiança de que o regime político no Brasil iria mudar daqui a 16 dias, acontecimento, portanto, totalmente inesperado pelos deputados paranaenses foi o 15 de novembro.

Tabela 116 – LEIS APROVADAS EM 1889

Nº	Lei	Data
940	Prorroga até 31/dez/1889, a lei n.º 903, de 12/abr/1887 (referente ao orçamento da província)	28/jul/1889
941	Cria o imposto de 5\$000 por cabeça de gado vaccum que entrar na província	28/jul/1889
942	Concede prorrogação de prazo aos concessionários da estrada que de Antonina se dirige ao Serro Azul	28/jul/1889
943	Cria o lugar de escrivão e tabelião no termo do Rio Negro	28/jul/1889
944	Altera artigos do regimento interno da assembleia provincial	28/jul/1889
945	Cria um distrito de paz no distrito policial dos Veados	27/set/1889
946	Manda extrair loterias em benefício das igrejas, cemitérios e Santa Casa de Misericórdia de Antonina e Paranaguá	7/out/1889
947	Cria um 2º tabelionato em S. José dos Pinhais	8/out/1889
948	Designa o dia 1 de outubro de cada ano para a reunião da assembleia provincial	16/out/1889
949	Fixa a força policial para o ano de 1890 (146 praças, um capitão, um alferes-ajudante, dois primeiros sargentos, quatro segundos ditos, dez cabos e um corneta, num total de 165 membros)	16/out/1889
950	Interpreta as disposições do art. 51 a 54 do Regulamento de 16/jan/1884	17/out/1889
951	Computa mais a terça parte dos vencimentos da professora aposentada D. Alzyra Paula da Costa Lobo e Silva	22/out/1889
952	Eleva a comarca o termo da Palmeira	23/out/1889
953	Cria um 2º ofício de tabelião na capital	23/out/1889
954	Aprova artigos de posturas da câmara de Castro	23/out/1889
955	Aprova artigos de posturas da câmara de S. José dos Pinhias	23/out/1889
956	Concede um crédito de 9:500\$ ao governo	25/out/1889
957	Eleva à categoria de vila a freguesia do Pacutuba	28/out/1889
958	Autoriza o governo a conceder 1 ano de licença à D. Amélia Isolina de Carvalho, professora da escola promiscua da freguesia de Piraquara	31/out/1889
959	Aprova artigos de posturas da câmara de Morretes	31/out/1889
960	Declara de nenhum efeito o contrato ceelbrado com João M. do Couto	31/out/1889
961	Aprova artigos de posturas da câmara de Paranaguá	31/out/1889
962	Fixa a receita e despesa para o ano de 1890	31/out/1889
963	Autoriza o governo a conceder vitaliciedade ao professor Libero Teixeira Braga	2/nov/1889
964	Denomina inspetores paroquiais os superintendentes do ensino	2/nov/1889
965	Manda extrair uma loteria em benefício do cemitério e igreja de Morretes	2/nov/1889
966	Determina que as coletorias de Paranaguá e Antonina entreguem mensalmente a câmara de Morretes 10% do imposto de que tratam as leis de 30/mar/1870 e 30/dez/1885	2/nov/1889
967	Altera o Decreto n.º 932, de 12/set/1888, no sentido de ser a empresa denominada “Constructora Paranaense”, e determinando que o prazo para a incorporação será de 8 anos	2/nov/1889
968	Restabelece as comarcas da Boa Vista e Palmas	2/nov/1889
969	Aprova artigos de posturas da câmara de Guarakessaba	2/nov/1889
970	Aprova artigos de posturas da câmara da Lapa	2/nov/1889
971	Aprova artigos de posturas da câmara do Tibagy	2/nov/1889
972	Fixa a receita e despesa das câmaras municipais da província para 1890	2/nov/1889
	Regulamento – Criando 100 escolas subvencionadas na província	31/out/1889
	Decreto n.1 – Denomina “Escola de artes e indústria do Paraná” a escola de Desenho e Pintura	29/nov/1889
	Decreto n.2 – Modifica as disposições do art. 1º §§23 24 do dec. n.º 802, de 5/nov/1884 (posturas municipais de Morretes)	8/dez/1889

	Decreto n.3 – Dissolve a câmara municipal da capital	11/dez/1889
	Decreto n.4 – Aprova artigos de posturas da câmara de Antonina	20/dez/1889
	Decreto n.5 – Autoriza um empréstimo de 800:000\$	20/dez/1889
	Decreto n.6 – Fixa a receita e despesa do Estado para o ano de 1890	23/dez/1889
	Regulamento – Para a cobrança da taxa escolar	27/dez/1889
	Regulamento – Para a secretaria do governo	31/dez/1889

Leis, Decretos e Regulamentos da Província do Estado do Paraná, 1888-1889. Typ. da Penitenciária, Curitiba, 1912.

Dr. Generoso Marques em seu discurso de encerramento desta 18ª legislatura, destacou principalmente o estado financeiro da província e os esforços feitos pelo presidente da província, bem como por todos os deputados provinciais, para que se dessem novos rumos para o crescimento que o Paraná tanto merecia.

É interessante, portanto, observar o último orçamento da província do Paraná no período imperial aprovado pela assembleia legislativa, e sancionado pelo Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, lei n.º 962, de 31/out/1889, com uma receita e despesa de Rs. 885:513\$000. Os orçamentos revelam um pouco da estrutura administrativa das províncias; esta lei paranaense divide o orçamento em vários itens; como exemplo, a assembleia legislativa tem direito aos subsídios aos 24 deputados e demais ajudas de custo, somando Rs.15:700\$000; e de acordo com este orçamento, o Paraná teria o seguinte número de funcionários: 7 funcionários na Secretaria; 13 funcionários na Secretaria de governo; 15 funcionários no Tesouro provincial, além dos coletores, administrador e escrivão da barreira do Itararé, o agente fiscal do Rio Negro, Xanxerê, Encruzilhada, S. José do Christianismo, Barbosas e Porto da União (talvez, 26 funcionários da Tesouraria provincial); ao culto público, tem-se um vigário geral forense, um coajutor da Lapa e 26 paróquias providas (talvez, 28 padres); força policial, de 165 membros; diretoria da Instrução pública, um diretor, um secretário, um amanuense e um porteiro (4 membros), além dos professores, lentes da Escola Normal e Instituto Paranaense, instrução primária composta de 29 cadeiras de segunda entrância e 28 ditas de 1ª entrância, e mais 100 escolas particulares do ensino primário. Porém, não se especifica o número de professores que o Paraná possuía. Funcionários das Obras Públicas, um diretor, um ajudante, um amanuense e um porteiro, somando 4 membros; passadores de balsas e canoas, com, talvez, 14 membros; um bibliotecário; além de outros serviços como conservação de estradas e demais auxílios como das Santas Casas etc.; havia também o “pessoal inactivo”, consituído de 25 pessoas e mais membros do corpo policial; dos 25 inactivos, 12 eram professores; isto sem contar demais cargos públicos, por vezes, sem remuneração por parte do Estado, como os cargos de vereadores, juízes de paz, delegados,

entre outros; enfim, previa-se arrecadar neste ano de 1890, a quantia de Rs. 885:513\$000, num total de 46 tipos de impostos instituídos no Paraná, bem como de inúmeras loterias.

Enfim, no dia 15/nov/1889 um novo regime político é instituído no país, e o Dr. Jesuino Marcondes, em reunião com as principais lideranças políticas do Paraná, adere a República, passando seu cargo ao novo governo provisório (*Dezenove de Dezembro, 18/nov/1889*).

O decreto n.º 1 do novo governo provisório foi assinado por Francisco José Cardoso Junior, e os demais decretos assinados pelo governador nomeado do Estado do Paraná, José Marques Guimarães. Destaca-se o decreto n.º 3, que por estarem dissolvidas as assembleias provinciais, bem como as câmaras municipais no Brasil, em Curitiba o governador nomeia uma comissão municipal para legislar composta pelo Dr. Vicente Machado da Silva Lima, como presidente e dos cidadãos Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Dr. F. de Almeida Torres, Ernesto de Campos Lima, Cyro Persiano de Almeida Velloso, José Celestino de Oliveira Junior e Mauricio Sinke como membros e Bernardino de Freitas Saldanha, como secretário. O Dr. Vicente Machado, como se vê, incorporara-se de imediato na nova administração do governo provisório, além do cargo de chefe de polícia, dando-lhe condições de paulatinamente crescer politicamente, afinal tinha sido derrotado nas eleições como candidato republicano, e a enfrentar a liderança do Dr. Generoso Marques dos Santos, que assumirá praticamente o lugar do Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá e de seu cunhado Dr. Manoel Alves de Araujo, que se afastam da nova cena política propositalmente. Porém, quando esta primeira comissão foi destituída, a segunda comissão foi liderada pelo Dr. Generoso Marques dos Santos. Iniciava-se uma nova fase política no Paraná, liderada por dois ex-liberais, Generoso Marques, de um lado e Vicente Machado de outro, mas que se encerrará com a morte prematura do Dr. Vicente Machado em 1907 (GOULART, 2008).

Quanto ao decreto n.º 5, refere-se a um empréstimo de 800 contos de réis para pagar a dívida flutuante do Estado. E o decreto n.º 6, aprova um novo orçamento para o ano de 1890, que previa uma despesa de Rs. 596.226\$933, bem menor daquela aprovada em 1889.

* * *

As 5 legislaturas desta década de 1880, tiveram 17 deputados que atuaram nas décadas anteriores e mais 54 políticos eleitos, num total de 71 membros. Observando os deputados diretamente ligados aos três grandes clãs políticos do século XIX no Paraná, novamente

marcam presença de maneira significativa nesta última década do regime monárquico no Brasil.

Quadro 14 – Os clãs familiares na década de 1880 e seus deputados provinciais

Sá Ribas	Guimarães / Correia	Oliveira e Sá / Alves de Araujo
Antonio Ricardo Lustosa de Andrade	Domingos Antonio da Cunha	Manoel Alves de Araujo*
José Lourenço de Sá Ribas*	Augusto Lustosa de Andrade Ribas	Antonio Alves de Araujo*
Joaquim de Almeida Faria Sobrinho	Ildefonso Pereira Correia	Pe. José Antonio de Camargo e Araujo
Benedicto Pereira da Silva Carrão	José Pereira dos Santos Andrade	Jorge Marcondes de Albuquerque
Mathias Taborda Ribas	Manoel Eufrásio Correia	Manoel Marcondes de Sá*
Coriolano Silveira da Mota	João Manoel Ribeiro Vianna*	Agostinho Antonio Pereira Alves*
	José Gonçalves de Moraes	Hypólito Alves de Araujo*
	Manoel Francisco Correia Junior	Theotônio Marcondes de Albuquerque
	Amazonas de Araujo Marcondes	
	Luiz Manoel Agner	
	Antonio Ricardo do Nascimento	
	Antonio Ricardo dos Santos Filho	
	Arthur Ferreira de Abreu	
	Brazílio Ferreira da Luz	
<i>6 deputados provinciais</i>	<i>14 deputados provinciais</i>	<i>8 deputado provincial</i>

O autor; * participam do núcleo duro da Assembleia Legislativa;

Os três clãs somam juntos 28 deputados num universo agora de 71 eleitos. Em cada clã, estes deputados são diretamente parentes entre si. E quanto aos demais, são membros de *títulos* familiares que os fazem, ao menos parentes distantes.

Quanto às leis aprovadas na década de 1880, comparando com as décadas anteriores, este foi o período mais produtivo da assembleia legislativa do Paraná.

Tabela 117 – Leis provinciais do Paraná (1880/1889)

Tipos de leis	1854/60	1861/70	Leis aprovadas Década de 1880
Aprovando Posturas Municipais	45	51	92
Divisão municipal, comarcas, cartórios	37	66	49
Obras públicas e outros incentivos como loterias, empréstimos, concessões etc.	34	70	72
Orçamento provincial e municipal	31	20	24
Força policial	17	10	10
Impostos	22	38	51
Referentes a própria Assembleia Legislativa do Paraná	13	7	17
Educação	28	62	64
Emprego público	16	25	33
<i>TOTAL de Leis aprovadas por década</i>	<i>148</i>	<i>349</i>	<i>412</i>

O autor

Foram aprovadas 412 leis. Um número bastante expressivo, mas entendendo que muitas delas são bastante específicas, como a de permitir que um aluno específico realize exames para ser elevado de nível; aprova escolas em comunidades distintas, aposenta professores, concede licenças etc.

E quanto ao orçamento provincial tem-se o seguinte quadro:

Tabela 118 – Orçamento provincial (1881/1890)

Exercício	Total da província	Assembleia Legislativa
1855/60	<i>Média: 271:185\$000</i>	<i>Média: 12:218\$000</i>
1861/70	<i>Média: 298:488\$000</i>	<i>Média: 9:744\$000</i>
1871/80	<i>Média: 643:825\$501</i>	<i>Média: 15:217\$000</i>
1881	674:484\$020	19:180\$000
1882	747:365\$970	14:460\$000
1883	796:966\$265	21:600\$000
1884	799:569\$263	21:040\$000
1885	827:840\$000	14:680\$000
1886	*	*
1887	969:018\$076	26:390\$000
1888	*	*
1889	*	*
1890	885:513\$000	15:700\$000
1881/90	<i>Média: 814:393\$799</i>	<i>Média: 19:007\$000</i>

O autor; * O orçamento provincial não foi aprovado e, portanto, ficando o mesmo do ano anterior. A média refere-se aos anos em que o orçamento foi aprovado pela assembleia legislativa.

Devido às mudanças de gabinete no Rio de Janeiro isto acabou refletindo nas províncias, formando legislaturas contrárias ao novo partido que sobe ao poder, ocasionando desentendimentos políticos, em especial quando se tratava da aprovação do orçamento. Em três anos legislativos, o orçamento não chegou a ser consenso, tendo de ser adotado o do ano anterior. A média realizada acima se refere apenas aos orçamentos aprovados. De qualquer forma a década de 1880 foi um período em que mais se projetou arrecadação, mais o Paraná se endividou, e também mais pode investir.

O presidente da província, o paranaense Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, do partido conservador, em seu discurso de abertura da Assembleia Legislativa, no dia 17/fev/1887, fez um balanço das finanças da província, demonstrando que os empréstimos contraídos em 1882 e 1885 somavam, no momento, a dívida paranaense em 774:700\$000, e que o governo continuava a pagá-la e aos seus juros de maneira correta. Mas, destaca que o orçamento aprovado e posto em prática durante os anos de 1885 e 1886, em que os liberais estavam a governar o Paraná, não se concretizaram. Por exemplo, em 1885 estava previsto arrecadar, de acordo com a lei n.º 776, de 4/out/1884, Rs 827:840\$000, e fixada a despesa em igual importância. Porém, a receita arrecadada foi de Rs 629:856\$385. E, a despesa, foi de Rs 902:908\$082. O mesmo ocorre para o ano de 1886, que se previa o mesmo orçamento do ano anterior, e os gastos novamente suplantaram a arrecadação. Esta era também a dificuldade destes governos, bastante instáveis politicamente, que assumiam dívidas de governos passados, que levava, por vezes, como o próprio presidente Dr. Faria Sobrinho sublinhou, cortes em gastos que eram essenciais para o desenvolvimento da província, isto na tentativa de se sanar as contas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliação prosopográfica: a estrutura política paranaense e seus membros constituintes

A prosopografia dos políticos eleitos no Paraná no século XIX teve por objetivo responder, em especial, a duas questões:

1. A que família ou *título familiar* pertence o político eleito?²⁰⁵
2. Qual é a base econômica do político eleito no Paraná? Tendo como referência que no período imperial a economia “paranaense” girava em torno, principalmente, do tropeirismo (comércio de tropas) e da erva-mate (sua fabricação e exportação); neste sentido busca-se responder o lugar de residência do deputado eleito, sua educação e profissão e o partido político ao qual pertença como reflexos da sua base econômica.

O universo de indivíduos que ocuparam os cargos eletivos existentes na província durante os anos de 1854 a 1889 é de 188 homens, composto por dois senadores, doze deputados gerais e 187 deputados provinciais. Quanto ao número de senadores e deputados gerais é evidente a baixa representatividade do Paraná no cenário nacional, comparando aos números de parlamentares das outras províncias brasileiras²⁰⁶. Isto era reflexo, também, da baixa proporção populacional e consequente nível de arrecadação das pequenas províncias.

Tabela 1 – Biografia coletiva dos dois senadores paranaenses

Senador	Família	Residência	Educação / Profissão	Partido político	Cargos públicos	Títulos
João da Silva Machado, barão de Antonina De 1854 a 1875	Família Guimarães / <i>Título Cardoso de Lima</i>	Castro / São Paulo	Alfabetizado; Tropeirismo;	Liberal	Vereador, deputado provincial, vice-presidente de província, senador	Comendador, barão, barão com grandeza, veador, fidalgo
Manoel Francisco Correia De 1876 a 1889	Família Correia / <i>Título Rodrigues de França</i>	Paranaguá / Rio de Janeiro	Advogado / Funcionário público; Erva-mate;	Conservador	Funcionário público, Deputado provincial, deputado geral, presidente de província,	Comendador e Conselheiro

²⁰⁵ Os *títulos familiares* se referem a classificação organizada por Francisco NEGRÃO na obra *Genealogia Paranaense* (1926, vol.1; 1927, vol.2; 1928, vol.3; 1929, vol.4; 1946, vol.5; 1950, vol.6).

²⁰⁶ A Constituição de 1824 determinou uma lei regulamentar para definir o número de deputados gerais por província, que estabeleceu: Minas Gerais, 20 deputados gerais e 10 senadores; Bahia e Pernambuco, 13 deputados gerais cada uma; Rio de Janeiro, 12; São Paulo, 9; Ceará, 8, etc. As “pequenas províncias”, como Amazonas, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina, 1 deputado geral cada; apenas a partir de 1860 estas pequenas províncias passaram a ter direito a eleger 2 deputados gerais até o final do Império, mas continuavam a ter apenas um senador. Uma representatividade totalmente desproporcional entre as províncias brasileiras. Quanto a deputados provinciais, Rio de Janeiro possuía 45 deputados, Bahia, 42, Minas Gerais, 40. As outras províncias teriam entre 20 a 39 deputados (GOUVÊA, 2008, p.105). O Paraná terá 20 deputados provinciais.

					ministro, senador	
--	--	--	--	--	----------------------	--

O autor

O cargo de senador era vitalício no Império. A eleição para senador dos dois políticos paranaenses foram em momentos distintos, como se verá ao longo deste trabalho. Havia uma única vaga no senado para o Paraná. Em 1854 foi eleito João da Silva Machado, o barão de Antonina, e após seu falecimento, uma nova eleição ocorreu em 1876, sendo eleito Manoel Francisco Correia. Mas, a princípio, as biografias conjuntas destes dois podem explicar o retrato das forças familiares, econômicas e políticas do Paraná no século XIX.

O primeiro ponto a ser observado é quanto à genealogia destes indivíduos, ou a que *título* familiar eles pertencem, de acordo com a obra do genealogista Francisco Negrão, que dividiu seu trabalho em seis volumes, sendo que os três primeiros, como ele mesmo explica, referem-se a famílias que estão a mais tempo nesta região de Curitiba e litoral sul de São Paulo, desde o século XVII e XVIII. Os demais volumes são famílias que vão se estabelecendo a partir da metade do século XVIII e durante o início do século XIX.

O barão de Antonina, descendente de portugueses colonizadores do Rio Grande do Sul, por suas atividades tropeiras, que o enriqueceu, casa-se com “moça rica” da família de Manoel Gonçalves Guimarães dos Campos gerais, também atuante no comércio das tropas. Manoel Gonçalves Guimarães, também português, incorpora-se ao *título Cardoso de Lima*, povoadores desta região “paranaense” desde o século XVIII, através de casamento com Maria Magdalena de Lima. Já Manoel Francisco Correia, “moço rico” graças às atividades de comércio, em especial de erva-mate, de seus pais e avós no litoral, teve a oportunidade de estudar e formar-se em Direito trabalhando e casando no Rio de Janeiro. A família Correia pertence ao *título Rodrigues de França*, também povoadores desta região desde o início do século XVIII. A família *Guimarães* e a família *Correia*, em 1854, tinham como um dos elos familiares o importante comerciante do litoral, Manoel Antonio Guimarães (visconde de Nácar, pós 1880), um dos mais influentes políticos paranaenses do século XIX, eleito também deputado provincial e vice-presidente da 1ª Assembleia legislativa paranaense, em 1854. Ele era sobrinho, por parte de pai, da esposa do barão de Antonina e cunhado de Manoel Francisco Correia, pelo lado paterno. O senador João da Silva Machado era residente nos Campos gerais do Paraná (mas com fazendas em toda a estrada das tropas, do Rio Grande do Sul a Sorocaba), sem formação acadêmica, mas membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e político do partido liberal; possuía experiência em cargos públicos eletivos como vereador, deputado provincial por São Paulo e nomeado vice-presidente daquela província;

por suas atividades em prol do Império recebeu o título de barão em 1843, barão com grandeza em 1860, além de outros títulos nobiliárquicos, como o de comendador, veador e fidalgo. O segundo, Manoel Francisco Correia era de família residente no litoral do Paraná, ervateiros, do partido conservador, funcionário público no Rio de Janeiro, nomeado presidente da importante província de Pernambuco em 1862, deputado provincial e geral pelo Paraná, chegando a ser ministro e conselheiro de Estado e era comendador da ordem de Cristo. Estes “opostos” representam as duas grandes forças econômicas do Paraná no século XIX, o tropeirismo e a erva-mate; e dos dois partidos políticos do Império, o liberal e o conservador. E ambos são provenientes de famílias “legalistas”, isto é, frente às revoltas contra o Império, como a dos farrapos (1835-1845) e a revolução liberal de Sorocaba (1842), tanto João da Silva Machado como Manoel Francisco Correia Junior (pai do futuro senador) foram a favor da legalidade, não apoiando os “revoltosos”. E, como visto, entre estes dois senadores há o elo do parentesco direto formando a grande família, ou clã “Guimarães Correia”.

Quanto aos *deputados gerais* do Paraná, estes foram apenas doze, representantes desta nova província na câmara legislativa no Rio de Janeiro.

Tabela 2 – Deputados gerais do Paraná (1854/1889)

Deputado geral	Legis-Latura	Família	Residência	Educação / Profissão	Partido político	Cargos públicos
1. Antonio Candido Ferreira de Abreu	9 ^a	<i>Título Rodrigues de França</i> (esposa)	Curitiba	Advogado / juiz; Erva-mate	Conservador	Juiz, deputado geral, dep. provincial
2. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá	10 ^a , 12 ^a , 13 ^a	<i>Título Carrascos dos Reis</i> (mãe) e <i>Rodrigues de França</i> (esposa)	Curitiba / Palmeira	Advogado; Tropeirismo	Liberal	Vereador, deputado provincial, dep. geral, ministro, presidente de província
3. Laurindo Abelardo de Brito	10 ^a , 12 ^a , 13 ^a	<i>Título Rodrigues de França</i> (sogra); genro do deputado Manoel Ignácio do Canto e Silva	Curitiba / Castro	Advogado; Tropeirismo	Liberal	Juiz, deputado provincial, dep. geral, presidente de província
4. Joaquim Ignácio Silveira da Motta	11 ^a	<i>Título Rodrigues Seixas</i> (esposa); Sá Ribas	Curitiba	Médico;	Liberal	Deputado provincial, dep. geral
5. Zacarias de Goes e Vasconcellos	11 ^a	-	Rio de Janeiro	Advogado;	Conservador / Liberal (Progressista)	Deputado provincial, dep. geral, presidente de província, ministro, senador
6. Joaquim Dias da Rocha	14 ^a	Moraes	Curitiba	Médico;	Liberal / Conservador	Deputado provincial, dep. geral

7. Manoel Francisco Correia	14 ^a , 15 ^a , 16 ^a	<i>Título Rodrigues de França</i>	Rio de Janeiro / Paranaguá	Advogado / Funcionário público; Erva-mate	Conservador	Deputado provincial, dep. geral, presidente de província, ministro, senador
8. Manoel Eufrásio Correia	15 ^a , 16 ^a , 19 ^a , 20 ^a	<i>Título Rodrigues de França</i>	Paranaguá / Curitiba	Advogado; Erva-mate	Conservador	Deputado provincial, dep. geral, presidente de província
9. Manoel Alves de Araujo	17 ^a , 18 ^a , 19 ^a , 20 ^a	<i>Título Rodrigues de França</i>	Antonina / Curitiba	Advogado; Erva-mate e tropeirismo	Liberal	Deputado provincial, dep. geral, ministro, presidente de província
10. Sérgio Francisco de Souza Castro	17 ^a	<i>Título Moraes Cordeiro</i>	Curitiba	Advogado;	Liberal	Deputado provincial, dep. geral
11. Generoso Marques dos Santos	18 ^a	<i>Título Carrascos dos Reis</i>	Curitiba	Advogado;	Liberal	Vereador, deputado provincial, dep. geral
12. Manoel Antonio Guimarães	20 ^a	<i>Título Rodrigues de França</i>	Paranaguá	Alfabetizado; Comerciante; Erva-mate	Conservador	Vereador, deputado provincial, presidente de província; dep. geral

O autor

Os deputados gerais do Paraná são membros de importantes e tradicionais famílias paranaenses. Do *título Rodrigues de França* são 8 deputados, destacando-se a família Correia, Guimarães, Alves de Araujo e Oliveira e Sá; e dos títulos *Carrascos dos Reis e Rodrigues Seixas*, 3 deputados, os doutores Jesuino Marcondes, Silveira da Motta e Generoso Marques; e do *título Moraes Cordeiro*, um deputado, Dr. Sérgio de Castro.

Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá e seu cunhado Manoel Alves de Araujo, Generoso Marques dos Santos e Sérgio Francisco de Souza Castro, do partido liberal e Manoel Francisco Correia, Manoel Eufrásio Correia e Manoel Antonio Guimarães, parentes entre si, do partido conservador, são herdeiros diretos dos sesmeiros conquistadores desta região. E o vínculo familiar é bastante forte entre eles. Os deputados gerais e advogados Antonio Candido Ferreira de Abreu, Laurindo Abelardo de Brito e os médicos Joaquim Ignácio Silveira da Motta e Joaquim Dias da Rocha podem ser classificados como “genros” que, além da formação específica (advogado e médico), da liderança e capacidade argumentativa, tiveram que contar com o apoio de clãs familiares locais sem os quais não poderiam ser vitoriosos, mas eram igualmente provenientes de famílias senhoriais de outras províncias brasileiras.

Não pertencente aos *títulos* familiares paranaenses seria apenas o conselheiro Zacarias de Goes e Vasconcellos, nomeado primeiro presidente da província do Paraná em 1853, foi eleito deputado geral por esta província no início da década de 1860. Sua vitória foi discutida

no capítulo dois deste trabalho. Outro deputado geral não citado na genealogia de Francisco Negrão é o médico Joaquim Dias da Rocha que vem para o Paraná em 1858, mas casa com Maria Índia de Moraes, irmã do capitão Julio Índio do Brasil Moraes, praticante da tesouraria da província do Paraná e morto na batalha de Curupaity, Paraguai, em 22/set/1866, residentes em Curitiba.

Um ponto importante é salientar a frequência de participação na assembleia geral destes deputados, isto é, quantas vezes cada um deles foi eleito para as 12 legislaturas que aconteceram no período de 1853 a 1889. Isto demonstra o predomínio e a força de alguns destes políticos. Pelo partido liberal e de famílias do comércio de tropas foram eleitos por três vezes a dupla Jesuino Marcondes e Abelardo de Brito, mas que na década de 1870 e 1880 deixaram o espaço para o deputado Manoel Alves de Araujo, eleito 4 vezes, ele que era representante tanto do comércio de tropas, já em declínio, como de ervateiros do litoral e planalto curitibano; o conservador e chefe político deste partido, de famílias ervateiras, Manoel Eufrásio Correia foi 4 vezes eleito, e seu sobrinho Manoel Francisco Correia, 3 vezes, mas que a partir de 1876, será senador; e serão estes deputados, que mais vezes dirigiram-se ao Rio de Janeiro, que ocuparão outros importantes cargos na Corte, como o de conselheiro, ministro e presidente de províncias. Os demais tiveram apenas uma única participação, vencendo graças a força de suas famílias e a dobradinha com um destes chefes acima.

Quanto a defesa dos interesses econômicos destas famílias na Câmara geral no Rio de Janeiro, o tropeirismo e o comércio de tropas tiveram sua força representativa na década de 1860 com os doutores Jesuino Marcondes e Abelardo de Brito, e depois com o Dr. Manoel Alves de Araujo, de Antonina, casado com a filha do barão dos Campos Gerais, David dos Santos Pacheco, mas também a família Alves de Araujo tinha negócios com engenhos de erva-mate; bem como o senador barão de Antonina, até sua morte, em 1875, ambos do partido liberal; e serão 4 deputados diretamente ligados ao comércio da erva-mate, Antonio Candido Ferreira de Abreu, Manoel Eufrásio Correia, Manoel Antonio Guimarães e Manoel Francisco Correia, sendo eles do partido conservador, e depois com o senador Manoel Francisco Correia, pós 1876. Porém, há 5 deputados gerais não identificados diretamente com a erva-mate ou com o comércio de tropas, mas possuíam cargos públicos ou mesmo, eram profissionais liberais (advogados e médicos) capazes de lhes garantir a sobrevivência. Os médicos Joaquim Ignácio Silveira da Mota e Joaquim Dias da Rocha, além dos cargos públicos na província, exerciam suas profissões liberais; os advogados Generoso Marques dos Santos e Sérgio de Castro também tinham cargos públicos, mas exerciam a profissão de

advogado. E o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos era um político de fora do Paraná, que também exerceu a profissão de advogado na Corte, mas era político de profissão.

Quanto ao partido político, 6 são conservadores e 6 são liberais; apenas dois deles mudam de partido ao longo de sua carreira política. Havia, portanto, um equilíbrio de forças, neste quesito partidário, e salientando que, geralmente, eram eleitos deputados gerais de acordo com o gabinete ministerial formado no Rio de Janeiro.

Quanto a residência, a referência é a cidade de Curitiba, capital e centro administrativo da província, com 8 deputados gerais; porém, destes oito políticos, Jesuino Marcondes também tem residência em Palmeira, Manoel Eufrásio Correia, em Paranaguá, Abelardo de Brito, em Castro; do litoral, um é de Paranaguá, Manoel Antonio Guimarães, e um de Antonina, Manoel Alves de Araujo, mas com residência em Curitiba; dois residem no Rio de Janeiro, Manoel Francisco Correia e Zacarias de Goes e Vasconcellos.

Quanto aos cargos públicos, 3 foram presidentes da câmara geral no Rio de Janeiro, 4 foram ministros, 7 foram presidentes ou vice-presidentes de províncias, 5 foram conselheiros de Estado e todos foram deputados provinciais. Isto demonstra uma intensa participação destes políticos locais no cenário nacional e sua importante atuação na assembleia legislativa provincial do Paraná.

Quanto aos *deputados provinciais*, a biografia coletiva abrange 187 políticos (apenas o barão de Antonina, João da Silva Machado, não foi deputado provincial no Paraná, mas, antes da emancipação política paranaense, tinha sido deputado provincial por São Paulo), e alguns pontos serão destacados. Primeiro, quanto aos *títulos familiares* a que pertencem estes deputados, principalmente a partir da obra *Genealogia Paranaense*, de Francisco Negrão. No quadro abaixo estão postas apenas os *títulos familiares* a que pertencem os deputados provinciais paranaenses e o número de deputados não citados nesta genealogia.

Tabela 3 – Genealogia paranaense e deputados provinciais (1854/1889)

Títulos da Genealogia Paranaense – Francisco Negrão	Número de Deputados
Vol.1 – <i>Carrascos dos Reis</i>	32
Vol.2 – <i>Rodrigues Seixas</i>	32
Vol.3 – <i>Rodrigues de França</i>	50
Vol.4 – <i>Teixeira Coelho</i> ²⁰⁷ ; <i>Moraes Cordeiro</i> ; <i>Corrêa de Bittencourt</i> ²⁰⁸ ; <i>Pereira Braga</i> ; <i>Xavier Pinto</i> ²⁰⁹ ; <i>Oliveira Cardoso</i> ²¹⁰	16

²⁰⁷ Teve origem a família – *Teixeira Coelho* – no Paraná, em Francisco Teixeira Coelho, que foi o primeiro Capitão mor da Lapa, natural de Portugal. Casado a 13/jun/1774 com Gertrudes Maria dos Santos, falecida em 5/fev/1832. Foi o primeiro capitão da freguesia da Lapa, de cujo destacamento era comandante. Logo após a ereção da freguesia em Vila em 6/jun/1806, foi eleito e confirmado no cargo de Capitão-mór. (...)” (NEGRÃO, 1929, vol.4, p.371).

Vol.5 – <i>Cardoso de Lima</i>	14
Vol.6 – <i>Souza Pinto</i> ²¹¹ ; <i>Pereira</i> ²¹² ; <i>Laynes</i> ²¹³ ; <i>Xavier da Silva</i> ²¹⁴ ; <i>Brandão Proença</i> ²¹⁵ ; <i>Santos</i> ²¹⁶ ; <i>Silva Pereira</i> ; <i>Marques de Jesus</i> ²¹⁷ ; <i>Morocine Borba</i> ²¹⁸	12

²⁰⁸ *Título Corrêa de Bittencourt* – Teve início esta Família em José Corrêa de Bittencourt, casado com Rosa Mariana, naturais de N. S. de Guadalupe – Ilha da Graciosa – Portugal. (...) Teve José Corrêa de Bittencourt de seu matrimonio os seguintes filhos: 1. Tenente coronel Manoel José da Cunha Bittencourt, capítulo 1º e 2. Capitão João José Corrêa de Bittencourt, capítulo 2º (NEGRÃO, 1946, vol.5, p.5-14).

²⁰⁹ *Título Xavier Pinto* – Teve início essa família com o consorcio do Sargento mor Francisco Xavier Pinto com Rita Ferreira Bueno. Ele, natural da Alfândega da Fé, Comarca da Torre de Moncorvo, Bispado de Braga; (...) Casaram-se na cidade de Santos, onde residiam os pais dela. (...) Francisco Xavier Pinto em sua justificação feita em Curitiba a 16/abr/1762, (...) declarou ser negociante, de idade de 30 anos mais ou menos, portanto, nasceu em 1732. Foi Juiz ordinário e Presidente da Câmara de Curitiba, em cuja vila gozou de largo prestígio social e político. O Sargento mor Francisco Xavier Pinto fez parte saliente na expedição a Guarapuava e Tibagy, ao mando do intimerato Affonso Botelho de Sampaio e Souza, que tão relevantes serviços prestou no desbravamento do hinterland paranaense na segunda metade do século XVIII. Faleceu com testamento em Curitiba em 1805 (...) (NEGRÃO, 1929, vol.4, p.317-318).

²¹⁰ *Título Oliveira Cardoso* – Teve origem esta Família no tenente coronel Manoel Teixeira de Oliveira Cardoso, natural do Porto, Portugal, onde nasceu a 5/mar/1765. Veio para o Brasil aos vinte anos de idade, se casando em primeiras núpcias na vila de Lages, então pertencente a S. Paulo, aos 27/ago/1789, com Anna Maria do Sacramento (...); ela nasceu em Curitiba em setembro de 1768 (...). Em 1/jan/1807 exercia em Curitiba, como curioso, o lugar de “cirurgia e medicina”, segundo atestação passada nessa data pela Câmara da Vila. Fez parte das expedições a Guarapuava, da qual foi Tesoureiro. Por provisão do capitão general governador de São Paulo, de 26/ago/1797 foi nomeado professor das primeiras letras da vila de Curitiba (...). Foi casado em segundas núpcias em Guarapuava, a 10/out/1813, com Anna Joaquina da Paixão, falecida em Curitiba a 9/jun/1816; (...) Ele faleceu em Curitiba a 5/abr/1818. Teve 7 filhos do primeiro casamento e 2 do segundo (NEGRÃO, 1929, vol.4, p.559-560).

²¹¹ *Título Souza Pinto* – Teve início essa família no Paraná no Capitão Manuel de Souza Pinto e em sua mulher Catharina Maria José do Nascimento, natural da freguesia do Pilar ou Catharina Maria de Vasconcellos, viúva de Francisco Alvares da Culho. O Capitão Manuel de Souza Pinto era natural de S. Miguel – Arcebispado de Braga, filho de Jeronymo Pinto de Souza e de Maria Alvares Ribeiro. Faleceu em Paranaguá com seu testamento a 6/jun/1797 (NEGRÃO, 1950, vol.6, p.143).

²¹² *Título Pereiras* – Família Pereira, do Paraná, teve origem nos dois irmãos: Capitão mor Manoel Antonio Pereira e Antonio José Pereira, filhos legítimos de Antonio José de Magalhães, falecido a 25/mar/1796 e de sua mulher Marianna de Oliveira, falecida a 10/jun/1821, naturais da freguesia de Ribeiros, comarca de Guimarães, conselho de Tafe, arcebispado de Braga (NEGRÃO, 1950, vol.6, p.247).

²¹³ *Título Laynes* – Teve origem esta Família no Sargento mor D. João Francisco Laynes natural de Granada – Hespanha, donde passou ao Brasil vindo se estabelecer em Paranaguá onde se casou com Maria Cursina de Brito e Silva filha do Mestre de Campo Diogo Pinto do Rego. Em 1738 era Sargento mor, e requereu da Câmara de Paranaguá concessão de terra no Porto de Cima para edificar sua casa e armazéns e estabelecer pastagens para os animais que de serra acima demandassem o litoral, concessão que lhe foi feita a 8/nov/1838 [sic – 1738]. Possuía fazendas de criação de gado vaccum em Piraquara. Por morte do Capitão mor regente de Paranaguá Anastacio de Freitas Trancozo, foi pela Câmara empossado nesse cargo em sessão solene de 22/jun/1743 o Sargento mor Laynes. Foi vulto de valor e respeito; já era falecido em 1750 (NEGRÃO, 1950, vol.6, p.63).

²¹⁴ *Tronco Xavier da Silva* – Teve origem esta família com Francisco Xavier da Silva, natural de Portugal, que teve dois filhos. 1. Firmino José Xavier da Silva, Capítulo 1º; 2. David Antonio Xavier da Silva, Capítulo 2º (NEGRÃO, 1950, vol.6, p.335).

²¹⁵ *Título Brandão de Proença* – Família desse apelido teve origem no Professor João Baptista Brandão de Proença, (...); casado em Curitiba donde é natural, com Maria Theolinda Affonso Brandão, (...). (NEGRÃO, 1950, vol.6, p.129-131). Teve 4 filhos.

²¹⁶ *Título Santos* – Teve início essa família, no Paraná, em Manoel Antonio dos Santos e em sua mulher Narciza Victoriana de Jesus, naturais de S. Catharina, que em começos do século 18º passaram a residir em Morretes, dedicando-se à indústria da erva-mate e do comércio, que sempre lhes foi favorável (NEGRÃO, 1950, vol.6, p.221). Tiveram 6 filhos.

²¹⁷ O *Título Marques de Jesus* se acha grandemente entrelaçado com os *Títulos Gonçalves Marques e Marques da Cunha*, porém não se pode fazer a ligação completa deles em um só. Manoel Marques de Jesus era natural da Vila da Feira, bispado do Porto – Portugal, (...). Foi ele o tronco deste Título no Paraná. O Título Gonçalves

Deputados não citados na <i>genealogia paranaense</i>	31
TOTAL	187

O autor, a partir da *Genealogia Paranaense*, de Francisco NEGRÃO (anexo 2).

Dos 187 deputados provinciais do Paraná, 114 são descendentes dos três primeiros *títulos* familiares que iniciaram a ocupação do território ao sul de São Paulo, o que representa praticamente 61% deles. Deve-se ressaltar, como se verá ao longo deste trabalho, que muitos são “de fora”, isto é, provenientes de outras províncias brasileiras, e principalmente por casamento acabaram incorporando-se a estas antigas famílias. Estes adventícios, geralmente vieram para o Paraná como militares, tropeiros, comerciantes, funcionários públicos, advogados, engenheiros, médicos, jornalistas, portanto, já com um determinado grau de escolaridade ou de status social, mas irão contrair casamento com moças destas famílias tradicionais. Outros 42 políticos pertencem aos demais *títulos* de ocupação da região “paranaense”, e ressalta-se que também alguns são “de fora”. Ao todo seriam 156 políticos pertencentes a estas famílias tradicionais, o que representa 83,4% dos políticos. Enfim, uma “assembleia provincial” estritamente fechada para 19 *títulos* familiares sendo que a grande maioria deles se concentra nos três primeiros *troncos* da genealogia paranaense.

Os demais 31 políticos não citados na *genealogia* elaborada por Francisco Negrão, certamente foi porque o autor não deu conta de todos os nomes das antigas famílias do Paraná, como a do deputado José Francisco da Rocha Pombo, nascido em Morretes, professor, jornalista, casa-se em Castro com Carmelita Madureira, filha de importantes fazendeiros, ambos não citados em sua genealogia; a ampla família Borges em Castro, para este caso o deputado Amantino José Borges; bem como a família do barão de Guaraúna, Domingos Ferreira Pinto e Joaquim Ferreira Pinto; a família do advogado português Augusto Lobo de Moura (apenas seus filhos são citados); a ampla família Miranda do litoral do Paraná, em especial o deputado Fernando Antonio de Miranda; outros políticos não citados na *genealogia* elaborada por Negrão são Antonio Duarte de Camargo, Feliciano Nepomuceno Prates, Francisco Manoel de Assis França, Olegário Rodrigues de Macedo, José Florentino de

Marques teve por tronco João Gonçalves Marques, também natural de Aveiros, do antigo Reino de Portugal, (...). (NEGRÃO, 1950, vol.6,p.181).

²¹⁸ *Título Morocine Borba* – Teve por origem no Paraná a família – Morocine Borba – no Capitão Vicente Antonio Rodrigues Borba, natural de S. Paulo, onde nasceu em 1789, casado em Montevideu a 18/jul/1821 com Joanna Hilaria Morocine Borba, nascida a 14/jan/1804 na Republica Ocidental do Uruguay, (...). Soldado da Independência, prestou assinalados serviços a sua pátria nas guerras contra os castelhanos nas Campanhas da Província Cisplatina, de 1812 a 1826, no exército territorial a que pertencia. Em 1863 era oficial de Polícia. Reformado no posto de Capitão, foi a 18/abr/1864 nomeado Diretor da Colônia militar do Jatahy, cargo que exerceu por muitos anos (...) (NEGRÃO, 1950, vol.6, p.97-98); além de outros serviços públicos. Teve 12 filhos.

Sá Bittencourt, José Martins de Araujo, José Fernandes Corrêa, Ignacio Alves Carneiro Correia, João de Menezes Dória, muitos deles são nascidos no “Paraná”, e certamente fazem parte de antigas e importantes famílias, reforçando a idéia de uma classe senhorial bastante fechada e que ocupam os importantes cargos de deputado provincial. E muitos deputados que são de fora do Paraná, não citados por Francisco Negrão, posteriormente seus filhos acabaram contraindo casamento com as tradicionais famílias paranaenses. É os casos dos filhos e filhas dos deputados, José Justino de Mello, mineiro, médico nomeado para trabalhar em Antonina; Justiniano Mello e Silva, sergipano, advogado, funcionário público e jornalista, vem para o Paraná para fazer parte da administração do presidente Lamenha Lins; Trajano Joaquim dos Reis, médico nomeado para vir ao Paraná; Luiz Daniel Cleve, dinamarquês, sertanista em Guarapuava; José Ferreira de Barros, natural do Rio de Janeiro, vem para Curitiba em 1855 como funcionário público e, depois se torna negociante e empresário.

Com isto, sobrariam apenas poucos deputados que realmente não tiveram vínculos algum de parentesco com as famílias tradicionais do Paraná, pois já vinham casados e acabaram voltando para sua terra natal, ou, então, como solteiros, não consolidaram o vínculo de parentesco com pessoas desta região. Como exemplos, o engenheiro Henrique de Beuarepaire Rohan e o engenheiro André Rebouças, que por circunstâncias de trabalho foram eleitos deputados e logo voltando para o Rio de Janeiro; o deputado Adolpho Hurlleman, suíço, funcionário público em Paranaguá; o advogado e juiz no litoral José da Rocha Vianna, que retorna ao Rio de Janeiro na década de 1870; alguns padres que também não são citados na *genealogia paranaense* por virem de fora, mas acabaram se tornando líderes locais, como os padres Jordão Homem Pedroso e Gregório Lopes Nunes; mas há padres, não citados por Negrão, como Isaías Ribeiro de Andrade e Silva, que também era tropeiro, mas é pai do líder político Enéas Benedicto de Paula, sendo a mãe de Enéas Benedicto de tradicional família do Paraná, e ainda os padres José Jachinto Linhares, nascido em Antonina e Antonio Braga de Araujo, líder religioso e político em Guarapuava, provavelmente, estes dois últimos pertencem às tradicionais famílias paranaenses. Portanto, os deputados que não fazem parte das antigas e tradicionais famílias do Paraná são uma pequeníssima minoria.

A frequência com que os 187 deputados provinciais foram eleitos para a assembleia legislativa destaca a profissionalização política de muitos deles. Foram 18 legislaturas, com mandatos de 2 anos cada, sendo que em nenhum momento a reunião destes legisladores deixou de acontecer, demonstrando a importância desta instituição. Anualmente em Curitiba encontravam-se os deputados num prazo de dois meses, com sessões diárias, para legislar

sobre como deveria agir a administração provincial no próximo ano ou biênio, estabelecendo as leis necessárias para a província e para os municípios, obedecendo aos preceitos constitucionais sobre o que se poderia legislar. A frequência de participação dos deputados, para este caso, restringe-se, entretanto, apenas ao período de 1854 a 1889, mas muitos deputados provinciais já tinham sido deputados em São Paulo (antes da emancipação política do Paraná) e muitos continuaram a se eleger como deputados estaduais durante a República, pós 1889, como é o caso do jovem Dr. Vicente Machado, que será eleito duas vezes deputado provincial, no final do período da monarquia, e será um líder político no período republicano; bem como Amazonas de Araujo Marcondes, Arthur Ferreira de Abreu, entre muitos outros, na qual se registra pouca participação durante o Império, por serem ainda jovens. De forma contrária, antes da emancipação política paranaense em 1853, alguns deputados provinciais também já teriam atuado em São Paulo, como Joaquim Ignácio Silveira da Mota, Joaquim José Pinto Bandeira, Manoel Antonio Guimarães, José Mathias Ferreira de Abreu, entre outros. Entretanto, esta frequência ajudará a identificar os mais ativos deputados apenas durante o Império e em especial na província do Paraná.

Tabela 4 - Frequência de participação dos deputados provinciais no período imperial

Número de mandatos	Número de deputados	Porcentagem (%)
1	96	51,3
2	36	19,2
3	24	12,8
4	19	10,1
5	3	1,6
6	5	2,6
7 vezes ou mais	4	2,1
Total	187	99,7

O autor

A metade dos deputados provinciais participou apenas de uma legislatura, e de até 3 mandatos eletivos somam cerca de 83% dos deputados provinciais, demonstrando a ampla rotatividade neste cargo eletivo e a alta competição que existia entre seus pares. Entretanto, aqui está se considerando o deputado de forma individual, pois se somar os mandatos em que filhos, sobrinhos, genros são eleitos ao longo das legislaturas, enquanto membros de uma mesma família, a frequência seria outra. Como exemplo, na segunda legislatura, o comendador Manoel Antonio Guimarães, de Paranaguá, será eleito junto com seus três genros; o Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta, além de ser eleito 4 vezes deputado provincial, três filhos serão também eleitos deputados provinciais ao longo do período analisado. Da mesma forma o comendador Antonio Ricardo dos Santos, 4 vezes eleito deputado provincial, terá dois filhos eleitos para o mesmo cargo durante o Império,

destacando que ele é primo do deputado Manoel Antonio Guimarães, entre muitos outros casos.

Esta é praticamente a mesma porcentagem de frequência de novos deputados (de caráter individual) que ocorrerá no período da República Velha no Paraná, de 1889 a 1930 (GOULART, 2008, p.409). A importância de se ocupar ao menos uma vez o cargo de deputado provincial (ou deputado estadual no tempo da República) sinaliza ser estratégico conhecer como funciona o local de debate sobre os rumos da província, da defesa dos interesses específicos, e além de que este cargo eletivo pode abrir horizontes para outras carreiras políticas ou outros cargos públicos, ou também um chefe político em uma localidade acaba sendo eleito deputado por uma ou duas legislaturas, como forma de estar mais próximo do processo legislativo, ou mesmo por *status*.

Mas, a contínua reeleição para o mesmo cargo pode apontar para a profissionalização destes políticos, sinalizando que sua presença na assembleia legislativa, enquanto liderança de seu partido político, dos interesses econômicos, ou de sua família, é extremamente necessária. Como exemplos, dos deputados que se elegeram quatro ou mais vezes, todos eles eram constantemente membros do “núcleo duro” da assembleia, isto é, da mesa diretora, atuando como presidente, vice-presidente ou secretários, como é o caso do Dr. José Lourenço de Sá Ribas, que das onze vezes que foi eleito deputado provincial, nove vezes fará parte da mesa diretora da assembleia legislativa do Paraná. O Dr. Manoel Alves de Araujo, das sete vezes eleitos, em todas elas foi o presidente da assembleia legislativa, bem como o Dr. Manoel Eufrásio Correia eleito 6 vezes deputado provincial, em três delas foi presidente desta casa. A força política destes três deputados será vista com maiores detalhes ao longo deste trabalho.

Quantos aos 31 deputados provinciais que conseguiram se eleger 4 vezes ou mais, tem-se os seguintes dados, quanto a formação: 12 são formados em Direito, 7 padres, 1 médico, 2 funcionários públicos e 9 negociantes ou fazendeiros. Portanto, a predominância de políticos com formação acadêmica, dentre os deputados que mais vezes participaram do processo legislativo, é bastante evidente, com 20 deputados; quanto a residência: 13 são residentes em Curitiba, 9 residem em uma ou mais destas cidades, Lapa, Castro, Palmeira, Campo Largo, São José dos Pinhais, Guarapuava e Ponta Grossa e 9 são residentes no litoral do Paraná; Curitiba é a cidade que concentra os deputados provinciais mais eleitos, devido ser também o local físico da assembleia legislativa; e quanto ao partido político, 10 são conservadores e 21 são liberais, demonstrando um predomínio de políticos liberais que mais

tempo atuaram como deputados, mas isto não significa a predominância destes liberais sobre a divisão de poder, como se verá adiante.

Tabela 5 – perfil educacional de todos os 187 deputados provinciais.

Nível educacional	Número de deputados	%	Profissões
Com educação superior	73	39	36 advogados; 15 padres; 10 médicos; 6 engenheiros; 6 professores / humanidades
Sem educação superior	114	61	Militares, fazendeiros, lavradores, negociantes, tropeiros, funcionários públicos etc.
<i>Total</i>	<i>187</i>	<i>100</i>	

O autor

Dos que possuem educação superior, os advogados são a grande maioria, seguidos dos padres, médicos, engenheiros e professores. As demais profissões referem-se a militares, fazendeiros, lavradores, negociantes, tropeiros e funcionários públicos. E quanto a negociantes, não havia a distinção se eram negociantes de tropas ou de erva-mate. Como exemplo, David dos Santos Pacheco pode se autodenominar, nas listas de votantes, como negociante, porém de tropas e não de erva-mate; Manoel Antonio Guimarães era negociante, não apenas de erva-mate, mas também de outros produtos no litoral, e não era negociante de tropas. As profissões refletem a economia paranaense do ciclo do tropeirismo e o ciclo da erva-mate; mas não restringe os deputados a apenas estes dois grandes ciclos; a presença de funcionários públicos, lavradores, negociantes de produtos diversos, militares, profissionais liberais, como médicos, engenheiros e advogados dão mostra de diferentes tipos de atividades e profissões.

Tabela 6 – Partido político de todos os deputados provinciais (1854/1889)

Liberal	Conservador	<i>Total</i>	Mudança de partido
96	91	<i>187</i>	3

O autor

É visível o equilíbrio entre estes dois partidos políticos no Paraná. Apesar de, por vezes, ser difícil de identificar a que grupo partidário pertence o político em si por existirem poucas informações sobre suas pessoas ou ainda informações contraditórias; este trabalho optou por observar, através da leitura dos jornais de época, como os políticos eram apresentados, das reuniões partidárias que participavam, das listas eleitorais em que eram eleitos, com quem estavam juntos, e da própria defesa da opção partidária que faziam em público, e assim, apresentando-os, de forma até arbitrária, ou como liberais ou como conservadores. Como exemplo, por vezes, da dificuldade em se identificar a que partido político pertence determinado político, o importante chefe Manoel Antonio Ferreira é tido como líder conservador, tanto na *genealogia paranaense* de Francisco Negrão, como para o

historiador David Carneiro (1994), mas os jornais de época sinalizam claramente ser ele um chefe político liberal. Outro exemplo, no importante trabalho sobre a criação da província do Paraná de Divonzir Beloto (1990) diz que o barão de Antonina, eleito o 1º senador pelo Paraná seria do partido conservador, sendo que os documentos de época apontam ser ele um liberal. E ainda, o comendador Roseira, político de destaque durante a província, porém, não foi encontrado de maneira clara a que partido ele pertence, daí a necessidade de se supor seu partido, a partir de algumas características que o aproxima muito mais dos liberais do que dos conservadores. Neste sentido vão surgindo dúvidas quanto à filiação partidária de muitos outros políticos. Mas de maneira geral, este trabalho optou por classificá-los em um dos dois partidos existentes. Pertencer a um partido político não era algo formal e institucionalizado, era apenas uma adesão pessoal.

Outro ponto interessante é a baixíssima mudança de partido político. Apenas três deputados claramente mudaram de partido, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos (que não é do Paraná), o médico Joaquim Dias da Rocha e o engenheiro Francisco Therezio Porto. Os dois últimos eram liberais e foram para o conservador; e um conservador mudou para liberal (progressista). Talvez, existam outros que tenham mudado de partido, necessitando assim de mais pesquisas sobre a trajetória política destes indivíduos.

O deputado engenheiro André Rebouças não tinha um partido político específico, mas no início da década de 1880 ele acabou sendo indicado pelo Dr. Jesuino Marcondes a fazer parte da lista de candidatos liberais e assim ajudar a discutir na Assembleia legislativa a aprovação do traçado final da estrada de ferro, que junto com seu irmão Antonio Rebouças, já falecido, tinham projetado. O debate girava principalmente em torno do início da ferrovia, se em Paranaguá ou em Antonina, como se verá no capítulo 4 deste trabalho.

Quanto aos cargos públicos, de maneira geral, todos os deputados provinciais participaram de algum cargo, como o de vereadores e juízes de paz em suas localidades, além de outros, como juiz municipal, inspetor de instrução pública, da tesouraria, chefe de polícia, delegado, professor, membro da guarda nacional, secretário, empreiteiro de obras públicas, além de funcionário público de carreira. Como exemplo, Generoso Marques dos Santos, advogado, em algumas listas de votantes, por vezes se identificava como “funcionário público”, bem como seu sogro Benedito Enéas de Paula.

Tabela 7 - Perfil dos presidentes da assembleia legislativa provincial do Paraná

Presidente	Ano / Mandato	Partido	Residência	Profissão
Joaquim José Pinto Bandeira	1854/55	Liberal	Curitiba	Negociante
Damaso José Corrêa	1856	Conservador	Castro	Padre

Joaquim Ignácio Silveira da Mota	1857; 58/59; 60	Liberal	Curitiba	Médico
Laurindo Abelardo de Brito	1861; 62/63	Liberal	Castro	Advogado
Manoel Alves de Araujo	1864/65; 67; 68/69; 80/81; 84/85; 86/87; 88	Liberal	Antonina, Curitiba	Advogado
Manoel Antonio Ferreira	1866	Liberal	Curitiba	Lavrador e cargos públicos
Joaquim Dias da Rocha	1870/71	Conservador	Curitiba	Médico
Manoel Leocádio de Oliveira	1872	Conservador	Paranaguá	Negociante
Francisco Pinto de Azevedo Portugal	1873	Conservador	Campo Largo	Fazendeiro
Manoel Eufrásio Coreia	1874/75; 76; 79	Conservador	Paranaguá	Advogado
Tertuliano Teixeira de Freitas	1877	Conservador	Curitiba	Advogado
Antonio Ricardo dos Santos	1878	Conservador	Curitiba	Negociante
Antonio Alves de Araujo	1882/83	Liberal	Antonina	Negociante
Generoso Marques dos Santos	1889	Liberal	Curitiba	Advogado

O autor

Para as 18 legislaturas houve 14 presidentes; a cada início de ano legislativo eram realizadas as eleições para presidente da assembleia e demais cargos e comissões, porém, o mandato do deputado era sempre de dois anos. Destaca-se, no quadro acima, a figura de Manoel Alves de Araujo e seu irmão Antonio Alves de Araujo, que juntos governaram toda a década de 1880 e parte da década de 1860. Eles eram do partido liberal, com residência no litoral do Paraná, mas também em Curitiba, representantes tanto dos interesses da erva-mate quanto do comércio de tropas. Em oposição a eles estavam os presidentes pelo partido conservador, Manoel Eufrásio Correia, Joaquim Dias da Rocha, Manoel Leocádio de Oliveira, Francisco Pinto de Azevedo Portugal, Tertuliano Teixeira de Freitas e Antonio Ricardo dos Santos. Quanto ao partido conservador, apesar da liderança de Manoel Eufrásio Correia e do brigadeiro Manoel de Oliveira Franco, não se evidencia uma maior unidade em torno de uma única pessoa, como foi o caso do partido liberal.

Tabela 8 – Perfil dos vice-presidentes da assembleia legislativa

Vice-presidente	Ano / Mandato	Partido	Residência	Profissão
Manoel Antonio Guimarães	1854; 56	Conservador	Paranaguá	Negociante
Jesuino Marcondes de Oliveria e Sá	1855	Liberal	Curitiba, Palmeira	Advogado
Manoel Gonçalves de Moraes Roseira	1857	Liberal	Curitiba	Fazendeiro
Manoel Antonio Ferreira	1858/59; 61; 62/63	Liberal	Curitiba	Lavrador e cargos públicos
José Mathias Ferreira de Abreu	1860	Conservador	Paranaguá	Advogado
Sérgio Francisco de Souza Castro	1864; 80/81;	Liberal	Curitiba	Advogado
Antonio de Sá Camargo (barão de Guarapuava)	1865	Liberal	Guarapuava	Fazendeiro
José de Souza Ribas	1867	Conservador	Ponta Grossa	Advogado
José Antonio de Camargo e Araujo	1868/69	Liberal	Palmeira	Padre
Manoel de Oliveira Franco	1870/71; 72	Conservador	Curitiba	Cargos públicos
Manoel José de Souza	1873	Liberal	Antonina	Padre
Tertuliano Teixeira de Freitas	1874/75; 76	Conservador	Curitiba	Advogado
Francisco José Correia de Bittencourt	1877	Conservador	São José dos	Padre

			Pinhais	
Joaquim José Bellarminon Bittencourt	1879	Conservador	Curitiba	Negociante
Manoel Marcondes de Sá	1882/83;	Liberal	Palmeira	Fazendeiro
Generoso Marques dos Santos	1884/85; 86/87; 88	Liberal	Curitiba	Advogado
Tristão Cardoso de Menezes	1889	Liberal	Ponta Grossa	Advogado

O autor

Para as 18 legislaturas houve 17 vice-presidentes. Os dois primeiros vice-presidentes irão atuar durante todo o período provincial como articuladores políticos, Manoel Antonio Guimarães, conservador, no litoral, e Jesuino Marcondes, liberal, em Curitiba e região dos Campos gerais. Na década de 1860 destaca-se a figura de Manoel Antonio Ferreira, que será o primeiro paranaense a ser nomeado para assumir o cargo do poder executivo provincial, enquanto vice-presidente da província em 1863; e o futuro barão de Guarapuava, em uma de suas poucas participações na assembleia legislativa, ele que era primo/cunhado de Jesuino Marcondes, e em 1882/83 outro primo de Jesuino Marcondes, Sr. Manoel Marcondes de Sá será eleito vice-presidente da assembleia legislativa. Na década de 1870, quando os conservadores estavam no poder, destaca-se o brigadeiro Manoel de Oliveira Franco, Tertuliano Teixeira de Freitas e a família Bittencourt. Na década de 1880 percebe-se a liderança dos advogados Sérgio de Castro e Generoso Marques dos Santos, ligados aos Alves de Araujo, e que continuarão suas atividades políticas durante a República.

Tabela 9 – Perfil dos 1º secretários da assembleia legislativa

1º Secretário	Ano / Mandato	Partido	Residência	Profissão
José Mathias Gonçalves Guimarães	1854/55; 56/57;	Conservador	Curitiba	Advogado
José Lourenço de Sá Ribas	1858/59; 61; 62/63; 64/65; 66/67; 82/83; 84/85; 86/87	Liberal	Curitiba	Advogado
Caetano José Munhoz	1860	Conservador	Curitiba	Negociante
Generoso Marques dos Santos	1868/69;	Liberal	Curitiba	Advogado
Antonio Candido Ferreira de Abreu	1870/71	Conservador	Curitiba	Advogado
Joaquim de Almeida Faria Sobrinho	1872/73	Conservador	Curitiba	Advogado
José Arthur Murinelly	1874	Conservador	Curitiba	Engenheiro
Joaquim Antonio Guimarães	1875; 76	Conservador	Morretes	Negociante
José Lourenço de Vasconcellos Chaves	1877	Conservador	Curitiba	Militar
Manoel de Souza Dias Negrão	1878/79	Conservador	Curitiba	Negociante
João Baptista Ferreira Bello	1880/81	Liberal	São José dos Pinhais	Padre
João Manoel Ribeiro Vianna	1888/89	Liberal	Antonina	Negociante

O autor

Para as 18 legislaturas houve apenas 12 primeiros secretários, demonstrando ser um cargo ainda mais restrito. O destaque está no líder liberal Dr. José Lourenço de Sá Ribas, que atuou neste cargo por 8 legislaturas, num total de 15 anos, durante as décadas de 1860 e 1880,

demonstrando sua importância também para o seu partido político, numa clara ligação com os Alves de Araujo, e conseqüentemente com Jesuino Marcondes, entre o clã Sá Ribas e o clã Oliveira e Sá e Alves de Araujo; os demais liberais que tiveram acesso a este cargo foram Generoso Marques dos Santos, o padre João Baptista Ferreira Bello, líder religioso e político em São José dos Pinhais, e o comendador João Manoel Ribeiro Vianna, genro do negociante do litoral José Miró de Freitas, que também foi deputado provincial; quanto aos conservadores, novamente possibilitaram que muitos de seus correligionários atuassem neste importante cargo, com destaque a José Mathias Gonçalves Guimarães, Antonio Candido Ferreira de Abreu, José Arthur Murinelly e Joaquim Antonio Guimarães, o interessante é que todos eles eram ligados por parentesco a Manoel Antonio Guimarães (visconde de Nácar, pós 1880). Os dois primeiros eram genros, o terceiro era casado com uma neta, e o quarto era filho. Também, três secretários estão ligados por parentesco a outro chefe conservador, o brigadeiro Franco, o primeiro é Caetano José Munhoz, seu cunhado, o segundo José Lourenço de Vasconcellos Chaves, seu genro e, por fim, Manoel de Souza Dias Negrão casado com a filha de Caetano José Munhoz, portanto, sobrinho pelo lado da esposa, do brigadeiro Franco. Também o Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, importante político paranaense, nomeado vice-presidente e presidente da província do Paraná na década de 1880, era casado com a sobrinha do Dr. José Lourenço de Sá Ribas, porém, era aliado político do Dr. Manoel Eufrásio Correia, do partido conservador, em “oposição” partidária ao seu tio Sá Ribas.

Enfim, havia pouca rotatividade nos principais cargos da assembleia legislativa provincial do Paraná, tendo algumas famílias a predominância sobre estes poderes.

E a biografia coletiva para o caso da análise da assembleia legislativa do Paraná aponta para a força política dos seguintes “chefes ostensivos” da política no Paraná do século XIX, representantes de “clãs” familiares:

Quadro 1 – Chefes ostensivos pertencentes ao Clã Sá Ribas²¹⁹

<i>Rio de Janeiro</i>	Manoel Antonio Ferreira Liberal	José Lourenço de Sá Ribas Liberal	Joaquim Ignácio Silveira da Motta Liberal	Manoel de Oliveira Franco Conservador
Gabinetes da conciliação e conservador (6/set/1853 a 24/maio/1862)	Deputado provincial (1854/55; 57; 58/59; 60/61)	Deputado provincial (1854/55; 57; 58/59; 60/61)	Deputado provincial (1856/57; 58/59; 60/61)	Deputado provincial (1854/55; 56/57);
Gabinete liberal (24/maio/1862 a	Vice-presidente da	Deputado	Deputado	Empreiteiro de

²¹⁹ Sobre os Sá Ribas no Paraná, conferir, entre outros, as análises de OLIVEIRA (2001); CUNHA (2003); e INSSA (2000).

16/jul/1868)	província (1863); Deputado provincial (1862/63; 64/65*; 66/67)	provincial (1862/63; 64/65; 66/67; 68/69)	provincial (1862/63) Deputado geral (1861/63)	obras públicas;
Gabinete conservador (16/jul/1868 a 5/jan/1878)	Chefe da Guarda nacional da capital (até 1873)	Tesouraria da província (1870) e comando superior da guarda nacional (1873)	Deputado provincial (1872/73*; 74/75*);	Deputado provincial (1870/71; 72/73; 76/77*; 78/79*); Faleceu em 1875
Gabinete liberal (5/jan/1878 a 20/ago/1885)	-	Deputado provincial (1882/83; 84/85)	-	-
Gabinete conservador (20/ago/1885 a 7/jun/1889)	Faleceu em 1885	Deputado provincial (1886/87)	Deputado provincial (1888/89*);	Deputado provincial (1888/89*);
Gabinete liberal (7/jun/1889 a 15/nov/1889)	-	Perde a eleição	O mesmo	O mesmo

* O filho ou genro é deputado provincial; e nos próximos capítulos busca-se demonstrar os demais membros, de cunho familiar, ligados a estes “chefes ostensivos”.

OBS: Em todos os mandatos de deputados legislativos provincial, estes “chefes ostensivos” irão participar do “núcleo duro” da câmara legislativa, ou como presidente, vice-presidente, 1º ou 2º secretários, ou suplentes dos mesmos.

O clã Sá Ribas, nas pessoas dos quatro políticos acima, tem grande força até a década de 1870, quando vem a falecer o brigadeiro Franco, em 1875; o coronel Manoel Antonio Ferreira, provavelmente por motivo de idade vai deixando de atuar na política e vem a falecer em 1885; o Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta é provável que tenha mudado para o Rio de Janeiro já na década de 1880, quando não se encontra mais suas atividades no Paraná, mas apenas de seus filhos, e ele irá falecer no Rio de Janeiro em 1891; apenas o Dr. José Lourenço de Sá Ribas consegue participar ativamente da política durante todo o período imperial, não sendo eleito durante a década de 1870, de predomínio conservador. O Dr. José Lourenço veio a falecer em Curitiba, no início da República, em 1890. A divisão partidária destes quatro concunhados, três do partido liberal e um do partido conservador, talvez tenha impedido que eles tivessem uma força mais intensa como a dos próximos grupos que serão apresentados. Isto, como visto, acabou aproximando o Dr. José Lourenço de Sá Ribas, aos chefes políticos Dr. Jesuino Marcondes e os Alves de Araujo.

O clã Guimarães e Correia. Igualmente, no litoral paranaense, tem-se a figura do *chefe ostensivo* comendador Manoel Antonio Guimarães, de outro amplo *clã parental*, família Guimarães. Também, o primeiro senador do Paraná, barão de Antonina, pertencia ao *clã parental* dos Guimarães, porém, sendo da região dos campos gerais e do partido liberal. Outro chefe conservador do litoral seria Manoel Francisco Correia, cunhado de Manoel Antonio Guimarães, 2º senador do Paraná, que por casamentos irão formar o *clã Guimarães e Correia*.

E na década de 1860 vai surgindo o chefe político Manoel Eufrásio Correia, tio do senador Correia, e cunhado e depois genro de Manoel Antonio Guimarães.

Quadro 2 – Chefes ostensivos pertencentes ao Clã Guimarães e Correia

	Manoel Antonio Guimarães Conservador	Manoel Francisco Correia Conservador	Manoel Eufrásio Correia Conservador	João da Silva Machado (Barão de Antonina) Liberal
<i>Rio de Janeiro</i>				
Gabinetes da conciliação e conservador (6/set/1853 a 24/maio/1862)	Deputado provincial (1854/55, 56/57, 58/59, 60/61)	Deputado provincial (Deputado provincial (1854/55; 59*) Faleceu em 1857	-	1º Senador do Paraná (cargo vitalício)
Gabinete liberal (24/maio/1862 a 16/jul/1868)	Negociante e responsável pela Companhia progressista de navegação em Paranaguá	Os filhos são bastante ativos econômica e politicamente no litoral e planalto curitibano	Promotor público em Morretes (1865)	Senador
Gabinete conservador (16/jul/1868 a 5/jan/1878)	Deputado provincial (1870/71; 72/73*, 74/75*, 76/77*)	Manoel Francisco Correia (neto) Deputado geral (1869/76); Senador (1876/89)	Chefe de polícia em Santa Catarina (1871); deputado geral (1872/75; 76/79); deputado provincial (1874/75; 76/77);	Senador Faleceu em 1875
Gabinete liberal (5/jan/1878 a 20/ago/1885)	Visconde de Nacar (1880)	Senador	Deputado provincial (1878/79; 82/83; 84/85; deputado geral (1884/85)	-
Gabinete conservador (20/ago/1885 a 7/jun/1889)	Deputado geral (1888/89);	Senador	Deputado provincial (1886/87); deputado geral (1886/89); presidente da província de Pernambuco (1887); Faleceu em 1888;	-
Gabinete liberal (7/jun/1889 a 15/nov/1889)	Deputado geral	Senador	-	-

* O filho é deputado; e nos próximos capítulos busca-se demonstrar os demais membros, de cunho familiar, ligados a estes “chefes ostensivos”.

OBS: Em todos os mandatos de deputados legislativos provincial, estes “chefes ostensivos” irão participar do “núcleo duro” da câmara legislativa, ou como presidente, vice-presidente, 1º ou 2º secretários, ou suplentes dos mesmos.

O *clã Guimarães Correia* é bastante forte durante todo período imperial. Destoa deste clã o senador João da Silva Machado, o barão de Antonina, que como se verá ao longo deste trabalho, acabou, depois de ser escolhido senador pelo Paraná, indo residir definitivamente em São Paulo, já idoso e suas cinco filhas acabaram casando com importantes empresários e políticos de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Em seu lugar, como chefe ostensivo deste partido, pode-se colocar o Dr. Agostinho Ermelino de Leão, que não chegou a ser deputado geral ou provincial, mas assumiu por 4 vezes, como vice-presidente, a província do Paraná, inclusive em época de predomínio liberal. Era casado com a irmã do senador Manoel

Francisco Correia e de Ildefonso Pereira Correia. Exceto o barão de Antonina, estes outros quatro políticos podem ser considerados o *quarteto saquarema* paranaense, devido sua ampla força política.

O clã Oliveira e Sá e Alves de Araujo. Outros chefes ostensivos na política paranaense do século XIX são os liberais Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, do planalto curitibano e seus cunhados, do litoral paranaense, Dr. Manoel Alves de Araujo e Antonio Alves de Araujo. E Antonio de Sá Camargo, visconde de Guarapuava, primo e cunhado do Dr. Jesuino Marcondes.

Quadro 3 – Chefes ostensivos pertencentes ao Oliveira e Sá, Camargo e Alves de Araujo

<i>Rio de Janeiro</i>	Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá Liberal	Antonio de Sá Camargo Liberal	Manoel Alves de Araujo Liberal	Antonio Alves de Araujo Liberal
Gabinetes da conciliação e conservador (6/set/1853 a 24/maio/1862)	Deputado provincial (1854/55, 56/57, 60/61); Deputado geral (1857/60)	Deputado provincial (1854/55)	-	Deputado provincial (1856/57)
Gabinete liberal (24/maio/1862 a 16/jul/1868)	Deputado geral (1864/68); Ministro da Agricultura (1865)	Deputado provincial (1864/65); Contribui na Guerra do Paraguai	Deputado provincial (1864/65, 67, 68/69); Vice-presidente da província do Paraná (1865)	Deputado provincial (1868/69)
Gabinete conservador (16/jul/1868 a 5/jan/1878)	-	-	-	-
Gabinete liberal (5/jan/1878 a 20/ago/1885)	Vice-presidente da província do Paraná (1878; 79; 82)	Visconde de Guarapuava (1880)	Deputado geral (1878/81; 82/84; 85); Ministro (1883) Deputado provincial (1880/81, 84/85)	Deputado provincial (1880/81; 82/83) Vice-presidente da província do Paraná (1883, 85)
Gabinete Conservador (20/ago/1885 a 7/jun/1889)	-	-	Deputado geral (1886/89); Deputado provincial (1886/87, 88/89)	Deputado provincial (1888/89) Faleceu em 1888
Gabinete Liberal (7/jun/1889 a 15/nov/1889)	Presidente da província do Paraná (1889)	-	Presidente da província de Pernambuco (1889)	-

Nos próximos capítulos busca-se demonstrar os demais membros, de cunho familiar, ligados a estes “chefes ostensivos”.

OBS: Em todos os mandatos de deputados legislativos provincial, estes “chefes ostensivos” irão participar do “núcleo duro” da câmara legislativa, ou como presidente, vice-presidente, 1º ou 2º secretários, ou suplentes dos mesmos.

Estes chefes ostensivos liberais serão “barrados” apenas durante os gabinetes imperiais conservadores. Porém, mesmo assim, no último gabinete conservador de 1885 a 1889, os liberais, liderados por Jesuino Marcondes, irão se impor e vencer as eleições para deputado provincial; e na última eleição para deputado geral dividiram as duas cadeiras do Paraná o Dr. Manoel Eufrasio Correia, conservador, com o Dr. Manoel Alves de Araujo, liberal, numa clara divisão de poder entre os principais clãs políticos do Paraná. Quanto ao visconde de Guarapuava, este era um político fiel aos liberais, um dos pilares do partido na região de

Guarapuava, mas apesar de não ter uma atividade intensa na política, como seus outros três correligionários, suas ações de benfeitorias pelo Paraná eram inúmeras, como demonstram os jornais da época e em destaque em sua biografia (SANTOS, 2007). Com o visconde de Guarapuava, teria-se o *quarteto luzia* do Paraná, nas pessoas do Dr. Jesuino Marcondes e dos irmãos Alves de Araujo.

A estrutura familiar no Paraná ao longo dos séculos

O romancista inglês Thomas Hardy publicou em 1891 o livro *Tess of the D'Urbervilles*. Dois pontos deste romance podem se relacionar com este trabalho. Primeiro tem-se o personagem Jack Durbeyfield, um camponês simples, pobre, homem de meia-idade, casado, que através do pastor Tringham, especialista em genealogia, na pequena Vila de Marlott, vale de Blakemore, Inglaterra, revela que Jack pertence a uma antiga família de nobres ingleses, chamada D'Urbervilles, que esteve próxima da coroa britânica por gerações, porém, agora estava “extinta”. O pastor chama o camponês de "Sir John", mas, dizia que, “agora [isto] é um fato apenas de algum interesse para a história local e genealogia, nada mais”. Entretanto, aquela história, de ser descendente de uma poderosa e nobre família inglesa muda o modo de pensar do simples camponês. E como consequência, afeta a vida de toda sua família, principalmente de sua filha Tess, personagem principal deste livro. E ao mesmo tempo, um “novo rico” inglês, de mau caráter, e sem ter um “sobrenome importante e tradicional”, acaba assumindo, como de sua família, o “extinto” sobrenome D'Urbervilles como forma de reconhecimento social por parte das tradicionais famílias inglesas.

Esta dinâmica da estrutura familiar e suas genealogias também foram vistas no Paraná, ao longo deste trabalho, para o século XIX, identificando os políticos que eram descendentes de povoadores desta região, na qual se buscou demonstrar como eles ainda ocupavam, de forma bastante intensa, os principais cargos no governo do Paraná e sua presença na corte do Rio de Janeiro, bem como a proximidade com D. Pedro II e a família real. Enfim, ser membro de uma família tradicional, com determinado “sobrenome”, era fundamental para se ter acesso a estrutura do Estado. Não se desconsidera a necessidade de outros atributos, como a de ser grande proprietário, comerciante, escravocrata, possuir determinado título acadêmico, ser bom orador, ou estar em um cargo público bem remunerado, ter um cartório, ser empreiteiro etc. Mas, por vezes, tais atributos estavam, num primeiro momento, associados diretamente por ser este indivíduo herdeiro de uma *família tradicional*.

O segundo ponto que o romance de Thomas Hardy chama a atenção é que autor faz com que um de seus personagens, chamado Angel Clare, jovem inteligente, esposo de Tess D'Urbervilles, viesse ao Brasil, como imigrante inglês, influenciado pela propaganda do governo brasileiro e seus emissários na Inglaterra, bem como em toda a Europa, no século XIX; no Brasil prometia-se uma vida de oportunidades, devido à imensidão deste país e do próprio incentivo do governo local e de muitos empresários. Angel Clare vem com o objetivo de ser fazendeiro, sendo enviado, então, para a colônia do Assunguy, região norte de Curitiba, no Paraná, porém, sem sua esposa Tess que continuava a trabalhar nas fazendas inglesas esperando o aviso de seu marido para também ela vir ao Brasil; momento, entretanto, em que Tess, por sua família estar em dificuldades financeiras, acaba sendo ludibriada pelo personagem que se apropriou indevidamente do sobrenome D'Urbervilles. A colônia do Assunguy também foi conhecida como colônia de ingleses, devido ao grande número dos súditos da coroa britânica que para cá vieram (PEREIRA, 1998; BIGG-WHITER, 2001; ALVES, 2011). Porém, Angel Clare não teve o sucesso esperado nas terras que lhe foram concedidas, tendo que voltar novamente para a Inglaterra. Mas, enfim, os milhares de novos imigrantes que se estabeleceram no Paraná e no Brasil darão uma nova dinâmica para a economia e lentamente, também foram adentrando na classe política dirigente, para compor seu quadro administrativo, legislativo e judiciário.

Este trabalho, ao optar pela leitura de jornais do século XIX, como fonte privilegiada, entre 1854 a 1889, tendo em vista a crônica política, buscou demonstrar empiricamente que aqueles políticos que aparecem sendo eleitos para os cargos do poder legislativo, sendo nomeados para os cargos executivos ou mesmo judiciários, que se revezam no poder devido às trocas de ministérios no Rio de Janeiro, de conservador para liberal e vice-versa, faziam parte de uma intrincada rede de parentelas que tinha por objetivo governar este novo território brasileiro. Era a parentela reunida para governar, composta de fazendeiros, tropeiros, industriais da erva-mate, comerciantes, exportadores de mercadorias no litoral, e com títulos como de advogados, médicos, engenheiros, padres, que, devido às próprias regras do jogo no Império, que privilegiava uma classe social proprietária no processo eleitoral, acabaram consolidando sua atuação nos principais cargos públicos.

Mas como política também envolve interesses e paixões, estes indivíduos, parentes entre si, dividiam-se nos dois únicos partidos existentes no século XIX no Brasil, o liberal e o conservador, e desta forma lutavam por decidir questões mais específicas que beneficiassem sua localidade ou mesmo seus negócios e interesses. Aqui, salienta-se a presença dos *líderes*

ostensivos destes *clãs familiares*. Ao ler os fatos políticos nos jornais de época e a perceber quem foram eleitos para os cargos de deputados provinciais e gerais, foi possível considerar que existiram três grandes clãs familiares no Paraná, os Sá Ribas, os Guimarães Correia e os Oliveira e Sá e Alves de Araujo. Destes três grandes grupos familiares, dois deles serão os mais ativos, formando os chamados, por questões didáticas, de *quarteto saquarema* e de *quarteto luzia*.

O *quarteto saquarema* (conservadores) no Paraná era composto por Manoel Antonio Guimarães (Visconde de Nacar, 1813-1893), Manoel Francisco Correia (Senador Correia, 1831-1905), Manoel Eufrásio Correia (1839-1888) e Agostinho Ermelino de Leão (1834-1901). Ambos parentes entre si. Em Curitiba, propriamente dito, dois líderes conservadores se destacavam, eram eles, Manoel de Oliveira Franco (Brigadeiro Franco, 1814-1875), membro do clã familiar Sá Ribas e Tertuliano Teixeira de Freitas (1834-1910), mas que por motivos específicos, principalmente referente a questão familiar, não eram tão coesos como os quatro primeiros. E no final do período monárquico, a liderança de Ildefonso Pereira Correia (Barão de Serro Azul, 1845-1894), irmão do senador Correia, não foi suficiente para consolidar a continuidade desta família na nova fase instituída pelo regime republicano, e ainda, o barão de Serro Azul foi assassinado covardemente, sem julgamento, por motivos políticos em 20/maio/1894 (VARGAS, 2006). Bem como, a morte prematura do filho do senador Correia, o jovem engenheiro Manoel Francisco Correia Junior, em 1889, possível líder político na república, acabou, de certa forma, fazendo desaparecer formalmente este importante grupo político.

O *quarteto luzia* (liberal) no Paraná era composto por Jesunino Marcondes de Oliveira e Sá (1827-1903), Antonio de Sá Camargo (Visconde de Guarapuava, 1808-1896), Manoel Alves de Araujo (1836-1908) e Antonio Alves de Araujo (1833-1888), parentes entre si, e líderes incontestáveis deste partido político, que tinham ainda o apoio de José Lourenço de Sá Ribas (1820-1890) da família Sá Ribas, unindo outro importante clã familiar, com raízes específicas em Curitiba. Ao final da monarquia, por decisão própria, abandonam a política o Dr. Jesunino Marcondes e Manoel Alves de Araujo, ambos saindo do Paraná, e os demais, por idade avançada ou falecimento, não mais atuam na política. Este grupo, então, passa a ser liderado por Dr. Generoso Marques dos Santos, que terá de enfrentar a força do jovem líder, Dr. Vicente Machado da Silva Lima, ambos membros das tradicionais famílias paranaenses.

A metodologia proposta pela prosopografia e a genealogia ajudou a observar de forma ampla as características gerais dos 188 políticos paranaenses que ocuparam os cargos de deputado provincial, deputado geral e senador pelo Paraná.

Porém, uma crítica ao método prosopográfico é de que este acaba restringindo o pesquisador a analisar apenas dados gerais do grupo em questão, deixando de lado os detalhes das biografias envolvidas. Daí a necessidade de se conhecer com mais pormenores quem são os políticos que estiveram nos cargos eletivos, como conseguiam se manter nesta liderança, que outros recursos, além da origem familiar, era importante para se manter no poder; em que contexto histórico local e geral eles estavam envolvidos. Neste sentido, este trabalho optou, em seus capítulos, em realizar a crônica política para tentar responder a estas questões, a partir dos jornais de época.

E tendo em vista que os jornais são tendenciosos em defender os interesses partidários ou mesmo de seus proprietários, daí a constante necessidade de se observar, quando possível, e ao mesmo tempo, os relatos de jornais opocionistas, e conseguir outras fontes, como discursos diversos, documentos, listas eleitorais etc. para se ter uma visão mais equilibrada do que realmente tenha ocorrido referente aos fatos políticos. Dois exemplos de como os jornais relatavam de forma diversa um fato, e destacados neste trabalho, o primeiro foi a revolta de parte da classe política paranaense contra o presidente da província, Dr. José Francisco Cardoso em 1860/61; enquanto o jornal oficial o defendia, a oposição criticava veementemente suas ações “autoritárias”; o segundo, e a revolta do vintém do Paraná, em 1883, com a instituição do imposto complementar ao comércio, tendo a frente o presidente Dr. Carlos Augusto de Carvalho; enquanto a cidade de Curitiba e as demais cidades paranaenses estavam extremamente mobilizadas contra o imposto, o jornal oficial nada comentava sobre os fatos, e muito menos do episódio do quebra-quebra ocorrido em Curitiba.

A leitura de jornais oposicionistas foi fundamental para se observar pontos polêmicos da vida dos políticos, em especial de seus chefes ostensivos; como as compras de terras que o governo realizou da família do Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, criticada por serem realizadas de forma superfaturada e em locais impróprios para a imigração; e muitas outras famílias se beneficiaram vendendo suas terras além do preço normal de mercado; outra denúncia foi contra o dignitário Manoel Antonio Guimarães, o visconde de Nacar, de que ele teria sido um grande contrabandista, inclusive da possibilidade de ter negócios com o contrabando de escravos, como demonstrou o episódio do “incidente Comoran” em 1850, denúncia que veio a tona por ocasião da candidatura de seu genro Dr. Manoel Eufrásio

Correia para deputado geral, na qual se debatia o fim da escravidão no Brasil; a questão posta pelos opositores era como um “candidato escravocrata” poderia representar o Paraná em época em que a escravidão estava prestes a acabar? Mas, como demonstrou outros fatos históricos, mesmo o Dr. Manoel Eufrásio, e mesmo o visconde de Nácar já tinham emancipado seus escravos. Outro ponto polêmico eram as chamadas “derrubadas” dos cargos públicos que faziam os presidentes de província que assumiam o cargo, para alocar os seus correligionários partidários; trocava-se, praticamente, quase todos os funcionários “públicos” quando se trocava o partido político no Império; o caso mais criticado foi do paranaense que assume a presidência do Paraná, Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho; enfim, a dinâmica política do período provincial é melhor compreendida quando se tinha acesso as diferentes versões dos fatos.

O significado sociológico da vitória política de maneira geral destes indivíduos durante todo o período imperial no Paraná se aproxima da conclusão já proposta por Ricardo Costa de OLIVEIRA (2001), de que para este grande momento histórico analisado, podem-se agrupar estes indivíduos eleitos em poderosos grupos familiares, com interesses econômicos e posicionamentos políticos semelhantes, ocupando os cargos políticos estratégicos para seu desenvolvimento. E assim, buscou-se avançar nesta análise demonstrando a luta política partidária existente na província, por vezes, uma luta familiar, dependendo da localidade em que o político se encontrava, se no litoral paranaense ou planalto curitibano. Se no partido conservador ou no partido liberal.

Outro conceito relevante na compreensão desta estrutura familiar integrada à política seria o *nepotismo*. Ricardo Costa de OLIVEIRA (2012, p.14) aponta o nepotismo como um sistema político, uma rede social e política de interesses, uma estratégia de classes, de grupos sociais e de famílias para a obtenção e preservação do poder político e de dominação de classe. Uma estrutura que perdura no Estado brasileiro há séculos. No Paraná, o *nepotismo* é visível em todas as composições da assembleia legislativa provincial, através da indicação de pessoas da mesma família para serem os candidatos dos partidos políticos e suas consequentes vitórias. E de maneira geral, aqueles outros familiares que não vencem as eleições acabam sendo nomeados para os cargos públicos comissionados existentes na província. Isto tudo sob a interessante dinâmica proporcionada pela democracia.

Como buscou se demonstrar, no século XIX o *nepotismo* foi algo comum e necessário para acomodar parentes e também proporcionar que obras públicas fossem conduzidas por membros da mesma família. E, por fim, o *nepotismo* esteve presente na elaboração das listas

de candidatos para a assembleia legislativa, na qual os *chefes ostensivos* formavam-nas de acordo com a proximidade familiar.

Outro ponto deste trabalho foi valorizar a instituição política da assembleia legislativa provincial do Paraná, como espaço significativo e importante das principais decisões que afetavam a vida da população deste território e seus respectivos municípios. Os chamados *homens bons* acabaram assumindo este espaço de discussão e apontando as principais ações a serem realizadas como forma de consolidar no Paraná, como eles mesmos acreditavam, a realização de ser este um dos principais territórios de desenvolvimento do Brasil.

E ao mesmo tempo, se pergunta onde estão, nos dias atuais, os descendentes das *tradicionais famílias* do século XVII, XVIII e XIX, e se ainda estão presentes nos postos-chaves das instituições políticas paranaense e brasileira? Ou mesmo, se a dinâmica da democracia brasileira, que vem se consolidando neste século XXI, ainda apresenta, de forma arbitrária, para a formação de seus quadros políticos, pessoas herdeiras dos chamados *clãs familiares*? Neste sentido, a obra *Genealogia paranaense* de Francisco Negrão (1926; 1927; 1928; 1929; 1946; 1950), apresentava, além da origem familiar, como muitos de seus membros, até as décadas de 1930 a 1950, ainda ocupavam importantes cargos públicos neste Estado; bem como a obra *O silêncio dos vencedores*, de Ricardo Costa de Oliveira (2001), numa perspectiva de longa duração, demonstrou a importância da genealogia no processo de compreensão da realidade social, identificando ainda hoje, não só para o Paraná, mas no Brasil como um todo, como muitos membros de tradicionais famílias estão atuantes no poder estatal²²⁰. Trabalho levado a cabo também pelo núcleo de *Estudos Paranaenses*, do programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Paraná²²¹.

Enfim, esta tese buscou demonstrar, através da análise sobre quem governa, a intrincada rede de parentes que assumiram os principais cargos de governo da província do Paraná no século XIX. Era a parentela reunida para governar.

²²⁰ Um dos exemplos recentes desta discussão, proposto pela mídia, foi a eleição para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, realizado pela Assembleia Legislativa do Paraná. A princípio “qualquer cidadão poderia concorrer” ao cargo, que tem por finalidade fiscalizar os gastos do governo do Paraná, das 399 prefeituras paranaenses, das câmaras municipais e da própria Assembleia Legislativa; mas a disputa ficou entre os deputados estaduais Fabio Camargo (PTB) e Plauto Miró (DEM), ambos descendentes de tradicionais famílias paranaenses, como demonstram suas origens genealógicas. Disponível em jornal Gazeta do Povo, *Disputa pelo TC opõe famílias tradicionais da política do Paraná*, publicado em 04/jun/2013: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=1378555&tit=Disputa-pelo-TC-opoe-familias-tradicionais-da-politica-do-PR> (Acesso, 15/fev/2014).

²²¹ Disponível em: <http://nucleodeestudosparanaenses.wordpress.com/> (Acesso, 20/fev/2014). E disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/pgsocio/nucleos-e-grupos-de-pesquisa/> (Acesso, 20/fev/2014).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ALVES, Alessandro Cavassin. João da Silva Machado, Barão de Antonina. O estudo biográfico e seu contexto histórico. **Anais: VI Semana de História Política. III Seminário Nacional de História: Política, Cultura & Sociedade**. Rio de Janeiro: UERJ, 2012. (Disponível em: http://www.semanahistoriauerj.net/arquivos/anais/anais_2012.pdf - Acesso: 25/fev/2013)
- _____. Biografia, genealogia e teoria das elites. Análise de um político paranaense no século XIX. **Revista eletrônica de Ciência Política**. Vol.2, n.1, 2011 (Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/politica/article/viewFile/21732/17096> - Acesso: 25/fev/2013).
- AVE-LALLEMANT, Robert. **1858. Viagem pelo Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.
- BALHANA, A.P.; MACHADO, B.P.; WESTPHALEN, C.M. **História do Paraná**. Vol.1. Curitiba: Grafipar, 1969.
- BARMAN, R.; BARMAN, J. The Role of the Law Graduate in the Political Elite of Imperial Brazil. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 18, n. 4, p. 423–450, 1976.
- BELOTO, Divonzir Lopes. **A criação da província do Paraná: a emancipação conservadora**. São Paulo: PUC SP, dissertação em Economia, 1990.
- BERTAUX, Daniel. El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades. **Proposiciones** 29, marzo, 1999.
- BIGG-WITHER, Thomas P. **Novo caminho no Brasil Meridional: a Província do Paraná, três anos de vida em suas florestas e campos. 1872/1875**. Rio de Janeiro: J.Olympio; Curitiba: UFPR, 1974, Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.
- BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. **Particularidades familiares. A trajetória de Manuel Mendes Leitão no Paraná, Século XIX**. Dissertação Mestrado História. Curitiba: UFPR, 2009.
- BÓRIO, Artenor Luiz. **Contribuições para a história legislativa da criação da Província do Paraná**. Curso de Especialização em Direito Legislativo, UNILEGIS e UFMS, Brasília, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- _____. **O senso prático**. 3ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BRAGA, Sérgio Soares. **Quem foi quem na Assembleia Nacional Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998.
- BRASILIANSE, Américo. **Os programas dos partidos e o 2º Império**. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878.
- BURKE, Peter. **Veneza e Amsterdã. Um estudo das Elites do século XVII**. São Paulo: Ed. Brasiliense S.A., 1991.
- _____. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

- _____. **História e teoria social.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- CARDOSO, Jayme Antonio. **A população votante de Curitiba – 1853 – 1881.** Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 1974.
- CARNEIRO, David. **O Drama da Fazenda Fortaleza.** Curitiba: Edição do Dr. Dicesar Plaisant, 1941.
- _____. **Biografia do Conselheiro Agostinho Ermelino de Leão,** segundo dados obtidos da própria família, por tradição oral, e outros do Dicionário Histórico e Geográfico Paranaense de Ermelino de Leão. Curitiba, 1949.
- _____. **A história do incidente Cormoran.** Edição da municipalidade de Paranaguá. Curitiba, 1950.
- _____. **Sesquicentenário de nascimento do conselheiro João da Silva Carrão.** Curitiba: Imprensa da Universidade do Paraná, 1960.
- _____. **Galeria de ontem e de hoje.** Livro primeiro. Galeria de ontem. Editora Vanguarda, 1963.
- _____. Visita da Princesa Isabel ao Paraná. **Boletim especial do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.** Comemorativo ao Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1822-1972. Curitiba, vol.XV, 1972.
- _____. **Biografia de Frederico Guilherme Virmond.** Separata do Boletim n.º XXIX do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba, 1976.
- _____. **História do Período Provincial do Paraná. Galeria de Presidentes da Província.** Curitiba: Banestado, 1994.
- _____. **O Paraná na Guerra do Paraguai.** Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995 (Coleção Farol do Saber).
- CARNEIRO, David; VARGAS, Túlio. **História biográfica da república no Paraná.** Curitiba: Banestado, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de (Org.). **A construção nacional, 1830-1889.** vol.2, Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- CODATO, Adriano Nervo; SANTOS, Fernando José dos (Org.) **Partidos e Eleições no Paraná. Uma abordagem histórica.** Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, 2006.
- COELHO, Salvador José Correia. **Passeio à minha terra.** Curitiba: Fundação Cultural, 1995.
- CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Tingüís, Pioneiros e Adventícios na Mancha Loira do Sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense.** Tese de Doutorado em Sociologia, Curitiba, UFPR, 2009.
- CORRÊA, Amélia Siegel. **Imprensa e Política no Paraná: Prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX.** Dissertação Sociologia, Curitiba, UFPR, 2006.
- CÔRTEZ, Saboya. Três gerações ao serviço do Brasil. Barão de Campos Gerais. Conselheiro Manoel Alves de Araújo. Embaixador Hippolyto Pacheco Alves de Araújo. **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes.** Curitiba. Tomo II, n.4, set/1949.

- COSTA, Gladisson Silva da. **Nos quarteirões de São José: um estudo sobre poder e sociedade em São José dos Pinhais na segunda metade do século XIX (1852-1878)**. Monografia História, UFPR, Curitiba, 2008.
- COSTA, Samuel Guimarães da. **História política da Assembleia Legislativa do Paraná**. Curitiba: Assembleia Legislativa, 2 vol. 1994.
- CRUZ, Maria Antonieta. Os recenseamentos eleitorais como fonte para o estudo das elites no decurso da Monarquia Constitucional: da Regeneração à República. **Revista da Faculdade de Letras. HISTÓRIA**. Porto, Portugal, III Série, vol.10, 2009, pp.161-180.
- CUNHA, Fernando. **Elites políticas municipais no Brasil-colônia. Homens-bons da Curitiba setecentista**. Dissertação Mestrado em História. Curitiba: UFPR, 2003.
- DAHL, Robert A. **Who Governs? Democracy and Power in an American City**. New Haven and London, Yale University Press, 1989.
- DICIONÁRIO Histórico-biográfico do Paraná**. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991.
- DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial. Origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.
- DUBY, Georges. Linhagem, nobreza e cavalaria no século XII na região do Mâconnais – uma revisão. **A sociedade cavaleiresca**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. **Idade Média. Idade dos Homens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ERVEN, Domingos van. **Caetano José Munhoz. Um representante da elite paranaense no século XIX**. Curitiba: agbook, 2013.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Vol.1 e 2. 10ªed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.
- FERNANDES, Fátima Regina. **Sociedade e poder na Baixa Idade Média Portuguesa: dos Azevedos aos Vilhena: as famílias da nobreza medieval portuguesa**. Curitiba: Ed. UFPR, 2003.
- FERRAZ, Paula Ribeiro. O gabinete da conciliação: algumas considerações. **XIV Encontro regional da ANPUH-RIO**, Memória e Patrimônio, Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010 (Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276733474_ARQUIVO_ArtigoANPUH-Rio2010PaulaRibeiroFerraz.pdf - Acesso: 25/fev/2013).
- FRAGOSO, João Luís; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Parte B: A Política no Império e no Início da República Velha: dos barões aos coronéis*. In: LINHARES, Maria Yeda (org.). **História geral do Brasil**. 6ªed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- GENOVEZ, Patrícia Falco. Visões da liturgia: O imperador e os partidos políticos. **Revista de história regional**, inverno, 2000 (Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2111>).
- GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **Classe dominante e jogo político na Assembleia Legislativa Paranaense (1889-1930)**. Tese de Doutorado em Sociologia, Curitiba, UFPR, 2008.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O império das províncias. Rio de Janeiro, 1822-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1978.
- GRYNSZPAN, Mario. **Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- HARDY, Thomas. **Tess of the D'Urbervilles**. London: Planet Three Publishing Network Ltd., 2004.
- HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). **O Brasil monárquico**, vol.7: do Império à República. 7ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo**. Apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional. São Paulo: DIFEL, 1962.
- IGLÉSIAS, Francisco. A vida política, 1848/1868, *in*: HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). **O Brasil monárquico**, vol.5: reações e transações. 8ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- INSSA, Maria Helena Cordeiro. **Os louros de Lourenço: genealogia e vida do Dr. Lourenço Ribeiro de Andrade (1724-1799)**. Monografia, Curso de História, Curitiba: UFPR, 2000.
- IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. *In*: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial**, volume II: 1831-1870. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- JONES, Arnold Hugh Martin. **The prosopography of the later Roman Empire**. Cambridge University Press, 1992.
- JUCÁ, Joselice. **André Rebouças. Reforma e utopia no contexto do Segundo Império: Quem possui a terra possui o Homem**. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001.
- LINHARES, Temístocles. **Paraná Vivo: um retrato sem retoques**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.
- LIMA, Marco Antunes de. A cidade e a província de São Paulo às vésperas da Revolução Liberal de 1842. **Revista Klepsidra**, n.15, fev-mar/2003. (Disponível em: <http://www.klepsidra.net/novaklepsidra.html> - Acesso: 3/fev/2012).
- LOPES, José Carlos Veiga. **Aconteceu nos Pinhais: subsídios para a história dos municípios do Paraná: tradicional do Planalto**. Curitiba: Ed. Progressiva, 2007.
- LOVE, Joseph L. e BARICKMAN, Bert J. Elites Regionais. *In*: HEINZ, F. M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- MAFRA, Joaquim da Silva. **História do Município de Guaratuba**. Guaratuba, s/editora, 1952.
- MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná: Política e Governo**. Curitiba: SEED, 2001.
- MARCONDES, Moysés. **Pae e Patrono (Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá)**. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1926.
- MAROCHI, Maria Angélica. **Câmara Municipal de São José dos Pinhais – 150 anos: 1853-2003**. São José dos Pinhais, PR: Câmara Municipal, 2003.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. *In*: MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os pensadores).

MARTINS, Ilton Cesar. **Eu só tenho três casas: a do senhor, a cadeia e o cemitério: crime e escravidão na comarca de Castro (1853-1888)**. Curitiba, UFPR: Doutorado em História, 2011.

MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos de mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. *In*: FRAGOSO, J.L.R.; ALMEIDA, C.M.C.; SAMPAIO, A.C.J. (org.) **Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARTINS, Romário. **Curitiba de Outr'ora e de Hoje**. Curitiba: s/d, p.167.

_____. **Catálogo dos jornaes publicados no Paraná de 1854 – 1907**. Curitiba: Typ. e lith. a vapor Imprensa Paranaense, 1908.

_____. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema. A formação do Estado Imperial**. 2ª Ed., São Paulo: Ed. Hucitec, 1990.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n.º17, jan/jun. 2007.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Da Independência à Vitória da Ordem. *In*: LINHARES, Maria Yeda (org.). **História geral do Brasil**. 6ªed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MOSCA, Gaetano. *II. The Ruling Class*. *In*: **The Ruling Class**. McGraw-Hill Book Company, Inc. New York and London, 1939.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001.

NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. Vol.1, Curitiba: Imprensa Paranaense S.A., 1926.

_____. **Genealogia Paranaense**. Vol.2, Curitiba: Imprensa Paranaense S.A., 1927.

_____. **Genealogia Paranaense**. Vol.3, Curitiba: Imprensa Paranaense S.A., 1928.

_____. **Genealogia Paranaense**. Vol.4, Curitiba: Imprensa Paranaense S.A., 1929.

_____. **Genealogia Paranaense**. Vol.5, Curitiba: Imprensa Paranaense S.A., 1946.

_____. **Genealogia Paranaense**. Vol.6, Curitiba: Imprensa Paranaense S.A., 1950.

_____. **Efemérides Paranaenses**. 1º Vol., janeiro-junho. Curitiba: Círculo de Estudos Bandeirantes, 1949.

_____. **Efemérides Paranaenses**. 2º Vol., julho-dezembro. Curitiba: Círculo de Estudos Bandeirantes, 1954.

NICOLAS, Maria. **Cem anos de vida parlamentar. Deputados provinciais e estaduais do Paraná**. Assembleias Legislativas e Constituintes 1854 – 1954. Curitiba, 1954.

_____. **130 Anos de Vida Parlamentar Paranaense** - Assembleias Legislativas e Constituintes. 1854-1984. 2º ed. Curitiba: Departamento de Imprensa Oficial do Estado – DIOE, 1984.

- _____. **Vultos Paranaenses**. 3º volume. Curitiba: IP, 1958.
- _____. **O Paraná no Senado**. Curitiba, Imprensa Oficial Paraná, s/d.
- NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores**. Genealogia, classe dominante e estado do Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.
- _____. (Org.). **Análise dos parlamentares paranaenses na entrada do séc. XXI**. Curitiba: APUFPR-SSind, 2002.
- _____. (Org.). **A construção do Paraná Moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: SETI, 2004.
- _____. **Famílias históricas do litoral paranaense. Família Miranda Coutinho**. 2005. (Disponível em: http://ufpr.academia.edu/RicardoCostadeOliveira/Papers/161655/Familias_Historicas_do_Litoral_Paranaense_A_Familia_Miranda_Coutinho - Acesso em 1/fev/2012).
- _____. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. **Sociologias**, n.18, Porto Alegre, jul./dez., p. 150-169, 2007.
- _____. **Na teia do nepotismo**. Curitiba, PR: Insight, 2012.
- PANG, Eul-soo; SECKINGER, Ron L. The mandarins of imperial Brasil, *in*: **Comparative Studies in Society and History**, NY: Cambridge Univ. Press, v.14, nº 2, 1972, p.215-244.
- SALGADO, Eneida Desireé; GABARDO, Emerson. O processo eleitoral no Brasil Império. **Revista Paraná Eleitoral**. N.47, Jan/2003.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998
- SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850**. 2ªed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.
- SISSON, Sébastien Auguste (Org.). **Galeria dos Brasileiros Ilustres**. Retrato dos homens mais illustres do Brasil, na política, nas sciencias e letras. Desde a guerra da independência até os nossos dias. Copiados do natural e lithographados por S.A.SISSON. Volume I e Volume II. Rio de Janeiro, 1861. (Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/node/739> - Acesso: 10/dez/2011).
- PEREIRA, Batista. **Figuras do Império e outros ensaios**: prefácio de Américo Jacobina Lacombe. 3ªed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília, INL, 1975.
- PEREIRA, Luis Fernando Lopes. **Paranismo: o Paraná inventado; cultura e imaginário no Paraná da Primeira República**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso: (ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829 – 1889)**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.
- _____. *Tess não veio a Curitiba; ou das dificuldades de adaptação dos imigrantes ingleses às colônias agrícolas do Paraná no século XIX*. *In*: **Monumenta. Imigração para o Brasil. Relatório sobre a colônia Assunguy, apresentado a ambas as casas do Parlamento por Ordem de Sua Majestade, Londres, 1875**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

- PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano; FUKS, Mario; BRAGA, Sérgio (Orgs.). **Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná.** Curitiba: Editora UFPR, 2007.
- PORTELA, José Carlos Pereira. **Raízes do Legislativo paranaense e a Assembleia Legislativa do nosso tempo.** 140 anos do poder legislativo paranaense, 1854-1994. Curitiba: Assembleia Legislativa, 1994.
- Rede Ferroviária Federal S.A., RFFSA. **Ferrovias Paranaguá-Curitiba. Edição Comemorativa do Centenário da Estrada de Ferro do Paraná,** Curitiba: 1985.
- RESENDE, Daiane Carnelos. **Elementos decisivos na construção da posição e ação política de Roberto Requião de Mello e Silva.** Curitiba: Dissertação em Sociologia, UFPR, 2007.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil.** 2ªed. 9ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ROCHA POMBO, José Francisco da. **O Paraná no Centenário (1500-1900).** 2ªed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1980.
- RODERJAN, Roselys Vellozo. **Os Curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil Meridional (séculos XVI a XIX).** Curitiba: Works Informática, Editoração Eletrônica, 1992.
- RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e reforma no Brasil. Um desafio histórico-cultural.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1965.
- _____. **Filosofia e história.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- ROMAGUERA NETTO, Luiz. **Gertrudes e o Padre Camargo.** Curitiba: Repro-Set Ind. Gráfica Ltda., 1992.
- SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **História da Alimentação no Paraná.** Curitiba: Juruá, 2007.
- SANTOS, Zelo Aparecida Martins dos. **Visconde de Guarapuava: personagem na história do Paraná: trajetória de um homem do século XIX.** Guarapuava: Unicentro, 2007.
- SÊGA, Rafael Augustus. **Tempos Belicosos: a Revolução Federalista no Paraná.** 2ª Ed. Curitiba: Instituto Memória, 2008.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pela comarca de Curitiba.** Curitiba: Fundação Cultural, 1995.
- STECA, Lucinéia & FLORES, Mariléia. **História do Paraná. Do século XVI à década de 1950.** Londrina: Ed. UEL, 2002.
- STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política,** Curitiba, Jun 2011, vol.19, nº.39, p.115-137.
- STROBEL, Gustav Hermann. **Relatos de um pioneiro da imigração alemã.** Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1987.
- TAVARES BASTOS, Aureliano Candido. **A Província.** Estudo sobre a descentralização no Brasil. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, livreiro-editor, 1870.
- TREVISAN, Edilberto. **Quando a Província nasceu. Influência do ciclo ervateiro em Morretes e Porto de Cima.** Curitiba: Gráfica Vicentina Ltda, 1998.

URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial. A burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX.** Rio de Janeiro, São Paulo: DIFEL, 1978.

URUGUAI, Visconde do. **Visconde do Uruguai. Ensaio sobre o direito administrativo.** Organização e introdução de José Murilo de Carvalho, São Paulo: Ed.34, 2002.

_____. **Estudos práticos sobre a administração das províncias no Brasil.** Rio de Janeiro: B.L.Garnier, Livreiro Editor, tomo I e II, 1865.

VARGAS, Túlio. **O Conselheiro Zacarias.** Curitiba: Grafipar, 1977.

_____. **A última viagem do Barão de Serro Azul.** 2ªed., 3ªtiragem, Curitiba: Juruá, 2006.

VARGAS, Túlio; CHAVES, Maria de Lourdes Marques. **Sérgio de Castro: biografia do presidente da Constituinte Republicana do Paraná de 1892.** Curitiba: Lítero-Técnica, 1987.

VASCONCELOS, Zacarias de Góis e. **Zacarias de Góis e Vasconcelos.** Organização e introdução de Cecília Helena de Salles Oliveira, São Paulo: Ed. 34, 2002.

VIAL, Rogério. A riqueza feminina: uma breve análise sobre as possibilidades de estudos de gênero com a utilização de testamentos e inventários do século XIX na cidade de Castro/PR. **Anais do Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História – LHAG/UNICENTRO,** Guarapuava, 2013, p.117-127. (Disponível em: <http://sites.unicentro.br/wp/lhag/files/2013/10/Rog%C3%A9rio-Vial.pdf> – Acesso: 10/nov/2013).

VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras.** Primeiro volume. Fundamentos sociais do Estado (Direito público e cultura). São Paulo: José Olympio, 1949.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia.** Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná.** 5ªedição, Curitiba: Gráfica Vicentina, Ltda, 1982.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **O Barão dos Campos Gerais e o comércio de tropas.** Curitiba: CD Editora, 1995.

_____. Política paranaense do século XIX. **Revista paranaense de desenvolvimento.** IPARDES, Curitiba, n.87, jan/abr, 1996, p.51-63.

Fontes primárias

BRASIL, Constituição Política do Império do Brasil, 1824, in: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm (Acesso em 10/ago/2013).

BRASIL, Lei n.º 16, de 12/ago/1834, in: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html> (Acesso em 10/ago/2013).

BRASIL, Ministério da Justiça. José Ildelfonso de Souza Ramos. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa, 1853. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1844/000003.html> - Sobre o conflito armado em São José dos Pinhais, em 1852 (Acesso em 15/dez/2011).

BRASIL, Ministros do Supremo Tribunal de Justiça do Império:
<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=338> (Acesso em 28/dez/2011).

MANIFESTO DO CENTRO LIBERAL, 31/mar/1869, *in*: **Textos políticos da História do Brasil** (Paulo Banavides e Roberto Amaral, org.) p.456-470. *in*:
http://brasilindependente.weebly.com/uploads/1/7/7/1/17711783/manifesto_do_centro_liberal_-_1869.pdf (Acesso em 20/set/2013).

PARANÁ, Atas da Câmara de Castro, *in*: <http://www.camaracastro.pr.gov.br/atas/> - (Acesso em 15/jul/2003).

PARANÁ, Leis, Decretos, Regulamentos e Deliberações do Governo da Província do Paraná, 1854, 1855, 1856, 1857. Typ. Da Penitenciária do Estado, Curitiba, 1912.

PARANÁ, Leis, Decretos, Regulamentos e Deliberações do Governo da Província do Paraná, 1859 a 1879. Curitiba: Typografia Lopes.

PARANÁ, Zacarias de Góes e Vasconcellos, Relatório, 15/jul/1854 (DEAP).

PARANÁ, Registro de proprietários de terras no Paraná entre 1853 a 1855 – (DEAP, índice geral).

PARANÁ, **Annaes da Assembleia Provincial do Paraná, 1886, 1887, 1888**. Primeira Sessão da 17ª Legislatura, de 30 de outubro a 30 de dezembro de 1886, 463p. e Annaes da Assembleia Provincial do Paraná, 2ª Sessão da 17ª Legislatura, de 13 de fevereiro de 1887 a 17 de abril de 1887, 180p. Annaes da Assembleia Provincial do Paraná, 1ª Sessão da 18ª Legislatura, de 10 de maio de 1888. 227p. Curitiba, Typographia Dezenove de Dezembro, Rua Doutor Westphalen, 1886, 1887 e 1888 (Biblioteca Pública do Paraná).

Lista de votantes qualificados de várias localidades paranaenses (DEAP).

Eleições. São José dos Pinhais, 20/jan/1854 (DEAP, *ofícios*).

Eleições. São José dos Pinhais, 11/fev/1854 (DEAP, *ofícios*).

Jornal *O Dezenove de Dezembro*, Curitiba, 1854 e 1855 (fac-símile) (Biblioteca Pública do Paraná).

Jornal *O Dezenove de Dezembro*, Curitiba, 1856 a 1889 (Museu Paranaense).

Jornal *O Paranaense*, Curitiba, 1876 a 1882 (Museu Paranaense)

Jornal *Correio Oficial*, Curitiba, 1961 a 1862 (Museu Paranaense)

Jornal *Aurora Paulistana*, 1852 (Arquivo Público de São Paulo, disponível on-line).

Jornal *O Compilador Paulista*, 1852 (Arquivo Público do São Paulo, disponível on-line).


Jornais disponíveis on-line: Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional.

PARTE II – ANEXOS

ANEXO 1 – Ficha Biográfica dos Senadores, Deputados Gerais e Deputados Provinciais do Paraná, de 1854 a 1889

SENADORES


1. João da Silva Machado – Barão de Antonina

Nasc/Morte	Taquari, RS, 17/jun/1782 – São Paulo, SP, 19/mar/1875 = 93 anos.
Residência	Castro (quando se casa com Anna Guimarães, década de 1830); Vila Nova do Príncipe (Lapa); fazenda Pirituba (Perituba), em Faxina/Itararé, São Paulo (década de 1830/1840); São Paulo, capital (pós-década de 1850).
Casamento / Família	Filho de Manoel da Silva Jorge e Antonia Maria de Bittencourt; naturais da ilha de Açores, Portugal e que vieram colonizar a região de Taquari, Rio Grande do Sul, a partir de 1764; Casado com Anna Ubaldina do Paraíso Guimarães e Silva, filha de Manoel Gonçalves Guimarães e Maria Magdalena de Lima (<i>Título Cardoso de Lima</i>), região dos Campos gerais; Tiveram 5 filhas casadas com importantes famílias de São Paulo e Rio Grande do Sul;
Educação / Profissão	Tropeiro; Alfabetizado; possui cartas escritas; membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na qual divulgava as expedições de João Henrique Elliott e Joaquim Francisco Lopes, na década de 1840. Tropeiro; cargos públicos.
Cargos públicos	<i>Militar</i> : capitão-mór, sargento-mór, tenente coronel de milícias, comandante superior das guardas nacional do sul da Província e Coronel Honorário do Exército; <i>Político</i> : Eleitor da quinta comarca de São Paulo, encarregado da eleição dos representantes do Brasil às Cortes Constituintes de Lisboa [1821], camarista na Vila Nova do Príncipe e presidente da Câmara [1829]; suplente para o Conselho Geral da Província de São Paulo [1829] e membro efetivo na segunda legislatura [1830-1833]; eleito deputado provincial à Assembleia de São Paulo [1835/37; 38/39; 42/43] e Senador pelo Paraná [03/ago/1854 a 19/mar/1875, data de seu falecimento]; <i>Colonizador</i> : Prestou serviços na colonização (Vila do Príncipe, com colonos açorianos em 1816; Rio Negro, com colonos alemães, sendo o diretor da colônia em 1829); <i>Sertanista</i> : aldeamento e catequese dos índios, aldeamentos dos rios Jatáhy, Parapanema, Paraná, Ivinheima, Dourado e Santa Maria – entre Paraná e Mato Grosso; e de São João Baptista do Rio Verde, em São Paulo; <i>Explorador</i> : fez explorações pelo território da Província de São Paulo (rios, montes com metais preciosos); <i>Empreiteiro</i> : abriu e conservou estradas, como a Estrada da Mata, do Rio Grande do Sul a Sorocaba; estrada de Curitiba a Antonina – Graciosa, 1830; e estrada de Curitiba ao Mato Grosso, por via fluvial também; de Curitiba a Itapeva/Faxina, SP; Senador pelo Paraná [1854 a 1875];
Partido Político	Liberal;
Títulos	Oficial da Ordem do Cruzeiro [1842]; Ordem da Rosa; Barão de Antonina [1843] e barão com grandeza [1860]; Veador de S.M. a Imperatriz, Fidalgo da Casa de S.M. Imperatriz; Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro;
Figura e Brasão	 <p>Barão de Antonina e seu brasão</p>

NEGRÃO, *op.cit.*, Vol.5, p.86-139; ALVES, 2012;

2. Manoel Francisco Correia (neto) (Senador pela Paraná entre 10/abr/1877 a 15/nov/1889)

Nasc/Morte	Paranaguá, 1/set/1831 – Rio de Janeiro, 11/jun/1905 = 74 anos
Residência	Paranaguá; Rio de Janeiro a partir de 1855;
Casamento / Família	Pelo lado paterno, neto de Manoel Francisco Correia, o velho, e filho de Manoel Francisco Correia Filho, ambos, políticos e comerciantes do litoral paranaense; neto materno do último capitão mor de Paranaguá, Manoel Antonio Pereira; eram em 14 irmãos, dos quais quatro chegaram a ser deputados provinciais: Dr. Manoel Francisco

	<p>Correia, Dr. Francisco Ferreira Correia, Joaquim Severo Correia e Ildefonso Pereira Correia (barão de Serro Azul); e as suas irmãs, Maria Bárbara casa com o desembargador Agostinho Ermelino de Leão (vice-presidente da província do Paraná em vários momentos, Comendador da Ordem da Rosa [31/ago/1880]); Leocádia Pereira casa com Joaquim Antonio Guimarães (filho do Visconde de Nacar, ambos deputados provinciais e geral); e Francisca casa em 1878 com o Comendador Antonio Alves de Araujo (deputado provincial).</p> <p>Manoel Francisco Correia é tio, pelo lado paterno de Manoel Eufrásio Correia e das irmãs Clara e Rosa Narcisa, esposas do Visconde de Nacar, Manoel Antonio Guimarães. <i>Quarteto saquarema (conservador) do Paraná</i>: Manoel Francisco Correia, Manoel Eufrásio Correia, Agostinho Ermelino de Leão e Manoel Antonio Guimarães (Visconde de Nacar).</p>
Educação / Profissão	Bacharel em Direito [1854]; funcionário público;
Cargos públicos	<p>Funcionário público no Rio de Janeiro (cargos no governo imperial); Disputa eleições para deputado geral no Paraná, mas é derrotado, retornando para o Rio de Janeiro [1857]; <i>Eleitor</i> em Paranaguá [1857/60]; Presidente da província de Pernambuco [1862]; Deputado geral pelo Paraná [1869/72; 72/75]; Presidente da Câmara dos Deputados; Deputado provincial [1870/71]; Ministro dos negócios estrangeiros [7/mar/1871 a 28/jan/1873]; Membro permanente do conselho de Estado; Senador pelo Paraná [1877/89];</p> <p>“Na República foi diretor geral do Tribunal de Contas, mas com o fuzilamento de seu irmão, Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, pensou abandonar suas funções” (CARNEIRO, 1963, p.456);</p>
Partido Político	Conservador
Títulos	Comendador Hábito de Cristo [março de 1861]; Conselheiro [1880];
Figura	 <p>A small black and white portrait of Manoel Francisco Correia, a man with a beard and mustache, wearing a suit and tie. Below the portrait is a small caption: 'MANOEL FRANCISCO CORREIA 1823'.</p>

NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.277-285; NICOLAS, 1954, p.67-8; OLIVEIRA, 2001, p.164-5;

DEPUTADOS GERAIS

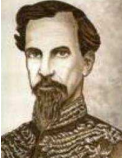
3. Antonio Candido Ferreira de Abreu

Nasc/Morte	<p>São Paulo, 1823 – São Leopoldo, RS, 29/mar/1876 = 53 anos</p> <p>“Depois de passar por acerbos padecimentos entregou a alma ao criador na cidade de S. Leopoldo, província do RS, o Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu que aí exerceu o cargo de juiz de direito. Há muitos anos residindo nesta província [Paraná], onde se ligara à família importante [Visconde de Nacar], o finado jamais poupou esforços em mostrar os dotes de um caráter ilibado, não só quando ocupou o cargo de juiz de direito como no procurador fiscal da fazenda pública. Foi uma perda sensível, pois que deixa uma prole numerosa aos cuidados de sua exemplar consorte, digna de toda a consideração. Nossos pêsames a S. Exma. família” (<i>Dezenove de Dezembro</i>, 1/abr/1876).</p>
Residência	Curitiba; Antonina [pós 1872]; São Leopoldo, Rio Grande do Sul
Casamento / Família	Filho do Sargento-Mor José Mathias Ferreira de Abreu e Maria da Anunciação Silva Castro; Irmão de José Mathias Ferreira de Abreu, ambos, genros de Manoel Antonio Guimarães (Visconde de Nacar) de Paranaguá; Casado com Maria Cândida Guimarães; Incorpora-se ao <i>Título Rodrigues de França</i>
Educação / Profissão	Bacharel em Direito
Cargos públicos	Deputado provincial por São Paulo [1852/53 suplente]; Deputado geral [1854/56, na 9ª legislatura, tomando assento em 27/maio/1854]; Deputado provincial [1856/57, 58/59, 60/61, 70/71]; <i>Eleitor</i> em Curitiba [1869/72]; juiz de Direito em Morretes e na Lapa [1871]; Juiz de Direito em Antonina [1872] e depois em São Leopoldo, RS, onde também exerceu os cargos de juiz municipal e procurador geral da Fazenda; trabalhou no

	júri contra os Muckers, sendo um júri muito trabalhoso e extenuante, causando a sua morte repentina [1876];
Partido Político	Conservador
Títulos	-

NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, p.176;


4. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá

Nasc/Morte	Palmeira, 1/jun/1827 – Genebra, Suíça, 9/out/1903 = 76 anos
Residência	Palmeira e Curitiba
Casamento/ Família	Filho do Barão do Tibagi, José Caetano de Oliveira (deputado provincial em São Paulo [1846/47 suplente; 48/49], faleceu em 17/nov/1863) e Querubina Marcondes de Sá (baronesa de Tibagi); Casou com Domitilla Alves de Araujo [Marcondes de Oliveira e Sá], em Morretes, em 7/jan/1855 (ela nascida em Morretes, em 1840, e faleceu em Genebra, em 1905; filha do Capitão Hyppolyto José Alves e de Maria Rosa de Araujo – influente e tradicional família do litoral paranaense e com ascendência descrita por Francisco Negrão, p.394-396; Cunhado do Conselheiro Manoel Alves de Araujo; Cunhado do Coronel Antonio Alves de Araujo; Cunhado do Coronel Joaquim Alves de Araujo, comendador, que era casado com Ignacia dos Santos Araujo, natural da Lapa, filha dos Barões dos Campos Gerais; Cunhado do Brigadeiro Hyppolyto Alves de Araujo; Cunhado do comendador Henrique Alves de Araujo (importante fazendeiro em Palmas e Campos gerais) que se casa com uma parente de Jesuino, Cherobina Marcondes; Cunhado do tenente coronel Joaquim Pacheco da Silva Rezende (irmão do Barão dos Campos Gerais); Cunhado de Antonio de Sá Camargo (Visconde de Guarapuava);
Educação / Profissão	Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, por Olinda, Pernambuco. Após a formatura, viaja para a Europa e, depois ingressa em cargos públicos na província e na política; Filho de pai tropeiro e fazendeiro dos Campos Gerais; Político; Sua mãe liberta dois escravos por ocasião da visita de D. Pedro II ao Paraná em 1880; neste ano a mãe receberá o título de viscondessa do Tibagi.
Cargos públicos	“Os cargos que ocupou demonstram que a política não lhe foi ingrata”. Deputado provincial por São Paulo [1850/51 suplente]; Inspetor geral da Instrução Pública do Paraná [1854], Procurador fiscal do tesouro provincial [1855], Deputado à Assembleia Provincial do Paraná [1854/55, 56/57, 60/61], Membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento em Curitiba [1856]; Presidente da Câmara de vereadores de Curitiba [1857/60], 1º suplente de Deputado geral em 1854, Deputado geral [1857/60; 64/68, 10ª e 18ª Legislatura]; Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas no Gabinete Furtado [1864/65, Ministério Liberal, de 31/ago/1864, presidido por Francisco José Furtado], na qual se destacou em algumas ações frente a crise financeira da época, exploração de rios no Paraná, incentivo a imigração e o início da Guerra do Paraguai [31/ago/1864] (foi o primeiro paranaense a alcançar um cargo de ministro de Estado); Vice-presidente da Província do Paraná [1878; 79; 82]; Chefe de polícia do Paraná [1879]; Presidente da província do Paraná [1889], até a proclamação da República; são seus amigos o Dr. Generoso Marques dos Santos e o Dr. Manoel Alves de Araujo. Era seus opositores, o político Vicente Machado e os membros do partido conservador;
Partido Político	Liberal (chefe)
Títulos	Conselheiro;
Figura	

MARCONDES, 1926; COSTA, 1995, p.100-1; NEGRÃO, 1926, vol.1, p.374-397; NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.74-6;

5. Laurindo Abelardo de Brito

Nasc/Morte	Montevideú, Uruguai, 8/set/1827, mas, pais paulistas – São Paulo, 8/abr/1885 = 57 anos
------------	--

Residência	Curitiba [pós 1852]; São Paulo [pós 1878];
Casamento / Família	Filho do tenente Manoel José de Brito e Paula da Costa Brito; sua mãe casa-se em segundas núpcias com o Dr. Joaquim Ignácio Ramalho, barão de Ramalho, conselheiro da coroa, juriconsulto, lente e diretor da Faculdade de Direito de SP; Genro do deputado Manoel Ignácio do Canto e Silva; casado com Agueda Joaquina do Canto e Silva Brito, no dia 3/ago/1858 em Castro. Cunhado do Barão de Monte Carmello, Bonifácio José Baptista;
Educação / Profissão	Bacharel em Direito, SP [1847 a 1851]; cargos públicos; Herdeiro do sogro Manoel Ignácio do Canto e Silva; libertou todos os seus escravos;
Cargos públicos	Promotor público em Castro e em Curitiba [1852]; inspetor da instrução pública do Paraná [1856]; professor no Liceu paranaense de retórica [1856]; deputado provincial [1856/57, 58/59, 60/61, 62/63]; nomeado delegado do diretor geral das terras públicas do Paraná [1858]; deputado geral [1858 suplente, 1864/66; 67/68]; Em São Paulo: inspetor do tesouro provincial; deputado geral pelo 1º distrito da capital; presidente da província de São Paulo [11/fev/1879 a 3/mar/1881];
Partido Político	Liberal (em “oposição” a seu sogro que sempre foi Conservador); chefe político liberal;
Títulos	Ordem da Rosa; Conselheiro;
Figura	

NICOLAS, 1954, p.78; NEGRÃO, 1949, p.198; *Dezenove de Dezembro*, várias edições;
EGAS, Eugenio. *Galeria dos Presidentes de S. Paulo. Período Monárquico, 1822-1889*. Publicação Oficial do Estado de S. Paulo. Comemorativa do 1º Centenário da Independência do Brasil, vol.1. 1924.


6. Joaquim Ignácio Silveira da Motta

Nasc/Morte	Bahia, 2/maio/1818 – Rio de Janeiro, 19/ago/1891 = 73 anos
Residência	Curitiba
Casamento / Família	Casado com Maria Theolinda da Conceição Ribas Silveira da Motta (incorpora-se ao <i>Título Rodrigues Seixas</i>) [1842]; ela filha do Capitão Lourenço Pinto de Sá Ribas; Ele é filho do Desembargador Joaquim Ignácio Silveira da Motta e Anna Luiza da Gama; Cunhado de: José Lourenço de Sá Ribas e concunhado de Manoel Leocádio de Oliveira (pós 1868), Manoel Antonio Ferreira e Manoel de Oliveira Franco; Teve três filhos deputados provinciais: Joaquim Ignácio Silveira da Motta Junior [1872/73]; Eusébio Silveira da Mota [1874/75]; e Coriolano Silveira da Mota [1888/89]; É provável que seja parente de José Ignácio Silveira da Mota (1807-1893), nascido em Goiás, professor de Direito, deputado geral por São Paulo, entre 1850 a 1854, e senador por Goiás, de 1855 a 1889;
Educação / Profissão	Formado em Medicina (Alemanha); Médico; escritor, com textos publicados em francês; possuía escravos em Curitiba;
Cargos públicos	Deputado provincial de São Paulo [1850/51; 52/53]; responsável pela força pública no Paraná, por ocasião do conflito político em São José dos Pinhais [1852], com discurso na Assembleia provincial de São Paulo, sobre o fato [1853]; Inspetor da Instrução pública [1856]; Vice-presidente do Paraná, sem assumir o cargo [1857]; Diretor geral da Instrução Pública [1858]; Deputado provincial do Paraná [1856/57, 58/59, 60/61, 62/63]; Deputado geral [1861/63]; <i>Eleitor</i> em Curitiba [1861/63; 74/76];
Partido Político	Liberal
Títulos	-

NEGRÃO, *op.cit.*, 1927, vol.2, p.473-477; NICOLAS, 1954, p. 76-7.

7. Zacarias de Goes e Vasconcellos

Nasc/Morte	Valença, Bahia, 5/nov/1815 – Rio de Janeiro, 29/dez/1877 = 62 anos
Residência	Rio de Janeiro
Casamento / Família	Casado com Carolina de Mattos Vieira, no Rio de Janeiro [8/out/1853];
Educação /	Bacharel em Direito pela Academia de Olinda [1837]; Advogado; cargos públicos;

Profissão	Escreveu o livro: <i>Da natureza e limites do Poder Moderador</i> [1860] e reeditado [1862];
Cargos públicos	Professor na Academia de Olinda [1840]; Ingressa no partido conservador pelas mãos de Francisco Gonçalves Martins, futuro visconde de São Lourenço; Deputado provincial da Bahia [1843/44; 45/46; 47/48]; Presidente das províncias do Piauí [1845/47] e Sergipe [1848/49]; Ministro da Marinha do Brasil [1852/53]; Presidente da província do Paraná [1853/55]; Deputado geral pelo Paraná [1861/63]; participou da fundação da Liga Progressista [1864]; Senador pela Bahia [1864/1877]; Ministro da Justiça e Fazenda; e Presidente do Conselho de Ministros por três vezes [1862; 64; 66/68]; Assina o Manifesto do Centro Liberal [31/mar/1869]; Termina sua carreira como Senador, sendo oposição aos gabinetes conservadores deste período;
Partido Político	Conservador; Liberal [pós 1860], Liga progressista;
Títulos	Conselheiro;
Figura	

VARGAS, 1977; Cecilia Helena de Salles Oliveira, in: VASCONCELOS, 2002;


8. Joaquim Dias da Rocha

Nasc/Morte	Bahia, 1838 – Curitiba, 14/set/1904 = 66 anos
Residência	Chegou a Curitiba em junho de 1858;
Casamento / Família	Filho de Francisco José da Rocha; Casado com Maria Índia de Moraes Rocha; ela é irmã do capitão Julio Índio do Brasil Moraes, praticante da tesouraria do Paraná [1832], morto na batalha de Curupaity, Paraguai, em 22/set/1866. Em Curitiba era parente de Luiz Antonio Requião (<i>O Dezenove de Dezembro</i> , 9/jul/1859).
Educação / Profissão	Médico; cargos públicos; Em 1898, consta sua residência no centro de Curitiba, rua José Bonifácio.
Cargos públicos	Atua como médico e é nomeado professor do liceu de Curitiba, cadeira de ciências naturais [1858]; nomeado Secretário de Governo do Dr. José Francisco Cardoso e depois do Dr. Nogueira [1860/62] e pede exoneração do cargo de inspetor geral da instrução pública [1860]; <i>Eleitor</i> em Curitiba [1861/63; 63/67; 67/68; 69/70]; Comandante do 1º Batalhão de Artilharia [1865/66] e segue para guerra do Paraguai [jun/1865 e 18/maio/1867]; Inspetor da tesouraria provincial [1868]; Deputado provincial [1864/65, 70/71]; Deputado geral [1869/72]; Diretor Geral da Instrução Pública e trabalha no Ginásio Paranaense [1889/1897];
Partido Político	Até 1860, quando assume como secretário do governo, é tido como sem partido: “ainda virgem e sem as desafeições dos partidos, é o homem que acaba de ser escolhido para secretário da presidência da província” (<i>O Dezenove de Dezembro</i> , 11/fev/1860); Liberal e concorre pela chapa liberal, em 1863. Muda para o partido conservador, pós 1868, elegendo-se deputado geral. E torna-se chefe do partido conservador em Curitiba.
Títulos	-

NICOLAS, 1954, p.97; *A República*, Curitiba, 15/set/1904.

9. Manoel Eufrásio Correia (Manoel Euphrasio Correia)


Nasc/Morte	Paranaguá, 16/ago/1839 – Pernambuco, 4/fev/1888 = 49 anos
Residência	Paranaguá / Curitiba
Casamento / Família	Ele é filho Joaquina Maria da Ascensão Correia e do tenente coronel Manoel Francisco Correia, o velho, casados em 8/jan/1815, de quem foi a terceira mulher; suas duas irmãs casam com o Manoel Antonio Guimarães, o Visconde de Nácar; seu irmão Joaquim Cândido Correia era cônsul de Portugal no Paraná (faleceu em Paranaguá, 16/abr/1884, com 70 anos; e pai de Iria Cândida Correia, primeira pintora paranaense, faleceu em Paranaguá, 15/mar/1887). Manoel Eufrásio casa em primeira núpcias com Maria Ermelina Correia (falecida em 7/dez/1876), filha do Capitão Manoel Antonio Pereira Filho e de Lourença Laurinda

	Correia; <i>Título Rodrigues de França</i> – Casado em segundas núpcias com sua sobrinha Alice Guimarães Correia (irmã da primeira e segunda esposa do comendador Manoel Ricardo Carneiro, Lucia e Delphica, irmã do coronel Manoel Antonio Guimarães filho, casado com Barbara de Alencar Guimarães, filha do senador conselheiro José Martiniano de Alencar; irmã de Maria Candida e Joaquina, casadas com os irmãos Ferreira de Abreu; e irmã de Joaquim Antonio Guimarães, casada com a filha de Manoel Francisco Correia Junior; ela é filha do Visconde de Nácar, comendador Manoel Antonio Guimarães); <i>Ele forma o quarteto saquarema (conservador) do Paraná</i> : Manoel Francisco Correia, Manoel Eufrásio Correia, Agostinho Ermelino de Leão e Manoel Antonio Guimarães (Visconde de Nácar).
Educação / Profissão	Estudou em Recife, Pernambuco os três primeiros anos de Direito [1858/60] transferindo para São Paulo, formando-se em [3/dez/1862]; funda o jornal <i>Phenix</i> [Paranaguá, janeiro/1867]; escreve artigos em jornais; discursos políticos; discurso proferido sobre o casamento civil [jun/1883]; a colonização e imigração no Paraná [25/fev/1884]; era a favor da emancipação dos escravos, mas com indenização, e de que no Paraná a tendência era a escravidão acabar devido aos poucos escravos existentes; a favor do casamento civil; Advogado; cargos públicos; emancipou seus últimos 4 escravos em 24/set/1884 (<i>Dezenove de Dezembro</i> , 25/set/1884).
Cargos públicos	Volta ao Paraná [1863]; Promotor público interino em Morretes [1865]; advogou em Curitiba; torna-se chefe político do Partido Conservador; Delegado de Polícia, promotor público, suplente de juiz municipal, em Paranaguá; Inspetor da Tesouraria provincial e procurador fiscal da Tesouraria da fazenda em Curitiba; Chefe de Polícia em Santa Catarina [1871]; Deputado Geral pelo Paraná [1872/75; 76/79; 84/85; 86/89]; o Partido Liberal teria vencido em 1881 por 11 votos; houve um período que teria saído do Paraná por perseguição política [volta com sua eleição para Deputado geral em 1884]; voltando como Deputado Geral [1884/85] após vitória contra o Governo [Generoso Marques teve 512 votos e Eufrasio, 540 votos, eleição de 1/dez/1884] resultado conferido a força do partido Conservador; reeleito [1886/88]; Deputado provincial no mesmo período [1874/75, 76/77, 78/79, 82/83, 84/85, 86/87]; sua distância da política paranaense fez com que o Partido Conservador cometesse erros que desagradou seus próprios correligionários; Presidente da província de Pernambuco [7/nov/1887, local em que faleceu, 4/fev/1888];
Partido Político	Conservador (chefe supremo) “tinha o dom mágico de convencer seus ouvintes”;
Títulos	-
Figura	 Manoel Eufrásio Correia

NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.198 e 323;

10. Manoel Alves de Araujo

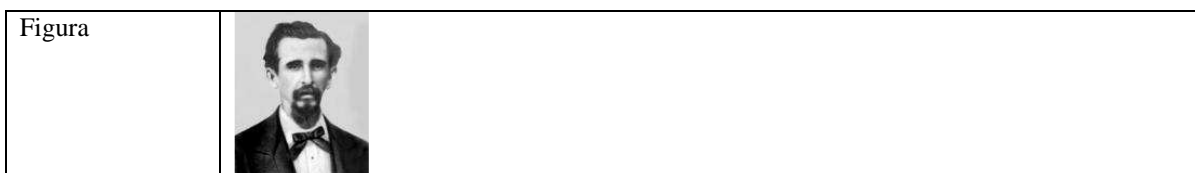
Nasc/Morte	Morretes, 19/mar/1836 – Rio de Janeiro, 11/dez/1908 = 72 anos
Residência	Morretes, Paranaguá, Antonina, Curitiba, Rio de Janeiro [pós 1887].
Casamento / Família	Filho de Maria Rosa de Araujo (<i>Título Rodrigues de França</i>) e do Capitão Hyppolito José Alves (possuíam grandes cabedais e gozaram de grande prestígio político no litoral, principalmente em Antonina); Irmão do deputado provincial, comendador Antonio Alves de Araujo, do brigadeiro e deputado provincial Hypólito Alves de Araujo, de Maria Alves de Araujo Pancada, casada com Francisco Marques Leal Pancada (residentes em Lisboa, que em 1887 libertaram seus últimos escravos no Brasil), comendador Henrique Alves de Araujo, de Domitila Alves de Araujo (casa com o conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá), do Coronel Joaquim Alves de Araujo, e de Hipólita Alves de Araujo (casada com o engenheiro Fanor Cumplido). Casou com Maria Coleta dos Santos Pacheco [25/out/1846], filha do comendador David dos Santos Pacheco, depois Barão dos Campos Gerais. Tiveram os filhos: Coronel David Pacheco Alves de Araujo (estudou engenharia na Universidade de Philadelphia, Estados Unidos, iniciou em 1886 – <i>Dezenove de</i>

	<i>Dezembro, 4/abr/1887</i>), Embaixador Dr. Hipólito Pacheco Alves de Araujo (formado na faculdade de Direito de São Paulo, em 1889), Contra-Almirante Augusto Pacheco Alves de Araujo e Colleta Pacheco Alves de Araujo.
Educação / Profissão	Bacharel em Direito [1859], em São Paulo; Advogado e Jornalista em Paranaguá; fundou e dirigiu o jornal <i>O Paraná</i> ; Em 1882 libertou seus últimos três escravos;
Cargos públicos	Promotor público, juiz de Direito em Paranaguá; delegado de polícia em Paranaguá [1860]; <i>Eleitor</i> em Paranaguá [1863/66; 67/68]; Deputado provincial [1864/65; 67; 68/69, 80/81, 84/85, 86/87, 88/89]; Vice-presidente do Paraná [posse: 05/jun/1865 a 18/ago/1865], Deputado geral [1878/81; 82/84; 85; 86/89] sendo secretário e presidente da Câmara; Ministro e Secretário de Estado dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas [1881], Gabinete do Conselheiro Martinho de Campos, liberal, organizado a partir de 21/jan/1882; Presidente da Província de Pernambuco [1887]; sua atuação política era entrosada com a Dr. Jesuíno Marcondes, seu cunhado.
Partido Político	Liberal (chefe)
Títulos	Conselheiro; Comendador da Ordem da Rosa [31/ago/1880]; e de Cristo;
Figura	 Conselheiro Manoel Alves de Araujo

NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.70-1; CARNEIRO, 1963, p.256-257; NICOLAS, 1958, p.32-34;

11. Sérgio Francisco de Souza Castro


Nasc/Morte	Iguape, SP, 10/ago/1840 – Rio de Janeiro, 21/maio/1921 = 81 anos
Residência	Curitiba
Casamento / Família	<i>Título Moraes Cordeiro</i> (vol.4). Ele é filho de Justina de Canto e Castro, falecida em Curitiba, em 29/set/1875 (bisneta de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, autor da Nobiliarquia Paulistana) e do comendador da Ordem da Rosa, Joaquim de Souza Castro, que ocupou cargos públicos em Iguape e Curitiba; Sérgio Francisco de Souza Castro, casado com Francisca Gonçalves dos Santos [de Souza Castro] (1ª mulher, com 13 anos), [1863], falecida em Curitiba [13/fev/1880, com 30 anos], com 5 filhos – <i>Título Gonçalves dos Santos</i> (vol.6, p.375), filha do Coronel Manoel Gonçalves dos Santos (vereador, juiz de paz e <i>eleitor</i> em Curitiba) e Maria Ritta dos Santos; Casado em segundas núpcias com Hortencia Jansen de Almeida, do Rio de Janeiro [1880, quando Sérgio de Castro era deputado geral].
Educação / Profissão	Bacharel em Direito, faculdade de São Paulo [1861]; Advogado em Curitiba; em 1862 possuía escritório com o advogado provisionado João Manoel da Cunha; em 1874 possuía escritório com o Dr. João José Pedrosa, na rua do comércio, 45, Curitiba; Sérgio de Castro e João José Pedrosa eram redatores e chefes do jornal <i>Imprensa Livre</i> (n.º 01, 06/jun/1867), enquanto um jornal liberal em oposição ao jornal <i>Phenix</i> (Paranaguá, janeiro/1867), do partido conservador sendo seu redator Manoel Eufrásio Correia; escreve também no jornal <i>Paraná</i> , de propriedade de Manoel Alves de Araujo; em 1880 possuía escritório com o Dr. Francisco Alves Guimarães; possuía escravos;
Cargos públicos	Secretário de Polícia do Paraná e Promotoria de Resíduos e Capelas [1862], nomeado pelo coronel Manoel Antonio Ferreira; Oficial maior da secretaria de governo; inspetor da instrução pública e diretor geral da instrução pública [1865], nomeado pelo conselheiro Manoel Alves de Araujo; mobilizou a campanha de voluntários da Pátria, para a Guerra do Paraguai [1866]; Deputado provincial [1864/65, 68/69, 80/81] e Deputado geral [1878/81]; foi advogado da comissão comercial que incentivou a revolta do comércio em Curitiba [30/mar/1884]; <i>República</i> : chefe de polícia, deputado estadual sendo presidente do Congresso legislativo constituinte do Paraná [1891].
Partido Político	Liberal
Títulos	-



NEGRÃO, *op.cit.*, 1929, vol.4, p.123-5; NEGRÃO, *op.cit.*, 1950, vol.6, p.375; CARNEIRO, 1963, p.459; VARGAS & CHAVES, 1987 (biografia de Sérgio de Castro); ver caricaturas de Sergio de Castro O Mosquito, 1877, Revista Ilustrada, 1879

12. Generoso Marques dos Santos


Nasc/Morte	Curitiba, 13/jan/1844 – Curitiba, 8/mar/1928 = 84 anos
Residência	Curitiba
Casamento / Família	<p><i>Título Carrascos dos Reis</i> por parte da mãe – Filho de Generosa Luciana de Chaves (falecida em Curitiba, em 22/jul/1879) e Miguel Marques dos Santos (falecido em 1848); Generosa Luciana de Chaves é filha de Maria Bandeira de Jesus (<i>Título Carrascos dos Reis</i>, vol.1, p.586) e do capitão Luciano José de Chaves.</p> <p>Irmãos: Joaquim Marques dos Santos; Virginia Marques dos Santos [Coelho], casada com o capitão Ricardo Affonso Coelho;</p> <p>Casado em primeiras núpcias com Ana Joaquina de Paula [11/nov/1871], filha do coronel Benedicto Enéas de Paula, chefe do partido liberal em Curitiba e Zeferina de Andrade Paula; Ana Joaquina de Paula (falecida em maio/1893);</p> <p>Tiveram 6 filhos: Dr. Brasílio Marques dos Santos, juiz de Direito de Campo Largo, casado com Cinira Virmond; Cap. Leôncio Marques dos Santos, casado com Maria Mercedes Moura; Dr. Eneas Marques dos Santos, político e advogado, casou com Juanita Bittencourt (filha Joaquim José Bellarmino Bittencourt); Placidina Marques, casada com o cel. José Nunes Sandenberg; Zeferina Marques dos Santos casada com Octavio de Sá Sotto-Maior, primeiro escriturário da Delegacia Fiscal do Paraná, do qual era primo; Heloísa Marques dos Santos; (Provavelmente Generoso Marques dos Santos seria primo de seu sogro Benedicto Eneas de Paula, que é filho de Francisca Chaves, provável irmã de Generosa Luciana de Chaves);</p> <p>Casado em segundas núpcias com Rosalina de Paula dos Santos [14/mar/1896]; Rosalina era sua cunhada, também filha do cel. Benedicto Enéas de Paula; tiveram dois filhos, falecidos crianças.</p>
Educação / Profissão	<p>Bacharel em Direito, São Paulo [27/nov/1865]; turma: Generoso Marques dos Santos; João José Pedrosa; Joaquim Ignácio Silveira da Motta Junior; Ubaldino do Amaral; Tristão Cardoso de Menezes, José dos Santos Pacheco Lima;</p> <p>Como jornalista, escreveu nos jornais: <i>A Província do Paraná</i> [de 1869/71]; <i>O Paraná</i> [de 1876/81]; fundou o jornal <i>A Reforma</i> [1881]; <i>Dezenove de Dezembro</i> [de 1885/1890]; <i>A Federação</i>;</p>
Cargos públicos	<p>Inspetor Geral da Instrução Pública [1866]; Professor de História do Brasil, Geografia e Noções de Direito Público no Instituto Paranaense; Deputado provincial [1866/67; 68/69; 82/83; 84/85; 86/87; 88/89]; Deputado Geral [1882/84]; juiz municipal, comercial e de órfãos em Curitiba [1866; 1868]; Procurador Fiscal da Tesouraria da Fazenda [1878/81]; Nomeado 2º Vice-presidente da Província; Vereador de Curitiba e Presidente da Câmara [1880/81]; chefe superintendente do ensino obrigatório em Curitiba [1884];</p> <p><i>República</i>: o líder liberal Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá deixa o Paraná e o partido; no seu lugar fica Generoso Marques dos Santos; Senador à Constituinte Brasileira [1890/93 e 1909/1917]; Presidente (governador) do Paraná [03/jun/1891 a 29/nov/1891, deposto junto com seu vice-presidente, Joaquim Ignácio Silveira da Mota Junior]; Após a deposição do Marechal Deodoro, [21/nov/1891], acabou tornando-se oposição no Paraná ao Dr. Vicente Machado, líder do Partido Republicano Federal, que apoiou o Marechal Floriano Peixoto; Deputado Estadual [1891/92 – presidente da constituinte; 97/98; 99; 1900/01; 1906; 1908/09; 1910/11; 1912/13]; Na revolução Federalista de 1894 esteve ao lado dos “revoltosos” que o obrigou a exilar-se a Buenos Aires quando do fim da revolta e da volta de Vicente Machado ao poder; diferente do barão de Serro Azul que preferiu ficar em Curitiba, e acabou sendo assassinado pelas tropas legalistas, sendo considerado traidor; com a morte de Vicente Machado, em 1907,</p>

	faz parte da coligação partidária, formando o partido único: Partido Republicano Paranaense;
Partido Político	Liberal (chefe) comando dado pelo seu sogro Benedicto Enéas de Paula; República: União Republicana (ex-Partido Liberal), depois Partido Republicano. Pós 1908, Partido Republicano Paranaense.
Títulos	Ordem da Rosa [set/1884];
Figura	 Generoso Marques dos Santos

NEGRÃO, *op.cit.*, 1927, vol.2, p.119-142; (Francisco Negrão não faz a genealogia do Dr. Generoso Marques dos Santos); Dicionário Histórico-biográfico do Paraná, 1991; GOULART, 2008, p.151-161;

13. Manoel Antonio Guimarães (Visconde de Nacar)

Nasc/Morte	Paranaguá, 15/fev/1813 – Paranaguá, 16/ago/1893 = 80 anos
Residência	Paranaguá
Casamento / Família	Filho único de Anna Maria da Luz (<i>Título Rodrigues de França e Título Moraes Cordeiro</i>) e do capitão Joaquim Antonio Guimarães; sua mãe era irmã de Maria da Luz Paraizo (falecida em 18/maio/1827), casada com o sargento mor Antonio Ricardo dos Santos, o velho (falecido em 1862); sua mãe era irmã do comendador Modesto Gonçalves Cordeiro; Seu pai Joaquim Antonio Guimarães era filho do coronel Manoel Gonçalves Guimarães, natural de Portugal, e de Mariana Luiza Soares, natural de S. Paulo; Manoel Gonçalves Guimarães também foi casado com Maria Magdalena de Lima, com 6 filhos de grande influência na política provincial do Paraná (NEGRÃO, 1946, vol.5, p.154) (pequena descrição sobre Manoel Gonçalves Guimarães – <i>Gazeta Paranaense</i> , 26/set/1886); Casado duas vezes com as filhas do Comendador Manoel Francisco Correia, o velho; Casado com Maria Clara Correia Guimarães [9/jun/1833], que faleceu em 13/jun/1849; e segundas núpcias com sua cunhada Rosa Correia [23/fev/1850]; Cunhado e genro do deputado provincial e geral Manoel Eufrásio Correia; Cunhado do senador Manoel Francisco Correia. Genro dos deputados: José Mathias Ferreira de Abreu; Antonio Candido Ferreira de Abreu e José Mathias Gonçalves Guimarães; Manoel Ricardo Carneiro; Manoel Eufrásio Correia; Seu filho João Guilherme Guimarães casou com Clotilde Miró, filha do comendador Manoel Miró, em 1/abr/1883. Sobrinho do deputado Coronel Modesto Gonçalves Cordeiro; Primo do comendador Antonio Ricardo dos Santos (por parte da mãe); <i>Quarteto saquarema (conservador) do Paraná</i> : Manoel Francisco Correia, Manoel Eufrásio Correia, Agostinho Ermelino de Leão e Manoel Antonio Guimarães (Visconde de Nacar).
Educação / Profissão	Comerciante; cargos públicos; Possuía o vapor Maracanã, com viagens de Paranaguá ao Rio de Janeiro [1854]; E proprietário da linha <i>Progresso</i> de navegação; Comércio; Empresa que ensaca sal, com a marca M.A.G.; Exportador de Erva-mate; Empreiteiro de obras públicas; possuía escravos; Pertenceu a diversas associações literárias e religiosas; auxiliou as despesas preliminares da Estrada de Ferro do Paraná;
Cargos públicos	Chefe da legião de Paranaguá e seu distrito, prestando importantes serviços na Guerra dos Farrapos ao General Labatut [1842]; Deputado à Assembleia provincial de São Paulo [1842/43 suplente; 50/51]; Vereador em Paranaguá e juiz municipal [1857/60]; Inspetor de ensino; Deputado da Assembleia Provincial do Paraná [1854/55, 56/57, 58/59, 60/61, 70/1]; Diretor da Companhia Progressista [1864/65]; vice-presidente da província do Paraná [1873 e de julho a agosto de 1877]; comandante da Guarda Nacional de Paranaguá; Aos 76 anos, com a morte do Dr. Manoel Eufrásio Correia, foi eleito Deputado Geral [1888/89];
Partido Político	Conservador (chefe)
Títulos	Comendador da Ordem de Cristo e da Rosa; Dignitário da Ordem da Rosa, Ordem do Cruzeiro; Barão de Nacar [21/jul/1876]; hospedou D. Pedro II em seu palacete em Paranaguá; Visconde de Nacar [31/ago/1880]; hospedou a Princesa Isabel [1884].

Figura	
	Manoel Antonio Guimarães

NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.164-5; 1929, vol.4, p.154; NICOLAS, 1954, p.66-67; CARNEIRO, 1963, p.89-91;

DEPUTADOS PROVINCIAIS

14. Adolpho Hurllemann

Nasc/Morte	Suíça, 1848 - ? = ?
Residência	Joinville (Adolf Hürlimann teria chegado ao Brasil no navio RIO, com saída de Hamburgo em 05/set/1778 e chegada em São Francisco em 07/out/1878. Ele teria 30 anos, comerciante, solteiro, protestante e passageiro de 1ª classe); Paranaguá [pós 1881];
Casamento / Família	Casado, três filhos;
Educação / Profissão	Comerciante; Sócio da importante casa Drusina & Cia, em Paranaguá [1887]; viaja para a Europa [1887];
Cargos públicos	Nomeado Delegado de polícia de Joinville [10/dez/1880] e exonerado do cargo por mudar residência para Paranaguá [5/maio/1881]; Nomeado vice-cônsul dos países baixos na cidade de Paranaguá, com jurisdição em toda província [1883]; Deputado provincial do Paraná [1886/87];
Partido Político	Conservador
Títulos	

Arquivo Histórico de Joinville; *O Despertador*, Desterro, 18/dez/1880; *A Regeneração órgão do Partido Liberal*, Desterro, 8/maio/1881; *Gazeta Paranaense*, 1887;

15. Agostinho Antonio Pereira Alves

Nasc/Morte	Paranaguá, 22/maio/1834 – provavelmente em Paranaguá, 1894 = 60 anos
Residência	Paranaguá; Curitiba; Paranaguá (pós 1887)
Casamento / Família	<i>Título Pereiras</i> – Filho de Anna Maria Alves e Antonio José Pereira (filho de Antonio José de Magalhães e de Marianna de Oliveira, naturais de Ribeira, comarca de Guimarães-Braga-Portugal). A mãe é irmã do capitão Hypólito José Alves, pai dos deputados comendador Antonio Alves de Araujo, Dr. Manoel Alves de Araujo e brigadeiro Hypólito Alves de Araujo. Portanto, ele era primo destes deputados. Ele é irmão do deputado provincial José Antonio Pereira Alves. Casado com Balbina Francisca de Siqueira Pereira Alves. Casaram em 28/jul/1859. Teve 4 filhos.
Educação / Profissão	Negociante;
Cargos públicos	Capitão do Estado Maior em Curitiba [1882]; Deputado provincial [1882/83]; juiz municipal em Curitiba [1884];
Partido Político	Liberal
Títulos	-

NEGRÃO, *op.cit.* 1950, vol.6, p.266. jornal *Dezenove de Dezembro*, várias edições.

16. Agostinho Machado Lima (Padre)

Nasc/Morte	Paranaguá, 1822; Curitiba, 30/dez/1882 = 60 anos
Residência	Paranaguá; Curitiba
Casamento / Família	<i>Título Carrascos dos Reis</i> ; Filho de João Machado Lima; Seu irmão mais velho, Capitão José Machado da Silva Lima, em seu segundo casamento, é pai do Dr. Vicente Machado da Silva Lima (deputado provincial e governador do Paraná). Padre Agostinho seria irmão do deputado provincial major Caetano de Souza Pinto (por ocasião do falecimento de Caetano de Souza Pinto em 6/mar/1879, “o vigário Agostinho Machado Lima, José Augusto Cysneiro e sua senhora, (agradecem aos que assistiram a missa de 7º dia) de seu irmão, sogro e pai major Caetano de Souza Pinto” (<i>Dezenove de</i>

	<i>Dezembro, 6/mar/1879 e 20/mar/1879).</i>
Educação / Profissão	Estudou em São Paulo; ordenado padre em 1846;
Cargos públicos	Vigário em Curitiba [1846/47]; Vigário em Morretes [1847/50]; Vigário em Paranaguá [1850/57]; Deputado provincial [1855, (entra porque era suplente), 62/63, 66/67]; vigário em Paranaguá [1868]; Vigário e Pároco em Curitiba [1857/82];
Partido Político	Liberal
Título	-

NICOLAS, 1954, p.61; OLIVEIRA, 2005; NEGRÃO, *op.cit.*, 1926, vol.1, p.284-285;

17. Amantino José Borges


Nasc/Morte	?
Residência	Castro
Casamento / Família	Filho de Joaquim José Borges (juiz de paz e delegado de polícia em Castro);
Educação / Profissão	Fazendeiro; Possuía escravos em Castro;
Cargos públicos	Nomeado ajudante da agência de correio de Castro [1859/60]; Alferes da 1ª companhia da guarda nacional da reserva de Castro [1860]; Membro da junta de qualificação de votantes de Castro [1859]; <i>Eleitor</i> em Castro [1863/67; 67/68; 69/72; 72/74]; Suplente de juiz municipal em Castro [1866 e 1870]; Tenente coronel em Castro [1868]; juiz municipal em Castro [1871]; Deputado provincial [1874/75]; juiz de paz em Castro [1876/77]; suplente de juiz municipal em Castro [1880]; vítima de um ataque por seu próprio escravo [processo de 1887]; presidente da junta revisora de alistamento militar da comarca de Castro [1892];
Partido Político	Conservador?
Títulos	-

Relatório de Presidente da Província do Paraná, 1871; MARTINS, 2011; jornal *Dezenove de Dezembro*, várias edições;

OBS.: Francisco NEGRÃO não faz a genealogia completa da família Borges; esta família é apresentada apenas quando alguns de seus membros casam com outras famílias listadas na genealogia paranaense; por exemplo, Joaquim José Borges (pai do deputado Amantino José Borges) seria filho de Mathilde Amalia Teixeira Falcão, casada em Curitiba a 16/out/1830, com José Joaquim Ferreira Borges (vol.6, 1950, p.351).

18. Amazonas de Araujo Marcondes

Nasc. / Morte	Palmas, 17/dez/1847 – União da Vitória, 23/dez/1924 = 77 anos
Residência	Palmas [até 1867]; Curitiba; União da Vitória, PR / Porto União, SC [pós 1879];
Casamento / Família	<i>Título Rodrigues de França</i> (NEGRÃO, 1928, vol.3, p.454-460) – Ele é filho de Maria Josefa de França e Francisco Ignácio de Araujo Pimpão, fazendeiros em Palmas; Incorpora-se ao <i>Título Carrascos dos Reis</i> (NEGRÃO, 1926, vol.1, p.218), casado em primeiras núpcias com Guilhermina de Loyola [Marcondes] (faleceu em 28/set/1880), que era filha do Major Vicente Ferreira de Loyola, importante industrial de Morretes, que era casado com Luiza do Nascimento, filha de Manoel Ricardo do Nascimento e Maria Caetano de França; (Amazonas e Guilhermina não tiveram descendentes). Guilhermina era neta de Antonio Ricardo dos Santos, o velho; Por Manoel Ricardo do Nascimento passou a pertencer ao <i>Título Rodrigues de França</i> , da qual fazia parte sua mãe Maria Josefa de França (NEGRÃO, 1928, vol.3, p.117); Amazonas de Araujo Marcondes casa em segundas núpcias com Julia Malheiros, em 11/abr/1885; Julia Malheiros era filha Maria dos Anjos dos Santos [Malheiros] (também do <i>Título Rodrigues de França</i>) e José Antonio Malheiros, comerciante em Morretes, ele natural de Portugal. A mãe casa em segundas núpcias com o coronel Joaquim Ventura de Almeida Torres, capitalista e industrial, falecido em 21/mar/1910, filho do comendador Mariano de Almeida Torres (NEGRÃO, 1928, vol.3, p.421). Sua filha Stella Marcondes Amazonas casa com Annibal Pinto Rebello, filho do coronel João Tobias Pinto Rebello;
Educação / Profissão	Tropeiro; a vida de Amazonas de Araujo Marcondes se liga inteiramente à fundação do Porto da União da Vitória e a navegação fluvial do Rio Iguassú e à colonização e povoamento de suas duas margens; obtendo igualmente riqueza e terras nesta região; ganhou o título de Engenheiro Florestal no Rio de Janeiro [1891];
Cargos públicos	Até os 19 anos trabalha em Palmas, com a família, sendo tropeiro, desbravador e

	<p>comerciante [1867]; de herança recebe terras na região e liberta os escravos que lhe caberiam; Luta na Guerra do Paraguai [1865/70] e retorna como Sargento; coronel da Guarda Nacional; muda para Curitiba e organiza uma empresa de transporte para colonos, entre Antonina e Curitiba; Transfere-se o privilégio de navegação no rio Iguassú, que era do Brigadeiro Manoel de Oliveira Franco, mas após sua morte, passa para Amazonas de Araujo Marcondes [1876]; <i>Eleitor</i> em Curitiba [1878/81]; Inaugura a linha de vapores entre a cidade de União da Vitória e o Porto Amazonas [1880] o que dinamiza toda a região aumentando seu povoamento; torna-se sócio da firma de José de Barros Fonseca; constrói seu primeiro vapor (após aprender técnicas no Rio de Janeiro) a ser colocado no Rio Iguassú [1883]; Deputado provincial [1888/89];</p> <p><i>República</i>: Prefeito em União da Vitória por quatro mandatos, sendo o primeiro Intendente, após a emancipação política da localidade [1890] e faleceu no cargo de prefeito da cidade; Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional de Palmeira [6/mar/1892];</p> <p>Na Revolução Federalista [1893/94] foi adepto aos “revoltosos” e acabou sendo perseguido politicamente por se ligar ao General Gumercindo Saraiva, o que lhe causou enormes prejuízos em fazendas e seus dois vapores Cruzeiro (nome em homenagem a fazenda de seu pai em Palmas) e Visconde (em homenagem ao Visconde de Guarapuava) foram afundados por tropas do governo, mas acabou sendo protegido pelo General Bormann; posteriormente, criou comércio na região e trouxe colonos alemães; Deputado Estadual [1891/92; 1910/11; 1914/15; 1918/19; 1922/23];</p> <p>O município de Porto Amazonas (em homenagem a sua pessoa);</p>
Partido Político	Liberal; tal era seu prestígio política que em União da Vitória não havia nenhum conservador;
Títulos	
Figura	 <p>http://www.portoamazonas.pr.gov.br/historia2.htm</p>

NEGRÃO, *op.cit.*, 1926, vol.1, p.216; NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.117, 421, 454-460; Dicionário Histórico-biográfico, 1991, p.274-275; Prefeitura de Porto Amazonas: <http://www.portoamazonas.pr.gov.br/historia2.htm> (Acesso em 10/out/2013).

19. André Rebouças

Nasc/Morte	Cachoeira, Bahia, 13/jan/1838 – Funchal, Ilha da Madeira, 9/maio/1898 = 60 anos
Residência	Rio de Janeiro
Casamento / Família	<p>Solteiro; filho de pais negros; seu pai, o baiano Antonio Pereira Rebouças tornou-se influente político do Império [falecido em 1880] e mãe, Carolina Pinto Rebouças;</p> <p>Irmão do engenheiro Antonio Pereira Rebouças Filho, nomeado chefe da estrada da Graciosa, de Antonina a Curitiba [jul/1864]; residiu no Paraná [1864/66]; menção honrosa, em Paris, pela sua exposição de madeiras do Paraná; engenheiro chefe da comissão de exploração da estrada de Curitiba a Guarapuava [1868]; casou com Mathilde Augusta de Mattos, no RJ, na qual realizou inúmeros trabalhos [1870]; organizou a Companhia Florestal Paranaense, com seu irmão André Rebouças, gerindo a empresa [1871/73]; teria projetado e realizado o chafariz da Praça Zacarias, da qual canalizava água do campo ao centro da cidade de Curitiba [1871]; recebe a concessão da construção da estrada de ferro Antonina-Curitiba [1871] na qual realizou os estudos definitivos [1871/72]; provavelmente, por impedimentos políticos no Paraná e por não se iniciar a obra no Paraná, aceita o trabalho na Cia. Paulista, com a direção técnica da construção do caminho de ferro de Campinas a Limeira e a São João do Rio Claro [1873]; acabou falecendo de febre tifóide em São Paulo [24/maio/1874]; Títulos: Hábito da Rosa [1864]; Hábito de Cristo [1868];</p>
Educação / Profissão	De origem pobre; torna-se importante engenheiro e capitalista; Engenheiro militar [1860] (Escola Politécnica, RJ); Abolicionista, monarquista e progressista liberal; torna-se engenheiro famoso, criador de importantes projetos de construção de portos, docas e ferrovias; como homem de negócios, possuía ligações com capitalistas britânicos, em especial pós 1866 quando substituiu o engenheiro inglês Charles Neate na direção da

	Companhia de Docas da Alfândega do RJ; escritor e reformador social; de seus muitos escritos, alguns se referiam ao Paraná: <i>Folheto sobre a Província do Paraná; Acondicionamento da Erva-Mate; Caminhos de Ferro Interoceânicos pela Província do Paraná; Excursão ao Salto do Guaira ou Sete Quedas: o Parque Nacional; Sobre botânica: índice Paraná e Mato Grosso</i> (Diários de 1866 a 1869). “Província do Paraná” (dados estatísticos); Suas principais obras: <i>Diário da Guerra do Paraguai</i> [1873]; <i>Agricultura Nacional, Estudos Econômicos – Propaganda Abolicionista e Democrática</i> [1883];
Cargos públicos	Membro do Exército [1855]; Forma-se engenheiro militar [1860]; viaja para Europa com seu irmão Antonio [1861/62]; seu irmão Antonio vem para o Paraná [1862] responsável pela Estrada da Graciosa, além de outras como Campinas a Rio Claro, SP, e posteriormente, a Estrada de Ferro Curitiba/Paranaguá, obra monumental da engenharia nacional; André segue para a Guerra do Paraguai, integrando a comissão de Engenheiros, sendo uma participação bastante ativa [maio/1865 a jul/1866]; Teria vivido no Rio de Janeiro (era um homem influente na sociedade e política; estava a frente da Companhia das Docas da Alfândega do RJ) [1870/80]; Surge a Companhia Florestal Paranaense, que cria junto com o irmão Antonio, o Barão de Mauá e José Machado [set/1871, mas teve curta duração], e a discussão de uma ferrovia de Curitiba, PR a Miranda, MT [1872] e a Estrada de Ferro de Antonina a Curitiba, com o irmão Antonio e o Barão de Mauá; estuda a criação de colônias agrícolas, entre elas no Paraná (colonização Kitto); nova viagem para Europa e Estados Unidos [1872/73]; reassume as funções na Companhia das Docas Pedro II [1873/77]; Antonio morre [26/maio/1874]; Professor na Escola Politécnica; Deputado provincial no Paraná [1880/81] ; possuía grande amizade com D. Pedro II e a família real; e envolve-se mais ativamente nas campanhas abolicionistas, e menos nos negócios capitais [década de 1880]; Deixa o Brasil junto com a família real, após a proclamação da República [17/nov/1889]; passa a viver no exílio, esperando voltar com a restauração da Monarquia no Brasil, o que não acontece.
Partido Político	Não se posiciona partidariamente; no Paraná é eleito pela chapa Liberal;
Títulos	Oficial da Ordem da Rosa; Cavaleiro da Ordem de Cristo; Medalha geral da Campanha do Paraguai [1865];
Figura	  <p>Antonio Rebouças, residente em Curitiba; e André Rebouças, deputado provincial do Paraná em 1880;</p>

JUCÁ, 2001; REBOUÇAS, Carlos de Souza. *Engenheiro Antonio Pereira Rebouças Filho, biografia*. In: Rede Ferroviária Federal S. A., Edição Comemorativa do Centenário da Estrada de Ferro do Paraná, Curitiba: 1985, p.195-207).

20. Antonio Alves de Araujo

Nasc/Morte	Morretes, 6/nov/1833 – Palmeira, 22/abr/1888 = 55 anos;
Residência	Morretes; Antonina; Curitiba [pós 1882];
Casamento / Família	Filho mais velho do capitão Hyppolito José Alves (filho do capitão mor Manoel José Alves) e de Maria Rosa de Araujo (filha do comendador Antonio José de Araujo). O pai era abastado capitalista, “um dos homens mais abastados da então 5ª comarca de São Paulo”, falecido em 24/abr/1857 em Morretes; Irmãos: coronel Joaquim Alves de Araujo; Hyppolito Alves de Araujo; Henrique Alves de Araujo; Manoel Alves de Araujo (a eles foi dada educação, inclusive na Europa); Casado em primeiras núpcias com Maria Luiza de Araujo – Nharuca [13/set/1851], sua prima, senhora de grandes cabedais e dona de quase toda a vila de Antonina, e em Morretes, de muitas terras adjacentes; porém, feia, o que fez com que Antonio relutasse em casar com a prima (CARNEIRO, 1963, p.91), sem descendentes; ao ficar viúvo, viaja para Europa; e casa em segundas núpcias com Francisca Correia [de Araújo], filha do tenente coronel Manoel Francisco Correia Junior [em 1878 – aqui há a aproximação dos <i>chefes liberais com os chefes conservadores da família Guimarães e Correia do litoral</i>]; ao falecer deixa os filhos Hyppolyto, de 7 anos, Moysés, de 5 anos, Maria Rosa, de 3

	anos. Era cunhado do Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá (casado com sua irmã); e compadre do padre José Antonio de Camargo e Araujo;
Educação / Profissão	Educado no colégio Freese, em Nova Friburgo, RJ; mas não era formado, acabou dedicando-se ao comércio e atividades deixadas pelo pai; Antonio continua com os negócios do pai da casa comercial em Antonina de erva mate; Dono de terras e propriedades no litoral paranaense; industrial da erva-mate em Curitiba e Antonina; fez duas viagens à Europa, 1872/73 e 1877/78; libertou seus últimos 19 escravos em 28/set/1884;
Cargos públicos	Administrador da estrada do Arraial para a vila de São José e subdelegado de polícia de Morretes [1855]; Deputado provincial [1856/57, 68/69, 80/81, 82/83, eleito para 88/89]; Delegado de polícia da cidade de Antonina [1860]; <i>Eleitor</i> em Antonina [1861/63; 63/67; 67/68; 69/72]; Juiz de paz em Antonina [1865/68]; Vereador em Antonina [1876/80]; suplente de juiz municipal em Antonina [1880]; obteve concessão para construção de estrada de ferro entre Antonina e Morretes [1880], mas que não se concretizou; Vice-presidente da província do Paraná [posse: 26/maio/1883 a 03/set/1883; e 24/ago/1885 a 9/set/1885]; presidente da caixa econômica do Paraná [1885];
Partido Político	Liberal (chefe)
Títulos	Comendador da Ordem de Cristo [com 18 anos, 1851]; e Cavaleiro Imperial da Ordem da Rosa; Comendador da Ordem da Rosa [31/ago/1880]; conhecido como Comendador Araujo;

NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.68 e 305; CARNEIRO, 1963, p.91-93; *Dezenove de Dezembro*, 24/abr/1888 (publicação por ocasião de sua morte, com biografia detalhada do comendador Araujo, escrita por Generoso Marques dos Santos, além de homenagens escritas por Francisco Alves Guimarães, Joaquim Ignácio Silveira da Mota Junior, Vitor do Amaral, Nogueira Junior, Lucio Pereira, Antonio de Barros, Dr. José Joaquim Franco Valle, J. Pinheiro, José Cleto da Silva, Franklin do Rego Rangel);

21. Antonio Alves de Oliveira

Nasc/Morte	Portugal, 1808 – Vila do Príncipe (Lapa), 13/out/1872 = 64 anos
Residência	Vila do Príncipe (Lapa);
Casamento / Família	<i>Título Teixeira Coelho</i> – Casado com Gertrudes Maria de Jesus (Gertrudes de Jesus Correia, da Lapa) [1828], irmã do Padre Damaso José, do médico José Francisco, do escritor Salvador José, e de Miguel José (figuras de destaque no Paraná); neta de Francisco Teixeira Coelho, primeiro capitão mor da Lapa; sua mãe é Maria Conceição Coelho, e o pai o Capitão de Ordenanças José Francisco Corrêa, de Portugal;
Educação / Profissão	Fazendeiro; empreiteiro de obras públicas;
Cargos públicos	Tenente Coronel; Juiz municipal de Príncipe; Deputado provincial [1856/57]; Membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento em Curitiba [1856]; Inspetor da estrada da Lapa a Curitiba [1857]; Capitão da Guarda Nacional da Vila do Príncipe [1857]; juiz municipal e delegado da Vila do Príncipe [1858];
Partido Político	Liberal?
Títulos	Comendador;

NEGRÃO, *op.cit.*, vol.4, 1929, p.380;

22. Antonio Augusto Ferreira de Moura

Nasc/Morte	Curitiba, 1846 – Curitiba, 3/fev/1901 = 55 anos
Residência	Curitiba
Casamento / Família	Filho do português, vereador de Curitiba, deputado provincial, bacharel Augusto Lobo de Moura. Casado com Porcina Borges de Moura (irmã de Maria da Luz Osório Torres, esposa de Joaquim Ventura de Almeida Torres; Porcina faleceu em 17/nov/1884); teria casado em segundas núpcias com Brasília Gonçalves Moura;
Educação / Profissão	Negociante; Possuía escravos;
Cargos públicos	Capitão; juiz de paz em Curitiba [1868]; Membro da irmandade do SS. Sacramento [1869]; Deputado provincial [1882/83]; <i>República</i> : vereador em Curitiba;
Partido Político	Liberal

Títulos	
---------	--

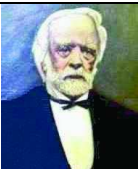
NEGRÃO, *op.cit.*, 1926, vol.1, p.225 (referência a uma filha que casou com a família Loyola, título Carrascos dos Reis); *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, 12/nov/1856;

23. Antonio Braga de Araujo (Padre)

Nasc/Morte	Palmeira?, 1818 – Guarapuava, 17/nov/1885 = 67 anos
Residência	Guarapuava
Casamento / Família	?
Educação / Profissão	Padre; Cônego;
Cargos públicos	Vigário e Pároco em Guarapuava; Por ocasião de sua morte, publica-se que foi pároco de Guarapuava por 45 anos [1840 a 1885]; <i>Eleitor</i> em Guarapuava [1857/60; 61/63; 67/68; 72/76]; Elabora a lista nominativa de habitantes (rol de paroquianos) de Guarapuava, na qual consta possuir 2 escravos e 1 agregado [1863]; Nomeado para o cargo de sub-inspetor das escolas da vila de Guarapuava [1866]; Deputado provincial [1866/67];
Partido Político	Liberal
Títulos	Cônego da Sé de São Paulo [18/jan/1861]; Cavaleiro da Ordem de Cristo [31/ago/1880];

NEGRÃO, 1954, p.696; *Dezenove de Dezembro*, 18/nov/1885;

24. Antonio de Sá Camargo (Visconde de Guarapuava)

Nasc/Morte	Palmeira, 25/abr/1808; Guarapuava, 12/nov/1896 = 88 anos
Residência	Guarapuava
Casamento / Família	<i>Título Carrascos dos Reis</i> ; Primo de Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá e seu cunhado; Irmão do Padre José Antonio de Camargo e Araújo; Primo de Manoel Marcondes de Sá; e David dos Santos Pacheco é sogro de seu irmão; Casado com Zeferina Marcondes de Sá, sua prima, filha dos Barões de Tibagy; Filho de D. Maghilde Umbelina da Glória (falecida em Palmeira, em 10/fev/1865);
Educação / Profissão	Alfabetizado; Fazendeiro em Guarapuava e com grande fortuna;
Cargos públicos	De Palmeira vai para Guarapuava administrar as fazendas de gado da família; em Guarapuava: Juiz de Paz, 1836; Guarda nacional; inspetor das primeiras letras; administrador de estradas, dos índios, de obras da igreja; subdelegado; Vereador em Guarapuava [1854/56; 61/64]; Deputado provincial [1854/55, 64/65]; Nomeado Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional de Guarapuava [abr/1854]; Na lista nominativa de habitantes de Guarapuava [rol de paroquianos] do Padre Antonio Braga de Araujo, ele apenas consta como casado, mas sem o nome de sua esposa, e 9 escravos [1863]; Nomeado vice-presidente da Província do Paraná [1865]; Guerra do Paraguai [1865-70] contribuiu com 3 contos de reis para as despesas bélicas e 1 conto de reis para auxiliar famílias pobres dos militares em guerra; Reassume o comando superior da guarda nacional da comarca de Guarapuava [1868]; auxiliou diversas associações de caridade, igrejas, estabelecimentos de instrução pública e as bibliotecas de clubes; Recebeu elogio do Presidente da Província do Paraná, Visconde de Taunay [1885/86]; Presidente da Sociedade de Imigração de Guarapuava [7/abr/1886, fundação];
Partido Político	Liberal
Títulos	Oficial da Ordem da Rosa [30/out/1861]; Cavaleiro da Ordem de Cristo [9/mar/1867]; Barão de Guarapuava [14/jul/1870]; Comenda da Ordem da Rosa [6/fev/1875]; Visconde de Guarapuava [31/ago/1880], título que recebeu após haver hospedado o Imperador D. Pedro II.
Figura	

SANTOS, Zelo Aparecida Martins dos. **Visconde de Guarapuava**: personagem na história do Paraná: trajetória de um homem do século XIX. Guarapuava: Unicentro, 2007; NEGRÃO, *op.cit.*, 1926, Vol.1, p.346-347;

25. Antonio Duarte de Camargo

Nasc/Morte	? - Castro, 14/fev/1886 = ?
Residência	Castro
Casamento / Família	?
Educação / Profissão	Possuía fazenda em Castro; Cargos públicos; libertou 2 escravos (<i>Dezenove de Dezembro</i> , 25/fev/1885).
Cargos públicos	Alferes, Capitão, Tenente coronel comandante do 8º corpo da cavalaria, guarda nacional em Castro [1881]; <i>Eleitor</i> em Castro [1867/68; 72/76]; Deputado provincial [1880/81]; 1º suplente de juiz municipal em Castro [1882];
Partido Político	Liberal (chefe do partido em Castro);
Títulos	


Dezenove de Dezembro, várias edições; Hemeroteca da Biblioteca Nacional;

26. Antonio Francisco Correia de Bittencourt

Nasc/Morte	Curitiba, 1838 – Curitiba, nov/1818 = 80 anos
Residência	Curitiba
Casamento / Família	<i>Título Moraes Cordeiro</i> – filho de Euphrasia Maria de Jesus e Francisco José Correia de Bittencourt. Sua avó materna, Joaquina Ananias Dorotheá de Jesus é irmã de Maria Catharina de Moraes Cordeiro, casada com o Sargento mor Ignacio Lustosa de Andrade (de grande descendência). Antonio Francisco Correia de Bittencourt foi casado [20/nov/1866] com Maria Francisca da Cruz Biscaia [de Bittencourt], filha de Manoel Roiz Biscaia e Maria Francisca Biscaia.
Educação / Profissão	Negociante e capitalista em Curitiba;
Cargos públicos	Vereador em Curitiba [1870/72; 83/86]; Juiz de paz em Curitiba [1887/90]; Deputado provincial [1888/89]; Alferes, Major;
Partido Político	Conservador
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1929, vol.4, p.186; Lista de votantes de Curitiba, 1876;

27. Antonio Joaquim Ribeiro (Padre)

Nasc/Morte	Curitiba, 6/mar/1851 – Curitiba, 22/jul/1895 = 44 anos
Residência	Curitiba
Casamento / Família	<i>Título Carrasco dos Reis</i> (NEGRÃO, 1926, vol.1, p.573): Filho de Antonio Joaquim Ribeiro (falecido em 31/maio/1856) e Anna Francisca Biscaia Ribeiro (Anna Francisca dos Santos, falecida em Curitiba, em 6/jun/1872), casados em Curitiba, 24/fev/1835; descende de Balthazar Carrasco dos Reis. Irmãos: capitão João Baptista Ribeiro (falecido em Curitiba, 23/mar/1884) e Manoel Joaquim Ribeiro.
Educação / Profissão	Ordenado padre [maio/1873]; estudou no Seminário de São Paulo; Professor no Liceu e Instituto Paranaense; Vigário geral forense [1888/90]; abolicionista fervoroso;
Cargos públicos	Coadjutor da paróquia de Curitiba [1875/77]; Capelão das Colônias do Município de Curitiba [1877]; Membro dos empregados da Colonização do Paraná [1878/79]; Vigário em Curitiba, em Votuverava e Arraial Queimado [1879/89], S. José dos Pinhais [1888/89], Serro Azul [1890/91]; Juiz municipal de Votuverava; Vigário Geral forense [1888/90]; Deputado provincial [1888/89]; Nomeado interinamente Presidente da Câmara de Votuverava [7/jan/1890]; atendeu a paróquia de Votuverava até sua morte;
Partido Político	Conservador
Títulos	
Figura	 Dr. Antonio Joaquim Ribeiro 1895

NICOLAS, 1954, p.169-170; NEGRÃO, 1926, vol.1, p.573;

28. Antonio José de Faria

Nasc/Morte	Antonina, 1813 – Antonina, fev/1868 = 55 anos Anúncio de seu falecimento: “Joaquim Antonio Guimarães e Antonio Candido Ferreira de Abreu convidam seus amigos e do finado tenente coronel Antonio José de Faria a assistirem a missa que fazem celebrar na igreja matriz, terça-feira, 11 do corrente (fevereiro), às 8 horas da manhã” (<i>Dezenove de Dezembro</i> , 8/fev/1868).
Residência	Antonina
Casamento / Família	Casado com Gertrudes Maria da Conceição [Título Carrascos dos Reis], que era viúva de Ignácio da Costa Pinto; Antonio José de Faria é chamado de Sargento-mór;
Educação / Profissão	Negociante; Cargos públicos; Alfabetizado;
Cargos públicos	Inspetor da instrução pública em Antonina; deputado provincial [1854/55, 56/57]; Juiz de paz e envia a lista de votantes qualificados de Antonina [1858]; pede demissão do cargo de delegado de polícia de Antonina, devido sua nomeação feita pelo presidente Dr. José Francisco Cardoso de forma que descontentou a população local [out/1860], sendo substituído pelo Comendador Antonio Alves de Araujo; Juiz municipal, 1º suplente, Antonina [1865]; tenente coronel;
Partido Político	Conservador
Títulos	Sargento-mór; Cavaleiro da Ordem de Cristo [2/dez/1849];

COSTA, 1994, p.96-7; *Lista de votantes*, Antonina de 1854; documentos DEAP (Departamento do Arquivo Público do Paraná), 1853; NEGRÃO, 1926, Vol.1, p.303.

29. Antonio José Xavier de Faria e Albuquerque

Nasc/Morte	Cuiabá, Mato Grosso, 1808 - ? = ?
Residência	Castro
Casamento / Família	Incorpora-se ao <i>Título Rodrigues de França</i> – Casa com Maria de Jesus Marcondes (irmã do deputado provincial Manoel Marcondes de Sá; grande família Marcondes e Oliveira e Sá, Camargo); Casa-se em Palmeira, dia 16/dez/1838; dois filhos serão deputados, o coronel comendador Jorge Marcondes de Albuquerque e o coronel Theotônio Marcondes de Albuquerque; e filha Emilia Albuquerque;
Educação / Profissão	Militar; possuía escravos;
Cargos públicos	Oficial do exército, capitão; Nomeado capitão da 4ª companhia da Guarda Nacional de Castro [1857]; Vereador por Castro [1861/64]; <i>Eleitor</i> em Castro [1863/67]; Deputado provincial [1864/65];
Partido Político	Liberal
Títulos	-

NEGRÃO, 1926, vol.1, p.355;

Disponível em: <http://www.holtzgen.com/individual.php?pid=I28344&ged=Holtzgen> (Acesso em 28/fev/2014);

30. Antonio Machado Lima (Padre)

Nasc/Morte	Paranaguá, ? – Campo Largo, 1892 = ?
Residência	Campo Largo
Casamento / Família	<i>Título Carrascos dos Reis</i> ; parente distante do Padre Agostinho Machado Lima.
Educação / Profissão	Padre; Em Campo Largo era correligionário do comendador Francisco Pinto de Azevedo Portugal;
Cargos públicos	Vigário de Guaratuba [1857]; <i>Eleitor</i> de Antonina [1857/60]; Pároco de Palmeira [1859/66]; Vigário de Campo Largo [1877/1892]: Escreveu precioso Memorial relativamente à Vila de Campo Largo, descrevendo o histórico dela, desde o seu povoamento até 31/jan/1879; Inspetor literário em Campo Largo [1892]; Deputado provincial [1874/75];
Partido Político	Conservador
Título	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1926, vol.1, p.304; Hemeroteca Digital Brasileira, fundação Biblioteca Nacional: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>;

31. Antonio Ribeiro de Macedo

Nasc/Morte	Porto de Cima, 15/fev/1842 ou 1843 – Antonina, 23/set/1931 = 88 anos
Residência	Porto de Cima; Paranaguá; Antonina; Campo Largo; Paranaguá; Antonina
Casamento / Família	<i>Título Rodrigues Seixas</i> (por parte da mãe); Filho de Manoel Ribeiro de Macedo (<i>Título Macedo</i> , vol.6, p.53 e 57, chefe do partido conservador em Porto de Cima, negociante de erva-mate, administrador / coletor da barreira do Itupava em 1854; possuía escravos) e de Francisca de Paula Pereira de Macedo (2º casamento), 5-4, p.267, vol.2, aí os descendentes. Irmão do comendador José Ribeiro de Macedo. Coronel Antonio Ribeiro de Macedo casou com Sylvia Loyola de Macedo [33/jul/1868], já descritos em 6-3, p.312, vol.2, aí os descendentes. Filha de Antonio Loyola e Silva, abastado capitalista e adiantado industrial e comerciante da erva mate e de Joaquina Maria Rosa de Loyola, sucessora de seu marido na indústria de erva-mate; Primo e amigo de Ricardo de Souza Dias Negrão.
Educação / Profissão	Curso primário realizado em casa por professores contratados pelo pai, tendo aulas de francês e latim; escritor (textos sobre história, economia, política, astronomia); jornalista; chamado de “marumbinista” por escalar o Pico Marumbi; Industrial da erva-mate em Porto de Cima, São João da Graciosa, Antonina, Paranaguá, Campo Largo, Morretes; Comerciante;
Cargos públicos	Sargento ajudante; amanuense do Comando Superior da Guarda Nacional [1865], por ocasião da Guerra do Paraguai (mas não vai para a batalha); suplente de delegado de polícia e presidente da Câmara Municipal de Porto de Cima [1869/72; juiz de paz 1873/76]; juiz de paz e vereador de Morretes; suplente de juiz municipal [1870]; Deputado provincial [1876/77]; polemiza com o capitão e ex-deputado Manoel do Nascimento Abreu; delegado de polícia de Campo Largo [1884]; inspetor paroquial em Campo Largo [1885]; chefe de superintendência do ensino obrigatório [1885]; inspetor escolar de Paranaguá [1890]; provedor da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá; Coronel comandante superior da Guarda Nacional [1888]; Deputado provincial [1876/77]; prefeito de Antonina [1894/1909 e 21/set/1912/16]; funda o jornal “O Progresso” [1902]; provedor da Santa Casa de Caridade de Antonina; membro da Loja maçônica de Antonina; Cria com o irmão José Ribeiro de Macedo o Partido Democrático, mas logo extinto; aproximam-se da liderança de Vicente Machado;
Partido Político	Conservador (Presidente do diretório conservador em Campo Largo [1888])
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1927, vol.2, p.312-328; NICOLAS, 1954, p.125-6; NEGRÃO, 1954, p.653-6; NEGRÃO, *op.cit.*, 1950, vol.6, p.57;


32. Antonio Ricardo do Nascimento

Nasc/Morte	Nasc. ? – Curitiba, dezembro/1926 = ?
Residência	Curitiba
Casamento / Família	Filho de Manoel Ricardo do Nascimento [de Morretes], de seu segundo casamento com Virginia de Oliveira Bittencourt; neto paterno do sargento mor Antonio Ricardo dos Santos, o velho. Casa com Hermancia Borges Guimarães, filha do capitão Irineu Gonçalves Guimarães, irmão do deputado José Mathias Gonçalves Guimarães; Casa em segundas núpcias com Maria Rosalina Caiut; Era cunhado de Prescilliano da Silva Correia;
Educação / Profissão	Negociante e industrial
Cargos públicos	Secretário da sociedade “Emancipadora Paranaense” [1883]; foi membro saliente da propaganda emancipadora no Paraná; Vereador em Curitiba [1887/90]; Deputado provincial [1888/89]; Fiscal da Câmara municipal, junto a companhia de bondes elétricos de Curitiba; termina a vida em sua fazenda agrícola; Major;
Partido Político	Liberal
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.124;

33. Antonio Ricardo dos Santos (Filho) – Comendador Dodóca

Nasc/Morte	Morretes, 22/set/1819 – Curitiba, 17/nov/1888 = 69 anos
------------	---

Residência	Morretes; Curitiba [pós 1878];
Casamento / Família	<p><i>Título Moraes Cordeiro</i> – Filho do sargento mor Antonio Ricardo dos Santos, o velho, originários de Cananéia, e de Maria da Luz Paraíso (<i>título Rodrigues de França</i>), de Morretes.</p> <p>O “velho” era filho do capitão Manoel Lourenço Pontes, natural da vila de Mouros, Braga, Portugal, e de Maria Francisca Cardoso de Lima, de Cananeia, São Paulo. Seu avô, por parte materna, o sargento mor Domingos Cardoso de Lima era possuidor das abundantes minas de ouro em Morretes, além de lavras de ouro no Assunguy, tornando-o abastado em bens.</p> <p>O “velho” casou em primeiras núpcias com Maria Magdalena da Silva, viúva de seu irmão José Lourenço Pontes, todos naturais de Cananéia. Do primeiro casamento teve três filhos, entre eles Justina Rodrigues Trindade, casada com o coronel Modesto Gonçalves Cordeiro, e Rosa Maria de Lima, casada com Manoel Gonçalves Cordeiro; teve segundas núpcias com Maria da Luz Paraíso, em Morretes, em 9/fev/1814. Deste casamento muitos filhos e netos terão cargos públicos. Sua filha Maria da Luz Paraíso Loyola casou com o primo José Ignacio de Loyola, filho do tenente Ignacio José de Loyola e Rita Maria de Lima. O filho Manoel Ricardo do Nascimento terá um filho deputado provincial, Antonio Ricardo do Nascimento [1888/89], dois genros deputados provinciais, comendador Prescilliano da Silva Correia, casado com Maria Caetana Correia (terceiras núpcias dela); e o major José Gonçalves de Moraes, casado com Carmella do Nascimento Monforte de Moraes;</p> <p>O “velho” faleceu em 1862.</p> <p>Antonio Ricardo dos Santos (filho) foi casado com Córdula Martins dos Santos [9/set/1844], filha do alferes Polidoro José dos Santos e Maria Rita do Rosário, do litoral paranaense.</p> <p>Filhos: Antonio Ricardo dos Santos Filho (Deputado provincial [1888/89]); Dr. José Pereira dos Santos Andrade (Deputado provincial [1882/83, 84/85]) e Horácio Ricardo dos Santos (Horácio casou em Curitiba em 22/set/1870, com Julia Cândida Ferreira da Luz, filha do major Vicente Ferreira da Luz, que é sogro do médico Dr. José Candido da Silva Murici. Foram residir em Morretes; casou em segundas núpcias com Francisca Pancada dos Santos; Horácio faleceu em Morretes, em 30/ago/1884);</p> <p>O comendador Dodóca era primo do Visconde de Nácar;</p>
Educação / Profissão	Negociante e industrial de engenhos de cana e erva-mate em Morretes; Uma de suas atividades era no Engenho Central, em Morretes, junto com o Dr. Lamenha Lins; Em Curitiba, pós 1878, abriu o engenho Iguazu, a margem do rio Barigui, do Batel; além do engenho em São João da Graciosa; Exportava com a marca do seu nome: A.R.Santos; tornou-se muito rico; hospedou a Princesa Isabel e o Conde D’Eu, em 1887, ao visitarem o Paraná; Consta ter estudado; Negociante;
Cargos públicos	Vereador e juiz ordinário e de paz em Morretes [1857/60; 61/64; 66/68; 69/72]; deputado provincial [1858/59, 70/71, 74/75, 78/79]; <i>Eleitor</i> em Morretes [1857/60; 63/67; 67/68; 69/72]; Emprestou à província do Paraná 25:000\$ (vinte e cinco contos de réis) [1876]; Vice-presidente do Paraná [29/dez/1887 a 9/fev/1888].
Partido Político	Conservador
Títulos	Comendador da Ordem da Rosa [1871]; Cavaleiro da Ordem de Cristo [31/ago/1880];
Figura	 <p>Comendador Antônio Ricardo dos Santos</p>

NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.150; CARNEIRO, 1963, p.249-251;

34. Antonio Ricardo dos Santos Filho

Nasc/Morte	Nasc., 7/jan/1851 - ? = ?
Residência	Curitiba
Casamento/ Família	Filho de Antonio Ricardo dos Santos (comendador Dodóca) e Cordula Martins dos Santos; Casou com Eliza Romaguera dos Santos
Educação/ Profissão	Negociante; erva-mate;
Cargos públicos	Dignitário; Coronel; Deputado provincial [1888/89];

	<i>República</i> : Coletor de Rendas Estaduais em Rio Negro
Partido Político	Conservador
Títulos	Comendador da Ordem da Rosa [1889], título conferido a seu pai, já falecido, e transferido para o filho (<i>Dezenove de Dezembro</i> , 10/abr/1889).

NEGRÃO, 1928, vol.3, p.132-133;

35. Antonio Ricardo Lustosa de Andrade

Nasc/Morte	Curitiba, 1826 – Curitiba, 28/nov/1884 = 58 anos
Residência	Curitiba
Casamento/ Família	<i>Título Rodrigues Seixas</i> – Filho de Ricardo Lustosa de Andrade; Casado com Gabriella Franco Lustosa de Andrade (Gabriella é irmã do Manoel de Oliveira Franco, João de Oliveira Franco e Rita Anna de Cássia Velloso); Sogro do deputado Benedicto Pereira da Silva Carrão;
Educação/ Profissão	Empregado público; Escritor (monografia sobre a Ordem Terceira de S. Francisco, plantio do trigo); e escritor em jornais paranaenses; possuidor de escravos;
Cargos públicos	Ocupou diversos cargos públicos: Amanuense; Tenente Coronel da Guarda Nacional; Oficial maior; secretário interino da Presidência da província; vereador em Curitiba [1853/57; 57/60]; secretário da Assembleia provincial em 1854; nomeado oficial maior da secretaria de governo do Paraná [1855]; Membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento em Curitiba [1856]; Deputado provincial [1855; 68/69; 80/81]; tesoureiro da Tesouraria da Fazenda [1858]; Chefe da cultura do trigo; membro da comissão de exposição de produtos do Paraná; Tesoureiro da tesouraria da fazenda do Paraná [1882/84]; encarregado da construção da Escola Oliveira Bello [inaugurada em 28/set/1884]; e reconstrução da Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco;
Partido Político	Conservador; depois, Liberal, membro do diretório liberal de Curitiba [1876];
Títulos	Comenda da Rosa;

NEGRÃO, *op.cit.*, 1927, vol.2, p.253-5; NICOLAS, 1954, p.107-8; NEGRÃO, 1954, p.708; COSTA, 1995, p.107; Lista de votantes de Curitiba, 1876;

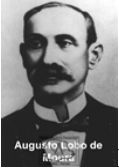
36. Arthur Ferreira de Abreu

Nasc/Morte	Paranaguá, 15/out/1849 – Curitiba, 4/dez/1900 = 51 anos
Residência	Paranaguá / Curitiba
Casamento/ Família	Filho do deputado provincial Dr. José Mathias Ferreira de Abreu e Joaquina Correia Guimarães; Neto do Visconde de Nacar; Casado em Morretes com Maria da Luz Santos Abreu, filha de Francisca da Luz Santos e do Coronel José Antonio dos Santos (deputado provincial) e neta do Sargento-mór Antonio Ricardo dos Santos, o velho.
Educação/ Profissão	Negociante;
Cargos públicos	Camarista, Presidente da Câmara e Juiz de Paz em Paranaguá; Deputado provincial [1888/89]; <i>República</i> : Senador [1895/97]; Deputado Estadual [1892; 1894/95; 1895/96]; Consul da Espanha; Coronel honorário do Exército, por serviços de guerra prestados à República, durante a revolta da Armada [1893/94];
Partido Político	Conservador
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.160, 170;


37. Augusto Lobo de Moura

Nasc/Morte	Portugal, 1811 – Curitiba, 05/maio/1871 = 60 anos
Residência	Curitiba;
Casamento/ Família	Filhos: Capitão Antonio Augusto Ferreira de Moura (deputado provincial 1882/83 e vereador em Curitiba), bacharel Augusto Lobo de Moura (Filho) (falecido em 3/nov/1903) e capitão José Joaquim Ferreira de Moura.
Educação/ Profissão	Bacharel em Direito [turma de 1835, provável que tenha se formado em Portugal]; advogado em Curitiba e cargos públicos; possuía escravos;
Cargos públicos	Português, vem para Curitiba e aparece como professor de Gramática Latina nesta cidade [1836]; chefe de polícia [1854]; Administração dos Correios de Curitiba [1854]; Diretor

	<p>interino da Colonização do Assunguy e procurador fiscal provincial [1855]; Diretor geral das terras públicas [1857]; Vereador e presidente da câmara de Curitiba [1861/64; 65/68]; Deputado provincial [1862/63, 64/65, 66/67, 68/69]; Promotor Público de Guarapuava e juiz municipal [1867]; suplente juiz municipal em Curitiba e secretário da Assembleia legislativa provincial [1870];</p> <p>FILHO: Augusto Lobo de Moura Filho, nasceu em Curitiba [1842]; casou com Maria de Jesus Moura e em segundas núpcias com Julia Andrade, filha do tenente coronel Manoel Antonio de Andrade [11/jan/1888]; formado em bacharel em Direito em São Paulo [1865]; Juiz de Direito em Campo Largo; Juiz de Direito Comarca da Posse, Goiás [1876]; Chefe de polícia no Paraná [1882/84]; juiz de direito em Campo Largo [1884/89]; Ordem da Rosa [set/1884]; Após a proclamação da República foi nomeado Desembargador do Superior Tribunal de Justiça do Paraná [1890/1894] e exonerado logo após a Revolução Federalista; Faleceu em 3/nov/1903;</p>
Partido Político	Liberal
Títulos	-
Figura	 <p>Desembargador Augusto Lobo de Moura Filho (não chegou a ser deputado)</p>

NEGRÃO, *op.cit.*, 1927, vol.2, p.144 (filho Augusto Lobo de Moura); CARNEIRO, 1963, p.464.

38. Augusto Lustosa de Andrade Ribas

Nasc/Morte	?
Residência	Ponta Grossa
Casamento/ Família	<p><i>Título Rodrigues Seixas</i> – Filho do deputado provincial Brigadeiro Manoel Ferreira Ribas e Francisca Leocádia Lustosa de Andrade Ribas;</p> <p>Casa com Pureza Maria da Conceição Ribas (<i>Tronco Pereira Branco</i>, descendentes do Tenente Antonio José Pereira Branco e de Balbina Iria Guimarães, filha do Coronel Manoel Gonçalves Guimarães e Maria Magdalena de Lima);</p> <p>Augusto Lustosa de Andrade Ribas e Pureza são os pais de 10 filhos, entre eles Manoel Ferreira Ribas (interventor do Paraná na década de 1930, casado com Zelinda da Fonseca Ribas).</p>
Educação/ Profissão	Negociante em Ponta Grossa
Cargos públicos	Vereador em Ponta Grossa [1877/80]; Deputado Provincial [1882/83];
Partido Político	Liberal
Títulos	Comendador
Figura	 <p>Augusto Lustosa de Andrade Ribas, <i>in</i>: http://www.plantaodacidade.com.br/novo/vereadores</p>

NEGRÃO, *op.cit.* 1950, vol.6, p. 286.

39. Benedicto Enéas de Paula

Nasc/Morte	Curitiba, 15/fev/1825 – Curitiba, 9/abr/1911 = 86 anos
Residência	Curitiba
Casamento/ Família	<p><i>Título Carrascos dos Reis</i> por parte da mãe – Consta ser filho do padre Isaías Ribeiro de Andrade e Silva (deputado provincial [1858/59, 60/61, 62/63, 66]) e de Francisca Luciana Chaves (Na lista de qualificação de votantes de 1876, aparece apenas o nome da mãe); Francisca Chaves pode ser a filha de Maria Bandeira de Jesus (<i>Título Carrascos dos Reis</i>, NEGRÃO, vol.2, p.593, <i>addenda</i>) e do Capitão Luciano José Chaves.</p> <p>Casado com Zeferina Candida do Nascimento [6/maio/1848]; Entre seus filhos estava o padre João Enéas de Paula (falecido em 10/fev/1877) e era sogro de Generoso Marques dos Santos. (Generoso Marques dos Santos, filho de Generosa Luciana de Chaves, provável irmã de Francisca Chaves, mãe de Benedicto Enéas de Paula, portanto, os dois</p>

	seriam primos).
Educação/ Profissão	Negociante; Capitalista; Cargos públicos;
Cargos públicos	Empreiteiro de obras públicas [1854] como o Cemitério Municipal; Tesoureiro provincial; juiz de paz; vereador e presidente da câmara municipal de Curitiba [1855]; Capitão da Guarda Nacional de Curitiba [1857]; Deputado provincial [1858/59, 60/61, 62/63, 64/65, 66/67, 78/79, 80/81]; neste período é deputado junto com seu pai Padre Isaías; membro da comissão de construção da nova Igreja Matriz de Curitiba; Tesoureiro da província [1885]; Chefe de polícia da província [1886]; A câmara de Curitiba modifica o nome da rua do Rosário para rua Enéas de Paula, no centro da cidade, estando ele ainda vivo, “em atenção aos serviços que tem prestado ao município” (<i>Dezenove de Dezembro</i> , 4/jul/1888)
Partido Político	Liberal (chefe)
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1927, vol.2, p.118-9 (referência a sua filha Escolástica de Paula de Andrade, casada com o Major Manoel Antonio de Andrade Filho, do *Título Rodrigues Seixas*, na qual apresenta uma pequena biografia de Benedicto Enéas de Paula e depois biografia de seu outro genro e primo Generoso Marques dos Santos); NICOLAS, 1954, p.81-2;


40. Benedicto Pereira da Silva Carrão

Nasc/Morte	Curitiba, 1850 - ? = ?
Residência	Curitiba
Casamento / Família	Filho de Manoel José Pereira dos Santos; Incorpora-se ao Título Rodrigues Seixas – Casado com Gabriella Lustosa de Andrade Carrão [6/jan/1873]; filha do Tenente coronel Antonio Ricardo Lustosa de Andrade; irmã do Major João Lustosa de Andrade, importante capitalista e proprietário de Curitiba, chegando a ser vereador e presidente da Câmara da capital, Juiz de Paz e membro do Partido Liberal (contrário ao seu cunhado Benedicto Pereira da Silva Carrão, Conservador); irmã de Maria da Conceição Lustosa Munhoz, casada com o Coronel Caetano Alberto Munhoz (Caetano Alberto Munhoz era casado em primeiras núpcias com Leonidia da Silva Pereira, falecida em 6/nov/1882, filha do capitão Francisco da Silva Pereira, deixando 4 filhos; Caetano era inspetor da tesouraria do Mato Grosso [1882] e casa em segundas núpcias com Maria da Conceição Lustosa, em 25/abr/1885); irmã de Escolástica Lustosa de Barros, casada com o Comendador Antonio de Barros... entre outros irmãos, ao todo oito;
Educação / Profissão	Negociante; jornalista;
Cargos públicos	Escrivão do Registro Civil de Curitiba; fundador, diretor e proprietário dos periódicos <i>O Paranaense</i> e <i>Gazeta Paranaense</i> , órgãos do Partido Conservador do Paraná; Deputado provincial [1884/85]; República: deputado estadual e Secretário do Congresso; Comissário de Polícia e Chefe de Polícia;
Partido Político	Conservador
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.* 1927, vol.2, p. 257; Lista de votantes de Curitiba, 1876;

41. Bento Fernandes de Barros

Nasc/Morte	Sobral, Ceará, 01/jul/1834 – Rio de Janeiro, 1908 = 74 anos
Residência	Curitiba
Casamento/ Família	Filho de família de origem portuguesa, pai Major Miguel Joaquim Fernandes de Barros e mãe Francisca Josephina de Barros; Incorpora-se ao <i>Título Rodrigues Seixas</i> – casado em Curitiba com Joaquina de Oliveira Franco de Barros (Joaquina Ribas Franco de Barros) [06/jul/1858], filha do brigadeiro Manoel de Oliveira Franco;
Educação/ Profissão	Bacharel em Direito [Olinda, 18/out/1853]; Atua como advogado em Curitiba; associa-se ao Dr. José Lourenço de Sá Ribas para o exercício da advocacia em Curitiba, na rua do Chafariz, antiga rua Fechada, n.14 [1873/75]; Magistrado; Desembargador; escritor; Uma de suas obras: “Discussão da Questão de Limites entre o Paraná e Santa Catarina”

	[1877];
Cargos públicos	Bento vem para o Paraná após a instalação da Província, iniciando a sua carreira pública como juiz de órfãos em Curitiba [1856]; Juiz de direito substituto e Inspetor da instrução pública [1857]; Nomeado chefe de Polícia [1859/71] e Diretor do Liceu de Curitiba (hoje Colégio Estadual do Paraná); Editor do jornal “O Constitucional” [1861]; Inspetor Geral da Instrução Pública da Província [1860 e 1870]; Publica no jornal <i>Dezenove de Dezembro</i> , um longo artigo, em vários números do jornal, sobre “Traços da Província do Paraná” [1866]; Juiz de Direito de Guarapuava [1871]; Inspetor da tesouraria provincial [1874]; e advogado da Câmara Municipal de Curitiba; Chefe de Polícia de MG [9/set/1875]; Deputado provincial [1870/71, 76/77, 78/79]; Juiz de Direito da comarca de N.Sra. das Graças e removido para a de S. Antonio dos Anjos, ambas na província de Santa Catarina [1887]; Nomeado Primeiro Procurador Geral do Ministério Público do Paraná [1891]; Escolhido Desembargador do Tribunal de Apelação, depois Superior Tribunal de Justiça [31/maio/1892] já na República, e deposto/aposentado por Vicente Machado, pós Revolução Federalista, por ser considerado, junto com todo o tribunal, de cúmplices [8/maio/1894]; juiz de Direito em Joinville (local em que não foi bem aceito por defender o Paraná na causa das divisas territoriais entre os dois Estados); membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, patrono da cadeira n.º 7, quando da fundação da Academia Paranaense de Letras.
Partido Político	Conservador
Títulos	
Figura	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1927, vol.2, p.465-6;

<http://www.memorial.mp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=11> – Ministério Público do Paraná – Biografias;

<http://www.memorial.mp.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=20&tit=BENTO-FERNANDES-DE-BARROS-E-O-LITIGIO-DO-CONTESTADO-> - Ministério Público do Paraná;


42. Bento Florêncio Munhoz

Nasc/Morte	Curitiba, 1826 – Antonina, 7/set/1880 = 54 anos
Residência	Curitiba
Casamento/ Família	Título Carrascos dos Reis (vol.1). Bento Florêncio Munhoz casado com Maria do Céu Taborda Ribas, filha do capitão Ricardo José Taborda Ribas e Francisca Joaquina de Andrade (Título Rodrigues Seixas). Sem descendentes. Filho de Florêncio José Munhoz; Irmão do tenente coronel Caetano José Munhoz;
Educação/ Profissão	Negociante; Monta com seu irmão um engenho de erva mate em Curitiba [1872];
Cargos públicos	Major; Vereador em Curitiba [1857/60]; Deputado provincial [1876/77, 78/79];
Partido Político	Conservador
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1926, vol.1, p.262.

43. Bonifácio José Baptista (Barão de Monte Carmello)

Nasc/Morte	Vila do Príncipe, 1827 – São Paulo, 21/abr/1897 = 70 anos
Residência	Castro; a partir de 1878, passava os verões em Castro e o inverno em São Paulo; pós revolução federalista, da qual apoiou os maragatos, retira-se definitivamente para São Paulo.
Casamento/ Família	Filho de Antonio Dias Baptista e Maria do Nascimento Teixeira de Azevedo Baptista (filha do Teixeiraão) (família de grandes escravagistas, exploradores de minas de ouro e grandes proprietários de terras); sobrinho e genro do Sargento-Mor Francisco Teixeira de Azevedo (o Teixeiraão) (<i>Título Carrascos dos Reis</i> , NEGRÃO, 1926, vol.1, p.413) e Francisca de Paula Lima (ou Francisca Gonçalves Guimarães, Senhora do Carambeí) (<i>Título Cardoso de Lima</i> , NEGRÃO, 1946, vol.5, p.139), irmã de Ana Ubaldina, casada

	com o Barão de Antonina; (família de Manoel Gonçalves Guimarães); Casou-se com Ana Luísa Novais do Canto e Silva, filha de Manoel Ignácio do Canto e Silva (deputado), um dos maiores latifundiários do Paraná. Concnhado do deputado Laurindo Abelardo de Brito; Seu filho Manoel, casa com a filha do Barão de Antonina (CONFIRMAR?);
Educação/ Profissão	Alfabetizado por seu tio; Tropeiro; comerciante de gado; auxiliou na criação de bibliotecas em Castro e Curitiba; Tropeirismo (iniciou com 15 anos [1842], com o apoio financeiro do seu padasto, o Comendador Rosas e do seu irmão Francisco – o Coronel Vivida, que o ensinou a domar mulas e vendê-las em Sorocaba); negociante de tropas; fazendeiro; indústria pecuária; suplente de juiz municipal em Castro [1856]; Com a morte de sua sogra [20/out/1864], herdou a fazenda de Monte Alegre com 63 mil alqueires e mais 4 mil cabeças de gado (atual Fábrica de Papel Klabin); comprou dos Carmelitas a fazenda de Capão Alto, Castro, de 15 mil alqueires e 2 mil cabeças de gado [1866]; com a morte de seu sogro [23/nov/1885] aumentou seu potencial econômico; libertou 4 escravos [1885];
Cargos públicos	Coronel Comandante da Guarda Nacional; Juiz municipal de órfãos em Castro [1854/60]; Encarregado das obras da cadeia de Castro [1858]; Vereador em Castro [1857/60]; <i>Eleitor</i> em Castro [1857/60; 61/63]; Deputado provincial [1858/59]; seu cunhado, Dr. Laurindo Abelardo de Brito assume a presidência da Província de São Paulo [1879/81], na qual teria residência também nesta cidade; no período republicano posicionou-se em favor dos revolucionários (Revolução Federalista), que com a derrota, muda-se para São Paulo;
Partido Político	Liberal; presidente do partido na comarca de Castro (CARNEIRO, 1963, p.70).
Títulos	Barão de Monte Carmello [20/nov/1886] – título que designa o local da procedência dos Padres Carmelistas;
Figura	 Barão de Monte Carmello

NICOLAS, 1954, p.82; CARNEIRO, 1963, p.69-70; FILIPAK, *Op.cit.*, 2010, p.129-130;

44. Bonifácio José Villela

Nasc/Morte	Florianópolis, 16/dez/1834 – Ponta Grossa, 7/jul/1916 = 82 anos
Residência	Ponta Grossa
Casamento/ Família	Casado com Placidina Guimarães Villela, em 11/abr/1858, filha do “Tenente José” Gonçalves Guimarães e de Anna Rosa da Silva. Tenente José é filho do coronel Manoel Gonçalves Guimarães, sogro do Barão de Antonina; Tenente José é irmão do Capitão Mathias Gonçalves Guimarães, pai do deputado provincial Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães [<i>Título Cardoso de Lima</i>]. Cunhado do deputado provincial Francisco de Paula Ferreira Ribas ; Seu filho Ernesto Guimarães Villela casa com Maria Christina Lustosa Ribas, neta do tenente coronel Manoel Ferreira Ribas, no dia 23/jun/1883, em Ponta Grossa.
Educação/ Profissão	Comerciante, Capitalista em Ponta Grossa;
Cargos públicos	<i>Eleitor</i> em Ponta Grossa [1869/72]; Suplente de juiz municipal em Ponta Grossa [1870]; Deputado provincial [1874/75]; nomeado 6º vice-presidente da província do Paraná [1887/88]; juiz de paz em Ponta Grossa [1888/90]; chefe da superintendência da 6ª circunscrição do ensino obrigatório em Ponta Grossa [1889/99]; Faz parte do Partido Republicano em Ponta Grossa [1890] do Dr. Vicente Machado;
Partido Político	Conservador
Títulos	Comendador da Ordem de Christo [jun/1889];

NEGRÃO, *op.cit.*, 1946, vol.5, p.143; Hemeroteca Digital Brasileira, fundação Biblioteca Nacional: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>;

45. Brazílio Ferreira da Luz

Nasc/Morte	Curitiba, 29/set/1858 – 30/jun/1940 = 82 anos
Residência	Curitiba
Casamento/	<i>Título Carrascos dos Reis</i> – Filho de Vicente Ferreira da Luz e Florência do Amaral Luz;

Família	Cunhado do médico José Candido da Silva Muricy; Casado com Maria Pereira de Souza Barros, filha do Barão de Vista Alegre. É chamado de sobrinho de Antonio Ricardo dos Santos (Dodoca), vice-presidente da província do Paraná (<i>Dezenove de Dezembro</i> , 12/jan/1888).
Educação/ Profissão	Secundário – Liceu de Curitiba; Médico [formado em 30/dez/1885 – Rio de Janeiro];
Cargos públicos	Médico a partir de 1885; Deputado Provincial [1888/89]; <i>República</i> : Capitão do corpo de Saúde do Exército [1890]; Deputado Estadual [1893/94; 1894/95; 1896/97; 1900/01; 1908/09]; fica do lado da “legalidade” na Revolta federalista e armada [1893/94]; Deputado Federal [1895/96; 97/99]; Senador [1900/1908];
Partido Político	Conservador Partido Republicano Federalista (líder Vicente Machado)
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1926, vol.1, p.207-208; Senado Federal:

http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1523&li=27&lcab=1906-1908&lf=27

(Acesso em 15/out/2013);


46. Caetano de Souza Pinto

Nasc/Morte	Nasc. 1819 – Paranaguá, 27/fev/1879 = 60 anos Por ocasião da missa de 7º dia em Curitiba do liberal Caetano de Souza Pinto, muitos correligionários estiveram presentes, inclusive o presidente da província, Dr. Rodrigues Menezes, Dr. Jesuino Marcondes (chefe de polícia), Dr. Sérgio de Castro (deputado geral), Dr. Generoso Marques dos Santos, e o comendador Antonio Alves de Araujo.
Residência	Paranaguá
Casamento/ Família	<i>Título Souza Pinto</i> (vol.6, p.151), pai natural de Braga, Portugal. Casado com Brígida de Souza Pinto (Brígida é bisneta do Coronel João Manoel da Cunha, o velho, natural de São Paulo); Padre Agostinho Machado Lima seria irmão do deputado provincial major Caetano de Souza Pinto (por ocasião do falecimento de Caetano de Souza Pinto em 6/mar/1879, “o vigário Agostinho Machado Lima, José Augusto Cysneiro e sua senhora, (agradecem aos que assistiram a missa de 7º dia) de seu irmão , sogro e pai major Caetano de Souza Pinto” (<i>Dezenove de Dezembro</i> , 6/mar/1879 e 20/mar/1879).
Educação/ Profissão	Funcionário público; inspetor de alfândega;
Cargos públicos	Governança de Paranaguá; Escrivão da Alfândega de Paranaguá e Inspetor [1849 a 1854]; Subdelegado de polícia de Paranaguá [1861]; Vereador de Paranaguá [1861/64; 65/68]; Deputado provincial [1864/65, 68/69]; Inspetor da Alfândega de Uruguaiana;
Partido Político	Liberal
Títulos	Hábito da Ordem de Cristo [15/nov/1846];

Lista de votantes qualificados, Paranaguá, 1854; NEGRÃO, *op.cit.*, 1950, vol.6, p.151.

47. Caetano José Munhoz

Nasc/Morte	Paranaguá, 17/jun/1817 – Curitiba, 6/jul/1876 = 59 anos
Residência	Curitiba
Casamento / Família	<i>Título Carrascos dos Reis</i> (vol.1); Casou-se em primeiras núpcias com Francisca de Assis de Oliveira Munhoz [nov/1840] ela do <i>Título Oliveira Cardoso</i> (vol.4), irmã do tenente coronel João de Oliveira Franco (deputado), do brigadeiro Manoel de Oliveira Franco (deputado), tio de James Franco de Souza, filho de Carlota Angelica de Oliveira e Souza; E segundas núpcias com Narcisa de Paula Xavier. Do primeiro matrimônio teve 10 filhos; e do segundo teve 8 filhos; Narcisa era filha do major Antonio de Paula Xavier (juiz de paz e capitão da freguesia de Campo Largo, <i>eleitor</i> nesta freguesia [1869/70]) e Leocádia Franco de Paula Xavier (neta do brigadeiro Manoel de Oliveira Franco); Sogro do deputado Manoel Dias de Souza Negrão, casado em 19/fev/1870 com sua filha Augusta Cândida Munhoz. Sogro de Eugênio Ferreira da Luz, filho do major Vicente Ferreira da Luz. Eugênio casou com Carolina Lucia Munhoz, em Curitiba em 7/jan/1871. Foram padrinhos o Dr. José Candido da Silva Murici e major Bento Florêncio Munhoz. Eugênio veio a falecer em 27/dez/1871.

Educação / Profissão	Industrial no comércio da exportação de erva mate (transferiu-se ainda moço de Paranaguá para Curitiba); foi um dos primeiros a montar engenho a vapor de soque de erva mate, em Curitiba; Marca “Caetano”; abastado capitalista; Monta com seu irmão um engenho movido a vapor para o soque da erva mate em Curitiba [1872];
Cargos públicos	Major; Tenente Coronel; Juiz municipal de Curitiba [1854/58]; Comandante do 1º Corpo de Cavalaria em Curitiba [5/fev/1855]; Deputado provincial [1856/57, 60/61, sendo o 1º secretário da Assembleia em 1860]; Juiz de órfãos e ausentes em Curitiba [1860]; Tenente coronel comandante do 1º corpo de cavalaria da guarda nacional [1868], sendo neste ano exonerado do cargo; suplente de juiz municipal em Curitiba [1870];
Partido Político	Conservador
Títulos	
Figura	 in: ERVEN, 2013;

NEGRÃO, *op.cit.*, 1926, vol.1, p.237-238; ERVEN, Domingos Van, *in*: <http://caetanojosemunhoz.blogspot.com.br/2012/08/3.html> - Biografia de Caetano José Munhoz (Acesso 19/ago/2013).

48. Coriolano Silveira da Motta

Nasc/Morte	Curitiba, 1849 - ? = ?
Residência	Curitiba
Casamento / Família	<i>Título Rodrigues Seixas</i> – filho do Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta (Médico) e Maria Theolinda da Conceição Ribas Silveira (filha do capitão Lourenço Pinto de Sá Ribas); irmão do deputado Eusébio Silveira da Motta; Casado com sua prima Thalia de Sá Ribas da Motta, filha do Brigadeiro Manoel de Oliveira Franco [Curitiba, 2/set/1871];
Educação / Profissão	Professor; Empregado público;
Cargos públicos	Professor, Lente do Lyceu Paranaense; jornalista e polemista de mérito, empreendeu campanhas gloriosas no jornalismo curitibano; foi um dos redatores do semanário “Der Pionier” (jornal que tinha uma seção em português), de combate político, no tempo do Império; suas ideias monarquistas trouxeram-lhe sérios dissabores na época em que aconteceu a guerra de Canudos; Deputado provincial [1888/89];
Partido Político	Liberal
Títulos	-

NEGRÃO, *op.cit.*, 1927, vol.2, p.481; Lista de votantes de Curitiba, 1876;


49. Damaso Correia Ribas

Nasc/Morte	?
Residência	Ponta Grossa
Casamento / Família	Damaso Correia Ribas, casado com Senhorinha Antunes. Ele é filho Luiza Ribas com o capitão Joaquim José Correia; é sobrinho dos deputados comendador tenente coronel Francisco de Assis Ribas, que é irmão do brigadeiro Manoel Ferreira Ribas e cunhados do deputado capitão José Borges de Almeida Taques; Seu pai é irmão do padre Damaso José Correia e família;
Educação / Profissão	
Cargos públicos	Deputado provincial [1886/87];
Partido Político	Conservador
Títulos	

NEGRÃO, vol.2, p.401; vol.4, p.383;


50. Damaso José Correia (Padre)

Nasc/Morte	Vila do Príncipe, batizado em 15/fev/1812 – Castro, 30/mar/1882 = 70 anos
Residência	Castro
Casamento /	<i>Título Teixeira Coelho</i> (vol.4); Filho de Maria da Conceição Coelho e do Capitão de

Família	Ordenanças José Francisco Corrêa, natural de Portugal; Irmão do Tenente Coronel Miguel José, Dr. Francisco José (deputado provincial), Coronel João Baptista (comendador), Gertrudes de Jesus, Alferes Antonio José, Maria de Jesus, Dr. José Francisco (médico), Dr. Salvador José (bacharel em Direito e escritor), Joaquim José e major Messias José.
Educação / Profissão	Padre [6/ago/1835, primeira Missa na Vila do Príncipe];
Cargos públicos	Vigário de Castro por 40 anos [1835/1875]; Vice-presidente da Província do Paraná, mas não assume o cargo [1855]; Deputado provincial [1856/57, 58/59];
Partido Político	Conservador
Títulos	
Figura	 Padre Dâmaso José Corrêa

NEGRÃO, *op.cit.*, 1929, vol.4, p.380; CARNEIRO, 1963, p.317;

51. David dos Santos Pacheco (Barão dos Campos Gerais)

Nasc/Morte	Vila do Príncipe, 28/jun/1810 – Lapa, 1/nov/1893 = 83 anos
Residência	Vila do Príncipe
Casamento / Família	<i>Título Pereira Braga</i> – Filho de Manoel dos Santos Pacheco, Capitão de Ordenanças, nasceu em 1761, e de Maria Colleta da Silva, natural da Lapa. Casado com Anna Carvalho Pacheco; sua filha Maria Colleta casa com o Conselheiro Manoel Alves de Araujo; e sua filha Ignacia Maria, casa com o coronel Joaquim Alves de Araujo (de Antonina). Seu irmão Tenente Coronel Joaquim Pacheco da Silva Rezende, casa com Anna Marcondes de Oliveira Pacheco, filha dos Barões do Tibagy (irmã do conselheiro Jesuíno); Irmão do Dr. José Gaspar dos Santos Lima (bacharel em Direito) e do Major Antonio dos Santos Pacheco, Cavaleiro da Ordem de Cristo, casado com Anna Joaquina Guimarães;
Educação / Profissão	Alfabetizado; Tropeiro (Sociedade comercial de animais com João da Silva Machado, a partir de 1833 até 1843; depois firmou sociedade com seus irmãos Antonio, José Gaspar e Clementino, até 1856); Fazendeiro;
Cargos públicos	Deputado provincial [1854/55]; Capitão da Guarda Nacional na vila do Príncipe [1857]; Delegado de polícia da vila do Príncipe [1858]; Comandante Superior da Guarda Nacional de Curitiba [1858]; Coronel comandante superior da Guarda Nacional da capital, do Príncipe, de Rio Negro e Palmeira [1863], Comando superior da Vila do Príncipe, Lapa [1870 em licença];
Partido Político	Liberal
Títulos	Oficial da Ordem da Rosa [9/mar/1867]; Barão dos Campos Gerais [31/ago/1880] (recebeu o título por ocasião da visita da Família Imperial ao Paraná);
Figura	 Barão dos Campos Gerais

NEGRÃO, *op.cit.*, 1929, vol.4, p.422; WESTPHALEN, *op.cit.*, 1995;

52. Domingos Antonio da Cunha

Nasc/Morte	Camboriú, SC, 7/set/1827 - ? = ?
Residência	Ponta Grossa; Campo Largo [pós 1870];
Casamento / Família	Casado em primeiras núpcias com Balbina Guimarães [da Cunha] – <i>Título Cardoso de Lima</i> (vol.5). Filha do “Tenente José” Gonçalves Guimarães, sobrinha de Anna Guimarães casada com o Barão de Antonina. Tem como cunhado o deputado provincial José Bonifácio Villela. Tenente José é irmão do Capitão Mathias Gonçalves Guimarães, pai do deputado provincial Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães [<i>Título Cardoso de</i>

	<i>Lima</i> , vol.5]. Casado com Maria Núncia da Cunha, falecida em 22/fev/1909;
Educação / Profissão	Comércio atacadista e indústria ervateira em Campo Largo; possuía engenho de erva mate; fazendeiro; Pertenceu a Maçonaria;
Cargos públicos	Coronel; Vereador em Ponta Grossa [1865/68]; Vereador em Campo Largo [1873/76]; Juiz de paz em Campo Largo [1881/84]; Deputado provincial [1880/81, 82/83, 84/85, 86/87, 88/89]; <i>República</i> : Deputado Estadual [1891/92];
Partido Político	Liberal
Títulos	-

NEGRÃO, *op.cit.* 1946, vol.5, p. 149; NICOLAS, *op.cit.*, 1954, p.135-6;


53. Domingos Ferreira Maciel

Nasc/Morte	Nascido em 1830 – Faleceu em 1888 = 58 anos
Residência	Guarapuava
Casamento / Família	<i>Título Rodrigues de França</i> ; Domingos é filho de Domingos Ferreira Maciel e Gertrudes de Siqueira Maciel. Coronel Domingos Ferreira Maciel casou-se em primeiras núpcias com Balbina de Siqueira [falecida em 15/abr/1872] e em segundas núpcias com Gertrudes de Siqueira; Incorpora-se ao <i>Título Carrascos dos Reis</i> (vol.1). O filho de mesmo nome é casado com Anna Candida Ribas Maciel, filha de Graciliana Alves da Rocha Ribas e Miguel de Camargo Ribas, natural de Ponta Grossa. Parentesco com o Brigadeiro Francisco Ferreira da Rocha Loures. Irmão do deputado Pedro Ferreira Maciel;
Educação / Profissão	Fazendeiro
Cargos públicos	Tenente coronel; Subdelegado do distrito de Pinhão [1871]; Deputado provincial [1884/85]; Vice-Presidente da Sociedade de Imigração de Guarapuava [7/abr/1886, fundação];
Partido Político	Conservador (chefe)
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.* 1926, vol.1, p.465; NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.635; Há um outro Domingos Ferreira Maciel, da Vila do Príncipe, casado com Francisca de Paula Guimarães, filha de Simplicio Ferreira Guimarães e de Rosa Ferreira Bueno. Este Domingos é filho de Leocádia Ferreira Maciel, que foi a segunda mulher do Comendador Gregório Ferreira Maciel (suplente de delegado de polícia no Príncipe), nascido em 1791 e falecido na Lapa em 15/set/1864 (fazendeiro e capitalista) (NEGRÃO, *op.cit.* 1927, vol.2, p.583);

54. Domingos Ferreira Pinto (Barão de Guaraúna)

Nasc/Morte	Ponta Grossa, 3/set/1820 – Ponta Grossa, 20/set/1891 = 71 anos
Residência	Ponta Grossa
Casamento / Família	Filho de Domingos Ferreira Pinto, o velho e Ana Joaquina de Oliveira; Casado com Dona Ambrosina da Rocha Ferreira, natural de Passo Fundo, RS; sem descendentes; Seria irmão do deputado provincial [1880/81] Joaquim Ferreira Pinto?
Educação / Profissão	Fazendeiro da região dos Campos Gerais (“dono de enormes campos de invernada na região de Ponta Grossa, onde se encontra a famosa formação arenítica de Vila Velha”); Comerciante de animais; arrendava suas terras para invernagem de tropas vindas do sul com destino a Sorocaba; tropeiro; Em 1873 o casal deu liberdade (alforria) a nove escravos (<i>Dezenove de Dezembro</i> , 11/jan/1873);
Cargos públicos	Major da Guarda Municipal; Vereador em Ponta Grossa [1869/72; 83/86]; Deputado provincial [1882/83]
Partido Político	Liberal
Títulos	Barão de Guaraúna [31/ago/1880] (recebeu o título por ocasião da visita da Família Imperial ao Paraná, quando de sua passagem, por Ponta Grossa, onde ficaram hospedados em sua casa em 1880, ocasião em que alforriou todos os seus escravos);

Figura	
--------	---

NICOLAS, *op.cit.*, 1954, p.143-4; CARNEIRO, *op.cit.*, 1963, p.68; FILIPAK, *Op.cit.*, 2010, p.132;
 Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Domingos_Ferreira_Pinto (Acesso em 11/nov/2012);

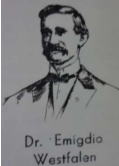
55. Domingos Martins de Araujo

Nasc/Morte	Curitiba, 1819 - ?
Residência	Castro
Casamento / Família	Filho único de Manoel Martins de Araujo (fazendeiro em Ponta Grossa) e Maria Caetana de Sá (Maria é filha dos fundadores de Palmeira, Manoel José de Araujo e Anna Maria da Conceição (de Sá); Primo do Visconde de Guarapuava e do Padre Camargo; e primo do Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá; É sogro do deputado Jorge Marcondes de Albuquerque casado com Ambrosina Martins de Albuquerque; Domingos Martins de Araujo é casado com Maria dos Anjos. É tio do deputado Dr. José Martins de Araujo.
Educação / Profissão	Direito [1844]; Advogado; cargos públicos;
Cargos públicos	Inspetor escolar em Castro; Suplente de juiz municipal de órfãos de Castro [1856]; Capitão da 3ª companhia de Castro [1857]; Deputado provincial [1858/59]; suplente de juiz de paz de Castro [1865/66]; Capitão da 3ª companhia do 4º corpo de cavalaria de Castro [1868];
Partido Político	Liberal
Títulos	

NEGRÃO, Vol.1, 1926, p.354: (6-1); NEGRÃO, Vol.3, 1928, p.175: (8-4); CARNEIRO, 1963, p.453;

56. Emygdio Westphalen

Nasc/Morte	Lapa, 11/jan/1847 – Curitiba, 27/abr/1927 = 80 anos
Residência	Lapa; Curitiba
Casamento / Família	Seu pai, Eugenio Westphalen (nascido em 1800), alemão, farmacêutico, incorpora-se ao Título Rodrigues de França ao casar com Joanna Francisca, na Lapa, filha de Anna Amalia Carneiro; Eugenio tinha sociedade em casa comercial na Lapa com Frederico Guilherme Virmond (também alemão); Emygdio foi casado em primeiras núpcias, na Lapa, com Joaquina de Paula Xavier, filha do Major Joaquim de Paula Xavier (tenente) e neta materna de Francisco Therezio Porto; Casado em segundas núpcias, em Curitiba, a 8/dez/1877 com Januarina B. Carvalho de Oliveira, filha de Rosa de Bittencourt e Oliveira e do capitalista João Carvalho de Oliveira, abastado negociante e proprietário de Curitiba. Januarina é neta do capitão João José Corrêa de Bittencourt (faleceu em Curitiba, 13/fev/1885) irmão do tenente coronel Manoel José da Cunha Bittencourt.
Educação / Profissão	Fez seus estudos secundários em São Paulo; Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas [1867]; contemporâneo de Ubaldino do Amaral Fontoura, Fagundes Varela, Lins de Vasconcellos entre outros; abolicionista; Advogado; possuía escritório de advocacia junto com o Dr. Eusébio Silveira da Motta, rua do Imperador, 46, Curitiba [1884]; e depois com o Dr. Francisco Alves Guimarães [1885];
Cargos públicos	Iniciou seu tirocínio de advocacia na Paraíba do Sul, depois no Rio de Janeiro, na banca do Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos; militou na imprensa do Rio de Janeiro e Curitiba; retorna a Lapa e foi nomeado Promotor Público [13/maio/1875]; Inspetor Literário e Vereador; Juiz municipal e de órfãos em Curitiba [1878/82]; pede demissão do cargo de juiz municipal e abre escritório de advocacia em Curitiba [1882]; Deputado provincial [1884/85, 86/87]; Vereador em Curitiba; <i>República</i> : chefe de polícia [1890] e Juiz de Direito da Lapa; fez parte do governo revolucionário do Desterro como representante do Paraná [1993/94] (junto com o General Gumercindo Saraiva; e João Menezes Dória e Generoso Marques dos Santos em Curitiba); oposição a Vicente Machado; exilado em Buenos Aires; anistiado no Governo de Prudente de Moraes [1895]; volta para o Paraná, e torna-se Desembargador, Deputado

	Estadual [1906/07] e Procurador Geral da Justiça; aposentado do Superior Tribunal de Justiça do Paraná;
Partido Político	Liberal Partido Republicano (líder Generoso Marques dos Santos)
Títulos	
Figura	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.527; NEGRÃO, *op.cit.*, vol.4, p.478-544; NEGRÃO, *op.cit.*, 1946, vol.5, p.31; Dicionário Histórico-biográfico do Paraná, 1991;

57. Ernesto Francisco de Lima Santos

Nasc/Morte	Bahia, 13/out/1835 – Rio de Janeiro, 29/fev/1902 = 67 anos
Residência	Curitiba
Casamento / Família	<i>Título Cardoso de Lima</i> – Ernesto Francisco de Lima Santos, casado com Ermelina Vianna de Lima dos Santos, filha Rosa Borges Vianna e do Comendador Bernardo José Ribeiro Vianna, natural de Castello, Portugal; Rosa era filha do Maria Floriana de Lima e do Ajudante José Borges de Macedo (NEGRÃO, <i>op.cit.</i> 1946, vol.5, p.68-69).
Educação / Profissão	Bacharel em Direito pela faculdade de Recife [1858]; advogado em Curitiba [1865];
Cargos públicos	Juiz de órfãos e ausentes de Curitiba; por ato do Presidente da Província, foi nomeado para o lugar de Inspetor geral da Instrução Pública [15/fev/1862], nesse mesmo ano foi nomeado Delegado de Polícia de Curitiba e depois Juiz Municipal; Nomeado inspetor interino da tesouraria provincial [12/jun/1865/1867]; Membro da irmandade do SS. Sacramento [1869]; Deputado Provincial [1870/71]; Nomeado Juiz de Direito da Comarca de Rio Negro (Amazonas) [17/set/1873] (ficou apenas dois meses no cargo); Nomeado Chefe de polícia no Piauí [29/nov/1873]; Juiz de Direito em Bananal; Juiz de Direito da Comarca de Antonina e Morretes [dezembro/1879]; Presidente da província de Santa Catarina [5/abr a 30/jun/1882]; Reside no Rio de Janeiro como juiz, tribunal de apelação e, por fim, desembargador aposentado [1902].
Partido Político	Conservador?
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1946, vol.5, p.73; *O Paranaense*, Curitiba, 28/dez/1879, p.3; Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ernesto Francisco de Lima Santos](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ernesto_Francisco_de_Lima_Santos) (Acesso em 28/jun/2013).

58. Eugênio Guilherme Virmond ou Eugênio Ernesto Virmond

Nasc/Morte	?
Residência	Lapa
Casamento / Família	Filho de Frederico Guilherme Virmond (alemão, nascido a 8/set/1791 e faleceu na Lapa, PR, a 3/ago/1876) e Maria Izabel Quadro de Andrade. O pai era professor de música e línguas, artista artesanal, pintor, médico e engenheiro, exerceu grande influência cultural na sua época (VARGAS, 1977, p.84). O pai era comerciante e fazendeiro na Vila do Príncipe; Irmão do deputado provincial Frederico Guilherme Virmond Junior; Casado com Leonor Taques.
Educação / Profissão	Há um Eugênio Ernesto Virmond, <i>industrial</i> , em Curitiba [1886];
Cargos públicos	Tenente cirurgião em Guarapuava e depois, da guarda nacional da vila do Príncipe [1868]; <i>Eleitor</i> na Vila do Príncipe [1869/72]; Deputado provincial [1882/83; 84/85]; tenente coronel comandante do 2º corpo de cavalaria da guarda nacional da comarca da capital [1884];
Partido Político	Liberal
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.* 1926, vol.1, p.408 (está escrito Eugenio E. Virmond); CARNEIRO, 1976;

59. Eusébio Silveira da Motta

Nasc/Morte	Curitiba, 30/jan/1847 – Rio de Janeiro, 22/set/1920 = 73 anos
Residência	Curitiba
Casamento / Família	<i>Título Rodrigues Seixas</i> – Solteiro; filho do Dr. Joaquim Ignacio Silveira da Motta (médico) e Maria Theolinda da Conceição Ribas Silveira (filha do Capitão Lourenço Pinto de Sá Ribas); amigo do desembargador Emygdio Westphalen;
Educação / Profissão	Direito, em São Paulo [1870]; homem de letras e filólogo; Membro da Academia de Letras do Paraná; Presidente do Instituto Neo-Pitagórico; Professor; Escritor; possuía escritório de advocacia junto com o Dr. Emygdio Westphalen, rua do Imperador, 46, Curitiba [1884];
Cargos públicos	Exerceu a Magistratura no Paraná [1870/92]; Deputado provincial [1874/75]; Juiz municipal e de órfãos de Curitiba [1884/87]; Professor no Gymnasio Paranaense e Escola Normal [1908/14]; Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná [1917];
Partido Político	Conservador?
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1927, vol.2, p.481; pequena biografia no jornal *A República*, 23/set/1920;

60. Fernando Antonio de Miranda

Nasc/Morte	Guaratuba, década de 1810 – Guaratuba, década 1870 = +- 60 anos A lista de eleitores poderá dar o ano de nascimento...
Residência	Guaratuba, no centro (local que veio a afundar em 22/set/1968);
Casamento / Família	Miranda Coutinho; Casado com Rita Acácia Miranda;
Educação / Profissão	Alfabetizado; Empreiteiro de obras públicas; político; comerciante com barcos no litoral paranaense (proprietário da escuna <i>Acácia</i> , que naufraga em Guaratuba [5/mar/1865]), brigue <i>Ligeiro</i> ; sua esposa possuía uma escrava em 1875;
Cargos públicos	Cargo público em Guaratuba [1833]; e fazia obras públicas nesta localidade, como a construção da cadeia [1839]; Tenente Coronel do Batalhão de Paranaguá e Capitão mor [1840]; consta como vereador [1846]; deputado provincial [1854/55]; Vereador em Guaratuba [1855]; Major; um dos fundadores da Irmandade de Nossa Senhora do Bom Sucesso em Guaratuba [1857]; fez um mapa das conciliações em Guaratuba [1858]; <i>Eleitor</i> em Guaratuba [1861/64]; delegado dos expositores em Guaratuba [1866]; Major;
Partido Político	Conservador
Títulos	

COSTA, 1994, p.104; Documentos, DEAP, 1853, 1854; MAFRA, 1952; OLIVEIRA, 2005;

61. Feliciano Nepomuceno Prates

Nasc/Morte	Rio Grande do Sul, 1817 – Castro, 28/fev/1869 = 52 anos
Residência	Rio Grande do Sul; Castro e região [a partir de 1855];
Casamento / Família	Casado com Messias Maria da Conceição; Fidélis Nepomuceno Prates e Fidêncio Nepomuceno Prates são genros do Barão de Antonina; é necessário verificar o grau de parentesco entre Feliciano, Fidélis e Fidêncio.
Educação / Profissão	Engenheiro civil; Indústria da roupa; fazendeiro (com premiações na exposição de 1867, com farinhas de milho, pinhão, mandioca e araruta; tecidos de algodão);
Cargos públicos	Explora, a mando do governo imperial, as jazidas carboníferas do Candiota, do Capelinha e do Curral Alto, São Jerônimo, RS [1846]; Delegado da Repartição geral das terras públicas do Paraná [1855]; Membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional [até 1856]; Engenheiro civil da colônia militar do Jataí [1856]; Deputado provincial [1862/63]; Tenente Coronel;
Partido Político	Liberal
Títulos	

NEGRÃO, 1949, p.95; *O Dezenove de Dezembro*, 18/abr/1855; *Lista de votantes qualificados*, Castro, 1858; *O auxiliador da indústria nacional*, 1833 a 1896 (Hemeroteca da Biblioteca Nacional)

62. Francisco Alves Guimarães

Nasc/Morte	Curitiba, 1/abr/1845 – Falec., 3/set/1890 = 45 anos
Residência	Guarapuava

Casamento / Família	<i>Título Alvares de Araujo</i> (vol.6, p.313); Filho de João Francisco Guimarães e Francisca de Paula Santos; Casado com Ambrosina Rosa Guimarães, (vol.1, 7-1, de 6-1, p.437-9, aí os traços biográficos, ascendentes e descendentes – <i>Título Carrascos dos Reis</i>).
Educação / Profissão	Bacharel em Direito em São Paulo [1867]; Advogado em Curitiba e cargos públicos; possuía escritório com o Dr. Sérgio de Castro [1880]; liberta uma escrava em 1884;
Cargos públicos	Promotor público da comarca de Guarapuava [1868]; Deputado provincial [1868/69]; Promotor público da Lapa onde foi juiz municipal e juiz de Direito [1872]; Inspetor de instrução pública do distrito da Lapa [1873]; juiz municipal em Uruguaiana, RS; Inspetor da Tesouraria Provincial do Paraná [4/jul/1878 e 1885]; diretor da Instrução Pública;
Partido Político	Liberal
Títulos	Cavalheiro da Ordem da Rosa;

NICOLAS, 1954, p.107; NEGRÃO, *op.cit.*, 1926, vol.1, p.437-439; NEGRÃO, *op.cit.*, 1950, vol.6, p.313;

63. Francisco Ferreira da Rocha Loures

Nasc/Morte	Guarapuava, 1812 – Guarapuava, 16/jan/1871 = 84 anos
Residência	Guarapuava
Casamento / Família	<i>Título Carrascos dos Reis</i> ; Ferreira de Oliveira; Rocha Loures; Filho do capitão Antonio da Rocha Loures e de Joanna Maria de Lima; Casado com Laura Rosa de França;
Educação / Profissão	Sertanista; desbravou os sertões da região do Paraná em todas as direções, mas em especial Guarapuava e Palmas; Fazendeiro em Guarapuava (<i>Lista de votantes</i> , 1858); Fazendeiro; Brigadeiro;
Cargos públicos	Sertanista; tenente-coronel; Chegou a Guahyra [1842]; diretor geral dos índios (brigadeiro), nomeado por decreto imperial [9/maio/1855] em substituição ao Coronel Manoel Ignácio do Canto e Silva, que pediu exoneração; fez planos de colonização e catequese indígena [1856]; Coletor de rendas e vereador em Guarapuava, e inspetor geral da estrada de Guarapuava a Palmas [1856]; chefe dos trabalhos da estrada de Guarapuava a Palmas [1857]; e das aberturas das estradas de Guarapuava às Missões, a Palmas e Goio-en; opinou sobre a navegabilidade para o Mato Grosso [1857]; Vereador em Guarapuava [1861/64]; Deputado provincial [suplente em 1861; 1862/3]; Na lista nominativa de habitantes de Guarapuava [rol de paroquianos] do Padre Antonio Braga de Araujo, ele tinha 4 filhos, 9 escravos e 2 agregados [1863]; Relatório sobre a fundação do aldeamento do Chagú e catequese de Guarapuava [1864]; Nomeado Tenente Coronel da Guarda Nacional de Guarapuava [1864]; O Ministro da Agricultura fixa a gratificação do Diretor Geral dos Índios, Brigadeiro Loures em 1:800\$000 [1864]; Inspetor da Estrada de Ponta Grossa a Guarapuava e daí ao Rio Iguassú e deste a Goyo-En [1868]; suplente de juiz municipal em Guarapuava [1870]; escreveu inúmeros relatórios de suas atividades;
Partido Político	Liberal
Títulos	Brigadeiro

Lista de votantes, Guarapuava, 1858; NEGRÃO, *op.cit.*, 1926, vol.1, p.467-470; NICOLAS, 1954, p.91-2;

64. Francisco de Assis Ribas

Nasc/Morte	Ponta Grossa, 1821 – Curitiba, 5/abr/1879 = 58 anos
Residência	Ponta Grossa
Casamento/ Família	<i>Título Rodrigues Seixas</i> – Casado com Maria Balduina Taques [<i>Título Taques</i>]; ele filho do Sargento-mór Benedicto Marianno Ribas e de sua mulher Maria Ferreira do Sacramento Ribas (já descritos em <i>Título Rodrigues Seixas</i> em 5-3 de pág. 385 do vol.2, a descendência). Ela filha do tenente coronel Balduino de Almeida Taques e de Maria Antonia Borges de Macedo, irmã do ajudante José Borges de Macedo (NEGRÃO, <i>op.cit.</i> , 1946, vol.5, p. 193). Ele casado em segundas núpcias com Damazia da Rocha Ribas; Tio e sogro do deputado provincial José de Souza Ribas; Irmão do deputado Manoel Ferreira Ribas; Ele é primo do deputado Tiburcio Borges de Macedo, filho de José Borges de Macedo;
Educação/ Profissão	Negociante;
Cargos públicos	Suplente de subdelegado em Ponta Grossa [1855]; Capitão da 3ª esquadra de cavalaria de

	Ponta Grossa [1857/58]; Juiz de paz [1858]; Vereador em Ponta Grossa [1861/64; 67/68; 69/70]; <i>Eleitor</i> [1863/67]; Deputado provincial [1860/61; 62/63; 64/65; 68/69]; Tenente coronel do 5º Corpo de Cavalaria [1863]; Tenente coronel da Guarda Nacional [1868 e em 1870 em licença] chefe do Estado maior em Castro;
Partido Político	Liberal
Títulos	Comendador

O Dezenove de Dezembro, 1855; *Lista de votantes qualificados*, Ponta Grossa, 1858; NEGRÃO, *op.cit.*, 1927, vol.2, p.385;

65. Francisco de Paula Ferreira Ribas

Nasc/Morte	Castro, 1808 – Castro, 04/jan/1860 = 52 anos
Residência	Castro
Casamento/ Família	Casado com Maria da Luz Gonçalves, filha do tenente José Gonçalves Guimarães, [13/nov/1838] (porém, esta informação não é dada por Francisco Negrão, mas no site: http://www.reocities.com/lscamargo/gguimaraes.htm (Acesso 17/out/2011) (descendentes de Manoel Gonçalves Guimarães); “Tenente José Gonçalves Guimarães, conhecido por Tenente José, foi homem de grande energia e abastado de bens, possuindo grande número de sesmarias de terras no interior do Estado, as quais pertencem hoje a seus herdeiros. Teve com Anna Rosa Borges de Macedo (já viúva do Tenente Coronel José Florentino de Sá Bittencourt), filha do Capitão Cyrino Borges de Macedo, os seguintes filhos: (...)” (NEGRÃO, 1946, vol.5, p.139); Por ocasião de seu falecimento destaca-se algumas notas: “Teve hoje lugar, na igreja matriz desta cidade, a missa de <i>réquiem</i> mandada celebrar pelo Sr. Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota pelo descanso eterno da alma de seu falecido amigo e parente o tenente coronel Francisco de Paula Ferreira Ribas. S. Ex. o Sr. Presidente da província se dignou fazer parte do grande número de pessoas que a ela assistiu. Com o falecimento do tenente coronel Ribas perdeu a província do Paraná um de seus filhos distintos, pela probidade e pelo engenho e patriotismo” (<i>O Dezenove de Dezembro</i> , 14/jan/1860). E no jornal de 18/jan/1860 publica-se <i>necrologia</i> em homenagem ao tenente coronel Ferreira Ribas.
Educação / Profissão	Alfabetizado; Negociante, Cargos públicos
Cargos públicos	Em Castro foi Vereador e Presidente da Câmara de Castro [1838/44]; Deputado provincial [1854/55, 56/57 e 58/59]; Coletor da Vila de Castro, inspetor da estrada geral e inspetor da instrução pública [1854]; Guarda Nacional, Tenente Coronel; Empreiteiro, com trabalhos em estradas na região de Castro [1858]; inspetor da instrução na comarca de Castro, juiz municipal [1859];
Partido Político	Conservador
Títulos	Cavaleiro da Ordem de Cristo [1850]; Comenda da Ordem da Rosa

Jornal *O Compilador Paulistano*, 1852, 24/nov, n.12; Jornal *O Dezenove de Dezembro*, vários números; NEGRÃO, 1949, p.4; Sobre o Tenente José Gonçalves Guimarães (NEGRÃO, 1946, vol.5, p.139);

66. Francisco Ferreira Corrêa

Nasc/Morte	Paranaguá, 17/abr/1834 – Rio de Janeiro, 5/dez/1876 = 42 anos
Residência	Paranaguá
Casamento / Família	<i>Título Rodrigues de França</i> ; filho de Manoel Francisco Correia Junior; irmão dos deputados João Ferreira Correia, Joaquim Severo Correia, Ildfonso Pereira Correia e do Senador Manoel Francisco Correia; cunhado do desembargador Agostinho Ermelino de Leão;
Educação / Profissão	Bacharel em Direito [1859]
Cargos públicos	Deputado Provincial [1859]; Inspetor da Instrução Pública de Paranaguá [1859] e Promotor público de Paranaguá [1859]; juiz municipal, de órfãos e comercial de Morretes e Antonina por carta imperial [1860]; juiz municipal e de órfãos do termo de Iguape e Cananéia [1865]; Foi presidente das <u>províncias</u> de <u>Santa Catarina</u> [18/maio/1870 a 9/jan/1871], e do <u>Espírito Santo</u> [18/fev/1871 a 19/jun/1872];
Partido Político	Conservador
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.277.

67. Francisco Ferrer Pinheiro

Nasc/Morte	Paranaguá, 1821 – Curitiba, 9/out/1884 = 63 anos
Residência	Antonina
Casamento/ Família	Título Laynes (vol.6).
Educação/ Profissão	Industrial da erva-mate, importador de farinha; cargos públicos; Cargos públicos
Cargos públicos	Camarista e Juiz de Paz em Antonina; Chefe de polícia do Paraná [1860]; Administrador da Mesa de Rendas de Antonina [1865/68]; Vereador em Antonina [1865/68]; e Administrador dos Correios; Promotor público da comarca de Paranaguá; Escrivão e tesoureiro da casa de troco de Moedas de Paranaguá; agente da linha de vapores de Antonina; Deputado provincial [1864/65]; Administrador geral dos correios do Paraná [1884];
Partido Político	Liberal
Títulos	

NICOLAS, 1954, p.97; NEGRÃO, *op.cit.*, 1950, vol.6, p.68.

68. Francisco José Corrêa

Nasc/Morte	Vila do Príncipe, 1807 – Vila do Príncipe, 20/jul/1869 = 62 anos
Residência	Vila do Príncipe
Casamento / Família	<i>Título Teixeira Coelho</i> – Solteiro; deixou um filho natural reconhecido: Antonio Francisco Corrêa; Irmão do Padre Damaso José, do médico José Francisco, do escritor Salvador José, e de Miguel José (figuras de destaque no Paraná); neto de Francisco Teixeira Coelho, primeiro capitão mor da Lapa; sua mãe é Maria Conceição Coelho, e o pai o Capitão de Ordenanças José Francisco Corrêa, de Portugal;
Educação / Profissão	Direito pela Universidade de Coimbra; Família com muitas posses na Lapa;
Cargos públicos	Advogou na Lapa; Deputado provincial por São Paulo [1840/41 suplente; 44/45; 48/49 suplente]; Deputado provincial no Paraná [1854/5, 56/7, 58/9, 60/1]; Membro da irmandade do SS. Sacramento [1869], ano em que faleceu;
Partido Político	Liberal?
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.* 1929, vol.4, p.379; NICOLAS, 1954, p.63; COSTA, 1995, p.97; OLIVEIRA, 2001, p.153; CORREIA COELHO, 1995;

69. Francisco José Correia de Bittencourt (Padre)

Nasc/Morte	Nasc.? – São José dos Pinhais, 16/nov/1888 =
Residência	São José dos Pinhais [1863-1888]
Casamento / Família	<i>Título Corrêa de Bittencourt</i> , filho do deputado provincial tenente coronel Manoel José da Cunha Bittencourt, abastado industrial da erva mate. Seus irmãos: coronel José Corrêa de Bittencourt, tenente coronel Manoel José Corrêa de Bittencourt e capitão Joaquim José Bellarmino Bittencourt.
Educação / Profissão	Padre;
Cargos públicos	Vigário em São José dos Pinhais [1863-1888]; Deputado Provincial [1870/71; 72/73; 74/75; 76/77, sendo eleito nestas duas últimas legislaturas junto com seu irmão mais velho, o brigadeiro Manoel José da Cunha Bittencourt]
Partido Político	Conservador
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, Vol. 5, 1946, p.16;


70. Francisco Manoel de Assis França

Nasc/Morte	Nasc., 1810 – Guarapuava, ago/1886 = 76 anos
Residência	Guarapuava
Casamento /	Casado com Anna Joaquina Encaram França;

Família	
Educação / Profissão	Alfabetizado; escreve relatórios da expedição de Guarapuava; Na lista nominativa de habitantes de Guarapuava [rol de paroquianos] do Padre Antonio Braga de Araujo, ele tinha 1 filho, 7 escravos e 5 agregados [1863];
Cargos públicos	É citado como soldado em Guarapuava [1828]; escrivão da expedição de Guarapuava [1835]; Delegado de polícia em Guarapuava [1855]; vereador [1857/60; 65/68]; Trabalhava junto com o Brigadeiro Francisco da Rocha Loures [década de 1860]; Suplente de juiz municipal em Guarapuava [1870]; Deputado provincial [1870/71; 72/73, mas foi substituído já em 1872]; inspetor paroquial em Guarapuava [1885]; membro da sociedade de imigração de Guarapuava [1886]; juiz municipal de Guarapuava [1886];
Partido Político	Conservador
Títulos	

SANTOS, 2007, p.161;

71. Francisco Pinto de Azevedo Portugal

Nasc/Morte	Guarapuava, Atalaia, 2/abr/1814 – Campo Largo, 17/mar/1891 = 77 anos
Residência	Guarapuava; Campo Largo;
Casamento / Família	Nasceu em Atalaia, quando seus pais se achavam na real expedição em Guarapuava; Filho de Diogo Pinto de Azevedo Portugal, faleceu em Castro [3/maio/1820] e Ritta Ferreira de Oliveira Bueno; Casa em Curitiba com Maria Joaquina da Paixão [24/jun/1834]; Seu filho coronel Jayme Pinto de Azevedo Portugal casa com Anna Rosa de Macedo Portugal (irmã do deputado Antonio Ribeiro de Macedo); o filho capitão Francisco Pinto de Azevedo Portugal Filho foi deputado provincial;
Educação / Profissão	O pai era militar, desbravador a serviço do governo imperial brasileiro;
Cargos públicos	Juiz de paz e subdelegado da freguesia de Campo Largo [1854]; Membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento em Curitiba [1856]; inspetor da estrada de Campo Largo ao Timbutuva; e Campo Largo a Curitiba [1857]; inspetor de ensino; sub-delegado de polícia em Campo Largo; vereador em Curitiba; vereador e presidente da Câmara de Campo Largo [1871]; Comissário das Terras públicas; Deputado provincial [1856/57, 70/71, 72/73]; vice-presidente da província do Paraná [1877];
Partido Político	Conservador
Títulos	Ordem da Rosa [7/ago/1877];
Figura	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1927, vol.2, p.329; NICOLAS, 1954, p. 76;

72. Francisco Pinto de Azevedo Portugal Filho

Nasc/Morte	Campo Largo, ?
Residência	Campo Largo
Casamento / Família	<i>Título Xavier Pinto</i> (vol.4); Casa com Maria Clara de Souza, filha de Veríssimo Antonio de Souza e Maria Izabel Vaz (vol.2, p.433);
Educação / Profissão	
Cargos públicos	Capitão; Nomeado tenente da Guarda nacional de Campo Largo [1857]; Deputado provincial [1878/79];
Partido Político	Conservador <i>República</i> : membro do diretório do Partido Republicano em Campo Largo
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1929, vol.4, p.349;

73. Francisco Theresio Porto

Nasc/Morte	Nasc., 1800 – Lapa, 17/maio/1879 = 79 anos “Faleceu no dia 17 e sepultou-se no dia 18 do corrente o cidadão Francisco Theresio Porto, avô do Dr. Francisco Theresio Porto Netto, engenheiro da província. O finado
------------	---

	<i>contava imensos amigos e era um dos liberais mais distintos do Paraná. Tinha 79 anos de idade</i> "; E foi publicado um pequeno texto com as características de Francisco Theresio Porto na qual se destacam sua posição de membro do partido liberal, sua atividade como negociante, seus cargos públicos, inclusive como deputado provincial e sobre seu temperamento: " <i>Na aparência rude, não sabia ocultar a nobreza da alma e a inteligência, que, apesar de pouco cultivada, deu exuberantes provas de força. Para justa e nobre perpetuidade de sua memória falecendo o pai de seus netos, foram-lhe estes novos filhos, aos quais proporcionou a melhor educação possível</i> " (<i>Dezenove de Dezembro, 22/maio/1879</i>);
Residência	Vila do Príncipe
Casamento / Família	Casado com Rita Theresio; Viúvo em 1854;
Educação / Profissão	Negociante, morador no 6º quarteirão da Vila do Príncipe;
Cargos públicos	Vereador e juiz de Paz na Vila do Príncipe [1865/68]; Deputado provincial [1864/65, 66/67];
Partido Político	Liberal
Títulos	

NEGRÃO, 1926, vol.1, p.477; Lista de votantes, Vila do Príncipe, 1854; *Dezenove de Dezembro, 22/maio/1879*;


74. Francisco Theresio Porto (Netto)

Nasc/Morte	Lapa, 9/ago/1849 – Lapa, 1889 = 40 anos
Residência	Vila do Príncipe
Casamento / Família	<i>Título Carrascos dos Reis</i> ; Casou com Rita Westphalen [2/fev/1877], filha de Eugênio Westphalen (de Berlim) e residente na Lapa desde 1830 (incorpora-se ao <i>Título Rodrigues de França e Título Pereira Braga</i>); ela é irmã do Dr. Emydio Westphalen (deputado provincial); e Emydio Westphalen casou com a irmã de Francisco Theresio Porto, Joaquina de Paula Xavier em sua primeira núpcias; O Dr. Francisco Theresio Porto era filho de Joaquim de Paula Xavier (tenente da guarda nacional na Vila do Príncipe, em 1857; <i>eleitor</i> na Vila do Príncipe [1857/60]) e de d. Josepha Maria da Luz Xavier, filha de Francisco Theresio Porto (NICOLAS, 1954, p.99-100);
Educação / Profissão	Engenheiro civil, Escola Central do Rio de Janeiro [1875] e industrial; poeta e prosador;
Cargos públicos	Engenheiro e diretor das Obras Públicas; Encarregado das obras da cadeia da Lapa [1871]; Deputado provincial [1880/81, 86/87]; pertenceu a associação literária lapeana; Diretor do serviço da colonização russa;
Partido Político	Liberal; depois, Conservador, aliando-se ao Dr. Manoel Eufrásio Correia
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.* 1926, vol.1, p.478; NEGRÃO, *op.cit.* 1928, vol.3, p.531; NICOLAS, 1954, p.99-100

75. Francisco Xavier da Silva

Nasc/Morte	Castro, 2/abr/1838 – Castro, 22/jun/1922 = 84 anos
Residência	Castro
Casamento / Família	<i>Título Xavier da Silva</i> – Filho de David Antonio Xavier da Silva e Generosa Monte Carmello; Francisco Xavier da Silva permaneceu solteiro.
Educação / Profissão	Bacharel em Direito, São Paulo [turma de 1860]; Neto de fazendeiros em Castro; Libertou 1 escravo (<i>Dezenove de Dezembro, 25/fev/1885</i>).
Cargos públicos	Inspetor da estrada da mata [1857]; <i>Eleitor</i> em Castro [1863/67; 67/68]; Deputado provincial [1862/63, 64/65, 80/81]; juiz municipal e de órfãos do termo de Castro [1868]; Ven. da Loja Prov. Fraternidade Castrense [1877]; <i>República</i> : Prefeito de Castro [1896/1900]; Deputado estadual [1897/98; 99, sendo presidente da assembleia em 98/99]; Governador do Paraná por três mandatos [25/fev/1892 a 18/abr/1893, sendo seu vice, Dr. Vicente Machado; pós revolução federalista, retornam à administração do estado, de 19/jun/1894 a 25/fev/1896; reeleito de 25/fev/1900 a 25/fev/1904; reeleito de 26/abr/1908 a 25/fev/1912]; Senador [1905/1908 e 1916/22];
Partido Político	Liberal


	<i>República</i> : Partido Republicano Federal (aliado a Vicente Machado), depois Partido Republicano Paranaense
Títulos	
Figura	 <p>Francisco Xavier da Silva – Secretaria de Estado do Governo – PR http://www.seeg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=35</p>

NICOLAS, 1958, p.127-131; NEGRÃO, *op.cit.*, 1950, vol.6, p.342; Boletim do Grande Oriente do Brasil - 1871 a 1899; CARNEIRO, 1963, p.459; GOULART, 2008, p.162-166;

Dr. Francisco Xavier da Silva será um dos mais importantes políticos do Paraná durante a República. Entretanto, como entender todas as atividades políticas que o Dr. Xavier da Silva assumirá durante a República, sendo que no período imperial não há indícios de que ele seja um “grande líder”, como foram Generoso Marques dos Santos e Vicente Machado, os dois principais políticos do início do período republicano no Paraná? Ao surgir o novo regime política, sob a liderança do Dr. Vicente Machado, este teria chamado o Dr. Xavier da Silva, de Castro, para compor junto com este novo grupo, e no qual será nomeado governador do Paraná em 25/fev/1892, tendo como vice-governador o próprio Dr. Vicente Machado, momento em que assumia a presidência do Brasil o Marechal Floriano Peixoto (numa visível aliança política, que depôs do governo do Paraná o Dr. Generoso Marques dos Santos). Dr. Xavier da Silva fica no cargo até 18/abr/1893, retirando-se para tratamento de saúde, e ficando em seu lugar o Dr. Vicente Machado que terá de enfrentar a Revolução Federalista, na qual se discute ainda hoje a polêmica deste governo ter “abandonado a cidade” de Curitiba, por motivos de falta de segurança, mas com a volta da legalidade os dois governantes retornam à cena política, e muitos dos que ficaram em Curitiba “para defendê-la” foram considerados traidores da pátria, como o barão de Serro Azul, fuzilado em 20/maio/1894, sem julgamento. Outros para não serem condenados exilaram-se, como é o caso do próprio Dr. Generoso Marques dos Santos, Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota Junior, Dr. Emydio Westphalen entre outros, que serão anistiados no próximo governo, do presidente da República Prudente de Moraes. O Dr. Xavier da Silva ainda será eleito deputado estadual em dois mandatos, 1897/98 e 1899, sendo presidente da assembleia legislativa em 1898 e 1899. E será reeleito governador do Paraná em mandato de 25/fev/1900 a 25/fev/1904, sendo seu vice, Dr. Vicente Machado, que assumirá o governo na próxima legislatura, 1904 a 1907. Com a morte do chefe político Dr. Vicente Machado em 1907, haverá uma coligação dos dois únicos partidos políticos existentes no Paraná, na qual Dr. Xavier da Silva será um dos líderes, formando o Partido Republicano Paranaense. E, por manobras políticas com os “novos aliados” e “ex-oposicionistas” como o Dr. Generoso Marques dos Santos, o Dr. Xavier da Silva será o escolhido pela coligação para ser o próximo governador, de 26/abr/1908 a 25/fev/1912 (em seu terceiro mandato) em detrimento da candidatura do Dr. João Candido Ferreira. Também foi eleito duas vezes Senador, a primeira, quando fica de fora do governo do Paraná, entre 1905 a 1908 e a segunda, de 1916 a 1922, ano de seu falecimento. Sua experiência e idade no tempo da República lhe trouxeram apelidos como “o velho” e “o monge” (GOULART, 2008, p.162-166 e p.177-183). Seria, então, o Dr. Xavier da Silva apenas uma “marionete” dos líderes políticos Dr. Vicente Machado e depois do Dr. Generoso Marques dos Santos? O ex-deputado estadual Ottoni Maciel teria dito que o Dr. Xavier da Silva teria falecido no ostracismo, “abandonado pelos que elevou ao poder e quase que esquecido da multidão ignara” (MACIEL, *Bastidores da política*, in: GOULART, 2008, p.166). Este fato do “ostracismo” reforçaria a ideia de que o Dr. Xavier da Silva apenas servia aos interesses de outros na condução das atividades políticas? Ou, ao contrário, Dr. Xavier da Silva seria um político vitorioso, capaz de impor sempre seu nome para os principais cargos eletivos do período? Uma pequena biografia do Dr. Xavier da Silva escrita por seu contemporâneo, o historiador Romário Martins, é bastante vaga. Este destaca um político “acima dos interesses” partidários, o que não parece ser real, e de um governante bastante ativo, que realizou muitas obras públicas, porém com poucos recursos e dívidas deixadas por seus antecessores, que por sua vez, seria ele mesmo e o Dr. Vicente Machado, portanto, culpa de sua própria administração. Esta pequena e vaga biografia está em Francisco Negrão (NEGRÃO, 1950, vol.6, p.342-343). Conclui-se que, o Dr. Francisco Xavier da Silva, seria um político que muito mais serviu a interesses de lideranças mais ativas como a do Dr. Vicente Machado e depois do Dr. Generoso Marques, sendo parte de um jogo político maior do qual era apenas uma peça importante. Tanto que ao nomearem uma das ruas do centro da cidade de Curitiba o identificam como Senador Xavier da Silva e não como governador.

76. Frederico Guilherme Virmond Junior

Nasc/Morte	Rio de Janeiro, 20/maio/1829 – ? = ?
Residência	Guarapuava
Casamento /	Filho de Frederico Guilherme Virmond (alemão) [faleceu na Lapa em 3/ago/1876] [veio

Família	ao Brasil em 1818, trabalhando no ramo de comércio no Rio de Janeiro] e Maria Izabel de Quadros Andrade [falecida em 25/out/1872], casados no Rio de Janeiro [em 1825], filha do tesoureiro do El Rei, o português Manoel Ferreira de Andrade [que veio ao Brasil em 1808]; migram para o sul do Brasil, por motivos de saúde, com três filhos e escravos, passando a residir na Vila do Príncipe, na qual abriria uma olaria e logo ficaria sócio de seu patrício Westphalen [1829]; o pai era também músico, pintor, entendia de medicina, escultor, arquiteto, possuía livros; Virmond Junior incorpora-se ao <i>Título Carrascos dos Reis</i> (vol.1). Casado com Maria do Belem Virmond, em Guarapuava. Cunhados deputados: Sua irmã Carolina casa com Manoel Marcondes de Sá; sua irmã ??? casa com Emygdio Westphalen; além de outras famílias como Suplicy, Taques, Queiróz,...
Educação / Profissão	Formado em Farmácia na escola de Medicina da Corte, RJ, mas nunca exerceu a profissão; alforriou 11 escravos [1885]; Abastado fazendeiro em Guarapuava; músico;
Cargos públicos	Delegado de polícia em Guarapuava [1856]; Juiz de paz em Guarapuava [1858; 65/68]; <i>Eleitor</i> em Guarapuava [1861/63]; Vereador em Guarapuava [1861/64; 83/86]; suplente de juiz municipal em Guarapuava [1880]; Deputado provincial [1882/83, 84/85]; Tenente coronel; <i>República</i> : Deputado estadual [1904/05; 1907; 1908/09];
Partido Político	Liberal
Títulos	
Figura	 (Figura do pai)

Lista de votantes, Guarapuava, 1858; NEGRÃO, *op.cit.* 1926, vol.1, p.407-8; CARNEIRO, 1976;


77. Gregório José Lopes Nunes (Padre)

Nasc/Morte	Sul do Brasil [?] – Rio de Janeiro, 13/fev/1882 = ?
Residência	Paranaguá
Casamento / Família	
Educação / Profissão	Padre; Presbítero do Hábito de São Pedro (clero secular) [1851]; Cônego [1856]; possuía escravos em São Francisco do Sul, SC;
Cargos públicos	Vigário em São Francisco do Sul e região litorânea catarinense [1836/39]; Pároco em Paranaguá [1842/48]; Membro da Irmandade de São Pedro [1851]; Vigário no Rio de Janeiro [1851/54]; Vigário Colado em Paranaguá [1856/63] e Inspetor da instrução pública em Paranaguá [1857]; Deputado provincial do Paraná [1862/63]; Pároco da freguesia de São José do Rio Preto e depois de Nossa Senhora da Conceição do Porto das Caixas, Rio de Janeiro [1867/71];
Partido Político	Liberal
Títulos	

A *Matriz de Paranaguá*: http://www.ihgp.com.br/a_matriz_de_paranagua.pdf (Acesso: 20/dez/2012). Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (1851 e 1854); Informativo: *O Apóstolo*, Rio de Janeiro [publicações de 1866 a 1901];


78. Henrique de Beaurepaire Rohan

Nasc/Morte	Niterói, 1812 – Rio de Janeiro, 1894 = 82 anos
Residência	Curitiba
Casamento / Família	De origem francesa;
Educação / Profissão	Engenheiro; Academia Militar; Funcionário de carreira no Exército brasileiro.
Cargos públicos	Engenheiro da província do Paraná [1855]; Deputado provincial do Paraná [1855, assume como suplente] e Vice-Presidente da Província [27/jul/1855 a 01/mar/1856]; Militar; político; chegou a ser Marechal no início da República.
Partido Político	Liberal
Títulos	Grã-cruz da Imperial Ordem de Avis, dignitário da Imperial Ordem da Rosa [maio/1864]

	e comendador da Imperial Ordem de Cristo. Visconde.
Figura	

NICOLAS, 1954, p.71-72;

79. Hypólito Alves de Araujo

Nasc/Morte	Morretes, ? – Genebra, Suíça, 1900 = ?
Residência	Palmeira
Casamento / Família	Irmão dos deputados provinciais Antonio Alves de Araujo e Manoel Alves de Araujo; Casado com sua sobrinha, Emilia Marcondes Alves de Araujo, filha do Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá.
Educação / Profissão	Foi educado na Alemanha
Cargos públicos	Coronel da Guarda Nacional; Deputado provincial [1882/83, 84/85]; exerceu outros cargos de eleição e nomeação; Brigadeiro;
Partido Político	Liberal
Títulos	Comendador da Ordem da Rosa;
Figura	 Disponível em: http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/LojaPRate1973/0214_Hist_Loja.htm

NEGRÃO, F. *op.cit.*, 1926, Vol.1, p.397; NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.81-2; NEGRÃO, F. *op.cit.*, Vol.5, p.270-271;


80. Ignácio Alves Correia Carneiro

Nasc/Morte	Curitiba, 1842 - ? = ?
Residência	Curitiba
Casamento / Família	Filho de Manoel Alves Correia Carneiro; casado;
Educação / Profissão	Empregado público; Sócio do Clube Curitiba [1881];
Cargos públicos	Secretário da Câmara Municipal de Curitiba [1877]; membro da Sociedade de Aclimação, em Curitiba [1878]; Deputado Provincial [1878/79] e 2º Secretário;
Partido Político	Conservador
Títulos	

O Paranaense, Curitiba, 23/dez/1877; Lista de votantes de Curitiba, 1876;

81. Ildelfonso Pereira Correia (barão de Serro Azul)

Nasc/Morte	Paranaguá, 6/ago/1845 – Piraquara, 20/maio/1894 = 49 anos
Residência	Antonina; Curitiba [pós 1880];
Casamento / Família	Filho de Manoel Francisco Correia Júnior, deputado provincial do Paraná, irmão do Senador Manoel Francisco Correia e dos deputados provinciais Joaquim Severo Correia e João Ferreira Correia; Casou em 24/dez/1871 com Maria José Correia, nascida a 19/abr/1853, irmã do deputado provincial, médico Dr. Leocádio José Correia, de Paranaguá; filha de Manoel José Correia (falecido em Paranaguá em 4/ago/1875) e Gertrudes Pereira Correia (falecida em 30/nov/1882) (Título Pereiras, vol.6).
Educação / Profissão	Conclui seus estudos e passa a trabalhar no comércio na região da Prata; fundou o Clube Curitibano [1882]; fundou a Associação Comercial do Paraná [1890]; Negociante; Industrial da erva mate; Trabalha na região da Prata com o comércio; volta para o Paraná [1869]; industrial da erva mate e da madeira; Fábrica de beneficiar erva mate em

	Antonina [1874]; e outra fábrica em Curitiba, com máquinas aperfeiçoadas [1878]; foi na década de 1880 o maior exportador de erva-mate paranaense; Serraria a vapor em Piraquara; montou a Impressora Paranaense;
Cargos públicos	Juiz de paz em Antonina [1873/76]; Deputado provincial [1882/83, 88/89]; Camarista e Presidente da Câmara de Curitiba; participava das exposições de produtos no Brasil e exterior; vice-presidente da província do Paraná [1889]; morre em 1894, por ser considerado traidor na Revolução Federalista, defendendo a cidade de Curitiba;
Partido Político	Conservador
Títulos	Comendador da Ordem da Rosa [31/ago/1880]; Barão de Serro Azul [8/ago/1888];
Figura	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.300-3; NEGRÃO, *op.cit.*, 1950, vol.6, p.262;

82. Isaiás Ribeiro de Andrade e Silva (Padre)

Nasc/Morte	Curitiba, 8/fev/1797 – Curitiba, 10/dez/1866 = 69 anos
Residência	Curitiba
Casamento / Família	Consta ser o pai do deputado provincial Benedicto Enéas de Paula; (por ocasião do falecimento do padre Isaiás, que era um importante político paranaense, publica-se uma nota no jornal <i>Dezenove de Dezembro</i> , de 12/dez/1866, pela “dor do passamento do Revm. Isaiás Ribeiro de Andrade e Silva, [Benedicto Enéas de Paula] agradece a todos os seus amigos que se associaram a sua dor (...)”.
Educação / Profissão	Padre [1819]; Levava tropas do Rio Grande do Sul para Sorocaba;
Cargos públicos	Vigário em Caçapava, RS [1826/27]; Vigário em Araucária (Yguassu) [1851] e pároco com a criação da Paróquia Nossa Senhora dos Remédios de Yguassu [22/fev/1855/57]; Vigário em Curitiba; Deputado provincial [1858/59, 60/61, 62/63, 66];
Partido Político	Liberal
Títulos	Comendador da Ordem de Cristo;

NICOLAS, 1954, p.87;

83. Jayme de Oliveira Franco e Souza

Nasc/Morte	Morretes, PR, 13/jun/1841 – Porto Alegre, RS, maio/1918 = 77 anos
Residência	Curitiba
Casamento / Família	James Franco de Souza ou James de Oliveira Franco e Souza – <i>Título Oliveira Cardoso</i> (vol.4); filho de Manoel Joaquim de Souza e Carlota Angelica de Oliveira Franco e Souza, irmã do Brigadeiro Manoel de Oliveira Franco e João de Oliveira Franco. Casado com Angelica Candida Macedonia Franco [18/maio/1868], Cachoeira, Rio Grande do Sul, filha de Leonardo da Costa Carvalho Macedonia, natural de Portugal e Virginia Villela Macedonia, natural de Alegrete;
Educação / Profissão	Bacharel em Direito, faculdade de São Paulo [25/nov/1864]; Advogado;
Cargos públicos	Vai formado para o Rio Grande do Sul [1864] e nomeado Promotor Público de Rio Pardo [1865] e depois Juiz Municipal da Comarca de Alegrete [1866]; Voltou para Rio Pardo como Juiz Municipal e depois Cachoeira [1870/71]; vem para o Paraná e é eleito Deputado provincial [1872/73]; volta ao Rio Grande do Sul, como Juiz de Direito da Comarca de Passo Fundo [7/set/1875 a nov/1878]; e juizado de Santa Maria [nov/1878 a nov/1880]; Chefe de Polícia do RS; e Juiz de Direito de Rio Pardo [1881/87]; Juiz de Direito de Cachoeira, RS [1887/92]; Desembargador do Superior Tribunal do Estado de Rio Grande do Sul [1893] e seu Presidente [1895/1914]; Aposentado [31/maio/1914]; Grão Mestre da Maçonaria Rio Grandense e Fiscal do governo federal junto à Faculdade de Direito de Porto Alegre, RS.
Partido Político	Conservador? (por se eleger numa chapa conservadora – 1972/73)
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1929, vol.4, p.567-574;

84. João Baptista Brandão de Proença

Nasc/Morte	Curitiba, 1815 – Curitiba, 27/ago/1891 = 76 anos
Residência	Curitiba
Casamento / Família	João Baptista Brandão de Proença – Título Brandão de Proença (vol.6.) sendo a origem desta família; casado com Theolinda Affonso Brandão, em Curitiba. Ela é filha de Manoel Affonso Ennes e de Maria de Jesus Ennes (4 filhos); Sogro do médico e deputado provincial Dr. José Joaquim Franco do Valle; Seu filho João Baptista Brandão de Proença Filho irá casar com Maria Clara Pinheiro [23/set/1880], filha de José Ferreira Pinheiro (<i>eleitor</i> e vereador em Paranaguá);
Educação / Profissão	Professor; Guarda nacional; cargos públicos; escreveu uma Gramática da Língua Portuguesa;
Cargos públicos	Professor [1835/1860]; Autor da letra do hino do Paraná cantada em 1853, por ocasião da instalação da Província do Paraná; Membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento em Curitiba [1856]; juiz de paz em Curitiba [1857/60] e vereador; capitão da Guarda Nacional, oficial maior da secretaria do governo; Deputado provincial [1858/59; 61]; secretário do governo e oficial maior [1863]; <i>Eleitor</i> em Curitiba [1867/68]; Suplente de juiz municipal em Curitiba [1870], Agente de colonização para imigrantes em Curitiba [1873/82]; 2º procurador fiscal do tesouro provincial [1884/85];
Partido Político	Liberal
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, vol.6, 1950, p.129-131; Dicionário Histórico-biográfico do Paraná, 1991;

85. João Baptista Ferreira Bello (Padre)

Nasc/Morte	Nasc. 1829 – São José dos Pinhais, 7/out/1884 = 55 anos
Residência	Curitiba; São José dos Pinhais;
Casamento / Família	Incorpora-se ao <i>Título Rodrigues de França</i> – por parte da mãe: Balbina Maria do Nascimento, casada com o capitão Joaquim José Ferreira Bello; Tiveram nove filhos, sendo dois padres e ambos deputados: Lourenço Justiniano Ferreira Bello e João Baptista Ferreira Bello;
Educação / Profissão	Padre;
Cargos públicos	Vigário de São José dos Pinhais, Votuverava e Curitiba; Registra as terras em São José dos Pinhais [1854/55] e Inspetor da instrução pública em São José dos Pinhais [1854]; Deputado provincial [1858/59, 80/81]; Arrecada dinheiro para reparos na Matriz de São José dos Pinhais [1857]; Nomeado Delegado Especial do Inspetor Geral da Instrução Pública da Corte, no Paraná [26/jun/1879 até seu falecimento em 1884]; suplente de juiz municipal em São José dos Pinhais [1880];
Partido Político	Liberal
Títulos	Cavaleiro da Ordem de Cristo [31/ago/1880];

NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.398;

86. João Baptista Lustosa Ribas

Nasc/Morte	Nasc. ? – Falecido em 1926 = ?
Residência	Ponta Grossa
Casamento / Família	Francisco Negrão diz ser João Baptista Lustosa Ribas <i>de Andrade</i> (Laluca), deputado provincial, casado com Anna Rosa Guimarães Ribas. Falecido em 1926. Irmão do comendador Augusto Lustosa de Andrade Ribas, também deputado provincial, camarista e presidente da câmara de Ponta Grossa; Eram filhos de Francisca Leocadia Lustosa de Andrade Ribas, casada em Curitiba, 20/maio/1844, como brigadeiro Manoel Ferreira Ribas, natural de Castro, deputado provincial, 1874/75, 76/77 e 78/79, filho de Benedito Mariano Ribas e Maria Ferreira do Nascimento Ribas.... Foram os membros desta família os fundadores de Pitangy, Ponta Grossa. Sua mãe (Francisca Leocadia) era filha do tenente coronel Ricardo Lustosa de Andrade e de Francisca das Chagas Carrão, falecida a 8/nov/1870, filha do português capitão Antonio José da Silva Carrão e Anna Maria Cortes; enfim, há uma intrincada rede de parentesco nesta família.
Educação /	

Profissão	
Cargos públicos	Juiz de paz em Ponta Grossa [1877/80; 83/86]; Deputado provincial [1884/85];
Partido Político	Conservador
Títulos	-

NEGRÃO, *op.cit.* 1927, vol.2, p. 251;


87. João de Abreu Sá Sotto-Maior (Padre)

Nasc/Morte	Curitiba, 1795 – Curitiba, 24/dez/1857 = 62 anos
Residência	Curitiba
Casamento / Família	<i>Título Xavier Pinto</i> (vol.4); “Padre João de Abreu Sotto-Maior Araujo, foi vigário de Curitiba, onde nasceu e faleceu. Em 1856 foi nomeado pelo governo imperial para o lugar de Alferes-capelão do exército. Pertenceu a governança municipal de Curitiba e foi membro da assembleia provincial” (NEGRÃO, 1929, p.356); Seu irmão capitão João de Sá Sotto-Maior, falecido em 24/dez/1857, teve 7 filhos; Eles eram filhos de Anna Maria Ferreira Bueno e do coronel Ignacio de Sá Sotto-Maior, português; tiveram 6 filhos - a família Sotto-Maior forma também uma intrincada rede familiar no Paraná.
Educação / Profissão	Padre
Cargos públicos	Deputado provincial de São Paulo [1838/39, suplente]; Deputado provincial [1855, assume como suplente; 1857, assume como suplente; e 1858/59, mas vem a falecer antes de assumir o cargo]; vereador em Curitiba [1855/57]; Alferes porta bandeira, da Guarda Nacional [1857];
Partido Político	Liberal
Títulos	-

NEGRÃO, *op.cit.*, 1929, vol.4, p.356; NEGRÃO, 1954, p.732;

88. João de Oliveira Franco

Nasc/Morte	Curitiba, ? – Rio Negro, 26/mar/1876 = ? “Faleceu na vila do Rio Negro, ao dia 26 do corrente o comendador João de Oliveira Franco, filho desta província e chefe de uma respeitável família. O ilustre finado viveu rodeado de prestígio e deixou numerosos amigos. À sua Exma. família endereçamos os nossos sinceros pêsames” (<i>Dezenove de Dezembro</i> , 1/abr/1876). Mandam-lhe celebrar missa, ao parente e amigo, José Correia de Bittencourt e Mathias Tabora Ribas, e seu sobrinho Adolpho Ribas de Oliveira Franco.
Residência	Curitiba; Rio Negro (pós 1869);
Casamento / Família	<i>Título Oliveira Cardoso</i> (vol.4); Filho do português João Gonçalves Franco (chegou a ser presidente da Câmara de Curitiba) e de Escolástica Angélica Bernardino; Irmão do Brigadeiro Manoel de Oliveira Franco; e da esposa do Caetano José Munhoz, d. Francisca Candida de Assis Franco; e cunhado do Tenente Coronel Antonio Ricardo Lustosa de Andrade, casado com sua irmã Gabriella Franco; Casado com Maria Rosa de Loyola [26/set/1844], filha do Tenente José Ignacio de Loyola e Guiomar Francisca da Silva;
Educação / Profissão	Cargos públicos
Cargos públicos	Deputado provincial de São Paulo [1850/51]; Deputado provincial do Paraná [1856/57, 70/71, 72/73]; Inspetor da estrada de Curitiba ao alto da serra (Itupava) [1857]; inspetor da estrada da Mata, desde a vila do Príncipe até a divisa da província [21/mar/1868]; nomeado administrador do registro do Rio Negro [26/jun/1869]; Eleito presidente da 1ª Câmara municipal da Vila de Rio Negro, emancipada pela lei provincial n.º 219, de 2/abr/1870, Vereador [1870/72; 73/76]; <i>Eleitor</i> por Rio Negro [1869/70]; Inspetor paroquial das escolas do Rio Negro [até 1875];
Partido Político	Conservador (Chefe político em Rio Negro)
Títulos	Comendador da Ordem da Rosa (Oficial) [1849];

Figura	 <p>Comendador João de Oliveira Franco (Fonte: "Centenário da Colonização Alemã Rio Negro-Mafra". Curitiba: Edit. Olivero, 1929, p. 68) in: http://caetanojosemunhoz.blogspot.com.br/2012/08/6_2952.html</p>
--------	--

NEGRÃO, *op.cit.*, 1929, vol.4, p.578;

89. João de Souza Dias Negrão (filho)

Nasc/Morte	Morretes, 19/dez/1833 – Curitiba, 2/abr/1887 = 53 anos
Residência	São João da Graciosa, Morretes; Curitiba (pós 1884);
Casamento / Família	<i>Título Rodrigues de França</i> – Casado com Maria Francisca da Luz Negrão [24/nov/1866], de Antonina, filha de Maria Francisca da Luz Gomes e do capitão Manoel Cordeiro Gomes, neta materna do sargento-mór Antonio Ricardo dos Santos, o velho. Ele era filho de João de Souza Dias Negrão, o velho, natural de Portugal (torna-se comerciante e industrial da erva mate) e de Rita Maria Lustosa de Andrade Negrão, filha do sargento-mór Ignácio Lustosa de Andrade (<i>Título Rodrigues de Seixas</i>); Irmão do deputado provincial Ricardo de Souza Dias Negrão;
Educação / Profissão	Cargos públicos e industrial da erva mate;
Cargos públicos	Exerceu muitos empregos de nomeação do governo e eleição popular: Escrivão do juiz Municipal de Curitiba e 2º Tabelião de Notas [1852]; Administrador da Barreira de Itararé, Tabelião de notas desta cidade [1852/53]; Coletor da cidade da Lapa e amanuense da secretaria do governo [1855]; Oficial da Secretaria do Governo da Província [1856/57]; Escrivão da Coletoria da Capital [1858 a fev/1860], demitido por motivos políticos; Secretário da Repartição de Estatística [1863]; Escrivão e depois Administrador da Barreira da Graciosa, cargo na qual se aposentou [1863/77]; Deputado provincial [1874/75]; ocupa-se do beneficiamento da erva-mate e da lavoura; Inspetor escolar na Vila de Porto de Cima; Muda-se para Curitiba [31/jan/1884];
Partido Político	Conservador
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1927, vol.2, p.184-212;

90. João Eugênio Gonçalves Marques

Nasc/Morte	Paranaguá, 1855 – Faleceu em 19/jan/1924 = 69 anos
Residência	Paranaguá
Casamento/ Família	Filho do Capitão João Gonçalves Marques e Rita de Mendonça Marques; por esta, neto de Manoel Francisco de Mendonça e Maria Eugenia; bisneto pela parte materna de Antonio Francisco de Mendonça e Joanna Rosa da Trindade; Casado com Josephina de Lacerda Marques, filha do industrial e agricultor de Paranaguá, coronel José Bento de Lacerda e Lydia Josepha de Lacerda.
Educação/ Profissão	Industrial; exportador de madeira [a partir de 1880]; Sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná;
Cargos públicos	Vereador e Presidente da Câmara de Paranaguá; Deputado provincial [1886/87]; concessionário da empresa de bondes de Paranaguá ao Rocio; <i>República</i> : Deputado estadual [1922/23; 24/25]; Seu filho Plínio Gonçalves Marques será deputado estadual [1916/17; 18/19; 20/21] e deputado federal;
Partido Político	? – o pai era vereador em Morretes pelo partido liberal; porém, Manoel Gonçalves Marques é chefe do partido conservador e seu pai se elege junto com ele; seu sogro elege-se pelo partido conservador;
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.105;


91. João Ferreira Correia

Nasc/Morte	Paranaguá, 15/jun/1838 – Rio de Janeiro, 14/dez/1872 = 34 anos
Residência	Paranaguá; Curitiba

Casamento/ Família	<i>Título Rodrigues de França</i> – Filho do comendador Manoel Francisco Correia Junior; Casado com Carolina Pereira Correia, filha do major Manoel Antonio Pereira e Lourença Laurinda Correia (neta de Manoel Francisco Correia, o Velho); casado com sua prima; tem um filho de mesmo nome, João Ferreira Correia, residente em Curitiba [nascido em 1862, negociante em Curitiba];
Educação/ Profissão	Funcionário público; comerciante em Paranaguá e Curitiba de roupas, perfumes e outros [1871];
Cargos públicos	Alferes porta bandeira do 4º batalhão de infantaria de Paranaguá; Nomeado tesoureiro da alfândega de Paranaguá [20/fev/1858 a 5/nov/1862]; depois viaja ao Rio de Janeiro com sua esposa, 2 escravos e uma criada [1862] e também a Pernambuco [provavelmente, seguindo seu irmão Manoel Francisco Correia, nomeado presidente da província de Pernambuco]; Deputado provincial [1872];
Partido Político	Conservador
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.297; jornal *Dezenove de Dezembro*, várias edições;

92. João José Pedrosa

Nasc/Morte	Curitiba, 3/fev/1845 – Belém, Pará, 1882 = 38 anos
Residência	Curitiba
Casamento/ Família	<i>Título Laynes</i> (vol.6, p.75-76); Solteiro; Filho do comerciante português Joaquim José Pedrosa e Maria Costa Pinto Pedrosa. Irmão: Joaquim José Pedrosa (com cargos públicos na província; deputado estadual 1892; 94/95).
Educação/ Profissão	O pai era comerciante em Curitiba, Sr. Joaquim José Pedrosa [porém, era do partido conservador]. Família numerosa e de posses modestas fez com que João José Pedrosa tivesse de trabalhar enquanto era estudante. Aos 12 anos foi ao Rio de Janeiro fazer o preparatório e já em 1861 iniciava o curso de Direito em S. Paulo. Bacharel em Direito, São Paulo [27/nov/1865]; turma: Generoso Marques dos Santos; João José Pedrosa; Joaquim Ignácio Silveira da Motta Junior; Ubaldino do Amaral; Tristão Cardoso de Menezes, José dos Santos Pacheco Lima; José de Souza Ribas; Advogado e cargos públicos; Em 1874 tinha um escritório de advocacia em conjunto com Sérgio Francisco de Souza Castro. Redator do periódico <i>Imprensa Livre</i> ;
Cargos públicos	Procurador fiscal, inspetor do Tesouro provincial [1866/67]; <i>Eleitor</i> de Curitiba [1867/68]; Deputado provincial [1868/69], Vereador e presidente da câmara de Curitiba [1873/76], momento em que travou acalorados debates com outros políticos e realizou obras na cidade de Curitiba; Presidente da província de Mato Grosso [1878]; nomeado comandante superior da Guarda nacional de Curitiba e São José dos Pinhais [1880]; presidente da província do Paraná [4/ago/1880 a 3/maio/1881, sendo o 1º paranaense a exercer este cargo e época em que recebeu o Imperador D. Pedro II]; inspetor da tesouraria do Paraná [1881/82]; Presidente da província do Pará [Nomeado em 29/jan/1882], onde prematuramente faleceu [com 38 anos], quando no exercício desse cargo, a 15/maio/1882; o dicionário histórico-biográfico destaca os benefícios que proporcionou quando presidente da câmara de vereadores de Curitiba, presidente da província do Mato Grosso, do Paraná e do Pará; E, por ocasião de seu falecimento, o jornal <i>Dezenove de Dezembro</i> publica uma nota de pesar que ressalta que o Dr. João José Pedrosa “distingue-se pelo bom senso e pela maneira porque zelou dos assuntos públicos, sem nunca ofender, pela tolerância, os direitos dos adversários políticos”. Porém, sua vida, ao contrário, foi exemplo de “radicalismo” em favor dos princípios liberais;
Partido Político	Liberal
Títulos	Comendador da Ordem da Rosa [31/ago/1880]
Figura	 Dr. João José Pedrosa


NICOLAS, 1954, p.108-9; NEGRÃO, *op.cit.*, 1950, vol.6, p.75-76; CARNEIRO, 1963, p.257-260; Hemeroteca Digital Brasileira; Dicionário Histórico-biográfico, 1991, p.341-342;

93. João Luiz de França Miranda

Nasc/Morte	Curitiba, 1843 – Ouro Preto, MG, 1886 = 43 anos OU Rio de Janeiro, 09/set/1893 = 50 anos
Residência	Curitiba; Ouro Preto, MG;
Casamento/ Família	Filho do deputado e vice-presidente da província do Paraná, Manoel Antonio Ferreira e Florinda Maurícia de Sá Ribas; Casado com Francisca América de França Miranda, em 28/nov/1860, no Rio de Janeiro;
Educação/ Profissão	Bacharel em Direito; Magistrado;
Cargos públicos	Deputado provincial [1864/65]; Juiz de Direito em Niterói, onde constituiu família; Juiz de Direito em Ouro Preto, MG;
Partido Político	Liberal
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.* 1926, vol.1, p.553

94. João Manoel da Cunha

Nasc/Morte	Santa Anna do Livramento, RS, 1/fev/1821 – Curitiba, 1/ago/1887 = 66 anos
Residência	Paranaguá [até 1853]; Curitiba [1854/87];
Casamento/ Família	Incorpora-se ao <i>Título Rodrigues da Cunha</i> – casa com Maria Elisa da Cunha. Ele é filho do Coronel João Manoel da Cunha (comandante da fronteira em Santa Anna do Livramento) e Gertrudes Maria da Cunha; Pai de Brasília Itiberê da Cunha, João Manoel da Cunha Junior, João Celso da Cunha, padre Celso Cesar da Cunha, Henrique Itiberê da Cunha, Maria da Cunha (casada com João Luz).
Educação/ Profissão	Direito, em São Paulo, sem concluir, advogado provisionado [tinha escritório junto com o Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro, em 1862 em Curitiba]; professor; escreve relatórios sobre a instrução pública paranaense; músico e compositor sacro;
Cargos públicos	Com a família, vieram residir em Paranaguá [1836]; Ele estudou Direito na Faculdade de São Paulo por 3 anos tendo de voltar para Paranaguá para cuidar da família, pois o pai havia falecido, não terminando os estudos, mas tirou carta de advogado provisionado; Professor de latim em Francês em Paranaguá [até 1853]; é transferido para professor em Curitiba, de aritmética e geometria [1853/68]; Nomeado subdelegado de polícia de Curitiba [1856]; Diretor do Recreio Curitibano [1856]; Diretor da Instrução Pública do Paraná nas administrações dos Drs. Frederico J. Abranches, Carlos de Carvalho, Oliveira Bello, Brasilio Machado; Deputado provincial [1862/63; 64/65; 66/67]; Viagem para Europa [1876/77]; Diretor geral da instrução pública [1884]; Procurador dos feitos da Fazenda do Paraná [1887];
Partido Político	Liberal
Títulos	
Figura	 Dr. João Manoel da Cunha

NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.423-426; CARNEIRO, 1963, p.345-7; *Dezenove de Dezembro*, 3/ago/1887 (pequena biografia);

95. João Manoel Ribeiro Vianna

Nasc/Morte	? – Antonina, 11/set/1904 = ?
Residência	Antonina
Casamento/ Família	Filho do comendador Bernardo José Ribeiro Vianna, natural de Vianna de Castella, e de Rosa Maria do Nascimento Vianna; neto materno do “ajudante” José Borges de Macedo e de Rosa de Lima, por esta bisneto do capitão Nicolau Pinto Rebello, o velho e Lourença Floriana de Lima, natural de Paranaguá, falecida com testamento em Curitiba a 18/mar/1860; [...] Casado com Maria Miró Ribeiro Vianna, filha do deputado provincial comendador José Miró de Freitas [1866/67, 74/75]. Incorpora-se ao <i>título Cardoso de Lima</i> ; Filhos: Dr.

	Bernardo Ribeiro Vianna; Erasmo Ribeiro Vianna; Maria Eugênia Vianna Brigido; Catarina Alves Miró, Francisco de Paula Ribeiro Vianna, Maria Rosa Vianna Massa, Philomena Vianna Garcez; sogro do desembargador Ernesto de Lima Santos; tio de Joaquim José Alves (<i>A República</i> , 14/set/1904).
Educação/ Profissão	Comerciante / Negociante de erva-mate; inaugura um engenho modelo de preparo de arroz em Antonina [1886];
Cargos públicos	Vereador em Antonina [1873/76; 77/80]; Membro da irmandade do SS. Sacramento [1869]; Deputado provincial [1884/85, 86/87, 88/89]; <i>República</i> : Deputado Estadual [1891/92];
Partido Político	Liberal <i>República</i> : Partido Republicano Federal (líder Vicente Machado)
Títulos	Comendador Ordem da Rosa [set/1884];

NEGRÃO, *op.cit.*, 1946, vol.5, p.55-56;

96. João de Menezes Dória

Nasc/Morte	Paranaguá, 27/out/1857 – Rio de Janeiro, dezembro/1934 = 77 anos
Residência	Ponta Grossa; Curitiba [a partir de 1889];
Casamento / Família	Filho do professor e advogado provisionado Luiz Tibiriçá da Silva Dória, paulista de Juquiá, e da pianista Adelaide de Menezes, de tradicional família parnaguara, irmã do maestro Bento de Menezes, que era parente dos músicos e irmãos Jacintho Manoel da Cunha e João Manoel da Cunha, e Brasílio Itiberê da Cunha, além de outros músicos da família (NEGRÃO, 1926, vol.1, p.278); Casado em primeiras núpcias com Delfina Machado Leal; e segundas núpcias com Maria Dória;
Educação / Profissão	Estudou em Paranaguá, Curitiba e depois vai ao Rio de Janeiro formar-se Médico [1879] (manteve-se na Corte às suas próprias custas);
Cargos públicos	Médico em Ponta Grossa [a partir de 1881]; Deputado provincial [1888/89]; <i>República</i> : foi oposição ao grupo político de Vicente Machado (também de Ponta Grossa) e ligado a Generoso Marques dos Santos (Partido União Republicana); chegou a ser preso [1890]; redator do jornal “Quinze de novembro” [1890]; Deputado estadual constituinte [1891] e logo deposto; escrevia no jornal “A Federação”; preso novamente [1893]; Na Revolução Federalista foi adepto e coronel dos maragatos, sendo governador do Governo Revolucionário do Paraná [22/janeiro a 26/março/1894]; vai a Buenos Aires, e fica exilado, com a derrota da Revolução; e só voltou para o Brasil após a anistia [1895]; Médico em Curitiba [1903]; Deputado Federal [1906/08]; Redator e proprietário do jornal <i>Tribuna do Paraná</i> ; ajuda a fundar a Cruz Vermelha no Paraná [1917]; exerce a profissão de Médico em Curitiba até seu falecimento;
Partido Político	Liberal <i>República</i> : União Republicana
Títulos	-

VARGAS, 1994, p.125-128; CORRÊA, 2006, p.146-150; Jornal *Rua do Ouvidor*, 7/abr/1900, Rio de Janeiro: Dr. Menezes Dória; FERNANDES, Josué Corrêa. *Dr. João Menezes Dória. Líder maragato no Paraná*, 2001, in: <http://retalhosdahistoria.spaceblog.com.br/1198545/Dr-JOAO-DE-MENEZES-DORIA-LIDER-MARAGATO-DO-PARANA/> (Acesso 20/dez/2012);

97. João Tobias Pinto Rebello

Nasc/Morte	Nasc., 1844 - ? = ?
Residência	Curitiba
Casamento/ Família	Filho de Tobias Pinto Rebello (falecido em Curitiba, 10/jan/1880) e Benedicta Francisca de Assis Andrade (falecida, 23/abr/1845); ela era filha do Sargento-mór Ignacio Lustoza de Andrade e de sua mulher Maria Catharina de Moraes Cordeiro, (NEGRÃO, 3-1 de pág. 116, vol.2). Tobias Pinto Rebello é filho de Lourença Floriana de Lima [<i>Título Cardoso de Lima</i>] e do português capitão Nicolau Pinto Rebello, o velho, falecido em Curitiba em 1836. Tobias Pinto Rebello era vereador em Curitiba [1852]; foi nomeado capitão da companhia avulsa de reserva da guarda nacional de Curitiba [1857] e <i>eleitor</i> em Curitiba [1856/60]; <i>eleitor</i> na vila do Príncipe [1863/67]; Casado com Virgínia de Macedo Rebello, (NEGRÃO, 5-7 de pág. 164, vol. 2). João Tobias Pinto Rebello casa com sua sobrinha Virgília de Macedo Rebello; (filha de Ubaldina Francisca de Assis e Manoel Ribeiro de Macedo Junior); Irmãos: Nicolao Pinto Rebello, José Pinto Rebello (nascido em 1839, casado com

	Francisca dos Santos Rebello, vereador em Curitiba, empreiteiro de obras públicas). Seu filho Annibal Pinto Rebello casa com a filha do coronel Amazonas de Araujo Marcondes, Stella Marcondes Amazonas;
Educação/ Profissão	Negociante / Capitalista
Cargos públicos	Coronel; Major; Vereador em Curitiba [1881/82]; 1º suplente delegado de polícia em Curitiba [1883]; Juiz de paz em Curitiba [1883/86]; Autorizado a colocar <i>trans ways</i> em Curitiba, junto com José Pinto Rebello [1885]; Deputado provincial [1886/87];
Partido Político	Liberal
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1927, vol.2, p.155 e 164; NEGRÃO, *op.cit.*, 1946, vol.5, p.77-78;

98. Joaquim Antonio dos Santos

Nasc/Morte	Morretes, 1822 – 7/dez/1882 = 60 anos
Residência	Morretes
Casamento/ Família	Título Rodrigues de França; ele é filho de Maria dos Anjos e João Antonio dos Santos; Casado em primeiras núpcias com Josepha Pereira Malheiros dos Santos e em segundas núpcias com Escolástica de Moraes. Sua filha Maria dos Anjos Malheiros casa em segundas núpcias com o coronel Joaquim Ventura de Almeida Torres;
Educação/ Profissão	Negociante
Cargos públicos	Major; Vereador em Morretes [1853/56; 1857/60]; Tenente quartel-mestre da Guarda nacional em Morretes [1857]; Deputado provincial [1882/83];
Partido Político	Liberal
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, vol.3, 1928, p.420;

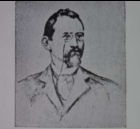
99. Joaquim Antonio Guimarães

Nasc/Morte	Nasc.? – Curitiba, 21/set/1908 = ?
Residência	Morretes
Casamento/ Família	Filho mais velho do Visconde de Nacar (tem o mesmo nome do avô e pai do Visconde de Nacar); Foi casado em primeiras núpcias com Leocadia Pereira Correia Guimarães [nascida a 23/jan/1840 e falecida em Maceió, 21/jul/1882, provavelmente a família estava prestando serviços no Nordeste], filha do Comendador Manoel Francisco Correia Junior e Francisca Antonia Pereira; (sem descendentes); Foi casado em segundas núpcias com sua sobrinha Maria Barbara Leão, filha do desembargador Agostinho Ermelino de Leão; Foi casado em terceiras núpcias com sua sobrinha Maria Francisca Leão.
Educação/ Profissão	Comerciante
Cargos públicos	Tenente coronel; Vereador em Morretes [eleito em 12/ago/1866/68; 69/72]; Deputado provincial [1872/73, 74/75, 76/77];
Partido Político	Conservador
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.165-6


100. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho

Nasc/Morte	Lapa, 13/ago/1847 – Paranaguá, 11/set/1893 = 46 anos
Residência	Curitiba
Casamento/ Família	Filho do padre Inácio de Almeida Faria e Souza (pároco na Vila do Iapó em 1840; de São José dos Pinhais 1843/1853; da Vila do Príncipe em 1860; falecido em Curitiba, em 27/ago/1890). Recebe o nome do tio e padrinho, Joaquim de Almeida Faria, falecido em Curitiba, em 12/set/1870. Incorpora-se ao <i>Título Rodrigues Seixas</i> – casa com Joaquina da Silva Pereira Faria [18/maio/1872], filha do coronel Francisco da Silva Pereira e Constança Bertolina Ribas; neta pela parte materna do Capitão Lourenço Pinto de Sá Ribas (clã Sá Ribas). Cunhado de Leonidia da Silva Pereira, falecida em 6/nov/1882, casada com Caetano Alberto

	Munhoz.
Educação/ Profissão	Bacharel em Direito em São Paulo [1868];
Cargos públicos	Promotor público de Curitiba [1869], promotor na Vila do Príncipe [1870]; inspetor da instrução pública e professor no Liceu Paranaense de diversas disciplinas: história, geografia, inglês, francês e retórica; Deputado provincial [1870/71, 72/73, 82/83, 84/85]; Inspetor da tesouraria provincial [1877]; Vice-presidente da província do Paraná [10/set/1885 a 29/set/1885]; Presidente da província do Paraná [3/maio/1886 a 26/dez/1887]; Juiz de Direito em São José dos Pinhais [1888]; Redator do jornal <i>Gazeta paranaense</i> ; auditor de guerra [1890/93].
Partido Político	Conservador
Títulos	-
Figura	 Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho

NEGRÃO, *op.cit.*, 1927, vol.2, p.447; CARNEIRO, 1963, p.247; Hemeroteca digital;


101. Joaquim Ignácio Silveira da Motta Junior

Nasc/Morte	Curitiba, 24/ago/1844 – Curitiba, 25/mar/1903 = 59 anos
Residência	Curitiba
Casamento/ Família	Filho do Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta e de d. Maria da Conceição Ribas Silveira da Motta (família Sá Ribas); Casado com Etelvina dos Santos de Oliveira Lima [31/maio/1874], natural de Cruz Alta, filha do Dr. José Gaspar dos Santos Lima, bacharel em Direito (falecido em 1862 na Vila do Príncipe como juiz de direito aposentado), que era irmão dos doutores Manoel Pedro e José Pacheco dos Santos Lima, e sobrinha do Coronel David dos Santos Pacheco (Barão dos Campos Gerais). Há a junção de duas grandes famílias com este casamento. Ele também teve um filho de mesmo nome, engenheiro civil, casado com sua prima Maria Amélia; Seus irmãos: Dr. Theodosio Silveira da Motta; Coriolano;
Educação/ Profissão	Bacharel em Direito, São Paulo [27/nov/1865]; turma: Generoso Marques dos Santos; João José Pedrosa; Joaquim Ignácio Silveira da Motta Junior; Ubaldino do Amaral; Tristão Cardoso de Menezes, José dos Santos Pacheco Lima; José de Souza Ribas; Advogado; juiz;
Cargos públicos	Deputado provincial [1872/73]; juiz municipal e de órfãos na vila do Príncipe [1871/72]; juiz municipal e de órfãos de Curitiba [1873]; juiz municipal em Paranaguá [1874]; juiz de direito em São José dos Pinhais [1878/86]; transferência – juiz de direito em Santa Cristina do Pinhal, Rio Grande do Sul [1886]; Vitória, Espírito Santo [1888]; Chefe de polícia do Paraná [1889] quando se tornou desembargador; <i>República</i> : Juiz de direito em Curitiba [1890]; 1º vice-presidente do Paraná [1891] promulgando a 1ª Constituição do Estado (substituindo Generoso Marques dos Santos no Governo, pois este foi ao Senado); juiz de direito em Vitória, Espírito Santo [1894]; Advogado em Curitiba;
Partido Político	Liberal
Títulos	
Figura	 Des. Indácio Silveira da Motta

NEGRÃO, *op.cit.*, 1927, vol.2, p.473-477; NICOLAS, 1954, p.116-7.

102. Joaquim José Belarmino Bittencourt

Nasc/Morte	Curitiba, 1839 ou 25/mar/1837 – Curitiba, 10/dez/1900 = 61 anos
Residência	Curitiba
Casamento/	<i>Título Corrêa de Bittencourt</i> – filho do tenente coronel Manoel José da Cunha

Família	Bittencourt e Anna Maurícia; (Maria NICOLAS diz que ele é filho do comendador José Belarmino Bittencourt e de Anna Joaquina Bittencourt); Casado com Libania Carneiro Bittencourt [7/set/1867], filha do capitão Irineu Gonçalves Guimarães, irmão do deputado José Mathias Gonçalves Guimarães (<i>Título Rodrigues Seixas</i>); Tem uma filha, Jovita Bittencourt, casada com Theolindo de Andrade (<i>Título Rodrigues Seixas</i> , vol.2, p.142), com proximidades de parentesco com Generoso Marques dos Santos e o coronel Benedicto Enéas de Paula; e outra filha Juanita Bittencourt, casada com o Dr. Eneas Marques dos Santos, filho de Generoso Marques dos Santos. Ele é irmão do brigadeiro Manoel José da Cunha Bittencourt, do padre Francisco Correia de Bittencourt; do brigadeiro José Correia de Bittencourt, e mais três irmãs.
Educação/ Profissão	Negociante; Industrial da erva mate; cargos públicos; Estudou o primário e o secundário em estabelecimentos de educação particular em Curitiba;
Cargos públicos	Político; Suplente juiz municipal em Castro [1870]; deputado provincial [1872/73, 78/79]; <i>Eleitor</i> em Curitiba [1877/78]; Vereador em Curitiba [1883/86]; Vice-presidente da sociedade “Emancipadora Paranaense” [1883]; Juiz de paz em Curitiba [1887/90]; Tabelião do Público Judicial e Notas de Curitiba [1887]; <i>República</i> : Escreveu nos jornais “Diário do Paraná” e “A República”; político ligado a Vicente Machado (apesar de sua filha ter casado com a filha de Generoso Marques); deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa do Paraná [1897/98; 1899];
Partido Político	Conservador; e do Partido Republicano
Títulos	-
Figura	 Joaquim José Bellarmino Bittencourt

NEGRÃO, F. *op.cit.*, 1946, vol.5, p.25-26; NICOLAS, 1954;

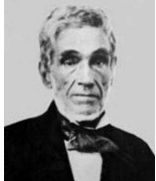
103. Joaquim José do Amaral

Nasc/Morte	Espírito Santo, ? – Antonina, 20/fev/1882 = ?
Residência	Curitiba
Casamento/ Família	Casado com a filha de Vicente Ferreira da Luz, a sra. Maria Augusta Ferreira do Amaral; concunhado do médico e deputado provincial, liberal, Dr. José Candido da Silva Murici. Filhos: Alice, Anna, e Aureliano (nasc.28/nov/1873 em São Paulo); possuía escravos;
Educação/ Profissão	Bacharel em Direito em São Paulo [1862]; estudou na mesma turma que Manoel Eufrásio Corrêa; abriu escritório de advocacia em Curitiba [1863]; funcionário público; juiz de direito;
Cargos públicos	Nomeado, por carta imperial, secretário do governo do Paraná, do dr. Gomes Nogueira [31/jan/1863 a 22/fev/1864]; Inspetor geral interino da instrução pública [1864]; nomeado juiz municipal do termo de Valença, província do Rio de Janeiro [25/maio/1864], vai ao Rio de Janeiro com sua esposa, uma filha e uma escrava; volta ao Paraná e é eleito Deputado provincial [1870/71]; Juiz de Direito em Guarapuava [1871/72]; Juiz de direito em Ubatuba, SP [maio/1872]; Nomeado chefe de polícia em São Paulo [1873/74]; Juiz de direito em Jundiá, SP [1875/76]; juiz de direito da comarca do Yguassu, RJ [1877]; Juiz de direito em Desterro, Santa Catarina [1881/82];
Partido Político	Conservador
Títulos	Comendador Cavaleiro da Ordem da Rosa [1872] por ocasião em que era juiz de direito em Guarapuava e também recebe a comenda da ordem de Cristo em São Paulo [1874];

NEGRÃO, vol.1, p.201; Jornal *A Regeneração, órgão democrático*, Desterro, 11/maio/1882. *Dezenove de Dezembro*, várias edições;

104. Joaquim José Pinto Bandeira

Nasc/Morte	Curitiba, 1789 – Curitiba, 10/maio/1858 = 67 anos
Residência	Curitiba
Casamento/ Família	Filho do capitão Antonio José Pinto Bandeira, natural de São Mamede, Portugal. Seu pai era possuidor da sesmaria de Putunã, que doou a seus filhos; casado com Maria Domingues de Jesus [<i>Título Carrasco dos Reis</i>]; Joaquim José casou em Curitiba em 9/jul/1829 com Maria Rosa da Paixão, viúva de Luiz

	Gomes da Silva; tiveram 3 filhos (Antonio, Jesuino e Gertrudes Plácida), além dos filhos de sua esposa no primeiro casamento;
Educação/ Profissão	Herdeiro da sesmaria do Putunã; negociante; sertanista; cargos públicos em Curitiba; Negociante;
Cargos públicos	Deputado à primeira Assembleia provincial de São Paulo pelo círculo eleitoral da Comarca Paranaguá-Curitiba [1835/37; 38/39 suplente; 40/41 suplente; 48/49; 50/51 suplente; 52/53 suplente]; Estava na lista de João da Silva Machado, para receber a comenda de Cristo, como combatente a favor do Império, frente à revolta sorocabana [1842]; Nomeado primeiro suplente do Juiz Municipal de Curitiba [1854/58]; Deputado Provincial do Paraná [1854/55, sendo seu Presidente; e 1857, assumindo como suplente, 1858/59, mas falece em 1858]; Juiz de órfão e inspetor da instrução pública da capital [1856]; prestou informações sobre a navegabilidade dos rios Ivahy e a navegação para o Mato Grosso [2/mar/1857]; Explorou os sertões de Guarapuava e Palmas, dos quais foi um dos descobridores.
Partido Político	Liberal
Títulos	Comenda de Cristo [1842]; Oficial da Ordem da Rosa (2/dez/1854)
Figura	

NEGRÃO, *op.cit.*, vol.1, 1926, p.520-521; CARNEIRO, 1963, p.281-283;

105. Joaquim Lourenço de Sá Ribas

Nasc/Morte	Curitiba, 1823 – Curitiba, 28/nov/1884 = 61 anos
Residência	Curitiba
Casamento/ Família	Filho de Lourenço Pinto de Sá Ribas; irmão de José Lourenço de Sá Ribas (deputado provincial), Mathias Lourenço de Sá Ribas, Lourenço Pinto de Sá Ribas, Maria Ângela de Sá Ribas (libertou sua escrava Romana que possuía três filhos menores de 8 anos [1887], <i>Dezenove de Dezembro</i> , 2/jul/1887) e Escolástica Joaquina de Sá Ribas Franco; Solteiro;
Educação/ Profissão	Cargos públicos
Cargos públicos	Deputado provincial [1855]; Capitão da 6ª companhia da Guarda Nacional de Curitiba [1857]; Diretor do jornal <i>Correio Oficial</i> [1861/62]; Inspetor da Tesouraria provincial, chefe e coletor [1882/84];
Partido Político	Liberal
Títulos	

O Dezenove de Dezembro, 25/abr/1855; *Correio Oficial*, 1861/62;

106. Joaquim Ferreira Pinto

Nasc/Morte	?
Residência	Conchas; Ponta Grossa
Casamento/ Família	Seria irmão do barão de Guaraúna, Domingos Ferreira Pinto?
Educação/ Profissão	Fazendeiro; Empreiteiro de obras públicas; Inspetor da estrada até Conchas; possui escravos; impede que o telégrafo passe por sua fazenda em Conchas, na qual seus escravos armados expulsaram o engenheiro e demais funcionários [1883]; vendeu terreno para a colonização nos campos gerais, colônia Rodrigo Octávio, núcleo Taquari [1885]; libertou 4 escravos (<i>Dezenove de Dezembro</i> , 25/fev/1885).
Cargos públicos	Tenente; Capitão; <i>Eleitor</i> em Ponta Grossa [1863/67; 77/78]; <i>Eleitor</i> em Conchas [1872/76]; Deputado provincial [1880/81]; Subdelegado e Inspetor paroquial em Conchas [1887]; Inspetor literário do município de Conchas [1890]; Juiz distrital em Conchas [1893];
Partido Político	Liberal
Títulos	

Dezenove de Dezembro, várias edições; *Gazeta Paranaense*, várias edições; Hemeroteca Biblioteca Nacional;

107.Joaquim Severo Correia

Nasc/Morte	Paranaguá, 21/jan/1833 – Colônia do Assunguy, 13/dez/1875 = 42 anos
Residência	Votuverava, Colônia do Assunguy – Cerro Azul
Casamento/ Família	Título Rodrigues de França; filho do comendador Manoel Francisco Correia Junior e Francisca Pereira Corrêa [falecida em 1864?]; neto pelo lado paterno, do coronel Manoel Francisco Correia, e pelo lado materno, do capitão mor Manoel Antonio Pereira; irmão dos deputados João Ferreira Correia, Francisco Ferreira Correia, Ildefonso Pereira Correia e do Senador Manoel Francisco Correia; cunhado do desembargador Agostinho Ermelino de Leão; Casou com Emília de Campos Gomes (Emília Aurélia de Campos Corrêa) em Curitiba [jan/1862]. Emília era filha de Iphigênia Maria de Bittencourt, neta materna de Manoel José da Cunha Bittencourt; e filha de Aurélio Joaquim Ribeiro de Campos; não deixaram descendentes;
Educação/ Profissão	Comerciante na Colônia do Assunguy (Cerro Azul); cargos públicos;
Cargos públicos	Alferes da Guarda Nacional em Morretes [1857]; Juiz de paz em Porto de Cima [1861/64, mas não assume por ser indicado diretor da colônia do Assunguy]; Diretor da Colônia do Assunguy [1860]; Passa a residir na colônia do Assunguy como comerciante; membro da guarda nacional: nomeado Capitão da 3ª Companhia, pedindo passagem para a 4ª do 6º de infantaria da freguesia de Votuverava [1866]; <i>Eleitor</i> por Votuverava [1869/70]; Vereador por Votuverava [1871/72]; Deputado provincial [1872/73, 74/75].
Partido Político	Conservador
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.287; ALVES, 2011;

108.Joaquim Ventura de Almeida Torres

Nasc/Morte	Paranaguá, 1831 – Faleceu 21/mar/1910 = 79 anos
Residência	Curitiba
Casamento/ Família	Filho do comendador Mariano de Almeida Torres (um dos mais abastados capitalistas da província do Paraná) e de Anna Maria do Espírito Santo. Ela é filha de Anna Antonia Torres de Freitas e Eleutério José de Freitas (“abastado fazendeiro desta província”, falecido em 18/nov/1875); Seus irmãos: José de Almeida Torres, Gabriel de Almeida Torres, Francisco de Almeida Torres [Deputado Estadual, 1892; 1894/95; 1896/97], João de Almeida Torres, Mariano de Almeida Torres Junior, Anna Antonia Torres de Freitas, Antonio de Almeida Torres; Casado com Maria da Luz Osório Torres (falecida em Curitiba, 3/mar/1883), irmã de Purcina Margarida Borges de Moura, casada com o deputado provincial Antonio Augusto Ferreira de Moura; Incorpora-se ao título Rodrigues de França – casado com Maria dos Anjos dos Santos Malheiros, filha do deputado provincial Joaquim Antonio dos Santos (ela em segundas núpcias);
Educação/ Profissão	Capitalista e industrial da erva mate; possuía escravos; emancipou 4 escravos (<i>Dezenove de Dezembro</i> , 14/mar/1888);
Cargos públicos	Deputado provincial [1880/81]; Deputado estadual [1895/96; 97/98; 99]; Juiz distrital; Camarista e Presidente da Câmara municipal;
Partido Político	Liberal
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.420;

109.Jordão Homem Pedroso (Padre)

Nasc/Morte	Nasc.? – Curitiba, 19/fev/1882 = ?
Residência	Antonina; Guaraqueçaba; Guaratuba; Curitiba
Casamento/ Família	
Educação/ Profissão	Padre

Cargos públicos	Padre e Inspetor de ensino do Distrito de Xiririca, SP [1852]; transferido para vigário de Antonina [out/1852 a set/1855; 1858/59]; Vigário em Guaraqueçaba [1862]; <i>Eleitor</i> em Guaratuba [1869/70]; <i>Eleitor</i> em Guaraqueçaba [1872/74]; Deputado provincial [1872/73, 74/75, 76/77 e 78/79]; Vigário em Curitiba [1876/82] e capelão do Exército [1882];
Partido Político	Conservador
Títulos	

Dezenove de Dezembro, várias edições;

110. Jorge Marcondes de Albuquerque

Nasc/Morte	Palmeira, 20/jun/1842 – Castro, 15/jan/1909 = 67 anos
Residência	Castro
Casamento/ Família	<i>Título Rodrigues de França</i> ; Incorpora-se no <i>Título Carrascos dos Reis</i> ; Filho do capitão do exército e deputado provincial [1864/65] Antonio José Xavier de Faria e Albuquerque e de Maria de Jesus Marcondes; Jorge Marcondes de Albuquerque casou com Ambrosina Martins de Albuquerque (Ambrosina é filha do capitão Domingos Martins de Araujo, sobrinho do Visconde de Guarapuava e do padre José Antonio Camargo). Uma das filhas do Jorge (Maria dos Anjos Albuquerque) casa com um dos filhos do deputado Dr. José Francisco Correia, da Lapa (Themistocles Correia); o filho Moysés Marcondes de Albuquerque casa com Julieta Munhoz Negrão, filha do deputado major Manoel de Souza Dias Negrão, daí descende da família Lustosa de Andrade e Munhoz; Irmão do deputado coronel Theotônio Marcondes de Albuquerque;
Educação/ Profissão	Cargos públicos; libertou 1 escravo (<i>Dezenove de Dezembro</i> , 25/fev/1885).
Cargos públicos	Coronel; Chefe político em Castro; <i>Eleitor</i> em Castro [1867/68]; Vereador em Castro [1877/80]; Deputado provincial [1880/81, 84/85]; Juiz de paz em Castro [1887/1890];
Partido Político	Liberal
Títulos	Comendador

NEGRÃO, 1926, vol.1, p.355; NEGRÃO, 1928, vol.3, p.489 e 497; Disponível em: <http://www.holtzgen.com/individual.php?pid=128344&ged=Holtzgen> (acesso: 28/fev/2014).

111. José Antonio de Camargo e Araujo (Padre)

Nasc/Morte	Palmeira, batizado 9/ago/1818 (freguesia do Tamanduá) – Palmeira, 1/nov/1891 = 73 anos
Residência	Palmeira;
Casamento/ Família	<i>Título Carrascos dos Reis</i> ; Filho de Antonio Joaquim de Camargo e Mathilde Umbelina da Glória (Mathilde é filha do fundadores de Palmeira); Eram em 8 irmãos, entre eles o deputado Antonio de Sá Camargo (Visconde de Guarapuava); primo do deputado Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá; compadre de Antonio Alves de Araujo e do Dr. Jesuino Marcondes; Em 1850 vai residir com Gertrudes Felisbina Fritz com a qual teve 9 filhos (53 netos); Gertrudes faleceu em Palmeira em 17/ago/1920; Na década de 1880 adquiriu casa no alto da Glória em Curitiba; era amigo do Dr. Generoso Marques dos Santos;
Educação/ Profissão	Padre (Seminário Episcopal em São Paulo), sendo ordenado em 1839 e ficando até 1853 quando passa a se dedicar a atividades econômicas e públicas; e a morar com Gertrudes; Tropeirismo; considerado um grande negociante de gado, animais e laticínios, pós 1853;
Cargos públicos	Coadjutor em Castro [1841/48]; Pároco em Palmeira [08/dez/1848 até 21/abr/1853], sua terra natal; deixa de ser pároco, mas continua residindo na localidade, agora com atividades públicas; Juiz de Paz e presidente da junta de qualificação de votantes de Palmeira [1856/60] e vereador e presidente da câmara de Palmeira [1870/72; 73/76; 77/81]; Diretor do núcleo colonial Santa Quitéria, em Palmeira; <i>Eleitor</i> da freguesia de Palmeira [1857/60; 67/68; 72]; nomeado 2º vice-presidente da província do Paraná [1882]; Deputado provincial [1860/61; 66/67; 68/69, 80/81; 82/83; 84/85; 86/87; 88/89 e 1891]; <i>República</i> : Deputado estadual [1891/92];
Partido Político	Liberal <i>República</i> : Partido Republicano Federal (líder Vicente Machado)

Títulos	
---------	--

NEGRÃO, *op.cit.*, 1926, vol.1, p.350; ROMAGUERA NETTO, 1992;

112. José Antonio de Mendonça

Nasc/Morte	Nasc. ? – Curitiba, 15/jan/1885 = ?
Residência	Curitiba
Casamento/ Família	Casado com Euphrosina Correia de Mendonça, irmã do conselheiro e senador Manoel Francisco Correia, Maria Bárbara Correia de Leão, Ildefonso Pereira Correia e Francisca Correia Alves de Araujo;
Educação/ Profissão	Bacharel em Direito; Advogado; Desembargador;
Cargos públicos	Deputado provincial [1874/75]; Desembargador;
Partido Político	Conservador
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, vol.3, 1928, p.305;

113. José Antonio dos Santos

Nasc/Morte	Nasc. 1814 – Morretes, 1869 = 55 anos
Residência	Morretes
Casamento / Família	Coronel José Antonio dos Santos (<i>Título Santos</i> , vol.6, p.232); família de origem de Santa Catarina (Manoel Antonio dos Santos e Narceza Victoriana de Jesus). Casa com Francisca Maria da Luz Santos (<i>Título Cardoso de Lima</i> , vol.5, p.45), (<i>Título Moraes Cordeiro</i> , vol.4, p.150) filha do Sargento-mór Antonio Ricardo dos Santos, o velho, do seu segundo casamento com Maria da Luz Paraíso. Ele terá um filho de mesmo nome: Coronel José Antonio dos Santos, importante industrial, casado com Maria Rosa Pancada de Araujo Santos, neta do Capitão Hyppolito José Alves; Cunhado do comendador Antonio Ricardo dos Santos – Comendador Dodóca; É tio dos deputados Dr. José Pereira dos Santos Andrade e Antonio Ricardo dos Santos Filho (filhos do Dodóca);
Educação / Profissão	Negociante; Capitalista; Industrial da erva mate; homem de prestígio em Antonina e Morretes;
Cargos públicos	Promotor público na vila de Morretes [1841]; Juiz de Paz em Morretes [1845/48]; Capitão da 4ª companhia da Guarda Nacional em Morretes [1857]; Vereador [1865]; Deputado provincial [1866/67]; suplente de juiz municipal em Antonina [1880]; Major; Coronel;
Partido Político	Conservador
Títulos	

Lista de votantes qualificados, Morretes, 1854; NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.152 e 157; NEGRÃO, *op.cit.*, 1950, vol.6, p.232;

114. José Antonio Ferreira

Nasc/Morte	Curitiba, 1805 – Curitiba, 15/fev/1871 = 66 anos
Residência	Curitiba
Casamento / Família	Irmão do Coronel Manoel Antonio Ferreira; e João Antonio Ferreira; filho do sargento mór Antonio José Ferreira, natural de Braga, Portugal, falecendo em Curitiba, a 15/jul/1810, casado com Maria Caetana de Jesus. Seus pais tinham regular fortuna e várias propriedades e terras em Curitiba. Filhos: Antonio José Ferreira Ribas e outros.
Educação / Profissão	Funcionário público;
Cargos públicos	Capitão; foi escrivão de órfãos em Curitiba; Deputado provincial [1859, assume como suplente];
Partido Político	Liberal
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.* 1926, vol.1, p.553.

115. José Antonio Pereira Alves

Nasc/Morte	Paranaguá, 11/jan/1818 – ? = ?
Residência	Paranaguá
Casamento / Família	Filho de Anna Maria Pereira Alves (falecida em Paranaguá, em 18/jun/1879, com 90 anos) e Antonio José Pereira (filho de Antonio José de Magalhães e de Marianna de Oliveira, naturais de Ribeira, comarca de Guimarães-Braga-Portugal – Título Pereiras, vol.6). A mãe é irmã do capitão Hypólito José Alves, pai dos deputados Antonio Alves de Araujo, Manoel Alves de Araujo e Hypólito Alves de Araujo. Irmão do deputado provincial Capitão Agostinho Antonio Pereira Alves. Irmão de tenente coronel Joaquim Antonio Pereira Alves (farmacêutico em Paranaguá e depois em Curitiba) e Francisco Pereira Alves. Casado com Rosa Augusta de Araujo (é, na dúvida, sua segunda mulher) [13/set/1851]. Conhecido como Jéca Pereira
Educação / Profissão	Comerciante; Indústria de sabão e velas; farmacêutico em Paranaguá e Curitiba [pós 1885];
Cargos públicos	Coronel; Chefe político em Paranaguá; Capitão da terceira companhia da Guarda Nacional em Paranaguá [1857]; Juiz de Paz em Paranaguá [1861/64]; Deputado provincial [1864/65]; Comandante superior da Guarda Nacional da Marinha em Paranaguá [1865] e [1880]; empreiteiro de conservação da estrada da Graciosa [1882]; fundador da colônia Pereira em Paranaguá, entre outras colônias nesta cidade;
Partido Político	Liberal (chefe em Paranaguá)
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.64; NEGRÃO, F. *op.cit.* 1946, Vol.5, p.393

116. José Arthur Murinelly

Nasc/Morte	Rio de Janeiro? – ? = ?
Residência	[vem para Curitiba em 1864]; Curitiba
Casamento / Família	Casado com Maria Magdalena de Oliveira [Paranaguá, 3/fev/1872], filha de Anna Maria da Purificação Ribas e José [da Silva] de Souza Guimarães [filho do Visconde de Nacar]; ela é filha do primeiro casamento; é provável que Murinelly tenha trabalhado no exército com José Guimarães, que se afasta das atividades do exército em 1867 por motivo de moléstia incurável, ano de seu falecimento; sua mãe casa em segundas núpcias com Manoel Leocádio de Oliveira (deputado provincial em 1854/55 e 72/73); Sua esposa é neta do capitão Lourenço Pinto de Sá Ribas e do comendador Manoel Antonio Guimarães;
Educação / Profissão	Engenheiro [formado em 1861]; Alferes [1865]; Major;
Cargos públicos	Engenheiro no Rio de Janeiro [1862]; Diretor das obras públicas em Niterói [1863]; Participa da guerra do Paraguai [1865]; Pede demissão do exército [1867]; Deputado provincial [1870/71, 74/75]; Engenheiro fiscal da estrada de ferro do Paraná, em início de trabalho [1871];
Partido Político	Conservador
Títulos	Comendador

NEGRÃO, *op.cit.*, 1927, vol.2, p.473; NEGRÃO, *op.cit.*, 1949, p.265;

117. José Borges de Almeida Taques

Nasc/Morte	?
Residência	Castro, Tibagi
Casamento / Família	<i>Título Taques</i> – José Borges de Almeida Taques é filho do coronel Balduino de Almeida Taques e Maria Antonia Borges de Macedo, filha do Capitão Cyrino Borges de Macedo (NEGRÃO, <i>op.cit.</i> , 1927, vol.2, p.393); José Borges de Almeida Taques, capitão, casado primeiro com Manoela Ribas Taques (irmã do deputado Manoel Ferreira Ribas), (5-9, pág. 393, vol. 2); depois casado com sua sobrinha Maria Cândida de Camargo Taques (6-4, pág.401, vol.2). Do primeiro matrimônio teve 6 filhos; do segundo matrimônio teve 8 filhos, entre eles, um filho de mesmo nome: José Borges de Almeida Taques casado com Maria da Conceição Novaes Taques, filha do coronel Jordão do Canto e Silva; por este, neta do Brigadeiro Manoel Ignácio do Canto e Silva; Cunhado do deputado provincial brigadeiro Manoel Ferreira Ribas;

	Cunhado do deputado provincial coronel Francisco de Assis Ribas (irmão do brigadeiro Ribas);
Educação / Profissão	Fazendeiro; funcionário público estadual;
Cargos públicos	Comandante coronel da Guarda Nacional, de Castro [1871]; Deputado provincial [1872/73, 74/75]; <i>República</i> : Vice-presidente do clube republicano em Tibagi [1890]; Deputado estadual [1897/98; 99]; juiz municipal em Tibagi [1903]; Prefeito de Tibagi [1903/1906]; Fiscal geral da barreira do norte do Estado [1908/1920], funcionário público estadual, como coletor;
Partido Político	Conservador
Títulos	Comenda da ordem da Rosa [1871];

NEGRÃO, *op.cit.*, 1946, p.172-179; Hemeroteca Digital Brasileira, fundação Biblioteca Nacional: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>;

118. José Candido da Silva Muricy (pai)

Nasc/Morte	Salvador, Bahia, 31/dez/1827 – Curitiba, 20/mar/1879 = 52 anos
Residência	Curitiba
Casamento/ Família	<i>Título Carrascos dos Reis (esposa)</i> ; Dr. José Candido da Silva Muricy casa com Iria Ferreira da Luz Muricy, em Curitiba [22/set/1860]. Iria da Luz Muricy, 7-2, p.197, vol.1, af descendência. Ela é filha do Capitão Vicente Ferreira da Luz (faleceu em Curitiba, 17/jun/1880) e Florência do Amaral Luz. José Candido da Silva Muricy (filho) casou com Josephina Carneiro Muricy – <i>título Soares da Costa</i> (vol.6, p.334), filha do abastado industrial David Antonio da Silva Carneiro (nascido a 1/jan/1853 a 2/maio/1908), um dos mais adiantados beneficiadores da erva mate do Paraná.
Educação /Profissão	Formado em Medicina [1852] e vem para Curitiba [8/nov/1853]; estudava botânica e o poder curativas das ervas; publicou “A notícia sobre a província do Paraná” [1867]; publicou inúmeros relatórios sobre saúde pública; publicou a descrição dos produtos de todas as exposições que participou;
Cargos públicos	Nomeado vacinador de Curitiba [1854] e passa a atuar como médico em toda a região e inclusive no litoral; professor no liceu paranaense, de química e física [1856]; segue como médico do exército para o Mato Grosso [1858], chegando em Corumbá, Miranda e Albuquerque, mas voltando no mesmo ano [consta ficar dois anos fora de Curitiba]; Nomeado médico dos presos da capital e 1º cirurgião do corpo de saúde do Exército em Curitiba [1860]; Deputado provincial [1864/65, 66/67, 68/69]; trabalha na exposição de produtos do Paraná, os produtos eram vendidos em favor do Asilo de Inválidos da Pátria; foi eleito provedor da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba [1866]; início das obras do hospital [8/mar/1868]; Membro da irmandade do Ssmo. Sacramento [1869]; Ajudou na exposição de produtos em Córdoba [1871] e produtos na festa do trabalho [1872]; exposição de produtos nos Estados Unidos (ganha medalhas, diplomas e menções honrosas); e em Viena, Áustria; Membro da Associação de Aclimação (vice-presidente) [set/1875]; e nomeado para a comissão de construção da nova matriz na capital [1875]; Recebe um quadro a óleo da sociedade curitibana (mulheres) por reconhecimento de seus trabalhos médicos [1/abr/1877]; Nomeado chefe do corpo médico militar na província [1877]; ainda em vida, foi dado seu sobrenome à rua em frente ao hospital em construção e a um núcleo colonial (“Muricy”);
Partido Político	Liberal
Títulos	Cavaleiro da Ordem da Rosa [2/dez/1858] e Oficial da Ordem da Rosa [9/mar/1867]; Cavaleiro da Ordem de Cristo [11/dez/1867]; O Imperador da Alemanha o condecorou com a Ordem da Coroa de 4ª Classe [3/jun/1872] por seus serviços médicos nas colônias alemãs; Hábito de Cavaleiro de Cristo de Portugal [3/set/1872]; Cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz, distinção conferida ao oficial sem mácula na vida militar [31/jul/1874]; Comendador da Imperial Ordem da Rosa [13/ago/1875];

NEGRÃO, *op.cit.*, 1926, vol.1, p.165

119. José Celestino de Oliveira

Nasc/Morte	Paranaguá, ? – Rio Negro, 6/fev/1901 = ?
Residência	Morretes; Joinvile; Curitiba; Joinvile;

Casamento/ Família	<i>Título Carrascos dos Reis</i> (vol.1). Casado com Maria Benedicta de Loyola; sua filha Celestina de Oliveira Loyola casou com Argemiro Loyola (filho de Vicente Loyola), em Joinville, no dia 31/abr/1883; Seu filho José Celestino de Oliveira Junior [deputado estadual 1906; 1914/15] era jornalista, <i>jornal da Tarde</i> , negociante e residente em Curitiba, também com fábrica de fósforo [1890] e negócios públicos;
Educação/ Profissão	Negociante; Sócio de empresa de erva-mate junto com o comendador Antonio Ricardo dos Santos e Antonio Gonçalves do Nascimento [1878]; abre uma empresa de exportação de erva-mate com seu filho, de mesmo nome, em Curitiba – J.Celestino e Filho [1888]; engenho no Rio Negro; possuía escravos;
Cargos públicos	Tenente coronel; Deputado provincial [1876/77, 78/79]; Vereador em Morretes [1869/72; 72/76]; Juiz de paz em Morretes [1865/68; 77/80]; trabalhos com imigração;
Partido Político	Conservador (chefe)
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.* 1926, vol.1, p.228. *Jornal O Paranaense*;

120. José Cleto da Silva

Nasc/Morte	?
Residência	Paranaguá; Curitiba [pós 1886];
Casamento/ Família	Casado com Emilia Guimarães, filha do Tenente Coronel Ricardo José da Costa Guimarães, deputado provincial [1862/63] e Maria da Glória dos Santos – <i>Título Santos</i> (vol.6), vindos de Santa Catarina (filha de Manoel Antonio dos Santos e Narciza Victoriana de Jesus), que em começo do século XVIII, passaram a residir em Morretes, dedicando-se à indústria da erva mate e do comércio. Sem filhos;
Educação/ Profissão	Professor público; solicitou sua aposentadoria [1887];
Cargos públicos	Professor da 1ª cadeira de instrução primária em Paranaguá [1867/72]; Tenente coronel (membro da guarda nacional); Deputado provincial [1880/81]; Administrador dos Correios do Paraná; Inspetor do Tesouro; manteve colégios em Curitiba, Ponta Grossa e União da Vitória; <i>República</i> : Na Revolução Federalista [1894] foi nomeado por Menezes Dória como secretário das Finanças, Comércio e Indústria do governo revolucionário;
Partido Político	Liberal
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, vol.6, p.230;

121. José da Rocha Vianna

Nasc/Morte	Nasc., 1826 – Rio de Janeiro, 8/mar/1907 (cemitério da Penitência) = 81 anos Fonte sobre seu falecimento: jornal <i>Gazeta de notícias</i> , Rio de Janeiro, 9/mar/1907, pág.4.
Residência	Paranaguá
Casamento/ Família	Filho de João José da Rocha Vianna (falecido em fev/1862), residente no Rio de Janeiro;
Educação/ Profissão	Bacharel em Direito / Advogado
Cargos públicos	Nomeado Juiz municipal de órfãos de Guaratuba [1859]; Juiz municipal de órfãos em Paranaguá [1859/62]; Deputado Provincial [1864/65]; professor de latim em Paranaguá [1865]; transfere-se para o Rio de Janeiro, São João do Príncipe [a partir de 1869];
Partido Político	Liberal
Títulos	

Hemeroteca da Biblioteca Nacional;

122. José de Freitas Saldanha

Nasc/Morte	Curitiba, 3/nov/1841 – Curitiba, ago/1898 = 57 anos
Residência	Curitiba; Guarapuava [a partir de 1865]
Casamento/ Família	<i>Título Rodrigues Seixas</i> (NEGRÃO, 1927, vol.2, p.354-355) José de Freitas Saldanha Netto, casado com Luiza Dina de Andrade em 31/jul/1838, filho de Antonio José de Freitas Saldanha e de Anna Maria de Jesus, neto pela parte paterna de José de Freitas Saldanha, natural da Vila do Conde, termo da Barca, arcebispado de Braga, e de Anna Joaquina Ferreira.

	Deste casal nasceu José de Freitas Saldanha, coronel, nascido em Curitiba, 3/nov/1841, passando em 1864 a residir em Guarapuava, onde viveu por 34 anos [1898], falecendo em Curitiba, agosto/1898. Em Guarapuava casou com Maria Rosa Bandeira Saldanha, filha de Antonio Leme do Prado e de Gertrudes Rosa Bandeira. O casal teve 12 filhos. Sua longa família abriu o <i>Título Freitas Saldanha</i> (NEGRÃO, 1950, vol.6, p.291-298). O coronel José de Freitas Saldanha é cunhado do Dr. Ernesto Dias Laranjeira, natural da Bahia, sendo por muitos anos juiz de Direito em Guarapuava e desembargador da Relação da Bahia.
Educação/ Profissão	Em Guarapuava tornou-se abastado negociante, fazendeiro de criação e proprietário; Alforriou um escravo [1885];
Cargos públicos	Procurador da Câmara municipal de Curitiba [1855] (seria o pai de José de Freitas Saldanha); Vereador, Juiz de Paz, Presidente da Câmara em Guarapuava [pós 1864]; Coronel comandante superior da Guarda Nacional em Guarapuava; suplente de juiz municipal em Guarapuava [1880]; Deputado provincial [1888/89]; <i>República</i> : Deputado estadual [1891/92];
Partido Político	Liberal
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.* 1927, vol.2, p.357; NEGRÃO, *op.cit.* 1950, vol.6, p.291-293;

123. José de Souza Ribas

Nasc/Morte	Ponta Grossa, ? – Rio de Janeiro, 27/fev/1879 = ? Faleceu vítima de febre amarela, na corte, Rio de Janeiro (<i>Dezenove de Dezembro</i> , 6/fev/1879).
Residência	Ponta Grossa
Casamento/ Família	<i>Título Rodrigues Seixas</i> – Casado em primeiras núpcias com sua prima Guilhermina de Macedo Ribas (falecida em fev/1877), filha do comendador tenente coronel Francisco de Assis Ribas [deputado provincial] e Maria Balduino de Macedo Taques; Casado em segundas núpcias com Anna Carneiro Ribas;
Educação/ Profissão	Bacharel em Direito; advogado em Ponta Grossa [1865];
Cargos públicos	Escritório de Advocacia em Ponta Grossa; Deputado provincial [1866/67]; Juiz Municipal de órfãos em Ponta Grossa [1867]; Vereador em Ponta Grossa [1869/72, presidente da câmara]; Juiz municipal e de órfãos do termo de Castro [1872/76]; Chefe de Polícia no Paraná [14/ago/1876 a 1877]; Juiz de Direito em Cintra, no Pará; faleceu no Rio de Janeiro [1879];
Partido Político	Conservador
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1927, vol.2, p.368;

124. José Fernandes Corrêa

Nasc/Morte	Nasc. 1809 – ? = ?
Residência	Morretes
Casamento/ Família	?
Educação/ Profissão	Negociante; empreiteiro de estradas; funcionário público; teve um escravo liberto devido a lei do sexagenário; libertou uma escrava [1884];
Cargos públicos	Inicia o povoado em Guaraqueçaba [1838]; Juiz municipal em Morretes e delegado de polícia [1854/58]; Major em Paranaguá [1858]; Suplente de deputado provincial, por Paranaguá [1858, mas não assume]; Deputado provincial [1860/61, assume como suplente]; Eleito suplente de vereador em Morretes [1861/64]; <i>Eleitor</i> em Morretes [1867/68]; Vereador em Morretes [1869/72]; Juiz de paz em Morretes [1873/76]; inspetor da estrada do Arraial [1873]; administrador da barreira da Graciosa [1878]; vereador e presidente da câmara municipal de Morretes [1881/84]; nomeado novamente agente de arrecadação dos impostos municipais e administrador da barreira Graciosa [1885/87];
Partido Político	Conservador
Títulos	Comendador Cavaleiro da ordem da Rosa [9/out/1872];

Lista de votantes, Morretes, 1854; FERREIRA, 1996; jornal *Dezenove de Dezembro*, várias edições;

125. José Ferreira de Barros

Nasc/Morte	Rio de Janeiro, 5/jun/1837 – Curitiba, 17/jul/1898 = 61 anos
Residência	Curitiba; Paranaguá; [1863/71]; Curitiba; Campo Largo [1885/89]; Curitiba;
Casamento/ Família	Filho do major Firmino Ferreira de Barros e Senhorinha Candida de Barros; Por ocasião de missa de 1 ano de falecimento: “Eulália Madeira de Barros (ausente), Jarbas Itiberê de Barros e sua mulher Olinda Cordeiro de Barros, Pedro Magno de Barros e sua mulher Maria Leopoldina Carrão de Barros e seu filho José Ferreira de Barros, Candido Ferreira de Barros, Belmiro Ferreira de Barros, João Ferreira de Barros e Justina de Barros e Silva (ausente) convidam aos parentes e amigos para assistirem a missa que por alma de seu sempre lembrado e chorado <i>marido, pai, sogro, avô, irmão e sobrinho</i> – José Ferreira de Barros – (...)” <i>A República</i> , Curitiba, 9/jul/1899.
Educação/ Profissão	Veio para o Paraná em 1855 em comissão do Tesouro Geral, no qual era empregado; Funcionário público e negociante; introdutor do <i>gaz-glob</i> na iluminação pública de Curitiba [1878]; Abriu o primeiro serviço de transporte urbano em Curitiba, a “Barrinhos”, que por meio de troles, a partir da Matriz, realizava o transporte; Fundou em Paranaguá o jornal “Noticiador” [1881/82]; Editou o “Almanaque do Paraná” [1877, 1880 e 1888]; e fundou em Curitiba o jornal “Progresso” [1889]; colaborou, por correspondência, no “Jornal do Comércio”, Rio de Janeiro;
Cargos públicos	Tesoureiro no Rio de Janeiro; Tesoureiro da Fazenda de Curitiba [1855/62] e da Alfândega de Paranaguá [1863/71]; secretário de Polícia do Paraná [1871/78]; Deputado provincial [1876/77]; fez parte da Guarda Nacional; Tenente; promotor público em Campo Largo [1885/89]; <i>República</i> : administrador de matadouro de Curitiba [1890]; promotor público de Curitiba [1890]; secretário da repartição central de polícia do Paraná [1892/93]; Diretor secretário da câmara de Curitiba [1893];
Partido Político	Conservador
Títulos	-

NICOLAS, *Op.cit.*, 1954, p.127; jornal *Gazeta Paranaense* e *A República*, Curitiba; *Almanaque do Paraná*, 1899;


126. José Florentino de Sá Bittencourt

Nasc/Morte	?
Residência	Tibagi
Casamento/ Família	Casado com Francisca Ubaldina Taques Bittencourt – <i>Título Taques</i> , vol.5. Casado com Anna Rosa Borges de Macedo – <i>Título Macedo</i> , vol.6.
Educação/ Profissão	Fazendeiro;
Cargos públicos	Capitão; nomeado subdelegado de polícia da freguesia de Tibagy [1866/67]; Capitão da guarda nacional [1869]; Tenente coronel da guarda nacional em Tibagy [1873]; Deputado provincial [1876/77]; <i>Eleitor</i> em Tibagy [1869/72; 77/80];
Partido Político	Conservador
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1946, vol.5, p.191; NEGRÃO, *op.cit.*, 1950, vol.6, p.9; *Dezenove de Dezembro*, várias edições;

127. José Francisco da Rocha Pombo

Nasc/Morte	Morretes, 4/dez/1857 – Rio de Janeiro, jun/1933 = 76 anos
Residência	Morretes; Curitiba [1880]; Castro [1883]; Curitiba [1886]; Paranaguá [1897 e Rio de Janeiro [1897];
Casamento / Família	Filho do professor Manoel Francisco Pombo, de Morretes, que também foi vereador na cidade; Casa com Carmelita Madureira [1883] da família Madureira, grandes fazendeiros em Castro; consta ser “apadrinhado pelo Barão de Serro Azul, Ildefonso Pereira Correia” (CORRÊA, 2006, p.169);
Educação / Profissão	Professor; escritor; jornalista; Bacharel em ciências jurídicas e sociais, no Rio de Janeiro [1912];
Cargos públicos	Substitui o pai como professor em Morretes [1875]; Iniciou a propaganda republicana no Paraná com o periódico que fundou <i>O Povo</i> [1879] em Morretes; Em Castro funda o

	jornal <i>Ecos do Campo</i> [1883]; Deputado provincial [1886/87] por Castro; Escreve no jornal <i>Gazeta Paranaense</i> , do Partido conservador [1886]; passa a se destacar como escritor; Passa a viver no Rio de Janeiro como escritor; Deputado estadual do Paraná [1816/17]; volta ao Rio de Janeiro; Academia Brasileira de Letras [1933];
Partido Político	Conservador
Títulos	-
Figura	 José Francisco da Rocha Pombo: http://sobreomedeo.wordpress.com/2011/06/30/rocha-pombo/

ROCHA POMBO, 1980; CORRÊA, 2006;

128. José Gonçalves de Moraes

Nasc/Morte	Morretes, 15/jan/1849 – Morretes, 21/set/1909 = 60 anos
Residência	Morretes; Curitiba;
Casamento / Família	Filho do major Américo Gonçalves de Moraes e Escolástica Jacintha de Moraes; José Gonçalves de Moraes é casado em segundas núpcias com Carmella do Nascimento Monforte de Moraes, filha do segundo casamento de Manoel Ricardo do Nascimento, neta do sargento mor Antonio Ricardo dos Santos (o velho), e irmã do deputado provincial coronel Antonio Ricardo do Nascimento [1888/89] (NEGRÃO, 1946, vol.5, p.44). Pequena biografia do professor, escritor, negociante, tabelião, funcionário em cargos públicos e eletivos, José Gonçalves de Moraes (NEGRÃO, 1928, vol.3, p.127-129, <i>Título Rodrigues de França</i>). Casado em primeiras núpcias com Francisca dos Santos [Moraes]; Seu filho Américo Gonçalves de Moraes, casado com Escolástica de Moraes, teve 3 filhos, entre eles José Gonçalves de Moraes (NEGRÃO, 1946, vol.5, p. 219).
Educação / Profissão	Curso primário em Morretes e o de humanidades em Paranaguá; Professor de português, francês e latim, em Morretes e depois em Curitiba; escreveu um livro de versos, com 18 anos; poeta; escreve em jornais; tradutor; considerado o maior humorista paranaense; foi o criador do Almanach Paranaense; Comerciante / Negociante em Morretes; abriu um internato em Curitiba, na chácara do Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas;
Cargos públicos	Major; tabelião e presidente da Câmara em Morretes; professor em Morretes e Curitiba; Inspetor escolar em Morretes [1885]; Deputado provincial [1884/85]; <i>Na República</i> : Deputado estadual [1892]; gerente da Caixa Econômica Federal, Inspetor escolar e Diretor da Secretaria de Obras Públicas no governo do Dr. José Pereira dos Santos Andrade e demitido por questões políticas no governo de Francisco Xavier da Silva, isto em Curitiba; volta a Morretes e torna-se Secretário e tesoureiro da Câmara [1904]; teria morrido pobre;
Partido Político	Conservador
Títulos	

NEGRÃO, 1928, vol.3, p.127-129;

129. José Jacintho Linhares (Padre)

Nasc/Morte	Antonina, 18/ago/1840 – Antonina, 24/nov/1894 = 54 anos
Residência	Curitiba; Morretes; Antonina;
Casamento/ Família	Filho de Benedicto Damião Linhares e Eduwiges Linhares;
Educação/ Profissão	Estudou no Liceu de Curitiba; Curso teológico [1862/67]; Padre [1868]; Cônego;
Cargos públicos	Coadjutor e vigário em Curitiba; Vigário em Morretes por 23 anos [1871/1894]; inspetor literário; presidente da Câmara Municipal; inspetor paroquial em Morretes [1885]; Deputado provincial [1872/73, 80/81, 84/85, 86/87]; <i>República</i> : Durante a Revolução Federalista posicionou-se ao lado dos legalistas e sofreu injustiça e perseguição, chegando a ser preso pelos revolucionários; Capitão honorário do

	Exército, por suas atitudes; Deputado estadual [1894/95];
Partido Político	Liberal
Títulos	Oficial da Ordem da Rosa [set/1884];

NICOLAS, *op.cit.*, 1954, p.118; Hemeroteca digital;

130. José Joaquim Franco do Valle

Nasc/Morte	Maranhão, 1842 – Curitiba, 01/mar/1907 = 65 anos
Residência	Curitiba
Casamento/ Família	Casou com Anardina Leticia de Jesus Brandão, filha do Professor e deputado provincial João Baptista Brandão de Proença – (<i>Título Brandão de Proença</i> , vol.6, p.131) no dia 01/jul/1865, em Curitiba.
Educação/ Profissão	Médico, Professor, Cargos públicos
Cargos públicos	Diretor da Instrução Pública do Paraná; Lecionou latim no Instituto Paranaense – antigo Parthenon Paranaense – no curso de humanidades [1876/1906]; Deputado provincial [1868/69; 78/79]; Nomeado diretor do conselho fiscal da caixa econômica e monte de socorro do Paraná [1880/82]; diretor geral da Instrução Pública [1885]; professor [1882 a 1889]; Médico do Serviço de Higiene de Curitiba [1903], do qual foi seu diretor. Aposentadoria como professor [1906];
Partido Político	Liberal
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1950, vol.6, p.131.

131. José Joaquim Marques de Souza

Nasc/Morte	Castro, 1808 – Castro, ? = ?
Residência	Castro
Casamento / Família	Teria casado com Balbina Alexandrina Teixeira de Azevedo (batizada em 20/dez/1825, em Castro). Casaram na capela do Oratório da Fazenda Carambeí (em 21/maio/1842). Balbina é filha da “Senhora do Carambeí”, Francisca de Paula Guimarães (ou Francisca Gonçalves ou Francisca de Paula Lima ou D. Francisca de Carambeí), irmã do Tenente José Gonçalves Guimarães – filhos de Manoel Gonçalves Guimarães e Maria Madalena de Lima; O pai de sua esposa era o Sargento mor Francisco Teixeira de Azevedo (o Teixeira), que na década de 1810, possuía sociedade na criação de gado e no tropeirismo com João da Silva Machado, seu cunhado; (Esta informação não é dada por Francisco Negrão, vol.V, p.139, pois ele apenas descreve dois filhos do casal Teixeira e da Senhora do Carambeí, sendo que no site http://www.reocities.com/lscamargo/guimaraes.htm , está descrito 4 filhos da Senhora do Carambeí); José Joaquim Marques de Souza é filho de Joaquim José Marques e Anna Joaquina e Souza, naturais de Itu/SP; Há um Joaquim José Marques de Souza (cuidar com possível confusão de nomes);
Educação / Profissão	Fazendeiro; tropeiro;
Cargos públicos	Deputado provincial [1854/55]; Suplente de Juiz municipal e de órfãos de Castro [1856]; Empreiteiro de obras em Castro; Vereador em Castro [1861/64]; <i>Eleitor</i> em Castro [1861/63; 63/67]; Suplente de juiz municipal [1870]; Tesoureiro da Loj. Prov. Fraternidade Castrense (maçonaria) [1877] (seu filho é o secretário) [1896]; suplente de juiz municipal em Castro [1881];
Partido Político	Liberal
Títulos	

O Dezenove de Dezembro, 1854/55; Relatório de Presidente da Província do Paraná, 1871 e 1880; Boletim do Grande Oriente do Brasil - 1871 a 1899; ROMAGUERA NETTO, 1992, p.35 – sobre o casamento de José Joaquim;

132. José Joaquim Pereira Branco

Nasc/Morte	Palmeira, batizado, 08/mar/1822 - ? = ?
Residência	Ponta Grossa
Casamento /	Filho de Balbina Iria da Piedade e tenente Antonio José Pereira Branco; neto por parte

Família	materna do coronel Manoel Gonçalves Guimarães e de Maria Magdalena de Lima; José Joaquim Pereira Branco, casado com Anna Claudina de Madureira e Souza (Sorocaba, 4/abr/1823; filha do capitão mor Manoel Fabiano de Madureira e Angela de Madureira e Souza); casaram em Sorocaba, 30/jul/1844;
Educação / Profissão	Possuía escravos; Engenho de erva-mate em Ponta Grossa, propriedade vendida em 1888;
Cargos públicos	Tenente; Capitão da guarda policial em Ponta Grossa [1854]; Vereador em Ponta Grossa [1855/56; 57/60; 61/64; 65/68; 81/82 (presidente da câmara)]; Deputado provincial [1872/73]; Diretor do núcleo colonial Guaraúna, Ponta Grossa [1879]; Realiza obras em estradas de Ponta Grossa [1885]; Membro da Sociedade de Imigração de Ponta Grossa [1886];
Partido Político	Liberal
Títulos	

Site: Descendentes do coronel Manoel Gonçalves Guimarães: <http://www.reocities.com/lscamargo/gguimaraes.htm> (Acesso em 27/jan/2014); Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>;

133. José Justino de Mello

Nasc/Morte	Diamantina, Minas Gerais, ? – Paranaguá, 11/out/1906 = ?
Residência	Antonina; Paranaguá
Casamento / Família	Filho de João José de Mello; Casado em primeiras núpcias com Francisca da Costa Mello (filhos: Mario, Francisca, Maria e João); em segundas núpcias com Francelina Augusta da Costa (filha: Alcídia);
Educação / Profissão	Curso de medicina na faculdade do Rio de Janeiro, formado em 1871; Médico; Possuía colégio em Paranaguá; por enfermidade longa, acabou morrendo pobre;
Cargos públicos	Contratado para clinicar em Antonina, médico [1872/83]; Lente de história e geografia, nomeado pelo Dr. Lamenha Lins; Deputado provincial [1883; 84/85]; Inspetor de saúde do porto de Paranaguá, conhecido como médico dos imigrantes, combateu inúmeras epidemias no litoral e no planalto curitibano [1885/89]; inspetor de educação; <i>República</i> : Inspetor de Higiene e médico em Paranaguá [1890/1906];
Partido Político	Conservador <i>República</i> : Partido Republicano Federal
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, vol.3, 1928, p.539; *Dezenove de Dezembro*, várias edições; biografia: *A República*, 13/out/1906;

134. José Leandro da Costa

Nasc/Morte	Paranaguá, 1813 – Antonina, 17/fev/1889 = 76 anos
Residência	Paranaguá
Casamento / Família	Incorpora-se ao <i>Título Rodrigues de França</i> – mãe Maria Ricarda Carneiro dos Santos, casada com Leandro José da Costa, natural de Porto Alegre, RS (o pai foi deputado provincial em São Paulo [1846/47; 48/49]; Casado com Luiza Carneiro dos Santos, filha do Capitão Manoel Antonio dos Santos e Victoriana Narciza de Jesus, naturais de Santa Catarina; Nota de falecimento da esposa do major José Leandro da Costa: sra. D. Luiza Maria dos Anjos Costa, falecida em Paranaguá, em 13/abr/1875. Nota publicada por Sergio Francisco de Souza Castro, padre Antonio Vicente da Cruz e João José Pedrosa. Irmão do major Ricardo José da Costa, que exerceu vários cargos de eleição popular e do governo provincial (faleceu em Paranaguá, 29/jun/1888)
Educação / Profissão	Negociante em Paranaguá, como consta na Lista de votantes desta cidade em 1854, tendo 41 anos.
Cargos públicos	Major; Juiz de paz em Paranaguá [1861/64]; Vereador em Paranaguá [1865/68]; Deputado provincial [1864/65]; Membro do Conselho de Instrução de Paranaguá [1875]; Coletor de renda de Paranaguá [até 1885]; Inspetor paroquial das escolas de Paranaguá [1885]; Aposentado como coletor de renda [desde 1885];
Partido Político	Liberal (chefe)
Títulos	

Lista de votante, Paranaguá, 1854; NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.402; *Gazeta Paranaense*, 1885 e 1889;

135. José Lourenço de Sá Ribas

Nasc/Morte	Curitiba, 1820 – Curitiba, 7/ago/1890 = 70 anos
Residência	Curitiba
Casamento / Família	Casado com Felicidade Mourão de Pinho. Desse matrimônio não teve filhos; Entretanto, teve 5 filhos; O pai Capitão Lourenço Pinto de Sá Ribas (Título Rodrigues Seixas) foi um político ativo na província de São Paulo, residindo em Curitiba; descende de Lourenço Ribeiro de Andrade, patriarca dos Sá Ribas, formado em Direito em Coimbra; Cunhado dos deputados Manoel Leocádio de Oliveira (pós 1868), Manoel Antonio Ferreira, Manoel de Oliveira Franco e Dr. Joaquim Ignacio Silveira da Motta;
Educação / Profissão	Bacharel em Direito; Advogado; Cargos públicos; associa-se ao Dr. Bento Fernandes de Barros para o exercício da advocacia em Curitiba [1873];
Cargos públicos	Deputado provincial [1854/55, 57, 58/59, 60/61, 62/63, 64/65, 66/67, 68/69, 82/83, 84/85, 86/87]; Membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento em Curitiba; nomeado procurador fiscal da província e promotor público interino [1856]; Promotor público da comarca de Curitiba [1856/58]; sub-inspetor do liceu [1858]; <i>Eleitor</i> em Curitiba [1861/63; 63/67; 67/68]; Vereador em Curitiba [1865/68; 69/72]; Procurador fiscal da tesouraria da província [1870]; Estado maior da guarda nacional em Curitiba [1873]; Coronel comandante superior da guarda nacional das comarcas de Curitiba e São José dos Pinhais [1887];
Partido Político	Liberal
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1927, vol.2, p.446; NICOLAS, 1954, p.84; COSTA, 1995, p.102; CUNHA, 2003; *Dezenove de Dezembro*, 1856;

136. José Lourenço de Vasconcellos Chaves

Nasc/Morte	Paraíba, 1843 – Curitiba, 20/mar/1881 = 38 anos
Residência	Curitiba
Casamento / Família	Incorpora-se ao <i>Título Rodrigues Seixas</i> e <i>Título Oliveira Cardoso</i> – Casa com Francisca de Sá Ribas [2/set/1871]; Ela é filha do Brigadeiro Manoel de Oliveira Franco; Tiveram duas filhas; Ele é filho de Joaquim Gonçalves Chaves e Maria Bernardina de Carvalho (Paraíba);
Educação / Profissão	Militar;
Cargos públicos	Vida militar; participou da campanha do Paraguai, condecorado várias vezes [1865/70]; veio para o Paraná como ajudante de ordens, na administração do Dr. Venâncio Lisboa [1871] e “ligou-se a uma das principais famílias desta capital” (<i>Dezenove de Dezembro</i> , 23/mar/1881) (política matrimonial); Deputado provincial [1872/73, 76/77, 78/79]; Vereador em Curitiba [1877/80]; <i>Eleitor</i> em Curitiba [1877/78]; ajudante de ordens da presidência da província;
Partido Político	Conservador
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1927, vol.2, p.469;

137. José Maria Barreto Falcão

Nasc/Morte	Rio de Janeiro ? – ? = ?
Residência	Curitiba
Casamento / Família	Casado com Maria de Paula Bittencourt [4/jun/1864] do <i>Título Corrêa de Bittencourt</i> ; ela é filha do capitão João José Corrêa de Bittencourt, que é irmão do tenente coronel Manoel José da Cunha Bittencourt (deputado provincial); Ele era filho de José Maria Barreto Falcão e Josepha Joaquina Falcão. Sua esposa contrai segundas núpcias [19/fev/1876] sinalizando possível falecimento de Barreto Falcão;
Educação / Profissão	Militar
Cargos públicos	<i>Eleitor</i> em Curitiba [1861/63; 64/67]; Deputado provincial [1862/63]; Participa da Guerra do Paraguai, sendo Tenente Coronel da Guarda Nacional [1865];

Partido Político	Liberal
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1946, vol.5, p.33;

138. José Martins de Araujo

Nasc/Morte	Castro, ? – Castro, jun/1905 = ?
Residência	Ponta Grossa; Castro
Casamento/ Família	Filho de Francisco Martins de Araujo e Gertrudes Mascarenhas (“era membro da ilustre e importante família Martins, uma das mais respeitáveis do Estado” – Adolpho Macedo Ribas, <i>in: A República</i> , 19/jul/1905). Casado em primeiras núpcias com Maria das Dores; e em segundas núpcias com Fabiana, filha do tenente coronel Felisbino Bueno; É sobrinho do deputado Domingos Martins de Araujo (família do Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá).
Educação/ Profissão	Bacharel em Direito [1864]; fazendeiro com fortuna;
Cargos públicos	Juiz municipal em Ponta Grossa; Promotor público da Comarca de Castro [1867]; Deputado provincial [1866/67; 68/69]; suplente de juiz municipal em Tibagi [1879/80]; “Foi depois fazendeiro em Castro, e aí teria regredido mentalmente a ponto de dizerem que voltara a ser analfabeto, segundo veiculou Almeida Nogueira, tendo sido contestado por elementos da família” (CARNEIRO, 1963, p.461). Porém, no jornal <i>A República</i> , 19/jul/1905, em nota sobre seu falecimento, Adolpho Macedo Ribas contesta a notícia do <i>Diário da Tarde</i> , trazendo uma pequena biografia do Dr. José Martins de Araujo. <i>República</i> : nomeado juiz municipal e de órfãos do termo do Tibagy [1891];
Partido Político	Liberal
Títulos	-

CARNEIRO, 1963, p.461;

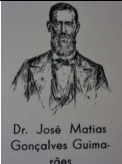
139. José Mathias Ferreira de Abreu

Nasc/Morte	São Paulo, 15/out/1816 – Paranaguá, 7/jun/1869 = 53 anos
Residência	Paranaguá
Casamento/ Família	Irmão mais velho de Antonio Candido Ferreira de Abreu; Incorpora-se ao Título Rodrigues de França – casado com Joaquina Guimarães Ferreira de Abreu, filha do Comendador Manoel Antonio Guimarães, Visconde de Nacar (falecida em 8/jul/1865); Concunhado de José Mathias Gonçalves Guimarães; Filho de sargento-mór José Mathias Ferreira de Abreu
Educação/ Profissão	Formado em Direito [1836] em São Paulo; Escritor político, jornalista; fez estudos sobre o canal do Varadouro, agricultura e indústria, criou o serviço de Estatística Geral do Paraná, quando era deputado desta província;
Cargos públicos	Iniciou sua vida pública na imprensa paulista como redator do <i>O Futuro</i> e <i>Sentinela da Monarquia</i> ; Veio exercer sua profissão em Paranaguá [1840] sendo superintendente da Arrecadação de Rendas Gerais de Curitiba e Paranaguá; deputado à Assembleia provincial de São Paulo [1844/45; 48/49 suplente; 52/53]; Deputado geral por São Paulo [1849/53]; Deputado provincial do Paraná [1856/57, 58/59, 60/61]; Chefe da redação do jornal <i>Constitucional</i> [1860], órgão do Partido Conservador que se publicou em Curitiba e depois do <i>Comércio do Paraná</i> e <i>Phenix</i> , do partido conservador que se publicou em Paranaguá;
Partido Político	Conservador
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.166-168;

140. José Mathias Gonçalves Guimarães

Nasc/Morte	Curitiba, 1823 – Curitiba, 15/jul/1867 = 44 anos Faleceu no seu sítio em Campina, próximo da capital Curitiba, e, ao que se percebe, por uma <i>publicação pedida</i> foi uma surpresa sua morte, da qual se destaca a seguinte frase: “(...) desapareceu dentre os vivos uma alma generosa, quiçá mal compreendida, mal avaliada, por aqueles que superficialmente julgam as coisas deste mundo. Era um paranaense distinto pelo caráter e pelo fervor com que abraçara as suas ideias, e mais ainda por essa gravidade que só inspira respeito. (...)”. E a irmandade do Senhor Bom
------------	--

	Jesus do Perdão, mandou rezar missa na Capela do Rosário, por ser um de seus instituidores (<i>Dezenove de Dezembro, 20/jul/1867</i>).
Residência	Curitiba
Casamento/ Família	Título Rodrigues Seixas – Casou com sua prima Delfica Guimarães [24/abr/1855], filha de Manoel Antonio Guimarães [Visconde de Nacar]; era neto de Manoel Gonçalves Guimarães, sogro do Barão de Antonina; seus pais eram o Capitão Mathias Gonçalves Guimarães (cunhado do Barão de Antonina) e Libania Mauricia de Sá Guimarães (de Sá Ribas), falecida em 24/jul/1866, em Curitiba;
Educação/ Profissão	Bacharel em Direito [Recife, Pernambuco]; Herdeiro de sesmarias e possuidor de fortunas;
Cargos públicos	Deputado provincial [1854/55, 1º secretário; 56/57, 1º secretário, 58/59, 60/61]; procurador fiscal [1854]; nomeado vice-presidente da província [1854], mas não assume o cargo; chefe do estado maior do comando superior da Guarda Nacional de Curitiba [1855]; Membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento em Curitiba [1856]; Tesoureiro das tesourarias geral e provincial do Paraná [1858]; Tenente Coronel e presidente do Conselho de revista da Guarda Nacional [1860]; Chefe de Estado-maior da Capital, Príncipe, Rio Negro e Palmeira [1863];
Partido Político	Conservador
Títulos	-
Figura	 Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães

NEGRÃO, *op.cit.*, 1926, vol.1, p.519;

José Mathias Muller

Nasc/Morte	Nasc. em 1835 – Curitiba, 26/jun/1911 = 76 anos
Residência	Campo Largo; Curitiba (Rua Riachuelo, no ano de 1898);
Casamento/ Família	José Mathias Muller, filho de Miguel Muller; Coronel José Mathias Muller casado com Adelaide de Azevedo Muller, falecida em Curitiba, em 17/jan/1901, (incorpora-se ao <i>Título Xavier Pinto</i>). Ela é irmã do capitão Francisco Pinto de Azevedo Portugal Filho; filha de Francisco Pinto de Azevedo Portugal. Pai do tenente coronel Francisco de Azevedo Miller (nasc. em 1864, casado com Lucia de Loyola, industrial), do tenente Herminio Miller, oficial da brigada de Polícia do Rio, e de José de Azevedo Miller (negociante em Curitiba), e sogro dos srs. coronéis Joaquim Pereira de Macedo, prefeito municipal de Curitiba [1908/1912], e de João Soares Neiva de Lima, diretor da colônia militar do Iguassú;
Educação / Profissão	Negociante; cargos públicos;
Cargos públicos	Tenente coronel; Deputado provincial [1872/73, 82/83, 86/87]; Promotor público da comarca de Campo Largo [1886]; vereador em Curitiba;
Partido Político	Conservador
Títulos	Cavalheiro da Ordem da Rosa;

NEGRÃO, *op.cit.*, 1929, vol.4, p.347; NEGRÃO, *op.cit.*, 1950, vol.6, p.440. jornal *A República*, 26/jun/1911 (nota sobre seu falecimento);

141.José Miró de Freitas

Nasc/Morte	Morretes, 1818 – Morretes, 4/dez/1881 = 63 anos
Residência	Morretes
Casamento / Família	Casado com Catharina Ferreira Alves – <i>Título Alves</i> (vol.5). José Miró de Freitas – <i>Título Cardoso de Lima</i> (vol.5). Filho de Manoel Miró e Escolástica Maria de Freitas; Sua filha Guilhermina Miró casa-se com o comendador Joaquim José Alves de Araujo Jr., filho de Joaquim José Alves de Maria Joaquina Alves, de Antonina;
Educação /	Negociante, erva-mate;

Profissão	
Cargos públicos	Nomeado subdelegado de Morretes [1856]; Vereador em Morretes [1861/64]; Delegado de polícia de Morretes [1863]; Deputado provincial [1866/67; 74/75]; juiz de paz em Morretes [1873/76];
Partido Político	Liberal
Títulos	Comendador, nomeado oficial da imperial Ordem da Rosa, Sr. José Miró de Freitas, de Morretes (<i>O Dezenove de Dezembro</i> , 3/ago/1860).


Lista de votantes, Morretes, 1854; NEGRÃO, *op.cit.*, 1946, vol.5, p.53; *Dezenove de Dezembro*, várias edições;

142. José Olintho Mendes de Sá

Nasc/Morte	?
Residência	São José dos Pinhais / Campo Largo [1880/88] / Curitiba [1895]
Casamento/ Família	Filho de Manoel Mendes Leitão e Ana Maria de Sá Ribas; neto pelo lado materno de João Antonio da Costa e bisneto de Lourenço Ribeiro de Andrade; Irmãos: padre Mathias Carneiro Mendes de Sá, capitão João Antonio Mendes de Sá (falecido em Curitiba em 8/jun/1870), tenente Candido Mendes de Sá e o alferes Ildefonso Mendes de Sá e demais irmãs;
Educação/ Profissão	Fazendeiro em São José dos Pinhais; cargos públicos;
Cargos públicos	Capitão; Tenente coronel; Subdelegado em São José dos Pinhais [1852] por ocasião da luta armada entre conservadores e liberais; Deputado provincial [1870/71]; acolhe em sua casa em Campo Largo a comitiva de D. Pedro II [1880]; suplente de juiz municipal de Campo Largo [1888]; examinador em escola de São Luiz do Purunã [1892];
Partido Político	Conservador
Títulos	-

Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>;


143. José dos Santos Pacheco Lima ou José Pacheco dos Santos Lima

Nasc/Morte	Vila do Príncipe, 28/ago/1838 – 12/fev/1912 = 74 anos
Residência	Vila do Príncipe; Rio Negro;
Casamento/ Família	<i>Título Pereira Braga</i> – Filho do magistrado Dr. Gaspar dos Santos Lima e Anna Messia de Oliveira Lima; Casado com Maria Antonia dos Santos; Neto de José dos Santos Pacheco Lima, casado em Tamanduá a 28/ago/1753 com Maria Pereira da Silva Pacheco, filha de João Pereira Braga;
Educação/ Profissão	Bacharel em Direito [1865], turma de Generoso Marques dos Santos, Tristão Cardoso de Menezes, João José Pedrosa, Joaquim Ignácio Silveira da Mota Junior; juiz de direito; dedica-se às suas fazendas, na Lapa e Rio Negro; exporta erva-mate;
Cargos públicos	Deputado provincial [1866/67, 68/69]; Juiz Municipal na Vila do Príncipe [1868]; Juiz de Direito da Lapa [1882] e de Antonina [1883]; (dedica-se às suas fazendas); <i>República</i> : Intendente em Rio Negro [1891]; Deputado constituinte [1891]; político em Campo do Tenente / Rio Negro, Paraná; foi simpatizante dos federalistas em 1894, sendo nomeado juiz de direito da comarca da Lapa [1894], mas com a derrota destes, emigrou para Argentina e lá ficou quase dois anos, no exílio;
Partido Político	Liberal
Títulos	-
Figura	 Dr. José Pacheco dos Santos Lima

NEGRÃO, *op.cit.*, 1929, vol.4, p.414; NICOLAS, 1954, p.104; CARNEIRO, 1963, p.462;

144. José Pereira dos Santos Andrade

Nasc/Morte	Paranaguá, 9/abr/1842 – Curitiba, 15/jun/1900 = 58 anos Faleceu em sua fazenda Barigui, em Curitiba.
Residência	Curitiba
Casamento/	<i>Título Moraes Cordeiro</i> (vol.4); filho do comendador Antonio Ricardo dos Santos –

Família	comendador Dodóca e Córdula Maria dos Santos. Casado com Anna Martins Andrade, filha de Domingos Martins da Cruz e Rosa Martins da Cruz. Sua filha Hecilda Santos Andrade casa com o tenente coronel José Candido da Silva Muricy (filho) em 1893; e Julia, casada com Pretextato Pennaforte Taborda Ribas (deputado estadual [1924/25; 26/27], primeiro presidente do Banco do Estado do Paraná, criado em 1928, era comerciante e industrial). E um filho legitimado, capitão Carlos de Andrade, casado com Maria Mathoso de Andrade.
Educação/ Profissão	Seu pai era grande industrial de erva mate em Morretes e mais tarde em Curitiba; ele também segue carreira comercial e industrial, além dos empregos públicos; Praticou comércio ervateiro no Rio da Prata por influência de seu pai e, posteriormente, foi cursar direito, em São Paulo, advogou em Minas Gerais e formou-se Bacharel em Recife [1875]; Juiz de direito;
Cargos públicos	Advogou em Minas Gerais; Promotor público de Antonina [1876]; Deputado provincial [1882/83, 84/85]; diretor do clube de corridas em Curitiba [1885]; <i>República</i> : Senador [1890/95, eleito junto com Generoso Marques dos Santos e Ubaldino do Amaral]; Ele era comandante do 7º Batalhão da Guarda nacional que ajudou a retomar o Estado do Paraná, então em poder da Revolução federalista de 1894 que tomou Curitiba; nomeado governador (presidente) do Estado do Paraná [25/fev/1896 a 25/fev/1900] pós Revolução federalista, na qual teve de administrar os prejuízos da guerra civil neste Estado; faleceu 3 meses depois de deixar o cargo de governador.
Partido Político	Conservador (seu pai era chefe do Partido Conservador) Na República: Partido Republicano Federal (aliado político de Vicente Machado)
Títulos	-
Figura	 José Pereira dos Santos Andrade – Secretaria de Estado de Governo – PR http://www.seeg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=41#

NEGRÃO, *op.cit.*, 1929, vol.4, p.150-152 e 169-170; CARNEIRO, 1963, p.253-254; NICOLAS, 1958, p.138-140; GOULART, 2008, p.174-177;


145. José Ribeiro de Macedo

Nasc/Morte	Porto de Cima, 12/ago/1840 – Curitiba, 27/jul/1917 = 77 anos
Residência	Porto de Cima
Casamento/ Família	<i>Título Rodrigues Seixas</i> – Filho de Manoel Ribeiro de Macedo (<i>Título Macedo</i> , vol.6, p.53 e 57) e de Francisca de Paula Pereira de Macedo (2º casamento), 5-4, p.267, vol.2, aí os descendentes. Irmão do Coronel Antonio Ribeiro de Macedo, deputado provincial [1876/77]; Comendador José Ribeiro de Macedo casou com Laurinda Rosa de Loyola [25/dez/1870], já descritos em 6-1, p.290, vol.2, aí os descendentes. Filha do capitalista Antonio de Loyola e Silva e Joaquina Maria Rosa de Loyola; Primo e amigo de Ricardo de Souza Dias Negrão; José Ribeiro de Macedo Junior, Deputado estadual [1914/15; 1916/17; 1918/19];
Educação/ Profissão	Industrial da erva mate; comerciante;
Cargos públicos	Deputado provincial [1886/87]; Sócio e presidente da Associação Comercial do Paraná; Presidente da Comissão Central de Limites (a questão de limites com Santa Catarina);
Partido Político	Conservador
Títulos	Comendador

NEGRÃO, *op.cit.*, 1927, vol.2, p.290-308; NEGRÃO, *op.cit.*, 1950, vol.6, p.57.


146. Justiniano de Mello e Silva

Nasc/Morte	Sergipe, Laranjeiras, 8/jan/1852 – Sergipe, 8/fev/1940 = 88 anos
Residência	Curitiba [a partir de 1876];
Casamento /	Casado com Thereza de Mello e Silva;

Família	
Educação / Profissão	Advogado; cargos públicos; jornalista;
Cargos públicos	Secretário de governo da província do Paraná, do presidente Lamenha Lins [1876]; Professor no Instituto Paranaense; como jornalista fundou os periódicos <i>25 de Março</i> [Curitiba, n.º 01, 25/mar/1876] e o <i>Paranaense</i> [9/dez/1877], sendo seu redator “de estilo enérgico, seus artigos feriam como lâminas de aço. Tornou-se jornalista temido, mas respeitado, portando-se sempre altiva e galhardamente”; fundou ainda o <i>Jornal do Comércio</i> [1882] e o <i>Sete de Março</i> que depois se chamou <i>Órgão das Reformas Sociais</i> [1889]; Deputado provincial [1878/79, 82/83, 89]; Em 1878 Justiniano assume o cargo de deputado provincial no lugar de Lourenço Taborda Ribas de Andrade, e em 1889 no lugar de Antonio Alves de Araujo; Chefe da Instrução Pública do Paraná [1892]; Deputado estadual [1896/97]; retirou-se para o Sergipe [1897];
Partido Político	Conservador; <i>República</i> : Partido Republicano, depois Partido Operário
Títulos	-
Figura	

NICOLAS, *op.cit.*, 1954, p.130-1; CORRÊA, 2006; RESENDE, 2007;

147. Leocádio José Correia

Nasc/Morte	Paranaguá, 16/fev/1848 – Paranaguá, 18/maio/1886 = 38 anos
Residência	Paranaguá
Casamento / Família	<i>Título Rodrigues de França</i> – Leocádio José Correia casou com sua prima Carmella Cysneiros Correia [29/ago/1874] – <i>Título Pereiras</i> (vol.6, p.258). Ela era neta do capitão mor Manoel Antonio Pereira; Sua filha Maria Clara Cysneiros Correia casa com o primo dela, Hyppolito Correia Alves de Araujo, filho do coronel Antonio Alves de Araujo; Ele era filho de Manoel José Correia e Gertrudes Pereira Correia; cunhado do deputado provincial Ildefonso Pereira Correia, barão de Serro Azul; Cunhado de Constante de Souza Pinto;
Educação / Profissão	Médico (Academia de Medicina do Rio de Janeiro) [20/dez/1873]; Médico em Paranaguá, na Santa Casa de Misericórdia; escreveu para jornais; fez teatro;
Cargos públicos	Médico; Vereador em Paranaguá [1877/80]; Deputado provincial [1876/77, 78/79]; inspetor de saúde dos portos, em Paranaguá;
Partido Político	Conservador
Títulos	-
Figura	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.69 e 482-4; NEGRÃO, *op.cit.*, 1950, vol.6, p.262;

148. Lourenço Justiniano Ferreira Bello (Padre)

Nasc/Morte	Nasc., 1825 – Curitiba, 30/jun/1872 = 47 anos
Residência	Palmeira; Campo Largo;
Casamento/ Família	Incorpora-se ao <i>Título Rodrigues de França</i> – por parte da mãe: Balbina Maria do Nascimento, casada com o capitão Joaquim José Ferreira Bello (falecido em fev/1865); Tiveram nove filhos, sendo dois Padres e ambos deputados: Lourenço Justiniano Ferreira Bello e João Baptista Ferreira Bello;
Educação/ Profissão	Padre; Faleceu com testamento em Curitiba [1872];
Cargos públicos	Pároco de Palmeira [1853/59 e 1866/68]; Vigário de Palmeira e Campo Largo [1858];

	<i>Eleitor</i> por Campo Largo [1861/63; 63/67; 67/70]; Vigário de Campo Largo [1864/65]; Deputado provincial [1858/59, 60/61, 62/63, 64/65, 66/67, 68/69];
Partido Político	Liberal
Títulos	-


Lista de votantes, Campo Largo, 1858; NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.398;

149.Lourenço Taborda Ribas de Andrade

Nasc/Morte	Curitiba, 27/abr/1835 (batizado) – Curitiba, 13/ago/1878 = 43 anos
Residência	Curitiba
Casamento/ Família	<i>Título Rodrigues Seixas</i> – Casado com Maria José dos Santos, filha de José dos Santos e Francisca Joaquina Lustosa de Andrade Ribas; (sem descendência). Ele é bisneto do sargento mor Ignácio Lustosa de Andrade; Irmão do deputado provincial Mathias Taborda Ribas [1874/75] e de José Ricardo Taborda Ribas;
Educação/ Profissão	
Cargos públicos	Capitão; <i>Eleitor</i> em Curitiba [1874/76; 77/78]; Vereador e juiz de paz em Curitiba [1873/76; 77/80]; Deputado provincial [1878], mas faleceu no ano em que assumiu o cargo de deputado.
Partido Político	Conservador
Títulos	-

NEGRÃO, *op.cit.*, 1927, vol.2, p.248; *O Paranaense*, 20/ago/1878 (pequena biografia);

150.Luiz Antonio Xavier

Nasc/Morte	Curitiba, 21/dez/1856 – Curitiba, 19/dez/1933 = 77 anos
Residência	Ponta Grossa; Curitiba;
Casamento/ Família	Filho de Manoel Antonio Xavier e Anna Francisca Fernandes dos Santos [Xavier] (falecida em 10/jun/1877), casados em 23/jun/1851; Luiz Antonio Xavier casado em primeiras núpcias com Leminda Leopoldina Pinto [24/jul/1880] e em segundas núpcias com Ida Peterli; Pertence ao <i>Tronco Silva Pereira</i> (NEGRÃO, 1950, vol.6, p.189-220) por parte da mãe, desbravadores do Paraná a partir do século XIX.
Educação/ Profissão	Cargos públicos
Cargos públicos	Deputado provincial [1888/89]; Coronel; <i>República</i> : Secretário da Justiça do Paraná [1º Mandato – 1893 e 2º Mandato – 27/abr/1908 a 25/fev/1912]; Secretário de finanças; Prefeito de Curitiba [1900/07]; Secretário do interior, justiça e instrução pública; Deputado estadual [1891/92; 1904/05; 07; 14/15]; Deputado federal [03/maio/1909 a 31/dez/1914; 1915/17; 03/maio/1918 a 31/dez/1920];
Partido Político	Liberal; <i>República</i> : Partido Republicano Federal, depois Partido Republicano Paranaense
Títulos	-
Figura	 Luis Xavier

NICOLAS, 1984, p.273; NEGRÃO, vol.6, p.208;

151.Luiz da Silva Gomes

Nasc/Morte	Curitiba, 1811 – Curitiba, 2/nov/1869 = 58 anos
Residência	Guarapuava
Casamento/ Família	Seu padrao é o coronel e primeiro presidente da Assembleia legislativa do Paraná, deputado Joaquim José Pinto Bandeira. É filho do capitão Luiz Gomes da Silva e Maria Rosa da Paixão (em segundas núpcias do pai, casados em Curitiba a 30/maio/1807). Luiz Gomes da Silva, o pai, teve apenas um filho do primeiro casamento, o capitão Francisco de Paula e Silva Gomes, que “foi um dos maiores e mais fervorosos paladinos da emancipação política do Paraná, a cuja

	propaganda dedicou a maior parte de sua mocidade” (NEGRÃO, 1926, vol.I, p.502); Maria Rosa da Paixão casou em segundas núpcias com o coronel Joaquim José Pinto Bandeira, da qual tiveram 3 filhos. Luiz da Silva Gomes casou com Gertrudes, ela com 34 anos em 1863 (Vigário ARAÚJO, 1863);
Educação/ Profissão	Fazendeiro
Cargos públicos	Suplente de delegado de polícia em Guarapuava [1855]; Juiz de paz e <i>eleitor</i> em Guarapuava [1856]; vereador [1857/60]; administrador das obras da matriz de Guarapuava [1858]; <i>Eleitor</i> em Guarapuava [1863/67]; Na lista nominativa de habitantes de Guarapuava [rol de paroquianos] do Padre Antonio Braga de Araujo, ele não tinha filhos, sua esposa chama-se Gertrudes, e possuía 8 escravos [1863]; Deputado provincial [1860/61, 62/63, 66/67, 68/69]; Tenente coronel;
Partido Político	Liberal
Títulos	-

NEGRÃO, *Op.cit.*, vol.1, 1926, p.586 (5-3);


152.Luiz Daniel Cleve

Nasc/Morte	Dinamarca, 25/ago/1833 – Foz do Iguaçu, ago/1914 = 81 anos
Residência	Aos 18 anos chega na Argentina [1851]; depois vai para Guarapuava [1852];
Casamento/ Família	Casado com Francisca de Oliveira Cleve; ou Francisca Presciliana de Oliveira e Almeida. Dois filhos casaram com famílias tradicionais: Francisco Cleves casou com Maria Josepha de França (<i>Título Rodrigues de França</i>) e Eugenio Cleve casou com Izolina Pletz (<i>Título Rodrigues Seixas</i>).
Educação/ Profissão	Estudou Medicina em Berlim, mas abandonou os estudos; Professor particular em Guarapuava, Fazenda Capão Alto; Professor; depois se dedicou à indústria agrícola e pastoril;
Cargos públicos	Com a emancipação do Paraná [1853], começou a trabalhar pelo recente departamento imperial; colaborou nos jornais <i>Dezenove de Dezembro</i> , <i>Província do Paraná</i> e <i>Eco</i> , de Castro; Durante a Guerra do Paraguai é condecorado como tenente coronel honorário do Exército; ajudou na instalação do telégrafo em Palmas; vacinador em Guarapuava [1881]; diretor dos índios em Guarapuava [1882], conseguiu uma área indígena chamada Marrecas, Guarapuava, e organizou um vocabulário indígena; Deputado provincial [1884/85]; fundou o jornal <i>O Guaira</i> [1893]; colaborou em revistas literárias e científicas; delegado de ensino; comissário de terras; Coronel; <i>República</i> : Deputado estadual [1910/11];
Partido Político	Liberal; <i>República</i> : PR e depois PRPr
Títulos	-

NICOLAS, *op.cit.*, 1954, p.154-5; NEGRÃO, vol.2, p.596; vol.3, p.453;

153.Luiz Manoel Agner

Nasc/Morte	Alemanha, Württemberg, ? – Curitiba, 10/jan/1899 = ?
Residência	Morretes; Curitiba
Casamento / Família	Luiz Manoel Agner casado com Maria dos Anjos Agner, <i>título Rodrigues de França</i> . Ela é filha de Joaquim José Gonçalves Cordeiro (filho do deputado Modesto Gonçalves Cordeiro) e Luiza Gonçalves Cordeiro (filha do sargento mór Antonio Ricardo dos Santos e Maria Magdalena da Silva); Sua filha Carolina Agner casa com Manoel de Oliveira Mendes, abastado fazendeiro, neto de Anna Maria de Sá Ribas e Manoel Mendes Leitão (de São José dos Pinhais); Outra filha, D. Anália Agner, casa com Guilherme Xavier de Miranda (dono de engenho de erva-mate em Morretes e Curitiba).
Educação / Profissão	Militar; Negociante; conhecido como Maneco padeiro; participou da Loja Modestia, Morretes, PR (fonte: Museu maçônico paranaense).
Cargos públicos	Major; Nomeado membro do Estado Maior, da Guarda Nacional em Curitiba, como 3º alferes porta estandarte [1857]; vereador em Curitiba [1865]; regressa da Guerra do Paraguai [setembro/1866]; suplente de juiz municipal em Curitiba [1880]; <i>Eleitor</i> em Curitiba [1878/81]; chega de viagem da Europa [1881]; juiz municipal de órfãos e ausentes em Curitiba [1882]; Deputado provincial [1888/89];

	Luiz Manoel Agner, Bertholdo Adam, Colombo Leoni, Antonio Bodziack e outros estrangeiros organizaram batalhões revolucionários em 1894, e com eles operaram no Paraná contra as forças legalistas que retomaram o Estado, então ocupado militarmente pelas forças de Gumercindo Saraiva.
Partido Político	Liberal
Títulos	-
Figura	 Luiz Manoel Agner. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_Manuel_Agner (Acesso em 25/fev/2014)

NEGRÃO, *op.cit.*, 1927, vol.2, p.511; NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.249-250;


154. Luiz Ramos Figueira

Nasc/Morte	Angra dos Reis, RJ, ? – Guaraqueçaba, out/1894 = ?
Residência	Guaraqueçaba
Casamento / Família	Dr. Luiz Ramos Figueira casado com Maria Rosa de Jesus (segunda núpcias dela), <i>Título Laynes</i> (vol.6), casaram em Guaraqueçaba [11/jul/1877] (sem descendentes). Ele é filho do comendador Custodio Ramos Figueiras e Francisca das Chagas
Educação / Profissão	Estudou no Colégio Pedro II, Rio de Janeiro; Bacharel em Direito em São Paulo [1865]; Advogado; possuía escravos;
Cargos públicos	Delegado em Angra dos Reis [1867]; Veio para Paranaguá como promotor público, junto com seu primo Manoel Figueira de Alcântara, empregado da alfândega; Deputado provincial [1880/81]; Vereador e presidente da câmara em Guaraqueçaba [1881/84]; <i>República</i> : Vereador e vice-presidente da intendência em Guaraqueçaba [1890];
Partido Político	Liberal
Títulos	-

NEGRÃO, *op.cit.*, 1950, vol.6, p.73; Hemeroteca Digital Brasileira;

155. Manoel Antonio Ferreira

Nasc/Morte	Curitiba, 15/jun/1805 – Curitiba, 9/ago/1885 = 80 anos.
Residência	Curitiba
Casamento/ Família	<i>Título Carrascos dos Reis e Rodrigues Seixas</i> ; Casado com Florinda Mauricia de Sá Ribas [7/jan/1832], filha de Lourenço Pinto de Sá Ribas, irmã do deputado José Lourenço de Sá Ribas e Joaquim Lourenço de Sá Ribas; e concunhado de Manoel Leocádio de Oliveira (pós 1868), Manoel de Oliveira Franco e Dr. Joaquim Ignacio Silveira da Motta; Tiveram quatro filhos, entre eles o deputado provincial Dr. João Luiz de França Miranda; outro filho Lourenço de Sá Ribas (falecido em Paranaguá, 18/fev/1878; se diz seu parente Joaquim de Almeida Faria Sobrinho e sua esposa; e José Correia de Bittencourt e sua esposa se diz primo de Lourenço Ribas), e o coronel Manoel teve mais dois filhos naturais; <i>O Dezenove de Dezembro</i> (25/jan/1860) noticia que o filho de Manoel Antonio Ferreira, acaba de formar-se em Direito, chamando-o de Dr. Ferreira. Irmão de José Antonio Ferreira e João Antonio Ferreira (este possuía um engenho de erva-mate em Curitiba, morto assassinado em ago/1861).
Educação/ Profissão	Alfabetizado; Lavrador; Cargos públicos; Filho de sargento-mór Antonio José Ferreira, natural de Braga, Portugal (que tinha regular fortuna e várias propriedades e terras em Curitiba, falecido a 15/jul/1810) que estava em seu segundo casamento com Maria Caetana de Jesus; Foi proprietário da fazenda do Boqueirão, no Xaxim – Curitiba, de grande extensão, com vastas matas e pastagens, e por ser situada a pequena distância de Curitiba, avaliada em 19:000\$000 (vendida para o Dr. Victor Ferreira do Amaral).
Cargos públicos	Coletor geral de Curitiba [1855] e depois da província; Empreiteiro; Funcionário provincial; Tenente coronel Comandante do 1º Batalhão de Infantaria da Guarda nacional [1855]; Juiz de paz em Curitiba [1857/60]; Presidente da Câmara municipal de Curitiba (vereador); <i>Eleitor</i> em Curitiba [1857/60; 61/63; 63/67; 67/68]; Vice-presidente da província do Paraná [16/março a 3/jun/1863], quando teria passado o governo para outro

	vice presidente, o bacharel Dr. Sebastião Gonçalves da Silva, por julgá-lo mais apto para a alta função; Inspetor da Estrada de Curitiba à Lapa [maio/1863]; Comandante Superior da Guarda nacional da Comarca da Capital [1863 a 1873], liderando a organização de tropas e voluntários da Pátria para a Guerra do Paraguai; Deputado Provincial [1854/55; 58/59; 60/61; 62/63; 66/67]; Diretor da Colônia do Assunguy [abril/1866 a março/1867]; recebe medalha de bronze, pelos produtos que expôs em Exposição nacional, com fumo e charutos [1867]; participa da Guerra do Paraguai [1867]; <i>Eleitor</i> por São José dos Pinhais [1869/70]; Inspetor da estrada da capital ao Príncipe [1870];
Partido Político	Partido Liberal; Porém, Francisco NEGRÃO (1927, p.460) diz que Manoel Antonio Ferreira “foi chefe de destaque e de prestígio do Partido Conservador, gozando sempre de grande consideração de seus provincianos”; David CARNEIRO (1963 e 1994) também o coloca como líder do Partido Conservador;
Títulos	Cavaleiro da Ordem da Rosa [9/mar/1867];
Figura	 Coronel Manoel Antônio Ferreira

CARNEIRO, 1994, p.23; CARNEIRO, 1963, p.254-256; OLIVEIRA, 2001, p.150; NICOLAS, 1954, p.499; NEGRÃO, *op.cit.* 1926, vol.1, p.553; NEGRÃO, *op.cit.* 1927, p.460-461;


156. Manoel de Oliveira Franco

Nasc/Morte	Curitiba, 1814 – Curitiba, 31/dez/1875 = 61 anos;
Residência	Curitiba
Casamento/ Família	<i>Título Rodrigues Seixas</i> – Casado com Escolástica Joaquina de Sá Ribas, em Curitiba [22/fev/1838], ela é filha do Capitão Lourenço Pinto de Sá Ribas; FILHOS: Adolfo Ribas de Oliveira Franco; Julio de Oliveira Ribas Franco (casado com Julia da Silva Pereira, filha de Francisco da Silva Pereira); Julia Ribas Pereira Franco; Thalia Ribas Franco; Francisca Ribas Franco; Joaquina Ribas Franco; Ele é filho do ajudante de milícia João Gonçalves Franco, natural de Braga, Portugal, que chegou a ser juiz ordinário da vila de Curitiba; Cunhado de José Lourenço de Sá Ribas; Concunhado de Manoel Leocádio de Oliveira (pós 1868), Manoel Antonio Ferreira, e Dr. Joaquim Ignacio Silveira da Motta; Sogro dos deputados provinciais Dr. Bento Fernandes de Barros (casado com Joaquina Ribas Franco Fernandes de Barros); tenente José Lourenço de Vasconcellos Chaves (casado com Francisca Ribas Franco de Chaves); Coriolano Silveira da Mota (casado com Thalia Ribas Franco Silveira da Mota); Cunhado do deputado Antonio Ricardo Lustosa de Andrade, casado com sua irmã Gabriella Lustosa Franco de Andrade; Manoel, João, Rita Anna e Gabriella – irmãos; Antonio Martins Franco – primo;
Educação / Profissão	Cargos públicos
Cargos públicos	Juiz de paz e de órfãos, vereador e presidente da Câmara de Curitiba; Deputado provincial São Paulo [1853/54]; luta pela emancipação política do Paraná; Deputado provincial Paraná [1854/55, 56/57, 70/71, 72/73]; Juiz de Paz em Curitiba [1857; 71/72]; <i>Eleitor</i> em Curitiba [1860; 69/72; 74/76]; Empreiteiro de obras públicas [década de 1860]; Explorou a navegabilidade do Rio Negro e explorou o serviço fluvial na região, com privilégio de 50 anos [1870/71]; nomeado Diretor Geral dos Índios da Província do Paraná (Brigadeiro) [1871];
Partido Político	Conservador (chefe)
Títulos	Cavaleiro da Ordem de Cristo [24/jul/1844] e [2/dez/1849]; Ordem da Rosa [1854]; Brigadeiro [1871]; Comenda da Ordem da Rosa [1871];

NEGRÃO, *op.cit.*, 1927, vol.2, p.462-3; NEGRÃO, 1949, p.90; COSTA, 1995, p.100; OLIVEIRA, 2001, p.150;

157. Manoel de Souza Dias Negrão

Nasc/Morte	Curitiba, 1848 – Curitiba, 1895 = 47 anos
Residência	Curitiba

Casamento/ Família	Major Manoel de Souza Dias Negrão casou com Augusta Candida Munhoz Negrão, em 19/fev/1870 (6-6, p.241, vol.2). Ela é filha do tenente coronel Caetano José Munhoz (<i>Dezenove de Dezembro</i> , 19/fev/1870). Filho de Manoel de Souza Dias Negrão casou com Aurora Schleder – Título Pletz (vol.6, p.396).
Educação / Profissão	Cargos públicos
Cargos públicos	Segundo Tenente; Oficial reformado do exército; <i>Eleitor</i> em Curitiba [1872/76; 77/80]; Secretário interino do governo provincial [1877]; Deputado provincial [1878/79]
Partido Político	Conservador
Títulos	
Figura:	 <p>In: http://caetanojosemunhoz.blogspot.com.br/2012/08/6_5899.html; Manoel de Souza Dias Negrão e sua esposa Augusta Cândida Munhoz Negrão (Fonte: "Memorial de Família" por Eremir Bley Corrêa. Curitiba, 1995- p. 182)</p>

NEGRÃO, *op.cit.*, 1950, vol.6, p.396; Biografia de Caetano José Munhoz, por Doningos van Erven: http://caetanojosemunhoz.blogspot.com.br/2012/08/6_5899.html

158. Manoel do Nascimento Abreu

Nasc/Morte	N.Sra.Nazaré, Maranhão, 1826 – Curitiba, 22/ago/1876 = 50 anos
Residência	Curitiba
Casamento/ Família	Casado com Maria da Glória Bittencourt, em 17/maio/1855, em Curitiba. Ela é filha do tenente coronel Manoel José da Cunha Bittencourt. Sobrinha do padre Francisco José Correia de Bittencourt e demais membros desta grande família. Casado em segundas núpcias com Presciliana da Costa Lisboa Abreu (<i>Título Rodrigues Seixas</i> , vol.2, p.222)
Educação / Profissão	Humanidades; publica um anúncio como “Advogado”, rua da Assembleia, n.55, Curitiba [1875]; Advogava no foro e era entendido em medicina;
Cargos públicos	Solicitador; Amanuense da secretaria da Assembleia Provincial e seu oficial [1855]; Nomeado delegado da capital [1856]; Membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento em Curitiba [1856]; Capitão da quarta companhia da Guarda Nacional em Curitiba [1857]; Major; comandou a 2ª companhia de Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai [1865]; 1º secretário do diretório do partido conservador em Morretes [1868]; Deputado provincial [1870/71];
Partido Político	Conservador
Títulos	-

NEGRÃO, *op.cit.*, 1927, vol.2, p.222; NEGRÃO, *op.cit.*, 1946, vol.5, p.26;

159. Manoel Ferreira Ribas

Nasc/Morte	Ponta Grossa, 1825 – Ponta Grossa, 20/jul/1895 = 70 anos
Residência	Ponta Grossa; Curitiba
Casamento / Família	<i>Título Rodrigues de Seixas</i> – Era filho do sargento-mór Benedicto Mariano Ribas e Maria Ferreira do Nascimento Ribas. Foram os membros desta família os fundadores de Pitanguy-Ponta Grossa; o pai era fazendeiro abastado em Castro; Casa com Francisca Leocadia Lustosa de Andrade Ribas [20/maio/1844], neta do Sargento-mór Ignácio Lustosa de Andrade; (D. Chiquinha Ribas era considerada santa, tal sua bondade); irmã do deputado Antonio Ricardo Lustosa de Andrade; Pai do deputado provincial comendador Augusto Lustosa de Andrade Ribas; e de João Baptista Lustosa Ribas; Cunhado do Deputado provincial José Borges de Almeida Taques; Irmão do Deputado provincial coronel Francisco de Assis Ribas; Sua neta Maria Christina Lustosa Ferreira Ribas casa com Ernesto Guimarães Villela, filho do major Bonifácio José Villela (<i>Gazeta Paranaense</i> , 2/jul/1883).
Educação /	Negociante; possuía escravos;

Profissão	
Cargos públicos	Camarista de Ponta Grossa; Capitão da segunda Companhia em Ponta Grossa [1857]; <i>Eleitor</i> em Ponta Grossa [1863/67]; Major da Guarda Nacional [1870 em licença]; Guarda Nacional, tenente coronel, chefe do estado maior do comando superior do município de Castro [1872]; Tesoureiro do partido conservador em Curitiba [1876]; Deputado provincial [1874/75, 76/77, 78/79]; prestigioso chefe político do interior do Paraná; Diretor Geral dos Índios (Brigadeiro) nos Campos Gerais;
Partido Político	Conservador; na República alia-se a Vicente Machado;
Títulos	-

NEGRÃO, *op.cit.*, 1927, vol.2, p.249 e 391; Hemeroteca digital brasileira;

160. Manoel Francisco Correia Junior

Nasc/Morte	Paranaguá, 4/mar/1809 – mar/1857, Paranaguá = 48 anos
Residência	Morretes
Casamento / Família	Comendador Manoel Francisco Correia Junior (5-1, p.275, vol.3) casou com Francisca Antonia Pereira [24/jan/1830], filha do último Capitão Mor de Paranaguá Manoel Antonio Pereira (falecido no mesmo ano do genro, 1857) – <i>Título Pereiras</i> (1-5, p.258, vol.6).
Educação / Profissão	Comerciantes no litoral paranaense; negociante; erva-mate; cargos públicos; Estudou em São Paulo [1821/24];
Cargos públicos	Assentou praça em Paranaguá [1827]; 2º Tenente [1829]; 1º Tenente [1830]; Chefe de Legião Guarda Nacional da região litorânea; Coletor de rendas gerais até a criação da alfândega de Paranaguá; Deputado provincial em São Paulo [1844/45]; Recolheu-se à vida privada, em Morretes por desentendimento com o barão de Antonina [1844]; Deputado provincial [1854/55];
Partido Político	Conservador
Títulos	Comendador da Ordem de Cristo;

NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.275-277;


161. Manoel Francisco Correia Junior (bisneto)

Nasc/Morte	Nasc., ? – Faleceu em 1889 = ?. Manoel Francisco Correia Junior era engenheiro supervisor de estrada de ferro central do Brasil, sendo construída em Minas Gerais. Faleceu em desastre nesta ferrovia, no km 514; em sua homenagem foi dado nome ao Município Engenheiro Correia, MG, próximo a Ouro Preto;
Residência	Rio de Janeiro
Casamento / Família	Filho do senador Manoel Francisco Correia; neto do deputado provincial Manoel Francisco Correia Junior;
Educação / Profissão	Engenheiro
Cargos públicos	Engenheiro adjunto na estrada de ferro Paranaguá-Curitiba [1881/85]; Deputado provincial [1884/85]; candidato a deputado geral em 1889;
Partido Político	Conservador
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.285-6;

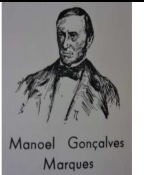
162. Manoel Gonçalves de Moraes Roseira

Nasc/Morte	Fazenda da Roseira, São José dos Pinhais, 1800 – Curitiba, 6/jul/1886 = 86 anos;
Residência	Curitiba, São José dos Pinhais
Casamento / Família	<i>Título Carrascos dos Reis</i> , vol.1 e <i>Rodrigues Seixas</i> , vol.2; Herdeiro de Manoel Gonçalves Guimarães; Manoel Gonçalves de Moraes Roseira (5-6, p.349, vol.2) casou com Maria Rosa de Moraes Roseira – <i>Título Laynes</i> (p.72, vol.6). Casou em Paranaguá [23/dez/1820], ela filha do Tenente José Luiz Pereira e de Anna Maria de Jesus Lustoza de Andrade (5-6 de 4-9 de 3-1 de 2-1 do § 1º, cap.2, do <i>Título Rodrigues Seixas</i>), ela descende do Sargento-mór Ignacio Lustoza de Andrade. E ele também descendente do <i>Título Rodrigues França</i> ; Sua filha Anna casa com o filho do Coronel Modesto Gonçalves Cordeiro;
Educação / Profissão	Fazendeiro / Negociante abastado; possuía uma fazenda de criação de gado que se denominava Roseira, no município de São José dos Pinhais, localidade de Campo Largo,

	a qual foi comprada por seu pai, de Paulo da Rocha Dantas [em 4/fev/1788];
Cargos públicos	Candidato a Senador fazendo parte da lista tríplice [1854]; Deputado provincial [1854/55, 56/57, 60/61]; Tesouraria Geral da Província [3/fev/1855 e 1856]; Juiz de Paz em Curitiba [1857/60]; <i>Eleitor</i> em Curitiba [1857/60]; Continua suas atividades como capitalista e comerciante de tropas para Sorocaba [1864]; Recebe prêmio em exposição nacional [1875];
Partido Político	Liberal (este trabalho considera o comendador Roseira como do partido liberal). Conservador (VARGAS, 1977, p.72): o historiador Túlio Vargas o classifica como conservador. Isto talvez, porque em 1857, num desentendimento entre os deputados na Assembleia legislativa, o comendador Roseira teria apoiado os conservadores (NEGRÃO, 1949, p.98).
Títulos	Comenda da Ordem de Cristo [2/dez/1854];
Figura	 Manoel Gonçalves de Moraes Roseira

COSTA, 1995, p.99; NEGRÃO, 1954, p.573; NICOLAS, 1954, p.69-70; ROCHA POMBO, 1980, p.64; NEGRÃO, *op.cit.*, 1926, vol.1, p.547-548; NEGRÃO, *op.cit.*, 1927, vol.2, p.349-350; NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.205; NEGRÃO, *op.cit.*, 1929, vol.4, p.199;


163. Manoel Gonçalves Marques

Nasc/Morte	Paranaguá, 1811 – Paranaguá, 6/ago/1880 = 79 anos
Residência	Morretes e Porto de Cima
Casamento/ Família	Manoel Gonçalves Marques – <i>Título Marques de Jesus</i> (vol.6) casou com Rita Loyola. VERIFICAR SE É IRMÃO DE JOÃO GONÇAVES MARQUES, PAI DO DEPUTADO EUGENIO GONÇALVES MARQUES....
Educação / Profissão	Alfabetizado; Comerciante; erva-mate
Cargos públicos	Tenente coronel; Deputado Provincial [1854/55; 62/63; 68/69]; juiz municipal substituto em Morretes [1857]; Juiz de paz em Porto de Cima [1861/64; 65/68]; <i>Eleitor</i> em Porto de Cima [1861/63; 64/67]; Comando superior da Guarda Nacional [1864], por ocasião da Guerra do Paraguai; Reformado o tenente coronel chefe do estado maior do comando superior de Paranaguá [1868]; Empreiteiro;
Partido Político	Conservador (chefe)
Títulos	Comendador da Ordem de Cristo [9/mar/1867] e da Rosa;
Figura	 Manoel Gonçalves Marques

NEGRÃO, 1950, vol.6, p.182; NICOLAS, 1954, p.69; CARNEIRO, 1963, p.158; OLIVEIRA, 2005, *Famílias históricas do litoral paranaense. Família Miranda Coutinho.*

164. Manoel Ignácio do Canto e Silva

Nasc/Morte	Jaguariaíva, 1809 – Castro, 21/nov/1885 = 76 anos
Residência	Castro
Casamento/ Família	Neto do sargento mor, tenente coronel José Felix da Silva [português, nascido em 1760, falecendo em 7/abr/1822], da <i>Fazenda Fortaleza</i> [sesmaria recebida em 20/maio/1788], e Onistarda Maria do Rosário. José Felix teria sido o primeiro juiz ordinário da vila de Castro. Filho de Ana Luiza da Silva (falecida em Castro, 9/maio/1856, com testamento) e do sargento mor Manoel José do Canto (falecido em 1815), casados em 1805. Sua irmã: Mecia Maria do Canto, casada com o tenente José Joaquim de Andrade; Manoel Ignácio do Canto e Silva foi casado com Candida Joaquina Novaes e Silva (3/jan/1832); pais de Jordão Novais do Canto e Silva; José Félix Novais do Canto e Silva; Anna Luiza Novais do Canto e Silva (casado com o coronel Bonifácio José

	Baptista, barão de Monte Carmelo); Mércia Novais do Canto e Silva (casada com Indalécio Ribeiro de Macedo); Águeda Joaquina Novaes do Canto e Silva (casada com o Dr. Laurindo Abelardo de Brito); A esposa Cândida Joaquina Novaes e Silva, filha de Manoel José Novaes Guimarães e Agda Joaquina Araújo (<i>Título Rodrigues de França</i>).
Educação/ Profissão	Estudou em São Paulo; Fazendeiro, herança de seu avô José Felix da Silva Passos (da Fazenda Fortaleza); Capitalista e proprietário; possui fábrica de tecer pano em Castro [1885]; libertou 23 escravos [1885]; por ocasião de sua morte, o jornal destaca como um dos homens mais abastados do Paraná (<i>Dezenove de Dezembro</i> , 24/nov/1885);
Cargos públicos	Membro da Câmara de Castro [1834] e seu presidente [1836] (http://www.camaracastro.pr.gov.br/atas/1836.pdf); Brigadeiro, sendo o primeiro diretor geral dos índios na nova província do Paraná [1855]; comandou o regimento de cavalaria da Guarda Nacional em Castro e Guarapuava; Deputado provincial [1854/55]; <i>Eleitor</i> em Castro [1857/60]; candidato a senador [1876];
Partido Político	Conservador
Títulos	Comenda de Cristo (indicado pelo Barão de Antonina em 1842); Hábito de Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa por serviços prestados durante a Guerra do Paraguai [9/mar/1867];
Figura	 Manoel Inácio do Canto e Silva

NEGRÃO, 1928, vol.3, p.441; COSTA, 1995, p.99; OLIVEIRA, 2001, p.149; CARNEIRO, 1941, p.271-273; Blog Monte Alegre do Tibagi: http://montealegretibagi.blogspot.com.br/2009_05_01_archive.html; VIAL, Rogério. A riqueza feminina: uma breve análise sobre as possibilidades de estudos de gênero com a utilização de testamentos e inventários do século XIX na cidade de Castro/PR. *Anais do Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História – LHAG/UNICENTRO*, Guarapuava, 2013, p.117-127. Disponível em: <http://sites.unicentro.br/wp/lhag/files/2013/10/Rog%C3%A9rio-Vial.pdf> (Acesso em 10/nov/2013).

165. Manoel José da Cunha Bittencourt – o velho

Nasc/Morte	Curitiba, 1799 – Curitiba, 16/ago/1869 = 70 anos
Residência	Curitiba
Casamento/ Família	<i>Título Corrêa de Bittencourt</i> – Casado com Anna Maurícia, casado em Curitiba [12/maio/1819]; Ela falecida em 30/abr/1869; Filhos: Manoel José da Cunha Bittencourt, José Corrêa de Bittencourt, padre Francisco José Corrêa de Bittencourt, Joaquim José Belarmino Bittencourt e genro Aurélio Joaquim Ribeiro de Campos.
Educação / Profissão	Lavrador / Proprietário / abastado industrial de erva-mate em Curitiba (recebe prêmios em exposição nacional em 1867, por erva mate e chá); possuidor de escravos;
Cargos públicos	Juiz municipal de Curitiba [1833]; Tesoureiro da Fazenda geral da província [1854]; Empreiteiro de obras públicas; Deputado provincial [1855, assume como suplente; 1856/57]; Vereador em Curitiba [1855]; encarregado da obra do liceu [1856] e da obra da Igreja Matriz de Curitiba [1857]; Tenente Coronel;
Partido Político	Conservador
Títulos	-

Lista de votantes qualificados, Curitiba, fev/1854; NEGRÃO, *op.cit.*, 1946, Vol.5, p.14-15; NEGRÃO, *op.cit.*, 1954, p.608;

166. Manoel José da Cunha Bittencourt – Filho

Nasc/Morte	Curitiba, 1833 – Curitiba, 23/jul/1890 = 57 anos
Residência	Curitiba
Casamento / Família	Filho de Manoel José da Cunha Bittencourt, o velho, e Anna Maurícia; Casado com Balbina Camargo de Bittencourt (falecida em Curitiba, 30/set/1885);
Educação / Profissão	Funcionário público;
Cargos públicos	Nomeado tenente da segunda Companhia de Curitiba [1857]; Suplente juiz municipal em

	Curitiba [1870]; Capitão da Guarda Nacional [1871]; Tenente coronel [1873]; Deputado provincial [1874/75, 76/77, 78/79]; membro da caixa econômica [1885]; administrador geral dos correios da província [1885/89]; <i>Eleitor</i> em Curitiba [1889];
Partido Político	Conservador
Títulos	Comendador, condecorado com o hábito da Rosa, pelos serviços prestados em relação à guerra do Paraguai (<i>Dezenove de Dezembro</i> , 9/jul/1873).

NEGRÃO, *op.cit.*, 1946, Vol.5, p.15-16; NICOLAS, 1954, p.72;

167. Manoel José de Souza (Padre)

Nasc/Morte	Nasc.? – Antonina, 4/out/1882 = ?
Residência	Antonina
Casamento / Família	?
Educação / Profissão	Padre; Cônego
Cargos públicos	Pároco em Antonina, Igreja de Nossa Senhora do Pilar [a partir de 1864 a 1882]; <i>Eleitor</i> em Antonina [1872/76]; Deputado provincial [1872/73]; presidente do conselho de instrução pública de Antonina [1875]; Cônego da Catedral da diocese de São Paulo [22/fev/1879]; por problemas mentais, suicidou-se;
Partido Político	Liberal
Títulos	-

Dezenove de Dezembro (várias edições); *Gazeta Paranaense*, 11/out/1882;

168. Manoel Leocádio de Oliveira

Nasc/Morte	Paranaguá, 1817 – Paranaguá, 10/fev/1879 = 62 anos
Residência	Paranaguá
Casamento / Família	Casado com Anna Maria da Purificação Ribas (nascida em 1815, já nas suas segundas núpcias), ela é filha do Capitão Lourenço Pinto de Sá Ribas – Título Rodrigues Seixas; Torna-se cunhado do deputado José Lourenço de Sá Ribas; genro de Lourenço de Sá Ribas; concunhado de Manoel Antonio Ferreira, Manoel de Oliveira Franco, e Joaquim Ignacio Silveira da Motta. O engenheiro civil José Arthur Murinelly (deputado provincial) casa com Maria Magdalena de Oliveira, em 3/fev/1872, Paranaguá. Ela é enteada de Manoel Leocádio de Oliveira.
Educação / Profissão	Negociante;
Cargos públicos	Juiz substituto em Paranaguá e Guaratuba; Comandante de batalhão; Delegado de polícia de Paranaguá [1854/58]; tenente coronel da Guarda nacional; Deputado provincial [1854/55; 72/73]; Vereador em Paranaguá [1861/64; 69/72]; <i>Eleitor</i> em Paranaguá [1869/70]; Vice cônsul em Paranaguá;
Partido Político	Conservador
Títulos	Comendador

NEGRÃO, *op.cit.*, 1927, vol.2, p.472; NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.400; COSTA, 1995, p.96;


169. Manoel Marcondes de Sá

Nasc/Morte	Nasc. 1824 – Palmeira, 27/jul/1885 = 61 anos
Residência	Guarapuava; Palmeira;
Casamento/ Família	<i>Título Rodrigues de França</i> – Filho de Josepha Joaquina Pinheiro de França e do Capitão Domingos Ignacio de Araujo (o Marcondes); o governo paulista confiou a missão de organizar e fiscalizar o povoamento dos campos de Palmas (residia em Palmeira); Irmão de Maria de Jesus Marcondes, casada com o deputado capitão Antonio José Xavier de Faria e Albuquerque (pai dos deputados Jorge e Theotônio Marcondes Albuquerque, seus sobrinhos); Primo do Visconde de Guarapuava, do Padre Camargo e do Dr. Jesuíno Marcondes. Casado com Carolina Virmond, da Lapa (sem descendência), filha de Frederico Guilherme Virmond, pai dos deputados Frederico Guilherme Virmond e Eugênio Virmond;
Educação /	Fazendeiro;

Profissão	
Cargos públicos	Capitão; Coronel; Major; Juiz de Paz [1849] e presidente da Câmara de Guarapuava [1852/56]; nomeado Capitão da Guarda Nacional de Guarapuava [1857]; e da cavalaria, sendo Major [1864]; Vereador em Guarapuava [1865/68]; <i>Eleitor</i> em Guarapuava [1861/63; 63/67; 67/70]; Subdelegado em Palmeira [1871]; Deputado provincial [1868/69, 78/79, 80/81, 82,83]; Comandante superior da guarda nacional da comarca de Campo Largo [1885]; Vereador e presidente da câmara municipal de Palmeira [1883/86];
Partido Político	Liberal
Títulos	

Lista de votantes, Guarapuava, 1858; NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.512; SANTOS, 2007, p.149-150, p.161;

170. Manoel Ricardo Carneiro

Nasc/Morte	Paranaguá, 1830 – Paranaguá, 24/nov/1900 = 70 anos
Residência	Paranaguá
Casamento / Família	Casou com Lucia Guimarães Carneiro (sua primeira esposa, filha do comendador Manoel Antonio Guimarães); que faleceu em junho de 1867 em Paranaguá; Casado com Delphica Guimarães (também filha do comendador Manoel Antonio Guimarães, e também viúva do deputado Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães, falecido em 1867) e sua cunhada; Genro duas vezes do comendador Manoel Antonio Guimarães. Cunhado de Antonio Candido Ferreira de Abreu e José Mathias Ferreira de Abreu. Ele é filho do tenente José Ricardo Carneiro e Anna Maria (famílias de Paranaguá e Cananéia); “descendia de ambos os lados de antigos troncos litorâneos, com ramificações em Cananéia e Iguape” (CARNEIRO, 1963, p.228).
Educação / Profissão	Gerente da Companhia progressista de navegação no litoral do Paraná [1871] de propriedade de seu sogro, comendador Manoel Antonio Guimarães.
Cargos públicos	Capitão da terceira companhia da Guarda nacional em Paranaguá [1857]; Vereador de Paranaguá [1857/60]; Suplente juiz municipal em Paranaguá [1870]; Deputado provincial [1870/71, 74/75, 76/77, 78/79]; Inspetor chefe do Tesouro provincial do Paraná [1885]; Diretor da Biblioteca Pública de Curitiba; Tesoureiro da Alfândega de Santos; Presidente da Câmara municipal de Paranaguá, encarregado de saudar D. Pedro II, em nome da cidade, por ocasião da visita deste ao Paraná [1880]; Vice-presidente da Arcádia Paranaense em Curitiba [1886]; Inspetor do tesouro paranaense [1888]; Diretor da Biblioteca Pública, Curitiba e Museu Paranaense [1890]; Tesoureiro da alfândega de Santos [1900];
Partido Político	Conservador
Títulos	Comendador
Figura	 Comendador Manoel Ricardo

NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.187, 193 e 418; CARNEIRO, 1963, p.228-229;

171. Mathias Taborda Ribas


Nasc/Morte	Nasc., 1833 – Curitiba, 1891 = 58 anos
Residência	Rio Negro; Curitiba [pós 1878];
Casamento/ Família	Filho do capitão Ricardo José Taborda Ribas, “grande latifundiário e pecuarista no Paraná”, faleceu em 1840 (OLIVEIRA, 2001, p.247); filho de Francisca Joaquina Lustosa de Andrade (falecida em 22/fev/1888, ocasião que seu filho Mathias libertou suas duas escravas); Ele é bisneto do Sargento-mór Ignacio Lustosa de Andrade; Casado com Balbina Licia Munhoz (falecida em 1/mar/1888), irmã de Caetano José Munhoz (deputado provincial em 1856/57; 60/61); O casal não teve descendentes; sua irmã Maria do Céu Taborda Ribas casou com Bento Florêncio Munhoz, irmão de Caetano. Irmão do deputado provincial Lourenço Taborda Ribas de Andrade; irmão de José Ricardo Taborda Ribas;
Educação /	Industrial da erva mate, com engenho de erva-mate no Pilarzinho; Inaugura o novo

Profissão	engenho de erva-mate em Curitiba, com poder de socar 280 arrobas (4.200 kg) de erva-mate por dia (<i>O Paranaense</i> , 2/nov/1879); Libertou duas escravas [1888];
Cargos públicos	Capitão e diretor da colônia militar do Jataí [10/ago/1867 a 1/fev/1869]; Major comandante do 5º esquadrão da cavalaria de Rio Negro [14/jul/1873]; Administrador do registro de Rio Negro [19/nov/1871 a 26/mar/1878]; Deputado provincial [1874/75; 76/77; 86/87]; <i>Eleitor</i> em Rio Negro [1872/76; 77/78]; Vereador em Curitiba [1883/86]; Nomeado 2º suplente de juiz de órfãos em Curitiba [1888]; empreiteiro de estradas [1888]; Assinou a lista para a formação da Associação Comercial do Paraná [1890];
Partido Político	Conservador
Títulos	Comendador [1889];
Figura	-

Biografia de Caetano José Munhoz, por Doningos van Erven:

http://caetanojosemunhoz.blogspot.com.br/2012/08/6_5899.html

172. Modesto Gonçalves Cordeiro

Nasc/Morte	Morretes, 1798 – Morretes, (provável, final da década de 1880) = ?
Residência	Morretes
Casamento / Família	<i>Título Moraes Cordeiro</i> (vol.4); Casado com Justina Rodrigues da Trindade (<i>título Cardoso de Lima</i> , vol.5, p.41), filha do sargento-Mor Antonio Ricardo dos Santos, o velho; Cunhado do deputado Antonio Ricardo dos Santos, o dodóca; Tio de Manoel Antonio Guimarães, Visconde de Nácar; Um de seus filhos é casado com a filha do Comendador Manoel Gonçalves de Moraes Roseira (<i>Correio Mercantil</i> , RJ, 27/ago/1857) (Tenente coronel Firmino Gonçalves Cordeiro e Anna de Moraes Roseira); Outro filho chega a ser deputado provincial, Ricardo Gonçalves Cordeiro; A filha Mathilde Gonçalves Cordeiro casa com o coronel Bento Gonçalves Cordeiro (eles terão um filho de nome Modesto Gonçalves Cordeiro); teve 15 filhos;
Educação / Profissão	Negociante e fabricante de erva-mate; empreiteiro de obras públicas;
Cargos públicos	Contribui para a elevação de uma estátua equestre em Antonina [1826]; Juiz de paz em Morretes [1839]; Vereador na recém instalada vila de Morretes e juiz municipal [1841]; Eleitor; Comandante da Guarda Nacional em Morretes [1843]; Candidato a Senador [1854]; Deputado provincial [1854/55, 56/57, 60/61]; Comandante superior da Guarda Nacional do litoral paranaense [1855]; teve atrito político na sessão Câmara dos Deputados, com o presidente Dr. Francisco José Correia, retirando-se do recinto junto com outros sete deputados [1857]; <i>Eleitor</i> em Morretes [1857/60; 63/66]; membro da Câmara de Paranaguá; membro da Loja Fraternidade Paranaense (maçonaria); Dispensado, por questão de idade e doença, do comando superior da marinha no Paraná [1865] sendo substituído pelo capitão José Antonio Pereira Alves; Há um empreiteiro em Morretes de nome Modesto Gonçalves Cordeiro [1886];
Partido Político	Conservador (chefe em Paranaguá, Antonina e Morretes)
Títulos	Comendador da Ordem da Rosa [9/mar/1867];
Figura	 Modesto Gonçalves Cordeiro

NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.202-3; NEGRÃO, *op.cit.*, 1929, vol.4, p.154; NEGRÃO, *op.cit.*, 1946, vol.5, p.41-42; NICOLAS, 1954, p.70; COSTA, 1995, p.101;

173. Norberto José de Miranda

Nasc/Morte	Guaratuba, ? – Joinvile, 11/abr/1884 = ?
Residência	Guaratuba; Joinvile (pós 1879);
Casamento / Família	<i>Título Rodrigues de França</i> – Casado com Maria dos Anjos Correia de Miranda; ela é filha do Capitão Domingos Correia de Freitas, natural de São Francisco; Ele é filho do Sargento-mór Candido José de Miranda e Anna Rosa de Miranda;

Educação / Profissão	Negociante; Possuía escravos em 1875;
Cargos públicos	Major; Um dos fundadores da Irmandade de Nossa Senhora do Bom Sucesso em Guaratuba [1857]; Deputado provincial [1876/77]; Comandante da seção de batalhão da guarda nacional em Joinvile [1879/84];
Partido Político	Conservador
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.374; MAFRA, Joaquim da Silva. *História do Município de Guaratuba*, 1952; OLIVEIRA, *Famílias históricas do litoral paranaense. A família Miranda Coutinho*, 2005;

174.Olegário Rodrigues de Macedo

Nasc/Morte	Castro, 3/mar/1850 - ? = ?
Residência	Castro
Casamento / Família	Filho de Francisco Rodrigues de Macedo [nascido por volta de 1807 em Sorocaba, SP] e de Maria Clara Carneiro; Casado com Maria Clara Carvalho e tiveram 10 filhos; Cunhado do deputado provincial Theotônio Marcondes de Albuquerque [1888/89];
Educação / Profissão	Fazendeiro e comerciante em Castro; libertou 1 escravo em 1885 (<i>Dezenove de Dezembro</i> , 25/fev/1885);
Cargos públicos	Deputado provincial [1876/77, 78/79]; Vereador em Castro [1874, como suplente, 1877/80; 83/86]; <i>República</i> : Deputado estadual [1904/05; 06/07; 10/11; 12/13; 14/15]; Prefeito de Castro [1892/96; 1900/04; e seu irmão Indalécio Rodrigues de Macedo, prefeito de Castro entre 1908/1912];
Partido Político	Conservador (presidente do diretório do partido conservador em Castro [1888]) <i>República</i> : PRF e depois PRPr; ligado a Vicente Machado; no caso de Olegário era também amigo/correligionário do governador Francisco Xavier da Silva;
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, vol.5, 1946, p.181; Site: <http://holtzgen.com/family.php?famid=F9363&ged=Holtzgen> (Acesso em 15/dez/2013);

175.Pedro Ferreira Maciel

Nasc/Morte	Nasc., 28/jul/1832 – 12/abr/1898 = 66 anos
Residência	Palmeira; Clevelândia;
Casamento / Família	<i>Título Rodrigues Seixas</i> – Pedro Ferreira Maciel é filho do major Theodoro Ferreira Maciel e Rosa Maria de Jesus; neto pela parte paterna de Marcello Antunes Maciel, natural do Rio Grande do Sul, falecido na Lapa, e de Bernardina Ferreira Prestes; neto pela parte materna de Bento de Siqueira Cortes, natural de São Paulo, e de Anna Maria de Jesus; por esta bisneto de Ignácio Pires de Lima e Clara Pereira Telles. Casado em 4/mar/1852 com Margarida Ferreira Maciel, nascida a 26/ago/1836 e falecida a 9/jan/1897; ela era sua prima, filha do comendador Gregório Ferreira Maciel. Dois filhos serão deputados estaduais: Coronel Ottoni Ferreira Maciel e Major Luiz Ferreira Maciel [1893/95]; além do sobrinho médico, Dr. João Candido Ferreira, deputado estadual [1896] e federal [1901], vice governador do Paraná [1904] do Dr. Vicente Machado;
Educação / Profissão	Proprietário rural;
Cargos públicos	Coronel; Político de prestígio; exerceu cargos de eleição popular; <i>Eleitor</i> em Palmeira [1867/70]; Vereador em Palmeira [1870/72]; Subdelegado em Palmeira [1871]; suplente de juiz municipal em Palmeira [1880]; tenente coronel comandante do 10º corpo de cavalaria da guarda nacional da comarca de Campo Largo [1884]; Deputado provincial [1888/89]; <i>República</i> : Deputado estadual [1891/92];
Partido Político	Liberal; <i>República</i> : PRF
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1927, vol.2, p.554; NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.636;

176.Pedro Lustosa de Siqueira

Nasc/Morte	Palmeira, 29/jul/1835 – faleceu, 13/maio/1915 = 80 anos
Residência	Guarapuava
Casamento / Família	<i>Título Rodrigues de França</i> – Filho de Gertrudes de Siqueira Cortes e João Lustosa de Menezes; Casado com Anna Joaquina de Faria Lustosa [1858]; sobrinho do coronel Pedro de Siqueira Cortes, desbravador de Palmas;
Educação / Profissão	Possuidor de grande fortuna; fazendeiro abastado e adiantado em Guarapuava; seus bens foram avaliados em 274:574\$000, por ocasião de sua morte;
Cargos públicos	Deputado provincial [1886/87]; Prefeito de Guarapuava;
Partido Político	Liberal (chefe liberal em Guarapuava)
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.640;

177.Presciliano da Silva Correia

Nasc/Morte	Paranaguá, 1849 – Paranaguá, 20/maio/1894 = 45 anos
Residência	Paranaguá
Casamento / Família	Filho de José Francisco Correia (grande família Correia do litoral do Paraná) e de sua primeira mulher Maria Augusta da Silva; Casado com Maria Caetana Correia (já no terceiro casamento, ela é filha de Manoel Ricardo do Nascimento e neta de Antonio Ricardo dos Santos, o velho); Cunhado do deputado provincial Antonio Ricardo do Nascimento;
Educação / Profissão	Negociante em Paranaguá; membro da Loja perseverança (fonte: Museu maçônico paranaense);
Cargos públicos	Juiz de Paz em Paranaguá [1883/86]; Presidente da Câmara de Paranaguá; Deputado provincial [1886/87]; Na Revolução Federalista é morto com a volta da legalidade, juntamente com o Barão de Serro Azul, ambos sem julgamento, acusados de cooperarem com os maragatos [1894];
Partido Político	Conservador
Títulos	Comendador

NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.118 e 307;

178.Raymundo Ferreira de Oliveira Mello

Nasc/Morte	Nasc. 1824 - ? = ?
Residência	Paranaguá
Casamento / Família	<i>Título Rodrigues de França</i> – Casado com Maria Ferreira de França, filha do Capitão José Miranda de Azevedo e Anna Gonçalves Ferreira; Teve um filho de mesmo nome, farmacêutico, nascido em 1848; Raymundo é sobrinho da 2ª esposa do Tenente Coronel Manoel Francisco Correia – o velho (Maria Joaquina Trindade), primo do Comendador Manoel Francisco Correia Júnior (pai do Senador de mesmo nome);
Educação / Profissão	Cargos públicos
Cargos públicos	Administrador Geral dos Correios do Paraná e Administrador da Coletoria de Paranaguá [1854], sendo exonerado; <i>Eleitor</i> em Paranaguá [1856/60]; Promotor público em Paranaguá [1857], por falta de bacharel; eleito Deputado provincial suplente [1860/61], assumindo o cargo; nomeado diretor interino da Colônia do Assunguy [27/out/1861 a 9/jan/1862]; Administra a Mesa de Renda de Antonina, como funcionário imperial [1862/64], sendo exonerado; ajudante de inspetor da alfândega de Piahy [1865]; nomeado coletor em Antonina [1869]; Deputado provincial [1870/71]; Nomeado inspetor da Alfândega de Aracajú, província de Sergipe [1870/75]; e inspetor da Alfândega em Desterro, Santa Catarina [1877/1881];
Partido Político	Conservador
Títulos	-

NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.272; Relatórios dos Presidentes da Província do Paraná;

179.Ricardo de Souza Dias Negrão

Nasc/Morte	Curitiba, 24/jan/1835 – Curitiba, 1/out/1921 = 86 anos
Residência	Morretes; mudou para Curitiba [1887];

Casamento / Família	Casado com sua prima Maria Euphrasia da Luz Negrão [3/ago/1862], filha de Maria Francisca da Luz Gomes e do Capitão Manoel Cordeiro Gomes, neta materna do Sargento-mór Antonio Ricardo dos Santos, o velho. Ele, filho de João de Souza Dias Negrão e Rita Maria Lustoza de Andrade Negrão; e irmão do capitão João de Souza Dias Negrão;
Educação / Profissão	Engenho de beneficiar erva mate e lavoura em Morretes;
Cargos públicos	Escrivão de juiz de Paz; Escrivão e administrador das barreiras do Rio do Pinto e da Graciosa; aposentado como administrador de barreiras; Praticante da Tesouraria de Fazenda do Paraná; Administrador do Mercado Público de Curitiba; Camarista Municipal de Morretes; Juiz de Paz; Inspetor Escolar de Morretes; 1º suplente de delegado de polícia de Curitiba [1876]; Deputado provincial [1876/77]; escreveu nos jornais <i>Diário do Comércio</i> e <i>Sete de Março</i> , jornal político dirigido pelo Dr. Justiniano de Mello e Silva; dirigiu o jornal <i>O Democrata</i> [pós proclamação da República] e fez parte da redação do jornal alemão combativo <i>O Pionier</i> ;
Partido Político	Conservador
Títulos	-

NEGRÃO, *Op.cit.*, 1927, vol.2, p.214

180. Ricardo Gonçalves Cordeiro

Nasc/Morte	Batizado, 15/mar/1819 – ? = ?
Residência	Morretes
Casamento / Família	Ricardo Gonçalves Cordeiro é filho do deputado provincial comendador Modesto Gonçalves Cordeiro e Justina Rodrigues da Trindade, sendo neto por parte materna do sargento-Mór Antonio Ricardo dos Santos, o velho. É sobrinho do deputado Antonio Ricardo dos Santos, o Dodoca; Casado com Anna Antonia Pereira, nascida a 4/jan/1826 – <i>Título Pereiras</i> (vol.6, p.264). Casaram [20/fev/1842]. Ela é filha do capitão-mór de Paranaguá (e origem deste sobrenome no Paraná), Manoel Antonio Pereira; ela é irmã de Maria Clara Pereira de Leão, casada com o conselheiro Agostinho Ermelino de Leão; parentes seus casaram com a família do comendador Manoel Francisco Correia, o velho;
Educação / Profissão	Negociante; possui escravos;
Cargos públicos	Major; Deputado provincial [1858/59; 60/61; 62/63]; <i>Eleitor</i> em Paranaguá [1857/60]; Vereador em Paranaguá [1861/64; 65/68]; Preso por infringir o art. 265 do código criminal [jan/1863], pagando fiança. Quem o prendeu foi o juiz de paz Manoel Leocádio de Oliveira (<i>Diário do Rio de Janeiro</i> , 28/jan/1863); O major Ricardo foi absolvido pelo júri em abril, sendo seu advogado o Dr. Manoel Alves de Araujo (<i>Diário do Rio de Janeiro</i> , 3/abr/1863);
Partido Político	Conservador
Títulos	Cavaleiro da Ordem da Rosa

NEGRÃO, 1928, vol.3, p.203; NEGRÃO, 1946, vol.5, p.41; NEGRÃO, 1950, vol.6, p.264;

181. Ricardo José da Costa Guimarães

Nasc/Morte	Nasc.? – Morretes, 3/nov/1880 = ?
Residência	Morretes; Curitiba [pós 1880];
Casamento / Família	Ricardo José da Costa Guimarães casou com Maria da Glória dos Santos – <i>Título Santos</i> (vol.6), vindos de Santa Catarina (Manoel Antonio dos Santos e Narciza Victoriana de Jesus), que em começo do século XVIII, passaram a residir em Morretes, dedicando-se à indústria da erva mate e do comércio. Sogro do deputado provincial [1880/81] professor José Cleto da Silva, casado com Emília Guimarães; Pai de Manoel Ricardo Guimarães; José Antonio Nóbrega e Antonio Jacintho Nóbrega, sobrinhos do tenente coronel Ricardo José da Costa Guimarães (<i>Dezenove de Dezembro</i> , 6/nov/1880).
Educação / Profissão	Negociante, erva-mate;
Cargos públicos	Primeiro vereador e subdelegado na recém instalada vila de Morretes [1842]; Capitão e tenente coronel da Guarda Nacional em Morretes [1857] e Paranaguá [1858]; inspetor da

	estrada do Ytupava [1858]; Vereador em Morretes [1861/64]; Deputado provincial [1862/63]; <i>Eleitor</i> em Morretes [1867/68]; Inspetor paroquial das escolas de Porto de Cima [até 1880]; suplente de juiz municipal em Curitiba [1880];
Partido Político	Liberal
Títulos	

NEGRÃO, 1950, vol.6, p.230; *Dezenove de Dezembro*, várias edições;


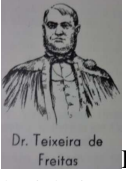
182. Telêmaco Augusto Enéas Marocine Borba

Nasc/Morte	Curitiba, 15/set/1840 (ou 2/ago/1840) – Tibagi, 23/dez/1919 = 79 anos
Residência	Tibagi
Casamento / Família	<i>Título Marocine Borba</i> (vol.6); Filho do major Vicente Borba e de Joana Hilária Morocine Borba; Casou com Ritta Marques do Amaral. Teve 9 filhos.
Educação / Profissão	Cargos públicos; Escreveu o livro: <i>A atualidade indígena e vocabulário</i> ; sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Paraná;
Cargos públicos	Administrador do aldeamento indígena de São Pedro de Alcântara [1862]; Inspetor paroquial das escolas da freguesia do Jatahy [1875]; Influente chefe político do Tibagi, vereador [1881/82; 87/90]; deputado provincial [1882/83]; percorreu o interior do Paraná, chegando às cachoeiras de sete quedas e Santa Maria do Iguassú; <i>República</i> : Apoiou a revolução federalista no Paraná [1894], organizando uma brigada revolucionária no Tibagi, acompanhando Gumercindo Saraiva na sua retirada do Paraná; exilado em Buenos Aires; volta e assume como prefeito municipal de Tibagi; Deputado Estadual [1891/92; 1897/98; 99; 1908/09; 10/11; 12/13; 14/15];
Partido Político	Liberal (chefe em Tibagi); <i>República</i> : PR e depois PRPr
Títulos	-

NEGRÃO, 1950, vol.6, p.100; Dicionário Histórico-biográfico, 1991, p.40;

183. Tertuliano Teixeira de Freitas

Nasc/Morte	Salvador, Bahia, 6/set/1834 – Curitiba, 22/jul/1910 = 75 anos
Residência	Curitiba
Casamento / Família	Filho dos barões de Itaparica, Antonio Teixeira de Freitas Barbosa e Felicidade de Santa Rosa de Lima. Irmão do jurista Dr. Augusto Teixeira de Freitas. Casado com Albertina Gaissler Teixeira de Freitas (<i>Título Oliveira Cardoso</i>), ela é filha do capitalista, residente em Curitiba, coronel Paulo Emilio Gaissler (porém, se deve confirmar esta informação dada por Francisco Negrão. A princípio, o Dr. Tertuliano teria casado apenas com sua sobrinha Helena Augusta Teixeira de Lima). Casado com sua sobrinha Helena Augusta Teixeira de Lima [30/jun/1860, no Rio de Janeiro], filha do Dr. Augusto Teixeira de Freitas e Matilde Teixeira de Lima (primos); Por ocasião de seu falecimento em 1910: “Helena Teixeira de Freitas (esposa), Alcídio Augusto Teixeira de Freitas (ausente), Maria Limpo Teixeira de Freitas (ausente), Affonso Augusto Teixeira de Freitas (filho) e Maria José Teixeira de Freitas, viúva, filhos e noras do finado” convidam para a missa de 7º dia na catedral do bispado em Curitiba, dia 30/jul/1910 (<i>Jornal A República</i> , 29/jul/1910).
Educação / Profissão	Bacharel em Direito, São Paulo [1854/59] na mesma turma do futuro conselheiro Manoel Alves de Araujo; Advogado em Curitiba junto com o Dr. Augusto Lobo de Moura [1865]; junto com Justiniano de Mello e Silva [1878]; possuía escravos; redator do jornal <i>Dezenove de Dezembro</i> , enquanto órgão do partido liberal [1888];
Cargos públicos	Juiz municipal e de órfãos em São Francisco, SC [1861]; Inspetor da tesouraria provincial do Paraná [1862]; Vereador em Curitiba [1869/72; 73/76]; <i>Eleitor</i> em Curitiba [1869/70; 72]; Deputado provincial [1866/67, 70/71, 72/73, 74/75, 76/77 e 88/89]; Procurador fiscal da tesouraria da fazenda da província [1871]; juiz de direito da Lapa [1/jul/1872]; Comando superior da guarda nacional da capital [1873/76]; Professor no Liceu Paranaense de várias disciplinas [1882]; chefe de polícia [1885]; Chefe de polícia e Governador do Paraná durante a Revolução federalista, por curto tempo [3/abr/1894]; com a volta da legalidade, é demitido do cargo; Aposenta-se como ex-lente de matemática do Ginásio Paranaense [1908];
Partido Político	Conservador
Títulos	-

Figura	 <p>Tertuliano Teixeira de Freitas</p> <p>Dr. <i>Tertuliano Teixeira de Freitas</i> – Secretaria de Estado de Governo, Paraná: http://www.seeg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=39</p>
	 <p>Dr. Teixeira de Freitas</p> <p>Dr. <i>Augusto Teixeira de Freitas</i>, grande jurista, com extensa obra legislativa; regulamentos comerciais, consolidação de leis, projeto do código civil, tratados de testamentos, de sucessões; manuais para tabelionatos; pareceres; Córdice Eucarístico (1881) (ADORNO, 1988, p.143).</p>

NICOLAS, 1958, p.137-138; NEGRÃO, *op.cit.*, 1929, vol.4, p.567; Hemeroteca Digital Brasileira, fundação Biblioteca Nacional: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>;

184. Theotônio Marcondes de Albuquerque

Nasc/Morte	Castro, 17/jan/1850 – Castro, 6/mar/1924 = 74 anos
Residência	Castro
Casamento / Família	Filho do deputado provincial capitão Antonio José Xavier de Faria e Albuquerque (natural de Cuiabá, Mato Grosso) e Maria de Jesus Marcondes (Palmeira, PR), irmã do deputado provincial Manoel Marcondes de Sá; Theotônio casou com Candida Macedo, irmã do coronel Olegário Rodrigues de Macedo; Irmão do deputado e comendador Jorge Marcondes de Albuquerque;
Educação / Profissão	Fazendeiro;
Cargos públicos	Capitão; Coronel; Chefe político em Castro; Juiz de paz em Tibagy [1883/86; 87/90]; Deputado provincial [1888/89]; <i>República</i> : Deputado estadual [1891/92; 1906; 1914/15; 18/19; 20/21];
Partido Político	Liberal; <i>República</i> : PR, PRF, PRL
Títulos	-

NEGRÃO, *op.cit.*, 1928, vol.3, p.497;

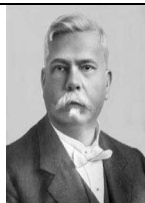
185. Tiburcio Borges de Macedo

Nasc/Morte	Curitiba, 3/mar/1829 – Curitiba, 17/maio/1877 = 48 anos
Residência	Curitiba
Casamento/ Família	Filho de José Borges de Macedo; Casado com Anna Rufina Ribas de Macedo, nascida em Ponta Grossa, a 29/jul/1842 e falecida em Curitiba em 13/maio/1870. Casados em 2/set/1858 em Castro; Sogro do deputado Dr. José de Souza Ribas (em segundas núpcias com Maria Magdalena de Macedo Ribas, sua prima);
Educação/ Profissão	Negociante;
Cargos públicos	Capitão; <i>Eleitor</i> em Curitiba [1857/60; 61/63; 63/67; 67/68]; Vereador em Curitiba [1861/64; 65/68]; Juiz de paz em Curitiba [1865/68; 69/72]; Deputado provincial [assume como suplente em 1861]; Oficial maior da secretaria da Assembleia provincial [1861];
Partido Político	Liberal
Títulos	-

NEGRÃO, 1927, vol.2, p.368 e 370; NEGRÃO, 1946, vol.5, p.76; *Dezenove de Dezembro*, 1854 a 1877;

186. Trajano Joaquim dos Reis

Nasc/Morte	São Felix, Bahia, 1/mar/1852 – Curitiba, 12/ago/1919 = 67 anos
Residência	Curitiba
Casamento /	Filho de Joaquim José dos Reis e Emília Joaquina Pereira. Casado com Josephina

Família	Drummond dos Reis (ambos do Nordeste brasileiro); Filhos: Dr. Albano Drummond dos Reis (Albano Reis), chegou a Procurador da Fazenda do Paraná; Jayme Reis (médico e político); filha Ormuzde;
Educação / Profissão	Médico; formado em Medicina em Salvador, Bahia [18/dez/1875]; pertenceu a Maçonaria (http://www.museumaconicoparanaense.com/mmpraiz/autoridades_pr/goindpr902_902-traja_joaquim_dos_reis.htm);
Cargos públicos	Nomeado pelo imperador D. Pedro II, para o cargo de 2º cirurgião do Corpo de Saúde do Exército, sendo designado para servir na Província do Paraná [13/mar/1876]; Chegou em Curitiba [21/jul/1876] exercendo a profissão de médico; Solicitou exoneração do cargo de 2º cirurgião do Exército [22/dez/1877]; Vereador e presidente da Câmara Municipal de Curitiba [1883/86]; Deputado provincial [1882/83]; Delegado de Instrução Pública; <i>República</i> : retorna para Bahia, por motivos de saúde [1893]; retorna a Curitiba, sendo nomeado Inspetor Geral de Higiene [194]; Médico em Curitiba; Deputado Estadual [1916/17; 18/19], sendo presidente da câmara;
Partido Político	Liberal <i>República</i> : PR e PRPr
Títulos	-
Figura	 Trajano Joaquim dos Reis, presidente da ALEP: (http://www.alep.pr.gov.br/os_deputados/conheca_os_deputados/perfil/81-trajano-joaquim-dos-reis)


NEGRÃO, *op.cit.*, vol.4, 1950, p.443; NICOLAS, 1984;

187. Tristão Cardoso de Menezes

Nasc/Morte	? – São Paulo, 1904 = ?
Residência	Guarapuava; Castro; Ponta Grossa [pós 1873 a 1890]; Palmeira
Casamento/ Família	<i>Título Pereira Braga</i> – seus descendentes eram ligados ao capitão João Pereira Braga, português que veio ao Brasil e se estabeleceu nos Campos gerais, na Lapa, no século XVIII; houve um Tristão Cardoso de Menezes, filho do Capitão José Francisco Cardoso de Menezes, da vila de Itú, casado com Maria Joanna Branco e Silva, do termo da vila de Castro, que por morte de seu marido pediu que de acordo com a instituição, passasse a administrar o dito Vínculo seu filho Tristão Cardoso de Menezes (C.O. de Curitiba, 1833, autos). O Vínculo das Neves compreendia as Fazendas do “Capão Redondo” dos “Carlos”, dos “Capados”, de “São Luiz”, das “Furnas” e do “Rio Grande” (Autos, 1833); provavelmente o deputado Dr. Tristão é descendente deste Tristão Cardoso de Menezes citado por Francisco Negrão.
Educação/ Profissão	Bacharel em Direito, São Paulo [27/nov/1865] – turma de Tristão Cardoso de Menezes, Generoso Marques dos Santos, José dos Santos Pacheco Lima, João José Pedrosa e Joaquim Ignácio Silveira da Mota Junior; Advogado; juiz;
Cargos públicos	Juiz municipal e de órfãos do termo de Guarapuava [1868]; Promotor público em Castro [1870]; promotor público em Paranaguá [1871]; procurador fiscal da tesouraria do Paraná; juiz municipal de Ponta Grossa [1873]; Inspetor paroquial das escolas de Ponta Grossa [1880]; Deputado provincial [1880/81, 84/85, 86/87, 88/89]; <i>República</i> : Nomeado juiz de Direito e inspetor literário paroquial em Palmeira [1890]; Deputado estadual [1891/92];
Partido Político	Liberal <i>República</i> : PR
Títulos	

NEGRÃO, *op.cit.*, vol.4, 1929, p.398;

188. Vicente Machado da Silva Lima


Nasc/Morte	Castro, 9/ago/1860 – Curitiba, 3/mar/1907 = 47 anos
Residência	Curitiba [pós-1881]; Ponta Grossa [pós-1883];
Casamento / Família	<i>Título Carrascos dos Reis</i> . Cf. 5-4 de 4-1, p.267, vol.1, traços biográficos e descendentes. Filho do Dr. José Machado da Silva Lima (nascido em 1822 – consta ter sido <i>eleitor</i> em Antonina [1869/72] e vereador em juiz de paz em Antonina [1873/76]) e de sua segunda esposa Ana Guilhermina Laynes Pinheiro, filha de Vicente Ferrer Pinheiro, que foi o patrono doméstico de Vicente Machado. Ana Guilhermina é irmã do deputado Francisco Ferrer Pinheiro. Casado em primeiras núpcias com Antonia Moreira Lima, filha de Antonio Moreira Lima e Constança Alves; com 4 filhos: Dr. Caio Graco Machado Lima (casado com Ercília Coelho); Dr. Antonio Jorge da Silva Lima (casado com Zayra de Abreu, filha do Dr. Candido Ferreira de Abreu e Euphrasina Corrêa de Abreu), Dr. Vicente Machado Filho (casado com Ondila Cordeiro Machado); João Antonio Machado Lima; E segundas núpcias com Helena de Loyola, filha do Coronel Joaquim Antonio de Loyola e Guilhermina dos Santos Loyola; com dois filhos: Laura Loyola Machado Lima (casada com tenente Leo Cavalcanti) e Gastão de Loyola Machado Lima. Era parente do Padre Chagas, fundador de Guarapuava e do Padre Agostinho Machado Lima (CARNEIRO, 1963, p.283).
Educação / Profissão	Bacharel em Direito, em São Paulo [1881]; Escritório de advocacia em Curitiba, Praça D. Pedro II, n.º 3 [1882]; Escritório de advocacia em Ponta Grossa [pós 1883]; influente orador e líder político; escritor nos jornais <i>Dezenove de Dezembro</i> como membro do partido liberal e <i>A Província do Paraná</i> do partido liberal; e na República: jornal <i>A República</i> , órgão oficial do Partido Republicano Federal; membro da Academia de Letras do Paraná;
Cargos públicos	Promotor público de Curitiba [1881]; Secretário do governo do Dr. Carlos Augusto de Carvalho [1882/83]; Professor de Filosofia, Retórica, no Instituto Paranaense [1882]; Promotor público em Curitiba [1882]; Juiz municipal da comarca de Ponta Grossa [1883/85], local em que abre escritório de advocacia e filia-se no Partido Liberal; Deputado provincial [1886/87, 88/89]; <i>República</i> : fez parte do Governo Provisório como chefe de polícia e, depois membro chefe da comissão da junta legislativa do Estado (por motivo de dissolução da assembleia legislativa provincial), comissão que deveria também organizar um novo partido político no Paraná e tratar da administração do Estado; e, ao mesmo tempo, superintendente da Instrução pública (com a comissão desfeita logo em 1890); fez parte do Congresso Constituinte Estadual [1891/92; 1892 – momento decisivo que marca sua definitiva liderança política a frente do Partido Republicano Federalista; 1896/97; 97/98; 99; 1900/01; 1902/03]; Vice-governador do Paraná [25/fev/1892 a 25/fev/1896]; Revolução Federalista (Francisco NEGRÃO defende Vicente Machado pela sua retirada de Curitiba e sua inocência frente ao assassinato do Barão do Serro Azul e seus companheiros); Senador pelo Paraná [1895/1902]; Governador do Paraná [1904 a 1907, ano de seu falecimento] (Generoso Marques dos Santos era o principal chefe da oposição a Vicente Machado);
Partido Político	Liberal; Na República: Partido Republicano Federal
Títulos	Cavaleiro da Ordem da Rosa [set/1884];
Figura	

NEGRÃO, *op.cit.*, 1926, vol.1, p.267-276; NEGRÃO, *op.cit.*, 1950, vol.6, p.66; CARNEIRO, 1963, p.283-286; GOULART, 2008, p.166-174; CORRÊA, 2006;

Paranaenses Presidentes da Província do Paraná

1. Agostinho Ermelino de Leão

Nasc/Morte	Paranaguá, 25/mar/1834 – Curitiba, 28/jul/1901 = 67 anos
Casamento / Família	Filho único do Conselheiro desembargador Agostinho Ermelino de Leão [Salvador,

	Baía, 28/ago/1797, formado em Direito, Coimbra, 1823, sendo nomeado juiz do foro de Paranaguá em 1825, falecido em Recife, Pernambuco, 16/jan/1863] e de Maria Clara Pereira de Leão, filha do último capitão mor de Paranaguá, Manoel Antonio Pereira. Casados em Paranaguá [6/ago/1826]; (Ficou ao lado da legalidade nas revoltas dos farrapos e de Sorocaba); Casou com Maria Barbara Correia, filha de Manoel Francisco Correia Junior; Seus filhos: Maria Francisca de Leão e Maria Barbara de Leão casaram com Joaquim Antonio Guimarães, filho do Visconde de Nacar, primeira e segundas núpcias; Maria Clara de Leão casou com seu primo o médico Dr. Antonio Candido de Leão; Maria das Dores de Leão, casou com o industrial da erva mate Francisco Face Fontana, cavalheiro da Ordem da Rosa (o filho Francisco Fido Fontana irá casar com Iphigênia Correia, filha dos barões de Serro Azul); Agostinho Ermelino de Leão casado com sua prima Maria Clara de Abreu, industrial da erva mate, terão o filho Agostinho Ermelino de Leão Junior; Dr. Ermelino Agostinho de Leão, bacharel em Direito, escritor; Ildefonso de Leão casado com Maria Leocadia Cysneiro;
Residência	Curitiba
Educação / Profissão	Bacharel em Direito, Faculdade de Recife; escritor;
Cargos públicos	Juiz Municipal de Olinda; Juiz de Direito de Caçapava e de S. Maria da Bocca do Monte (Rio Grande do Sul) e de Curitiba, onde exerceu a judicatura de 1865 a 1886 [22 anos] (tanto tempo de exercício num mesmo local foi algo inédito. Francisco Negrão diz que até seus adversários políticos (os liberais) respeitavam sua pessoa pela retidão de suas ações); vice-presidente da província do Paraná por 4 vezes; Chefe de polícia do Paraná; fundou o museu paranaense com o Dr. José Candido da Silva Muricy, sendo diretor por muitos anos; foi um dos fundadores do teatro S. Theodoro, do Club Curitybano, da Sociedade de Acclimação Paranaense, da Sociedade Dramatica “Melpomene” e outras. Chefiou as comissões organizadoras de representação paranaense nas exposições de Philadelphia, Vienna e Paris. Desembargador da Relação da Bahia [maio/1886/88]; Desembargador da Relação de São Paulo [1888/92]; aposentado, volta a Curitiba, e constrói a Capela de Nossa Senhora da Glória, no alto da XV, na capital, em frente ao palacete dos Leões;
Partido Político	Conservador
Títulos	Comenda Oficial da Ordem da Rosa e com a do Cruzeiro
Figura	 Agostinho Ermelino de Leão: figura retirada do livro de David CARNEIRO, (1949).

NEGRÃO, 1928, vol.3, p287-290; CARNEIRO, 1949 (sobre o pai Conselheiro Agostinho Ermelino de Leão);

2. Joaquim José Alves

Nasc/Morte	
Casamento / Família	Filho de Joaquim José Alves, o velho (filho do capitão mor de Antonina Manoel José Alves) e Seraphina Rodrigues Ferreira; Coronel Joaquim José Alves (<i>título Alves</i>) casado com Guilhermina Miró (filha de José Miró de Freitas e Catharina Miró – <i>título Cardoso de Lima</i>);
Residência	
Educação / Profissão	
Cargos públicos	Vice-presidente da província do Paraná (03/set/1889 a 11/set/1889 = 9 dias), numa rápida substituição a uma licença do presidente da província Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá.
Partido Político	Liberal
Títulos	

NEGRÃO, 1946, vol.5, p.53 e 272;

Anexo 2 – Políticos paranaenses e a Genealogia Paranaense de Francisco Negrão

Deputados provinciais – 1853 a 1889	Genealogia Paranaense (volume e pág.)	Título ou Tronco
1. Agostinho Machado Lima	1, p.284	Carrascos dos Reis
2. Antonio de Sá Camargo	1, p.346	Carrascos dos Reis
3. Antonio Joaquim Ribeiro	1, p.573	Carrascos dos Reis
4. Antonio José de Faria	1, p.303	Carrascos dos Reis (esposa)
5. Antonio Machado Lima	1, p.304	Carrascos dos Reis
6. Benedicto Enéas de Paula	2, p.118	Carrascos dos Reis (mãe)
7. Bento Florêncio Munhoz	1, p.262	Carrascos dos Reis
8. Bonifácio José Baptista	Não*	Carrascos dos Reis e Cardoso de Lima
9. Brazílio Ferreira da Luz	1, p.207	Carrascos dos Reis
10. Caetano José Munhoz	1, p.237	Carrascos dos Reis
11. Domingos Martins de Araújo	1, p.354; 3, p.175	Carrascos dos Reis
12. Eugênio Guilherme Virmond	1, p.408	Carrascos dos Reis e Leonor Taques (esposa)
13. Francisco Ferreira da Rocha Loures	1, p.467; 4,p.212	Carrascos dos Reis e Matheus Leme
14. Francisco Alves Guimarães	1, p.437	Carrascos dos Reis (esposa)
15. Francisco Theresio Porto (Neto)	1, p.478; 3, p.531	Carrascos dos Reis (pai) e Rodrigues de França e Pereira Braga (esposa)
16. Generoso Marques dos Santos	2, p.119	Carrascos dos Reis (mãe)
17. Isaias Ribeiro de Andrade e Silva	Não*	Não (pai do deputado Benedicto Eneas de Paula)
18. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá	1, p.374-397; 3, p.74	Carrascos dos Reis (mãe) e Rodrigues de França (esposa)
19. João Luiz de França Miranda	1, p.553	Carrascos dos Reis
20. Joaquim José do Amaral	1,p.201	Carrascos dos Reis (esposa)
21. Joaquim José Pinto Bandeira	1, p.520	Carrascos dos Reis
22. Jorge Marcondes de Albuquerque	1, p.355	Carrascos dos Reis (esposa)
23. José Antonio de Camargo e Araújo	1, p.350	Carrascos dos Reis
24. Frederico Guilherme Virmond	1, p.407	Carrascos dos Reis (esposa)
25. José Antonio Ferreira	1,p.553	Carrascos dos Reis
26. José Candido da Silva Muricy	1, p.165	Carrascos dos Reis (esposa)
27. José Celestino de Oliveira	1, p.228	Carrascos dos Reis (esposa)
28. Luiz da Silva Gomes	1, p.586	Carrascos dos Reis
29. Manoel Antonio Ferreira	1, p.553	Carrascos dos Reis
30. Manoel Gonçalves de Moraes Roseira	1, p.547	Carrascos dos Reis e Rodrigues Seixas (esposa)
31. Manoel José de Souza	1, p.164	Carrascos dos Reis (esposa)
32. Vicente Machado da Silva Lima	1, p.267	Carrascos dos Reis
33. Antonio Ribeiro de Macedo	2, p.312	Rodrigues Seixas
34. Antonio Ricardo Lustosa de Andrade	2, p.253	Rodrigues Seixas
35. Augusto Lustosa de Andrade Ribas	6,p.286	Rodrigues Seixas
36. Benedicto Pereira da Silva Carrão	2, p.257	Rodrigues Seixas (esposa)
37. Bento Fernandes de Barros	2, p.465	Rodrigues Seixas (esposa)
38. Coriolano Silveira da Motta	2, p.507	Rodrigues Seixas
39. Damaso Corrêa Ribas	2, p.401; 4, p.383	Rodrigues Seixas (mãe) e Teixeira Coelho (pai)
40. Euzébio Silveira da Motta	2, p.481	Rodrigues Seixas
41. Francisco de Assis Ribas	2,p.385	Rodrigues Seixas
42. João Baptista Lustosa Ribas	2, p.251	Rodrigues Seixas
43. João de Souza Dias Negrão	2, p.184; 3, p.145	Rodrigues Seixas (mãe) e Rodrigues de França (esposa)
44. João Thobias Pinto Rebello	2, p.155	Rodrigues Seixas
45. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho	2, p.447	Rodrigues Seixas (esposa)
46. Joaquim Ignácio Silveira da Motta	2, p.473	Rodrigues Seixas (esposa)

47. Joaquim Ignácio Silveira da Motta Junior	2, p.477	Rodrigues Seixas
48. Joaquim Lourenço de Sá Ribas	2,p.447	Rodrigues Seixas
49. José Arthur Murinelly	2, p.473	Rodrigues Seixas (esposa)
50. José Borges de Almeida Taques	2, p.393	Rodrigues Seixas (esposa)
51. José de Freitas Saldanha	2, p.354	Rodrigues Seixas
52. José de Souza Ribas	2, p.368	Rodrigues Seixas
53. José Lourenço de Sá Ribas	2, p.446	Rodrigues Seixas
54. José Lourenço de Vasconcellos Chaves	2, p.469	Rodrigues Seixas e Oliveira Cardoso (ambos esposa)
55. José Mathias Gonçalves Guimarães	2, p.519; 3, p.186	Rodrigues Seixas e Rodrigues de França (esposa)
56. José Olintho Mendes de Sá	Não*	Rodrigues Seixas (mãe)
57. José Ribeiro de Macedo	2, p.290	Rodrigues Seixas
58. Lourenço Taborda Ribas de Andrade	2, p.248	Rodrigues Seixas
59. Manoel de Souza Dias Negrão	2, p.238	Rodrigues Seixas
60. Manoel do Nascimento Abreu	2, p.222	Rodrigues Seixas (esposa)
61. Manoel Ferreira Ribas	2, p.249, 391	Rodrigues Seixas
62. Mathias Taborda Ribas	2, p.247	Rodrigues Seixas
63. Pedro Ferreira Maciel	2,p.554	Rodrigues Seixas
64. Ricardo de Souza Dias Negrão	2, p.214	Rodrigues Seixas
65. Amazonas de Araújo Marcondes	1, p.216; 3,p.454	Rodrigues de França
66. Antonio Alves de Araujo	3, p.68 e 305	Rodrigues de França
67. Antonio Candido Ferreira de Abreu	3, p.176	Rodrigues de França (esposa)
68. Antonio José Xavier de Faria e Albuquerque	1, p.355; 3, p. 497	Rodrigues de França (esposa)
69. Antonio Ricardo do Nascimento	2, p.523; 3, p.124	Rodrigues de França e Rodrigues Seixas (esposa)
70. Antonio Ricardo dos Santos	3, p.130	Rodrigues de França e Moraes Cordeiro
71. Antonio Ricardo dos Santos Filho	3, p.132	Rodrigues de França e Moraes Cordeiro
72. José Pereira dos Santos Andrade	4, p.150	Rodrigues de França e Moraes Cordeiro
73. Arthur Ferreira de Abreu	3, p.160	Rodrigues de França
74. Domingos Ferreira Maciel	3, p.618	Rodrigues de França
75. Emygdio Westphalen	3, p.527; 4, p.478	Rodrigues de França
76. Francisco Ferreira Corrêa	3,p.277	Rodrigues de França
77. Hypólito Alves de Araujo	1, p.397; 3, p.81	Rodrigues de França e Carrascos dos Reis (esposa)
78. Ildefonso Pereira Correia	3, p.300	Rodrigues de França
79. João Baptista Ferreira Bello	3, p.398	Rodrigues de França
80. João Eugênio Gonçalves Marques	3, p.105	Rodrigues de França (esposa)
81. João Ferreira Corrêa	3, p.297	Rodrigues de França
82. João Manoel da Cunha	3, p.423	Rodrigues de França (esposa)
83. Joaquim Antonio dos Santos	3, p.420	Rodrigues de França
84. Joaquim Antonio Guimarães	3, p.165	Rodrigues de França
85. Joaquim Severo Correia	3, p.287	Rodrigues de França
86. Joaquim Ventura de Almeida Torres	3, p.420	Rodrigues de França (esposa)
87. José Antonio de Mendonça	3, p.305	Rodrigues de França (esposa)
88. José Antonio dos Santos	2, p.149; 3, p.152	Rodrigues de França
89. José Antonio Pereira Alves	3, p.64	Rodrigues de França (esposa)
90. José Gonçalves de Moraes	3, p.127	Rodrigues de França (esposa)
91. José Leandro da Costa	3, p.402	Rodrigues de França
92. José Mathias Ferreira de Abreu	3, p.166	Rodrigues de França (esposa)
93. Laurindo Abelardo de Brito	Não*	Rodrigues de França (sogra)
94. Leocádio José Correia	3, p.482	Rodrigues de França (esposa)
95. Lourenço Justiniano Ferreira Bello	3, p.398	Rodrigues de França
96. Luiz Manoel Agner	2, p.511; 3, p.249	Rodrigues de França e Moraes Cordeiro (esposa)

97. Luiz Ramos Figueira	6, p.73; 3,p.238	Rodrigues de França e Laynes (esposa)
98. Manoel Alves de Araújo	3, p.70	Rodrigues de França
99. Manoel Antonio Guimarães	3, p.164	Rodrigues de França
100.Manoel Eufrásio Correia	3, p.198, 323	Rodrigues de França
101.Manoel Francisco Correia Junior (pai)	3,p.275-277	Rodrigues de França
102.Manoel Francisco Correia (senador)	3,p.277-285	Rodrigues de França
103.Manoel Francisco Correia Junior	3,p.285-286	Rodrigues de França
104.Manoel Ignácio do Canto e Silva	3, p.491	Rodrigues de França (esposa)
105.Manoel Leocádio de Oliveira	2, p.472; 3, p.400	Rodrigues de França e Rodrigues Seixas (esposa)
106.Manoel Marcondes de Sá	3, p.512	Rodrigues de França
107.Manoel Ricardo Carneiro	3, p.418	Rodrigues de França
108.Modesto Gonçalves Cordeiro	3, p.202	Rodrigues de França
109.Norberto José de Miranda	3, p.374	Rodrigues de França (esposa) e Miranda
110.Pedro Lustosa de Siqueira	3, p.640	Rodrigues de França
111.Prescilliano da Silva Correia	3, p.307	Rodrigues de França
112.Raymundo Ferreira de Oliveira Mello	3, p.222	Rodrigues de França
113.Ricardo Gonçalves Cordeiro	3, p.203; 4, p.154	Rodrigues de França e Moraes Cordeiro
114.Theotônio Marcondes de Albuquerque	3, p.497	Rodrigues de França
115.Antonio Alves de Oliveira	4, p.380	Teixeira Coelho (esposa)
116.Damaso José Correia	4, p.380	Teixeira Coelho
117.Francisco José Correia	4, p.379	Teixeira Coelho
118.David dos Santos Pacheco	4, p.422	Pereira Braga
119.José Pacheco dos Santos Lima	4, p.414	Pereira Braga
120.Francisco Theresio Porto	1, p.477	Pereira Braga (esposa)
121.Tristão Cardoso de Menezes	4, p.398	Pereira Braga
122.Antonio Francisco Correia de Bitencourt	4, p.186	Moraes Cordeiro
123.Sérgio Francisco de Souza Castro	4, p.123	Moraes Cordeiro
124.Francisco Pinto de Azevedo Portugal	4, p.340	Xavier Pinto
125.Francisco Pinto de Azevedo Portugal Filho	4, p.349	Xavier Pinto
126.João de Abreu Sá Sotto-Maior	4, p.356	Xavier Pinto
127.José Mathias Muller	4, p.347	Xavier Pinto (esposa)
128.James Franco de Souza	4, p.567	Oliveira Cardoso
129.João de Oliveira Franco	4, p.578	Oliveira Cardoso
130.Manoel de Oliveira Franco	1, p.480; 2,p.462-463	Oliveira Cardoso e Rodrigues Seixas (esposa)
131.Francisco José Correia de Bittencourt	5, p.16	Corrêa de Bittencourt
132.Joaquim José Bellarmino Bittencourt	5,p.25	Corrêa de Bittencourt
133.José Maria Barreto Falcão	5, p.33	Corrêa de Bittencourt (esposa)
134.Manoel José da Cunha Bittencourt	5, p.14	Corrêa de Bittencourt
135.Manoel José da Cunha Bittencourt (filho)	5, p.14	Corrêa de Bittencourt
136.Bonifácio José Villela	5, p.143	Cardoso de Lima (esposa)
137.Domingos Antonio da Cunha	5, p.149	Cardoso de Lima (esposa)
138.Ernesto Francisco de Lima Santos	5, p.73	Cardoso de Lima (esposa)
139.Francisco de Paula Ferreira Ribas	Não*	Cardoso de Lima (esposa)
140.João da Silva Machado (senador)	5, p.86	Cardoso de Lima (esposa)
141.João Manoel Ribeiro Vianna	5, p.55	Cardoso de Lima
142.José Joaquim Marques de Souza	Não*	Cardoso de Lima
143.José Joaquim Pereira Branco	Não*	Cardoso de Lima
144.José Miró de Freitas	5, p.53	Cardoso de Lima
145.Tiburcio Borges de Macedo	2,p.370; 5,p.76	Cardoso de Lima e Rodrigues Seixas (esposa)

146.João Baptista Brandão de Proença	6, p.129	Brandão de Proença
147.José Joaquim Franco do Valle	6, p.131	Brandão de Proença (esposa)
148.Agostinho Antonio Pereira Alves	6, p.266	Pereiras
149.Caetano de Souza Pinto	6, p.151	Souza Pinto
150.Francisco Ferrer Pinheiro	6, p.68	Laynes
151.João José Pedrosa	6, p.75	Laynes
152.Francisco Xavier da Silva	6, p.342	Xavier da Silva
153.José Cleto da Silva	6, p.230	Santos (esposa)
154.Luiz Antonio Xavier	6, p.208	Silva Pereira
155.Manoel Gonçalves Marques	6, p.182	Marques de Jesus
156.Ricardo José da Costa Guimarães	6, p.230	Santos (esposa)
157.Telêmaco Augusto Morocines Borba	6, p.100	Morocine Borba
158.Augusto Lobo de Moura	Não	Não; filhos incorporam-se nas tradicionais famílias
159.Antonio Augusto Ferreira de Moura	Não* 1, p.225	Não (família Borges, esposa; e filha – título Carrascos dos Reis)
160.José Florentino de Sá Bittencourt	Não* 2, p.393	Não; Borges de Macedo (esposa)
161.Amantino José Borges	Não*	Não (família Borges)
162.Olegário Rodrigues de Macedo	Não* 5, p.181	Não; irmã casou com a família Taques
163.Luiz Daniel Cleve	Não* 2, p.596; 3,p.453	Não; Referência a filhos que casaram
164.Tertuliano Teixeira de Freitas	Não* 4, p.567	Oliveira Cardoso
165.Trajano Joaquim dos Reis	Não* 6, p.443	Não; filha – Título Muller
166.Fernando Antonio de Miranda	Não*	Não; Família Miranda, litoral do PR
167.Joaquim Dias da Rocha	Não*	Não; Família de Índio Moraes
168.Antonio Braga de Araújo	Não*	Não
169.Domingos Ferreira Pinto	Não*	Não; barão de Guaraúna
170.Joaquim Ferreira Pinto	Não*	Não
171.João de Menezes Dória	Não*	Não
172.José Fernandes Corrêa	Não*	Não
173.José Martins de Araujo	Não*	Não
174.Francisco Manoel de Assis França	Não*	Não
175.Adolpho Hurllemann	Não	Não
176.André Rebouças	Não	Não
177.Antonio Duarte de Camargo	Não	Não
178.Feliciano Nepomuceno Prates	Não	Não
179.Gregório José Lopes Nunes	Não	Não
180.Henrique de Beaurepaire Rohan	Não	Não
181.Ignácio Alves Correia Carneiro	Não	Não
182.Jordão Homem Pedroso	Não	Não
183.José da Rocha Vianna	Não	Não
184.José Ferreira de Barros	Não	Não
185.José Francisco da Rocha Pombo	Não	Não
186.José Jacintho Linhares	Não	Não
187.José Justino de Mello	Não 3, p.539	Não; filha – Título Rodrigues de França
188.Justiniano de Mello e Silva	Não	Não

OBS.: * Apesar de não ser citado pela obra de Francisco Negrão, é possível, através de outras fontes genealógicas concluir que o político pertence a uma família tradicional do Paraná.

ANEXO 3 – ELEITORES, VEREADORES E JUÍZES DE PAZ DO PARANÁ

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 7/SET/1856

Tabela 1 – Vereadores e juizes de paz do planalto curitibano, 1857-1860

VEREADORES – Curitiba	Votos	JUÍZES DE PAZ – Curitiba	
1. Dr. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá	1013	1. João Baptista Brandão de Proença	542

2. Padre João de Abreu Sá Sotto Maior	980	2. Comendador Manoel Gonçalves de Moraes Roseira	533
3. Ignácio José Moraes	964	3. Tenente Coronel Manoel Antonio Ferreira	523
4. Benedicto Enéas de Paula	959	4. Francisco Antonio Nobrega	448
5. Joaquim Lourenço de Sá Ribas	954	Suplentes	
6. Manoel de Freitas Saldanha	930	Manoel de Oliveira Franco	265
7. Floriano Berlintes de Castro	882	João Silveira de Miranda	250
8. Bento Florêncio Munhós	846	Serafim de Assis e Oliveira França	240
Suplentes - Curitiba		Engracio Ortiz Taborda Ribas	232
Antonio Ricardo Lustosa de Andrade	821	Juízes de paz - Freguesia de Votuverava	
Tiburcio Borges de Macedo	387	1. João de Sant' Anna Costa Rosa	75
Dr. José Candido da Silva Murici	308	2. Crispim Pires Monteiro	72
Manoel José da Cunha Bittencourt	299	3. Antonio José de Freitas Saldanha	59
João de Oliveira Franco	290	4. Manoel da Assumpção Santos	53
Dr. Francisco Januario da Gama Cerqueira	290	Suplentes	
Francisco da Silva Pereira	224	Joaquim Antonio de Castro	39
Vicente Ferreira da Luz	183	João Antonio de Castro	31
João Pacheco Amora Junior	129	José Cardoso Leite	26
Norberto Nunes Barbosa	118	José Joaquim Monteiro	26
		Juízes de paz - Freguesia do Yguassú	
		1. Luiz Antonio de Sá Ribas	113
		2. Francisco de Paula Cordeiro Ribas	103
		3. Joaquim Gonçalves Palhano	83
		Suplentes	
		Nicolao do Valle Ribeiro	59
		Manoel João do Valle Ribeiro	15
		Joaquim Gomes de Oliveira	14
		Manoel Teixeira Falcão	13
VEREADORES – São José dos Pinhais	Votos	Juízes de Paz – São José dos Pinhais	Votos
1. Francisco de Paula Prestes Branco			
2. Antonio Joaquim Padilha			
3. Joaquim José Machado Teixeira			
4. Manoel Ferreira de Mello			
5. Francisco Simões de Oliveira			
VEREADORES – Castro			
1. Bonifácio José Baptista			
2. Anacleto Pereira Bueno			
3. Joaquim Anacleto da Fonseca			
4. João Antonio da Costa Mesquita			
5. José de Marins Loureiro			
6. Antonio Rolin de Moura			
VEREADORES – Guarapuava			
1. Luiz da Silva Gomes			
2. Hermenegildo Alves de Araujo			
3. Francisco José dos Santos			
4. Joaquim Fidencio de Carvalho Lima			
5. Francisco Manoel de Assis França			
VEREADORES – Ponta Grossa			
1. Francisco Martins de Araujo (Presidente)			
2. Frederico Martinho Bahls			
3. Joaquim Procópio de Souza Castro			
4. Cândido Xavier de Almeida e Souza			
5. Alexandre da Rocha Ferreira			
6. José Joaquim Pereira Branco			
7. Manoel Antonio dos Santos			
VEREADORES – Vila do Príncipe			
?			

O Dezenove de Dezembro, 17/set/1856, para Curitiba. *O Dezenove de Dezembro*, 11/fev/1857, para São José dos Pinhais, mas foram publicados os juizes de paz eleitos nesta vila. *O Dezenove de Dezembro*, 28/jan/1857, para Castro e Guarapuava, mas não foram publicados os juizes de paz eleitos. Vereadores de Ponta Grossa, in: <http://www.plantaodacidade.com.br/novo/vereadores> (Acesso em 15/dez/2013). Não foram publicados os juizes de paz e vereadores da Vila do Príncipe (Lapa).

Tabela 2 – Vereadores do litoral paranaense, 1857-1860

VEREADORES – Paranaguá	Votos	Juízes de paz	Votos
1. Manoel Antonio Guimarães			
2. Manoel Ricardo Carneiro			
3. Manoel da Cunha Pacheco			
4. Manoel Miró			
5. Manoel Carvalho Gomes			
6. João Antonio de Miranda			
7. Joaquim Felix da Silva			
VEREADORES – Antonina			
1. Luiz Carmeliano de Miranda			
2. João Antonio Pereira			
3. Antonio Felipe de Souza e Silva			
4. Domingos Thadeo Ferreira			
5. José da Costa Pinto			
6. Joaquim Ferreira da Silva			
7. Luiz Manoel da Cunha			
VEREADORES – Guaratuba			
1. Manoel Pereira Liberato			
2. Manoel Pereira de Miranda			
3. Felisberto José de Miranda			
4. Gregorio Antonio da Costa			
5. Antonio José da Rocha			
6. Francisco José Gonçalves			
7. José Antonio Ferraz			
VEREADORES – Morretes			
1. Francisco Antonio da Costa Nogueira			
2. João José Figueira			
3. Amando Rodrigues Pereira da Cunha			
4. Antonio Ricardo dos Santos Filho			
5. Joaquim Antonio dos Santos			
6. Antonio Luiz Gomes			

O Dezenove de Dezembro, 11/fev/1857; Não foram publicados os juizes de paz eleitos.

ELEIÇÕES PARA ELEITORES EM DEZEMBRO DE 1856

Tabela 3 – ELEIÇÃO PARA *ELEITORES* DO PLANALTO, 1857-1860

Eleitores – Curitiba	Votos
1. <i>Benedicto Enéas de Paula</i>	513
2. Ignacio José de Moraes	512
3. Manoel Antonio Carneiro	510
4. <i>Padre Isaias Ribeiro de Andrade e Silva</i>	510
5. <i>Padre João de Abreu e Sá Sotto Maior</i>	509
6. <i>Comendador Manoel Gonçalves de Moraes Roseira</i>	508
7. <i>Vigário Agostinho Machado Lima</i>	508
8. <i>Manoel Antonio Ferreira</i>	508
9. <i>Joaquim José Pinto Bandeira</i>	508
10. <i>Joaquim Lourenço de Sá Ribas</i>	508
11. Floriano Berlintes de Castro	506
12. <i>Tiburcio Borges de Macedo</i>	505
13. <i>Caetano José Munhos</i>	504

14. Joaquim Marques dos Santos	504
15. Vicente Antonio Rodrigues Borba	503
16. Bento Florencio Munhos	503
17. João José de Freitas Saldanha	503
18. Firmino Gonçalves Cordeiro	503
19. Tobias Pinto Rebello	502
20. Joaquim Affonso Ennes ²²²	502
21. Bento Alves de Araujo	501
22. João Antonio de Sá Ribas	500
23. Francisco Borges de Macedo	499
24. João Antonio Ferreira	499
25. Luiz Antonio de Sá Ribas	498
26. Francisco Pereira Alves	475
27. Francisco de Paula Cordeiro Ribas	464
Vila do Príncipe	
1. <i>David dos Santos Pacheco</i>	
2. Francisco Teixeira da Cunha	
3. <i>Antonio Alves de Oliveira</i>	
4. Joaquim de Paula Xavier	
5. Eulelio Antonio Muniz	
6. José Ignacio da Rocha	
7. Antonio Manoel da Cunha	
8. José Ferreira Branco	
9. João de Almeida Queiros	
Vila de São José dos Pinhais	
1. <i>Vigário João Baptista Ferreira Bello</i>	
2. Francisco da Silva Castro	
3. Francisco de Paula Prestes Branco	
4. Francisco Pereira de Magalhães	
5. Antonio Joaquim de Oliveira Portes	
6. Francisco Franco Moreira	
7. Francisco Xavier Mattoso	
8. Joaquim José Machado Teixeira	
9. Francisco Teixeira Franco	
10. Francisco Ignacio de Andrade	
11. Antonio Amaro da Rocha	
12. Antonio Joaquim Padilha	
Vila de Castro	
1. <i>Vigário Damaso José Corrêa</i>	
2. Modesto Antonio de Almeida	
3. Francisco Marcondes Ribas	
4. Francisco Rodrigues de Macedo ²²³	
5. Francisco Xavier de Gamarros	
6. Manoel Antonio Machado e Silva	
7. <i>Francisco de Paula Ferreira Ribas</i>	
8. <i>Bonifácio José Baptista</i>	
9. Antonio José de Camargo	
10. <i>Manoel Ignacio do Canto e Silva</i>	
11. Francisco Estevão Carneiro	
12. Antonio Moreira Jujú	
13. José Marins Loureiro	

²²² Capitão Joaquim Affonso Ennes, falecido em Curitiba em 11/jan/1879, era pai de Manoel Affonso Ennes, cunhado de João Baptista Brandão de Proença, e irmão de Ignácio José de Moraes (os dois últimos chegaram ao cargo de deputado provincial do Paraná).

²²³ Francisco Rodrigues de Macedo é pai do deputado provincial Olegário Rodrigues de Macedo.

14. Manoel Rodrigues da Rocha
15. Manoel Gonçalves da Paixão
Freguesia de Palmeira
1. <i>Padre José Antonio de Camargo e Araujo</i>
2. Manoel José da França Borges
3. Manoel de Paula Teixeira
4. Antonio Joaquim da Cruz Bastos
Freguesia de Rio Negro
1. Joaquim Pinto de Oliveira Ribas
2. João Taborda Ribas
Freguesia de Tibagi
1. Manoel Martins de Araujo
2. Manoel Martins de Araujo Filho
Vila de Guarapuava
1. <i>Vigário Antonio Braga de Araujo</i>
2. Francisco Antonio Alves da Rocha
3. <i>Major Antonio de Sá Camargo</i>
4. João Simão Gonçalves de Andrade
5. Joaquim Fidencio de Carvalho Lima

O Dezenove de Dezembro, 12/dez/1856 (grifo do autor).

Tabela 4 – ELEIÇÃO PARA *ELEITORES DO LITORAL*, 1857-1860

Paranaguá	Votos
1. <i>Comendador Manoel Antonio Guimarães</i>	467
2. Joaquim Candido Corrêa	445
3. Joaquim Felix da Silva	443
4. <i>Ricardo Gonçalves Cordeiro</i>	442
5. <i>Manoel Francisco Corrêa</i>	440
6. <i>José Francisco Corrêa</i>	432
7. <i>Raymundo Ferreira de Oliveira Mello</i>	432
8. Tristão Martins de Araujo França	429
9. Cypriano Custódio de Araujo	423
10. Antonio José de Carvalho	422
11. José Bento de Lacerda	421
12. José Alexandre Cardoso	418
13. Manoel da Cunha Pacheco	416
14. João Antonio de Miranda	414
15. Joaquim José Pereira	414
16. João Rodrigues Moreira	414
17. Manoel Cordeiro Gomes	413
18. Manoel Antonio Dias	408
19. Manoel Joaquim Pereira	408
20. Manoel Antonio Cordeiro	406
21. José Antonio de Siqueira	404
22. Domingos Ricardo dos Santos	404
23. Antonio Gonçalves do Nascimento	403
24. Joaquim Caetano de Souza	403
25. José Thomaz de Faria	395
Morretes	
1. <i>Modesto Gonçalves Cordeiro</i>	122
2. <i>Antonio Ricardo dos Santos Filho</i>	104
3. João Coelho Guedes	102
4. Manoel Ricardo do Nascimento	100
5. José Antonio Nóbrega	100
6. Manoel dos Santos Cordeiro	100
7. Rufino Gonçalves Cordeiro	99
Porto de Cima	

1. Manoel Ribeiro de Macedo	46
2. José Joaquim da Cunha Viana	48
3. Antonio Luis Gomes Junior	46
Antonina	
1. Padre Antonio Machado Lima	
2. João Antonio Pereira	
3. Luiz Carmeliano de Miranda	
4. Antonio Felipe de Sousa e Silva	
5. Francisco Antonio da Cruz	
6. Domingos Thadeo Ferreira	
7. Antonio da Costa Pinto Pereira	
8. José Antonio de Carvalho	

O Dezenove de Dezembro, 12/dez/1856. Não foram publicados os eleitores de Guaratuba.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 7/SET/1860

Tabela 5 – VEREADORES E JUÍZES DE PAZ eleitos no Planalto Curitibano (1861-1864)

VEREADORES - Curitiba	Votos	JUIZES DE PAZ – Curitiba	
1. Dr. Augusto Lobo de Moura (Presidente)	1088	1. João Baptista Brandão de Proença	754
2. Capitão Joaquim Lourenço de Sá Ribas	1083	2. João Manoel da Cunha	745
3. Capitão Tiburcio Borges de Macedo	1078	3. João José de Freitas Saldanha	742
4. Major Benedicto Eneas de Paula	1077	4. Dr. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá	741
5. Candido Martins Lopes	1077	SUPLENTES	
6. Manoel de Freitas Saldanha	1072	1. Bento Florêncio Munhós	470
7. Capitão Floriano Berlintes de Castro	1068	2. Manoel de Oliveira Franco	464
8. Francisco Pereira Alves	1068	3. Manoel do Nascimento Abreu	451
9. Tenente Manoel Gonçalves dos Santos	1065	4. Candido Gonçalves Guimarães	443
SUPLENTES - Curitiba		JUIZES DE PAZ – Freguesia do Yguassu	
1. Tenente Coronel João de Oliveira Franco	640	1. Luiz Antonio de Sá Ribas	
2. Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu	640	2. José Martins de Oliveira	
3. Tenente Coronel Manoel José da Cunha Bittencourt	639	3. Jesuíno Gonçalves de Oliveira	
4. Capitão Mathias Taborda Ribas	632	4. Francisco de Paula Cordeiro Ribas	
5. Tenente Coronel Fidelis José da Silva Carrão	631	JUIZES DE PAZ – Freguesia de Votuverava	
6. Tenente José de Camargo Pinto	629	1. Antonio João Vaz	48
7. Tenente Norberto Nunes Barbosa	627	2. Joaquim da Silva Monteiro	47
8. Alferes Joscelyn Franco de Souza	625	3. José Joaquim Monteiro	45
9. Capitão Luiz Manoel Agner	453	4. Manoel das Dores S. Paio	45
		SUPLENTES	
		1. Salvador de Christo Leite	43
		2. João de Sant'Anna Costa Rosa	39
		3. Manoel de Assumpção Santos	31
		4. Antonio José de Freitas Saldanha	31
VEREADOR – Vila do Príncipe	Votos	JUIZES DE PAZ – Vila do Príncipe	
1. Dr. José Francisco Corrêa	511	1. Joaquim de Paula Xavier	324
2. Joaquim Pacheco da Silva Resende	373	2. Francisco Teixeira da Cunha	311
3. Antonio Manoel da Cunha	348	3. Miguel José Corrêa	295
4. José Ferreira Bueno (ou Branco)	313	4. Joaquim Pereira Rezende	271
5. José Ignácio da Rocha	310	JUIZES DE PAZ – Rio Negro	
6. Simão Simplício Ferreira Guimarães	293	1. Joaquim Pinto de Oliveira Ribas	130
7. Manoel Pacheco de Carvalho	278	2. Fabrício Corrêa de Mello	130
SUPLENTES		3. João Taborda Ribas	111
1. João Elias de Almeida	222	4. Francisco de Paula Xavier Frade	111
2. João de Paula Xavier	200		
3. José Francisco Ribas	147		
4. Joaquim Pereira Rezende	144		

5. Dr. Francisco José Corrêa (<i>Conservador</i>)	86		
6. Simão Ferreira de Castilho	85		
7. Lourenço Taborda (<i>Conservador</i>)	73		
VEREADOR – São José dos Pinhais		Juízes de paz	
Antonio Joaquim Padilha			
Francisco de Paula Prestes Branco			
Francisco Simões de Oliveira			
Joaquim José Machado Teixeira			
Manoel Antonio Pereira Araujo			
Manoel Ferreira Melo			
Pedro Pereira Vale			
VEREADOR – Castro	Votos	JUIZES DE PAZ – Castro	
1. José Joaquim Marques de Souza	362	1. Joaquim José Borges	219
2. Antonio José Xavier de Faria Albuquerque	361	2. Joaquim José Marques de Souza	218
3. Francisco de Paula Saldanha	357	3. Antonio Rolim de Moura	217
4. Manoel Martins de Araujo Filho	353	4. Joaquim José Borges Júnior	216
5. Ceryno José Borges	353	SUPLENTES	
6. Joaquim Carneiro do Amaral	353	1. Dr. Laurindo Abelardo de Brito	158
7. Manoel Moreira Garcez Júnior	342	2. Francisco Xavier Gamarros	155
8. Antonio José da Silva Pompeo Capilé	261	3. Manoel Antonio Machado e Silva	155
9. Silvano Jaime de Proença	258	4. Antonio José de Camargo	154
SUPLENTES		JUIZES DE PAZ – Freguesia de Tibagy	
1. Dr. Laurindo Abelardo de Brito	188	1. Frederico Martins de Araujo	97
2. Feliciano Nepomuceno Prates	188	2. Zeferino Alves de Castro Machado	96
3. Francisco Marcondes Carneiro	188	3. Fidencio Borges de Oliveira	95
4. Francisco Xavier de Gamarros	188	4. Salvador Baptista Ribeiro	94
5. Manoel Antonio Machado e Silva	186	SUPLENTES	
6. João Antonio da Costa Mesquita	186	1. José Mariano Pinto	31
7. Francisco Estevão Carneiro	186	2. Gregório Betim	31
8. Victor de Azambuja Cidade	184	3. Manoel Antonio Mendes	31
9. Anacleto Ferreira Bueno	184	4. José Gonçalves Guimarães	31
		JUIZES DE PAZ – Freguesia de Jaguariaíva	
		1. Francisco Carneiro da Silva Lobo	51
		2. José Bernardes de Mascarenhas Camello	42
		3. Joaquim de Almeida Faria	35
		4. David Antonio Xavier da Silva	32
VEREADORES – Guarapuava	Votos	JUIZES DE PAZ DE GUARAPUAVA	
1. Major Antonio de Sá Camargo	244	Ildefonso José Gonçalves de Andrade	
2. Tenente Frederico Guilherme Virmond Junior	188	Antonio Alves Guimarães	
3. Brigadeiro Francisco Ferreira da Rocha Loures	169	Veríssimo Ignacio Marcondes	
4. Alferes Pedro de Siqueira Cortes	167	Policarpo Antunes Ferreira Maciel	
5. Hemenegildo Alves de Araujo	165	JUIZES DE PAZ – Freguesia de Palmas	
6. Alferes Manoel Moreira dos Santos	165	Francisco Antonio de Araujo	
7. João de Abreu e Araujo	165	Antonio Caetano de Oliveira Nhosinho	
SUPLENTES		Pedro Ribeiro de Sousa	
José Pedro dos Santos Pacheco	69	Joaquim Manoel de Oliveira Ribas	
Bento de Camargo Barros	69		
Manoel Joaquim de Oliveira	69		
Arlindo Silveira Miró	57		
João Simão Gonçalves de Andrade	56		
Norberto Mendes Cordeiro	55		
Manoel Baptista Bello	16		
VEREADORES – Ponta Grossa	Votos	VEREADORES – Ponta Grossa*	
1. Frederico Martins Bahls (Presidente)	513	Frederico Martins Bahls	

2. José Joaquim Pereira Branco	498	José Joaquim Pereira Branco	
3. Francisco de Assis Ribas	460	Francisco de Assis Ribas	
4. José da Rocha Ferreira Caçador	429	Joaquim Ferreira Pinto	
5. Padre Joaquim Manoel Alves Carneiro	416	Bonifácio José Vilella	
6. Antonio da Silva Leiria	358	João Alves da Maia	
7. Generoso Pinto Leal e Taques	330	Candido Mendes Ribeiro de Camargo	
		Francisco Martins Araujo	
		Fernando Penteado Rosas	
		Antonio Dias Batista	

O Dezenove de Dezembro, 24/out/1860, para Curitiba, Castro, Tibagy, Jaguariaíva, Ponta Grossa, Guarapuava e Palmas. *O Dezenove de Dezembro*, 12/set/1860, para Vila do Príncipe e Rio Negro; MAROCHI, 2003, p.14, para São José dos Pinhais, mas não foram publicados os juizes de paz. * Vereadores Ponta Grossa (<http://www.plantaodacidade.com.br/novo/vereadores> - Acesso em 15/dez/2013).

Tabela 6 – VEREADORES E JUÍZES DE PAZ ELEITOS EM PARANAGUÁ (1861-1864)

VEREADOR – Paranaguá	Votos	Juízes de paz	Votos
1. Manoel Leocádio de Oliveira	459		
2. Ricardo Gonçalves Cordeiro	446		
3. Leocadio Pereira da Costa	444		
4. Padre Albino José da Cruz	443		
5. Caetano de Souza Pinto	442		
6. José Gonçalves Marques	437		
7. João Ricardo Guimarães	434		
8. Luiz Fortunato Mendes	415		
9. Francisco Delrio Cárdenas	414		
SUPLENTES			
Carlos Augusto de Mello Franco	57		
Ricardo José da Costa	45		
Joaquim Antonio Pereira Alves	34		
Francisco Antunes Teixeira	33		
Jacinto Manoel da Cunha ²²⁴	31		
José Ferreira Pinheiro	30		
Domingos Corrêa de Freitas	30		
José Rodrigues Branco	30		
Ignacio Corrêa da Fonseca	25		
JUIZES DE PAZ – 1º DISTRITO			
1. José Antonio Pereira Alves	406		
2. José Leandro da Costa	402		
3. Manoel Antonio Pereira Alves	388		
4. João Alves Madeira	383		
SUPLENTES			
1. Manoel Antonio Guimarães	17		
2. Ricardo José da Costa	11		
3. Joaquim Felix da Silva	10		
4. Carlos Augusto de Mello Franco	8		
JUIZES DE PAZ – 2º DISTRITO			
1. João Isidoro da Costa e Silva	70		
2. Antonio Christovão	70		
3. Manoel Basílio de Miranda	70		
4. Antonio Ferreira da Costa	70		
JUIZES DE PAZ – Guarakessava			
	Votos		
1. Domingos Affonso Coelho	104		
2. João Izidoro da Costa	89		
3. Antonio Manoel Baptista	78		

²²⁴ Jachinto Manoel da Cunha, faleceu em Curitiba, em 19/jul/1905.

4. Manoel Bazilio de Miranda	76		
José da Cunha Marques	56		
Francisco Cyrillo da Costa e Silva	40		
Francisco de Paula Miranda	28		
Vidal da Silva Pereira			

O Dezenove de Dezembro, 19/set/1860; *Correio Oficial*, 19/jul/1861

Tabela 7 – VEREADORES E JUÍZES DE PAZ ELEITOS EM MORRETES (1861-1864)

VEREADOR – Morretes	Votos	
1. Comendador José Miró de Freitas	259	Liberal
2. Tenente Coronel Ricardo José da Costa Guimarães	258	Liberal
3. Major Francisco Pereira da Costa (1º suplente de delegado)	257	Liberal
4. Tenente Manoel Carneiro dos Santos	257	Liberal
5. Capitão João Gonçalves Marques	250	Liberal
6. José Cordeiro de Miranda (suplente do subdelegado e juiz municipal)	248	Liberal
7. José Pedro da Rocha Júnior (suplente do subdelegado)	248	Liberal
SUPLENTES		
1. Coronel Modesto Gonçalves Cordeiro	222	Conservador
2. Major José Fernandes Corrêa	202	Conservador
3. João Coelho Guedes	197	Conservador
4. Capitão Francisco Antonio da Costa Nogueira	196	Conservador
5. Alferes João José Figueira	195	Conservador
6. Fausto Bento Vianna	194	Conservador
7. Alferes Francisco da Costa Pinto	192	Conservador
JUIZES DE PAZ – Morretes		
1. Capitão Antonio Ricardo dos Santos	192	Conservador
2. Rufino Gonçalves Cordeiro (capitão da antiga guarda nacional)	190	Conservador
3. João Ferreira da Costa (capitão da antiga guarda nacional)	188	Conservador
4. Manoel Cordeiro Gomes (capitão da antiga guarda nacional)	187	Conservador
Joaquim Pedro da Rocha (delegado de polícia e juiz municipal)	171	Liberal
Capitão José Antonio dos Santos	167	Liberal
Tenente Francisco Luiz Ferreira	160	Liberal
Tenente Joaquim Antonio dos Santos	159	Liberal
JUIZES DE PAZ – Porto de Cima		
1. Tenente Coronel Manoel Gonçalves Marques	91	Conservador
2. Major Victorino José de Freitas	67	
3. Joaquim Severo Corrêa	63	Conservador
4. Modesto José da Silva	61	

O Dezenove de Dezembro, 12/set/1860; *O Dezenove de Dezembro*, 26/set/1860, *publicação pedida*, detalha os resultados dos partidos dos vereadores e juizes de paz eleitos em Morretes, porém, com o número de votos dos *liberais*, menores que o dos *conservadores*. Não foram publicados os resultados de Antonina e Guaratuba.

ELEIÇÕES PARA ELEITORES DE 30/DEZ/1860

Tabela 8 – *ELEITORES DE CURITIBA* (1861-1863)

ELEITORES – Curitiba, Igreja Matriz	Votos
1. Dr. José Francisco Cardoso	752
2. Professor João Manoel da Cunha	751
3. Tenente Coronel Manoel Antonio Ferreira	750
4. Capitão Joaquim Lourenço de Sá Ribas	750
5. Major Benedicto Eneas de Paula	749
6. Dr. José Lourenço de Sá Ribas	749
7. Capitão Manoel Antonio Carneiro	749
8. Capitão Tiburcio Borges de Macedo	749
9. João Baptista Brandão de Proença	749

10. Dr. Antonio José Affonso Guimarães ²²⁵	749
11. Padre Isaias Ribeiro de Andrade e Silva	747
12. Dr. Joaquim Dias da Rocha	747
13. Major Francisco de Paula Guimarães	747
14. Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta	741
15. José Antonio Ferreira	736
16. Tenente Ildefonso Marques dos Santos	727
17. Dr. José Candido da Silva Murici	725
18. Dr. Augusto Lobo de Moura	722
19. Capitão José Maria Barreto Falcão	720
20. Padre Gabriel Anunciado de Oliveira	719
21. Padre Agostinho Machado Lima	718
22. Capitão Francisco Caetano de Souza	718
23. Capitão Floriano Berlintes de Castro	717
24. Tenente Mathias Lourenço de Sá Ribas	717
25. Major Ignacio José de Moraes	715
26. Tenente João José de Freitas Saldanha	712
27. Tenente Antonio Augusto Ferreira de Moura	708
28. Alferes Lourenço Pinto de Sá Ribas	708
29. Tenente Manoel Gonçalves dos Santos	705
30. Capitão Joaquim Caetano de Souza	704
31. Alferes Sisenando de Sá Ribas	703
32. João Antonio Ferreira	703
33. Tenente Candido Machado Fagundes	703
34. Alferes João Baptista Ribeiro	701
35. Manoel Affonso Enes	700
36. Major Marcolino Rodrigues da Costa	691
37. José Antonio de Faria	691
38. José de Christo Leite	691
39. Alferes João José de Freitas Filho	684
40. Alferes Antonio Enes Bandeira	683
41. Antonio Ventura de Jesus	656
Suplentes	
<i>Seguem os nomes até o número 130 e dizendo haver ainda mais 35 cidadãos menos votados.</i>	

O Dezenove de Dezembro, 5/jan/1861; 9/jan/1861.

Tabela 9 – *ELEITORES DE CURITIBA – Votação paralela – duplicata, Igreja da Ordem em Curitiba (1861-1863)*

ELEITORES – Curitiba – Igreja do Rosário	Votos
1. Tenente Coronel Manoel de Oliveira Franco	764
2. Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães	750
3. Capitão Manoel do Nascimento Abreu	746
4. Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu	746
5. Dr. Bento Fernandes de Barros	718
6. Tenente Coronel Manoel José da Cunha Bittencourt	713
7. Comendador João de Oliveira Franco	714
8. Tenente coronel Caetano José Munhós	712
9. Major José Correia de Bittencourt	712
10. Padre Francisco José Correia de Bittencourt	712
11. Capitão Mathias Taborda Ribas	700
12. Tenente Manoel José da Cunha Bittencourt Junior	700

²²⁵ O Dr. Antonio José Affonso Guimarães, faleceu em Porto Alegre, em setembro/1885. Era desembargador da relação de Porto Alegre. Exerceu, também, o cargo de juiz de direito e interinamento o de chefe de polícia, nesta comarca de Curitiba.

13. Major Bento Florencio Munhós	695
14. Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá	694
15. Tenente José de Camargo Pinto	690
16. Capitão Paulino de Oliveira Franco	689
17. Alferes João de Souza Dias Negrão Junior	689
18. Tenente Norberto Nunes Barbosa	684
19. Capitão João Silveria de Miranda	684
20. João Florencio dos Reis	681
21. Ricardo de Souza Dias Negrão	681
22. Alferes Joscelyn Franco de Souza	679
23. Capitão Francisco Antonio Nobrega	678
24. Antonio Ricardo Lustosa de Andrade	675
25. Tenente Candido de Souza Guimarães	674
26. Jeronymo Mendes dos Santos	674
27. Tenente Bento Gonçalves de Assumpção	670
28. Major Vicente Ferreira da Luz	670
29. João Bittencourt	670
30. Alferes João Fabiano Cabral	663
31. Joaquim Luiz de Souza	661
32. Capitão Francisco da Silva Pereira	660
33. Capitão Luiz Manoel Agner	658
34. Tenente Francisco Antonio da Costa	645
35. Baldoino Luiz de Souza	637
36. Francisco de Souza Prestes	630
37. Florindo Luiz Artigas	627
38. Manoel Mendes dos Santos	624
39. Antonio Francisco Teixeira	610
40. Francisco Lucas Carneiro	605
41. Tiberio Augusto da Rocha	600

O Dezenove de Dezembro, 5/jan/1861

Tabela 10 – *ELEITORES DO PLANALTO (1861-1863)*

<i>ELEITORES – São José dos Pinhais</i>	Votos
1. Capitão Francisco de Paula Prestes Branco	236
2. Tenente Coronel Francisco da Silva Castro	226
3. Capitão José Teixeira da Cruz	226
4. Alferes Francisco Xavier Mattoso	226
5. Tenente Manoel Pereira de Araujo	226
6. Tenente Antonio Joaquim de Oliveira Portes	225
7. Capitão Francisco Pereira de Magalhães	225
8. Tenente Antonio Joaquim Padilha	225
9. Alferes Joaquim José Machado Teixeira	225
10. Padre João Baptista Ferreira Bello	224
11. Tenente Francisco Franco Moreira	224
12. Tenente Manoel Gonçalves Cordeiro	224
13. Pedro Antonio da Rocha	224
14. José Ferraz Lima	224
15. Alferes Francisco Teixeira Franco	223
16. Pedro Teixeira da ????	223
Suplentes liberais	
<i>ELEITORES – Campo Largo</i>	Votos
1. Padre Lourenço Justiniano Ferreira Bello	209
2. Alferes Francisco de Bastos Coimbra	209
3. Alferes Anotnio Ferreira de Albuquerque	209
4. Alferes Joaquim Pinto Ribeiro Nunes	209
5. Antonio Pinto Ribeiro Nunes	209
6. Francisco de Assis e Silva	209

7. Balduino Vidal	209
8. Pedro Ferraz de Oliveira Franco	209
9. Alferes Manoel Antonio de Andrade	208
10. Pedro Martins Saldanha	208
ELEITORES – Votuverava	Votos
1. João de Sant’Anna Costa Rosa	
2. Manoel de Assumpção Santos	
3. Tenente Antonio de Freitas Saldanha	
4. Tenente Bento Lucindo de Castro	
5. João Antonio de Castro	
6. Joaquim Antonio de Castro	
ELEITORES – Yguassú	Votos
1. Tenente Luiz Antonio de Sá Ribas	
2. Alferes Francisco de Paula Cordeiro Ribas	
3. Eusebio Martins Ferreira	
4. José Martins de Oliveira	
ELEITORES – Castro	Votos
1. Joaquim José Marques de Souza	266
2. Alferes Francisco de Paula Saldanha	265
3. José Joaquim Marques de Souza	264
4. Capitão Joaquim Carneiro e Silva Lobo	264
5. Tenente Coronel Joaquim José Borges	262
6. Tenente Coronel Feliciano Nepomuceno Prates	261
7. David Antonio Xavier da Silva	260
8. Tenente Coronel Bonifácio José Baptista	258
9. Candido Marcondes Carneiro	257
10. Capitão Francisco Xavier de Gamarros	122
11. Capitão Manoel Antonio Machado e Silva	121
12. Tenente Antonio Moreira Jujú	121
13. Tenente coronel Lourenço Marcondes Ribas	121
14. João Antonio da Costa Mesquita	120
15. Antonio Augusto da Fonseca	119
ELEITORES – Vila do Príncipe	Votos
1. Capitão Francisco Teixeira da Cunha	276
2. Tenente Joaquim de Paula Xavier	275
3. Coronel David dos Santos Pacheco	273
4. José Ignacio da Rocha	270
5. Capitão Antonio Manoel da Cunha	270
6. Manoel Pacheco de Carvalho	267
7. Tenente Coronel Joaquim Pacheco da Silva Rezende	266
8. Firmino José dos Santos Lima	266
9. Capitão José Ferreira Bueno	264
10. Capitão Joaquim Pereira Rezende	261
11. Alferes José Francisco Ribas	260
12. João de Almeida Queiroz	260
13. Pedro Fortunato de Souza Magalhães	257
14. Comendador Gregório Ferreira Maciel	236
Suplentes	
1. Tenente Coronel Antonio Alves de Oliveira	100
2. Major Miguel José Corrêa	97
3. Tenente Antonio Alves de Oliveira Filho	77
4. Padre Ignacio de Almeida Faria e Souza	73
5. Dr. Francisco José Corrêa	73
6. Capitão Francisco Teixeira Coelho	74
7. Alferes João Elias de Almeida	71
8. João Antonio Monteiro	69
9. Capitão Joaquim de França Ribas	66

10. Antonio José de Souza	65
11. Alferes José Maximiano de Faria	65
12. Manoel Cardoso Moreira	62
13. Alferes Antonio Bueno Ribas	59
14. Emilio Nunes Corrêa de Menezes	52
ELEITORES – Rio Negro	
1. Fabricio Corrêa de Mello	105
2. João Taborda Ribas	104
3. Tibiriçá Pacheco dos Santos	104
Suplentes	
1. Tenente João de Souza Guimarães	47
2. Coronel João Baptista de Oliveira Ribas	47
3. Vigário Antonio José Candido	46
ELEITORES – Tibagy	
1. Capitão Manoel Martins de Araujo	
2. Capitão Manoel Martins de Araujo Filho	
3. José de Almeida Taques	
ELEITORES – Guarapuava	Votos
1. Alferes Pedro de Siqueira Cortes	135
2. Vigário Antonio Braga de Araujo	135
3. Brigadeiro Francisco Ferreira da Rocha Loures	135
4. Domingos de Siqueira Cortes	134
5. Capitão Manoel Marcondes de Sá	133
6. Joaquim Ayres de Araujo Jacuques	133
7. Tenente Frederico Guilherme Virmond Junior	132
8. Alferes João Simão Gonçalves de Andrade	131
ELEITORES – Palmas	
1. Antonio Caetano de Oliveira Nhosinho	
2. José Joaquim de Almeida	
3. Estevam Ribeiro do Nascimento	

O Dezenove de Dezembro, 5/jan/1861; 9/jan/1861; 16/jan/1861; 23/jan/1861

Tabela 11 – *ELEITORES DO LITORAL (1861-1863)*

ELEITORES – Antonina	Votos
1. Comendador Antonio Alves de Araujo	210
2. Capitão João Antonio Pereira	210
3. Antonio da Costa Pereira Pinto	210
4. Romão Rodrigues de Oliveira Brandão	208
5. Capitão Domingos Thadeo Ferreira	208
6. Tenente Antonio Felipe de Souza e Silva	208
7. Manoel Soares da Costa	207
8. José da Costa Pinto	207
9. Capitão Joaquim Leite Mendes	207
10. Vicente Ferreira Senobio	207
11. José Antonio de Carvalho	205
12. Antonio Lopes Torres	204
13. Alferes Marcelino Carmeliano de Miranda	204
14. José Joaquim Peixoto	204
ELEITORES – Morretes	Votos
1. Capitão José Antonio dos Santos	191
2. Alferes Joaquim Pedro da Rocha	190
3. Joaquim Antonio dos Santos Souza	189
4. Martinho de Mattos Paiva Junior	189
5. Alferes José Maria Macedo Rangel	189
6. Candido Melchiades Pereira da costa	188
7. Tenente Joaquim Antonio dos Santos	186
8. João Antonio dos Santos Souza	186

9. Alferes Joaquim José Alves Junior	6
10. Antonio Pereira da Silva	3
11. Antonio Diogo Guimarães	2
12. Fernando José de Siqueira	2
13. Tenente Francisco Luiz Ferreira	2
14. José Leal Nunes	2
15. Alferes Pedro Antonio da Costa Nogueira	2
16. José Cordeiro de Miranda	1
ELEITORES – Porto de Cima	Votos
1. Tenente Coronel Manoel Gonçalves Marques	80
2. Cypriano José da Costa	57
3. João Gonçalves Marques	56
ELEITORES – Guaratuba	Votos
1. Manoel Antonio de Souza	151
2. Fernando Antonio de Miranda	150
3. Antonio José da Rocha	148
4. Marcello Antonio de Souza	148
5. Felisberto José de Miranda	148
6. Norberto José de Miranda	146

O Dezenove de Dezembro, 5/jan/1861; 26/jan/1861;

ELEIÇÕES PARA ELEITORES DE 9/ago/1863

Tabela 12 – *ELEITORES DO PLANALTO* – (eleitos em 9/ago/1863) – 1863/67

ELEITORES – Capital Curitiba	Votos
1. Coronel Manoel Antonio Ferreira	573
2. Tenente coronel Benedicto Enéas de Paula	571
3. Capitão Joaquim Lourenço de Sá Ribas	570
4. Capitão José Maria Barreto Falcão	570
5. Dr. Sebastião Gonçalves da Silva	565
6. Dr. José Lourenço de Sá Ribas	560
7. Dr. Joaquim Dias da Rocha	559
8. Tenente coronel João Manoel da Cunha	559
9. Tenente coronel Francisco de Paula Guimarães	555
10. Capitão João Baptista Brandão de Proença	554
11. Dr. José Candido da Silva Murici	491
12. Tenente Antonio Augusto Ferreira de Moura	487
13. Capitão Sisenando de Sá Ribas	476
14. Dr. Augusto Lobo de Moura	465
15. Capitão Tiburcio Borges de Macedo	460
16. Major Ignacio José de Moraes	450
17. Vigário Agostinho Machado Lima	437
18. Dr. Ernesto Francisco de Lima Santos	436
19. Capitão José Antonio Martins	429
20. Padre Isaias Ribeiro de Andrade e Silva	428
21. Tenente Ermelino Marques dos Santos	423
22. Padre Gabriel Anunciado de Oliveira	423
23. Lucas Antonio Monteiro de Barros	421
24. Capitão José Antonio Ferreira	421
25. Tenente Ildefonso Marques dos Santos	420
26. Capitão Floriano Berlintes de Castro	419
27. Tenente Antonio Enes Bandeira	418
28. Fernando Martins França	418
29. Capitão Mathias Lourenço de Sá Ribas	417
30. Capitão Francisco Caetano de Sousa	417
31. Capitão Manoel Antonio Carneiro	417
32. Tenente José de Christo Leite	417

33. Tenente Manoel Affonso Enes	411
34. Alferes João Baptista Ribeiro	409
35. Capitão João José de Freitas Saldanha	406
36. Tenente Francisco das Chagas Freitas	401
37. Tenente Joaquim Marques dos Santos	400
38. Alferes Eleuterio José de Freitas	395
39. Alferes João José de Freitas Filho	395
40. Alferes Lourenço Pinto de Sá Ribas	390
41. Tenente Antonio Ventura de Jesus	365
ELEITORES – Campo Largo	Votos
1. Padre Lourenço Justiniano Ferreira Bello	
2. Alferes Manoel Antonio de Andrade	
3. Alferes Francisco de Bastos Coimbra	
4. Francisco de Assis e Silva	
5. Antonio Pinto Ribeiro Nunes	
6. José Pinto Ribeiro Nunes	
7. João Soares da Silva	
8. Balduino de Paiva Vidal	
9. José Caetano Portela	
10. Antonio Soares Pinto	
ELEITORES – Votuverava	Votos
1. Joaquim Antonio de Castro	
2. João Antonio de Castro	
3. Bento Lucindo de Castro	
4. Antonio Jacintho Nobrega	
5. Ildefonso Ferreira de Castro	
6. Eugenio Nonarque Monteiro	
ELEITORES – Castro	Votos
1. Dr. Francisco Xavier da Silva	257
2. Capitão Antonio José Xavier de Faria Albuquerque	257
3. Tenente coronel Bonifacio José Baptista	257
4. Tenente Antonio Cornelio de Araujo	255
5. Alferes Amantino José Borges	250
6. Capitão Domingos Martins de Araujo	233
7. Tenente coronel Joaquim José Borges	226
8. Joaquim José Borges Junior	226
9. José Joaquim Marques de Souza	225
10. David Antonio Xavier da Silva	221
11. José Bernardes Mascarenhas Camello	213
12. Joaquim José Marques de Souza	207
13. Vigário Damaso José Corrêa	202
14. Capitão Victor de Azambuja Cidade	179
ELEITORES – Vila do Príncipe	Votos
1. Joaquim Pacheco da Silva Rezende	246
2. José Ferreira Bueno	243
3. Tobias Pinto Rebello	242
4. Antonio Manoel da Cunha	242
5. Francisco Teixeira da Cunha	239
6. Firmino José dos Santos Lima	238
7. David dos Santos Pacheco	236
8. José Francisco Ribas	235
9. Joaquim de Paula Xavier	234
10. Capitão Joaquim Pereira Rezende	231
11. Pedro Fortunato de Souza Magalhães	230
12. José Ignacio da Rocha	229
13. João Ferreira Maciel	226
ELEITORES – Rio Negro	Votos

1. Joaquim Pinto de Oliveira	94
2. Francisco de Paula Xavier Frade	90
3. João Taborda Ribas	88
ELEITORES – Ponta Grossa	Votos
1. Tenente coronel Francisco de Assis Ribas	193
2. Tenente coronel Joaquim Procópio de Souza Castro	182
3. Manoel Ferreira Ribas	176
4. Capitão Alexandre da Rocha Ferreira	172
5. Capitão Generoso Pinto Leal Taques	167
6. Tenente Joaquim Ferreira Pinto	150
ELEITORES – Guarapuava	Votos
1. Antonio Alves Guimarães	125
2. Manoel Marcondes de Sá	124
3. Francisco de Paula Camargo	123
4. Luiz da Silva Gomes	122
5. Ildefonso José Gonçalves de Andrade	122
6. Manoel Baptista Bello	122
7. Joaquim Mariano de Sá Ribas	121
8. Manoel Moreira dos Santos	121
ELEITORES – Palmas	Votos
1. Antonio Caetano de Oliveira Nhozinho	68
2. Estevão Ribeiro do Nascimento	67
3. Pedro Ribeiro de Sousa	64

O Dezenove de Dezembro, 12/ago/1863; 15/ago/1863; 22/ago/1863;

Tabela 13 – *ELEITORES DO LITORAL* (eleitos em 9/ago/1863) – 1863/67

ELEITORES – Paranaguá	Votos
1. Antonio Pereira da Costa	
2. Dr. Carlos Balthasar da Silveira	
3. Caetano de Souza Pinto	
4. Francisco Delrio Cardenas	
5. Francisco Antunes Teixeira	
6. Gregorio José Lopes Nunes	
7. José Leandro da Costa	
8. Joaquim Antonio Pereira Alves	
9. Ignacio Corrêa da Fonseca	
10. José Gonçalves Marques	
11. João Nepomuceno Pereira Costa	
12. Joaquim Antonio Alves Cordeiro	
13. José Antonio Pereira Costa	
14. João Ferreira Arantes	
15. Leocadio Pereira da Costa ²²⁶	
16. Manoel Antonio Pereira Alves	
17. Dr. Manoel Alves de Araujo	
18. Manoel Ignacio de Simas	
19. Manoel Antonio Alves	
20. Manoel Carneiro dos Santos	
21. Ricardo José da Costa	
22. Tristão Eclime de Wduval	
ELEITORES – Antonina	Votos
1. Antonio Costa Paulo Pereira	327
2. Antonio Alves de Araujo	269
3. Romão Rodrigues de Oliveira Branco	269

²²⁶ Leocádio Pereira da Costa irá falecer em 1/abr/1884.

4. João Antonio Pereira	267
5. Joaquim Rodrigues da Silva Lessa	267
6. José da Costa Pinto	267
7. Luiz Carmeliano de Miranda	266
8. Domingos Thadeo Ferreira	266
9. Damasio da Rocha Pires	266
10. Bento José de Carvalho	266
11. Vicente Ferreira Senabio	266
12. Joaquim Leite Mendes	265
13. Manoel José da Rosa	265
ELEITORES – Morretes	Votos
1. Modesto Gonçalves Cordeiro	
2. Antonio Ricardo dos Santos [Filho]	
3. Antonio Gonçalves Loyolla	
4. João José Filgueira	
5. Francisco Antonio Costa Nogueira	
6. Francisco da Costa Pinto	
7. Antonio Gonçalves Nascimento	
8. José Ignacio Loyolla	
ELEITORES – Morretes - Duplicata	Votos
1. Joaquim Antonio dos Santos Sousa	143
2. José Antonio dos Santos	136
3. Joaquim Antonio dos Santos	135
4. José da Silva Pereira	135
5. Martinho de Mattos Paiva Junior	135
6. José Leal Nunes	135
7. Candido Melchiades da Costa	135
8. Fernando José de Siqueira	135
ELEITORES – Porto de Cima	Votos
1. Tenente coronel Manoel Gonçalves Marques	
2. Cypriano José da Costa	
3. João Gonçalves Marques	

Dezenove de Dezembro, 15/jan/1863; 19/ago/1863. Não foram divulgados os eleitores de Guaratuba e da freguesia de Guaraqueçaba.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 7/set/1864

Tabela 14 – VEREADORES E JUIZ DE PAZ eleitos no planalto (1865-1868)

VEREADOR Curitiba	Votos	JUIZES DE PAZ (Liberais)	
1. Dr. Augusto Lobo de Moura	1387	1. João Baptista Brandão de Proença	836
2. Dr. José Lourenço de Sá Ribas	1359	2. Tiburcio Borges de Macedo	799
3. Capitão Tiburcio Borges de Macedo	1346	3. Ildefonso Marques dos Santos	691
4. Tenente coronel João Manoel da Cunha	1319	4. Antonio Augusto Ferreira de Morua	596
5. Capitão Floriano Berlintes de Castro	1143	Suplentes	
6. Candido Martins Lopes	997	1. Manoel Antonio Carneiro (liberal)	389
7. Fernando Martins França	818	2. Manoel do Nascimento Abreu (conservador)	249
8. Capitão Sesenando de Sá Ribas	794	3. José Correia de Bittencourt (conservador)	247
9. Tenente João José de Freitas Filho	753	4. Manoel de Oliveira Franco (conservador)	243
Suplentes (liberais)		Juiz de Paz – Votuverava	
1. Capitão Luiz Manoel Agner	616	1. Salvador de Christo Leite	
2. Capitão José Antonio Martins	591	2. João Antonio de Castro	
3. Ventura de Jesus	507	3. Manoel Ferreira dos Santos	
4. Tenente Bento Antonio de Menezes	459	4. Bento Lucindo de Castro	
Suplentes (Conservadores)		Juizes de Paz – Iguassu	

5. Capitão João Silveira de Miranda ²²⁷	337	Luiz Antonio de Sá Ribas	
6. Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu	265	Manoel João do Valle Ribeiro	
7. Dr. Bento Fernandes de Barros	255	Antonio José de Oliveria Leme	
8. Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães	254		
9. Capitão Norberto Nunes Barbosa	252		
VEREADORES – Rio Negro	Votos	Juízes de paz – Rio Negro	
1. Joaquim Pacheco da Silva Rezende	529	1. João Taborda Ribas	121
2. Joaquim Pereira Rezende	502	2. João Bley	108
3. Simão Ferreira de Castilhos	396	3. Joaquim Pinto de Oliveira	93
4. Fidelis de Paula Xavier	385	4. Laurindo Joaquim Bello	84
5. José Ferreira Bueno	368	<i>Seguem “imediatos” não anotados</i>	
6. João Pacheco dos Santos Lima	260		
7. Antonio Rodrigues da Silva	201		
<i>Seguem suplentes não anotados</i>			
Juízes de paz – Príncipe			
1. Joaquim de Paula Xavier	406		
2. Francisco Theresio Porto	405		
3. Antonio Manoel da Cunha	258		
4. Manoel Pacheco de Carvalho	248		
<i>Seguem “imediatos” não anotados</i>			
VEREADOR – São José dos Pinhais		Juízes de Paz – São José dos Pinhais	
1. José Ferraz Lima		1. Antonio Joaquim de Oliveira Portes	
2. Francisco Simões de Oliveira		2. Francisco da Silva Castro	
3. Joaquim Antonio da Rocha		3. Francisco Alves Pereira de Araujo	
4. Francisco de Paula Prestes Branco		4. José Teixeira da Cruz	
5. Rev. Padre João Baptista Ferreira Bello			
6. José Teixeira da Cruz			
7. Pedro Pereira do Valle			
VEREADOR – Castro	Votos	Juízes de paz – Castro	
1. Tenente Coronel Bonifacio José Baptista	343	1. Tenente Coronel Joaquim José Borges	298
2. Serino José Borges	341	2. Joaquim José Marques de Souza	262
3. Silvano Jaime de Porença	335	3. Capitão Joaquim José Borges Junior	261
4. Manoel Moreira Garcez	334	4. Antonio Rolim de Moura	213
5. Joaquim Ribeiro da Fonseca	301	Juízes de paz – Jaguarahyaiva	
6. Francisco José Xavier da Silva	299	1. Capitão Francisco Carneiro da Silva Lobo	40
7. João Gonçalves Lima	291	2. Capitão Joaquim Carneiro Silva Lobo	39
8. Capitão Victor d’Azambuja Cidade	288	3. Capitão David Antonio Xavier da Silva	38
<i>Seguem os suplentes</i>		4. Capitão Firmino José Xavier da Silva	38
VEREADOR – Guarapuava		Juízes de Paz - Guarapuava	
1. Manoel Marcondes de Sá		1. Pedro de Siqueira Cortes	
2. Francisco Ferreira da Rocha Loures		2. Antonio Pinto Bandeira	
3. José Tavares de Miranda Lacerda		3. Frederico Guilherme Virmond Junior	
4. Pedro Alexandrino de Araujo		4. João Soriano Tavares de Lacerda	
5. Hermenegildo Alves de Araujo			
6. Francisco Manoel de Assis França			
7. Manoel Baptista Bello			
VEREADOR – Ponta Grossa		Juízes de Paz – Tibagy	
1. Cândido Xavier de Almeida e Souza (presidente)		1. Frederico Martins de Araujo	
2. Manoel Antonio dos Santos (presidente, 1869)		2. José Florentino de Sá Bittencourt	
3. José da Rocha Ferreira Carvalhaes		3. Antonio Barbosa de Macedo	
4. Domingos Antonio da Cunha		4. José Baptista Leal	

²²⁷ João Silveira de Miranda faleceu em Curitiba, 24/ago/1880. Teria “legado à sua família um nome pobre, porém honrado” (*Dezenove de Dezembro*, 25/ago/1880). Era casado com Maria Miró Silveira.

5. Sebastião José de Madureira		
6. Fernando Penteado Rosas		
7. Antonio Dias Baptista ²²⁸		
8. José Joaquim Pereira Branco		
9. Joaquim José Corrêa ²²⁹ (não prestou juramento)		

Dezenove de Dezembro, 14/set/1864; *Dezenove de Dezembro*, 17/set/1864; *Dezenove de Dezembro*, 24/set/1864; Vereadores de Ponta Grossa: <http://www.plantaodacidade.com.br/novo/vereadores> (Acesso em 15/dez/2013);

Tabela 15 – VEREADORES E JUIZ DE PAZ eleitos no litoral (1865-1868)

VEREADOR – Paranaguá (Liberais)	Votos	<i>Não publicado os juízes de paz</i>	
1. Caetano de Souza Pinto	436		
2. João Timotheo de Simas	395		
3. Ricardo Gonçalves Cordeiro	337		
4. José Leandro da Costa	348		
5. Francisco Delrio Cardenas	323		
6. José Ferreira Pinheiro	318	Juiz de Paz – Guarakessava (Liberais)	
7. Francisco José de Sousa	275	1. Manoel Bazilio de Miranda	129
8. José Antonio de Almeida	263	2. José da Cunha Marques	128
9. João Izidorio da Costa e Silva	263	3. Francisco de Paula Miranda	128
<i>Seguem os suplentes não anotados</i>		4. Domingos Affonso Coelho	127
VEREADOR – Antonina	Votos	Juízes de paz	
1. Francisco Ferrer Pinheiro	334	1. Comendador Antonio Alves de Araujo	322
2. Joaquim Leite Mendes	333	2. Capitão João Antonio Pereira	313
3. João Antonio Pereira	331	3. Alferes José da Costa Pinto	311
4. Joaquim Vieira Belem	331	4. José Dias Barbosa	310
5. José Machado de Oliveira	314		
6. Vicente José da Rosa	312		
7. José Cardenas de Amaral	312		
8. Antonio José da Silva Carvalho	312		
VEREADOR – Morretes e Porto de Cima – Eleição cancelada	Votos	Juízes de Paz – Morretes	
1. José Antonio dos Santos	264	1. Comendador José Miró de Freitas	164
2. Manoel José Massaneiro	232	2. Joaquim José Alves Junior	162
3. Joaquim Antonio dos Santos	230	3. José Pedro da Rocha Junior	154
4. Joaquim Olimpo de Miranda	212	4. Antonio Pereira da Silva	152
5. Joaquim Leal Nunes	204	Juízes de Paz – Porto de Cima	
6. José da Cunha Vianna	196	1. Tenente coronel Manoel Gonçalves Marques	99
7. Francisco Mariano Ferreira	187	2. Major Victoriano José de Freitas	56
		3. Alferes Modesto José da Silva	55
		4. Joaquim da Cunha Vianna	53
VEREADOR – Morretes (nova eleição)	Votos	Juízes de Paz – Morretes	
1. Capitão Joaquim Antonio Guimarães (conservador)	289	1. Capitão Antonio Ricardo dos Santos (conservador)	289
2. Capitão Francisco A. da C. Nogueira (conservador)	288	2. José Antonio Nobrega (conservador)	286
3. Bento Gonçalves Cordeiro (conservador)	286	3. José Celestino de Oliveira (conservador)	285
4. Alferes Antonio de Loyola e Silva (conservador)	284	4. João José Figueira	284

²²⁸ Antonio Dias Baptista é pai de Bonifácio José Baptista (futuro Barão de Monte Carmello).

²²⁹ Joaquim José Corrêa é pai de Damaso Correia Ribas, deputado provincial [1886/87] e irmão do Padre Damaso José Correia, deputado provincial [1856/57; 58/59].

5. Francisco Fernandes da Rocha (conservador)	284	
6. José Ferreira de Loyola (conservador)	281	
7. Joaquim F. de Amorim Junior (conservador)	280	

Dezenove de Dezembro, 14/set/1864; Dezenove de Dezembro, 17/set/1864; Dezenove de Dezembro, 12/jun/1865. A nova eleição em Morretes ocorreu dia 2/jun/1865, divulgada no Dezenove de Dezembro, 18/ago/1866;

ELEIÇÃO DE ELEITORES DE 1867

Tabela 16 – *ELEITORES DE CURITIBA – 1867/68*

ELEITORES – Capital	Votos
1. Dr. Augusto Lobo de Moura	905
2. Tenente coronel Benedicto Enéas de Paula	893
3. Dr. Generoso Marques dos Santos	879
4. Dr. José Lourenço de Sá Ribas	878
5. Tenente coronel João Manoel da Cunha	868
6. Capitão Manoel Antonio Carneiro	863
7. Capitão João Baptista Brandão de Proença	847
8. Coronel Manoel Antonio Ferreira	816
9. Tenente Ildefonso Marques dos Santos	814
10. Capitão Tiburcio Borges de Macedo	806
11. Tenente Joaquim Marques dos Santos	798
12. Capitão Joaquim Lourenço de Sá Ribas	795
13. Capitão Ricardo Affonso Coelho	786
14. Tenente Coronel Ignacio José de Moraes	765
15. Capitão Ermelino Marques dos Santos	764
16. Padre Gabriel Anunciado de Oliveira	759
17. Dr. José Candido da Silva Muricy	752
18. Tenente João José de Freitas Filho	747
19. Vigário Agostinho Machado Lima	743
20. Tenente Francisco das Chagas Freitas	727
21. Capitão Antonio Augusto Ferreira de Moura	722
22. Tenente Eleutério José de Freitas	721
23. Dr. João José Pedrosa	708
24. Capitão José Antonio Ferreira	701
25. Capitão José Antonio Martins	700
26. Dr. Sergio Franco de Sousa Castro	684
27. Tenente Joaquim Ventura de Almeida Torres	681
28. Tenente Coronel Caetano José Munhos	677
29. Lucas Antonio Monteiro de Barros	669
30. Capitão Sizenaldo de Sá Ribas	669
31. Tenente Joaquim José Borges Sobrinho	664
32. Capitão Mathias Lourenço de Sá Ribas	660
33. Alferes Lourenço Pinto de Sá Ribas	650
34. Capitão Theolindo Ferreira Ribas	646
35. Tenente Manoel Affonso Enes	645
36. Fernando Martins França	623
37. Tenente Manoel de Freitas Saldanha ²³⁰	608
38. Tenente João Baptista Ribeiro	599
39. Dr. Joaquim Dias da Rocha	526
40. Coronel Francisco de Paula Guimarães	474
41. Major Floriano Berlintes de Castro ²³¹	442
<i>Seguem suplentes não copiados</i>	
ELEITORES – freguesia de Votuverava	Votos

²³⁰ Manoel de Freitas Saldanha era fiscal da câmara de Curitiba, em 1879. Faleceu em 11/maio/1887.

²³¹ Floriano Berlintes de Castro faleceu em Curitiba, em 20/dez/1882.

1. Salvador de Christo Leite	304
2. Alferes Antonio Jacintho Nobrega	303
3. Alferes Manoel Ferreira dos Santos	302
4. Alferes Antonio de Christo Leite	301
5. Salvador da Costa Christo	300
6. Antonio da Costa Rosa	299
ELEITORES – freguesia de Palmeira	Votos
1. Padre José Antonio de Camargo e Araujo	
2. Generoso de Bastos Coimbra	
3. José Prudêncio Marcondes	
4. Pedro Tybiriça Carneiro	
5. Francisco da Cruz Bastos	
6. Pedro Ferreira Maciel	
ELEITORES – Vila do Príncipe	Votos
1. Coronel David dos Santos Pacheco	287
2. Tenente Coronel Joaquim Pacheco da S. Rezende	286
3. Firmino José dos Santos Lima	284
4. Tenente coronel Antonio Manoel da Cunha	282
5. Major Manoel Pacheco de Carvalho	279
6. Simão Ferreira de Castilhos	277
7. Capitão João Ferreira Maciel	275
8. Capitão Pedro Fortunato de Souza Magalhães	274
9. João Domingues Garcia	273
10. Capitão Américo Pereira Rezende	271
11. Tenente Antonio Rodrigues da Silva	270
12. Tenente Alexandre Luiz da Silveira	269
13. Fernando Westphalen	267
14. Alferes Francisco Ferreira da Silva	261
ELEITORES – Castro	Votos
1. Tenente Coronel Joaquim José Borges	
2. Tenente Coronel Bonifácio José Baptista	
3. Alferes Amantino José Borges	
4. Capitão Victor de Azambuja Cidade	
5. Capitão Domingos Martins de Araujo	
6. Cirino José Borges	
7. Tenente Claudio José de Madureira	
8. Dr. Francisco Xavier da Silva	
9. Capitão Francisco Carneiro e Silva Lobo	
10. Capitão Antonio Cornelio de Araujo	
11. Dr. Feliciano Nepomuceno Prates	
12. Jorge Marcondes de Albuquerque	
13. Candido Marcondes Carneiro	
14. Antonio Duarte de Camargo	
15. Joaquim José Borges Junior	
ELEITORES – Ponta Grossa	Votos
1. Tenente Coronel Francisco de Assis Ribas	
2. Major Manoel Ferreira Ribas	
3. José da Silva Leiria	
4. Capitão Bonifácio José Vilella	
5. Capitão Francisco Martinho Balls	
6. Capitão Alexandre Ferreira da Rocha Carvalhaes	
ELEITORES – São José dos Pinhais	Votos

1. Major Francisco de Paula Prestes Branco ²³²	
2. Tenente Coronel Francisco da Silva Castro	
3. Manoel Ferreira de Mello	
4. Reverendo Padre João Baptista Ferreira Bello	
5. Tenente José Ferraz Lima	
6. Francisco Alves Pereira de Araujo	
7. Capitão José Teixeira da Cruz	
8. Tenente Pedro Antonio da Rocha	
9. Capitão Manoel Gonçalves Cordeiro	
10. Tenente Manoel Antonio Pereira de Araujo	
11. Alferes Francisco Xavier Mattoso	
12. Bernardo Martins da Cruz	
13. Tenente Francisco Franco Moreira	
14. Alferes Pedro Teixeira da Cruz	
15. Alferes Francisco Teixeira Franco	
16. Alferes Pedro Teixeira da Cruz Machado	
ELEITORES – freguesia de Campo Largo	Votos
1. Padre Lourenço Justiniano Ferreira Bello	
2. Tenente Coronel Manoel Antonio de Andrade	
3. Alferes Francisco de Bastos Coimbra	
4. Antonio Soares Pinto	
5. José Caetano Portella	
6. Tenente Carlos José de Oliveira e Souza	
7. Tenente Francisco Pinto de Azevedo Portugal Filho	
8. Tenente Francisco de Paula Xavier	
9. Antonio Gonçalves Padilha	
10. João Patricio Gonçalves	
ELEITORES – Guarapuava	Votos
1. Cônego Antonio Braga de Araujo	161
2. Manoel Marcondes de Sá	151
3. Francisco de Paula Camargo	150
4. Salvador da Silveira Caldas	146
5. Manoel Baptista Bello	148
6. Manoel Moreira dos Santos	147
7. Hermenegildo Fernandes de Siqueira	149
8. Joaquim Candido de Almeida	150

O Dezenove de Dezembro, 9/fev/1867; 16/fev/1867;

Tabela 17 – *ELEITORES* do Litoral paranaense – 1867/68

ELEITORES – Paranaguá	Votos
1. Dr. Manoel Alves de Araujo	
2. Major Antonio Pereira da Costa	
3. Ricardo José da Costa	
4. Tenente Joaquim Antonio Pereira Alves	
5. Francisco José de Souza	
6. Manoel Ignacio de Simas	
7. Capitão João Timotheo de Simas	
8. Tenente José Ferreira Pinheiro	
9. Capitão Manoel Carneiro dos Santos	
10. Leandro Luiz do Nascimento	
11. Tenente José da Costa	
12. Dr. Carlos Balthasar da Silveira	
13. Tenente João Ferreira Arantes	

²³² O major Francisco de Paula Prestes Branco, filho do Padre Francisco de Paula Prestes, liderança liberal em São José dos Pinhais nas décadas de 1850 e 1860, irá falecer nesta mesma vila em 22/abr/1882.

14. Dr. João Antonio de Barros Junior	
15. Leopoldo da Camara Lima	
16. Major José Gonçalves Marques	
17. Alferes Antonio Francisco de Santa Rita	
18. Manoel Antonio Alves	
19. Joaquim Antonio Alves Cordeiro	
20. Ignacio Correa da Fonseca	
21. Capitão João Nepomuceno Pereira da Costa	
22. João Francisco Pedro	
23. João Diogo Farlande	
24. Capitão Ricardo Leite Bastos	
ELEITORES – Antonina	Votos
1. Comendador Antonio Alves de Araujo	
2. Romão R. Oliveira Branco	
3. João Antonio Pereira	
4. José da Costa Pinto	
5. Luiz Carmeliano de Miranda	
6. Joaquim Leite Mendes	
7. José Dias Barbosa	
8. Manoel Lopes Torres	
9. Manoel Soares da Costa	
10. Bento José de Carvalho	
11. Manoel José da Rosa	
12. Vicente Ferreira Sinabio	
12. Domingos Thaddeo Ferreira	
13. Damasio da Rocha Pires	
ELEITORES – Morretes	Votos
1. Major José Fernandes Corrêa	
2. Capitão Antonio Ricardo dos Santos	
3. Alferes Antonio Gonçalves do Nascimento	
4. Alferes Antonio Gonçalves de Loyola	
5. Antonio Vicente de Loyola	
6. José Manoel de Abreu Magro	
7. Luiz do Amaral Carvalho Netto	
8. Manoel dos Santos Cordeiro	
ELEITORES – Morretes - Duplicata	Votos
1. Ricardo José da Costa Guimarães	158
2. Caetano Alves de Paula	155
3. José Pedro da Rocha	147
4. Manoel José de Massaneiro	146
5. Francisco Pereira da Costa	145
6. Joaquim Antonio dos Santos	144
7. Francisco Luiz Ferreira	142
8. Antonio Pereira da Silva	141
ELEITORES – Guaratuba	Votos
<i>Não foram publicados</i>	

Dezenove de Dezembro, 9/fev/1867; 16/fev/1867; 20/fev/1867.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 7/set/1868

Tabela 18 – VEREADORES E JUÍZES DE PAZ ELEITOS EM CURITIBA (1869/1872)

VEREADOR – Curitiba	Votos	Juízes de paz – Curitiba	Votos
1. Dr. José Lourenço de Sá Ribas (Presidente)	1198	1. Dr. João José Pedrosa	474
2. Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta Filho	1168	2. Capitão Tiburcio Borges de Macedo	467
3. Dr. Bento Fernandes de Barros	1171	3. Dr. Generoso Marques dos Santos	466
4. Capitão Sizenando de Sá Ribas	1167	4. Major Bento Florêncio Munhos	466
5. Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas	1162	Imediatos	

6. Candido Martins Lopes	1150	1. Coronel Manoel Antonio Ferreira	455
7. Capitão Antonio Enes Bandeira	1146	2. Alferes Lourenço Pinto de Sá Ribas	442
8. Francisco Ignácio da Rocha	1144	3. Tenente coronel Manoel de Oliveira Franco	437
9. Tenente Antonio Jacintho Nóbrega	1140	4. Capitão Manoel José da Cunha Bittencourt Junior	425
SUPLENTEs – Curitiba		<i>Seguem-se 25 cidadãos menos votados</i>	
1. Tenente coronel Ignácio José de Moraes	529	Juízes de paz - Votuverava	
2. Dr. Sergio Francisco de Souza Castro	528	1. Salvador da Costa Christo	398
3. Dr. Generoso Marques dos Santos	526	2. Manoel Ferreira dos Santos	341
4. Dr. José Joaquim Franco do Valle	524	3. Antonio Jacintho Nóbrega	341
5. Capitão Tiburcio Borges de Macedo	521	4. João Baptista Taborda Ribas	340
6. Tenente Coronel Caetano José Munhós	520	Imediatos	
7. Capitão Antonio Augusto Ferreira de Moura	515	1. Salvador de Christo Leite	59
8. Capitão Francisco Pereira Alves	512	2. Serafin da Silva Pinto	58
9. Capitão Francisco Antonio Nóbrega	493	3. João Baptista de Faria	58
		4. Antonio José de Freitas Saldanha	1
VEREADOR – São José dos Pinhais		Juízes de paz – São José dos Pinhais	
1. Antonio Joaquim de Oliveira Portes	316	1. Tenente coronel Francisco da Silva Castro ²³³	320
2. José Joaquim dos Passos Oliveira	230	2. Joaquim de Bastos Coimbra	251
3. Manoel Antonio Pereira	199	3. Bento Marcolino	244
4. Candido da Silva Pinto	198	4. Manoel Pires	238
5. José Martins de Oliveira	198		
6. Marcelino José Nogueira	197		
7. João Cordeiro Netto	196		
VEREADOR – Ponta Grossa		Juízes de paz – Ponta Grossa	
1. José de Souza Ribas (Presidente)			
2. Agostinho Martins Collares			
3. Francisco Martins de Araujo Junior			
4. Manoel Roberto Barboza			
5. Diogo Dias Baptista			
6. José Joaquim Bahls			
7. Domingos Ferreira Pinto			
8. Joaquim Gonçalves Guimarães			
9. Balduino de Almeida Taques ²³⁴			

Dezenove de Dezembro, 12/set/1868; Dezenove de Dezembro, 19/set/1868. Vereadores de Ponta Grossa, in: <http://www.plantaodacidade.com.br/novo/vereadores> (Acesso em 15/dez/2013). Não se publicou os resultados das vilas de Castro e Guarapuava e nem das freguesias de Palmeira, Iguassu, Rio Negro e Palmas.

Tabela 19 – VEREADORES E JUÍZES DE PAZ eleitos no litoral (1869/1872)

VEREADOR – Paranaguá	Votos	JUÍZES DE PAZ – Paranaguá	
1. Dr. Manoel Eufrásio Corrêa	514	1. Manoel Antonio Guimarães	516
2. Manoel Leocadio de Oliveira	514	2. Joaquim Candido Corrêa	515
3. Lourenço Ferreira de Sá Ribas	513	3. Dr. José Mathias Ferreira de Abreu	512
4. Manoel Ricardo Carneiro	513	4. Joaquim Felix da Silva	512
5. Pedro de Alcântara Corrêa	513	Joaquim Antonio Pereira Alves	249
6. Manoel Miró	512	Antonio Pereira da Costa	248
7. Joaquim José Pereira	511	João Thimoteo de Simas	246
8. Modesto Gonçalves Bittencourt	510	José Gonçalves Marques	243
9. João Gonçalves de Araujo Triste	508	JUÍZES DE PAZ – Guarakessava	
Caetano de Souza Pinto	247	1. Manoel Bento Gonçalves Cordeiro	180

²³³ Em São José dos Pinhais o tenente coronel Francisco da Silva Castro era tido como chefe do partido liberal desde 1852 (*Dezenove de Dezembro, 7/set/1872*). Outro chefe liberal seria o vereador Marcelino José Nogueira.

²³⁴ Balduino de Almeida Taques é pai de José Borges de Almeida Taques, deputado provincial [1872/73; 74/75];

José Ferreira Pinheiro	247	2. Fausto Bento Vianna	179
Antonio Francisco de Santa Rita	245	3. José Bento de Lacerda	178
Ricardo José da Costa ²³⁵	245	4. Antonio Manoel Baptista	177
João Nepomuceno Pereira da Costa	245	Imediatos	
João Ferreira Arantes	244	Eulampio Bento Vianna	8
Caetano Luiz Marques	243	Antonio da Silva Pereira	7
Manoel Antonio Alves	242	Ignácio Barbosa Pinto	7
Felippe de Oliveira Salgado Bueno	242	João Gonçalves de Araujo Triste	5
VEREADOR – Morretes	Votos	JUÍZES DE PAZ – Morretes	
1. Major José Fernandes Corrêa	438	1. Capitão Antonio Ricardo dos Santos [Filho]	332
2. Capitão Joaquim Antonio Guimarães	370	2. Capitão Francisco Antonio da Costa Nogueira	264
3. José Celestino de Oliveira	362	3. Alferes Antonio Gonçalves de Loyola	262
4. Bento Gonçalves Cordeiro	354	4. Alferes Antonio Gonçalves do Nascimento	260
5. Capitão José Antonio Nóbrega	350	Imediatos	
6. Antonio Ribeiro de Macedo	349	Rufino Gonçalves Cordeiro	31
7. Joaquim Fernandes de Amorim Junior	308	José Ferreira de Loyola	27
Suplentes		Luiz do Amaral Carvalho Netto	26
Capitão Manoel do Nascimento Abreu	77	Ricardo de Souza Dias Negrão	24
Clarimundo José Corrêa	71	JUÍZES DE PAZ – Porto de Cima	
Capitão Antonio Ricardo dos Santos	70	1. Domingos Ricardo dos Santos	131
Pedro Antonio da Costa Nogueira	69	2. Antonio Ribeiro de Macedo	121
Agostinho Maximiano Ferreira de Miranda	68	3. João José Villela	113
Antonio Sinke	68	4. Basílio José Machado	110
Joaquim Antonio Luiz Pereira	67	Imediatos	
		Joaquim Leal Nunes	45
		Manoel da Cunha Vianna	43
		Manoel Satustiano Gonçalves Marques	43
		José Pinto Rebello	39
VEREADOR – Guaratuba	Votos	JUÍZES DE PAZ – Guaratuba	
1. Fernando Antonio de Miranda		1. Manoel Pereira Liberato	
2. Norberto José de Miranda		2. Chrispim José de F. Castro	
3. Leandro Antonio de Souza		3. Alexandre José de Miranda	
4. João da Costa Braga		4. Joaquim José de Freitas	
5. João Antonio de Miranda			
6. Francisco Antonio Marquece			
7. Manoel Leocadio da Costa			

Dezenove de Dezembro, 30/set/1868. (Nesta paróquia de Paranaguá foi tomado em separado um recurso apresentado pela minoria). Em nota de divulgação dos resultados para Morretes, o jornal diz que os “liberais abstiveram-se da luta. Em Porto de Cima disputaram, mas os conservadores triunfaram” (*Dezenove de Dezembro*, 30/set/1868). O jornal traz em nota que as eleições em Antonina foram um “triunfo foi dos liberais”, mas não divulgou o resultado. E em Guaratuba a vitória foi dos conservadores, com destaque a Fernando Antonio de Miranda, ex-deputado legislativo provincial em 1854/55. No litoral paranaense os conservadores voltam a dominar o poder local.

ELEIÇÃO DE ELEITORES DE 1869

Tabela 20 – *ELEITORES* do Planalto curitibano – 1869/72

ELEITORES – Capital	Votos
1. Dr. Bento Fernandes de Barros	798
2. Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas	794
3. Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu	794
4. Tenente Coronel Manoel de Oliveira Franco	793
5. Major José Correia de Bittencourt	790

²³⁵ O major Ricardo José da Costa faleceu em Paranaguá, 29/jun/1888. Era irmão do major José Leandro da Costa, deputado provincial em 1864/65.

6. Major Manoel José da Cunha Bittencourt Junior	771
7. Tenente João Bittencourt	768
8. Dr. Joaquim Dias da Rocha	763
9. Dr. José Arthur de Murinelly	760
10. Capitão Paulino de Oliveira Franco	759
11. Capitão Aurelio Ribeiro de Campos ²³⁶	752
12. Tenente Coronel Manoel José da Cunha Bittencourt	738
13. Tenente José Manoel Marques da Silva	735
14. Capitão Francisco da Silva Pereira	732
15. Alferes Francisco de Paula Fonseca	730
16. Alferes João Fabiano Cabral	728
17. Dr. José Emilio Ribeiro Campos	725
18. Major Manoel Elias de Souza Athayde	725
19. Tenente José de Camargo Pinto	720
20. Manoel José de Siqueira Netto	719
21. Tenente Theolindo da Silva Monteiro	716
22. Tenente Joscelyn Franco de Souza	715
23. Dr. Agostinho Ermelino de Leão	715
24. Dr. Pedro Affonso Ferreira de Abreu	709
25. Antonio Ferreira da Costa	706
26. Capitão Francisco Antonio da Costa	706
27. Capitão Norberto Nunes Barbosa	706
28. Alferes Frederico Augusto de Souza Nogueira	705
29. Tenente Bento Gonçalves da Assumpção	702
30. Antonio de Barros Teixeira Brães	701
31. Antonio Correia de Bittencourt	700
32. Pedro Laurindo do Bonfim	699
33. José Alves de Paula	698
34. Francisco Florencio dos Reis	697
35. José Antonio Galvão	695
36. Major Vicente Ferreira da Luz	689
37. Francisco Ignácio da Rocha	686
38. Alferes Nicolao José Lopes	682
39. Capitão Nestor Augusto Morocines Borba	659
40. Candido Rodrigues Soares de Meirelles	643
41. Dr. Ernesto Francisco de Lima Santos	634
ELEITORES – freguesia de Votuverava	Votos
1. Antonio Jacintho Nobrega	354
2. Manoel Ferreira dos Santos	354
3. Joaquim Severo Corrêa	354
4. Fortunato Laurindo de Bonfim	354
5. Serafim da Silva Pinto	354
6. João Aureliano Stepuosky	354
<i>Suplentes</i>	
Manoel José Lopes	86
Francisco Taborda Ribas	86
Manoel das Dores Sampaio	86
Antonio dos Santos Cordeiro	86
Antonio Lasso Cortes	86
José da Costa Domingues	86
ELEITORES – São José dos Pinhais	Votos

²³⁶ O capitão Aurélio Ribeiro de Campos era irmão do Padre Julio Ribeiro de Campos, vigário geral forense em Curitiba. Padre Julio faleceu em Curitiba, 7/abr/1885. Assume em seu lugar, como vigário geral forense, o padre João Evangelista Braga.

1. Francisco da Silva Castro	298
2. Antonio Joaquim de Oliveira Portes	270
3. Bento dos Santos Martins	268
4. João Cordeiro Netto	268
5. João Ernesto Killian	268
6. Sesostris Augusto de Oliveira Passos	264
7. Candido da Silva Pinto	257
8. Manoel Antonio Ferreira	256
9. Padre Francisco José C. de Bittencourt	255
10. Joaquim Matheus da Rocha	250
11. Bento Marcolino Pereira	250
12. Francisco de Assis Pereira Magalhães	246
13. Felisberto Vicente dos Santos	242
14. José Antonio Barbosa de Brito Jeje	234
15. Padre Mathias Carneiro Mendes de Sá	216
16. Candido Mendes de Sá	184
ELEITORES – freguesia de Campo Largo	Votos
1. Capitão Antonio de Paula Xavier	243
2. Capitão Francisco Pinto de Azevedo Portugal	242
3. Tenente Carlos José de Oliveira e Souza	242
4. Manoel de Oliveira Cercal	242
5. Tenente Nicolau Gonçalves Padilha	242
6. Alferes Leocadio Gonçalves Padilha	242
7. José Gonçalves Padilha	242
8. José Brigido dos Santos	242
9. Francisco Custodio Natel	242
10. José Antonio de Moraes	242
<i>Suplentes conservadores</i>	
Tenente João Pinto de Azevedo Portugal Sobrinho	20
Joaquim Luiz Vieira de Souza	20
Pedro Ferraz de Oliveira Franco	20
Alferes Anastacio Luiz Cordeiro	20
João Patricio Gonçalves	20
Antonio Gonçalves Padilha	20
João Gonçalves da Silva	20
José Gonçalves de Mattos	20
João Baptista de Souza Castro	19
ELEITORES – Ponta Grossa	Votos
1. Tenente coronel Francisco de Assis Ribas	227
2. Capitão Bonifacio José Villela	217
3. João Alves de Maia	209
4. Domingos Ferreira Pinto	208
5. José Joaquim Pereira Branco	196
6. Ricardo Ferreira Nunes	195
ELEITORES – freguesia de Rio Negro	Votos
1. Comendador João de Oliveira Franco	97
2. Alferes João Bley	97
3. Zeferino José do Rosário	97
<i>Suplentes Conservadores</i>	
Martins Maeder	10
Pedro Amalio Ribas	10
Nicolau Valerio	10
ELEITORES – freguesia de Iguassú	Votos
1. Capitão Joaquim Gonçalves Palhano	125
2. Tenente Manoel Tabora Ribas	123
3. Capitão José Martins de Oliveira	122
4. Manoel João do Valle Ribeiro	121

<i>Suplentes</i>	
Jesuino Gomes de Oliveira	35
João Lopes de Deus	26
Joaquim Gomes de Oliveira	25
Manoel Fabricio de Godoy	25
Manoel Ferreira Martins	25
Nicolau do Valle Ribeiro	11
ELEITORES – Castro	Votos
1. Tenente Coronel Joaquim José Borges	320
2. Capitão Joaquim José Borges Junior	295
3. Tenente Coronel Amantino José Borges	294
4. Cyrino José Borges	292
5. Tenente Manoel José Borges e Silva	291
6. Alferes Constante José Borges	286
7. Domiciano Corrêa Machado	285
8. José Soares Maciel	285
9. Bazilio Rodrigues Carneiro	284
10. Camillo Rodrigues de Mello	282
11. Bento Ribeiro da Fonseca Leme	281
12. Balduino Rodrigues de Almeida	280
13. Joaquim Rodrigues de Andrade e Silva	280
14. Francisco José de Almeida Lopes	276
15. Salvador José Lopez	268
<i>Suplentes (não copiados)</i>	
ELEITORES – Tibagy	Votos
1. José Borges de Almeida Taques	86
2. José Florentino de Sá Bittencourt	85
3. Carlos Pacheco de Macedo Taques	84
<i>Suplentes (não copiados)</i>	
ELEITORES – Vila do Príncipe	Votos
1. Coronel David dos Santos Pacheco	271
2. Tenente Coronel Joaquim P. da S. Rezende	262
3. Comendador Firmino José dos Santos Lima ²³⁷	258
4. Tenente coronel Antonio Manoel da Cunha	252
5. Major João Ferreira Maciel	248
6. Alexandre Luiz da Silveira	240
7. Simão Ferreira de Castilho	237
8. Capitão Pedro Fortunato de Souza Magalhães ²³⁸	237
9. Capitão Américo Pereira Rezende	227
10. Tenente Fernando Westphalen	225
11. Tenente Eugenio Ernesto Virmond	224
12. Tenente Antonio Rodrigues da Silva	215
13. Francisco Ferreira da Silva	210
<i>Suplentes não copiados</i>	

Dezenove de Dezembro, 3/fev/1869. Nota para Campo Largo e Rio Negro: *Eleitores* conservadores. Não foram publicados os resultados de Guarapuava e Palmas.

Tabela 21 – *ELEITORES* do Litoral paranaense – 1869/72

ELEITORES – Paranaguá	Votos
1. Comendador Manoel Antonio Guimarães	573

²³⁷ O comendador Firmino José dos Santos Lima faleceu na Lapa em abril/1884. Era do partido liberal.

²³⁸ O major Pedro Fortunato de Souza Magalhães faleceu na Lapa em 10/dez/1887, com 68 anos, era do partido liberal, português, naturalizado brasileiro. Secretário da câmara municipal e agente do correio na Lapa. Pai do professor Pedro Fortunato de Souza Magalhães Filho, do negociante Luiz Henrique de Souza e sogro do capitalista e fazendeiro major João Ferreira Maciel (*Dezenove de Dezembro*, 14/dez/1887).

2. Tenente Coronel Manoel Leocadio de Oliveira	566
3. Tenente Coronel Tristão Martins de Araujo França	563
4. Dr. Ricardo Augusto da Silva Rego	562
5. Capitão Joaquim Felix da Silva	562
6. Tenente Coronel Manoel Miró	560
7. Ignacio José Caetano da Silva	499
8. Comendador Joaquim Américo Guimarães ²³⁹	493
9. Dr. Filastrio Nunes Pires	493
10. Capitão Lourenço Ferreira de Sá Ribas	493
11. Major Joaquim José Pereira	493
12. Alferes Manoel Thomaz Pereira	493
13. Alferes Ernensto Frederico Laynes	492
14. Manoel A. G. da Silva	491
15. Gabriel Pinto da Silva	491
16. Alferes João Antonio de Siqueira	491
17. Alferes José Pinto de Amorim Junior	489
18. Alferes Joaquim Mariano Ferreira	488
19. Tenente Marcelino Gonçalves Bueno	488
20. Tenente Barnabé Carvalhaes Pinheiro	488
21. Capitão Antonio Olinto Cordeiro	487
22. João de Paula Manço	486
23. Joaquim Corrêa de Freitas	483
24. Alferes Manoel Felisardo dias	482
25. Tenente Manoel José Alves	478
<i>Suplentes</i>	
Major Manoel Ricardo Carneiro	410
Tenente Coronel Joaquim Candido Corrêa	393
Tenente Coronel José Francisco Corrêa	392
Alferes Manoel do Rosário Corrêa	159
José Ferreira de Barros	157
Alferes Modesto Gonçalves Bittencourt	157
Antonio Justino de França	157
Alferes João da Silva Arouca	157
Alferes Leonardo Moreira dos Santos	157
Capitão Bernardino Pereira de Lima	153
Florencio Rodrigues Vianna	152
Honorio Decio da Costa Lobo	152
Francisco Gonçalves de Araujo	152
Tenente José Ferreira de Carvalhaes Pinheiro	152
Pedro de Alcantara Corrêa	151
Alferes João Ferreira Corrêa	151
Major Simão José Henrique Deslandes	151
Thago Agnese	151
João Corrêa de Freitas	151
Capitão José Rodrigues Branco	151
Egidio Leoncio da Costa e Silva	151
Tenente Luiz Mathias Ferreira de Abreu	145
João Chrysostomo de Almeida	141
Tenente Vicente Ferreira de Miranda	141
Francisco de Almeida França	141
ELEITORES – Morretes	Votos

²³⁹ O comendador Joaquim Américo Guimarães faleceu em Paranaguá em março de 1871 (*Dezenove de Dezembro*, 8/mar/1871). Era capitalista e negociante em Paranaguá. Casado com Theresa Maria da Luz Guimarães.

1. Antonio Ricardo dos Santos [Filho]	288
2. Antonio Gonçalves de Loyola	286
3. José Gonçalves Cordeiro	270
4. Manoel do Nascimento Abreu	269
5. Ricardo de Souza Dias Negrão	267
6. Antonio Vicente de Loyola	266
7. Francisco Fernandes da Rocha	264
8. Antonio Luiz Pereira Filho	261
ELEITORES – Porto de Cima	Votos
1. João de Souza Dias Negrão	74
2. Bento Ribeiro Guimarães	74
3. José Ribeiro de Macedo	72
<i>Suplentes conservadores</i>	
João José Villela	50
Joaquim Antonio Luiz Pereira	49
Manoel Cordeiro de Loyola	48
<i>Votação liberal</i>	
Manoel Salustiano Gonçalves Marques	48
Joaquim Leal Nunes	48
José da Cunha Vianna	47
ELEITORES – Guaratuba	Votos
1. Antonio Manoel Baptista	132
2. Alferes Antonio da Silva Pereira	132
3. Eulampio Bento Vianna	132
4. Tenente Francisco Alves Cordeiro	132
5. João Gonçalves de Araujo Triste	132
6. Vigário Jordão Homem Pedroso	132
7. Capitão José Bento de Lacerda	131
8. Ignácio Barbosa Pinto	131
9. Alferes Manoel Leandro da Costa	131
<i>Suplentes (não copiados)</i>	
ELEITORES – Antonina	Votos
1. Comendador Antonio Alves de Araujo	451
2. José Machado da Silva Lima	421
3. Joaquim Leite Mendes	420
4. João Antonio Pereira	419
5. Francisco Ferrer Pinheiro	419
6. Romão Rodrigues de Oliveira Branco	419
7. Joaquim V. Silva Montepoliciano	419
8. Antonio Felipe de Souza e Silva	419
9. João Christovão da Silva	419
10. Manoel Soares da Costa	419
11. Vicente José da Rosa	419
12. José da Costa Pinto	419
13. Manoel Lopes Torres	419
14. Antonio José da Silva Carvalho	419
<i>Suplentes não copiados</i>	

Dezenove de Dezembro, 3/fev/1869.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS EXTRAORDINÁRIA EM 1870 e 1871

Tabela 22 – Vereadores e juiz de paz – 1870/72

VEREADORES – Curitiba	Votos	Partido
1. Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas (presidente)	583	Conservador

2. Tenente Coronel Paulino de Oliveira Franco ²⁴⁰	580	
3. Francisco Ignácio da Rocha	562	
4. João Baptista de Oliveira	546	
5. Capitão João Bittencourt	526	
6. Tenente João Fabiano Cabral	519	
7. Alferes Antonio Francisco Correia de Bittencourt	506	
8. Tenente José de Camargo Pinto	500	
9. Alferes Tristão da Silva Pereira	490	
<i>Seguem os menos votados</i>		
Juízes de paz - Curitiba		
1. Brigadeiro Manoel de Oliveira Franco	604	Conservador
2. Tenente Coronel José Correia de Bittencourt	590	
3. Capitão Aurélio Ribeiro de Campos ²⁴¹	545	
4. Capitão Norberto Nunes Barbosa	520	
<i>Seguem os menos votados</i>		
Vereador – Palmeira		
1. Padre José Antonio de Camargo e Araujo (Presidente)		Liberal
2. Joaquim Antonio da Cruz Bastos		
3. Capitão José Prudêncio Marcondes		
4. Tenente José Joaquim de Araujo Perpétuo		
5. Capitão Pedro Ferreira Maciel		Conservador
6. Alexandre Machado Lima		
7. Alferes João de Araujo França		
Vereador – Rio Negro	Votos	Partido
1. João de Oliveira Franco (Presidente)	162	Conservador
2. Francisco de Paula X. Frade	152	Liberal
3. João Bley	144	Conservador
4. João Vieira Ribas	142	Liberal
5. Pedro Amalio Ribas	138	Conservador
6. Tiberiça dos Santos Pacheco	132	Liberal
7. Salvador José de Lima	130	Conservador
Suplentes		
Fabício Corrêa de Mello	73	Liberal
Nicolao Valério	70	Conservador
Antonio Arbigaus	62	Conservador
Candido Lopes Ribeiro	58	Liberal
José Vicente Vieira Borba	56	Liberal
Custódio Antonio Paz	55	Liberal
João Ferreira Nunes	54	Conservador
1ª câmara de vereadores – Campo Largo	Votos	Partido
1. Tenente coronel Francisco Pinto de Azevedo Portugal	171	Conservador
2. Major Antonio de Paula Xavier	166	
3. Manoel Ribeiro de Macedo	166	
4. Tenente Manoel de Oliveira Cercal	166	
5. Tenente Leocadio Gonçalves Padilha	165	
6. Tenente Francisco Custodio Natel	165	
7. José Brigido dos Santos	165	
Suplentes		
Padre Lourenço Justiniano Ferreira Bello	32	Liberal
Manoel Thomaz Armstrong	32	

²⁴⁰ Paulino de Oliveira Franco faleceu em Curitiba, em 22/set/1871, pouco depois de assumir o cargo de vereador (*Dezenove de Dezembro*, 23/set/1871). Em 27/dez/1871 vem a falecer o liberal e dono do jornal *Dezenove de Dezembro*, Cândido Martins Lopes. Seu filho irá continuar com as publicações do jornal paranaense.

²⁴¹ Foi naturalizado brasileiro, o súdito português, Sr. Aurélio Joaquim Ribeiro de Campos (*Dezenove de Dezembro*, 23/set/1871).

Romualdo Ferreira de Azevedo Portugal	32	
Tenente João Antonio Ferreira	31	
Francisco de Bastos Coimbra	31	
Tenente Joaquim Ferreira de Andrade	31	
Elísio de Oliveira Vianna	29	
Juiz de paz – São José do Christianismo	Votos	Partido
1. Capitão Domiciano Corrêa Machado	56	
2. Alferes Francisco José de Almeida Lopes	55	
3. Antonio Olympio Corrêa	53	
4. Francisco Luiz Machado	51	
<i>Seguem os menos votados</i>		
1ª câmara de vereadores - Votuverava	Votos	Partido
1. Capitão Antonio Jacintho Nóbrega	244	Conservador
2. Tenente José Borges de Macedo	241	
3. Salvador de Christo Leite	239	
4. Major Joaquim Severo Corrêa	239	
5. Alferes João Baptista de Faria	238	
6. Alferes Antonio da Costa Rosa	238	
7. Francisco Lucas Carneiro	238	
<i>Suplentes</i>		
Benenício Teixeira de Lara	15	
Tenente Salvador da Costa Christo	14	
Capitão João de Sant'Ana Costa Rosa	13	
José Lourenço Martins	13	
José da Costa Domingues	12	
Antonio dos Santos Cordeiro	4	
<i>Seguem suplentes menos votados</i>		
1ª câmara de vereadores – Arraial Queimado	Votos	Partido
1. Antonio Ricardo dos Santos Sobrinho	562	Conservador
2. Pedro Gonçalves da Rocha	452	
3. Jerônimo Mendes dos Santos	450	
4. Francisco Teixeira Alves	444	
5. João Antonio dos Santos Souza	444	
6. Joaquim Prestes de Lima	442	
7. Joaquim Florêncio dos Reis	442	
<i>Seguem suplentes menos votados</i>		
Juízes de paz		
1. Joaquim Antonio dos Santos Souza	562	Conservador
2. Manoel Teixeira Alves	424	
3. Joaquim Ribeiro Pinto	421	
4. José Alves de Paula	420	
<i>Seguem suplentes menos votados</i>		

Dezenove de Dezembro, 15/jul/1871 (Curitiba, 1871/72); ROMAGUERA NETTO, 1992, p.79 (Palmeira, 1870/72); Dezenove de Dezembro, 21/set/1870 (Rio Negro, 1870/72); Dezenove de Dezembro, 14/dez/1870 (Campo Largo, 1ª câmara de vereadores, 1870/72; juizes de paz de São José do Christianismo, 1870/72); Dezenove de Dezembro, 21/out/1871 e 8/nov/1871 (Votuverava e Arraial Queimado, 1ª câmara de vereadores, 1871/72).

ELEIÇÃO DE ELEITORES DE 1872

Tabela 23 – ELEITORES DO PLANALTO – 1872/76

ELEITORES – Capital (8/ago/1872)	Votos	ELEITORES– Capital (11/jan/74)	Votos
1. Tenente Coronel José Correia de Bittencourt	323	1. Capitão José Manoel Marques da Silva	729
2. Major Manoel José Cunha Bittencourt	322	2. Brigadeiro Manoel de Oliveira Franco	724
3. Dr. Agostinho Ermelino de Leão	321	3. Tenente coronel José Correia de Bittencourt	724
4. Capitão Aurélio Ribeiro de Campos	319	4. Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas	723
5. Cap. Previsto Gonçalves da Fonseca Columbia	319	5. Capitão Aurélio Ribeiro de Campos	719

6. Major Manoel de Souza Dias Negrão	318	6. Ten. cor. Manoel José da Cunha Bittencourt	712
7. Antonio Ferreira da Costa	318	7. Previsto Gonçalves da Fonseca Columbia	708
8. Ten. Antonio Ricardo de Souza Dias Negrão	318	8. Cap. Lourenço Taborda Ribas de Andrade	103
9. Capitão Norberto Nunes Barbosa	318	9. Dr. Agostinho Ermelino de Leão	664
10. Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas	318	10. Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta	634
11. Tenente Nicolao José Lopes	317	11. Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho	629
12. Capitão Damaso Correia de Bittencourt ²⁴²	317	12. Capitão Damaso Correia de Bittencourt	629
13. Tenente Francisco de Paula Fonseca	317	13. Capitão Francisco de Paula Fonseca	629
14. Tenente Tristão da Silva Pereira	317	14. Alferes Julio de Oliveira Ribas Franco	629
15. Capitão João Bittencourt	317	15. Antonio Ricardo de Souza Dias Negrão	629
16. Major Joaquim Antonio Gonçalves de Menezes	316	16. Alferes Adolpho Ribas de Oliveira Franco	629
17. Tenente Candido de Souza Guimarães	316	17. Tenente Pedro Laurindo do Bonfim	629
18. Antonio Ferreira da Costa Junior	316	18. Alferes Manoel Francisco Dias	629
19. Alferes José Pereira de Almeida Junior	316	19. Theolindo Baptista de Siqueira	629
20. Tenente José Manoel Marques da Silva	316	20. Manoel José de Siqueira Netto	629
21. Tenente José Antonio de Lima Castro	316	21. Manoel da Costa Cabral	629
22. Alferes João da Silva Pereira	316	22. Vidal José de Siqueira	629
23. Alferes João Pedro Scheleder	316	23. Dr. Eusébio Silveira da Mota	626
24.?		24. Capitão Francisco Antonio da Costa	624
25.?		25. Manoel de Camargo Pinto	622
26. Alferes Manoel José Felix	316	26. Tenente José Pereira de Almeida Junior	619
27. Alferes João Baptista de Oliveira	316	27. João de Souza de Oliveira	616
28. Tenente Lourenço Taborda Ribas	316	28. Francisco de Souza Prestes	612
29. Manoel Francisco Dias	315	29. Francisco Pedroso de Moraes	606
30. Manoel Eleutério Cabral	315	30. Joaquim Manoel de Araujo	602
31. José Ferreira da Silva	310	31. João Machado de Araujo	599
<i>Suplentes</i>		<i>Suplentes</i>	
1. Dr. Bento Fernandes de Barros	282	1. Tenente coronel Benedicto Enéas de Paula	233
2. Capitão Nestor Augusto Morocines Borba ²⁴³	281	2. Dr. José Lourenço de Sá Ribas	230
3. Dr. Eusébio Silveira da Mota	281	3. Dr. Generoso Marques dos Santos	226
4. Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho	280	4. Dr. João José Pedrosa	220
5. Alferes Julio de Oliveira Ribas Franco	280	5. Tenente coronel Ignácio José de Moraes	213
6. Brigadeiro Manoel de Oliveira Franco	280	6. Tenente coronel Caetano José Munhós	243
<i>Seguem demais suplentes</i>		<i>Seguem demais suplentes</i>	
ELEITORES – Campo Largo	Votos		
1. Alferes Anastácio Luiz Cordeiro	194		
2. Tenente Antonio Luiz Jorge	189		
3. Tenente José Gonçalves Padilha	186		
4. Tenente Jayme P. de Azevedo Portugal	185		
5. Tenente Francisco de Paula Xavier	183		
6. Alferes João Patrício Gonçalves	181		
7. Alferes João Ribeiro de Macedo	179		
8. Alferes José Antonio de Moraes	179		
9. Alferes Joaquim Luiz Vieira de Souza	178		
10. Eduardo Baptista de Castro	175		
<i>Seguem suplentes</i>			
ELEITORES – Arraial Queimado	Votos		
1. Antonio de Barros Teixeira Brans	149		
2. Joaquim Florêncio dos Reis	148		
3. Joaquim Antonio dos Santos Souza	147		
4. Joaquim Ribeiro de Souza	146		

²⁴² Damaso Correia de Bittencourt, faleceu em Curitiba, 7/fev/1895. Era casado com Christina Corrêa de Bittencourt (A República, 13/fev/1895).

²⁴³ Capitão Nestor Augusto Morocines Borba, faleceu em Curitiba, no dia 14/dez/1877.

5. Antonio Francisco de Souza	143		
6. Capitão Bento Gonçalves de Assumpção	143		
7. Joaquim da Cruz	142		
8. Pedro Celestamo da Silva	142		
9. Pedro Gonçalves da Rocha	142		
10. Serafim da Silva Pinto	141		
11. Joaquim Pinto de Siqueira	139		
<i>Seguem suplentes</i>			
<i>ELEITORES – São José dos Pinhais (8/ago/72)</i>	Votos	<i>ELEITORES –S. José dos Pinhais (14/set/73)</i>	Votos
1. Reverendo Francisco José Correia de Bittencourt	278	1. Padre João Baptista Ferreira Bello	216
2. Serafim Fernandes Bueno	275	2. Tenente coronel F. da Silva Castro	211
3. Felisberto Vicente dos Santos	275	3. Capitão F. Pereira Magalhães	211
4. Norberto Alves de Brito	275	4. Tenente Candido da S. Pinto	210
5. Bento Machado Ferreira	275	5. Thomaz Umbelino Teixeira	209
6. Antonio Joaquim Oliveira Portes	274	6. Bernardo Martins da Cruz	209
7. Manoel Antonio Pereira	274	7. Tenente Pedro A. da Rocha	209
8. João Ernesto Kilian	274	8. Bento Marcolino Pereira	209
9. Thomas Carvalho de Camargo	273	9. Manoel Antonio dos Santos	207
10. Sesostris Augusto de Oliveira Passos	272	10. Custodio Franco de Oliveira	207
11. Bento dos Santos Martins	272	11. José dos Passos Souza	207
12. João da Rocha Loures	272	12. Joaquim A. Pereira Fontes	206
13. Joaquim José de Andrade Machado	270	13. Tenente F. Pires Baptista	206
14. João Cordeiro Netto	270	14. Capitão F. de A. P. Magalhães	206
15. João Chrisostomo da Silva	267	15. Joaquim José M. Fagundes	205
16. Joaquim Matheos da Silva	263	16. João Antonio de Carvalho	202
<i>Seguem suplentes</i>		<i>Seguem suplentes</i>	
<i>ELEITORES – Rio Negro</i>	Votos		
1. Capitão Mathias Taborda Ribas	108		
2. Laurindo Bello	88		
3. Martim Mader	87		
<i>Seguem suplentes</i>			
<i>ELEITORES – Ponta Grossa</i>	Votos		
1. Tenente coronel Francisco de Assis Ribas	192		
2. Capitão Bonifacio José Villela	189		
3. Capitão Alexandre da Rocha Ferreira Carvalhaes	187		
4. Tenente Frederico Martinho Bahls	181		
<i>Seguem suplentes</i>			
<i>ELEITORES – Conchas</i>	Votos		
1. Joaquim Ferreira Pinto	124		
2. José da Silva Leiria	110		
<i>ELEITORES – Palmeira</i>	Votos		
1. Padre José Antonio de Camargo e Araujo	104		
2. Pedro Ferreira Maciel	103		
3. José Prudêncio Marcondes	102		
4. José Joaquim de Araujo Perpetuo	102		
5. Francisco Manoel de Macedo Taques	102		
6. Manoel Ferreira de Oliveira	99		
<i>ELEITORES – Castro</i>	Votos		
1. Tenente coronel Joaquim José Borges			
2. Tenente coronel Amantino José Borges			
3. Capitão José Joaquim Marques de Souza			
4. Tenente Manoel José Borges e Silva			
5. Alferes José Soares Maciel			
6. Cirino José Borges			
7. Basílio Rodrigues Carneiro			
8. Tenente Joaquim Rodrigues A. e Silva			
9. Alferes Antonio Duarte de Camargo			

10. Bento Ribeiro da Fonseca Leme	
11. Balduino Rodrigues de Almeida	
12. João Antonio da Costa Mesquita	
13. Salvador José Machado	
ELEITORES – Tibagy	Votos
1. Coronel José Borges de Almeida Taques	
2. Tenente coronel José F. de Sá Bittencourt	
3. Tenente Salvador Baptista Ribeiro	
ELEITORES – Votuverava	Votos
1. Capitão Antonio Jacintho Nóbrega	430
2. Padre José Antonio Gonçalves	430
3. Salvador de Christo Leite ²⁴⁴	430
4. Francisco Lucas Carneiro	430
5. João Baptista de Faria	429
ELEITORES – Guarapuava	Votos
1. Capitão Pedro Alexandrino de Araujo	221
2. Tenente Manoel de França Camargo	221
3. Cônego Antonio Braga de Araujo	220
4. Capitão Joaquim Antonio de Oliveira Silvério	220
5. Capitão José Tavares de Miranda Lacerda	220
6. Tenente Francisco de Paula Plethz	220
7. Candido Alves da Rocha Loures	220
<i>Seguem suplentes</i>	
ELEITORES – Iguassu (14/set/73)	Votos
1. Joaquim Gomes de Oliveira	149
2. Manoel Fabrício de Godoy	148
3. Francisco Honório da Silva	147
4. Salvador R. de Oliveira Mello	145
<i>Seguem suplentes</i>	

*Dezenove de Dezembro, 24/ago/1872. Para São José dos Pinhais, Iguassu em nova eleição para *eleitores*: Dezenove de Dezembro, 17/set/1873, 24/set/1873; e não foram publicados os *eleitores* da vila do Príncipe.*

Tabela 24 – **ELEITORES DO LITORAL**– 1872/76

ELEITORES – Paranaguá	Votos
1. Manoel Antonio Guimarães	583
2. Manoel Ricardo Carneiro	510
3. Manoel Leocadio de Oliveira	508
4. J. Candido de Oliveira	507
5. J. Felix da Silva	506
6. Filastrio N. Pires	505
7. Tristão M. de Araujo França	504
8. Claro A. Guimarães	503
9. M. do Rozario Correia	503
10. Ernesto F. Laynes	490
11. Francisco J. Pinheiro	497
12. Leonardo M. dos Santos	481
13. Joaquim Mariano Ferreira	485
14. José Antonio de Siqueira	484
15. J. José Pereira	481
16. Eugenio Guimarães Rebello	480
17. Francisco Gonçalves de Araujo	480
18. Egidio L. da Costa e Silva	480
19. Francisco Tramuja	480

²⁴⁴ Salvador de Christo Leite faleceu em 30/jun/1880. Salvador era compadre do Dr. Generoso Marques dos Santos e amigo de José Lourenço de Sá Ribas (*Dezenove de Dezembro, 30/jun/1880*).

20. José R. Branco	480
21. Joaquim J. de Freitas	480
22. Florêncio R. de Oliveira Vianna	480
23. Manoel Felizardo Dias	480
24. Manoel José Alves	479
25. Marcelino Gonçalves Bueno	478
<i>ELEITORES – Morretes</i>	Votos
1. Antonio Polydoro	
2. Major Corrêa	
3. Antonio Gonçalves	
4. João Figueira	
5. Bento Gonçalves	
6. José Loyola	
7. Ciriaco	
8. Francisco Fernandes da Rocha	
<i>ELEITORES – Porto de Cima</i>	Votos
1. Capitão Antonio Ribeiro de Macedo	82
2. Capitão João de Souza Dias Negrão	79
3. Tenente Vicente Ferreira de Loyola	78
<i>ELEITORES – Antonina</i>	Votos
1. Tenente coronel Francisco Gonçalves Cordeiro Gomes	428
2. Tenente coronel Joaquim Antonio Guimarães	425
3. Vigário Manoel José de Souza	425
4. José Antonio de Carvalho	423
5. José Leonardo da Silva	422
6. Promotor público Firmino Manoel Paula	422
7. Manoel José de Faria	421
8. Major Francisco Antonio de Souza	421
9. Alferes Antonio Teixeira de Carvalho	421
10. Hipolyto Joaquim T. de Oliveira	420
11. José Gonçalves Moreira	420
12. Alferes Joaquim Barnabé de Linhares	418
13. Manoel Gonçalves Moreira	418
14. Capitão Manoel Vicente da Silva	418
<i>Seguem suplentes</i>	
<i>ELEITORES – Guarakessava</i>	Votos
1. Antonio Manoel Baptista	171
2. Padre João Homem Pedroso	170
3. Lacerda	168
4. Manoel Bento	167
5. Manoel Leandro	167
6. Manoel Joaquim	167
7. Silva Pereira	167
8. Antonio Ferreira	167
9. João Triste	167
<i>Eleitores – Guaratuba</i>	Votos
1. Major Norberto José de Miranda	96
2. Capitão Manoel Leocadio da Costa	88
3. Alexandre José de Miranda	86
4. Tenente Chrispim José de Freitas Castro	84
5. João da Costa Braga	78
6. Manoel Antonio de Souza	78
<i>Seguem suplentes</i>	

Dezenove de Dezembro, 24/ago/1872.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 7/set/1872

Tabela 25 – VEREADORES E JUÍZES DE PAZ ELEITOS – PLANALTO (1873/1876)

VEREADORES – Curitiba			
	Votos		
1. Dr. João José Pedrosa (presidente)	381		
2. Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas	380		
3. Tenente Lourenço Taborda Ribas de Andrade	360		
4. Capitão Antonio Augusto Ferreira de Moura	358		
5. Tenente Tristão da Silva Pereira	357		
6. Antonio Marçal de Oliveira ²⁴⁵	356		
7. Major Vicente Ferreira da Luz ²⁴⁶	356		
8. Tenente Joaquim Ventura de Almeida Torres	351		
9. Capitão Antonio Enes Bandeira	350		
<i>Seguem suplentes</i>			
Juízes de paz – Curitiba			
	Votos		
1. Tenente José Manoel Marques da Silva	352		
2. Tenente Lourenço Taborda Ribas de Andrade	351		
3. Capitão Ricardo Affonso Coelho	348		
4. Capitão Manoel Gonçalves dos Santos	337		
<i>Seguem suplentes</i>			
VEREADOR – São José dos Pinhais		S. José dos Pinhais (12/abr/74)	Votos
1. Francisco Alves Pereira de Araujo	438	José Joaquim dos Passos Oliveira ²⁴⁷	437
2. Manoel Antonio Pereira	431	João Cordeiro Neto	432
3. Pedro Ferreira dos Santos Rocha	430	Norberto Alves Brito	427
4. Marcelino Carmeliano de Miranda	430	João Ernesto Killian	427
5. Norberto Alves de Brito	426	Serafim Fernandes Bueno	427
6. Thomaz Ayres da Rocha	426	Pedro Antonio de Carvalho	427
7. Pedro Antonio de Carvalho	426	Manoel Fabrício de Godoy	419
<i>Seguem suplentes</i>		<i>Seguem suplentes</i>	
<i>Suplente</i> Reverendo João Baptista Ferreira Bello	309	Padre João Baptista Ferreira Bello	303
VEREADOR – Campo Largo			
	Votos		
1. Capitão Francisco Pinto de Azevedo Portugal Filho	180		
2. Alferes Antonio Gonçalves Padilha	175		
3. José Brigido dos Santos	172		
4. Domingos Antonio da Cunha	168		
5. Tenente Francisco Custodio Natel	167		
6. Tenente Antonio Luiz Jorge	166		
7. Alexandre Gonçalves Cordeiro de Miranda	161		
<i>Seguem suplentes</i>			
VEREADOR – Arraial Queimado			
	Votos		
1. Antonio Ricardo dos Santos Sobrinho	171		
2. José Alves Figueira	160		
3. Venceslau Mendes dos Santos	156		
4. Manoel Amâncio do Rosário	155		
5. Joaquim Florêncio dos Reis	154		
6. José Alves de Paula	154		
7. Francisco Garcia de Lima	153		
Juízes de paz – Arraial Queimado			
	Votos		
1. Manoel Affonso Enes	165		

²⁴⁵ Antonio Marçal de Oliveira faleceu em Curitiba, 15/jan/1880. Era vereador da câmara municipal de Curitiba, e do partido liberal (*Dezenove de Dezembro*, 17/jan/1880).

²⁴⁶ Vicente Ferreira da Luz faleceu em Curitiba, 17/jun/1880. Sogro do Dr. Murici; Sogro de Horácio Ricardo dos Santos (filho do deputado provincial Antonio Ricardo dos Santos); seu filho Eugênio casa com a filha do deputado provincial Caetano José Munhoz.

²⁴⁷ José Joaquim dos Passos Oliveira faleceu em São José dos Pinhais, 30/jun/1888, quando era coletor das rendas públicas nesta vila. Tinha aproximadamente 75 anos e era do partido conservador.

2. Jerônimo Mendes dos Santos	165
3. Antonio Barros Teixeira Brans	165
4. Francisco ??	
VEREADOR – Rio Negro	Votos
1. Comendador João de Oliveira Franco	191
2. Militão José da Costa	174
3. Pedro Amalio Ribas	173
4. Nicolao Valério	162
5. Theodoro Bittencourt	158
6. Candido Lopes Ribeiro	121
7. Joaquim Lazaro de Oliveira Godoy	104
Juízes de paz – Rio Negro	Votos
1. João Bley	191
2. Laurindo Joaquim Bello	174
3. Nicolao Bley Junior	166
4. José Joaquim da Costa	161
VEREADOR – Palmeira	Votos
1. Padre José Antonio de Camargo e Araujo	
2. Hipólito Alves de Araujo	
3. Alferes João de Araujo França	
4. Alferes Manoel Teixeira de Freitas	
5. Alferes Feliciano Nunes Pires	
6. Capitão Domingos Ignácio Branco e Silva	
7. Abdomino de Paula Teixeira	
VEREADOR – Votuverava	Votos
1. Antonio Jacintho Nóbrega (presidente)	
2. Benedicto Abranches de Almeida	
3. Antonio José de Freitas Saldanha	
4. José de Christo Leite	
5. Benissio Teixeira de Lara	
6. Francisco José de Deus	
7. Domingos Tabora de Meira	

Dezenove de Dezembro, 11 e 14/set/1872; ROMAGUERA NETTO, 1992, p.79 (Palmeira); *Dezenove de Dezembro*, 5/dez/1874 (Votuverava);

A câmara de São José dos Pinhais terá nova eleição em 12/abr/1874; e novamente será suspensa em 25/abr/1876 (no final do mandato), pelo presidente da província do Paraná, Dr. Lamenha Lins (*Dezenove de Dezembro*, 26/abr/1876), porque seu presidente e demais membros (do partido liberal) teriam incorrido no erro de “prevaricação e peculato” em relação às contas municipais (*Dezenove de Dezembro*, 10/maio/1876). Este ato de suspensão da câmara de São José dos Pinhais foi criticado pelo jornal liberal oposicionista da época, *Província do Paraná*. E não foram publicados os resultados de Castro, Guarapuava, Vila do Príncipe, Ponta Grossa e Tibagy.

Tabela 26 – VEREADORES E JUÍZES DE PAZ ELEITOS – LITORAL (1873/1876)

VEREADOR – Paranaguá	Votos
1. Dignitário Manoel Antonio Guimarães (presidente)	940
2. Tenente coronel Joaquim Felix da Silva	782
3. Capitão Ernesto Frederico Laynes	718
4. Tenente Joaquim Mariano Ferreira	706
5. Tenente coronel José Bento de Lacerda	660
6. Alferes José Correia de Freitas	647
7. Thiago Agnese	637
8. Capitão Virgílio Elísio de Faria	503
9. Francisco José de Souza	479
<i>Seguem suplentes</i>	
Juízes de paz – Paranaguá	Votos
1. Dignitário Manoel Antonio Guimarães	758
2. Major Manoel Ricardo Carneiro	695

3. Capitão José Antonio Siqueira	483		
4. Capitão Manoel Rosário Correia	421		
<i>Seguem suplentes</i>			
Juízes de Paz – Guarakessava	Votos		
1. Antonio Manoel Baptista	176		
2. Capitão Manoel Leandro da Costa	166		
3. João Gonçalves de Araujo Triste	161		
4. Capitão Antonio da Silva Pereira	102		
<i>Seguem suplentes</i>			
VEREADOR – Antonina	Votos	Vereador – Antonina (set/1873)	Votos
1. José Machado da Silva Lima	90	1. José Machado da Silva Lima	229
2. Romão Rodrigues de Oliveira Branco	89	2. Romão Rodrigues de O. Branco	170
3. Joaquim Olympio de Miranda	84	3. João Manoel Ribeiro Vianna	169
4. Francisco da Costa Pinto	73	4. Joaquim Rodrigues da S. Lessa	168
5. Joaquim Rodrigues da Silva Lessa	72	5. José da Costa Pinto	167
6. Ten. Coronel Francisco Gonçalves Cordeiro Gomes	70	6. José Maria da Costa	165
7. Antonio Teixeira de Carvalho	64	7. José Marcelino M. Carneiro	164
8. José Leonardo da Silva	60	8. Benedicto G. do Nascimento	161
9. Benedicto Damião de Linhares	45	9. José Francisco de O. Marques	160
Juízes de paz – Antonina	Votos	Juízes de paz – Antonina (set/73)	Votos
1. Dr. Manoel Alves de Araujo		1. Dr. Manoel Alves de Araujo	229
2. Joaquim Leite Mendes		2. Cap. Joaquim Leite Mendes ²⁴⁸	170
3. Ildefonso Pereira Correia		3. José Machado da Silva Lima	169
4. Joaquim Pinto		4. Antonio Lopes Torres	168
VEREADOR – Morretes	Votos		
1. Tenente Coronel José Celestino de Oliveira	442		
2. Comendador Antonio Ricardo dos Santos	441		
3. Dr. Henrique C. da Rocha Lima	440		
4. Bento Fernandes Correia	438		
5. Capitão Manoel Antonio Cordeiro	436		
6. Bento Gonçalves Cordeiro	434		
7. José Gonçalves de Moraes	432		
8. Tenente Joaquim José Alves	430		
9. Antonio Fernandes Correia	428		
Juízes de paz – Morretes	Votos		
1. Coronel Antonio Ricardo dos Santos	470		
2. Comendador José Miró de Freitas	442		
3. Major José Fernandes Correia	441		
4. Major Antonio Polidoro	440		
VEREADOR – Porto de Cima	Votos		
1. Antonio de Loyola e Silva	131		
2. Antonio Ribeiro de Macedo	101		
3. João José Villela	100		
4. Vicente Ferreira de Loyola	100		
5. Joaquim Antonio Luiz Pereira	87		
6. Agostinho Maximiliano Ferreira de Miranda	80		
7. Antonio Vicente Travanca	80		
<i>Seguem suplentes</i>			
Juízes de Paz – Porto de Cima			
1. José Ribeiro de Macedo	105		
2. Fausto Bento Vianna	88		
3. Joaquim Antonio de Loyola	82		
4. Modesto Gonçalves de Bittencourt	80		

²⁴⁸ O tenente coronel Joaquim Leite Mendes faleceu em Antonina, 21/jul/1884.

Seguem suplentes

Dezenove de Dezembro, 11 e 14/set/1872; para a eleição extra em Antonina: Dezenove de Dezembro 24/set/1873; não foi divulgado o resultado da vila de Guaratuba.

ELEIÇÃO DE ELEITORES (gerais e especiais) e ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 01/out/1876

Tabela 27 – ELEITORES DO PLANALTO – 1877/78

ELEITORES Gerais – Curitiba	Votos	Eleitores especiais – Curitiba	
1. Brigadeiro José Correia de Bittencourt	550	1. Dr. Agostinho Ermelino de Leão	556
2. Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas	549	2. Brigadeiro José Correia de Bittencourt	556
3. Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho	546	3. Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas	556
4. Capitão Francisco da Silva Pereira	545	4. Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho	556
5. Capitão Joaquim José Belarmino Bittencourt	544	5. Capitão José Manoel Marques da Silva	556
6. Capitão José Manoel Marques da Silva	544	6. Tenente João Ferreira Leite	556
7. Luiz Antonio de Souza Coelho	542	7. Capitão Francisco da Silva Pereira	556
8. João Pedro Schleder	542	8. Capitão Antonio Ricardo de Souza Dias Negrão	556
9. Manoel José da Cunha Bittencourt	541	9. Tenente Adolpho Ribas de Oliveira Franco	556
10. Lourenço Taborda Ribas de Andrade	539	10. Capitão Damaso Correia de Bittencourt	555
11. Capitão Francisco de Paula Fonseca	280	11. Felipe Paz de Souza Brazil	555
12. Capitão Francisco Antonio da Costa	278	12. Capitão Francisco de Paula Fonseca	555
13. Manoel da Costa Guimarães	278	13. Capitão Joaquim José Belarmino Bittencourt	555
14. Nivaldo Teixeira Braga	278	14. Tenente José Ferreira de Barros	555
15. Antonio Casimiro de Souza	276	15. Alferes Manoel da Costa Cabral	555
16. Capitão Manoel de Souza Dias Negrão	276	16. Tenente coronel Manoel José da Cunha Bittencourt	555
17. João Machado de Araujo	275	17. Capitão Norberto Nunes Barbosa ²⁴⁹	555
18. Manoel José Felix	275	18. Capitão Previsto Gonçalves da Fonseca Columbia ²⁵⁰	555
19. João Antonio de Faria	275	19. Tenente Alfredo Caetano Munhoz	554
20. Theolindo Baptista de Siqueira	274	20. Antonio Ferreira da Costa	554
21. Julio de Oliveira Ribas Franco	272	21. Tenente coronel Caetano José Munhoz	554
22. José Lourenço de Vasconcellos Chaves	271	22. Ildfonso José de Camargo	554
23. Major Bento Florêncio Munhós	271	23. Padre Jordão Homem Pedroso	554
24. Fernando Gonçalves Cordeiro	270	24. Capitão Lourenço Taborda Ribas	554
25. Padre Jordão Homem Pedroso	269	25. Manoel de Camargo Pinto	554
26. Tristão da Silva Pereira	269	26. Manoel Eleutério Cabral	554
27. João de Souza e Oliveira	268	27. Tenente coronel Manoel Ferreira Ribas	554
28. Manoel Francisco Dias	267	28. Tenente Pedro Laurindo do Bonfim	554
Eleitores gerais – Arraial Queimado		Eleitores especiais – Arraial Queimado	
1. Jerônimo Mendes dos Santos	212	1. Jerônimo Mendes dos Santos	316
2. Pedro Gonçalves da Rocha	207	2. Bento Gonçalves de Assumpção	242
3. José Alves de Araujo	206	3. José Fernandes Corrêa	242
4. Joaquim Ribeiro de Souza	200	4. Antonio de Barros Teixeira Brans	242
5. Leopoldo Pinto de Macedo	199	5. Francisco Alves de Paula	242
6. Luciano José de Gracia	198	6. João Antonio dos Santos Souza	242

²⁴⁹ Norberto Nunes Barbosa, faleceu em Curitiba, em 01/maio/1889, com 80 anos.

²⁵⁰ Previsto Gonçalves da Fonseca Columbia, faleceu em 1/jul/1879.

7. Manoel Leocadio de Carvalho	197	7. Joaquim Florêncio dos Reis	242
8. Joaquim Prestes de Lima	196	8. Manoel Mendes dos Santos	242
9. Manoel Amâncio do Rosário	195	9. José Alves de Araujo	242
10. Manoel Florêncio dos Reis	194	10. Anselmo Francisco da Silva	242
11. Manoel José Borges	193	11. Felisbino José dos Reis	242
12. Bento Alves de Araujo	191	12. Seraphim da Silva Pinto	242
ELEITORES Especiais – Iguassu	Votos	Eleitores gerais – Iguassú	
1. Joaquim Gonçalves Palhano	159	1. Joaquim Gonçalves Palhano	159
2. Salvador Raphael de Oliveira Mello	159	2. Salvador Raphael de Oliveira Mello	159
3. José Ricardo Tabora Ribas ²⁵¹	159	3. Antonio José de Oliveira Lemos	159
4. Manoel Tabora Ribas de Andrade	159	4. Francisco Vaz Torres	140
5. Francisco Vaz Torres	159	5. Manoel Vaz Torres	140
6. Nicolau do Valle Ribeiro	159	6. João Nunes Camillo	140
7. Manoel Antonio Ribeiro	159	7. Jesuino Gomes de Oliveira	140
8. Jesuino Gomes de Oliveira	159	8. José Manoel de Lima	140
9. Joaquim Gomes de Oliveira	159	9. Theodoro Ferreira da Cruz	140
ELEIÇÃO ANULADA EM IGUASSU			
Eleitores gerais – Iguassú (eleição refeita em 6/jul/1877 – todos são do partido conservador)			
1. Joaquim Gonçalves Palhano	94		
2. Salvador Raphael de Oliveira Mello	86		
3. José Manoel de Lima	79		
4. Antonio José de Oliveira Lemos	73		
5. Manoel Antonio Ribeiro	71		
6. Jesuino Gomes de Oliveira	70		
7. Manoel Vaz Torres	66		
8. Francisco Ferreira das Chagas	60		
9. Manoel Tabora Ribas de Andrade	59		
Eleitores gerais – Campo Largo		Eleitores especiais – Campo Largo	
1. Tenente Antonio Luiz Jorge	169	1. Tenente coronel Francisco Pinto de Azevedo Portugal	231
2. Alferes Anastásio Luiz Cordeiro	169	2. Vigário Antonio Machado Lima	231
3. Eduardo Baptista de Castro	168	3. Dr. Antonio Bley	231
4. Alferes Manoel Fabrício de Godoy	167	4. Tenente Manoel de Oliveira Cercal	231
5. Capitão José Mathias Miller	166	5. Capitão Francisco Pinto de Azevedo Portugal Filho	231
6. Tenente James Pinto de Azevedo Portugal	165	6. Tenente Francisco de Paula Xavier	231
7. Alferes Domingos Luiz Cordeiro	165	7. Alferes José Antonio de Moraes	231
8. João de Souza Macedo	164	8. Capitão Carlos José de Oliveira e Souza	231
9. Tenente Alexandre Gonçalves Cordeiro de Miranda	163	9. Bernardo de Oliveira Mendes	231
10. Tenente Francisco de Paula Xavier	163	10. Major Antonio de Paula Xavier	230
11. Joaquim Gabriel Pinto	161	11. Capitão Leocadio Gonçalves Padilha	230
12. Benedicto de Souza Leal	160	12. Capitão José Mathias Miller	230
13. Alferes Evaristo Martins Franco	160	13. Tenente James Pinto de Azevedo Portugal	230
14. Alferes João Baptista de Souza Castro	159	14. Alferes Evaristo Martins Franco	230
15. Alferes João Ribeiro de Macedo	159	15. Manoel Vieira Borges	230
16. Thomas dos Santos Souza	158	16. Manoel Venâncio Padilha e Souza	230
17. João Leite Cordeiro	154	17. Alferes João Patrício Gonçalves	229
<i>Seguem demais votados</i>		<i>Seguem demais votados</i>	
Eleitores especiais – Tibagy		Eleitores gerais – Tibagy	
1. José Felix Novaes do Canto		1. José Felix Novaes do Canto	

²⁵¹ José Ricardo Tabora Ribas faleceu em 18/mar/1883. Era irmão do major Mathias Tabora Ribas. Sogro do deputado Bento Florêncio de Munhoz.

2. José Isidro Lemes		2. José Isidro Lemes	
3. Antonio Chrispim de Oliveira Fernandes		3. Antonio Correia de Bittencourt	
4. Gregório Rodrigues Betim		4. Ezequiel José Pires Martins	
5. Manoel Lemes Machado		5. Gregório Rodrigues Betim	
6. Carlos Pacheco de Macedo Taques		6. José Gonçalves Guimarães	
7. Antonio Modesto Gonçalves de Moraes		7. Virgílio de Assumpção Taques	
8. Joaquim de Paula Pinto		8. Ivo Pereira Borges	
9. José Borges de Almeida Taques		9. João de Abreu Sá Sottomaior	
10. José Florentino de Sá Bittencourt		10. João Martins de Araujo França	
11. Salvador Baptista Ribeiro		11. Antonio da Cruz Machado	
12. Julio de Macedo Taques		12. Joaquim de Oliveira Vianna	
Eleitores gerais – Ponta Grossa	Votos	Eleitores especiais – Ponta Grossa	Votos
1. Tenente coronel Francisco de Assis Ribas	499	1. Tenente cor. Francisco de Assis Ribas	501
2. Major Bonifácio José Villela	499	2. Major Bonifácio José Villela	501
3. Alferes Manoel Vicente Bittencourt	499	3. Generoso Pinto da Luz	501
4. Major Dulcio Mariano Ribas	498	4. Tenente José Antonio Ferreira Sobrinho	500
5. Alferes Jacintho Antunes Coelho	498	5. Militão José Villela	500
6. Capitão Joaquim Gonçalves Guimarães	498	6. Capitão José Joaquim de Almeida	500
7. Manoel Antonio dos Santos	498	7. Diogo Dias Baptista	500
8. Antonio dos Santos Ávila	497	8. Alferes José Gonçalves dos Santos Sobrinho	500
9. Tenente José Antonio Ferreira Sobrinho	497	9. Capitão Joaquim Gonçalves Guimarães	500
10. Capitão Alexandre da Rocha Ferreira Carvalhaes	495	10. Firmino José da Rocha	500
11. Diogo Dias Baptista	496	11. Alferes José Caetano de Miranda	500
12. Antonio Ribeiro de Souza	493	12. Alferes Manoel Vicente Bittencourt	500
13. Capitão João Mariano Ferreira Ribas	492	13. Alferes Manoel Roberto Barbosa	500
14. Tenente Frederico Martinho Balhs	492	14. Henrique Pupo Ferreira	500
15. Major Domingos Ferreira Pinto	234	15. Manoel José de Oliveira Capote	500
16. José da Silva Leiria	234	16. Tenente Frederico Martinho Balhs	500
17. Capitão Joaquim Ferreira Pinto	233	17. Luiz Antonio Penteadó	500
18. Antonio Dias Baptista	233	18. José da Costa Rodrigues Guimarães	500
19. Antonio Madureira Branco	233	19. João Antonio dos Santos Ribas	500
20. José Joaquim Pereira Branco	233	20. Antonio José Gonçalves	500
21. Tenente Generoso Martins de Araujo	233	21. Augusto Antonio Pereira	500
Eleitores especiais – Rio Negro		Eleitores gerais – Rio Negro	
1. Tenente Nicolao Valério	166	1. Tenente Nicolao Valério	100
2. Major Mathias Taborda Ribas	164	2. Major Mathias Taborda Ribas	100
3. Alferes Laurindo Joaquim Bello	163	3. Alferes Laurindo Joaquim Bello	100
4. Alferes Militão José da Costa	161	4. Alferes Militão José da Costa	100
5. Manoel Pereira de Almeida	160	5. Alferes Manoel Pereira de Almeida	98
6. Tenente Pedro Amalio Ribas	158	6. Joaquim Lazaro de Oliveira Godoy	98
7. Joaquim Lazaro de Oliveira Godoy	157	7. Tenente Pedro Amalio Ribas	97
8. Manoel Netto da Costa Magalhães	153	8. Salvador José de Lima	96
9. Salvador José de Lima	151	9. Saturnino Olintho da Silva	76
10. Saturnino Olintho da Silva	149	10. Virissimo de Oliveira Ribas	74
11. Virissimo de Oliveira Ribas	147	11. Domingos Soriano Gomes	72
12. João Ferreira Nuns	144	12. Ricardo Baptista Ribas	70
Eleitores gerais – Votuverava		Eleitores especiais – Votuverava	
1. Fortunato Laurindo do Bonfim	314	1. Fortunato Laurindo do Bonfim	480
2. Manoel José de Siqueira Netto	294	2. Manoel José de Siqueira Netto	475
3. Vidal José de Siqueira	284	3. Vidal José de Siqueira	474
4. João Pedro Gonçalves	263	4. Manoel das Dores Sampaio	470
5. Antonio Caetano de Araujo	262	5. Florindo Theodoro do Bonfim	469
6. Joaquim de Souza Machado	261	6. José de Faria Santiago	465

7. Camilo de Oliveira Lino	259	7. João Pedro Gonçalves	464
8. Francisco de Paula Izidio	257	8. Antonio Caetano de Araujo	460
9. Paulino de Freitas Saldanha	255	9. Antonio Pupo Ferreira	459
10. Antonio Cordeiro dos Santos	254	10. Joaquim Machado Fontoura	458
11. Miguel Eduardo de Godoy	252	11. Joaquim de Souza Machado	457
12. Manoel Laurindo do Bonfim	251	12. Paulino de Freitas Saldanha	456
13. Antonio Francisco Ribas	249	13. Manoel Laurindo do Bonfim	450
14. José de Faria Santiago	243	14. Camilo de Oliveira Lino	445
15. Manoel das Dores Sampaio	246	15. Antonio Cordeiro dos Santos	442
16. Joaquim Machado Fontoura	244	16. Francisco de Paula Izidio	441
17. José Bento Dias	243	17. Antonio Francisco Ribas	440
		18. Miguel Eduardo de Godoy	438

Dezenove de Dezembro, 4/out/1876; 11/out/1876; 15/ago/1877 (Iguassú, Rio Negro e Votuverava); Não foram publicados os *eleitores* de Castro, Vila do Príncipe, Guarapuava, São José dos Pinhais e Palmeira.

Tabela 28 – *ELEITORES DO LITORAL – 1877/78*

<i>ELEITORES</i> gerais – Paranaguá	Votos		
1. Dignitário Manoel Antonio Guimarães	327		
2. Comendador Manoel Leocadio de Oliveira	326		
3. Major Manoel Ricardo Carneiro	326		
4. Capitão Ernesto Frederico Laynes	325		
5. Tenente coronel Joaquim Felix da Silva	324		
6. Capitão Joaquim Mariano Ferreira	324		
7. Tenente Evaristo José Cárdenas	313		
8. Capitão Leonardo Moreira dos Santos	313		
9. Florêncio Rodrigues Vianna	310		
10. Tenente coronel Tristão Martins de Araujo França	310		
11. Capitão José Antonio de Siqueira	310		
12. José Rodrigues Branco	309		
13. Capitão João Eugenio Gonçalves Marques	305		
14. Honório Decio da Costa Lobo	303		
15. Tenente Manoel Felisardo Dias	302		
16. Domingos Carneiro da Silva Braga	299		
17. Tenente Francisco José de Oliveira	290		
18. Tenente Antonio José Cordeiro	288		
19. Capitão João Correia de Freitas	287		
<i>Seguem demais conservadores votados</i>			
<i>Eleitores – Guarakessaba</i>			
1. Antonio Manoel Baptista	190		
2. Francisco de Paula Miranda	190		
3. Professor Lindolpho de Siqueira Bastos	170		
4. Tenente Antonio Gomes Ferreira	170		
5. Tenente João G. de Araujo Triste	165		
6. Professor Benedicto Antonio Corrêa	155		
7. Francisco Gomes de Souza Valle	152		
8. Capitão Francisco Alves Cordeiro	152		
9. José Antonio Rodrigues	151		
10. Capitão Manoel Leandro da Costa	150		
<i>Seguem demais conservadores votados</i>			
<i>Eleitores gerais – Morretes</i>		<i>Eleitores especiais – Morretes</i>	
1. Comendador Antonio Ricardo dos Santos	160	1. Major Francisco Antonio da Costa Nogueira	218
2. Bento Gonçalves Cordeiro	159	2. José da Costa Pinto	218
3. Clarimundo José Correia	158	3. Antonio de Souza Dias Negrão	215
4. Tenente coronel Antonio Gonçalves do Nascimento	158	4. Caetano José da Silva Babão	215

5. Major José Antonio Nóbrega	157	5. Horacio Ricardo dos Santos	215
6. Tenente Ricardo de Souza Dias Negrão	156	6. Guilherme Gomes da Costa	215
7. Américo Gonçalves de Moraes	144	7. Joaquim Ribeiro de Macedo	215
8. Gabriel Pinto da Silva	128	8. Agostinho Ferreira de Loyola	215
9. Capitão Antonio Gonçalves Cordeiro	128	9. João da Silva Pereira	215
10. Alferes Manoel Cordeiro Gomes	128	10. Joaquim Fernande de Amorim	215
11. Tenente coronel José Celestino de Oliveira	122	11. Antonio da Costa Pinto	215
12. Antonio Luiz Pereira	118	12. Manoel Ricardo do Nascimento	215
Eleitores gerais – Porto de Cima		Eleitores especiais – Porto de Cima	
1. Capitão João de Souza Dias Negrão	142	1. Capitão João de Souza Dias Negrão	172
2. Capitão Antonio Ribeiro de Macedo	110	2. João José Villela	163
3. Capitão Vicente Ferreira de Loyola ²⁵²	103	3. Tenente Fausto Bento Vianna	160
4. Alferes Joaquim Antonio Luiz Pereira	100	4. Agostinho Maximiano Ferreira de Miranda	157

Dezenove de Dezembro, 7/out/1876; 11/out/1876; Não foram publicados os eleitores de Antonina e Guaratuba.

Tabela 29 – VEREADORES E JUÍZES DE PAZ ELEITOS – PLANALTO (1877/1880)

VEREADORES – Curitiba	Votos	Juízes de paz – Curitiba	
1. Tertuliano Teixeira de Freitas (presidente)			
2. Lourenço Taborda Ribas de Andrade			
3. Antonio Ricardo de Souza Dias Negrão			
4. Aurélio Ribeiro de Campos			
5. Joaquim Ventura de Almeida Torres			
6. José Lourenço de Vasconcellos Chaves			
7. Caetano José Munhós			
VEREADORES – Campo Largo	Votos	Juízes de paz – Campo Largo	
1. Capitão Carlos José de Oliveira e Souza	169	1. Tenente James Pinto de Azevedo Portugal	231
2. Tenente Antonio Luiz Jorge	164	2. Tenente Guilherme de Paula Xavier	225
3. Alferes Anastácio Luiz Cordeiro	162	3. Tenente Francisco Custodio Natel	224
4. Alferes José Antonio de Moraes	161	4. José dos Santos Candosa	223
5. Alferes João Baptista de Souza Castro	158		
6. Alferes Joaquim Luiz Vieira de Souza	155		
7. Antonio Corrêa Soares	152		
VEREADORES – Arraial Queimado		Juízes de paz – Arraial Queimado	
1. Jerônimo Mendes dos Santos	311	1. Florêncio Gonçalves de Assumpção	266
2. Joaquim Ribeiro de Souza	208	2. João Manoel de Souza	254
3. Bento Gonçalves de Assumpção	208	3. Joaquim Prestes de Lima	251
4. José Alves de Paula	207	4. José Alves de Paula	247
5. Joaquim Ribeiro Pinto	207		
6. José Pedro de Oliveira Camargo	207		
7. Francisco Antonio dos Santos	207		
VEREADORES – Ponta Grossa	Votos	Juízes de paz – Ponta Grossa	
1. Augusto Lustosa de Andrade Ribas (presidente)		1. João Baptista Lustosa Ribas	
2. Firmino José da Rocha		2. Damaso José Correia Ribas	
3. Benedicto Mariano Ribas		3. Manoel Roberto Barbosa	
4. Joaquim Antonio dos Santos Ribas		4. Veríssimo de Souza Bueno	
5. Jacintho Gomes de Oliveira			
6. José Antonio de Carvalho			
7. Generoso Martins de Araujo			

²⁵² Vicente Ferreira de Loyola faleceu em 7/ago/1883, em S. Bento, Santa Catarina. Mandaram celebrar missa por ocasião de seu falecimento o comendador Antonio Ricardo dos Santos, Antonio Ricardo dos Santos Filho e Dr. José Pereira dos Santos Andrade; ele era cunhado de José Pinto Rebello e D. Francisca dos Santos Rebello (*Dezenove de Dezembro, 11/ago/1883*).

8. Manoel Ferreira Pinto			
9. Francisco Antonio Baptista Rosas			
VEREADORES – Rio Negro	Votos	Juízes de paz – Rio Negro	
1. Laurindo Joaquim Bello	100	1. Ricardo Baptista Ribas	115
2. Veríssimo de Oliveira Ribas	98	2. Joaquim Lazaro de Oliveira Godoy	108
3. Manoel Netto da Costa Magalhães	97	3. Laurindo Joaquim Bello	105
4. Laurentino Pires de Lima	95	4. Veríssimo de Oliveira Ribas	92
5. Saturnino Olintho da Silva	94		
6. Candido Lopes Ribeiro	70		
7. Elias Francisco Lopes	75		
VEREADORES – Votuverava		Juízes de paz – Votuverava	
1. Camillo de Oliveira Lino	480	1. Fortunato Laurindo do Bonfim	481
2. Antonio Cordeiro dos Santos	260	2. Manoel Luiz de Souza	407
3. João Pedro Gonçalves	251	3. Manoel das Dores Sampaio	370
4. Miguel Eduardo de Godoy	240	4. Joaquim Machado Fontoura	368
5. Antonio Papo Ferreira	220		
6. Antonio Francisco Ribas	200		
7. Francisco de Paula Izidio	195		
VEREADORES – São José dos Pinhais	Votos	Juízes de paz – São José dos Pinhais	
1. Francisco de Paula Ribas ²⁵³			
2. João Ernesto Killian			
3. José Cordeiro Neto			
4. José Joaquim Passos de Oliveira			
5. Manoel Antonio Barbosa			
6. Norberto Alves de Brito			
7. Salvador de Oliveira Neto			
VEREADORES – Lapa			
1. Manoel Pacheco de Carvalho		Manoel Pedro dos Santos Lima	
2. Américo Pereira Rezende		Francisco de Paula Xavier Bueno	
3. Benedicto de Siqueira Cortes		João Elias de Almeida	
4. Joaquim Rezende Corrêa de Lacerda		Nicolao Gonçalves Padilha	
5. Antonio Manoel da Cunha			
6. João Ferreira Maciel			
7. Salathiel Corrêa			
8. Antonio Pereira Linhares			
VEREADORES – Palmeira			
1. José Antonio de Camargo e Araujo			
2. João de Araujo França			
3. Diogo Antonio de Freitas			
4. José de Bastos Coimbra			
5. Marçal Baptista Teixeira			
VEREADORES – Guarapuava			
1. José de Freitas Saldanha			
2. Valentim Pereira de Oliveira			
3. Pedro Moreira Rubilar			
4. Antonio da Rocha Loures Villaça			
5. Mathias Jungles			
6. Manoel Joaquim de Oliveira			
7. Pedro Antonio de Oliveira Silverio			
VEREADORES – Castro			
1. Jorge Marcondes de Albuquerque			
2. Olegário Rodrigues de Macedo			

²⁵³ Francisco de Paula Ribas suicidou-se em março/1888. Era do partido liberal (*Dezenove de Dezembro*, 8/mar/1888).

3. Silvano Jayme de Proença			
4. Veríssimo Duarte de Camargo			
5. Candido Pereira Marques			
6. Thomaz Teixeira de Azevedo			
7. Felisbino Gonçalves Pereira Bueno			
8. Cypriano Marques de Souza			
9. João Ferreira de Miranda Mathilde			
VEREADORES – Jaguariahyva			
1. José Ignácio de Miranda			
2. Tristão Carneiro da Silva Lobo			
3. Antonio Apolinário da Cunha			
4. Antonio Joaquim de Araujo			
5. Pedro Xavier da Silva			

Dezenove de Dezembro, 7/out/1876; 11/out/1876; 21/out/1876; 15/ago/1877 (Rio Negro e Votuverava); MAROCHI (2003, para São José dos Pinhais); *Dezenove de Dezembro*, jan/1879 (divulga uma nota assinada pelos vereadores da Lapa – Vila do Príncipe); *Dezenove de Dezembro*, 4/abr/1879 (divulga uma nota assinada pelos vereadores de Palmeira); *Dezenove de Dezembro*, 24/abr/1879 (divulga uma nota assinada pelos vereadores de Guarapuava); *Dezenove de Dezembro*, 08/ago/1880 (divulga uma nota assinada pelos vereadores de Castro e Jaguariahyva); E não foram publicadas ainda os resultados de Vila do Príncipe (Lapa), Guarapuava, Palmeira e Tibagy.

Tabela 30 – VEREADORES E JUÍZES DE PAZ ELEITOS – LITORAL (1877/1880)

VEREADORES – Paranaguá			
1. Manoel Ricardo Carneiro	302		
2. Antonio Luiz Bittencourt	242		
3. Joaquim Mariano Ferreira	210		
4. Dr. Leocádio José Correia	173		
5. Virgilio Elísio de Faria	151		
6. Manoel Felizardo Dias	120		
7. Prisciliano da Silva Correia	134		
8. Manoel Lobo de Andrade	129		
<i>Seguem demais votados</i>			
VEREADORES – Morretes	Votos	Juízes de paz – Morretes	
1. Comendador Antonio Ricardo dos Santos	146	1. Tenente coronel José Celestino de Oliveira	182
2. Capitão José Ferreira de Loyola	145	2. Alferes João José Figueira	180
3. José Gonçalves de Moraes	143	3. Antonio da Costa Pinto	177
4. Bento Gonçalves Cordeiro	142	4. Horacio Ricardo dos Santos	175
5. Anselmo Gonçalves Ribeiro	140		
6. Ulisses da Costa Pinto	139		
7. Pedro Alexandre Franklin	138		
8. Agostinho José Pereira Lima	137		
9. Francisco Fernandes da Rocha	135		
VEREADORES – Porto de Cima		Juízes de paz – Porto de Cima	
1. Capitão José Ribeiro de Macedo	123	1. Antonio Ribeiro de Macedo	174
2. Tenente Fausto Bento Vianna	95	2. João José Villela	130
3. Alferes Joaquim Antonio Luiz Pereira	94	3. Joaquim José Gonçalves Cordeiro	128
4. Alferes Joaquim Antonio de Loyola	92	4. Manoel Cordeiro de Loyola	124
5. Tenente Cypriano José da Costa	87	Juízes de paz – Guarakessaba	
6. Alferes Agostinho Maximiano Ferreira de Miranda	86	1. Manoel Leandro da Costa	240
7. Alferes Manoel José de Gouvêa	85	2. Antonio Manoel Baptista	230
		3. Antonio da Silva Pereira	227
		4. Francisco de Paula Miranda	201
VEREADORES – Antonina			
1. João Manoel Ribeiro Vianna (presidente)			
2. Antonio Alves de Araujo (presidente,			

1879)			
3. José da Costa Pinto ²⁵⁴			
4. Manoel Nunes Barbosa ²⁵⁵			

Dezenove de Dezembro, 7/out/1876; 11/out/1876; Não foram publicados os resultados de Paranaguá; os vereadores apresentados na tabela acima são referentes a votação na freguesia de Guarakessaba, mas provavelmente foram estes os eleitos em Paranaguá. E ainda, não foram publicados os vereadores e juizes de paz de Antonina e Guaratuba.

ELEIÇÃO DE ELEITORES DE 05/ago/1878 e ELEIÇÃO MUNICIPAL

Tabela 31 – *ELEITORES DO PLANALTO* – 1878/81

ELEITORES – Curitiba	Votos
1. Generoso Marques dos Santos	579
2. Tenente coronel Ignácio José de Moraes ²⁵⁶	569
3. Dr. José Lourenço de Sá Ribas	568
4. Tenente coronel Benedicto Enéas de Paula	567
5. Capitão Antonio Enes Bandeira	566
6. Major Luiz Manoel Agner	564
7. Capitão Antonio Augusto Ferreira de Moura	564
8. Dr. Francisco de Almeida Torres	553
9. Manoel Gonçalves dos Santos	544
10. Alferes Eduardo Bento Osório	543
11. Tenente coronel Joaquim de Souza Castro	542
12. Tenente Joaquim Ventura de Almeida Torres	539
13. Amazonas de Araujo Marcondes	538
14. Dr. Francisco Antonio Monteiro Tourinho	534
15. Capitão Ignácio de Sá Sotto Maior	530
16. Dr. José Joaquim Franco Valle	527
17. Capitão Sizenando de Sá Ribas	526
18. José de Barros Fonseca	514
19. Tenente João José de Freitas	513
20. Capitão Joaquim Lourenço de Sá Ribas	512
21. Vigário Agostinho Machado Lima	511
22. Dr. José Candido da Silva Murici	508
23. Alferes Florindo da Motta Bandeira e Silva	508
24. Capitão Francisco das Chagas Freitas	506
25. Antonio Ricardo Lustosa de Andrade	505
26. Alferes Francisco Gonçalves dos Santos	502
27. Manoel Jacintho Dias	500

Dezenove de Dezembro, 15/ago/1878.

ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 1880

Tabela 32 – VEREADORES E JUÍZES DE PAZ ELEITOS – PLANALTO (1881/1882)

VEREADORES – Curitiba	Votos	Juizes de paz – Curitiba	
1. Dr. Generoso Marques dos Santos (presidente)	610	1. Joaquim Ventura de Almeida Torres	718
2. João Baptista Ribeiro ²⁵⁷	531	2. Francisco de Paula Ribeiro Vianna	710

²⁵⁴ José da Costa Pinto faleceu em Antonina onde era “importante negociante” e “membro de uma numerosa família e um dos prestimosos chefes do partido liberal daquela localidade” (*Dezenove de Dezembro*, 30/jun/1883).

²⁵⁵ Manoel Nunes Barbosa faleceu em Antonina, 21/abr/1888. Era do partido liberal.

²⁵⁶ Tenente coronel Ignácio José de Moraes, faleceu em Curitiba, a 8/jun/1879. Era um dos chefes liberais nesta cidade. Nomeado coletor das rendas gerais e provinciais em Curitiba, vereador em várias legislaturas (*Dezenove de Dezembro*, 12/jun/1879).

3. Dr. Francisco de Almeida Torres	511	3. João de Macedo Rangel	703
4. Sisenando de Sá Ribas	507	4. Ignácio de Paula França	603
5. João Tobias Pinto Rebello	478		
6. Antonio Augusto Ferreira de Moura	474		
7. João Lustosa de Andrade	464		
8. Pedro Luiz de Souza Rocha	460		
9. João dos Santos Biscaia	424		
VEREADORES – Campo Largo	Votos	Juízes de paz – Campo Largo	
1. Capitão José Mathias Miller	214	1. Major Domingos Antonio da Cunha	215
2. Tobias Fabrício da Silva Pinto	204	2. Capitão João Pinto de Azevedo Portugal Sobrinho	212
3. Alferes Balduino de Paiva Vidal	195	3. Tenente Francisco de Paula Xavier	209
4. Alferes Agostinho Ribeiro de Macedo	194	4. Antonio Soares Pinto	202
5. Domingos Baptista de Souza	190		
6. Antonio Lopes Vieira	141		
7. Joaquim Gonçalves de Quadros	120		
VEREADORES – Arraial Queimado	Votos	Juízes de paz – Arraial Queimado	Votos
1. Jerônimo Mendes dos Santos	241	1. José Alves de Paula	196
2. Joaquim Ribeiro de Souza	237	2. Florêncio Gonçalves de Assumpção ²⁵⁸	195
3. Pedro Alexandrino Teixeira de Barros	236	3. Francisco Sérgio de Souza	194
4. José Prestes de Lima	234	4. Francisco José de Souza	194
5. Manoel José Borges	232		
6. Joaquim Antonio dos Santos Souza	229		
7. Olavo Thoribio Ferreira de Castro	215		
		Juízes de paz – Bom Sucesso	Votos
		1. Francisco Ignácio da Trindade	41
		2. Francisco Taborda Ribas	41
		3. Antonio de Oliveira Camargo	41
		4. Severino José de Paula	41
VEREADORES – Palmeira	Votos	Juízes de paz – Palmeira	Votos
1. Major Manoel Marcondes de Sá	178	1. Brigadeiro Hyppolito Alves de Araujo	158
2. Joaquim Vicente da Silva Montepoliciano	176	2. Feliciano Nunes Pires	150
3. Henrique Alves de Araujo	175	3. João de Araujo França	148
4. Joaquim Augusto de Abreu	172	4. Manoel Teixeira de Oliveira	140
5. Manoel Pires de Araujo Vida	171	Juízes de paz – São João do Triumpho	Votos
6. Theophilo José de Freitas	170	1. Serafim Ferreira de Andrade	73
7. Raymundo da Cruz Bastos	169	2. Vidal de Oliveira Rocha	70
		3. Mathias Ferreira Nunes	69
		4. Manoel José Furtado	66
VEREADORES – Tibagy	Votos	Juízes de paz – Tibagy	Votos
1. Telêmaco Morocines Borba	131	1. Marcolino Ribeiro da Rocha	
2. Athanasio Ribeiro da Rocha	115	2. Gustavo da Cunha Lessa	
3. Padre Pedro Del Gaudio	109	3. Braz dos Santos Brazil	
4. Joaquim de Oliveira Vianna	107	4. Antonio Baptista Ribeiro	
5. Silvino Borges da Silva	89		
6. Gustavo da Cunha Lessa	88		
7. Antonio A. de Castro Machado	78		
VEREADORES – Guarapuava	Votos	Juízes de paz – Guarapuava	Votos
1. Capitão Joaquim Ayres de Araujo Jacques	160	1. Alferes Domingos Ignácio de Araujo Pimpão	202
2. Tenente Manoel Joaquim de Oliveira	140	2. Domingos de Camargo Ribas	187

²⁵⁷ O capitão João Baptista Ribeiro faleceu em Curitiba, em 23/mar/1884, com 46 anos. Era do partido liberal Irmão do Padre Antonio Joaquim Ribeiro.

²⁵⁸ Florêncio Gonçalves de Assumpção, faleceu em sua residência em Campina Grande, como vereador, em 3/nov/1889.

3. Luiz Daniel Cleve	130	3. Pedro Moreira Rubillar	161
4. Antonio da Rocha Loures Villaça	120	4. Diogo Alves da Rocha Loures	150
5. Eugenio Lopes Branco	110	Frederico Ernesto Wirmond	43
6. José Antonio de Almeida França	110		
7. Domingos de Siqueira Cortes	110		
8. Ernesto Frederico Wirmond	110		
9. Pedro Antonio de Oliveira Silvério	110		
VEREADORES – Castro	Votos	Juízes de paz – Castro	Votos
1. Dr. Jorge Xavier da Silva	218	1. Raphael Teixeira C. Pimentel	320
2. Candido Marcondes Carneiro	218	2. Felisbino G. Pereira Bueno	300
3. Caetano Conrado Erichsen ²⁵⁹	213	3. Serafim Antonio Garcia	280
4. Silvano Jayme de Proença	212	4. Joaquim Marques Souza Junior	220
5. Thomaz Teixeira de Azevedo	210	Juízes de paz – Pirahy	Votos
6. Veríssimo Duarte de Camargo	209	1. Mariano Antonio Carneiro	50
7. José Nunes de Marins	200	2. Joaquim José Bueno	49
8. Tristão de Mascarenhas Camello	190	3. José Gonçalves dos Santos	45
9. Bazilio Rodrigues Carneiro	180	4. Diogo Lopes dos Santos	40
VEREADORES – Palmas	Votos	Juízes de paz – Palmas	Votos
1. Alípio José do Nascimento e Souza, fazendeiro	73	1. Joaquim Simões de Oliveira	75
2. Campolim José Araujo Flores	68	2. Pedro Ferreira dos Santos	58
3. João Ferreira dos Santos	55	3. Vicente Ferreira Bello	57
4. Tobias Bueno de Andrade	48	4. João Antonio de Oliveira Penteadado	39
5. Francisco de Assis de Araujo Pimpão	32		
6. Domingo Ferreira Pacheco	29		
7. Pedro Tolentino Carneiro Marcondes	27		
VEREADORES – Rio Negro	Votos	Juízes de paz – Rio Negro	
1. José Pereira Linhares ²⁶⁰ (presidente)			
2. Severo José de Almeida			
3. Felício Antonio de Sá Ribas			
4. Miguel Barbosa de Almeida			
5. Leonardo Grein			
VEREADORES – Lapa		Juízes de paz – Lapa	
1. Eduardo Alberto de Andrade Virmond			
2. Eufrásio de Siqueira Cortes			
3. João Antonio Monteiro			
4. Joaquim Xavier da Silveira			
5. Manoel da Cruz Westphalen			
6. Torquato de Pinho Ribas			
VEREADORES – Ponta Grossa		Juízes de paz – Ponta Grossa	
1. José Joaquim Pereira Branco (presidente)			
2. Armando Rodrigues Pereira da Cunha			
3. João Batista Lustosa Ribas			
4. Joaquim Antonio dos Santos Ribas			
5. Fermio José da Rocha			
6. Vidal Marques de Almeida			
7. Tobias de Almeida e Silva			
8. Rodrigo Nery de Canto (<i>não prestou juramento</i>)			
9. Francisco Teixeira Alves (<i>não prestou juramento</i>)			

²⁵⁹ Deve ser irmão do vereador em Castro: o Dr. Conrado Caetano Erichsen, chefe de polícia da província [posse em 10/ago/1880], que era juiz de direito da comarca da Lapa. Deve ser irmão do vereador em Castro.

²⁶⁰ José Pereira Linhares faleceu em 13/nov/1883.

Dezenove de Dezembro, 7/jul/1880; 28/jul/1880; 7/ago/1880; 19/mar/1881 (câmara municipal de Rio Negro); 27/abr/1881 (câmara municipal da Lapa); Vereadores de Ponta Grossa, in: <http://www.plantaodacidade.com.br/novo/vereadores> (Acesso em 15/dez/2013).

Devido as novas regras eleitorais uma nova eleição para vereadores e juizes de paz teve de ser realizada em junho de 1882

ELEIÇÃO MUNICIPAL EM 1882

Tabela 33 – VEREADORES E JUÍZES DE PAZ ELEITOS – PLANALTO (1883/1886)

VEREADORES – Curitiba	Votos	Juízes de paz – Curitiba	
1. Augusto Stelfeld	25	1. Pedro Luiz de Souza Rocha	75
2. Dr. Trajano Joaquim dos Reis (presidente 1883/84) ²⁶¹	23	2. João Tobias Pinto Rebello	74
3. Joaquim Ventura de Almeida Torres	21	3. Theophilo Moreira Garcez	74
4. Joaquim José Belarmino de Bittencourt	16	4. João Lustosa de Andrade	72
5. José Inocêncio de França	16	Manoel José da Cunha Bittencourt	61
6. Mathias Taborda Ribas*	12 e 39	João Carvalho de Oliveira Junior	61
7. Izaias Augusto Alves*	11 e 39	Eduardo Augusto de Vasconcellos Chaves	61
8. Antonio Francisco Correia de Bittencourt	9	Guilherme Xavier de Miranda	60
9. Fidentes Augusto de Andrade	6	<i>Seguem os menos votados</i>	
Manoel Gonçalves dos Santos (presidente 1884/85)	2		
João Lourenço Taborda Ribas*	58		
VEREADORES – Palmeira	Votos	Juízes de Paz – Palmeira	Votos
1. Coronel Manoel Marcondes de Sá (presidente)	8	1. Brigadeiro Hippolyto Alves de Araujo	39
2. Joaquim Augusto de Abreu*	6 e 8	2. Capitão João de Araujo França	35
3. Henrique Alves de Araujo*	6 e 8	3. Capitão Manoel Teixeira de Oliveira	32
4. Theophilo José de Freitas*	6 e 8	4. Tenente Joaquim Vicente da Silva Montepoliciano	26
5. Manoel Pires de Araujo Vida	6	Capitão Francisoc da Cruz Bastos	13
6. Manoel José Dias da Costa	6	Alferes Diogo Antonio de Freitas	9
7. Raymundo da Cruz Bastos*	6 e 8	Capitão Odorico Hemeterio de Camargo	8
VEREADORES – Campo Largo	Votos	Juízes de Paz – Campo Largo	Votos
1. Rufino Ferreira Ramos	11	1. Tenente coronel José de Almeida Torres	47
2. Major Domingos Antonio da Cunha	11	2. Tobias Fabrício da Silva Pinto	41
3. Elísio de Oliveira Portella	10	3. Domingos Soares Pinto	38
4. José Pinto Ribeiro Nunes	10	4. Manoel Pereira de Andrade	36
5. Prudente Domingos Ferreira*	2	Antonio Pereira de Andrade	33
6. José de Almeida Sampaio	2	Ildefonso Ferreira Bello	29
7. Francisco José de Meira	1	<i>Seguem os menos votados</i>	
8. José Joaquim dos Santos*	1		
VEREADORES – Lapa	Votos	Juízes de Paz – Lapa	Votos
1. João Candido Ferreira	13	1. Capitão Francisco Manoel da Silva Braga	70
2. Tobias Cardoso Moreira	13	2. Antonio Pereira Linhares	55
3. Dr. Manoel Pedro dos Santos Lima	12	3. Julio Vieira Neres	53
4. Américo Pereira Rezende	12	4. Luiz Henrique de Souza	44
5. Eufrásio de Siqueira Cortes	12	Jorge Doepfer	37
6. Torquato de Pinto Ribas	12	Benedicto de Siqueira Cortes	35
7. João Antonio Monteiro	11*	João Elias de Almeida	34
8. Fortunato José de Almeida	10*	Fidelis de Paula Xavier ²⁶²	31

²⁶¹ Dr. Trajano Joaquim dos Reis pede exoneração como vereador e no ano de 1884 é substituído pelo Dr. Emydgio Westphalen, que recebeu 201 votos em eleição extra (*Dezenove de Dezembro*, 9/fev/1884).

²⁶² Fidelis de Paula Xavier, faleceu na Lapa, em 22/maio/1889.

9. Manoel da Cruz Westphalen	10*	Germano Westphalen	4
VEREADORES – Rio Negro	Votos	Juízes de paz – Rio Negro	Votos
1. Manoel Netto da Costa Magalhães	5	1. João Vieira Ribas	17
2. João Baptista Corrêa	5	2. Severo José de Almeida	16
3. Miguel Barbosa de Almeida	5	3. Antonio Arbigãos	15
4. Miguel Reliano Grein	5	4. Theodoro Ruthes	15
5. Miguel José Grein	5	Laurindo Joaquim Bello	14
6. Saturnino Olintho de Sá	4	José Maximiano de Faria Junior	14
7. José Guilherme Valério	2	Nicolao Valério	14
		Joaquim Lazaro de Oliveira Godoy	14
		Thomaz Beker	5
VEREADORES – S. José dos Pinhais	Votos	Juízes de paz – S. José dos Pinhais	Votos
1. José Alves Pires	18	1. Capitão Marcelino José Nogueira	
2. João Ernesto Killian	18	2. Bento Marcolino Pereira	
3. Manoel de Oliveira Mendes	18	3. Izac Pereira da Cruz	
4. João Cordeiro Netto	16	4. Francisco Pires Baptista	
5. Veríssimo de Souza Marques	10	Juízes de Paz – Dos Ambrósios	
6. Marcelino José Nogueira	4	1. Joaquim Matheus da Rocha	
7. João Ayres da Costa Bueno	3	2. Antonio Francisco Lisboa Cubas	
José Alves de Bastos	3	3. José Affonso Ayres Cubas	
João Teixeira Franco	2	4. Saturnino de Souza e Oliveira	
VEREADORES – Votuverava		Juízes de paz – Votuverava	
1. Manoel José de Faria	6	1. Capitão Benedicto Abranches de Almeida	
2. Capitão João Baptista de Faria	4	2. Tenente Joaquim Antonio de Faria ²⁶³	
3. Capitão Joaquim Modesto Costa Rosa	4	3. Tenente João Antunes da Costa Rosa	
4. Capitão Antonio José de Freitas Saldanha	4	4. Generoso Gonçalves de Assumpção	
5. João Baptista Taborda	4	Juízes de paz – Assunguy de Cima	
6. Generoso Ribeiro de Ramos	4	1. Capitão Antonio Jacintho Nóbrega	
Tenente Salvador da Costa Christo*	1 e 6	2. José Francisco Pinto	
José Gonçalves Damásio	1 e 4	3. Manoel Ferreira dos Santos	
Manoel Gonçalves Damásio	1	4. João Aureliano Stipnosky	
Manoel José de Siqueira Netto	1		
Campina Grande (2ª eleição)		Juízes de paz – Campina Grande	
Manoel Affonso Ennes	9	1. Capitão Emygdio Alves Cordeiro	
Manoel Antonio Pinto Bandeira	9	2. Capitão Miguel de Jesus Pereira de Andrade	
João Antonio dos Santos Souza	9	3. Bento Alves Pires ²⁶⁴	
Gabriel Ribas Cordeiro Netto	9	4. Bento Luiz Gomes dos Santos	
VEREADORES – Ponta Grossa	Votos	Juízes de paz – Ponta Grossa	Votos
1. Tenente Frederico Martinho Bahls	7	1. João Baptista Lustosa Ribas	37
2. Claudio Gonçalves Guimarães (pres.)	7	2. Joaquim Antonio dos Santos Ribas	36
3. Antonio Mauricio de Madureira Guimarães	7	3. Theodoro Carneiro Guimarães	35
4. Tenente Damaso José Corrêa Ribas	7	4. Antonio Dias Baptista Irmão	32
5. Benjamin Constante de Oliveira Franco	7	Firmino José da Rocha	26
6. Domingos Ferreira Pinto, Barão de Guaraúna	6	Frederico de Mascarenhas Martins	25
7. José Pedro da Silva Carvalho Junior	6	Francisco Teixeira Alves	24
8. Capitão Salvador Rolim de Oliveira Ayres	6	José Joaquim Pereira Branco	21
9. Manoel Martins de Araujo	6		
		Juízes de Paz – S. João do Triumpho	Votos
		1. Seraphim Ferreira de Andrade	7
		2. Manoel Lourenço de Souza	7

²⁶³ Joaquim Antonio de Faria faleceu em 28/fev/1888 em Votuverava. Era do partido liberal.

²⁶⁴ Bento Alves Pires faleceu em 16/abr/1888 em Campina Grande. Era do partido liberal. Profissão, lavrador.

		3. Mathias Ferreira Nunes	7
		4. Clementino Simões Cavalheiro	7
VEREADORES – Santo Antonio do Imbituva	Votos	Juizes de paz – Santo Antonio do Imbituva	Votos
1. Luiz Antonio Penteadó	3	1. José Joaquim de Almeida	11
2. João Gomes de Oliveira	3	2. José Antonio de Carvalho	10
3. Thomaz Dias Baptista	3	3. Cypriano Ferreira Ribas	10
4. Joaquim Pupo Ferreira	2	4. Generoso Teixeira da Cruz	10
5. Fidencio Lemes do Prado	2	Rodrigo Nery do Canto	8
6. Pedro Américo de Araujo	2	Leopoldino Basílio de Alcântara	8
7. Domingos Lopes dos Santos	2	<i>Seguem os menos votados</i>	
8. Antonio dos Santos Ávila	1	Juizes de paz – Iguassú	Votos
9. José Custódio de Moraes	1	1. Antonio Arlindo Pereira	15
		2. Sezino Pereira de Souza	12
		3. Francisco Ramiro de Assis França	11
		4. João Lopes de Deus	8
		Veríssimo de Souza Marques*	8
VEREADORES – Conchas	Votos	Juizes de paz – Conchas	Votos
1. Capitão Joaquim Ferreira Pinto	4	1. Francisco Manoel de Almeida	18
2. Zeferino Gomes da Silva	4	2. Ladislau Ferreira de Sant'Anna	15
3. Tobias de Almeida e Silva	3	3. Felício Martins de Araujo	12
4. Miguel de Paula Xavier	3	4. Joaquim Ferraz Messias	11
5. Joaquim Antonio Portella	3	Miguel de Paula Xavier	10
6. Vidal Marques de Almeida	2	<i>Seguem os menos votados</i>	
7. Lucio Mendes Taques Campolin	2	Juizes de paz – Pacutuba	Votos
8. Felix José Lopes	2	1. José de Christo Leite ²⁶⁵	12
9. Joaquim Ferraz Messias	2	2. José da Luz Vieira	11
Joaquim Gonçalves da Motta	2	3. João Baptista de Deus	10
		4. Claudio José Cordeiro	9
		Manoel Francisco Dias	7
		João Antonio de Faria	7
		Gustavo von Kruger	7
		Theolindo Baptista de Siqueira	7
		<i>Seguem os menos votados</i>	
VEREADORES – Castro	Votos	Juizes de paz – Castro	Votos
1. Felisbino Gonçalves Pereira Bueno	4	1. João Duarte de Camargo	26
2. Olegário Rodrigues de Macedo	3	2. Thomaz Teixeira de Azevedo	24
3. Cypriano Marques de Souza	3	3. Serafim Antonio Garcia	23
4. Bento Manoel de Oliveira	3	4. Veríssimo Duarte de Camargo	22
5. Joaquim Anacleto da Fonseca (presidente)	2	José Nunes de Marins	3
6. João Liberalino Borges	2	Antonio José de Madureira	3
7. João Ribeiro da Fonseca Leme	2	Barcelão José de Proença	2
8. João Ferreira de Miranda Mathilde	2	Fidêncio Marcondes Carneiro	1
Serafim Antonio Garcia	1		
VEREADORES – Tibagy	Votos	Juizes de paz – Tibagy	Votos
1. Salvador Baptista Ribeiro	6	1. Coronel João Martins de Araujo França	21
2. Antonio Barbosa de Macedo	5	2. Ernesto Pinto Martins	20
3. Elias de Assumpção Taques	5	3. Theotônio Marcondes de Albuquerque	19
4. João Antonio de Gouveia	5	4. Antonio Baptista Ribeiro	18
5. Joscelyn Augusto Morocines Borba	5	Antonio Barbosa de Macedo	16
6. Braz dos Santos Brazil	5	Julio de Macedo Taques	16
7. Joaquim Saturnino Ferreira Bello*	4 e 15	Geraldo Pinto Ferreira Ribas	16

²⁶⁵ José de Christo Leite, faleceu dia 15/set/1889, no bairro Cercado, paróquia do Pacutuba. “Era uma das mais antigas e legítimas influências políticas daquela localidade e do município de Votuverava” (*Dezenove de Dezembro*, 16/set/1889).

Antonio da Cruz Machado	2	Quirino Pinto Rebello	16
Antonio Alves Machado	1	<i>Seguem os menos votados</i>	
VEREADORES – S. José da Boa Vista	Votos	Juizes de paz – S. José da Boa Vista	Votos
1. José Thomaz Pereira da Silva	7	1. Domiciano Corrêa Machado	24
2. Francisco José de Almeida Lopes	6	2. Antonio Caetano Ribeiro Mendes	24
3. Ignácio Rodrigues de Souza Netto	6	3. Joaquim Lopes de Azevedo	24
4. Antonio Olympio Corrêa	6	4. Zacarias Libanio de Oliveira	24
5. Amantino Gonçalves Veiga	6	Pedro Martins Saldanha	19
6. João José Ribeiro	6	Pedro Bueno do Amaral	19
Joaquim José de Moraes e Silva Junior	5	Candido Antonio Pereira	19
José Franco de Souza	1	Joaquim Soares de Siqueira	19
VEREADORES – Jaguariahya	Votos	Juizes de paz – Jaguariahya	Votos
1. Solidonio Rodrigues de Mello	5	1. Pedro Rodrigues de Mello	20
2. Gaudêncio Christovão Machado	5	2. José Bernardes de Mascarenhas	19
3. Fortunato Pereira de Quadros	5	3. Hygino Pereira de Quadros	19
4. Gabriel Carneiro Lobo	4	4. Antonio Joaquim de Araujo	19
5. Emiliano de Almeida Faria	4	Antonio Apolinário da Cunha	12
6. Luiz Ferreira de Mello	3	Eduardo da Silva Ribas	12
7. Joaquim Ferreira Lobo Nenê*	2 e 20	<i>Seguem os menos votados</i>	
Antonio Moreira de Almeida*	4		
Silvério Baptista Carneiro*	3		
VEREADORES – Guarapuava	Votos	Juizes de paz – Guarapuava	Votos
1. José de Freitas Saldanha	15	1. Domingos Ignácio de Araujo Pimpão	107
2. Francisco de Macedo Taques	14	2. Joaquim Alves da Rocha Loures	85
3. Frederico Ernesto Virmond	14	3. José Antonio de Almeida França	77
4. Christiano Pleihz	13	4. Pedro Moreira Rubilar	77
5. Raphael de Oliveira Lima	11	Antonio Joaquim de Oliveira Silvério	18
6. Francisco Ayres de Araujo	11	Fidencio Ribeiro de Almeida	15
7. Sebastião de Camargo Ribas	11	Hygino Honorato de Bittencourt	12
8. João Baptista de Oliveira Silvério*	8 e 16	Raphael Marcondes de Araujo	8
9. Theodoro de Siqueira Cortes*	4 e 23	José de Santo Elias Affonso da Costa	6
Manoel Moreira de Campos*	2 e 1	Eugenio Lopes Branco	5
Antonio da Rocha Loures Villaça	1	Ildefonso José Gonçalves de Andrade	5
Francisco José da Rosa	1	Candido de Almeida e Araujo	2
Valentim Pereira de Oliveira	1		
VEREADORES – Pirahy	Votos	Juizes de paz – Pirahy	Votos
1. José Rolim de Moura	3	1. Joaqui José Bueno	11
2. Balbino José Teixeira	3	2. Felissimo Ferreira dos Santos	11
3. Salvador Mauricio do Amaral	3	3. Luiz Antonio de Sampaio Vianna	11
4. Alfredo Moreira Ribas	3	4. Manoel Gonçalves de Moraes Roseira Netto	10
5. David Xavier da Silva	3	Diogo Lopes dos Santos	10
6. Luiz Palhano Bueno	3	Bibiano José Maenardes	9
7. Joaquim Gabriel da Silva	3	Augusto Carneiro do Amaral	9
VEREADORES – Palmas	Votos	Juizes de paz – Palmas	Votos
1. João Caetano da Silva	8	1. Major Estevão Ribeiro do Nascimento	25
2. Manoel Luiz de Souza	7	2. João Laurindo de Souza Bello	22
3. Domingos Ferreira Maciel Sobrinho	7	3. Luiz Lustosa Souza Menezes	21
4. Napoleão Marcondes de França	6	João Antonio de Araujo Pimpão	5
5. Firmino Teixeira Baptista	6	Major Manoel Felix de Siqueira	17
6. Domingos Antonio Soares	4	José Joaquim Bahls	17
7. José de Oliveira Sá Ribas	4	Pedro Tolentino Carneiro Marcondes	24
8. Pedro de Sá Ribas Nhonhô	1	Rufino de Oliveira Sá Ribas	11
VEREADORES – Assunguy (Serro Azul)	Votos	Juizes de paz – Serro Azul	Votos
1. Manoel José de Faria	2	1. Capitão João de Sant'Anna Costa Rosa	
2. Tenente José Amâncio de Moura Costa	2	2. Capitão Eugenio Nonarques Monteiro	
3. Tenente Gabriel Saturnino Martins	2	3. Manoel José de Faria	

4. Capitão Antonio Jacintho Nóbrega (presidente) ²⁶⁶	1	4. Tenente João Amâncio de Moura e Costa	
5. Capitão Eugenio Nonarques Monteiro	1	Juiz de paz – Thomasina	Votos
6. Alferes Thomaz de Marins Navarro ²⁶⁷	1	1. Elias Ribeiro do Valle	15
7. Fortunato Laurindo de Bonfim	1	2. Enoch Ribeiro do Valle	14
8. Isidoro Miguel Doiu	1	3. Joaquim Soares de Siqueira	13
		4. Pedro Bueno do Amaral	9
		Fortunato José da Costa	4
		José Albino Pereira	4
		Manoel de Carvalho Duarte	3
		Albano Pereira da Silva	2

Dezenove de Dezembro, 5/jul/1882; 8/jul/1882; 22/jul/1882; 2/ago/1882; 6/nov/1882; jan/1883 (Assunguy); 19/fev/1883 (Thomasina); No Arraial Queimado não foi possível realizar a eleição para vereadores e juizes de paz. * Em várias localidades havia a publicação de um 2º escrutínio ou 2ª eleição, prevista em lei, caso o candidato não obtivesse a maioria dos votos prevista em lei.

Tabela 34 – VEREADORES E JUÍZES DE PAZ ELEITOS – LITORAL (1883/1886)

VEREADORES – Paranaguá	Votos	Juizes de paz – Paranaguá	Votos
1. Pedro Alves de Paula	13	1. Major Manoel Ricardo Carneiro	39
2. José Gomes da Cruz	11	2. Presciliano da Silva Correia	39
3. Arthur Ferreira de Abreu (presidente)	10	3. Theodorico Julio dos Santos	32
4. Joaquim Mariano Ferreira	9	4. Francisco José de Oliveira	30
5. João Estevão da Silva	9	João Caetano de Souza	27
6. Affonso de Camargo Penteadado	9	Affonso Pereira Correia	25
7. Adélio Pinto de Amorim	9	<i>Seguem outros nomes</i>	
8. José Rodrigues Branco	3		
9. Bernardo Soares Gomes Junior	2		
VEREADORES – Porto de Cima	Votos	Juizes de paz – Porto de Cima	Votos
1. Capitão João de Souza Dias Negrão	2	1. Capitão Antonio Ribeiro de Macedo	17
2. Capitão José Ribeiro de Macedo	2	2. João José Villela	17
3. Alferes Joaquim Antonio Luiz Pereira	2	3. Agostinho Ferreira de Loyola	14
4. Agostinho Maximiano Ferreira de Miranda	2	4. Affonso de Loyola e Silva	13
5. Joaquim da Costa Pinto	2	<i>Seguem os menos votados</i>	
6. Cícero Gonçalves Marques	2		
7. Joaquim da Cunha Vianna	2		
Leopoldino Luiz Cordeiro	1		
João Ferreira Gomes	1		
Antonio José dos Santos Souza	1		
Fernando Martins Marques	1		
VEREADORES – Guaratuba	Votos	Juizes de paz – Guaratuba	Votos
1. Capitão Antonio José da Rocha	2	1. Capitão Antonio José da Rocha	8
2. João Apolinário de Freitas	1	2. João da Silva Mafra	7
3. José Pereira de Miranda	1	3. Laurindo Gomes de Oliveira	6
4. Francisco Vieira dos Santos	1	4. João Antonio de Miranda	5
5. Joaquim José da Rocha e Silva	1	Manoel Jacintho Gomes	4
6. Manoel Jacintho Gomes	1	José Antonio Ferraz	3
7. Gregório Antonio da Costa	1	Gregório Antonio da Costa	2
VEREADORES – Antonina (2º escrutínio)	Votos	Juizes de paz – Antonina	Votos
1. João Eugenio Gonçalves Marques	36		
2. Francisco da Costa Pinto	33		
VEREADORES – Morretes (2º escrutínio)	Votos		

²⁶⁶ Antonio Jachinto Nóbrega faleceu em 21/jun/1886. A localidade de Serro Azul realizou Missa fúnebre por ocasião do aniversário de falecimento do tenente coronel Antonio Jachinto Nóbrega, primeiro presidente da câmara deste recém criado município (*Dezenove de Dezembro*, 2/jul/1887).

²⁶⁷ Thomaz Marins Navarro faleceu em Serro Azul em 27/jul/1887. Era do partido liberal.

1. Francisco Fernandes Rocha	19		
Christiano Frederico Sellmer	14		
Horácio Ricardos dos Santos ²⁶⁸			

Dezenove de Dezembro, 12/jul/1882;

* Em várias localidades havia a publicação de um 2º escrutínio ou 2ª eleição, prevista em lei, caso o candidato não obtivesse a maioria dos votos prevista em lei.

ELEIÇÃO MUNICIPAL, 1887 a 1890

Tabela 35 – VEREADORES E JUÍZES DE PAZ ELEITOS – PLANALTO (1887/1890)

Candidatos a VEREADORES (resultado parcial) – Curitiba – 1ª Seção	Votos	Candidatos a Juizes de paz (resultado parcial) – Curitiba – 1ª Seção	Votos
1. José Theodoro de Freitas, <i>empregado público</i>	42	1. Antonio Francisco Correia de Bittencourt	122
2. Eugenio Bendasescky	33	2. Joaquim José Belarmino de Bittencourt	117
3. Dr. Francisco de Camargo Pinto	26	3. Fausto Bento Vianna	110
4. Comendador Ildfonso Pereira Correia	25	4. João de Almeida Torres	103
5. Tobias de Macedo	23	João Tobias Pinto Rebello	76
6. Antonio Ricardo do Nascimento	18	João Lustosa de Andrade	76
7. Antonio Augusto Ferreira de Moura	14	Manoel Gonçalves dos Santos	76
8. João dos Santos Biscaia	14	Fidelis Augusto de Andrade	75
9. Dr. Eduardo Mendes Gonçalves (Republicano)	9	José Innocência de França	19
<i>Seguem os menos votados</i>		<i>Seguem os menos votados</i>	
Candidatos a VEREADORES (resultado parcial) – Curitiba – 2ª Seção	Votos	Candidatos a Juizes de paz (resultado parcial) – Curitiba – 2ª Seção	Votos
1. José Pinto Rebello, <i>negociante</i>	41	1. Antonio Francisco Correia de Bittencourt, <i>negociante</i>	109
2. Guilherme Xavier de Miranda, <i>negociante</i>	39	2. Joaquim José Bellarmino de Bittencourt, <i>proprietário</i>	108
3. Antonio Ricardo do Nascimento, <i>negociante</i>	25	3. Fausto Bento Vianna, <i>negociante</i>	108
4. Comendador Ildfonso Pereira Correia, <i>negociante</i>	24	4. João de Almeida Torres, <i>negociante</i>	106
5. Tobias de Macedo, <i>negociante</i>	18	João Tobias Pinto Rebello, <i>negociante</i>	106
5. Antonio Augusto Ferreira de Moura, <i>negociante</i>	14	João Lustosa de Andrade, <i>negociante</i>	64
6. Eugenio Bendazesky, <i>negociante</i>	7	Manoel Gonçalves dos Santos, <i>negociante</i>	64
7. Eduardo Mendes Gonçalves, <i>engenheiro</i>	4	Fidelis Augusto de Andrade, <i>negociante</i>	64
8. Luiz Antonio Requião, <i>empregado público</i>	2	Francisco Ignácio da Rocha, <i>negociante</i>	4
9. Gregório Affonso Garcez, <i>negociante</i>	2	Francisco Carvalho de Oliveira, <i>farmacêutico</i>	2
José Carvalho de Oliveira, <i>negociante</i>	1	Eugenio Ernesto Virmond, <i>industrial</i>	2
VEREADORES (Eleitos) – Curitiba	Votos	Juizes de paz (Eleitos) – Curitiba	Votos
1. Comendador Ildfonso Pereira Correia (presidente)	49	1. Antonio Francisco Correia de Bittencourt	231
2. Antonio Ricardo do Nascimento	47	2. Joaquim José Bellarmino de Bittencourt	225
3. José Theodoro de Freitas	42	3. Fausto Bento Vianna	218
4. José Pinto Rebello	42	4. João de Almeida Torres	209
5. Dr. Francisco de Camargo Pinto (vice-presidente)	41		
6. Tobias de Macedo	41		
7. Eugenio Bendazeski	40		

²⁶⁸ Horácio Ricardo dos Santos era filho do comendador Antonio Ricardo dos Santos Filho e irmão do Dr. José Pereira dos Santos Andrade, ambos deputados provinciais. Horácio faleceu em Morretes, 30/ago/1884.

8. Guilherme Xavier de Miranda	39		
<i>Seguem os menos votados que deverão disputar uma vaga no 2º escrutínio, dia 4/ago/1886</i>			
9. Capitão Antonio Augusto Ferreira de Moura	70		
VEREADORES – Votuverava	Votos	Juízes de paz – Votuverava	Votos
1. Francisco Pereira de Andrade (C)	5	1. Paulino Lourenço de Miranda (L)	19
2. Manoel da Silva Muller (C)	5	2. Joaquim Modesto da Costa Rosa (L)	18
3. João Henrique Busse (L) (presidente)	4	3. Salvador da Costa Rosa (L)	18
4. Vidal Gonçalves dos Santos (L)	4	4. Antonio da Costa Rosa (L)	18
5. Manoel Gonçalves dos Santos Sobrinho (L) (vice-presidente)	4		
6. Manoel de Sant'Anna Costa Rosa (L)	4		
7. José Borges de Paula Saldanha (L)	4		
8. Bento de Christo (L)	2		
VEREADORES – Campina Grande	Votos	Juízes de Paz – Campina Grande	Votos
1. José Gonçalves de Aguiar	9	1. Firmino Bento dos Santos	33
2. Bernardino Eleutério da Luz	9	2. João Manoel de Souza	32
3. Manoel Luiz de Jesus	9	3. Manoel Franco de Lima	32
4. João Manoel de Quadros	8	4. Francisco José de Souza	32
5. Francisco Alves de Paula	8	<i>Suplentes</i>	
6. Henrique Benedicto	8	José Alves Cyrillo	28
7. Pedro A. Teixeira de Barros	8	Manoel Clementino dos Santos	27
		Joscelyn L. Gomes dos Santos	27
		Miguel Franco de Oliveira	27
VEREADORES – Campo Largo	Votos	Juízes de Paz – Campo Largo	Votos
1. José de Almeida Torres (L)	15	1. Domingos Antonio da Cunha (L)	
2. Roldão Borges de Sampaio (L)	14	2. Daniel de Oliveira Portela	
3. José de Almeida Sampaio (L)	14	3. José Ferreira Bello	
4. Domingos Soares Pinto (L)	14	4. Joaquim G. de Quadros	
5. João Ribeiro de Macedo (C)	14		
6. Antonio Gonçalves Padilha (C)	14		
7. Elesbão Custodio Natel (C)	14		
8. Arthur de Souza Ferreira (C)	14		
<i>Vão a 2º escrutínio: Alípio Ferreira Pinto (L) e Henrique Lavalle (C)</i>			
VEREADORES – S. José dos Pinhais	Votos	Juízes de Paz – S. José dos Pinhais	Votos
1. Capitão J. Quintiliano da Rocha (L) (vice-presidente)		1. Marcelino José Nogueira (L)	
2. João Mendes Machado (L)		2. Manoel Alves Maçaneiro (L)	
3. Isac Ferreira da Cruz (L) ²⁶⁹ José Alves de Brito (L), pós-1888 (presidente)		3. Ignácio de Loyola Franco (L)	
4. João Ernesto Killian (C)		4. Candido da Silva Pinto (L)	
5. Capitão João Cordeiro Neto (C)		<i>Suplentes</i>	
6. Manoel José Munhoz (C)		João Cordeiro Neto (C)	
7. Capitão Francisco Machado Ferreira Chaves (L) (presidente)		João Ernesto Killian (C)	
<i>Suplentes</i>		Thomaz Ayres da Rocha (C)	
Miguel Ferraz da Rocha (L)		Mathias de Oliveira Mendes (C)	
Norberto Alves de Brito (C)		Juízes de Paz – Ambrósios	
Joaquim José dos Santos Rocha (L)		1. Antonio José da Silva Fonseca	
João Baptista de Sá (C)		2. Saturnino de Souza e Oliveira (C)	

²⁶⁹ Izac Ferreira da Cruz veio a falecer, sendo substituído por nova eleição, pelo tenente José Alves de Brito (L).

Estanislau Mendes Machado (L)		3. Manoel Pereira do Valle (L)	
João Ayres da Costa Bueno (C)		4. Joaquim Franco Magalhães (L)	
		Juízes de Paz – Tiete	Votos
		1. Amâncio Fernandes da Cunha	
		2. Faustino dos Santos Cordeiro	
		3. Antonio Estolano de Oliveira	
		4. Maximínio Carneiro de Oliveira	
		Juízes de Paz de Piraquara	Votos
		1. Manoel Gonçalves Cordeiro (C)	
		2. Donato Cordeiro da Silva (C)	
		3. José Xavier Mathozo (C)	
		4. Francisco Ribeiro Baptista (C)	
		Juízes de Paz – Iguassu	Votos
		1. Joaquim Gonçalves Palhano (C)	
		2. Manoel Gonçalves Ferreira (C)	
		3. Theodoro Ferreira da Cruz Mello (C)	
		4. Martin Palusck (C)	
		<i>Suplentes</i>	
		João Lopes de Deus (L)	
		Francisco de Paula Camara (L)	
		Pedro Gomes (L)	
		Sezino Pereira de Souza (L)	
VEREADORES – Palmeira		Juízes de Paz – Palmeira	Votos
1. Capitão João de Araujo França (L) (presidente)		1. Brigadeiro Hippolyto Alves de Araujo (L)	
2. Tenente Joaquim V. da Silva Montepoliciano (L)		2. Capitão Manoel Nogueira (L)	
3. Manoel Pires de Araujo Vida (L)		3. Tenente coronel José Joaquim de Araujo Perpetua (L)	
4. Manoel Baptista Teixeira (L)		4. Tenente José Fritz (L)	
5. Raymundo da Cruz Bastos (L)		<i>Suplentes</i>	
6. Manoel Antonio de Souza Xisto		Antonio L. de Campos Junior (L)	
		Juízes de Paz – Assunguy de Cima	Votos
		1. Aureliano de Souza Oliveira Prestes de Aguiar (L)	
		2. Joaquim José Gomes (L)	
		3. José Lourenço Martins (L)	
		4. Manoel Mathias Machado (L)	
VEREADORES – Castro	Votos	Juízes de Paz – Castro	Votos
1. Antonio Fonseca (C)	8	1. Comendador Jorge Marcondes de Albuquerque(L)	36
2. Major Antonio Alves (C)	8	2. Tenente João Liberalino (L)	34
3. Francisco Machado (C)	7	3. Capitão Veríssimo Duarte (L)	33
4. Capitão João Duarte (L)	6	4. Capitão Felisbino Gonçalves (L)	32
5. Capitão Tristão Mascarenhas (L)	6		
6. Capitão Basílio Carneiro (L)	6		
7. Tenente José Nunes (L)	6		
8. Tenente Candido Antunes (L)	6		
9. Tenente Thomaz Teixeira (L)	6		
VEREADORES - Tibagy	Votos	Juízes de Paz – Tibagy	Votos
1. Capitão Telêmaco Borba (L)	13	1. Capitão Marcolino da Rocha (L)	40
2. Acciole Freire (L)	12	2. Capitão Theotônio Marcondes de Albuquerque (L)	40
3. Joaquim de Panla (L)	11	3. Jesuino Pupo (L)	39
4. Theoberto Viúna (C)	11	4. Joaquim dos Santos (L)	38
VEREADORES – Serro Azul	Votos	Juízes de Paz – Serro Azul	Votos
1. Francisco Miguel Henne (presidente)			

2. José Heidegger		
3. Fortunato Laurindo Bomfim		
4. Manoel José de Faria		
VEREADORES – Ponta Grossa		Juízes de Paz – Ponta Grossa
1. Pedro Mariano Ribas (presidente)		
2. Antonio Solano Dias Batista Simão		
3. Joaquim Antonio dos Santos Ribas		
4. Ernesto Guimarães Vilella		
5. Antonio Xavier		
6. João da Rocha Bahls		
7. Fernando Ribas França		
8. José Caetano de Miranda		
9. Pedro Batista Rosas		

Dezenove de Dezembro, 2/jul/1886 (Em Curitiba teve duas seções, a primeira era presidente da mesa Theophilo Moreira Garcez, e da segunda era presidente José Pinto Rebello); Vereadores de Ponta Grossa <http://www.plantaodacidade.com.br/novo/vereadores> (Acesso em 15/dez/2013).

Tabela 36 – VEREADORES E JUÍZES DE PAZ ELEITOS – LITORAL (1887/1890)

VEREADORES – Paranaguá	Votos	Juízes de paz – Paranaguá	
1. Fernando Machado de Simas, <i>Republicano, redator do “Livre Paraná”</i>		1. Prescilliano da Silva Correia	
???			
VEREADORES – Morretes	Votos	Juízes de paz – Morretes	Votos
1. Antonio José Dias de Paiva (C)	9	1. Gabriel Pinto da Silva (C)	37
2. Luiz Ventura Rodrigues (C)	8	2. Ricardo de Souza Dias Negrão (C)	37
3. Icilio Orlandini (L) (presidente)	8	3. Antonio Polidoro (C)	37
4. Antonio de Souza Dias Negrão (L) (vice-presidente)	8	4. José Ferreira de Loyola (C)	36
5. Horacio Modesto de Paula (L)	8	<i>Suplentes</i>	
6. José Argemiro Ferreira (L)		1. Comendador Joaquim José Alves (L)	35
7. Hippolyto da Silva Cordeiro (L)		2. Christiano F. Selmer (L)	34
8. Antonio Gonçalves Cordeiro (C)		3. Antonio Pereira da Silva (L)	34
Antonio Candido de Figueiredo (C) ²⁷⁰		4. José Argemiro Ferreira (L)	34
9. Thomas Iwersen (L)	28		
VEREADORES – Antonina	Votos	Juízes de paz – Antonina	Votos
1. Praxedes Gonçalves Pereira			
2. João Manoel Ribeiro Vianna			
3. Antonio Gomes			
4. Bento de Oliveira Vianna			

Dezenove de Dezembro, 2/jul/1886;

²⁷⁰ Antonio Candido de Figueiredo faleceu em 18/nov/1886, antes de assumir o cargo de vereador. Em seu lugar foi eleito Thomaz Iwersen, com 28 votos, tendo comparecido 30 eleitores (*Dezenove de Dezembro, 7/mar/1887*).

Anexo 4 – Deputados gerais do Paraná

DEPUTADO GERAL pela Província do Paraná (1853 a 1889)

Deputado geral	Partido	Residência	Profissão
9ª Legislatura (1853-1856)			
Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu	Conservador	Curitiba	Advogado
<i>Suplente:</i> Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá	Liberal	Curitiba	Advogado
10ª Legislatura (1857-1860)			
Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá	Liberal	Curitiba	Advogado
<i>Suplente:</i> Dr. Laurindo Abelardo de Brito	Liberal	Curitiba	Advogado
11ª Legislatura (1861-1863)			
Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta	Liberal	Curitiba	Médico
Dr. Zacarias de Góes e Vasconcellos	Conservador / Liberal	Rio de Janeiro	Advogado
12ª Legislatura (1864-1866)			
Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá	Liberal	Curitiba / Palmeira	Advogado
Dr. Laurindo Abelardo de Brito	Liberal	Curitiba / Castro	Advogado
13ª Legislatura (1867/1868)			
Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá	Liberal	Curitiba / Palmeira	Advogado
Dr. Laurindo Abelardo de Brito	Liberal	Curitiba / Castro	Advogado
14ª Legislatura (1869/1872)			
Dr. Manoel Francisco Correia	Conservador	Corte / Rio de Janeiro	Advogado
Dr. Joaquim Dias da Rocha	Conservador	Curitiba	Médico
15ª Legislatura (1872/1875)			
Dr. Manoel Francisco Correia	Conservador	Corte / Rio de Janeiro	Advogado
Dr. Manoel Eufrásio Correia	Conservador	Paranaguá; Chefe de polícia em SC	Advogado
16ª Legislatura (1876/1878)			
Dr. Manoel Francisco Correia	Conservador	Corte / Rio de Janeiro	Advogado
Dr. Manoel Eufrásio Correia	Conservador	Paranaguá	Advogado
17ª Legislatura (1878/1881)			
Dr. Manoel Alves de Araujo	Liberal	Antonina	Advogado
Dr. Sergio Francisco de Souza Castro	Liberal	Curitiba	Advogado
18ª Legislatura (1882/1884)			
Dr. Generoso Marques dos Santos (1º Distrito)	Liberal	Curitiba	Advogado
Dr. Manoel Alves de Araujo (2º Distrito)	Liberal	Antonina	Advogado
19ª Legislatura (1885)			
Dr. Manoel Eufrásio Correia (1º Distrito)	Conservador	Paranaguá / Curitiba	Advogado
Dr. Manoel Alves de Araujo (2º Distrito)	Liberal	Antonina / Curitiba	Advogado
20ª Legislatura (1886/1889)			
Dr. Manoel Eufrásio Correia (1º Distrito)	Conservador	Paranaguá / Curitiba	Advogado
Dr. Manoel Alves de Araujo (2º Distrito)	Liberal	Antonina / Curitiba	Advogado
Manoel Antonio Guimarães, Visconde de Nacar (1º Distrito – em 1888/89)	Conservador	Paranaguá	Negociante

O autor